JOSÉ ANTÓNIO DE OLIVEIRA

SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL

Orientadora: Professora Doutora Maria de NazaréOliveira Roca

Coorientador: Prof. Doutor Zoran Roca

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI)

Lisboa

2023

JOSÉ ANTÓNIO DE OLIVEIRA

SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL

Tese defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Doutor em Urbanismo, no Curso de Doutoramento em Urbanismo, conferido pela Universidade – Centro Universitário de Lisboa, perante o júri, com o Despacho de Nomeação Nº 163/2023, de 17 de fevereiro de 2023, com a seguinte composição :

Presidente:

Prof. Doutor José Diogo da Silva Mateus

Vogais:

Prof. Doutor Jorge Macaísta Malheiros

Prof. Doutor José António Tenedório

Prof. Doutor Mohammed Boubezari

Prof. Doutor Carlos Smaniotto

Orientadora:

Prof.ª Doutora Maria de Nazaré Oliveira Roca

Co-orientador:

Prof. Doutor Zoran Roca

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI)

Lisboa

2023

A todos os meus alunos, pelo muito que me incentivaram a aprender e me ensinaram.

Agradecimentos

Há inúmeras pessoas a quem devo agradecer, não só porque lhes devo a amizade e o apoio, mas também porque, na maior parte dos casos, para além disso também lhes devo a sua partilha de conhecimento diretamente contributiva para esta dissertação. Divido-as em dois grupos. Umas já idas para dimensões incógnitas e outras ainda presentes no meu espaço vivencial.

A Ana Ribeiro, a Maria João Roquete, o Chris Jensen-Butler, o professor Ilídio do Amaral e a Isabel Margarida André, fazem parte do primeiro grupo. A eles agradeço tudo.

De entre os que fazem parte do segundo grupo, e que são muitos, agradeço à professora Suzanne Daveau, ao professor Jorge Gaspar e ao professor Mário Moutinho, o quanto contribuíram para a minha formação e avanço profissional. Ao João Ferrão, ao Jorge Malheiros e ao Fernando João Moreira, acrescento a gratidão pelas ricas experiências de trabalho que me proporcionaram. Ao Diogo Mateus, ao Sérgio Prazeres e ao Carlos Fonseca, estou ainda em dívida, não só pelo apoio em SIG, mas também pela sustentação técnica dos projetos conjuntos que tive de adiar.

Ao João Ribeiro agradeço a inexcedível disponibilidade, e correlativa eficiência, para me ajudar na exploração de documentação da biblioteca do Centro de Estudos Geográficos.

Ao Fernando Honório, agradeço todo o apoio que me ajudou a desenvolver a estrutura metodológica e a aplicar as técnicas quantitativas que são centrais neste trabalho.

Ao Zoran Roca e à Nazaré Roca, meus amigos e orientadores, devo e estou agradecido por tudo o que inclui, mas também extravasa, o resultado deste trabalho, cuja responsabilidade pelo que ele tem de bom é sobretudo deles, e pelo que tem de mau e errado é apenas minha.

À minha Anabela, agradeço o ter aceitado, e o continuar a aceitar, a proeza de me aturar.

Agradeço também à FCT a atribuição da bolsa SFRH/BD/131377/2017, cofinanciada pelo FSE – POCH – Portugal 2020, sem a qual nada teria sido possível. Ao CeiED – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento e ao LABART/LEAU/ARQ.ID, unidades de investigação da ULHT, agradeço o acolhimento recebido.

RESUMO

Neste trabalho, entende-se que as segundas residências são alojamentos onde ninguém tem a sua residência habitual e que são ocupados por períodos mais ou menos longos, com maior ou menor frequência e em diferentes partes do ano. Os estudos sobre este fenómeno têm raízes nos anos 60 do século XX, mas foi mais recentemente que se expandiram a diferentes contextos geográficos e sociais, também com diferentes abordagens disciplinares. Em Portugal esse interesse radica em estudos pioneiros dos anos 80 e 90, que se retomaram e expandiram desde a primeira década no século XXI.

A principal questão de investigação deste trabalho relaciona-se com os efeitos e impactes da expansão das segundas residências sobre o desenvolvimento local, sendo que a respetiva resposta, tendo como embasamento teórico-conceptual o modelo IDENTERRA, foi obtida através de uma análise quantiqualitativa, tanto à escala do Continente português, como à da sub-região do Oeste, adotando uma segmentação em três dimensões: i) a casa; ii) os utilizadores; e, iii) os usos.

O crescimento das segundas residências em Portugal, desde os anos 60 do século XX, tem sido marcado por três padrões distintos e complementares: i) a saliência das resultantes do abandono dos campos, sobretudo em áreas mais serranas; ii) seguidas pela consolidação das implantadas em áreas de amenidades ambientais, sobretudo litorais e nas imediações das duas grandes áreas metropolitanas; e, por fim, iii) as mais recentemente ligadas a fenómenos de desenvolvimento turístico regionalmente e economicamente integradas, com destaque para o Algarve e os fenómenos específicos do imobiliário turístico.

As grandes conclusões do estudo foram as seguintes: i) em relação à dimensão "casa", elas surgem no interior dos aglomerados e não são ostensivamente marcantes na paisagem, estando ligadas a sistemas de drenagem e de abastecimento e dinamizando alguns serviços locais de manutenção e reparação; ii) na dimensão "utilizador", para além do estatuto económico e socioprofissional não ser distintivamente relevante, é visível uma separação entre os casais jovens com filhos e os mais idosos com netos, em relação direta com uma utilização que combina estadias mais curtas e mais frequentes com outras mais longas e, também por isso, menos frequentes; iii) na dimensão "uso", destaca-se a fruição do descanso e lazer, a par da utilização da praia e dos passeios e convívio com familiares e amigos.

No geral, a grande distinção entre todas as modalidades de relação das dimensões consideradas, é mediada, ou até determinada, pelo sentimento de pertença ou apego ao lugar, seja por via da existência de relações familiares, seja pela longevidade da sua frequentação. É a relação com o lugar que determina os maiores níveis de envolvimento e de produção de efeitos e impactes positivos sobre o desenvolvimento local, não só do ponto de vista da utilização e aquisição de bens e serviços, como dos níveis de conhecimento e envolvimento na solução dos problemas locais.

Palavras-chave: segundas residências; turismo de segunda residência; desenvolvimento local; efeitos e impactes; ordenamento do território.

ABSTRACT

In this research it is assumed that second homes are dwellings where no one has their year around residence but that are occupied for more or less long periods, with greater or lesser frequency at different times of the year. Studies of this phenomenon are rooted in the 1960s but more recently were expanded to different geographical and social contexts, along with the adoption of different disciplinary approaches. In Portugal study of this topic began with pioneering studies in the 1980s and 1990s that were then extended beginning in the first decade of the 21st century.

The main research question of this work is related to the effects and impacts of the expansion of second homes on local development. The IDENTERRA model provides the theoretical-conceptual basis upon which the research relies. The findings are the outcome of a quantitative and qualitative analysis that covered owners and users of second homes both on the Portuguese mainland as a whole and in the sub-region of the Oeste. A three-dimensional segmentation of the phenomenon was used: i) the house; ii) the users; and, iii) the uses.

The growth of second homes in Portugal since the 1960s has been marked by three distinct and complementary patterns: i) the prominence of those resulting from the abandonment of the countryside by permanent residents, especially in the more mountainous areas; ii) followed by the consolidation of those constructed in areas with environmental amenities, especially on the coasts and in the vicinity of the two large metropolitan areas; and, finally, iii) the most recently linked to regionally and economically integrated tourism-development projects, with an emphasis on the Algarve and the more specific phenomenon of tourist real estate.

The main conclusions of the study are the following: i) in relation to the “house” dimension, they appear inside agglomerations of dwellings and are not ostensibly marked out in the landscape as being particularly distinctive, being linked to drainage and water/power supply systems and thereby stimulating some local maintenance and repair services; ii) in the “user” dimension, in addition to the economic and socio-professional status as not being distinctly relevant, a separation between young couples with children and older couples with grandchildren is visible, in direct relation to use that combines shorter and frequent stays, for the former, with others that are longer and, therefore, less frequent, for the latter; iii) in the “use” dimension, the enjoyment of rest and leisure stands out, in particular beach activities, walking, and socializing with family and friends.

In general, the relative feeling of belonging or attachment to the place, either through the existence of family relationships or through the longevity of frequentation, is what drives the persistence of the second-home phenomenon. All of the various facets of the second homes as detailed above can be said to mediate or even determine the intensity of the attachment. It is thus the relationship with the place that also determines the highest levels of involvement and production of positive effects and impacts on local development, not only from the point of view of the local acquisition and use of goods and services, but also in terms of the levels of knowledge and involvement needed for the solution of local problems associated with second-home ownership and use.

Keywords: second homes; second home tourism; local development; effects and impacts; Territorial Planning.

Índice geral

INTRODUÇÃO GERAL ***1***

CAPÍTULO I - ENTENDER E DELIMITAR O OBJETO DE ESTUDO: ONTOLOGIAS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO ***9***

1. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO À DEFINIÇÃO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA 9
   1.1. A procura de uma definição 9
   1.2. As definições de segunda residência em alguns países europeus 13
      1.2.1. França 13
      1.2.2. Espanha 14
      1.2.3. Reino Unido e Irlanda 15
   1.3. A definição de segunda residência em Portugal 17
2. UMA MULTITUDE DE DIMENSÕES, ESCALAS E TIPOS DE OBSERVAÇÃO 22
3. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DIVERSIDADE ONTOLÓGICA DA SUA DESCRIÇÃO E ANÁLISE 30
   3.1. Notas prévias 30
   3.2. Segundas residências e a questão habitacional 31
   3.3. As segundas residências e as suas relações com o turismo 35
   3.4. Relação ontológica das segundas residências com as migrações e a mobilidade geográfica 41
4. FORÇAS MOTRIZES E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO 43
5. SIGNIFICADOS TERRITORIAIS DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: UM ENQUADRAMENTO OPERACIONAL ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO 53
   5.1. Introdução 53
   5.2. As segundas residências no contexto da formação da identidade territorial e da mobilização para o desenvolvimento local 56
      5.2.1. O modelo IDENTERRA 56
      5.2.2. Topofilia e terrafilia 59
   5.3. Identidade territorial, topofilia e terrafilia e segundas residências 62
      5.3.1. Notas prévias 62
      5.3.2. A casa 63
      5.3.3. O uso 66
      5.3.4. Os utilizadores 70
      5.3.5. A evolução da casa, do uso e dos utilizadores 72
         5.3.5.1. Relação com a sociedade 72
         5.3.5.2. Relação com a economia 75
         5.3.5.3. Relação com o ambiente natural 76
         5.3.5.4. Relação com a cultura 79

CAPÍTULO II – AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM PORTUGAL: DA EVOLUÇÃO DOS PADRÕES DE DISTRIBUIÇÃO ÀS TIPOLOGIAS ESPACIAIS ***83***

6. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM PORTUGAL 83
   6.1. Introdução 83
   6.2. A distribuição das segundas residências em cada momento censitário 86

6.2.1. O período de 1960 a 1970 86
6.2.1.1. Contextualização geral 86
6.2.1.2. Alojamentos e segundas residências em 1970 88
6.2.1.3. Conclusões para o período de 1960 a 1970 102
6.2.2. O período de 1970 a 1981 103
6.2.2.1. Contextualização geral 103
6.2.2.2. Alojamentos e segundas residências em 1981 107
6.2.2.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 1970 a 1981 115
6.2.2.4. Conclusões para o período de 1970 a 1981 120
6.2.3. O período de 1981 a 1991 121
6.2.3.1. Contextualização geral 121
6.2.3.2. Alojamentos e segundas residências em 1991 124
6.2.3.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 1981 a 1991 132
6.2.3.4. Conclusões para o período de 1981 a 1991 133
6.2.4. O período de 1991 a 2001 134
6.2.4.1. Contextualização geral 134
6.2.4.2. Alojamentos e segundas residências em 2001 136
6.2.4.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 1991 a 2001 140
6.2.4.4. Conclusões para o período de 1991 a 2001 142
6.2.5. O período de 2001 a 2011 143
6.2.5.1. Contextualização geral 143
6.2.5.2. Alojamentos e segundas residências em 2011 145
6.2.5.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 2001 a 2011 149
6.2.5.4. Conclusões para o período de 2001 a 2011 151
6.3. Uma síntese da evolução de 1970 a 2011 152
6.3.1. Introdução 152
6.3.1.1. Nota metodológica 152
6.3.1.2. A evolução geral dos alojamentos e das segundas residências 154
6.3.2. As concentrações de segundas residências ao longo do tempo 158
6.3.2.1. Nota metodológica 158
6.3.2.2. A situação em 1970 158
6.3.2.3. A situação em 1981 162
6.3.2.4. A situação em 1991 164
6.3.2.5. A situação em 2001 166
6.3.2.6. A situação em 2011 169
7. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TIPOLOGIAS DE MUNICÍPIOS DO CONTINENTE 172
7.1. Uma tipologia para 1991 172
7.2. Uma tipologia para 2001 176
7.3. Uma tipologia para 2011 180
7.3.1. Metodologia 180

7.3.1. Resultados ... 190
7.3.2. Síntese dos resultados obtidos para 2011 ... 202
7.4. Um balanço da evolução de 2001 a 2011 ... 202

CAPÍTULO III – EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL ... 207

8. INTRODUÇÃO ... 207
9. EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA ... 209
9.1. Efeitos e impactes sobre o domínio do ambiente natural ... 211
9.2. Efeitos e impactes sobre o domínio da sociedade ... 219
9.3. Efeitos e impactes sobre o domínio da cultura ... 221
9.4. Efeitos e impactes sobre o domínio da economia ... 222
9.5. Síntese dos efeitos e impactes ... 226
10. EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA VISÃO SOBRE O CONTINENTE PORTUGUÊS ... 232
10.1. Conceitos e métodos ... 232
10.2. Efeitos e impactes das segundas residências ... 237
10.2.1. Indicadores do domínio do ambiente natural ... 238
10.2.2. Indicadores do domínio da população/sociedade ... 244
10.2.3. Indicadores do domínio da economia ... 247
10.2.4. Indicadores do domínio da cultura ... 252
10.3. Uma síntese do modelo de indicadores tendo por referência os efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local ... 255
10.4. A tipologia de segundas residências em 2011 e a sua relação com o modelo de indicadores de efeitos e impactes ... 258
10.4.1. Tipo 1 – Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano ... 262
10.4.2. Tipo 2 – Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno ... 266
10.4.3. Tipo 3 – Segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural ... 268
10.4.4. Tipo 4 – Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico ... 274
10.4.5. Tipo 5 – Áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno ... 279
10.4.6. Tipo 6 (ou 6-A) – Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes ... 282
10.4.7. Tipo 7 (ou 6-B) – Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência ... 287
10.5. Uma visão mais simplificada dos tipos de segundas residências e os seus efeitos sobre o desenvolvimento local ... 291
10.5.1. Reconfiguração da tipologia de 2011 -Tipo 1 – segundas residências em meio predominantemente rural ... 294
10.5.2. Reconfiguração da tipologia de 2011 -Tipo 2 – segundas residências em áreas de maior desenvolvimento turístico ... 297
10.5.3. Reconfiguração da tipologia de 2011 -Tipo 3 – segundas residências em meio predominantemente urbano ... 300

10.5.4. Reconfiguração da tipologia de 2011: notas de síntese 302
11. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA VISÃO INTEGRADA DOS EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS 306
11.1. O ordenamento do território 306
11.2. Ordenamento do território e teorias do Estado 310
11.3. Ordenamento do território, sistema de planeamento e plano diretor municipal 316
11.4. Uma aproximação às relações entre segundas residências e ordenamento do território 324
11.4.1. O edificado como principal critério de definição das áreas urbanas 324
11.4.2. Efeitos sobre o urbanismo e o ordenamento do território 332

CAPÍTULO IV - A CASA, OS UTILIZADORES E OS USOS: UMA PERSPETIVA À ESCALA DE PORTUGAL CONTINENTAL 343

12. INTRODUÇÃO 343
13. CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES 344
13.1. Características sociais e demográficas dos respondentes 344
13.2. A localização da primeira e da segunda residência 345
13.2.1. A interação entre primeiras e segundas residências verificada nas estatísticas oficiais 345
13.2.2. A interação da primeira com a segunda residência apurada pelo inquérito 349
14. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO PELAS COMPONENTES ANALÍTICAS DO FENÓMENO 358
14.1. A casa 358
14.1.1. Nota metodológica 358
14.1.2. Resultados para a dimensão casa 359
14.1.3. Análise das relações entre o tipo de construção e as modalidades características das outras variáveis do inquérito 363
14.1.3.1. As moradias completamente isoladas ou destacada 363
14.1.3.2. Moradia em banda ou colada a outras casas 366
14.1.3.3. Apartamento num prédio 367
14.1.3.4. Casas de madeira ou bungalow 370
14.2. Os utilizadores 371
14.2.1. A existência de ligações familiares ao local e as relações com outras variáveis 375
14.2.1.1. Sim, tem familiares a residir no local da segunda residência 375
14.2.1.2. Não, não tem quaisquer familiares a residir no local da segunda residência 377
14.2.2. A forma de posse da segunda residência e as relações com outras variáveis 379
14.2.2.1. Forma de posse: compra 380
14.2.2.2. Forma de posse: construiu 381
14.2.2.3. Forma de posse: herança ou doação 383
14.3. O uso 383
14.3.1. As relações entre as atividades praticadas e as restantes questões do inquérito 396
14.4. Topofilia e terrafilia 401
14.4.1. Topofilia: o gosto e o apego pelo lugar 403
14.4.1.1. Uma referência ao que mais gosta no lugar da segunda residência 405

14.4.1.2. Uma referência ao que menos gosta no lugar da segunda residência 412
14.4.2. Terrafilia: a participação e a agência 420
14.5. Síntese e conclusões 428
14.5.1. A casa 428
14.5.1.1. A localização da casa 428
14.5.1.2. O tipo de casa 428
14.5.1.3. A implantação 429
14.5.1.4. Os períodos de construção 429
14.5.1.5. Os gastos com a manutenção da casa 429
14.5.1.6. As relações entre o tipo de casa e as restantes variáveis: as moradias isoladas 430
14.5.1.7. As relações entre o tipo de casa e as restantes variáveis: as moradias em banda 430
14.5.1.8. As relações entre o tipo de casa e as restantes variáveis: os apartamentos 430
14.5.1.9. Síntese conclusiva geral sobre a dimensão «casa» 431
14.5.2. Os utilizadores 431
14.5.2.1. As idades 431
14.5.2.2. Os níveis de instrução 431
14.5.2.3. O número de utilizadores 432
14.5.2.4. A existência de familiares no local 432
14.5.2.5. A inexistência de familiares no local 432
14.5.2.6. Relações entre a forma de posse e as restantes variáveis: a compra 433
14.5.2.7. Relações entre a forma de posse e as restantes variáveis: a construção pelo próprio 433
14.5.2.8. Relações entre a forma de posse e as restantes variáveis: a herança ou doação 433
14.5.3. O uso 434
14.5.3.1. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de apenas descanso e lazer 434
14.5.3.2. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de algumas atividades 434
14.5.3.3. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de muitas atividades 435
14.5.3.4. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de atividades sem descanso e lazer 435
14.5.4. Topofilia e terrafilia 435
14.5.4.1. O que os inquiridos mais gostam: sossego 435
14.5.4.2. O que os inquiridos mais gostam: praia 436
14.5.4.3. O que os inquiridos mais gostam: natureza e paisagem 436
14.5.4.4. O que os inquiridos mais gostam: vantagens locativas 436
14.5.4.5. Síntese e conclusão geral sobre o que os inquiridos mais gostam 437
14.5.4.6. Síntese e conclusão geral sobre o que os inquiridos menos gostam 437
14.5.4.7. Síntese sobre a prática participativa (terrafilia) 438

CAPÍTULO V - A CASA, OS UTILIZADORES E OS USOS: UMA PERSPETIVA À ESCALA DA SUB-REGIÃO DO OESTE 439

15. A PERCEÇÃO DOS AGENTES LOCAIS SOBRE OS EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS ... 439

15.1. O porquê da escolha da NUT III Oeste 439

15.2. As características da sub-região 443

15.2.1. A sub-região na última década do século XX 449

15.2.2. A sub-região na primeira década do século XXI 453

15.3. Segundas residências na sub-região do Oeste: a visão dos autarcas 479

15.3.1. Introdução e nota metodológica 479

15.3.2. A visão sobre a componente da casa 484

15.3.3. A visão sobre a componente do uso 488

15.3.4. A visão sobre a componente dos utilizadores 490

15.3.5. As perceções dos agentes autárquicos sobre os impactes das segundas residências 494

15.3.6. Síntese das perceções face às três componentes analíticas do fenómeno 499

16. A CASA, O USO E OS UTILIZADORES EM ALGUNS CONCELHOS E FREGUESIAS DO OESTE: A VISÃO DOS PROPRIETÁRIOS 501

16.1. Introdução 501

16.2. A Casa 503

16.2.1. Caracterização geral sobre a localização 505

16.2.2. Características físicas da casa 508

16.2.3. Alguns outros aspetos da construção da casa 513

16.2.4. A casa da segunda residência comparada com a da primeira 519

16.3. Os utilizadores 524

16.3.1. Características demográficas e socioeconómicas dos inquiridos 525

16.3.2. Porque quis ter uma segunda residência 530

16.3.3. O envolvimento dos utilizadores com o local 537

16.4. Os usos 545

16.4.1. A frequência de uso 547

16.4.2. Finalidade de uso e atividades praticadas 557

16.4.3. Uso de comércio e serviços locais 562

16.4.4. O uso de equipamentos de utilização coletiva de natureza pública 571

16.4.5. Despesas com a casa e o seu uso 577

16.4.6. Topofilia e terrafilia, duas dimensões descritivas e explicativas do fenómeno 583

16.4.7. Topofilia – o gosto pelo lugar 584

16.4.8. Topofilia – apego ao lugar 593

16.4.9. Terrafilia – conhecimento sobre o lugar 599

16.4.10. Terrafilia – disponibilidade para a agência e o seu reconhecimento 604

16.5. Síntese geral dos resultados e conclusões 614

VI - SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCLUSÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO 619

17. CONCLUSÕES 619
17.1. As respostas às questões de investigação 619
17.1.1. Topofilia e terrafilia como fatores explicativos do fenómeno 639
17.1.1.1. Oeste 639
17.1.1.2. Continente 640
17.1.1.3. Síntese 640
17.2. Efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local 642
17.2.1. Ambiente natural e comunitário 644
17.2.2. Economia 646
17.2.3. Urbanismo 647
18. FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO 650
18.1. Continuação dos estudos sobre segundas residências em Portugal 650
18.2. Continuação e aprofundamento dos estudos sobre turismo residencial 651
18.3. Desenvolvimento de estudos tendo por referência o conceito de multiresidência 657

BIBLIOGRAFIA ***663***
ÍNDICE DE FIGURAS ***679***
ÍNDICE DE QUADROS ***685***
APÊNDICES ***695***
APÊNDICE I - EXPLICAÇÃO DA TÉCNICA ESTATÍSTICA GETIS-ORD GI* ***697***
APÊNDICE II - FORMULÁRIO DO INQUÉRITO APLICADO A PROPRIETÁRIOS E UTILIZADORES DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS, À ESCALA DO CONTINENTE ***699***
APÊNDICE III - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA APLICADA AOS AGENTES LOCAIS ***707***
APÊNDICE IV - FORMULÁRIO DO INQUÉRITO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA SUB-REGIÃO DO OESTE ***709***

INTRODUÇÃO GERAL

Desde o trabalho pioneiro de Carminda Cavaco, a qual abordou, entre outras, a problemática das segundas residências na costa do Estoril (Cavaco, 1981), a que se seguiu a proposta de projeto de investigação e um primeiro ensaio de Fernanda Cravidão, em 1989 (Cravidão, 1989a, 1989b, 2008), a qual já inequivocamente enquadrava e apontava as grandes linhas de evolução do fenómeno das segundas residências, é em 1995, com a dissertação de mestrado de Maria José Caldeira, que se concretiza o primeiro trabalho de vulto especificamente dedicado ao tema, tendo como território de estudo a Área Metropolitana de Lisboa. Só a partir de 2005 se retomam novas abordagem desse fenómeno, nomeadamente através do projeto SEGREX - Expansão das Segundas Residências e Planeamento do Desenvolvimento Territorial em Portugal (FCT/PTDC/GEO/68440/2006) -, concretizado por uma parceria entre a ULHT e a UNL.

Ao nível internacional, as segundas residências são objeto de estudo desde os anos 50 do século XX, através dos contributos de Roy Wolfe (☆1917-†2014), o qual também participou na obra, considerada como de referência sobre o tema, de John Terence Coppock (☆1921-†2000), "Second homes: curse or blessing?", de 1977 (Coppock, 1977a; Müller & Hoogendoorn, 2013). Os estudos mais antigos, abrangem a realidade dos países mais desenvolvidos, onde a democratização do acesso à segunda residência no pós II guerra mundial, se manifestou desde muito cedo, tendo como força motriz a necessidade de contacto com a natureza, tanto nos períodos anuais mais favoráveis do ponto de vista dos estados de tempo, como nos mais agrestes, já que a prática de desportos de inverno também é, ainda hoje, uma forte motivação.

As origens do fenómeno, a sua evolução desde a antiguidade e as suas motivações mais recentes, foram excelentemente sistematizada por Paul Claval (Claval, 2013) na obra editada por Zoran Roca (Zoran Roca, 2013). De uma forma muito simples, passa-se do palácio de Verão ou de Inverno, apenas ao alcance da nobreza, para a residência de veraneio da burguesia endinheirada e, daí, para a segunda residência de largo espetro socioeconómico e desfrutada, regular ou irregularmente, várias vezes ao ano, incluindo também as férias. Esta sequência está no patamar do recreio e lazer de quem tem, pelo menos alguma, capacidade financeira, já que,

no patamar do trabalho e com menores recursos financeiros está, por exemplo, a localização das casas dos agricultores e criadores de gado que permitiam a exploração de diferentes póvoas, nas partes altas das serras, nas suas encostas ou nos fundos dos vales, uma realidade própria das áreas serranas que, tal como Orlando Ribeiro (☆1911-†1997) destaca, dá origem aos lugares designados com epítetos como «de cima», «do meio» e «de baixo», ou «cimeira», «meã» e «fundeira» (Ribeiro, 1945).

Aqueles dois patamares de análise também condicionam a própria definição de segunda residência, enquanto alternativa a outra que é a primeira e, por isso, formalmente mais importante. Por sua vez, o próprio conceito de residência é alvo de uma discussão filosófica que separa entre uma visão mais material e física do edificado, frequente nos estudos sobre a habitação, e outra mais relacionada com as práticas sociais associadas ao uso de determinadas estruturas físicas, com destaque para a conceptualização de Heidegger (Heidegger, 1971; Paris, 2009:305).

Para muitos autores as segundas residências são definidas pelo seu uso para férias, descanso ou, em geral, recreio e lazer (Cf. a sistematização de Colás, 2003:28-33; Cribier, 1973). Outros, sobretudo mais recentemente, incluem-nas no conceito de multi-residência ou de vida multi-local (Dick & Duchêne-Lacroix, 2016; Duchêne-Lacroix, Hilti, & Schad, 2013; Elmi & Perlik, 2015), pelo que a prática das atividades mais diversas, incluindo o trabalho e a assistência à família são alguns exemplos. Nesta dissertação utilizar-se-á a definição estatística, tal como também fez Julién López Colás (Colás, 2003), ou seja, parte-se de uma compartimentação conceptual que apenas valoriza o tempo de permanência na casa e a sua afetação exclusiva ao seu uso temporário, independentemente do tipo de utilização que lhe possa estar associado. Deste modo, definem-se as segundas residências como os alojamentos familiares com uma ocupação esporádica ou regular (incluindo a sazonalidade), por períodos curtos ou longos, os quais podem ir de alguns dias, ou um fim de semana, a alguns meses, mas onde ninguém tem a sua morada principal, ou permanente, ou o seu domicílio fiscal.

Em Portugal, para além da abordagem qualitativa da mais antiga ocupação, ainda no século XIX, mas sobretudo a partir do princípio do século XX, de algumas áreas litorais, também próximas, na época, de áreas profundamente rurais e com outros atrativos menos ligados aos banhos, é atualmente possível, através dos registos censitários, quantificar a evolução verificada a partir de 1970, primeiro ano da publicação do Recenseamento da Habitação (INE) e no qual se observam os resultados da evolução do edificado verificada na

década anterior. Essa evolução mostra uma tendência que, do ponto de vista da concentração geográfica das segundas residências, vai desde a densificação em algumas áreas do maciço central e das Beiras, até à emergência, em 1991, do Algarve, em resultado do crescimento verificado na década anterior. Esta evolução das concentrações de segundas residências tem paralelo num movimento inverso, isto é, no aparecimento de grandes manchas de pontos frios, sobretudo em torno das áreas mais urbanas, onde são mais relevantes os fenómenos de integração metropolitana.

Em termos da sequência temporal, a expansão das segundas residências em Portugal congrega três tipos de origens e de consolidação. Por um lado, retirada a sua maior representação absoluta nas áreas com maiores *stocks* de edificado, a sua representação relativa começa por ser mais evidente, de 1960 para 1970, tanto ao longo do litoral oeste, como em algumas áreas do centro interior serrano, ou seja, origens que conjugam a procura de amenidades ambientais litorais, com a mudança de uso da casa deixada nas áreas que, já nos anos de 1940, experimentaram processos de emigração, sobretudo para Lisboa e Porto, mas também para o estrangeiro[1]. Estas duas origens, por atração turística e por ligações aos lugares, vem-se a reforçar até aos tempos atuais, tendo-se também vindo a evidenciar uma terceira via correspondente ao investimento em áreas mais urbanas, tendo por objetivo uma utilização para trabalho ou estudo ou apenas a obtenção de rendimento, agora mais associado à exploração de alojamento local (Fernandes, *et al.*, 2019). Este terceiro tipo, por estar fora do âmbito de uso pelo proprietário ou familiares diretos, não foi considerado nesta investigação, apesar de terem surgido alguns casos no trabalho de inquirição.

O fenómeno das segundas residências constitui-se como um grande desafio de investigação, por várias razões, tais como as suas dimensões de relação diversificadas, desde as intrinsecamente mais materiais, como o imobiliário e as suas espacialidades hedónicas, até às mais imateriais, como as determinantes da sua utilização e manutenção. Seja qual for a perspetiva teórica adotada, em Portugal identificam-se três temáticas fundamentais que se interrelacionam com o fenómeno:

1) a evolução do **mercado imobiliário** e a sua relação com uma economia pobre e criadora de poucas oportunidades de investimento de pequenas poupanças, sendo que a expansão desse mesmo mercado também acabou por corresponder a uma oportunidade de

[1] Até 1960, Brasil e, a partir daí, a Europa ocidental (Fonseca, 1990:66).

poupança das famílias, por via do seu endividamento bancário, o qual, independentemente dos valores das taxas de juro, foi até anos recentes compensado pela valorização do bem imóvel hipotecado.

2) a crescente adoção de novos **hábitos de consumo** por parte de uma população urbana cada vez mais afastada do mundo rural, a que se liga o grande contingente de pessoas emigradas que ainda mantêm laços e relações afetivas e/ou familiares com os seus locais de origem, tendo também contribuído para isso a melhoria das infraestruturas e serviços de transportes, com efeitos ao nível da redução das distâncias/tempo.

3) a atuação dos poderes públicos, a todas as escalas, os quais já desde os anos 60 que apostam no **turismo** enquanto atividade geradora de emprego, de riqueza e de capitalização das contas públicas, mas que também são responsáveis pela harmonização do desenvolvimento territorial, sobretudo através das práticas de ordenamento do território.

Ao longo desta dissertação haverá lugar ao enquadramento, análise e desenvolvimento da problemática das segundas residências na sua relação com cada uma das temáticas, e suas desagregações, antes referidas. O objetivo é contribuir para um aprofundamento e atualização do conhecimento sobre o fenómeno, não esquecendo os seus efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local, sobretudo na ótica dos desafios que as segundas residências colocam ao planeamento e ordenamento do território.

A consciência de que este trabalho não é suficiente para o esgotamento do conhecimento sobre um tema tão complexo e pertinente para a organização do espaço, para o urbanismo e para o desenvolvimento local, é também um incentivo à continuação da sua investigação, cujo futuro poderá ser surpreendente, porque orientado por lógicas sociais e económicas de imprevisibilidade, precariedade, desprendimento, flexibilidade e partilha, alimentadas pela densificação das redes de contactos tendencialmente libertas do espartilho do tempo e do espaço.

Para além desta introdução geral, esta dissertação é constituída por seis capítulos. **No primeiro, destinado a entender e delimitar o objeto de estudo** discutindo as relações ontológicas e estabelecendo as questões de investigação, começa-se por discutir a pertinência e a relevância do estudo, através da identificação das forças motrizes do fenómeno e, a partir daí, do estabelecimento das questões de investigação.

Enquanto a primeira residência é entendida como o centro de localização da família, uma entidade social e economicamente integrada no mercado de emprego, a segunda residência é normalmente encarada como cumprindo funções de integração no sistema de reprodução social do trabalho, ajudando a assegurar o descanso e lazer ou o enriquecimento pessoal, enquanto atividades contributivas para a manutenção dos seus níveis de criatividade, competência e produtividade.

As questões de investigação, partindo do objetivo geral de identificação das relações de efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local derivadas de um fenómeno que, na sua essência, é a vivência temporária, mais ou menos alargada e frequente no tempo, de contextos territoriais contrastados, são: i) porque surgem e se desenvolvem as segundas residências?; ii) porque surgem elas em determinados locais e como varia a sua morfologia?; iii) como são elas utilizadas e quais as características dos seus utilizadores?

No entanto, mesmo na base do próprio fenómeno, estão o porquê e o como da sua própria manifestação, isto é, duas perguntas essenciais: i) quem quer ter uma segunda residência, e porquê?; ii) quem pode ter uma segunda residência, e como?. A procura das respostas a todas estas questões exige a adoção de um modelo analítico que separe as componentes de um fenómeno que integra dimensões materiais e imateriais. No âmbito das dimensões materiais, isto é, o que é visível no espaço geográfico e na paisagem, podem referir-se o sítio e a posição, ou seja, os espaços de localização específica ou contextualizada, incorporando as características e práticas dos seus utilizadores. No âmbito das dimensões imateriais incluem-se os mecanismos e processos que estão na origem do bem material, tais como os regulamentos municipais e os planos de ordenamento e a relação com esse bem, desde o apego ao sítio e a sua perceção enquanto objeto de ostentação e/ou de afirmação social na comunidade, à perceção do valor acrescentado do bem sobre o modo de vida e a reprodução social do trabalho.

Num outro ponto do primeiro capítulo discutem-se os significados territoriais do fenómeno tendo como referência o modelo IDENTERRA (FCT/SAPIENS-POCTI/GEO/48266/2002) (Zoran Roca, Oliveira, & Roca, 2011), suficientemente rico do ponto de vista teórico e operacional para permitir uma abordagem lógica e coerente da multitude de relações estabelecidas entre o fenómeno e os vários domínios que enformam o desenvolvimento local. Aqui, detalha-se a importância de dois conceitos fundamentais para o

entendimento do fenómeno das segundas residências, sobretudo em Portugal: topofilia (Tuan, 1980) e terrafilia (Oliveira, Roca, & Leitão, 2010).

As dimensões materiais e imateriais do fenómeno, ou seja, por um lado, a materialidade do espaço edificado, incorporando a sua localização e a sua envolvente e os proprietários e utilizadores e, por outro lado, da parte da imaterialidade, os mecanismos e processos que estão na origem do bem e do seu uso, não esquecendo a perceção do seu valor acrescentado sobre o modo de vida dos seus utilizadores, conduziu a uma reconfiguração em três dimensões fundamentais: i) a casa; ii) os utilizadores; iii) o uso; tendo como «pano de fundo» uma quarta dimensão que agrega e interrelaciona essas três: a evolução da casa, do uso e dos utilizadores.

No segundo capítulo trata-se da apresentação e análise da evolução dos padrões de distribuição das segundas residências em Portugal, encerrando-se este com a definição de tipologias espaciais, para 2001 e 2011, tendo por referência a pouca informação estatística que permite a caracterização do fenómeno. A distribuição geográfica das segundas residências é apresentada por concelho, em valores absolutos e relativos, seguindo a linha temporal dos Censos. Para cada ano censitário é feito um enquadramento muito geral das condições sociais, económicas e políticas e, também, uma análise do estado em cada ano e da dinâmica na relação com o ano anterior.

No sentido de facilitar a compreensão dessa distribuição, é utilizada a geoestatística *Hot Spot Analysis*, ou «Getis-Ord Gi*» (Getis & Ord, 1992; Ord & Getis, 1995), a qual define *clusters* espaciais com base no significado estatístico das concentrações do indicador em análise, neste caso a percentagem de segundas residências por relação ao total de alojamentos clássicos familiares.

Salienta-se que a tipologia acima referida relativa a 2011, é utilizada no capítulo seguinte, em cada uma das suas modalidades, como variável nominal ilustrativa do sistema de relações multivariadas entre os indicadores que deram origem a essa mesma tipologia.

O **terceiro capítulo trata da análise detalhada dos efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local**. A análise é efetuada a partir da construção de um modelo de indicadores ilustrativos das principais relações de efeitos e impactes que, por um lado, foi possível apurar em termos estatísticos e, por outro, fossem pertinentes e coerentes com as grandes linhas conclusivas detetadas na bibliografia sobre o tema, mas tendo sempre uma organização respeitadora dos quatro domínios fundamentais do modelo IDENTERRA: ambiente natural, população/sociedade, economia e cultura.

Os efeitos e impactes das segundas residências não são objeto de grande aprofundamento e verificação empírica na literatura, sobretudo na ótica do desenvolvimento local, procedendo os vários autores apenas a abordagens parcelares sobre alguns aspetos económicos e sociais. Daí, neste capítulo, a partir da aplicação de uma Análise de Componentes Principais ao quadro de dados de 278 unidades de análise por 59 indicadores, foi efetuada uma nova classificação dos concelhos que permitiu simplificar de forma robusta a tipologia de 2011, tornando mais claras, para cada um dos novos tipos, as relações de impacte estabelecidas entre as segundas residências e cada um dos domínios do IDENTERRA.

Este terceiro capítulo termina com um contributo para a análise mais detalhada dos efeitos e impactes ao nível do ordenamento do território, considerando este como uma política pública indutora de uma prática profissional de largo espetro de formações e competências, onde o urbanismo tem um papel central.

O **quarto capítulo** trata da apresentação e análise dos resultados de um inquérito a proprietários ou seus familiares diretos utilizadores de segundas residências conduzido à escala do Continente. Este inquérito foi sobretudo realizado por via eletrónica e decorreu durante 21 meses, entre 2019 e 2020, tendo sido possível recolher um total de 312 válidos, constituindo uma amostra com dimensão suficiente para apresentar um erro máximo de 5%. Este inquérito cobriu as três dimensões do fenómeno relativas à casa, aos utilizadores e ao uso, incluindo ainda perguntas ajustadas à avaliação dos níveis de topofilia e de terrafilia dos inquiridos.

Os resultados deste processo de inquirição são um importante contributo, não só para o conhecimento do fenómeno em Portugal, mas também para a verificação empírica dos seus efeitos e impactes no desenvolvimento local. Acresce que estes resultados são também relevantes para aferir o fenómeno a uma maior escala, ou seja, ao nível da sub-região do Oeste.

Esse é o conteúdo do **quinto capítulo**, no qual se procede, primeiro e após uma caracterização geral e tipificação das várias freguesias da sub-região, à apresentação e análise dos resultados de um processo de entrevista abrangendo 123 pessoas envolvidas no trabalho autárquico em 84 das atuais 90 freguesias da sub-região. Em segundo lugar, faz-se a apresentação e análise dos resultados de um processo de inquirição que abrangeu 163 proprietários de segundas residências e que foi conduzido em alguns concelhos do Oeste: Alenquer, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche e Torres Vedras; onde 39 inquéritos foram realizados em freguesias predominantemente rurais, 62 em freguesias medianamente urbanas e 62 em freguesias predominantemente urbanas. Tanto as entrevistas como os

inquéritos foram obtidos através do projeto SEGREX (FCT/PTDC/GEO/68440/2006), tendo sido ambos os processos realizados entre 2010 e 2012.

Por fim, no **sexto e último capítulo**, sistematizam-se as principais conclusões do estudo, apesar de em cada um dos capítulos anteriores se ter sempre procedido a idêntico esforço de síntese. Também se referenciam investigações futuras, tendo em conta, sobretudo, que nem este trabalho esgota o conhecimento sobre o fenómeno, como também são expectáveis ampliações e mudanças substanciais nas características e dinâmicas das três dimensões analíticas relativas à casa, aos utilizadores e aos usos, bem assim como às relações destas com o ambiente natural, a população/sociedade, a economia e a cultura.

CAPÍTULO I - ENTENDER E DELIMITAR O OBJETO DE ESTUDO: ONTOLOGIAS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

1. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO À DEFINIÇÃO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

1.1. A procura de uma definição

Antes de se analisar com detalhe a evolução da literatura sobre o tema e também antes de se escalpelizar sobre o interesse e a utilidade do seu estudo, pensa-se ser fundamental entenderem-se as ontologias, de natureza e significado e dos tempos de origem e de uso, que estão por detrás do conceito de segunda residência.

Em primeiro lugar, importa definir o conceito. Para todos os autores, sejam nomeadas como segundas ou como secundárias, estas residências cumprem uma função que não é a de morada principal ou permanente, estando preferencialmente, mas não exclusivamente, afetas ao recreio e lazer.

Os pontos de vista dominantes ainda nos anos oitenta e noventa do século XX, colocam em evidência uma definição de segunda residência caracterizada por dicotomias objetivas comparativamente à residência considerada como principal ou permanente, atribuindo-se-lhes funções variadas que apesar de não serem reconhecidas como necessariamente exclusivas, assumiam importâncias manifestamente diferenciadas. Deste modo, a primeira residência seria o centro de localização da família enquanto entidade social e economicamente integrada no mercado de trabalho ou afeta a atividades de reprodução social tendo em vista essa futura integração, enquanto a segunda residência cumpriria funções de escape ao bulício da vida urbana, de acordo com frequências e intensidades que variariam em função da sua localização e afastamento à primeira residência, num ritmo que poderia ir desde o semanal (fins de semana, principalmente) até ao sazonal (apenas na época de férias).

Apesar da sua utilização implicar deslocação, num aspeto todos os autores parecem estar de acordo: as segundas residências não estão associadas à mobilidade quotidiana de casa para o emprego, o que desde logo exclui algum tipo de integração no mercado de trabalho, ainda que o mesmo não se possa dizer relativamente à sua integração no sistema de reprodução social do trabalho, já que são cumpridas funções de descanso e lazer amplamente aceites como

necessárias à retemperação da mão-de-obra no sentido da manutenção dos seus níveis de criatividade, competência e produtividade.

À partida, excluída a não integração da segunda residência no sistema de pendulação casa-emprego, poder-se-ia ser tentado a pensar que não se verificará uma aderência entre a localização do emprego e deste tipo de residência. É errado pensar isto. De facto, o maior número de segundas residências, pelo menos em Portugal, verifica-se nos concelhos de Lisboa ou do Porto e outros das suas áreas metropolitanas, ou seja, aqueles onde se concentra uma boa parte do emprego que serve os seus residentes. Esta observação, não sendo sobremaneira relevante em contextos territoriais onde a segunda residência cumpre sobretudo uma função de recreio e lazer de usufruto pouco frequente ou mesmo sazonal, chama a atenção para as questões da sua valorização ou rendibilidade de investimento bem estudadas, por exemplo, na periferia de Oslo (Overvåg, 2010).

Outro ponto de relativa concórdia entre os vários autores, para além do tempo de vivência ou da integração ou não no processo de reprodução diária do trabalho, relaciona-se com as características do edificado que é utilizado como segunda residência. Para autores como Paris, o que define este tipo de alojamento não são as suas características físicas ou formais mas sim o uso que lhe é dado. Isto é,

> "… because no matter whether a second home is used frequently or infrequently, is located in the woods or on the beach, is a shack or chateau, its dwelling use is what makes it a second home" (Paris, 2014:607).

Apesar da relativa concordância entre vários autores de que o que faz a segunda residência não é o tipo de edificado mas sim o seu tipo de uso então, como referem Andreas Back & Roger Marjavaara,

> "…it is necessary to consider that the dwelling is situated in a place and that its use is the result of a user" (Back & Marjavaara, 2017: 598).

Isto é, as dimensões de caracterização das diferenças entre segundas e primeiras residências, bem assim como entre os vários tipos de segundas residências, passam pelas suas diferentes localizações e pelas várias formas como diferentes tipos de utilizadores as fruem, de tal modo que são os utilizadores e os lugares que afetam as particularidades de cada segunda residência, tal como mostram Hiltunen, Pitkänen, Väpsäläinen e Hall para o caso específico da Finlândia (Roca, 2013:165-198).

Assim, toda esta discussão apenas faz sentido quando se contextualiza territorialmente o fenómeno. De facto, apesar de, pelo menos aparentemente, não existirem diferenças formais significativas entre primeiras e segundas residências, elas não deixam, apesar de tudo, de se verificar, sobretudo quando se tem em conta a disponibilidade física e mental dos utilizadores para a dispensa, por exemplo, de alguns confortos face ao que seria exigido na primeira residência. Neste caso, a dimensão mais reduzida e algumas características mais rústicas do edificado de segunda residência, são "preços a pagar" que os utilizadores aceitam face às vantagens da deslocação para ambientes percebidos como mais agradáveis ou onde a prática de atividades de recreio e lazer é mais compensadora (Velvin, Kvikstad, Drag, & Krogh, 2013).

Do mesmo modo, quando a segunda residência se enquadra num empreendimento especificamente construído para essa utilização (situação comum no caso de empreendimentos turísticos, mas também em urbanizações especificamente destinadas a segundas residências, como nos casos dos países nórdicos e mediterrânicos) as características arquitetónicas do edificado - tanto em termos formais (maior relação do edifício com a envolvente), como funcionais (acesso direto a alguns meios menos comuns de deslocação como os trenós ou as motas de neve e barcos, por exemplo) ou como, ainda, de tipologia dos materiais (maior uso da madeira, por exemplo) podem variar e traduzir-se numa identificação rápida da segunda residência, sobretudo quando os aspetos formais são dissonantes face ao que é a moda em alguns territórios rurais e urbanos.

Mesmo quando se consideram as definições apresentadas por autores de diferentes nacionalidades, e por isso influenciados por diferentes contextos teórico-ideológicos e também diferentes experiências empíricas, elas não variam substancialmente e todas se enformam na dicotomia permanente/temporária, principal/secundária ou primeira/segunda residência, chegando-se a extremos como este:

> "Although different definitions of second home have been formulated in the literature, for the current analysis we adopt as a common denominator that second homes do not host permanent inhabitants" (Elmi & Perlik, 2015, p. 5).

De facto, apesar da definição pela negativa (o que não é uma segunda residência) ser relativamente fácil, o que se constata é que ainda permanece alguma discussão sobre a definição do conceito. Ora, na nossa opinião, tal deve-se à multitude de dimensões e prismas (com decomposição) ou óticas (com maior ou menor detalhe) através dos quais é possível observar e

analisar o fenómeno das segundas residências. Antes de prosseguirmos com essa discussão vai-se, desde já, tentar assentar numa definição do conceito.

Voltando à questão já aflorada de que um dos motivos de maior discussão em torno da definição de segunda residência se relaciona com o tipo de uso que lhe é dado, convém esclarecer que para alguns autores, nomeadamente aqueles que iniciaram o estudo desta problemática, o recreio e lazer devem fazer parte da sua definição, podendo ficar de fora, entre outras, atividades como o trabalho ou os negócios. De facto, Julián López Colás refere mesmo, na sua tese de doutoramento que para José Ortega Valcárcel (1975) (*apud* Colás, 2003),

> "pionero en el estudio de las residencias secundarias en España, y que enmarca su investigación en la Geografía del Ocio, la inclusión de este tipo de viviendas [aquelas que não são para recreio e lazer] entre las residencias secundarias supone un obstáculo para su investigación" (Colás, 2003:31).

Esta visão redutora não deixa de estar condicionada, tanto pelos principais interesses de investigação desses mesmos autores, sobretudo no domínio do Turismo ou da Geografia do Lazer, como pelos contextos social e temporal que estudaram, principalmente referidos a um período que vai dos anos 60 à década de 80.

Vai-se aceitar que, tendo por base o conceito de recreio e lazer (enquanto complexo de atividades passivas ou ativas) como uma das mais importantes motivações para a posse e ocupação deste tipo de residências, o seu principal uso se relaciona com a fruição e prática desse tipo de atividades, aliás em linha com a expressão "recreational homes" proposta por vários autores (Hall & Müller, 2018), que por vezes até se generaliza ao termo "recreational housing" (Winkler, Deller, & Marcouiller, 2015) ou com o entendimento, na literatura francesa, como é o caso de Cribier que, num artigo pioneiro de 1973, já chama a atenção para a "*diffusion dans les campagnes d'un habitat de plaisance destiné aux citadins*" (Cribier, 1973:181). No entanto, também deve ser reconhecido que tal poderá não acontecer, isto é, o recreio e lazer poderá não ser a motivação principal, facto que não invalida o estabelecimento de taxionomias espaciais de acordo com o tipo de utilização, o que muito ajudará, pelo menos, ao esclarecimento das suas origens, motivações e dinâmicas territorializadas.

Enquanto categoria analítica, a segunda residência pode ser definida a partir do seu entendimento em termos estatísticos. Desse ponto de vista, e antes de examinarmos a evolução dos conceitos nas estatísticas censitárias de Portugal, ir-se-ão destacar alguns países, como a

França, a Espanha, o Reino Unido e a Irlanda, os quais se constituem como casos paradigmáticos.

1.2. As definições de segunda residência em alguns países europeus

1.2.1. França

Tal como refere Maria José Caldeira, citando H. D. Clout, a França foi um dos primeiros países a ter uma definição estatística do conceito, sendo que o Institut National de la Statistique et des Études Economiques (INSEE), já em 1962 considerava as segundas residências como "os alojamentos cujos utilizadores as ocupam por curtos períodos no ano, incluindo-se nesta categoria as casas de férias e apartamentos mobilados com fins turísticos, excluindo os hotéis" (*apud* Coppock, 1977:47 em Caldeira, 1995:18). Mas, esta definição, sobretudo pelo recurso a outras noções que também precisam de ser definidas não é, por isso, suficientemente clara, talvez também porque coloca o foco na questão dos utilizadores e não na da propriedade.

Tendo em conta a definição apresentada por Jean-Marc Zaninetti (Zaninetti, 2013) uma segunda residência é entendida como uma "propriedade de uso sazonal, principalmente para recreação" mas, no entanto, a definição presente no instituto de estatística desse país (INSEE) é, mais recentemente, um pouco mais complexa, não tanto pelo que é dito mas mais pelo que se acrescenta. Isto é, apesar de entenderem que "*une résidence secondaire est un logement utilisé pour les week-ends, les loisirs ou les vacances*", acrescentam que "*la distinction entre logements occasionnels et résidences secondaires est parfois difficile à établir, c'est pourquoi, les deux catégories sont souvent regroupées*" (https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definition/c1634, consultado a 30/04/2019). De facto, em França, pelo menos em termos estatísticos, cabem dentro do conceito de segunda residência os alojamentos destinados a uso turístico que em Portugal são enquadrados na categoria de alojamento local e também desde há muitos anos, antes da passagem para a supervisão das autarquias locais (D. L. 39/2008), integrados nas categorias de alojamentos e moradias turísticas enquanto empreendimentos turísticos sob a alçada da Direção Geral do Turismo.

Ora, à introdução pelo INSEE do conceito de residência ocasional para esclarecer a noção de residência secundária, o qual não surge devidamente definido no seu sistema de metainformação, acresce um outro conceito, o de "residência turística", o qual vem tornar ainda menos claro todo este articulado de definições. Segundo o INSEE,

> "La résidence de tourisme est un établissement commercial d'hébergement classé, faisant l'objet d'une exploitation permanente ou saisonnière. Elle est constituée d'un ensemble homogène de chambres ou d'appartements meublés, disposés en unités collectives ou pavillonnaires, offert en location pour une occupation à la journée, à la semaine ou au mois à une clientèle touristique qui n'y élit pas domicile. Elle est dotée d'un minimum d'équipements et de services communs. Elle est gérée dans tous les cas par une seule personne physique ou morale. Une résidence de tourisme peut être composée de natures d'hébergement variées : appartement, chambre, mobile home (type camping). Les résidences de tourisme classées le sont selon les nouvelles normes Atout France en vigueur depuis juillet 2012. Elles sont classées de 1 à 5 étoiles" (https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definition/c1985, consultado a 30/04/2019).

Estas residências turísticas acabam por ter mais afinidades, como se referiu acima, com os aldeamentos turísticos portugueses, os quais podem ou não estar integrados em "resorts" ou conjuntos turísticos. Esta questão da consideração das segundas residências como alojamento turístico será debatida mais à frente, em capítulo próprio.

1.2.2. Espanha

Em Espanha, onde se destacam os estudos mais antigos de Manuel Valenzuela Rubio (1976; 1977), de Pere Antoni Salvà Tomás (1979) e de José Ortega Valcárcel (1975) e, entre os mais recentes, a tese de doutoramento de Julián López Colás (2003) e várias publicações tendo por objeto o chamado turismo residencial, com destaque para os contributos de Tomás Mazón Martinez e de Raquel Huete[2], a definição utilizada pode sintetizar-se nesta frase de Manuel Valenzuela: "*un hábitat recreacional, si bien matizado respecto a otras formas (hoteleras, casa o apartamento en alquiler, camping, etc.) por una frequentacion regular y unas relaciones de propriedad, así como por un relativo alejamiento de la residência principal*" (Valenzuela Rubio, 1976: 135-136), uma definição que abarca as questões do tipo (recreação) e frequência de uso (regular), da propriedade (casa própria ou de aluguer longo) e do afastamento à residência principal, primeira ou permanente (afastamento relativo).

[2] Manuel Valenzuela estudou a região de Madrid, em particular as Serras de Guadarrama e Gredos; Pere Salvá-Tomás, mais interessado nas questões do processo de urbanização, estudou as segundas residências na ilha de Maiorca; e José Valcárcel, estudou a relação entre a residência secundária e a periurbanização. Tomás Mazón, professor jubilado da universidade de Alicante, é a maior referência nas questões do chamado "turismo residencial", fenómeno introduzido pelo estudo pioneiro de Francisco Jurdao Arrones, de 1972, que afeta todo o litoral mediterrânico espanhol, com particular saliência para a Província de Alicante.

Mais uma vez, também Maria José Caldeira (Caldeira, 1995:18) apresenta a definição do Instituto Nacional de Estadistica de España (INE), a qual, para os anos 70 (definição adotada para o "Censo de la Población y de las Viviendas", de 1981) é apresentada como "uma residência (…) [que] é utilizada somente uma parte do ano, de forma estacional, periódica ou esporádica, e que não constitui residência habitual de nenhuma família" (Institut d'Estudis Metropolitans de Barcelona, *apud* Caldeira, 1995). Em 2019 esta definição não sofre alteração de monta, e a formulação de que uma segunda residência ("vivienda secundária" na designação espanhola) corresponde a "*una vivenda familiar* [que] *se considera secundaria cuando es utilizada solamente parte del año, de forma estacional, periódica o esporádica y no constituye residencia habitual de una o varias personas*" (definição disponível em https://www.ine.es/DEFIne/es/concepto.htm?c=4855&op=30243&p=1&n=20, acedido em 16/08/2019) é a que é utilizada nos "Censos de Población y Viviendas" (ficha disponível em https://www.ine.es/dyngs/IOE/es/operacion.htm?numinv=30243, acedido em 16/08/2019).

No caso espanhol, colocam-se algumas questões que teremos também de esclarecer nesta dissertação. Por um lado, o conceito de alojamento familiar e, por outro, a segmentação do tempo que permite a diferenciação entre o que é sazonal, periódico ou esporádico.

1.2.3. Reino Unido e Irlanda

O caso do Reino Unido é interessante, não só porque para além dos dados censitários existem também os inquéritos anuais à habitação, "English Housing Survey" que, pelo menos entre 2012/13 e 2013/14, incluíam uma secção apenas dedicada às segundas residências ("second homes" na terminologia desses inquéritos) (Cf. https://www.gov.uk/government/publications/english-housing-survey-2017-to-2018-questionnaire-and-physical-survey-form). Deste modo, não é de estranhar que Chris Paris (Paris, 2013), afirme que a disponibilidade de dados para o Reino Unido é muito boa, mas isso é principalmente verdade para a Inglaterra. Segundo este autor, os censos distinguem entre primeiras residências, ou residências habituais, de segundas residências, e no discurso oficial é usado o termo "second home" (segunda residência) para designar o alojamento utilizado pelos seus proprietários, familiares ou amigos para efeitos de lazer ou como "pieds-à-terre", isto é, não consideram as segundas residências como alojamentos correspondentes a um investimento imobiliário destinado ao arrendamento, ainda que para férias ou lazer (Paris, 2013:4).

Mas, a definição de segunda residência no Reino Unido é bastante interessante. Por um lado, as casas vazias são objeto, desde Abril de 2013, de uma taxa adicional eventual (ou de um benefício, no caso das segundas residências) cobrada pelas autoridades locais e cujo valor varia nas várias nações do Reino Unido (Sandford, 2018; Paris, 2013). Por outro lado, pela introdução nas regras de cobrança dessa taxa, da noção de essas casas serem "substantially unfurnished", o próprio Estado temia que os cidadãos aí colocassem algum mobiliário de forma a que em vez de vazias passassem a ser consideradas segundas residências (Mustafa, 2014) e, assim, pudessem passar a beneficiar de um desconto na "Council tax" que poderia ir até 50% (Cf. https://www.gov.uk/council-tax/second-homes-and-empty-properties, acedido em 16 de agosto de 2019; Sandford, 2018).

Um facto interessante é em lado nenhum deste "English Housing Survey", ou mesmo nos glossários e definições de variáveis do Censo, ter-se descortinado uma definição oficial suficientemente objetiva e clara do que se entende por segunda residência. De facto, a única definição surge numa publicação da "House of Commons Library", destinada a esclarecer a aplicação do benefício ou do agravamento do imposto local sobre a propriedade. Essa definição é a seguinte:

> "a 'second home' is a property which is not the 'sole or main residence' of any individual for council tax purposes. This may include a 'holiday home'. It may also include a property which the owner does regularly occupy, but another property is defined as their 'sole or main residence'. It is for the billing/levying authority (the district or unitary council in England) to decide in the first instance whether a property is anyone's 'sole or main residence'" (Sandford, 2018:4).

Como reconhece Chris Paris (Paris, 2013), no Reino Unido não existe uma definição de segunda residência para efeitos do sistema de impostos, mas sempre existiu uma redução das taxas aplicáveis sobre essas propriedades, o que levou ao crescimento deste tipo de imobiliário, mais vantajoso para pessoas reformadas ou famílias que puderam fazer importantes investimentos, com ganhos de capital livre de impostos.

Como se pode constatar, no caso do Reino Unido, a definição de segunda residência introduz um outro conceito que aparenta ser exclusivo, o de casa de férias, ao mesmo tempo que deixa às autoridades a discrição de estipular qual a primeira residência de qualquer cidadão. Do mesmo modo, o foco é colocado na propriedade e no seu fraco ou forte apetrechamento, não sendo clara a contribuição do tipo e da frequência de uso para a sua definição. Qualquer uma destas problemáticas irá merecer a nossa atenção.

Segundo Chris Paris (Paris, 2013), na Irlanda não há quaisquer dados relativos às segundas residências, não só porque não há inquéritos regulares à habitação e os únicos e poucos dados estatísticos disponíveis são veiculados pelos censos da população (realizam-se de 5 em 5 anos), mas também porque a nível local, já em 1977, tinha sido abolido o imposto municipal sobre a propriedade. No entanto, sabemos que a 31 de julho de 2009 foi instaurada uma taxa, a "Property Tax on Non Principal Residences in Ireland (NPPR)" que vigorou até 2013, em consequência da crise financeira, mas que não afetou as primeiras residências. A partir de maio de 2013, entrou em vigor a "Local Property Tax (LPT)", a qual passou a abranger primeiras e segundas residências, correspondendo, assim, a uma reintrodução do imposto local sobre a propriedade[3] (Cf. http://www.moneyguideireland.com/property-tax-how-much-will-it-be.html, acedido em 18 de agosto de 2019).

Esta questão da indefinição do conceito também quando estão em causa obrigações fiscais é, obviamente, um problema acrescido na gestão pública, com repercussões evidentes ao nível do ordenamento do território, tanto na ótica da simples normativa da ocupação do espaço, como na da sua regulação em termos dos índices urbanísticos e das obrigações ou responsabilidades de fornecimento de bens e serviços públicos.

1.3. A definição de segunda residência em Portugal

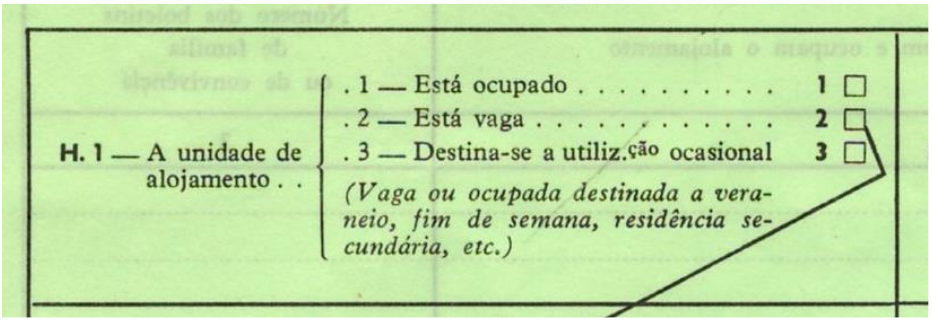
Para que possamos prosseguir na discussão ontológica do objeto de estudo, e tendo em conta os exemplos antes apresentados para alguns países, ir-se-á para já utilizar a definição de segunda residência do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), a qual vem sendo apurada desde o ano de 1970 do século XX, altura em que no formulário do inquérito surgia a expressão "utilização ocasional" para distinguir as residências que poderiam estar vagas ou ocupadas e que se destinavam a "veraneio, fim de semana, residência secundária, etc." (Cf. Figura 1). Na sua dissertação de mestrado Maria José Caldeira (Caldeira, 1995:19) apresenta uma evolução desta definição pelo INE, apesar de utilizar no seu trabalho a designação de residência secundária. Em termos sintéticos, o INE começou por considerar dois tipos de

[3] As casas que não podiam ser utilizadas eram alvo de regras diferentes, mas sendo referido que o facto de uma casa ter a eletricidade a água desligadas não seria suficiente para a considerar inabitável. Esta discussão é interessante apenas porque introduz mais um elemento de ruído na aplicação das regras de taxação, à semelhança do que se viu no Reino Unido para as situações do "insuficientemente mobiladas".

residências para além das consideradas principais ou permanentes, tais como as "residências de uso sazonal" e as "residências com ocupante ausente".

Aquelas duas categorias surgem, pela primeira vez, no XII Recenseamento Geral da População e II da Habitação de 1981 (observação instantânea referida às 0h do dia 16 de março de 1981), mas as suas definições não estão completamente claras. Por um lado, o alojamento com ocupante ausente é entendido como "aquele(s) cujo(s) morador(es) se tenha(m) ausentado do País (emigrante, p. ex.) ou se tenha(m) deslocado temporariamente para outro local do País (ausência por motivos profissionais, p. ex.) desde que à data do Recenseamento tenha decorrido um ano de ausência" (INE, 1984a:49); de notar que o conceito de "ocupante ausente" não deve ser confundido com o de "residente ausente", o qual é entendido como a "pessoa que vivendo no alojamento, se encontrava ausente do mesmo à data do Recenseamento" (INE, 1984a:57). Por outro lado, apesar de nos quadros do Censo de 1981 surgir uma variável designada por alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (INE, 1984:17, quadro 3.0.1), nem no volume da metodologia e conceitos, nem em qualquer outro lado das publicações do Censo, se encontra a correspondente definição.

De facto, só em 24/05/1994, se inicia a utilização (o final de vigência foi a 28/04/2009) do conceito de "alojamento familiar ocupado com uso sazonal", entendido como um "alojamento ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual" (Cf. http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=712&lang=PT, acedido em 28/08/2019). Apesar de, segundo o sistema de metainformação do INE, este conceito vigorar a partir de 1994, ele está referenciado como sendo originário, ou ter como fonte, as "recomendações para os Censos da População e da Habitação, 1990, na região da Comissão Económica para a Europa (ONU)" (Cf. Idem, idem).


H. 1 — A unidade de alojamento . .

. 1 — Está ocupado . . . . . 1 ☐

. 2 — Está vaga . . . . . 2 ☐

. 3 — Destina-se a utiliz.ção ocasional 3 ☐

(Vaga ou ocupada destinada a veraneio, fim de semana, residência secundária, etc.)

Fonte: INE

Figura 1 – Extrato do formulário do inquérito do 1º recenseamento da habitação de 1970

Devem ainda salientar-se três notas relacionadas com o Censo de 1981, já que elas permitirão mais à frente avaliar o sentido de progresso do sistema estatístico relacionado com o tema das segundas residências: (i) só na parte do questionário relativo ao alojamento é que se referem, no ponto que trata da forma de ocupação, as várias hipóteses de resposta e que são: a) Residência habitual; b) Para uso sazonal ou de veraneio; c) Com ocupante ausente (emigrado, etc.) (INE, 1984a)(INE, n.d.); (ii) outra nota interessante, e que depois se vem a alterar nos Recenseamentos seguintes, diz respeito às opções de resposta para os alojamentos vagos, sendo que neste caso se consideravam as seguintes situações: a) Para venda; b) Para aluguer; c) Para demolição; d) Em estado de deterioração e outros casos. (INE, 1984a)(INE, n.d.); e, por fim, (iii) outra nota interessante é a de que para o caso do alojamento de uso sazonal ou de veraneio, só se o ocupante não estivesse no local é que o questionário terminaria (INE, 1984a), sugerindo-se implicitamente que caso o ocupante estivesse presente haveria continuação da recolha das restantes características do alojamento que compunham o questionário, possibilidade que irá deixar de existir logo em 1991.

O "XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, de 1991" (disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1991, mas apenas os volumes de apuramento nacional e os metodológicos e documentos complementares), introduz algumas diferenças relativamente a 1981, mas mais no sentido da clarificação. Deste modo, fica assente pela leitura dos conceitos e dos questionários (INE, 1995) que o "alojamento familiar ocupado", o qual é aquele que, exatamente por isso, não está disponível no mercado de habitação, o pode ser em três situações: (i) com "ocupante ausente, (…) [quando] pertencente a indivíduos que nele deixaram de ter a sua residência habitual e que estão ausentes por longos períodos (ocupante emigrado e ocupante ausente no País)", sendo que cada uma destas opções tem tratamento separado; (ii) "residência habitual: (…) constitui a residência principal habitual de, pelo menos, uma família" e, por último, (iii) "uso sazonal: alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual" (INE, 1995:41-42). Acresce que relativamente a 1981, por um lado se reduzem as opções de consideração de alojamentos vagos (a anterior formulação de "em estado de deterioração e outros casos" passa a ser apenas "outros casos" e, por outro, é expressamente declarado que se o alojamento familiar não for de residência habitual, acaba aí o inquérito (INE, 1995:35).

O "XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, de 2001", correspondeu a uma melhoria significativa dos instrumentos de supervisão e

processamento da informação censitária comparativamente às décadas anteriores. Por um lado, a utilização de mais e melhores meios informáticos, permitiu uma melhor compilação e automatização do tratamento da informação e, por outro, a passagem de uma Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE), analógica, para uma Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI), digital com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica, constituiu um avanço ímpar na possibilidade de supervisão da qualidade dos Censos a par da grande facilidade de representação detalhada das variáveis e indicadores estatísticos geograficamente referenciados.

Mas, esta melhoria tecnológica não teve paralelo no apuro dos procedimentos de recolha de dados. De facto, relativamente à problemática que nos interessa, "nos alojamentos familiares ocupados, a variável 'forma de ocupação' [passou a distinguir] (…) apenas duas modalidades: 'residência habitual' e 'uso sazonal ou secundário', [incluindo] esta última (…) situação [a] de 'ocupante ausente ou emigrado' observada em 1991" (INE, 2003:35).

A simplificação acima descrita não alterou a definição do conceito. Tal como em 1991, apesar de agora se utilizar a expressão "alojamento sazonal ou secundário", a definição continua a ser "alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual" (INE, 2003:51). Também mais uma vez, um alojamento familiar ocupado é aquele que não está colocado no mercado de habitação, ao contrário de um alojamento vago que é o "alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontra disponível no mercado de habitação". Esta formulação da definição de alojamento vago levanta várias dúvidas e não ajuda a esclarecer o modo como os inquiridores censitários, pelo menos desde 1981, apuraram os quantitativos de alojamentos de uso sazonal, ou de veraneio, ou de uso secundário.

De facto, ainda em 2001, olhando para o formulário do inquérito relativo aos alojamentos, pode verificar-se que as opções para os alojamentos vagos são: (i) para venda; (ii) para arrendar; (iii) para demolir e (iv) outros casos. Isto é, as situações optativas continuam a corresponder, não só à disponibilidade imediata no mercado de habitação, mas também a outras que podem não incluir essa situação, como por exemplo, o abandono em *lato sensu*, mesmo quando proprietários de uma segunda residência, por variadas razões, poderiam estar sem a visitar durante um largo período. Em síntese, a definição dos conceitos de alojamento vago ou do de alojamento de uso sazonal ou de residência secundária, tal como consta no formulário do inquérito do Censo de 2001, mas também dos anteriores (1981 e 1991), não são suficientemente

claras e detalhadas de modo que permitissem uma classificação inequívoca na fase dos levantamentos de campo, podendo ter-se dado o caso de terem ocorrido situações de falta de informação e de rigor nessa classificação.

A nossa referência aos problemas dos levantamentos censitários não pretende de modo nenhum constituir-se como uma dúvida estrutural relativamente à qualidade da informação processada nesses instrumentos fundamentais para o conhecimento "Estadístico" do País. Trata-se, isso sim, de demonstrar que a temática dos alojamentos não ocupados de forma permanente, ou por períodos mais longos que os 6 meses, nunca foi considerada suficientemente relevante para o conhecimento da dimensão e funcionamento do mercado imobiliário nacional. Mas, saber se um alojamento está abandonado ou é usado como segunda residência é muito importante para a avaliação, por exemplo, da disponibilidade imobiliária residencial, a qual apenas poderá ser feita se forem conhecidas as características desses alojamentos. Aliás, por exemplo, qualquer exercício de aplicação de uma função hedónica[4] em qualquer área geográfica, apenas fará sentido se forem exatamente conhecidas essas mesmas características.

Em 2011, o articulado conceptual adotado nos Censos da População e da Habitação, comparativamente a 2001, sofreu um retrocesso. Apesar de se terem adotado as recomendações de 2006 das Nações Unidas[5], perdeu-se a possibilidade de diferenciar entre a residência de uso sazonal e a residência com ocupante ausente, o que em certa medida poderia permitir ponderar a incidência dos dois tipos de fenómeno, porventura idênticos na sua natureza, mas muito diferentes nas suas origens e motivações e nas intensidades e frequências de uso e, logo, também nos seus efeitos sobre o desenvolvimento local. O INE, para além de manter as designações de "alojamento familiar de residência secundária" e de "alojamento familiar ocupado com uso sazonal", utiliza para qualquer uma delas a mesma definição de "alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência

[4] Em economia urbana, é fundamental saberem-se quais as características valorizadas pelo consumidor que mais contribuem para a formação do preço, na parte que nos interessa, da habitação. A chamada função hedónica, digamos f(H), numa das suas abordagens mais simples, não é mais do que uma análise de regressão múltipla onde $H=h_1, h_2 \ldots h_n$, sendo n o total de atributos de cada uma das partes h que contribuem para a caracterização do bem habitação (Cf. Moreira, 2000).

[5] Tal como referido pelo INE (http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6102), a definição do conceito de residência secundária resultou da adaptação pela "Task force Construção e Habitação 2009" dos resultados da "Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006".

habitual" (sistema de meta-informação do INE, disponível em http://smi.ine.pt/SistemaConceptualConceitos). Do mesmo modo, também o INE utiliza as designações de "alojamento familiar de residência habitual" e de "alojamento familiar de residência principal", às quais também corresponde uma definição única e que é: "alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família". Para já, assente-se nestas definições simplificadas, já que elas também permitirão operacionalizar a informação estatística oficial, mas não se pode deixar de alertar, logo à partida, para a indefinição de elementos constitutivos destes conceitos como, por exemplo, a derivação da noção de "residência principal" ou "secundária", ou "habitual" e "sazonal". Isto é, por exemplo, são utilizados critérios de permanência temporal ou de registo na autoridade tributária? Apesar de isso não estar claramente expresso em parte nenhuma dos documentos metodológicos, fica-se com a impressão de que a utilização e aplicabilidade de qualquer uma daquelas expressões resultou da escolha, nuns casos, declarada diretamente pelos eventuais ocupantes (população presente no alojamento) e, noutros, arbitrada ou mesmo adivinhada pelos vizinhos ou pelo próprio entrevistador.

Em síntese, a definição que se irá utilizar para o objeto de estudo, as segundas residências, é a de que se tratam de alojamentos familiares com uma ocupação esporádica ou regular (incluindo a sazonalidade), por períodos curtos ou longos, os quais podem ir de alguns dias, ou um fim de semana, a alguns meses (mas nunca mais de seis, pois nesse caso está-se perante, em termos estatísticos ou fiscais, uma residência permanente), mas onde ninguém tem a sua morada principal, ou permanente, ou o seu domicílio fiscal.

2. UMA MULTITUDE DE DIMENSÕES, ESCALAS E TIPOS DE OBSERVAÇÃO

A evidente complexidade da evolução teórico-metodológica na literatura científica e nas estatísticas oficiais de um lado e, de outro, a necessidade de uma mais eficaz operacionalização do conceito de segunda residência na, por exemplo, investigação científica, planos de ordenamento de território, ou políticas públicas, impõe-nos o desafio de tentar encapsular/amalgamar/integrar/condensar dentro do conceito de segunda residência outros significados que justificam as designações frequentes de "residência sazonal", "residência secundária", "casa de férias" e "casa de campo ou de praia". Do mesmo modo, quando se usa a palavra "residência", em vez da de "alojamento", é apenas para garantir que se refere a uma qualidade funcional em estreita relação com as pessoas ocupantes (os residentes), e não a uma

qualidade funcional apenas dependente do objeto edificado (a edificação pode cumprir funções de alojamento, as quais estão estreitamente associadas às suas características físicas). Mas, no entanto, o facto de se estar alojado em determinada construção ou edifício ou casa, não significa que aí se resida. Assim, residência é o local central a partir do qual, por períodos mais ou menos longos de tempo, se desenrola e desenvolve a vida de uma pessoa, ou de um conjunto de pessoas.

Ora, quando se fala em primeira e em segunda residência, está implícita uma ordenação relacionada, exatamente, com essa extensão temporal, embora haja outras formas de definir essa ordem com base noutros critérios, como por exemplo o da localização do endereço fiscal. Deste modo, conceitos como os de residência ou morada fiscal, residência ou morada de família ou, ainda, residência permanente ou primeira residência, são também formas de, pela negativa, designar o local de residência onde presumivelmente se passa mais tempo. E dizemos presumivelmente porque não existem regras claras sobre a atribuição das características que diferenciam as primeiras e as segundas residência, já que essas características, tanto em termos físicos como imateriais, tendem a variar de acordo com inúmeros fatores que acabam por contribuir para a complexidade de elucidação de um conceito aparentemente tão simples.

De facto, por exemplo, seja em função da idade, ou dos rendimentos, ou da profissão ou, ainda da própria atitude comportamental dos proprietários de uma segunda residência, a distinção desta, face a uma primeira residência, pode estar completamente enviusada. Vejamos o que pode acontecer para os diferentes exemplos citados e tendo apenas por referência a variável tempo:

1) no que respeita à idade (ou, também, à situação na profissão), pessoas já reformadas podem inverter a duração dos períodos de permanência entre a primeira e a segunda residência;
2) pessoas com maiores rendimentos poderão, para além de também poderem dispor de várias segundas residências, ter uma repartição do tempo que também poderá não ser um elemento diferenciador da primeira, face à, ou às, segundas residências;
3) determinadas profissões, menos exigentes do ponto de vista da jornada de trabalho em determinadas instalações e, por isso, também mais aptas para regimes de turnos ou de teletrabalho fora do comum (professores universitários, altos quadros de empresas, técnicos deslocados em ambientes mais desgastantes e, por isso, com uma alternância de trabalho/descanso por vezes muito desproporcionada, por exemplo), também podem

levar a uma inversão dos tempos de permanência enquanto elemento diferenciador das segundas face às primeiras residências;

4) as atitudes comportamentais, ou sensibilidades e perceções, podem também interferir nessa diferenciação; por exemplo, é comum um emigrante falar da casa que construiu na sua aldeia de origem como "a sua casa", aquela que não deixa de ocupar todos os anos nas férias e para onde voltará quando se reformar;

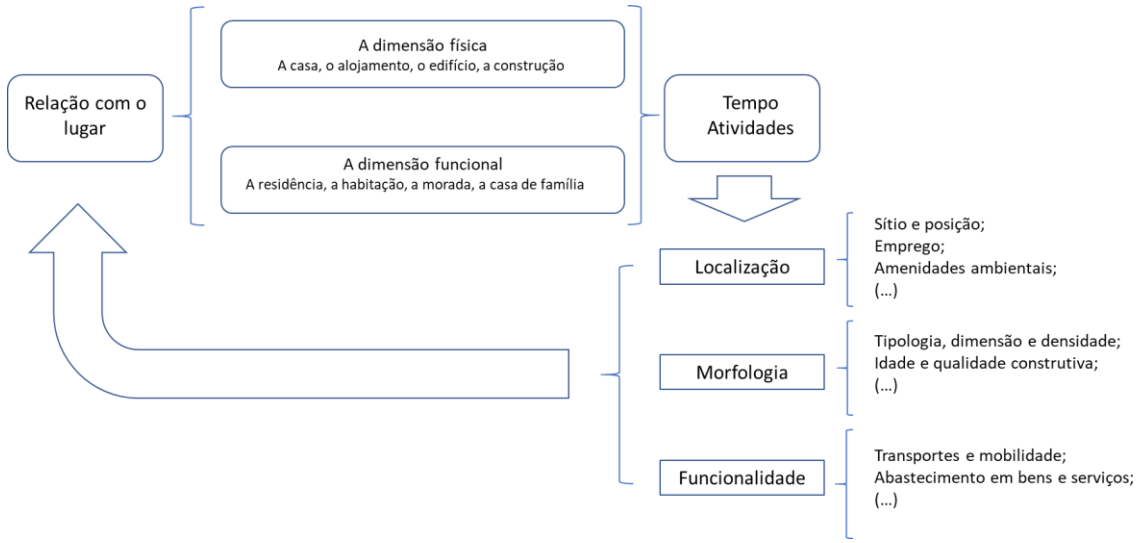
A melhor maneira de se estruturar o entendimento e o significado do conceito será através do estabelecimento de relações de causalidade, ou de probabilidade, inicialmente suportadas em duas grandes divisões dicotómicas. Mas, antes de prosseguirmos, interessa saber se se está em presença de um agregado familiar com pelo menos um indivíduo ativo empregado ou estudante com necessidade de deslocação diária ao local de emprego ou estudo, ou de outros agregados familiares cujos indivíduos se enquadrem noutras condições perante o trabalho que não exijam, sempre ou apenas em algumas vezes, essa deslocação. Cada uma destas situações tem implicações diferentes sobre as necessidades de domínio do tempo e, por isso, também induzem diferentes níveis de relação com o lugar.

Podem-se dividir as qualidades ou características da segunda residência (ou da primeira) entre aquelas que são físicas ou materiais e as que são funcionais ou de relação entre vários elementos, também eles materiais ou imateriais. Isto é, por um lado, tem-se a casa, o alojamento, o edifício ou a construção, em síntese, a obra arquitetónica e de engenharia; por outro lado, tem-se a residência, a habitação, a morada ou a casa de família, ou seja, em síntese, o espaço da reprodução familiar.

Logo à partida, a intermediação entre aquelas duas dimensões (materiais e imateriais) é dada pelos ocupantes do bem material, estando o seu entendimento referido a uma primeira ou segunda residência condicionado pela interferência de um segundo conjunto de fatores que resumimos na articulação entre o tempo de permanência e as atividades que isso permite. Dessa articulação, em termos de natureza e intensidade (ou tipo e frequência) emanam outras características que se podem diferenciar em termos de: localização, morfologia e funcionalidade. Destas características e das suas interdependências, resulta uma "relação com o lugar" que, no entanto, não é imutável nem absoluta, isto é, pode alterar-se ou ser alterada e pode ser analisada a partir de inúmeros prismas e/ou óticas.

A Figura 2 ilustra o nexo exposto. A casa e as suas características formais e de ocupação (a casa com os seus utilizadores) durante um determinado período temporal, possibilita

atividades dos mais variados tipos cuja relação com a intensidade e frequência desse mesmo tempo podem ir desde o simples descanso até ao trabalho, seja numa lógica discreta, seja numa outra mais ou menos contínua. Isto é, considera-se que longos períodos de utilização estarão associados a uma integração no mercado de trabalho, enquanto curtos períodos estarão associados a atividades de recreio e lazer. Por sua vez, estes tempos de utilização associados a uma tipologia de atividades mais ou menos ligadas à produção económica ou à reprodução social, influenciam e são influenciados por três dimensões essenciais que regulam a "relação com o lugar": a morfologia da casa/residência, a sua localização e a sua integração numa rede funcional que, entre outros aspetos, também modela a dominação material do tempo.



Fonte: elaboração própria

Figura 2 – Dimensões de caracterização e de transformação da residência

A localização de primeiras e segundas residências, dependendo do tipo ou intensidade de integração no mercado de trabalho do agregado familiar, obedece a um padrão teórico que, em cada caso, modula a relação com o lugar, seja de um ponto de vista mais afetivo, seja de outro mais relacionado com a funcionalidade deste. Isto é, considerando duas situações teóricas extremas "eu resido" num determinado sítio, (i) apenas porque "amo" esse local (situação hipoteticamente mais associada à escolha da segunda residência) ou, então, (ii) apenas porque esse local apresenta condições ótimas de acesso ao emprego e de proximidade a bens e serviços, públicos e privados, por exemplo (situação também hipoteticamente mais associada à escolha da primeira residência). Obviamente que entre estas duas situações extremas existe um leque alargado de combinações que, apesar de tudo, tenderão sempre, ou a favorecer a proximidade

de bens e serviços facilitadores da produção (emprego, transportes, bancos, etc.), ou daqueles que poderão estar mais diretamente associados a algumas componentes da reprodução social, tais como as amenidades do ambiente natural (na ótica do planeamento territorial) ou, como hoje é consensual, dos serviços dos ecossistemas mais ou menos preservados (na ótica do ordenamento do território).

Por sua vez, a forma e dimensão da casa pode, ou não, estar relacionada com a dimensão (quantas pessoas), a composição (características dessas pessoas) e a estrutura (relações entre essas pessoas) do agregado familiar ou dos seus utilizadores. É mais frequente ocorrer um maior ajustamento entre forma e função (a casa enquanto elemento arquitetónico e enquanto residência), no caso das primeiras residências, aquelas onde se passa mais tempo e também onde os processos de reprodução social são mais complexos. De facto, vários estudos empíricos mostram que as segundas residências podem ter um padrão de uso menos normalizado, sendo corrente a existência de maiores densidades de ocupação ou a admissão de menores condições de conforto e habitabilidade por parte dos utilizadores.

A este menor ajustamento entre forma e função no caso das segundas residências, acrescem outras características morfológicas cuja leitura, feita em articulação com a localização (o sítio/lugar e a posição/envolvente), podem ajudar a perceber se se trata de primeiras ou de segundas residências. Este exercício é mais difícil, mas existem traços distintivos que concorrem para esta afirmação e que vão desde a preservação da "traça" arquitetónica até ao modo de organização da ocupação do lote/parcela, numa lógica de relativa homogeneidade dos conjuntos edificados. Neste caso, este tipo de observação é sobretudo evidente nas situações correspondentes a lugares já tradicionalmente destinados à fruição para recreio e lazer, com predominância nas estâncias balneares (São Pedro de Moel, Costa Nova, Areia Branca, etc.), mas também nas termais (São Pedro do Sul, Caldas da Rainha, Vimeiro, por exemplo) e de montanha (Serra da Estrela, Caramulo, Lousã, etc.).

Por último, as questões da funcionalidade são deveras relevantes para o enquadramento da residência. No caso das primeiras residências, a existência de redes e serviços, sejam de transporte, de equipamentos ou de abastecimento, é fulcral para o funcionamento dos processos de produção e de reprodução social. Já no caso das segundas residências essa condição não é tão determinante. No entanto, as questões da acessibilidade são sempre importantes. Isto é, a localização enquanto sítio/lugar pode não ser muito importante, mas o mesmo não se pode dizer

relativamente à localização enquanto posição/enquadramento, pois o acesso rápido a bens e serviços, nomeadamente os de saúde, é percebido como uma condição fundamental.

No final, estas três dimensões (localização, morfologia e funcionalidade) graduadas em termos das suas características (naturezas ou ontologias, volumes ou quantidades e frequências ou intensidades e potências) assumem diferentes importâncias e significados no estabelecimento de relações com o lugar consoante se trate de primeiras ou de segundas residências. Pode até acontecer que essas relações acabem por ser idênticas, mas nesse caso existe uma interferência do "tempo" que pode encurtar o período de vida no local da primeira residência (mais tempo no local de trabalho, por exemplo), compensando assim os mais curtos períodos de permanência no local da segunda residência. De qualquer modo, mesmo a perceção do tempo nas duas situações é diferente, já que num caso a relação pessoa/meio é orientada pela preocupação do financiamento da reprodução social, enquanto no outro caso ela é ampliada pela parte agradável dessa mesma reprodução social.

Como se viu até aqui, qualquer definição de segundas residências, para além de implicar a distinção face aquelas que são as primeiras – o que pouco acrescenta à compreensão do conceito –, terá de ter em conta as várias dimensões que estão subjacentes a um fenómeno com alguma complexidade e que se podem decompor do modo que se apresenta de seguida, sendo que importa esclarecer que o que se considera como dimensões materiais referem-se ao que é visível no espaço geográfico e na paisagem, enquanto as imateriais se referem apenas ao que não sendo visível de forma direta, é no entanto determinado ou condicionado pela existência de relações, unívocas, biunívocas ou sistémicas que, em última instância, podem produzir um resultado que será visível e, logo, com dimensão material:

I) No âmbito das dimensões materiais:
   a) Espaço construído ou edificado (na aceção de sítio);
   b) Espaço de localização e envolvente (na aceção de posição);
   c) Proprietários e utilizadores (características sociais e demográficas, incluindo as componentes visíveis – formas de apropriação do espaço, p. e. –, do "status" económico);
   d) Atividades e fruição de amenidades ambientais por parte de proprietários e utilizadores (componente visível, como a frequência de praias, p. e.).

II) No âmbito das dimensões imateriais:

a) Mecanismos e processos (regulamentos e planos e partilhas de heranças, p. e.) que estão na origem do bem (principalmente a casa, mas também o terreno de implantação e o seu enquadramento geográfico);
b) Relação com o bem e formas do seu uso, incluindo o apego ao sítio e ao lugar bem como a sua perceção enquanto objeto de ostentação e/ou de afirmação social na comunidade;
c) Perceção do valor acrescentado do bem sobre o modo de vida, nomeadamente na ótica do seu contributo para o descanso e eventuais melhorias de saúde.

Nos Quadro 1 e Quadro 2, apresenta-se uma sistematização mais detalhada, mas naturalmente não exaustiva, da existência de relações entre as várias dimensões e subdimensões, materiais e imateriais.

Quadro 1 - Dimensões materiais e suas subdimensões, materiais e imateriais

Tipos de dimensão	Tipos de subdimensões	
	Subdimensões materiais (objetos espaciais)	Subdimensões imateriais (relações espaciais)
Espaço construído ou edificado (na aceção de sítio)	Morfologia ou desenho;	Aparência e perceção estética;
	Visibilidade na paisagem	Integração na paisagem
	Qualidade e tipo de materiais;	Integração cultural ou modernidade vs. tradição;
	(…)	(…)
Espaço de localização e envolvente (na aceção de posição)	Casa e terreno envolvente;	Utilidade e valor económico;
	Interior ou fora de aglomerado;	Origem e integração nos instrumentos e processos de ordenamento territorial;
	Existência de infraestruturas, equipamentos, comércio e serviços;	Avaliação do grau de desenvolvimento e integração urbana (incluindo o planeamento territorial);
	Existência de amenidades ambientais propiciadoras do recreio e lazer;	Graus de serviço, de proteção e de capacidade de carga dos ecossistemas;
	Distância aos centros emissores de visitantes ou turistas;	Relativismo da distância;
	(…)	(…)
Proprietários e utilizadores (características sociais e demográficas)	Características individuais: idade, género e dificuldades ou grau de deficiência;	Necessidades especiais e tipos de atividades, sobretudo de recreio e lazer;
	Estruturas familiares;	Utilizadores e relações de parentesco;
	Situação perante o trabalho, profissão, cultura (erudita ou popular) e rendimentos;	Grupos sociais e comportamentos (padrões de consumo e tipos de atividades de recreio e lazer, p.e.);

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 - Dimensões imateriais e suas sub-dimensões, imateriais e materiais

Tipos de dimensão imaterial	Tipos de sub-dimensões	
	Sub-dimensões materiais (objetos espaciais)	Sub-dimensões imateriais (relações espaciais)
Mecanismos e processos que estão na origem do bem;	Morfologia urbana ou do solo rústico no caso de aglomerados rurais;	Existência de planos e regulamentos;
	Tradicional malha quadriculada com ausência de infraestruturação dos loteamentos ilegais;	Origem em loteamento legal ou ilegal;
	Integração urbana ou rural;	Processos de expansão urbana e passagem de segunda a primeira residência; processos emigratórios e passagem de primeira a segunda residência;
	Morfologia construtiva e materiais;	Tecnologia, regulamentação e preferências estéticas;
	(…)	(…)
Relação com o bem e formas do seu uso;	Grau de equipamento e de tratamento do espaço exterior (parque infantil ou piscina, p. e.);	Restrições da frequência de uso (a determinado tipo de atividades como as agrárias, p. p. e.);
	Sinais exteriores de identidade desejada;	Afirmação social;
	Grau de conservação e eventual estado de abandono;	Investimento em conservação e manutenção e regularidade de uso;
	(…)	(…)
Perceção do valor acrescentado do bem sobre o modo de vida;	-	Tipos de uso da segunda residência (fuga ao ambiente citadino, descanso e lazer após o trabalho, regresso às origens na situação de reforma, etc.);
	(…)	(…)

Fonte: elaboração própria

Dos quadros anteriores, resulta claro que existe uma grande variedade de temáticas que o estudo do fenómeno das segundas residências, numa perspetiva holística, terá de considerar. Desde logo, colocam-se os temas do povoamento e dos traços macroscópicos da ocupação do território, os quais se cruzam mais diretamente, por um lado, com o urbanismo e mesmo a arquitetura e, por outro, com os fenómenos sociais que ajudaram a moldar essa mesma ocupação do território, fosse por via da emigração, fosse pela da evolução das formas e modas de fruição de amenidades ambientais em localizações específicas, como as litorais, os campos, as serras e as margens fluviais e de albufeiras de águas interiores. A estas temáticas acrescem ainda as problemáticas da expansão urbana, as quais, muitas vezes em estreita causalidade biunívoca com a expansão das redes de transportes, ajudam a justificar o surgimento e, também, a passagem de segundas a primeiras residências (veja-se o exemplo da "costa do sol" entre Lisboa e Cascais, tanto nas suas formas de origem legal – localidades junto às estações de caminho-

de-ferro –, como ilegal – bairros de génese ilegal mais para o interior dos concelhos de Oeiras e Cascais, p. e. (Salgueiro, 1977).

Àquele grande conjunto de temas, em relação inter ou mesmo transdisciplinar[6] com o ordenamento do território e uma forte ligação à geografia, juntam-se outros, como os dos domínios da demografia, da sociologia e da economia, para além de ainda outros mais residuais, mas também importantes, dos domínios da psicologia e da antropologia. Cada uma destas áreas do conhecimento dispõe de alguma diversidade de abordagens teóricas enquadráveis em algumas perspetivas ideológicas que, de uma forma ou de outra, alternam entre a defesa, ou do setor público, ou do setor privado, numa lógica de valorização, ou do capitalismo nas suas várias nuances de atuação, ou do socialismo e igualitarismo, também em diferentes graus de realismo e radicalismo e, mesmo, revisionismo.

3. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DIVERSIDADE ONTOLÓGICA DA SUA DESCRIÇÃO E ANÁLISE

3.1. Notas prévias

Antes de aprofundarmos os elementos de discussão acima apresentados e sistematizados nos Quadro 1 e Quadro 2, não se podem esquecer as relações ontológicas com outros fenómenos que também ajudam a entender a natureza e o significado das segundas residências. Na literatura científica é comum o estabelecimento da relação entre as segundas residências e o turismo, as migrações e a questão habitacional.

[6] De uma forma simples, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, são conceitos algumas vezes utilizados indistintamente, mas que de facto têm significados diferentes, tendo até em conta o seu sufixo. Deste modo, multidisciplinar significa que um mesmo fenómeno pode ser analisado nas suas várias componentes por diferentes disciplinas científicas. Trata-se de um estudo individualizado de cada uma das "partes" que constituem o "todo", sendo algumas vezes o que erradamente é entendido pelos estudos de caracterização e diagnóstico em ordenamento do território, compartimentados por áreas temáticas sem qualquer ligação entre si. Por sua vez, interdisciplinar, significa que um mesmo fenómeno pode ser abordado na sua globalidade por diferentes disciplinas tendo por objetivo a produção de um resultado ou solução comum a todas elas, apesar de serem preservados os interesses próprios de cada disciplina. Isto é, cada área do conhecimento procura no fenómeno as componentes que podem ser partilhadas com outras áreas. Em ordenamento do território, as sínteses de diagnóstico pretendem algumas vezes ser a forma de passar da abordagem multidisciplinar à interdisciplinar. Por último, transdisciplinar, significa que são as áreas do conhecimento que se integram para compreender e interpretar um determinado fenómeno, sendo que nenhuma dessas áreas é mais importante que as restantes.

Por um lado, alguns autores debatem as características do fenómeno enquanto habitação, isto é, enquanto resultado da produção imobiliária (Nick Gallent, 2015) e do seu contributo para a expansão urbana e correlativa alteração do preço do solo (Overvåg, 2009).

Por outro lado, outros autores dão mais importância à relação das segundas residências com a atividade turística, tanto do ponto de vista da sua génese (Müller, 2007), como na ótica da sua utilização e, ainda, do tipo de deslocações que induz e como isso se relaciona com o contexto mais vasto da circulação e dos movimentos migratórios, não só de curto raio de ação e de maior frequência (Hall & Müller, 2018; Müller, 2004), como a maiores distâncias e com estadias mais longas, ou quase definitivas, como é o caso do turismo residencial ou das migrações internacionais de reformados[7] (Huete & Mantecón, 2012; Mazón, 2018; McWatters, 2009).

Nos pontos seguintes irão discutir-se cada uma destas ligações ontológicas, mas apenas de um ponto de vista teórico, já que isso servirá para a formulação das hipóteses relativas ao caso português, onde a realidade observada não parece conformar-se na totalidade com as conclusões resultantes da consulta da literatura sobre o tema, facto que põe em evidência a sua excecionalidade de ocorrência em Portugal.

3.2. Segundas residências e a questão habitacional

As segundas residências podem assumir diferentes formas enquanto edifícios, fisicamente persistentes e, em diferentes graus, impressos de forma mais ou menos explícita na paisagem, rural ou urbana. Isto é, elas podem ser mais ou menos facilmente reconhecíveis enquanto residências de ocupação temporária, mas esse reconhecimento não existe independentemente dos sinais exteriores da sua ocupação e, sobretudo, do contexto territorial em que se inserem, nomeadamente pela sua eventual dissonância arquitetónica em áreas rurais (casas de emigrantes ou recuperações de arcaísmos da arquitetura tradicional fora do gosto local dominante) ou da sua uniformidade massiva e aglomerada em áreas de forte desenvolvimento turístico, seja em grandes prédios de frente marítima de muitas estâncias balneares, por

[7] O conceito de turismo residencial foi introduzido em 1979 por Jurdao Arrones (Jurdao, 1979), o qual estudou o município de Mijas, na província de Málaga, no sul de Espanha, onde nessa altura se intensificava o processo de venda de terrenos agrícolas a promotores imobiliários que posteriormente comercializavam as "urbanizaciones" a estrangeiros, sobretudo reformados do norte da Europa. O conceito, aparentemente confuso, é bastante abordado na literatura (Huete et al., 2008a), mas prefere-se a expressão de turismo de segunda residência.

exemplo, seja em aglomerados de vivendas de traça semelhante típica, também nestas áreas, dos aldeamentos turísticos.

De qualquer modo, aquele reconhecimento não é suficientemente seguro para a produção de afirmações baseadas em observações diretas sem o apoio de inquérito, já que na maior parte dos casos, mesmo quando existem diferenças formais relativamente ao padrão típico de determinado território, isso não é exclusivo do uso sazonal ou secundário, pelo que na maior parte dos casos é difícil separar as segundas residências das primeiras ou permanentes. As relações de propriedade, a intensidade e frequência de utilização, bem assim como a possibilidade de integração no mercado imobiliário e a sua transmissão por herança ao longo de gerações, são características que também são comuns às primeiras e às segundas residências.

O entendimento das segundas residências no contexto da questão habitacional deve ser separado em duas componentes diferenciadas: (i) por um lado, a da morada enquanto modo de utilização da casa ou edifício, aquilo a que os anglo-saxónicos designam por "dwelling"; (ii) por outro, a do mercado imobiliário e do contributo daquelas para a formatação, evolução e reconfiguração deste, aquilo a que os anglo-saxónicos designam por "housing".

Relativamente à primeira componente, o entendimento das segundas residências no contexto da questão habitacional é enquadrado por alguns autores no âmbito mais geral das sociedades contemporâneas, caracterizadas pela multilocalidade (Elmi & Perlik, 2015) ou seja, uma vida em constante mobilidade, em rede e em fluxo, tanto no caso das segundas residências tal como as definimos anteriormente (Arnesen, T., Ericsson, 2013; Hiltunen et al., 2013), quer no daquelas que também servem outros propósitos, como os de trabalho ou que se relacionam com a utilização de primeiras residências de outras pessoas, como é o caso, por exemplo, da repartição de responsabilidades parentais nas situações de recomposição familiar (Dick & Duchêne-Lacroix, 2016). A obra de John Urry (Urry, 2001) é aliás um bom exemplo deste novo paradigma do acto de habitar, fortemente ancorado no conceito filosófico de Heidegger onde a essência do edifício não está apenas na sua arquitetura e engenharia, mas também na sua funcionalidade e no modo como facilita o acto de habitar, sem esquecer o seu sítio e a sua posição:

> "Heidegger seeks to ensure how that building and dwelling can be combined again, so that we understand that the essence of building is not abstract technology but the way that any such building permits and facilitates dwelling." (Urry, 2001)

Urry (2001) caracteriza a sociedade ocidental contemporânea como uma sociedade móvel, onde pessoas, bens, serviços, informações e capital estão em constante movimento, pelo que a mobilidade, enquanto elemento crescentemente constitutivo da sociedade, está na primeira linha da norma social contemporânea, em contraponto à antiga visão sociológica em que as atitudes e práticas sociais se condicionavam a diferentes territórios fortemente compartimentados e com fraca interação cultural. No entanto, Urry não dá suficiente relevo à mobilidade virtual, isto é, à possibilidade de se desenvolver um número elevado e diversificado de tarefas sem ocorrer a deslocação geográfica, possibilidade essa que poderá ser um elemento de reforço da utilização de segundas residências e poderá também justificar alguma independência da distância relativamente à localização da residência principal.

A visão radical de John Urry, com forte acento na mobilidade e no questionamento do significado de sociedade, interessa para o estudo das segundas residências enquanto habitação, na medida em que salienta, como causa da crescente mobilidade das pessoas, a perda da estabilidade vivencial, tanto em termos da localização, como na da radiciação das relações familiares e sociais, chamando por isso a atenção para o aumento da importância da busca dessas mesmas raízes e do regresso às origens, atitudes fortemente associadas ao estudo das segundas residências (Aronsson, 2004; A. Perri, 2013; M. N. O. Roca, 2013).

Esta questão da associação das segundas residências à noção de habitação, é uma discussão cujo fim dificilmente se atinge, já que ela balança entre, por um lado, os fatores formais e funcionais da reprodução social e, por outro, os fatores menos tangíveis da perceção e psicologia individuais. No contexto da discussão sobre o sentimento de pertença ao lugar, proporcionado pelas, ou radicado nas segundas residências, este assunto será retomado.

No que respeita à relação entre as segundas residências e o mercado imobiliário, salientando o contributo daquelas para a formatação, evolução e reconfiguração deste referenciamos, desde já, alguns problemas de base que se relacionam com este estudo. Uma das maiores dificuldades, senão impossibilidade, reside na identificação do imobiliário de segunda residência, caso não se considerem as tipologias do alojamento local na sua vertente de aluguer total temporário a turistas (como o Airbnb), do uso turístico "strictu senso", com destaque para os aldeamentos e conjuntos turísticos e dos edifícios de "time sharing", também por vezes associados a outras tipologias de estabelecimentos hoteleiros. Isto é, retirado o edificado que é possível diferenciar a partir das estatísticas ou do "Registo nacional de empreendimentos turísticos" (RNET), é tarefa impossível diferenciar as transações relativas a primeiras e a

segundas residências, podendo apenas estabelecerem-se grosseiras aproximações aos padrões de comportamento do mercado, com base nas características funcionais dominantes dos locais onde ocorrem essas transações. De facto, ao contrário de outros países, como o Reino Unido e a Noruega, onde a transação e declaração de segundas residências beneficia de importantes descontos nos impostos, em Portugal e, em geral, nos países da Europa do Sul, essa diferenciação não existe. Deste modo, considerando apenas Portugal, só a análise da evolução das segundas residências e o conhecimento dos locais onde elas se implantam, nos permite, através desse cruzamento com o total do número de frações autónomas transacionadas para habitação e os seus valores de compra e venda por unidade de área, o estabelecimento de algumas hipóteses relativas ao comportamento do mercado imobiliário de segunda residência.

Em termos teóricos, aqueles que agora nos interessam, parece não haver, retirado o imobiliário turístico, grandes diferenças no mercado imobiliário entre segundas e primeiras residências, tanto já existentes e antigas, como novas e recentes. Por um lado, de acordo com as orientações legais e regulamentares em vigor em termos de ordenamento do território, a construção nova só pode ocorrer, salvo algumas exceções legalmente previstas, no interior de aglomerados urbanos, como tal definidos e delimitados em "Plano diretor municipal" (PDM), ainda que construções já existentes fora desses perímetros, tanto isoladamente, como em aglomerados rurais, como ainda em áreas de edificação dispersa, possam ser alvo de obras de revitalização mas onde a componente de ampliação é normalmente condicionada à sua dotação em condições básicas de salubridade. Por outro lado, mesmo nos aglomerados que mais beneficiam de amenidades ambientais específicas, seja por estarem situados próximo do litoral ou em ambiente de montanha ou, ainda, na envolvente de planos de água propiciadores de atividades aquáticas e náuticas, por exemplo, o preço do metro quadrado de construção não se diferencia entre primeiras e segundas residências, já que essa utilização é igualmente permitida e segue os mesmos padrões tipológicos e de qualidade construtiva.

O que mais pesa na formação do custo da habitação é o preço do terreno, sendo depois relevantes, para além da qualidade dos materiais, ou da sua perceção Vebleniana[8] (Veblen,

[8] Thorstein Veblen (1857-1929), foi um economista e sociólogo americano descendente de imigrantes noruegueses. No seu livro "The Theory of the Leisure Class. An Economic Study of Institutions, Conspicuous Consumption, Fashion And Traditions" (Veblen, 1994), inicialmente publicado em 1899, discute aprofundadamente a formação de uma nova classe social baseada no lazer e na ostentação. Na essência, e esta interpretação é nossa, o consumo conspícuo ou ostentatório, corresponde a uma reformulação da relação entre valor de uso e valor de troca, sendo os dois apenas determinados pela sua capacidade de diferenciação e promoção social.

1994), características de conforto que o próprio mercado ajuda a valorizar e a diferenciar (atualmente no domínio da domótica, por exemplo). Ora, o preço do terreno varia em função de variáveis onde a localização é a mais importante, sendo que, por sua vez, essa localização também corresponde a uma diferenciação mercantil dependente das próprias condições da oferta e da procura. No fundo, trata-se da conhecida função hedónica, onde a proximidade do emprego e, em geral, das condições de aquisição de bens e serviços, são mais relevantes no processo de decisão da compra, caso exista oferta e a procura seja solvente.

É natural que, em termos gerais, ocorram preços relativamente mais elevados, tanto para construções novas, como já com algum uso, nos casos em que a sua localização é mais procurada, mas dificilmente se poderão estabelecer diferenciações entre primeiras e segundas residências. No entanto, sendo conhecido que o grau de exigência em termos de espaço e de conforto funcional é mais baixo no caso das segundas residências, pode argumentar-se que no segmento da segunda habitação possam ser escolhidas aquelas que se situem nessas condições e, por isso, possam ter eventualmente um preço mais baixo. Quando se considera o imobiliário turístico, muitas vezes destinado à procura estrangeira, esta regra pode inverter-se e, tanto a qualidade construtiva e arquitetónica, como a disponibilidade de espaço e de equipamentos de lazer, fazem aumentar exponencialmente o preço, pelo menos num contexto de desafogo financeiro.

3.3. As segundas residências e as suas relações com o turismo

A relação entre as segundas residências e o turismo é polémica. De um ponto de vista puramente normativo, ocorrendo a deslocação para fora do local de residência habitual (subentendida a primeira residência) por um período superior a 1 dia e inferior a 1 ano, tal como já foi definido pela Organização Mundial de Turismo (OMT), está-se perante uma deslocação turística, seja com ocupação de alojamento hoteleiro ou equiparado[9], ocupação essa que é contabilizada e apurada estatisticamente, seja com ocupação de casa de familiares e amigos ou

[9] Em Portugal, alojamento hoteleiro é aquele que se enquadra em empreendimentos hoteleiros, os quais são licenciados e supervisionados pelo Turismo de Portugal, I.P. e têm regulação própria, nomeadamente pela sua instituição através do D. L. 39/2008 de 7 de março, alterado e republicado pelo D. L. 15/2014, de 23 de janeiro. Quando falamos em "equiparado" estamo-nos a referir ao conjunto de figuras de alojamento anteriores à revisão da classificação dos empreendimentos turísticos, os quais incluíam as pensões, albergarias, quartos e casas de aluguer temporário para fins turísticos, aquilo que atualmente se designa por "alojamento local" (AL), licenciado e supervisionado pelas autarquias locais.

de uma segunda residência, ocupação que permanece invisível a não ser através de uma observação direta, como o inquérito (Romita, 1999). Mas, de um ponto de vista puramente ontológico, se nessa deslocação é introduzida a noção de "residência", então não se está perante turismo, mas antes no patamar da pendulação, regular ou irregular, frequente ou apenas sazonal, com relações óbvias com a terceira componente ontológica que se irá abordar: a mobilidade e a migração.

Mais uma vez, uma parte da confusão entre turismo e residência advém, não do facto de as pessoas que se deslocam ocuparem um meio de alojamento, na nossa aceção de segunda residência, que é sua propriedade (e por isso não alimentarem a cadeia de valor da hotelaria), mas sim da relação que essas pessoas têm com esse meio de alojamento e, sobretudo, com o lugar onde ele se localiza. Isto é, depende do grau de perceção da casa enquanto "habitação ou morada" ("home" ou "dwelling", no inglês) (Overvag, 2009:31) e do sentimento de pertença ao lugar onde ela se localiza. Aquilo que se pode traduzir na ideia de que o turista procura experiências em novos locais, ou com os quais tem à partida uma relação temporária e mutável, enquanto o segundo residente amplia experiências num local habitual e com o qual tem uma relação sentimental que o motiva para deslocações mais ou menos frequentes. Na literatura sobre o tema, a questão não é colocada nestes termos, mas aproxima-se bastante e, por isso, têm de se referir os trabalhos de Dick & Duchêne-Lacroix, (2016) e de Elmi & Perlik (2015), sobretudo quando assumem e desenvolvem o conceito de "vida multilocal" ou "multilocal living".

A associação entre segundas residências e o seu uso recreativo ou de lazer conduziu a alguma aderência com a noção de turismo e de atividades turísticas. Por um lado, pode sintetizar-se a noção de turismo na ideia de deslocação e concomitante fruição ou vivência do destino e, por outro, as atividades turísticas, podem ser encaradas como mobilizadoras dos recursos proporcionadores de uma experiência única na sequência da deslocação para um determinado destino. Neste âmbito, sobretudo nos países onde o "escape" da segunda residência menos se relaciona com o apego sentimental ao lugar da sua localização, serão sobretudo importantes os fatores antropológicos de topofilia tal como descritos por Y-Fu Tuan (Tuan, 1980), mais relacionados com a vivência pessoal do lugar e menos com o sentido de relação com a comunidade e, principalmente, com a vontade de aí intervir para a mudança (Oliveira et al., 2010).

Mas, apesar de existir deslocação para fora do local de residência habitual, inclusivamente com uma mudança no ambiente ou entorno do quotidiano, ideias que estão implícitas nas definições de turismo da OMT e da ONU, o que é certo é que nem o conceito de residência habitual é suficientemente claro, nem o de mudança ambiental é inequívoco, já que tudo depende das características da residência e do ambiente na origem e no destino, características essas que variam de acordo com, pelo menos, a situação na profissão e a condição perante o trabalho. Isto é, variam de acordo com a capacidade de domínio sobre o tempo (disponível, ou não) e sobre o espaço (distância e relação sentimental com o lugar), duas variáveis físicas e geográficas relativas e imbricadas que terão de ajudar a redefinir a própria noção de turismo.

A definição de turismo não está ainda suficientemente clarificada. Tal como refere Mário Carlos Beni (Beni, 1990), a complexidade do conceito é tal que muitos autores optam por abordar cada uma das suas componentes isoladamente. Deste modo, centram-se em alguns aspetos como, por exemplo, a ocorrência de deslocação (a mobilidade e o processo da viagem) e, logo, mudança de local de pernoita (a utilização de estabelecimentos turísticos) ou, ainda, a temporalidade a isso associada (tempo de permanência no local, de modo a não haver confusão entre turista e imigrante). Para além da definição, o turismo enquanto prática e atividade económica pode também ser abordado como um sistema. Neste caso, foi também Mário Beni quem melhor sistematizou essa abordagem sistémica, ainda que mais recentemente a tenha revisto com a integração de princípios da teoria (ou pensamento) da complexidade[10] de Edgar Morin (Santos, et al., 2012). Para Beni, o sistema turístico, entendido mais do ponto de vista do seu estudo (modelo analítico) do que da sua organização formal, é constituído por três grandes sistemas, ou seja, três grandes conjuntos de elementos que se organizam em subsistemas ou setores: (i) o conjunto do que ele designa por "relações ambientais"[11], a que se pode chamar o

[10] A teoria ou o pensamento da complexidade, surge como uma reação à abordagem positivista. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar que não distingue, à partida, entre dicotomias polares aparentemente dissociadas, isto é, aborda de forma integral aquilo que é entendido como naturalmente separado (racionalidade vs. emotividade, naturalismo vs. artificialismo, etc.), identificando as causas e os efeitos de forma imbricada (o efeito de uma causa gera outra causa com outros efeitos que também serão causas) e não separando o todo das partes, já que cada uma das "partes" incorpora o "todo" (por exemplo, o património genético está contido em cada uma das células de um organismo) (Salles, 2017).

[11] O conjunto das "relações ambientais", apesar de Mário Beni não o referir explicitamente, acaba por ser o contexto territorial, subdividido nos subsistemas do ambiente natural (a que chama "ecológico"), da economia, da cultura e da sociedade, onde se desenrola a atividade turística e onde estão contidos os diversos tipos de recursos que servem de base ao desenvolvimento turístico.

contexto territorial; (ii) o conjunto da "organização estrutural"[12], ou seja, o enquadramento e apoio institucional; e (iii) o conjunto das "ações operacionais"[13], com destaque para o funcionamento dos mercados de oferta e de procura. Esta sistematização pode ser útil para o entendimento da complexidade do fenómeno das segundas residências, na medida em que também ele incorpora os contextos territoriais, os sistemas e normas de ordenamento, planeamento e licenciamento, e o funcionamento dos mercados.

Integrar as segundas residências no âmbito da atividade turística, isto é, colocá-las no patamar do sistema turístico, levanta um conjunto de problemas que importa esclarecer para cada um dos conjuntos e respetivos subsistemas antes enunciados.

Os vários subsistemas que constituem o conjunto das relações ambientais estão em sintonia com os fatores de localização das segundas residências e, até certo ponto, contribuem para o reforço ou atenuação das condições de atração sobre os utilizadores, em modo idêntico ao que se verifica no caso do sistema turístico. Mas, trata-se apenas de uma semelhança aparente já que, se isso é mais evidente no caso dos recursos do ambiente natural que motivam a deslocação, nos casos da economia, da sociedade ou da cultura, as semelhanças podem ser menos nítidas, já que tanto os padrões de consumo (ou a capacidade de geração de emprego e de receitas) como os laços ou sentimentos de pertença ao lugar (no caso do turismo, mais associados às visitas a familiares e amigos, ou ao chamado "roots tourism"), são também bastante diferentes nas duas situações. No entanto, encarando este conjunto, tal como já se referiu, como a contextualização territorial de cada um dos fenómenos (turismo e segundas residências), pode argumentar-se que é possível encontrar uma sobreposição significativa entre as temáticas relacionadas com cada um deles.

[12] O conjunto da organização estrutural, relacionado com as questões de gestão, supervisão e apoio público, engloba dois subsistemas: a) a superestrutura, a qual inclui o complexo dos processos e mecanismos de regulação, organização e gestão das atividades turísticas; e b) o subsistema infraestrutura, onde se integram as questões relativas à natureza e custos do investimento público e privado, mas sobretudo público, para a realização de infraestruturas.

[13] O conjunto das ações operacionais engloba as duas grandes componentes do mercado, a oferta e a procura, e os processos e mecanismos de produção, distribuição e consumo dos produtos relacionados com o turismo; neste conjunto Mário Beni propõe três subsistemas: a) o subsistema da "oferta", ou seja, o conjunto de bens e serviços, recursos materiais e imateriais, equipamentos e infraestruturas, ordenados e estruturados de forma a estarem disponíveis no mercado para serem consumidos e usados pelos turistas; b) o subsistema da "procura" turística (latente, potencial e efetiva), a qual tem como base o que os destinos têm para oferecer; c) o subsistema da "distribuição", o qual é constituído por todas as etapas de um bem de consumo, desde que é produzido até ao momento em que é posto à disposição do consumidor.

Apesar de tudo, existem situações específicas de propriedade de segunda residência cuja natureza mais se aproxima do fenómeno turístico, até porque correspondem à posse e utilização de imobiliário construído para esse fim e, em geral, alvo de uma gestão regulada nesse âmbito. Neste caso, segundas residências correspondentes a imobiliário turístico, seja em aldeamentos apenas, seja em "resorts" (constituídos por aldeamentos turísticos e outros tipos de equipamentos de uso turístico, como hotéis, entre outros), seja também em complexos de "time share" tipo aparthotel, enquadram-se naturalmente de forma mais vincada nas características mais salientes do sistema turístico. Este facto é extensível a todos os conjuntos e respetivos subsistemas do sistema turístico tal como definido por Mário Beni.

O conjunto da organização estrutural, constituído pelos subsistemas das "infraestruturas" e da "superestrutura" apresenta algumas diferenças. Se no caso do subsistema das "infraestruturas" se pode encontrar algum paralelismo entre turismo e segundas residências, já que, até num âmbito e escalas mais gerais ou mais detalhadas se verificam necessidades idênticas, o mesmo não se pode afirmar relativamente ao subsistema da "superestrutura". Por um lado, as atividades turísticas são alvo de políticas públicas específicas, com igual especificidade na definição de normas, sejam elas de implementação, de funcionalidade ou de operação, por exemplo, ao contrário do que se passa com as segundas residências, as quais, ou seguem o preceituado em geral para as regras de propriedade, fiscalidade, construção e habitabilidade (países da europa do sul), ou apresentam algum tratamento diferenciado face à generalidade da habitação (países nórdicos).

Em definitivo, pelo menos em Portugal, não existem campanhas de promoção da segunda residência entre os autóctones, nem sequer sistemas de financiamento específico para esse fim. Aliás, não existe mesmo qualquer regra que possa ser especificamente aplicada a esses casos. Do mesmo modo, não são conhecidas organizações, públicas ou privadas, relacionadas com o fenómeno das segundas residências[14].

No que respeita ao conjunto das ações operacionais, constituído pelos subsistemas da "oferta", da "procura" e da "distribuição", podem também apontar-se algumas diferenças. Por um lado, o estudo da oferta e da procura de segundas residências comparativamente ao que se

[14] Essas organizações, privadas, existem para o caso das residências de aluguer temporário, as quais não devem ser confundidas com segundas residências, já que têm uma regulação específica no âmbito mais vasto do alojamento local (AL), cuja supervisão é competência dos municípios.

passa com a atividade turística, apresenta diferenças significativas. Por outro lado, a oferta de segundas residências, retirada a assimilação de habitações resultantes de processos de herança ou doação, restringe-se ao funcionamento do mercado imobiliário, onde se inclui a construção nova por emigrantes.

Poderão existir alguns serviços de apoio associados ao fenómeno, tais como os de manutenção, de preparação da visita ou de segurança e vigilância, mas mesmo estes não se poderão considerar como estando diretamente ligados à componente da oferta, tal como acontece com a atividade turística. São, apesar de tudo, serviços induzidos em áreas onde o fenómeno é mais frequente e, por isso, mais potenciador de economias de mercado e de escala que os viabilizam, mas situam-se no patamar dos efeitos e não no da composição deste subsistema. Em acréscimo, no que respeita à procura, as diferenças são ainda mais vincadas, apesar de ser interessante o estudo comparativo entre turismo e segundas residências. Por último, de um modo geral, pode dizer-se que o subsistema da "distribuição" no caso das segundas residências é manifestamente idêntico ao que ocorre no mercado imobiliário, o qual, por sua vez, pouco se assemelha ao que se verifica no sistema turístico.

Em síntese, considera-se que o fenómeno das segundas residências não pode ser confundido com o fenómeno turístico, apesar de haver alguns argumentos lógicos que, de acordo com a própria definição de turismo, sugerem algumas semelhanças, sobretudo no caso das que correspondem a imobiliário turístico e que são ocupadas por estrangeiros. Quando se discutir a noção de "turismo residencial" será retomada esta problemática. Para já, citando Dieter K. Müller & Hoogendoorn (2013b:358-359), quando referem que Gallent (Nick Gallent, 2007) "argued that hierarchies of dwelling per se did not make any sense since dwelling always, independent of whether in a primary or secondary home, was an essential commitment towards place and community", fica mais claro que, de facto, ao contrário do turismo, o envolvimento com a comunidade local e os laços criados com o lugar, em consequência do próprio processo de decisão que levou à escolha de determinada localização e à maior frequência de visitação, é uma característica que separa as segundas residências do turismo. No entanto, também tal como já se referiu, talvez seja necessário apurar a própria definição de turismo, para que alguma nebulosidade conceptual ajude a distinguir situações muito diversas, mas que envolvem mobilidade.

3.4. Relação ontológica das segundas residências com as migrações e a mobilidade geográfica

As questões da migração e, naturalmente, da mobilidade associada ao uso de segundas residências têm de ser equacionadas em dois níveis: (i) as características funcionais dos locais onde se implantam as casas; (ii) a distância à primeira residência. No primeiro caso, está-se perante a maior ou menor necessidade de deslocação associada à aquisição de bens e serviços e, no segundo, à frequência e tempo de utilização, dimensões que estão por detrás da origem e significado da própria segunda residência.

Enquanto mobilidade geográfica é um conceito bem estabilizado na literatura que não levanta dúvidas[15], significando deslocação entre dois pontos, o conceito de migração é menos consensual. Por vezes, tende a confundir-se mobilidade geográfica com migração e, outras vezes, são valorizados aspetos dessa deslocação, ou mais relacionados com a distância, ou com a frequência ou, ainda, com o tempo de permanência no local de destino. A melhor ilustração desta indefinição passa pela consulta do glossário da Organização Internacional das Migrações das Nações Unidas (OIM-ONU) no original em inglês (OIM, 2004) e na versão portuguesa mais recente, apoiada pelo Alto Comissariado para a Integração e o Diálogo Intercultural (ACIDI) (OIM, 2009). No primeiro caso, migração é "The movement of persons away from their place of usual residence, either across an international border or within a State", enquanto no segundo caso é entendida como o "Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado (…) [sendo] um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas (…)".

Para outros autores, o conceito de migração pressupõe a mudança do local de residência habitual (Malheiros & Fonseca, 2011; M. de N. Roca & Pimentel, 2003) por um período suficientemente longo[16] que permita a redefinição da configuração da rede de deslocações de

[15] Como muito bem salienta Fonseca (Fonseca, 1990:11-12), apesar de não apresentar uma definição para o conceito de "migração", o termo mobilidade, só por si, pode ter as interpretações mais diversas, exemplificando com a mobilidade no espaço geográfico (deslocação), a mobilidade setorial (mudança de atividade) e a mobilidade social (mudança de classe social).

[16] A este propósito, é de salientar que na definição de migrante, tal como apresentada pela OIM, se diz que se trata de "An umbrella term, not defined under international law, reflecting the common lay understanding of a person who moves away from his or her place of usual residence, whether within a country or across an international border, temporarily or permanently, and for a variety of reasons (…)" (OIM, 2004:130).

proximidade, entre a residência e o emprego e outros locais de aquisição de bens e serviços. A mobilidade, a qual pode ocorrer a curta ou muito curta distância e com elevada frequência, acaba por ser uma das componentes da migração, a qual pressupõe, repetimos, a mudança do local de residência por um período, convenhamos agora, superior a um ano, já que para períodos inferiores a um ano, se está perante uma das componentes da definição de turismo. Mas, enquanto no caso do turismo a mobilidade não pressupõe a procura de emprego (exercício de atividades remuneradas), na migração isso já se amplia a todo o leque de atividades, desde as mais produtivas e ativas às mais contemplativas e passivas.

A mobilidade geográfica terá de estar sempre presente no estudos das segundas residências, não só nos casos daquelas que são propriedade de nacionais a residir no país de origem, mas também no caso dos nacionais que residem noutro país como, ainda, no caso dos estrangeiros que se deslocam para a sua residência localizada noutro país. Esta diversidade de situações chama a atenção para igualmente variadas formas de surgimento e utilização de segundas residências. Por um lado, aquelas que são mais comuns e que correspondem à fruição, mais ou menos frequente, de outros ambientes que não exigem deslocações muito demoradas. Por outro lado, as situações menos comuns, mas que não deixam ser muito importantes em alguns contextos territoriais, e que se associam, ou às casas de emigrantes (territórios mais rurais), ou às casas propriedade de estrangeiros, as quais são mais frequentes em estâncias balneares ou turísticas. Mas também é preciso distinguir, neste último caso, entre as casas que são utilizadas sazonalmente e aquelas que já correspondem a níveis mais frequentes ou mais prolongados de utilização, como é no caso das Migrações Internacionais de Reformados (McWatters, 2009), também bastas vezes sobrepostas ao conceito de turismo residencial.

Em acréscimo, não deixam também de ser importantes as deslocações efetuadas a partir da segunda residência, seja para a aquisição de bens e serviços, seja para atividades de desporto, lazer e tempos livres. Mas, também se podem considerar as deslocações para o emprego, já que surgem na literatura exemplos deste tipo (Arnesen, Ericsson, 2013:291)[17] e também conhecemos

[17] De facto, tal como referem Tor Arnesen e Birgitta Ericsson, "The leisure houses on the [South] coast [of Norway] were extensively and almost exclusively used in the summer season (…). They were generally located (…) near a town, (…) typically about one hour from home. A common family organization model was that mother and children would stay in the summer cabin during school holidays, while the father commuted to work." (Arnesen, Ericsson, 2013:291).

alguns, mais frequentes nos casos da fruição, na época de Verão, de segundas residências em áreas balneares relativamente próximas das primeiras residências (casos de Lisboa -> Costa de Caparica e Furadouro -> Oliveira de Azeméis, por exemplo).

A propósito da transformação de segundas em primeiras residências e, eventualmente, na análise da sequência inversa, será retomado este assunto, pois tal como referido por vários autores, com destaque para Dieter K. Müller & Marjavaara (2012) a distância entre a primeira e a segunda residência é, em muitas situações, uma variável fundamental para essa transformação apoiada na mobilidade.

4. FORÇAS MOTRIZES E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A discussão teórica sobre os fatores e motivações que estão na origem das segundas residências, isto é, que descrevem e explicam o seu aparecimento e crescimento, ainda não está suficientemente desenvolvida. Por um lado, não são muitos os estudos empíricos que buscam esse objetivo e, por outro, predomina uma visão, mais de senso comum do que científica, apesar de geralmente correta, que associa as segundas residências a dinâmicas mais ligadas ao turismo e às atividades de recreio e lazer, sendo que a envolver tudo isto, se reconhecem inúmeras diferenças no peso daqueles fatores e motivações em áreas geográficas distintas.

As forças que têm influenciado a procura de segundas residências podem ser resumidas numa citação de R. L. Ragatz, autor que John Terence Coppock incluiu no seu livro "Second homes: curse or blessing?":

> "Urban and regional theorists say that the primary reason for increasing urbanization throughout the world is to obtain a greater social and economic product through the greater division of labour possible in large cities. (…) Thus, through increases in leisure time and income a sufficient amount of freedom has been achieved so that much of the city population can take advantage of rural pleasures such as space, fresh air and scenery, and at the same time earn a living in an urban centre". (Ragatz, 1977:183)

Para Ragatz, resulta desta assunção teórica do caráter focal das atividades humanas, que:

> "A combination of two benefits from this greater social and economic product has provided the basic opportunity for people to purchase a vacation home. The first advantage is having sufficient income to allocate money from the household budget to a non-essential item. The second is adequate time away from the place of

employment to spend this income on leisure activities". (Ragatz, 1977:183)

Mas, também se pode assumir que esta forma de colocar a questão não está suficientemente clara. Por um lado, confundem-se as condições para ter uma segunda residência com o próprio facto de a obter e, por outro, assume-se imediatamente que se trata de uma não necessidade, apesar de se tecerem considerações sobre as vantagens de fruição dos prazeres rurais em contraponto a uma vida urbana de trabalho. Ainda que se possa admitir que não se trata de um bem essencial, não há dúvida que as atividades de recreio e lazer fora do domicílio, sejam baseadas em alojamento hoteleiro ou equiparado, sejam em casas de familiares e amigos ou em segundas residências, são importantes para a reprodução da força de trabalho. Seja como for, a capacidade económica para suportar uma ou mais casas para além da principal ou permanente, é um fator fundamental para a formação, manutenção e desenvolvimento destas.

Reiner Jaakson (antigo professor no Departmento de Geografia da Universidade de Toronto, Canadá), depois de ter conduzido "cerca de 300 entrevistas, durante um período de quase 20 anos" (Jaakson, 1986:1), chegou a uma lista de razões ou motivos para a posse de segundas residências que alguns autores reduzem a três conjuntos a que chamam de forças motrizes ("driving forces") com as designações de: "compensação", "ciclo de vida" e "capacidade financeira" (Skak & Bloze, 2017:695). No primeiro conjunto, a "compensação", estão as razões relativas à qualidade da primeira residência (dimensão, lotação, falta de espaço exterior). No segundo conjunto, o "ciclo de vida", incluem-se as razões ligadas ao percurso familiar e à mudança geracional (idade, dimensão e tipo de agregado familiar, situação perante o trabalho), sendo relevante, por exemplo, o diferencial de tempo entre a idade da decisão de adquirir uma segunda residência e a capacidade de dela usufruir por períodos mais longos. No terceiro e último conjunto, a "capacidade financeira", estão as razões associadas à possibilidade de arcar com uma despesa extra.

Na tentativa de se contribuir para uma maior clarificação deste assunto, vão-se sistematizar algumas ideias e evidências com o contributo de vários autores. Ainda sobre este assunto, tem de salientar-se a qualidade do trabalho desenvolvido por Maria José Caldeira (Caldeira, 1995:24-32), cujo esforço de sistematização, baseado na bibliografia existente nos anos 90 do século XX e no seu próprio trabalho empírico, já contem as ideias e as hipóteses explicativas que trabalhos mais recentes continuam a apresentar. De qualquer modo, o atual contributo será ao nível da discussão e eventual validação dessas ideias e hipóteses, tentando

também clarificar-se algumas das confusões conceptuais que continuam a difundir-se sobre este tema.

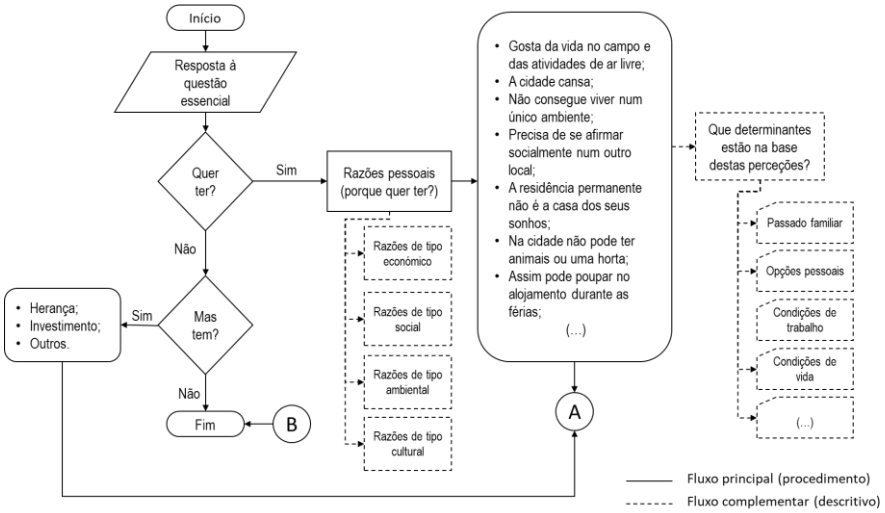
Num primeiro patamar de análise têm-se de colocar duas questões fundamentais: i) o indivíduo, ou a família, quer ter uma segunda residência, e porquê?, por um lado e ii) o indivíduo, ou a família, pode ter uma segunda residência, e como?, por outro. Para já vai-se considerar, para efeitos de simplificação, o indivíduo, ou a família, de forma conjugada, já que no âmbito das problemáticas que envolvem a tomada de decisão, há diferenças substantivas entre o que "um indivíduo" quer e o que "vários indivíduos" querem, dependentes ainda do tipo de relações existentes, nomeadamente de poder e submissão, entre esses indivíduos.

Ter uma segunda residência envolve um processo de decisão que, à partida, para além de dever apresentar alguma racionalidade, também tem de corresponder a um desejo do decisor. No entanto, há situações em que uma pessoa tem, ou pode usufruir, de uma segunda residência e isso não estava nos seus desejos. Trata-se de situações muito raras em que inclusivamente se pode colocar a questão sobre se de facto se trata de segundas residências. Podem adiantar-se alguns exemplos: i) uma casa de família que foi herdada e que fica abandonada ou passa a ser utilizada esporadicamente; ii) um investimento imobiliário com a perspetiva de valorização futura; iii) a vigilância e manutenção de uma casa de um familiar emigrado, mas que pode ser utilizada. Desde logo, fica assente que uma segunda residência, para o ser, tem de ser entendida e utilizada como tal, sendo mais frequentes as situações onde esse é o desejo das pessoas envolvidas e, menos frequentes, aquelas em que tal não é desejado, mas assumido pelas mais variadas razões.

Quando a pessoa "quer ter", há várias razões que justificam essa decisão. Essas razões são sempre pessoais, ainda que possam ser tipificadas em diferentes conjuntos, desde os económicos aos culturais, passando pelos sociais e ambientais. De qualquer modo, essa tipificação é difícil, já que, por exemplo, razões do âmbito cultural como gostar-se da vida no campo e de atividades de ar livre, também se poderem cruzar com outras de caráter social, como as das origens familiares ou, a outro nível, as de tipo económico, porventura relacionadas com a maior facilidade de, através de uma segunda residência, ter menores custos no exercício das atividades preferidas, sendo neste caso a preferência uma característica que pode considerar-se como puramente pessoal.

No esquema ilustrado na Figura 3, exemplifica-se um conjunto de razões que podem ser adiantadas como justificativas para a decisão de se querer ter uma segunda residência. Nesse

esquema ainda não se introduziram as condicionantes do processo de decisão que, neste caso, se referem a: i) as características do sítio onde se quer ter; ii) as características da construção que se quer ter e, iii) as características da envolvente onde sítio e construção se irão enquadrar. Na prática, trata-se de acrescentar ao esquema anterior os elementos de referenciação do "onde", "como" e "em relação com o quê". Para já, reserva-se essa discussão para um momento mais avançado da exposição da atual lógica.



Fonte: Elaboração própria

Figura 3 – Fluxograma da pergunta mais básica: quer, e porquê, ter uma segunda residência?

Tendo por referência o esquema anterior, onde se exemplificam algumas motivações (razões) do foro pessoal que podem influir na decisão de possuir uma segunda residência, quer deixar-se claro que essas mesmas motivações, para efeitos de uma melhor sistematização, podem ser agrupadas em "determinantes", no sentido matemático do raciocínio matricial, correspondentes a um possível agrupamento lógico que pondera a complexidade do processo de decisão acima referido. Qualquer um destes exercícios, desde a formulação de "motivações", até à identificação de "determinantes" que possam suportar um qualquer modelo analítico do fenómeno, terá de ser equacionado com base nas seguintes evidências empíricas correspondentes a formulações apresentadas por entrevistados[18]:

[18] Entrevistas informais e não estruturadas a proprietários de segundas residências nos concelhos de Ovar e Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro, Redondo e Arraiolos, no distrito de Évora, Chamusca e Torres Novas, no distrito de Santarém e, também, Pampilhosa da Serra, no distrito de Coimbra, realizadas pelo autor durante os anos de

Gostar da vida no campo e das atividades de ar livre – trata-se de uma motivação que tem relações com muitas outras, desde as subordinadas a passados familiares rurais, até aos desejos de prossecução de valores contra a artificialização da vida quotidiana; mas, apesar de isso poder exigir um estudo psicossocial desta motivação, há um elemento de análise extremamente importante que não pode ser posto de parte: a anterior relação do decisor com determinado local, aquilo a que poderíamos chamar de "topofilia"[19].

A cidade cansa – esta expressão, muito relacionada com a maior velocidade de decurso da vida percecionada em áreas urbanas, não deixa de ser mediada pela ideia geral de que nas cidades tudo se passa a um ritmo mais elevado e mutante; trata-se de uma ideia difícil de rebater mas que não deve confundir duas outras noções antagónicas: por um lado, a quantidade e intensidade das relações de trabalho (empregador vs. empregado) e, por outro, a maior facilidade de acesso a bens e serviços, públicos ou privados, que suportam o próprio decurso da vida quotidiana em qualquer contexto geográfico. Esta ideia de que "a cidade cansa", não tem correspondência em evidências empíricas que mostrem o aumento da escolha por áreas rurais, pelo que se terá de admitir que as maiores oportunidades de trabalho, de estudo e, em geral, de vida, se mantêm nas áreas urbanas. Seja como for, trata-se de uma perceção que traduz e alarga os horizontes de compreensão das segundas residências, não tanto pela sua própria natureza de construção física (fora dos ambientes urbanos onde já se verificam as relações de trabalho), mas mais pelos seus contextos de significação ideal (os ambientes ideais do "*fare niente*" e da "fuga ao trabalho e ao sacrifício").

Não consegue viver num único ambiente – a inconstância de vida num ambiente pouco mutável é uma característica psicossocial que não pode ser direta e definitivamente assacada à problemática das segundas residências; trata-se de uma atitude que tem de ser contextualizada num âmbito mais geral de comportamento pessoal baseado em inconstâncias temperamentais onde a envolvente vivencial até poderá ser menos importante que os fatores de afirmação de personalidade; no entanto, a mudança de enquadramento ambiental das rotinas diárias, em toda a complexidade de significados associados a essa mesma mudança, poderá ser o motivo e a causa, ou a consequência e o resultado, de diferentes atitudes pertinentes ao ambiente de vida regular que poderão conduzir à decisão de possuir uma segunda residência.

2015 a 2019.

[19] "Elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico" (Tuan, 1980:5)

Na essência, o comportamento ou perceção individual que conduz à declaração de que não é suportável viver num único ambiente, é algo que pode ser entendido como pouco ajustável às componentes do processo de decisão relativo à escolha e assunção de uma segunda residência mas que, só por isso, não poderá ser obnubilado.

Afirmação social noutro local, que não o da residência habitual – esta declaração nunca surgiu com esta formulação, pelo que tem subjacente um juízo de valor do entrevistador apoiado em observações, eventualmente pouco objetivas do ponto de vista da relação com o entrevistado, mas indubitavelmente lógicas na interpretação e tratamento pós-entrevista; trata-se de uma conclusão baseada na observação de realidades antagónicas em ambientes de diferente concretização de papéis sociais também diferentes. Pôde observar-se a tradução deste tipo de relação em diferentes locais e através de diferentes manifestações, tendo por base o conhecimento pessoal de algumas situações que, por exemplo, opõem as condições habitacionais no local de residência habitual (ou principal ou permanente) às da segunda residência. Trata-se, sobretudo, de casos em que a vida de trabalho "na cidade ou no estrangeiro" contribuem ativamente para a concretização de uma imagem de sucesso nas "terras de origem", a qual não deixa de enaltecer as vidas de sacrifício e abnegação nas de "destino". O caso dos emigrantes no estrangeiro é o mais contundente, independentemente do local de origem desse movimento migratório.

A residência permanente não é a casa dos seus sonhos – esta afirmação, cujo padrão se encontrou em algumas das entrevistas informais, mas que manifestamente se refletem nas observações pessoais do investigador, parece resultar do confronto entre as condições habitacionais da residência permanente e aquelas que se verificam na segunda residência, assumindo-se em alguns contextos de relacionamento social (conversas com vizinhos, por exemplo), que o mais importante é a "casa da terra", aquela onde se irá "gozar a reforma e viver os últimos dias em paz". Mais uma vez, à semelhança do que se disse antes, parece tratar-se de um fenómeno de transferência geográfica do esforço, ou sacrifício, carreado em áreas urbanas, para outras áreas rurais, aquelas de onde se é originário. Aqui, a diferenciação em termos de idade do utilizador é importante, mas mais importante é a relação entre as condições de vida na residência permanente, na qual apenas estão em causa os mínimos de suporte à dependência casa/emprego, e aquelas que se querem, ou podem experienciar na segunda residência, onde de facto se desenrolam "as boas coisas da vida". Esta razão apenas difere da anterior devido à menor "carga" do sentido de "afirmação" no local de origem, não sendo apesar de tudo exclusiva de pessoas deslocadas, já que pode também estar na base da escolha de uma segunda

residência por parte de pessoas, normalmente vivendo na cidade, que não têm aí as condições de habitação que consideram ideais.

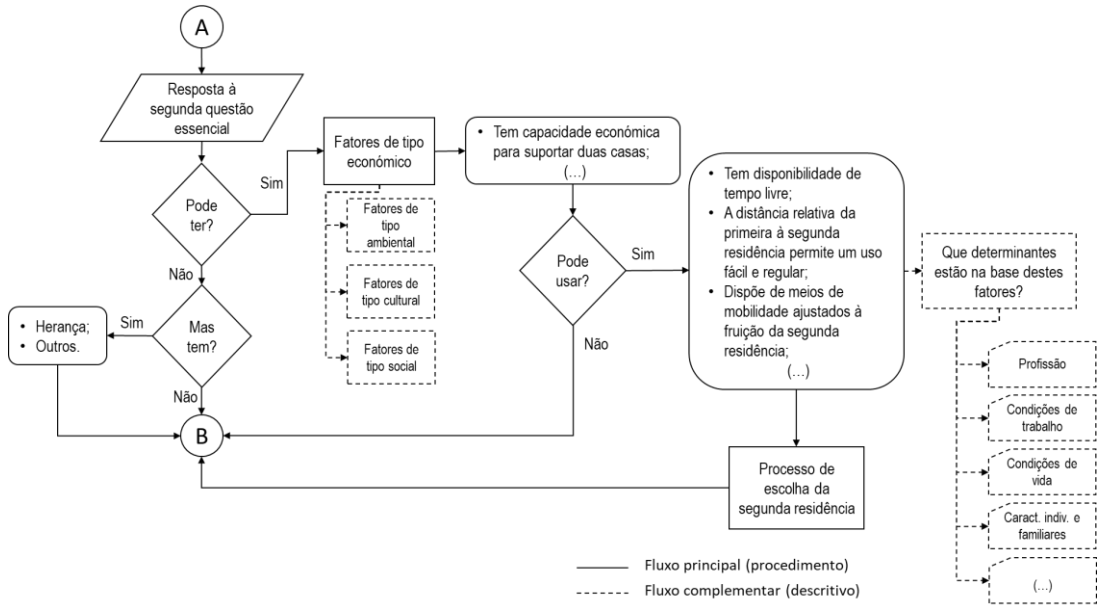
Na cidade não pode ter animais ou uma horta – mais uma vez, esta razão liga-se diretamente à oposição entre primeira e segunda residência, numa lógica de que esta última permite ter o que não se tem na primeira, mas não tanto na ótica das condições de habitabilidade, mas mais na das atividades que aquela permitem; esta razão acaba por ser muito semelhante à já enunciada relativa ao gosto pelas atividades de ar livre e a vida no campo.

Poder poupar no alojamento – trata-se de uma razão de tipo económico que acaba por corresponder a pessoas com um comportamento mais psicocêntrico (Williams, Lew, & Hall, 2004:263) do ponto de vista das suas deslocações turísticas, facto que se pode estender a todos os utilizadores de segundas residências quando a sua mobilidade enquanto viajantes e turistas tem esse destino como preponderante. No entanto, este tipo de classificações ajustadas à realidade turística, não se aplicam aos segundos residentes, já que, por exemplo no caso dos turistas psicocêntricos, pode ser quase nula a sua disponibilidade para interagirem com as populações locais, facto que é mais raro no caso dos segundos residentes. Esta razão, de qualquer modo, deverá acabar por ser mais frequente entre casais mais jovens com filhos pequenos. Para além das razões que exemplificámos antes, poderíamos considerar ainda outras, tais como as relacionadas com o exercício de uma profissão e os negócios. Há situações em que as pessoas, em razão do seu trabalho ou do seu meio de vida, precisam de se deslocar frequentemente de um local para outro. Neste caso, a segunda residência pode ser uma alternativa mais económica quando comparada com o alojamento em estabelecimentos hoteleiros ou desse tipo (alojamento local).

As razões exemplificadas para o facto de "querer ter" uma segunda residência, e que se viu poderem ser tipificadas em económicas, sociais, ambientais e culturais, têm na sua génese determinantes que foram classificadas em: (i) passado familiar; (ii) opções pessoais; (iii) condições de trabalho e (iv) condições de vida. Esta classificação pode ser amplamente discutida, mas as relações de tipo causal entre razões e determinantes, é complexa. O passado familiar pode ajudar a explicar, por exemplo, o gosto pela vida no campo, mas tal pode também ser apenas uma opção pessoal. Do mesmo modo, as condições de trabalho que, por exemplo, serão favorecedoras de uma partilha mais frequente do tempo entre a primeira e a segunda residência, podem também estar relacionadas com as condições de vida, alimentando, por

exemplo, a ideia de sacrifício na primeira residência em favor de uma segunda de maior qualidade e mais vistosa.

Quando se considera a resposta à questão "pode ter, e como?", a sequência lógica é muito mais simples, pois essencialmente o "poder" está relacionado com a capacidade financeira para suportar mais do que uma casa, apesar de se poderem adiantar outros fatores, muito menos óbvios, mas que de facto acabam por condicionar a resposta àquela questão. Por exemplo, a idade e o estado de saúde, bem como a mobilidade e a força física, podem ser entraves à fruição de uma segunda residência, não só pelo esforço exigido na deslocação entre residências, mas também pela oferta de determinado tipo de funções centrais que pode ser muito diferente entre as duas localizações, nomeadamente em equipamentos e serviços de saúde, por exemplo.



Fonte: Elaboração própria

Figura 4 – O fluxograma de outra pergunta básica "Pode ter (ou usar) uma segunda residência, e como?"

Apesar de poderem ser entendidos como tendo significados muito diferentes, colocam-se a "capacidade de ter a casa" e a "capacidade de poder usufruir da casa", no mesmo patamar, pois "querer ter e não usar" tem o mesmo resultado que "querer ter e não poder ter". Assim, esta segunda pergunta inicial terá de ser reformulada para "pode ter ou usar?". Com esta mudança, o leque de critérios possíveis de elencar alarga mais um pouco para além da simples questão da capacidade económica. O aumento do tempo livre, a proximidade geográfica

(absoluta e relativa) ao local de residência habitual, a facilidade de utilização dos mais diversos meios de transporte e as características individuais e do agregado familiar, acabam por ser aspetos a ter em conta quando se considera a capacidade de ter e usar uma segunda residência.

Considera-se que por detrás das razões que permitem ter e poder utilizar uma segunda residência estão determinantes de várias ordens que suportam essas razões. Por um lado, a profissão exercida, as condições de trabalho e, em geral, as condições de vida, para além de justificarem a capacidade de se ter uma segunda residência, também podem explicar a maior ou menor disponibilidade de tempo livre, do mesmo modo que podem ajudar a perceber o "porquê" da escolha de uma determinada casa, tendo em conta as suas características (dimensão, qualidade construtiva, conforto, vetustez e aparência), a sua distância e facilidade de acesso relativamente à primeira residência e a qualidade, ou seletividade (efetiva ou percecionada), da sua localização. Por outro lado, as características individuais e/ou familiares, também enformam atitudes e práticas de uso da segunda residência associadas ao ciclo de vida, desde a decisão de aquisição, eventualmente dependente da existência de filhos, até ao uso na situação de reforma e, também eventualmente, a possibilidade de acolhimento de netos.

Na sequência da resposta a estas duas questões básicas, designou-se o passo seguinte como "o processo de escolha da segunda residência". Para este processo de escolha há duas questões prévias que devem ser colocadas: i) as condições geográficas dessa oferta são atrativas e correspondem ao uso que se pretende fazer dessa segunda residência? e, ii) o mercado imobiliário disponibiliza esse tipo de edificado, isto é, a oferta imobiliária existente responde às exigências da procura?

A resposta àquelas duas perguntas, só por si, poderia ser o objeto de uma outra investigação aprofundada, tal a complexidade de temáticas, dimensões de análise e particularidades metodológicas envolvidas. Referem-se, apenas porque não podem ser ostracizadas face às perguntas de investigação que são centrais neste trabalho e que se apresentam de seguida. Mas, antes disso, convém fazer-se a seguinte sistematização genérica das condições que, na nossa ótica, suportam o aparecimento de segundas residências:

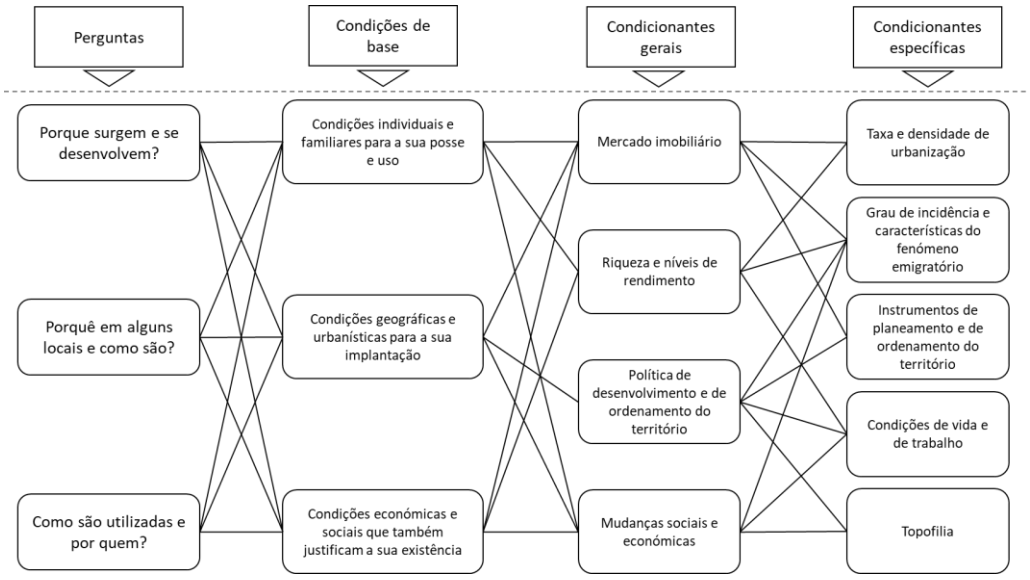
1) Conjunto das condições individuais e familiares para a posse e uso de segundas residências, as quais foram antes apresentadas;
2) Condições geográficas e urbanísticas para a implantação de segundas residências, as quais serão apresentadas de seguida, no âmbito da resposta à pergunta 1);
3) Condições económicas e sociais que também justificam a existência de segundas

residências, correspondentes a um conjunto de razões específicas de alguns contextos territoriais, os quais se irão também discutir de seguida.

Estas três condições de base, estão no cerne da procura de respostas a três questões fundamentais:

i) porque surgem e se desenvolvem as segundas residências?
ii) porque surgem elas em determinados locais e como varia a sua morfologia?
iii) como são elas utilizadas e quais as características dos seus utilizadores?

O esquema da Figura 5 sintetiza o sistema de relações entre estas perguntas, as condições de base antes referidas, e as grandes condicionantes, gerais e específicas, que contribuem para a relevância, formatação e adaptação[20] dessas mesmas condições.

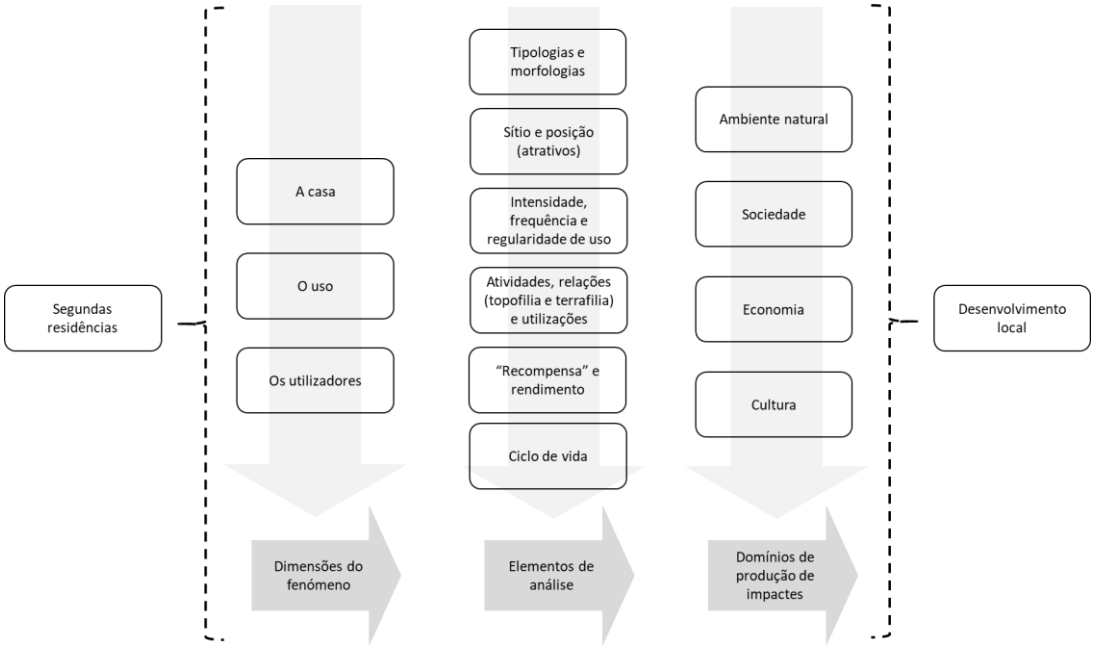


Fonte: Elaboração própria

Figura 5 – Uma proposta de modelo analítico para o estudo das componentes essenciais do fenómeno das segundas residências

[20] Relevância, na medida em que as condicionantes contribuem para a maior ou menor incidência, ou importância, de cada uma das condições de base; por exemplo, o comportamento do mercado imobiliário pode ajudar na decisão de ter uma segunda residência. Formatação, porque esse contributo pode reconfigurar o peso de cada uma das condições de base; por exemplo, a riqueza e níveis de rendimento num determinado local, pode ajudar à consolidação de um modelo de ocupação mais seleto e, logo, menos favorecedor da existência de algumas tipologias construtivas, por exemplo. Adaptação, já que as referidas relações entre condições e condicionantes, podem ajustar-se de acordo com a alteração de algumas variáveis; por exemplo, um local onde a taxa de emigração começa a aumentar, pode passar a ter condições económicas e sociais mais propícias ao aumento da disponibilidade de casas para venda no mercado imobiliário.

Logo à partida, não graduámos a importância das relações existentes entre perguntas, condições e condicionantes, pois essa diferenciação irá ser um dos resultados deste trabalho, os quais ajudarão a melhor configurar o sistema de relações de consequências (resultados, efeitos e impactes) sobre o desenvolvimento local (o território e o seu ordenamento), derivadas da existência de segundas residências (origem e morfologia, uso e utilizadores).



Fonte: Elaboração própria

Figura 6 – Uma proposta de modelo analítico para o estudo dos impactes das segundas residências no desenvolvimento local

5. SIGNIFICADOS TERRITORIAIS DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: UM ENQUADRAMENTO OPERACIONAL ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

5.1. Introdução

A componente mais visível das segundas residências relaciona-se com a sua impressão na paisagem e, naturalmente, no território, tenha ele as características ou qualidades mais diversas, desde os mais rurais aos mais urbanos. No entanto, como já se referiu antes, esta impressão é seletiva, já que a não serem alguns traços exteriores indicativos da sua maior ou menor utilização ou de alguma dissonância face à envolvente (dada, por exemplo, por via da

sua monotonia formal, principalmente quando se trata de empreendimentos turísticos), nada as diferencia das outras habitações.

Só pelo facto de existirem construções, sejam elas primeiras ou segundas residências, a paisagem é diretamente afetada, pelo que não pode dizer-se que elas sejam diretamente responsáveis por eventuais alterações específicas na paisagem, a não ser nos casos daquelas que se integram em imobiliário turístico.

No entanto, se não se não se tiver apenas em conta a questão formal e acrescentarmos os efeitos sobre a paisagem derivados da utilização dessas casas, então a observação anterior perde algum sentido. De facto, os efeitos da não utilização de uma casa são deveras importantes para a configuração e aparência de uma paisagem humanizada, já que as atividades humanas quotidianas geram outros efeitos, uns mais tangíveis que outros, mas igualmente interessantes para o resultado final. Não se vai aqui discutir o conceito de paisagem, já que nem este está cientificamente estabilizado (Roca & Oliveira, 2005), nem esse é o objetivo. Adotar-se-á a definição dada pela Convenção Europeia da Paisagem, assinada em Florença (Itália) a 30 de outubro de 2000, e que é a seguinte: "Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos" (alínea a) do artigo 1º da referida Convenção). Resulta assim evidente que a interação entre fatores naturais e humanos e, logo, os seus efeitos numa dada porção do território, se altera manifestamente nos casos em que, ou as construções tenham pouco ou nenhum uso, ou quando a população presente sofre variações significativas.

A questão da interação entre fatores naturais e humanos, para além de estar contida na definição de Paisagem, não deixa também de ser o objeto de estudo de uma perspetiva geográfica porventura mais ecológica, o que conduz à conclusão de que a paisagem é uma das componentes do território, entendido este, na nossa definição, como uma extensão de espaço geográfico[21] onde se concretizam relações de poder ou de dominação entre diferentes grupos sociais tendo por base os recursos naturais e humanos existentes a diferentes escalas.

[21] O conceito de espaço geográfico, para que se possa diferenciar de outras tipologias de espaço cujo significado não é concretizável num qualquer sector da superfície terrestre (espaços abstratos, tais como o económico, o político, o social ou o cultural, apesar de o conceito de espaço geográfico abarcar todos esses outros entendimentos), encerra uma história evolutiva fortemente marcada pela relação ecológica humanidade/meio. O conceito de território, apesar de poder ser encarado sobre diferentes prismas académicos, encerra, por sua vez, um significado cuja matriz assenta na relação de poder de um grupo social sobre outros e sobre um determinado sector do espaço geográfico. O Estado e o *lebensraum* de Friedrich Ratzel, correspondem, para níveis de organização

Também não se irá aprofundar a discussão sobre a natureza e o significado do conceito de território, já que à semelhança do de paisagem, também ele está, ainda, em construção. No entanto, a definição que antes avançámos, será a que estará na base de utilizações sequentes desse conceito, o qual se vai apurando a partir da noção de "espaço vital" tendo por referência analogias com o comportamento animal.

Cada território pode apresentar as paisagens mais variadas, do mesmo modo que uma paisagem pode ter expressão e continuidade em diferentes territórios, isto é, não é a paisagem que determina o espaço geográfico de sobrevivência e dominação de um dado grupo humano. As escalas de variação de cada uma destas categorias interdependentes são, no entanto, normalmente dissimétricas. Isto é, a paisagem corresponde a uma extensão de espaço geográfico mais pequena que aquela abrangida por um território. Aliás, o próprio conceito de paisagem é muitas vezes operacionalizado a partir da observação direta, algo que o olhar pode abarcar a partir de um ponto alto. Nessa perspetiva, a paisagem, mesmo em termos dinâmicos, acaba por corresponder a uma sucessão de instantâneos fixos onde os fluxos do ambiente natural e humanos apenas surgem como traços imóveis num quadro pictórico geral que traduz os resultados das suas interações. Desse modo, o espaço geográfico de existência de um grupo humano, até pela necessidade de diversidade de recursos para a sua sobrevivência, não se pode restringir a uma única paisagem, de onde deriva que um território será caracterizado por alguma diversidade paisagística, passe a aparente tautologia desta argumentação.

A impressão das segundas residências na paisagem não se refere apenas aos aspetos físicos e formais. Para muitos autores, apesar da paisagem poder ser apreciada a partir das suas características visíveis, todos os elementos nela impressos derivam de uma dinâmica evolutiva onde forma, função e relação são os fatores que condicionam essa mesma visibilidade, tanto em termos puramente visuais, como de outros estímulos sensoriais que conduzem à sua apreensão. Em síntese, se os fixos espaciais são o resultado da interação entre forma (terreno, tipologia construtiva, vegetação, estado do tempo, infraestruturas, etc.), função (atividades económicas, transportes, habitação, comércio e serviços, etc.) e relação (grupo sociais, estruturas familiares, emprego, mobilidade, etc.), então eles são condicionados por inúmeros fluxos cuja visibilidade resulta dessa mesma interação. Isto é, a forma de uma casa está em

social diversa, à concretização do conceito de território (Arcassa, 2017).

relação com a sucessão dos estados de tempo, com os recursos existentes e com as estruturas familiares, tradicionais ou modernas, entre outros aspetos, do mesmo modo que os terrenos agricultados têm por detrás um sistema produtivo definido a partir de relações sociais, de propriedade, de disponibilidade de tecnologia e de recursos humanos, etc... Ou seja, se os fixos são os elementos visíveis na paisagem, os fluxos são os elementos invisíveis que condicionam essa visibilidade ou aparência. Deste modo, a interpretação dos aspetos visíveis das segundas residências, devem também ter em conta os sistemas formais, de funcionalidade e de relação que os condicionam.

5.2. As segundas residências no contexto da formação da identidade territorial e da mobilização para o desenvolvimento local

5.2.1. O modelo IDENTERRA

Fruto da investigação sobre as questões da identidade territorial na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, foi produzido um modelo, simples mas eficaz, para a deteção das características dos lugares que, através dos seus agentes, os possam promover no sentido do seu próprio processo de desenvolvimento. Esse modelo, cunhado como IDENTERRA (Oliveira et al., 2010; Z. Roca & Roca, 2007), detém uma robusta sustentação teórica e empírica.

Como todos os modelos, o IDENTERRA simplifica a realidade e, por isso, também como todos os modelos, pode ser objeto de muitas críticas, as quais acabam por contribuir para o fortalecimento da sua validade enquanto instrumento facilitador da decomposição dessa mesma realidade, ao mesmo tempo que ajuda à sua descrição e aparelhagem analítica. Não se vai agora detalhar a justificação de cada um dos elementos que compõem o modelo, já que a sua explicação está bem documentada na literatura, nacional e internacional (Z. Roca, 2004; Z. Roca & Roca, 2007; Zoran Roca & Mourão, 2003). No entanto, e porque ao longo deste trabalho ele é adotado como instrumento descritivo e analítico, vai-se tentar tornar claras algumas das suas componentes conceptuais e metodológicas.

Tendo a observação como principal instrumento de recolha direta de informação, seja de forma passiva pela simples visualização e contemplação, seja de forma ativa através da aplicação de instrumentos de inquirição e entrevista, por exemplo, um dos principais atributos do modelo IDENTERRA resulta do seu contributo para a sistematização e sua capacidade de

"arrumação" dos elementos que estão "impressos" na paisagem (fixos espaciais) ou, não o estando (fluxos espaciais), são também fundamentais para a definição da sua forma, conteúdos e dinâmicas.

Fixos e fluxos espaciais acabam por resultar em dois diferentes complexos diretamente articulados e dependentes: Paisagem e Modo de Vida, resultando da sua interligação a noção de Identidade Territorial. Esta noção, bastas vezes utilizada nos discursos políticos, mas também académicos, para além de ter ficado clarificada através do contributo do IDENTERRA, também foi posteriormente enriquecida com um novo conceito, o de Terrafilia (Oliveira et al., 2010), o qual lhe adicionou uma outra componente de proatividade relacionada com a "vontade" de os agentes locais "emprestarem as suas forças" para a promoção do desenvolvimento territorial, com particular destaque para as escalas local ou regional.

O modelo IDENTERRA foi concebido para o estudo da "identidade territorial", com o objetivo de tornar este conceito uma categoria analítica que permitisse a comparação entre realidades geográficas e sociais distintas. Com esse fim, e por isso assumindo-se uma abordagem direcionada para a noção de património, as dicotomias já referidas (fixos e fluxos) foram ajustadas a diferentes contextos ou dimensões observáveis no território. Cada uma dessas dimensões foi originalmente (Z. Roca & Roca, 2007: 436) caracterizada, e passamos a parafrasear, como:

- Património natural - todos os elementos e objetos que constituem o ambiente natural de um território.
- População - toda a distribuição espacial e características dos indivíduos que estão permanentemente ou temporariamente presentes num território.
- Património económico - todos os objetos do ambiente criado (natureza modificada e ambiente construído) cujo objetivo é a distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis num território (aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas físicas).
- Património cultural - todos os objetos do ambiente criado (natureza modificada e ambiente construído) cujo objetivo é a produção, distribuição e/ou consumo dos bens e serviços intangíveis num território (aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas espirituais).

O modelo IDENTERRA é baseado na hipótese de que as identidades territoriais dependem da singularidade de uma área geográfica em termos das suas características

resultantes da relação entre Paisagem e Modo de Vida. A Paisagem, seja ela de pendor mais natural (primária ou modificada, preservada ou degradada) ou cultural (agrícola, industrial, rural, urbana ou mista relativamente ao uso do solo, por exemplo) é constituída por fixos espaciais, definidos como o somatório dos elementos, permanente ou temporariamente enraizados ou arraigados, dos patrimónios natural, populacional, económico e cultural, produzidos pela ação humana numa dada área geográfica. O Modo de Vida, pode ser entendido como os padrões de uso e gestão dos fixos espaciais, sendo constituídos por atividades, relações e significados no âmbito de redes e sistemas horizontais (territoriais) e verticais (funcionais), os quais determinam a Natureza, a Sociedade, a Economia e a Cultura (Z. Roca & Roca, 2007: 436-437).

Em síntese, por um lado, a paisagem pode ser definida enquanto o conjunto dos fixos espaciais de um território e, por outro, o modo de vida, pode ser considerado como o conjunto dos fluxos espaciais que justificam, condicionam ou determinam os fixos e, logo, a paisagem em si mesma. Do entrecruzamento da paisagem e do modo de vida emana a identidade territorial, significando isto que existe uma individualidade e singularidade de realidades geográficas físicas e humanas de localidades e regiões, mais marcada por fatores antropológicos e culturais (estabelecimento de grupos pelas diferenças entre indivíduos), do que pela uniformidade das relações funcionais, de raiz mais económica e, por isso, mais tipificável e agregável (estabelecimento de grupos pelas semelhanças entre indivíduos).

Dois aspetos básicos da identidade territorial - objetivos e subjetivos - são distinguidos no modelo IDENTERRA. A identidade territorial objetiva combina fixos e fluxos espaciais cujo estado e dinâmica podem ser medidos e avaliados com base na análise macroscópica de fontes secundárias e de dados e imagens de factos relacionados com o modo de vida e a paisagem (trabalho de gabinete). A identidade territorial subjetiva pode ser estudada do ponto de vista de dois conjuntos básicos de fixos e fluxos espaciais: i) em primeiro lugar, aqueles que são praticados ou experienciados (na vida real) e, em segundo lugar, ii) aqueles que são reivindicados ou pretendidos (na mente). Deste modo, a identidade territorial pode ser avaliada por meio de estudos participativos (trabalho de campo), com base na recolha de dados e imagens primários (Z. Roca & Roca, 2007: 437-438).

Numa perspetiva de alargamento da utilidade da sistematização anterior, sobretudo no que respeita à operacionalização de um modelo de indicadores que possa descrever e ajudar na análise de diferentes realidades territoriais, introduziram-se algumas modificações que

posteriormente nos irão assistir, não só no enquadramento territorial do fenómeno (tipologias de municípios e freguesias, por exemplo), mas também na estruturação dos efeitos e impactes no desenvolvimento local, derivados da existência de segundas residências. Deste modo, ir-se-ão considerar os seguintes domínios:

- Ambiente natural - incorpora todos os elementos biofísicos que moldam a geografia física;
- Economia – engloba tudo o que respeita ao sistema económico, tanto na ótica da produção como do consumo de bens e serviços;
- Sociedade – considera-se neste âmbito tudo o que respeita à população e à sua organização social, desde a demografia aos sistemas de relação e de reprodução social;
- Cultura – sistema de valores estéticos e artísticos e comportamentos, sejam de origem popular ou erudita, tradicionais ou modernos, os quais diferenciam um determinado grupo de outros grupos humanos.

Se se entenderem os fixos espaciais como elementos da realidade que estão visivelmente ancorados no espaço geográfico e se se entenderem os fluxos espaciais como as relações estabelecidas a partir de, e entre, esses mesmos fixos e, ainda, se partirmos de uma tipologia de fixos e fluxos espaciais que abarque todas as dimensões da realidade, tais como o Ambiente Natural, a Economia, a Sociedade e a Cultura, poderemos então estabelecer uma racionalidade analítica que nos permita entender, pelo menos uma parte, da complexidade que, com diferentes graus de intensidade, molda, condiciona e determina a realidade envolvente, na aceção de "environment", no que particularmente diz respeito às segundas residências.

"A identidade territorial revela o espectro, as formas e a intensidade de integração económica e cultural dos lugares e regiões, no passado e no presente, no âmbito de redes e sistemas socioeconómicos e espaciais hierarquizados" (Zoran Roca & Mourão, 2003:1), sendo que na atual época da globalização (agressiva) da economia e da cultura, a identidade de cada território é cada vez mais considerada como um trunfo decisivo para o desenvolvimento local.

5.2.2. Topofilia e terrafilia

Ainda nos anos 70 do século XX, Yi-fu Tuan desenvolveu o conceito de "topofilia", ou seja, "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico" (Tuan, 1980:5). Tratou-se de uma abordagem antropológica por parte de um geógrafo que valorizava bastante os aspetos cosmológicos e filosóficos da relação das pessoas com o espaço e os lugares. Aliás, numa outra

obra do mesmo autor publicada alguns anos depois mas ainda na mesma década de 70 (Tuan, 2003), são analisadas de forma mais detalhada e numa ótica behaviourista, as questões da perceção e avaliação individual do espaço geográfico e dos lugares, numa tentativa de, como diz o próprio autor logo na introdução, valorizar a experiência como ferramenta na atividade de planeamento e de avaliação da qualidade ambiental, através da compreensão de "como as pessoas sentem o espaço e o lugar" (Tuan, 2003:7).

Por uma questão de clarificação de conceitos, será assumido que a topofilia é equivalente ao conceito mais geral de apego ao lugar, ou *place attachment*, do inglês. De facto, Bradley Jorgensen e Richard Stedman (Jorgensen & Stedman, 2001:234), entendem que a topofilia é apenas um dos elementos constitutivos do conceito de apego ao lugar e desenvolvem uma sistematização dos elementos de clarificação dos conceitos de *sense of place, sense of belonging*, *place attachment* e *place dependence*, deixando antever uma segmentação do conceito de apego ao lugar em quatro dimensões (Chen, Hall, Yu, & Qian, 2019). Uma, mais morfológica, relaciona-se com o lugar enquanto reflexo de uma determinada identidade territorial. Outra, mais de dependência funcional entre o indivíduo e o lugar e que pode ser traduzida na possibilidade de este providenciar os bens e serviços necessários à vida. Uma terceira dimensão, mais afetiva, e que explora as razões das ligações emocionais sem reservas. Por fim, a dimensão dos laços relacionais de tipo familiar e de amizade, ou seja, o lugar enquanto contentor de relações familiares e de convivência. O conceito de topofilia pode, assim, ser integrado em qualquer uma destas dimensões, pelo que, tal como se referiu antes, o tomaremos como equivalente a outras formulações conceptuais, deixando a discussão das suas diferenças para outros estudos.

No âmbito das atividades do centro de investigação da ULHT que veio a ser integrado no CeiED, foi desenvolvido um outro novo conceito, correspondente a uma exploração do de topofilia mas integrando uma visão mais proativa virada para as questões do desenvolvimento territorial local: o conceito de "terrafilia" (Oliveira et al., 2010), entendido como "o vínculo afetivo entre as pessoas e o seu território que induz a sua intervenção ativa no desenvolvimento". Com esta formulação, o conceito de terrafilia complementa o de topofilia, já que contempla uma extensão pró-desenvolvimentista, facilitando assim a sua aplicação prática, principalmente no contexto das atividades de planeamento, ordenamento e desenvolvimento territoriais, nomeadamente por via da auscultação e envolvimento dos atores e agentes nesses processos.

Terrafilia é também uma categoria analítica que só pode ser operacionalizada a partir da observação direta, isto, é, não é viável proceder à sua análise através da conceção de indicadores e, da compulsão de estatísticas, medir os seus níveis de intensidade. No entanto, através da observação visual, sem prejuízo da elaboração e aplicação de entrevistas ou inquéritos, poderá fazer-se uma aproximação à intensidade da terrafilia, tendo por base elementos da identidade territorial objetiva em função dos níveis da sua degradação ou descaracterização por referência ao que é tradicional ou querido da comunidade. Isto é, apesar de a identidade territorial poder conter elementos de proveniência, temporal e espacial, variada, a proteção do que é tradicional e específico de um lugar ou território corresponde a níveis mais elevados de terrafilia, ou seja, de oposição à sua descaracterização.

De facto, os discursos académicos, políticos e dos media portugueses têm, em geral, quase de uma forma apriorística, defendido que é necessário reduzir a descaracterização e, ao mesmo tempo, reforçar e / ou (re)afirmar, a identidade territorial como um recurso para o desenvolvimento (Roca, 2004). O progresso no encorajamento da topofilia e, principalmente, da terrafilia, pode ser evidenciado, por exemplo, nos projetos das "Agenda XXI Locais" ou na revitalização de centros cívicos ricos em património edificado e núcleos urbanos históricos ou, ainda, na continuidade, fortalecimento ou renascimento do espírito regionalista, muitas vezes congregando as muito antigas associações cívicas que se substituíam à inoperância do Estado. No entanto, a descaracterização tem vingado e aumentado constantemente em todas as esferas da economia e da cultura em Portugal, sobretudo a partir, por exemplo, da redução progressiva da sustentabilidade ecológica e demográfica e da incidência de processos de planeamento e ordenamento do território que muitas vezes foram acompanhados por um uso caótico do solo e consequente degradação da paisagem.

De facto, a introdução de novos sistemas produtivos na agricultura (a substituição da vitivinicultura tradicional por técnicas de produção agrícola "mais competitivas" e modernas, por exemplo), da mesma forma que a adoção de modelos de consumo mais enquadrados em lógicas pós modernas em oposição ao comércio de retalho tradicional (Cachinho, 2002), a par do abandono de valores sociais como a solidariedade inter-geracional em contraponto com o surgimento de fenómenos de solidão e exclusão, enquanto padrões sociais comumente assumidos que derivam na perda de vitalidade demográfica (envelhecimento e emigração, e, consequentemente, a reconfiguração das aglomerações rurais e urbanas) (Ferrão, 2003; M. de N. O. Roca, Roca, & Leitão, 2014), são exemplos notórios das alterações nas paisagens rurais e urbanas que se têm vindo a multiplicar.

5.3. Identidade territorial, topofilia e terrafilia e segundas residências

5.3.1. Notas prévias

Como já se viu antes, habitação, turismo e mobilidade são três temáticas relevantes para o esclarecimento da natureza e significado, ou seja, da ontologia, das segundas residências. Essas são as três temáticas que podem ajudar a compreender a sua contextualização. Mas, interessa também perceber em que componentes se desagrega o fenómeno, na tentativa de depois discutirmos a importância e a pertinência de cada uma dessas partes constitutivas na formação de efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local, enquanto meta das atividades de planeamento e ordenamento do território.

Já antes também efetuámos (ponto 3 deste capítulo) uma aproximação àquela desagregação, a qual se repercutiu numa sistematização dicotómica entre características ou evidências a que se chamou de dimensões e subdimensões materiais e imateriais. Retomando essa classificação, a sua árvore estrutural, de forma muito sintética, é a seguinte: a) do lado da materialidade (aquilo que é fisicamente observável e que acaba por corresponder aos fixos espaciais), identificámos o "Espaço construído ou edificado", o "Espaço de localização e a sua envolvente" e os "Proprietários e utilizadores"; b) do lado da imaterialidade (aquilo que não é diretamente fisicamente observável – ainda que os seus resultados ou efeitos o possam ser -, e que acaba por corresponder aos fluxos espaciais), identificámos os "mecanismos e processos que estão na origem do bem", a "relação com o bem e as formas do seu uso" e, por fim, a "perceção do valor acrescentado do bem sobre o modo de vida" dos seus utilizadores. Cada uma destas dimensões, materiais ou imateriais, foi desagregada noutras subdimensões, também materiais ou imateriais, correspondentes a elementos de caracterização que podem ser objetivamente analisados e avaliados.

Na essência, o conjunto das dimensões referidas pode, na ótica da desagregação dos elementos constitutivos do fenómeno das segundas residências, ser reconfigurado em três dimensões fundamentais, a que acrescentámos uma quarta, resultante de uma visão evolutiva do entrecruzamento dessas três: i) a casa; ii) o uso; iii) os utilizadores; iv) a evolução da casa, do uso e dos utilizadores.

Do ponto de vista da identidade territorial, considerando o cruzamento dos domínios do IDENTERRA com os fixos e fluxos espaciais que os podem caracterizar tendo como pano de fundo o fenómeno das segundas residências, é possível organizar conjuntos de sistemas

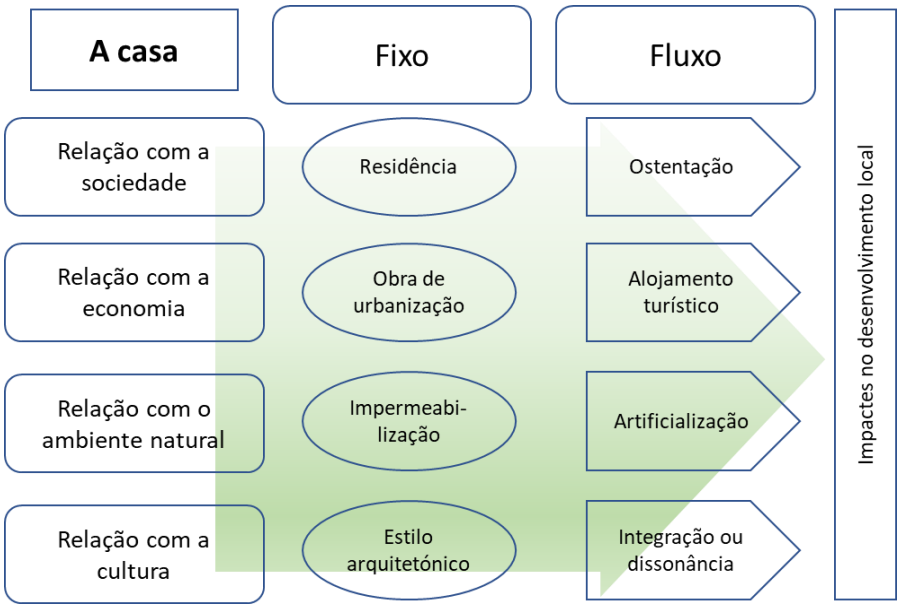
relacionais que acolhem diferentes temáticas ou fenómenos passíveis de análise quantitativa ou qualitativa, não só através de indicadores de estado e de dinâmica, mas também de análise dos efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local.

Nos pontos que também se seguem ir-se-á apresentar uma proposta, ou exemplos, de fixos e fluxos espaciais que mais diretamente se relacionam com o fenómeno das segundas residências. Cada um desses pontos será acompanhado de uma ilustração que tentará mostrar a relação entre cada um dos domínios do IDENTERRA e cada uma das dimensões de desagregação da análise do fenómeno em estudo. Essas ilustrações e o seu conteúdo devem ser lidas numa lógica de resposta à questão: "a relação da dimensão x do fenómeno das segundas residências (casa, uso, utilizadores e evolução conjugada) e o domínio y do IDENTERRA (sociedade, economia, ambiente natural e cultura) pode ser traduzida em que fixos e fluxos espaciais?".

No texto que se segue são muitas vezes referidas as áreas rurais como forma de contextualização locativa preferencial das segundas residências. Obviamente que existem segundas residências em áreas urbanas, do mesmo modo que existe urbanização em meio rural. O que se quer deixar claro é que se entende que o fenómeno em estudo é mais relevante, do ponto de vista dos efeitos e das relações com o desenvolvimento local e o ordenamento do território, quando se considera esta tipologia de espaços geográficos, os quais podem ser litorais, interiores, de serra ou de planície, junto a rios e lagos ou completamente isolados na floresta ou na extensão da falsa estepe cerealífera.

5.3.2. A casa

Relativamente à "casa", enquanto elemento edificado impresso na paisagem e objeto de processos específicos de conceção (desenho), construção (materiais e acabamentos exteriores) e funcionalidade (aspetos formais da utilização, consonantes com a conceção e a construção, tais como o nº de pisos, a dimensão, o tipo de telhado e aberturas, entre outros), podem exemplificar-se os fixos e fluxos que se seguem.



Fonte: elaboração própria

Figura 7 - – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "casa" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA

No domínio da "relação com a sociedade", pode apontar-se como exemplo de fixo, a residência. Trata-se da casa construída para fins residenciais, a qual apresenta particularidades arquitetónicas e de enquadramento urbanístico que a colocam nessa categoria. A casa enquanto residência pode ser medida e avaliada nos recenseamentos da habitação. Esse fixo pode traduzir-se num fluxo, o qual não é específico das segundas residências, mas é-lhe imputado por muitos autores. Trata-se do fenómeno da ostentação, o qual pode ser observado, mais não seja pelas características construtivas da casa, mas que resulta, sobretudo, de uma cadeia de valores sociais tendentes, entre outros aspetos, à diferenciação classista e/ou à afirmação do sentimento de pertença, e correlativo reconhecimento pelos pares, a uma classe social mais alta. Ainda no caso do fenómeno da ostentação, podem identificar-se diferentes níveis de afirmação social, os quais poderão ir desde o "mostrar" o sucesso da decisão de emigrar (em Portugal, desde a casa de brasileiro de princípios do século XX, até ao "château" dos anos 70, por exemplo), até formas mais sofisticadas e para classes de maior poder económico (segunda residência com assinatura de arquiteto em empreendimento turístico com golfe, por exemplo). Repare-se que neste particular não estamos a referir-nos à qualidade construtiva da casa em termos da forma, dos materiais e da envolvente, mas apenas à manifestação do desejo de mostrar aos outros o sucesso social atingido.

Na relação com o "domínio da economia", apontamos como exemplo o fixo "obra de urbanização" e o fluxo "alojamento turístico". No primeiro caso, trata-se da componente visível da promoção imobiliária, uma atividade naturalmente mais relacionada com a economia do que com a função social da habitação, enquanto no último caso se trata da possibilidade de transformação da casa em segunda residência ou em alojamento turístico, transformação que não é fácil de distinguir pela observação direta e que se relaciona obviamente com outros fluxos de tipo económico. Se no primeiro caso se pode fazer uma medição objetiva do número e características das obras de urbanização (dados estatísticos a nível municipal relativos às licenças, fins a que se destinam as casas e tipologias construtivas), já no segundo caso a sua contabilização é impossível, pelo menos em Portugal, a não ser no que respeita ao alojamento turístico enquadrado em tipologias reconhecidas e reguladas como tal.

A relação entra a "casa" e o "ambiente natural", pode traduzir-se num fixo correspondente à impermeabilização do solo e num fluxo traduzível no conceito de artificialização ambiental. Poderá ser difícil entender esta dicotomia entre fixo e fluxo, mas enquanto a impermeabilização pode ser objetivamente observável e mensurável (por exemplo através de dados estatísticos sobre as áreas ocupadas por espaço urbanizado nos vários instrumentos de planeamento municipal), a artificialização já corresponde a um conceito menos objetivo e, por isso, mais dependente de uma avaliação ou perceção pessoal sobre o que é "natural" e o que é "artificial"[22].

Por fim, a relação entre a "casa" e o domínio cultural, poderá ser ilustrada através de um fixo correspondente ao estilo arquitetónico observável e um fluxo relativo à integração ou dissonância desse estilo face à tradição local[23]. O estilo arquitetónico, observável mas não quantificável e, por isso, mais difícil de concretizar, acaba por ser o resultado de um sistema de valores culturais que poderá privilegiar, com diferentes graus de preservação, a manutenção dos

[22] Repare-se que, por vezes, até se fala sobre a naturalização de espaços verdes urbanos, o que apenas significa uma artificialização dissimulada desse mesmo espaço através da minimização da intervenção humana na sua manutenção e supervisão. Por exemplo, espaços verdes naturalizados são aqueles onde teoricamente se verifica uma ocupação por vegetação espontânea e subespontânea, a qual poderá não estar de acordo com os padrões de ocupação próprios das condições edáficas naturais de um determinado local, mais não seja até porque ele mesmo se encontra espartilhado por outras condições artificiais que as condicionam.

[23] Chama-se a atenção para o facto de que tradição e identidade territorial apenas se encontram ligadas enquanto categorias acarinhadas pela população local. Isto é, quando a tradição é substituída pela modernidade, num devir desejado pela população residente, estamos perante uma alteração identitária que corresponde à concretização no território da passagem da identidade objetiva para a subjetiva. Em suma, a identidade territorial está em constante mudança e a tradição apenas é importante quando não é obnubilada pelos residentes e faz parte desse mesmo processo de mudança.

elementos tradicionais, sejam os relativos aos materiais, sejam os relacionados com a traça e aparência geral da casa, seguindo ou não os arquétipos, herdados ou construídos, da sua forma e função.

A relação direta entre segundas residências e cada um dos fixos e fluxos relativos à dimensão "casa" desagregados por domínio do IDENTERRA, pode ser encarada de duas maneiras, as quais se constituem como uma parte das hipóteses deste estudo: uma, de cariz mais conservador, não distingue entre primeiras e segundas residências, isto é, valoriza igualmente cada um dos aspetos antes referidos generalizando as observações aos dois tipos de "casa"; outra, de cariz mais transformador, assinala as diferenças entre primeiras e segundas residências, colocando estas no patamar de elementos estruturadores de alterações ao nível da identidade territorial de um determinado lugar.

Cada uma daquelas maneiras de encarar aquela relação pode traduzir-se em diferentes resultados de observação, direta ou indireta, com características dissemelhantes. Por um lado, pode estar-se perante lugares onde dominam as casas construídas de novo, provavelmente onde a incidência da emigração (ou então, a sua génese, seletividade e segmentação), por exemplo, é diferente do que ocorreu noutras áreas. Neste caso, podem ser mais evidentes elementos da identidade desejada e, logo, com maior potencial transformador da identidade objetiva. Por outro lado, em oposição, pode estar-se perante lugares onde é mais frequente a herança de casas de familiares que passam a ter um novo uso, situação que normalmente corresponde a uma manutenção mais vincada das características formais iniciais, eventualmente com pequenas alterações derivadas de acrescentos à edificação.

5.3.3. O uso

O uso de uma segunda residência tem sempre implicações no lugar, ou na envolvente, da sua localização. Isto é, mesmo numa situação extrema em que o uso se restrinja ao interior da habitação e não haja qualquer interação com o exterior, haverá sempre efeitos, mais não sejam, ao nível da utilização das infraestruturas e, ainda que estas estejam ausentes, sobre os recursos hídricos e o ambiente natural local (consumo de água, produção de águas residuais e de resíduos).

O uso de uma segunda residência pode ser encarado de duas formas: i) por um lado, aquele que corresponde à utilização da casa do ponto de vista das suas condições interiores e de algum terreno exterior que possa existir (quintal, jardim, horta), isto é, o uso do interior da

propriedade; ii) por outro lado, aquele que se refere à interação com o exterior, podendo aqui considerar-se a fruição de amenidades ambientais e de equipamentos e serviços públicos, o abastecimento regular em bens de consumo e não só, as visitas a familiares e amigos e as relações de vizinhança, etc.. Obviamente que em cada uma destas formas de utilização, as intensidades de relação com os vários domínios do IDENTERRA são também diferentes. Mas, não nos deteremos agora sobre essas diferenças e tomaremos aquelas relações numa ótica de conjunto relativamente à identificação de fixos e fluxos espaciais.

Na "relação com a sociedade", o uso pode caracterizar-se por um fixo relacionado com o recreio e o lazer[24], ou seja, as atividades não implicadas diretamente no processo produtivo e um fluxo correspondente às relações sociais que enformam as condições de reprodução da força de trabalho ou, não sendo esse o caso, permitem e garantem a existência de grupos sociais que vivem na ociosidade, tal como definidos por Veblen (Veblen, 1994). Esta relação, do ponto de vista dos fixos, é mais facilmente percetível nas transformações que implica ao nível da funcionalidade dos lugares, sejam no tipo de equipamentos públicos disponíveis, seja também, por exemplo, na tipologia de unidades funcionais de comércio e serviços mais frequentes. Mas, essas características observáveis estão mais relacionadas com o domínio económico.

Na relação com o domínio económico, o uso da segunda residência pode exemplificar-se por um fixo que diferencia entre ócio e trabalho e um fluxo relacionado com o movimento turístico. No primeiro caso, ócio e trabalho são uma dicotomia que se reflete no território de diferentes maneiras. Por um lado, do ponto de vista das segundas residências, o exercício de uma atividade económica (trabalho) tem implicações na distância aos locais de emprego, no tipo e frequência da mobilidade e, também, no volume de tempo despendido no local da segunda residência. Por sua vez, o ócio traduz-se em formas completamente diferentes de ocupação do tempo, com destaque para o exercício de atividades de recreio e lazer. Em acréscimo, numa lógica puramente económica, tanto o trabalho como o ócio são indutores de padrões de consumo, ainda que diferentes, seguramente com efeitos ao nível da economia no seu conjunto.

[24] Os conceitos de recreio e lazer são muito discutidos no contexto dos estudos de turismo. Aqui, adotaremos uma definição muito genérica inspirada em Veblen, para quem "… the term "leisure," (…) does not connote indolence or quiescence. What it connotes is non-productive consumption of time. Time is consumed non-productively (1) from a sense of the unworthiness of productive work, and (2) as an evidence of pecuniary ability to afford a life of idleness." (Veblen, 1994:20).

A consideração dos fluxos (movimentos) turísticos como um fluxo espacial parte de uma abordagem, não sobre a observação das deslocações turísticas, mas sim sobre os fatores de atração que provocam essa atração. Isto é, a decisão de fazer turismo em determinado local depende de um processo de decisão que envolve a avaliação, em articulação com um balanço entre os gostos e os desejos e a capacidade financeira, pessoal de determinado destino. No caso particular das segundas residências enquadradas em empreendimentos turísticos, este tipo de uso é deveras relevante e tem implicações diretas em toda a economia, a começar pelo próprio mercado turístico.

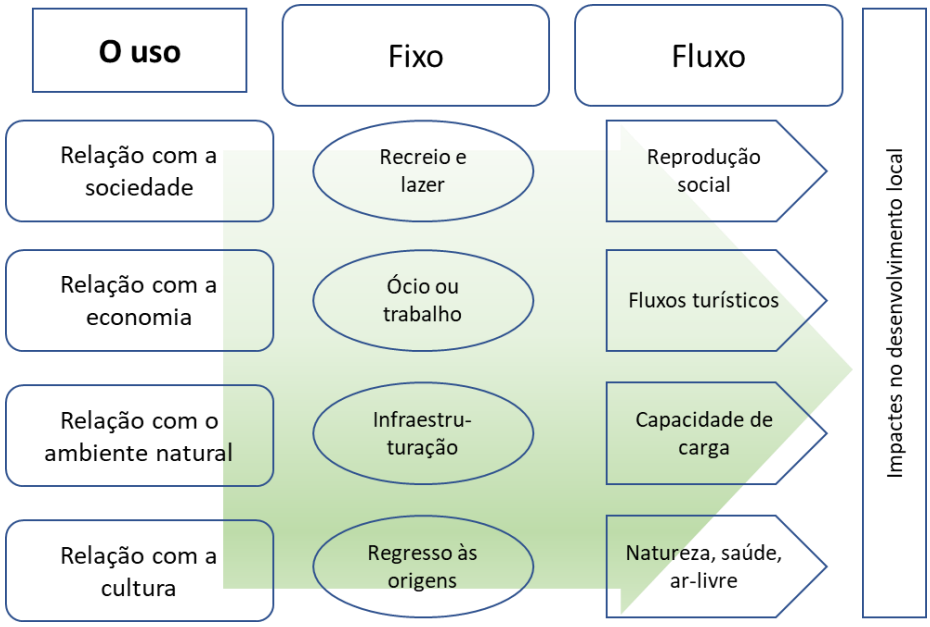
Na relação do uso das segundas residências com o domínio do ambiente natural, resulta clara uma consequência diretamente observável no território e que se traduz, por exemplo, no grau de infraestruturação e de oferta de equipamentos de utilização coletiva (públicos ou privados), com efeitos económicos ao nível do próprio ambiente, mais não seja através da implementação de serviços de abastecimento e de recolha resíduos, tendo em vista a sua proteção e sustentabilidade. Mas, qualquer uso, seja corrente seja turístico, seja em trabalho seja em lazer, deverá estar condicionado pela capacidade de carga que cada ecossistema, incluindo os urbanos, pode suportar. Ora, a capacidade de carga ambiental é fundamental para a regulação dos ciclos económicos, já que o não respeito por esta condicionante implicará sobrelotação, degradação e destruição ou, em suma, deseconomias de toda a ordem que implicarão a perda de produtividade e, logo, de rendibilidade da atividade económica de qualquer território. Mas, numa época em que cada vez mais se valoriza a questão dos serviços dos ecossistemas, mais aumenta a consciência de que o ambiente natural é um recurso económico que tem de ser preservado e utilizado de forma racional e sustentável.

Na relação com o domínio cultural, o uso das segundas residências pode ser associado a um fixo relativo ao "regresso às origens", aquilo que alguns autores designam por "roots tourism" (A. Perri, 2013), mas que de facto é a visitação de emigrantes ancorada na "casa" que entretanto construíram na sua terra natal (ou de um dos elementos do casal). Este fixo, em relação com o uso, acaba por ser observável na paisagem a partir do tipo de atividades que a segunda residência proporciona e que fogem ao estereótipo da vida urbana, ou seja, do local típico de implantação da primeira residência, em relação direta com a localização do emprego.

Do lado dos fluxos espaciais, valorizámos os aspetos que se relacionam com a perceção do modo de vida associado ao regresso às origens, numa lógica de que existe alguma adequação entre a segunda residência e a escolha de um local ao qual se associam valores positivos de vida

ao ar livre, saúde e bem-estar, em suma, a segunda residência encarada como "[une] maison de plaisance" (Cribier, 1973:182). Quer isto dizer que, aparentemente, em alguns contextos territoriais, existem atitudes culturais que privilegiam a busca da vida ao livre, o contacto com a natureza ou, por outras palavras, a fuga ao ambiente urbano e a busca do "bom selvagem" em ambiente rural. A territorialização destas ideias, por vezes ancoradas em preconceitos que tendem a separar entre a realidade nórdica e a da Europa do sul, pode ser objeto da mais variada contestação, a começar pela errada historicidade (tradição ou embasamento histórico) da origem das segundas residências nesses países.

De facto, independentemente do desejo, por parte do urbanita, de usufruir do ambiente campestre ou rural, há razões geográficas para a tradição das segundas residências na Europa do Norte, do mesmo modo que as há na Europa do Sul, residindo as principais diferenças em fenómenos geográficos e sociais que mesclam as agruras dos estados de tempo (os locais e as estações) com as diferentes temporalidades dos fenómenos migratórios (as crises e o abandono dos campos), eles mesmos influenciados por diferentes culturas de vida rural, as quais, apesar de sempre centradas na família, valorizam de forma diversa o sentido de comunidade, em estreita relação com as condições geográficas (dispersão e isolamento) e económicas (integração funcional, sistema de produção e produtividade) (Ferrão, 2000b).



Fonte: elaboração própria

Figura 8 – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "uso" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA

5.3.4. Os utilizadores

As características sociais, demográficas, económicas e culturais das pessoas que usam as segundas residências, também são passíveis de se desagregarem em fixos e fluxos espaciais distribuídos por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA. Estas características não são as mesmas que as da restante população. Existem traços de especificidade nestes utilizadores que variam relativamente ao rendimento, ao nível de instrução e à profissão, à idade e ao tipo de família, entre outros.

Na relação com a sociedade, os fixos dizem respeito às aparências que é possível verificar nestes utilizadores comparativamente à restante população. Não se trata de algo que possa ser objetivamente formulado, já que a interferência de inúmeros fatores se traduz em sistemas de relações entre a sociedade e os restantes domínios de análise que são de separação difícil. Por exemplo, o estilo e a qualidade do que se veste, para além de ser o resultado de um certo tipo de afirmação social, não deixa também de se relacionar, não só com a capacidade económica, ou seja, com a profissão e com o rendimento, mas também com o perfil cultural, por exemplo em termos dos hábitos e padrões de consumo.

Considera-se que o conjunto das aparências corresponde aos elementos visíveis do que se entende por estrutura social, apesar deste conceito se estabelecer em torno das relações, observáveis e escondidas, entre esses elementos.

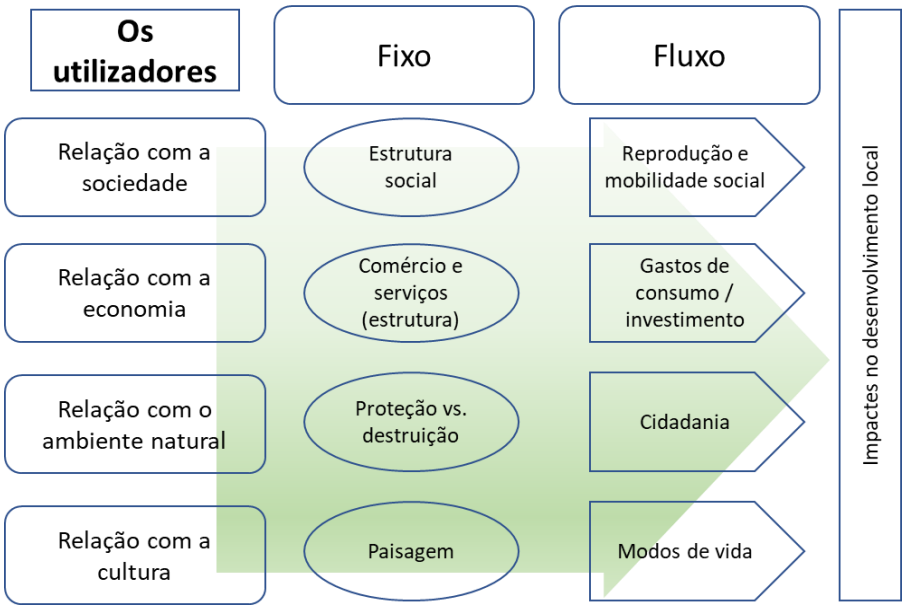
Relativamente aos fluxos, apontámos as questões da reprodução e da mobilidade social. Por um lado, a reprodução social é um fenómeno marcado por mecanismos de perpetuação e de transformação social, sendo que as segundas residências poderão ter aqui um papel de afirmação social, da mesma forma que poderão ser, em situações particulares, como as da herança, um instrumento de mobilidade social.

Na relação com a economia, os utilizadores de segundas residências podem induzir, como fixo, uma determinada composição da estrutura de comércio e serviços, em articulação direta com o seu número, o seu poder aquisitivo e as suas necessidades. Isto é, são igualmente importantes os volumes e os hábitos de frequência do local (viabilização, ou não, de algumas atividades de comércio e serviços), do mesmo modo que os hábitos e padrões de consumo, incluindo a contratação de serviços locais. A transposição destes fixos para a imaterialidade dos fluxos, pode processar-se através da avaliação, decisão e definição do montante do tipo de gastos que podem ser injetados na economia, ou seja, gastos de consumo ou gastos de investimento. Em síntese, na relação dos utilizadores com a economia, se por um lado os fixos

se podem referir à tipologia de atividades económicas presentes num determinado local, os fluxos podem estar mais refletidos na tipologia de gastos que diferentes perfis de utilizadores preferem, ou mais de consumo corrente, ou mais de investimento. Cada uma destas atitudes tem, obviamente, diferentes efeitos no território.

Na relação com o ambiente natural, os utilizadores de segundas residências podem ter uma atitude protetora ou, pelo contrário, predatória. Cada uma destas atitudes reflete-se em diferentes observações no território. Coisas tão simples como o respeito, ou não, pelos locais de deposição de resíduos, ou pela sua redução ou reciclagem, são factos diretamente observáveis (fixos espaciais). Por sua vez, a cidadania é um conceito que pressupõe, da parte do cidadão, o respeito pelos seus deveres e o usufruto dos seus direitos. No que respeita ao ambiente natural, a prática cidadã apenas é observável do ponto de vista dos seus efeitos, pelo que a considerámos como um exemplo de fluxo espacial relacionado com a preservação, ou não, do ambiente natural.

Na relação com o domínio da cultura, torna-se mais difícil estabelecer uma diferenciação entre fixos e fluxos induzidos pelos utilizadores de segundas residências. No entanto, as suas atitudes e práticas podem inscrever-se diretamente na paisagem enquanto fixos espaciais. Trata-se aqui, por exemplo, de questões tão simples como a utilização, no exterior da casa e sua envolvente, de símbolos e valores semiológicos correspondentes a uma identidade territorial desejada que estará fora da norma local. Em acréscimo, se se considerar que as pessoas fazem parte da paisagem, então os seus valores e práticas culturais estarão também aí refletidos. Relativamente aos fluxos, apontámos o modo de vida, conceito bastante abrangente que contempla não só o domínio cultural, mas também todos os outros que com ele se relacionam, os quais acabam por ser todos os restantes. De qualquer modo, na ótica dos utilizadores, o seu "lifestyle" implica conhecimentos, atitudes e práticas que nem sempre são diretamente visíveis na paisagem, ainda que contribuam para a proteção ou alteração dos valores culturais, por exemplo, locais. De facto, tradição ou modernidade, são duas dimensões do domínio cultural com implicações marcantes na forma e na função das segundas residências por via dos seus utilizadores.



Fonte: elaboração própria

Figura 9 – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "utilizadores" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA

5.3.5. A evolução da casa, do uso e dos utilizadores

5.3.5.1. Relação com a sociedade

As dimensões do fenómeno das segundas residências que cruzámos com os vários domínios do IDENTERRA nos pontos anteriores, com o objetivo de se identificarem, para cada um destes, fixos e fluxos espaciais com potencial capacidade explicativa das suas implicações sobre o desenvolvimento local, podem ser abordadas numa lógica de evolução conjunta. Isto é, como se podem traduzir em fixos e fluxos espaciais, com capacidade descritiva e analítica, as relações dinâmicas de evolução da casa, dos usos e dos utilizadores, em termos agregados, sobre o fenómeno das segundas residências, tendo como contexto-alvo final as suas implicações sobre o desenvolvimento local?

Na relação com a sociedade, o fenómeno começou por ser uma prerrogativa das classes mais abastadas, nomeadamente da nobreza, com início ainda no império romano e continuação na idade média e até ao século XVIII, tendo a partir daí passado a fazer também parte dos hábitos da burguesia endinheirada, sobretudo pela via do comércio e da exploração da manufatura.

Paul Claval (Claval, 2013) apresenta uma sequenciação e sectorização do fenómeno das segundas residências que ajuda à compreensão das suas origens, significado e evolução, mas também reforça o seu caráter complexo e multifacetado.

Tendo apenas em conta os tempos modernos (século XV em diante), ele começa por associar as segundas residências à alternância das atividades agrárias em áreas de montanha, entre os topos e os vales, desde a transumância ao cuidado das vinhas. As elites urbanas, já para não falar das deslocações da nobreza entre as suas fortalezas ou castelos e os campos e urbes onde viviam os seus pagadores de impostos, localizaram as suas segundas residências nos arredores quase imediatos das cidades, fazendo delas os seus refúgios de lazer e de fuga aos problemas urbanos, principalmente sanitários e sobretudo na época de Verão. Esta prática propagou-se nos séculos XVI a XVIII, numa altura em que, por um lado, se iniciaram os "tour" dos jovens aristocratas britânicos (séc. XVI) como forma de completar a sua educação (o que está na origem do turismo) e, por outro, se difundiu o estilo da traça arquitetónica de Andrea Palladio (o palacete Paladino) e a invenção do jardim inglês (séc. XVIII), uma construção a imitar a natureza, como reação ao simétrico e ordenado jardim francês.

Uma nota interessante de Paul Claval (Claval, 2013: 310), diz respeito à possibilidade de algumas instituições tradicionalmente empregadoras da aristocracia facilitarem a permanência de maiores temporadas nas segundas residências, dado terem sido dotadas de mais longos períodos de férias, como ainda é o caso dos tribunais, das universidades e do parlamento. Esta questão do tempo e da sua disponibilidade é central a toda a problemática das segundas residências.

> "During the eighteenth century, a growing number of wealthy families in Britain owned three homes: one in their rural estates, one in London where they spent the 'Season', and the third one in a spa, Bath or Cheltenham, for instance, and later, in a sea-resort like Brighton. In Bath, the crescents built by John Wood the Younger offered attractive housing for families that did not wish to invest too much in this third home (Johns 1965, Penoyre and Ryan 1958)" (*apud* Claval, 2013: 310).

O regresso à natureza, num primeiro momento por parte da aristocracia ainda pré-capitalista e, num segundo momento, por parte da alta burguesia capitalista, enquanto quase deificação das atividades física e de ar livre, acentua-se a partir do século XIX gerando, por exemplo, fenómenos ainda visíveis de expansão urbana na região de Lisboa, seja em articulação com os modos de transporte que foram sendo introduzidos ao longo do tempo (coche, mala-posta, comboio, camionagem), seja em movimentos de concorrência interclassista, seguindo a

burguesia no encalço da nobreza, por exemplo, entre Alcântara e Cascais. No entanto, para além destas mudanças culturais, os traços mais importantes do século XIX e das primeiras décadas do século XX, foram a revolução nos transportes e comunicações e a expansão da industrialização baseada em formas de energia baratas, com consequências evidentes sobre as relações sociais (proletarização e formação de novas classes, por exemplo) e geográficas, nomeadamente entre as áreas rurais e as urbanas. De acordo com Paul Claval (Claval, 2013: 311), um dos impactos destas inovações observou-se na emergência de novas formas de mobilidade, desde a (i) deslocação para as áreas urbanas de largos contingentes de camponeses sem terra e artesãos arruinados pelas novas indústrias, (ii) aumento da interação de negócios com, e entre, os maiores centros urbanos, nomeadamente entre banqueiros e negociantes de todo o tipo (armazenistas, grossistas, "import-export") e (iii) expansão das viagens turísticas das classes média e alta, com destino a áreas balneares e termais ou de montanha e a cidades de elevado valor patrimonial e cultural como Florença, Roma, Veneza ou Paris.

Se inicialmente as segundas residências eram sobretudo propriedade das classes mais abastadas, as migrações campo-cidade induziram, não só o alargamento dessa posse às classes trabalhadoras, como o surgimento e expansão do chamado "roots tourism", ou turismo de regresso às origens. Segundo Paul Claval, se durante o século XX estas ligações às terras de origem aceleraram a interação espacial baseada na fruição de segundas residências, elas rapidamente se perderam pois em cada geração familiar vai decaindo o apego a esses lugares, mas também rapidamente se transformaram em relações de turismo residencial:

> "root tourism was progressively replaced by residential tourism, where the availability of cheap houses played a major role – either old or newly built ones." (Claval, 2013: 312)

De qualquer modo, o principal traço da evolução das segundas residências durante todo o século XX foi a sua ligação a uma expansão sem precedentes do chamado turismo de massas. Se em muitos países europeus isso se manifestou desde o início do século, em Portugal essa expansão só se vem a verificar já nos anos 50 e, sobretudo, 60, apesar de as preocupações com a atividade turística já estarem antes presentes no discurso oficial do Estado Novo (1933)[25].

[25] Com a criação da Junta Autónoma das Estradas (JAE) em 1927, fez-se uma classificação das estradas, implementada em 1933, que introduziu as de 3ª classe, as quais se destinavam não só a ligar os concelhos entre si, mas também a servir "regiões ricas, portos, estações de caminho-de-ferro e zonas de turismo" (Decreto-lei nº 34593, (1945), 377, *apud* Sousa, 2013: 260).

Esta evolução patenteia de forma clara a aparente distinção entre o fixo relativo ao tipo de construção e ao fluxo que se designou por relações sociais. Dizemos aparente porque, de facto, essa distinção é apenas baseada na intervisibilidade destas duas categorias, já que a componente edificada é a parte visível das relações sociais que lhe estão subjacentes. Apesar de pensarmos que o espaço geográfico é uma variável física tridimensional e, por isso, poder apenas ser produzido por fenómenos físicos, não deixa de ser verdade que a sua composição e conteúdo acaba por ser o resultado de construções humanas emanadas dos tipos de relação social e económica que sobre ele se estabelecem.

5.3.5.2. Relação com a economia

Do ponto de vista das relações com a economia, as manifestações visíveis do recreio e lazer, desde as práticas das classes de ócio retratadas e analisadas por Thorstein Veblen (1994), até às simples pausas no processo produtivo, podem ser consideradas como uma dinâmica evolutiva. Do mesmo modo, a passagem da preponderância de manifestações de opulência, enquanto reflexos comportamentais de relações económicas (e sociais) desequilibradas, para a saliência de um turismo massificado e, por isso, mais democrático, são também facetas de fluxos espaciais com, aparentemente, diferentes intensidade e capacidade transformativas. E dizemos aparente porque a transformação visível do espaço geográfico, de que o urbanismo é uma das componentes, pode depender, tanto dos quantitativos de utilização (número de pessoas), como das qualidades a isso associadas, seja em termos de dimensão (grandes empreendimentos ou mudanças urbanísticas), seja em termos de sumptuosidade (afirmação social por via da ostentação).

A questão da relação económica das segundas residências com o mercado imobiliário, o que inclui as implicações que a sua expansão tem sobre os preços do solo e o acesso à habitação por parte dos residentes permanentes é, em termos evolutivos, algo que tem variado, tanto em termos históricos, como em termos geográficos. Em termos históricos, assiste-se a uma passagem da opulente propriedade privada, como o palácio imperial de Diocleciano em Split, na Croácia, para a "datcha" russa ou a cabana dos países escandinavos ou a modesta casa rural portuguesa, muitas vezes resultante de herança e, por isso, com fraca interferência sobre o mercado imobiliário. Em termos geográficos, tem-se este último aspeto evolutivo resultante do abandono dos campos na Europa do Sul em geral, em contraponto ao dinamismo imobiliário nos países do norte da Europa, onde a expansão de empreendimentos para segundas residências merece um tratamento diferenciado face àquelas que são as primeiras ou principais.

Outra questão importante, ainda no domínio económico, diz respeito ao processo de passagem de segunda a primeira residência, facto que é facilitado, tanto por assimilação à urbe das casas que antes tinham uma localização periurbana, como por relocalização da residência principal em resultado, por exemplo, da mudança de situação na profissão, tal como a aposentação ou até a passagem para um regime de teletrabalho, mais frequente no caso dos trabalhadores independentes[26].

A passagem de segunda a primeira residência, com as consequentes alterações de ordem económica, principalmente em termos do aumento de procura do comércio e dos serviços (públicos e provados) locais, é assim o resultado de uma evolução ou dinâmica que varia em função da geografia (expansão urbana, por exemplo, mas também a riqueza de amenidades ambientais) e da história (biografia, evolução tecnológica e reestruturação do emprego e das empresas, por exemplo), acompanhada também por alterações ao nível dos usos (trabalho, recreio e lazer ou reprodução social) e dos utilizadores (ativos ou reformados).

5.3.5.3. Relação com o ambiente natural

A apreciação da evolução do fenómeno das segundas residências, nas suas componentes de casa, uso e utilizadores e no domínio do ambiente natural, pode assumir uma perspetiva de efeitos que se pode traduzir na identificação dos fixos e fluxos que julgámos como mais importantes. Por um lado, em termos de fixos, nas áreas pertinentes, o ambiente natural é afetado por via da urbanização dos campos, podendo traduzir-se esse efeito em dois tipos de consequências evolutivas: i) a densificação do surgimento de novas edificações em ambiente rural, algumas vezes subvertendo as regras de ocupação e uso do solo definidas em instrumentos de gestão territorial, mas sempre aumentando a pressão sobre a paisagem e os recursos naturais e, ii) quando se considera a ocupação de casas vazias em resultado do abandono dos campos, para além da alteração da fisionomia dos lugares, eventualmente com repercussões ao nível do retrocesso nos fenómenos de renaturalização ambiental, também será de assinalar o aumento

[26] Nos anos 90, mais concretamente em 18 e 19 de junho de 1992, participei no II Meeting da ECTF (European Telework Forum), realizado em Santiago de Compostela (Galiza), onde se teve a oportunidade de conhecer pessoas que trabalhavam nas suas segundas residências, algumas no meio da floresta mas sempre servidas por redes telemáticas, para empresas, entre outras, do ramo informático como tradutoras de manuais e outra documentação de apoio aos equipamentos.

da pressão sobre os recursos ambientais, nomeadamente em consequência do necessário esforço de infraestruturação.

A urbanização em meio rural, no caso particular das segundas residências e da sua relação com o ambiente natural, foi assumindo ao longo do tempo diferentes significados, também em diferentes contextos geográficos. Tendo sempre como objetivo principal o escape ao bulício da cidade, não pode esquecer-se a função de aproveitamento do solo agrícola para a produção de alimentos, sobretudo em épocas de forte crise económica, tal como aconteceu na história recente da Rússia (Nefedova & Pallot, 2013:92), ou a expansão das áreas ocupadas com relvados de golfe em muitos "resorts" da Europa do Sul. Em qualquer caso, o ambiente natural sofreu sempre uma maior pressão, derivada não tanto do facto de se tratar de segundas residências, mas sim do de estar em causa uma ocupação mais alargada e, eventualmente, mais intensa, de espaços geográficos com amenidades ambientais de maior valor patrimonial.

Mas, também é necessário vincar que, tal como alguns autores comprovaram, a prática de atividades de contacto com a natureza são positivas para a proteção ambiental e contribuem para o aumento da consciencialização nesse âmbito (Aall, et al., 2011), a que acresce o facto de que os proprietários de segundas residências são também menos atreitos a novos desenvolvimentos urbanísticos, o que aparentemente pode ser equacionado como uma forma de proteção ambiental, mas que não deixa de ser, como também pensam alguns autores (Hiltunen, 2007; Hiltunen, Pitkänen & Halseth, 2016; Hiltunen et al., 2013), uma forma de proteção dos interesses já instalados.

Em termos de fluxos, valorizámos as relações estabelecidas entre o meio natural, a implantação das casas e a prática dos mais variados usos pelos utilizadores. Do ponto de vista da evolução, desde a imagem de idílio perdido até ao pós-produtivismo de muitas áreas rurais, nomeadamente daquelas onde as duas características se conjugam, a diferenciação temporal é mais relevante no caso desta última qualidade, já que as transformações sociais e económicas de muitas áreas rurais, apesar de se terem iniciado com a consolidação de um modelo territorial de base industrial já desde os finais do século XIX, são mais vincadas e claras a partir de meados do século XX. Em Portugal, indubitavelmente, essa dinâmica é sobremaneira mais relevante a partir dos anos 40 desse século, facto bem visível nos diagramas municipais de evolução populacional registada nos vários censos desde o primeiro realizado em moldes científicos, o qual é de 1864.

A escolha do idílio rural em diferentes contextos territoriais (áreas costeiras, serranas, junto a rios, lagos ou albufeiras, em aldeias medievais mais ou menos preservadas, etc.), onde a natureza assume uma importância cénica, em termos gerais, ou de serviço ecossistémico, em termos específicos, resulta muitas vezes de ideias, perceções e avaliações pessoais que tendem a ser condicionadas por três tipos de decisão fundamentais: i) a ligação ao lugar, através da existência de laços afetivos, muitas vezes derivados de um passado familiar que antecedeu a migração para a cidade; ii) o mimetismo associado a modas ou comportamentos encarados como fatores ou demonstrações de afirmação e ascensão social; iii) a escolha racional (tomada de decisão objetiva baseada na avaliação dos recursos existentes em harmonia com as motivações do utilizador) e arredada ou eventualmente associada, a um dos dois tipos anteriores.

O pós-produtivismo em áreas rurais (Hay & Hay, 2017:37-39), termo que significa a perda da função produtiva tradicional dos campos e o seu concomitante aproveitamento noutras esferas da vida económica e social, onde se inclui a sua mera função de reserva ambiental, a que mais recentemente se associa o conceito de serviço dos ecossistemas, mas onde também se destacam, principalmente, as atividades turísticas, é recente e típico das economias mais desenvolvidas, onde, em contraponto, se fortalece o fenómeno urbano e os ramos de atividade económica mais intensivos em inteligência e tecnologia.

Do ponto de vista do ambiente natural, este processo de transformação das áreas rurais, sobretudo pelo progressivo abandono das atividades agro-silvo-pastoris, pode ser equacionado de duas maneiras: i) por um lado, uma diminuição da pressão produtiva sobre os campos, com a consequente renaturalização e a diminuição dos efeitos negativos da exploração intensiva, pode considerar-se benéfica para a qualidade ambiental; ii) por outro, o abandono dos campos e os novos aproveitamentos em atividades dissonantes das tradicionais, como o turismo e as energias alternativas, criam novos problemas ambientais, sobretudo relacionados com o aumento dos riscos de incêndio, as perdas de coberto vegetal e o aumento dos riscos de erosão hídrica dos solos, entre outros. É nesta dupla faceta de efeitos que devem ser contextualizadas as segundas residências, enquanto fenómeno que, segundos alguns autores, se tem substituído às funções tradicionais do mundo rural.

5.3.5.4. Relação com a cultura

As relações evolutivas do fenómeno das segundas residências com o domínio cultural do IDENTERRA são complexas e difíceis de objetivar. O fixo que se nos afigurou mais saliente, mais uma vez em termos evolutivos (casa, uso e utilizadores, no seu conjunto) refere-se à "procura da natureza", de onde resulta uma primeira concretização desse desiderato cultural na invenção do "bush" ou "jardim inglês" e, mais recentemente, na evidenciação de sinais que colocam a tónica sobre as tradições locais e a sua relação harmoniosa com um "mundo natural rural" em desaparecimento.

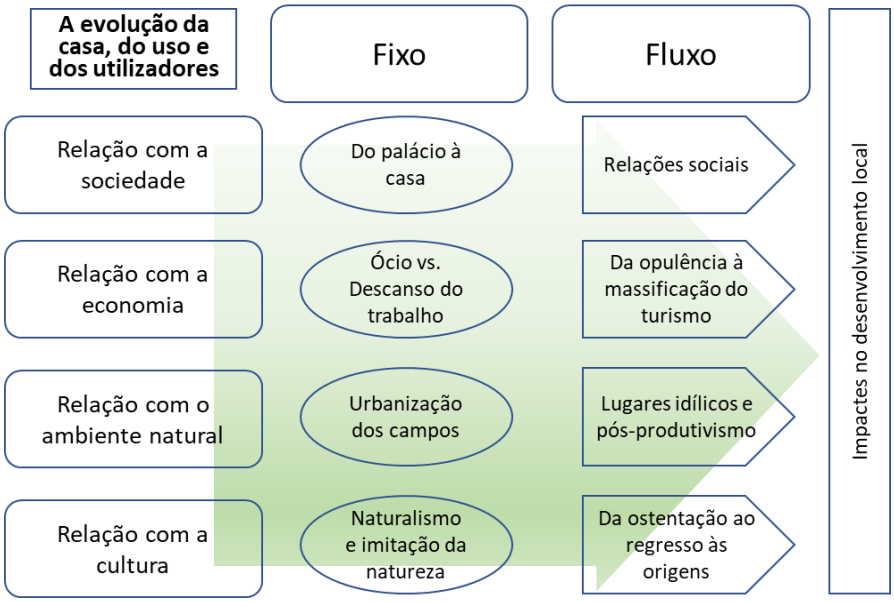
As questões da identidade territorial, da oposição entre tradição e modernidade e do pós-produtivismo em áreas rurais, misturam-se entre os domínios do ambiente natural e da cultura. Esta mistura corresponde à sobrevalorização das problemáticas ambientais no âmbito da atual cultura globalizada, onde a defesa da preservação do ambiente e o combate às fontes poluidoras e às alterações climáticas estão na ordem do dia (resíduos, produção animal, consumo de materiais não degradáveis, poluição atmosférica e níveis de carbono, incêndios e destruição das florestas, degelo de glaciares e subida do nível das águas do mar e catástrofes naturais de toda a ordem).

Aliás, à semelhança do que acontece noutras esferas das relações humanidade/meio, atribuem-se às coisas qualidades e propriedade humanas que acabam por esconder os verdadeiros problemas que estão por detrás de algumas atitudes e intervenções com reflexos evidentes ao nível cultural. Desde as cidades, territórios ou regiões inteligentes, até à culpa dos plásticos nos graves problemas ambientais atuais, tudo serve para escamotear a verdadeira origem dos problemas, sobretudo relacionados com a falta de investimento em instrução, formação e cultura, ou a promoção de melhores práticas de cidadania.

Considerando apenas o domínio cultural, as segundas residências começam por ser o resultado de comportamentos classistas de tipo ostentatório. Obviamente que as origens do fenómeno se prendem com razões de salubridade e conforto, supervisão territorial e exercício do poder, recreio e lazer com afastamento ativo das rotinas do quotidiano, etc., mas todas estas razões não fazem parte do domínio cultural, a não ser que este seja considerado na ótica dos resultados dessas motivações.

Mas, outra questão relaciona-se com os efeitos induzidos pelos comportamentos, atitudes e práticas dos utilizadores de segundas residências sobre as populações de acolhimento e, neste caso, a sua capacidade transformadora, sobretudo em contextos territoriais de fortes

dissimetrias com os locais da primeira residência, são inegáveis, apesar de isso também ser mais visível quando se analisam diferentes temporalidades. Neste último caso, por exemplo, a capacidade dos emigrantes em férias, ou outras pessoas provenientes das áreas mais urbanizadas, contribuírem para a mudança de mentalidades nas áreas rurais, é uma realidade evidente cuja intensidade apenas tem diminuído por via da uniformização comportamental proporcionada pelos meios de comunicação à distância.



Fonte: elaboração própria

Figura 10 – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "evolução da casa, do uso e dos utilizadores" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA

Em síntese, a evolução do conjunto das três dimensões em análise (casa, uso e utilizadores), tem sido caracterizada por uma passagem do palácio ou palacete à construção vulgar, ou mesmo vernacular, o que tem correspondido à manifestação de sistemas de relações sociais com uma progressiva democratização no acesso à segunda residência (relação com a "sociedade"), apesar de ainda se manterem condições objetivas de diferenciação social que as colocam, mas nem sempre, num patamar classista igual ou acima da média.

As segundas residências têm refletido, também, relações de trabalho ou de reprodução social que pendem entre a ociosidade e as pausas no emprego, em clara conexão com as condições perante o trabalho dos seus utilizadores (relação com a "economia"), sendo que neste

caso, as transições mais evidentes são as que vão da simples opulência e ostentação, mais próprias de uma classe do lazer (Veblen, 1994), até à atualidade, em que o turismo é uma prática comum a diferentes estratos sociais, pesem embora as óbvias diferenças de valor das experiências e das capacidades de concretização das suas motivações.

A progressiva urbanização das áreas rurais, não tanto pela densificação construtiva, mas mais pela difusão de hábitos, valores e comportamentos, a par da melhoria dos serviços e equipamentos públicos, tem contribuído, e é também o reflexo, da expansão do fenómeno das segundas residências, com efeitos diretos sobre o ambiente natural. Neste caso, a evolução tem-se pautado pela permanência da ideia de "idílio" locativo, a que acresce, mais recentemente, uma contextualização pós-produtivista de muitas áreas rurais, principalmente nas economias mais desenvolvidas. Por último, no que respeita às relações com o domínio da cultura, salienta-se uma evolução marcada pelas práticas de retoma do natural e do orgânico, mediadas por atitudes de ostentação ou, pelo contrário, de regresso às origens.

No capítulo seguinte irá analisar-se a expressão, evolução e principais características do objeto de estudo desta dissertação em Portugal. Para esse fim, serão utilizadas metodologias relacionadas com a utilização de Sistemas de Informação Geográfica e outras de análise multivariada, com o objetivo de clarificar, de forma inequívoca, os traços essenciais dessa expressão, evolução e características.

CAPÍTULO II – AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM PORTUGAL: DA EVOLUÇÃO DOS PADRÕES DE DISTRIBUIÇÃO ÀS TIPOLOGIAS ESPACIAIS

6. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM PORTUGAL

6.1. Introdução

A discussão teórica sobre os fatores e motivações que estão na origem das segundas residências, isto é, que descrevem e explicam o seu aparecimento e crescimento, ainda não está suficientemente desenvolvida, pelo menos em Portugal. Por um lado, não são muitos os estudos empíricos que buscam esse objetivo e, por outro, predomina uma visão, mais de senso comum do que científica, apesar de genericamente correta, que associa as segundas residências a dinâmicas mais ligadas ao turismo e às atividades de recreio e lazer, sendo que a envolver tudo isto, se reconhecem inúmeras diferenças no peso daqueles fatores e motivações em áreas geográficas distintas.

As anteriores análises do fenómeno das segundas residências em Portugal podem sintetizar-se, de acordo com uma organização temporal, em três tipos de esforço igualmente importantes para a sua compreensão, mas menos contributivos para o entendimento teórico das suas origens, significados e efeitos:

i) o estudo de pequenos aglomerados de casas de férias, marcados por motivações burguesas de fruição de momentos de lazer, localizados na periferia imediata de cidades de serviços de média e grande dimensão, os quais se constituem como as primeiras abordagens do fenómeno;

ii) o estudo sistemático de casos na dependência funcional da Área Metropolitana de Lisboa, mas que poderia facilmente ser estendido a outras áreas geográficas; trata-se de um olhar positivista e racional, mas limitado pela dificuldade de aplicação, à época, de instrumentos analíticos mais sofisticados;

iii) os estudos relativamente mais recentes, os quais partem de uma tipologia espacial que tenta associar a incidência do fenómeno às características geográficas das suas localizações; trata-se de uma tentativa de interpretação geográfica por relação a outros exemplos de geografias distintas.

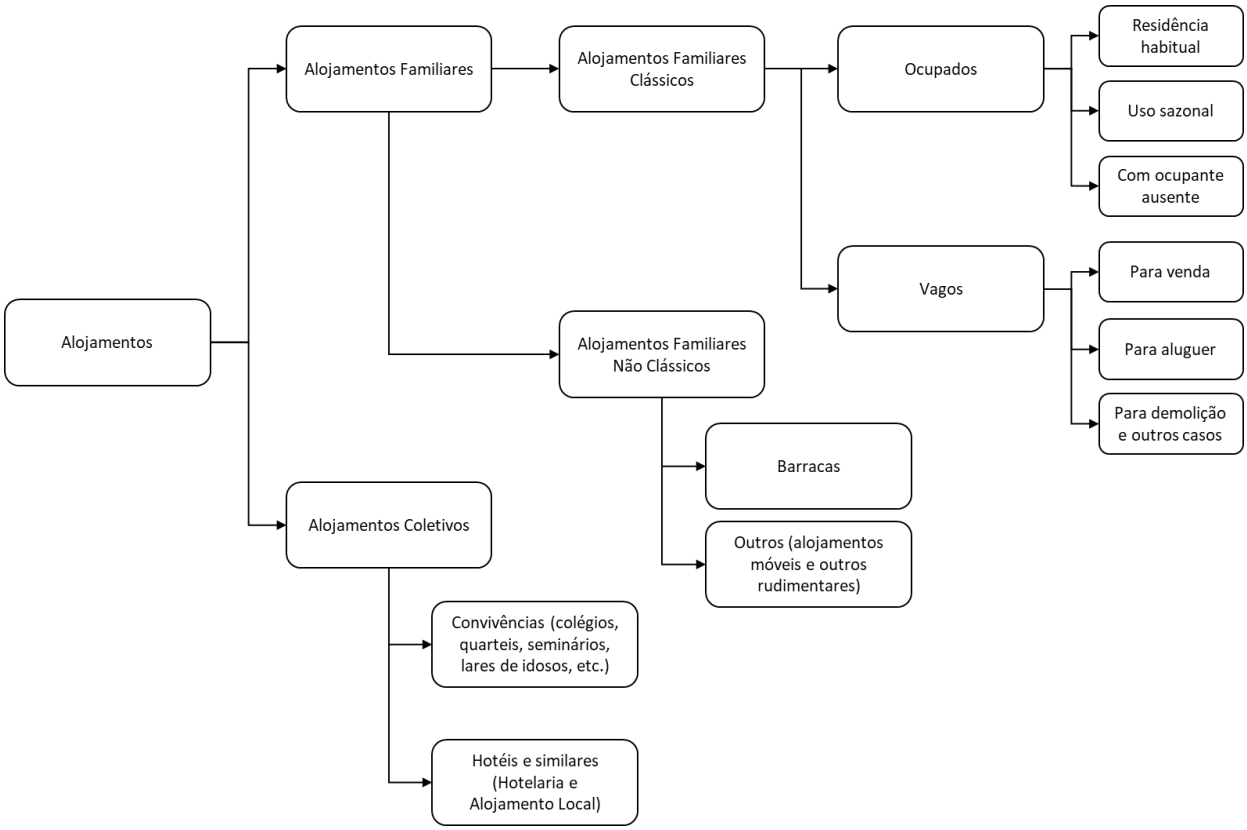
No exercício que ensaiaremos nos pontos seguintes estaremos cientes da apreciável herança dos autores portugueses[27]. Trata-se de um novo exercício de análise e interpretação de dados, por vezes antigos, mas agora suportado por métodos e técnicas de análise um pouco mais sofisticadas do ponto de vista tecnológico.

Previamente à apresentação e análise de dados, convém expor a atual categoria estatística de alojamento em Portugal:

> "Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam" (Sistema de Metainformação do INE, disponível em http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067)

Ao longo das décadas que separaram os vários Recenseamentos da Habitação, os quais, como já se disse, se iniciaram em 1970, foram introduzidas pequenas modificações em algumas subcategorias, mas no essencial tem-se mantido a estrutura que se apresenta na figura seguinte. Apesar de parecer despiciendo, o certo é que esta clarificação ajuda a melhor perceber as diferenças entre alguns valores totais, exatamente porque correspondentes a apuramentos com diferenças, por vezes subtis, na sua génese. Acresce que, assim, também fica já definido que sempre que nos referirmos a "alojamentos" estaremos a considerar os "alojamentos familiares clássicos", reservando para eventuais detalhes de outras categorias a menção completa da sua designação.

[27] O reconhecimento científico de cada um dos tipos antes elencados, independentemente da sua valia ou contributo para a compreensão do fenómeno, terá de conter os nomes de Fernanda Delgado Cravidão (Cravidão, 1989a) e de Maria José Caldeira (Caldeira, 1995). A primeira autora, no projeto de investigação que realizou como prova complementar ao seu doutoramento, em 1988, faz uma pedagógica síntese do fenómeno e avança com a enumeração de processos e instrumentos de investigação próprios de um projeto mas a que acresce um trabalho exploratório incidente sobre dois lugares de montanha (Casal Novo e Talasnal, na Serra da Lousã) e dois costeiros (centro urbano de Figueira da Foz e Praia de Quiaios, um pouco mais a norte, no mesmo município). A segunda autora, no âmbito do seu mestrado, em 1995, aprofunda o estudo do fenómeno na Área Metropolitana de Lisboa, tendo como territórios de inquirição Ribamar e Ericeira, no município de Mafra, e Aroeira, no de Almada. Já no século XXI, renasce o interesse pelo tema, destacando-se os contributos, quase sempre em conjunto, de Maria de Nazaré Oliveira-Roca, Zoran Roca e eu próprio, mas também, pontualmente, de Nuno Leitão (Nazaré, Roca, Leitão, & Roca, 2011) e de Luís Costa (M. de N. O. Roca, Roca, Oliveira, & Costa, 2014).



Fonte: Elaboração própria, com base na exploração da metainformação do INE (www.ine.pt)

Figura 11 – Articulação lógica das várias categorias ou tipos de alojamento.

Na síntese que se segue, sistematizada por décadas de realização dos Censos, de 1970 até 2011, tentaremos introduzir as principais características e realizações, principalmente sociais e económicas, atingidas em cada uma delas, mas direta ou indiretamente mais relacionadas com a habitação e as segundas residências. Por questões de economia da exposição, apenas nos deteremos sobre as particularidades nacionais, não entrando nas problemáticas ou relações internacionais que, eventualmente, possam ter condicionado essas características ou realizações. Aliás, esta síntese cumpre apenas objetivos de contextualização da análise quantitativa, pelo que lhe se não devem arrogar quaisquer direitos historiográficos, ainda que a experiência do autor tenha contribuído para a sua formatação.

6.2. A distribuição das segundas residências em cada momento censitário

6.2.1. O período de 1960 a 1970

6.2.1.1. Contextualização geral

Os anos 60 do século XX foram anos de forte crescimento das segundas residências de recreio e lazer em alguns países da Europa. Tal como já refere Cravidão, citando outros autores (Cravidão, 1989:135-136), em França passa-se de quase 450 mil, em 1964, para 1 milhão e 600 mil, em 1971; na Bélgica o crescimento foi de 190% entre 1961 e 1970 e no Luxemburgo, "o fenómeno atinge maior ritmo a partir de 1960". Ao mesmo tempo, em países como Portugal, esses foram os anos da procura de outras residências, as de sobrevivência, com fixação em alguns países da Europa, onde o trabalho existia e poderia ter aplicação por parte de uma força de trabalho, talvez pouco qualificada, mas desejosa de se entregar a uma remuneração suficiente para poder construir a sua casa no seu local de origem. Da residência no local de destino, quase sempre abarracada e com condições de vida precárias, passa-se ao desejo da segunda residência no local de origem, aquela que traduzirá o sucesso de vida no estrangeiro, a glorificação do sacrifício do trabalho.

Enquanto no noroeste da Europa se procurava a alternativa à vida de trabalho urbano, pouco consentâneo com a fruição da natureza, em Portugal tentava-se encontrar no estrangeiro a retribuição de trabalho mais equilibrada entre a sua reprodução simples e a sua afirmação no local de origem, não só pela transferência de dinheiro, mas também pela ajuda a familiares e a aquisição de terrenos e construção da morada futura. A problemática da segunda residência não é inseparável dos fenómenos de "fuga e retorno" de todas as sociedades, independentemente das causas dessas fugas e desses retornos. Talvez aí resida a ontologia da interpretação de um fenómeno tão complexo, o qual justapõe motivações tão simples como: "voltar à paisagem perdida"; "regressar às origens"; "fugir do stress da cidade"; "voltar à vida simples do campo"; "descansar em sossego"; etc..

A par dos intensos fluxos migratórios, legais e ilegais, em direção a países da Europa como a França e, com menor destaque, a República Federal Alemã (R.F.A.) (Fonseca, 1990: 66-83), Portugal vivia ainda um período negro do seu passado colonialista. Apesar de os anos

sessenta serem muitas vezes associados ao despertar para algum crescimento económico, enquanto consubstanciação de algumas políticas públicas veiculadas pelos designados Planos de Fomento, nomeadamente os que foram elaborados de 1965 em diante[28], a ditadura tinha também de manter uma guerra colonial que, até certo ponto, também justificava a forte incidência do fenómeno emigratório ilegal.

Em Portugal, em 1970, foram recolhidos os dados do XI Recenseamento Geral da População ao mesmo tempo que também era realizado (em formulário de inquérito independente) o primeiro Recenseamento da Habitação[29]. Só a partir desse ano, inclusive, se iniciou a recolha sistemática e abrangente de informação detalhada sobre as naturezas, os tipos e as características do edificado nacional, com diferentes desagregações geográficas. Como é evidente, essa recolha correspondeu ao "retrato" de uma realidade que decorreu durante a década de 60.

Já neste 1º recenseamento da habitação se contabilizaram as segundas residências, as quais eram designadas como uma unidade de alojamento de "utilização ocasional [, ou seja,] vaga ou ocupada destinada a veraneio, fim de semana, residência secundária, etc." (formulário do inquérito do recenseamento, consultável em Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 (ine.pt), acedido em 26 de novembro de 2020).

Ao contrário do que virá a suceder mais tarde noutros recenseamentos, não existe a possibilidade de cruzar essas residências com algumas características dos edifícios onde se

[28] Trata-se de destacar o Plano de Fomento intercalar, para o período de 1965 a 1966, o qual apresenta, pela primeira vez, preocupações com a questão do planeamento regional e a distribuição equilibrada de recursos.

[29] Estes dois recenseamentos foram efetuados por referência a uma observação instantânea teórica datada de 15 de dezembro de 1970. Tratou-se de uma campanha audaciosa que, no final, acabou por não ter o final esperado. De facto, apesar dos dados terem sido recolhidos a 100%, o seu apuramento e cruzamento foi de tal modo trabalhoso (déficit tecnológico) e caro que acabou por se optar, numa primeira fase, pelo tratamento de uma amostra de 5% (dados preliminares divulgados em 1971) e, numa segunda fase, pelo tratamento de uma amostra de 20%, primeiro para a população (divulgação em 1973) e, depois, para a habitação (divulgação em 1975). De facto, como é referido pelo próprio INE, "A maior parte dos resultados publicados foram obtidos com base numa estimativa a 20% dos questionários de alojamento recolhido. «Considerando a grande dificuldade e custo no seguimento do tratamento da restante informação com vista a obter apuramentos a 100%, por um lado resultantes de esquemas excessivamente pesados e por outro dada a falta de capacidade do Centro de Informática para tratar um volume tão grande de informação, …». No entanto os dados referentes ao total de alojamentos, famílias, população presente e população residente foram apurados na globalidade e divulgados para as várias desagregações geográficas: distrito, concelho, freguesia e lugar." (https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1970). Apesar de se tratar de uma amostra, a sua dimensão é suficiente para garantir intervalos de confiança de 95%, isto é, com 95% de probabilidade de o valor estimado pela amostra pertencer a um intervalo de valores reais, sendo que esse intervalo, e por isso também o erro da estimativa, aumenta à medida que diminuem as frequências absolutas desses mesmos valores reais.

situam, a não ser para a distinção entre unifamiliares e multifamiliares (segundo o número de pavimentos), mas apenas com desagregação distrital (Quadro 19, p. 254 do volume "1º Recenseamento da Habitação, 1970").

6.2.1.2. Alojamentos e segundas residências em 1970

Como já se referiu, o 1º Recenseamento da Habitação, de 1970, apesar de ter sido efetuado a todos os edifícios e alojamentos, nos termos definidos no seu formulário de inquérito, teve os seus resultados apurados e publicados apenas para uma amostra de 20%, facto que, no caso particular da contabilização das segundas residências, introduz um erro de estimativa (intervalo de confiança de 95%) significativo, já que os quantitativos envolvidos estão muitas vezes abaixo de 60 (merecedor de uma notação especial de chamada de atenção para o elevado erro) e, mesmo, de 1000, situação em que o valor estimado poderá estar 13% acima ou abaixo do valor real.

No entanto, foi efetuado a 100% o apuramento do total de alojamentos (juntamente com os valores do número de famílias, da população residente e da população presente), publicados em volumes distritais onde os dados são apresentados ao nível do lugar. Tratou-se da solução possível numa altura em que a tecnologia e a situação financeira do País, a sustentar uma guerra colonial já longa, não permitiu melhor opção. Deste modo, conhecendo-se os valores reais dos alojamentos totais em cada município, foi avaliada a necessidade de ensaiar uma calibração simples, mas robusta, dos dados amostrais relativos às segundas residências. Tendo sido apurado um erro geral de 4,3717% para o total de alojamentos, considerando a média do módulo dos desvios entre os valores observados e os valores esperados, resultado que está em linha com o nível de confiança adotado, decidiu-se tomar os valores estimados das segundas residências como fiáveis e sem necessidade de ajustamentos adicionais.

Apesar de tudo, a leitura dos dados de 1970, do ponto de vista do seu significado estatístico, deve ser sempre mais cautelosa que a de outros mais recentes, mas também se pensa que, do ponto de vista dos procedimentos de recolha de dados, também estes últimos deverão merecer algum cuidado. Isto é, a identificação e contabilização de uma segunda residência, enquanto não existirem mecanismos objetivos, de preferência automáticos (como o registo na Autoridade Tributária - AT -, para efeitos de coleta, por exemplo), para o seu reconhecimento, será sempre um exercício portador de algum erro, cujo significado varia de acordo com a experiência e/ou a dedicação do entrevistador.

Em 1970, não considerando as ilhas, existiam 2.558.745 unidades de alojamento clássicos a que acresciam 45.325 unidades classificadas como: i) outros tipos (31.110); ii) alojamentos mal definidos (8.790); e iii) hotelaria e convivências (5.425), perfazendo um total geral estimado de 2.604.070, sendo que o valor real, apenas apurado para o total, era de 2.659.249, representando assim um desvio de 2,1%. O número de residentes e de famílias, só para o Continente e apurados em 100% dos inquéritos de recenseamento, era de 8.032.593 pessoas e 2.209,734 famílias, respetivamente. A família tinha uma dimensão média de 3,64 pessoas e verificavam-se 1,16 alojamentos clássicos por família. O quadro seguinte (Quadro 3), apresenta com o detalhe possível aqueles valores. Convém salientar que, para efeitos de comparabilidade com os anos seguintes, a estrutura desse quadro manter-se-á constante, pelo que eventuais valores ausentes se justificam por esse desiderato de uniformidade.

Considerando o total de unidades de alojamento, entre clássicas e outras[30], mas retiradas a hotelaria e as convivências (quartéis, colégios internos, etc.), fica um total de 2.598.645, valor que comporta os 2.558.745 alojamentos clássicos acima referidos, mais os 39.900 alojamentos móveis, rudimentares ou em barracas. Esta questão dos alojamentos não clássicos, a qual também se relaciona com o fenómeno em estudo dada, por exemplo, a ocupação informal de muitos trechos do litoral por este tipo de construções, continuará a ser um problema até ao Censo de 2011, sendo ainda uma incógnita como evoluirá até ao próximo Censo de 2021. O que é certo é que a redução do número de barracas, sobretudo nos principais centros urbanos do País, desde os anos 60 até hoje, tem sido uma realidade incontestável, sobretudo já durante os anos 90 do século XX.

[30] Esta classe acaba por corresponder, maioritariamente, às barracas, palheiros, e outros alojamentos rudimentares.

Quadro 3 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 1970, no Continente

Variável	Categoria	Subcategoria	1970	%
Nº de edifícios	Exclusivamente residenciais		-	-
	Principalmente não residenciais		-	-
	Outros mistos		-	-
	Total		(***) 1773313	-
Edifícios com 5 ou mais pisos			(***) 18145	1,02
Edifícios construídos na década precedente (1961 a 1970)			(**) 339330	19,14
Nº de alojamentos familiares clássicos	Residência habitual		2135360	83,45
	Segunda residência	Sazonais	72600	100,00
		Ocupante ausente	-	-
		Total	72600	2,84
	Vagos	Vagos para venda ou aluguer	120440	34,33
		Vagos, outros destinos	230345	65,67
		Total	350785	13,71
	Total		2558745	98,26
Número total de alojamentos (1)			2.604.070	100.00
Nº de famílias clássicas / alojamentos por família			(*) 2209734	1,16
Nº de residentes / residentes por alojamento			(*) 8032593	3,14
Nº de residentes por família			-	3.64

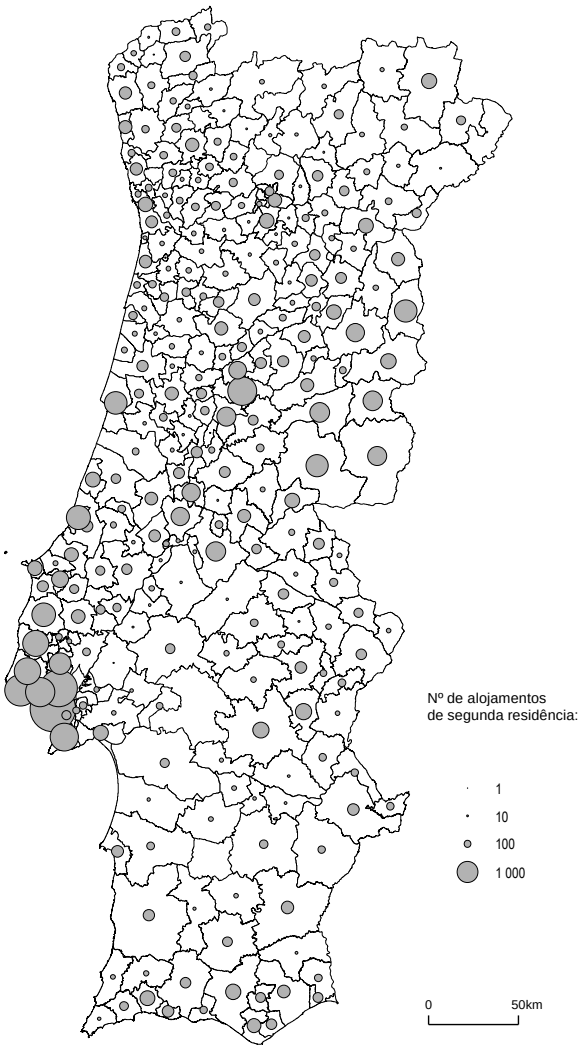
(1) Alojamentos familiares e coletivos (hotelaria e convivências), clássicos e não clássicos
(*) Dados resultantes do apuramento a 100%
(**) Dados no Censo de 1981
(***) Valores estimados a partir das épocas de construção do Censo de 1981

Fonte: 1º e 2º Recenseamentos da Habitação, 1970 e 1981 (INE)

Fosse através de programas municipais avulsos de realojamento, fosse através de programas nacionais mais estruturados, como os Programas Especiais de Realojamento (PER) e os PER-famílias[31], o flagelo das barracas foi sendo paulatinamente resolvido. De qualquer modo, apesar deste esforço, ainda falta uma política de promoção de habitação pública, fora do estigma do "bairro social", que ajude a resolver os problemas de falta de habitação acessível que ainda subsistem. Estas observações pretendem chamar a atenção para um problema de base que contradiz o forte crescimento das segundas residências ao longo dos anos e que não deixa de estar também ligado aos acentuados desequilíbrios territoriais do desenvolvimento nacional:

[31] Ao contrário dos PER, os quais financiavam a construção a custos controlados do bairro social, podendo disponibilizar uma parte das habitações no mercado dito normal, este programa de política pública habitacional teve, pela primeira vez, a virtualidade de apoiar individualmente as famílias que queriam fugir ao estigma do bairro social. Em vez de se financiar a construção do bairro social, era apoiada a aquisição de casa própria através de financiamentos diretos consoante a capacidade financeira de cada agregado. Tratou-se de uma efetiva política de empoderamento de pessoas mais frágeis do ponto de vista social e financeiro, combatendo ao mesmo tempo os problemas (e os custos) resultantes da concentração de pessoas problemáticas do ponto de vista social em bairros que, muitas vezes, não sentiam como seus.

a falta de habitação persiste, em ligação direta com as áreas de mais forte concentração populacional. Em 1970, pelo 1º Recenseamento da Habitação, foi estimado no Continente, porque apenas apurado a 20% da totalidade de inquéritos feitos, um total de 75.090 "alojamentos sazonais" (designação que era dada às segundas residências) considerando os de tipo clássico e outros, tais como os móveis, as barracas e outras construções rudimentares, com uma representação de 2490 unidades feitas as contas. Na Figura 12 apresenta-se a distribuição por concelhos daquele total de 75090 alojamentos.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1970 (INE)

Figura 12 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 1970

Um olhar rápido sobre essa figura põe logo em destaque quatro observações: 1) a saliente representação nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, retirados os de Palmela

e de Vila Franca de Xira; 2) o lugar destacado do Pinhal e Beira interiores, a par de municípios como os da Nazaré e Aveiro; 3) o ainda incipiente destaque dos concelhos algarvios, com volumes de segundas residências idênticos aos de alguns concelhos alentejanos ou integrantes da atual Área Metropolitana do Porto e, por fim, 4) a fraca representação nos concelhos do Alentejo litoral e de muitos do norte interior, para além de outros dispersos pelo Ribatejo e restante Alentejo.

É a primeira vez que se observa um mapa da distribuição de segundas residências pelos concelhos do Continente em 1970. Trata-se de algo que passados 50 anos revela um Portugal que, a um tempo, ainda não refletia os efeitos do intenso fenómeno emigratório para o estrangeiro e, a outro, mostrava o relativo atraso da expansão do fenómeno das segundas residências, quando na mesma altura nos EUA, por exemplo, se estimava que o número delas ascendesse a 3 milhões (Coppock, 1977:5), cerca do dobro do que se registava em Portugal considerando a proporção demográfica.

Com o objetivo de termos uma primeira aproximação aos traços de caracterização do padrão de distribuição das segundas residências visível na figura anterior, efetuámos um ensaio de classificação dos municípios com maiores volumes deste tipo de alojamentos tendo em conta as suas características principais, fosse em termos do "produto" oferecido, fosse também relativamente à sua distância aos principais centros de localização dos seus proprietários ou utilizadores, tendo em conta que a relação entre as localizações da primeira e da segunda residência respeita um limiar de distância que contrabalança duas outras variáveis interrelacionadas: 1) a frequência de utilização, e 2) o apego ao lugar. Esse ensaio conduziu aos resultados que se apresentam no quadro seguinte. Esses resultados serão sempre questionáveis nos seus pormenores ou eventuais sobreposições de critérios (a determinação do que é mais importante), mas não deixam de servir para uma primeira aproximação aos principais traços de caracterização e de correlativa explicação das origens do fenómeno em Portugal. Nesse quadro, os "tipos de atrativos" surgem ordenados de acordo com o volume de segundas residências contabilizadas em cada um deles.

Em 1970, surgem como mais relevantes os concelhos próximos de Lisboa que, entre outros, ainda hoje gozam de atrativos balneares específicos, tais como Cascais e Oeiras, mas também Sintra, Mafra e Torres Vedras, na margem norte, ou Almada e Sesimbra, na margem sul do Tejo. Para além do uso balnear, mas também de recolhimento campestre, associado a

esses municípios, importa também relevar o número de segundas residências em meio urbano citadino, pelo que também esse atrativo deve ser adicionado aos anteriormente referidos.

Quadro 4 – Principais características atrativas da localização de segundas residências nos concelhos de Portugal, em 1970

Tipo de atrativos	Concelhos em cada tipo	Nº de segundas residências	% do total
Litoral próximo de Lisboa	Almada, Cascais, Oeiras, Sesimbra, Sintra, Mafra, Torres Vedras, Setúbal	16110	30,5
Rural mais ou menos distante de Lisboa	Ferreira do Zêzere, Castelo Branco, Guarda, Redondo, Sabugal, Vila Velha de Ródão, Vila Nova de Foz Côa, Lamego, Peso da Régua, Mação, Figueira de Castelo Rodrigo, Mértola, Estremoz, Moura, Aguiar da Beira	7955	15,1
Outras áreas litorais	Nazaré, Figueira da Foz, Loulé, Marinha Grande, Peniche, Portimão, Faro, Tavira, Viana do Castelo, Ovar, Lagoa, Sines, Lourinhã, Odemira	7235	13,7
Cidade ou sede de distrito	Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Bragança, Viseu	5545	10,5
Termas	Almeida, Penamacor, Idanha-a-Nova, Tábua, Caldas da Rainha, Guimarães, Tondela, Castelo de Vide	5115	9,7
Rural mais ou menos próximo de Lisboa	Loures, Abrantes, Tomar, Bombarral, Alenquer, Ourém, Alcobaça, Torres Novas	4885	9,3
Serra	Arganil, Fundão, Góis, Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia	4905	9,3
Litoral próximo do Porto	Esposende, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia	1055	2,0

Fonte: elaboração própria

A seguir a estes concelhos mais próximos de Lisboa, aquele que pode ser tomado como o principal centro urbano emissor de segundos residentes, não só pela sua dimensão demográfica, mas também pela sua capacidade económica e financeira, surgem os municípios que classificámos como o "rural mais ou menos distante". Tratam-se de concelhos onde, por um lado, é mais difícil estabelecer o atrativo principal e, por outro, sabemos ainda hoje gozarem de um estatuto de acolhimento que os colocam em dois patamares distintos: 1) por um lado, são o refúgio de alguma burguesia esclarecida residente nas grandes cidades (Lisboa e Porto, principalmente) e, por outro, 2) são ainda o resultado da expressão de movimentos migratórios mais temporãos em direção às grandes cidades, pelo que, ainda se mantêm de maneira expressiva os laços e as casas das antigas relações. Aliás, este segundo patamar, acaba também por se refletir na relevância que assumem concelhos como Arganil e Góis, e a que mais tarde se irá juntar Pampilhosa da Serra. Estes concelhos serranos, surgem quase em último lugar no

quadro anterior, mas isso não lhes retira a importância que ainda hoje têm na expressão de uma história e significado social que merece um tratamento privilegiado no âmbito do tema desta dissertação e que não deixaremos de explorar a seu tempo.

Mas, seguindo a ordem que consta no quadro anterior, surgem as "outras áreas litorais", as quais ainda hoje se constituem como importantes estâncias balneares, tanto para férias, como para uso mais frequente no contexto das segundas residências. Nazaré (e a praia do norte), Sines (e Porto Covo), Marinha Grande (e São Pedro de Moel) e Peniche (com Ferrel e o Baleal), para além de alguns concelhos algarvios, já eram, em 1970, exemplos que ainda hoje se mantêm. De seguida, apuraram-se os volumes de segundas residências em cidades de nível superior como algumas sedes de distrito. Trata-se de uma característica que ainda hoje merece ser analisada, sobretudo no âmbito das deslocações de média ou longa duração para trabalho ou estudo.

No conjunto do que classificámos como concelhos termais, em parte apoiados pelo projeto de investigação complementar ao doutoramento de Maria Clara Mendes (Mendes, 1980) agrupámos concelhos como Almeida (termas da Fonte Santa), Penamacor (termas de São Tiago), Idanha-a-Nova (termas de Monfortinho), Tábua (Caldas de Covas), Caldas da Rainha, Guimarães (termas das Taipas), Tondela (termas de Sangemil) e Castelo de Vide. Este critério, tal a diversidade e riqueza de recursos termais advindos dos grandes desligamentos do herciniano mais ou menos recentes em termos geológicos, acaba por ser um pouco mais válido que outros relacionados, ou com um litoral talvez menos apto às práticas balneares, ou com as características rurais tradicionais dos mesmos concelhos.

De seguida, surge um conjunto de concelhos relativamente variado e a que se chamou de o "rural mais ou menos próximo". Trata-se de um mais ou menos próximo de Lisboa, onde a distância relativa alonga as localizações e aumenta as frequências de utilização. Casos como Alenquer, Tomar e Bombarral, ou Torres Novas, Ourém ou Alcobaça, são bem conhecidos, e desde 1970 que têm evoluído no sentido de juntar os seus atrativos naturais (ou construídos) à melhoria das acessibilidades. Os concelhos serranos, já comentados, antecedem o último grupo que foi designado por "litoral próximo da Área Metropolitana do Porto". São apenas quatro concelhos, mas que juntam 1055 segundas residências. Não incluímos aqui concelhos como Viana do Castelo (praias de Afife ou da Areosa) ou Ovar (praia do Furadouro), dado o seu afastamento ao Porto. Sabemos, no entanto, apenas por via da experiência e do senso comum, que é do Porto que vêm muitos dos seus frequentadores. Pesem embora essas ressalvas, não restam dúvidas de que Esposende, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, para além dos seus

atrativos urbanos, apresentam também boas condições de fruição litoral, num processo e movimento social similar, mas talvez menos qualificado e serôdio, ao que que ocorreu com as estâncias dos concelhos da periferia de Lisboa.

Todos os outros concelhos do País detinham valores abaixo das 300 segundas residências, pelo que não foram objeto de uma classificação caso a caso. No entanto, o exercício feito para mais de 70% dos casos (52.805 em 74.080 das segundas residências) é indubitavelmente representativo das situações que, em 1970, ocorriam em Portugal, não podendo esquecer-se que esse "retrato" resultava de uma evolução verificada durante os anos 60 do século XX. De um modo geral, em síntese, dominavam as localizações relacionadas com a proximidade a uma das principais áreas emissora de procura de segundas residências, a Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem estudada por Maria José Caldeira (Caldeira, 1995), problemática que será retomada mais à frente, mas a propósito da evolução e transformação verificadas nos sítios por ela estudados nos anos 90.

Concelhos como Cascais e Oeiras, nos anos 70 ainda importantes como destino de turismo balnear, Almada, com a Costa da Caparica, Sesimbra com a Lagoa de Albufeira, mas também Sintra, com a praia das Maçãs e Mafra com a Ericeira, só para dar alguns exemplos de atrativos específicos destes concelhos, justificam por si só os quantitativos de segundas residências contabilizados no Censo de 1970. Convém ainda chamar a atenção para o facto de que algumas destas casas não se enquadravam no conceito de alojamento clássico, pois ainda eram frequentes, durante toda a década de 60, as construções abarracadas, mais ou menos tradicionais, principalmente em áreas balneares e que por vezes também cumpriam a função de alojamento de famílias ligadas às atividades piscatórias. As barracas da Costa da Caparica ou os palheiros das praias de Mira ou da Costa Nova, em Ílhavo, enquanto exemplos contrastados desta prática, são situações que podem ser destacadas. De facto, para um total de 73.960 segundas residências estimadas, 72.600 eram em edifícios clássicos, o que deixava 1.360 estimadas como outros tipos, nomeadamente barracas ou casas rudimentares de madeira.

Os valores publicados por estimativa do primeiro recenseamento da habitação de 1970, apesar de indicativos, mas objetivos, continuam a ser um mistério do ponto de vista da sua origem e evolução anteriores. De facto, continua sem se saber se a realidade detetada emerge de forma mais vincada durante a década de 60 do século XX, ou se é já uma tendência paulatina desde décadas mais recuadas. A resposta a esta dúvida pode ser feita por hipótese, mais não seja pelo contributo da observação direta em algumas destas estâncias balneares que antes se

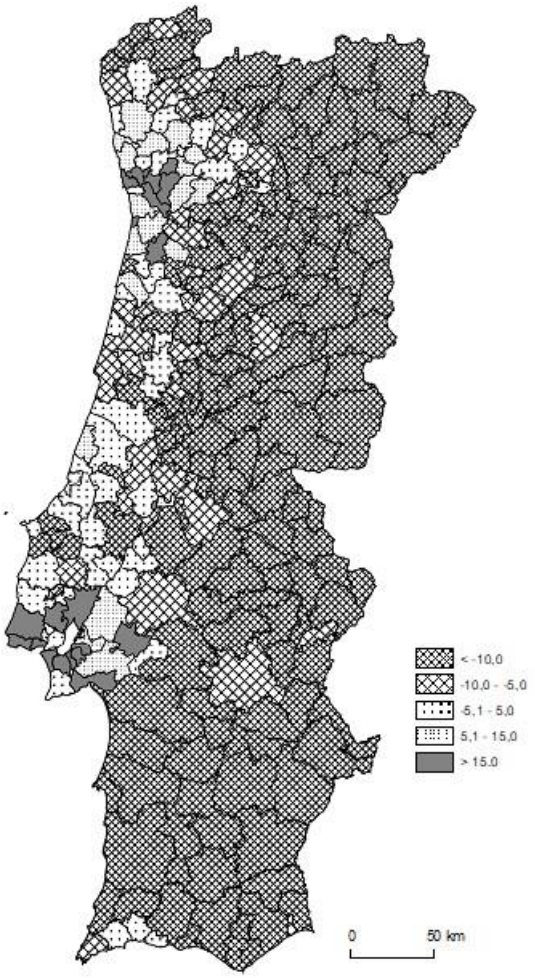
referiram. Nelas é possível identificar, pelo aspeto exterior do edificado em áreas mais centrais dos aglomerados, vestígios que remontam aos anos 20 e 30 do século XX, ou mesmo anteriores.

Mas, a frequência dessa observação não é reveladora da expansão de segundas residências, apenas mostra a importância que esses lugares podem ter ganho enquanto destinos balneares da burguesia lisboeta, portuense ou coimbrã, para referir as três cidades historicamente mais importantes do País. Deste modo, pode assumir-se que, de facto, a década de 60 enquanto período importante para Portugal do ponto de vista do crescimento económico induzido por um contexto internacional também muito favorável, talvez tivesse sido uma década de prosperidade no que diz respeito às segundas residências, ainda que do mesmo modo que o foi relativamente aos bairros de génese ilegal. Isto é, tanto a expansão urbana em geral, mesmo que apoiada em edificação clandestina[32], como a urbanização de algumas áreas específicas do litoral, das serras e do interior rural do País, parecem ter sido o resultado de algum desafogo económico, mas que, no entanto, concretizou heranças genéticas diferentes (êxodo rural e manutenção dos laços de pertença *versus* procura de estâncias balneares, por exemplo) e com processos de suporte e consolidação também diferentes (a casa da terra ou a construção clandestina ou legal, para usufruto ou para rendimento).

Os dados que se podem usar de modo a perceberem-se as alterações entre "dois retratos", são os do Censo de 1960, enquanto reflexo da evolução durante a década de 50, e os do Censo de 1970, agora enquanto reflexo da evolução durante a década de 60. Para esse propósito elaborou-se o mapa seguinte (Figura 13) onde se representou a taxa de variação da população residente nos concelhos, entre aqueles dois anos. Desde logo, para além da forte incidência da perda populacional em quase todo o Continente, estando as situações de maiores acréscimos restritas aos entornos de Lisboa e Porto, pode constatar-se a fraca relação desta dinâmica populacional com a distribuição das segundas residências pelos vários concelhos em 1970. Isto é, a consolidação de um padrão de distribuição territorial das segundas residências durante a década de 60, parece não resultar do abandono dos campos e, por isso, da permanência sobrerrepresentada de um edificado potencialmente usado só em alguns momentos ou épocas do ano, mas sim de motivações mais independentes desse fenómenos de abandono e consentâneas com a procura de espaços de descanso e lazer, ainda que naturalmente orientada,

[32] A divisão em avos era legal, enquanto a construção, essa sim, era ilegal e era mesmo, como me foi dado observar, objetivamente efetuada de forma clandestina.

essa procura, por eventuais laços afetivos e de pertença a determinados lugares e regiões. Neste último caso, segundo se pensa, serão muito relevantes os efeitos de ancoragem derivados de mais antigos fluxos emigratórios, com destaque para os resultantes da saída para o estrangeiro (Brasil, principalmente, com origem no centro e norte litoral) e para as grandes cidades do Continente (principalmente Lisboa, com origem no interior serrano do centro).



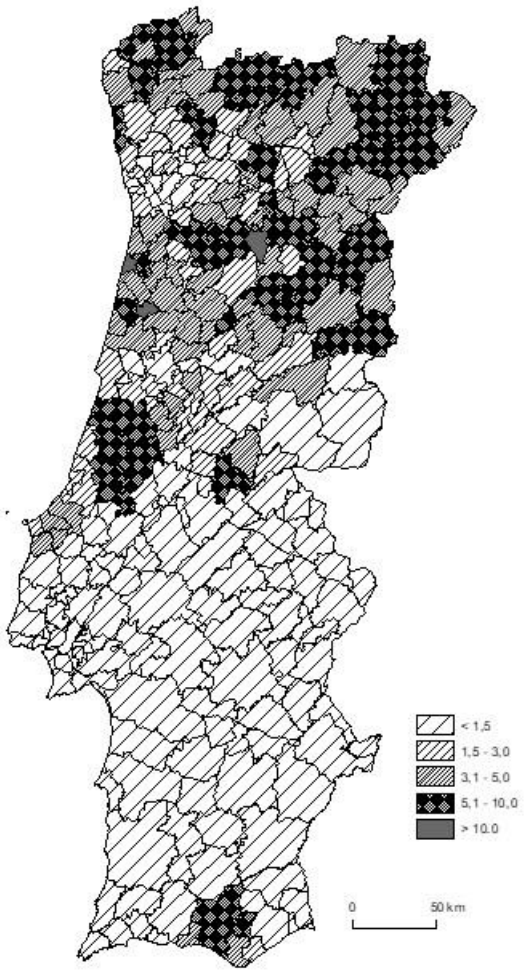
Fonte: Elaboração própria com dados dos Censos de 1960 e 1970 (INE)

Figura 13 – Variação da população residente (%), por concelho, de 1960 para 1970

Em abono do que antes se referiu, repare-se que não existe nenhuma relação direta entre a distribuição das segundas residências, em 1970, e a da taxa de emigração[33] registada em 1960.

[33] Número de emigrantes do concelho, num determinado ano, por cada mil residentes no mesmo concelho, nesse mesmo ano.

Seja como for, tal como refere Lucinda Fonseca, "até 1960 o destino principal da emigração portuguesa era o Brasil e, a partir dessa época até 1973, passou a ser a Europa Ocidental, nomeadamente a França e, em menor grau a R.F.A." (Fonseca, 1990:66). Apesar de o mapa da Figura 14 refletir uma situação de interface entre os dois momentos referidos por Lucinda Fonseca, o certo é que os efeitos esperados em 1970 seriam os de uma emigração com destinos mais próximos e, por isso, mais consentâneos com outros laços e correlativas frequências e intensidades de uso. Em suma, aquilo que décadas a seguir vai mostrar como sendo o grande impulsionador da expansão de segundas residências no Continente português.



Fonte: Inquérito aos movimentos migratórios de saída / Estimativas Anuais de Emigração (INE)

Figura 14 – Número de emigrantes por mil residentes, por concelho, em 1960

Até aqui tem-se vindo a tratar das segundas residências enquanto volume de construção por concelho. Os métodos quantitativos permitem-no, enquanto não se tratar de estabelecer

comparações entre as unidades de análise, ou entre elas e outros contextos estatísticos da mesma natureza e, eventualmente, a outras escalas. Isto é, uma análise apenas baseada nas frequências simples do fenómeno, sem a intenção de estabelecer comparações entre unidades estatísticas de referência dos dados é legítima. No entanto, quando se trata da comparação entre unidades estatísticas de dimensão completamente diferente, essa possibilidade, em números absolutos, é espúria e nada acrescenta à capacidade explicativa dos dados. Esta evidência quantitativa merece, no caso das segundas residências, uma reflexão mais profunda.

Quando se lida com unidades estatísticas correspondentes a espaços geográficos das mais diversas naturezas e dimensões, como são as divisões administrativas ou territórios autárquicos[34], para se retirar ou anular o efeito "tamanho" dessas unidades de análise, recorre-se muitas vezes a uma padronização dos dados baseada na área, na população, ou no cálculo de rácios com variáveis pertinentes para o estabelecimento de proporções lógicas. Em primeiro lugar convém perceber que qualquer fenómeno ou atributo (aquilo que é atribuído) de uma determinada unidade de análise ou estatística de tipo territorial, tem uma frequência simples e absoluta que não é independente da capacidade de essa mesma unidade territorial a conter. Isto é, comparar número de habitantes de diferentes concelhos, sem ter em conta a área desses mesmos concelhos e, assim, a sua diferente capacidade objetiva de conter populações de dimensão muito diferente (pense-se, por exemplo, em Odemira e em São João da Madeira) não faz qualquer sentido. Neste caso a solução é simples. Falar em densidade populacional é uma forma de padronizar os valores da população. Cada concelho passa a ter uma dimensão igual, normalmente 1 km^2.

No caso das segundas residências o problema é um pouco diferente. Por um lado, obviamente que concelhos de dimensão territorial diferente terão também diferentes capacidades de conter diferentes volumes de segundas residências. Mas isso também seria um problema de simples solução, tal como o cálculo de uma densidade. Neste caso, o número de segundas residências por km^2 de área do concelho poderia ser um indicador do grau de importância desse tipo de alojamento nesse concelho. Mas aqui o problema é que nem todos os concelhos têm as mesmas condições de acolhimento de construções em toda a sua área territorial, nem isso é relevante para a análise do grau de incidência do fenómeno, pois não é

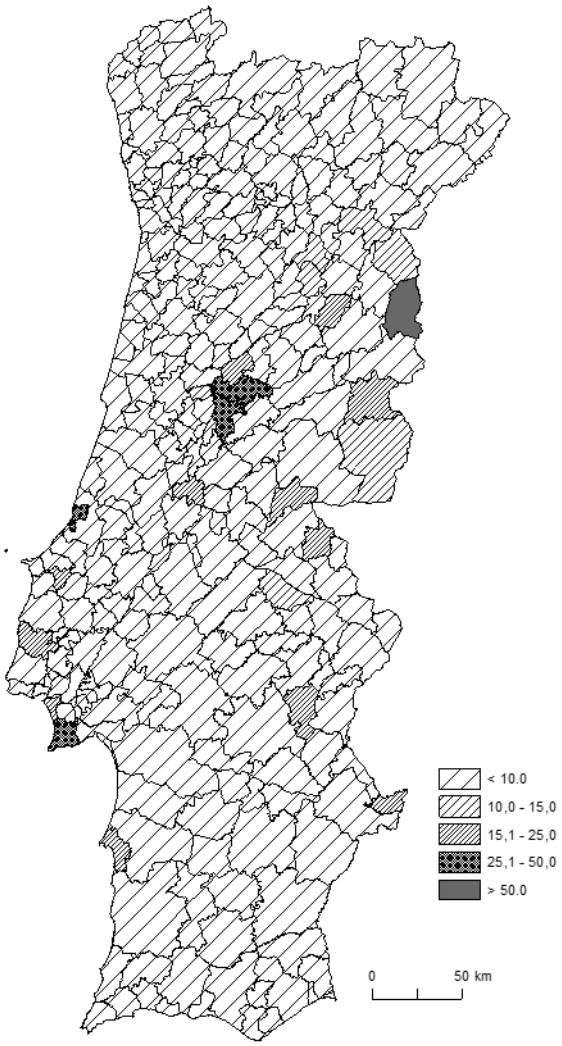
[34] NUT (nomenclatura das unidades territoriais) e comunidades intermunicipais não são autarquias, ainda que possam configurar alguns quadros de apuramento estatístico.

pelo facto de, por exemplo, a Chamusca ter, seja em que ano censitário for, uma densidade de segundas residências abaixo do Entroncamento que isso pode ajudar à compreensão do fenómeno em qualquer um destes concelhos. A pergunta certa será então saber onde há mais segundas residências, independentemente da dimensão territorial do concelho, mas comparativamente a outras das suas restantes funções, sejam elas habitacionais ou residenciais, patrimoniais ou turísticas, comerciais ou económicas, ambientais ou outras. Um indicador muitas vezes adotado para observar a importância das segundas residências em territórios de dimensão e características distintas é o resultante da sua ponderação pelo total dos alojamentos de residência habitual, forma de objetivamente medir o grau de especialização de uma qualquer unidade territorial em termos da sua função residencial principal ou secundária. Foi Barbier, em 1965, quem primeiro estabeleceu este indicador (*apud* Caldeira, 1995:78). Os resultados não serão muito diferentes da ponderação pelo total de alojamentos familiares, ocupados ou não, já que passarão a ser os alojamentos vagos aqueles que condicionarão essa relação, mas a sua representatividade não é suficiente para pôr em causa a comparabilidade dos resultados.

Por uma questão de maior facilidade de leitura, efetuámos a ponderação pelo número de alojamentos familiares de residência habitual, o que no caso do ano de 1970 nos levou a subtrair ao total de alojamentos resultantes do apuramento a 100% dos recenseados, os valores estimados dos alojamentos vagos e dos sazonais, ou de segunda residência.

O mapa da figura seguinte, o qual tem uma divisão em classes ajustada às outras situações temporais que se irão analisar mais à frente, de modo a assegurar uma comparabilidade direta dos vários padrões territoriais do fenómeno, mostra uma quase completa inversão do mapa anterior onde se cartografaram os valores absolutos. Assim, repare-se que desaparece a maior visibilidade da AML, ainda que continuem reforçados os municípios de Sesimbra, de Almada e de Mafra. No interior centro do País, destaca-se um aglomerado de concelhos constituído por Arganil, Góis e Tábua, grosso modo abrangendo as serras do Açor e da Lousã, no centro do chamado Pinhal Interior. O Algarve aparece ainda com um maior peso da função residencial permanente. No interior, numa faixa ao longo da fronteira, surgem situações com algum relevo (uma proporção de segundas residências – SR -, acima dos 15% no conjunto da residência habitual), constituídas pelos concelhos de Celorico da Beira, Almeida, Penamacor, Vila Velha de Rodão, Castelo de Vide, Redondo e Barrancos. Por último, são de

destacar Nazaré e Sines, a norte e a sul da AML e, um pouco para o interior, o Bombarral, por razões um pouco atípicas[35] e que logo no Censo seguinte o deixaram de destacar.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1970 (INE)

Figura 15 – Percentagem de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1970

[35] O Bombarral foi destacado do concelho de Cadaval ainda no século XIX e integrado no concelho de Óbidos. Em 1914 ascendeu a município. Tem características demográficas de economia e de propriedade semelhantes ao Cadaval mas, no entanto, no indicador em análise, enquanto este apresentava uma proporção de 4,5% de SR, o Bombarral detinha 15,9%. Eventualmente, talvez a sua antiga integração em Óbidos tenha despoletado, por via da exiguidade e da apertada regulamentação urbanística da Vila dote das princesas, alguma expansão das SR para o que viria a ser o concelho de Bombarral, mas sem capacidade de reforço posterior à década de 60 do século XX.

6.2.1.3. Conclusões para o período de 1960 a 1970

O 11º recenseamento da população e 1º da habitação, de 1970, não teve todos os seus resultados apurados a 100%. Com exceção da população residente e presente, do total de famílias[36] e de alojamentos, todas as outras variáveis foram apuradas apenas numa amostra de 20% dos inquéritos realizados, os quais, mais uma vez, abrangeram toda a população e edificado de todo o País[37]. Apesar de os dados publicados referentes à segundas residências corresponderem apenas a uma amostra de 20%, pelo que podem incorporar um erro substancial de estimativa já que estão em causa quantitativos que, na maior parte dos municípios, estão abaixo dos 1000, entende-se ser fundamental tratar e apresentar esses dados. Esta opção justificou-se, entre outras razões, pelo facto de isso nunca ter sido feito no âmbito do tema em estudo e porque, apesar de aproximada e eventualmente com alguns erros de estimativa associados, foi também pela primeira vez que olhámos para um padrão de distribuição concelhia das segundas residências quando os efeitos dos grandes movimentos migratórios dos anos 60 ainda não tinham tido tempo para se refletir nas dinâmicas construtivas dos lugares. Isto é, apesar de o edificado de "residência principal" ter passado a "residência a tempo parcial"[38], não tinha havido ainda tempo para o forte crescimento da construção nova que, efetivamente, vem a marcar o decurso de toda a década de 70.

Tendo presente o que antes se referiu, o padrão de distribuição concelhio do número de segundas residências mostrou três grandes traços:

1) o Algarve não se destacava enquanto região de localização de segundas residências, não só quanto aos valores absolutos, mas também quanto aos valores relativos ou de proporção;

[36] Presume-se que se trate de famílias clássicas, atendendo à definição do conceito que é apresentada no introito a cada um dos volumes distritais: "Grupo de pessoas ligadas por laços de união ou parentesco, legítimos ou ilegítimos, que utilizasse habitualmente o mesmo alojamento e a pessoa isolada que ocupasse um alojamento ou parte dele. Foram incluídos na família os empregados de serviços domésticos que com ela coabitavam." (INE, 1973)

[37] É um caso muito estranho, sobretudo tendo em conta toda a tecnologia atualmente disponível, nunca se ter procedido ao apuramento total e definitivo dos dados do 11º recenseamento da população e 1º da habitação, sendo usual, em muitas séries temporais, o ano de 1970 aparecer em branco, como se de um "blackout" se tratasse. Em muitos casos, esse espaço em branco é até explicado por se tratar de um censo realizado apenas a uma amostra de 20% da população, o que é falso, ou então usa-se o argumento dos "erros do Censo", cujo sentido é admissível no caso da amostra a 20%, mas é espúrio quando se consideram os apuramento efetuados a 100%.

[38] Apenas nos casos em que toda a família emigrasse, o que não era comum, fosse para o estrangeiro, fosse para as grandes cidades do País.

2) surgiam alguns grupos de concelhos talvez mais relacionados com focos de emigração mais antiga tendo como destino as grandes cidades, localizados sobretudo na Beira Interior e no maciço central, com destaque para as serras do Açor e da Lousã;
3) começaram a desenhar-se alguns centros de atração, alguns mais próximos ou dentro da própria AML e outros mais afastados, mas sempre associados a usos balneares, tais como Almada, Mafra e Sesimbra, para o primeiro caso, ou Nazaré e Sines, para o segundo.

De um modo geral, ainda não eram visíveis os efeitos da emigração para o estrangeiro e, por via da intensificação de novas construções por parte de emigrantes, isso também não se refletia, ainda, numa sobrerrepresentação de segundas residências comparativamente aos quantitativos de alojamentos de residência habitual. Em favor desta conclusão está a comparação dos mapas da taxa de incidência da emigração e das segundas residências, sugerindo os dados que, de facto, pelo menos em 1970, este tipo de alojamento cumpria uma função de recreio e lazer que podia ser tipificado em dois tipos principais: 1) o acesso restrito e localizado em determinadas áreas com amenidades ambientais específicas mas que ainda não abrangiam o Algarve; 2) as ligações a algumas áreas de emigração mais antiga e fortemente ligada ao êxodo rural em condições particulares de deslocação e, também, com ligações específicas aos concelhos de destino, tais como as relativas a alguns processos de investimento e projetos pessoais que também redundaram em muitos projetos coletivos que estiveram na origem das chamadas "Casas do Concelho".

6.2.2. O período de 1970 a 1981

6.2.2.1. Contextualização geral

A década de 70, com o 25 de abril de 1974 pelo meio é, em Portugal, uma dupla via de conquista diacrónica. Por um lado, seguem-se as tendências transformativas globais e, por outro, aquelas que internamente passam do Estado totalitário para a instauração da democracia. A década de 70 do século XX, em Portugal, acaba por ser o finar de um Estado sem futuro, e o dealbar de uma organização social mais livre, criativa e tolerante. Neste âmbito, com a institucionalização das autarquias locais, estão criadas as condições para uma supervisão mais eficiente da ocupação dos territórios municipais, ao mesmo tempo que também se iniciam as iniciativas de ordenamento tendo em vista a resolução dos graves problemas de urbanização e de infraestruturação do País.

Apesar de ser incontestável o papel marcante do 25 de abril de 1974 em todo o processo de mudança social ocorrida em Portugal nessa década, não podem deixar de apontar-se alguns sinais de abertura do regime deposto, até na sequência do que já se referiu para o período anterior. Deste modo, convém salientar, para além das operações previstas no II Plano de Fomento Nacional (para o período 1968-73), onde se integravam projetos de interesse e dimensão nacional, foi também importante a consolidação da posição em alguns organismos internacionais, bem assim como o arranque de iniciativas de aproximação à Comunidade Económica Europeia, traduzidas na assinatura de acordos comerciais, em 1972. Também em 1972, começou a transmissão na Radiotelevisão Portuguesa (RTP) de uma série documental de cariz ecológico que alertou a sociedade portuguesa, pela primeira vez, para os problemas ambientais derivados da depredação de recursos, da deficiente prevenção de catástrofes naturais e, principalmente, da falta de ordenamento do território[39].

Mas, os dois primeiros choques petrolíferos, de 1956 e 1973, respetivamente, influenciaram, de formas enviusadas, algumas iniciativas relacionadas com grandes infraestruturas. Por um lado, a crise de 1956 resultante da nacionalização do canal de Suez pelo Egipto[40] e o seu posterior bloqueio, já em 5 de junho de 1967 e que só terminou em 5 de junho de 1975, incentivou, entre outras, a construção do porto de águas profundas de Sines para grandes navios petroleiros e mineraleiros, enquadrado por um complexo industrial petroquímico e a construção da cidade Nova de Santo André. Por outro, a crise de 1973 (Guerra do Yom Kippur), com o consequente forte aumento dos preços do petróleo, veio refrear, não só alguns investimentos em infraestruturas consumidoras de derivados do petróleo, como a própria construção do porto de Sines, num contexto em que, primeiro, as condições naturais e a engenharia não ajudavam e, segundo, as condições que justificaram a sua construção, deixaram de fazer sentido (reabertura do canal do Suez, fim dos grandes navios, maior supervisão da segurança de navegação, etc.).

O período que vai de 1970 a 1981 é, do ponto de vista da problemática residencial, um tempo de grandes mudanças estruturais. No entanto, continuaram a sucederem-se as transações

[39] Luís Filipe Costa foi o locutor de tal série (https://www.youtube.com/watch?v=vMGy-cisdHA) e Luísa Schmidt recordou-o no livro "Ambiente no Ecrã: Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo" (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, 465 páginas).

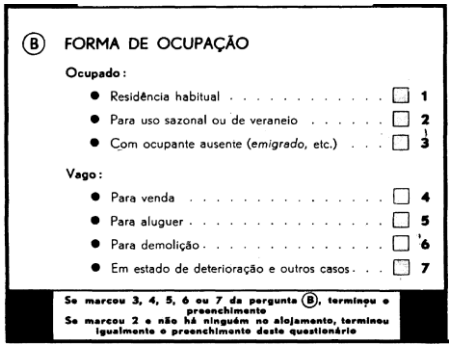
[40] Não esquecendo a criação da OPEP, em 1960, como forma da maior parte dos países produtores cooperarem no combate aos oligopólios internacionais dos transformadores e comercializadores.

ilegais, consolidaram-se os loteamentos clandestinos (Salgueiro, 1977) e intensificaram-se as ocupações populares. Uma parte das transações derivaram de renovados processos de compra e venda, também porque em parte, começou por imperar, logo depois de 1974, algum receio sobre a natureza do novo regime. Os loteamentos ilegais continuaram clandestinos e progrediram e alastraram territorialmente, apesar de já em finais de 70 se iniciarem intensas e alargadas operações de legalização (Gonçalves, Alves, & Nunes da Silva, 2010). As ocupações, apenas para referir aquelas que corresponderam ao usufruto de terrenos públicos, foram irrelevantes do ponto de vista do ordenamento do território, sendo as ações do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), um exemplo de cidadania que ainda hoje se lembra. Esta é a década da transformação urbanística de uma Área Metropolitana pobre e abandonada, com reduzida oferta de novas habitações, forte retração do mercado de arrendamento e, já no seu final, primeiros passos de arranque da expansão do crédito hipotecário, num contexto de fortes taxas de inflação e, concomitantemente, de elevadíssimas taxas de juro bancário, apesar de tudo amenizadas por um sistema de bonificação, suportado por fundos públicos, implementado em 1976 (Araújo, 2008:75), um ano antes da primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Portugal.

O II Recenseamento da Habitação, realizado ao mesmo tempo que o XII Recenseamento Geral da População, em 1981, utiliza o conceito de "alojamento para uso sazonal ou de veraneio", como sinónimo do de "utilização ocasional" do Censo anterior, e introduz um novo tipo, o alojamento "com ocupante ausente (emigrado, etc. …)", conceito que aparenta, por um lado, querer equilibrar a contabilização das "casas sazonais ou de férias" retirando o efeito "casa do emigrante" ou, por outro, querer mesmo isolar e valorizar essas situações correspondentes à emigração, tal o seu impacte nas paisagens de muitas áreas rurais. Seja como for, permanece uma dúvida metodológica, a um tempo complexa e, a outro, insanável: qual o procedimento utilizado, e qual a sua fiabilidade, para a identificação destas duas categorias de alojamento?

Uma nota curiosa refere-se à indicação constante no formulário de inquérito do Censo da Habitação de 1981 que refere, na parte relativa à forma de ocupação do alojamento, "se marcou 2 [Para uso sazonal ou de veraneio] e não há ninguém no alojamento, terminou (…) o preenchimento deste inquérito". Ora, isso significa que o inquérito poderia continuar caso houvesse alguém presente no alojamento de segunda residência, coletando-se, assim, as informações relativas a alguns indicadores de equipamento e conforto da habitação. Mas, mesmo que tivesse sido esse o caso, por uma questão de coerência na apresentação dos resultados do Censo (sistema "hot deck", Cf. p. 84 do Vol. Metodologia do Censo de 1981),

todos os quadros com informação relativa àqueles indicadores referem-se apenas aos alojamentos familiares ocupados[41]. Deste modo, não está disponível informação estatística sobre algumas características das segundas residências, mesmo que para uma amostra com um grau de representatividade razoável expetável. Isto é, tendo em conta a quantidade de população presente contabilizada para esse tipo de alojamento, 31714 pessoas em 1981, ou seja, cerca de 0,3% do total de residentes, seria de esperar uma amostra de alojamentos sazonais equivalente a cerca de 6% do total, tendo em conta um rácio de 3 pessoas por alojamento, valor próximo da média de elementos por família (3,3 segundo o INE, no Continente, em 1981).



Ⓑ FORMA DE OCUPAÇÃO

Ocupado:

- Residência habitual . . . . . ☐ 1
- Para uso sazonal ou de veraneio . . . . . ☐ 2
- Com ocupante ausente (*emigrado*, etc.) . . . ☐ 3

Vago:

- Para venda . . . . . ☐ 4
- Para aluguer . . . . . ☐ 5
- Para demolição . . . . . ☐ 6
- Em estado de deterioração e outros casos . . . ☐ 7

Se marcou 3, 4, 5, 6 ou 7 da pergunta Ⓑ, terminou o preenchimento

Se marcou 2 e não há ninguém no alojamento, terminou igualmente o preenchimento deste questionário

Fonte: INE (https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66585545&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)

Figura 16 – Extrato do inquérito do Recenseamento da Habitação de 1981

Mas, apesar de não haver dados para as características dos alojamentos de segunda residência, pelo menos sabem-se algumas coisas sobre o tipo de edifícios que as contêm. Isso já poderá servir para fazer uma caracterização ligeira, mas abrangente, das principais características deste edificado em diferentes áreas do País. Aliás, numa tipologia de municípios efetuada por Oliveira-Roca, Leitão e Roca (2013), essas foram mesmo algumas das variáveis retidas para análise, designadamente em termos da idade e do número de alojamentos dos edifícios.

[41] Conjunto dos alojamentos clássicos e não clássicos (incluem barracas e outros rudimentares) que se encontravam ocupados à data do Censo mas não considerando o conjunto dos vagos, dos sazonais e dos com ocupante ausente e os coletivos.

6.2.2.2. Alojamentos e segundas residências em 1981

Pelos Censos de 1981 (população e habitação), em números arredondados, residiam no Continente 9,3 milhões de pessoas agrupadas em 2,8 milhões de famílias, existiam 3,2 milhões de alojamentos, quase todos eles de tipo clássico, isto é, com muito fraca representação das barracas, móveis ou outros rudimentares, repartidos por 2,2 milhões de edifícios maioritariamente de uso residencial exclusivo. Registavam-se ainda 404586 alojamentos que se consideram como de segunda residência e que englobavam 178.529 classificados como sazonais pelo Recenseamento da Habitação e 226.057 classificados como com ocupante ausente pelo mesmo censo (Quadro 5).

Quadro 5 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 1981, no Continente

Variável	Categoria	Subcategoria	1981	%/nº	Var.% 1970/81
Nº de edifícios	Exclusivamente residenciais		2213898	93,33	-
	Principalmente não residenciais		11567	0,49	-
	Outros mistos		146587	6,18	-
	Total		2372052	100,00	33,76
Edifícios com 5 ou mais pisos			29228	1,23	61,08
Edifícios construídos na década precedente (1971 a 1981)			598739	25,24	76,45
Nº de alojamentos familiares clássicos	Residência habitual		2653104	81,89	24,25
	Segunda residência	Sazonais	178529	5,51	145,91
		Ocupante ausente	226057	6,98	-
		Total	404586	12,49	457,28
	Vagos	Vagos para venda ou aluguer	-	-	-
		Vagos, outros destinos	-	-	-
		Total	182287	5,63	-48,03
	Total		3239977	100,0	26,62
Nº de famílias clássicas / alojamentos por família			2803028	1,16	26,85
Nº de residentes / residentes por alojamento			9336760	2,88	16,24
Nº de residentes por família			-	3,33	-8,37

Fonte: 2º Recenseamento da Habitação,1981 (INE)

Para além destes dados de contexto, sobressaíam algumas dinâmicas que se sintetizam do modo seguinte:

i) aumento do parque habitacional mais acentuado que a variação dos residentes (cerca de 27%, no caso dos alojamentos familiares, comparados com 16% face à variação dos residentes de 1970 para 1981);

ii) uma representação de 12,5% dos alojamentos de segunda residência no total de

alojamentos clássicos familiares, com uma taxa de variação acima de 450% face a 1970, valor que mesmo atendendo a problemas de estimativa desse quantitativo não deixa de corresponder a uma "explosão" da sua expansão;

iii) consolidação do processo de urbanização, com dinâmicas construtivas assinaláveis na década de 1971 a 1981, bem assim como um aumento da representação de edifícios com mais de 5 pisos, um indicador expedito de avaliação desse mesmo processo;

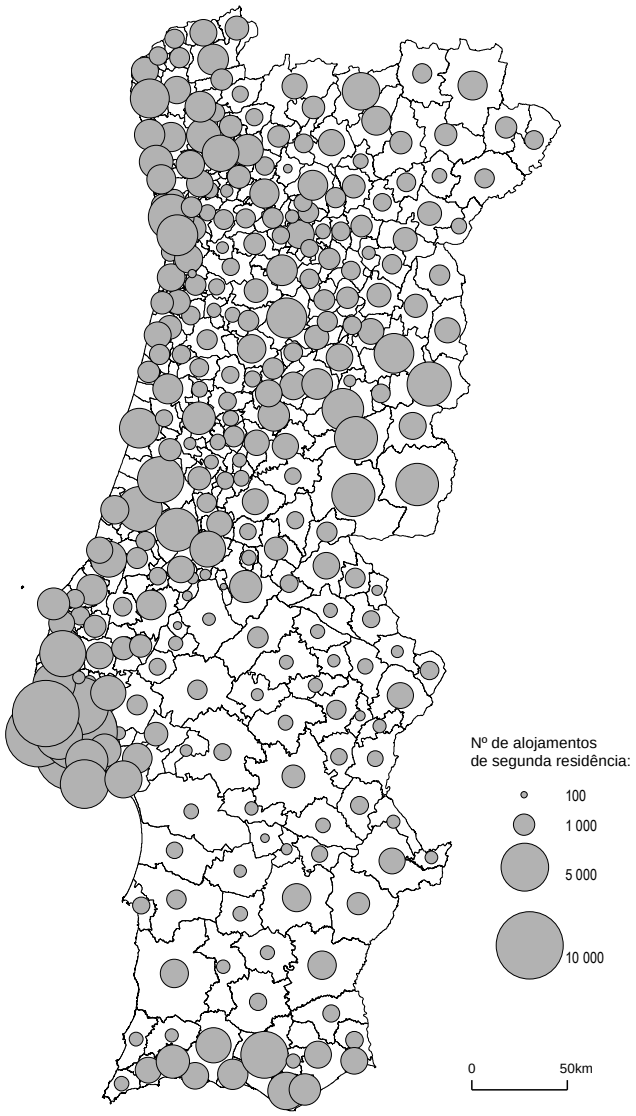
iv) uma diminuição da dimensão média da família, com as concomitantes alterações ao nível de outros indicadores de ponderação da representatividade dos alojamentos.

Os dados sugerem duas mudanças relevantes com efeitos diretos na justificação dos quantitativos das segundas residências. Por um lado, o incremento do processo de urbanização em todas as regiões do País, fosse pelo aumento generalizado dos rendimentos, fosse pelo aproveitamento de algumas fragilidades da gestão local que, aliás, prosseguiam estratégias já antes iniciadas (Gonçalves et al., 2010:13-16)[42], para além de ter impulsionado o forte crescimento deste tipo de alojamento, conduziu também a uma alteração setorial estrutural em termos económicos, das empresas e das atividades da população. Por outro lado, mas em forte sintonia e relação com o que se disse antes, são já visíveis nesta década alguns dos efeitos do fenómeno emigratório, com destaque para a maior representação dos alojamentos com ocupante ausente face aos sazonais (56% vs. 44%), já que outros efeitos sobre os quantitativos de residentes, de famílias e da sua dimensão, bem assim como o acentuar do *superavit* habitacional, são mais difíceis de justificar neste âmbito.

Apesar de não ser completamente correta a comparação direta do mapa da figura seguinte com o equivalente desenhado para o ano de 1970 (Figura 15), tentou-se que nos dois casos, como em todos os outros que se seguirão, a legenda fosse semelhante em termos da representação das quantidades, de modo que houvesse alguma comparabilidade em termos evolutivos. Logo à partida, é evidente o crescimento substancial do total de edificado que

[42] No mesmo sentido, aponta o trabalho pioneiro de Teresa Barata Salgueiro, apesar de, pela data em que foi esse estudo realizado (trabalhos de campo de 1970/71), não se ter um "retrato" ajustado à década em análise. De qualquer modo, não se mencionando ou aprofundando, mesmo numa versão brevemente revista, os efeitos relacionados com o acentuar da deficiente supervisão pública no período pós-revolucionário, a autora chama a atenção para o facto de "Depois de 1974, a construção clandestina sofreu um grande incremento" (Salgueiro, 1977:30). Outra nota interessante é o seu estudo apenas ter considerado os "bairros clandestinos de residência permanente excluindo-se, portanto, aqueles destinados (…) a residência secundária [os quais] (…) abundam na Área Metropolitana de Lisboa" (Salgueiro, 1977:28).

incluímos na categoria de segunda residência, as quais incluem agora as residências sazonais e os alojamentos com ocupante ausente.

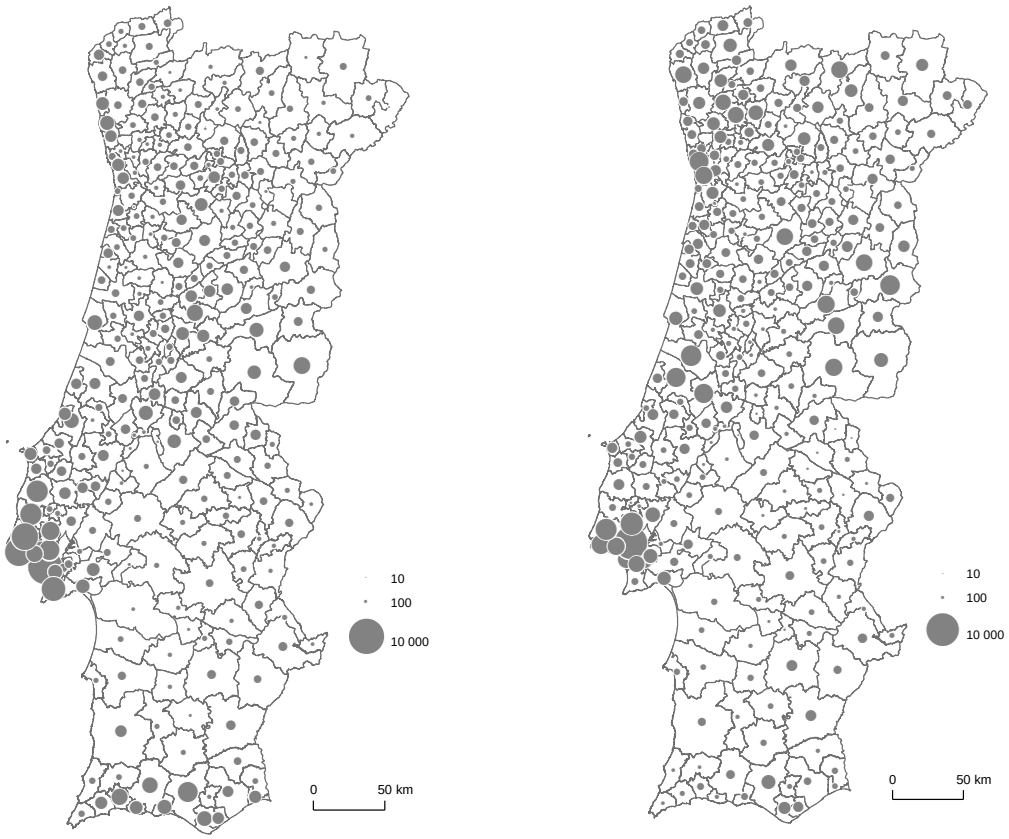


Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE)

Figura 17 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 1981

Tal como já esclarecemos, o II Recenseamento da Habitação de 1981 faz a separação entre residências sazonais e o conjunto dos alojamentos com ocupante ausente, os quais, tal como refere Caldeira, têm uma "distribuição [que] coincide com as áreas emissoras de importantes correntes migratórias, quer para o estrangeiro, quer para as principais cidades do país" (Caldeira, 1995:78). Na lógica do estudo, do mesmo modo que a referida autora também assim o considerou, estas casas com ocupantes ausentes têm de ser incluídas no cômputo das

segundas residências, já que apesar de se tratar de alojamentos propriedade de pessoas originárias dos lugares onde se localizam, e terem por vezes uma ocupação temporalmente muito espaçada e apenas principalmente nos períodos de férias, elas não deixam de cumprir os critérios de classificação como segundas residências. No entanto, dada a riqueza da informação suplementar que permite caracterizar esses diferentes tipos de alojamento, elaboraram-se dois mapas com aqueles dados separados (Figura 18).



A – Número de alojamentos de residência sazonal, 1981

B – Número de alojamentos com ocupante ausente, 1981

Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE)

Figura 18 – Número de alojamentos de uso sazonal (A) e com ocupante ausente (B), por concelho, em 1981

De facto, no decurso do processo de recenseamento, os inquiridores responsáveis pelo levantamento do edificado, estavam instruídos para distinguirem, através do seu conhecimento direto ou do questionamento dos residentes, principalmente vizinhos ou familiares, entre os

alojamentos pertencentes a pessoas não presentes mas residentes no sítio, ou residentes noutro local mas que utilizavam, de tempos a tempos, esse alojamento, ou ainda, pessoas que "se tenha(m) ausentado do País (emigrante, p. ex.) ou se tenha(m) deslocado temporariamente para outro local do País (ausência por motivos profissionais, p. ex.) desde que à data do Recenseamento tenha decorrido um ano de ausência" (INE, 1984:49).

A constatação de cada uma daquelas observações conduziu à tipificação entre alojamentos de residência habitual, alojamentos sazonais e alojamentos com ocupante ausente[43]. Tendo em conta o que se disse antes, os padrões de distribuição espacial dos dois tipos de alojamento em causa, distinguem-se a partir da coerência de algumas, poucas, observações.

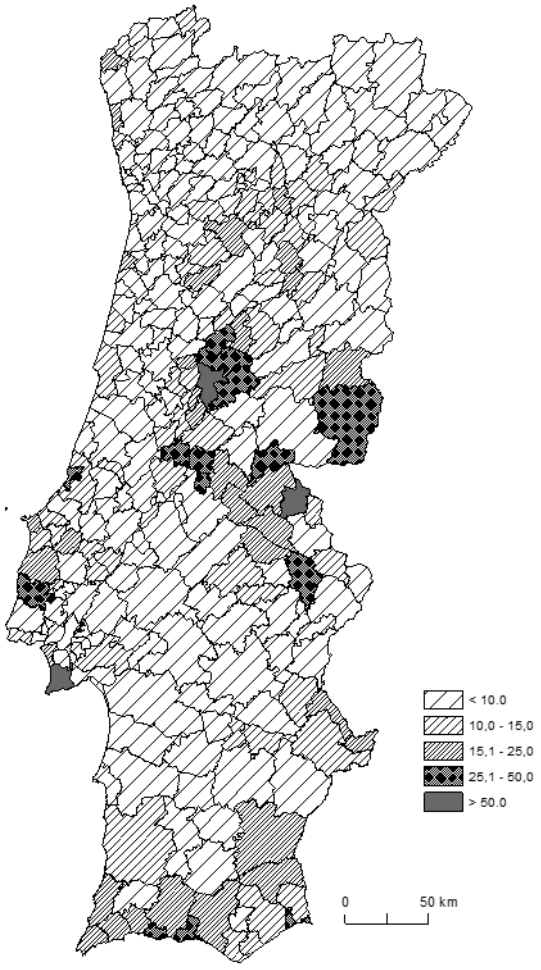
Por um lado, é visível no caso dos alojamentos de uso sazonal uma ligeira maior representação nos concelhos litorais mais próximos de Lisboa e no Algarve e, por outro, fica um pouco mais destacado, com um pouco mais de alojamentos com ocupante ausente, ou seja, predominantemente propriedade de população emigrada para o estrangeiro, o interior norte e centro e o noroeste do Continente. Em qualquer uma das situações, os restantes municípios entre a margem sul do Tejo e o Algarve, do mesmo modo que os quantitativos globais de alojamentos, de residentes e de emigrantes, apresentam também uma representação mais reduzida de qualquer um daqueles dois tipos de alojamentos.

Mas, para que se possa apreciar o significado relativo e territorial dos dois tipos de alojamento considerados no Censo de 1981, foram elaborados os respetivos mapas das Figura 19 e Figura 20, sendo que na Figura 22 se representou o mesmo indicador mas tendo em conta a soma desses mesmos dois tipos.

Comparativamente a 1970, o ano de 1981, considerando apenas os alojamentos sazonais (Figura 19), corresponde a uma densificação e alastramento significativo do fenómeno às áreas do Continente que antes estavam quase que completamente abrangidas pela classe de frequência mais baixa, isto é, as áreas onde, em 1970, as segundas residências tinham uma representação abaixo de 10% dos alojamentos de residência habitual. Deste modo, para além de surgir o Algarve já com sete concelhos na classe de entre 15 e 25%, destacam-se mais dois, Lagoa e

[43] Relativamente a esta última categoria, podem permanecer algumas dúvidas sobre a qualidade da recolha de dados, pois apesar de ser fácil saber se determinadas pessoas ou famílias se encontram emigradas no estrangeiro, já o não é quando se quer distinguir entre os que emigraram para Lisboa, por exemplo, e lá se encontram a trabalhar, regressando mais ou menos periodicamente à sua terra de origem, e aqueles que, também vivendo em Lisboa, também por exemplo, mantiveram a sua "casa da terra" como segunda residência, a qual usam de quando em vez.

Albufeira, com uma representação de residências sazonais entre 25 e 50% por relação aos alojamentos de residência habitual. O litoral a norte da Península de Setúbal, com Mafra e Nazaré a destacarem-se, passa a congregar mais concelhos, com saliência para os que se situavam na classe dos 15 a 25%: Torres Vedras, Cadaval, Peniche, Murtosa, Esposende e Caminha. O Pinhal Central, a Beira Interior e, *grosso modo*, o Norte Alentejano reforçam a sua posição, e surgem outras manchas no interior alentejano e no norte beirão.

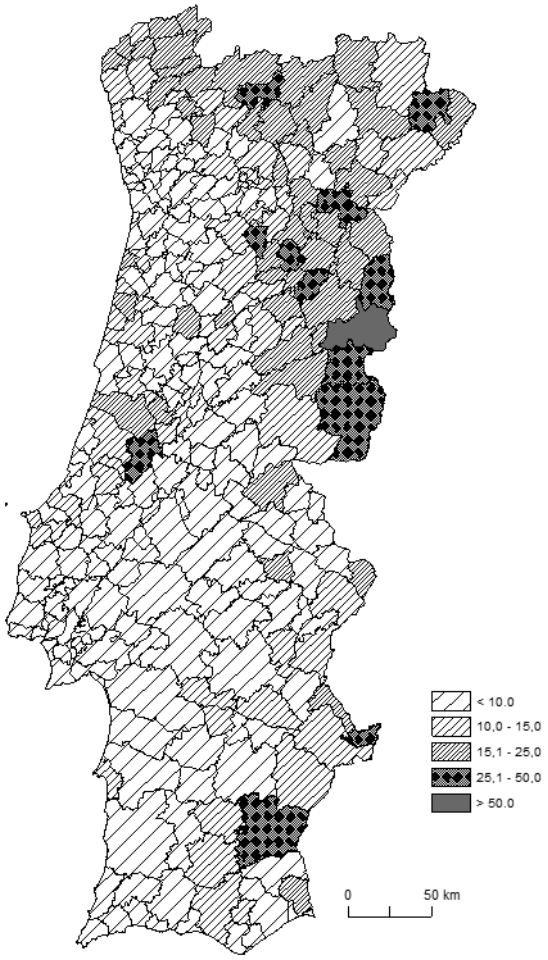


Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE)

Figura 19 – Percentagem de alojamentos sazonais em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981

Quando se olha para o mapa da Figura 20, onde se representaram apenas os alojamentos com ocupante ausente, tornam-se evidentes duas observações: 1) por um lado, alguma exclusividade de um ou outro tipo, isto é, onde surgiam residências sazonais, não surgem agora com importância similar, alojamentos com ocupante ausente, mas, por outro lado, 2)

principalmente no interior fronteiriço do Centro e do Alentejo, surgem situações mistas onde a relevância dos dois tipos é evidente.

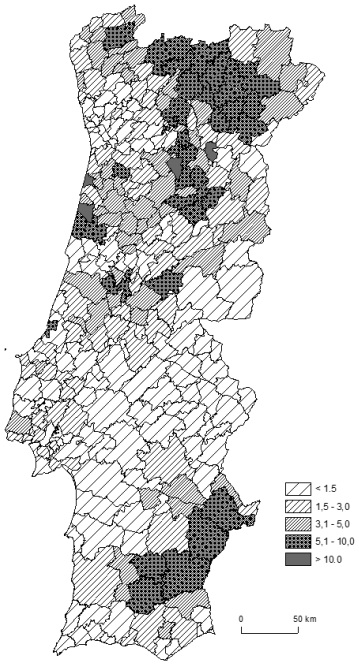


Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE)

Figura 20 – Percentagem de alojamentos com ocupante ausente em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981

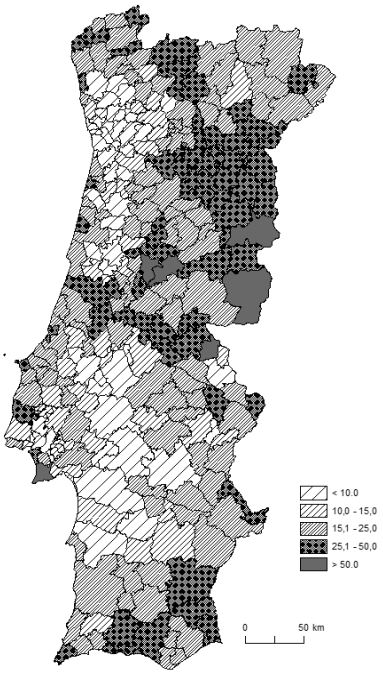
Aquelas duas observações estão em linha com as condições de ocorrência dos dois tipos de situação, não só porque não se trata apenas do "ocupante ausente no estrangeiro", mas também porque a incidência dos dois fenómenos (casa sazonal e casa de emigrante) tende a seguir o mesmo padrão territorial, mais não seja pela grande importância do prévio estabelecimento de laços afetivos com os lugares. No entanto, esta relação não está suficientemente comprovada, e esse será um dos objetivos do estudo.

De facto, considerar que os alojamentos com ocupante ausente são um retrato da incidência da emigração para o estrangeiro, é uma conclusão algo redutora, apesar de estarmos cientes que os dois padrões apresentam uma correlação (*Pearson*) de 0,479, o que tendo em conta 276 graus de liberdade e um *t-student* próximo de 11, resulta numa probabilidade elevadíssima (99,9%) de isso não ser obra do acaso. De qualquer modo, independentemente dos números, comparando visualmente os mapas das Figura 21 e Figura 22, a relação entre emigração e alojamentos com ocupante ausente, é percetível que terão de existir outras variáveis, tais como as migrações internas, que ajudem a perceber essas interrelações.



Fonte: Inquérito aos movimentos migratórios de saída / Estimativas Anuais de Emigração (INE)

Figura 21 – Número de emigrantes por mil habitantes, por concelho, em 1981



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE)

Figura 22 – Percentagem de alojamentos de segunda residência (conjunto dos sazonais e com ocupante ausente) em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981

Pese embora esta discussão sobre se os alojamentos com ocupante ausente são o resultado de movimentos emigratórios para o estrangeiro, ou se as residências sazonais estão em sintonia com amenidades específicas dos municípios ou se, em conjunto, as duas coisas são relevantes, o que é certo é que, tanto em termos absolutos (Figura 17), como relativos (Figura 19 e Figura 20), é incontestável o forte crescimento de 1970 para 1981 do total de segundas

residências (Cf. Figura 22), do mesmo modo que todo o Continente surge, na maior parte dos seus municípios, com representações deste tipo de alojamento acima dos 15%.

Se para 1970 não tínhamos possibilidade objetiva de conhecer a variação face a anos anteriores, agora isso já é possível, e sem dúvida que será importante e esclarecedor verificar o que se vai passando ao nível de cada município. O objetivo final será sintetizar, para cada um deles e para um período que vai de 1970 a 2011 (um total de 51 anos de evolução, considerando também os 10 anos que determinam a situação de 1970), a sua capacidade de acolher e manter, em maior ou menor grau, alojamentos de segunda residência, os quais com algumas honrosas exceções diferenciadas (desde a visão dos geógrafos à dos turismólogos) nunca foram suficientemente tidas em conta, não só no contexto do desenvolvimento urbanístico, como turístico como, principalmente do desenvolvimento local, de que o urbanismo e o ordenamento do território são duas dimensões fundamentais.

6.2.2.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 1970 a 1981

- Nota metodológica

O exercício de cálculo, avaliação e análise de uma variação de qualquer indicador entre dois momentos temporais, não é fácil e é muitas vezes confundido com uma simples verificação de mudança de estado tendo em conta dois tempos (não duas temporalidades) diferentes. Falar em variação temporal de um fenómeno é tentar medir o seu quantitativo atual face a outro que se verificava no passado mais ou menos distante. Um bom exemplo é a variação da população (residentes num determinado local).

Ora, o problema não é o que se está a medir, mas sim o que se está a medir tendo por referência uma determinada unidade de análise (ou unidade estatística) que terá de ser comparada com outras. Mesmo quando se trata de uma variável tão simples como o número de residentes ou de alojamentos, o facto da sua variação se poder referir a unidades estatísticas de dimensão diferente, conduzirá sempre a um problema de interpretação que terá de ter em conta essas diferenças. Trata-se do antigo problema da padronização ou relativização dos dados. E esse problema ocorre sempre que as unidades de análise são divisões territoriais de qualquer tipo, pois a isotropia do espaço é coisa que não existe, do mesmo modo que nem todos os

territórios são iguais, seja em termos de dimensões físicas, seja em termos das suas características do ambiente natural, da economia, da sociedade e da cultura.

Medir a variação, entre dois momentos temporais, do número de segundas residências é um exercício matemático muito simples, pois apenas engajado na questão da variação quantitativa, isto é, passou a haver mais, ou passou a haver menos desse objeto? Mais complicado é medir essa variação introduzindo alguns fatores que ajudem à sua interpretação. Por exemplo, o peso (ou a importância) das segundas residências no conjunto dos alojamentos de uma dada unidade territorial, aumentou ou diminuiu? Está também em causa uma questão simples, verificar como se alterou a importância relativa das segundas residências em dois momentos distintos na mesma unidade territorial, apesar de já se entrar em conta com um fator de diferenciação entre unidades territoriais distintas, tal como o grau de importância desse tipo de alojamento no conjunto de outros aí existentes. É, mais uma vez, o velho problema da padronização de variáveis quando a análise se baseia em unidades de dimensão e natureza distinta.

Medir apenas a alteração do número de alojamentos de segunda residência em dois momentos temporais distintos sem ter em conta as características das unidades de análise em causa que, neste caso, são os municípios do Continente português, seria um exercício pouco produtivo e deveras pobre do ponto de vista analítico. Para fazermos algo um pouco diferente do que é usual, ensaiámos um novo indicador de variação para este fenómeno que, a um tempo, possa medir a alteração de estado relativamente às variáveis retidas para análise e, a outro, permita perceber a cadeia de relações que possa explicar a sua própria evolução. Passemos à explicação.

Em primeiro lugar, convém referir que existem várias formas de relativizar a quantidade de segundas residências na tentativa de retirar o "efeito tamanho" das unidades de análise, mais não seja com o objetivo de as tornar diretamente comparáveis. Usar a percentagem, neste caso como a percentagem de segundas residências no total de alojamentos, poderia ser uma opção. Não foi utilizada porque se entendeu que a sua variação não deve ser entendida no contexto da realidade dos alojamentos, mais não seja porque, pelo menos em anos anteriores a 1981, pululavam as situações relacionadas com alojamentos rudimentares ou abarracados, tal como os vagos pelas mais variadas razões, desde os que se encontravam no mercado até aos que estavam completamente abandonados ou em avançado estado de degradação ou ruína.

O que se pretende é, por um lado, medir e comparar a importância de um determinado tipo de imobiliário residencial e, por outro, parametrizar essa importância numa escala de comparabilidade que contemple: 1) a quantidade e a funcionalidade desse tipo de edificado; 2) por relação à evolução de cada uma das componentes dessas quantidades e funções. Nesta ótica, o indicador que foi elaborado parte dos seguintes dados:

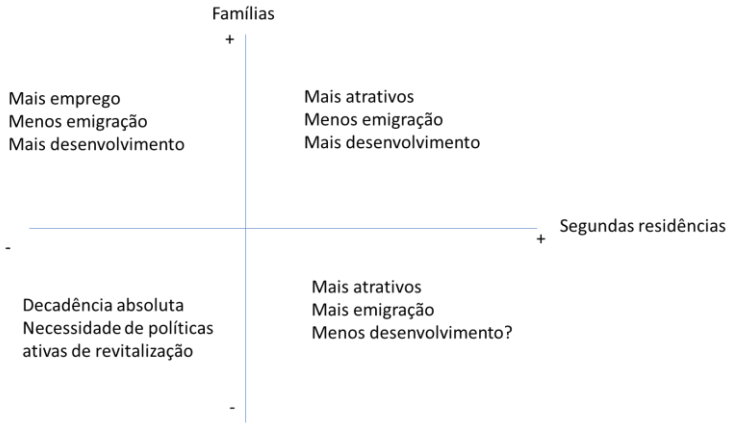
1) Por um lado, a comparação entre os quantitativos de segundas residências em dois momentos distintos, ou seja, algo como verificar a quantidade no ano final em proporção do que existia no ano inicial;
2) Por outro lado, comparar essa variação com a de outra variável igualmente importante para a perceção da mudança social e populacional ocorrida na mesma unidade territorial, o que no caso presente correspondeu à medição, com idêntica mecânica, do número de famílias.

A ideia de base foi a de que o alojamento tem uma lógica de existência que naturalmente depende da existência de famílias, em núcleos mais ou menos complexos ou alargadas, não sendo por isso relevantes as situações em que a importância das segundas residências aumenta ou diminui por via, apenas, do aumento ou diminuição do edificado no seu conjunto, interessando também saber se o aumento ou diminuição desse tipo de edificado acompanha, ou não, a evolução do número de famílias que compõem determinada unidade territorial.

Por um lado, a evolução do número de famílias é um excelente indicador sobre a vitalidade demográfica de um determinado local; por outro, a evolução do número de segundas residências pode, ou não, estar sincronizada com esse indicador, sendo também interessante aferir em que medida os outros alojamentos disponíveis são ajustados à procura efetiva existente. Uma visão cartesiana da relação entre as duas variáveis numa lógica de variação temporal, dá origem a um conjunto de observações que se podem, desde já, assentar teoricamente e que podem ser visualizadas na figura seguinte. O desafio do indicador que descrevemos deriva da comparação direta entre os pesos conjugados das duas variáveis, isto é, do rácio entre a variação de uma e de outra, estando no numerador a alteração do número de segundas residências e, no denominador, a do número de famílias.

Se este indicador tiver um resultado inferior a 1, isso significa que o número de famílias teve um crescimento superior ao das segundas residências, sendo o inverso revelador de uma situação em que estas últimas cresceram mais que o número de famílias e, por isso, se está perante uma situação de excedente de alojamentos, eventualmente justificada pela saída de

população, também eventualmente com libertação de edificado ou com o investimento em construções novas. O meio termo significa algum equilíbrio entre as duas manifestações evolutivas.



Fonte: Elaboração própria

Figura 23 – O racional da relação entre família e segundas residências, numa lógica de análise evolutiva

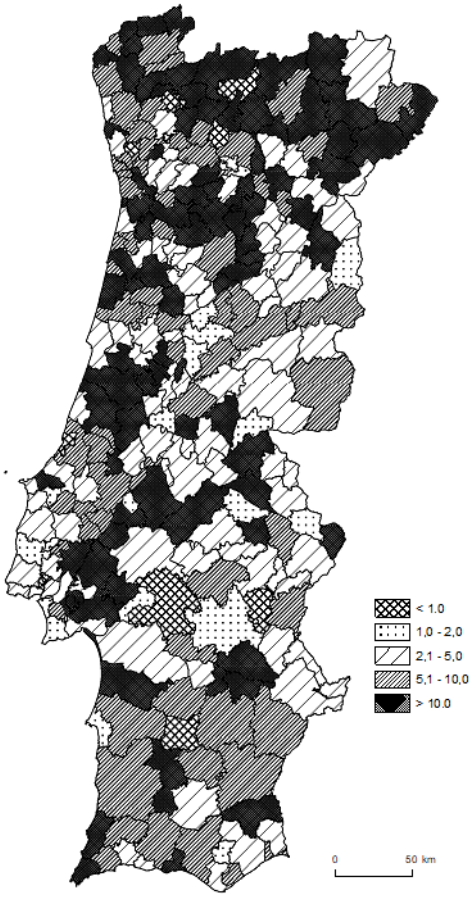
- Resultados

Essencialmente, a cartografia deste indicador (Figura 24), o qual corresponde à relação dinâmica conjugada, entre dois momentos temporais, do número de segundas residências e de famílias em cada concelho, acaba por mostrar três tipos de situações igualmente interessantes:

1) Os casos em que o número de segundas residências cresceu menos que o número de famílias, os tais que no gráfico da figura anterior correspondiam às áreas mais urbanas de concentração do emprego; Montemor-o-Novo, Redondo e Aljustrel, no Alentejo, e Nazaré, Boticas, Póvoa de Lanhoso e Mondim de Basto, no centro e norte do País, surgem nesta classe, o que coloca desde logo alguns problemas de interpretação que não se vão agora escalpelizar;
2) Os casos em que as segundas residências registaram um crescimento ligeiramente maior que o número de famílias , mas onde a compreensão destas evoluções conjugadas ainda pode ser acolhida por uma interpretação equilibrada das duas variáveis; estão neste caso as classes de 1 a 5, as quais englobam situações tão diferentes como uma boa parte dos concelhos do litoral, mas também do interior do País, numa lógica de comportamento que, a um tempo, manifesta a importância dos centros distritais, a outro, a de alguns

concelhos industriais e, ainda a outro, a da aptidão turística de outros, como Portimão, Lagoa, Faro e Tavira, no Algarve, ou Torres Vedras, Lourinhã, Peniche, Caldas da Rainha, Marinha Grande, Figueira da Foz, Ovar, Vila do Conde e Esposende, no litoral centro e norte;

3) Os casos em que as segundas residências tiveram uma evolução muito mais positiva que o crescimento do número de famílias, o que acabou por se refletir numa relação complexa entre crescimento do edificado residencial e redução do efetivo populacional, uma conjugação típica das áreas de maior incidência emigratória, mas que os dados apontam não ter sido preferencialmente dirigida para o estrangeiro; este será um facto a reter nas análises que se seguirão para outros momentos censitários, pelo que aqui regressaremos.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE)

Figura 24 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 1981/ seg. resid. 1970) / (nº de famílias 81 / nº de famílias 1970)], por concelho, entre 1970 e 1981

6.2.2.4. Conclusões para o período de 1970 a 1981

Face a 1970, a tipologia de alojamentos de segunda residência, tal como entendidos nos Censos enquanto "alojamentos sazonais", mais que duplicou, passando esse comportamento, quando se junta àquela categoria a grossa parcela dos alojamentos com "ocupante ausente", a corresponder a mais que à sua quintuplicação.

Pese embora a forte representação dos alojamentos com "ocupante ausente", cuja classificação censitária, tal como já se referiu, pretendia separar entre as casas de férias (entendidas como de uso sazonal) e as que foram deixadas pela saída dos anteriores ocupantes que emigraram, ou para outras regiões do País, ou para o estrangeiro, não deixa de ser visível um fortíssimo crescimento da categoria dos "alojamentos sazonais", sendo que a compreensão deste fenómeno pode ancorar-se em quatro argumentos:

- O impacto da revolução de 1974 sobre a melhoria generalizada dos rendimentos das famílias, contemplando também a capacidade para o investimento em imobiliário, mesmo que em contextos de ilegalidade, tendo em conta, por um lado o *deficit* crónico de habitação e a possibilidade de usufruir de rendimentos acima dos juros bancários num contexto de forte inflação e, por outro, a permissividade da supervisão estatal, com consequências ao nível da expansão dos loteamentos ilegais, muitas vezes até para a implantação de segundas residências, como foi o caso das origens da Quinta do Conde, no concelho de Seixal (Gonçalves et al., 2010:5);
- Os efeitos derivados da principal vaga de emigração para a Europa, e também para as Américas, acompanhados de um crescimento assinalável da construção civil, a par do esforço de dotação do País em infraestruturas de saneamento básico (Simões, 1985:25-26), com intensificação das obras públicas, tudo isso repercutido numa alteração estrutural da repartição setorial das atividades económicas da população, com uma passagem relevante do primário para o secundário e o terciário;
- Apesar de ser admissível uma associação estatística entre o aumento das segundas residências e a incidência da emigração, esse facto não está claramente espelhado na cartografia desses indicadores, tanto para 1960, como para 1981 (efeito cumulativo com desfasamento temporal), sobretudo quando se consideram os valores isolados dos alojamentos com ocupante ausente; isto é, mais importante que a contribuição do fenómeno emigratório para o estrangeiro para a formação do *stock* de segundas residências, parecem ser outros tipos de movimento, talvez mais

relacionados com migrações internas e, possivelmente, uma maior probabilidade de deslocação conjunta de todo o agregado familiar, efetivo ou potencial;

- A observação da dinâmica conjugada da variação de segundas residências e de famílias, mostra um padrão concelhio que dificilmente se reproduz nos mapas relativos à emigração e à representação desse tipo de alojamento, apesar de serem mais frequentes as situações em que a dinâmica de constituição de novas famílias não acompanhou ou suplantou a da origem daqueles alojamentos; trata-se de uma observação que evidencia a complexidade da evolução de um fenómeno que parece ajudar a tornar mais percetíveis os comportamentos demográficos mais negativos, algo, mas não totalmente, dependentes de saldos migratórios bastamente negativos.

6.2.3. O período de 1981 a 1991

6.2.3.1. Contextualização geral

Nesta década, para além de uma segunda intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) no País, já em 1983, regista-se um facto exógeno deveras relevante: a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1 de janeiro de 1986, após um pedido de adesão de 28 de março de 1977. Esta entrada, apesar de tudo também na sequência de uma progressiva integração no mercado único europeu ainda no anterior regime, o qual obviamente descartava qualquer integração política, marca o arranque de um novo período de investimentos públicos no País, de que a habitação é uma componente incontornável, mas como se verá mais adiante de natureza e dimensão insatisfatória. No entanto, aceleram e concretizam-se várias iniciativas nesse âmbito, desde a erradicação de bairros de lata, até a legalização (urbanística e patrimonial) de muitos bairros de génese ilegal, passando pela promoção de habitação social.

Em 1983 é também lançada a elaboração do Plano Nacional de Turismo, cujo relatório final vem a ser apresentado em Julho de 1984 (Cunha, 2012:297) mas sendo apenas aprovado em 1986 (Milheiro & Santos, 2005:123). Pretendia-se que o turismo contribuísse para a melhoria da economia nacional e da qualidade de vida das pessoas, para a diminuição dos desequilíbrios regionais e para a proteção dos patrimónios natural e cultural. Trata-se do "primeiro e verdadeiro instrumento de planeamento, holístico e integrado, do turismo nacional" (Moreira, 2008:198).

No que respeitou às segundas residências, a melhoria das condições de trabalho e dos níveis de rendimento das famílias, a grande abertura do setor bancário à facilitação de crédito com taxas de juro bonificadas pelo Estado, num contexto de elevadíssimas taxas anuais de inflação que impulsionavam o investimento em ativos menos voláteis, tais como a habitação, são fatores que nesta década orientam muito o crescimento daquele tipo de imobiliário. Mas, não se pode minimizar a continuação de outras duas tendências também indutoras do aumento das segundas residências: (i) uma, menos relacionada com o investimento em imobiliário, mas mais com a fruição de casas que foram libertadas nas localidades de origem dos antigos migrantes rurais (imobiliário doado ou herdado) e, (ii) outra, não tanto dinamizadora desse mercado, sobretudo por se tratar de um investimento sem objetivos financeiros, mas indubitavelmente favorecedora da transição setorial, nas áreas rurais, para as atividades secundárias, num processo, já em expansão na década anterior, orientado pela continuação da construção de casas de emigrantes.

Esta foi também a década do início da expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as quais, sem comparação com o incomparável avanço registado nas décadas seguintes e até à atualidade, eram novidades cuja capacidade de computação era diretamente proporcional ao seu peso, pouco disseminadas, sobretudo de uso empresarial ou público e financeiramente incomportáveis. De facto, no início dos anos 80, só com o advento e vulgarização do microprocessador, começou por se difundir o uso do microcomputador, de que o Z-80 primeiro, e o ZX-Spectrum, um ano depois, foram os primeiros embaixadores. Ao mesmo tempo, iniciam-se as intervenções de melhoria das telecomunicações, primeiro com a digitalização das centrais telefónicas, depois com a introdução de serviços de telefax e de comunicação de dados (Oliveira, 1989) e, por fim (após uma primeira experiência entre Leiria e a Marinha Grande), com o início da substituição, atualmente ainda não terminada, do cobre por fibra ótica.

Esta mudança tecnológica, a qual se vai complexificar e ampliar nas décadas seguintes, representa também o início da discussão e efetivação de novas formas de trabalhar, comunicar, socializar, residir e usar o tempo de recreio e lazer. O teletrabalho, por exemplo, que já fazia parte do pensamento técnico-científico estadunidense de finais dos anos 60, começa em Portugal, em finais da década de oitenta do século passado, a ser encarado como uma possibilidade, e também aí as segundas residências começam a ser um elemento relevante de aglomeração de interesses (trabalhar sem sair da casa de sonho). Essencialmente, a década de 80, incluindo as segundas residências, representam, em Portugal, o início da pós-modernidade

fortemente apoiada nas tecnologias de comunicação para, e repetimos mais uma vez: trabalhar, comunicar, socializar, residir e usar o tempo de recreio e lazer. O fim dos projetos coletivos e a focalização da vida social do indivíduo nas suas interações imediatas, incluindo os hábitos de consumo (Cachinho, 2002), as relações com a família (André, 2019:228) e uma relação com o futuro baseada na dependência do Estado providência (endividamento e forte redução da poupança, por exemplo), são sinais de antevisão de uma vida centrada na ideia de "multi-casas ou multi-residências", "multi-famílias", "multi-modos de vida", "multi-localidades", "multi-vivências".

Mas, para além da questão tecnológica e dos seus associados problemas societais filosóficos, esta década é também importante por conter a primeira iniciativa legislativa de concretização da Reserva Ecológica Nacional (Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho). Infelizmente "o objetivo de proteger os recursos naturais, especialmente a água e o solo, de salvaguardar processos indispensáveis a uma boa gestão do território e de favorecer a conservação da natureza e a biodiversidade, componentes essenciais do suporte biofísico do nosso país" (https://www.ccdr-alg.pt/site/info/reserva-ecologica-nacional-ren) não veio a ser regulamentada nem dotada de mecanismos agilizadores da sua implementação efetiva, ficando o início da consolidação do valioso sistema de proteção ambiental que ainda hoje nos distingue de outros países europeus, nomeadamente a Espanha (Oliveira, Roca, & Roca, 2018), reservado para o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.

Os Recenseamentos da População e da Habitação de 1991 representam um grande "salto tecnológico" relativamente aos anteriores. Apesar de em 1981 ter havido um forte investimento na tentativa de referenciação geográfica da recolha de dados, isso apenas foi conseguido com o apoio em bases cartográficas analógicas que ajudaram os recenseadores. Em 1991 foi constituída uma verdadeira Base Geográfica de Referenciação Espacial, sistema digital correspondente a uma sucessiva divisão do espaço geográfico, apoiada em níveis administrativos, mas descendo até subdivisões das freguesias nas áreas urbanas de morfologia e conteúdos mais complexos, as chamadas subsecções estatísticas. Com a maior divulgação, exatamente a partir de finais da década de 80, dos Sistemas de Informação Geográfica, passou a dar-se mais importância à referenciação espacial da informação estatística. Isso foi um avanço relevante, fora da Geografia, para a consideração da interferência da expansão geográfica na compreensão de muitos fenómenos humanos e sociais.

6.2.3.2. Alojamentos e segundas residências em 1991

Em 1991 foram recenseados cerca de 2,7 milhões de edifícios e quase 4 milhões de alojamentos, dos quais 74% eram de residência habitual, 11% estavam vagos e 16% eram de segunda residência, dos quais 58% eram alojamentos sazonais e 42% eram alojamentos com ocupante ausente. No Continente residiam quase 9,4 milhões de pessoas que se distribuíam por cerca de 3 milhões de famílias, o que resultava numa dimensão média da família ainda em torno de 3 elementos, tal como na década anterior, apesar de algumas décimas abaixo (Quadro 6).

Quadro 6 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 1991, no Continente

Variável	Categoria	Subcategoria	1991	%/nº	Var.% 1981/91
Nº de edifícios	Exclusivamente residenciais		2479158	91,39	11,98
	Principalmente não residenciais		33488	1,23	189,51
	Outros mistos		200220	7,38	36,59
	Total		2712866	100,00	14,37
Edifícios com 5 ou mais pisos			45627	1,68	56,11
Edifícios construídos na década precedente (1981 a 1991)			638621	23,54	6,66
Nº de alojamentos familiares clássicos	Residência habitual		2956664	74,06	11,44
	Segunda residência	Sazonais	368786	9,24	106,57
		Ocupante ausente	266118	6,67	17,72
		Total	634904	15,90	56,93
	Vagos	Vagos para venda ou aluguer	132323	3,31	-
		Vagos, outros destinos	294779	7,38	-
		Total	427102	10,70	134,30
	Total		3992156	100,00	23,22
Nº de famílias clássicas / alojamentos por família			3018089	1,32	7,67
Nº de residentes / residentes por alojamento			9375926	2,35	0,42
Nº de residentes por família			-	3,11	-6,74

Fonte: 3º Recenseamento da Habitação,1991 (INE)

O crescimento urbano continua com um ritmo ligeiramente superior ao verificado nas décadas anteriores, acompanhado por um aumento de quase 24% de novos edifícios e uma ligeiramente maior representação dos que tinham 5 ou mais pisos, ainda que com uma taxa de crescimento face a 1981 de 56%. No geral, a maior variação observou-se nos edifícios principalmente não residenciais, facto que não deve ser alheio à entrada de Portugal, em 1986, na Comunidade Económica Europeia, como na época era designada a equivalente à Comunidade Europeia que agora é um dos três pilares da atual União Europeia.

Em termos relativos, os alojamentos cresceram mais que os residentes, pelo que diminuiu o rácio de residentes por alojamento, bem assim como aumentou o de alojamentos por família. Apesar do forte déficit habitacional que sempre marcou a história do País, e principalmente a das suas maiores cidades, os números globais apontam, já desde que há recenseamentos em termos científicos, modernos e fiáveis (1864), para um superavit habitacional que se vem reforçando ao longo do tempo (Oliveira, 2010). Obviamente que este superavit se relaciona mais com o abandono dos campos do que propriamente com o excedente nas principais áreas urbanas, ainda que de forma paulatina isso se tenha vindo a modificar, sobretudo como consequência do progressivo investimento em imobiliário que depois fica arredado do mercado e parece alimentar um alargado *stock* de segundas residências que nessas mesmas áreas têm uma representação maior em números absolutos.

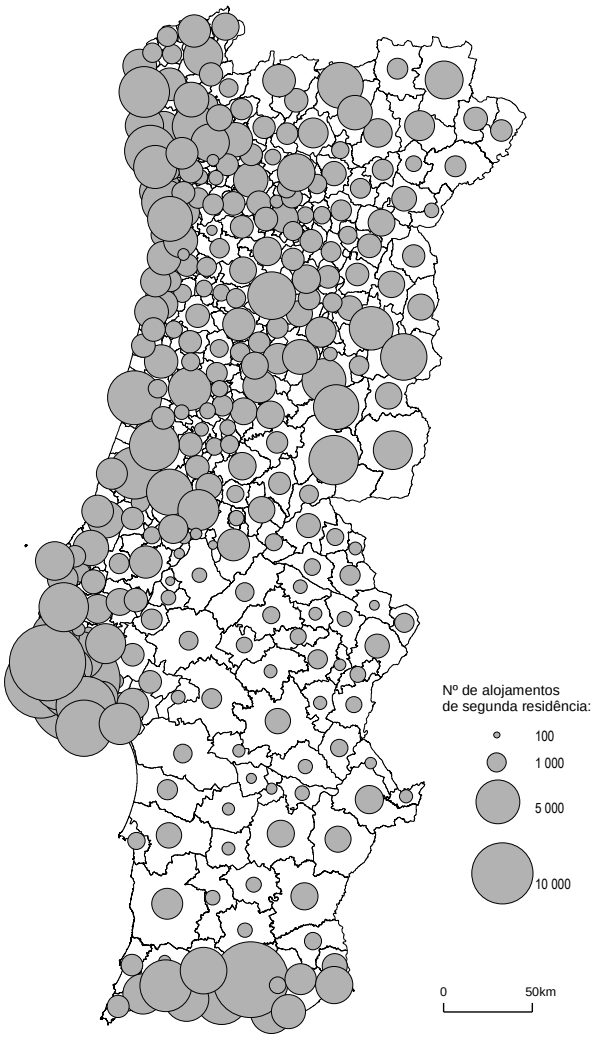
A Figura 25 acaba por traduzir essa realidade, com todo o litoral entre Setúbal e Viana do Castelo, do mesmo modo que o Algarve, com valores mais elevados de segundas residências, as quais também alastram para o interior centro e norte ficando o Alentejo, dado o menor número de habitantes e a baixa densidade populacional, com menores volumes desse tipo de alojamento. Esse mapa também traduz um padrão geográfico que salienta dois outros fenómenos, tais como a urbanização no litoral e a emigração no centro e norte do Continente, ocorrendo também uma ligeira autocorrelação espacial entre a distribuição dos alojamentos e da população, com manifesto maior desequilíbrio a favor dos primeiros nos casos dos municípios mais interiores.

Comparativamente à década anterior (Figura 17), a Figura 25 corresponde, em termos gerais, a uma densificação da situação já existente, mas com menor intensificação em toda a área abaixo do Tejo retirados os municípios da Península de Setúbal e o Algarve. Fica desde já alguma curiosidade sobre a observação do que irá acontecer nas décadas seguintes, quando a pressão sobre o Alentejo Litoral, de que irá mesmo resultar um importante instrumento de planeamento regional, iniciar uma eventual transformação de todos os municípios costeiros.

Á semelhança do que tinha ocorrido no Recenseamento da Habitação de 1981, também em 1991 se fez a distinção entre alojamentos de uso sazonal e os outros correspondentes às situações de emigração [44], ou seja, com ocupante ausente. O mapa da Figura 26 corresponde à

[44] Sobretudo para o estrangeiro, dadas as dificuldades, como já se referiu antes, de distinguir entre os alojamentos de pessoas residentes noutros concelhos e que, ou mantinham a ligação à terra, ou tinham adquirido uma casa para utilizarem só em alguns períodos.

desagregação do da Figura 25. Essa visão desagregada permite algumas notas sobre, por um lado, a representação territorial de cada um dos tipos de alojamento e, por outro, a dinâmica face a 1981 também relativamente a cada um desses tipos.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE)

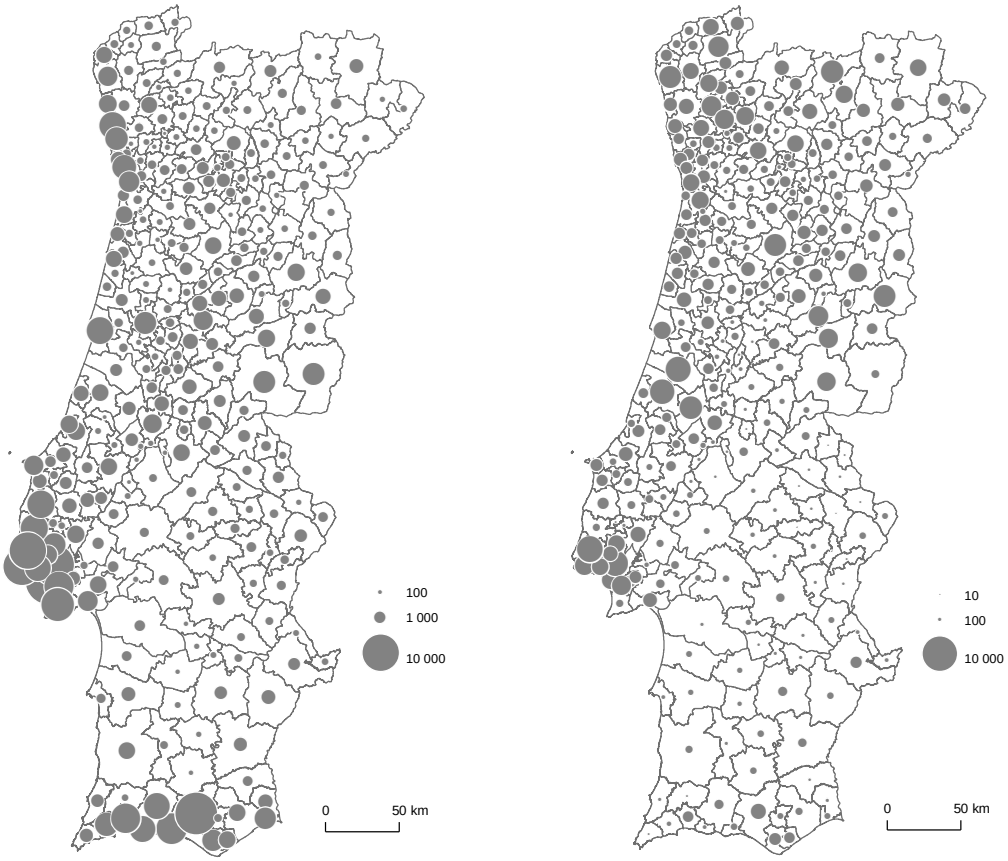
Figura 25 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 1991

Assim, em termos conjugados da distribuição territorial e da dinâmica face a 1981 (Figura 18), é de salientar, em 1991 (Figura 26), no caso dos alojamentos de uso sazonal: i) um reforço dos concelhos litorais, entre Cascais e Caminha e em todo o Algarve; ii) com especial incidência em torno da AML, mas também do Porto; iii) a consolidação de algumas concentrações em torno do Douro médio, da Beira Interior e do maciço central; iv) um crescimento bem nítido do Alentejo e sem grandes contrastes entre litoral e interior mas com

separação nítida a partir do eixo constituído pelos concelhos mais centrais, de Almodôvar a Ferreira do Alentejo. No caso dos alojamentos com ocupante ausente, i) Alentejo e Algarve mantêm-se em situação semelhante à já observada para 1981, ou seja, com fraca representação deste tipo de alojamentos; ii) mas é evidente um reforço, tanto das áreas litorais ou do Noroeste, como iii) das áreas mais interiores do Norte e do Centro.

Em síntese, alteram-se e mantêm-se alguns traços de distribuição das segundas residências, cujo padrão agregado da Figura 25 passa a ter uma visão mais clara quando se considera a Figura 26. Esses traços são os seguintes:

1) O Algarve consolida-se como uma região de forte representação de alojamentos sazonais, enquanto destino turístico de férias cada vez mais importante para nacionais e estrangeiros;
2) O entorno de Lisboa, desde Sesimbra até Peniche, também se reforça e estende-se mesmo a municípios mais marginais ao processo de metropolização;
3) A Beira Interior, divide-se entre os efeitos da emigração e os derivados da sua grande riqueza patrimonial, como a das agora designadas “aldeias históricas”;
4) O Pinhal interior, norte e sul, prossegue a sua vocação, já iniciada na década de 60 do século XX, de localização de segundas residências;
5) O Alentejo começa, na década de oitenta do século XX, a esboçar uma tendência de ocupação por segundas residências que apesar de abranger também o Norte Alentejano, é mais vincada na sua parte sul, balançando entre os municípios mais litorais e os mais interiores, claramente separados por um “vazio” correspondente aos concelhos que sempre estiveram mais integrados numa lógica de ligação norte-sul, fosse pela EN2 ou pela EN1.

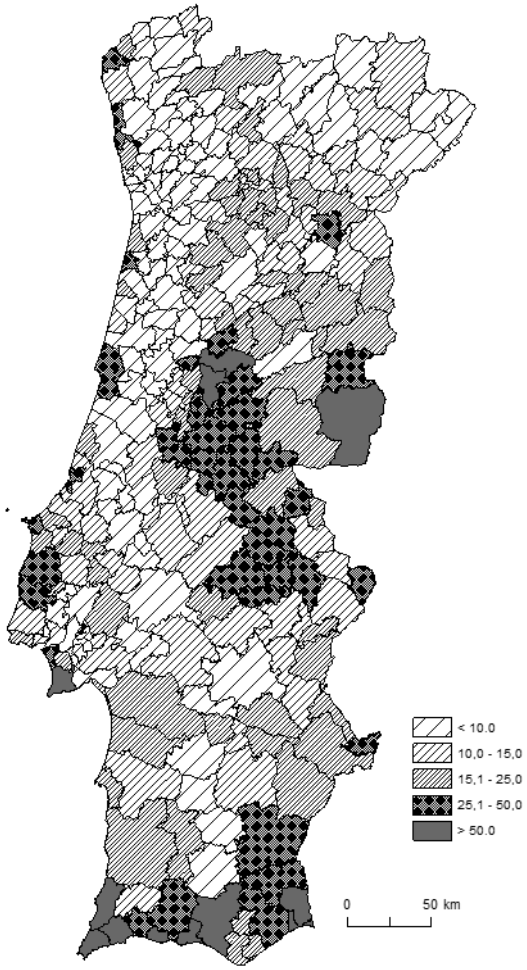


A – Alojamentos de uso sazonal, 1991 B – Alojamentos com ocupante ausente, 1991

Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE)

Figura 26 – Número de alojamentos de uso sazonal (A) e com ocupante ausente (B), por concelho, em 1991

Os mapas da Figura 27 e da Figura 28, relativizam os da figura anterior, acabando por pôr mais em saliência algumas das observações já feitas, mas deixando ainda mais clara a importância das Beiras, do Algarve e do Alentejo, a par de bastantes municípios do litoral a norte do Tejo, enquanto destinos sazonais e, muito genericamente, o interior norte e centro do Continente, enquanto áreas de maior representação relativa de casas de emigrantes.



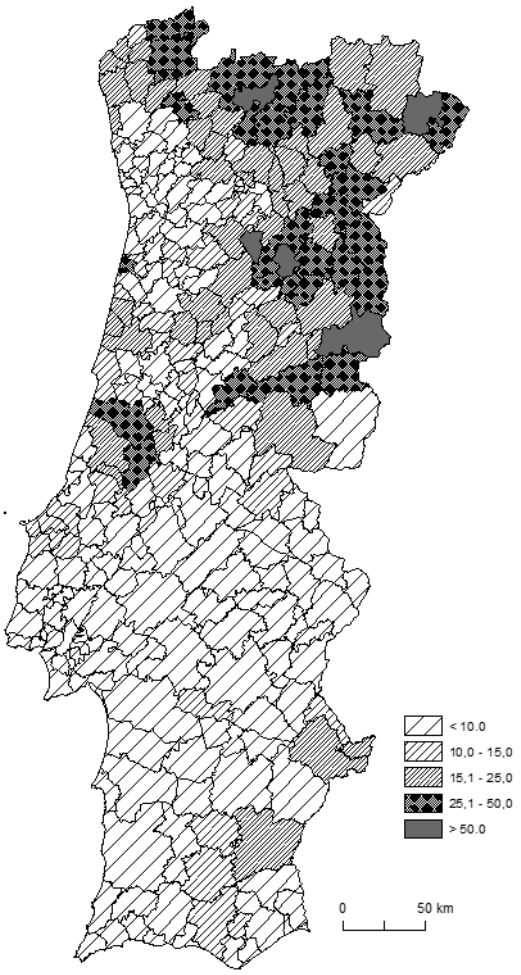
Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE)

Figura 27 – Percentagem de alojamentos sazonais em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991

O mapa da Figura 28, ainda que possa ser entendido como sugerindo a maior ou menor incidência da emigração, seja para o estrangeiro, seja para outras áreas do País, deve ser analisado com algumas cautelas, pois pelo conhecimento detalhado de alguns casos nele retratados, pode afirmar-se que deverão ter ocorrido alguns problemas de aplicação dos critérios de distinção entre "uso sazonal" e "ocupante ausente". Por exemplo, no caso do concelho de Pampilhosa da Serra, não se percebe que relativamente aos alojamentos de uso sazonal esteja num patamar próximo de Góis ou de Arganil e, quando se trata dos alojamentos com ocupante ausente, se distancie bastante desses dois municípios.

De qualquer modo, atendendo a que se entende que alojamentos de uso sazonal e outros com ocupante ausente (há mais de um ano, note-se) pertencem à categoria das segundas residências, esta análise que separa aqueles dois tipos, cumpre apenas a função, fundamental

para a compreensão do fenómeno, de esclarecer, sobre a origem dos grandes quantitativos, absolutos e relativos, que se observam em algumas áreas do Continente, eventualmente mais afastadas da explicação tradicional que junta atrativos de toda a ordem à distância aos principais centros geradores de procura.



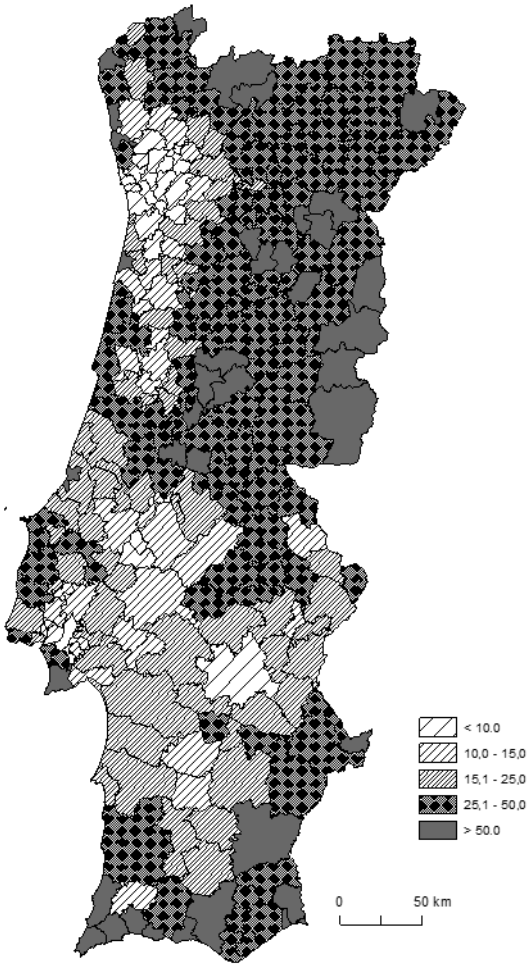
Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE)

Figura 28 – Percentagem de alojamentos com ocupante ausente em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991

O mapa da Figura 29 agrega sob o conceito de segunda residência os dois tipos de alojamentos sobre os quais se tem vindo a tratar. Por uma questão de facilidade comparativa, a legenda deste mapa é igual à de outros que já se apresentaram ou vão apresentar-se. Para garantir essa comparabilidade e, ao mesmo tempo, manter a coerência semiológica em termos gráficos, fez-se uma divisão dos dados em classes que expressassem de forma clara a maior ou

menor incidência do fenómeno tendo em conta os valores médios assumidos em diferentes temporalidades.

Na essência, a descrição feita anteriormente para as outras figuras, mantem-se válida, sendo apenas de ressaltar uma curiosidade que será acompanhada nas décadas seguintes e que se refere a "manchas de descontinuidade" relativas e graduais que se esboçam para o interior das duas áreas metropolitanas.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE)

Figura 29 – Percentagem de alojamentos de segunda residência (conjunto dos sazonais e com ocupante ausente) em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991

No caso da do Porto essa mancha, enquadrada por alguns concelhos litorais de tradição veraneante, como Ovar (Furadouro) e Póvoa de Varzim (A Ver-o-Mar) ou Esposende (Apúlia), é menos ampla e reflete a menor frequência relativa de segundas residências em concelhos mais

integrados numa lógica urbana. No caso de Lisboa, também com a prevalência de algumas manchas de municípios litorais, essa "mancha de descontinuidade" relativa alarga-se, ainda que nela sejam muito relevantes, em muitos concelhos, as proporções de segundas residências face ao número de alojamentos de residência habitual. Qualquer uma destas áreas ou manchas, parece corresponder a uma dinâmica de relação entre a localização dos principais centros emissores de segundos residentes, turistas e visitantes e a distância aos lugares de localização das segundas residências, tendo a grande mancha de expansão mais antiga do fenómeno, fosse por "abandono" dos campos (o exemplo do norte interior), fosse por "conquista" dos seus recursos (o exemplo do Algarve), como "pano de fundo".

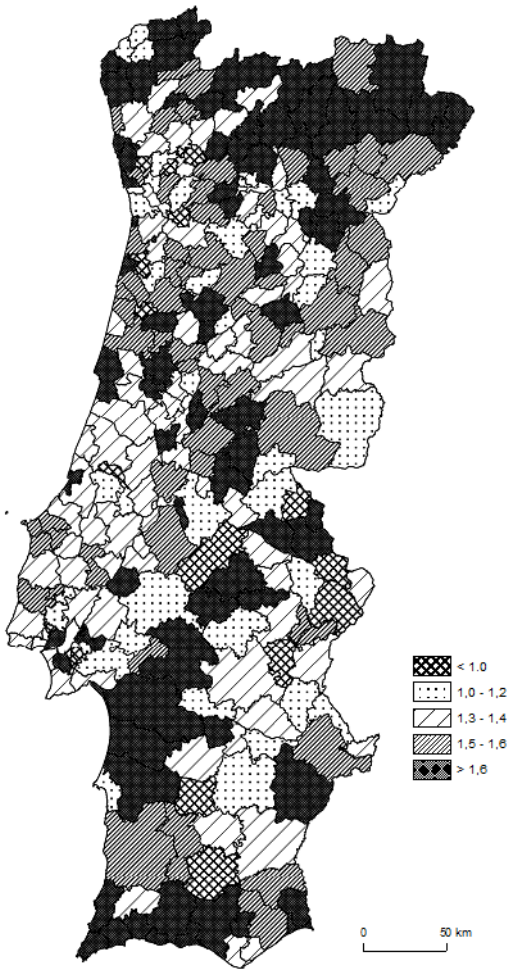
A análise das décadas seguintes decerto contribuirá para o esclarecimento e consolidação deste "modelo" preliminar.

6.2.3.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 1981 a 1991

Os casos em que, de 1981 para 1991, a variação das segundas residências foi inferior à das famílias, não são abundantes e traduzem as situações mais variadas, desde a de municípios mais integrados numa lógica urbana ou suburbana, como a Moita e o Barreiro, até outros mais rurais, como o Redondo ou Arronches ou Almodôvar, passando por outros com atividades mais diversificadas como Elvas, Castelo de Vide ou Ponte de Sor.

Os casos em que o número de famílias registou um menor crescimento face às segundas residências, mas em valores ainda não muito díspares, ou seja, com variações relativamente equilibradas, estando neste caso os municípios integrados nas classes de 1,0 até 1,4, compara de forma idêntica com a situação detetada para a evolução de 1970 a 1981, mantendo-se um padrão que traduz a importância dos centros distritais, de alguns concelhos industriais e de alguns, agora menos, de aptidão turística. Apesar de tudo surgem também municípios do interior fronteiriço norte (Freixo de Espada à Cinta) e sul (Reguengos, Mourão e Barrancos, por exemplo) cuja vocação rural é inegável e que também nunca estiveram à margem dos fenómenos emigratórios e seus efeitos, nomeadamente em termos do impulso construtivo.

Por fim, nas classes acima de 1,5, o que corresponde a um crescimento das segundas residências muito superior ao das famílias, estando-se, assim, perante concelhos onde serão mais evidentes, em conjugação ou em alternativa, fenómenos de menor vitalidade demográfica ou um mais vincado dinamismo deste tipo de alojamento.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE)

Figura 30 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 1991/ seg. resid. 1981) / (nº de famílias 91 / nº de famílias 1981)], por concelho, entre 1981 e 1991

6.2.3.4. Conclusões para o período de 1981 a 1991

Apesar das dúvidas sobre a constância de critérios utilizados na identificação de alojamentos sazonais e com ocupante ausente, é manifesta a aderência territorial entre este último tipo de alojamento e a maior incidência do fenómeno emigratório, sendo isto mais evidente no norte interior do Continente.

Em termos agregados (alojamentos sazonais e com ocupante ausente) e conjugados (distribuição territorial em 1991 e avaliação da dinâmica registada entre 1981 e 1991), são de salientar, em síntese e de um modo geral, as seguintes observações:

1) proporção de segundas residências no conjunto dos alojamentos de residência habitual maioritariamente acima de 15%;

2) reforço dos concelhos litorais, de norte a sul, incluindo todo o Algarve, sendo de salientar, na proximidade de Lisboa, o litoral entre Sesimbra e Óbidos e, em torno do Porto, o litoral entre Vila do Conde e Caminha;
3) permanência, face à década anterior, de alguns grupos de municípios com muito forte representação de segundas residências, com destaque para algumas áreas serranas e planálticas, do maciço central e da região fronteiriça de Idanha a Almeida, incluindo-se também uma boa parte de todo o interior centro e norte, uma parte do interior norte alentejano e da faixa fronteiriça sul, de Mourão até Mértola, bem como quase todo o Algarve, onde apenas Monchique é uma exceção;
4) a avaliação ponderada das variações das segundas residências e das famílias, entre 1981 e 1991, resulta num padrão territorial complexo que não é diretamente associável a alguns fenómenos normalmente tomados como determinantes na sua análise, tais como a emigração e a permanência da ligação sentimental aos lugares, ou a vocação turística, cujos atrativos são muitas vezes acompanhados por processos de substituição imobiliária, com efeitos diretos sobre a vitalidade demográfica dos lugares; daí, se manter como extremamente válida e atual a continuação da análise que que se seguirá para as décadas seguintes.

6.2.4. O período de 1991 a 2001

6.2.4.1. Contextualização geral

O período de 1991 a 2001 é complexo. A sociedade portuguesa, antecipada por obras como "Portugal, os próximos 20 anos" com um volume dedicado à "ocupação e organização do espaço" (Gaspar, Abreu, Ferrão, & Jensen-Butler, 1989), foi fortemente condicionada por dois acontecimentos fundamentais: (i) a entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) e o influxo inusitado de recursos financeiros de grande monta, nomeadamente para aplicação em atividades que, até aí, tinham estado completamente arredadas de apoios públicos, tais como a formação profissional e a agricultura; (ii) a decisão da opção e a preparação da passagem do Escudo para o Euro. São tempos de grande abertura ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo que se iniciam experiências de internacionalização de capitais nacionais.

A política nacional de ordenamento do território, espevita a execução dos Planos Diretores Municipais, grande parte dos quais vêm a ser publicados em meados ou finais dos anos 90, apesar de na sequência da forte pressão política feita em finais dos anos 80, numa

altura em que era necessário enquadrar, pelo menos em sede do designado Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), de que o Quadro Comunitário de Apoio era superveniente, os investimentos públicos veiculados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

É em meados deste período que se inicia uma prática que muito vai balizar as atuações futuras em termos de políticas públicas. Por regulamentação da Comissão Europeia (CE), vai passar a ser necessário avaliar todos os programas que comportem investimentos comunitários. Por volta de meados dos anos 90, na sequência das avaliações "*ex-ante*", vão iniciar-se processos de avaliação "*in-itere* ou intercalares", e mais tarde "*ex-post*", sobre os planos e programas financiados pelos fundos estruturais comunitários incidentes, em termos temporais e no caso português, sobre o período 1989-1993 (Quadro Comunitário de Apoio - QCA I) e 1994-1999 (QCA II).

Em nenhum desses planos ou programas, nessa época, do mesmo modo que em nenhum dos estudos de avaliação elaborados, se faz menção, ou sequer se considera a importância das segundas residências, apesar de o turismo e algumas das suas tipologias de alojamento serem objeto de alguma consideração. Este vai ser um dos aspetos mais importantes da nossa análise num dos capítulos seguintes: o cruzamento entre as considerações e medidas de política relacionadas com algumas tipologias de empreendimentos ou alojamentos turísticos e as segundas residências, estivessem elas dispersas pelos campos ou pelas vilas e aldeias, ou fizessem elas parte de empreendimentos destinados a esse fim, replicando até aquilo que por vezes se designa por mercado imobiliário primário e secundário[45].

Seja como for, a difusão e adoção de uma cultura de avaliação, juntamente com o aumento dos níveis de escrutínio popular das iniciativas públicas, também por via do licenciamento das televisões privadas, já em 1992, serão algumas das grandes conquistas deste período.

O recenseamento da população e da habitação de 2001, para além de aprofundar e melhorar ainda mais a anterior experiência de 1991, dá origem, por parte do INE, à conceção e

[45] O mercado primário é aquele em os valores do imobiliário são negociados diretamente entre o vendedor, ou os seus agentes (a imobiliária) e os compradores ou investidores, enquanto o mercado secundário corresponde à intermediação que facilita a negociação entre agentes financeiros, quando o bem imobiliário se transforma, exatamente, num ativo transacionável independente da sua função primária que se relaciona diretamente com o seu uso.

comercialização de um CD-ROM contendo uma aplicação simples e intuitiva que permitia o cruzamento e apuramento de variáveis dos dois Censos. Tratou-se de uma inovação altamente apreciada, parecendo estarem ultrapassados os antigos esforços e correlativas perdas de tempo na digitação de dados a partir de suportes em papel.

No início dos anos 90, a internet estava ainda em fase de divulgação e consolidação, tanto de entrada nos hábitos das pessoas, como de adaptação tecnológica. Este panorama viria a alterar-se radicalmente, também com a disseminação e banalização das redes de comunicações móveis e da utilização dos concomitantes aparelhos individuais, os quais rapidamente passaram das pesadas máquinas de transporte ao ombro, de meados dos anos 80, para os muito mais leves e pequenos aparelhos de meados dos anos 90. No final da década, o telemóvel enquanto telefonia, era já uma realidade incontornável em todos os extratos sociais. Do mesmo modo, a recolha e, principalmente, a divulgação de dados e informação estatística por parte do INE, foi impulsionada já nos anos 90, mas sobretudo no início de 2000 (Instituto Nacional de Estatística, 2006).

6.2.4.2. Alojamentos e segundas residências em 2001

Em 2001 foram recenseados quase 3 milhões de edifícios e pouco mais de 4,8 milhões de alojamentos, dos quais 897.280 (18,6%) eram de segunda residência.

O Quadro 7, cuja estrutura é igual à de quadros semelhantes apresentados para as décadas anteriores, é elucidativo sobre a dinâmica do edificado e da população em Portugal Continental.

De todos os indicadores retidos para análise, apenas o número de edifícios principalmente não residenciais, os edifícios construídos na década de 1991 a 2001 e a dimensão média da família têm variações negativas. Em contraponto, apesar do modesto crescimento populacional de cerca de 5%, a que corresponde um aumento de 16% no número de famílias, o número de edifícios aumenta 10,5%, as segundas residências, agora sem a separação entre sazonais e com ocupante ausente, aumentam 41,3%, os alojamentos vagos aumentam 22,9% e os edifícios com 5 ou mais pisos têm uma taxa de variação explosiva de 89,7%.

Quadro 7 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 2001, no Continente

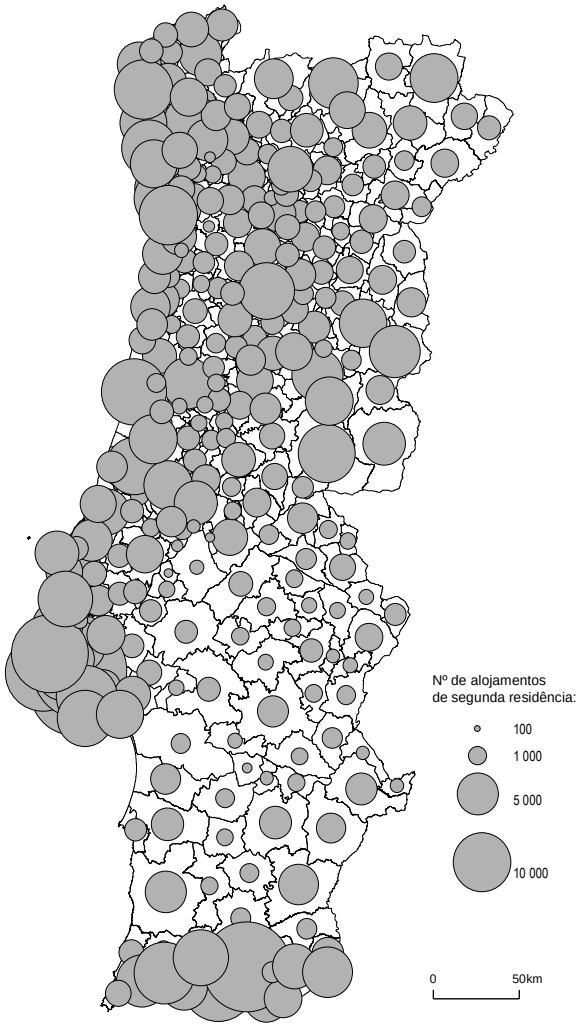
Variável	Categoria	Subcategoria	2001	%/nº	Var.% 1991/01
Nº de edifícios	Exclusivamente residenciais		2732734	91,16	10,23
	Principalmente não residenciais		32010	1,07	-4,41
	Outros mistos		232915	7,77	16,33
	Total		2997659	100,00	10,50
Edifícios com 5 ou mais pisos			86540	2,89	89,67
Edifícios construídos na década precedente (1991 a 2001)			569882	19,01	-10,76
Nº de alojamentos familiares clássicos	Residência habitual		3436799	71,12	16,24
	Segunda residência	Sazonais	897280	18,57	143,31
		Ocupante ausente	-	-	-
		Total	897280	18,57	41,33
	Vagos	Vagos para venda ou aluguer	180745	3,74	36,59
		Vagos, outros destinos	343964	7,12	16,69
		Total	524709	10,86	22,85
	Total		4832537	100,00	21,05
Nº de famílias clássicas e de alojamentos por família			3505292	1,38	16,14
Nº de residentes e de residentes por alojamento			9869343	2,04	5,26
Nº de residentes por família			-	2,82	-9,37

(1) Alojamentos familiares e coletivos, clássicos e não clássicos

Fonte: 4º Recenseamento da Habitação,2001 (INE)

Em geral, apesar de a década de 1991 a 2001 ter correspondido a uma diminuição da dinâmica construtiva quando comparada com a que se observou entre 1981 e 1991, todos os outros indicadores mostram uma acentuação do fenómeno da urbanização, uma redução da dimensão média da família e, principalmente, uma forte expansão das segundas residências, na senda das tendências que já se esboçavam nos anos 70 do século XX.

Sobre esse último aspeto, o mapa da figura seguinte (Figura 31), cujo padrão reproduz o que já antes se observava em 1991, corresponde a um reforço substancial dos quantitativos envolvidos em todos os municípios do território continental.

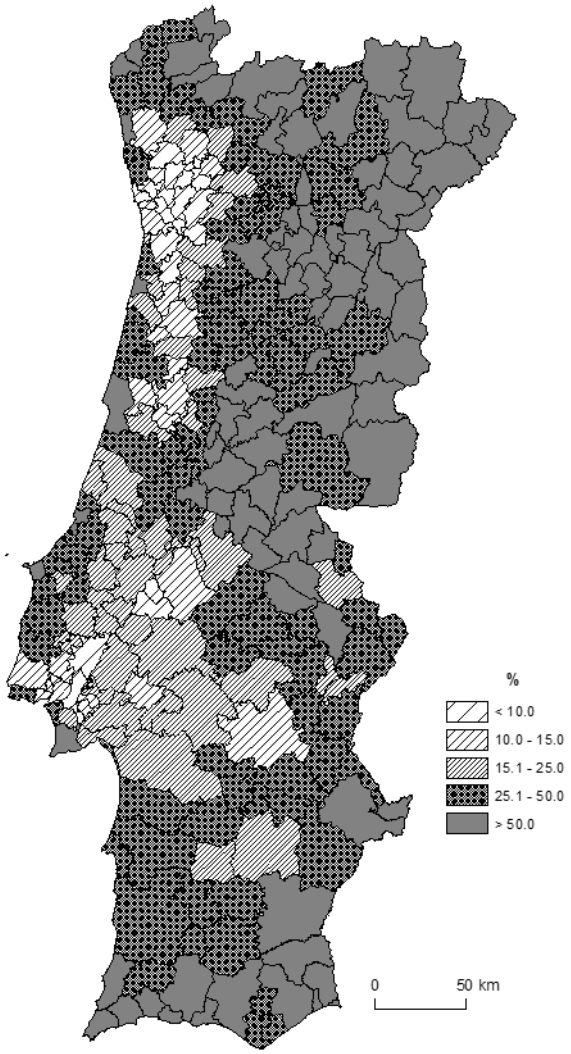


Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2001 (INE)

Figura 31 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 2001

Quando se consideram os valores relativos que ponderam a frequência estatística de segundas residências pelo número de alojamentos de residência habitual (Figura 32), o panorama também não se altera de modo substancial face ao que já ocorria em 1991, mas, no entanto, verificam-se alterações muito importantes, pelo menos em termos macroscópicos. Na região de Lisboa, alguns municípios, mais ou menos próximos ou afastados do centro metropolitano, experimentam uma ténue tendência de diminuição das segundas residências comparativamente aos alojamentos de residência habitual, de que são exemplos os concelhos de Sintra, Vila Franca de Xira, Seixal e Azambuja. Esta mudança, ainda que ligeira, pode

indiciar o arranque de processos de integração urbana de alguns municípios, com a correlativa passagem das segundas a primeiras residências.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2001 (INE)

Figura 32 – Percentagem de alojamentos de segunda residência em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2001

Em torno do Porto, a situação não se altera muito face a 1991, verificando-se um fenómeno idêntico ao da região de Lisboa apenas no caso do concelho de Póvoa de Varzim. De qualquer modo, em ambas as regiões, é também evidente o alargamento da importância das segundas residências a municípios relativamente próximos aos centros metropolitanos e com atrativos específicos que vão para além da fruição de ambientes urbanos ou rurais com alguma

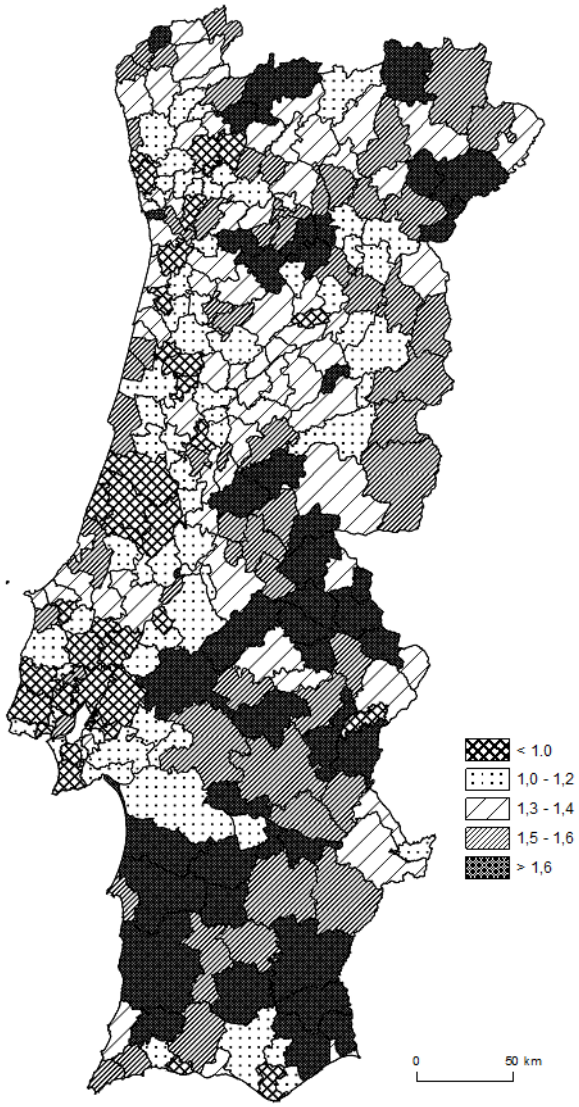
qualidade, como são os casos de Gaia e Ovar, na região do Porto, ou Arruda dos Vinhos e Setúbal, na região de Lisboa.

Para além da forte consolidação do fenómeno em estudo em quase todo o Algarve, Alentejo e Norte e Centro interiores, destaca-se uma clara autonomização, no litoral a norte de Lisboa, de um conjunto de concelhos que parecem organizar-se, por um lado, em torno de um destino turístico tradicional, como ainda hoje é a Nazaré e, por outro, em torno de Peniche, onde, do mesmo modo, para além das suas atrativas praias, desde há alguns anos se promovem desportos aquáticos como o surf. Este grupo de concelhos, entre Torres Vedras e Alcobaça, inclui-se na sub-região do Oeste e serão um caso interessante para estudar de forma mais detalhada.

Em termos formais, o Continente permanece face às décadas anteriores, já desde 1981, mas cada vez mais com uma maior definição, dividido entre dois grandes tipos de manchas. Uma, a qual se expande pelo litoral e o interior e onde as segundas residências têm uma representação geralmente acima dos 25% dos alojamentos de residência habitual. Outra, que já se designou de "manchas de transição" e que sugerem estar organizadas em função de três centros ou áreas urbanas de tipo metropolitano, tais como o Porto e Coimbra e Lisboa e onde as segundas residências têm uma representação geralmente igual ou abaixo dos 25% dos alojamentos de residência habitual, sendo isso mais nítido em torno do Porto.

6.2.4.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 1991 a 2001

O indicador que compara as variações intercensitárias das segundas residências e das famílias, por concelho (Figura 33), revela, na década de 1991 a 2001, uma alteração extremamente relevante para a interpretação das transformações territoriais do Continente, não só em termos da sua relativa dinâmica demográfica, como, concomitantemente, dos seus níveis de desenvolvimento local. Não significa isto que sejam evidentes fatores de crescimento económico e de desenvolvimento que funcionem como motores de processos de transformação profundos das realidades locais, mas, pelo menos, observam-se sinais que podem orientar uma reflexão sobre as razões que justificam ou podem orientar medidas de acentuação do que é desejável e sustentável.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2001 (INE)

Figura 33 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 2001/ seg. resid. 1991) / (nº de famílias 2001 / nº de famílias 1991)], por concelho, entre 1991 e 2001

Obviamente que as Figura 32 e Figura 33 devem ser lidas em conjunto, pois a primeira apresenta a realidade de penetração do fenómeno em estudo e a segunda pondera essa realidade com a dinâmica de existência e constituição de novas famílias. Isto é, mesmo nas áreas do Continente onde existe um stock e uma dinâmica positiva da expansão das segundas residências, a qual, como já se viu, foi em média de 41% face a 1991, há situações que se destacam pelo dinamismo relativo do número de famílias, cuja média equivalente de crescimento foi de apenas 16%. Quer isto dizer que muitos concelhos do interior norte e centro que agora surgem nas classes iguais ou abaixo de 1.4 para o indicador em apreço, apesar de ainda registarem uma expansão do fenómeno, começam também a apresentar alguma

capacidade de reestruturação da sua base familiar e, correlativamente, da quantidade de residentes, pois a integração nessas classes significa que, no mínimo, a taxa de crescimento do número de famílias será de 70% da das segundas residências, valor muito distante da média de 39%.

Pela observação do mapa da Figura 33, destacam-se os seguintes pontos:

1) O número de concelhos com variação do número de famílias mais elevada que a das segundas residências aumenta de 1991 para 2001, destacando-se claramente o conjunto da AML com exceção de alguns casos pontuais que incluíam Cascais, Montijo, Setúbal e Palmela; o concelho de Lisboa propriamente dito não sofreu tal evolução, manifestando-se assim, de forma clara, a sua perda de vitalidade demográfica em relação com a afetação de edificado a outras funções que não a de residências permanentes; também surge um conjunto significativo de concelhos com o mesmo comportamento e que englobava Leiria, Marinha Grande, Ourém e Pombal, onde para além da diversidade de atividades económicas, também dominam os serviços, alguns deles com alguma especificidade e de âmbito internacional;
1) Em contraste com o referido no ponto anterior, surgem as situações onde a dinâmica de crescimento das segundas residências é mais vincada, comparativamente à do número de famílias; neste caso, para além de uma parte do Algarve, destacava-se uma grande parte do Alentejo, litoral e interior e alguns concelhos, isolados ou em grupo, dispersos pelas regiões centro e norte;
2) Os restantes concelhos, enquadrados nas classes em que a taxa de variação do número de famílias era relativamente próxima da de segundas residências, ou seja, em torno de 1, estabeleciam, de um modo geral, a separação entre as áreas de expansão dos dois conjuntos antes descritos.

6.2.4.4. Conclusões para o período de 1991 a 2001

O crescimento das segundas residências é generalizado a todo o território continental. Reforçam-se as suas proporções nos concelhos mais interiores e ficam delineadas de forma bem vincada as "manchas de transição" com as principais áreas urbanas, as quais se organizam em torno de Lisboa, Porto e Coimbra.

Em termos gerais, pode dizer-se que, por um lado, as taxas de variação de segundas residências passam a ser mais elevadas na parte do território continental a sul do Tejo

comparativamente à sua vitalidade demográfica e, por outro, parece existir uma gradação que vai do litoral para o interior e do Ribatejo para norte, onde a saturação de segundas residências começa a ser compensada por algum dinamismo demográfico, talvez derivado de fenómenos de retorno de emigrantes(M. de N. Roca, 1999), mas também da melhoria generalizada dos transportes e comunicações, favorecedora do funcionamento de algumas atividades com elevado potencial de atração nessas áreas, com destaque para o turismo.

6.2.5. O período de 2001 a 2011

6.2.5.1. Contextualização geral

A adesão ao euro e a sua introdução como moeda corrente em Portugal, em 2002, foi a grande inovação nacional no princípio do século XXI. Não fosse a perda nacional da capacidade de manipulação financeira de uma moeda própria, quase se poderia afirmar que a passagem do escudo para o euro foi semelhante à passagem do real para o escudo, em 1911. A primeira numa proporção aproximada de 1 para 200, enquanto esta última, tal era a degradação do valor da moeda, de 1 escudo para 1000 réis. Podendo parecer despiciendo, este facto da mudança de moeda implicou, por via da integração na União Económica e Monetária, algumas alterações nas políticas financeiras nacionais, incluindo, por exemplo, a disponibilização de taxas de juro bonificadas, elas mesmas com fortes implicações no funcionamento do mercado imobiliário, mas que terminaram em setembro de 2002.

Esta década foi também a de consolidação da experiência no seio da União Europeia. Foi negociado com a CE o QCA III, para o período de 2000 a 2006. A justificação destes apoios, ainda baseada na ideia de "recuperação do atraso estrutural do País", foi consubstanciada em dois documentos fundamentais: o Plano de Desenvolvimento Regional e o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. Esse exercício conduziu à definição de três domínios prioritários de intervenção: a valorização do potencial humano, o apoio à atividade produtiva e a estruturação do território. Mais uma vez, em nenhum destes objetivos, ou sequer em alguma das medidas e ações dos programas operacionais com eles relacionados, se fez menção ou se considerou a problemática das segundas residências, apesar de nos planos de intervenção sobre

o turismo se ter introduzido uma noção nova para os técnicos e académicos portugueses: a noção de **turismo residencial**[46].

Tendo apenas em conta os instrumentos de política pública relacionados com o turismo, assinala-se neste período de 2001 a 2011 e anos seguintes, a aprovação, em 2005, ou seja, após um longo período sobre a aprovação do Plano Nacional de Turismo (1986), do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), o qual vigoraria entre 2006 e 2015. Tratou-se de um documento complexo, com um diagnóstico apurado sobre a atividade turística e onde se defendia um modelo de equilíbrio entre a valia económica desta e a sua sustentabilidade. Foram definidas três prioridades estratégicas: 1) a qualificação do sistema turístico; 2) a diferenciação turística, em linha com a diversidade das regiões e aliança entre tradição e inovação; 3) a diversificação de mercados, de produtos e de processos de operação.

Do conjunto de domínios de intervenção consagrados no PENT, os quais iam desde a consolidação dos mercados emissores tradicionais (com maior representação de Espanha, Reino Unido, França e Alemanha) até à promoção do turismo interno, destaca-se a concretização de 10 produtos considerados estratégicos para Portugal, cinco mais tradicionais, como o "Sol e Mar", a organização de grandes eventos (MICE - Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions), o "Touring cultural e paisagístico", o "City/Short Breaks" e o "Golfe" e outros cinco mais complementares, como o "Turismo residencial", o "Turismo de natureza", o "Turismo náutico", a "Gastronomia e Vinhos" e a "Saúde e bem-estar".

Apesar de já estar fora do período em análise, merece ser salientado que atualmente está em vigor o documento "Estratégia Turismo 2027" (ET27), aprovado em 2017. Este documento, baseia-se em 10 ativos estratégicos, onde o primeiro (Pessoas) é o mais importante e transversal aos restantes que, por sua vez, se dividem em diferenciadores (2º Clima e luz; 3º História, cultura e identidade; 4º Mar; 5º Natureza; 6º Água), qualificadores (7º Gastronomia e Vinhos; 8º Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio) e emergentes (9º Bem-Estar; 10º Living - Viver em Portugal) (Araújo *et all.*, 2017). Estes ativos parecem configurar (afirmamos "parecem", porque em lado nenhum do documento se explica a ligação entre eles e os restantes elementos da estratégia) uma hierarquia de objetivos estratégicos, linhas de atuação e formas

.

de operacionalização, neste último caso através da enunciação de um conjunto variado, demasiado abrangente e pouco consolidado, de tipos de projetos considerados prioritários.

Ora, enquanto no caso do PENT surge pela primeira vez a expressão "turismo residencial", no caso do ET27, apenas se menciona, em termos muito genéricos, o potencial associado à possibilidade de os estrangeiros viverem em Portugal, adotando-se para isso a palavra "Living" como acrónimo de algo que não está expressamente orientado para um segmento de procura em particular (*Living* – Viver em Portugal), já que se considera e constata que "Portugal é cada vez mais procurado para viver pela qualidade de vida que proporciona materializada no clima, na gastronomia, na segurança, na proximidade, na relação qualidade/preço. É notória a crescente procura de investidores, cidadãos de outros países, estudantes estrangeiros e investigadores que escolhem Portugal para residir, contribuindo para um ambiente multicultural e um ecossistema empreendedor, capaz de gerar movimentos de elevado valor acrescentado" (Araújo *et all.*, 2017:49).

6.2.5.2. Alojamentos e segundas residências em 2011

Em 2011 havia no Continente 3,4 milhões de edifícios e um total de 5,6 milhões de edifícios clássicos, uma população de pouco mais de 10 milhões de habitantes que se organizava em 3,9 milhões de famílias, o que se traduzia numa dimensão média de 2,6, valor que desde 1970 nunca parou de descer. Apesar de quase todos os indicadores, sendo exceção este último e a percentagem de alojamentos construídos na década anterior ao ano do Censo, apresentarem uma evolução positiva, nota-se uma desaceleração no crescimento de alguns quantitativos, nomeadamente no caso das segundas residências, mas o mesmo não se verifica relativamente aos alojamentos vagos, os quais têm na década de 2001 a 2011 o maior crescimento. Quando se consideram estes alojamentos vagos desagregados pelos seus grandes destinos, verifica-se que pouco mais de 1/3 estavam no mercado de venda ou aluguer, enquanto quase 2/3 eram para demolir ou estavam em completo estado de abandono e degradação.

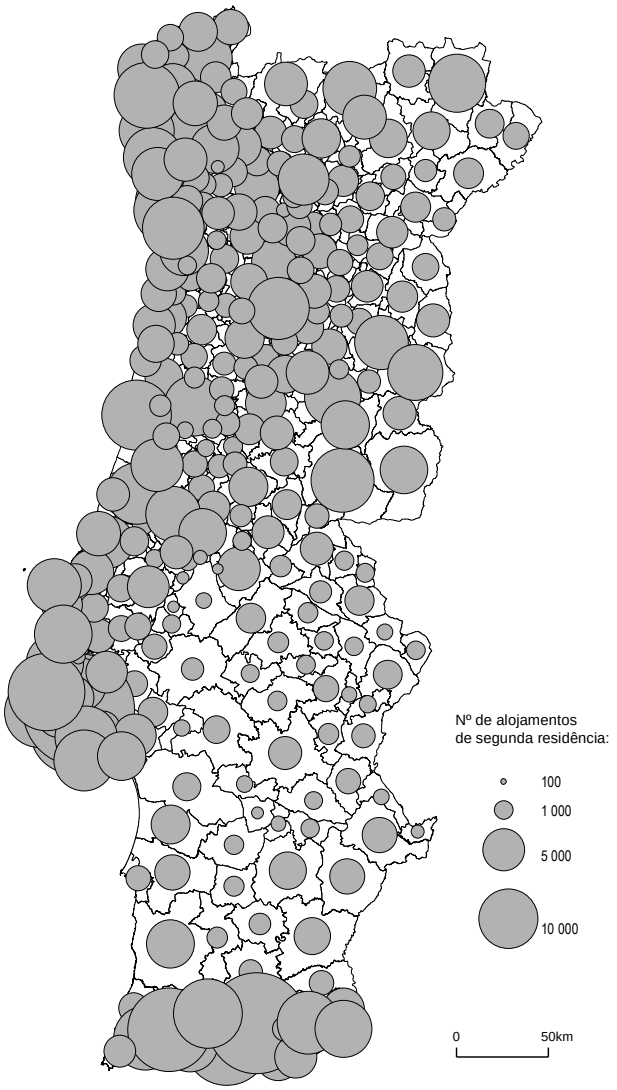
Quadro 8 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 2011, no Continente

Variável	Categoria	Subcategoria	2011	%/nº	Var.% 2001/11
Nº de edifícios	Exclusivamente residenciais		3121458	93,08	14,22
	Principalmente não residenciais		24860	0,74	-22,34
	Outros mistos		207292	6,18	-11,00
	Total		3353610	100,00	11,87
Edifícios com 5 ou mais pisos			101885	3,04	17,73
Edifícios construídos na década precedente (2001 a 2011)			475756	14,19	-16,52
Nº de alojamentos familiares clássicos	Residência habitual		3818574	67,93	11,11
	Segunda residência	Sazonais	1098470	-	22,42
		Ocupante ausente	-	-	-
		Total	1098470	19,54	22,42
	Vagos	Vagos para venda ou aluguer	264641	4,71	46,42
		Vagos, outros destinos	439413	7,82	27,75
		Total	704054	12,53	34,18
	Total		5621098	100,00	16,32
Nº de famílias clássicas e alojamentos por família			3869188	1,45	10,38
Nº de residentes e residentes por alojamento			10047621	1,79	1,81
Nº de residentes por família			-	2,60	-7,77

Fonte: 5º Recenseamento da Habitação,2011 (INE)

As segundas residências representavam, em 2011, 19,54% do total de alojamentos familiares clássicos, isto é, não considerando os não clássicos ou coletivos, os quais, por sua vez, também correspondiam a um total de apenas 18.159 alojamentos, sendo que a maior parte eram unidades da hotelaria ou de acolhimento de convivências.

O mapa da Figura 34 apresenta os quantitativos absolutos de segundas residências em cada um dos concelhos do território continental. Atendendo a que foram seguidas regras de uniformização das legendas de todos os mapas similares desde 1970 até 2011, os círculos proporcionais deste mapa podem aparentar estar sobredimensionados face à dimensão dos polígonos de atribuição dos dados (as unidades de análise), mas tal resulta do facto de se ter tentado tornarem visíveis e comparáveis todos os dados constantes nos mapas elaborados para as décadas anteriores, desde 1970.



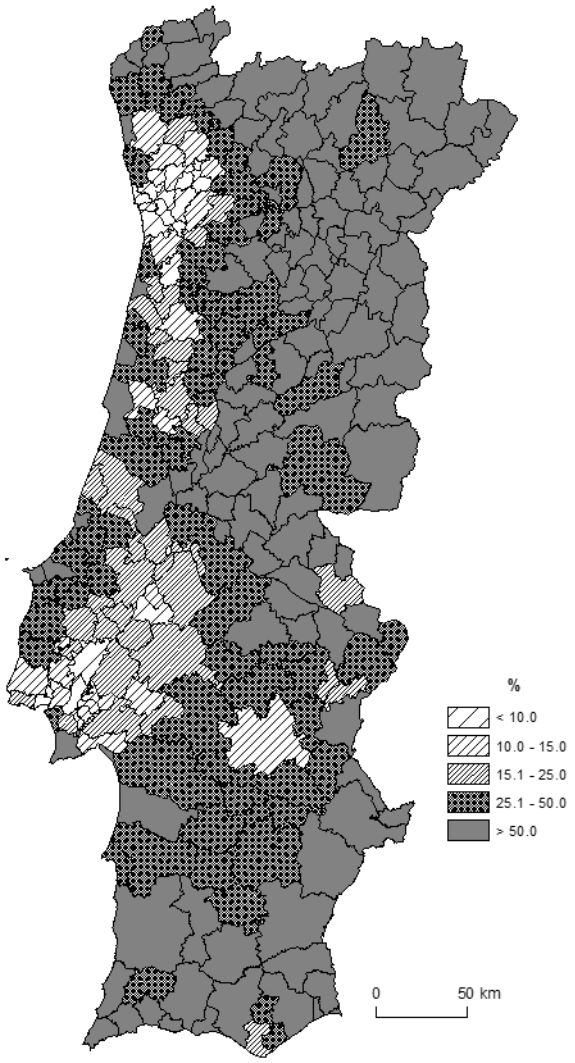
Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2011 (INE)

Figura 34 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 2011

O padrão de distribuição observável na Figura 34, à semelhança do que já se detetava, de forma mais clara, desde 1981, corresponde a uma densificação da realidade mensurável em cada um dos municípios do território continental, mas apesar de tudo com mais forte incidência no Algarve, no litoral a norte de Lisboa e, de um modo geral, em todo o centro e norte, já que o Alentejo, pesem embora fortes acréscimos, sobretudo relativos, continua a estar em termos absolutos bastante afastado da lógica geral.

O quociente entre as segundas residências e o conjunto dos alojamentos de residência habitual, em 2011, ou seja, a residência temporária comparada com a permanente, está expressa

no mapa da Figura 35. Dado que foram retidas as mesmas classes utilizadas para as décadas anteriores, são diretamente comparáveis as situações identificáveis em cada município, as quais se resumem ao que se afirmará de seguida.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2011 (INE)

Figura 35 – Percentagem de alojamentos de segunda residência em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2011

O número de concelhos onde a representação de segundas residências no conjunto dos alojamentos de residência habitual é superior a 50% é muito elevado e continua a traduzir as tendências de décadas anteriores, com aumentos substanciais no centro e norte interiores e Alentejo e Algarve, a par de uma extensa faixa de concelhos que forma, *grosso modo*, uma diagonal entre Arronches e Góis. Nessa mesma classe, surgem também concelhos no litoral

entre Lisboa e o Porto que, sabemos, gozam de condições privilegiadas para o veraneio, tais como Peniche e Óbidos, Nazaré e Figueira da Foz e Mira e Murtosa, para além de Caminha já muito a norte, mas também um importante destino de veraneio, sobretudo em Vila Praia de Âncora.

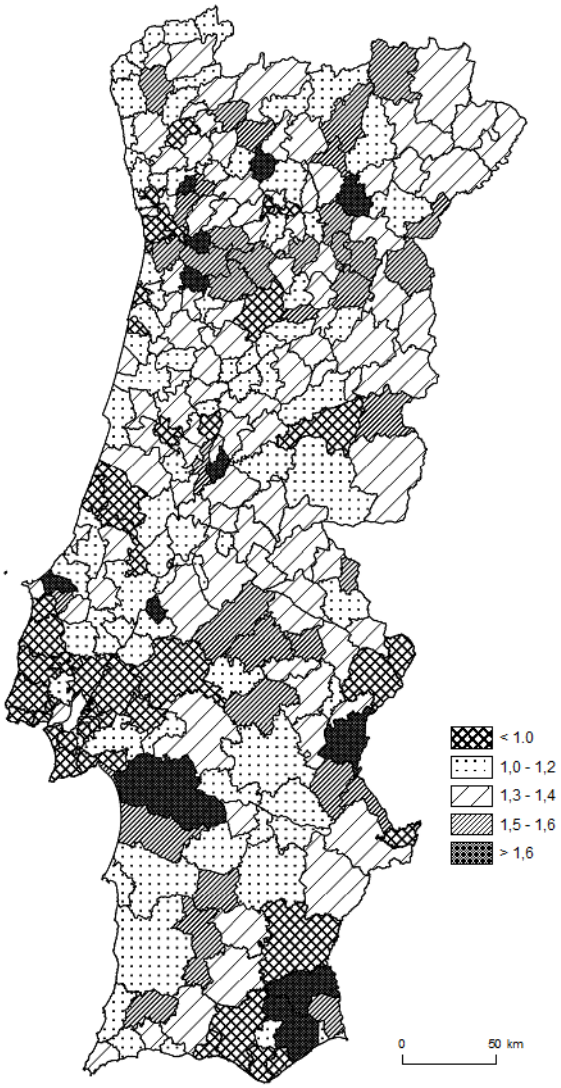
Como nota geral, para além da drástica redução das designadas manchas de transição, organizadas em função dos principais centros urbanos (Lisboa, Porto e Coimbra), todo o Continente está tomado pelo fenómeno das segundas residências, parecendo que a maioria da população, ou das famílias do País, Continente incluído, terá acesso a esse tipo de alojamento. Esse é o desafio a que tentaremos dar resposta pela nossa investigação, já que o desenvolvimento local fica mais facilitado quando as assimetrias sociais e, concomitantemente, de rendimento, são menos vincadas.

6.2.5.3. As variações censitárias das segundas residências: o caso de 2001 a 2011

Chega-se a 2011 e, apesar de se manterem muitos dos elementos e padrões de distribuição por comparação com a década de 70 do século XX, a visão de senso comum que tende a equiparar a expansão das segundas residências ao fenómeno emigratório, bem assim como a sobrevalorizar a sua capacidade de congelamento ou obstaculização do desenvolvimento, esbarra-se com uma realidade muito oposta. A capacidade de regeneração demográfica por via do crescimento do número de famílias, parece concordar com uma realidade fortalecida pela presença de residências de uso temporário ou disperso no tempo, com mais ou menos pessoas presentes e, por isso, com diferenciadas capacidades de consumo e indução de externalidades económicas, do mesmo modo que, em contraponto, indutoras de pressão sobre a utilização de equipamentos e serviços públicos. Isto é, até que ponto o uso discreto, porque não contínuo, de uma segunda residência, não será um fator de desenvolvimento local que possa ajudar no processo de sustentabilização de um crescimento ou melhoria social e económica diretamente contributiva para esse processo de desenvolvimento?

O mapa da Figura 36 é elucidativo quando se trata de ponderar, por um lado, a variação da representação das segundas residências face ao ano de recenseamento anterior e, por outro, a variação do número de famílias entre os mesmo dois anos. Trata-se de um indicador cuja complexidade já explicámos e que de forma simples compara o crescimento de um fenómeno

como as segundas residências, presumivelmente em relação negativa com o dinamismo social e económico de um determinado local, com a variação do número de famílias, um indicador simples mas claro sobre os sinais de dinamismo demográfico de qualquer unidade territorial, pelas razões mais óbvias.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2011 (INE)

Figura 36 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 2011/ seg. resid. 2001) / (nº de famílias 2011 / nº de famílias 2001)], por concelho, entre 2001 e 2011

Mais uma vez, observando o mapa da Figura 36, resulta claro que, para além de abundarem as situações em que o número de famílias cresceu mais que as segundas residências, também são mais frequentes, pelo menos tendo em conta o que se passava na década anterior, as situações de variação mais equilibrada dos dois indicadores, parecendo sugerir-se que, por

um lado, houve uma diminuição das taxas de crescimento das segundas residências e, por outro, ocorreu uma recomposição demográfica que conduziu a variações mais positivas do número de famílias.

Um dos aspetos mais interessantes do mapa anterior, é que não existe nenhuma associação estatística entre os dados da variação do número de segundas residências e os do número de famílias. Essa ausência de relação, atestada por coeficientes de correlação de Pearson abaixo de 0,01, põe em saliência a independência das associações de crescimento ou diminuição de cada uma das variáveis e contribui para o reforço do princípio teórico de que a variação das segundas residências é independente da variação do número de famílias, facto que dá mais consistência às observações que se seguem e que salientam o seguinte:

1) Um alargamento das situações correspondentes ao maior dinamismo do crescimento das famílias, pondo em destaque a maior parte dos concelhos da AML, do mesmo modo que também no Algarve e no Alentejo (Mértola, Barrancos, Elvas e Campo Maior), principalmente, sobressaem situações do mesmo tipo;
2) Em contraponto, verifica-se uma diminuição generalizada das situações correspondentes a crescimentos das segundas residências muito superiores aos das famílias, surgindo apenas 11 casos (em 278) na classe acima de 1,6 e dos quais destacamos Óbidos, pela importância que este concelho teve, pelo menos à época, na prossecução de uma estratégia municipal e nacional de promoção do imobiliário turístico residencial;

6.2.5.4. Conclusões para o período de 2001 a 2011

Um dos principais traços da evolução de 2001 a 2011 é a continuação do crescimento, agora não tão intenso como para a década anterior, do número e da proporção das segundas residências. De um modo geral, o crescimento destas fortalece-se e alastra nas áreas já antes abrangidas, reduzindo-se mais as "manchas de transição" ao longo do Vale do Tejo, a partir de Lisboa, e no eixo de Coimbra ao Porto e, ainda, mas com muito menor relevo, o tradicional "sistema binário" Leiria-Marinha Grande[47], as quais correspondem a áreas de manifestação

[47] Esta dupla de municípios é extremamente interessante, não só do ponto de vista do seu processo de especialização funcional como, também, do da expansão das segundas residências, já que a Marinha Grande detém dois importantes núcleos litorais que sempre tiveram uma grande atração turística; por um lado, a Praia da Vieira, na dependência direta da sede de freguesia, Vieira de Leiria e, por outro, São Pedro de Moel, aglomerado diretamente

preferencial de fenómenos de outro tipo, como a integração urbana ou em lógicas periurbanas ancoradas em "clusters" tradicionais como é o caso do "triângulo" Torres Novas – Tomar – Abrantes.

Outra importante conclusão refere-se à variação conjugada das segundas residências e das famílias entre 2001 e 2011. Por um lado, aumentam os casos de maior dinamismo do aumento de famílias e, por outro, aumentam também, mas de forma ainda mais generalizada, os casos onde essa diferença de crescimento é menos acentuada. Qualquer um destes factos, para além de poder ser consequência de alguma saturação do processo de difusão das segundas residências (fase de condensação da curva logística ou sigmóide que traduz esse processo), também põe em evidência uma capacidade de regeneração demográfica que, pelo menos estatisticamente, não é ilustrativa de um dos aspetos negativos que foram salientados sobre a questão da sua expansão, a qual estava, em parte, associada a áreas deprimidas do ponto de vista social, económico e demográfico.

6.3. Uma síntese da evolução de 1970 a 2011

6.3.1. Introdução

6.3.1.1. Nota metodológica

Apesar da riqueza analítica associada aos mapas apresentados antes, vai ensaiar-se para cada um dos recenseamentos da habitação, desde 1970 até 2011, um exercício de análise espacial baseado numa técnica relativamente simples de constituição de grupos de unidades de análise tendo em conta a comparação de cada uma delas com as que lhe são vizinhas. Por um lado, entende-se este conceito de vizinhança com base na distância euclidiana entre cada unidade de análise e, por outro, estabelecemos um limiar de trintas quilómetros[48], a partir do centro de cada unidade, dentro do qual se poderiam efetuar os cálculos de comparação entre cada uma e os seus vizinhos. Para a aplicação desta técnica foi usada a ferramenta "Hot Spot Analysis" do Arc Map 10.6. Esta ferramenta calcula a estatística Getis-Ord Gi* para um vetor

ligado à sede de concelho (M. da G. L. da S. M. P. Santos, 1996).

[48] Considerou-se este limiar de 30 km, tendo em atenção um valor médio de raio que, por um lado, permitisse a inclusão sucessiva de concelhos adjacentes com elevado z-score e baixo valor de "p" e, por outro, não restringisse ou alargasse em demasia a distância de formação dos "clusters".

de dados de uma variável, no caso vertente, a proporção de segundas residências por cada 100 alojamentos de residência habitual, por "n" unidades territoriais, ou seja, por cada concelho e em determinado momento censitário. Os z-scores z[49] e valores p[50] resultantes indicam onde os valores altos ou baixos da variável se agrupam espacialmente (Getis & Ord, 1992; Ord & Getis, 1995).

Esta ferramenta funciona a partir da comparação dos valores da variável numa dada unidade territorial (UT) com os valores dessa mesma variável que se verificam nas UT contíguas, ou vizinhas (Cf. Apêndice I). Um valor alto da variável numa UT pode ser interessante, mas isso pode também não corresponder a um "ponto quente, ou hot spot" estatisticamente significativo. Para ser um "ponto quente" estatisticamente significativo, a UT com um valor elevado da variável, terá de ser rodeada por outras UT's também com valores elevados (Winkler et al., 2015).

Uma das utilidades desta técnica é a de pôr em destaque "grupos" de unidades territoriais onde o fenómeno em estudo assume um significado particular, facilitando assim o trabalho exploratório de identificação de situações que poderão merecer um estudo mais detalhado. A elaboração deste exercício usando os mesmos parâmetros (limiar e medida de distância) para todos os anos do recenseamento da habitação, ajudará a entender e interpretar as mudanças que

[49] O z-score é uma forma de padronização dos dados de uma variável, isto é, é uma forma de lhes retirar as unidades de medida e os tornar comparáveis com qualquer outra variável também padronizada. A divisão entre o desvio do valor observado à média da série e o valor do desvio padrão da mesma série, vai resultar numa nova série, com o mesmo número de unidades estatísticas, mas onde os valores observados foram transformados em desvios padrão de afastamento, positivo ou negativo, à média dos dados originais, já que no caso da série padronizada, a sua média é sempre zero e o seu desvio padrão é sempre 1.

[50] O valor «p» é uma medida estatística de aferição da validade das hipóteses formuladas no âmbito de uma investigação, tendo em conta a distribuição de uma determinada variável, a qual no caso presente foi a proporção de segundas residências por cada 100 alojamentos de residência habitual. Se o valor de «p» estiver abaixo de um determinado número, normalmente 0,05, isso significa que os resultados da nossa análise de dados merecem uma elevada confiança, pelo que se pode rejeitar a H_0 ou hipótese nula. Este conceito de H_0 é o ponto de partida de qualquer análise científica, a qual deve iniciar-se por se considerar que a relação entre duas ou mais variáveis, ou é inexistente, ou não tem qualquer significado, podendo mesmo tratar-se de uma relação espúria, ou seja, lógica do ponto de vista matemático, mas ilógica do ponto de vista científico, como por exemplo, a relação entre os níveis de pluviosidade e a dimensão média da família nos municípios portugueses. Pela inversa, a rejeição desta H_0 quando o valor de «p» fica abaixo de 0,05, implica então a aceitação de que os dados incorporam relações com significado estatístico sobre as quais se podem retirar conclusões fiáveis e válidas do ponto de vista científico. Na maior parte dos casos, para a determinação do valor de «p» utilizam-se tabelas padronizadas, as quais são consultadas a partir de um outro valor de referência calculado através de uma fórmula que compara os valores observados com os valores esperados, a qual se designa por «chi-quadrado ou x^2». Em síntese, o valor «p», normalmente obtido pelo cálculo do x^2 de uma série de valores [$x^2 = \Sigma((o-e)^2/e)$, onde "o" é o valor observado e "e", é o valor esperado] e a consulta numa tabela pré-elaborada desse resultado cruzado com o valor de «p» mais próximo. Nos casos em que «p» satisfaz o grau de significância adotado, normalmente, no mínimo de 95%, então a distribuição dos valores da série não ocorreu por acaso.

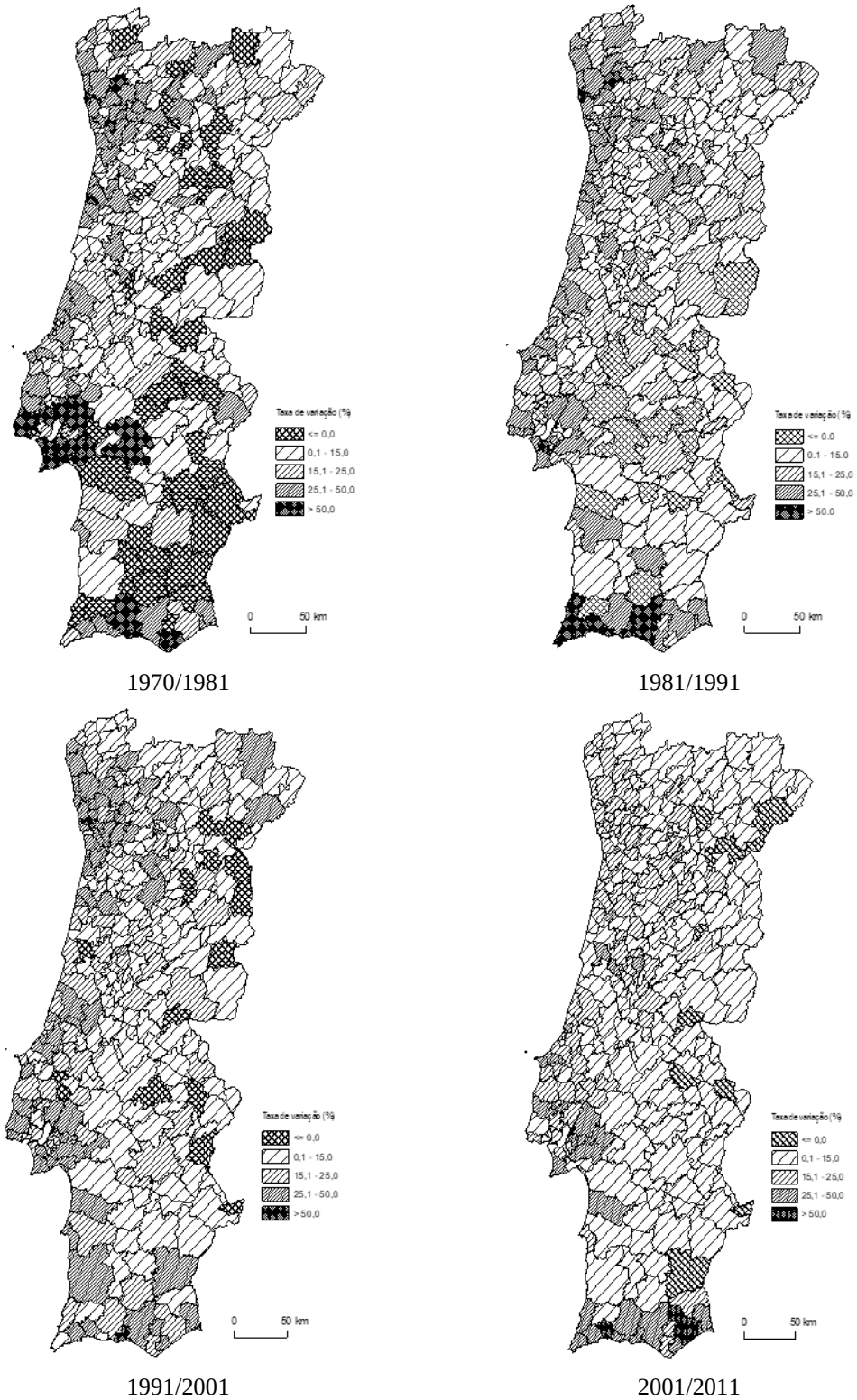
ocorreram, tanto em termos da incidência geográfica do fenómeno, como da sua intensidade e capacidade de formação de novos "grupos" de concelhos.

6.3.1.2. A evolução geral dos alojamentos e das segundas residências

Como se foi referindo nos pontos anteriores e para todos os anos dos Censos, o total de alojamentos clássicos tem registado sempre um acréscimo, algumas vezes a uma velocidade superior à do aumento do número de residentes ou das famílias, o que tem resultado em valores progressivamente mais elevados de alojamentos por família, sendo que estas também têm vindo a ver a sua dimensão média cada vez mais reduzida. De qualquer modo, esta tendência geral de crescimento não se tem traduzido da mesma forma pelas várias regiões, áreas ou concelhos do Continente, onde de sul a norte, mas sempre no interior, se têm verificado variações negativas, aliás em linha com idêntico comportamento populacional (Figura 37).

Apesar dos comportamentos negativos acima referidos, as taxas de variação superiores a 25% têm sido uma constante desde 1970 em qualquer área do Continente, ainda que de forma mais vincada tenham ocorrido no entorno das maiores cidades, com destaque para Lisboa e Porto. Seja como for, este maior dinamismo destas áreas, pouco tem ajudado a resolver o problema habitacional que as afeta, já desde a 1ª República (Oliveira, 2010). No entanto, este enquadramento geral é necessário para melhor suportar o entendimento da evolução das segundas residências, a qual tem sido marcada por uma progressiva maior importância na região Norte e Centro fronteiriço, Alentejo e Algarve, a par da sua fraca relação de crescimento com as áreas mais densamente povoadas, tanto no Algarve, como, *grosso modo*, nas áreas metropolitanas (Figura 38 e Figura 39).

Enquanto os mapas da Figura 38 mostram as diferenças concelhias da variação percentual das segundas residências entre cada um dos momentos censitários, tendo em conta o maior ou menor afastamento à média do Continente, isto é, numa lógica de comparação intermunicipal, os da Figura 39 mostram essa evolução numa lógica individualizada, mas ponderada pelo número de famílias. No caso da Figura 38, resulta claro que vão prevalecendo variações mais positivas, tanto nas proximidades das áreas metropolitanas, como em partes do território mais interiores, tanto a norte como a sul, incluindo o Algarve. No caso da Figura 39, saem mais reforçados com variações mais vincadas os municípios que, por um lado, têm uma menor vitalidade demográfica e, por outro, se vão mantendo ao longo dos anos como mais atrativos para a localização deste tipo de imobiliário.

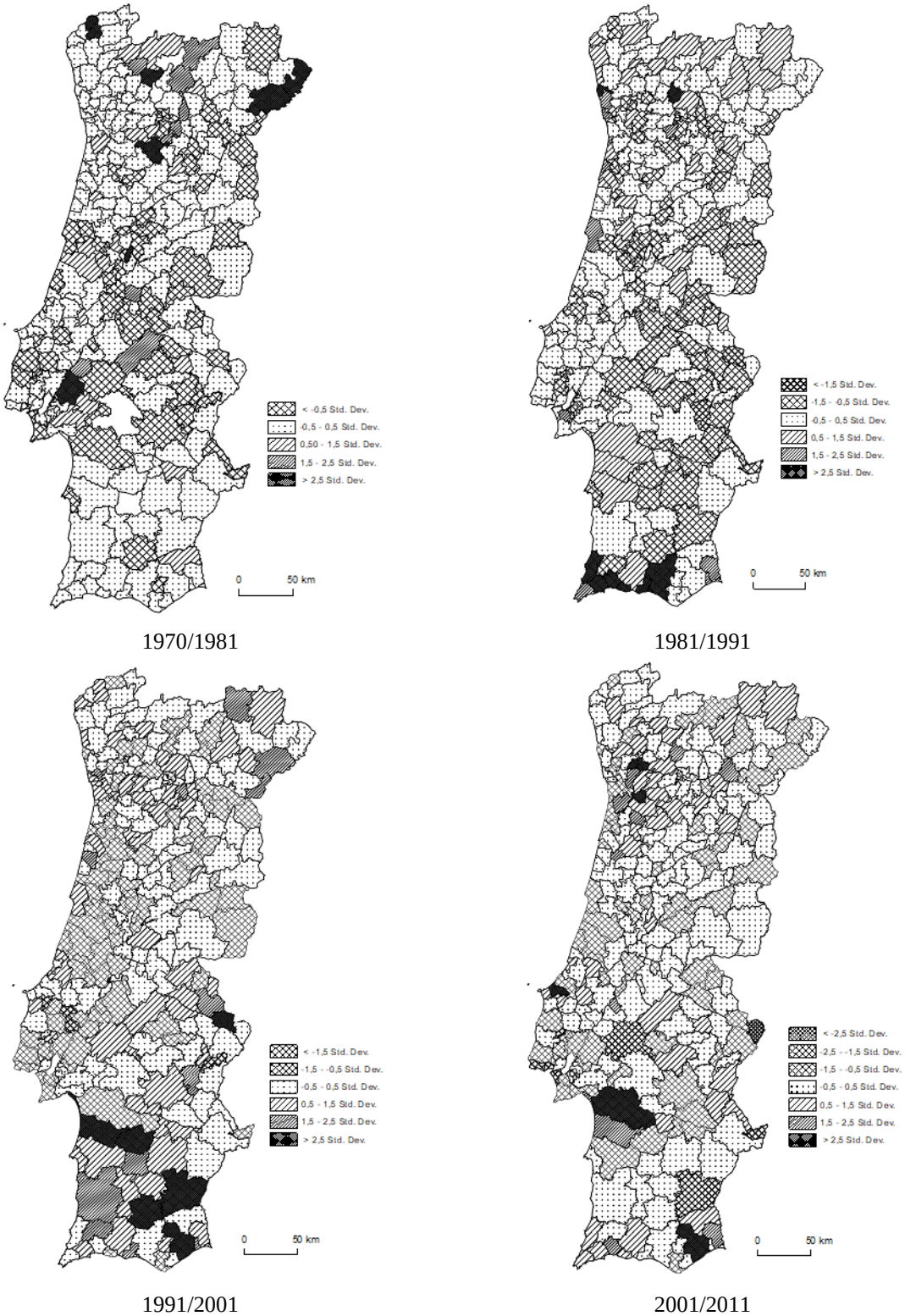


1970/1981 1981/1991

1991/2001 2001/2011

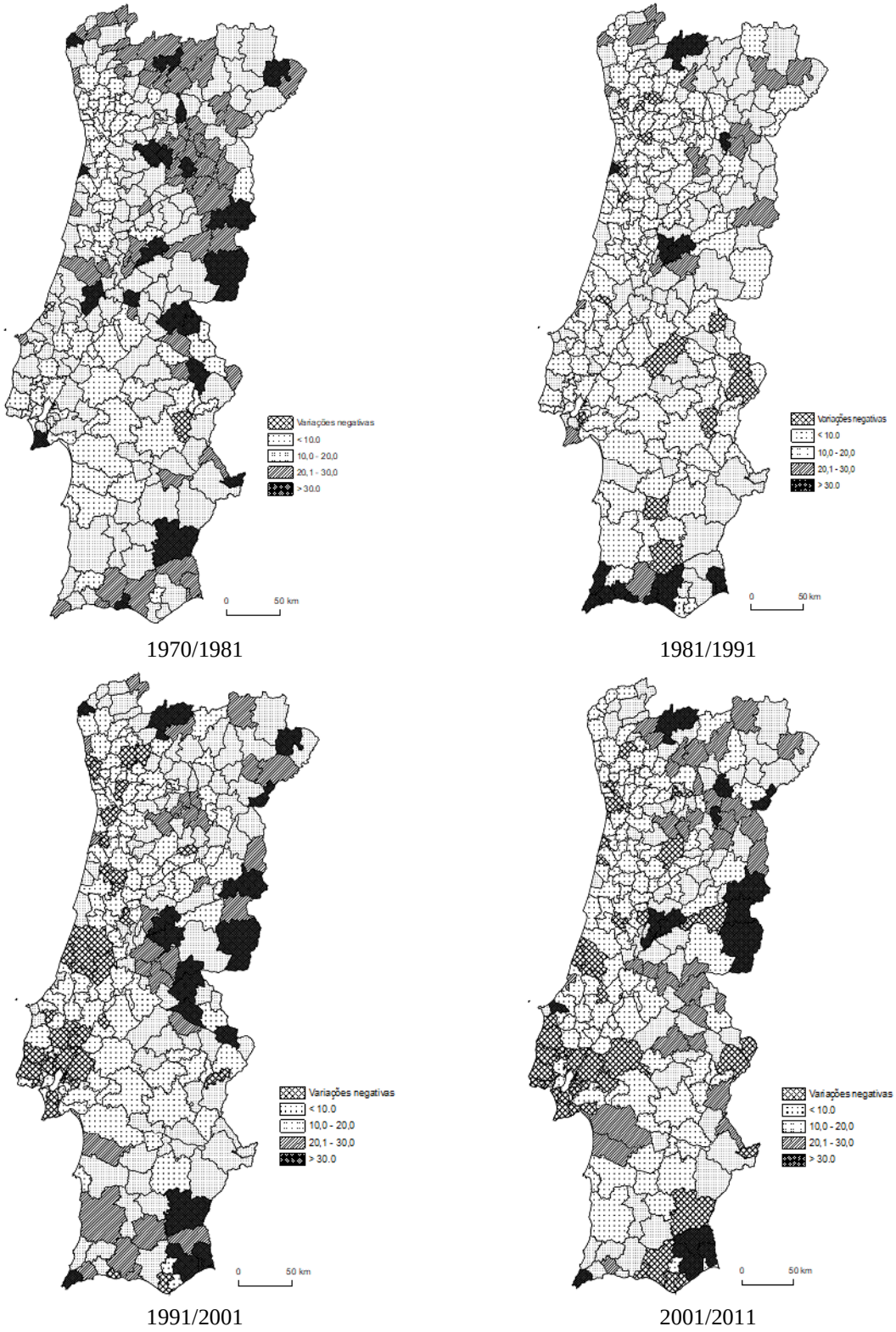
Fonte: Recenseamentos da Habitação, 1970 a 2011 (INE)

Figura 37 – Taxas de variação dos alojamentos familiares clássicos, por concelho, entre Censos da Habitação, de 1970 a 2011



Fonte: Recenseamentos da Habitação, 1970 a 2011 (INE)

Figura 38 – Taxas de variação das segundas residências, por concelho, entre Censos da Habitação (representação em afastamentos em número de desvios padrão à média), de 1970 a 2011



1970/1981 1981/1991

1991/2001 2001/2011

Fonte: Recenseamentos da Habitação, 1970 a 2011 (INE)

Figura 39 – Variação percentual das segundas residências por cada 100 famílias clássicas, por concelho, entre Censos da Habitação, de 1970 a 2011

No ponto seguinte faremos uma apreciação geral mais sintética de todos estes comportamentos que os dados ajudam a perceber, mas que precisam ainda de uma visão de maior síntese para que apenas sobressaiam as componentes essenciais de uma evolução que tem sido multivariada e complexa do ponto de vista da sua expressão territorial e onde parecem ser importantes, mais do que a procura de atrativos naturais ou ambientais com maior capacidade explicativa das motivações que justificam a propriedade e o uso de uma segunda residência, os fatores relacionados com as ligações sentimentais aos lugares, porventura mais facilitadas ou incentivadas pelas condições existentes para a sua aquisição, utilização e gestão.

6.3.2. As concentrações de segundas residências ao longo do tempo

6.3.2.1. Nota metodológica

Como já se explicou antes, a estatística espacial designada por Gi* e que resulta na identificação das concentrações mais relevantes de um dado fenómeno, pela positiva (*hot*) ou pela negativa (*cold*), ancora-se em dois outros parâmetros estatísticos que ajudam à sua descrição. Por um lado, os z-scores, ou medidas sem dimensões dos afastamentos em desvios-padrão a um determinado valor médio. Por outro, o valor de "p", ou seja, a medida do grau de significado de uma determinada distribuição tendo em conta a comprovação ou não de uma hipótese de partida (H_0), ou seja, uma aproximação à probabilidade de que determinada distribuição não tenha ocorrido, nem por acaso, nem por manipulação das variáveis envolvidas.

Para que se perceba melhor o mapa resultante da aplicação da técnica Gi*, apresentam-se também os mapas relativos aos z-score e aos valores de "p". Deste modo, será mais fácil ver que os grupos de concelhos resultantes da aplicação da estatística Gi* acabam por corresponder aos casos que apresentam os maiores afastamentos aos valores médios, cumprindo simultaneamente um grau de confiança mais ou menos elevado, mas preferencialmente acima de 90%, ou seja, com um valor de "p" abaixo de 0,1, que atesta a sua independência face a realidades estruturalmente menos relevantes para a compreensão sintética do fenómeno.

6.3.2.2. A situação em 1970

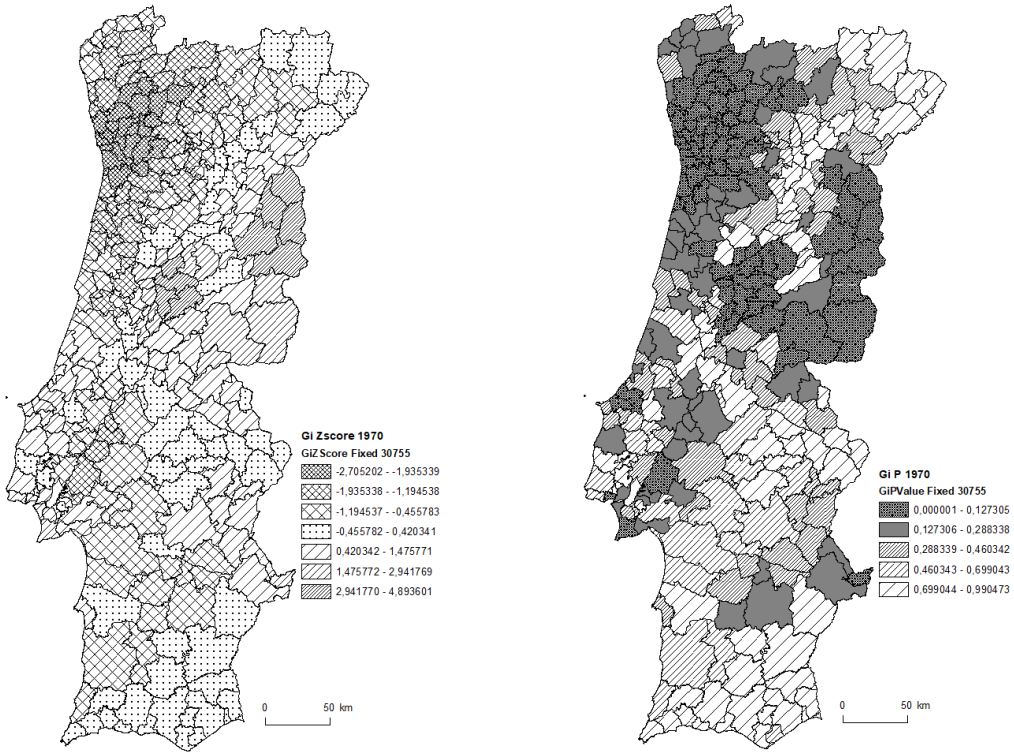
Relativamente a 1970, ocorrem situações marcadamente opostas a norte da Península de Setúbal, com:

- Sesimbra/Oeiras e Óbidos/Caldas da Rainha a formarem dois grupos mais

significativamente representados por Sesimbra e por Óbidos, respetivamente;

- dois grupos de concelhos com fortíssimo significado estatístico; um correspondente a uma aglomeração de concelhos fronteiriços, incluindo, de norte para sul, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Almeida e Sabugal e complementados, mas com menor significado, por Meda e Penamacor; outro, grupo situado sobre o maciço central e constituído pelos concelhos, também de norte para sul, de Tábua, Penacova, Arganil, Vila Nova de Poiares, Lousã, Góis, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pera a que se juntam, com uma significância de 95%, Seia e Castelo Branco e ainda, com significância de apenas 90%, Santa Comba Dão e Oliveira do Hospital, a norte, e Pedrogão Grande, Oleiros e Vila Velha de Rodão, a sul;
- por último, de registar a formação de um grande "ponto frio" no noroeste do País, isto é, um grupo de concelhos onde a proporção de segundas residências em relação aos alojamentos de residência habitual é muito inferior à média nacional, isto é, onde o fenómeno é significativamente relevante, mas pela negativa, ou seja, onde a proporção de segundas residências em relação aos alojamentos de residência habitual era muito inferior à média do conjunto de municípios do Continente.

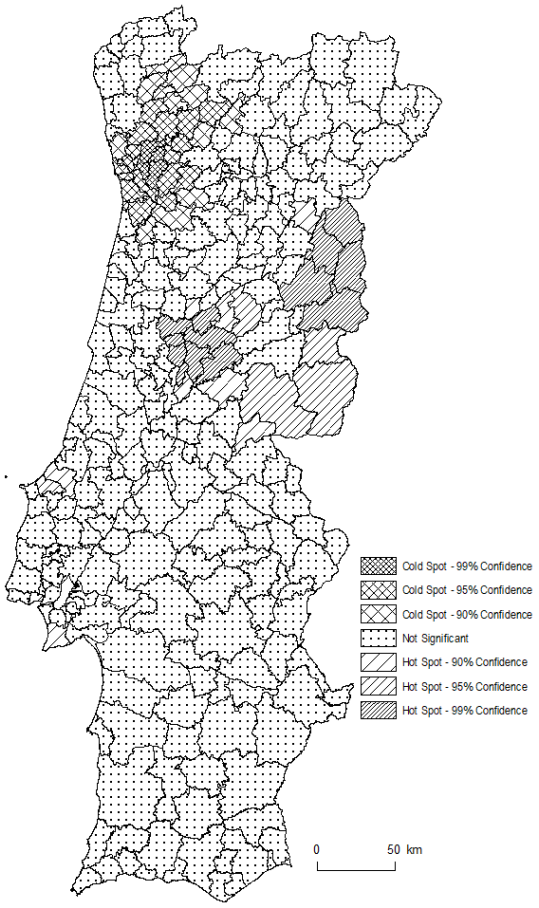
Como se pode constatar pela comparação entre o mapa da Figura 15 (página 101) e o da Figura 41, alguns casos isolados desaparecem enquanto surgem outros associados a grupos agora formados e que antes não se destacavam. Trata-se de um facto resultante de duas operações: 1) por um lado, a técnica não admite "grupos" (ou "clusters") formados apenas por uma unidade territorial (UT) e, por outro 2) a operacionalização dos grupos resulta do cálculo conjugado de novas médias e desvios que são sucessivamente comparados com os valores totais do Continente. Estas operações, dificilmente elaboradas de forma manual, acabam por pôr em destaque evidências que antes, pela simples análise de dados isolados, não era possível observar. Em conclusão, os casos de maior ou menor frequência relativa identificados na Figura 15, continuam a ser válidos e relevantes, mas agora com um "filtro" adicional proporcionado pela Figura 41 , a qual facilita, com base no cruzamento dos mapas da Figura 40, a distinção entre casos isolados e aqueles onde a variável espaço (através da distância/vizinhança) passa a representar uma dimensão relevante para a compreensão do fenómeno em análise.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1970 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 40 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1970

O que o mapa da Figura 41 nos mostra, para além do que já antes se mencionou e que se refere ao "vazio" em torno, e junto, da cidade do Porto, a formação de três grupos nas Beiras, dois mais fortes que o outro que agrega Penamacor Idanha-a-Nova e Castelo Branco e alguns casos pontuais, com menor significado estatístico, na AML e no Oeste, é a fraca incidência do fenómeno, o qual, por isso mesmo, apenas emerge com significado positivo muito elevado, exatamente nos "clusters" que se pensam, por um lado, mais associados à emigração para o estrangeiro (Beira Interior Norte) e, por outro, à emigração, principalmente, para a AML, como é o caso do conjunto formado no Pinhal Interior Norte.



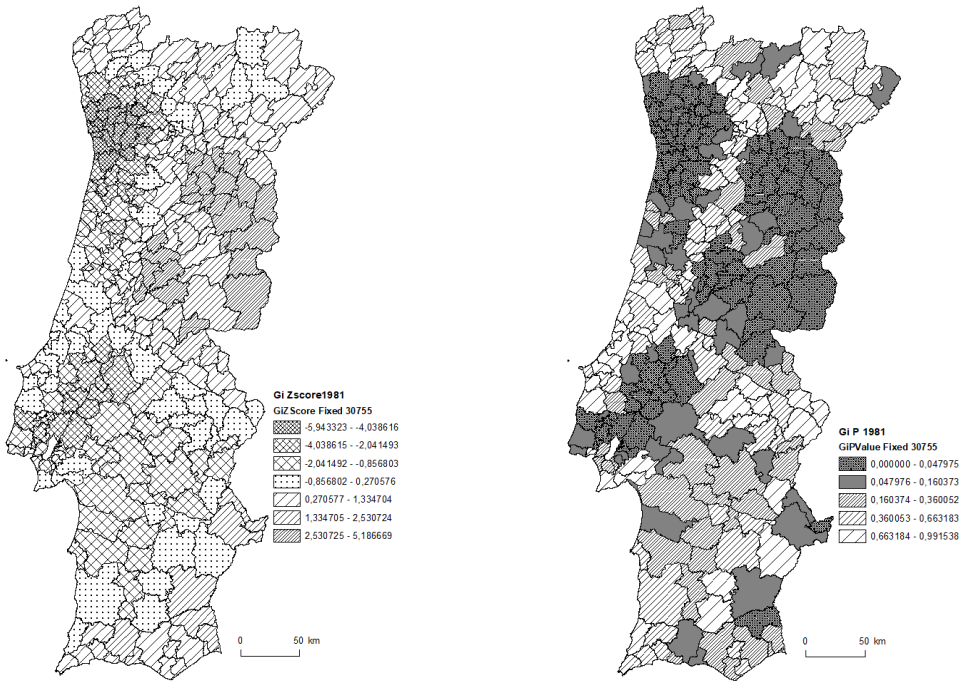
Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1970 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 41 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1970 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior)

Fica assim claro que, mesmo em 1970, ainda não se verificam os efeitos que seriam de esperar pela abertura do País ao turismo nacional e internacional, o qual desde muito cedo é acarinhado pelo simples facto de ser um garante da receção de divisas e o equilíbrio da balança de pagamentos nacional. Isto é, ao contrário de áreas serranas e do interior planáltico, dinamizadas pela localização de segundas residências muito provavelmente derivadas da reutilização de antigas residências permanentes, ainda não se verifica um fenómeno, pelo menos idêntico, em áreas como o Algarve ou o litoral Alentejano, mas as próximas décadas darão conta de grandes transformações, as quais, apesar de tudo, só podem ser consideradas recentes, de motricidade limitada e, eventualmente, com forte incentivo exterior.

6.3.2.3. A situação em 1981

Os grupos de concelhos estabelecidos com base na estatística Gi* aplicada ao número de segundas residências por cada 100 alojamentos de residência habitual, isto é, tendo por base os valores mais elevados de "z-score" de grupos de concelhos onde a representação daquele indicador mais se afasta da média ponderada pelo desvio padrão, estão ilustrados na figura seguinte (Figura 42).



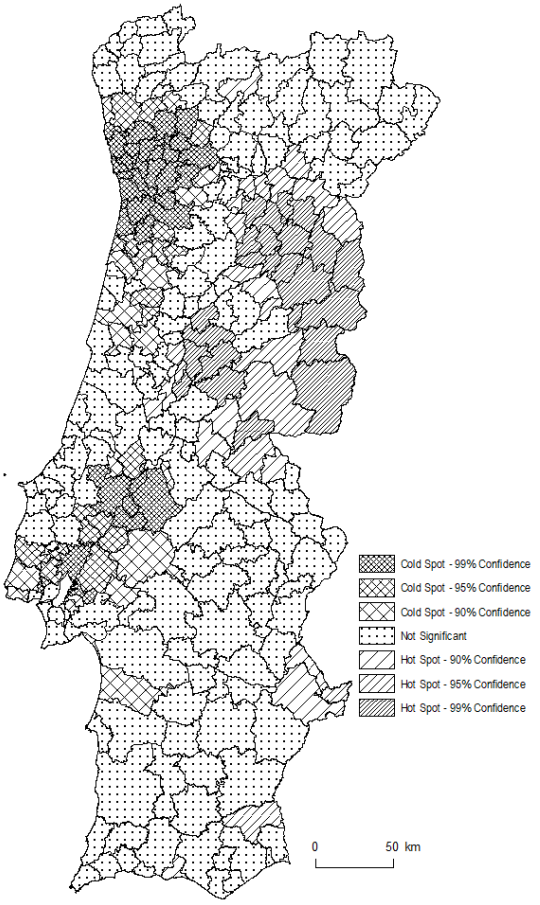
Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 42 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981

Pode afirmar-se que a situação detetada em 1981 corresponde a um aprofundamento da tendência já esboçada em 1970, com um alargamento dos dois grupos já antes formados, um sobre as serras do Açor e Lousã e outro ao longo da Beira Interior com alastramento mais a norte para a parte leste do distrito de Viseu e uma pequena parte do Alto Douro. Alcoutim e Albufeira, no Algarve, assim como Barrancos, Moura e Mourão, no Baixo Alentejo, apareciam também como "pontos quentes", mas com menor expansão territorial. Em oposição a estes "pontos quentes" surgiam dois grandes "pontos frios", constituídos por 1) um grande grupo em torno do Porto, desde Ovar até à Póvoa de Varzim, na costa, e em direção a Amarante, para o

interior, mas no seguimento de um eixo menos significativo, que começava em Coimbra e seguia o percurso da EN 1; 2) um pequeno conjunto de concelhos em redor de Lisboa, com maior significado para Vila Franca de Xira e Alcochete e, mais para o interior da Região de Lisboa e Vale to Tejo, de um conjunto formado por Santarém, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Golegã.

Para além do aprofundamento das tendências anteriores, é agora também visível a constituição de uma área, com início na AML e prolongamento pelo vale do Tejo, onde as segundas residências estão subrepresentadas, tal como é possível verificar na Figura 43.

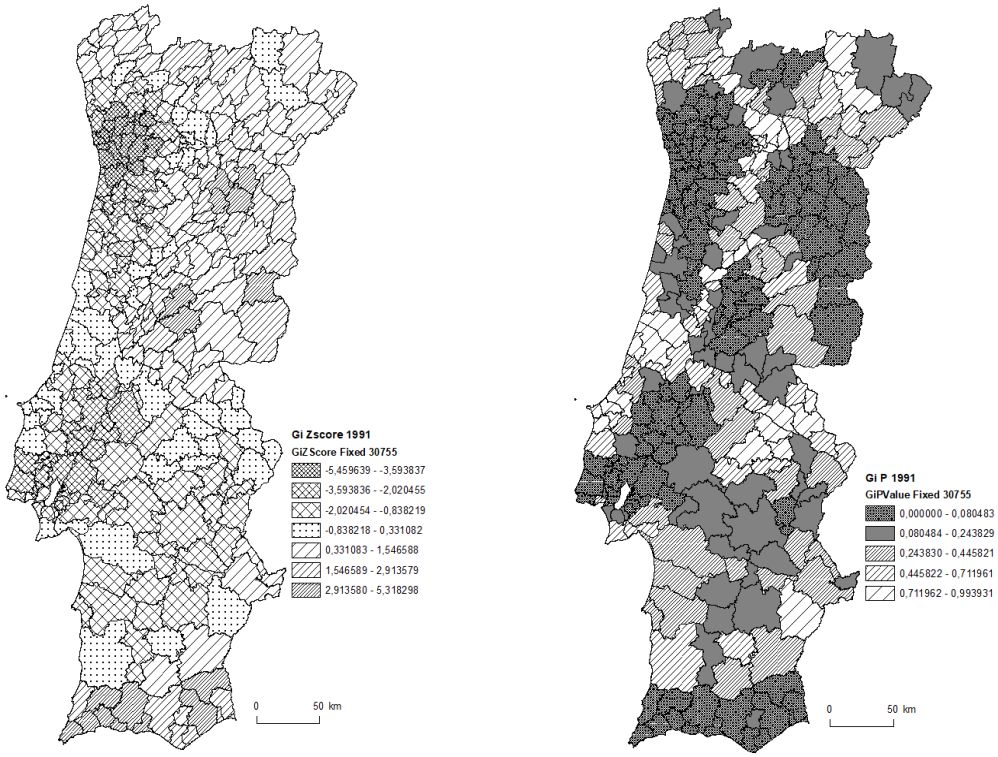


Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1981 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 43 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior)

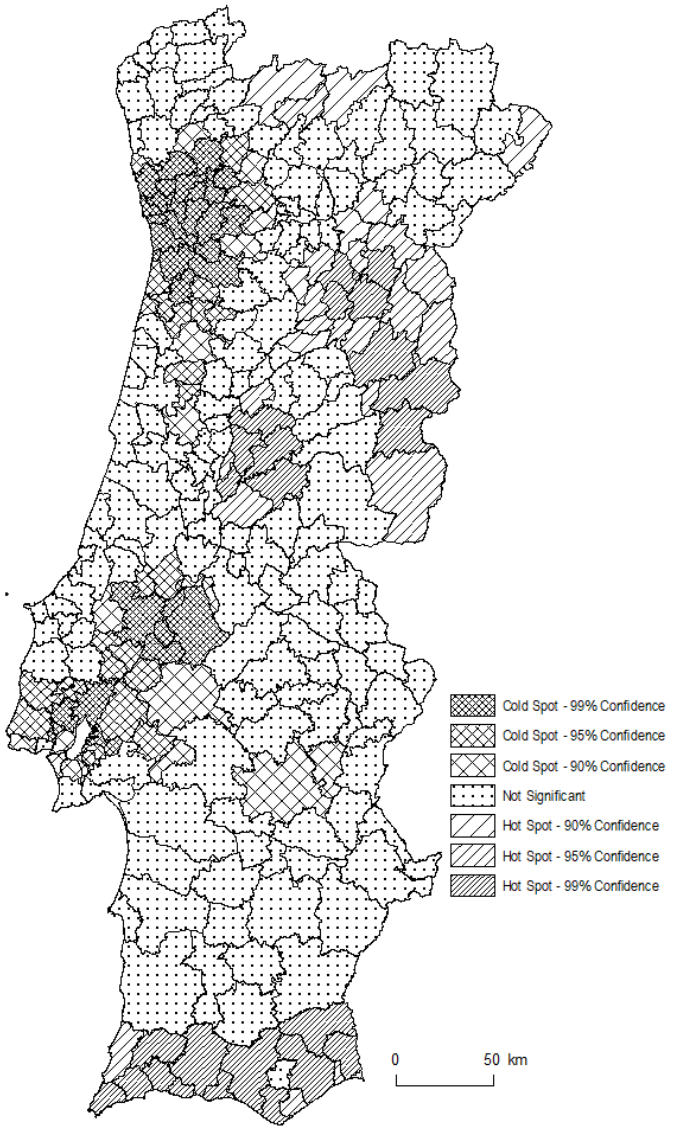
6.3.2.4. A situação em 1991

Uma das grandes surpresas na observação e análise da proporção de segundas residências em relação ao número de alojamentos de residência habitual, refere-se com o facto de, pelo menos entre 1970 e 1981, não ser ainda visível a representatividade da região do Algarve no âmbito de um fenómeno que normalmente se associa aos territórios com mais fortes atrativos turísticos. Os mapas da figuras seguintes (Figura 44 e Figura 45), vêm mostrar que as grandes alterações no Algarve, pese embora o fenómeno turístico já aí ter uma expressão significativa na década 60 do século XX, se tornam visíveis com o Recenseamento da Habitação de 1991, pelo que a década de 80 será, seguramente, a de maior expansão das inúmeras formas de imobiliário turístico que também acabam por impulsionar a representação das segundas residências.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 44 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 1991 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 45 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior)

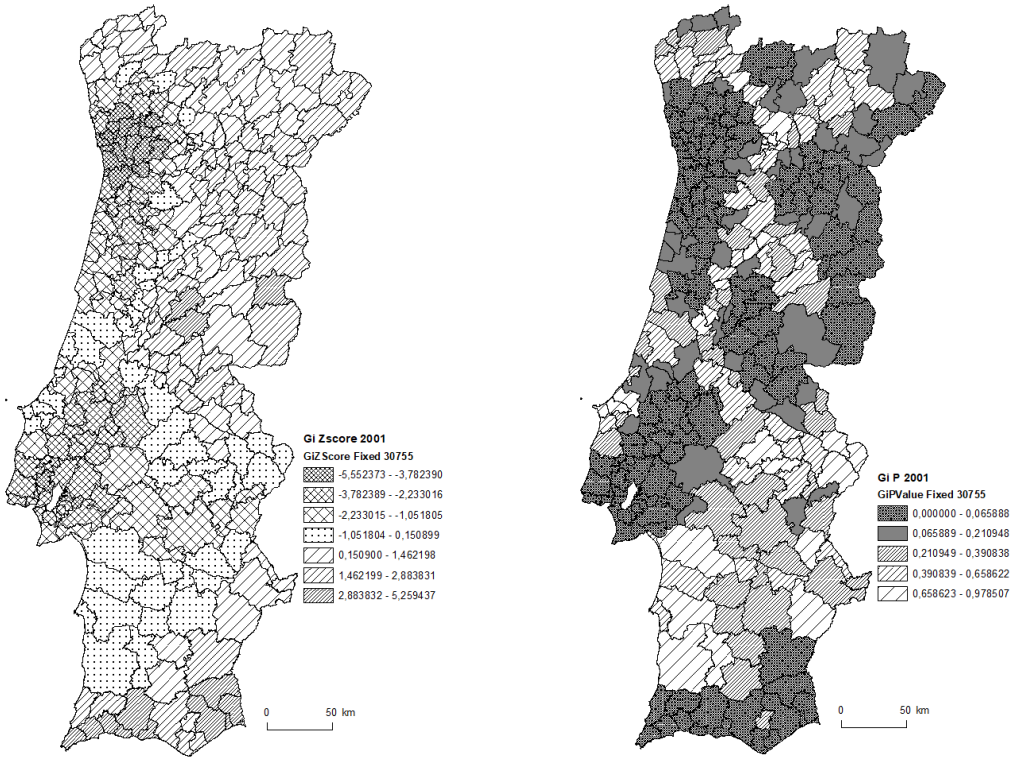
Um olhar que se detenha apenas no Algarve e compare os mapas da Figura 42 com os da Figura 44, facilita a compreensão rápida de que esta região sofreu, nos anos que medearam entre 1981 e 1991, uma transformação significativa, Por um lado, a sua representatividade face à média nacional acentua-se e, por outro, a probabilidade de esse significado não ser um fruto do acaso ou da simples manipulação dos dados estatísticos, torna-se mais robusta e inquestionável., de tal modo que o Algarve surge agora como um "cluster" tão forte como outros que já decorriam de uma evolução muito mais longa e que, tal como já tínhamos referido,

se poderiam dever a fenómenos muito mais antigos de êxodo rural, fosse, principalmente, para o estrangeiro (caso da raia central), fosse, também principalmente, para outras regiões do País, num processo que se pode entender como o da decisão de migrar. Para além da formação do Algarve como região de concentração de segundas residências, verifica-se a continuação, por um lado, da manutenção da Beira Interior e das faldas da Serra da Estrela como "hot spots" do fenómeno e, por outro, dos entornos da AMP e da AML como "cold spots" desse mesmo fenómeno. Isto é, apesar de saber-se que, pelo menos em termos numéricos absolutos, as segundas residências serem muito frequentes em qualquer uma destas áreas, a sua representação relativa face ao total de alojamentos destas áreas é menos relevante, facto que põe em grande evidência o forte crescimento urbano destas áreas, as quais também representam as mais importantes do ponto de vista do potencial de crescimento económico nacional.

Tal como refere Caldeira (Caldeira, 1995:87), "em 1991 é notório o acentuar da importância da residência secundária em Portugal. Esta difusão está relacionada com a um conjunto de causas, de entre as quais se destacam: crescimento do poder económico, melhoria das acessibilidades (que diminuem consideravelmente o tempo das viagens), maior percentagem de população urbana, aumento do cansaço da vida citadina e, por oposição, maior valorização dos espaços não tão intensamente urbanizados ou que gozem de outros atrativos, como as praias do litoral a Sul do Tejo". Não concordamos com a essência de algumas destas afirmações, mas há uma que é deveras importante e que, de facto, nos anos 90 do século XX acabou por alterar toda a fisionomia e funcionalidade do Continente e, também, do País: o enorme incremento das condições objetivas de mobilidade, mas não em todos os modos e meios de transporte, já que enquanto a mobilidade em transporte individual sofre um incremento assinalável, o mesmo não se pode dizer relativamente à ferrovia. De facto, apesar de a década de 80 ser a do início dos primeiros estudos para a introdução dos comboios de grande velocidade em Portugal, ela é também a do início da destruição da pobre e escalavrada rede ferroviária nacional.

6.3.2.5. A situação em 2001

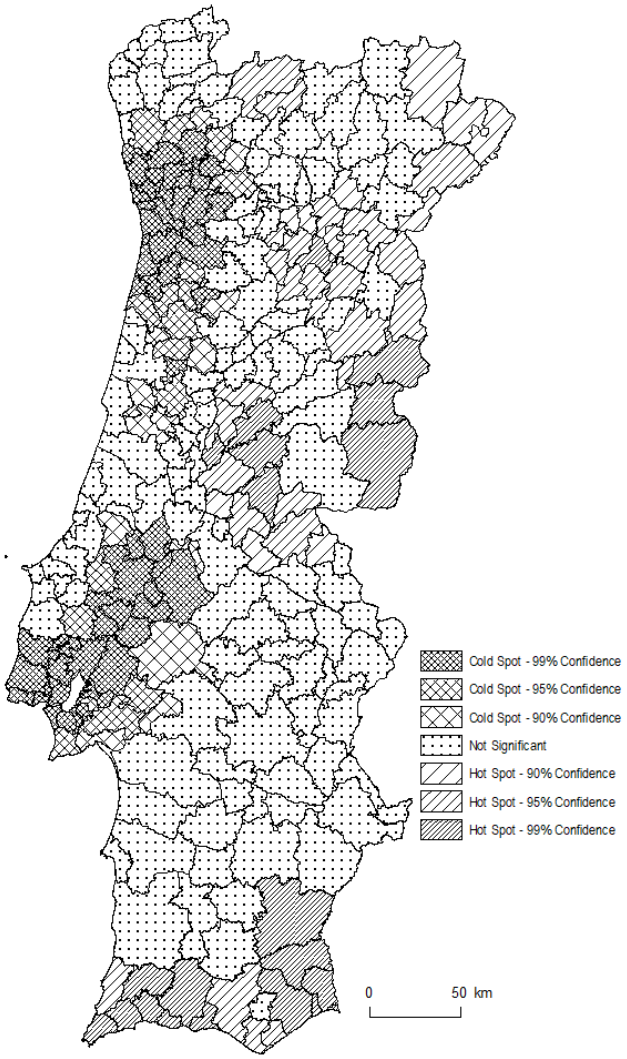
Em 2001, mantêm-se as mesmas manchas que em 1991, mas com algumas diferenças visíveis (Figura 46 e Figura 47).



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2001 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 46 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2001

Reforçam-se e alastram as grandes áreas de "cold spots" junto às áreas metropolitanas, sendo que a norte isso se processa entre Coimbra e o Porto e, mais a sul, próximo de Lisboa, isso corresponde a uma mancha de municípios que abrange a AML e alastra para NE ao longo do Vale do Tejo. O núcleo da Beira Alta está agora, face a 1991, menos reforçado, ainda que continue organizado à volta de Sernancelhe. A Beira Interior e o maciço central, pesem embora balanços que reforçam ou amenizam alguns dos "clusters" anteriores, continuam a ser identificáveis. Por último, no Algarve, Faro e Silves, talvez mais integrados no sistema de desenvolvimento urbano, talvez mais sustentável, do Algarve (Moreira, 2008:516), surgem de forma menos significativa, mas, em contraponto, Mértola, no Alentejo, aparece integrado na mesma lógica dos municípios tendencialmente mais turísticos do Algarve,



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2001 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 47 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2001 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior)

Obviamente que, tratando-se de representações relativas do fenómeno, muitas das áreas que surgem como "cold spots" acabam por ser também áreas de concentração de segundas residências, ainda que com menor representatividade face à sua principal função residencial urbana. Isto é, apesar das áreas metropolitanas serem territórios de concentração da habitação, ainda que em desequilibrada relação com a localização do emprego[51], elas não deixam também

[51] Dizemos desequilibrada porque continuam a ser urgentes as medidas de facilitação das deslocações de casa para o emprego, seja pelo combate à tendência de alastramento das áreas suburbanas e periurbanas, seja pela promoção de uma eficiente rede transportes públicos (Costa, 2007).

de ser áreas de localização preferencial de segundas residências, tal como a nossa investigação irá mostrar. De facto, a ideia de que as segundas residências se relacionam apenas com a fruição de momentos de lazer em locais com qualidades ambientais específicas, não é sustentável quando se considera o cruzamento entre necessidades de alojamento e a fruição de funções urbanas essenciais como, por exemplo, o acesso à formação e à saúde, pelo que pode até ocorrer a preservação de direitos de residência que um mercado imobiliário disfuncional ajuda a manter fora de qualquer eficiência social razoável[52].

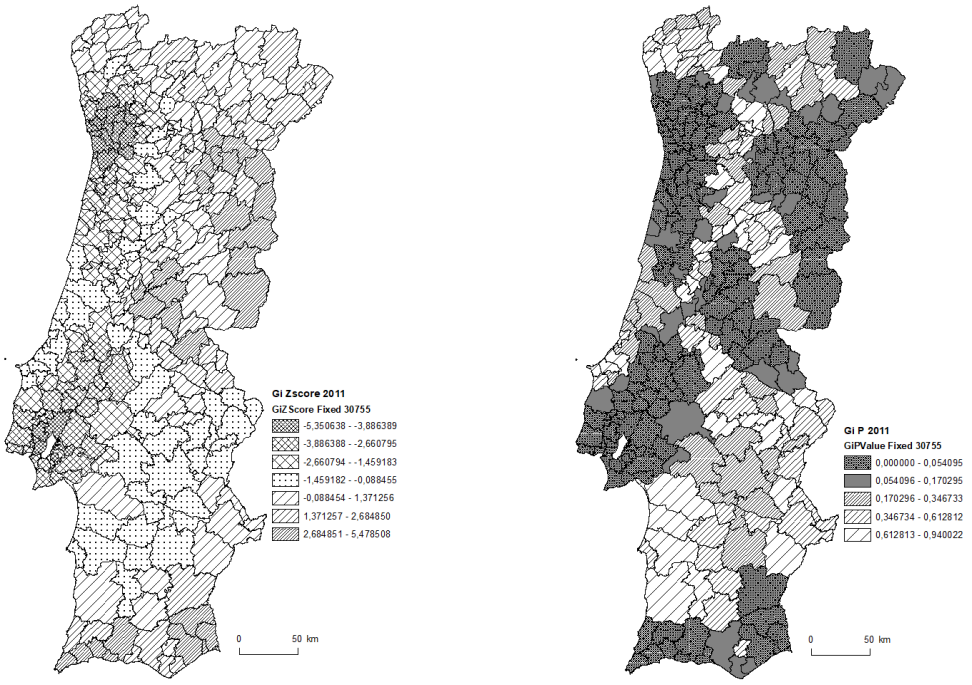
6.3.2.6. A situação em 2011

2011 é um ano de confirmação e, até certo ponto, de retoma das tendências que já se vinham desenhando desde 1991. Por um lado, o grande grupo de concelhos que se estendia desde uma grande parte da Beira Alta e Interior, num arrumo mais fronteiriço, mas onde ficava de fora, pelo menos na mesma intensidade, o concelho de Pinhel, marca uma presença mais vincada. Trata-se de um "hot spot" que já faz parte da História nacional, o qual, apesar da sua ligação a uma região do Continente sofredora com o abandono dos campos, acaba por não ser assim tão massacrada por um comportamento demográfico expectavelmente mais negativo. Aliás, a observação da Figura 36 (página 150), mostra claramente que essa relação direta não é assim tão clara quando se consideram as Figura 48 e Figura 49.

Mas, 2011 é o último ano de recenseamento da habitação disponível, pelo que a informação aí veiculada é fundamental para se perceberem as investigações mais recentes. Para além dos traços fundamentais que cruzam os valores de z-score e de «p» constantes nos mapas da Figura 48, os quais redundam nos cinco grupos fundamentais ilustrados pela Figura 49, é de salientar a continuação de um padrão que opõe as áreas mais urbanizadas, com menor representação de segundas residências, a um interior centro e norte e litoral sul que se têm mantido constantes como territórios de atração deste tipo de imobiliário. Entre estas duas situações mantêm-se outras duas que espicaçam a nossa curiosidade. Por um lado, desenha-se uma faixa de separação nítida entre as áreas de "hot" e de "cold" "spot" e, por outro, mantem-se um rural alentejano "livre" de segundas residências, mas onde é vincada, para além de um

[52] Apenas como nota ilustrativa, não se pode deixar de apontar alguns exemplos, um do inquérito ao nível do Continente e outros de um recenseamento que coordenámos num bairro social de Lisboa, e onde se mantinham os contratos com essas residências, mesmo após a saída dos seus habitantes para outros concelhos da periferia da AML. Nestes casos, a manutenção de uma casa na Cidade a baixo custo, era uma opção que justificava a existência da tal segunda residência. Notas curiosas que ajudam a perceber a diversidade do conceito.

pequeno grupo de concelhos no Norte Alentejano[53], a permanência do município de Mértola, onde a oposição entre um interior seco e abandonado e uma margem do Guadiana apelativa e enriquecida com a defesa da cultura mourisca, é um exemplo vivo da proteção cultural nacional.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2011 (INE) e uso do Arc Map 10.6

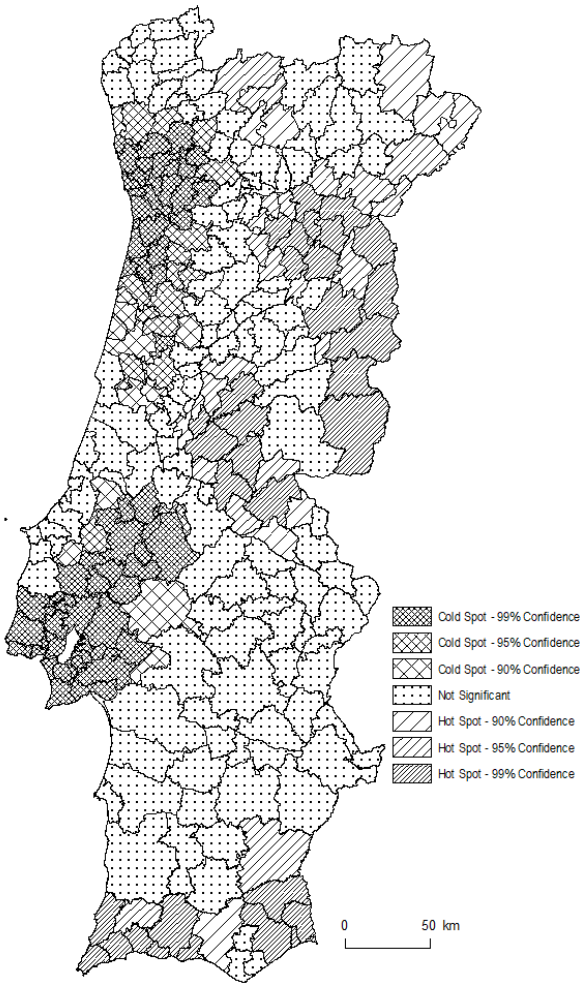
Figura 48 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2011

Permanece, assim, ao longo das décadas que medeiam entre 1970 e 2011, um padrão de distribuição das segundas residências que é marcado, por um lado, pela menor importância geral e relativa em duas grandes áreas organizadas em torno de alguns dos principais centros urbanos e, por outro, por três grandes manchas onde a sua representatividade é forte, significativa e muito afastada dos valores médios do Continente: i) uma, ao longo da raia central e alargando-se para a sub-região do Douro e, com menor intensidade, para norte, ao longo da fronteira; ii) outra, centrada em alguns concelhos serranos do designado Pinhal Interior, abrangendo uma boa parte das serras da Lousã e do Açor; iii) uma área no Algarve, a qual tem vindo a

[53] Municípios de Nisa, Castelo de Vide, Crato e Gavião, já na transição para a região beirã e que, tanto em termos paisagísticos, como mesmo culturais, ainda é objeto de discussão sobre a sua verdadeira identidade territorial.

desagregar-se em duas, a sotavento e a barlavento, intercaladas por uma faixa central mais diretamente organizada pela área de influência imediata de Faro, integrando Silves, Olhão e São Brás de Alportel.

Dada a importância desta análise para a totalidade desta investigação, entende-se ser relevante aprofundá-la, para este último ano censitário, tendo por base a divisão em freguesias.



Fonte: Elaboração própria com dados do Recenseamento Geral da Habitação, 2011 (INE) e uso do Arc Map 10.6

Figura 49 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2011 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior)

Nos próximos pontos e capítulos, para além de se tratarem com maior detalhe geográfico e administrativo os anos mais recentes, nomeadamente em termos tipológicos, será também preparado o percurso, tanto em direção à exploração de um modelo de feitos e impactes sobre

o desenvolvimento local, como a análise dos resultados dos inquéritos realizados a nível sub-regional e do continente, sobre a posse, características e utilização das segundas residências. Mas,

7. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TIPOLOGIAS DE MUNICÍPIOS DO CONTINENTE

7.1. Uma tipologia para 1991

A primeira tipologia que conhecemos tendo por base indicadores sobre as segundas residências é de 1991 e foi ensaiada por Maria Caldeira na sua dissertação de mestrado (Caldeira, 1995). Tratou-se de um trabalho pioneiro e a autora, na altura com as mesmas dificuldades de obtenção de dados estatísticos diversificados que atualmente se mantém, socorreu-se de cinco indicadores (Caldeira, 1995:96), a saber:

- Percentagem de residências com ocupante ausente no total de alojamentos familiares;
- Percentagem de residências de uso sazonal, também no total de alojamentos familiares;
- Percentagem de residências secundárias (designação que a autora atribuiu à soma das com ocupante ausente e as de uso sazonal), também no total de alojamentos familiares;
- Taxa de função residencial secundária, um indicador que também já foi utilizado e que pondera as segundas residências com as residências habituais, em percentagem;
- Valores padronizados[54] do número de residências secundárias.

Para definição da tipologia a autora socorreu-se de uma taxonomia numérica, considerando como medida de distância o valor do coeficiente de correlação de Pearson e, como uma estratégia de agrupamento, a distância média. No entanto, este ensaio não foi aplicado a todos os concelhos do Continente, mas apenas a um conjunto de 111, ou seja, àqueles onde,

[54] A padronização de dados é muito comum, sendo a mais habitual o cálculo de percentagens ou outros rácios similares. No caso da padronização aqui utilizada, e que já mencionámos no capítulo anterior, utilizou-se o designado *z-score*, o qual corresponde ao afastamento, medido em número de desvios padrões, aos valores médios de uma série de valores. O *z-score* transforma uma variável contínua numa outra, sem dimensões, com uma média de 0 e um desvio padrão de 1.

pelo menos, um dos indicadores retidos para análise se situava acima da média mais um desvio padrão. O argumento apresentado foi o de que "não fazer sentido incluir numa tipologia da residência secundária, os municípios onde o fenómeno [tinha] pouco ou nenhum significado" (Caldeira, 1995:98). Trata-se de um argumento que, tal como já se viu, se relacionará com a ainda relativamente fraca incidência e contabilização do fenómeno (Figura 25), mas que, eventualmente, estará mais relacionado com dificuldades de computação, do que com a obtenção de resultados espúrios, pois em termos analíticos seria também relevante colocar hipóteses sobre as razões que poderiam justificar, em mais de metade dos municípios de Portugal Continental, uma mais fraca expressão do fenómeno.

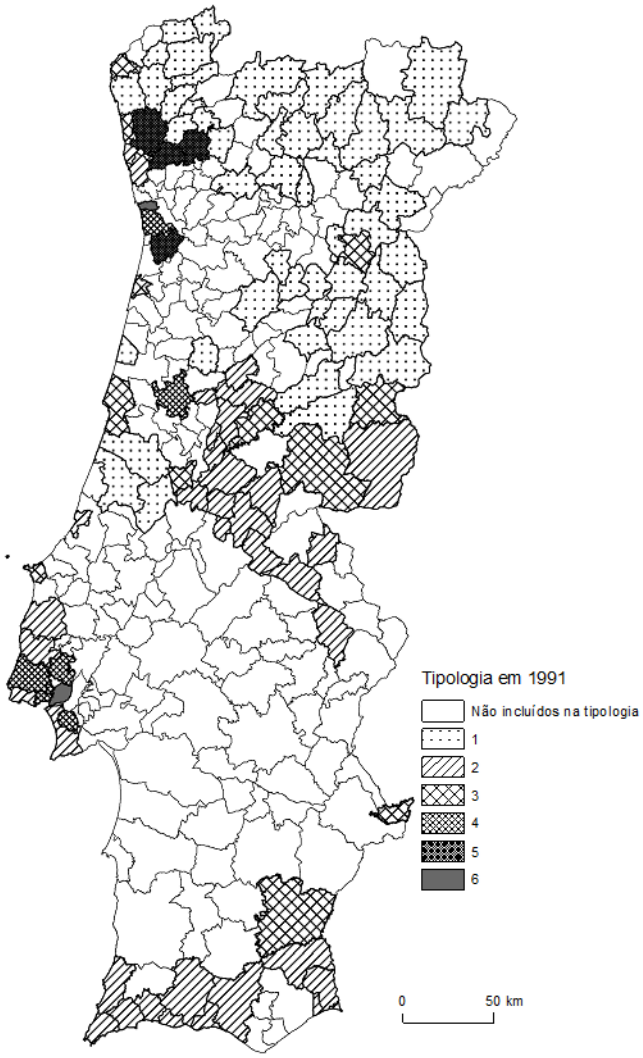
Mas, tendo presente o que antes se referiu, os resultados corresponderam à formação de seis tipos, o último dos quais, incluindo apenas os concelhos de Lisboa e do Porto, poderia ser subdividido em dois:

Tipo 1 – "Concelhos com forte implantação de residência com ocupante ausente, elevada função de residência secundária" (Caldeira, 1995:99) – Este tipo tinha mais expressão a norte do Douro e na Beira Interior, facto que, apesar da autora, cautelosamente, não o assumir, pode apontar para realidades geográficas onde foi muito forte a incidência do fenómeno emigratório, sobretudo para o estrangeiro, mas também para a região de Lisboa. A forte representação de segundas residências no total dos alojamentos familiares, bem como a da relação entre elas e os alojamentos de residência habitual (função residencial secundária) e, ainda, as percentagens mais elevadas de residências com ocupante ausente, são os principais traços distintivos deste tipo.

Tipo 2 – "Concelhos com forte implantação de residência de uso sazonal e elevada função residencial secundária" (Caldeira, 1995:99) – salientam-se alguns concelhos do litoral oeste e sul, bem como um conjunto mais concentrado no designado «pinhal interior» mas também englobando Idanha-a-Nova e alguns concelhos do «norte alentejano». Em termos gerais, este tipo apresenta as mesmas características que o anterior, mas com uma diferença substancial no que diz respeito à representação das segundas residências, já que enquanto no primeiro dominam os alojamentos com ocupante ausente, presumivelmente ligados ao fenómeno emigratório, neste tipo 2 são os alojamentos de usos sazonal ou secundário que assumem maior importância.

Tipo 3 – "Concelhos com forte implantação de residência secundária (mista) e com elevada função residencial secundária" (Caldeira, 1995:99) – são doze concelhos dispersos pelo

litoral e interior, parecendo misturar realidades muito diversas que balançam entre estâncias de férias, sobretudo no litoral, e concelhos de muito antiga incidência das migrações internas, sobretudo em direção à AML. Para além da elevada proporção de segundas residências comparativamente aos alojamentos de residência habitual, salienta-se uma relativamente equilibrada composição do conjunto (o que a autora designou por «residência secundária») por alojamentos de uso sazonal e os que foram recenseados como tendo o ocupante ausente.



Fonte: elaboração própria com base em Caldeira, 1995, p. 102-104

Figura 50 – Tipologia dos "concelhos com forte implantação de residência secundária", segundo Caldeira (1995)

Tipo 4 - "função residencial secundária intermédia" (Caldeira, 1995:100) – este tipo inclui um total de sete concelhos, a maior parte deles na AML, mas também Vila Nova de Gaia

e Coimbra. Trata-se de uma situação que nos levanta algumas dúvidas sobre o real significado das segundas residências nestes concelhos, mas reconhecemos que, tal como a autora salienta, existem alguns atrativos indubitáveis como, por exemplo, em Sintra, que justificam a existência de alguns núcleos de mais forte concentração deste tipo de alojamento. De qualquer modo, a mesma justificação dificilmente cobre as realidades da Amadora, Loures ou Seixal.

Tipo 5 – "fraca função residencial secundária, [mas] um número considerável de residências com ocupante ausente" (Caldeira, 1995:100) – tipo que apenas inclui quatro concelhos, todos a norte, na envolvente alargada do Porto. Trata-se de municípios de urbanização difusa, pluriatividade e grande implantação de indústrias intensivas em mão-de-obra e onde o fenómeno emigratório, apesar de relevante, não assumiu valores relativos mais elevados que outros municípios mais rurais e periféricos. Daí, ser também apreciável a proporção de residências com ocupante ausente.

Tipo 6 – "função residencial secundária fraca, mas (…) um número apreciável de residências de uso sazonal, que ficam esbatidas no conjunto das residências permanente" (Caldeira, 1995:100) – este tipo é constituído apenas pelos concelhos de Lisboa e Porto. Apesar do mais fraco peso relativo das segundas residências, o seu número absoluto era em 1991, e continua a ser ainda hoje, muito elevado.

Como se pode observar, a tipologia definida acaba por assentar na verificação de três grandes tendências: i) o maior ou menor peso das segundas residências comparativamente aos alojamentos de residência habitual; ii) a maior ou menor proporção de residências sazonais ou das com ocupante ausente; e iii) os volumes absolutos da agregação destes dois tipos de alojamento. Em suma, as principais distinções acabam por se relacionar: i) com o carácter mais urbano ou rural dos concelhos, do ponto de vista das suas densidades de ocupação e, logo, da sua maior ou menor capacidade de fixação de residentes; ii) com a intensidade do fenómeno emigratório, sendo também relevante o seu direcionamento e antiguidade; iii) com a real vocação dos municípios para a consolidação do fenómeno das segundas residências tendo por base amenidades ambientais e culturais específicas, isto é, onde é mais dominante o fenómeno turístico por contraponto (temporário) das ligações sentimentais ou de apego ao lugar.

Nos pontos seguintes, apesar do recurso a indicadores diferentes daqueles que Maria José Caldeira utilizou, irá analisar-se de que modo se mantém ou altera a realidade que as estatísticas descreveram para 1991.

7.2. Uma tipologia para 2001

Num artigo que constitui uma inovadora abordagem sobre o fenómeno das segundas residências em Portugal (M. de N. O. Roca, Roca, & Oliveira, 2009), foi estabelecida uma classificação territorial que abarca e discrimina as mais variadas incidências deste tipo de ocupação do espaço geográfico. Através dessa classificação, e tendo em conta os problemas de disponibilidade de informação estatística, chegou-se a uma tipologia cujos contornos explicativos passaram pela identificação empírica das principais características associadas ao padrão espacial de distribuição das segundas residências em Portugal.

Para a elaboração da tipologia, aqueles autores socorreram-se de toda a informação estatística disponível nos censos de 1991 e de 2001 sobre segundas residências (designadas nos censos por residências secundárias ou sazonais). Tal como já se referiu antes, essa informação estatística, desagregada à escala do município e da freguesia, é escassa e refere-se aos quantitativos ou stocks existentes e a duas características básicas dos edifícios onde se verifica a sua ocorrência: o tipo de ocupação dominante e o número de alojamentos e o período da sua construção. O tipo de ocupação distingue entre os edifícios que são principalmente residenciais e os que não são principalmente residenciais[55] e os períodos de construção são classificados de acordo com intervalos variáveis e que são os seguintes: até 1919, de 1919 a 1945, de 1946 a 1960, três conjuntos de 10 anos de 1961 a 1990, de 1961 a 1970, de 1971 a 1980, de 1981 a 1990, 3 conjuntos de 5 anos de 1991 a 2005 e, por último, o período de 6 anos que vai de 2006 a 2011.

Os autores construíram e alimentaram um conjunto de 5 indicadores que para maior facilidade de leitura, tendo em conta a sua arquitetura, significado e eventual experiência de utilização, organizámos no quadro seguinte.

[55] A categoria de edifícios principalmente residenciais relaciona-se com a existência de alojamentos e usos complementares em 50% ou mais da sua área isto é, de acordo com o INE, "edifício cuja área está afeta na sua maior parte (50 a 99%) à habitação e a usos complementares, como estacionamento, arrecadação ou usos sociais" (http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema?voltar=1), de onde se infere que os edifícios principalmente não residenciais serão aqueles onde a habitação representará menos de 50% da sua área.

Quadro 9 – Indicadores retidos para análise e formação da tipologia de 2001

Designação do indicador	Utilidade ou pertinência	Experiência de utilização
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2001 (%).	Mede a frequência relativa de ocorrência das segundas residências. É bastante usado para determinar a vocação dos territórios para este tipo de alojamento, referindo ainda os autores o seu uso na determinação da "pressão da expansão de segundas residências no uso do solo".	Nos Estados Unidos, Zhu Xiao Di, McArdle, & Masnick (2001); em Espanha, Casado-Diaz (2004).
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 1991 e 2001	Trata-se de um indicador de uso frequente quando se pretende medir o grau de dinamismo de qualquer fenómeno ao longo do tempo, aquilo a que os autores chamam a "intensidade/ritmo da (…) expansão [das segundas residências]"	Este indicador foi também usado, por exemplo, por Müller (2002), na Suécia, e Casado-Diaz (2004), em Espanha.
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 1991 e 2001 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2001 (%)	O objetivo é avaliar o dinamismo do fenómeno quando esteja em causa a construção de novo edificado, para além de, tal como referem os autores, também ser "um indicador da importância das segundas residências de construção recente".	Não referenciamos a utilização deste indicador em nenhum outro trabalho.
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2001 (%)	Mede a proporção dos edifícios unifamiliares no conjunto das segundas residências. Os valores deste indicador são relevantes para aferir a intensidade e a extensão do uso do solo. Tal como os autores referem, as residências unifamiliares são "mais comuns nas áreas rurais".	Não referenciamos a utilização deste indicador em nenhum outro trabalho.
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2001 (%)	Em complemento com o indicador anterior, este pretende medir a representação de segundas residências em edifícios maiores, ou seja, com mais alojamentos. O pressuposto é o de que os prédios com mais alojamentos e com segundas residências, são característicos de "subúrbios metropolitanos e das estâncias de férias".	Não referenciamos a utilização deste indicador em nenhum outro trabalho.

Fonte: Elaboração própria

A tipologia produzida[56] no mesmo ensaio de Oliveira-Roca et all. (2009), com base em dados de 1991 e 2001, resultou na identificação de grupos de municípios que, tendo em conta

[56] Em termos metodológicos, os autores consideraram a utilização de uma técnica de análise de clusters com base na utilização do método de Ward, o qual tem como objetivo a constituição de grupos de unidades de análise com

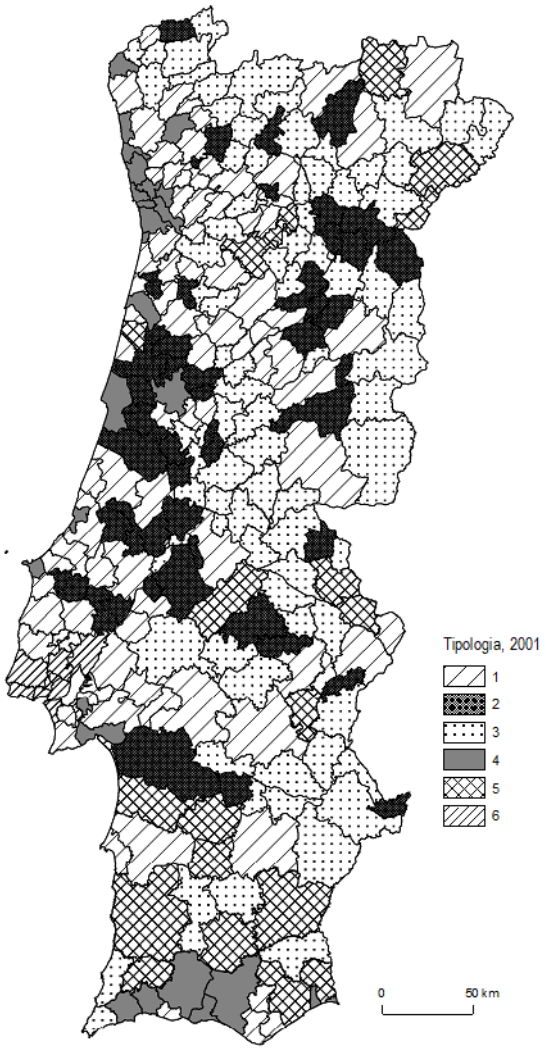
as suas conclusões e também o conhecimento empírico do fenómeno, corresponderam a uma sistematização da expressão territorial do conceito de segunda residência que pode ser apresentada da seguinte forma:

1. Tipo 1 – Áreas periurbanas: 86 municípios, principalmente situados nas periferias de contacto entre áreas urbanas e rurais de Lisboa e Porto; em termos relativos, a representação de segundas residências não é muito forte (em torno dos 19% do total de alojamentos), mas a sua taxa de crescimento é elevada (acima dos 40%) e verifica-se uma presença significativa de construções pós 1991; pode-se sintetizar que se trata de municípios relacionados com a possibilidade de, a custo e tempo reduzidos, poder-se ampliar o usufruto de recreio e lazer em períodos curtos.
2. Tipo 2 – Áreas rurais adjacentes às periurbanas: 52 municípios com uma localização preferencial em áreas contíguas às periurbanas dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto e de outros centros de importância regional, tanto no litoral como no interior; com uma representação de segundas residências ligeiramente acima do cluster 1 (22%); tratam-se na grande maioria de habitações unifamiliares (89%); a taxa de crescimento de 1991 para 2001 foi de cerca de 15%.
3. Tipo 3 – O espaço rural despovoado ou em processo de despovoamento: 83 municípios onde as segundas residências representam uma proporção acima de 30% relativamente ao total de alojamentos, ocupando em mais de 90% dos casos edifícios unifamiliares e com taxas de crescimento, face a 1991, acima dos 48%.
4. Tipo 4 – Áreas vocacionadas para estâncias de férias: 26 municípios do litoral e, principalmente, da região do Algarve; as segundas residências em prédios de construção entre 1991 e 2001 tem aqui a proporção mais elevada (32.3%), sendo também elevada a sua representação em prédios com dez ou mais alojamentos (37%) bem assim como a sua taxa de variação entre 1991 e 2001, a qual foi de 64%.
5. Tipo 5 – Áreas rurais com amenidades ambientais e culturais: 21 municípios principalmente caracterizados por possuírem áreas protegidas do ponto de vista ambiental e paisagens culturais também protegidas; o principal traço diferenciador deste

minimização da variância interna e maximização da variância externa, isto é, entre diferentes grupos. De facto, qualquer técnica constitutiva de grupos ou clusters, ou mesmo qualquer técnica de análise multivariada, parte do princípio geral de que a variância interna de cada grupo deve ser mínima, ao mesmo tempo que a que diferencia cada um dos grupos deve ser máxima, isto é, noutra ótica, a correlação entre variáveis dentro de cada grupo deve ser máxima, ao mesmo tempo que a correlação entre grupos deve tender para zero.

cluster face aos restantes é a elevadíssima taxa de variação das segundas residências entre 1991 e 2001, na ordem dos 110%, ainda que a sua proporção no total de alojamentos seja de 28%, abaixo do verificado no cluster 3.

6. Tipo 6 – Área Metropolitana de Lisboa (AML): 10 municípios da AML incluindo o de Lisboa, onde as segundas residências têm uma menor representação relativa (12% do total de alojamentos), sendo sobretudo relevante a sua implantação em edifícios com 10 ou mais alojamentos (48%) e uma mais baixa taxa de variação entre 1991 e 2001 (cerca de 17%).



Fonte: Elaboração própria com base em dados de Oliveira-Roca, Roca, Leitão, 2007

Figura 51 – Tipologia de municípios com segundas residências, em 2001

Em síntese, a tipologia descrita aponta para:

i) a formação de conjuntos de municípios correspondentes a áreas rurais em

despovoamento e onde são mais vincados os efeitos da emigração, tanto para o estrangeiro como para as áreas metropolitanas, decerto aqueles onde é também preponderante a permanência da antiga ou a construção da nova habitação destinada, num primeiro momento, às férias e, num segundo momento, à instalação definitiva após retorno da área ou do país de imigração;

ii) municípios abrangidos por áreas significativas de paisagem protegida, daí oferecendo amenidades ambientais naturais de excelência;

iii) municípios que, já desde os anos 60, experimentaram de forma mais intensa o processo de crescimento turístico, sobretudo ancorado no produto "sol e mar" que, em maior medida, iniciou a expansão do fenómeno das residências secundárias;

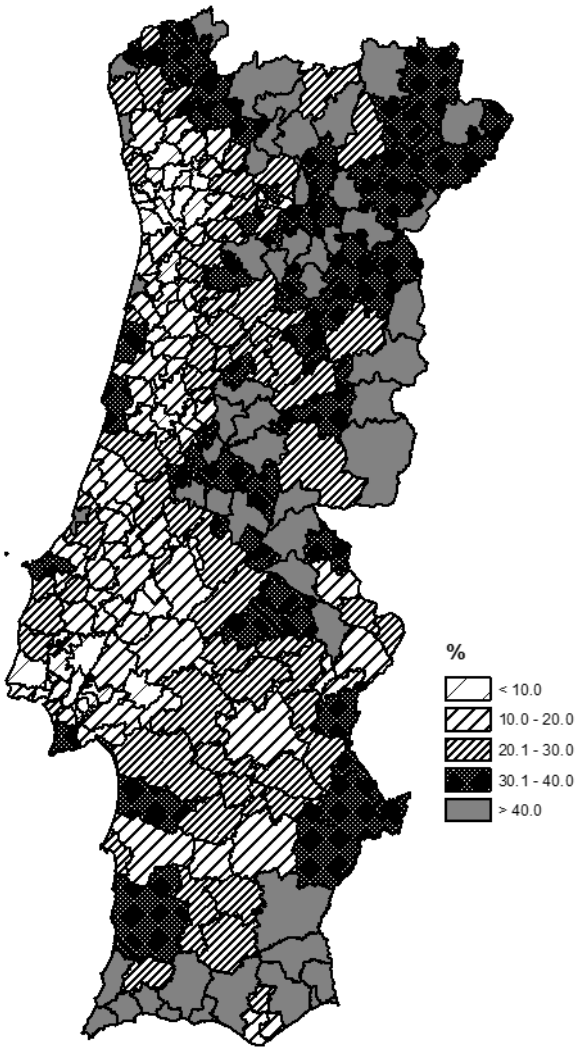
iv) municípios correspondentes a áreas mais densamente urbanizadas, ou outros nas suas proximidades e onde mais recentemente surgiram empreendimentos urbanísticos principalmente destinados a uma utilização sazonal, gozando de amenidades relacionadas com recursos turísticos primários e, também, secundários, que alimentam uma nova classe, na aceção de Thorstein Veblen (Veblen, 1994), fruidora e alimentadora de modos de vida de ostentação.

7.3. Uma tipologia para 2011

7.3.1. Metodologia

No caso desta tipologia baseada nos indicadores disponíveis, e que não são muitos, começa-se por ver qual a expressão territorial de cada um deles. Isso ajudará a compreender os grupos que se irão estabelecer, do mesmo modo que tornarão mais clara a transição do período 1991-2001 para o de 2001-2011.

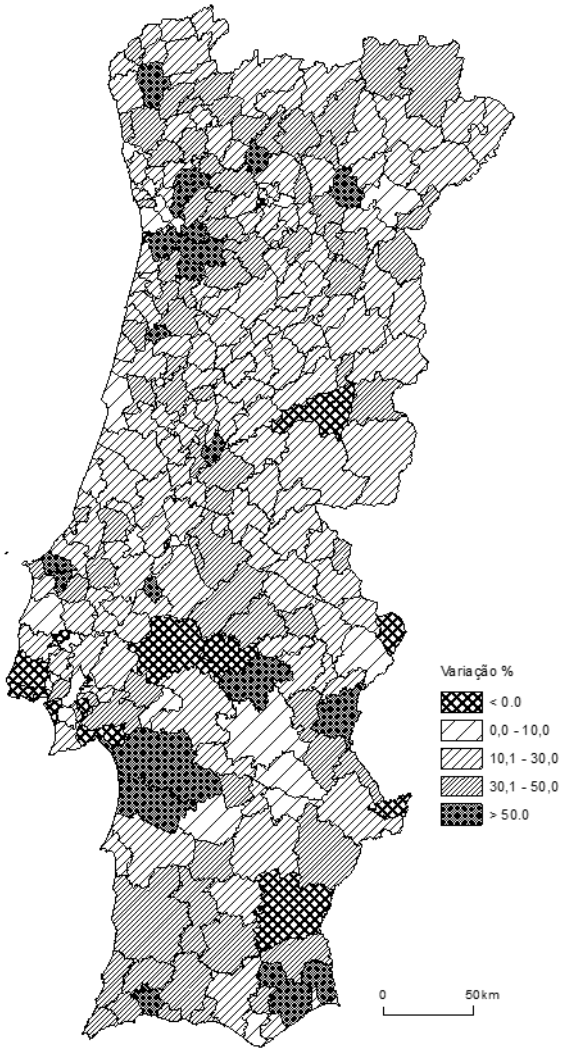
Tal como já se tinha visto antes, em 2011, o padrão de distribuição geográfica dos valores mais elevados de proporção de segundas residências no conjunto dos alojamentos familiares, põe em evidência três tipos de situações. Por um lado, os territórios marginais do País, os quais se diferenciam entre um norte e centro fronteiriços ou mais interiores e, por outro, um litoral algarvio mais turístico, a que acrescem vários outros municípios do litoral oeste, tradicionalmente encarados, em maior ou menor grau, comos estâncias de férias.



Fonte: elaboração própria com dados do INE

Figura 52 - Segundas residências em 2011, em percentagem do total de alojamentos familiares

A taxa de variação entre 2001 e 2011 apresenta um padrão territorial complexo. Por um lado, traduz uma redução do número de segundas residências em alguns concelhos do continente, com destaque para os da AML, acompanhada por valores de crescimento mais baixos em concelhos principalmente urbanos. Por outro, no caso dos concelhos mais rurais, é possível diferenciar entre duas situações que oscilam entre alguma redução das taxas de crescimento face à década anterior e a manutenção em alta de outras que consolidam situações anteriores de vocação para este tipo de imobiliário.

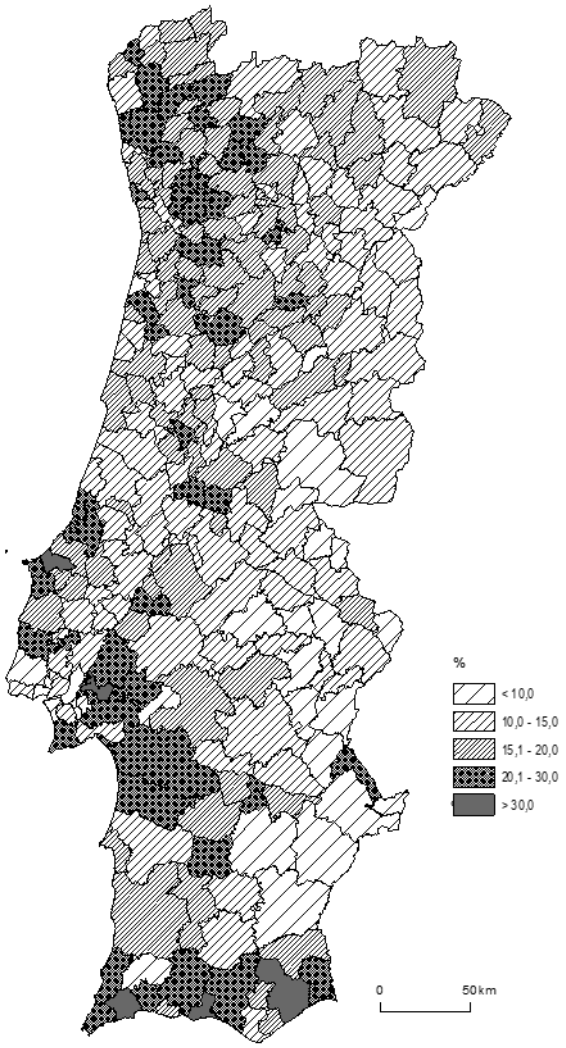


Fonte: elaboração própria com dados do INE

Figura 53 - Taxa de variação de segundas residências de 2001 para 2011

Por último, surgem alguns concelhos em áreas muito diferenciadas que apontam para elevadas taxas de crescimento eventualmente mais relacionadas com a manutenção de elevados investimentos em imobiliário turístico, tanto a sul como a norte do território continental.

Outro indicador que serviu para expressar a tipologia elaborada com dados de 2001 e que agora repetimos com dados de 2011, foi o das segundas residências situadas em prédios de construção na década anterior ao Censo, ou seja, no caso vertente, de 2001 a 2011 (Figura 54).



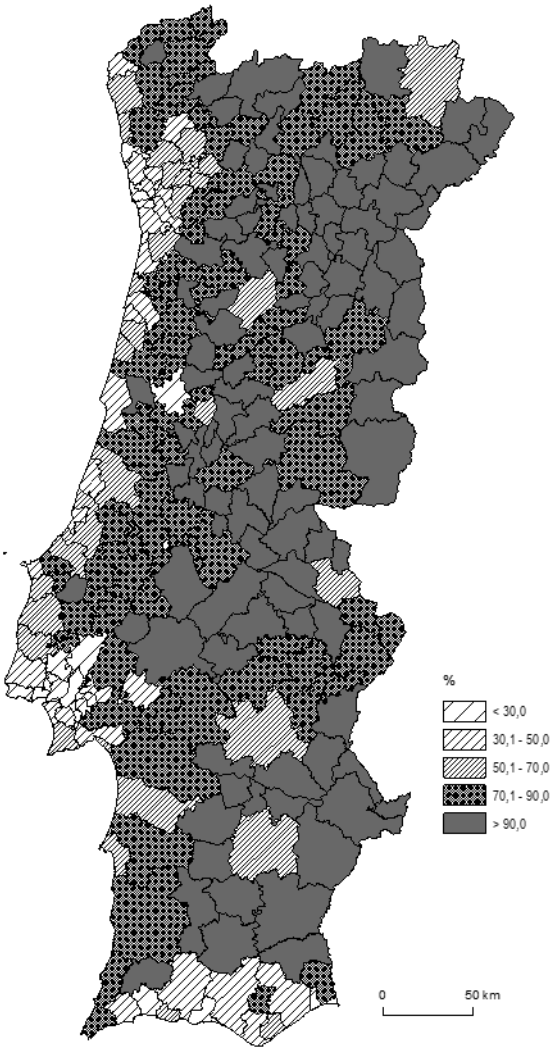
Fonte: elaboração própria com dados do INE

Figura 54 - Segundas residências em prédios construídos entre 2001 e 2011, em percentagem do total de segundas residências

Trata-se de um indicador que pretende evidenciar o dinamismo mais recente deste tipo de imobiliário, apesar de nada adiantar sobre a sua maior ou menor incidência nas áreas do continente que surgem com maiores ou menores representações. De facto, sendo a incidência relativa do fenómeno mais antiga e relevante em áreas do interior e, sobretudo, nas regiões centro e norte, mas também no litoral Algarvio e nalguns municípios litorais a norte de Lisboa, surgem bem evidenciadas por este indicador duas observações interessantes, inclusive do ponto de vista dos efeitos: i) o maior dinamismo construtivo, ou a apropriação de imobiliário mais recente por parte das segundas residências, nos municípios, ou que já eram importantes estâncias balneares, ou com outras amenidades ambientais, nomeadamente em torno da AML, no Algarve e, também, de forma mais dispersa, no noroeste em torno do Porto; ii) o

concomitante efeito de recuperação do edificado mais antigo em áreas mais interiores e rurais e que mais cedo experimentaram um mais forte crescimento do fenómeno cujo dinamismo ainda continua de 2001 para 2011 (cf. Figura 53).

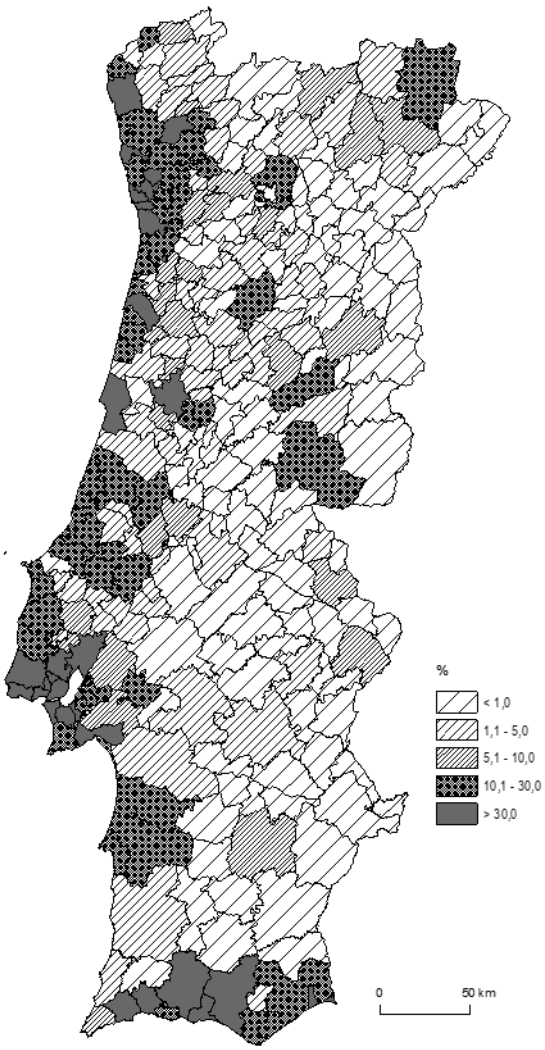
Quando se consideram as segundas residências situadas em edifícios de apenas um alojamento familiar (Figura 55), não restam dúvidas de que esta é a morfologia preferida, fortemente maioritária e quase que igualmente distribuída por todo o território continental. Os valores acima de 50% do total de segundas residências nesta tipologia habitacional estão presentes na grande maioria dos municípios, sendo as exceções alguns concelhos das áreas metropolitanas, de outros com áreas de veraneio bem conhecidas e, por isso, também com maior procura, com destaque para um grande número de concelhos algarvios.



Fonte: elaboração própria com dados do INE

Figura 55 - Segundas residências em prédios unifamiliares, em percentagem do total de segundas residências

O mapa da figura seguinte, onde se apresenta a proporção de segundas residências situadas em prédios com 10 ou mais alojamentos (Figura 56), quase corresponde, naturalmente, ao inverso do mapa da figura anterior, não fosse estarem em falta toda a parcela daquelas que se localizam em prédios com mais de um e menos de dez alojamentos.



Fonte: elaboração própria com dados do INE

Figura 56 - Segundas residências em prédios com 10 ou mais alojamentos, em percentagem do total de segundas residências

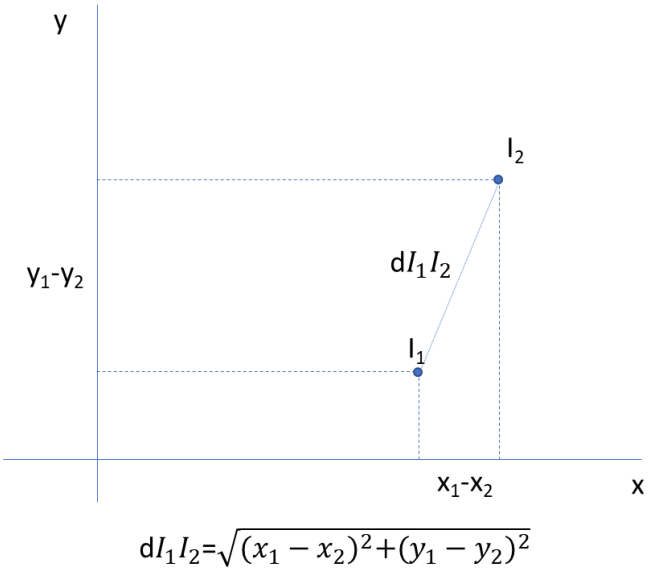
De qualquer modo, as áreas mais urbanas do Continente, desde o litoral a sedes de distrito mais interiores, surgem mais representadas neste indicador, facto que aponta para dois tipos de situações diferenciadas: por um lado, e como já se referiu, i) áreas de veraneio, com maior procura e, desde logo, com maior densidade de oferta e, por outro, ii) existência de

segundas residências de carácter mais urbano e com motivações diferenciadas face aos usos tradicionalmente percebidos como normais para este tipo de imobiliário. Estão neste último caso as segundas residências localizadas em concelhos muito próximos dos de primeira residência, eventualmente com usos associados às deslocações em trabalho, ao trabalho intelectual ou à frequência de estabelecimentos de ensino, ou a outros fins que não apenas o recreio e lazer, num contexto cada vez mais de vida multilocal em hipermobilidade. (Dick & Duchêne-Lacroix, 2016; Paris, 2006).

A mesma metodologia aplicada aos dados de 2001, foi ensaiada para os dados de 2011 e os resultados não foram muito diferentes, ainda que tenham sido um pouco mais esclarecedores sobre a homogeneidade territorial das características retidas para análise, as quais, e convém reafirmar esse facto, são as únicas acessíveis através dos mecanismos, processos e resultados dos recenseamentos da habitação.

Qualquer tipologia, ou ensaio de análise de *clusters*, parte do princípio de que o objetivo é encontrar grupos estáveis, coerentes e homogéneos de unidades de análise, os quais se diferenciarão dos restantes pelo facto de terem características que os distinguem e isolam. Este princípio, presente em qualquer técnica de análise multivariada tendente à identificação de grupos ou tipos, é muitas vezes resumida na frase de que os tipos são os grupos onde os indivíduos estão fortemente correlacionados no seu interior, mas estes grupos também terão de estar fortemente pouco correlacionados com os outros grupos. Por outro lado, o estabelecimento de qualquer agrupamento, para além dos indicadores, depende de uma técnica, de uma estratégia e de um conjunto de assunções teóricas que viabilizem esta última. Técnicas e estratégias são relativamente simples, já que a constituição de grupos ou tipos se tem de basear na maior ou menor proximidade dos perfis de variação de cada indivíduo relativamente a todos os indicadores retidos para análise. Isto é, tendo em conta uma matriz M cujas linhas são cada um dos indivíduos “I” e “c” colunas onde estão os “c” indicadores retidos para análise, será de esperar que os grupos a formar se baseiem em proximidades relativamente a cada um e ao cruzamento destes “c” indicadores. Esta proximidade terá de ser sempre avaliada através de uma medida de distância, onde a euclidiana é a de mais comum utilização. A partir da matriz de dados inicial, a qual cruza unidades de análise e indicadores, é calculada uma nova matriz de dimensão I por I (ou indivíduos ou unidades de análise por cada um desses indivíduos ou unidades de análise) onde cada uma das suas células traduz a agregação das distâncias entre os “perfis” de comportamento de cada unidade de análise relativamente ao conjunto dos referidos indicadores.

Esta fase de aplicação de uma determinada medida de distância, depende da natureza e escala de medida de cada indicador. Daí, ser usual proceder-se a uma padronização de dados tendo em conta, não só as técnicas tradicionais de cálculo de percentagens, como a média de cada uma das séries e o respetivo desvio-padrão. A estes dados padronizados já é possível aplicar operadores que resumam a medida de distância do perfil do indivíduo, os quais, como no caso da distância euclidiana, se traduzem numa formulação muito simples:



Fonte: elaboração própria

Figura 57 – Método de cálculo da distância em referencial de Euclides

Isto é, tendo em conta o posicionamento de dois indivíduos relativamente aos valores num, ou num conjunto, de indicadores, a sua distância euclidiana será o resultado da operação acima apresentada. Ora, esta é a operação mais simples, já que os grandes problemas ocorrem quando, tendo em conta dois indivíduos eventualmente agrupados, se pretende calcular a sua distância a um outro, ou a outros já agrupados. Trata-se da escolha da melhor estratégia de agrupamento, a qual varia entre os centroides, ou seja, o valor médio ponderado da distância entre todos os indivíduos do grupo a reagrupar, a distância média, ou seja, a média dos valores de distância entre todos os elementos dos grupos, o vizinho mais afastado, ou seja, a opção pela maior distância entre os indivíduos dos grupos e, por último, o vizinho mais próximo, ou seja, o inverso da anterior ou a distância menor entre os indivíduos dos grupos já constituídos e a reagrupar.

Quer-se deixar claras estas ideias, muitas vezes apresentadas com complexidades desnecessárias, para que se entenda que, independentemente da técnica, o que importam são as variáveis ou indicadores que estão na base da sua aplicação. Isto é, a qualidade da informação de entrada, tanto do ponto de vista da sua adequação e pertinência (relação clara entre a qualidade dos indicadores e os objetivos a atingir), como da sua coerência e eficiência (tradução o mais ajustada possível das relações teórico-empíricas entre indicadores e o fenómeno em estudo).

Atendendo ao reduzido número de indicadores que apresentámos e que foram possíveis de construir e alimentar através das estatísticas oficiais, constata-se facilmente que a formação de grupos ou tipos estará condicionada por comportamentos das unidades de análise que conjuguem dicotomias, tais como:

- Forte ou fraca presença relativa de segundas residências;
- Forte ou fraca variação relativa do número de segundas residências no período de 2001 a 2011;
- Grande ou pequena representação daquelas que se situam em prédios construídos entre 2001 e 2011 e, por último,
- também grande ou pequena representação relativa daquelas que se situam em construções unifamiliares ou em prédios com 10 ou mais alojamentos.

Aliás, uma primeira aproximação às relações entre os indicadores retidos para análise (Quadro 10), põe logo em evidência alguns factos interessantes: i) para além da naturalmente extremamente forte oposição entre segundas residências em edifícios multifamiliares e unifamiliares, dois traços característicos da dicotomia urbano/rural, emerge também uma relação negativa significativa entre o primeiro indicador, ou seja, segundas residências em edifícios multifamiliares, e a proporção de segundas residências no total de alojamentos, facto que reforça a mesma oposição; ii) as mais elevadas taxas de variação associadas a edifícios construídos durante a mesma década, o que não pondo de lado a ideia de aproveitamento de edificado mais antigo, não deixa de ser um sinal sobre um dinamismo ajustado às condições da oferta e da procura; iii) por último, a dinâmica de localização de segundas residências em edifícios construídos na década de 2001 a 2011 mostra, ainda que com significado de correlação mais fraco, uma relação positiva com aquelas situadas em edifícios multifamiliares e negativa com as localizadas em edifícios unifamiliares, o que aponta, em parte, para um maior dinamismo das construções em prédios, mais característicos das estâncias de veraneio ou de

mais forte procura turística. Em síntese, há fortes sinais de que, pelo menos na década que culminou com o último recenseamento da habitação, as segundas residências apresentam um padrão distinto quando se trata da reutilização de edificado já existente ou da necessidade de construção nova. O primeiro sinal é consentâneo com áreas mais rurais, enquanto o segundo o é com áreas mais urbanas ou de mais forte desenvolvimento turístico.

Quadro 10 - Matriz de correlação (valores do coeficiente de correlação de *Pearson* e resultados do teste de significado *t-student*)

	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
% SR	1	0,119*	0,028	0,435**	-0,306**
Var. SR 01/11	0,119*	1	0,471**	0,069	-0,076
SR em constr. 01/11	0,028	0,471**	1	-0,149*	0,133*
SR unifamiliar	0,435**	0,069	-0,149*	1	-0,926**
SR multifamiliar	-0,306**	-0,076	0,133*	-0,926**	1

(**) Correlação significativa ao nível 0.01 (99%)
(*) Correlação significativa ao nível 0.05 (95%)

Descodificação das variáveis:

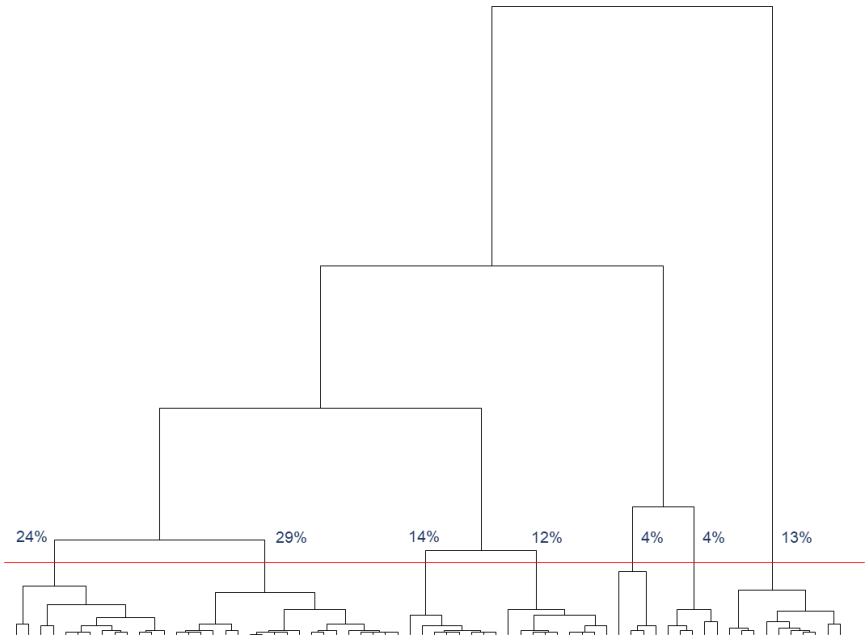
% SR -	Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)
Var. SR 01/11 -	Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011
SR em constr. 01/11 -	Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)
SR unifamiliar -	Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)
SR multifamiliar -	Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)

Fonte: elaboração própria com base em dados dos Censos de 2001 e 2011

Foi aplicada à matriz de dados inicial, constituída, em coluna, pelos cinco indicadores já referidos e, em linha, pelos 278 municípios do território continental, uma taxonomia numérica de tipo ascendente hierárquico, baseada na distância Euclidiana, mas tendo como estratégia de agrupamento o método de Ward, ou da variância mínima. O programa informático utilizado foi o SPAD (Système Portable pour l'Analise des Données), o qual já foi utilizado noutras situações (Oliveira, 2013).

O dendrograma da figura seguinte ilustra, esquematicamente, a sequência de agrupamento das unidades de análise, tendo sido escolhido um corte na formação de sete grupos ou classes estáveis, os quais contêm, respetivamente, 24%, 29%, 14%, 12%, 4%, 4% e 13%,

dos 278 municípios. A opção por este corte[57] deveu-se a duas razões principais: i) a escolha de um número de classes muito próximo do exercício já efetuado para 2001; ii) uma relação equilibrada entre o grau de simplificação e a legibilidade dos resultados. Relativamente ao primeiro ponto, convém referir que o exercício conduzido para 2011 não levou à possibilidade de formação de seis classes, tal como se pode observar no dendrograma da figura seguinte.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 58 – Dendrograma resultante da aplicação de uma classificação mista (centros móveis e hierárquica) à matriz de indicadores de segundas residências por concelho do território continental

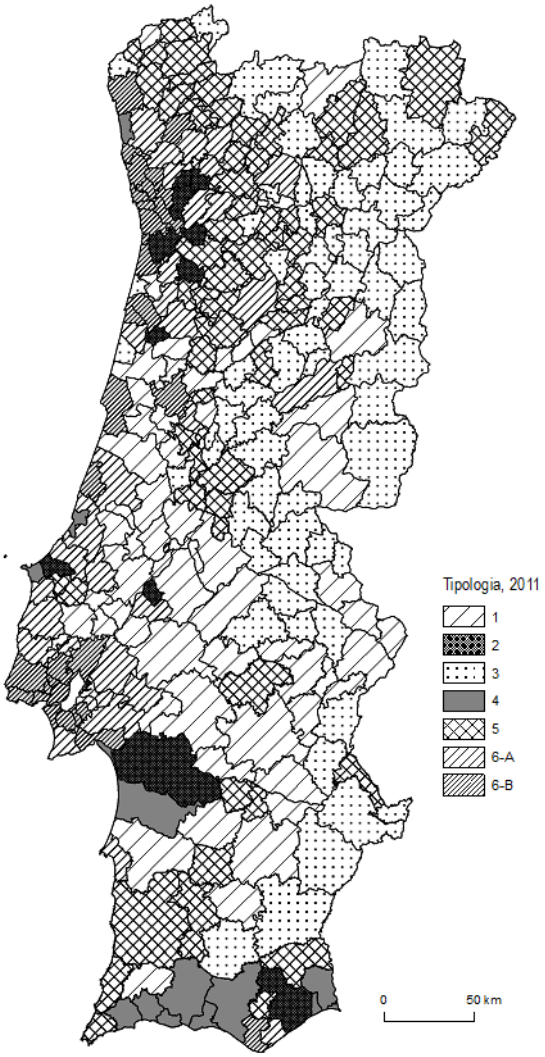
7.3.1. Resultados

O mapa da Figura 59 mostra a distribuição territorial dos vários tipos de municípios identificados neste exercício. Para maior facilidade de exposição, ir-se-á apresentar cada tipo seguindo uma estrutura que contemplará: i) a sua caracterização em função das variáveis relevantes e dos seus valores de V-teste[58] e das estatísticas descritivas básicas; ii) a sua descrição

[57] Cada corte selecionado sofre um processo de classificação, com uma consolidação dos grupos, incluindo a agregação dos indivíduos menos estáveis aos grupos mais próximos, já que, na generalidade há sempre alguns concelhos com maiores dificuldades de classificação que podem transitar de grupo para grupo em função do corte adotado.

[58] O indicador estatístico designado por V-test, traduz o valor do desvio (em termos de variância) entre os valores das variáveis observados na classe e os valores observados no conjunto dos dados (valores esperados). Quanto

e explicação em função de alguns municípios-tipo, ou seja, aqueles que melhor exemplificam o tipo, isto é, aqueles que lhe são mais centrais e que melhor permitem descrever a sua natureza e significado.



Fonte: elaboração própria com dados do INE

Figura 59 – Tipologia dos municípios com base nos 5 indicadores relativos às segundas residências, em 2011

maior for o resultado de V-test, isso significa que a coerência e coesão interna da classe, do mesmo que o seu afastamento ao universo estatístico é muito forte. Em articulação com estes resultados de V-test, surgem as probabilidades de a formação da classe poder ter ocorrido por acaso.

Tipo 1 – Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano

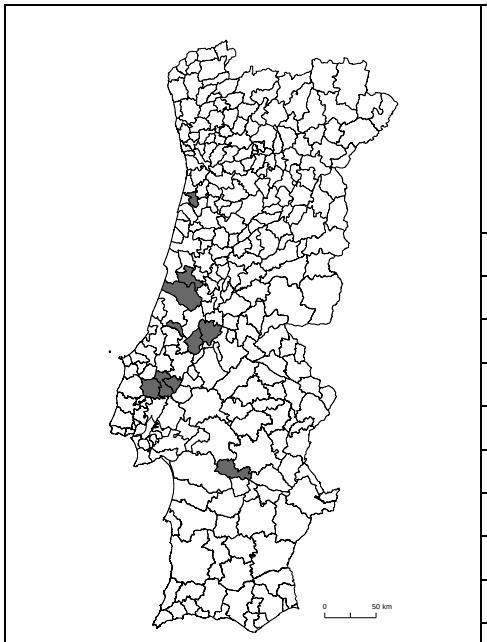
Este tipo é dominado pela fraca representação de segundas residências no total de alojamentos familiares, logo seguida das situadas em alojamentos unifamiliares, com uma média na classe mais elevada que a geral mas mesmo assim sem atingir os valores do tipo anterior. As baixas proporções no total de alojamentos, as variações abaixo da média e também daquelas que se situavam em construções concluídas na década de 2001 a 2011, são outros traços distintivos deste tipo.

A observação da Figura 59 e da Figura 60, põe em evidência uma realidade própria dos concelhos onde o fenómeno urbano ou periurbano já assumia ou vem assumindo uma importância cada vez maior, a qual pode corresponder a dois movimentos antagónicos: i) por um lado, o início da verificação de mudanças paulatinas de segundas para primeiras residências e, por outro, ii) a continuação da consolidação da vocação para a localização deste tipo de imobiliário, em áreas que já em décadas anteriores manifestavam essa apetência. Seja como for, parece ser mais importante a primeira hipótese que a segunda, já que até o elenco dos municípios exemplificativos deste tipo (Figura 60) apontam mais para isso.

Quadro 11 – Tipo 1/7 (61 municípios) - Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano

Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
SR unifamiliar	83,167	75,623	8,569	23,290	2,86	0,002
SR multifamiliar	3,613	9,587	3,829	14,343	-3,68	0,000
SR em constr. 01/11	13,507	16,353	2,594	5,741	-4,38	0,000
Var. SR 01/11	16,110	26,447	13,545	20,792	-4,39	0,000
% SR	19,208	26,686	5,851	12,798	-5,16	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
ALENQUER	13,6	19,1	14,0	80,6	8,8
AZAMBUJA	15,5	22,0	12,4	87,3	3,5
BATALHA	14,5	13,2	16,0	88,0	2,3
CARTAXO	15,1	25,1	14,7	81,6	2,4
ESTARREJA	12,4	15,3	11,8	86,7	3,6
POMBAL	23,3	12,8	14,3	86,5	3,5
SOURE	17,3	27,5	12,8	89,0	1,4
TOMAR	24,1	15,4	13,2	83,6	5,1
TORRES NOVAS	15,0	17,5	14,2	83,4	5,2
VIANA DO ALENTEJO	21,9	17,8	13,0	92,3	0,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 60 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 1 (Classe 1 / 7, com um efetivo de 61 concelhos)

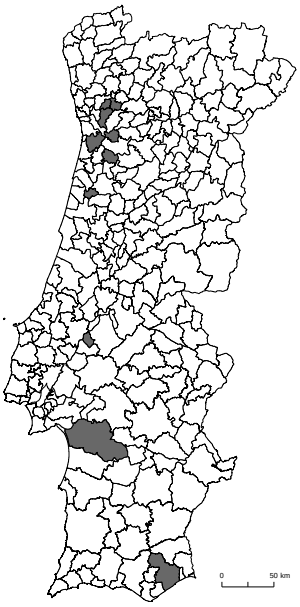
Tipo 2 – Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno

Este tipo inclui 11 concelhos cujo comportamento em termos de variações, proporções e temporalidade das construções, estão manifestamente acima da média geral. A sua posição abaixo da média, tanto relativamente às segundas residências unifamiliares, como às localizadas em edifícios com 10 ou mais alojamentos, parece apontar para tipologias construtivas de dimensão intermédia.

Quadro 12 – CLASSE 2/7 (11 municípios) - Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno

Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
Var. SR 01/11	88,309	26,447	22,613	20,792	10,05	0,000
SR em constr. 01/11	26,255	16,353	10,340	5,741	5,83	0,000
SR multifamiliar	8,100	9,587	7,102	14,343	-0,35	0,363
SR unifamiliar	69,246	75,623	13,605	23,290	-0,93	0,177
% SR	17,673	26,686	12,154	12,798	-2,38	0,009

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
ALCÁCER DO SAL	25,2	94,5	24,0	78,8	1,5
ALPIARÇA	9,2	76,8	19,6	77,2	4,0
CASTELO DE PAIVA	12,9	149,6	19,8	89,1	1,9
LOUSADA	7,9	81,0	26,2	67,1	3,2
OLIVEIRA DO BAIRRO	12,6	60,3	24,4	72,2	5,1
PAÇOS DE FERREIRA	7,0	87,1	21,3	53,7	13,6
PAREDES	6,9	73,6	22,9	51,8	22,3
SANTA MARIA DA FEIRA	11,2	76,9	20,0	64,1	11,9
TAVIRA	44,4	94,4	35,5	45,3	18,7
VALE DE CAMBRA	20,5	73,2	19,3	76,6	6,7

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 61 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 2 (Classe 2 / 6, com um efetivo de 13 concelhos)

Independentemente das tipologias prevalecentes, alguns dos concelhos envolvidos correspondiam, na altura, a áreas de desenvolvimento turístico recente e onde o fenómeno das segundas residências ainda não tinha uma implantação muito forte. No entanto, a dinâmica construtiva na década retida para análise, a qual ultrapassava em cerca de 10 pontos percentuais a média geral, indiciava, até certo ponto, a promoção de imobiliário turístico, mesmo em áreas para as quais não descortinamos amenidades ambientais ou culturais específicas, apesar poderem acolher vantagens locativas derivadas de algum desenvolvimento de atividades económicas industriais, tal como nos casos de Santa Maria da Feira, Paços de Ferreira ou Paredes, por exemplo.

Tipo 3 – Os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural

Este tipo agrega 65 municípios e é sobretudo determinado por representações mais elevadas e também, naturalmente, com menor desvio padrão face ao conjunto, da proporção de segundas residências acima da média e, também, das situadas em edifícios apenas com um alojamento. Regista a quase inexistência das segundas residências situadas em prédios multifamiliares, do mesmo modo que a representação dos edifícios que foram construídos entre

2001 e 2011 estão um pouco abaixo da média do conjunto, mas cujo valor, mesmo assim, é cerca de 4 pontos percentuais desviado da média geral.

Quadro 13 – Tipo 3/7 (65 municípios) - Os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural

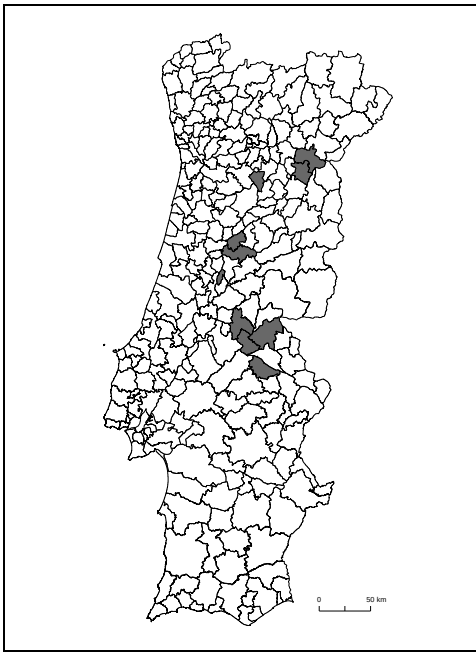
Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
% SR	40,168	26,686	6,814	12,798	9,69	0,000
SR unifamiliar	92,557	75,623	8,923	23,290	6,68	0,000
Var. SR 01/11	23,780	26,447	13,079	20,792	-1,18	0,119
SR multifamiliar	1,162	9,587	2,744	14,343	-5,40	0,000
SR em constr. 01/11	12,048	16,353	2,839	5,741	-6,90	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Uma primeira avaliação dos municípios incluídos neste grupo (Figura 59), a par daqueles que são mais exemplificativos deste tipo (Figura 62), aponta para uma realidade complexa que contempla, por um lado, uma mais fraca dinâmica de crescimento do fenómeno, a par de uma representação deveras esmagadora das tipologias construtivas unifamiliares.

Estão neste tipo ou classe alguns municípios que, aparentemente, já iniciaram uma fase de condensação do fenómeno, à semelhança do que se processa num processo de difusão de inovações. Como hipótese geral, à qual a presente tipologia não consegue responder de forma cabal, pode dizer-se exatamente isso: dados os municípios envolvidos, parece estar-se perante um conjunto que, dado o fraco dinamismo, mas ao mesmo tempo a não discriminante situação relativamente à importância do peso das segundas residências, poderá estar em fase de estabilização do crescimento do fenómeno.

Pelo facto de se misturarem realidades muito diversas, as quais vão desde as envolventes de municípios que cumprem funções regionais, até outras situações indiferenciadas de mais difícil enquadramento, mas cujo significado está fortemente associado a municípios mais rurais de muito baixa densidade.



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
ALTER DO CHÃO	36,9	26,4	11,1	94,6	0,0
ARGANIL	43,6	18,4	12,2	94,3	0,4
CASTANHEIRA DE PÊRA	39,5	23,8	11,1	93,8	0,7
GAVIÃO	35,7	17,6	11,4	96,3	0,8
MAÇÃO	42,4	24,9	12,6	96,9	0,9
MÊDA	39,8	30,7	13,5	94,6	0,0
NISA	41,7	14,8	11,4	97,2	0,0
TÁBUA	36,2	20,3	13,5	91,5	4,1
VILA NOVA DE FOZ CÔA	43,4	22,0	11,3	93,1	0,0
VILA NOVA DE PAIVA	44,9	20,7	11,8	94,6	0,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 62 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 3 (Classe 3 / 7, com um efetivo de 65 concelhos)

Este tipo ou grupo, apesar de não ser de explicação linear, parece traduzir, tal como já se referiu, uma consolidação e condensação do fenómeno em áreas que misturam situações muito variadas, desde a sua integração periurbana, ainda que pouco vincada, ao seu historial de crescimento do fenómeno (Cf. Figura 53), principalmente por derivação emigrante.

Tipo 4 – Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico

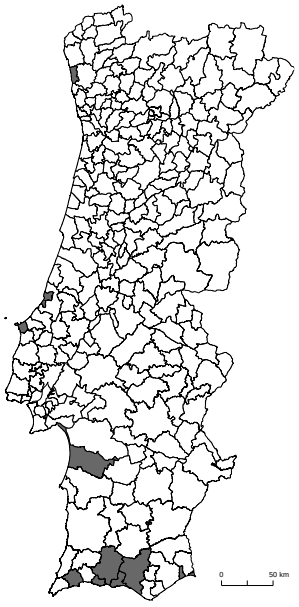
Este é um tipo de constituição relativamente simples, pois trata-se de concelhos onde as segundas residências situadas em edifícios com 10 ou mais apartamentos têm um maior significado, a par de variações e proporções mais altas que as registadas noutros contextos territoriais. A observação da distribuição geográfica deste tipo (Figura 59), do mesmo modo que a dos municípios que nele são mais representativos (Figura 63), não levantam qualquer dúvida na afirmação de que se tratam dos concelhos cujo desenvolvimento turístico se baseou numa oferta de imobiliário turístico próprio de áreas de veraneio muito atrativas e mais massificadas. De facto, os exemplos dos concelhos do Algarve, ou de Peniche. Nazaré e

Barcelos, para além de Grândola, onde prevalece a ocupação da fímbria costeira[59] por alguns empreendimentos de turismo residencial, já feitos ou programados, são elucidativos sobre as características deste tipo.

Quadro 14 – CLASSE 4/7 (12 municípios) - Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico

Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
SR multifamiliar	34,842	9,587	17,611	14,343	6,22	0,000
SR em constr. 01/11	26,050	16,353	5,050	5,741	5,97	0,000
% SR	44,108	26,686	5,654	12,798	4,81	0,000
Var. SR 01/11	45,100	26,447	15,616	20,792	3,17	0,001
SR unifamiliar	40,858	75,623	15,567	23,290	-5,28	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
ALBUFEIRA	50,3	35,1	35,6	28,9	50,0
ESPOSENDE	41,4	30,7	22,2	50,9	13,9
GRÂNDOLA	36,0	61,3	22,9	61,7	19,3
LAGOA	45,8	37,6	16,4	52,1	23,1
LAGOS	42,1	47,3	32,7	36,9	36,7
LOULÉ	43,7	24,6	21,8	37,8	39,1
NAZARÉ	42,3	43,6	27,2	31,0	26,5
PENICHE	39,4	44,8	22,1	48,5	24,1
SILVES	41,4	47,9	29,4	31,1	55,5
VILA REAL DE S. ANTÓNIO	46,6	25,1	26,7	26,4	42,1

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 63 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 4 (Classe 4 / 7, com um efetivo de 35 concelhos)

[59] Grândola foi objeto, do mesmo modo que centenas de outros municípios continentais, de uma reorganização administrativa que o retirou da alçada de Alcácer do Sal. Em virtude dessa nova reorganização administrativa territorial, a qual atribuímos a Mouzinho da Silveira e Passos Manuel, a antiga freguesia de Melides, foi integrada no município, numa altura em que as terras litorais, os areais inóspitos, não tinham qualquer valia.

Este tipo é nitidamente aquele que corresponde a concelhos de maior desenvolvimento turístico, onde a oferta de segundas residências da tipologia apartamento é muito frequente e também onde as dinâmicas de construção de novos edifícios são as mais vincadas. A observação da expressão territorial deste tipo, bem como a dos seus concelhos mais exemplificativos, aponta exatamente para essa conclusão.

Tipo 5 – Áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno

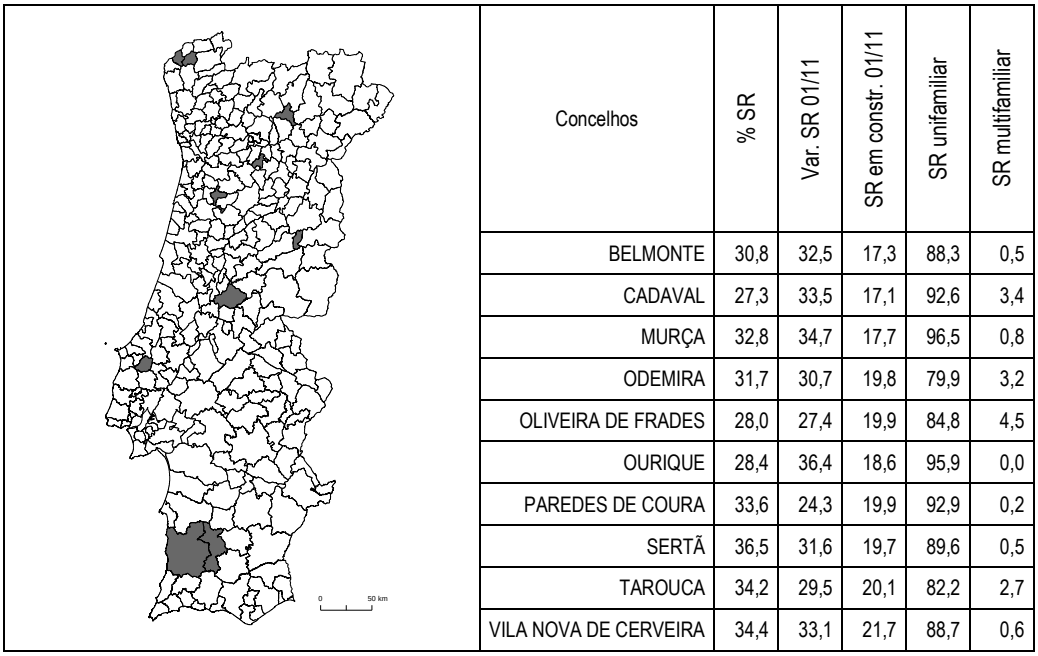
A principal variável discriminante deste tipo ou classe, é a taxa de variação de 2001 a 2011. Em geral, todos os indicadores com exceção das segundas residências em edifícios multifamiliares, estão aqui ligeiramente sobrerrepresentados mas não muito longe dos valores médios do total do Continente.

Quadro 15 – Tipo 5/7 (62 municípios) - Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano

Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
SR unifamiliar	89,240	75,623	6,640	23,290	5,21	0,000
SR em constr. 01/11	19,436	16,353	2,850	5,741	4,79	0,000
% SR	31,503	26,686	7,656	12,798	3,36	0,000
Var. SR 01/11	32,736	26,447	12,192	20,792	2,70	0,003
SR multifamiliar	2,447	9,587	3,060	14,343	-4,44	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

De uma forma abreviada, trata-se de concelhos onde a representação de segundas residências está cerca de 5 pontos percentuais acima da média do Continente e a sua variação de 2001 para 2011 está cerca de 6 pontos percentuais também acima da média desse indicador. Tendo em conta os municípios incluídos neste tipo, estaremos perante uma consolidação mais recente do fenómeno alavancada por algumas amenidades ambientais (litoral de Odemira ou vale do Douro e Minho) e vantagens locativas na proximidade das principais aglomerações urbanas.



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
BELMONTE	30,8	32,5	17,3	88,3	0,5
CADAVAL	27,3	33,5	17,1	92,6	3,4
MURÇA	32,8	34,7	17,7	96,5	0,8
ODEMIRA	31,7	30,7	19,8	79,9	3,2
OLIVEIRA DE FRADES	28,0	27,4	19,9	84,8	4,5
OURIQUE	28,4	36,4	18,6	95,9	0,0
PAREDES DE COURA	33,6	24,3	19,9	92,9	0,2
SERTÃ	36,5	31,6	19,7	89,6	0,5
TAROUCA	34,2	29,5	20,1	82,2	2,7
VILA NOVA DE CERVEIRA	34,4	33,1	21,7	88,7	0,6

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 64 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 5 (Classe 5 / 7, com um efetivo de 62 concelhos)

Tipo 6-A – Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno mas com consolidação e crescimento recentes

Incluindo 33 concelhos, o que diferencia este tipo dos restantes, é a menor proporção de segundas residências no total de alojamentos familiares, a par de uma maior representação daquelas localizadas em prédios ou construídas na década de 2001 a 2011. Tendo em conta os municípios envolvidos, está-se perante uma complexa mistura de situações que abrangem atrativos litorais, onde já existem, inclusive, algumas estâncias de veraneio, e áreas de urbanização mais ou menos difusa incluindo alguns municípios mais industriais e de pluriatividade, como por exemplo os do Norte na periferia da grande área metropolitana do Porto.

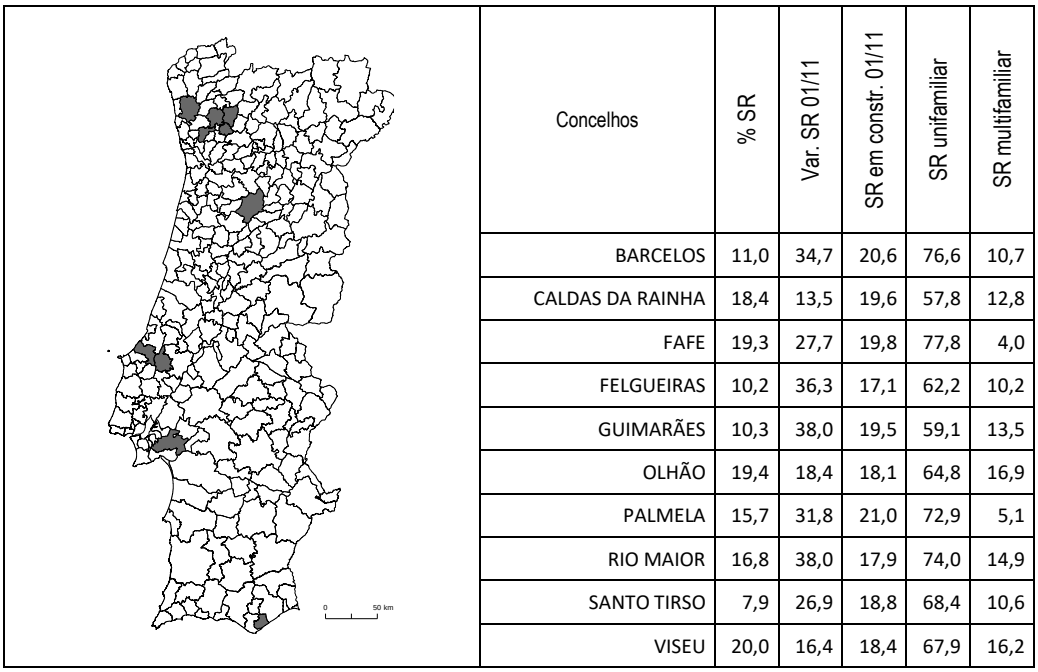
Tendo em conta alguns municípios exemplificativos, ou seja, aqueles onde os valores dos indicadores mais se aproximam dos traços de caracterização da classe, percebe-se com alguma clareza que estas situações correspondem a crescimentos, na altura (2011) recentes, em concelhos que tradicionalmente não eram representativos do fenómeno. Deste modo, parece

estar-se perante uma nova realidade cuja consolidação se suporta em dois grandes argumentos: i) a implantação de empreendimentos de imobiliário turístico em alguns concelhos como Caldas da Rainha e Olhão; ii) a integração na lógica periurbana de expansão do fenómeno, anexo à afirmação de alguns centros urbanos, como nos casos de Palmela, Barcelos e Viseu.

Quadro 16 – CLASSE 6-A/7 (33 municípios) - Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes

Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
SR em constr. 01/11	20,188	16,353	3,974	5,741	4,08	0,000
SR multifamiliar	13,067	9,587	5,641	14,343	1,48	0,069
Var. SR 01/11	27,321	26,447	11,757	20,792	0,26	0,399
SR unifamiliar	65,009	75,623	10,118	23,290	-2,78	0,003
% SR	15,997	26,686	7,060	12,798	-5,10	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
BARCELOS	11,0	34,7	20,6	76,6	10,7
CALDAS DA RAINHA	18,4	13,5	19,6	57,8	12,8
FAFE	19,3	27,7	19,8	77,8	4,0
FELGUEIRAS	10,2	36,3	17,1	62,2	10,2
GUIMARÃES	10,3	38,0	19,5	59,1	13,5
OLHÃO	19,4	18,4	18,1	64,8	16,9
PALMELA	15,7	31,8	21,0	72,9	5,1
RIO MAIOR	16,8	38,0	17,9	74,0	14,9
SANTO TIRSO	7,9	26,9	18,8	68,4	10,6
VISEU	20,0	16,4	18,4	67,9	16,2

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 65 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 6-A (Classe 6 / 7, com um efetivo de 33 concelhos)

Tipo 6-B – Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência

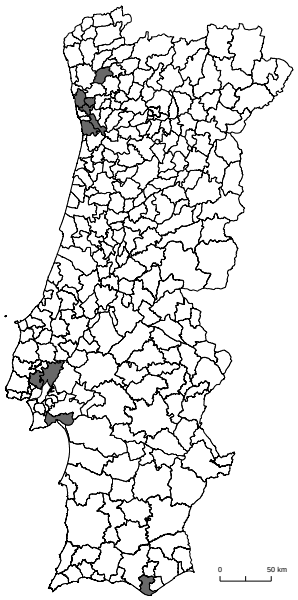
Este tipo abrange uma grande parte dos municípios das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mais alguns litorais que apesar de privilegiarem uma função residencial

permanente, não deixam de apresentar atrativos relevantes para a localização de segundas residências, como são os casos de Figueira da Foz, Aveiro ou Ílhavo. O principal traço distintivo deste grupo é a preponderância de segundas residências localizadas em edifícios multifamiliares, não sendo muito relevante, nem o peso delas no conjunto dos alojamentos familiares, nem a sua localização em edifícios construídos entre 2001 e 2011, nem sequer a sua variação de 2001 para 2011.

Quadro 17 – CLASSE6-B/7 (34 municípios) - Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência

Variáveis relevantes	Média na classe	Média no total	Desvio padrão na classe	Desvio padrão no total	V-test	Probabilidade
SR multifamiliar	37,627	9,587	12,292	14,343	12,15	0,000
SR em constr. 01/11	13,721	16,353	3,851	5,741	-2,85	0,002
Var. SR 01/11	11,177	26,447	18,694	20,792	-4,56	0,000
% SR	12,685	26,686	6,654	12,798	-6,80	0,000
SR unifamiliar	29,521	75,623	12,774	23,290	-12,30	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD



Concelhos	% SR	Var. SR 01/11	SR em constr. 01/11	SR unifamiliar	SR multifamiliar
BRAGA	12,6	10,5	17,7	32,4	42,3
FARO	15,3	0,2	14,5	48,2	28,9
GONDOMAR	5,4	1,1	12,8	40,2	25,6
LOURES	8,2	13,8	12,4	21,0	41,5
MAIA	5,2	0,2	16,3	30,6	44,6
SETÚBAL	10,4	-1,8	13,9	41,0	35,4
TROFA	5,5	12,0	16,3	46,6	33,6
VILA DO CONDE	20,6	17,4	16,2	36,6	26,5
VILA FRANCA DE XIRA	7,6	13,0	14,4	21,6	43,1
VILA NOVA DE GAIA	7,6	7,4	17,1	33,7	39,2

Fonte: elaboração própria com base nos resultados do SPAD

Figura 66 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 6-B (Classe 7 / 7, com um efetivo de 34 concelhos)

7.3.2. Síntese dos resultados obtidos para 2011

Apesar de a formação dos grupos antes apresentada ser de matemática complexa, sobretudo pela multivariabilidade de combinações das variáveis subjacentes aos indicadores utilizados, podem sistematizar-se os resultados obtidos a partir dos seguintes traços gerais:

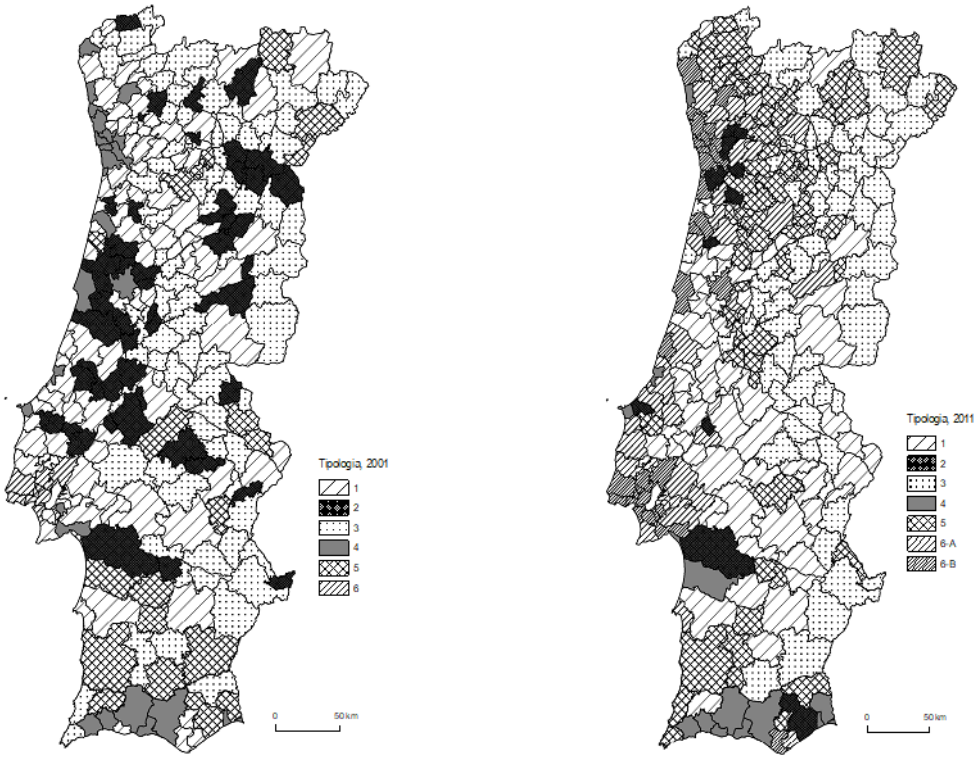
1) Três grandes grupos, com um número em torno de 60 municípios (188 num total de 278) englobando situações observáveis desde os anos 70, em que as segundas residências estão muito ligadas ao mundo rural e a fenómenos de emigração, tanto para as grandes áreas urbanas do Continente, como para o estrangeiro;
2) Um conjunto restrito de municípios, principalmente na envolvente ou nos arredores das grandes áreas urbanas, onde o fenómeno não representa uma proporção forte, mas apresenta um comportamento de crescimento acima da média.
3) Um grande conjunto de municípios dissociáveis em 3 situações, apesar de tudo, semelhantes ou mais fortemente diferenciáveis face às situações anteriores, as quais, por um lado, englobam as áreas de mais forte crescimento do fenómeno e aquelas que têm uma maior vocação turística e, por outro, as áreas mais urbanas, ou seja aquelas onde o fenómeno das segundas residências se pode enquadrar, pelo menos teoricamente, em novas formas de residência multilocal ou, noutra semântica, de multilocalidade residencial.

7.4. Um balanço da evolução de 2001 a 2011

Se para 2001 e 2011 foram utilizados os mesmos indicadores, tanto em termos da sua estrutura de variáveis, como das suas unidades de medida, já em 1991 a situação é bem diversa, não só relativamente à natureza e estruturação desses mesmos indicadores, como aos seus âmbitos de aplicação.

Por esse motivo, não se vai agora explorar uma dimensão comparativa aprofundada para 1991, não só pela natureza, significado e qualidade da informação estatística disponível, como pela pertinência de tal consideração face aos objetivos deste trabalho de investigação. Mas, relativamente a 2001 e 2011, a homogeneidade exploratória estatística dos dados, bem assim como a coerência dos indicadores construídos, permitem uma comparação direta dos resultados obtidos.

A síntese da evolução das tipologias de 2001 para 2011 apresenta alguns problemas que se devem ao dinamismo associado aos indicadores retidos para a análise. Tratando-se de períodos diferentes e de comportamentos naturalmente também diferentes, tanto nos quantitativos observados, como nas variações registadas, estando-se também perante realidades geográficas em constante mutação, não resultam completamente lineares as alterações que, para cada uma das décadas, deram origem a tipologias com características e significados de interpretação também diferente.



Fonte: elaboração própria

Figura 67 – Os mapas das tipologias de 2001 e de 2011

De qualquer modo, o quadro seguinte sistematiza os grandes traços de caracterização de cada um dos tipos e da sua equivalência relativa, ficando assim para o domínio da análise a interpretação dos padrões espaciais associados a cada um deles.

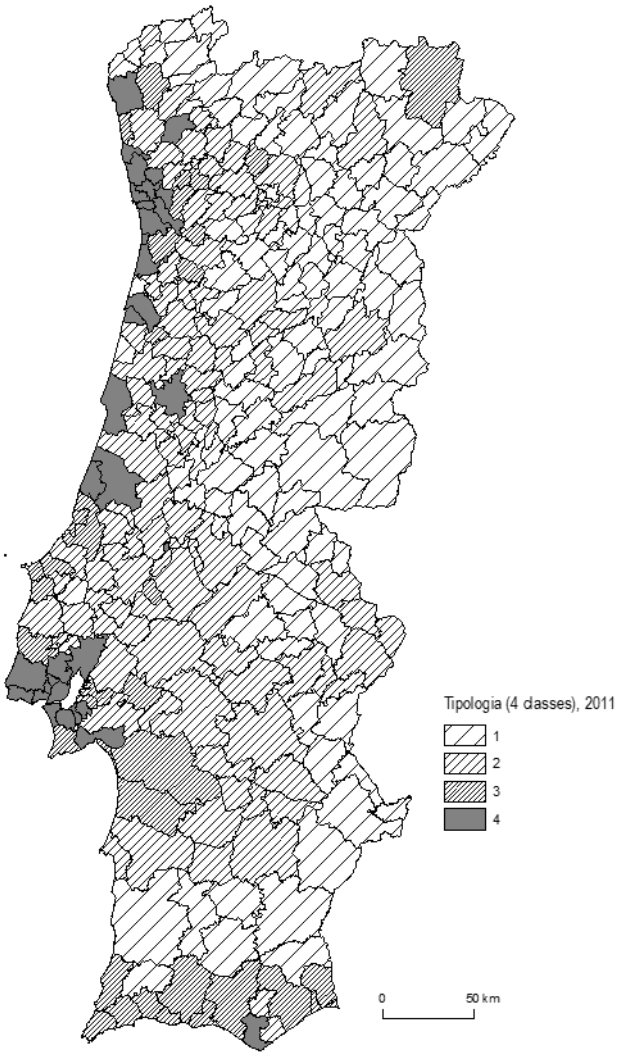
Quadro 18 – Comparação sintética entre os resultados das tipologias obtidas para 2001 e 2011

Tipologia de 2001	Tipologia de 2011
Tipo 1 – Áreas periurbanas A representação de segundas residências não era muito forte, mas a sua taxa de crescimento foi elevada e verifica-se uma presença significativa de construções pós 1991.	Tipo 1 – Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano Em 2011 a proporção de segundas residências no total de alojamentos era mais baixa que no conjunto, do mesmo modo que a sua taxa de variação face a 2001 também era mais baixa que o total, sendo esta a principal diferença face à tipologia de 2001.
Tipo 2 – áreas rurais adjacentes às periurbanas Representação de segundas residências ligeiramente acima do total, sobretudo habitações unifamiliares; a taxa de crescimento de 1991 para 2001 foi baixa.	Tipo 2 – Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno Proporção de segundas residências mais baixa que no total mas, ao contrário da tipologia de 2001, elevadissimas taxas de variação face a esse ano. Segundas residências em edifícios multifamiliares próximas da média geral. Maior representação das segundas residências em edifícios construídos entre 2001 e 2011. Trata-se do grupo que apresenta mais diferenças face a 2001.
Tipo 3 – o espaço rural despovoado ou em processo de despovoamento As segundas residências representam uma proporção acima da média geral, a grande maioria ocupando edifícios unifamiliares e com taxas de crescimento, face a 1991, também das mais elevadas.	Tipo 3 – Os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural Características semelhantes a 2001 mas agora com taxas de crescimento do fenómeno, comparativamente mais baixas.
Tipo 4 – áreas vocacionadas para estâncias de férias Proporção mais elevada das segundas residências em prédios e em edifícios construídos entre 1991 e 2001, bem assim como elevadas taxas de variação entre 1991 e 2001.	Tipo 4 – Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico Situação idêntica à de 2001, com mais segundas residências em edifícios multifamiliares, mais recentes e com maiores proporções e variações face ao Censo anterior.
Tipo 5 – áreas rurais com amenidades ambientais e culturais Elevadíssimas taxas de variação entre 1991 e 2001, ainda que a sua proporção no total de alojamentos esteja muito ligeiramente acima da média geral.	Tipo 5 – Áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno Em 2011 têm-se variações face a 2001 acima da média mas não tão vincadas como na década anterior e a sua proporção, tal como em 2001, está ligeiramente acima da média geral.
Tipo 6 – Área Metropolitana de Lisboa (AML) Segundas residências com uma menor representação relativa, sendo sobretudo relevante a sua implantação em edifícios com 10 ou mais alojamentos e uma mais baixa taxa de variação entre 1991 e 2001.	Tipo 6-A – Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes Representações mais baixas de segundas residências, mas maior frequência das localizadas em prédios; variação intercensitária idêntica à média, mas estavam acima desse valor as construídas entre 2001 e 2011. Tipo 6-B – Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência Trata-se de um grupo também idêntico ao que resultou para 2001: menor proporção de segundas residências, com baixas taxas de variação e maiores representações face ao conjunto das localizadas em edifícios multifamiliares.

Fonte: elaboração própria

O que se verifica pela comparação das duas tipologias (Figura 67) é que, por um lado, continua a ser válido, para qualquer um dos períodos, um padrão geral que diferencia entre quatro grandes grupos de municípios, numa sequência que, do interior para o litoral, corresponde a uma transição progressiva da maior ruralidade para a maior urbanidade, pesem embora diferenças regionais e locais que acabam por traduzir a própria diversidade do território

continental e a existência de polarizações que vão para além do caráter dominante de Lisboa e Porto. Aliás, uma maior generalização da tipologia de 2011, tendo apenas em conta a formação de quatro tipos ou classes, dá exatamente conta disso (Figura 68).



Fonte: elaboração própria

Figura 68 – A tipologias de 2011 simplificada para quatro grupos

Apesar de se perder informação de maior detalhe, fica mais claro o padrão geral continental, o qual mostra, exatamente, as diferenças entre os espaços rurais de despovoamento, com maiores proporções de segundas residências no total de alojamentos familiares, sobretudo de tipo unifamiliar e de variação dentro da média no período entre 2001 e 2011, até às áreas mais urbanas, onde dominam as segundas residências em prédios, com menores taxas de variação face a 2001 e, do mesmo modo, muito menores percentagens de representação no total

de alojamentos. Entre estas duas situações mais extremas ocorrem outras duas, uma mais amenizada do ponto de vista da incidência e da evolução do fenómeno, comparativamente à verificada nas áreas mais rurais e, outra, mais frequente nos municípios de maior desenvolvimento turístico, onde prevalecem taxas de variação (2001-2011) e proporções mais elevadas, a par de uma maior representação das segundas residências localizadas em edifícios de 10 ou mais alojamentos e com maior significado, comparativamente a qualquer um dos outros tipos ou classes, dos construídos na década de 2001 a 2011.

CAPÍTULO III – EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL

8. INTRODUÇÃO

A análise feita à relação entre as dimensões analíticas do fenómeno das segundas residências (casa, uso e utilizadores) e os domínios de repercussão dessas dimensões com a sua desagregação em fixos e fluxos espaciais, eventualmente transformáveis em indicadores quantificáveis, foi um exercício pertinente para a compreensão do fenómeno mas que para a sua aplicação territorial, isto é, para o entendimento da forma como essas relações se expressam no território, tem de ser separado em duas partes distintas: i) por um lado, as particularidades do fenómeno associadas às motivações das suas origens, isto é, às características e aos fatores indutores da procura territorialmente distribuída; ii) por outro, as particularidades do fenómeno associadas à sua expressão territorial, ou seja, às características e fatores que condicionam a sua existência ou oferta. Enquanto os fatores essenciais de geração de procura (o "querer" e o "poder" ter) são determinantes, os relativos à oferta são condicionantes, já que a existência de fatores atrativos ou facilitadores são de caráter mais possibilista e probabilista.

Nos pontos seguintes tentar-se-á operacionalizar um modelo descritivo das relações entre o fenómeno das segundas residências e os seus efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local, tendo por referência o seu enquadramento nos diferentes domínios da identidade territorial, a qual também varia entre diferentes contextos geográficos e, logo, também remete para diferentes configurações do próprio fenómeno em estudo.

Qualquer reflexão em torno da conceção e formulação de indicadores que possam traduzir os sistemas de relações entre os domínios (sociedade, economia, ambiente natural e cultura), desagregados pelas suas componentes (fixos e fluxos espaciais), e as dimensões analíticas (casa, uso e utilizadores), terá de ser conduzida de modo a separar entre aqueles que, de forma preferencial ou mais evidente, se relacionem com as características determinantes da procura e as condicionantes da oferta, não com o objetivo de se produzirem dois quadros de dados diferenciados para a identificação de duas realidades distintas, mas sim com o objetivo de, na fase de análise dos resultados, se perceber qual das componentes é mais relevante em diferentes geografias.

O objetivo dos pontos seguintes será, assim, a identificação dos efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local tendo por referência, não só os vários domínios do IDENTERRA, mas também as várias dimensões em que se desagrega o fenómeno: a casa, o uso e os utilizadores.

No entanto, após uma exploração intensa e detalhada da base de dados e publicações do INE, esta reflexão veio a mostrar-se dificilmente operacionalizável, sobretudo porque a disponibilidade de informação estatística pertinente, desagregada por município, não é abundante nem suficientemente diversificada para responder ao objetivo definido, pelo que se adotou um modelo mais simplificado, no qual apenas se procurou uma sistematização de indicadores relevantes para caracterização de cada um dos domínios ilustrados, por sua vez, pelas variáveis ilustrativas do fenómeno das segundas residências e que deram origem à tipologia de concelhos já apresentada no capítulo anterior.

Essa simplificação metodológica, tentará manter os mesmos objetivos analíticos derivados de uma visão mais complexa, mas espúria do ponto de vista dos resultados, separadora de todos os domínios e dimensões do fenómeno, por outra mais integradora e, por isso, mais operacionalizável em termos estatísticos.

Em síntese, partiu-se de uma ideia inicial que desagregava as diferentes dimensões do fenómeno das segundas residências (casa, uso e utilizadores) pelos vários domínios do IDENTERRA (ambiente natural, economia, população/sociedade e cultura), num formato de "cubo de dados"[60] onde os fixos e fluxos espaciais seriam traduzidos por indicadores agregadores ou diferenciadores do cruzamento entre dimensões do fenómeno e domínios de repercussão dos efeitos e impactes. Essa ideia inicial foi, por causa dos problemas de exequibilidade quantitativa, simplificada num quadro de duas entradas contendo, em linha, cada um dos domínios e, em coluna, para cada um deles, os vários indicadores ilustrativos e descritivos que foram possíveis de apurar. Deste modo, abandonou-se a visão segmentada de fixos e fluxos espaciais, tendo-se optado por uma visão integrada de objetos e relações caso isso fosse relevante ou apenas possível de ilustrar e descrever através daqueles mesmos indicadores.

[60] A noção de cubo de dados foi introduzida Brian Berry num artigo de 1964: "Approaches to Regional Analysis: A Synthesis." (Berry, 1964) e pretendia enriquecer uma visão matricial ou bidimensional da realidade económica, geográfica e social, por uma outra onde o tempo seria também importante.

Independentemente da complexidade do modelo integrador dos instrumentos de análise, ou seja, da complexidade da estrutura de indicadores retidos para análise, o objetivo deste ensaio tendo por referência de escala os municípios do Continente tem um duplo objetivo. Por um lado, pretende-se construir um modelo analítico-preditivo que permita antecipar a evolução futura da expansão do fenómeno das segundas residências. Por outro, estrutura-se um submodelo que ajude a entender a forma como estas interferem nos diferentes domínios de produção de efeitos (ambiente natural, economia, sociedade e cultura). Neste caso, falamos em submodelo porque nem todos os indicadores organizados em função do agregado de dimensões analíticas (casa, uso e utilizadores, em modelo simplificado) e os domínios (ambiente natural, economia, sociedade e cultura) de repercussão dessas dimensões, serão relevantes para a sua constituição, tendo-se abandonado, por razões de exequibilidade, a sua desagregação prática em fixos e fluxos espaciais[61].

No ponto relativo à metodologia serão retomados estes assuntos. Mas, antes da exploração empírica aplicada ao Continente português, é essencial procedermos a um enquadramento da questão dos efeitos e impactes das segundas residências, tal como são encarados na literatura sobre o tema.

9. EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Como já escrevemos antes em trabalhos publicados, com destaque para uma comunicação ao ESADR 2013, ou seja, ao Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Oliveira, Oliveira-Roca, & Roca, 2013b), entende-se que o impacte é o efeito, direto ou indireto, específica ou genericamente, associado a uma ação ou projeto concreto. Também como já esclarecemos antes, o que distingue o conceito de impacte do de efeito, relaciona-se com um outro conceito normalmente aplicado no âmbito da avaliação operacional de políticas públicas, o conceito de adicionalidade. Nestes termos, isto é, tendo por

[61] A diferenciação entre fixos e fluxos espaciais, tendo por referência as definições do modelo IDENTERRA, tem problemas óbvios quando se trata da sua operacionalização em termos quantitativos ou estatísticos. Por um lado, já é difícil separar de forma inequívoca, mas por isso também simplista, a natureza dos conceitos de fixo e fluxo espaciais e, por outro, ainda mais difícil é encontrar o contraste estatístico suficiente que permita diferenciar entre as componentes visíveis de qualquer fenómeno (o fixo) e as relações de qualquer tipo que estejam na sua origem (o fluxo).

referência uma dada situação de partida e uma outra de chegada, o impacte corresponde à transformação efetuada pela realização (ou execução) de um dado projeto, não incorporando, assim, os efeitos induzidos, não só pela "evolução natural" da situação de partida, mas também pela interferência de outras ações ou projetos.

Com a expansão significativa, nas últimas décadas, das segundas residências em muitos países, houve um incremento considerável na produção científica centrada nos impactes desse fenómeno. Entre as várias conclusões a que se chega após uma leitura aprofundada sobre o tema é que esses impactes – positivos ou negativos - dependem muito: (i) do carácter rural ou urbano e do nível de desenvolvimento das áreas onde se localizam as segundas residências; (ii) da duração da estadia; e (iii) da distância entre a primeira e a segunda residência (Hoogendoorn, 2010; Marcouiller, Gartner, & Chraca, 2013).

De entre a bibliografia que trata os efeitos e impactes das segundas residências sobre os diferentes domínios da vida em sociedade (ambiente natural, economia, população e cultura), a qual também não é muito abundante, predomina uma perspetiva que junta as segundas residências ao turismo, considerando que as semelhanças entre as duas situações são mais fortes que as eventuais diferenças. Por exemplo, numa obra fundamental sobre o tema, Dieter Müller, Michael Hall e Donna Keen, argumentam que:

> "Second home owners are tourists and so the impacts of second home tourism are often similar to the impacts of other forms of tourism (…). However, the characteristics of second home tourism, such as the long duration of visits in the destination area, imply that certain impacts on change are more prominent. Similarly, second home tourism is different from other forms of tourism in that it has also required the second home household to purchase property in the destination, therefore implying the development of different sets of social and economic relationships than would apply to leisure or business travel". (Müller, Hall, & Keen, 2004:15).

Não estamos completamente de acordo com esta visão e, neste capítulo, para além de tentar estabelecer-se um modelo de indicadores, tentar-se-á, também, apurar as diferentes dimensões de produção de impactes que demonstrarão algumas diferenças fundamentais entre turismo e segundas residências. Por um lado, os autores acima citados, privilegiam a abordagem às segundas residências na ótica do turismo, o que, aliás, está em linha com a noção de que este tipo de alojamento se relaciona, sobretudo, com a prática de atividades de descanso, recreio e lazer. Mas, desde logo, e tal como já se discutiu antes, esta visão analítica merece uma discussão

mais detalhada, principalmente quando vivemos uma época de residência multilocal (Dick & Duchêne-Lacroix, 2016) ou de habitação em múltiplas casas (Arnesen & Ericsson, 2013)[62].

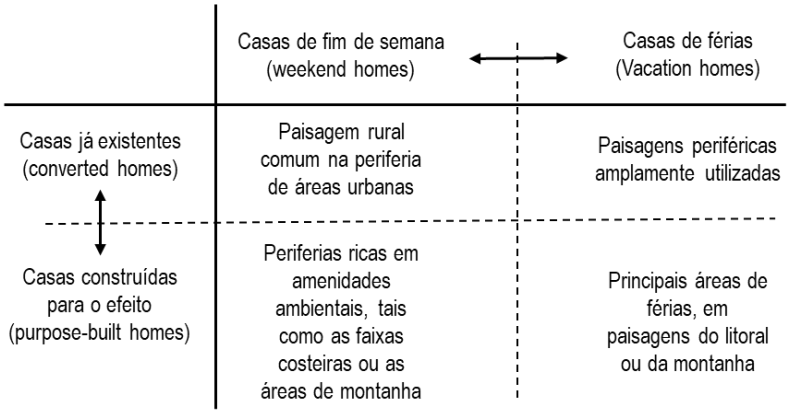
Antes de se prosseguir sistematiza-se o que diz a literatura sobre o assunto, usando para isso uma organização temática subordinada aos domínios analíticos do IDENTERRA. É de referir que a discussão que se segue será retomada em dois outros momentos desta investigação onde se tratarão os impactes sobre o desenvolvimento local: i) a avaliação empírica aplicada ao continente português através de um estudo estatístico multivariado resultante da aplicação de um modelo de indicadores teoricamente baseado nessa discussão; ii) a discussão dos resultados obtidos nas entrevistas e inquéritos realizados, tanto a agentes do desenvolvimento local, como a proprietários e utilizadores de segundas residências.

9.1. Efeitos e impactes sobre o domínio do ambiente natural

Em diferentes países existem diferentes enquadramentos legais e, assim, diferentes sistemas de regulação incidentes no planeamento e ordenamento do território que decerto influenciam as análises efetuadas pelos vários autores. Isto é, esses autores podem partir de premissas não aplicáveis a todos os contextos nacionais, e isso terá de estar presente numa sistematização alargada dos efeitos e impactes derivados da implantação e crescimento das segundas residências. Também não se poderá esquecer que há diferenças nos fatores locativos ou de atração dos lugares que dependem do afastamento entre a primeira e a segunda residências. Por exemplo, o clima enquanto área de produção de impactes é importante quando se trata de deslocações longas, mas os estados de tempo dominantes serão sempre importantes, mesmo a distâncias curtas (Lisboa – Sintra, p.e., ou litoral-interior ou norte-sul, em Portugal). Isto é, para além das questões regulatórias e de contextos territoriais muito diferentes, também com motivações e atrações intrínsecas diferentes, há fatores geográficos (distância) e temporais (frequências de utilização e temporalidades da motivação) que influenciam esses feitos e impactes.

[62] "What is called 'second home' should more properly be called 'second house in a home' – or a 'multi-house home'. In a multi-house home, integrated houses fulfill different or overlapping household functions in a coherent functional unit called home, including the leisure house that primarily fulfils leisure functions." (Arnesen & Ericsson, 2013:302)

Quando se verifica que a maior parte das segundas residências se localizam em meio rural, seja em aglomerações, de maior ou menor dimensão, construídas para esse fim, como acontece na Noruega ou na Suécia, seja no interior de aglomerações já existentes, estejam ou não afetadas por fenómenos de emigração ou, em geral, de progressivo despovoamento, os efeitos e impactes sobre o ambiente natural são, entre outras óticas, muitas vezes vistos do lado dos sinais observáveis na paisagem. Tal como referem Müller, Hall & Keen "different rural settings have different capacities to respond to the impact caused by second homes" (2004:16). Esta constatação deriva também do facto dos autores referidos considerarem que há dois grandes tipos de segundas residências também com duas grandes origens. O gráfico seguinte mostra esse entendimento.



Fonte: adaptado de Hall & Müller, 2004, p. 16

Figura 69 – Tipos de segundas residências e as suas áreas de ocorrência, segundo Muller, Hall & Keen (2004:16)

Por um lado, a separação entre áreas de férias e outras utilizadas aos fins de semana, parecem ter subjacente a ideia de que a maior ou menor facilidade de deslocação permite, concomitantemente, uma maior ou menor frequência de utilização. Por outro, fazem uma separação clara entre a reconversão de antigas residências permanentes e a construção de novas casas diretamente destinadas à segunda residência, neste último caso com maiores probabilidades de efeitos negativos sobre o ambiente natural (Müller et al., 2004). Sobre qualquer um destes aspetos genéricos pode estar-se de acordo. No entanto, o desacordo surge, para o caso português, quando se atribui a reconversão de casas às periferias[63] urbanas e as

[63] Os autores não utilizam, neste caso, exatamente o termo periferia, mas sim "hinterland". Este conceito foi

construções novas às áreas de férias. Como se viu antes, a propósito das tipologias ensaiadas para o continente português, essa dicotomia não está suficientemente representada, antes se diferenciando os dois tipos de áreas pelas tipologias construtivas dominantes, ou seja, prédios ou moradias. De qualquer modo, também a divisão entre as segundas residências de fim de semana e as de férias, mesmo tendo em conta o efeito de atrito da distância na facilitação, ou não, de maiores ou menores frequências de uso, não é suficientemente robusta para se adequar à maioria dos casos, já que no caso das menores frequências de utilização, ou se tratam de residências herdadas com uma localização muito afastada da residência permanente ou, então, tratam-se de algumas residências em áreas turísticas, eventualmente distantes, mas muitas vezes apenas usadas nas férias porque, ou estão em regime de "timeshare", ou são arrendadas noutros períodos do ano.

Seja como for, em termos dos efeitos e impactes sobre o ambiente natural, surgem destacadas na literatura algumas conclusões quase sempre baseadas em opiniões ou auscultações em resultado da aplicação de inquéritos ou entrevistas, cuja quantificação apenas se verifica ao nível do tratamento de indicadores como a emissão de gases com efeito de estufa ou outros poluentes atmosféricos.

Hiltunen, Pitkänen, & Halseth (2016) estudaram as perceções de diferentes grupos de pessoas: proprietários, utilizadores regulares e não utilizadores de segundas residências, sobre os impactes ambientais destas. Para além de terem concluído que proprietários e utilizadores são menos críticos em relação aos impactes negativos tendo por referência as suas próprias práticas, comparativamente à perceção dos não utilizadores, os quais têm uma perspetiva mais negativa e mais alargada do ponto de vista das interconexões ambientais, referem um conjunto de áreas temáticas de efeitos e impactes, tendo por referência o caso da Finlândia. Eles identificaram seis grandes categorias, de tipo negativo, a saber: i) transportes; ii) uso da energia; iii) construção junto à costa; iv) produção e destino de resíduos; v) poluição das águas; vi) perturbação da natureza.

> "Second home tourism affects environments, landscapes and nature in various ways. The environmental impacts are mainly induced by the increase in motorised mobility between the home and second home, and the expansive building of new and spacious

inicialmente utilizado para definir a área de influência terrestre de uma instalação portuária. Tal como refere Suchet "following Chisholm (1889), the term hinterland refers to the area inland from the cost for which the port is used for exports and for imports" (Suchet, 2017:255). Trata-se de um conceito fortemente associado a uma visão colonialista que atualmente é usado quase como sinónimo de área de influência de um centro urbano.

> second homes in vulnerable natural areas such as shorelines and mountain regions. In addition, living in two, or even in multiple, dwellings increases energy consumption, particularly as ever more second homes with modern facilities are used year round. (…) Second home tourism (…) impacts are often diffused or scattered by nature and thus not necessarily sensed or perceived at individual second home sites. Second home tourism contributes to atmospheric loading, ozone depletion, acidification of surface waters and chemical pollution (…). However, impacts such as the eutrophication of natural waters or noise pollution in second home areas are sensed and perceived environmental impacts that reduce the recreational value of rural second home environments" (Hiltunen, Pitkänen, & Halseth, 2016:1200)

Na mesma linha de investigação que Hiltunen, Pitkänen & Halseth, e numa data próxima, o que talvez justifique o facto de não haver citação destes autores, Erik Lundberg (Lundberg, 2017) publica um estudo que tem também por objetivo analisar as perceções de dois grupos de pessoas: os residentes permanentes e os utilizadores de segundas residências, sobre os impactes negativos. A metodologia utilizada é diferente e parte, fundamentalmente, de um guia de avaliação de impactes associados à realização de eventos (Encore festival and event evaluation kit: review and redevelopment), o qual é, como o título indica, sobretudo operacional, contendo vários exemplos de questionários (Schlenker, Foley, & Getz, 2010).

O autor utilizou um conjunto de temáticas de impactes organizadas de acordo com o que definiu como sendo as "three impact dimensions of sustainable development (…): economic, socio-cultural and environmental impacts" (Lundberg, 2017:49), muitas das quais foram retiradas do referido guia de avaliação de eventos. No que respeitou especificamente ao ambiente natural, foram consideradas as seguintes: i) impacte negativo no ambiente marinho; ii) impacte negativo no ambiente natural; iii) conservação dos recursos naturais; iv) aumento do lixo (sic) na comunidade devido à atividade turística. Com exceção do último tema, todos os outros são bastante genéricos e abrangentes. Uma das grandes conclusões do autor diz respeito à forma como se diferenciam as opiniões de segundos e de primeiros residentes. Os resultados que obteve não mostram uma clara diferença de opinião entre os dois grupos.

No entanto, é comum pensar-se que enquanto os primeiros residentes estão mais interessados na promoção do desenvolvimento e da transformação do território onde vivem, os segundos residentes são mais defensores do imobilismo e, assim, menos adeptos da mudança. De facto, Dieter K. Müller (2002), ao discutir a conceptualização das inter-relações entre os turistas e as comunidades locais, apresenta uma abordagem já desenvolvida nos anos 80 e

aprofundada por Klas Sandell[64]. De acordo com Müller, Klas Sandell define três eco-estratégias: i) uma, a que chamou "estratégia da fábrica" (Fabric-strategy), em que as áreas rurais são encaradas como integradas na divisão espacial do trabalho numa lógica de suporte à produção de grande escala; ii) outra, a que chamou "estratégia da casa ou residência" (Home-strategy), a qual representa o desejo de desenvolvimento, mas sem alienar cada um dos elementos constitutivos de uma dada localidade e a respetiva paisagem; por último iii) a "estratégia do museu" (Museum-strategy), pretende preservar o caráter rural como se de um objeto se tratasse, isto é, utilizar as áreas rurais mas sem deixar quaisquer vestígios dessa utilização (Müller, 2002). Ora, de acordo com Müller, esta última estratégia,

"represents the attitude of many second-home owners and newcomers regarding the countryside, whereas the Home-strategy is employed to a greater extent among the original rural population. Due to their extreme orientation towards consumption and leisure, second-home owners would be mostly concerned to counteract changes and preserve the countryside. Moreover, it can be expected that they would also try to transform reality into their rural ideal, last not least to justify their investment" (Müller, 2002:432).

Estas abordagens são discutíveis e insuficientemente claras, pois misturam óticas diferentes na identificação de cada uma das estratégias, isto é, logo à partida, enquanto o desejo de preservar ou de alterar em prol do desenvolvimento são atitudes comportamentais que se podem traduzir em diferentes práticas, a noção de "fábrica" é puramente funcional e apenas traduz as diferentes maneiras de utilizar o campo ou as áreas rurais, isto para não entrarmos na eterna discussão sobre o que separa o rural do urbano, onde, de facto, só algumas das suas funcionalidades, nomeadamente as ligadas à esfera agrária, são discriminantes.

Por outro lado, aquilo que Sandell define como "lugar dedicado", ou seja, conceito que "could be the place of abode [residência], but should be understood as a basic issue dealing

[64] Ainda nos anos 90, Klas Sandell designou de eco-estratégias as várias formas de encarar as dinâmicas de relação entre as pessoas e a natureza e paisagem, tendo presente que muitas vezes se associa a essa interrelação uma dicotomia de tipo dominação/adaptação. Segundo este autor, "four main ecostrategies are identified (…), the landscape seen as: (i) a museum for external consumption, (ii) a factory for producing activities and products, (iii) a dedicated place to be utilized and (iv) a dedicated place to be contemplated" (Sandell, 2016:64). Müller cita trabalhos deste autor, mas publicados em língua sueca (Sandell, K. (1995) Ekostrategier, humanekologi och friluftsliv. Humanekologi14 (4), 11–22; Sandell, K. (1997) Naturkontakt och allemansrätt: Om friluftslivets naturmöte och friluftslandskapets tillgänglighet i Sverige 1880–2000. Svensk Geografisk Årsbok 73, 31–65), pelo que é utilizado como fonte bibliográfica.

with identity and familiarity (cf. the concept of "place" and "topophilia" in geography (…))" (Sandell, 2016:64), é fundamental para a compreensão das atitudes e comportamentos, individuais ou em grupo, dos diferentes utilizadores de um dado território e da sua avaliação dos efeitos sobre o ambiente natural. Isto é, o "apego ao lugar" é o pano de fundo mais importante para compreender a diferença entre atitudes mais musealizadoras ou mais desenvolvimentistas. Relativamente a isto, Lundberg chama a atenção para o facto de, em determinadas regiões suecas, "over 50% of small houses are second homes, and the owners often have a strong connection to the place. This is because owners spend much time in their second homes and/or because many houses are inherited from generation to generation (…). The owners' sense of home might be as strong as that of any permanent resident" (Lundberg, 2017:48).

O estudo dos impactes das atividades de lazer sobre o ambiente natural não é vasto e é-o ainda menos quando se consideram as atividades de consumo de lazer (Aall, et al., 2011) e, acrescentamos, ainda mais restrito quando estão em causa as segundas residências.

> Based on an international literature review Røpke and Godskesen (2007) conclude that we have a far better understanding of how to reduce the environmental impacts of our everyday consumption than that of our leisure consumption. They point out that the neglect of leisure activities in studies on consumption and environment is surprising, especially since leisure-related consumption is increasing rapidly, and some of the environmental impacts are obvious – for example greenhouse gas emissions from the large increase in leisure transportation and the large increase in land-use from cabins. (Aall, Klepp, Engeset, Skuland, & StØa, 2011:454)

Aal et al. (2011), desenvolvem a sua investigação, não sobre a identificação e tipificação dos impactes associados ao consumo de tempos livres, mas sim sobre a medida geral desses impactes tendo por base um único indicador relativo ao consumo de energia, seja de forma imóvel ou em mobilidade. Por outro lado, a análise é feita sobre várias formas do lazer: atividades de ar livre, utilização de segundas residências[65], utilização de barcos e, por último, a utilização de veículos automóveis associada às deslocações para cada uma das três atividades.

[65] Os autores usam o termo "cabin", muito utilizado na literatura nórdica sobre segundas residências. Em português, pode utilizar-se o termo "cabana" como sinónimo pois, de facto, trata-se de uma pequena casa em madeira. A sua dimensão é relativa, mas pode considerar-se uma área média próxima de 60m2 (Aall et al., 2011:462).

A principal conclusão que interessa para este estudo é que o consumo de energia advindo da utilização de segundas residências é o maior do conjunto das atividades de lazer, com valores de 13% do total no caso do consumo estacionário e dos 4% no do consumo em mobilidade. Se a isto acrescentarmos os consumos energéticos derivados de outras práticas de lazer que podem ocorrer durante essa utilização, então as segundas residências assumem uma importância muito relevante na produção de impactes sobre o ambiente natural, mais não seja no que respeita ao consumo de energia e num país onde só as "cabanas" construídas após 1990 tinham em cerca de 43% elevadas condições técnicas modernas, como terem abastecimento de eletricidade e água, casa de banho e máquina de lavar loiça (Aall, et al., 2011:462).

Mervi J. Hiltunen escreveu sobre a Finlândia, país onde o estudo das segundas residências acompanha o exemplo escandinavo (Hiltunen, 2007). Estudou apenas os impactes ecológicos das segundas residências localizadas em meio rural. Esta opção é óbvia, já que em meio urbano os impactes serão de natureza diferente. Trata-se de um estudo muito interessante, sobretudo porque sistematiza algum do estado da arte e desenvolve alguns dos descritores pertinentes para a análise dos impactes sobre o ambiente natural. Para além de uma quantificação da produção de CO_2[66] nas deslocações em transporte individual, que outros autores consideram, juntamente com outros gases, serem, na Finlândia, menos de 1% do total nacional (Müller et al., 2004:22), Mervi Hiltunen (2007) apresenta um quadro que se constitui como um bom ponto de partida para a sistematização estratégica dos impactes das segundas residências sobre o ambiente natural e que adaptamos no Quadro 19.

A maior parte das, ainda poucas, abordagens da questão dos impactes sobre o ambiente natural, ficam pela superficialidade das constatações genéricas e de senso comum, com exceção de algumas áreas de produção de impactes como a poluição atmosférica e o consumo energético, sobretudo no transporte de, e para, a segunda residência. São mais frequentes as abordagens relacionadas com a perceção dos proprietários de segundas residências em comparação com a dos residentes permanentes, muitas vezes com trabalho empírico de base que recorre a metodologias de inquirição tendo por referência escalas de avaliação previamente definidas (Aall et al., 2011; Lundberg, 2017) ou questões de resposta aberta (M. J. Hiltunen, 2007; M. J. Hiltunen et al., 2016).

[66] O autor conclui que o total das deslocações anuais era, no seu estudo, de 1264 kg/ano por automóvel e de 599 kg/ano por pessoa, o que era equivalente a duas viagens aéreas de ida e volta, num ano, a uma qualquer estância turística no Mediterrâneo (Hiltunen, 2007:257).

Quadro 19 - Impactes do turismo de segunda residência em meio rural sobre o ambiente natural e a paisagem

Impacte sobre	Impactes negativos / ameaças	Impactes positivos / oportunidades
Natureza Biosfera Geosfera	Biológicos; Ecológicos; Fisiológicos; Estragos nos ecossistemas; Mudanças na fauna e na flora; Declínio da biodiversidade; Diminuição das áreas naturais; Poluição; Contaminação aérea;	Relação humanidade/meio; Uso de materiais de construção recicláveis; Intermigração de plantas espontâneas raras;
Clima Atmosfera	Emissões de gases com efeito de estufa; Mobilidade motorizada; Atividades motorizadas; Aumento do uso de energia;	Uso de energias renováveis;
Paisagem Paisagem natural Ambiente sonoro Paisagem cultural	Fragmentação das áreas naturais; Remoção de terras; Poluição sonora; Redução do livre uso recreativo; Dispersão das estruturas comunitárias; Densificação excessiva; Alteração da função habitacional original.	Densificação moderada das estruturas comunitárias; Reconversão do edificado; Enriquecimento do património construído.

Fonte: adaptado de (Hiltunen, 2007:259)

Em síntese, a questão dos impactes sobre o ambiente natural, é muitas vezes encarada numa ótica que diferencia entre uma atitude própria dos residentes permanentes, os quais querem o desenvolvimento, principalmente no contexto das suas atividades económicas, e os segundos residentes, aos quais se atribuem atitudes mais protetoras e conservacionistas. No entanto, alguns autores colocam estas atitudes num quadro de imobilismo justificado pela defesa dos seus interesses enquanto utilizadores de um ambiente idílico, musealizado e contrastante com as localizações das suas primeiras residências, em que, na nossa opinião, eles são os «agentes protetores» e os outros são os «agentes destruidores» (Müller, 2002b; Overvag, 2009). A este propósito, e quando se consideram as áreas rurais, é nítida a existência de conflitos entre a visão idílica destes últimos e, por exemplo, a necessidade de introdução de novas práticas agrárias pelos primeiros (Müller et al., 2004:23).

Também é recorrente a consideração, entre outras mais específicas, como as de caráter biogeográfico (biodiversidade de fauna e flora em diferentes contextos territoriais), das áreas de produção de impactes relacionadas com o consumo de energia e a poluição ambiental e sonora. No primeiro caso assume particular significado a questão dos transportes e, no segundo, a da construção e provisão de infraestruturas e serviços associados.

> "Construction and maintenance of cottages, living and housing at second homes and motorized mobility related to second home tourism consume natural resources, energy and land. Second home development entails also building of infrastructure, such as highways, roads, sewage systems and networks for electricity and telecommunication. Environmental burden related to second home tourism is especially harmful when building up in natural vulnerable areas." (Hiltunen, 2007:261)

9.2. Efeitos e impactes sobre o domínio da sociedade

A dimensão «sociedade» do modelo IDENTERRA é de descrição e interpretação complexa, não só do ponto de vista teórico, mas também operacional. No que respeita especificamente aos efeitos e impactes, entendeu-se que a consideração apenas da «população», e dos correlativos estudos que tradicionalmente também abarcam as questões sociais, seria mais ajustada. Por um lado, a controvérsia entre o que são relações sociais e quais os fatores que as condicionam ou determinam de um ponto de vista teórico-ideológico e, por outro, toda a herança pesada de muitas décadas de estudos sociológicos que valorizam as dimensões sistémica e estrutural das formações sociais, e que de facto não fazem parte da nossa formação de base, justificam que consideremos apenas os aspetos que se relacionam com a população.

Nesta ótica, ter-se-á de convir que, já desde a publicação da obra seminal de J. T. Coppock (Coppock, 1977a), nem a questão dos impactes em geral, nem a dos chamados impactes sociais, em particular, têm sido objeto de uma abordagem clara que distinga entre as várias componentes constitutivas deste domínio de avaliação. Isto é, muitas vezes os efeitos e impactes sobre o domínio social, mais do que atentarem sobre as transformações demográficas e populacionais, centram-se sobre duas componentes cuja variabilidade geográfica resulta de identidades culturais e territoriais que contrastam entre a origem e o destino dos utilizadores de segundas residências, numa lógica que opõe os hábitos e as atitudes e práticas sociais, a diferentes contextos territoriais de manifestação dos níveis e da natureza do desenvolvimento local. É por esta razão que J. T. Coppock dá relevo à questão da interação entre segundos residentes e a comunidade local (Coppock, 1977:149), uma forma de perspetivar os impactes sociais que se mantem até à atualidade (Müller et al., 2004:19).

De facto, prevalece uma visão sobre os impactes sociais ancorada numa falácia involuntária, a qual confunde duas situações muito distintas do fenómeno de expansão geográfica das segundas residências. Por um lado, e como já se discutiu no primeiro capítulo, essa expansão tem diferentes motivações que oscilam entre as condições de vida na origem e a

consequente capacidade de atração do destino nas suas diferentes dimensões (amenidades ambientais, laços familiares, atividades de lazer em geral, paisagem e busca do idílio perdido, etc.) e a oportunidade de investimento que varia em função da capacidade económica do potencial segundo residente. Por outro, da concretização dessas motivações resultam diferentes potenciais transformadores do destino, facto que acaba por condicionar a forma e a natureza da manifestação dos efeitos e impactes sobre a sociedade, ou apenas a população, local.

Em Müller et al. (2004:19-22) a abordagem dos vários tipos de interações entre primeiros e segundos residentes conducentes a diferentes impactes em termos sociais, sobretudo em contextos rurais onde se verificam, tendencialmente, maiores problemas de desenvolvimento, podem ser sistematizados, com interpretação e paráfrase apoiada também noutros autores, do modo seguinte:

- Efeitos advindos da maior pressão sobre o mercado imobiliário que podem causar reações negativas por parte dos residentes permanentes (Coppock, 1977b; Flognfeldt, 2002; Gallent et al., 2019; Gallent & Tewdwr-Jones, 2018; Overvag, 2009);
- Impactes sobre a paisagem e os modos de vida advindos da chegada de população urbana portadora de novos valores e de capacidade económica e financeira, transformando um espaço de uso comum num outro apenas destinado a elites (C. Michael Hall & Müller, 2004; Halseth & Rosenberg, 1995);
- Impactes derivados da maior ou menor integração dos segundos residentes nas comunidades locais (Flognfeldt, 2002; Nick Gallent, 2014; Müller, 2002b).

Relativamente ao primeiro aspeto, é discutida a questão de saber se a procura de segundas residências é uma consequência ou é a causa do despovoamento rural. Nesta discussão interessa saber de que tipo de segundas residências se está a falar e em que contextos territoriais e ambientais elas ocorrem. Isto é, que tipo de amenidades, ambientais, sociais ou culturais, estão na base dessa procura e, por outro, qual a tipologia de construção que está em causa e qual o segmento de mercado a que se destina.

Esta última observação é também muito relevante para a compreensão do terceiro aspeto. Tal como Müller salienta (2004:21) acontece que muitas vezes, pelo menos fora dos países nórdicos, os segundos residentes tendem a ser pessoas mais abastadas que os residentes permanentes locais, refletindo-se isso num afastamento mais vincado entre os dois grupos, pondo assim, não só em causa uma harmoniosa integração social, mas também, em ligação com

o segundo aspeto, uma separação perigosa entre as necessidades das economias locais e os desejados idílios rurais perdidos que alimentam o processo de crescimento da procura de segundas residências.

A questão da avaliação e sistematização dos impactes sociais advindos da existência e funcionamento de segundas residências, não nos parece, apesar de reflexões interessantes e importantes, estar suficientemente estudada, sobretudo de um ponto de vista prático e sistemático. Daí, quando forem retomadas mais à frente estas questões, com a inclusão dos resultados do trabalho empírico, teremos oportunidade para explorar o tema e aprofundar o caso português.

9.3. Efeitos e impactes sobre o domínio da cultura

Na literatura, a abordagem dos impactes em termos culturais ou sobre a cultura local, surgem no âmbito dos impactes sociais, onde aspetos como os comportamentos e a integração entre autóctones e alóctones, já referidos antes, são aqueles que merecem maior relevo. Deste modo, ficam de fora, ou não são devidamente aprofundadas, problemáticas tão relevantes, como por exemplo:

A proteção ou o respeito pela capacidade de carga do meio cultural, considerando tanto o edificado como o geológico ou o etnográfico;

As novas condições de eventual valorização ou desvalorização do património cultural, nomeadamente ao nível da transformação da identidade territorial objetiva ou da facilitação de aparecimento de novos elementos da identidade territorial subjetiva (Oliveira et al., 2010; Z. Roca, 2004);

O contributo da dimensão cultural, acarinhada ou transformada pelos segundos residentes, para a promoção do desenvolvimento local.

Por um lado, é compreensível a falta de atenção para os impactes sobre esta dimensão, nomeadamente até porque, como refere Flognfeldt:

> "The question of change in local habits and traditions due to the invasion of second home owners and other tourists in an area, is often discussed, but rarely documented empirically (…), [and] it is often problematic to separate the influence of tourists and semi-migrants to that of 'development in general'" (Flognfeldt, 2002:200)

No entanto, este mesmo autor, apesar de o fazer no âmbito da análise dos impactes sociais, salienta que para além da questão económica ou do incremento da circulação de capital em áreas rurais, interessa também promover uma infraestrutura de conhecimento que ajude no processo de desenvolvimento. Neste âmbito, ele identifica alguns aspetos onde os segundos residentes podem ser importantes (Flognfeldt, 2002:201):

- Assumirem cargos em conselhos de empresas locais;
- Serem contactos, nos locais das suas residências permanentes, que promovam a venda de produtos locais;
- Serem mentores dos jovens locais que estejam a estudar em áreas urbanas próximas dos locais das suas residências permanentes;
- Participarem na compra de artesanato e equipamentos locais, mesmo para uso nas áreas onde vivem permanentemente ou para seus próprios negócios

Ora, qualquer uma destas agências mostra como é complexa a separação entre sociedade, economia e cultura, já que qualquer uma destas dimensões interpenetra cada uma das outras, tanto em termos de fixos como de fluxos espaciais. No entanto, para que este enquadramento fique claro, irá considerar-se que os impactes sobre o domínio cultural se irão refletir, em termos de fixos, no património vivido e visível na paisagem e, em termos de fluxos, nas relações individuais e coletivas, traduzíveis em acumulação e transmissão de informação e conhecimento, que permitam a existência ativa dos fixos espaciais. Esta clarificação será retomada mais à frente.

9.4. Efeitos e impactes sobre o domínio da economia

Ao contrário dos domínios previamente abordados, os impactes sobre a Economia têm um tratamento mais alargado na literatura, apesar de, mais uma vez, ser por vezes mais baseado em perceções de senso comum do que propriamente em resultados científicos robustos.

Tal como refere Dieter Müller, ainda que o não seja nestes termos, apesar de serem importantes os impactes de caráter económico nas áreas de localização das segundas residências, também não se podem esquecer os que se relacionam com as áreas de localização da residência permanente, já que o que de mais importante se verifica é a deslocação da capacidade e dos padrões de consumo de um sítio para outro (Müller et al., 2004:17).

Esta dupla capacidade de produção de efeitos e impactes no domínio económico, para além de se relacionar, sobretudo, com as características económicas e sociais dos locais de origem e de destino, expressa-se também em algumas dicotomias que traduzem o entrecruzamento de duas dimensões físicas essenciais: o tempo e o espaço. Isto é, o espaço, traduzível em características, mais rurais ou mais urbanas, abarcando motivações relacionadas com outros domínios ambientais e, o tempo, traduzível na distância de circulação e, correlativamente, na duração, mais ou menos longa, da estadia (Hoogendoorn, 2010; Marcouiller et al., 2013). Mas, como se traduzem estas dependências em diferentes impactes económicos?

Vários estudos em áreas de declínio demográfico e, concomitantemente, económico, têm mostrado a importância do consumo de produtos e serviços por parte dos segundos residentes, os quais são, assim, considerados como contribuinte diretos para alguma revitalização de economias rurais pobres (Marjavaara, 2008). Chris Paris (Paris, 2006; Paris, 2009) chegou também a essa conclusão, do mesmo modo que outros autores demonstraram o potencial dessa expansão para o desenvolvimento de serviços ligados ao turismo e lazer. (Nick Gallent & Tewdwr-Jones, 2018).

Esta visão geral enquadra-se numa outra, mais particular, de contribuição dos segundos residentes para o aumento do consumo local, mesmo que numa ótica de facilitação da exportação de pequenas produções endógenas. De facto, alguns autores mostraram a importância que a utilização de segundas residências pode representar para a continuação de atividades agrícolas baseadas em produtos locais, com destaque para os pequenos produtores, os quais poderão, assim, encontrar compradores que se constituam como alternativas à venda em grandes cadeias de distribuição (Marjavaara, 2008). Do mesmo modo, também Müller e Hall (C. Michael Hall & Müller, 2004) referem que os proprietários e utilizadores estrangeiros de segundas residências consomem tanto ou mais produtos e serviços locais do que os residentes permanentes. Contudo, esta procura de produtos locais, incluindo os agrícolas, por residentes temporários, poderá provocar a inflação de preços que também poderá afetar o poder aquisitivo da população local.

Hoogendoorn e Visser advogam que a construção e recuperação de habitações para segundas residências é, dado que a sua construção fica a cargo de empreiteiros e de mão-de-obra local e a maior parte do material é, também, adquirido localmente, uma forma de contribuição para o desenvolvimento da economia local (Hoogendoorn & Visser, 2004).

Obviamente que estas observações sofrem do problema da sua contextualização geográfica, já que na relação entre a aquisição de bens e serviços de construção civil e a densidade de procura associada a áreas rurais ou urbanas, emanam problemas óbvios de densidade de procura que naturalmente interferem sobre os preços da oferta e, portanto, sobre a possibilidade de concorrência de prestadores de áreas mais afastadas.

Alguns autores também salientam os impactes relacionados com a criação de emprego, não só em serviços como a manutenção das segundas residências, mas também noutros de apoio ao desenvolvimento turístico. Apesar de ser compreensível que haja a necessidade de contratar a prestação de serviços de limpeza, jardinagem e segurança, entre outros (Marcouiller et al., 2013), pode questionar-se a quantidade e a qualidade do emprego criado (Lacher & Oh, 2012)[67], ainda que, em áreas de muito baixa densidade e em processo de grave despovoamento, essa criação e o seu contributo para a fixação de alguma população não seja despiciendo, ou seja, "many times rural communities have few options when it comes to economic development" (Marcouiller et al., 2013:16).

Um dos principais temas abordados de forma muito frequente na literatura que trata a questão dos impactes económicos das segundas residências, refere-se ao mercado imobiliário. Alguns autores abordam esse aspeto também no âmbito dos impactes sociais, tal como já se referiu nesse âmbito. De facto, a cadeia de efeitos tendo por origem o mercado imobiliário, desde a construção à diferenciação tipológica e de estatuto social, é de larga abrangência, sendo também relevantes algumas questões sociais ligadas, sobretudo, à desigualdade e à capacidade económica para a satisfação das necessidades básicas habitacionais (Paris, 2009).

No entanto, de um ponto de vista puramente económico e de funcionamento do mercado, quando aumenta a procura de determinado bem, o seu preço tende a aumentar, mas este efeito tem de ser contextualizado no âmbito das características físicas e ambientais do local onde tal aumento acontece. Deste modo, enquanto em áreas com amenidades ambientais propiciadoras do desenvolvimento turístico esse aumento é muito relevante, afetando não só a habitação mas também a provisão de infraestruturas e serviços públicos, em áreas mais rurais

[67] O trabalho de Lacher & Oh (2012), é um exercício muito sério de avaliação da qualidade do emprego gerado pelas atividades turísticas em três áreas costeiras da Carolina do Sul, nos EUA. A principal conclusão destes autores foi a de que, de facto, o emprego gerado pelo turismo é menos qualificado e mais mal pago que o restante emprego local. Ora, como a própria conclusão mostra, a relativização destas diferenças tem de ser equacionada em diferentes contextos territoriais, nomeadamente em regiões mais pobres onde as oportunidades de emprego noutros ramos de atividade são quase inexistentes.

em processo de despovoamento esse aumento até pode ser benéfico para a valorização e revitalização do mercado local (Nick Gallent, 2014; Müller et al., 2004; Winkler et al., 2015). Em conexão com esta valorização da propriedade, resultam também efeitos ao nível da coleta de impostos, contribuindo também essas transações para que alguns dos seus tipos[68] beneficiem diretamente os locais, ainda que tal efeito também se possa verificar ao nível das residências permanentes (Fritz, 1982).

Outra questão relevante prende-se com a utilização de infraestruturas e serviços públicos, para além da aquisição de bens no comércio e serviços locais. Como a maior parte dos estudos empíricos resultam de experiências nórdicas, onde o conceito de urbano é algo diferente do da Europa do Sul[69], a que se somam, obviamente, diferentes responsabilidades de provisão pública de infraestruturas e serviços, entende-se que as segundas residências sejam encaradas como tendo impactes positivos sobre a respetiva utilização. Isto pode ser verdade para áreas onde aqueles investimentos já tenham sido feitos e, por razões de declínio demográfico, estejam agora a ser subutilizados, mas em áreas onde a pressão, muitas vezes sazonal, está acima dos normais níveis de serviço, os efeitos serão negativos.

De facto, como já se referiu antes (Oliveira, Roca, & Roca, 2015), ainda não se chegou a um consenso acerca dos impactes das segundas residências sobre as infraestruturas e os equipamentos públicos de utilização coletiva. Por exemplo, tal como refere Marjavaara,

> "In many cases it has been argued that second home tourism helps to preserve services in rural areas that otherwise would be on the brink of economic failure due to decreasing profits, caused by the general trend of rural out-migration" (Marjavaara, 2008:12),

mas, por outro lado, estes impactes positivos podem ser questionados, não só nos casos em que se verifique um forte aumento no uso dessas infraestruturas e equipamentos, mas sobretudo quando essa pressão é mais concentrada no tempo (utilização sazonal das segundas residências), dado que os custos acrescidos em manutenção e reparações, pelo menos em

[68] Em Portugal, são exemplos o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) ou o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

[69] Talvez devido a uma evolução algo tardia e diferente da portuguesa (Gaspar, 1977), na Suécia, por exemplo, uma área urbana pode ser classificada como tal desde que tenha 200 habitantes. Ora, isso não significa que, para fins estatísticos, não se mantenha o valor de 10 mil habitantes para uma área urbana ser considerada cidade, mas baixa muito o limiar de dimensão demográfica que obriga à responsabilidade de oferta de um conjunto mínimo de infraestruturas e serviços públicos.

Portugal, podem não ser compensados pelo aumento do consumo e da entrada de receitas oriundas dos impostos.

Dieter Müller, quando estudou a compra de segundas residências na Suécia por parte de alemães, aplicou um inquérito onde, numa das partes, era perguntado quanto era gasto em manutenção (materiais e mão-de-obra) e decoração da casa e, ainda, em comida e outras despesas. Ele chegou à conclusão que:

> "The total expenses of the 300 German households would, thus, amount to about 9,700,000 SEK a year." (Müller, 1999:171)

> "The almost 10 million SEK spent by the 300 German cottagers within the research area and the county centers correspond to the expenses of 50 Swedish average households. This is a conservative estimation, not including payments for the purchase of the properties, insurance and so on. Taking these expenses into account, about four German households spent as much money as an average Swedish household." (Müller, 1999:195)

Esta conclusão mostra como é muito relevante o consumo destes segundos residentes para a sobrevivência do pequeno comércio local que, neste caso, correspondia a um crescimento aproximado de 25% no número de famílias consumidoras enquanto residentes permanentes. Deste modo, apesar da concentração temporal deste consumo, os segundos residentes podem compensar de forma eficaz a perda de rendimento das atividades de retalho derivadas da perda populacional.

9.5. Síntese dos efeitos e impactes

Os efeitos e impactes sobre o ambiente natural, estabelecendo-se, por vezes, um paralelismo com a atividade turística, são muitas vezes vistos, ou do lado das fontes poluidoras e da produção de gases com efeito de estufa, sobretudo no caso da deslocação automóvel, ou do lado dos sinais observáveis na paisagem, sendo que, principalmente neste caso, esses efeitos também dependem do tipo de casa que serve a função de segunda residência: casas de fim de semana e casas de férias, existentes ou reconvertidas ou construídas de raiz (Hall & Müller, 2004, p. 16).

Aal et al. (2011), no sentido de avaliarem os impactes associados ao consumo de tempos livres, utilizaram um único indicador relativo ao consumo de energia, tendo concluído que o consumo de energia advindo da utilização de segundas residências é o maior do conjunto das

atividades de lazer. Também se verifica na literatura uma análise dos impactes sobre o ambiente natural baseada nas perceções dos primeiros e segundos residentes, concluindo-se que estes últimos são mais conservacionistas, por oposição aos primeiros, mais desenvolvimentistas.

Na sequência da sistematização de efeitos e impactes referidos na literatura, apresenta-se de seguida um conjunto de quadros organizados por domínio do IDENTERRA, onde se procede, para cada um deles, à identificação de hipóteses organizadas em sinal negativo ou positivo. Na análise subsequente tentar-se-ão verificar essas hipóteses. No quadro seguinte sistematizamos uma primeira tipificação e avaliação, em termos de efeitos positivos e negativos, dos impactes sobre o ambiente natural.

Quadro 20 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre o ambiente natural

Efeitos positivos	Efeitos negativos
Proteção ambiental, já que normalmente os utilizadores têm uma atitude mais conservacionista que os locais.	Poluição atmosférica, sobretudo devida às deslocações.
	Energia (consumo energético), devida às deslocações e à utilização.
	Ambiente sonoro.
Maior vigilância e prevenção dos riscos de incêndio florestal …	… ao mesmo tempo que, pela maior utilização da floresta, também aumentam os riscos de incêndio
Criação de oportunidades para o desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas disciplinadores da utilização do território.	Maior pressão sobre o consumo de espaço e a sua impermeabilização.
Tipologias habitacionais de menor dimensão, com efeitos num menor consumo de espaço.	Maior dispersão do povoamento, com efeitos diretos no aumento da "pegada ecológica".

Fonte: elaboração própria

Relativamente às análises dos chamados impactes sociais, não é dado grande relevo às transformações demográficas e populacionais e valorizam-se mais os efeitos derivados da interação entre dois ambientes distintos: i) os de localização da primeira residência, com as suas rotinas, hábitos e capacidade de relacionamento, e ii) os de localização da segunda residência, enquanto espaços geográficos de reprodução ou transformação dessas rotinas, hábitos e relações.

Na literatura salientam-se três tipos de impactes principais de âmbito social, apesar de não ser muito clara essa afiliação: i) conflitos derivados das relações assimétricas em termos de rendimento, com consequência na alteração dos preços, principalmente no caso do mercado imobiliário; ii) tendo também por base uma derivação idêntica, pode verificar-se algum antagonismo entre os desejos de preservação e os de transformação, ou seja, riscos de elitização de um espaço que deveria ser de uso comum e, eventualmente, com necessidades de

desenvolvimento; iii) por último, são muito relevantes no âmbito social, as questões da integração entre os segundos residentes e a comunidade local, sendo também desejável a não autonomização de duas comunidades diferentes, a dos primeiros e a dos segundos residentes, tal como acontece em muitas áreas de maior génese de turismo residencial (Huete, Mantecón, & Mazón, 2008b; Plantalamor, 2018).

No quadro seguinte (Quadro 21) apresentam-se algumas notas sobre a tipologia de efeitos e impactes, positivos e negativos, associados ao domínio da população/sociedade.

Quadro 21 - Tipos/áreas de produção de efeitos e impactes das segundas residências sobre a sociedade / população

Efeitos positivos	Efeitos negativos
Incentivo à fixação de residentes, não só pela criação de algum emprego, como pela viabilização da oferta de infraestruturas e serviços básicos, públicos e privados.	Volume e qualidade da oferta de infraestruturas, equipamentos e serviços, públicos e privados, dada a natureza temporária da utilização de segundas residências.
Melhoria das condições de formação e instrução dos residentes, tanto em contextos rurais mais desfavorecidos, como em áreas turísticas mais especializadas na receção de alóctones.	Aumento da oferta formativa em áreas profissionais menos qualificadas.
Inovação ao nível, por exemplo, da oferta de serviços de apoio social, nomeadamente de idosos (idosos em lares sustentados por segundos residentes).	Agravamento das relações de dependência demográfica e respetiva perda de vitalidade.
Topofilia, terrafilia e apego ao lugar.	Agravamento das condições de fixação no lugar devido à maior pressão da procura sobre o mercado imobiliário.
Integração na comunidade local.	Riscos de desestruturação das relações com a comunidade local, por via da não integração dos segundos residentes.

Fonte: elaboração própria

Quando se trata dos impactes sobre o domínio da cultura, é muito difícil encontrar na literatura uma clara separação com as questões implicadas no domínio social, sendo sobretudo valorizados os comportamentos e a integração entre autóctones e alóctones.

De facto, relativamente ao domínio da cultura, a concretização e a sistematização dos elementos, mecanismos e processos que estão na sua base e origem, implica uma discussão complexa que mistura temáticas diversificadas que vão desde as geográficas, históricas e antropológicas, até às de carácter psicossocial.

Como não pretendemos iniciar essa discussão, deixamos apenas algumas notas que se entendem serem relevantes do ponto de vista da sistematização dos impactes, a qual abrange as questões comportamentais e do património, nas suas dimensões material e imaterial,

consubstanciado numa parte importante da identidade territorial. No quadro seguinte (Quadro 22) apresentam-se alguns exemplos.

Quadro 22 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a cultura

Efeitos positivos	Efeitos negativos
Aumento da participação pública e política dos residentes, devido à influência de alóctones mais consciencializados para a cidadania	Adoção de atitudes, comportamentos e práticas tendencialmente mais globalizados e, por isso, menos protetores da identidade territorial local
Aumento da consciencialização para a dimensão cultural, tanto erudita, como popular	Artificialização de algumas dimensões da cultura popular e etnográfica, sobretudo as de caráter mais arcaico
Valorização da identidade territorial	Musealização da identidade territorial e interrupção dos processos de transformação da identidade subjetiva ou desejada, em identidade objetiva ou experienciada

Fonte: elaboração própria

Ao contrário dos domínios já referidos, os impactes sobre a economia são de abordagem mais frequente na literatura. A relação entre os locais de origem dos segundos residentes e as características dos locais de destino, ou seja, de localização das segundas residências, é posta em evidência por autores como Dieter Müller, o qual atribui grande importância à deslocação da capacidade e dos padrões de consumo de um sítio para outro (Müller et al., 2004:17). Independentemente dessa discussão, a qual pode ser mais sociológica ou mais geográfica, o que interessa é definir um quadro de impactes que permita a sistematização analítica dos efeitos, isto é, o quê e como é afetado.

Desse ponto de vista, no quadro seguinte (Quadro 23) identificamos algumas áreas, sendo que, para algumas delas é inclusive possível definir indicadores exequíveis que podem permitir a avaliação quantitativa dos impactes: i) empresas; ii) emprego e rendimentos do trabalho; iii) mercado imobiliário e construção; iv) consumo e utilização de comércio e serviços privados; v) infraestruturas e serviços públicos; vi) contas públicas.

A enunciação dos possíveis efeitos e impactes das segundas residências sobre os diferentes domínios da identidade territorial e do desenvolvimento local, mostra que não é linear a separação entre cada um desses mesmos domínios. Da mesma forma, também tem de ser aceite que a realidade social, económica e cultural, enformada (determinada ou possibilitada) pelas condições do ambiente natural, não deixa também de ser, sobretudo do ponto de vista da avaliação dos efeitos e impactes, um complexo multivariado onde a inter-relação entre a natureza, a ordem, a magnitude, a significância, o período temporal, a sua eventual

reversibilidade, probabilidade de ocorrência ou incidência espacial dos efeitos observados, não facilita a sua segmentação.

Quadro 23 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a economia

Subdomínios	Positivos	Negativos
Empresas:	Criação de algumas empresas vocacionadas para a prestação de serviços (manutenção, segurança, preparação, etc.).	Estrutura empresarial que varia em função da tipologia de segundas residências: mais débil em áreas rurais ou mais forte em áreas turísticas, mas sempre dependente de uma procura de períodos mais ou menos curtos (de qualquer modo, não existe uma relação direta com as segundas residências).
	Maior desenvolvimento do turismo	Riscos de superação das capacidades de carga do ambiente local
Emprego:	Potencial aumento do emprego, ainda que pouco qualificado, mas com reflexos no aumento dos rendimentos	Menor qualificação do emprego e, concomitantemente, salários mais baixos
	Melhoria ao nível das atividades agrárias, mas…	… eventualmente com aumento dos trabalhadores a tempo parcial…
Mercado imobiliário:	Dinamização do mercado imobiliário local	Aumento dos preços e maiores dificuldades de fixação/estabelecimento para os locais
	Aproveitamento de construções existentes	Aumento do número de alojamentos por abandono dos mais antigos e construção de novos
Consumo:	Aumento do consumo, em geral, e da procura de produtos locais	Desestabilização do abastecimento local
	Adaptação dos negócios locais à variabilidade temporal da procura	Desequilíbrio temporal nos negócios do comércio e serviços locais
Infraestruturas e serviços públicos:	Incentivo à oferta de mais infraestruturas, equipamentos e serviços públicos	Fraca rendibilização da utilização de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
Contas municipais:	Receitas de impostos diretos, nomeadamente o IMI	Inflacionamento dos valores da propriedade, com consequências nas respostas habitacionais à população local
	Estrutura de despesas mais favorável face ao quantitativo das receitas diretas	Maior dependência das transferências da administração central

Fonte: elaboração própria

A sistemática antes referida, faz parte dos exercícios de avaliação de impactes. A natureza dos impactes diferencia entre os positivos, os nulos e os negativos; a ordem dos impactes traduz-se no facto de eles serem diretos, indiretos ou cumulativos; a magnitude, a qual traduz o volume ou quantidade do impacte, traduz-se em elevada, média ou baixa; a significância, ou seja, o grau de importância dos impactes, pode dividir-se entre elevada, média ou baixa; o período temporal, ou seja, a temporalidade de verificação dos impactes, pode ser imediato, de curto prazo ou de médio ou longo prazo; a reversibilidade liga-se apenas ao facto de um impacte ser reversível ou não, isto é, ser temporário ou permanente; a probabilidade de ocorrência, numa ótica mais prospetiva ou de avaliação, liga-se com o facto de determinado

impacte ser incontornável ou mais que certo, provável, improvável ou desconhecido, enquanto que a incidência espacial se refere ao espaço geográfico abrangido por determinado impacte, isto é, no sítio ou local, na envolvente ou ao nível sub-regional, ou regional.

Apesar do estabelecimento de uma tipologia de impactes estruturada de acordo com os domínios do modelo IDENTERRA que antes apresentámos, é também fundamental organizar um quadro de despoletadores ou "triggers" para cada um desses tipos, de modo a tornar evidente a relação entre as diferentes dimensões do fenómeno (casa, uso e utilizadores) e respetivas características. Isto é, por exemplo:

- Qual a relação entre a dimensão da parcela onde se implanta a segunda residência e os efeitos ao nível do ambiente natural, ou de que modo é que determinados aspetos formais da casa se relacionam com impactes ao nível social, cultural ou económico?
- Como é que determinados usos da segunda residência, sejam eles apenas lazer mais ativo ou mais passivo ou mesmo trabalho, provocam impactes em cada um daqueles domínios?
- Ou, por último, como interferem as características dos utilizadores da segunda residência, mais instruídos, mais qualificados, mais jovens ou mais idosos, na produção de impactes sobre esses mesmos domínios?

A organização do quadro de despoletadores vai ser tentativamente feita, de um modo muito geral, no ponto seguinte, apesar dos problemas e dificuldades de mobilização de indicadores pertinentes, ajustados e exequíveis. As perguntas acima enunciadas, bem assim como de muitas outras de que elas são apenas exemplificativas, acabarão por ficar respondidas a partir dos resultados da análise de dois inquéritos aplicados às escalas do Continente e da sub-região (NUT III do Oeste), já que em Portugal não existe outro meio de determinação das características e dos usos dados a este tipo de habitação, ao contrário do que acontece, por exemplo, em Espanha (Colás, 2003). No entanto, antes da análise empírica resultante da recolha direta de informação, ir-se-á de seguida tentar saber pelas estatísticas, as respostas, necessariamente mais gerais, sobre quais os efeitos da relação entre segundas residências e desenvolvimento local que são possíveis de descortinar.

10. EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA VISÃO SOBRE O CONTINENTE PORTUGUÊS

10.1. Conceitos e métodos

Como já se referiu antes, entende-se que o impacte é o efeito, direto ou indireto, específica ou genericamente, associado a uma ação ou projeto concreto. Tal como também já se referiu, o que distingue o conceito de impacte do de efeito, relaciona-se com o de adicionalidade. O impacte corresponde, assim, à transformação efetuada pelos efeitos derivados da realização (ou execução) de um dado projeto, não incorporando, assim, os efeitos induzidos por outras dimensões, tais como a evolução, sem qualquer interferência, da situação de partida, ou os efeitos de outras ações ou projetos.

Esta racionalidade conduz a uma ordem de abordagem das consequências de um qualquer fenómeno, em termos das transformações que induz, que não é a mesma de uma qualquer intervenção humana Isto é, aos fenómenos naturais não se podem aplicar abordagens de identificação e avaliação de impactes, mas apenas metodologias, algumas já bem consolidadas na abordagem científica, de identificação e avaliação de efeitos, já que estes, igualmente associados à noção de «consequência», são extensíveis a todos os domínios e dimensões que enquadram a vida humana. De facto, tendo em conta a definição de impacte apresentada no dicionário Infopédia, "conjunto das alterações produzidas pelo Homem a nível ambiental numa determinada área que afetam direta ou indiretamente o bem-estar da população assim como a qualidade dos recursos ambientais"[70], pode assumir-se que a segunda residência enquanto intervenção humana, é responsável pela verificação de efeitos diversificados que, por sua vez, também se refletem em impactes igualmente diversificados.

A forma mais simples de colocar esta questão que gera alguns problemas teóricos e operacionais é, mais uma vez como também já se referiu, entender os efeitos como uma consequência de um determinado resultado obtido com uma qualquer intervenção humana e os impactes como a consequência desses mesmos efeitos. Esta concatenação intervenção →

[70] Definição de impacte, in: Dicionário infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-10-01 17:08:36]. Disponível na Internet em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/impacte.

resultado → efeito → impacte, pode ser exemplificada, tendo em conta cada uma das dimensões de análise que adotámos, da seguinte maneira:

- A casa - A construção de uma segunda residência tem um efeito direto sobre o uso do solo, pelo que um dos impactes expetáveis será a redução do espaço disponível para outros usos que não o habitacional;
- O uso - A utilização de uma segunda residência tem efeitos sobre a utilização de comércio e serviços locais, os quais se podem refletir em impactes positivos na ajuda à melhoria da economia local;
- Os utilizadores - As características dos utilizadores de segundas residências podem ter efeitos sobre a relação com a comunidade de acolhimento, o que se pode refletir em impactes no domínio cultural;

Desde há algumas décadas em Portugal, e desde 1969 a nível mundial, que a avaliação do impacte ambiental vem assumindo, enquanto disciplina académica e prática profissional, um papel relevante na proteção ambiental e, consequentemente, na promoção do desenvolvimento a todas as escalas. Numa obra fundamental em português, Maria do Rosário Partidário e Júlio de Jesus, sistematizam no princípio dos anos 90 do século passado, um conjunto de contribuições de diferentes autores sobre aquela temática. Esta obra, com o título "Avaliação do impacte ambiental : conceitos, procedimentos e aplicações" (Partidário & Jesus, 1994), é seminal para quem, em língua portuguesa, procura saber mais sobre o tema da avaliação de impactes, ampliando a teoria e divulgando a prática de uma experiência já consolidada no Reino Unido, conduzida pelo *Centre for Environmental Management and Planning* (CEMP) da Universidade de Aberdeen, na Escócia (Partidário & Jesus, 1994).

A Avaliação de Impacte Ambiental, separada entre o processo (AIA) e um dos seus resultados práticos (Estudo de Impacte Ambiental – EIA) é um exercício prospetivo que pretende medir a quantidade e a qualidade dos efeitos expectáveis sobre o ambiente derivados da execução ou implementação de um projeto, uma política ou um plano ou programa. Quando essas ações são mais de pendor imaterial ou menos concretizáveis, como é o caso das políticas públicas, pode dizer-se que a AIA assume o carácter de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a qual pode

> "adoptar uma natureza mais tradicional de avaliação de impactes ambientais (AIA), onde o objectivo é verificar os impactes no ambiente decorrentes das soluções apresentadas em planos ou programas, e das respectivas alternativas, concluindo na

proposta de medidas mitigadoras desses impactes e de um programa de monitorização" (M. R. Partidário, 2007:5).

Quadro 24 – Algumas diferenças fundamentais entre AAE e AIA

Em AAE	**Em AIA**
A perspectiva é estratégica e de longo prazo	A perspectiva é de execução e de curto e médio prazo
O processo é cíclico e contínuo	O processo é discreto, motivado por propostas concretas de intervenção
Não se procura saber o futuro, o objectivo é ajudar a construir um futuro desejável	O projecto de intervenção tem que ser conhecido com o nível de pormenor adequado
A definição do que se pretende fazer é vaga, a incerteza é enorme e os dados são sempre muito insuficientes	A definição do que se pretende fazer é relativamente precisa e os dados são razoavelmente disponíveis ou podem ser recolhidos em campo
O seguimento da AAE faz-se através da preparação e desenvolvimento de políticas, planos, programas e projectos	O seguimento da AIA faz-se através da construção e exploração do projecto
A estratégia pode nunca vir a ser concretizada uma vez que as acções previstas em planos e programas podem nunca ser executadas	Os projectos sujeitos a AIA são executados, uma vez assegurada a sua viabilidade ambiental.

Fonte: Partidário, 2007:13

As metodologias de AIA acompanham o conhecimento acumulado nos estudos de avaliação em geral. A avaliação, enquanto atividade técnica e conjunto formal de procedimentos que pretende aferir os efeitos de qualquer intervenção ou ação, principalmente no âmbito de políticas públicas, é atualmente reconhecida como banal e necessária, e é de génese tão antiga quanto a primeira tomada de consciência de que deveria ser escrutinada a aplicação de recursos tendo em vista a obtenção de determinados resultados.

Mas, a avaliação enquanto processo, isto é, enquanto cadeia de procedimentos com o objetivo de determinar os efeitos de uma qualquer ação ou intervenção, apresenta diferentes desenhos, os quais variam também, não só em função do enfoque desse mesmo processo de avaliação, como da temática ou tipo de intervenção ou ação que está a ser avaliada. Daí, poder desagregar-se o processo em diferentes fases ou subprocessos: avaliação da pertinência, da coerência, da eficácia, da eficiência, dos resultados, dos efeitos e dos impactes; do mesmo modo que cada uma delas se pode associar a questões do ambiente natural, da economia, da sociedade ou da cultura.

No caso particular da avaliação de impacte ambiental, é logo nos primeiros anos da década de 70 do século XX que se começam a questionar as metodologias de avaliação de custo benefício e se começa a privilegiar uma forma mais qualitativa de avaliação (Clark, 1994:4). De facto, a análise custo-benefício, ao pressupor que todas as operações ou transformações podem ser quantificadas em termos monetários e financeiros, acaba por inviabilizar a avaliação

de algumas dimensões ambientais, as quais dificilmente se traduzem nessas unidades de medida.

Para além das metodologias baseadas na análise quantitativa, muitas vezes através de modelos matemáticos ou estatísticos de tipo linear, bi ou multivariados, que procuram relações entre variáveis direta ou indiretamente ligadas aos fenómenos expetáveis que se antevê venham a ser objeto de transformação devida a determinada ação ou intervenção (projeto, plano ou programa ou simplesmente política pública) (Antunes, 1994), é bastante comum a utilização de metodologias mais baseadas em técnicas qualitativas, tais como as de auscultação de peritos e as de conceção e avaliação de cenários. De qualquer modo, trate-se da aplicação de métodos quantitativos ou qualitativos, a elaboração de um diagnóstico objetivo e sustentado em fontes fidedignas, é fundamental. Isso é verdade, tanto para os exercícios de programação, como de avaliação, já que qualquer ação ou intervenção terá de ser justificada pelo diagnóstico da situação que pretende transformar ou organizar.

Fazer prova dos efeitos e impactes derivados de um qualquer fenómeno de origem social e económica é um desiderato de grande dificuldade, não só pela complexa imbricação das relações cumulativas e de causalidade, como também pela própria identificação dessas mesmas relações causais. Por um lado, uma visão de causa-efeito de tipo determinista, ou seja, de tipo $y=f(x)$, não é a mais ajustada ao estudo de fenómenos do âmbito das ciências sociais e humanas e, por outro, uma visão mais probabilista acaba também por inibir a abertura do leque de possibilidades de entendimento da multidimensionalidade desses fenómenos.

Acresce que, também o balancear da adoção de metodologias mais qualitativas, ou mais quantitativas, se constitui como um exercício indutor de algumas controvérsias de tipo ontológico, fazendo mesmo parte dos percursos evolutivo das ciências sociais e humanas, onde se enquadra o urbanismo. No entanto, entende-se que a investigação científica em urbanismo e ordenamento do território terá de ser composta por todas essas escolhas, já que sem positivismo lógico e quantificação não resultam claros os princípios teóricos gerais ou leis de funcionamento das relações, subordinadas ou subordinantes, entre as pessoas e as suas envolventes, no sentido de "environment", sejam elas de tipo material ou imaterial e, sem possibilismo ou idealismo e qualificação, nem sequer se procuram esses princípios teóricos. Assim, pensa-se ser desejável uma atitude de investigação que se posicione entre a ideia de que qualquer hipótese pode ser definitivamente verificada e o outro extremo que considera que tudo é único e, por isso, não generalizável (Brante, 2001; Peters, 2020).

Foi tendo subjacentes estas opções básicas que se ensaiou o estudo dos efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local no continente português. As etapas metodológicas seguidas foram as seguintes:

- Exploração das bases de dados estatísticas com o objetivo de construir indicadores que refletissem a relação entre as dimensões do fenómeno das segundas residências e os domínios do modelo IDENTERRA;
- Dessa exploração foi apurado um conjunto de 58 indicadores considerando o ano do último censo (2011) e o ano mais recente (entre 2017 e 2019);
- 7 indicadores referem-se apenas a 2011, ano do último censo, mas para todos os casos em que era possível ter dados mais recentes, foi calculada a variação absoluta nesse período, e o ano de 2011 foi substituído por essa variação;
- A este conjunto de 58 indicadores foi adicionada uma variável nominal correspondente à tipologia de concelhos efetuada no ponto 7.3 do capítulo II, pelo que o total de indicadores retido para análise foi de 59;
- O quadro de dados constituído pelas 278 unidades de análise (os concelhos) e os 59 indicadores, foi submetido a dois procedimentos de análise de dados:
    - A descrição da variável nominal (tipologia) por cada um dos indicadores, tendo em conta a sua variância comum, ou seja, a caracterização de cada tipo pelos indicadores mais próximos em termos da sua média e desvio padrão nesse tipo face às mesmas medidas descritivas no total das 278 unidades de análise;
    - A aplicação de uma Análise de Componentes Principais (ACP) como uma etapa para normalizar os indicadores tomados como variáveis ativas, em função de todos os outros que foram tomados como variáveis ilustrativas; deste procedimento resultou uma classificação dos concelhos que permitiu simplificar de forma robusta a tipologia apresentada no ponto 7.3 do capítulo II.

Os objetivos destes procedimentos metodológicos foram, por um lado, entender quais os domínios e respetivas áreas de produção de impactes mais relacionados com cada um dos tipos de segundas residências e, por outro, detetar a natureza e o grau de influência das segundas residências sobre a capacidade de transformação de cada um desses domínios, lida através do comportamento dos respetivos indicadores.

Como nota prévia à apresentação dos indicadores retidos para análise, tem de se reafirmar a questão da interoperabilidade dos indicadores com os vários domínios do modelo IDENTERRA. Significa isto que foi necessário tomar decisões sobre qual o domínio atribuível a cada um dos indicadores, sendo entendidas como óbvias eventuais sobreposições entre eles, as quais só na fase de análise dos resultados serão explicadas e justificadas.

Mas, antes de se apresentarem os resultados desta investigação, é fundamental perceber-se o significado, o sentido e a relevância do modelo de indicadores retidos para análise.

10.2. Efeitos e impactes das segundas residências

Se por um lado não é fácil sintetizar e caracterizar quantitativamente cada um dos domínios do modelo IDENTERRA, ainda mais difícil é traduzir isso em indicadores pertinentes e exequíveis (Oliveira et al., 2010), sobretudo quando o objetivo é ilustrar as relações desagregadas das dimensões características das segundas residências com esses mesmos domínios.

Esse foi o primeiro exercício levado a cabo e que se traduziu nos indicadores que a seguir se apresentam, explicando para cada um deles o sentido da sua inclusão e o seu significado na interpretação do fenómeno em estudo. Essa explicação terá em conta duas medidas de estatística descritiva: a média e o desvio padrão. Estas medidas são muito relevantes para se perceber, no caso das variações absolutas entre os dois anos terminais, ou seja, 2011, como ano inicial, e 2017 ou 2018 ou 2019 como ano terminal mais recente, qual o sentido (variação positiva ou negativa e tendências de homogeneização ou de diferenciação, sinais que são dados pelos desvios padrão) e as quantidades envolvidas nessas variações, através das alterações que se poderão verificar nos valores médios.

Todos os indicadores apresentados estão disponíveis na base de dados do INE e podem ser consultados no seu sítio de Internet, em www.ine.pt, através da respetiva aplicação de seleção e construção de quadros de apuramento. Os conceitos associados à formulação desses indicadores, podem também ser consultados no mesmo sítio de Internet, mas, neste caso, na secção relativa ao Sistema Integrado de Metainformação, acessível em https://smi.ine.pt.

10.2.1. Indicadores do domínio do ambiente natural

A tarefa de concretização do domínio do ambiente natural por indicadores estatísticos não é fácil, não só porque os indicadores disponíveis estão principalmente relacionados com a sua utilização, mas também porque, quando eles são, ainda que raramente e de forma indireta, mais descritivos ou de caracterização do seu estado, é notória, ou a insuficiente cobertura de todos os concelhos ou mesmo o desajustamento temporal da informação disponibilizada[71].

As despesas municipais totais em ambiente (Quadro 25), resultam da soma de várias parcelas que incluem a proteção da qualidade do ar e clima, a gestão de águas residuais, a gestão de resíduos, a proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, a proteção contra ruídos e vibrações, a proteção da biodiversidade e paisagem e outras atividades, incluindo a investigação e desenvolvimento. Para os objetivos deste estudo, a parcela relativa à proteção da biodiversidade e paisagem seria a mais relevante, mas a quantidade de dados omissos não permitiu utilizar o indicador desagregado nas suas várias parcelas.

A consideração deste indicador teve como fim traduzir o grau de ação dos poderes públicos na proteção ambiental, partindo-se do pressuposto de que quanto maior fosse essa ação, mais relevantes e fortes seriam os atrativos para a localização de segundas residências, ao mesmo tempo que também poderiam essas despesas ser induzidas por uma maior pressão dos segundos residentes sobre as questões da proteção ambiental.

Quadro 25 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: despesas em ambiente

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), 2019	81,3777	59,7457
Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), diferença entre 2011 e 2019	27,1727	51,3315

Fonte: elaboração própria

De qualquer modo, tal como com qualquer outro indicador, a sua leitura também pode ser feita de modo inverso, como por exemplo dizer que as maiores despesas em ambiente se

[71] Por exemplo, no caso dos dados relacionados com as condicionantes ou o ordenamento dos territórios municipais, a informação de que agora se pode dispor, dada a implementação dos procedimentos de comunicação de dados estatísticos aquando da submissão eletrónica dos Planos Diretores Municipais, ou não cobre a totalidade dos concelhos, ou está muito desatualizada ou é de temporalidades variadas e mais ou menos afastadas na linha do tempo.

relacionam com as maiores debilidades dessas áreas face a outras que não merecem os mesmos volumes de financiamento. Mas, também como acontece com qualquer outro indicador, o importante é ter uma perspetiva de conjunto, isto é, ter em conta o conjunto das unidades de análise, já que isso permitirá a escolha da interpretação mais ajustada tendo em conta, também, algum conhecimento sobre cada uma das realidades concelhias.

Uma primeira apreciação deste indicador dá conta, por um lado, de valores médios anuais por habitante que sugerem alguma parcimónia neste tipo de despesa, já que os serviços de saneamento e de gestão de resíduos facilmente absorverão o valor médio de 81 euros/ano/habitante. No entanto, a diferença face à data mais recente mostra um crescimento da despesa em cerca de 30%.

O consumo doméstico de energia elétrica por habitante (Quadro 26) é um indicador da intensidade de utilização das habitações, podendo mesmo ser tomado, teoricamente, como uma medida do grau de frequentação das segundas residências, através da comparação entre os consumos médios anuais considerados normais e os desvios verificáveis em cada um dos concelhos. Ensaiámos essa comparação, mas, na prática, a correlação de Pearson obtida entre os desvios da capitação de consumo anual face à média do Continente e a proporção de segundas residências no total dos alojamentos familiares clássicos, resultou num valor de 0,19830, o qual não é suficientemente significativo para motivar o encetamento de uma análise mais detalhada. A relevância desta análise poderia ser bastante ampliada se fosse possível dispor de dados temporalmente desagregados, mais não fosse entre estações. No entanto, veremos como se comporta este indicador quando se consideram os vários tipos de concelhos atendendo às características físicas das segundas residências neles existentes.

Quadro 26 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: consumo doméstico de eletricidade

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), 2018	1318,68	370,388
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), diferença entre 2011 e 2018	62,236	240,784

Fonte: elaboração própria

Um dado muito interessante quando se tratou da comparação entre os dois anos terminais foi o crescimento do valor médio do consumo, cujas diferenças face a 2011 tiveram um comportamento, apesar de tudo, menos desequilibrado que a distribuição observada em

2018. Terá ainda de referir-se que não pode esquecer-se que este crescimento do consumo doméstico merece ainda uma maior atenção, sobretudo porque a mudança tecnológica tem conduzido a fortes poupanças energéticas. Por exemplo, durante o processo de identificação e escolha de indicadores, foi detetado que o consumo de energia na iluminação de vias públicas e edifícios do Estado, passou de 126640,4 kWh, em 2011, para 83750,9 kWh, em 2018, não sendo alheio a este decréscimo a substituição de muita iluminação de vapor de sódio, a que era mais comum nessas utilizações, por iluminação LED, de muito maior eficiência energética.

Mais uma vez, este indicador pode ter uma interpretação ambivalente. Isto é, pode considerar-se que valores mais elevados de consumo se relacionam com maiores pressões sobre o ambiente natural, perspetiva que adotámos, mas também poderia dizer-se que a maior utilização de energia elétrica poderia corresponder a um efeito de substituição de fontes energéticas, das mais agressivas para as mais pacíficas em termos ambientais.

A superfície de território municipal devastada por incêndios (Quadro 27) é um indicador cuja relação com as segundas residências pode ser vista de duas perspetivas antagónicas. Por um lado, a presença humana induz uma maior vigilância e prevenção dos riscos de incêndio florestal, mas, ao mesmo tempo, pela maior utilização dos espaços florestais, também podem aumentar os riscos de incêndio. Deste modo, este indicador, para além de poder ter uma leitura complexa, também não deu origem ao estabelecimento de relações significativas com cada um dos restantes. Isto é, a sua contribuição para a deteção de efeitos ou impactes não foi relevante. De qualquer modo, apesar da sua irrelevância, ele foi considerado na ótica do aumento dos incêndios florestais. O seu comportamento ao longo do tempo mostra uma tendência de crescimento, mantendo-se a estrutura de assimetrias territoriais.

Quadro 27 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: áreas ardidas

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, 2017	7,58058	31,8921
Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, diferença entre 2011 e 2017	6,60504	31,9285

Fonte: elaboração própria

A densidade de alojamentos (Quadro 28) foi o indicador escolhido para sinalizar o grau de impermeabilização do território municipal. O pressuposto de base foi o de que quanto maior fosse essa densidade, maior o impacte em termos da depredação do recurso solo, isto é, menor a área de espaço disponível para outras utilizações que não as urbanas. O facto de se ter optado

pela densidade de alojamentos e não da de edifícios prende-se com a noção de que, independentemente do tamanho dos edifícios, o espaço impermeabilizado complementar (infraestruturas viárias, equipamentos e outros usos) não é discriminante, ao mesmo tempo que se sabe que a proporção de edifícios unifamiliares, mesmo no caso das segundas residências, é em muito maior número que os multifamiliares.

A média de 166,3 alojamentos/km^2, em 2019, correspondeu a um crescimento de mais 2,3 alojamentos/km^2 face a 2011, sendo que o principal traço dessa variação foi a sua relativa homogeneidade, mas com uma expressão territorial em 2019 que mostrava a grande oposição entre áreas rurais e áreas mais urbanizadas. Em síntese, considerou-se que a maior densidade de alojamentos correspondia a maiores níveis de impermeabilização e artificialização do solo, pelo que os seus efeitos sobre o ambiente natural seriam progressivamente mais negativos à medida que aumentasse essa densidade.

Quadro 28 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: densidade de alojamentos

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Alojamentos por km^2 de superfície do município, 2019	166,264	444,331
Alojamentos por km^2 de superfície, diferença entre 2011 e 2019	2,32014	6,24374

Fonte: elaboração própria

Tal como as despesas municipais em ambiente, a massa de resíduos urbanos recolhidos em cada um dos concelhos, por habitante (Quadro 29), pode também ter uma interpretação dúbia. Por um lado, mais resíduos recolhidos correspondem a uma maior proteção ambiental, desde que, obviamente, se respeitem as regras de deposição, tratamento e reciclagem desses resíduos, mas, por outro, quanto maior for essa massa também maior é a capacidade de produção de resíduos e, logo, de práticas de consumo menos amigas do ambiente. Aliás, apesar de os padrões e capacidade de consumo se terem alterado substancialmente ao longo das últimas 5 décadas, não pode esquecer-se que é nas áreas rurais que se verificam práticas de redução de resíduos mais consentâneas com a proteção ambiental. De facto, retirados os plásticos e os produtos químicos perigosos, todos os outros resíduos acabam por ser transformados, com destaque para os reciclados em alimentação animal ou em adubos ricos em potássio e outros nutrientes em quantidades reduzidas e, por isso, sem perigos de toxicidade para animais e águas.

Quadro 29 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: resíduos urbanos

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2013	427,541	124,045
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), diferença entre 2011 e 2013	-35,3213	49,5004

Fonte: elaboração própria

De qualquer modo, a ótica adotada foi a de que maiores massas de recolha de resíduos por habitante, traduzem uma maior capacidade de proteção ambiental, num contexto em que os padrões de consumo se uniformizam pelo avanço da urbanização, mesmo em meio rural.

A superfície do território concelhio ocupada por áreas protegidas (Quadro 30), foi um dos indicadores de proteção ambiental utilizados. O princípio foi o de que quanto mais vasta essa superfície, melhor a qualidade do ambiente natural, sobretudo do ponto de vista da qualidade paisagística. Esta conclusão, apesar de verdadeira é, no entanto, um pouco perigosa do ponto de vista da comparabilidade entre concelhos. Isto é, se é verdade que onde há uma maior superfície de áreas protegidas há também uma melhor qualidade ambiental, pode também ser verdade que um concelho sem qualquer área protegida pode ter uma qualidade ambiental de superior qualidade. De qualquer modo, este indicador apenas se revelou útil na parte relativa à caracterização da situação em 2019, já que a variação face a 2011 foi diminuta e de grande variabilidade territorial.

Quadro 30 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: áreas protegidas

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, 2019	7,14424	16,3998
Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, diferença entre 2011 e 2019	0,526259	2,9177

Fonte: elaboração própria

Do mesmo modo que a área ardida, também a resposta aos incêndios (Quadro 31), eventualmente derivados de uma maior utilização dos espaços florestais e do incremento da população presente induzido pelas segundas residências, pode ser medida através do número de bombeiros ponderado pela população residente. Neste caso, quanto maior essa capitação, maior a capacidade de prevenção e combate aos incêndios. No entanto, apenas a situação em 2018 introduziu alguma diferenciação na análise, não tendo a evolução de 2011 para 2018,

negativa, sido importante na determinação da aproximação aos efeitos das segundas residências.

Quadro 31 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: bombeiros

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	5,27518	3,87726
Nº de bombeiros/1000 residentes, diferença entre 2011 e 2018	-0,57626	1,62716

Fonte: elaboração própria

Os restantes indicadores foram considerados do ponto de vista da capacidade de transformação das paisagens. Essa capacidade, tendo em conta os dados disponíveis, acabou por ficar principalmente relacionada com a morfologia das construções existentes e a dinâmica das novas edificações (Quadro 32).

Quadro 32 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: novo edificado e edificado menos volumoso

Domínio: Ambiente Natural	Média	Desvio padrão
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,559353	0,306938
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	-0,12698	0,338254
% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011	42,1021	20,7446
% de alojamentos familiares clássicos com menos de 50 m^2 de área, 2011	8,88561	3,0336

Fonte: elaboração própria

Enquanto os dados sobre os edifícios licenciados em cada município são publicados anualmente pelo INE através das Estatísticas da Construção, os outros relativos à dimensão em termos do número de pisos e da área útil dos alojamentos, apenas são possíveis de recolher através do Recenseamento Geral da Habitação, conduzido na mesma campanha de realização do Recenseamento Geral da População. De qualquer modo, apesar de não ser possível ter uma visão dinâmica do comportamento desses indicadores, é muito relevante constatar que o parque habitacional do Continente, mas também o das Ilhas, sofre de debilidades estruturais que ainda atualmente são muito vincadas (Oliveira, Oliveira-Roca, & Roca, 2013a). Nesse sentido, para além de ser importante a parcela de edifícios de apenas um piso no total dos edifícios

recenseados, é também interessante verificar que, tanto neste caso, como no dos alojamentos com menos de 50 m^2, se verifica uma relativa homogeneidade de distribuição pelo território Continental, do mesmo modo que tal também acontece no caso do estado e da dinâmica das iniciativas de construção e remodelação.

A leitura destes indicadores é, assim, dupla. Por um lado, as novas ou remodeladas edificações representam a capacidade de transformação da paisagem e, por outro, os edifícios e os alojamentos mais pequenos têm um impacte visual mais reduzido nessa mesma paisagem.

10.2.2. Indicadores do domínio da população/sociedade

Como já foi antes referido, no IDENTERRA o domínio Sociedade foi substituído pela designação População, já que a complexidade dos fenómenos sociais não está em consonância com o relevo que é dado no modelo à caracterização de muitas dimensões de caráter demográfico e, apenas, a alguns aspetos relacionados, tão só, com as condições sociais dos indivíduos. Isto é, de facto, a identidade territorial objetiva nas várias dimensões que configuram o domínio População/Sociedade, é traduzível em indicadores que se referem, mais às características da população residente, do que propriamente aos elementos que compõem e estruturam um dado grupo social. Isto é, os indivíduos enquanto tal, podem facilmente ser descritos enquanto elementos de um determinado território, mas outros elementos como a diversidade de relações sociais, ou económicas, ou de subordinação, têm uma abrangência que ultrapassa divisões ou subdivisões geográficas.

Acresce que apenas se consideraram os indicadores que podem ilustrar e ajudar a medir os efeitos e impactes derivados da existência de segundas residências, pelo que os de tipo demográfico, nomeadamente de movimento da população, para além dos balanços migratórios, não foram incluídos na análise.

Assim, os indicadores retidos para análise no âmbito deste domínio e que foram possíveis de apurar, referem-se, maioritariamente a aspetos relacionados com o tipo e qualificação do emprego, alguns dos elementos importantes do ponto de vista das relações sociais e, secundariamente, a aspetos relacionados com os seus quantitativos, condições sociais de tipo familiar e incidência de fenómenos migratórios.

Como é sabido, a recolha de dados da emigração tem, desde a abolição das fronteiras terrestres, sido bastante limitada, mas existem indicadores que ajudam a perceber quais as áreas do País onde o fenómeno foi, ou continua a ser, mais intenso. A taxa de depósitos nos bancos

localizados em Portugal por parte de pessoas emigradas, é um desses indicadores (Quadro 33), acrescendo ainda a sua capacidade de revelar o engajamento dessa população emigrada na manutenção das suas raízes e vontade de investir nas terras de origem. A emigração, em si mesma, é um fenómeno que influencia a efetivação, ou apenas o potencial, de crescimento das segundas residências, não correspondendo, por isso, a uma medida dos efeitos e impactes no desenvolvimento local, mas sim a um indicador da especificidade transformativa de um tipo de segundas residências que mais tarde se poderão tornar residências permanentes, eventualmente também promovendo um aumento da interação com os países de destino através dos laços familiares criados.

Os depósitos de emigrantes representam, em média, quase 7% do total de depósitos e a sua evolução face a 2011 foi positiva e de mais cerca 1 ponto percentual.

Quadro 33 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: emigração

Domínio: População / Sociedade	Média	Desvio padrão
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	6,67518	6,3869
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, diferença entre 2011 e 2019	1,02842	2,03187

Fonte: elaboração própria

A parcela de população estrangeira no total de residentes (Quadro 34) é um exemplo de indicador que cruza vários domínios da identidade territorial. Por um lado, pode referir-se, por exemplo, à capacidade de transformação demográfica nas áreas onde o seu valor é mais elevado, estando assim diretamente relacionado com o domínio da População/Sociedade e, por outro, pode ser visto como um sinal de interação cultural, ou de interculturalidade, promotor de transformações ao nível desse mesmo domínio, a Cultura.

Quadro 34 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: população estrangeira

Domínio: População / Sociedade	Média	Desvio padrão
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2019	3,97518	5,52613
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, diferença entre 2011 e 2019	1,02266	2,49626

Fonte: elaboração própria

Incluímo-lo no domínio da População/Sociedade, por ser, à semelhança do indicador anterior, mais relevante na ilustração da capacidade transformativa nos quantitativos e

características da população e, também, na formação e usos das segundas residências, de onde resultam, eventualmente de forma mais indireta, efeitos e impactes no desenvolvimento local.

Os dados deste indicador mostram uma grande variabilidade entre os concelhos, algo semelhante tanto no respeitante à situação em 2019, como à variação face a 2011. De facto, apesar de serem conhecidos mais ou menos recentes exemplos de fixação de população estrangeira em áreas do interior do País (Sardinha, 2014), não restam dúvidas de que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, as cidades médias litorais e toda a região do Algarve, são as mais atrativas para a fixação destas pessoas, algumas das quais são promotoras e utilizadoras diretas do tipo de imobiliário em estudo.

Um outro conjunto de indicadores, para os quais apenas há dados para 2011, refere-se às características da população ativa empregada em termos das suas funções e qualificações no mercado de emprego (Quadro 35). O pressuposto é que as segundas residências podem induzir um aumento do autoemprego ou de algum empreendedorismo, bem assim como uma eventual melhoria das condições de formação e instrução dos residentes, tanto em contextos rurais mais desfavorecidos, como em áreas turísticas mais especializadas na receção de alóctones, com algum aumento da oferta formativa em áreas profissionais menos qualificadas.

Quadro 35 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: tipo e qualificação do emprego

Domínio: População / Sociedade	Média	Desvio padrão
% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011	10,6795	1,93515
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	78,791	4,91179
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	6,64317	1,48932

Fonte: elaboração própria

Por último, juntaram-se outros dois indicadores bastante relevantes do ponto de vista específico do domínio em análise. Por um lado, a densidade populacional é um indicador comprovado na separação entre áreas rurais e urbanas e, por outro, as famílias constituídas apenas por um idoso a viver sozinho (Quadro 36), sendo igualmente comum em áreas rurais e urbanas (o desvio padrão deste indicador é de cerca de 1/3 da média), chama a atenção para a necessidade de maior apoio e mais serviços sociais, isto é, trata-se do maior desafio à sustentabilidade demográfica de qualquer território e induz a necessidade de mais equipamentos públicos. Apesar de só existirem dados para o ano do último censo e, por isso, não se poder ter

uma visão dinâmica destes indicadores, a sua consideração relaciona-se, como se verá mais à frente, com a sua capacidade para, pelo menos, se ter uma aproximação às características associadas a cada um dos tipos de segundas residências.

Teoricamente, será de esperar que as áreas de mais baixas densidades populacionais e com maiores proporções de famílias constituídas apenas por um idoso, possam beneficiar mais dos impactes positivos das segundas residências.

Quadro 36 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: pessoas e famílias

Domínio: População / Sociedade	Média	Desvio padrão
Densidade populacional (nº de hab./ km²), 2011	311,248	862,35
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	12,7133	4,03444

Fonte: elaboração própria

10.2.3. Indicadores do domínio da economia

A disponibilidade de indicadores do domínio da economia numa lógica de estado e dinâmica é mais vasta e diversificada que para os outros domínios. Os indicadores escolhidos foram estruturados nos seguintes conjuntos: i) poder de compra; ii) mercado imobiliário; iii) setores de atividades económica; iv) contas municipais.

O poder de compra (Quadro 37) é um indicador composto elaborado pelo INE que resulta da aplicação de uma técnica de análise fatorial a um conjunto de variáveis abrangendo várias dimensões dos rendimentos, dos preços e da política fiscal (INE, 2019). É publicado a cada dois anos e é a melhor ferramenta para caracterizar as diferenças geográficas de rendimentos, mesmo comparativamente com os ganhos médios mensais cujos dados também foram explorados para esta investigação.

No caso deste indicador, pode dizer-se que a sua função, para além da deteção de alterações no poder de compra, eventualmente derivadas da existência de segundas residências, é também a de ajudar a entender onde, potencialmente, será mais provável a existência de procura para este tipo de imobiliário. Deste modo, será importante verificar a relação entre os valores mais elevados de poder de compra, ou da sua variação entre 2011 e 2017, e a proporção de segundas residências em cada concelho.

Quadro 37 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: poder de compra

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	80,5187	18,6434
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença entre 2011 e 2017	2,50647	4,68648

Fonte: elaboração própria

O valor da habitação (Quadro 38), medido através do valor atribuído pela avaliação bancária ao m^2 de área habitacional, é um indicador útil para perceber o funcionamento do mercado imobiliário, nomeadamente em termos daquilo que geralmente se designa por função hedónica e que, em cada momento e em cada contexto geográfico e urbanístico, implica variações de preço que algumas vezes podem não estar de acordo com as características funcionais mas sim com as atribuídas ao valor social de determinada tipologia e localização (Oliveira, 2010). A variabilidade entre municípios é elevada, tal como seria de esperar, mas apesar de tudo não tão elevada quanto a variação verificada entre 2011 e 2019, significando isto que se alteraram substancialmente, nesse período, as diferenças entre os vários concelhos. O que estes indicadores pretendem ilustrar é a relação entre as segundas residências e os seus efeitos no mercado imobiliário.

Quadro 38 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: valor da habitação

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	797,978	294,849
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	80,3669	156,028

Fonte: elaboração própria

O indicador relativo à incidência do crédito à habitação (Quadro 39), enquanto proporção do total de crédito concedido pelas instituições bancárias, pode ter uma dupla interpretação. Por um lado, é sabido que em áreas rurais o recurso ao crédito é menos frequente, sobretudo tendo como destino a aquisição de habitação (Oliveira, 2013) e, por outro, não é clara a relação entre a maior frequência de segundas residências e o recurso a este meio de financiamento. No entanto, continua a ser interessante perceber se existe alguma relação entre a aquisição de habitação com recurso a este tipo de crédito e a maior ou menor propensão para a multiplicação de segundas residências.

O comportamento deste indicador entre 2012 e 2018 foi para um ligeiro aumento, 1,5 pontos percentuais em média, chegando-se a 2018 a um valor médio de cerca de 62% no total do crédito concedido[72].

Quadro 39 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: crédito à habitação

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), 2018	61,6558	18,5581
% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), diferença entre 2012 e 2018	1,51727	10,6019

Fonte: elaboração própria

A investigação sobre a indução de efeitos das segundas residências sobre a estrutura de atividades económicas, foi conduzida através da adoção de indicadores que permitissem medir a importância de alguns grandes ramos de atividade, fosse através do consumo de eletricidade, nos casos da agricultura e da indústria transformadora, fosse do volume de negócios, no caso do comércio de retalho ou, fosse ainda, no caso do turismo, do volume de utilização dos estabelecimentos hoteleiros, medido através do total de dormidas dos turistas nacionais ou estrangeiros.

Os consumos de energia elétrica na agricultura e na indústria transformadora (Quadro 40), apesar de terem registado, em média, algum crescimento de 2011 para 2018, salientam a fraca alteração da estrutura de atividades do Continente. Em 2018 chega-se a uma situação onde é visível o maior peso de consumo de eletricidade na indústria transformadora, quase 5 vezes maior que o registado na agricultura.

Apesar do consumo energético ser fundamental para o funcionamento das atividades, considera-se que, no caso da indústria isso indica a sua maior ou menor implantação territorial, enquanto no caso da agricultura isso indicará o seu maior ou menor grau de modernidade e consequente integração nos mercados de produtos e fatores. A escolha destes indicadores ancora-se na hipótese de que as segundas residências podem ser agentes de transformação das atividades económicas locais.

[72] Para um aprofundamento da evolução e significado do crédito à habitação, pode ver-se a dissertação de mestrado em Urbanismo de Luísa Araújo (L. M. S. Araújo, 2008).

Quadro 40 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: agricultura e indústria

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2018	4,78849	6,12298
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	0,358273	4,14736
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	20,2669	20,0095
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	0,415468	7,7061

Fonte: elaboração própria

Um dos efeitos das segundas residências que surge em destaque na literatura, é o que se relaciona com o seu incentivo à utilização do comércio local. Deste modo, o peso relativo e a variação do volume de vendas do comércio de retalho comparado com o valor total da atividade económica, poderá ser um bom indicador para medir esses efeitos (Quadro 41).

O desvio padrão da situação em 2018 fica bastante abaixo da média, facto que, como seria de esperar, mostra alguma homogeneidade na distribuição dos volumes de negócios relativos, já que mesmo nos casos em que a atividade comercial gera menores receitas, também a atividade económica no seu conjunto apresenta a mesma debilidade.

No entanto, quando se olha para a evolução desse indicador, aquele peso reduziu-se entre 2011 e 2018, facto que resultou do maior aumento dos volumes de negócios de outras atividades, já que, em termos absolutos, enquanto a diferença no comércio a retalho, entre 2011 e 2018, foi de quase 6 mil milhões de euros, essa mesma diferença, no conjunto da economia, foi de pouco mais de 55 mil milhões de euros.

Quadro 41 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: comércio de retalho

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, 2018	19,6852	8,6085
Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, diferença entre 2011 e 2018	-1,67014	6,44694

Fonte: elaboração própria

As dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Quadro 42), isto é, em estabelecimentos regulados pelo Turismo de Portugal IP, já que não existem dados para o alojamento local, da responsabilidade das autarquias, é um indicador razoável da magnitude da atividade turística.

A relação com as segundas residências é óbvia e remete para a discussão sobre uma das ontologias do fenómeno. A consideração deste indicador tem assim como objetivo descortinar qual a relação entre elas e o turismo, sobretudo tentando determinar o sentido e a magnitude dessa relação. À semelhança do indicador anterior, também a evolução de 2011 para 2019 resultou num valor negativo, ainda que muito próximo de zero. Tal facto, apesar de relacionado com a sua forma de cálculo, mostra também como aumentaram bastante as diferenças entre os vários concelhos, registando uns aumentos muito volumosos, enquanto outros viram mesmo reduzida a sua capacidade de atração turística.

Quadro 42 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: turismo

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	35,9734	174,1
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, diferença entre 2011 e 2019	-0,00072	46,4278

Fonte: elaboração própria

Outra dimensão de efeitos discutida na literatura refere-se ao impacte das segundas residências nas finanças locais, sobretudo pelo aumento da recolha de impostos sobre a propriedade (Quadro 43). Apesar de o IMI representar, no conjunto do Continente, em torno de 16% do total das receitas municipais, entendeu-se pertinente incluir outros impostos, tais como o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de bens (vulgo, IMT), o imposto único de circulação (IUC), a parcela de IRS que reverte para as autarquias (taxa variável) e a derrama municipal[73].

Pela observação das médias e dos desvios padrão, conclui-se que as receitas municipais advindas de impostos e derramas aumentaram entre 2011 e 2019, não havendo grande variabilidade entre os municípios, sobretudo no caso da situação em 2019. Já as transferências correntes, que incluímos por serem uma aproximação à dependência, sem qualquer contrapartida, dos orçamentos municipais face ao orçamento geral do Estado (OGE), pretendem

[73] A derrama é um imposto, variável segundo o município, que acresce ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e reverte para o município onde se localiza a sede da empresa tributada. Para além das receitas correntes enunciadas, o total das receitas dos municípios é ainda constituída pela parcela das receitas de capital. A estes dois tipos de receita, que perfazem a receita total, acrescem ainda as transferências de capital.

ilustrar, exatamente, quais os municípios cujos custos de funcionamento são mais dificilmente cobertos pelas suas receitas correntes. A ideia de base é que, por um lado, as segundas residências induzam algum aumento das receitas correntes e, correlativamente, reduzam a dependência das contas municipais relativamente às transferências do OGE.

Quadro 43 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: contas municipais

Domínio: Economia	Média	Desvio padrão
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	25,9478	17,7436
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	5,58741	5,16398
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	53,6543	18,9698
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	0,643885	4,81448

Fonte: elaboração própria

10.2.4. Indicadores do domínio da cultura

O domínio da Cultura é o mais difícil de concretizar em indicadores. Por um lado, ele próprio é de complexa objetivação, sobretudo dada a imaterialidade de muitas das suas características e, por outro, o sistema estatístico nacional (SEM) também não é pródigo na disponibilização de indicadores desse tipo, ao contrário de outros mais relacionados com as despesas e o funcionamento dos equipamentos culturais. Mesmo quando se considera a integração de variáveis ligadas à instrução num conceito de cultura alargado, a medição de efeitos e impactes continua dificultada (García, 2018).

Para ilustrar os comportamentos de cidadania da população, uma das dimensões do domínio da Cultura mas que também se cruza com o domínio da população, considerou-se um indicador de participação eleitoral, o qual, para efeitos de observação da variação entre 2011 e 2019, se refere às eleições para a Assembleia da República, realizadas nesses anos (Quadro 44). Trata-se de um indicador para o qual se entende que uma maior interação entre residentes permanentes e segundos residentes pode gerar um aumento dos comportamentos cidadãos, os quais podem ser medidos pela variação da abstenção nos processos eleitorais. De qualquer modo, este indicador é o possível, mas não é seguramente o ideal. Por um lado, trata-se de um indicador com uma distribuição bastante homogénea em termos territoriais e, por outro, varia

mais em função do tipo de eleições e dos fenómenos que as enquadram, do que propriamente das características sociais e culturais dos eleitores.

Infelizmente, a abstenção representa, mesmo no caso das eleições para a Assembleia da República, bastante mais participadas do que as eleições para o Parlamento Europeu, uma taxa média concelhia acima de 47%, tendo aumentado cerca de 4 pontos percentuais relativamente a 2019.

Quadro 44 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: abstenção eleitoral

Domínio: Cultura	Média	Desvio padrão
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), 2019	47,3482	5,77845
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	4,03849	2,60202

Fonte: elaboração própria

Como já foi referido, estão disponíveis dados sobre as despesas em atividades culturais e de funcionamento de alguns equipamentos do mesmo tipo. A hipótese geral foi a de que existe alguma relação de transformação destes equipamentos providenciada pela sua maior utilização, ainda que sazonal ou intermitente, por parte dos segundos residentes. Deste modo, considera-se que as segundas residências poderão contribuir para o aumento das despesas em atividades culturais e criativas (Quadro 45), em bibliotecas e arquivos (Quadro 46) e em património cultural (Quadro 47). Apesar de no primeiro caso, o das atividades culturais e criativas, se ter optado pela despesa corrente municipal total enquanto ponderador, nos dois outros casos, o das bibliotecas e arquivos e o do património cultural, a ponderação foi feita pelo total das despesas correntes e de capital referidas apenas às atividades culturais.

Quadro 45 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: gastos em atividades culturais e criativas

Domínio: Cultura	Média	Desvio padrão
Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, 2018	6,71367	3,65927
Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, diferença entre 2013 e 2018	1,00324	4,25254

Fonte: elaboração própria

Na prática, o primeiro indicador acima referido mede a importância da atividade cultural municipal no seu conjunto, enquanto os outros dois indicadores ponderam a importância de

dois tipos de despesa específicos nesse âmbito: as bibliotecas e o património. Relativamente a esta última rubrica, o património cultural é dividido entre museus e património cultural imóvel, o que, tendo em conta a definição do INE[74], as despesas a isso associadas têm por objetivo a sua proteção e valorização.

Quadro 46 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: gastos em património cultural

Domínio: Cultura	Média	Desvio padrão
Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2019	11,4615	10,7359
Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, diferença entre 2013 e 2019	-1,68237	14,1969

Fonte: elaboração própria

As despesas municipais em património cultural referem-se a gastos com museus e proteção e valorização do património cultural, incluindo monumentos de todas as classes (de interesse municipal, de interesse público e nacional), ficando ainda, no âmbito das despesas municipais com atividades culturais, as bibliotecas e arquivos.

Quadro 47 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: gastos em bibliotecas e arquivos

Domínio: Cultura	Média	Desvio padrão
Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2019	11,3147	7,93852
Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, diferença entre 2013 e 2019	-2,93669	12,2791

Fonte: elaboração própria

Aquele tipo de equipamentos, apesar de serem, por vezes, fatores de atração turística, sobretudo quando associados a museus, têm sobretudo uma função muito importante no que respeita ao complemento dos equipamentos educativos. O seu uso, tem de ser ponderado no

[74] "Conjunto dos bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, são objeto de especial proteção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade." (Cf. Sistema Integrado de Metainformação - conceitos por tema (ine.pt))

conjunto das atividades de lazer praticadas pelos segundos residentes, as quais poderão ser relevantes no apoio à sua manutenção e expansão.

10.3. Uma síntese do modelo de indicadores tendo por referência os efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local

Nos quadros seguintes (Quadro 48, Quadro 49, Quadro 50 e Quadro 51) faz-se uma sistematização das hipóteses de efeitos e impactes discutidos no âmbito da literatura e da reflexão preliminar geral desta investigação tendo por referência o cruzamento entre esses elementos de reflexão e os indicadores que foram possíveis de apurar

Quadro 48 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre o **ambiente natural** e respetivos indicadores

Tipos/áreas de produção de impactes	Indicadores sobre o ambiente natural
Aumento dos níveis de poluição e de consumo energético, onde as deslocações das primeiras para a segunda residência jogam um papel muito relevante, enquanto se pode antever um aumento dos níveis de proteção ambiental, já que normalmente os utilizadores de segundas residências têm uma atitude mais conservacionista que os primeiros residentes.	Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), 2011 e 2019
	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.), 2011 e 2018
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2011 e 2013
	Superfície de áreas protegidas (km2) em percentagem da superfície total do concelho (km2), 2011 e 2019
Ao mesmo tempo que a maior utilização da floresta pode aumentar os riscos de incêndio, também é de esperar uma maior vigilância e prevenção desses riscos.	Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, 2011 e 2017
	Nº de bombeiros/1000 residentes, 2011 e 2019
As segundas residências induzem uma maior pressão sobre o consumo de espaço e a sua impermeabilização, mas também geram oportunidades para o desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas facilitadoras da utilização do território para outros usos.	Alojamentos por km2 de superfície, 2011
	Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2011 e 2019
É um facto, sobretudo nos países do norte da Europa, que as segundas residências correspondem, muitas vezes, a tipologias habitacionais de menor dimensão, as quais, apesar de serem menos consumidoras de espaço, podem induzir uma maior dispersão do povoamento.	% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011
	% de alojamentos familiares clássicos com menos de 50 m2 de área, 2011

Fonte: elaboração própria

Trata-se de quadros que pretendem clarificar a relação entre os efeitos e impactes derivados da existência e utilização de segundas residências e os indicadores recolhidos, apurados e tratados, dada a sua exequibilidade e pertinência. São quadros que sintetizam o que antes se detalhou e, por vezes, repetem esses detalhes, mas o seu objetivo é apenas organizar os elementos básicos que ajudarão a esclarecer o resultado da análise de dados que se apresenta no ponto seguinte.

Quadro 49 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a **população/sociedade** e respetivos indicadores

Tipos/áreas de produção de impactes	Indicadores sobre a população/sociedade
As segundas residências exercem uma importante influência sobre a disponibilização de infraestruturas, equipamentos e serviços, públicos e privados, sobretudo em territórios de muito baixa densidade. Mas, esses investimentos, juntamente com a criação de algum emprego, são também um incentivo à fixação de residentes.	Densidade populacional (N.º/ km²), 2011 e 2019
	% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011
Em territórios de forte incidência de segundas residências muito frequentadas pode ocorrer o surgimento de pequenos negócios, porventura exigentes em algum tipo de formação profissional, ainda que em competências menos qualificadas.	% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011
	% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011
Agravamento das condições de fixação devido à maior pressão sobre o mercado imobiliário das relações de dependência demográfica e consequente perda de vitalidade dos residentes.	% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2011 e 2013
	% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011
Níveis de integração na comunidade local, medido pela observação da proporção de residentes estrangeiros.	População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2011

Fonte: elaboração própria

Quadro 50 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a **economia**

Tipos/áreas de produção de impactes	Indicadores sobre a economia
Criação de empresas vocacionadas para a prestação de serviços (manutenção, segurança, preparação, etc.) e maior desenvolvimento do turismo, pelo que será de esperar um potencial aumento do emprego, ainda que pouco qualificado, mas com reflexos no aumento dos rendimentos	Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2011 e 2017
	Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2011 e 2019
Melhoria ao nível das atividades agrárias, sobretudo pelo aumento do consumo e a maior propensão à inovação (troca de experiências).	Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2011 e 2018
Incremento da indústria transformadora, por aumento do investimento no local.	Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2011 e 2018
Dinamização do mercado imobiliário local, com o aumento dos preços; aproveitamento de construções existentes e da construção de novos.	Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2011 e 2019
	% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), 2012 e 2018
Aumento do consumo, em geral, e da procura de produtos locais, mas com alguma adaptação dos negócios locais à variabilidade temporal da procura.	Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, 2011 e 2018
Mais receitas de impostos diretos e menor dependência das transferências do orçamento do Estado, ainda que em áreas rurais mais periféricas tal possa ser impercetível.	% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2011 e 2019
	% transferências correntes no total das receitas do município, 2011 e 2018

Fonte: elaboração própria

Quadro 51 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a cultura

Tipos/áreas de produção de impactes	Indicadores sobre a cultura
Maior participação pública e política dos residentes, devido à influência de alóctones mais consciencializados para a cidadania, podendo-se também adotar comportamentos tendencialmente mais globalizados e, por isso, menos protetores da identidade territorial local.	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), 2011 e 2019
Maior consciencialização para o domínio cultural e valorização da identidade territorial, ainda que possam ocorrer fenómenos de artificialização ou de musealização de algumas dimensões da cultura popular e etnográfica.	Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, 2013 e 2018
	Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2013 e 2019
	Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2013 e 2019

Fonte: elaboração própria

As hipóteses formuladas nos quadros anteriores, em relação com as conclusões e observações feitas na literatura, as quais se tentou reproduzir em indicadores quantificáveis, vão de seguida ser analisadas e avaliadas na ótica dos efeitos e impactes expetáveis sobre cada um dos domínios do IDENTERRA, tendo por referência a tipologia de segundas residências

elaborada com os últimos dados censitários disponíveis. No final do ponto seguinte esclareceremos mais alguns pormenores sobre a metodologia utilizada.

10.4. A tipologia de segundas residências em 2011 e a sua relação com o modelo de indicadores de efeitos e impactes

Após a construção do modelo de indicadores antes descrito, procedeu-se à aplicação de uma análise de componentes principais, onde as variáveis que deram origem à tipologia descrita no ponto 7.3 do capítulo II, entraram como variáveis continuas ativas, enquanto as restantes relacionadas com o modelo de indicadores adotado entraram como variáveis contínuas ilustrativas. Também a própria tipologia descrita no ponto e capítulo já referidos, entrou na análise que se segue como variável nominal ilustrativa.

A Análise de Componentes Principais é uma técnica multivariada de análise de dados que permite identificar e explicar as relações existentes num grande conjunto de variáveis, tendo em conta a variância de cada uma comparada com a desse conjunto (Hair, et all., 2005). Na prática, trata-se de encontrar subconjuntos de variáveis, ou componentes, com elevado nível de relação interna, mas fracamente relacionadas com os restantes subconjuntos. Apesar de o objetivo ser condensar a informação do quadro inicial de dados, de grandes dimensões, num pequeno número de componentes, a técnica mantém um número de componentes igual ao número de variáveis, estando o referido objetivo mais assegurado quando a explicação da variância total for mais bem garantida por um reduzido número de componentes.

No caso do exercício que se segue, a análise de componentes principais foi aplicada apenas como uma etapa para normalizar as variáveis que depois foram classificadas (Hair et al., 2005:381-419), isto é, tomou-se a variância total para a formação de clusters considerando a variância dos 5 fatores igual à variância das 5 variáveis ativas, tendo como resultado uma classificação mista simples, a qual foi definida a partir de centros móveis com 3 partições de base e 7 iterações e com a utilização de um método hierárquico ascendente sobre os grupos formados, com agregação através da estratégia de Ward[75] (Hair, et all., 2005: 401) e a distância euclidiana como medida de afastamento ou proximidade entre cada par de unidades de análise.

[75] O método de Ward é uma das estratégias de agrupamento entre unidades de análise, isoladas ou em grupo, tal como a do vizinho mais próximo, vizinho mais afastado, distância média ou centroides. Na prática, o método de Ward consiste na determinação de uma medida de distância entre um grupo de unidades de análise e outro grupo a partir da soma do quadrado das distâncias, sem o cálculo da raiz quadrada, entre as variáveis características das

Estas opções metodológicas cumprem o objetivo de identificar, para cada um dos tipos já antes construídos, as relações existentes com cada um dos indicadores desagregados para cada um dos domínios IDENTERRA, tendo por referência os indicadores que estiveram na origem da constituição daqueles tipos. Deste modo, a leitura dos quadros seguintes permitirá saber de que forma o ambiente natural, a sociedade/população, a economia e a cultura, são mais ou menos importantes para a produção de impactes tendo por base os diferentes tipos de expressão territorial de também diferentes tipos de segundas residências. No final, chegar-se-á a uma simplificação do modelo geral, através do estabelecimento de uma nova tipologia mais generalizada. Antes de se apresentarem os resultados obtidos, o quadro seguinte apresenta a listagem dos indicadores/variáveis utilizados.

Quadro 52 – Lista de indicadores ou variáveis, segundo o domínio onde foram incluídos e a sua função na análise de componentes principais e principais medidas de estatística descritiva (n=278)

Nº de ordem	Nome da variável ou indicador	Média	Desvio-padrão
Variáveis contínuas ativas			
54	Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	26,69	12,80
55	Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	26,45	20,79
56	Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	16,35	5,74
57	Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	75,62	23,29
58	Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	9,59	14,34
Variáveis contínuas ilustrativas			
Domínio do ambiente natural			
1	Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), 2019	81,38	59,75
2	Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), diferença entre 2011 e 2019	27,17	51,33
3	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), 2018	1318,68	370,39
4	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), diferença entre 2011 e 2018	62,24	240,78
5	Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, 2017	7,58	31,89
6	Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, diferença entre 2011 e 2017	6,61	31,93
7	Alojamentos por km^2 de superfície do município, 2019	166,26	444,33
8	Alojamentos por km^2 de superfície, diferença entre 2011 e 2019	2,32	6,24
9	% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011	42,10	20,74
10	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2013	427,54	124,05
11	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), diferença entre 2011 e 2013	-35,32	49,50
12	Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, 2019	7,14	16,40
13	Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, diferença entre 2011 e 2019	0,53	2,92
14	Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	5,28	3,88

unidades de análise de cada um dos grupos.

Nº de ordem	Nome da variável ou indicador	Média	Desvio-padrão
15	Nº de bombeiros/1000 residentes, diferença entre 2011 e 2018	-0,58	1,63
16	Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,56	0,31
17	Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	-0,13	0,34
18	% de alojamentos familiares clássicos com menos de 50 m^2 de área, 2011	8,89	3,03
Domínio da População / Sociedade			
19	Densidade populacional (nº de hab./ km^2), 2011	311,25	862,35
20	% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	6,64	1,49
21	% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	12,71	4,03
22	% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011	10,68	1,94
23	% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	78,79	4,91
24	% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	6,68	6,39
25	% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, diferença entre 2011 e 2019	1,03	2,03
26	População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2019	3,98	5,53
27	População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, diferença entre 2011 e 2019	1,02	2,50
Domínio da Economia			
28	Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	80,52	18,64
29	Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença entre 2011 e 2017	2,51	4,69
30	Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, 2018	19,69	8,61
31	Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, diferença entre 2011 e 2018	-1,67	6,45
32	Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	797,98	294,85
33	Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	80,37	156,03
34	% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), 2018	61,66	18,56
35	% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), diferença entre 2012 e 2018	1,52	10,60
36	% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	25,95	17,74
37	% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	5,59	5,16
38	Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	35,97	174,10
39	Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, diferença entre 2011 e 2019	0,00	46,43
40	Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2018	4,79	6,12
41	Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	0,36	4,15
42	Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	20,27	20,01
43	Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	0,42	7,71
44	% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	53,65	18,97
45	% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	0,64	4,81
Domínio da Cultura			
46	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), 2019	47,35	5,78
47	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	4,04	2,60
48	Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, 2018	6,71	3,66
49	Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, diferença entre 2013 e 2018	1,00	4,25

Nº de ordem	Nome da variável ou indicador	Média	Desvio-padrão
50	Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2019	11,46	10,74
51	Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, diferença entre 2013 e 2019	-1,68	14,20
52	Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2019	11,31	7,94
53	Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, diferença entre 2013 e 2019	-2,94	12,28
Variável nominal ilustrativas (modalidades correspondentes à tipologia de 2011)			
59	Tipo 1	n=61	
	Tipo 2	n=11	
	Tipo 3	n=65	
	Tipo 4	n=12	
	Tipo 5	n=62	
	Tipo 6	n=33	
	Tipo 7	n=34	

Fonte: elaboração própria

Como já se referiu antes, é difícil, se não impossível, sobretudo no caso das ciências sociais e humanas, medir e quantificar a relação de causa efeito entre dois fenómenos. Deste modo, as relações que irão de seguida ser salientadas devem ser contextualizadas em dois patamares:

i) por um lado, o da realidade evolutiva local com as suas alterações após 2011 e onde as segundas residências são um dos seus elementos;

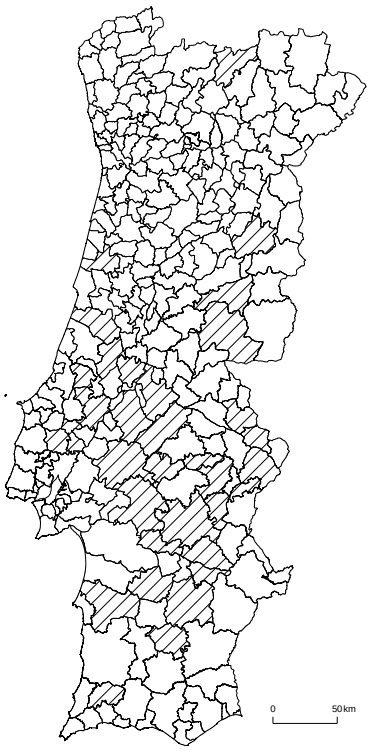
ii) por outro, o da interferência do fenómeno em estudo sobre essa mesma realidade, ou seja, não apenas como mais um elemento, mas sim enquanto agente ativo e transformador dessa realidade. Este segundo patamar é mais exigente na assunção de conclusões, não só pelo erro de avaliação inerente, mas também pelo risco epistemológico que tal acarreta. De qualquer modo, as observações que faremos a seguir terão de ser enquadradas nesta incerteza, sendo sobretudo relevante o embasamento geral que delas derivará para o estudo mais detalhado resultante dos inquéritos aos segundos residentes.

Pesem embora as dificuldades e incertezas afetas, não só às idiossincrasias do objeto de estudo (relações complexas e multivariadas), mas também aos métodos e técnicas de avaliação de efeitos e impactes (abordagem pericial de tipo qualitativo), foi tentada uma metodologia que pudesse conjugar a relativa certeza das técnicas quantitativas, com a valiosa incerteza da abordagem qualitativa. Depois de uma descrição das relações encontradas entre variáveis ativas e ilustrativas, a análise de cada um dos domínios termina com um quadro que sintetiza e avalia

os efeitos transformadores de cada tipo de segunda residência sobre cada um desses mesmos domínios. Voltamos a salientar que, no final, o objetivo é chegar-se a um modelo muito simples que vai, não só reduzir, por agregação hierárquica ascendente, o número de tipos de segundas residências, mas também encontrar as grandes linhas de inter-relação entre esses tipos e cada um dos domínios do IDENTERRA.

10.4.1. Tipo 1 – Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano

Em 2011 a proporção de segundas residências no total de alojamentos era mais baixa que no conjunto, do mesmo modo que a sua taxa de variação face a 2001 também era mais baixa que o total. Os concelhos incluídos neste grupo dispõem-se, em termos gerais, numa faixa circular afastada em torno da AML e, também, em torno de Coimbra, ficando a região Norte, com exceção de 3 concelhos onde se inclui Chaves e o Algarve, apenas com Monchique, fora deste tipo. A maior representação está na parte sul da região Centro, antigo Vale do Tejo (agora repartido entre o Centro e o Alentejo) e o Alentejo, neste caso num eixo que vai de Santiago do Cacém e Castro Verde, até Portalegre (Figura 70).



Fonte: elaboração própria

Figura 70 – Concelhos incluídos no tipo 1 (2011)

Como se pode observar no Quadro 53[76], as relações com este tipo, o qual já de si inclui uma forte presença das segundas residências unifamiliares, as quais não diferem do conjunto do edificado, a par de uma mais fraca variação das segundas residências de 2001 para 2011, referem-se a três vetores de efeitos: i) um, no domínio da população/sociedade, é a sobrerrepresentação dos trabalhadores por conta de outrem e, por isso, uma fraca representação de patrões ou empregadores, mas acompanhada de uma também fraca representação de profissões de direção e gerência; ii) um outro vetor, mais do domínio da economia, com uma maior representação do consumo de energia elétrica na agricultura (a pesca é irrelevante neste conjunto de 61 concelhos), tanto em termos da realidade detetada em 2018, mas também em termos da sua variação relativamente a 2011; iii) ainda no domínio da economia, uma evolução da dependência das contas dos municípios envolvidos face às transferências correntes ligeiramente superior à média de todos os municípios verificada entre 2011 e 2019.

Outras relações de tipo negativo, para além do reforço, no domínio do ambiente natural, de povoamentos que, apesar de relativamente concentrados, são de baixa densidade, tanto em termos do edificado como dos residentes, referem-se à fraca representação de população residente estrangeira e do fenómeno emigratório medido a partir dos depósitos de emigrantes. O preço da habitação tem registado uma evolução menos positiva que o total, o que desde logo chama a atenção para a interdependência entre esse indicador e o menor dinamismo do fenómeno das segundas residências.

Em síntese, trata-se de áreas onde a atividade agrícola se tem vindo a modernizar e, aparentemente, a mudar de um sistema de economia agrária de tipo latifúndio, para outro de tipo capitalista, com maiores consumos de energia e maior intensidade na utilização de fatores de produção que não apenas a mão-de-obra.

[76] Para facilitar a leitura deste e de outros quadros similares, separaram-se os resultados da análise entre os indicadores com contribuição positiva para a explicação da sua relação com o tipo de segundas residências (quanto maiores os valores médios, maior essa contribuição) e aqueles cuja contribuição é negativa (quanto mais abaixo da média face ao conjunto, maior a contribuição negativa). Uma linha cinzenta faz a separação entre esses contributos. Mas, não se deve esquecer que alguns indicadores têm uma variação de interpretação inversa. Por exemplo, quanto maior o consumo de energia elétrica na indústria transformadora, maior o peso desse tipo de atividade, o que pode ser um indicador de vitalidade económica mas, quanto maior for o valor da população idosa a viver só, isso reflete uma situação de maiores problemas sociais.

Quadro 53 – Caracterização do tipo 1 (variável nominal com 61 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=61)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=61)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabilidade
% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011	56,784	42,102	19,449	20,745	6,25	0,000
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	81,112	78,791	3,205	4,912	4,17	0,000
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2018	7,446	4,788	8,551	6,123	3,83	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	83,167	75,623	8,569	23,290	2,86	0,002
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	2,120	0,644	5,750	4,814	2,70	0,003
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	1,459	0,358	4,568	4,147	2,34	0,010
Alojamentos por km^2 de superfície, diferença entre 2011 e 2019	0,638	2,320	0,633	6,244	-2,38	0,009
Densidade populacional (nº de hab./ km²), 2011	77,420	311,248	55,734	862,350	-2,39	0,008
Alojamentos por km^2 de superfície do município, 2019	44,877	166,264	29,620	444,331	-2,41	0,008
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, diferença entre 2011 e 2019	0,300	1,023	1,083	2,496	-2,55	0,005
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, diferença entre 2011 e 2019	0,418	1,028	1,284	2,032	-2,65	0,004
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	4,446	6,675	3,955	6,387	-3,08	0,001
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	6,054	6,643	1,237	1,489	-3,49	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	18,016	80,367	67,920	156,028	-3,53	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	3,613	9,587	3,829	14,343	-3,68	0,000
% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011	9,834	10,680	1,775	1,935	-3,85	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	13,507	16,353	2,594	5,741	-4,38	0,000
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	16,110	26,447	13,545	20,792	-4,39	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	19,208	26,686	5,851	12,798	-5,16	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

Do ponto de vista dos efeitos das segundas residências, para além da manutenção de uma paisagem de povoamento de baixa densidade, manifesta-se uma tendência de aumento da dependência face ao orçamento geral do estado, das contas municipais, sendo de questionar

sobre o nível de relação entre isso e a eventual pressão sobre os serviços e infraestruturas públicas locais derivados da existência dessas segundas residências. A análise que se segue relativizará esses efeitos nas considerações dos restantes tipos de segundas residências. O quadro seguinte (Quadro 54) sintetiza, articulando aspetos quantitativos e de avaliação qualitativa, a análise antes feita.

Quadro 54 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 1 (concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano)

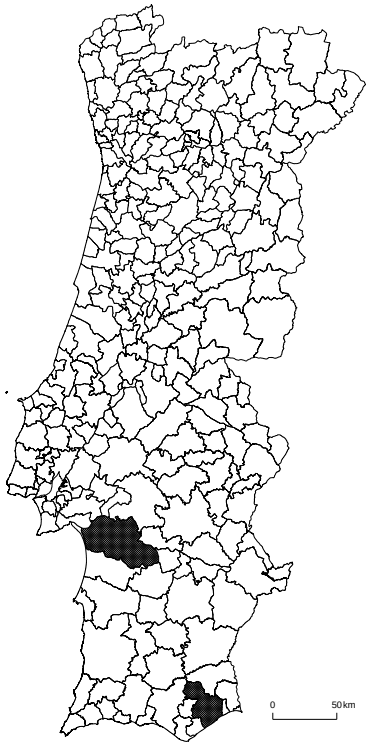
Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente			+
	Consumo doméstico de eletricidade			
	Áreas ardidas e bombeiros			
	Densidade de alojamentos	+	+	
	Resíduos urbanos			
	Áreas protegidas			
	Novo edificado e edificado menos volumoso	+		
População / Sociedade	Emigração	-	-	-
	População estrangeira		-	
	Tipo e qualificação do emprego	+ - -		
	Pessoas e famílias	+		
Economia	Poder de compra			+ / -
	Valor da habitação		-	
	Crédito à habitação			
	Agricultura e indústria	+	+	
	Comércio de retalho			
	Turismo			
	Contas municipais	-		
Cultura	Abstenção eleitoral			n.d.
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

Fonte: elaboração própria

A principal conclusão ilustrada por esse quadro é a de que os concelhos com o fenómeno das segundas residências em declínio, posicionados entre o rural e o urbano, manifestam efeitos positivos sobre o ambiente natural, efeitos negativos sobre a população/sociedade, efeitos neutros sobre a economia e indefinidos (n.d.) sobre a cultura.

10.4.2. Tipo 2 – Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno

Neste tipo 2, ao contrário do anterior, a proporção de segundas residências era mais baixa que no total mas com elevadissimas taxas de variação face a 2001. A percentagem de segundas residências em edifícios multifamiliares era próxima da média geral e as situadas em edifícios construídos entre 2001 e 2011 tinham uma maior representação (Figura 71).



Fonte: elaboração própria

Figura 71 – Concelhos incluídos no tipo 2 (2011)

Apenas 11 concelhos estão incluídos neste grupo. Tratam-se daqueles onde a dinâmica do fenómeno é mais recente, não havendo relações significativas com qualquer um dos outros indicadores retidos para a deteção de efeitos e impactes, com exceção da mais fraca incidência, comparativamente aos restantes concelhos, das famílias constituídas por um idoso a viver só, o que também, pela inversa, se constitui como um indicador de condições sociais ligeiramente mais favoráveis que o conjunto. De qualquer modo, o que interessa ressaltar é que neste tipo não são detetáveis particularidades que o diferenciem dos restantes tendo por referência os indicadores retidos para análise, pelo que se terá de assumir, naturalmente, que a sua variância interna é muito idêntica às dos outros tipos, isto é, todos os outros indicadores estão muito próximos da média e do desvio padrão geral.

Quadro 55 – Caracterização do tipo 2 (variável nominal com 11 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=11)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=11)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabilidade
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	88,309	26,447	22,613	20,792	10,05	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	26,255	16,353	10,340	5,741	5,83	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	17,673	26,686	12,154	12,798	-2,38	0,009
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	8,845	12,713	3,415	4,034	-3,24	0,001

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

Os concelhos incluídos neste tipo, apesar de a quase totalidade dos indicadores ilustrativos, ou seja, dos valores desses indicadores, não serem fatores significativos de agregação, são, a norte, mais industriais (Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, Paredes, Paços de Ferreira, Castelo de Paiva, Lousada e Oliveira do Bairro), enquanto a sul, assumem características mais turísticas e onde são conhecidos projetos de desenvolvimento turístico (Óbidos, Alcácer do Sal e Tavira) (Oliveira, Roca, & Roca, 2018), surgindo Alpiarça como um "outlier", eventualmente relacionado com a proximidade de Almeirim e Santarém, importantes centros urbanos da subregião da Lezíria do Tejo.

De qualquer modo, salienta-se mais uma vez que estes concelhos apresentavam, em 2011, uma representação de segundas residências, comparativamente ao continente, quase 10 pontos percentuais (pp) abaixo da média, mas uma taxa de crescimento de 2001 para 2011, mais de 60 pp acima da média.

Em conclusão, nem as segundas residências existentes já em 2001 nestes concelhos, nem as novas resultantes do crescimento de 2001 para 2011, contribuiram para a sua diferenciação face ao conjunto.

O Quadro 56 sintetiza a conclusão de que os concelhos com fortíssimo crescimento de segundas residências entre 2001 e 2011, apresentam efeitos relevantes e identificáveis apenas sobre o domínio da população/sociedade, onde a fraca representação das famílias constituídas apenas por um idoso são o efeito diferenciador mais relevante.

Quadro 56 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 2 (concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno)

Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente			n.d.
	Consumo doméstico de eletricidade			
	Áreas ardidas e bombeiros			
	Densidade de alojamentos			
	Resíduos urbanos			
	Áreas protegidas			
	Novo edificado e edificado menos volumoso			
População / Sociedade	Emigração			+
	População estrangeira			
	Tipo e qualificação do emprego			
	Pessoas e famílias	+		
Economia	Poder de compra			n.d.
	Valor da habitação			
	Crédito à habitação			
	Agricultura e indústria			
	Comércio de retalho			
	Turismo			
	Contas municipais			
Cultura	Abstenção eleitoral			n.d.
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

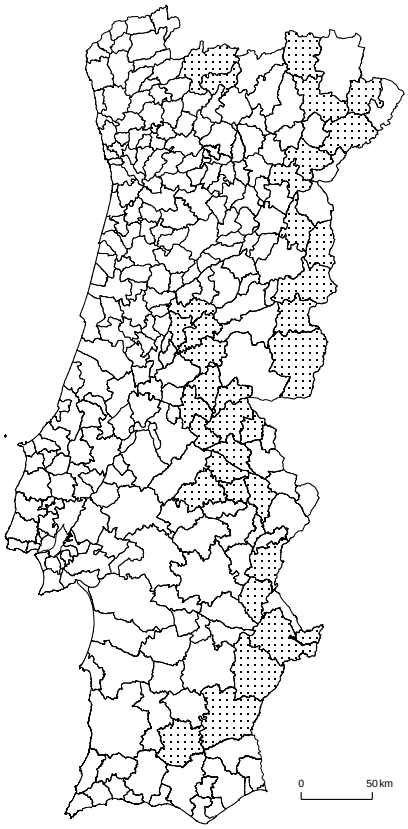
Fonte: elaboração própria

10.4.3. Tipo 3 – Segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural

Este tipo agrega um conjunto de 65 concelhos (Figura 72) onde as segundas residências representam uma maior representação, ou seja, o seu peso no total do edificado está acima da média geral. A sua quase totalidade (93%) ocupava, em 2011, edifícios unifamiliares. Apesar de uma grande parte dos concelhos incluídos neste grupo já registar desde há muitos anos um crescimento assinalável do fenómeno, a taxa de crescimento deste diminuiu de 2001 para 2011, traduzindo aparentemente uma desaceleração que pode ter sido compensada por duas dinâmicas de natureza diferente: i) o declínio geral do fenómeno por saturação; ii) uma transformação positiva das dinâmicas locais que poderiam ter conduzido a essa desaceleração, isto é, a transformação de antigas segundas em primeiras residências.

Os concelhos incluídos neste tipo localizam-se, em geral, na metade interior do País com exceção de Mira, Murtosa e Caminha. Nesse interior, é nítida a exclusão de 3 eixos que

progressivamente têm vindo a salientar-se como "ilhas" de desenvolvimento no "arquipélago português" (Ferrão, 2002): o eixo de Estremoz e Vila Viçosa a Portalegre; o eixo de Castelo Branco à Guarda e, ainda, o eixo de Mirandela a Chaves.



Fonte: elaboração própria

Figura 72 – Concelhos incluídos no tipo 3 (2011)

A análise do Quadro 57 poderá fornecer algumas pistas para o entendimento dos efeitos e impactes das segundas residências, tendo presente o que já se referiu sobre eventuais erros de avaliação e riscos epistemológicos.

Em primeiro lugar, deve destacar-se a oposição entre a situação esperada e a situação observada, não só no ano mais recente, como no seu trajeto a partir de 2011. Isto é, tratando-se de concelhos do interior rural, seria de esperar a manutenção de algumas características próprias de territórios com mais problemas de desenvolvimento, eventualmente com o seu agravamento, mas, tal não se verifica de forma evidente, detetando-se, pelo contrário, sinais, ainda que ténues, no sentido da transformação dessas características.

As segundas residências incluídas neste tipo têm uma representação superior à média geral, são antigas (fraca dinâmica construtiva entre 2001 e 2011) e quase na totalidade correspondem a edifícios unifamiliares. Este tipo apresenta uma maior complexidade de relações com os indicadores retidos para análise, pelo que procederemos a uma sistematização segundo os domínios IDENTERRA.

Do ponto de vista do ambiente natural, os concelhos deste tipo:

- têm mais despesas em ambiente, as quais também registaram uma maior variação face a 2011;
- têm mais bombeiros por habitante, o que significa uma maior mobilização de meios para combate a incêndios, principalmente florestais;
- apresentam uma maior percentagem da sua superfície ocupada com áreas protegidas;
- a média de alojamentos com menos de 50 m^2 de área é só muito ligeiramente (1 pp) superior à média geral;
- a densidade de alojamentos e o licenciamento de edifícios novos ou remodelados, em 2019 e na sua variação face a 2011, bem assim como a percentagem de edifícios apenas com um piso, estão abaixo da média geral;

No caso do ambiente natural, o comportamento destes indicadores, dado o seu significado na ilustração do tipo 3, mostra um maior empenho das autoridades locais na proteção do ambiente, o qual apresenta amenidades que justificam também essa proteção e onde as paisagens são dominadas por uma baixa densidade de edificado, o qual também apresenta menores níveis de renovação face ao conjunto do continente.

Quadro 57 – Caracterização do tipo 3 (variável nominal com 65 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=65)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=65)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	17,117	12,713	2,874	4,034	10,04	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	40,168	26,686	6,814	12,798	9,69	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	71,408	53,654	8,647	18,970	8,60	0,000
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	8,803	5,275	3,828	3,877	8,37	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	92,557	75,623	8,923	23,290	6,68	0,000

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=65)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=65)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	10,126	6,675	8,471	6,387	4,97	0,000
Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), 2019	109,277	81,378	79,659	59,746	4,29	0,000
Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, 2018	23,577	19,685	9,434	8,609	4,16	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença entre 2011 e 2017	4,435	2,506	2,719	4,686	3,78	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	2,497	0,644	3,215	4,814	3,54	0,000
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, diferença entre 2011 e 2019	1,765	1,028	2,768	2,032	3,33	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), 2019	49,215	47,348	6,777	5,778	2,97	0,001
Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, 2019	12,231	7,144	24,314	16,400	2,85	0,002
% de alojamentos familiares clássicos com menos de 50 m^2 de área, 2011	9,800	8,886	3,324	3,034	2,77	0,003
% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011	11,255	10,680	2,053	1,935	2,74	0,003
Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), diferença entre 2011 e 2019	41,585	27,173	81,808	51,332	2,58	0,005
% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), 2018	66,455	61,656	21,625	18,558	2,38	0,009
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	-1,555	0,415	12,060	7,706	-2,35	0,009
% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011	36,694	42,102	22,127	20,745	-2,40	0,008
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2019	2,291	3,975	1,996	5,526	-2,80	0,003
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	30,954	80,367	105,953	156,028	-2,91	0,002
Alojamentos por km^2 de superfície do município, 2019	23,071	166,264	20,242	444,331	-2,96	0,002
Alojamentos por km^2 de superfície, diferença entre 2011 e 2019	0,275	2,320	0,449	6,244	-3,01	0,001
Densidade populacional (nº de hab./ km^2), 2011	28,568	311,248	27,718	862,350	-3,01	0,001
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	3,008	4,038	2,566	2,602	-3,64	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	-0,274	-0,127	0,265	0,338	-3,99	0,000
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	10,600	20,267	13,608	20,010	-4,44	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,409	0,559	0,205	0,307	-4,50	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	2,635	5,587	2,528	5,164	-5,26	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	1,162	9,587	2,744	14,343	-5,40	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	617,262	797,978	109,753	294,849	-5,64	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	67,217	80,519	6,458	18,643	-6,56	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001	12,048	16,353	2,839	5,741	-6,90	0,000

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=65)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=65)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)						
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	75,012	78,791	5,567	4,912	-7,07	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	10,215	25,948	5,102	17,744	-8,15	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

Do ponto de vista da população/sociedade, destacam-se as seguintes observações:

- uma mais forte representação das famílias constituídas apenas por um idoso face ao conjunto;
- uma maior incidência do fenómeno emigratório;
- uma muito ligeira maior representação dos patrões ou empregadores no total da população empregada;
- ligeiramente menor representação da população empregada por conta de outrem;
- menor densidade populacional;
- população residente estrangeira menos representada.

Em síntese, estas observações apontam, como é típico das áreas rurais, para menores densidades populacionais e maior envelhecimento da população, com mais emigração mas com forte ligação às terras de origem e menos estrangeiros, apesar destes terem, sobretudo na região Centro, paulatinamente vindo a povoar algumas aldeias que antes estavam desertas (Sardinha, 2014). A maior incidência de empregados patrões ou empregadores, chama a atenção para a importância da economia agrária, a qual também progressivamente se tem vindo a modernizar e a organizar.

Relativamente ao domínio da economia, sobressaem os seguintes aspetos:

- uma melhoria relativa do índice de poder de compra de 2011 para 2017, mas, apesar de tudo, uma capacidade mais fraca que o conjunto do continente, em 2017;
- uma maior dependência das contas públicas locais das transferências correntes veiculadas pelo orçamento geral do Estado, a que também corresponde uma mais fraca capacidade de geração de receitas derivadas de impostos e derramas locais;
- um comportamento mais positivo do volume de negócios do comércio de retalho

- um recurso ao crédito para a aquisição de habitação ligeiramente acima da média do conjunto, mas com correspondência num mais baixo valor da habitação;

A economia, sobretudo dominada nestes concelhos pelo setor agrário, pelo que, por exemplo, o consumo de energia elétrica na indústria transformadora está abaixo da média geral, tem contribuído para uma melhoria dos rendimentos dos residentes, facto que é indicado pela evolução do Índice de Poder de Compra, apesar de ainda estar abaixo do valor desejável. A debilidade da estrutura económica é também atestada pela maior importância das atividades de comércio de retalho, já que o valor do volume de negócios acontece, decerto, porque a base de ponderação (volume de negócios de toda a atividade económica) também será mais reduzida. De qualquer modo, o mais baixo custo da habitação e o recurso ao crédito para a sua aquisição, são um potencial ou um indício, de que alguma vitalidade, num contexto de debilidade económica estrutural, poderá ser confirmada no futuro.

Por último, do ponto de vista do domínio da cultura, o único indicador que surge é a taxa de abstenção eleitoral, a qual revela uma média no tipo superior à do continente mas, apesar de tudo, com uma variação face a 2011 que é menos acentuada comparativamente a esse mesmo conjunto.

Como remate conclusivo para este tipo, pode dizer-se que, apesar da manutenção de características rurais baseadas na natural importância das atividades agrárias, emigração e envelhecimento, começam a surgir sinais de melhoria da capacidade de consumo e de mudanças sociais, económicas e ambientais, com destaque para o maior esforço de proteção ambiental, seja o resultante de políticas públicas nacionais, seja o de investimentos municipais.

Daí, ter-se chegado a uma avaliação geral que destaca para os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural, tal como o quadro seguinte indica, efeitos positivos sobre o ambiente natural, quase neutros para a população/sociedade, negativos para a economia e também neutros para a cultura. Mais uma vez, deve ter-se em atenção que estas conclusões, apesar de estarem em linha com o conhecimento sobre as características das áreas rurais, derivam dos resultados analíticos de indicadores que podem ser sempre questionáveis e, se a cada momento houver essa possibilidade, eventualmente substituíveis.

Quadro 58 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 3 (concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural)

Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente	+	+	+
	Consumo doméstico de eletricidade			
	Áreas ardidas e bombeiros	+		
	Densidade de alojamentos	+	+	
	Resíduos urbanos			
	Áreas protegidas	+		
	Novo edificado e edificado menos volumoso	+ - +	+	
População / Sociedade	Emigração	+	+	+ / -
	População estrangeira	-		
	Tipo e qualificação do emprego	+ -		
	Pessoas e famílias	- -		
Economia	Poder de compra	-	+	-
	Valor da habitação	-	-	
	Crédito à habitação	+		
	Agricultura e indústria	-	-	
	Comércio de retalho	+		
	Turismo			
	Contas municipais	- -	- -	
Cultura	Abstenção eleitoral	-	+	+ / -
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

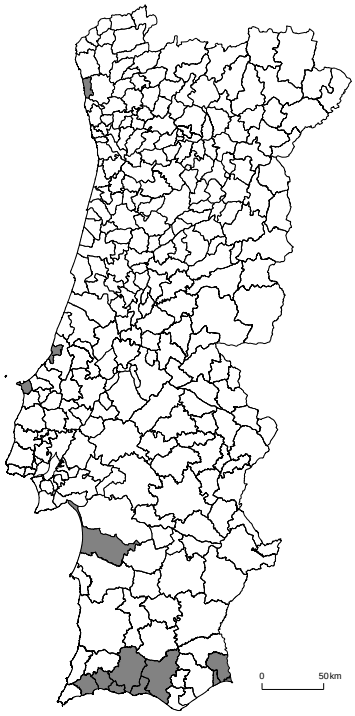
Fonte: elaboração própria

10.4.4. Tipo 4 – Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico

Este tipo abrange 12 concelhos (Figura 73) que estão associados, em maior ou menor temporalidade, com o fenómeno turístico: i) Esposende, enquanto destino de férias, curtas ou longas, dos residentes na AMP; ii) Nazaré e Peniche, na sub-região do Oeste, o primeiro de tradição muito antiga, mas qualquer um dos dois com um forte incremento dado pela prática do surf; iii) Grândola, sobretudo pela fímbria atlântica que hoje é objeto de forte procura para instalação de conjuntos turísticos; e, por fim, iv) metade dos concelhos algarvios, a região do País que mais cedo experimentou algum desenvolvimento turístico (F. J. Moreira, 2008).

Em 2011, os principais traços de caracterização das segundas residências incluídas neste tipo, comparativamente às médias do total do continente, relacionavam-se com a sua maior proporção no total de alojamentos familiares clássicos, a maior frequência em edifícios

multifamiliares, de construção mais recente e com mais elevadas variações face aos períodos censitários anteriores (Quadro 59).



Fonte: elaboração própria

Figura 73 – Concelhos incluídos no tipo 4 (2011)

Apesar de em reduzido número, tal como aconteceu no tipo 2, este tipo 4 tem relações mais significativas com um elevado número de indicadores que acabam por abranger quase todos os domínios IDENTERRA.

Relativamente ao domínio do ambiente natural, a maior relação deste tipo dá-se com:

- a maior quantidade de resíduos urbanos recolhidos em 2019, ainda que a sua variação tenha sido negativa face a 2011, isto é, tenha havida uma redução dos quilos recolhidos por habitante durante o ano;
- um consumo doméstico de energia elétrica, em 2018, que foi quase 700 kwh/hab. acima da média geral;
- despesas municipais em ambiente, em 2019, bastante acima da média do continente, mas que, aparentemente, não têm grande repercussão no número de bombeiros por cada

mil habitantes, em 2018[77].

O domínio da população/sociedade, é ilustrado pelo seguinte:

- Como seria de esperar, existe uma forte ligação com a origem estrangeira da população residente, não só no ano de 2019, como na variação registada de 2011 para esse ano;
- Apesar de os valores médios no tipo serem apenas ligeiramente superiores aos valores médios gerais, os residentes empregados com cargos de direção ou que são patrões ou empregadores, estão mais representados neste tipo;

O domínio da economia, fica destacado por relações mais positivas com os seguintes indicadores:

- Uma forte representação, quase 8 vezes acima da média geral, da percentagem em relação ao total do continente, das dormidas turísticas em 2019, ainda que a sua variação face a 2011 seja mais desfavorável; este último facto, não resulta propriamente de uma redução dos fluxos turísticos para o Algarve, mas sim de um crescimento generalizado em todo o Continente;
- Outro facto interessante relaciona-se com o aumento do preço do m2 de espaço habitacional, em 2019, compreensível no âmbito de um mercado imobiliário com cada vez mais procura, tanto nacional como internacionalmente;
- Por último, são ainda de salientar as relações deste tipo de segundas residências com as contas municipais, verificando-se uma situação em 2019 e uma variação face a 2011 que destaca a grande proporção da cobrança de impostos e derramas no conjunto das receitas municipais e, pela inversa, uma menor dependência das transferências do OGE.

[77] O financiamento dos bombeiros voluntários já está enquadrado no âmbito da legislação que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Quadro 59 – Caracterização do tipo 4 (variável nominal com 12 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=12)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=12)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2013	757,917	427,541	132,570	124,269	9,40	0,000
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2019	16,358	3,975	10,533	5,526	7,92	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	9,325	4,038	2,901	2,602	7,18	0,000
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), 2018	2047,150	1318,680	581,445	370,388	6,95	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios princip. de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de aloj. de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	34,842	9,587	17,611	14,343	6,22	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edif. principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de aloj. de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	26,050	16,353	5,050	5,741	5,97	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	1235,420	797,978	269,191	294,849	5,24	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	50,542	25,948	10,437	17,744	4,90	0,000
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	273,375	35,973	374,493	174,100	4,82	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	44,108	26,686	5,654	12,798	4,81	0,000
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, diferença entre 2011 e 2019	4,158	1,023	3,048	2,496	4,44	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a A. R. (%), 2019	53,850	47,348	4,487	5,778	3,98	0,000
% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011	12,833	10,680	1,265	1,935	3,93	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	10,942	5,587	6,638	5,164	3,67	0,000
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	45,100	26,447	15,616	20,792	3,17	0,001
Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), 2019	125,167	81,378	82,638	59,746	2,59	0,005
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	7,733	6,643	0,986	1,489	2,59	0,005
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	2,433	5,275	1,010	3,877	-2,59	0,005
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), diferença entre 2011 e 2013	-92,583	-35,321	127,970	49,590	-4,08	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifício principal. de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	40,858	75,623	15,567	23,290	-5,28	0,000
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, diferença entre 2011 e 2019	-70,592	-0,001	179,006	46,428	-5,37	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	21,875	53,654	10,380	18,970	-5,92	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

O domínio da cultura surge apenas ilustrado pela taxa de abstenção em 2019 e, também, pela variação desta mesma taxa face a 2011; em ambos os casos os seus valores estão acima da média geral. Deste modo, não pode dizer-se que estas segundas residências turísticas tenham

uma relação estreita com o aumento dos níveis de cidadania, a principal dimensão do domínio da cultura refletida nestes indicadores.

No tipo que engloba os concelhos de forte implantação de imobiliário turístico, a síntese resultante de uma análise interpretativa do comportamento dos indicadores, aponta para efeitos neutros, ainda que tendencialmente negativos, no ambiente natural, positivos na população/sociedade e na economia e, por fim, negativos na cultura (Quadro 60).

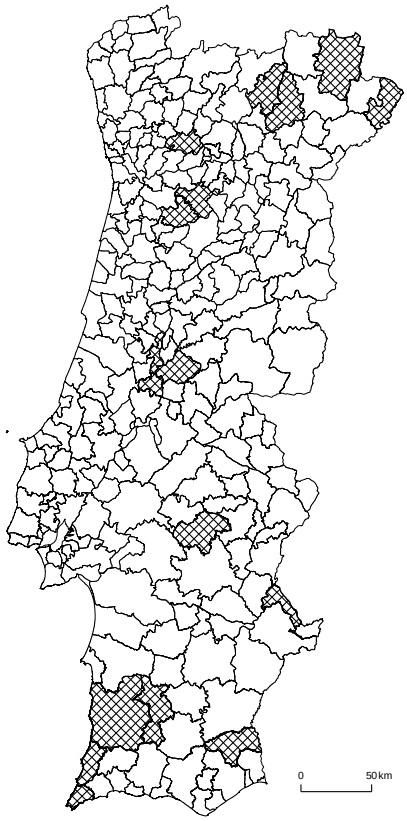
Quadro 60 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 4 (concelhos de forte implantação de imobiliário turístico)

Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente	+		+ / -
	Consumo doméstico de eletricidade	-		
	Áreas ardidas e bombeiros	-		
	Densidade de alojamentos			
	Resíduos urbanos	-	+	
	Áreas protegidas			
	Novo edificado e edificado menos volumoso			
População / Sociedade	Emigração			+
	População estrangeira	+	+	
	Tipo e qualificação do emprego	+ +		
	Pessoas e famílias			
Economia	Poder de compra			+
	Valor da habitação	+		
	Crédito à habitação			
	Agricultura e indústria			
	Comércio de retalho			
	Turismo	+	-	
	Contas municipais	+ +	+	
Cultura	Abstenção eleitoral	-	-	-
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

Fonte: elaboração própria

10.4.5. Tipo 5 – Áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno

Este tipo, com 62 concelhos (Figura 74), corresponde às segundas residências apenas de um alojamento, com um peso superior à média geral no total de alojamentos familiares clássicos e com uma taxa de variação de 2001 para 2011 também acima da média. Como nota relevante surge a percentagem daquelas que foram construídas por volta da primeira década do século XXI (19,4%) (Quadro 61).



Fonte: elaboração própria

Figura 74 – Concelhos incluídos no tipo 5 (2011)

Os indicadores mais ilustrativos deste tipo, do ponto de vista do ambiente natural, são:

- Uma baixa densidade de edificado, mas também uma representação ligeiramente menor à geral dos alojamentos constituídos apenas por um alojamento, talvez devido à inclusão neste tipo de alguns concelhos com centros urbanos de pequena ou média dimensão;
- Uma menor quantidade de resíduos urbanos recolhidos comparativamente à média do

continente, ainda que a sua redução, de 2011 para 2013, tenha sido menos negativa que o geral;

- Por último, um ligeiramente maior número de bombeiros por cada 1000 residentes, facto que se deve, sobretudo, aos maiores riscos de incêndio florestal de parte das áreas geográficas abrangidas por este tipo.

Quadro 61 – Caracterização do tipo 5 (variável nominal com 62 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=62)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=62)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	89,240	75,623	6,640	23,290	5,21	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	19,436	16,353	2,850	5,741	4,79	0,000
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	9,944	6,675	6,431	6,387	4,56	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	62,921	53,654	11,723	18,970	4,36	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	31,503	26,686	7,656	12,798	3,36	0,000
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), diferença entre 2011 e 2013	-18,952	-35,321	50,526	49,590	2,94	0,002
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	6,518	5,275	3,876	3,877	2,86	0,002
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	32,736	26,447	12,192	20,792	2,70	0,003
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença entre 2011 e 2017	3,890	2,506	3,043	4,686	2,63	0,004
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	716,435	797,978	173,682	294,849	-2,47	0,007
% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011	36,292	42,102	20,720	20,745	-2,50	0,006
Alojamentos por km² de superfície do município, 2019	41,300	166,264	25,732	444,331	-2,51	0,006
Densidade populacional (nº de hab./ km²), 2011	63,995	311,248	48,920	862,350	-2,56	0,005
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	77,195	78,791	4,464	4,912	-2,90	0,002
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	3,147	4,038	2,668	2,602	-3,06	0,001
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2013	375,548	427,541	130,418	124,269	-3,73	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	2,447	9,587	3,060	14,343	-4,44	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	16,084	25,948	7,175	17,744	-4,96	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	69,794	80,519	8,008	18,643	-5,13	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

Do ponto de vista do domínio da população/sociedade, salientam-se os seguintes aspetos:

- Uma maior representação de população emigrada, já que a percentagem dos seus depósitos bancários, no total, é ligeiramente superior à média do continente;
- Uma baixa densidade populacional;
- Uma muito ligeira menor representação da população empregada que trabalha por conta de outrem, em percentagem do total da população empregada;

O domínio da economia é caracterizado, neste tipo, por:

- Se verificar uma melhoria no IPC de 2011 para 2017, isto é, apesar de este indicador continuar a ser mais baixo que a média geral (69,8 no tipo *versus* 80,5 no total) a variação nesse período é mais favorável que para a totalidade dos concelhos;
- As receitas derivadas de impostos e taxas cobradas localmente está também abaixo da média geral, pelo que fica explicada a maior dependência das receitas locais por parte das transferências correntes do Estado;
- Um valor da avaliação bancária da habitação abaixo da média do continente, apesar de numa amplitude bastante inferior à detetada para o tipo 3, mais rural, facto que estará relacionado com o carácter periurbano deste tipo 5;

Do mesmo modo que para os tipos anteriores, e sem obnubilarmos a maior dificuldade de quantificação deste domínio, a cultura surge apenas representada pela variação, em pontos percentuais, da taxa de abstenção para a AR, entre 2011 e 2019; a qual foi mais baixa que a média geral, o que indica um ligeiro aumento da participação eleitoral.

A mesma visão de síntese que foi adotada para os tipos anteriores, mostra que neste caso das áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno, o ambiente natural e a economia surgem afetadas por efeitos quase neutros, ainda que um pouco mais positivos no caso do ambiente natural, enquanto a população/sociedade e a cultura surgem com manifestações mais positivas (Quadro 62).

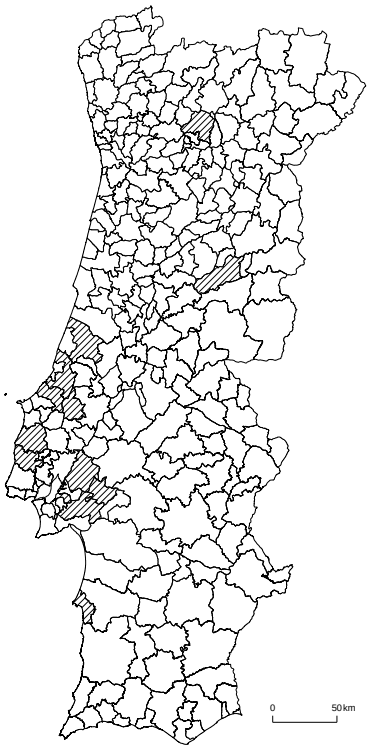
Quadro 62 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 5 (áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno)

Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente			+ / -
	Consumo doméstico de eletricidade			
	Áreas ardidas e bombeiros	+		
	Densidade de alojamentos	+		
	Resíduos urbanos	+	-	
	Áreas protegidas			
	Novo edificado e edificado menos volumoso	-		
População / Sociedade	Emigração	+		+
	População estrangeira			
	Tipo e qualificação do emprego	+		
	Pessoas e famílias	-		
Economia	Poder de compra	-	+	+ / -
	Valor da habitação	+		
	Crédito à habitação			
	Agricultura e indústria			
	Comércio de retalho			
	Turismo			
	Contas municipais	- -		
Cultura	Abstenção eleitoral		+	+
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

Fonte: elaboração própria

10.4.6. Tipo 6 (ou 6-A) – Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes

Este tipo abrange 33 concelhos (Figura 75) com características relativamente díspares, mas onde se destacam alguns da AML ou da sua periferia imediata, do mesmo modo que outros entre a Lourinhã e Alcobaça e, ainda, outros na periferia alargada da AMP ou no complexo Águeda, Albergaria e Oliveira de Azeméis e de Vagos a Viseu. Pelas características mais urbanas destes concelhos, mas que até certo ponto também se associam a uma feição de alguma ruralidade, verificam-se representações mais baixas de segundas residências, das quais os edifícios apenas com um alojamento têm uma representação ligeiramente inferior à média geral; variação intercensitária idêntica à média, mas onde estavam acima desse valor as construídas entre 2001 e 2011.



Fonte: elaboração própria

Figura 75 – Concelhos incluídos no tipo 6 (ou 6-A) (2011)

Pelo Quadro 63, pode ver-se que estas segundas residências, em termos muito gerais, com características mais urbanas e de construção mais recente relacionam com os vários domínios IDENTERRA de acordo com os seguintes comportamentos dos indicadores analisados:

Domínio do ambiente natural:

- despesas em ambiente por habitante ficam abaixo da média geral, facto que não pode ser tomado como negativo, pois pode indicar uma maior eficiência, ou a obtenção de economias de escala, da gestão ambiental, tendo em conta o número de habitantes;
- uma média de bombeiros por mil residentes que era, em 2018, cerca de metade da média geral, facto que também pode estar relacionado com economias de escala derivadas, neste caso, da maior proximidade geográfica dos concelhos deste tipo e. daí, também uma maior imbricação e densidade urbanística que permite mais facilmente a partilha de recursos municipais;
- também pelo caráter mais urbano dos concelhos, justifica-se a ocorrência de uma maior taxa média de remodelação e construção de novos alojamentos, isto é, uma maior

capacidade de consumo de espaço com efeitos negativos sobre o ambiente natural.

Domínio da população / sociedade:

- Maior representação da população empregada por conta de outrem e também daquela que desempenhava, em 2011, funções de direção, gerência ou gestão, facto que indica, por um lado, uma maior oferta de emprego e, por outro, maiores níveis de competência ou de qualificação dos residentes;
- Fraca representação das famílias constituídas apenas por um idoso, facto que, pela inversa, indica a existência de uma população relativamente mais jovem face ao total;
- Também fraca relação, em 2019, com os fenómenos emigratórios.

Domínio da economia:

- IPC de 89,3% e, portanto, acima da média geral, a qual é de 80,5% (País = 100%);
- Maior implantação da indústria consumidora de energia elétrica;
- Volumes de vendas no comércio de retalho abaixo da média geral, o que também pode indiciar uma base económica mais diversificada;
- Uma diminuição de 2012 para 2018 do recurso ao crédito bancário para habitação, facto justificado pela época de forte crise financeira associada a esse período temporal;
- Relativamente às contas municipais, verifica-se uma maior capacidade de arrecadação de receitas de impostos e derramas, tanto em 2019 como na evolução a partir de 2011, o que resulta, pela inversa, numa menor dependência destes municípios das transferências correntes por parte da administração central;

Domínio cultural:

- Mais uma vez, só surge a abstenção eleitoral como ilustrativa deste tipo 6; este indicador tem um comportamento mais favorável que a média geral.

Quadro 63 – Caracterização do tipo 6 (ou 6-A) (variável nominal com 33 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=33)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=33)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	40,179	25,948	11,090	17,744	4,90	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principal. de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no núm. total de aloj. de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	20,188	16,353	3,974	5,741	4,08	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,742	0,559	0,346	0,307	3,64	0,000
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	32,106	20,267	21,497	20,010	3,61	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	8,188	5,587	4,351	5,164	3,08	0,001
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	89,312	80,519	12,186	18,643	2,88	0,002
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	81,061	78,791	3,154	4,912	2,82	0,002
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	7,327	6,643	1,174	1,489	2,81	0,003
% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), diferença entre 2012 e 2018	-2,715	1,517	8,497	10,602	-2,44	0,007
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	-1,324	0,644	4,970	4,814	-2,50	0,006
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	4,018	6,675	2,560	6,387	-2,54	0,006
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), 2019	44,846	47,348	4,705	5,778	-2,65	0,004
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifício principal. de uso residencial com um aloj. no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	65,009	75,623	10,118	23,290	-2,78	0,003
Volume de negócios (€) dos estabel. de comércio a retalho (exceto de veíc. Automó. e motociclos) em % do volume de negócios do total das ativ. económicas, 2018	15,621	19,685	7,178	8,609	-2,88	0,002
Total das despesas em ambiente dos municípios por hab. (€/ hab.), 2019	49,667	81,378	27,002	59,746	-3,24	0,001
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	2,506	5,275	1,081	3,877	-4,36	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	39,330	53,654	11,767	18,970	-4,61	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	15,997	26,686	7,060	12,798	-5,10	0,000
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	8,655	12,713	2,069	4,034	-6,15	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

A síntese das relações entre este tipo de segundas residências, de localização mais urbana, traduz-se em efeitos positivos sobre a população/sociedade, economia e cultura, enquanto o ambiente natural é objeto de uma avaliação negativa relativamente a 3 aspetos, como as despesas em ambiente, o número de bombeiros e a quantidade e volume do edificado (Quadro 64).

Quadro 64 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 6 (áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes)

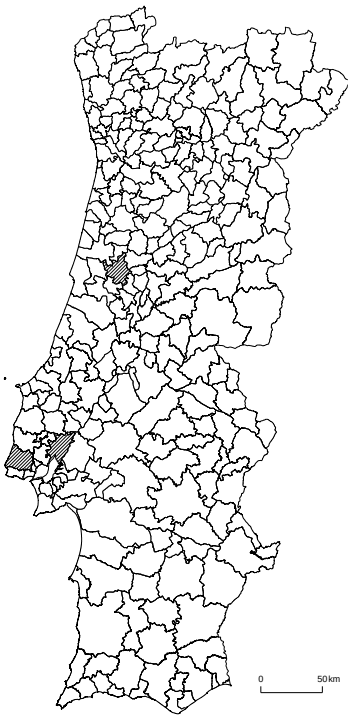
Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente	-		-
	Consumo doméstico de eletricidade			
	Áreas ardidas e bombeiros	-		
	Densidade de alojamentos			
	Resíduos urbanos			
	Áreas protegidas			
	Novo edificado e edificado menos volumoso	-		
População / Sociedade	Emigração	-		+
	População estrangeira			
	Tipo e qualificação do emprego	+ +		
	Pessoas e famílias	+		
Economia	Poder de compra	+		+
	Valor da habitação			
	Crédito à habitação		-	
	Agricultura e indústria	+		
	Comércio de retalho	-		
	Turismo			
	Contas municipais	+ +	+ +	
Cultura	Abstenção eleitoral	+		+
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

Fonte: elaboração própria

Apesar das já reconhecidas dificuldades em concretizar quantitativamente o domínio da cultura, torna-se evidente que no respeitante à população e à economia existem fatores locativos que justificam o comportamento detetado para os indicadores escolhidos. Estes fatores locativos derivam de dois aspetos conjugados: por um lado, a proximidade às áreas mais densamente povoadas, com destaque para as envolventes, imediatas ou alargadas, das duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, por outro, a ocorrência de amenidas ambientais específicas bastante atrativas, com destaque para o litoral costeiro. Deste modo, é manifesto o ajustamento entre a localização da procura e da oferta. Estas observações chamam, desde já, a atenção para um aspeto fundamental que será aprofundado e detalhado nas análises subsequentes, o qual se liga à relação de distância entre aquelas oferta e procura, o que, por sua vez, deverá influenciar a frequência de visitação e, logo, a magnitude dos impactes sobre o desenvolvimento local.

10.4.7. Tipo 7 (ou 6-B) – Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência

Trata-se de um tipo com 34 concelhos (Figura 76) onde domina: i) uma menor proporção de segundas residências no conjunto dos alojamentos familiares clássicos; ii) baixas taxas de variação de 2001 para 2011 e maiores representações face ao conjunto das localizadas em edifícios multifamiliares (uma média no tipo de cerca de 38% e de 10% no total). A distribuição geográfica dos concelhos que constituem este tipo 7 não deixa dúvidas sobre o seu caráter mais urbano de forte pressão dremográfica.



Fonte: elaboração própria

Figura 76 – Concelhos incluídos no tipo 7 (ou 6-B) (2011)

No domínio do ambiente natural ressaltam as seguintes relações (Quadro 65):

- Elevadíssima densidade de edificado e, logo, elevados níveis de impermeabilização do solo, tanto em 2019, como relativamente à variação de 2011 até esse ano;
- Do mesmo modo, a dinâmica construtiva pode ser ilustrada pelo licenciamento da remodelação ou da construção de novos edifícios, indicador que apresenta uma variação de 2011 para 2019 ligeiramente positiva, quando a média geral era de sinal negativo;

- Como já se observou no caso do tipo 6, também neste tipo 7 se regista um significativo menor número de bombeiros por mil residentes, o que não pondo em causa o seu maior número em termos absolutos[78], é decerto um valor demonstrativo das maiores economias de escala na prestação deste serviço;
- Por último, é de registar a tendência de decréscimo, de 2011 para 2018, do consumo doméstico de energia elétrica por habitante (média de -84kwh entre aqueles anos, neste tipo, enquanto no continente a tendência foi de um crescimento de 62kwh), facto a que não é estranha a progressivamente maior eficiência energética de muitos dos equipamentos domésticos, em geografias onde o maior poder de compra permite uma maior mudança tecnológica.

Relativamente ao domínio da população/sociedade, destacam-se as seguintes observações:

- Como seria de esperar, quando se está perante concelhos de forte urbanização, uma elevadíssima densidade populacional;
- A população empregada por conta de outrem está sobrerrepresentada, do mesmo modo que as profissões com competências de direção e gestão;
- Mas, a emigração e as famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa, estão abaixo da média geral.

No domínio da economia:

- IPC acima da média do conjunto e acima de 100, apesar de a evolução de 2011 para 2017 ter sido negativa, o que revela uma menor concentração territorial do rendimento à escala do continente;

[78] Em 2011, Lisboa, por exemplo, tinha 1069 bombeiros, mas a sua capitação por 10 mil residentes era de 2,1, valor bastante abaixo dos 5,3 de média do continente.

Quadro 65 – Caracterização do tipo 7 (ou 6-B) (variável nominal com 34 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=34)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=34)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabilidade
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios princip. de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	37,627	9,587	12,292	14,343	12,15	0,000
Densidade populacional (nº de hab./ km²), 2011	1815,830	311,248	1835,500	862,350	10,84	0,000
Alojamentos por -km² de superfície do município, 2019	930,782	166,264	957,539	444,331	10,69	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	54,115	25,948	11,911	17,744	9,86	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	108,968	80,519	26,829	18,643	9,48	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	1208,560	797,978	464,688	294,849	8,65	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	294,647	80,367	254,084	156,028	8,53	0,000
Alojamentos por km² de superfície, diferença entre 2011 e 2019	10,782	2,320	14,584	6,244	8,42	0,000
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	82,624	78,791	2,340	4,912	4,85	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edif. de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	0,100	-0,127	0,374	0,338	4,17	0,000
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	7,512	6,643	1,524	1,489	3,62	0,000
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	31,900	20,267	24,749	20,010	3,61	0,000
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	135,497	35,973	401,745	174,100	3,55	0,000
Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, 2018	16,191	19,685	7,658	8,609	-2,52	0,006
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edif. principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	13,721	16,353	3,851	5,741	-2,85	0,002
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2018	1,429	4,788	2,006	6,123	-3,41	0,000
Consumo doméstico de energia elétrica por hab. (kWh/ hab.) por local de resid. (NUTS - 2013), diferença entre 2011 e 2018	-84,632	62,236	92,999	240,784	-3,79	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a. R. (%), 2019	43,821	47,348	3,680	5,778	-3,79	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	-2,309	0,644	3,847	4,814	-3,81	0,000
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	2,482	6,675	1,839	6,387	-4,08	0,000
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	11,177	26,447	18,694	20,792	-4,56	0,000
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	1,700	5,275	0,544	3,877	-5,73	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença entre 2011 e 2017	-1,965	2,506	7,469	4,686	-5,93	0,000
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	8,706	12,713	2,241	4,034	-6,17	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	12,685	26,686	6,654	12,798	-6,80	0,000
% transfer. correntes no total das receitas do município, 2018	27,006	53,654	7,920	18,970	-8,73	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	29,521	75,623	12,774	23,290	-12,30	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

- Uma forte dinâmica do mercado imobiliário com valores medianos de m2 muito acima da média geral, em 2019, e uma variação face a 2011 mais de três vezes superior ao registado no conjunto do continente;
- Importância das atividades industriais e, pela inversa, fraca relevância da agricultura e pescas, em linha com o caráter mais urbano deste tipo;
- Volume de negócios no comércio de retalho abaixo da média geral, o que apenas significa uma maior diversidade da base económica;
- Uma proporção de dormidas na hotelaria acima da média geral;
- receitas municipais com contributos muito relevantes por parte dos impostos e derrames cobrados localmente, de onde resulta uma menor importância das transferências correntes por parte da administração central (Quadro 65).

Do mesmo modo que para os tipos anteriores, a cultura surge apenas representada pela taxa de abstenção nas eleições para a AR, neste caso a relativa ao ano de 2019, a qual foi mais baixa que a média geral, o que indica algum aumento da participação eleitoral.

Tal como no tipo anterior, também aqui surgem destacadas as áreas urbanas mas, neste caso, de ainda maior concentração populacional e, correlativamente, também de maior interação espacial. Deste modo, apesar de a avaliação geral ser igual à do tipo anterior, é manifesta uma maior importância dos indicadores de dinamismo ou variação entre 2011 e os anos mais recentes, mais negativos no ambiente natural e mais positivos na economia.

No caso deste tipo e das relações de efeitos detetadas, pode colocar-se a questão sobre o real significado destas segundas residências. Isto é, serão estas segundas residências as "maisons de plaisance" de Françoise Cribier (Cribier, 1973:182), ou apenas investimentos familiares úteis, tanto do ponto de vista financeiro (Paris, 2006:14), como de facilitação da vida urbana (Coppock, 1977a:3) ?

Quadro 66 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 7 (concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência)

Domínio	Temática	Ano mais recente	Evolução desde 2011	Síntese
Ambiente Natural	Despesas em ambiente			-
	Consumo doméstico de eletricidade		+	
	Áreas ardidas e bombeiros	-		
	Densidade de alojamentos	-	-	
	Resíduos urbanos			
	Áreas protegidas			
	Novo edificado e edificado menos volumoso		-	
População / Sociedade	Emigração	-		+
	População estrangeira			
	Tipo e qualificação do emprego	+ +		
	Pessoas e famílias	- +		
Economia	Poder de compra	+	-	+
	Valor da habitação	+	+	
	Crédito à habitação			
	Agricultura e indústria	+ -		
	Comércio de retalho	-		
	Turismo	+		
	Contas municipais	+ +	+	
Cultura	Abstenção eleitoral	+		+
	Gastos em atividades culturais e criativas			
	Gastos em património cultural			
	Gastos em bibliotecas e arquivos			

Fonte: elaboração própria

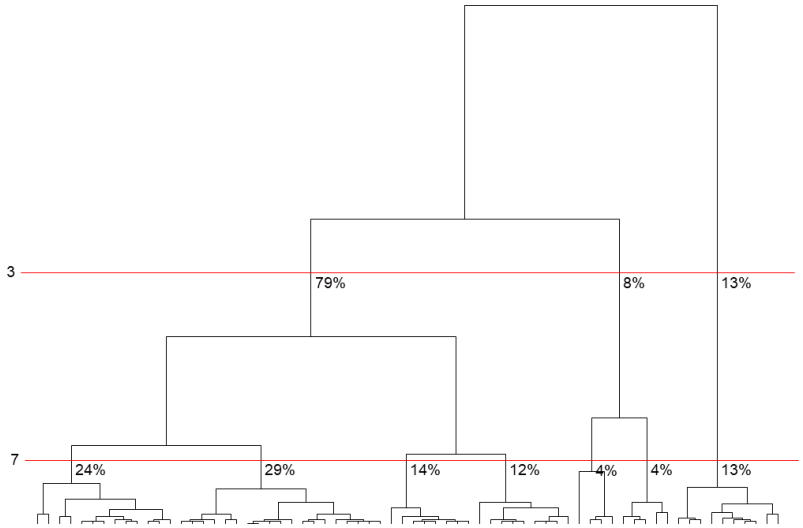
10.5. Uma visão mais simplificada dos tipos de segundas residências e os seus efeitos sobre o desenvolvimento local

Com o objetivo de se estabelecer um modelo de efeitos e impactes mais claro, foi adotado, a partir da classificação hierárquica ascendente efetuada ao conjunto dos 5 indicadores definidores das características das segundas residências, ou seja, à tipologia de 2011 traduzida em 7 tipos, um corte em três tipos, tal como ilustrado na Figura 77.

Uma maior generalização da tipologia de 2011, tendo apenas em conta a formação de três tipos ou classes dá, como já se referiu antes, um padrão geral que diferencia entre três grandes grupos de concelhos, numa sequência que, do interior para o litoral, corresponde a uma transição progressiva da maior ruralidade para a maior urbanidade, pesem embora diferenças

regionais e locais que acabam por traduzir a própria diversidade do território continental e a existência de polarizações que vão para além do caráter dominante de Lisboa e Porto.

De facto, um dos principais traços desta simplificação da tipologia, é a forte oposição entre litoral e interior pois quase todos os concelhos do interior continental, com exceção de Bragança e Mondim de Basto, mas também algumas intrusões no litoral, como Torres Vedras e Caldas da Rainha e também Odemira, pertencem ao tipo 1, enquanto os litorais oeste e sul são os territórios preferenciais de expansão dos tipos 2 e 3.



Fonte: elaboração própria, de acordo com as saídas do SPAD

Figura 77 – Dendrograma da classificação hierárquica ascendente, tendo por referência os indicadores de caracterização das segundas residências e os indicadores ilustrativos dos efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local (tipologias em 7 e 3 grupos)

Apesar de se perder informação de maior detalhe, fica mais claro o padrão geral continental, o qual mostra, exatamente, as diferenças entre os espaços rurais de despovoamento, com maiores proporções de segundas residências no total de alojamentos familiares, sobretudo de tipo unifamiliar e de variação dentro da média no período entre 2001 e 2011, até às áreas mais urbanas, onde dominam as segundas residências em prédios, com menores taxas de variação face a 2001 e, do mesmo modo, muito menores percentagens de representação no total de alojamentos.

Entre aquelas duas situações mais extremas ocorre uma outra, quase intermédia, e que agrega duas realidades um pouco distintas: i) uma, mais amenizada do ponto de vista da

incidência e da evolução do fenómeno comparativamente à verificada nas áreas mais rurais e, ii) outra, mais frequente nos municípios de maior desenvolvimento turístico, onde prevalecem taxas de variação (2001-2011) e proporções mais elevadas, a par de uma maior representação das segundas residências localizadas em edifícios de 10 ou mais alojamentos e com maior significado, comparativamente a qualquer um dos outros tipos ou classes, dos construídos na década de 2001 a 2011.

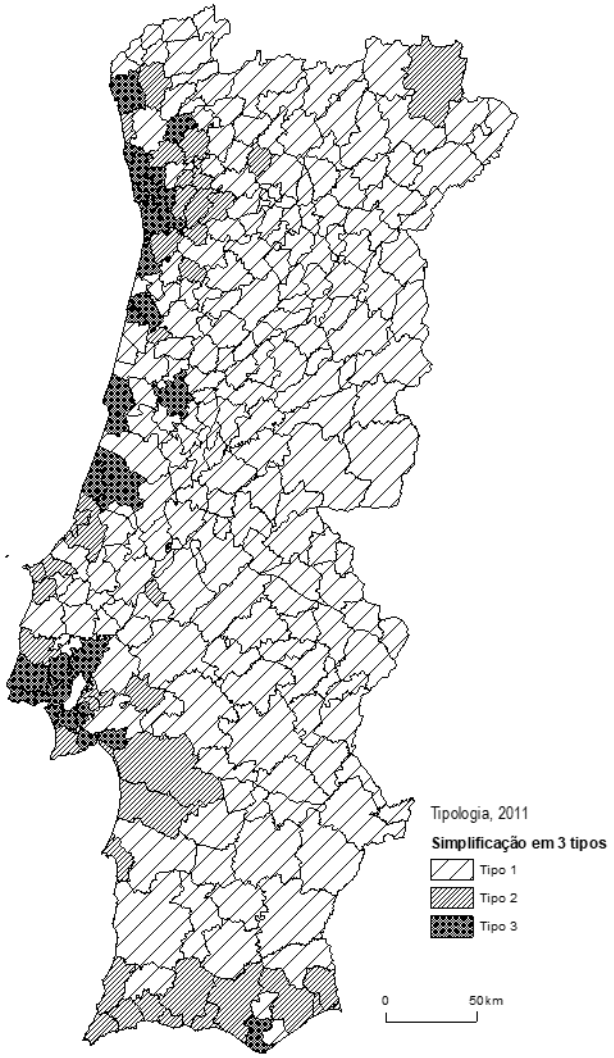
Estes 3 tipos acabam por corresponder a agregações dos anteriores, de tal modo que:

i) o novo tipo 1 agrega o anterior tipo 1, mais o tipo 3 e o tipo 5;
ii) o novo tipo 2, agrega o anterior tipo 2, mais o 4 e o 6;
iii) o novo tipo 3, inclui apenas o anterior tipo 7.

Em termos ainda mais concretos, esta simplificação corresponde a um primeiro tipo que agrega os concelhos, principalmente rurais, onde as segundas residências têm dinâmicas de crescimento menos vincadas, um segundo tipo que engloba os concelhos com mais forte implantação do fenómeno turístico, incluindo aqueles que sendo periurbanos, têm dinâmicas de consolidação e, por último, um terceiro tipo que apenas inclui os concelhos de mais forte desenvolvimento urbano, de facto aqueles onde as segundas residências devem ter uma maior complexidade funcional, isto é, terem usos que podem ir, de forma mais vincada que nos outros casos, para além do recreio e lazer (Figura 78).

A caracterização destes 3 tipos pelos indicadores ilustrativos separados de acordo com cada um dos domínios de análise do IDENTERRA, vai permitir um entendimento mais claro sobre os efeitos e impactes no desenvolvimento local. Na abordagem anterior, o objetivo foi cruzar cada um dos tipos identificados no ponto 7.3 do capítulo II, nas suas relações com esses indicadores. Agora, com esta simplificação, pretende-se estabelecer a ponte com fontes de informação mais detalhada e variada, resultante da observação direta através da aplicação de questionários.

Como nota prévia de caráter geral, salienta-se que no processo de simplificação, ou de redução, de 7 para 3 tipos, se alteram as condições de homogeneidade de cada um dos grupos e, correlativamente, as de diferenciação entre si. Isto é, numa comparação das medidas de estatística descritiva poderá verificar-se que, por um lado, diminuem as diferenças entre os valores médios dos indicadores no tipo no conjunto e, por outro, aumentam os desvios-padrão dentro de cada tipo.



Fonte: elaboração própria

Figura 78 – Tipologia de segundas residências, em 2011, simplificada em 3 tipos

10.5.1. Reconfiguração da tipologia de 2011 -Tipo 1 – segundas residências em meio predominantemente rural

Relativamente ao domínio do ambiente natural (Quadro 67), observa-se:

- Uma maior representação do número de bombeiros por mil residentes em 2018. Este facto, apesar de relevante no seu ajustamento aos riscos de incêndio agrícolas e florestais, também acaba por traduzir o forte papel social das associações de bombeiros, tanto na perspetiva da dinamização dos recursos humanos locais, sobretudo os jovens adultos, como na do apoio a uma população tendencialmente mais rarefeita e

envelhecida.

- Apesar da menor produção de resíduos, a variação dos resíduos urbanos recolhidos por habitante, entre 2011 e 2013, é cerca de 8 p.p. mais baixa que a média geral, o que pode ser consequência, numa primeira abordagem, de duas situações distintas: i) uma menor redução da capacidade de recolha, por parte dos municípios; ii) uma menor redução da quantidade de resíduos produzidos pelos residentes. Mas, apesar de comprovação difícil, também se poderá concluir que a redução de recolha de resíduos face à média geral, se poderá dever a aumentos de produção derivados da utilização das segundas residências existentes nesses concelhos, as quais, apesar da sua mais fraca variação relativa face a 2001, representam uma proporção ligeiramente mais elevada no total de alojamentos familiares clássicos.
- O consumo doméstico de energia elétrica está abaixo da média geral, mas não de forma tão marcada como seria de esperar num contexto mais rural. Isto é, apesar de ser evidente a cada vez maior difusão de padrões de consumo associados à difusão de valores urbanos em meio rural, tanto pelas características dominantes dos residentes, como pelas possibilidades de utilização de outras fontes energéticas, seriam de esperar capitações de consumo doméstico de eletricidade mais baixos. Mais uma vez, isto pode indiciar o resultado da utilização de segundas residências, aquilo que Tullio Romita designa por "il turismo che non appare" (Romita, 1999).
- A densidade de edificado, bem assim como a construção de novos edifícios ou remodelação de outros já existentes, são indicadores que, tanto em termos da situação em 2011, como na evolução para 2019, estão abaixo da média geral. Estes indicadores ilustram uma dimensão da morfologia da paisagem e mostram a sua menor relevância enquanto elementos que a transformam.

Em síntese, algumas dimensões do ambiente natural mostram que este é objeto de menor pressão, sobretudo derivada da existência de menores densidades de ocupação. No entanto, são visíveis sinais que, apesar de ténues, permitem descortinar a influência anual de visitação por parte de segundos residentes.

Quadro 67 – Caracterização do tipo 1 da tipologia simplificada (variável nominal com 203 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores ilustrativos das dimensões do modelo IDENTERRA

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=203)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=203)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edif. principalmente de uso residencial com um aloj. no total dos de uso saz. ou secundário, 2011 (%)	86,739	75,623	10,329	23,290	13,07	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	61,695	53,654	13,306	18,970	11,61	0,000
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	14,032	12,713	3,615	4,034	8,95	0,000
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	6,292	5,275	3,937	3,877	7,18	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	1,699	0,644	4,584	4,814	6,00	0,000
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	7,879	6,675	6,915	6,387	5,16	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença 2011 e 2017	3,386	2,506	3,481	4,686	5,14	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário no total de alojamentos em 2011 (%)	28,826	26,686	11,433	12,798	4,58	0,000
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2018	5,632	4,788	6,780	6,123	3,77	0,000
Resíduos urbanos recolhidos por hab. (kg/ hab.), diferença 2011 e 2013	-28,670	-35,321	39,984	49,590	3,69	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a A. R. (%), 2019	47,872	47,348	5,732	5,778	2,48	0,007
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	18,067	20,267	18,112	20,010	-3,01	0,001
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	23,747	26,447	13,777	20,792	-3,56	0,000
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de resid. emp., 2011	78,039	78,791	5,070	4,912	-4,19	0,000
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, diferença entre 2011 e 2019	0,639	1,023	1,891	2,496	-4,20	0,000
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	7,381	35,973	15,906	174,100	-4,50	0,000
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), 2018	1257,720	1318,680	167,180	370,388	-4,51	0,000
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	6,378	6,643	1,415	1,489	-4,87	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	4,648	5,587	4,127	5,164	-4,98	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,500	0,559	0,269	0,307	-5,34	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	3,468	4,038	2,373	2,602	-6,00	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	15,085	16,353	4,002	5,741	-6,05	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	-0,203	-0,127	0,278	0,338	-6,15	0,000
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2013	398,764	427,541	89,847	124,269	-6,37	0,000
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2019	2,644	3,975	3,029	5,526	-6,59	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	39,852	80,367	83,522	156,028	-7,11	0,000
Alojamentos por km^2 de superfície, diferença entre 2011 e 2019	0,682	2,320	0,823	6,244	-7,18	0,000
Alojamentos por km^2 de superfície do município, 2019	43,217	166,264	37,885	444,331	-7,58	0,000
Densidade populacional (nº de hab./ km²), 2011	71,685	311,248	78,937	862,350	-7,61	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	74,609	80,519	11,669	18,643	-8,68	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	688,912	797,978	128,601	294,849	-10,13	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	18,450	25,948	11,710	17,744	-11,57	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edif. princip. de uso residencial com dez ou mais aloj. no total de aloj. de usos sazonal ou secundário, 2011 (%)	3,118	9,587	4,247	14,343	-12,35	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

Com a agregação em três tipos, o domínio da população/sociedade (Quadro 67), passa a ser caracterizado pela rarefação e envelhecimento da população e, por isso, com maior representação de famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa, maior incidência da emigração, menores níveis, apesar de pouco contrastados face às médias gerais, de assalariamento e de exercício de profissões de direção e, por último, mais fraca representação de população com origem estrangeira, tanto em 2019, como na sua evolução face a 2011.

O domínio da economia (Quadro 67) reflete naturalmente as características tendencialmente mais rurais destas áreas, com maior representação da agricultura e pescas e menor da indústria transformadora, uma maior dependência das contas municipais face às tranferências correntes do OGE, um valor mais baixo da habitação e, por último, também mais baixos rendimentos face ao total nacional, apesar de a sua evolução de 2011 para 2017, ter sido mais favorável nesse âmbito.

Em termos do domínio da cultura (Quadro 67), tal como em todos os outros casos antes analisados, apenas surge o indicador da participação eleitoral, sendo de destacar, apesar dos níveis de abstenção, em 2019, ligeiramente mais elevados que a média geral, uma tendência de agravamento face a 2011 menos vincada que no total dos concelhos.

10.5.2. Reconfiguração da tipologia de 2011 -Tipo 2 – segundas residências em áreas de maior desenvolvimento turístico

Este tipo de segundas residências, localizadas em prédios, em edifícios construídos entre 2001 e 2011 e com elevadas taxas de variação nesse período, apresenta, no domínio do ambiente natural (Quadro 68), características que salientam os seus efeitos na transformação deste, seja pela dinâmica construtiva, seja pelos consumos domésticos de energia elétrica, ambos acima da média nos últimos anos e na evolução de 2011 para a atualidade. Do mesmo modo, é mais volumosa a recolha de resíduos em 2013 face à média geral, mas também mais acentuada a sua redução de 2011 para esse ano, facto que é muito relevante do ponto de vista da proteção ambiental.

Também o número de bombeiros por mil habitantes, em 2018, apresenta um valor médio muito abaixo do global, facto que, tal como já se referiu, pode ser explicado, por um lado, pela menor incidência de fogos e, por outro, pelas economias de escala de operação dos serviços de proteção civil, sobretudo num contexto em que as oscilações de população presente são de grande amplitude (Gaspar et al., 2008).

No domínio da população/sociedade (Quadro 68), surge destacada a representação e a variação, de 2011 para 2019, da população residente estrangeira, bem como a menor representação da emigração e do envelhecimento. Como nota positiva, ainda que pouco contrastada, surgem as profissões de direção e as situações na profissão de patrões ou empregadores. Esta última observação estará relacionada, entre outros fatores, com a capacidade de impulsão empreendedora associada à atividade turística, não só na dimensão HORECA (hotéis, restaurantes e cafés), mas também na da informação e animação turísticas, para além de outras no âmbito das que enformam a respetiva conta satélite[79].

Aliás, o domínio da economia, para além de ser caracterizado por contas locais robustas, menos dependentes de transferências e com mais elevadas receitas derivadas de impostos e taxas, é também marcado pela importância das dormidas na hotelaria, apesar de a variação destas entre 2011 e 2019 se terem reduzido mais que o verificado noutros concelhos. No entanto, relativamente a este último aspeto e tendo em atenção o forte crescimento do turismo verificado a partir de 2015, terão de equacionar-se, ainda que diferidos no tempo, os efeitos resultantes das alterações legislativas que reformataram a oferta de alojamento para turistas[80].

Por último, a variação da taxa de abstenção, em p.p., nas eleições para a AR, entre 2011 e 2019, registou valores mais elevados que a média geral, apesar de o seu valor em 2019 não ter sido suficientemente caracterizador do tipo, ou seja, não se se afastar de forma significativa da média e variância gerais.

[79] As contas satélites têm por objetivo sintetizar o sistema de relações receita/despesa associado a determinadas atividades económicas e sociais (turismo, saúde, cultura, desporto, mar, etc.) em termos do seu contributo para as contas nacionais. Desde o princípio do século XXI que tem aumentado o esforço, por parte do SEN, de uniformizar os critérios de apuramento e a sua compatibilização com o Eurostat das contas relacionadas com estas atividades que apresentam alguma complexidade no âmbito da matriz de coeficientes técnicos (ou de input/output), do tipo xij = xi/xj, onde x é a medida dessa relação (coeficiente técnico) e i e j são determinadas atividades que simultaneamente são produtoras e consumidoras entre si, isto é, o coeficiente xij traduz a relação entre o que é entrada de uma atividade i e o seu peso nas saída j dessa mesma atividade.

[80] O D.L. nº 39/2008, de 7 de março, alterado pelo D.L. nº 15/2014, de 23 de janeiro, e também pelo D.L. 186/2015, de 3 de setembro, redefine o conceito de alojamento hoteleiro, deixando apenas para os estabelecimentos licenciados pelo Turismo de Portugal, IP, o apuramento das dormidas.

Quadro 68 – Caracterização do tipo 2 da tipologia simplificada (variável nominal com 40 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores ilustrativos das dimensões do modelo IDENTERRA

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=40)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=40)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabi-lidade
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	25,078	16,353	6,699	5,741	10,37	0,000
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	53,443	26,447	27,859	20,792	8,86	0,000
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), 2018	1690,690	1318,680	777,721	370,388	6,85	0,000
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), 2013	545,325	427,541	208,513	124,269	6,47	0,000
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, 2019	9,100	3,975	10,607	5,526	6,33	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), diferença entre 2011 e 2019	6,135	4,038	3,170	2,602	5,50	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	39,350	25,948	14,570	17,744	5,15	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	1001,600	797,978	302,612	294,849	4,71	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,763	0,559	0,355	0,307	4,52	0,000
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), em % da população residente total, diferença entre 2011 e 2019	2,670	1,023	4,286	2,496	4,50	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2019	8,808	5,587	5,515	5,164	4,25	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	18,245	9,587	15,793	14,343	4,12	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edif. de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	0,063	-0,127	0,418	0,338	3,82	0,000
Consumo doméstico de energia elétrica por hab. (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), diferença entre 2011 e 2018	157,227	62,236	560,560	240,784	2,69	0,004
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	7,200	6,643	1,368	1,489	2,55	0,005
% de residentes empregados que são patrões ou empregadores, no total de residentes empregados, em 2011	11,375	10,680	2,147	1,935	2,45	0,007
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	96,330	35,973	236,591	174,100	2,37	0,009
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), diferença entre 2011 e 2013	-54,375	-35,321	83,506	49,590	-2,62	0,004
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	4,203	6,675	3,052	6,387	-2,64	0,004
Total de dormidas nos estab. hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, diferença entre 2011 e 2019	-20,760	-0,001	104,184	46,428	-3,05	0,001
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	3,233	5,275	2,249	3,877	-3,59	0,000
% transfe. correntes no total das receitas do município, 2018	-2,063	0,644	4,553	4,814	-3,84	0,000
Alojamentos de uso sazonal ou secundário em edifício principalmente de uso residencial com um alojamento no total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	58,860	75,623	19,146	23,290	-4,91	0,000
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	9,528	12,713	3,086	4,034	-5,39	0,000
% transfer. correntes no total das receitas do município, 2018	36,170	53,654	17,138	18,970	-6,29	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

10.5.3. Reconfiguração da tipologia de 2011 -Tipo 3 – segundas residências em meio predominantemente urbano

Este tipo 3, o qual acolhe, de forma mais significativa, as segundas residências localizadas em prédios e, pela inversa, com menor variação relativa entre 2001 e 2011, menor proporção no total de alojamentos e menor representação das construídas no último período intercensitário.

O comportamento dos indicadores ilustrativos do domínio do ambiente natural, apontam de forma inequívoca para elevadas densidades de edificado, em 2011, e fortes dinâmicas construtivas entre 2011 e 2019, isto é, a sua manifesta artificialização. No entanto, a variação do consumo doméstico de energia elétrica mostra uma redução muito significativa, o que indicia, também de forma inequívoca, o aumento dos níveis de eficiência do seu uso. Tal como no tipo anterior, mas agora de forma ainda mais vincada e com a mesma explicação, assiste-se a uma capitação do número de bombeiros muito abaixo da média geral (Quadro 69).

A muito elevada densidade populacional média, bem como um padrão de emprego onde se salienta o trabalho por conta de outrem e a maior incidência de profissões de direção, a par de uma menor representação dos portugueses emigrantes e das famílias mais indiciadoras do envelhecimento, são os principais traços do domínio da população/sociedade.

O domínio da economia surge neste tipo ilustrado por rendimentos, em 2017, acima do índice 100 do país. Apesar da variação relativamente a 2011 ter sido negativa, tal pode dever-se a variadas razões, desde as questões metodológicas de elaboração do Estudo do Poder de Compra Concelhio (INE, 2019), até à redistribuição dos valores índice, neste caso num contexto de melhoria relativa do poder de compra nos vários municípios. Concomitantemente, registava-se uma forte valorização do mercado imobiliário habitacional, com preços do metro quadrado, em 2019, acima dos 1100 euros e com uma valorização face a 2011 de quase mais 300 euros. A importância do consumo de eletricidade na atividade industrial, a importância das receitas municipais derivadas da coleta de impostos e taxas e as dormidas na hotelaria, são outros dois traços que surgem pela positiva.

Por último, já no domínio da cultura, é de referir que a participação eleitoral é relativamente melhor que a média geral.

Quadro 69 – Caracterização do tipo 3 da tipologia simplificada (variável nominal com 35 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores ilustrativos das dimensões do modelo IDENTERRA

Variáveis/indicadores	Médias na modalidade (n=35)	Médias no total (n=278)	Desvio padrão na modalidade (n=35)	Desvio padrão no total (n=278)	Valor teste	Probabilidade
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial com dez ou mais alojamentos no número total de alojamentos de usos sazonal ou secundário, em 2011 (%)	37,217	9,587	12,348	14,343	12,17	0,000
Densidade populacional (nº de hab./ km²), 2011	1770,350	311,248	1828,410	862,350	10,69	0,000
Alojamentos por km² de superfície do município, 2019	907,674	166,264	953,331	444,331	10,54	0,000
% de receitas de impostos e derramas no total das receitas do município, 2019	54,120	25,948	11,740	17,744	10,03	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, 2017	108,809	80,519	26,459	18,643	9,58	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, 2019	1197,860	797,978	462,233	294,849	8,57	0,000
Valor mediano do m2 de habitação pela avaliação bancária, diferença entre 2011 e 2019	289,514	80,367	252,210	156,028	8,47	0,000
Alojamentos por km² de superfície, diferença entre 2011 e 2019	10,546	2,320	14,440	6,244	8,32	0,000
% de residentes empregados por conta de outrem, no total de residentes empregados, em 2011	82,514	78,791	2,393	4,912	4,79	0,000
Edif. licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, diferença entre 2011 e 2019	0,097	-0,127	0,369	0,338	4,19	0,000
% de população residente empregada que tem uma profissão de direção, gerência ou gestão, 2011	7,543	6,643	1,513	1,489	3,82	0,000
Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, 2018	32,149	20,267	24,435	20,010	3,75	0,000
Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 10000 dormidas a nível do continente, 2019	132,829	35,973	396,270	174,100	3,51	0,000
Edifícios licenciados (novos e renovações) em % do total de edifícios de habitação familiar clássica, 2019	0,674	0,559	0,320	0,307	2,37	0,009
Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, 2018	16,123	19,685	7,558	8,609	-2,61	0,004
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edifícios principalmente de uso residencial construídos entre 2001 e 2011 no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	13,737	16,353	3,797	5,741	-2,88	0,002
Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, 2018	1,486	4,788	2,004	6,123	-3,41	0,000
Consumo domés de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013), diferença entre 2011 e 2018	-82,091	62,236	92,851	240,784	-3,79	0,000
Taxa de abstenção nas eleições para a A. da República (%), 2019	43,760	47,348	3,644	5,778	-3,92	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, diferença entre 2011 e 2018	-2,383	0,644	3,817	4,814	-3,97	0,000
% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, 2019	2,517	6,675	1,824	6,387	-4,11	0,000
Taxa de variação do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário entre 2001 e 2011	11,251	26,447	18,430	20,792	-4,62	0,000
Nº de bombeiros/1000 residentes, 2018	1,714	5,275	0,543	3,877	-5,80	0,000
Índice de poder de compra (País = 100) per capita, diferença entre 2011 e 2017	-1,894	2,506	7,373	4,686	-5,93	0,000
% de famílias unipessoais, com pessoas com 65 anos ou mais, no total de famílias, 2011	8,709	12,713	2,209	4,034	-6,27	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário no total de aloj. em 2011 (%)	12,777	26,686	6,580	12,798	-6,86	0,000
% transferências correntes no total das receitas do município, 2018	27,000	53,654	7,806	18,970	-8,88	0,000
Aloj. de uso sazonal ou secundário em edif. Princip. de uso residencial com um aloj. no total de aloj. de uso sazonal ou secundário, em 2011 (%)	30,311	75,623	13,409	23,290	-12,29	0,000

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

10.5.4. Reconfiguração da tipologia de 2011: notas de síntese

Como foi possível verificar, as segundas residências, apesar de poderem ser agrupadas em tipos de dimensão e expressão variável, acabam por poder ser segmentadas, tendo em conta a agregação antes analisada, em três grandes conjuntos, um dos quais com características inequivocamente rurais e outros dois com características inequivocamente urbanas, ainda que, num caso, se trate da urbanização associada à integração e interação metropolitana e, noutro, da urbanização induzida, não só pelo turismo, mas também pelo progressivo reforço das cidades de média dimensão.

No primeiro grande grupo, o dos territórios mais rurais, entrecruzam-se realidades que associam as resultantes do fenómeno emigratório, a procura efetiva exclusiva de fatores atrativos, sobretudo para práticas de recreio e lazer, e o eventual abandono e deficiente contabilização de segundas residências. Qualquer uma das combinações destas realidades, ficaram expressas, em termos das relações de efeitos entre segundas residências e indicadores ilustrativos, numa valorização ou, pelo menos, proteção do ambiente natural, a par da permanência de problemas demográficos e sociais mas com elevado potencial de transformação, progressão dos rendimentos e das condições de operação dos agentes económicos (entrecruzamento entre os domínios da população e da economia) e, ainda, sinais de alteração cultural que, na ótica do estudo antes conduzido, apontam para cada vez mais elevados níveis de cidadania.

No segundo grande grupo, o dos concelhos mais urbanos e turísticos, misturam-se fenómenos variados, eventualmente discretos, isto é, sem continuidade ou entrecruzamento, e de amplitude e contiguidade territorialmente autocorrelacionada, mas que são o reflexo de duas situações que vectorizamos de duas formas: i) por um lado, as áreas mais urbanas, onde as segundas residências podem, entre outros usos, cumprir funções de apoio ao trabalho ou estudo, para além de também poderem ser um simples meio de investimento das poupanças familiares; ii) por outro, as áreas de maior desenvolvimento turístico, dentro das quais se podem individualizar aquelas que já desde os anos 60 se colocam nesse patamar, por contraponto àquelas que são de desenvolvimento mais recente, porventura mais enquadradas em novas formas de imobiliário turístico que pretendem simular todas as vantagens derivadas da prática dessas atividades, com todas as relações de complementaridade e de impacte, positivo ou negativo, que a elas se associam.

Neste grande grupo, o dos concelhos mais urbanos, o ambiente natural é pressionado por mais elevadas densidades de ocupação, a população apresenta potenciais mais favoráveis, tanto em termos demográficos como das suas ocupações, a economia manifesta-se em maior sanidade e diversidade de atividades e melhores contas municipais e a cultura indicia mais elevados níveis de participação e cidadania.

Como última nota analítica, não pode deixar de salientar-se que, ao contrário do que é normal entender-se, no caso do estudo antes conduzido, para além dos indicadores que contribuiram para a caracterização de cada um dos tipos identificados, interessa também perceber qual a dimensão e o significado daqueles que em nada contribuiram para essa mesma caracterização (Quadro 70). Trata-se de um exercício cuja utilidade terá de ser encarada a partir de dois pontos de vista: i) por um lado, a adequação e pertinência estatísticas da escolha desses indicadores para a análise antes conduzida e, ii) por outro, a relação entre esses indicadores e os efeitos e impactes sobre cada um dos domínios do modelo IDENTERRA.

Como foi referido logo no início desta análise, a propósito das questões metodológicas, a contribuição de cada indicador para a definição de cada um dos tipos, baseia-se numa medida seminal, a qual se relaciona com os padrões de variação de cada um deles pelas unidades de análise, individualmente e em conjunto. Isto é, se considerarmos cada par de unidades de análise, neste caso cada par de concelhos, e observarmos a forma como se distribuem os valores de um determinado indicador, chega-se a uma distância entre esse par de unidades de análise que, de modo mais simples, é determinada a partir do seu afastamento bidimensional, num espaço euclidiano resolvido através de um simples teorema pitagórico. Como é óbvio, perfis mais próximos numa matriz de unidades de análise por variáveis ou indicadores, entre duas unidades de análise, implicam a sua agregação prioritária, colocando-se depois a questão de como ligar esse primeiro par a outra ou outras unidades de análise. Neste passo, coloca-se o problema da estratégia de agregação, isto é, de como medir a distância entre as unidades de análise restantes e esse grupo. É aqui que se estabelecem as maiores confusões práticas. Por um lado, a distância é sempre medida da mesma forma, a qual foi inicialmente escolhida e terá de se manter até ao final do processo e, por outro, as estratégias de agrupamento, ou de opção pela distância a tomar em conta quando se trate de agregar um grupo ou unidade de análise a outros grupos ou indivíduos isolados, podem ser variadas e de compreensão mais ou menos fácil.

Quadro 70 - Indicadores que não ilustram nenhum dos tipos:

	Domínio / Indicador	Média	Desvio padrão
Ambiente natural	Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), 2019	81,38	59,75
	Total das despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.), diferença entre 2011 e 2019	27,17	51,33
	Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, 2017	7,58	31,89
	Superfície ardida em % da superfície total (km2) dos municípios, diferença entre 2011 e 2017	6,61	31,93
	% de edifícios com 1 piso em relação ao total de edifícios recenseados, 2011	42,10	20,74
	Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, 2019	7,14	16,40
	Superfície de áreas protegidas em percentagem da superfície total do concelho, diferença entre 2011 e 2019	0,53	2,92
	Nº de bombeiros/1000 residentes, diferença entre 2011 e 2018	-0,58	1,63
	% de alojamentos familiares clássicos com menos de 50 m^2 de área, 2011	8,89	3,03
Domínio pop./soc.	% de depósitos de emigrantes no total dos depósitos nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, diferença entre 2011 e 2019	1,03	2,03
Domínio da economia	Volume de negócios (€) dos estabelecimentos de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) em % do volume de negócios do total das atividades económicas, diferença entre 2011 e 2018	-1,67	6,45
	% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), 2018	61,66	18,56
	% de crédito à habitação no total do crédito bancário (mil euros), diferença entre 2012 e 2018	1,52	10,60
	Consumo de energia elétrica na agricultura e pescas, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	0,36	4,15
	Consumo de energia elétrica na indústria transformadora, em % do total do consumo, diferença entre 2011 e 2018	0,42	7,71
Domínio da cultura	Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, 2018	6,71	3,66
	Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios em percentagem do total da despesa, diferença entre 2013 e 2018	1,00	4,25
	Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2019	11,46	10,74
	Despesas municipais em Património Cultural, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, diferença entre 2013 e 2019	-1,68	14,20
	Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, 2019	11,31	7,94
	Despesas municipais em Bibliotecas e Arquivos, em % do total das despesas efetivas (correntes e de capital) em atividades culturais, diferença entre 2013 e 2019	-2,94	12,28

Fonte: elaboração própria com dados do INE (www.ine.pt)

A questão do modelo de indicadores escolhido não pode ser vista de forma acabada. Por um lado, é importante a definição prévia de hipóteses que possam ser comprovadas pela variação de determinados indicadores e, por outro, é fundamental dispor das variáveis e dos dados, com a desagregação territorial e os tempos adequados, para que aquele modelo possa produzir os resultados que confirmem as referidas hipóteses. Trata-se de um compromisso que os princípios teóricos, as metodologias e as técnicas disponíveis em cada momento da produção

científica, ajudarão a cumprir, sobretudo em termos do seu sucesso no trilho infindável do caminho da ciência.

Os indicadores que pouco contribuíram para a diferenciação entre grupos, ou seja, aqueles que dificilmente puderam ser responsáveis por variâncias com relações de medida e agregação distintas (reconfiguração das unidades de análise em função das variâncias, conjugadas e isoladas, de distintos grupos de variáveis ou indicadores), são aqui analisados do ponto de vista da sua validade estatística, não como elementos de crítica ao exercício que foi feito, mas sim como contributo para futuras análises baseadas em metodologias semelhantes.

Pode verificar-se pelo Quadro 70 que uma boa parte daqueles indicadores se relacionam com três grandes tipos de informação, tais como, i) aquela que abarca as contas municipais, ii) as variações registadas entre 2011 e os anos mais recentes e, por fim, iii) a informação relativa a fenómenos cuja dependência geográfica não é racionalmente expressiva, como é a questão da definição de áreas protegidas, algumas características do edificado e o funcionamento dos abastecimentos energéticos e mercados financeiros.

Relativamente às contas municipais, terá de se adotar uma mais eficiente classificação das despesas públicas, distinguindo entre os custos operacionais e de investimento. Relativamente à representação de áreas protegidas, ou à extensão das áreas ardidas, ou seja, a todos os indicadores relacionados com o domínio do ambiente natural, detetámos problemas de coleta de dados que o SEN terá de resolver, nomeadamente através de uma mais eficiente ligação entre as normas legais de comunicação de dados e os procedimentos administrativos do ordenamento do território. No respeitante ao significado das variações detetadas entre 2011 e os anos mais recentes, o facto de se ter adotado uma visão de comparação, não em termos de variação percentual, mas sim em termos de variação em pontos percentuais, pode ter introduzido alguma complexidade suplementar na análise, mais favorecedora de uma visão da evolução das transformações individualizadas do que daquelas que poderiam ter resultado de uma visão comparada ou seja, relativizada. Por último, as questões do funcionamento do sistema financeiro, nomeadamente através do crédito concedido para habitação, ou dos consumos energéticos, deixando de parte os consumos derivados de outras energias, constituem-se com elementos que acabaram por introduzir algum ruído analítico nas interpretações potenciais, já que, nem o recurso ao crédito implica uma diferenciação geográfica separativa entre rural e urbano, nem o consumo de eletricidade se constitui, nos tempos atuais, como um elemento diferenciador dos modos de vida.

Deste modo, nem a escolha dos indicadores foi errada, nem a sua interpretação incorreta, já que os resultados obtidos se traduziram em relações que, não sendo discriminatórias dos retratos e dinâmicas dos municípios, no sentido da sua diferenciação, acabam por revelar três grandes eixos de homogeneidade inclusivos das várias dimensões do fenómeno das segundas residências:

1) Um país fortemente condicionado por fenómenos antigos de pobreza e emigração que, mais tarde, materializaram a sua terrafilia através da construção da casa que iria manter a sua ligação ao lugar;
2) um país pobre do ponto de vista das opções de investimento da sua população onde, desde sempre, o investimento em construção e habitação se constituiu como uma opção rendível;
3) segmentos sociais urbanos, ou com raízes no mundo rural, que alimentaram dois tipos de fenómenos: i) a procura de áreas de lazer apetecíveis pelas mais variadas razões; ii) a manutenção das ligações à terra, ancestrais ou não, mas com muito mais elevados níveis de predisposição participativa ou agencial no seu desenvolvimento, ou seja, mais elevados níveis de terrafilia.

11. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA VISÃO INTEGRADA DOS EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

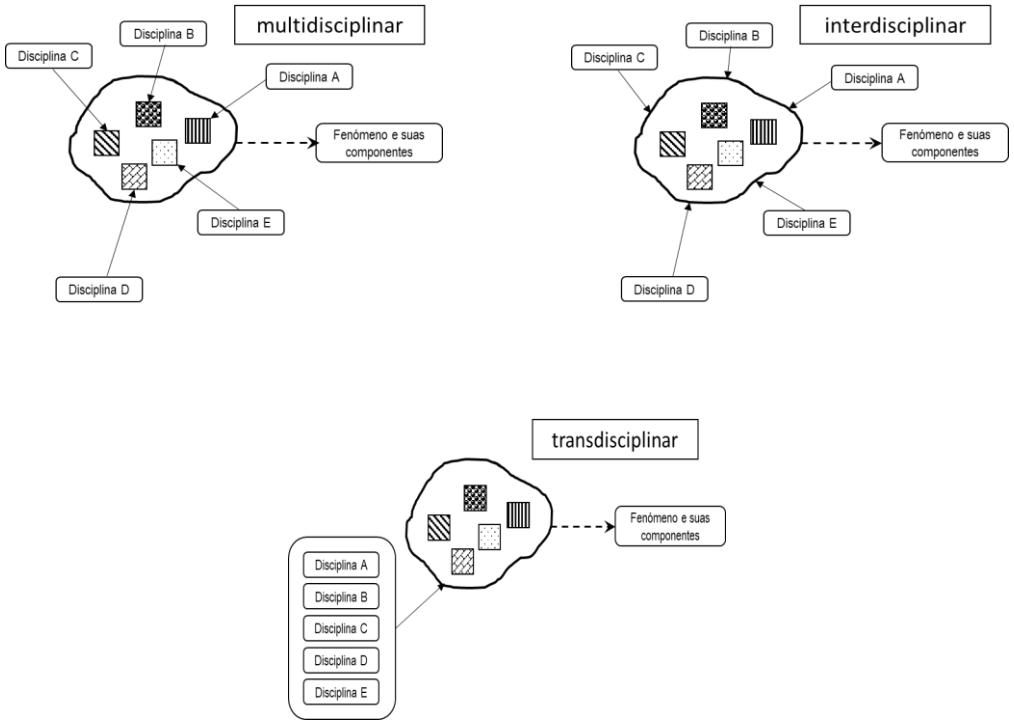
11.1. O ordenamento do território

O ordenamento do território enquanto atividade multi, inter e transdisciplinar (Figura 79), incide naturalmente, como já foi discutido antes, sobre um espaço geográfico onde se verificam relações de poder ou de subordinação face a outras escalas, enquanto componentes dos processos de construção e transformação desse mesmo espaço geográfico.

João Ferrão, ao tratar o território como referencial das intervenções de ordenamento, sintetiza o que Davoudi e Strange (Davoudi & Strange, 2009) identificaram como

> "a influência sucessiva de três filiações intelectuais da teoria das ciências sociais: positivismo, paradigma filosófico sob o qual nasceu a ideia de ordenamento do território (…); estruturalismo, com reduzido impacte efetivo na prática do

ordenamento do território; e (…) pós-modernismo, dominante na atual visão mais estratégica e colaborativa de ordenamento do território" (Ferrão, 2011:52)



Fonte: elaboração própria

Figura 79 - Ilustração das definições de multi-,inter- e transdisciplinar

Sem se querer entrar numa discussão filosófica complexa, a qual aliás não é o objetivo desta dissertação, é de qualquer modo importante enquadrar algumas das principais perspetivas teóricas que, ao longo do tempo, têm orientado o sentido da observação, análise e caracterização da realidade, experienciada ou vivida pela maior parte da humanidade, e consequente produção científica. O positivismo enforma-se na ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento que busca a verdade. Como disse João Ferrão numa palestra organizada pelo departamento de geografia da ULHT[81], se considerássemos um planeta do conhecimento, ele seria constituído por 3 continentes: o continente do senso comum, o continente da metafísica ou esotérico e, por fim, o continente do conhecimento científico. Nesta analogia, os positivistas, por não considerarem os conhecimentos ligados a crenças, superstições, mitos ou qualquer

[81] 1º Fórum de Geografia da Universidade Lusófona, 30 de maio de 2001.

outro que não possa ser objeto de comprovação científica, apenas se preocupariam com a consolidação do 3º continente em termos das suas relações de poder com os outros.

O estruturalismo, encarado do ponto de vista da análise espacial, pode ser resumido como uma abordagem que procura as inter-relações entre os vários elementos que constituem uma dada estrutura. Esta visão sintética encerra outras preocupações que se referem à pré-identificação da estrutura, ao escrutínio dos seus elementos constitutivos e à definição dos sistemas de relações que afetam esses elementos e redefinem a estrutura pré-identificada numa nova definitiva. Trata-se mais de uma metodologia analítica do que propriamente de uma ontologia científica.

A pós-modernidade, do ponto de vista do território e das relações sociais e económicas, corresponde, de forma muito simplificada, a uma visão que coloca na agenda a solução dos problemas criados pela modernidade. Para Anthony Giddens (Giddens, 1991), há uma diferença entre pós-moderno e pós-modernidade, estando o primeiro termo reservado para transformações ao nível da arte e dos comportamentos, e podendo o segundo ter vários significados, tais como

> "[i)] nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os «fundamentos» preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que [ii)] a «história» é destituída de teleologia [ou seja, o estudo dos seus propósitos, objetivo ou finalidade,] e consequentemente nenhuma versão de «progresso» pode ser plausivelmente defendida; e [iii)] que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral" (Giddens, 1991:45-46).

As perspetivas teóricas anteriores, a que João Ferrão chama de "filiações intelectuais" (Ferrão, 2011:52) fundam "as modificações ocorridas nos conceitos de espaço e lugar", as quais, para Davoudi e Strange (*apud* Ferrão, 2011:52) "se refletem em aspetos-chave quer do conteúdo dos instrumentos de ordenamento do território quer dos próprios processos que lhes estão associados" (Ferrão, 2011:53).

O quadro seguinte (Quadro 71) reproduz o que J. Ferrão sistematizou a partir do original de Davoudi & Strange, sendo também relevante, pela ajuda que pode dar no seu entendimento, mencionar um artigo de Davoudi e Pendlebury que organiza de forma muito didática a evolução do ensino e da atividade de ordenamento do território a partir do exemplo do Reino Unido (Davoudi & Pendlebury, 2010).

Quadro 71 – Critérios de análise de conteúdos e de processos na atividade de ordenamento do território: a visão de Davoudi e Strange

Critérios	Perspetivas teóricas		
	Positivismo	Estruturalismo	pós-estruturalismo/ Pós-modernismo
Critérios de análise de conteúdos			
Interpretação de espacialidade	Espaço euclidiano, palco de localização neutro, ciência positivista	Espaço socialmente produzido e consumido	Espaço culturalmente produzido; trialética da espacialidade: espaço percecionado (mental), concebido (social) e vivido (físico)
Conceção de lugar	Lugar como local objetivo, mensurável, cartografável, delimitado, autocontido	Lugar como intersecção múltipla de relações sociais, políticas e económicas e locus de geometrias diversificadas de poder	Lugar como forma particular de espaço, criado através de atividades e imaginação, elemento essencial de manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações, sempre em transformação
Princípios de organização espacial	Distância, direção e ligação; queda de intensidade com a distância; teorias da proximidade	Zonamento funcional	Sobreposição múltipla de fluxos e redes
Entendimento de escala	Hierarquias com delimitações fixas resultantes de movimentos, redes, nós e hierarquias	Globalização predadora da escala local, "lugares sem lugar", ênfase nas questões urbanas	Redes interligadas com fronteiras contingentes, em permanente reconfiguração, sítio de contestação política
Tratamento do tempo	Tempo linear / ordem temporal	Compressão espaciotemporal, destruição do espaço pelo tempo	Tempo como "presente", tempo "real", importância do dia-a-dia
Conceção de futuro	Previsível, alcançável através de planeamento, conhecido e ordenado	Utopia social a conquistar, futuro conhecido e ordenado	Futuro caracterizado por incertezas e riscos, emergindo de formas inesperadas, desconhecido e desordenado
Visualização e representação gráfica	Mapas estáticos bidimensionais, perspetivas fotográficas tridimensionais, modelos computadorizados	Linguagem, mapas bidimensionais	Mapas esquemáticos (infografia) representando fluxos, espaço vivido e descrito pelos seus habitantes e utilizadores, imagens, cenários e narrativas
Critérios de análise de processos			
Papel dos técnicos de planeamento / ordenamento do território	Previsão de tendências de desenvolvimento futuras como base de controlo e de criação de uma ordem/produção de planos	Intervenção social, ativistas comunitários, defesa do "espaço de lugares" contra o "espaço de fluxos", produção de planos "populares" alternativos	Exploração de noções partilhadas de lugar e de entendimentos comuns de espaço, procura de consensos
Conhecimento e competências	Conhecimento científico especializado, competências em modelização quantitativa	*Empoderamento* comunitário, competências de ativista social	Conhecimento especializado e vivencial, competências no domínio da visão estratégica e da mediação
Metodologias de participação	Processos *top-down* de consulta de natureza sobretudo formal	Participação pública, exercício de contraditório	Processos de deliberação participados
Instituições / Governança / Relações de poder	Sistemas de governo hierarquizados e formais, planos vinculativos dos privados, predomínio do conhecimento técnico	Espírito corporativos, poder das estruturas institucionais	Governança multinível facilitadora da ação pública e privada, capacidade de mediação
Implementação	Sistema de comando e controlo através da regulação do uso do solo	Redistribuição de recursos e relocalização de atividades geridas pelo Estado	Implementação através de práticas colaborativas, aprendizagem social

Fontes: Davoudi & Strange, 2009:40-41 *apud* Ferrão, 2011:54

Tal como referido, o quadro anterior é apenas uma sistematização, sendo a prática do ordenamento uma amálgama das diferentes perspetivas teóricas, não só em termos temporais,

como em termos setoriais, isto é, com diferentes aceções conceptuais quando se tratam de aspetos também diferentes, como por exemplo, quando se toma a identidade territorial como um recurso para o desenvolvimento (Z. Roca & Roca, 2007), ou se consideram as características e a densidade do edificado como um fixo espacial incontornável no ordenamento de diferentes qualificações espaciais.

O quadro anterior pode ser lido, em termos do percurso entre positivismo e pós-modernismo, a partir dos seguintes contrastes e dicotomias, em termos da análise de conteúdos da atividade de ordenamento do território: i) do espaço bidimensional de x*y ao multivariado de x*y*z*…*n; ii) do lugar pontual e delimitado ao lugar percebido e sem limites; iii) de uma organização do espaço baseada na distância absoluta a outra baseada em redes e relações de distância relativa; iv) das relações de escala de tipo hierárquico, baseadas em relações de subordinação, à equidade espacial também apoiada por movimentos sociais; v) do tempo linear à temporalidade económica e social; vi) da previsão à classe da incerteza e do risco; vii) dos mapas bidimensionais aos sistemas de informação geográfica. Relativamente aos processos, a transição de uma visão positivista para outra mais pós-moderna, traduziu-se em: i) um papel dos técnicos mais virado para a previsão e orientações de futuro para outro mais colaborativo e preventivo, à escala local, dos problemas globais; ii) das competências quantitativas às estratégicas e de envolvimento das forças vivas; iii) da imposição de regras à negociação de consensos; iv) normativas e orientações hierarquizadas *versus* uma governança local e flexível; v) da subordinação hierárquica à subordinação local partilhada com o nível regional.

Em Portugal, esta transição teórico-metodológica não é linear nem tão pouco nítida e temporalmente identificável. Por um lado, permanecem normativas de classificação e qualificação do espaço que mantêm fortes relações de dependência hierárquica com a administração central e os seus órgãos desconcentrados e, por outro, consolida-se um entendimento da programação em substituição da planificação que acaba com constrangimentos de transferência de regras elaboradas a escalas mais pequenas para aplicação a escalas maiores.

11.2. Ordenamento do território e teorias do Estado

Seja qual for a tendência evolutiva da influência teórica e prática sobre a atividade de ordenamento do território, continua a ser verdade que é o Estado que continua a orientar a organização do espaço, seja na ótica da qualificação dos seus usos (*land use planning*), seja na

da articulação das suas funções (*spatial organization*). Deste modo, interessa fazer uma apresentação simplificada, mas suficientemente robusta, das formas e dos papéis assumidos pelo Estado, enquanto entidade de regulação económica e social.

O Estado, enquanto estrutura de orientação e regulação da vida em sociedade, pode ser encarado de duas maneiras: (i) uma, relativa à sua composição e organização e outra (ii) relativa à forma como age e ao porquê dessa agência. Em termos teóricos, pensamos ser apenas importante enquadrar os aspetos relacionados com a agência do Estado, já que a sua organização interna, pelo menos no caso português, surge naturalmente à medida que se tratam questões mais práticas como o ordenamento do território (Gomes, 2012). De qualquer modo, é importante clarificar que no âmbito das funções do Estado, divididas por autores como James O'Connor (O'Connor, 2002) entre as componentes de investimento, consumo e despesas sociais, o ordenamento do território está incluído no investimento social em termos de capital físico, onde também se acolhe o apoio ao processo de acumulação capitalista. De facto, no âmbito daquilo a que O'Connor designa de investimento social, e que divide entre capital físico e capital humano, incluem-se, por exemplo, funções de infraestruturação do território e de financiamento da educação das populações, o que na visão de muitos outros autores acabam por ser funções de suporte ao processo de acumulação capitalista.

De um modo geral, pode assumir-se que as teorias do Estado se dividem em dois grandes grupos: (i) um, considera o Estado como uma entidade neutra e plural (Saunders, 1983); (ii) o outro grupo considera o Estado como um instrumento e agente de redistribuição (Althusser, 1980:31) (Jessop, 1977; Durán, 1980). Dentro de cada um destes grupos dominam formações teórico-ideológicas diversas.

Raymond Edward Pahl (1935 – 2011), sociólogo britânico que dedicou alguns estudos às questões urbanas, numa obra de referência, "Whose city?" (Pahl, 1975), faz um enquadramento inovador do papel do Estado nos domínios do planeamento e do ordenamento do território tendo por referência a cidade. Ideologicamente o autor substitui a posição dos grupos de indivíduos na estrutura social pela sua posição nos grupos profissionais, e transporta os conflitos sociais para o nível da fruição de serviços e equipamentos urbanos, atribuindo a sua responsabilidade aos "gestores" ou agentes do sistema urbano. Esses agentes podem ser desde "planeadores, assistentes sociais, arquitetos, funcionários dos serviços da educação ou promotores imobiliários" (Pahl, 1975: 207).

Com base naquela ideia, Pahl estabelece um modelo de causalidade do tipo y=f(x), onde x é a atuação dos gestores ou agentes do sistema, de cuja prática resulta um y entendido como a população que pode ter, ou não, acesso aos benefícios do sistema. De facto, Pahl refere que

> "a) existem condicionamentos 'espaciais' no acesso aos recursos e equipamentos urbanos (…); [do mesmo modo que] b) existem condicionamentos 'sociais' [nesse] acesso (…). Estes refletem a distribuição do 'poder' na sociedade e manifestam-se nas regras e procedimentos burocráticos, e nos 'agentes sociais' que participam na distribuição e controlo dos recursos urbanos; c) populações de diferentes locais diferem entre si quanto ao acesso e oportunidades de obtenção dos recursos e equipamentos, devido à sua posição económica ou à sua posição na estrutura profissional. A situação resultante de a) e b) designa-se por sistema socio-espacial ou sócio-ecológico. As populações limitadas no acesso aos recursos e equipamentos urbanos são variável dependente; aqueles que controlam o acesso, os 'gestores' ['managers'] do sistema, são a variável independente; d) daí que o conflito no sistema urbano seja inevitável" (Pahl, 1975: 201)

De facto, tal como refere Margit Mayer (Mayer, 2017:169) "Pahl could show how this 'urban managerialism' produced territorial inequalities and social exclusions, which was a breakthrough for critical urban sociology at the time".

Para Raymond Pahl, a cada vez maior intervenção do Estado em todas as esferas da vida económica e social, conduziu também à cada vez maior importância dos seus agentes na organização socio-espacial. Do apoio ao processo de acumulação capitalista, através da provisão de bens e serviços com taxa de lucro tendencialmente nula e que, por isso, a iniciativa privada não está interessada em promover, o Estado veio a envolver-se na esfera da produção. No entanto, esta era a realidade consolidada nos anos 70 do século XX, a qual se vem a alterar drasticamente com a progressiva liberalização dos mercados que, tradicionalmente, constituíam essa esfera de intervenção do Estado, tais como os transportes e comunicações, sem esquecer as telecomunicações, a radiodifusão e a produção e distribuição de energia, entre outros ramos de atividade económica.

Também convém referir que Pahl "explicitly embraced welfare statism " (Mayer, 2017: 170), talvez pela sua grande experiência em processos de planeamento regional como consultor no domínio da sociologia, mas na mesma época outros pensadores, como Manuel Castells, por exemplo, aprofundavam uma visão mais neo-marxista do mesmo tipo de fenómenos urbanos (Mayer, 2017).

O avanço político ideológico registado a partir dos anos 80 do século XX, muito orientado pela inovação tecnológica que tornou a informação um bem ubíquo, é inegável e, apesar das visões mais recentes que valorizam a ameaça da democracia pelos populismos, o certo é que o mundo em geral registou transformações que ajudaram a fortalecer um Estado mais democrático e mais protetor do bem estar dos cidadãos, pesem embora, objetivamente, os aumentos, relativos e absolutos, das desigualdades de rendimento, entre as pessoas, as regiões, os países, os continentes e as zonas mundiais.

O ordenamento do território, atividade à qual atribuímos uma intervenção de planeamento (preparar ou precaver o futuro) e outra de organização do espaço (ordenar agora o que permanece desorganizado), pode ser executado a diferentes escalas territoriais. Mesmo sendo uma função tradicional do Estado (apesar de em Portugal essa função passar algumas vezes apenas pelo acompanhamento e a fiscalização, como é o caso de alguns Planos de Pormenor), ela pode ser decomposta, de acordo com a própria estrutura concatenada das figuras jurídicas dos vários planos, entre os níveis nacional, regional e local.

Ora, este facto chama a atenção para a necessidade de também enquadrar teoricamente as funções da administração local, enquanto estruturas do Estado que exercem o poder a essa escala. Em primeiro lugar, convém explicitar que a expressão comummente utilizada de "poder local" ou de "estado local" (do inglês "local state") é uma mistura de dois conceitos de natureza diferente. O conceito de "Estado" é claramente uma categoria teórica, pois permite diferentes visões filosófico-ideológicas sobre as suas origens, desenvolvimentos, estruturas, organização, objetivos, etc., enquanto "Local" é uma categoria empírica, pois apenas se pode questionar a que escala se refere, isto é, trata-se apenas da concretização prática de uma categoria relativa à segmentação do espaço geográfico. Deste modo, torna-se evidente que uma teoria do "poder local" não é independente ou diferente da teoria do "Estado", apesar de alguns autores, como Isabel André[82], atribuírem ao "poder local" uma função fundamental na absorção dos conflitos sociais derivados do processo de acumulação capitalista.

Se as teorias do Estado também podem ser aplicadas ao poder local, então pode colocar-se a questão da independência entre as duas escalas (poder central ou nacional e poder local). Numa visão mais liberal, são as relações de natureza funcional (organização, competências e

[82] Isabel André (1956-2017) elaborou a sua dissertação de mestrado, a qual não se encontra publicada, tendo como título "O poder local em Portugal: eleições e eleitos".

resultados dos vários níveis) que são valorizadas. Numa ótica estruturalista são as relações entre a formação social e o Estado que merecem maior atenção. Independentemente da visão que se adote, não restam dúvidas de que no nível local, em Portugal, têm-se registado as seguintes evoluções:

- Instituição das autarquias após a revolução de abril de 1974 (artigos 235 e 236 da Constituição Portuguesa de 1976); convém lembrar que até 1975 não existiam eleições livres que legitimassem os órgãos da administração local;
- Autonomia do poder autárquico consagrada na Constituição, no seu artigo 6º onde se explicitam os princípios da "autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública";
- Progressiva passagem de competências do poder central para o poder local, nomeadamente nos domínios considerados como da esfera do investimento e da reprodução sociais (educação, infraestruturas, habitação, planeamento e ordenamento do território); veja-se, a este propósito, a Lei 75/2013, de 12 de setembro, onde se define o regime jurídico das autarquias locais;
- Tendência de diversificação qualitativa dos investimentos do poder local, começando pela infraestruturação básica, em 1974, e continuando atualmente na cultura e no apoio ao associativismo, por exemplo;
- Oportunidade e capacidade de mobilização de financiamentos da UE, os quais suportaram em grande medida o esforço de infraestruturação básica das primeiras décadas de poder autárquico;
- Estabilização do sistema de financiamento do poder local, não só através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (solidariedade intermunicipal gerida pelo estado central), como pela possibilidade de gerar receitas próprias (imposto municipal sobre imóveis, por exemplo) ou de contrair empréstimos junto do sistema financeiro;

Esta evolução tem de ser enquadrada em três tipos de condicionalismos. Por um lado, logo à partida, surgem (i) os condicionalismos geográficos - A interferência da distância (absoluta ou relativa) na formatação das relações de poder (tanto de dominação, como de subserviência), apesar de atualmente ser menos importante, já foi sobremaneira relevante; e tratam-se, não só das distâncias aos centros de poder, mas também daquelas que enformam os territórios municipais. Em segundo lugar, podem considerar-se os (ii) condicionalismos

políticos, os quais se referem, não só à estruturação interna do poder municipal (organização administrativa, procedimentos burocráticos e hierarquias de responsabilização), mas também à integração do poder autárquico em redes de relação exteriores ao aparelho político local, seja relativamente à administração central ou aos seus órgãos desconcentrados, seja ainda em relação aos constituintes do sistema político não administrativo, como por exemplo os partidos. Por último, pode considerar-se o (iii) condicionalismo económico e financeiro, o qual é sobretudo representado pelas relações de posição na estrutura de subsidiariedade do País, a qual também varia em função das ideologias mandantes, mas também, em acréscimo, pela capacidade de geração de receitas próprias e de endividamento.

Cada um destes condicionalismos afeta, mas não de modo determinante, em termos teóricos e práticos a autonomia do poder local face ao Estado ou "administração central", nuns casos porque interferem com as condições objetivas de geração de riqueza e mobilização de recursos naturais, noutros porque afetam a maior ou menor facilidade de integração em sistemas de relações de poder (aquilo a que Pahl designava de "managerialism") e, por fim, porque influenciam quase de forma determinante a sua integração em relações de dependência ou subserviência face ao próprio Estado ou ao sistema bancário e financeiro, para além da sua capacidade de atração de investimentos e de geração de rendimentos.

Tal como refere João Ferrão, assiste-se, desde os anos 80 do século XX, a uma reformulação do papel do Estado, passando-se de uma lógica de governo, para uma outra, de governança, pelo que "à descentralização modernizadora juntam-se, agora, processos pós-modernos de interação entre (…) [ele e as] organizações representando as visões do mercado e da sociedade civil, e cidadãos em geral" (Ferrão, 2011:59).

Esta visão pós-moderna do papel do Estado, não se reflete, em Portugal, na prática, num ordenamento do território mais participado, mais descentralizado, mais estratégico e mais flexível. Estas palavras-chave, de qualquer modo, vêm-se traduzindo em aceções de caráter regulamentar que, até certo ponto, obscurecem o real significado da prática desta atividade. Por um lado, a participação pública, apesar de intercalada nos prazos e procedimentos da elaboração e da aprovação dos planos, acaba por ser um pró-forma de fraca expressividade real. Muitas vezes, limita-se à incorporação no relatório final dos resultados dessa auscultação. Por outro lado, a descentralização dos processos de ordenamento do território, é mais uma desconcentração de competências, do que propriamente uma transferência de responsabilidades autonomizadas. Isto é, por exemplo, apesar de ter sido atribuído um papel menos subserviente

ao poder local na elaboração dos seus planos diretores municipais, a verdade é que a vinculação a interpretações, por vezes mais ou menos aleatórias, de cada um dos organismos desconcentrados da administração central, acaba por anular a boa vontade legislativa, num contexto em que legislação e normas procedimentais não estão propriamente em sintonia[83]. Por último, estratégia e flexibilidade, são conceitos, por vezes, mal entendidos, ou porque não existe uma cultura de visão prospetiva do futuro, ou porque não se aproveitam as vantagens tecnológicas da monotorização associadas às tecnologias de informação geográfica.

Os planos, sobretudo os planos diretores municipais, continuam a ser instrumentos de complexa elaboração, de fraca autonomização face ao poder central, de inflexível regulação e, por isso tudo, de questionável contributo para o desenvolvimento local, a não ser nas vertentes mais possibilistas de proteção do ambiente natural, da oferta de espaços infraestruturados para a localização de atividades económicas e do acolhimento de investimentos turísticos, ainda que sob a forma de "resorts".

11.3. Ordenamento do território, sistema de planeamento e plano diretor municipal

O Ordenamento do Território não é uma disciplina científica (Ferrão, 2011:67), mas é uma atividade inter, multi e transdisciplinar, organizada e regulada pelo Estado. Quer isto significar que para a consecução desta importante tarefa do Estado e dos entes públicos é exigido o contributo de um conjunto de domínios de conhecimento aptos a traduzir, em instrumentos próprios, o estado atual e a previsão futura dos condicionalismos e potencialidades, oportunidades e ameaças que poderão incidir sobre um dado território e, naturalmente, sobre a situação dos cidadãos que sobre esse território detêm direitos de vida, tanto na relação com as suas experiências ou vivências, como na da condução das suas atividades e de manifestação da sua cidadania.

[83] Um exemplo ilustrativo prático desta afirmação pode ser encontrado, por exemplo, na relação entre a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Trata-se aqui de um confronto entre as restrições à classificação do solo como urbano, no âmbito de um plano diretor municipal, e a versatilidade dos critérios que podem ser usados nessa classificação (solo urbano ou solo rústico). Neste exemplo, os critérios da regulamentação (de 2015), são ultrapassados pelas disposições da Lei (de 2014), na interpretação de algumas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

A execução daqueles instrumentos é uma tarefa fundamental do Estado, que no contexto português visa definir a ocupação do território e, por essa via, dar-lhe estrutura, utilidade económica e social, e alinhamento com as grandes estratégias e desígnios nacionais.

O *Sistema de Gestão Territorial* procede a um elaborado equilíbrio entre competências da administração central e da administração local, considerando o âmbito e as atribuições de uma e de outra em função da matéria e do território, pondo ao serviço de cada um dos níveis os instrumentos de planeamento e de gestão que reputa de mais apropriados.

Por motivos de ordem constitucional e opção política, e orientado por um vincado princípio de subsidiariedade na ação da administração do Estado, o referido sistema confere uma grande importância às atribuições e competências de nível local, fazendo emergir o Plano Diretor Municipal como alicerce principal do planeamento do território, e como tal fundamental para a realização dos fins do sistema no seu conjunto. De facto, se até à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, as políticas públicas de ordenamento do território se repartiam pelas várias escalas da organização administrativa do país com o mesmo caráter vinculativo dos particulares e com uma lógica de subordinação organizada em torno das escalas de intervenção, a partir dela procedeu-se:

> "… a uma reforma estruturante, tanto do ponto de vista dos conteúdos, no sentido de definir um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo, como do ponto de vista do seu sistema jurídico, com objetivo de traduzir uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de política de solos, entendidos como os instrumentos por excelência de execução dos planos territoriais.
>
> Constitui objetivo daquela lei o enriquecimento do sistema de gestão territorial através da distinção regimentar entre programas e planos, com fundamento na diferenciação material entre, por um lado, as intervenções de natureza estratégica da administração central e, por outro lado, as intervenções da administração local, de caráter dispositivo e vinculativo dos particulares. Assim, os instrumentos da administração central passam a designar -se programas, no sentido de reforçar o seu caráter de meio de intervenção do Governo na tutela de interesses públicos de âmbito nacional e regional." (preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio)

Deste modo, o planeamento à escala nacional e regional passa a ter uma configuração estratégica de caráter orientador, isto é, passa a ter conteúdos e funções programáticas, enquanto ao nível local se elaboram os planos com caráter regulamentar e vinculativo, à semelhança do que já existia antes. Isto é, enquanto os programas vinculam as entidades públicas, os planos

vinculam estas e os particulares. O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, vem exatamente definir os novos instrumentos de gestão territorial, dos quais o Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal. Assim, é sobre este tipo de plano que nos debruçaremos, dado também ser através dele que se podem analisar as manifestações e os efeitos das segundas residências sobre o desenvolvimento local, ou seja, sobre o ordenamento do território e a criação de condições objetivas para a melhoria das condições de vida dos residentes.

O Sistema de Gestão Territorial assenta e manifesta-se, formalmente, em instrumentos essencialmente jurídicos, sejam eles os diplomas legais que o definem, ou os instrumentos de gestão territorial que o concretizam. Em Portugal, já nos anos 80 do século XX se tenta disseminar a prática de ordenamento dos territórios municipais, primeiro através da facultatividade e, com a entrada na Comunidade Europeia, através da obrigatoriedade. Margarida Pereira e Fernando Nunes da Silva, bem assim como José Manuel Simões, são alguns dos autores que sistematizam essa evolução (Pereira & Siva, 2008; Simões, 2007).

O enquadramento jurídico do Plano Diretor Municipal assenta sobre um conjunto normativo alargado, beneficiando de um suporte constitucionalmente expresso que sucessivamente se completa pela já referida Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), que passaremos a designar apenas por lei dos solos, pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), e ainda pelo normativo referente à constituição, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Elaboração (ou da revisão) do Plano Diretor Municipal, aos conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, aos critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo (categorias relativas ao solo rústico e urbano aplicáveis a todo o território nacional), à regulamentação referente à avaliação ambiental de planos e programas, ao dispositivo normativo sobre as Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais, e ao aplicável no que importa a servidões e restrições de utilidade pública.

A quantidade de legislação paralela que é necessário conhecer e aplicar na elaboração de um PDM é vultosa e de âmbito tão variados como, por exemplo, a identificação de cada uma das servidões e restrições de utilidade pública, até à normativa de elaboração daquilo a que pode chamar-se de subplanos, tais como a carta educativa, o plano rodoviário municipal e a carta arqueológica. De entre essa legislação essencial para a operacionalização do Sistema de Gestão Territorial, destaca-se a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a conhecida Lei das Autarquias

Locais onde se define o regime jurídico destas, se aprova o estatuto das entidades intermunicipais, se estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Não sendo o objetivo proceder aqui a uma qualquer avaliação das alterações legislativas ocorridas ou requerer outras que poderiam ser acolhidas, mas antes proceder à sua descrição e entendimento, podem destacar-se três linhas de força relativas ao Plano Diretor Municipal: (i) em primeiro lugar, pretende o legislador que ele passe a agregar todas as disposições que importem aos indivíduos ou organizações particulares em matéria de urbanismo, planeamento e ordenamento do território, mesmo que originárias e/ou previstas noutros instrumentos de gestão territorial, designadamente nos programas e planos de âmbito nacional, regional, especial ou sectorial; (ii) em segundo lugar, aspira-se com a agregação formal de conteúdos no PDM alcançar não apenas a sua manutenção como pedra basilar do planeamento nacional, mas também permitir ao cidadão que através de um único instrumento público seja conhecedor de toda a regulamentação destinada a definir a sua situação perante o território; (iii) por último, são também de relevar os esforços de desmaterialização e de facilitação do acesso, também por parte dos cidadãos, aos seus conteúdos disponíveis em rede, com o objetivo, não só de informar, mas também de agilizar os procedimentos pertinentes.

O legislador não foi parco nem nos objetivos, nem nos requisitos fixados ao Plano Diretor Municipal. Esta é uma tendência que se vem verificando ao longo da relativamente curta história do planeamento, do ordenamento do território e do urbanismo nacional, mas que ganha agora um novo fôlego dadas as mais recentes alterações legislativas já referidas. Apesar de continuar o seu caráter regulador, o PDM é agora também encarado como um instrumento concretizador de uma estratégia de desenvolvimento tendo por base a escolha de um modelo territorial que possa justificar as opções urbanísticas e de definição de usos do solo. Trata-se de uma lógica de pertinência e de coerência entre os objetivos e as metas de desenvolvimento e a organização espacial mais consentânea com essas diretrizes.

De facto, a definição da rede urbana municipal, a classificação dicotómica do solo entre rústico e urbano, a demarcação dos perímetros urbanos das localidades tendo por base critérios de qualificação do solo e a ocupação já existente, bem assim como a expressão territorial das várias condicionantes que podem afetar essa qualificação, acabam por ser os conteúdos materiais mais relevantes do PDM. Na essência, estes conteúdos acabam por traduzir a prática associada à expressão "land use planning" referida por João Ferrão, já que "corresponde a um

entendimento em que o ordenamento do território tem como principal missão a regulação do uso e transformação do solo" (Ferrão, 2011:38). Isto é, apesar de a legislação aparentar querer introduzir uma visão mais estratégica[84], mais flexível[85] e consensualizada[86] sem pôr em risco a autonomia municipal (novas regras de intervenção das entidades representadas na comissão mista de acompanhamento dos planos), a verdade é que a perspetiva de ordenamento associada à expressão "spatial planning" ou "strategic spatial planning" (Davoudi & Strange, 2009:13) e que João Ferrão traduz na ideia de que "o ordenamento do território é crescentemente encarado como uma forma de governança, considerada particularmente adequada à complexidade e pluralidade de atores, interesses e valores presentes nas sociedades ditas pós-modernas" (Ferrão, 2011:39), ainda não está suficientemente integrada e agilizada nos processos e nos produtos do ordenamento associado aos PDM.

Mesmo entendendo o PDM sobretudo como um instrumento de regulação houve, desde os anos 80 do século XX até hoje, alterações positivas que merecem ser destacadas, tais como: (i) a possibilidade de, pela integração nos seus conteúdos das normas dispersas por outros vários instrumentos de outras ordens e grandezas, permitir ao particular ter num único documento esse conhecimento; (ii) a formulação de indicadores destinados a sustentar a sua avaliação e monitorização e de cujos resultados passam a depender diretamente os processos associados à sua alteração ou revisão; (iii) a inclusão de um plano de sustentabilidade urbanística a integrar o programa plurianual de investimentos municipais na execução, na manutenção e no reforço das infraestruturas gerais e na previsão de custos gerais de gestão urbana.

No entanto, os conteúdos do PDM têm vindo a complexificar-se, de tal modo que até alguns autores falam, como já se referiu, de um plano contendo outros planos. De facto, o PDM deve identificar um conjunto alargado de temas e de elementos, tais como:

i) as áreas afetas à defesa nacional, à segurança e à proteção civil, bem assim como as redes de estruturas, de infraestruturas e dos sistemas indispensáveis à defesa nacional, e o conjunto dos equipamentos, infraestruturas e sistemas que asseguram a segurança, a proteção civil e a prevenção e minimização de riscos;

[84] Justificação do modelo territorial adotado, por exemplo.

[85] Capacidade de mudança da classificação do solo através de plano de pormenor ou de urbanização, por exemplo.

[86] Novas regras de intervenção das entidades representadas na comissão mista de acompanhamento dos planos, por exemplo.

ii) os recursos e valores naturais;
iii) as áreas perigosas e as áreas de risco;
iv) as áreas agrícolas e florestais;
v) as áreas de exploração de recursos energéticos e geológicos;
vi) a estrutura ecológica;
vii) o património arquitetónico, arqueológico e paisagístico;
viii) o sistema urbano;
ix) a localização e a distribuição das atividades económicas;
x) as redes de transporte e mobilidade;
xi) as redes de infraestruturas e equipamentos coletivos;
xii) os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território;
xiii) as medidas de política e os limiares mínimos e máximos de utilização que garantem a renovação e a valorização do património natural.

De entre as temáticas elencadas, salientam-se algumas que merecem algum detalhe, dada a sua importância na estruturação do território nacional. Por um lado, salienta-se a identificação dos recursos e valores naturais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental, isto é, os recursos territoriais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade. Por outro, valoriza-se a componente do "risco", impondo-se a identificação e delimitação das áreas perigosas e de risco, devendo neste caso serem estabelecidas as regras e as medidas para a sua prevenção e minimização. Estes dois grandes temas acabam por estar incluídos na definição de uma servidão fundamental, a Reserva Ecológica Nacional. No que concerne às áreas afetas a usos agrícolas, florestais e pecuários o PDM deve, entre outras, identificar as que sejam de integrar na Reserva Agrícola Nacional, outra servidão e restrição de utilidade pública que tem o objetivo fundamental de proteger as áreas com ocupação agrícola ou que apresentem um potencial de uso relevante, tanto em termos da qualidade dos solos, como da sua capacidade de uso respeitando mais recentemente critérios internacionais.

A já referida lei dos solos e o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, abordam também a questão das relações entre os instrumentos de gestão territorial de diferentes escalas geográficas acima do nível local e a forma como se articulam os planos de escala municipal com estes. As normas estabelecidas relativamente a este assunto, podem ser resumidas da seguinte forma:

- O programa nacional da política de ordenamento do território, os programas setoriais e os programas especiais prosseguem objetivos de interesse nacional e estabelecem os princípios e as regras que devem ser observados pelos programas regionais, os quais, juntamente com os programas regionais, traduzem um compromisso recíproco de compatibilização das respetivas opções;
- A elaboração dos programas setoriais e especiais é condicionada pelas orientações definidas no programa nacional de política de ordenamento do território;
- Os programas regionais prosseguem os objetivos de interesse regional e respeitam o disposto nos programas territoriais de âmbito nacional e definem o quadro estratégico a desenvolver pelos programas e pelos planos intermunicipais e municipais;
- Os programas e os planos intermunicipais, bem como os planos municipais devem assegurar a programação e a concretização das políticas com incidência territorial que estiverem plasmadas nos programas territoriais de âmbito nacional ou regional;
- Os planos territoriais de âmbito municipal devem atender às orientações definidas nos programas intermunicipais preexistentes;
- A existência de um plano diretor, de um plano de urbanização ou de um plano de pormenor de âmbito intermunicipal exclui a possibilidade de existência, na respetiva área de abrangência, de planos municipais do mesmo tipo, sem prejuízo das regras relativas à dinâmica de planos territoriais;
- O plano diretor municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais;
- Sempre que entre em vigor um programa territorial de âmbito nacional ou regional é obrigatória a alteração ou a atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal que com ele não sejam conformes ou compatíveis.

As normas elencadas, permitem distinguir um conjunto de orientações que, na prática, são por vezes dificilmente concretizadas, apesar de na atualidade já não se verificar o desequilíbrio que perdurou por algumas décadas entre a elaboração de planos a escalas de nível

inferior que deveriam respeitar regras de planos de nível superior mas que ainda não tinham sido elaborados, conduzindo, no sentido da harmonização do sistema, a um esforço suplementar. Assim:

Diferenciação entre planos e programas: *da política pública à vinculação dos particulares* - A distinção entre programas e planos, de modo a haver uma diferenciação efetiva entre as intervenções de natureza estratégica (escalas regional e nacional) e as de caráter dispositivo e vinculativo dos particulares (escala local); garantia prática das obrigações subordinantes e subordinadas através do princípio da prevalência cronológica uniforme, com a obrigatoriedade de atualização e adaptação dos planos e programas.

Articulação de estratégias: *da subordinação entre escalas à cultura de acompanhamento e avaliação* - Articulação das estratégias de ordenamento territorial, determinadas pela prossecução dos interesses públicos com expressão territorial, impondo ao Estado, às entidades intermunicipais e às autarquias locais, o dever de coordenação das respetivas intervenções; elaboração, aprovação, alteração, revisão, execução e avaliação dos programas e dos planos territoriais obrigando à identificação, à ponderação e à compatibilização dos projetos já em curso ou previstos.

Articulação funcional: *da prossecução do interesse público ao respeito pelas atribuições e competências dos diferentes níveis de poder* - Obrigação de atuação coordenada entre as várias entidades da Administração Pública, tendo em vista o desenvolvimento nacional, regional, sub-regional e municipal, viabilizadora de soluções de compatibilização expedita entre programas e planos territoriais; o Estado e os municípios têm o dever de promover, de forma articulada entre si, a política de ordenamento do território, garantindo o respeito pelas respetivas atribuições, o cumprimento dos limites materiais impostos à intervenção dos diversos agentes e a definição, em função das estruturas orgânicas e funcionais, de um modelo de interlocução que permita uma interação coerente em matéria de ordenamento territorial.

Neste contexto de alguma melhoria relacional, procedimental e de conteúdo aplicável a todo o sistema de ordenamento do território, os PDM continuam a ter, na prática, como objetivo último, e como já foi referido, um carácter disciplinador e regulador da ocupação do solo municipal, tanto nas áreas rurais de solo classificado como rústico, como nas áreas urbanas, de solo naturalmente classificado como urbano, isto é, continuam a assumir uma materialidade de "land use planning", expressa através de uma carta de ordenamento, uma carta de condicionantes e um regulamento.

Estas observações, aqui apresentadas de forma muito sintética, poderiam ser inócuas se não se esquecesse uma característica fundamental das regras, métodos e práticas de planeamento e ordenamento do território que são aplicadas no exercício da atividade, tanto em termos técnicos, como políticos. Por um lado, apesar da vertente estratégica, as pessoas são muitas vezes encaradas como um recurso que, mesmo quando escasso, não é muito relevante para a definição daquelas regras[87] e, por outro, em contraponto a esta constatação, é o edificado que comanda a aplicação dessas mesmas regras, seja do ponto de vista da definição dos aglomerados urbanos e seus perímetros, seja do da definição de diferentes formas de povoamento, mesmo que isso não implique a alteração da classificação do solo. Ora, é neste enquadramento que se deve equacionar a importância das segundas residências para o planeamento e ordenamento do território. Por um lado, enquanto determinantes da definição das manchas urbanas e, por outro, enquanto condicionantes do planeamento da adequação de infraestruturas e equipamentos municipais.

11.4. Uma aproximação às relações entre segundas residências e ordenamento do território

11.4.1. O edificado como principal critério de definição das áreas urbanas

Na continuada prática de ordenamento do território em Portugal, até 1974 visto sob uma lógica de aproximação ao planeamento urbano, mas já desde 1967 encarado como uma forma de estruturação do futuro de áreas mais vastas, tal como perspetivado no Plano Diretor da Região de Lisboa (C. N. Silva, 1994), a edificação sempre foi a principal preocupação, não apenas enquanto realidade detetável, mas também enquanto realidade alterável pela sua expansão. Significa isto, tal como já se referiu antes, que o planeamento territorial, enquanto método do ordenamento do território, tem tido mais em conta a questão do edificado do que da população.

A relação entre população e habitação ou alojamento, ou seja, entre construção habitacional e pessoas ocupantes utilizadoras, é tida normalmente como óbvia, mas não só as

[87] Por exemplo, no caso das cartas educativas, assiste-se muitas vezes à manutenção de estabelecimentos escolares com um reduzidíssimo número de alunos (6, nos 4 anos do 1º ciclo do ensino básico, por exemplo), apenas porque politicamente é essa a opção da autarquia, pressupondo-se que existe uma elasticidade suficiente no orçamento que possa acolher tal decisão.

segundas residências, como outras formas pós-modernas de utilização da casa, introduzem novos vetores de análise e de explicação dessa relação. Isto é, a relação tradicional de um alojamento e uma família, enquanto tradução clássica do princípio do fogo, deixa de fazer sentido quando se instalam novas formas de família e de habitar. Esta é uma realidade que o ordenamento do território, enquanto política pública e atividade profissional, terá de incorporar.

Para além das segundas residências com utilização efetiva, mais ou menos regular e mais ou menos frequente, existem também aquelas que, sendo de proprietário conhecido, por não se encontrarem no mercado de venda ou aluguer, são recenseadas como tal (Cf. capítulo II), apesar de não terem qualquer utilização. Este imobiliário abandonado é visível em todas as vilas e aldeias nacionais. Apesar da sua aparente inutilidade, ele não deixa de determinar uma classificação do solo como urbano, introduzindo uma injustiça urbanística face a outras situações onde, por exemplo, até se podem não respeitar os critérios de afastamento entre as construções (normalmente definidos nos programas regionais de ordenamento do território), mas onde o edificado tem uma utilização continuada e sustentadora da fixação de recursos humanos nessas áreas.

Essencialmente, o que a nova lei dos solos vem determinar é, sobretudo, o fim das chamadas áreas urbanizáveis, para além de uma maior restrição na classificação do solo urbano, mas também uma maior flexibilidade na ocupação do solo rústico, a qual também de reflete numa possibilidade constante de reclassificação, desde que se concretizem ações efetivas, e temporalmente restringidas, de ocupação urbana devidamente enquadradas em plano de urbanização ou plano de pormenor.

Para a orientação da aplicação daquela lei, vem o Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto, definir um conjunto de critérios que ajudem a interpretar o sentido da classificação do solo como urbano, em conjugação com as normas constantes no respetivo Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), ainda eventualmente em vigor[88]. O Quadro 72 sistematiza esses critérios, com base no exemplo de aplicação das normas do PROT-Oeste e Vale do Tejo.

[88] Eventualmente porque, como se referiu antes, o nível regional passou a ser orientado por um programa de política e não por um plano/carta que algumas vezes era interpretado como vinculativo, mesmo em termos cartográficos conduzindo, por isso, a erros grosseiros de transposição de cartografia a pequena escala (normalmente 1:100.000) para escalas maiores, como por exemplo o 1:10.000, no caso dos PDM, ou do 1:5.000 ou 1:1.000, nos casos dos planos de urbanização e de pormenor, respetivamente.

Quadro 72 – Critérios de classificação do solo urbano segundo o D.R. 15/2015, de 19 de agosto e as diretrizes do PROT-Oeste e Vale do Tejo

Critérios	Sub-critérios
Inserção na rede urbana do concelho, com base na estratégia de desenvolvimento municipal definida em PDM (1)	
Inserção na rede urbana do concelho, suportada por uma rede de equipamentos e serviços adequados (1) (3).	
Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação (2)	
Disponibilidade de infraestruturas básicas completas (1) (3).	Sistemas de transportes públicos ou contribuição para a mobilidade sustentável (1)
	Abastecimento de água (2)
	Saneamento (2) (3)
	Energia (2)
	Telecomunicações (2)
Áreas urbanas consolidadas	Concentração de edificações destinadas a residência e/ou funções e usos urbanos, afastadas entre si a menos de 50m
	Densidade superior a 7 fogos/ha
	Mínimo de 80 fogos (4)
Expansão da área urbana apenas nos casos em que o somatório das áreas urbanizadas consolidadas e comprometidas (segundo os critérios do Anexo II) atinja os 70% do total (não contabilizando as áreas da estrutura ecológica urbana) (PROT-OVT)	
Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas, segundo os critérios do Anexo II (PROT-OVT) (5)	
Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial (1)	

(1) PROT-OVT e D.R. 15/2015, de 19 de agosto.
(2) Formulação que surge apenas no D.R. 15/2015, de 19 de agosto
(3) "devem ser adotadas soluções apropriadas às características e funções específicas de cada espaço urbano" (parágrafo 4 do artigo 7º do D.R. 15/2015, de 19 de agosto).
(4) "passíveis de ajustamento em função da estrutura de povoamento do concelho" (anexo II do PROT-OVT, 2009)
(5) "os limiares máximos da expansão dos perímetros urbanos podem ser aferidos para o total do concelho" (PROT-OVT).

Fonte: elaboração própria

Como se pode observar no Quadro 72, os critérios para a definição dos espaços urbanos (perímetros dos aglomerados acima do nível de aglomerado rural, para os quais se mantém uma classificação de solo rústico) estão suportados em noções de densidade e articulação funcional e oferta de serviços públicos, nomeadamente os baseados em equipamentos e infraestruturas. Mas, o aspeto mais interessante são as normas práticas de definição das áreas urbanas consolidadas, juntamente com a contenção dos limiares de expansão e o respeito pelos compromissos urbanísticos já assumidos pelos municípios. De qualquer modo, relativamente a este último aspeto, há balizas temporais que têm de ser respeitadas na efetivação dessas intenções, caso contrário os solos a elas afetos poderão ser reclassificados como rústicos.

A prática da definição das áreas urbanas consolidadas assenta na assunção de um afastamento máximo entre construções que, de acordo com a maior parte dos PROT, é de 50 m. Significa isto que o traçar de uma faixa (*buffer*) de 25 m pelo extra dorso das paredes exteriores dos edifícios cujas áreas podem de seguida ser unidas (*merge*) no sentido de se obter uma mancha contínua, dá de imediato origem a uma primeira definição da área urbana consolidada, ainda que posteriormente possam ser aplicados mais critérios lógicos de proximidade que possam permitir a incorporação, nessa mancha, de construções que se desviem do afastamento máximo já referido. Por exemplo, a consideração do sistema vial e de espaços não fechados necessários ao funcionamento de alguns equipamentos, pode ajudar a solucionar alguns desses problemas. De qualquer modo, a definição de um perímetro urbano não é um exercício algoritmizado, já que também contribuem para isso alguns elementos como, por exemplo, o cadastro e a geomorfologia e a estrutura ecológica.

É no âmbito daqueles elementos de caracterização mais volúveis, ou seja, no da aplicação de critérios mais qualitativos que se pode enquadrar a orientação de que as áreas urbanas consolidadas devem observar a "existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação" (alínea b), § 3, Art.º 7º do D. R. 15/2015, de 19 de agosto).

Trata-se de algo que é válido, mas de difícil operacionalização. De facto, apesar de se dispor de dados relativos ao volume e algumas características dos residentes, a sua desagregação geográfica desce à escala da subsecção estatística, cuja malha, não sendo por vezes suficientemente fina, padece também de dois outros problemas

i) não tem o mesmo nível de detalhe dentro e fora dos perímetros urbanos definidos para os lugares censitários e,
ii) por isso mesmo, não está suficientemente ajustada ao exercício de planeamento que considere devidamente o elemento população residente na redefinição dos perímetros. Na prática, esta orientação, relativamente à consideração da população e das atividades económicas, quando não integradas em espaços funcionalmente específicos, é mais retórica e fluida, do que universalmente aplicável.

A consideração das segundas residências neste processo de definição de aglomerados urbanos é, até certo ponto, possível. Foi feito esse exercício para todo o continente português e o resultado está na figura seguinte. Para além de ser visível uma distribuição deste tipo de

imobiliário que afeta dicotomicamente, de modo mais fino, os centros cívicos de vilas e aldeias e os seus arredores mais rurais e menos densamente povoados, emerge de forma vincada a sua forte representação em algumas áreas do país, tanto as mais turísticas e litorais, como as mais rurais e interiores.



Fonte: elaboração própria com base em dados do Censo de 2011, INE

Figura 80 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 25% do total de alojamentos clássicos familiares



Fonte: elaboração própria com base em dados do Censo de 2011, INE

Figura 81 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 50% do total de alojamentos clássicos familiares



Fonte: elaboração própria com base em dados do Censo de 2011, INE

Figura 82 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 75% do total de alojamentos clássicos familiares



Fonte: elaboração própria com base em dados do Censo de 2011, INE

Figura 83 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 90% do total de alojamentos clássicos familiares

Pelas figuras anteriores, para além de ser visível a forte representação de segundas residência em muitas aglomerações e áreas rurais, pelo menos acima de 25% do total de alojamentos familiares clássicos, também se pode verificar que nas representações acima dos 75% ou mesmo 90%, se mantém um padrão semelhante. Trata-se de uma consolidação da conclusão que já tinha sido atingida no capítulo II, mas agora com um nível de detalhe de onde

se salientam eixos de alongamento, ou relacionados com algumas faixas costeiras, ou com outros eixos associados a áreas de fronteira ou, ainda, de seguimento de vias rodoviárias estruturantes, nomeadamente nas ligações ao Algarve, ao maciço central e ao norte interior.

11.4.2. Efeitos sobre o urbanismo e o ordenamento do território

Apesar de termos adotado uma visão segmentada dos domínios em que se pode separar a realidade territorial em geral, tendo por referência o modelo IDENTERRA, pode também considerar-se uma visão, eventualmente mais integradora, dos efeitos sobre contextos territoriais específicos, como por exemplo, até pela sua maior importância para o urbanismo, os lugares. Tendo em conta esta última visão, pode dizer-se que ao nível sub-regional ou regional se verificam efeitos sobre o ordenamento do território, enquanto ao nível dos lugares se verificam efeitos sobre o urbanismo, ainda que a natureza desses efeitos dependa da posição hierárquica desses lugares (aldeias, vilas ou cidades). De qualquer modo, urbanismo e ordenamento do território não são duas categorias diferentes de operação sobre a gestão territorial. Tanto o urbanismo como o ordenamento do território têm dimensões mais formais e outras mais funcionais, ainda que no primeiro caso a morfologia das intervenções seja mais importante que no segundo, apesar da funcionalidade das soluções, tendo em conta diagnósticos válidos, ser igualmente interessante.

Deste modo, se tomar-se como objeto de estudo o lugar ou uma dada extensão do espaço geográfico, desde uma qualquer aglomeração de casas[89] até uma paisagem[90], ter-se-á uma visão integradas dos efeitos sobre os domínios do ambiente natural, da sociedade/população, da economia e da cultura. Essa visão, à escala dos lugares, pode salientar no que respeita especificamente à expansão das segundas residências, por exemplo, a questão do despovoamento dos centros históricos, enquanto também se pode observar o surgimento de novas áreas periurbanas de ocupação mais ou menos difusa e qualificada.

Este último fenómeno, apesar de não ser específico da expansão das segundas residências, já que também resulta de comportamentos intrínsecos ao funcionamento do mercado imobiliário mais associados à mobilidade e reconhecimento social (Oliveira, 2010) é,

[89] Um monte alentejano, por exemplo.

[90] O conceito de paisagem pode ser entendido como uma extensão de espaço geográfico com características homogéneas do ponto de vista físico e humano, isto é, que pode ser apreendida pelo olhar e se diferencia de outras eventuais paisagens envolventes relativamente a essas mesmas características (Zoran Roca & Oliveira, 2005).

à partida, um dos principais efeitos urbanísticos no que respeita especificamente à ocupação e funcionalidade, ou seja, à vitalidade, dos centros históricos, ou apenas centros cívicos, de muitas vilas portuguesas. Deste modo, ainda que o efeito geral seja sobre a quantidade de imobiliário habitacional que é utilizado apenas uma parte do ano, não deixa também de ser relevante a questão da localização dessas habitações.

A problemática da ocupação dos centros históricos de vilas ou cidades por segundas residências tem de ser encarada a partir de dois prismas: 1) por um lado, podem existir amenidades ambientais e, até certo ponto, também funcionais, específicas que atraem a fixação de segundos residentes e, 2) por outro, esses mesmos fatores de atração podem não funcionar da mesma forma relativamente aos residentes permanentes. Normalmente, e não se vão aqui considerar os casos específicos das grandes cidades, cujos processos de alteração se devem a outras ordens de fatores, os centros históricos são abandonados por razões sobretudo ligadas às características do imobiliário aí disponível.

Casas mais antigas, menos bem conservadas e mais pequenas, deixam de ser atrativas para os residentes permanentes, os quais procuram, quando as suas condições financeiras melhoram e permitem a aquisição de habitação própria, aquelas que têm características que possam preencher os seus padrões de conforto e afirmação social, de que a ostentação é apenas uma das componentes. Mas, é também observável, em alguns contextos urbanos que se constituem como grandes mercados turísticos recetores, a ocupação dessas mesmas casas, ressalvado o problema da sua conservação.

No primeiro caso, isso é principalmente característico de localidades com forte incidência do fenómeno emigratório, mas também se poderá verificar noutras onde isso não seja relevante, desde que tenha ocorrido a suficiente melhoria das condições de vida dos residentes. No segundo caso, trata-se de um novo aproveitamento de imobiliário antes abandonado, por vezes com fracas condições para a habitação permanente, mas que encontra no designado alojamento local[91] um investimento muito rendível.

[91] O alojamento local é uma figura criada pelo decreto-lei 39/2008, de 7 de março, que regula a instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Na prática, este conceito abrange as antigas pensões e albergarias, mais os quartos e casa de aluguer para arrendamento temporário a turistas. Os municípios passaram a ser as entidades responsáveis pelo licenciamento destes alojamentos, ficando o Turismo de Portugal, IP, responsável apenas pelos empreendimentos e estabelecimentos com a designação de turismo ou hotel.

Sendo certo que também ocorrem segundas residências fora dos centros históricos e com morfologias, eventualmente, também ostensivas, e não deixando de ser verdade que esses mesmos centros históricos nem sempre estão mais densamente ocupados por esse tipo de imobiliário, a nossa experiência na realização dos chamados "projetos especiais de urbanismo comercial", mostrou que, muitas vezes, as razões da debilidade do comércio tradicional, um dos principais elementos dinamizadores do espaço público, se deve exatamente à insuficiente e fraca capacidade de atração de consumidores, ou seja, ajustada ao raio de eficiência das respetivas funções centrais, derivada entre outros aspetos, da saída de residentes permanentes (J. R. Fernandes, 1994; F. J. Moreira, Oliveira, & Almeida, 2006).

A questão dos efeitos e impactes das segundas residências sobre o urbanismo, pode também ser equacionada na ótica da trilogia metodológica estabelecida logo no início desta dissertação, a qual separa a casa, o uso e os utilizadores, e a sua desagregação entre fixos e fluxos espaciais. No entanto, essa separação não deve ser encarada como uma compartimentação absoluta de cada uma dessas componentes analíticas, já que a casa, o uso e os utilizadores são realidades interrelacionadas. Esta abordagem facilita, do ponto de vis0ta analítico, a sistematização e discussão desses impactes e efeitos, cujos exemplos gerais se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 73 - Componentes analíticas dos efeitos e impactes sobre o urbanismo e exemplos de fixos e fluxos espaciais afetados

Componentes analíticas	Fixos espaciais	Fluxos espaciais
A casa	Morfologia urbana	Valorização ou degradação do edificado
O uso	Funcionalidade urbana	Funções centrais de bens e serviços, públicos ou privados
Os utilizadores	Diferenciação social do espaço urbano	Tradição versus gentrificação

Fonte: elaboração própria

Relativamente à casa, ou seja, ao edificado habitacional, para além de cada uma delas individualmente, interessa sobretudo a consideração do seu conjunto numa dada localidade. Por um lado, o aproveitamento de algum imobiliário para segunda residência, implica muitas vezes a renovação de construções que, de outra forma, poderiam estar em degradação, ao mesmo tempo que isso também garante a vitalidade da morfologia urbana, isto é, a sua não cristalização, mas sim o seu constante processo de renovação, mais não seja pela adaptação da

forma urbana a novas necessidades derivadas de mudanças ao nível da utilização e das características dos utilizadores[92].

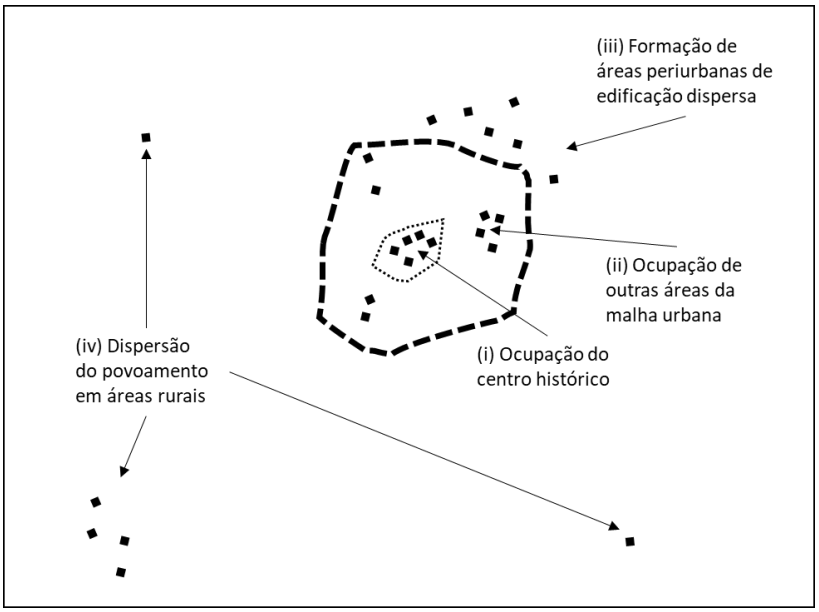
Relativamente ao uso, onde se inclui, não apenas a sua frequência e intensidade, mas também o tipo de atividades e de padrões de consumo dos utilizadores, os efeitos urbanísticos podem traduzir-se na organização funcional do aglomerado, tanto em termos da distribuição de funções centrais de comércio e serviços, como da disponibilização de infraestruturas e equipamentos públicos, em clara articulação com as características do edificado, ou seja, a sua degradação ou vitalidade.

Relativamente aos utilizadores, onde se incluem as suas características demográficas e socioeconómicas, para além da relação com as componentes analíticas já referidas, tornam-se mais claros efeitos sobre o urbanismo ao nível da diferenciação social urbana, já que a idade, o nível de instrução, a capacidade financeira, a condição perante a atividade económica e a profissão, são características que orientam, entre outros aspetos, a escolha dos locais, o tipo de vivência na fruição do espaço público e a existência, ou não, de conflitos sociais entre autóctones e alóctones.

De uma maneira geral, o modelo territorial urbanístico relacionado com a localização de segundas residências, não referindo as questões gerais associadas a determinadas amenidades de ambientes específicos, como o costeiro, ou o lacustre/albufeira, ou o de montanha, traduz-se em quatro tipos que se apresentam na Figura 84.

Os quatro tipos ilustrados na Figura 84, para além de relacionados com questões locativas, também refletem diferentes tipos de segundas residências, tanto em termos da sua génese, como da sua utilização. A apresentação destas diferenças não se baseia na compulsão da bibliografia, mas sim das nossas observações de campo resultantes da nossa experiência em planeamento e ordenamento do território. Destarte, exemplos como os de Constância, Chamusca, Arraiolos, Ponte de Sôr, Lourinhã, Peniche, Redondo e Pampilhosa da Serra, entre outros, são aqui, de forma indireta, trazidos à colação.

[92] Por exemplo, a renovação e manutenção das construções nos centros históricos, podem ser um elemento de atração de pessoas e atividades, ao mesmo tempo que também pode induzir, por via da sua ocupação, mesmo que temporária, o surgimento de alguns equipamentos e arranjos do espaço público que, numa situação de maior abandono e degradação poderiam não ter concretização.



Fonte: elaboração própria

Figura 84 - Quatro tipos exemplificativos de ocupação por segundas residências

O primeiro tipo refere-se à ocupação dos centros históricos, ou apenas centros cívicos ou sítios genéticos das povoações. Trata-se de segundas residências que muitas vezes ficam disponíveis no mercado imobiliário porque os seus proprietários, muitas vezes herdeiros, preferem construir uma moradia numa área mais desafogada da aglomeração, do que estarem a ocupar uma construção, pesem embora algumas exceções, de reduzidas dimensões e percebidas como "coisa velha". Outras situações podem resultar do abandono destas casas apenas em resultado da emigração para outras áreas mais desenvolvidas e com maiores ofertas de emprego. Em qualquer um destes casos, ou as casas permanecem na posse dos seus proprietários, por vezes com algum relativo abandono e sinais de degradação, ou são vendidas a alóctones que, dependendo da capacidade atrativa da localidade, procuram uma segunda residência mais barata, eventualmente para recuperar e com poucas exigências em termos de dimensão e características formais, isto é, sem valorização dos sinais exteriores de afirmação e reconhecimento social que muitas vezes prevalecem nos autóctones, tanto por razões antropológicas, como mais simplesmente pela assunção de sistemas de valores associados ao entrecruzamento de diferentes experiências culturais[93].

[93] Esta questão, no que respeita, por exemplo, à casa do emigrante, é muito bem discutida por Mário Moutinho, o qual coloca em evidência, por outras palavras, a contradição entre a retórica dominante e a afirmação da identidade territorial subjetiva ou desejada que, mais tarde se irá traduzir em identidade territorial objetiva ou mensurável

O segundo tipo, ou seja, a ocorrência de segundas residências noutras áreas do aglomerado fora do centro histórico, apresenta as mesmas características genéticas e de utilização do tipo anterior, ainda que a sua dispersão dependa também das características fisiográficas, de enquadramento paisagístico e funcionalidade dessas áreas. Pelo facto de numa parte dos casos as segundas residências não corresponderem às maiores densidades de edificado habitacional, torna-se menos vincada na paisagem urbana a sua presença, eventualmente até com idêntica intensidade de efeitos ao nível da estruturação funcional desses espaços.

No entanto, é nítido para os dois tipos que existe, em 2011, uma forte correlação entre a distribuição da densidade do total de edifícios clássicos (Figura 85) e a densidade dos alojamentos de segunda residência (Figura 86), ainda que, de um modo geral, no litoral oeste a norte de Lisboa, e sobretudo entre Leiria e Ovar, a densidade dos primeiros seja proporcionalmente mais elevada que a densidade dos segundos. Isto é, nas áreas de mais forte concentração de população e de edificado, apesar das segundas residências serem mais frequentes em número absoluto é, com exceção do litoral algarvio, nas áreas mais interiores e mais rurais que elas estão mais presentes em termos relativos. De qualquer modo, apesar da sua relativa dispersão, surgem bem marcadas no mapa da Figura 86, todas as sedes de distrito e algumas cidades de média dimensão, tanto no litoral, como no interior do País.

Nas mesmas figuras antes referidas, é também possível verificar, apesar de o nível de detalhe dos mapas e da divisão territorial não facilitar essa visibilidade com muita nitidez, as situações correspondentes ao tipo três (Figura 84), o qual mistura situações que nem sempre se relacionam com segundas residências, mas onde estas acabam por se constituir como parte dos elementos constitutivos destas áreas de edificação dispersa, reconhecidas nos PROT como "Áreas de Edificação em Solo Rural Periurbano" (AESRP). Trata-se de uma ocupação que surge ao redor de muitas vilas e cidades, de norte a sul do País e sem qualquer particularidade de natureza regional, ainda que a sua natureza locativa, geográfica e cadastral, sejam seus denominadores comuns.

Em termos locativos, a proximidade de áreas urbanas consolidadas é um fator essencial. Em termos geográficos, as vantagens resultantes da localização, mas em associação à oferta de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, do mesmo modo que da oferta de outras funções centrais privadas, é fundamental. Em termos cadastrais, as áreas periurbanas de

(Moutinho, 1982).

aglomerações historicamente bem definidas, isto é, com perímetros já bem definidos na primeira geração de PDM, tanto em territórios de pequena como de grande propriedade, ainda que já apresentassem uma maior fragmentação, também têm sido objeto de subdivisões sucessivas, não só em resultado da possibilidade de ter o mesmo prédio classificado em rústico e urbano, como da maior pressão de procura sobre essas áreas.



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 85 - Uma ilustração simples do sistema de povoamento: densidade de 4 ou mais edifícios clássicos por hectare, em 2011

Por um lado, essas áreas periurbanas estão próximas de outras áreas com funções urbanas bem definidas e, por outro, permitem juntar a isso, quando as amenidades ambientais específicas não são predominantes, outro grande atrativo importante para o processo de escolha de localização de uma segunda residência, a disponibilidade de espaço e a possibilidade de poder rodear a habitação de espaços onde potencialmente se poderão desenvolver outras atividades, desde as de puro descanso e lazer até às de práticas agrárias ativas de tipo artesanal.



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 86 - Densidade de segundas residências igual ou superior a 1 alojamento por cada mil metro quadrado, por subsecção estatística, em 2011

É no âmbito deste terceiro tipo que se foram expandindo e consolidando áreas de "quintinhas" e "hortas" que continuam a marcar os arredores de muitas cidades e vilas, constituindo-se agora como um desafio de ordenamento que a formalidade do seu enquadramento legislativo permite, em alguns casos, resolver, ainda que a natureza e composição dos seus elementos materiais e imateriais, justifiquem a sua contextualização no âmbito do conceito de ocupação edificada em solo rústico[94]. Ora, relativamente a este terceiro tipo, no âmbito dos trabalhos de ordenamento do território terá de ser avaliada a justeza da eventual integração dessas construções em solo urbano, isto é, de transformação do solo rústico em urbano nessas áreas, num contexto em que se está a promover o crescimento de uma malha urbana com densidade suficiente do ponto de vista das construções, mas de funcionalidade mais desequilibrada, tendo em conta a intensidade e frequência da utilização dessas mesmas construções.

Por último, o 4º tipo de ocupação por segundas residências, refere-se a uma ocupação também dispersa, mas sem ser nas margens de uma aglomeração urbana, isto é, sem possibilidade de alteração da classificação do solo. Neste caso, pode estar-se na presença de dois grandes subtipos: i) construções dispersas dentro de aglomerados rurais; ii) construções dispersas em pleno espaço rural, ou seja, sobre solo rústico, mas sem concreção suficiente para formarem qualquer aglomeração. Apesar de este padrão de ocupação do solo ser comum a todo o País, há dois contextos territoriais onde este 4º tipo está muito bem exemplificado, tal como o Ribatejo e as suas áreas de aforamento ou de colonização interna, ou o Alentejo e a ocorrência de montes, ou seja, sedes de exploração agrícola de maior ou menor dimensão.

Do ponto de vista do ordenamento do território, estas situações de maior dispersão fora de áreas periurbanas, são as mais problemáticas, dada a sua geração ser muito antiga e dificilmente se poderem retirar direitos de propriedade e de manutenção do bem construído. No entanto, apesar de haver fortes restrições ao desenvolvimento urbano em meio rural, onde se incluem as situações que correspondem à facilitação do crescimento de aglomerados rurais em solo rústico, tem de destacar-se uma forma específica de desenvolvimento construtivo cuja

[94] No Artigo 17º do D.R. 15/2015, de 19 de agosto, elenca-se a categoria de áreas de edificação dispersa em solo rústico, sendo que ao nível dos vários PROT se definem os critérios a observar para que essas áreas possam ser consideradas no processo de ordenamento do território, ou como áreas de edificação dispersa em solo rústico periurbano, ou como outras áreas de edificação dispersa desestruturadas, também em solo rústico. Em regra, o critério adotado fica-se, nessas áreas de solo rústico, pela densidade média de até 4 edificações por hectare, sendo que ultrapassado esse limiar, terá de se promover um plano de pormenor ou de urbanização de modo que essas áreas, quando em localização periurbana, fiquem integradas no aglomerado urbano com que confinam.

natureza, fins, motivações e enquadramento legislativo, ainda carece de clarificação. Relativamente a este aspeto, foi-se institucionalizando através dos PROT o conceito de Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT), o qual acautela no âmbito dos processos de revisão dos PDM a eventual instalação de empreendimentos turísticos sobre solo rústico. Este tema apenas interessa para o objeto desta dissertação na parte que se refere à promoção de segundas residências, neste caso segundas residências turísticas, já que enquadradas em empreendimentos de tipo "resort", isto é, que agregam diferentes tipologias de empreendimento, entre as quais o aldeamento turístico.

Por um lado, os NDT não têm expressão cartográfica na principal peça desenhada de um PDM, a carta de ordenamento, mas têm de surgir detalhadamente regulamentados no âmbito de outra peça fundamental, o Regulamento. Na prática, caso ocorra a intenção de investimento na construção de um empreendimento turístico, é gerado um contrato de urbanização com o município e despoletado o processo de licenciamento pela entidade da tutela. Este contrato de urbanização corresponde à elaboração, num prazo razoável, mas finito, de um plano de urbanização ou de pormenor, de modo que seja possível a reclassificação do solo de rústico para urbano.

Um empreendimento turístico viável é sempre gerador de emprego, ainda que por vezes esse emprego não tenha uma proveniência local, mas indubitavelmente contribua para a fixação de mais residentes. Este argumento, juntamente com o dos efeitos cumulativos positivos que o turismo pode ter sobre a economia local, baseia muitas vezes, ao nível autárquico, a justificação para este tipo de investimento. No entanto, quando se escalpelizam as questões de propriedade e de usufruto do imobiliário turístico que está associado a alguns tipos de empreendimento, como os conjuntos turísticos ou "resorts", as dúvidas adensam-se.

Por um lado, a construção de segundas residências turísticas integradas na parte do "resort" correspondente à tipologia de aldeamento turístico, tem normalmente como destino o mercado imobiliário privado e, por outro, a relação de propriedade e o sistema de gestão desse imobiliário coarta a utilização *ad hoc* por parte dos seus proprietários. De facto, a compra de uma unidade de alojamento num "resort", normalmente no regime de propriedade plural[95], apesar de poder ser vista como uma forma de dispor de uma segunda habitação, não deixa

[95] A propriedade plural é a posse conjunta de frações autónomas e/ou lotes, eventualmente em propriedade horizontal, ou seja, partes de um prédio onde coexistem áreas privadas e áreas de uso comum, mas sobre as quais impendem determinadas obrigações que limitam o uso privado por parte do proprietário.

legalmente muita margem de utilização, já que essa unidade de alojamento, retirado um período de utilização pelo proprietário, o qual terá de pagar por todos os serviços prestados no âmbito do empreendimento, terá de ser gerida por uma entidade que não o proprietário e terá de estar sempre disponível no mercado turístico (Meireles, 2015).

Significa isto que apesar de se poderem estabelecer direitos de propriedade sobre áreas específicas do território nacional, com maior saliência para aquelas que apresentam excelentes amenidades ambientais, até por vezes integradas em áreas protegidas, a legislação é clara sobre o destino dos equipamentos e alojamentos turísticos, condicionando o usufruto privado por longos períodos por parte do proprietário. Deste modo, esse investimento terá por motivação a obtenção de rendimentos, já que os custos associados à gestão e manutenção do empreendimento são muito elevados. No entanto, não fica completamente claro o destino que é dado a muitos investimentos deste tipo, de que se podem apontar dois exemplos: o *golf-resort* do Bom Sucesso, em Óbidos (Patuleia, 2011a), e o *Eco-resort* Z-Mar, em Odemira (Tonon, 2012).

O aprofundamento do estudo dos efeitos e impactes das segundas residências sobre o ordenamento do território e o desenvolvimento local, ou seja, também sobre o urbanismo enquanto disciplina e prática profissional de amplo espectro analítico e de aplicação, tem de ser operacionalizado em contextos territoriais específicos, respeitando as três componentes metodológicas definidas logo no início desta dissertação: a casa, o uso e os utilizadores. A componente "casa", bem assim como a dos "usos" e a dos "utilizadores", serão tratadas empiricamente a partir de inquéritos efetuados à escala continental e da sub-região do Oeste, com o objetivo de, por um lado, ter uma concretização territorialmente mais abrangente e, por outro, ter outra visão mais localizada do ponto de vista da especificidade das características geográficas de uma sub-região mais circunscrita, mas que pode ilustrar as várias realidades antes enunciadas.

CAPÍTULO IV - A CASA, OS UTILIZADORES E OS USOS: UMA PERSPETIVA À ESCALA DE PORTUGAL CONTINENTAL

12. INTRODUÇÃO

Entre janeiro de 2019 a setembro de 2020 foi conduzido um processo de inquirição que recorreu a três tipos de coleta de dados: 1) via telefónica, através de entrevista direta e preenchimento do formulário do inquérito (Cf. Apêndice II) pelo entrevistador, ou pela angariação de respostas ao formulário disponibilizado online na plataforma Google Forms; 2) por correio eletrónico, com pedido de preenchimento de um formulário disponível online na mesma plataforma; 3) pelo uso das redes sociais, com pedidos de preenchimento do mesmo formulário.

A conceção e desenho do questionário passou por várias etapas intermediadas por fases de teste. Uma das tarefas mais difíceis foi conceber uma estrutura interna de supervisão da qualidade que permitisse aferir a lógica e a coerência do preenchimento. Na análise de cada uma das dimensões é apresentado um quadro que cruza as questões e respetivas modalidades, com a lógica e coerência do inquérito e, principalmente, com os objetivos de investigação ou de verificação das hipóteses desta dissertação.

No total, foram coligidos 312 inquéritos válidos[96], facto que, tendo em conta um universo de aproximadamente 1 milhão e cem mil segundas residências (1,098,336, em 2011, no Continente), corresponde a um erro de amostragem próximo de 0,05, ou seja, um grau de significado correspondente a cerca de 95%[97].

[96] De facto, foram registadas 454 respostas, mas após análise dos conteúdos e da sua coerência, foram descartados 142 inquéritos, pelo que apenas 312 se mantiveram para posterior análise. Este facto fez aumentar ligeiramente o erro de amostragem, pelo que este passou de 4,69% para 5,66%.

[97] O dimensionamento de amostras é um problema de larga discussão no âmbito das estatísticas paramétricas, já que as não paramétricas acabam por recorrer a populações de controlo porque não é conhecido o universo dos abrangidos por um determinado fenómeno. No casos das segundas residências, conhece-se, pelo menos, o quantitativo total da sua existência, pelo que as formulações de cálculo do dimensionamento da amostra são relativamente simples, e comparam a proporção desse universo que seja suficiente para garantir uma representatividade que irá variar em função do erro escolhido, mantendo uma parametrização constante das duas distribuições, amostra e universo. Por exemplo, a formulação que compara a relação entre a dimensão do universo e o erro quadrático expectável na amostra, é uma das mais comuns, cuja formulação é a seguinte: dimensão da amostra = $N/1+N*e^2$, onde N é a dimensão do universo e "e" é o erro admitido, por vezes também apresentado com a formulação de dimensão da amostra = $N*c/N+c$ (onde $c = 1/e^2$).

O formulário do inquérito foi estruturado em 38 questões, excetuando as 2 de controlo (selo temporal e número de ordem), de modo a incluir as que permitissem conhecer a casa, os usos, os utilizadores e os níveis de topofilia e de terrafilia.

13. CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

13.1. Características sociais e demográficas dos respondentes

Tal como já referido, o inquérito foi aplicado a proprietários (47,4% dos respondentes) e a utilizadores de segundas residências de familiares diretos que fossem proprietários, isto é, netos/avós, filhos/pais, irmãos/cunhados, sogros/genros ou noras e tios/sobrinhos (52,6% dos respondentes). A repartição dos respondentes por sexos, idades, níveis de instrução e profissões, é a seguinte:

- Maior representação dos homens face às mulheres, ou seja, 45% de mulheres e 56% de homens;
- Maior representação das idades entre 45 e 64 anos (29,8%);
- O ensino médio e superior é o nível de instrução mais representado, com 54% dos respondentes;
- As profissões reconhecidamente mais qualificadas, tais como as de direção e dos especialistas das profissões científicas e técnicas, são as mais representadas (47,1% do total).

De notar que, como seria de esperar, os respondentes mais jovens concentram-se na categoria dos utilizadores de segundas residências de familiares diretos (24,7% abaixo dos 35 anos, 27,6% acima dos 34 anos), enquanto os respondentes proprietários são tendencialmente mais velhos (6,4% abaixo dos 35 anos, 41,3% acima dos 34 anos). De qualquer modo, essas diferenças não são relevantes para a interpretação dos resultados, já que as características demográficas, quando diretamente relacionadas com a casa, o uso ou os utilizadores, surgem em questões especificamente a isso dirigidas.

Em síntese, tendo apenas em conta as representações dominantes ou maioritárias, os inquiridos repartem-se quase equilibradamente por sexos, estão em maior número em idade

ativa, são trabalhadores por conta de outrem e têm profissões principalmente mais qualificadas e níveis de instrução em consonância com essas qualificações. A distribuição das primeiras residências adere de forma significativa à distribuição da população em função da indução da necessidade de segundas residências, as quais, por sua vez, se distribuem por todo o território continental, mas com especial relevo na AML e no Algarve.

13.2. A localização da primeira e da segunda residência

13.2.1. A interação entre primeiras e segundas residências verificada nas estatísticas oficiais

Uma informação fundamental para o estudo das segundas residências refere-se ao conhecimento da localização das primeiras residências, de modo a perceberem-se as interações que materializam um dos principais impactes negativos sobre o ambiente (M. J. Hiltunen, 2007; Mervi J. Hiltunen, Pitkänen, Vepsäläinen, & Hall, 2013; M. J. Hiltunen, Pitkänen, & Halseth, 2016), ainda que alguns autores achem que as deslocações turísticas em geral têm maiores emissões de CO_2. (Marjavaara, 2008:17). Esta informação não existe em qualquer fonte estatística, nem de forma detalhada e sistemática, nem sequer aproximada à facilitação da construção de uma matriz origem/destino onde surjam as segundas residências enquanto meios de alojamento. Aliás, a pouca informação existente, ainda que muito aproximada deste tipo, e em nada referida às correspondências entre o local de origem e o local de destino, surge publicada nas Estatísticas do Turismo de 2018 e diz respeito a um cruzamento genérico entre as regiões NUT II de origem e de destino segundo o motivo e a duração da viagem, medido através do número de dormidas. Para além deste quadro genérico, surge um outro quadro que individualiza os meios de alojamento utilizados, onde consta a residência secundária, de acordo com os vários motivos da viagem e duração das pernoitas. Estes dados estão disponíveis apenas até 2018, pois resultam da realização, entretanto interrompida, do Inquérito às Deslocações dos Residentes, publicado pelo INE.

Pese embora a falta de detalhe, tanto em termos da expressão e desagregação regional, como da individualização dos aspetos relacionados com a utilização das segundas residências, existe pelo menos a possibilidade de uma aproximação genérica e grosseira à problemática do conhecimento da interação espacial, a nível nacional, entre os dois tipos de residência.

Em primeiro lugar, as deslocações internas por motivos de recreio, lazer ou férias,

representaram, em 2018, no País, incluindo, portanto, as regiões autónomas, 44,5% do total de motivos, os quais incluíram também a visita a familiares ou amigos, as viagens profissionais ou de negócios, as viagens de saúde, a religião e outros. Por razões de simplificação, no Quadro 74 a classe de «outros» agrega estes três últimos grupos. As visitas a familiares e amigos surgem com uma importância idêntica, de 44,9%, ficando as viagens profissionais ou de negócios e as outras, sobretudo religião e saúde, abaixo dos 7%.

Quadro 74 - Milhares de viagens com origem e destino no continente, com duração de pelo menos uma noite, segundo o motivo da deslocação e a NUT II de destino, 2018

NUTS II de destino	Total		Motivos da viagem							
			Lazer, recreio ou férias		Visita a familiares ou amigos		Profissionais ou negócios		Outros	
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
Norte	5039,5	26,5	1932,8	22,8	2567,0	30,0	353,9	28,7	185,8	23,6
Centro	5895,2	30,9	2148,0	25,4	3219,2	37,6	315,2	25,6	212,8	27,0
AM Lisboa	3410,6	17,9	1369,5	16,2	1495,1	17,5	336,4	27,3	209,7	26,6
Alentejo	2186,0	11,5	1002,8	11,8	920,1	10,8	149,1	12,1	114,1	14,5
Algarve	2517,0	13,2	2019,2	23,8	355,1	4,1	78,0	6,3	64,8	8,2
Total do Continente	19048,3	100,0	8472,3	100,0	8556,4	100,0	1232,5	100,0	787,1	100,0

Fonte: Inquérito às Deslocações de Residentes e Estatísticas do Turismo, INE, 2018

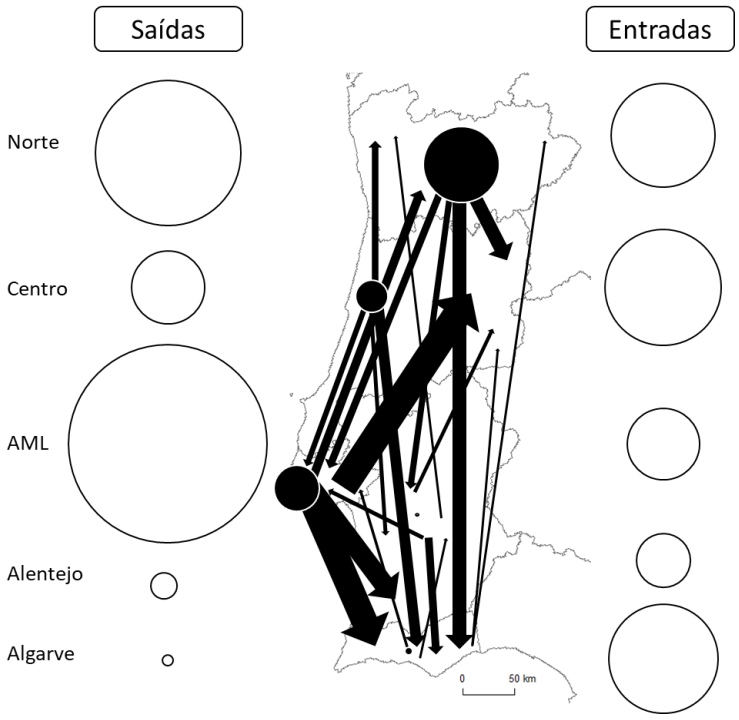
Outra nota interessante é a de que a região Centro apresenta a maior participação no total de viagens intranacionais (30,9%), seguida da região Norte (26,5%) e só depois, com pequenas diferenças entre elas, a AML, a região do Algarve e a do Alentejo. Esta ordem altera-se quando se consideram as viagens profissionais ou de negócios e as outras. Relativamente às primeiras, apesar do Norte manter a dianteira, a importância da AML reforça-se e, relativamente às segundas, a região Centro acaba por reforçar a sua posição, sobretudo em consequência das motivações religiosas e, também, de saúde. Por um lado, estão em causa, por regiões, os valores relacionados com as chegadas ou destinos e, por outro, está-se em presença de espaços geográficos com dimensão muito diferente. De qualquer modo, no caso particular dos motivos relacionados com o lazer, recreio ou férias, as regiões do Algarve, do Centro e a do Norte, são as mais atrativas. Tanto o Quadro 75, como, principalmente, a Figura 87, são reveladores de três grandes traços de caracterização da capacidade de atração e de geração de viagens: i) por um lado, uma muito fraca capacidade de retenção das próprias viagens, ou seja, das viagens com origem e destino na própria região, por parte do Alentejo e do Algarve; ii) a grande importância do Norte e da AML enquanto regiões de geração de viagens e, iii) em

contraponto, uma mais equilibrada distribuição da capacidade atrativa das regiões, com exceção da AML e do Alentejo. As viagens por motivos de visita a familiares e amigos têm um padrão de distribuição semelhante.

Quadro 75 - Viagens de lazer, recreio ou férias, com origem e destino em cada região, em percentagem do total de viagens, 2018

Origem	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve	Total
Norte	16,8	5,3	2,5	2,0	5,5	32,1
Centro	2,2	7,2	1,7	1,0	4,0	16,1
AM Lisboa	3,1	11,7	10,1	8,0	10,8	43,7
Alentejo	0,3	0,9	1,1	0,6	2,7	5,7
Algarve	0,3	0,3	0,5	0,3	1,0	2,4
Total	22,8	25,5	15,9	11,9	24,0	100,0

Fonte: Inquérito às Deslocações de Residentes e Estatísticas do Turismo, INE, 2018



Legenda: círculos e setas proporcionais a um total de entradas e saídas de 8,80920 milhões = 10

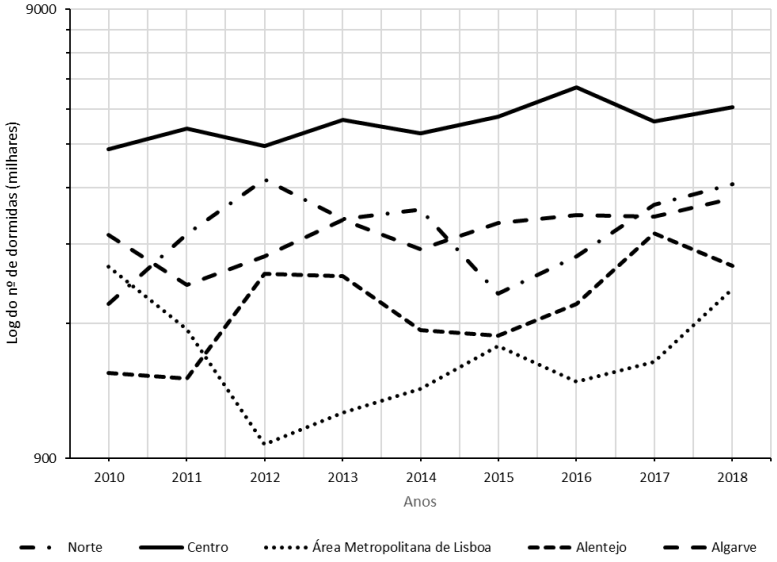
Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito às Deslocações de Residentes e Estatísticas do Turismo, INE, 2018

Figura 87 – Fluxos de viagens () motivadas pelo lazer, recreio e férias, 2018

A evolução das dormidas em segundas residências tem tido um comportamento irregular, mas com uma ténue tendência de crescimento ao longo dos anos, pelo menos entre

2010 e 2018. A Figura 88, onde estão regionalmente desagregadas as pernoitas nesse meio de alojamento, mostra essa mesma irregularidade. Para efeitos da leitura dessa figura, salienta-se que a escala do eixo dos y é logarítmica, o que permite uma comparação direta entre todas as regiões tendo apenas por base o seu comportamento crescente ou decrescente. Isto é, a inclinação de cada um dos segmentos de reta interanuais, é equivalente às taxas de crescimento nesses mesmos períodos.

No geral, é bem visível a fraca representação da AML face às restantes regiões, incluindo até o Alentejo. Sendo sabido que o valor censitário de segundas residências na antiga região de Lisboa e Vale do Tejo, era, em 2011, de 171097, ou seja, 15,6% do total do Continente, apesar de tudo um valor superior aos do Alentejo (100684, 9,2%) e do Algarve (149141, 13,6%), mas inferior aos do Norte (324493, 29,5% do total do Continente) e do Centro (353055, 32,1%), resulta do Inquérito às Deslocações de Residentes que, nessa região, a intensidade de uso desse imobiliário é muito inferior ao das outras regiões. Esta constatação, apesar de poder incorporar alguns problemas, que desconhecemos, da aplicação do referido inquérito, ou desvalorizar as deslocações sem pernoita, pode acabar por, segundo se pensa, revelar alguma incongruência resultante da aplicação dos critérios censitários de classificação das formas de ocupação dos alojamentos familiares, tal como já se tinha chamado a atenção no capítulo II.



Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito às Deslocações de Residentes e Estatísticas do Turismo, INE, 2018

Figura 88 - Evolução das dormidas, pelo menos de uma noite, de turistas residentes em Portugal, no meio de alojamento residência secundária por localização geográfica e para o todos os motivos de deslocação, de 2010 a 2018

A repartição das dormidas resultantes das deslocações segundo vários motivos, mostra como a segunda residência é um apoio importante, não só nas deslocações de lazer, recreio ou férias, mas também nas profissionais e de negócios, do mesmo modo que na classe de outros, onde se incluem, sobretudo, as motivações religiosas ou de uso de serviços de saúde.

Quadro 76 - Milhares de dormidas, no País, com a duração de pelo menos uma noite, segundo o motivo da deslocação e o meio de alojamento utilizado, 2018

Meio de alojamento	Lazer, recreio ou férias		Visita a familiares ou amigos		Profissionais ou negócios		Outros		Total
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares
Estabelecimentos hoteleiros e similares	9123,2	22,0	497,2	2,3	1303,3	34,5	262,9	9,5	11186,5
Outros estab. de aloj. coletivo ou especializado	1999,5	4,8	29,4	0,1	118,3	3,1	82,8	3,0	2230,0
Alojamento particular pago	5629,8	13,6	166,9	0,8	333,1	8,8	104,8	3,8	6234,7
Residência secundária	12862,7	31,0	2967,9	13,8	925,6	24,5	547,0	19,7	17303,3
Alojamento gratuito de familiares/amigos	10963,2	26,4	17829,8	82,7	718,5	19,0	1426,8	51,5	30938,3
Outro alojamento gratuito	886,9	2,1	58,5	0,3	374,0	9,9	348,4	12,6	1667,8
TOTAL	41465,3	100,0	21549,7	100,0	3772,9	100,0	2772,7	100,0	69560,6

Fonte: Inquérito às Deslocações de Residentes e Estatísticas do Turismo, INE, 2018

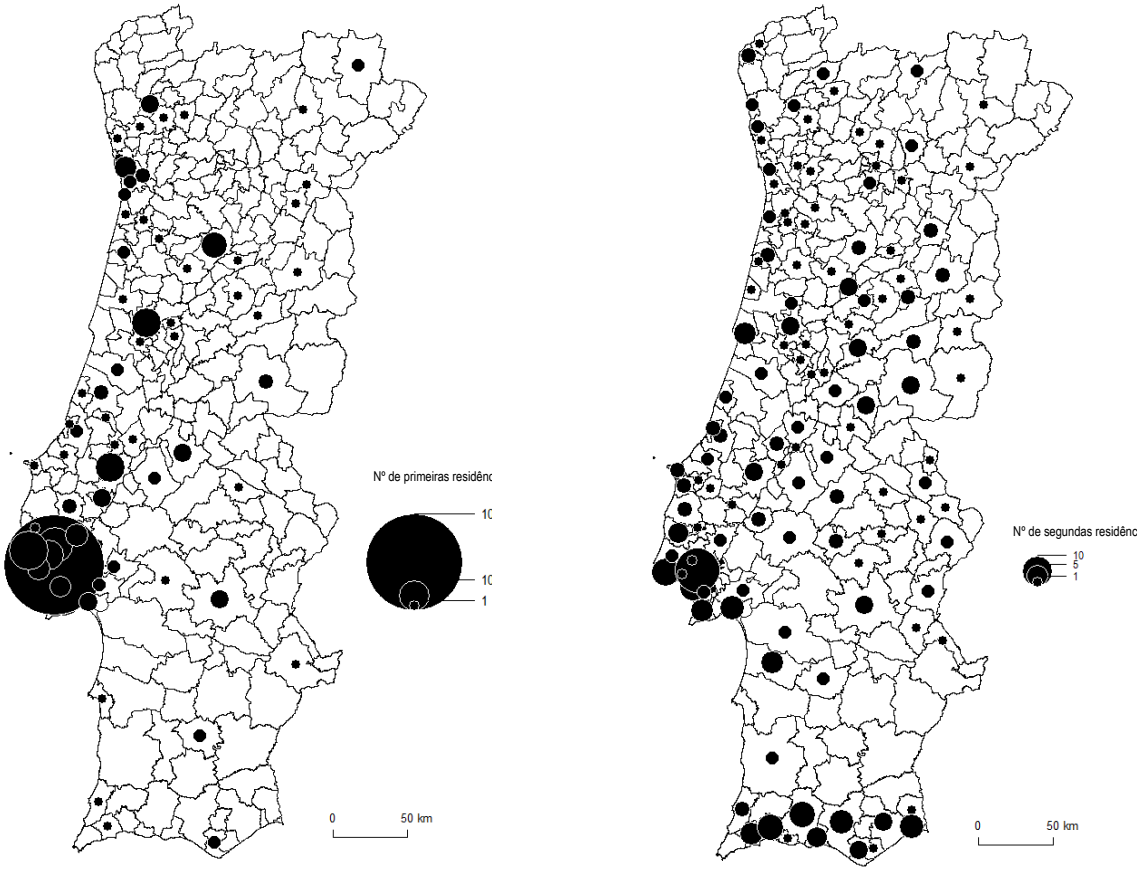
Em síntese, enquanto a repartição regional das viagens de lazer, recreio e férias, mostra o forte caráter gerador da AML, com mais fortes relações com o Centro, o Alentejo e o Algarve, a capacidade atrativa do Algarve e, noutro nível, a capacidade de retenção por parte da região Norte. A evolução da utilização de segundas residências coloca em último plano a AML, sugerindo, assim, deficiências ao nível da sua contabilização nos Censos. Por fim, sendo o meio de alojamento mais frequente no caso do lazer, recreio e férias, surge logo a seguir ao alojamento gratuito de familiares ou amigos e em terceiro lugar no caso das viagens profissionais ou de negócios. Estas observações mostram como a segunda residência, apesar de mais vocacionada para o lazer, não deixa também de ser um elo fundamental na expansão do modo de vida multilocal no caso do trabalho.

13.2.2. A interação da primeira com a segunda residência apurada pelo inquérito

Os inquiridos repartem-se por 69 concelhos onde se localiza a primeira residência e deslocam-se para 127 concelhos onde se localiza a segunda residência (Figura 89). É nítida uma

maior concentração das primeiras residências, tanto na AML como na AMP e, também, em algumas sedes de distrito mais ou menos interiores. Este padrão de distribuição acaba por estar relacionado com um balanço entre o volume da procura potencial e a necessidade ou efetividade da posse de uma segunda residência. Isto é, quem reside em áreas do país mais atrativas do ponto de vista do usufruto da praia ou do campo, por exemplo, não tem necessidade de grandes mudanças ambientais como motivo para a posse de uma segunda residência.

Por sua vez, a distribuição das segundas residências mostra um padrão que privilegia, primeiro, a AML e o Algarve e, depois, o restante país, sobretudo a norte do Tejo, mas com maior relevo nos concelhos litorais e numa faixa interior de transição para as áreas fronteiriças, com exceção do Alto Alentejo, onde as áreas mais interiores e fronteiriças são mais procuradas.



Fonte: elaboração própria com base em dados do inquérito aos segundos residentes

Figura 89 – Localização das primeiras e das segundas residências dos inquiridos

As localizações das primeiras e das segundas residências foram classificadas ou agregadas em alguns grandes grupos, os quais resultaram na separação, para cada NUT de nível II anterior a 2013 (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) entre as NUT III

(divisão de 2013) com litoral e as restantes interiores (Figura 90). Esta opção pela consideração das NUT III de 2013 e as NUT II de 2002, foi tomada tendo em consideração que a atual reconfiguração para fins estatísticos, não corresponde às áreas geridas, tanto em termos da veiculação dos fundos comunitários, como do ordenamento do território, pelas Comissões de Coordenação Regional. Deste modo, apesar de ser evidente que a reformatação das NUT III conduziu à saída ou entrada de municípios, o risco de, a partir delas, redesenhar as antigas NUT de nível II, é ainda pequeno. Essa divisão, apesar de pouco detalhada, tem pelo menos a vantagem de permitir uma maior simplicidade na compreensão dos resultados do inquérito.

Esses resultados mostram claramente uma preponderância de Lisboa litoral enquanto localização privilegiada das primeiras residências e uma maior dispersão, mas também algum peso relativo do Algarve do Centro litoral. Mas, o Centro interior, a região que já em capítulos anteriores surgia muito destacada em termos da representação do fenómeno em estudo, também agora, apesar de com valores um pouco mais baixos que as outras já destacadas, repete essa representatividade.



Fonte: elaboração própria com base nas shapefile do EUROSTAT (NUTS - GISCO - Eurostat (europa.eu))

Figura 90 – NUT III de 2013 utilizadas para a classificação por regiões NUT II de 2002, entre o litoral e o interior

O Quadro 77 mostra aquela distribuição. Mais uma vez, conclui-se que enquanto a procura está bastante concentrada, as localizações das segundas residências estão mais dispersas, apesar de se continuar a manter uma forte representação destas na regiões mais urbanizada do País, facto que aponta para outras origens e utilidades deste tipo de imobiliário, seja como investimento seguro por parte das famílias, seja como destino útil e necessário para a prática de uma vivência multilocal (*multilocal living*) a que as atividades de trabalho ou estudo não são alheias (Dick & Duchêne-Lacroix, 2016).

À pergunta do inquérito sobre o concelho de localização da primeira residência, foi acrescentada uma classificação desses concelhos relativamente à tipologia de segundas residências efetuada no capítulo II. O objetivo foi investigar a existência de relações espaciais que pudessem apontar para alguns níveis de especialização desses concelhos, isto é, verificar se haveria concelhos mais de primeira ou de segunda residência.

Quadro 77 – Localização das primeiras e segundas residências segundo grandes subdivisões das NUT II com base na interioridade ou litoralidade das respetivas NUT de nível III

Regiões	Primeiras residências		Segundas residências	
	Nº de respondentes	% do total	Nº de respondentes	% do total
Norte Litoral	23	7,37	15	4,81
Norte Interior	4	1,28	11	3,53
Centro Litoral	25	8,01	36	11,54
Centro Interior	17	5,45	33	10,58
Lisboa Litoral	203	65,06	97	31,09
Lisboa Interior	22	7,05	24	7,69
Alentejo Litoral	0	0,00	10	3,21
Alentejo Interior	10	3,21	26	8,33
Algarve	4	1,28	56	17,95
Resto (estrangeiro e NS/NR)	4	1,3	4	1,3
Total	312	100,00	312	100,00

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Os resultados são inequívocos sobre essa especialização (Quadro 78):

- Em primeiro lugar, com uma esmagadora representação de 72,1%, surgem os concelhos tipificados como mais urbanos e principalmente de localização das primeiras residências. Esta conclusão, para além de estar em linha com o expetável, também reflete a coerência dos resultados do inquérito e a sua representatividade estatística.
- O tipo que a seguir surge mais representado, mas apenas com 13,5%, é o designado por

"concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano". Recorde-se que este tipo era sobretudo caracterizado por apresentar, em 2011, uma proporção de segundas residências no total de alojamentos que era mais baixa que no conjunto, do mesmo modo que a sua taxa de variação face a 2001 também era mais baixa que a do total.

- Em terceiro lugar, apenas com 8,0%, seguem-se as áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes, destacando-se a localização das segundas residências em prédios e com construção acima da média no período censitário de 2001 a 2011.

- Todos os outros tipos têm uma representação muito baixa ou mesmo nula, apesar de ser de destacar, apenas com 2,6%, o das "áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno", as quais, apresentam variações de segundas residências, entre 2001 e 2011, acima da média, mas não tão fortes como as registadas de 1991 para 2001. Pensa-se que em qualquer um deste dois últimos tipos, se assiste a uma mudança interessante por duas ordens de razões, mas tendo como pano de fundo a progressiva, ainda que ténue, integração desses concelhos em lógicas de reestruturação das redes urbanas à margem das maiores concentrações demográficas no litoral, ainda que com expressão de fenómenos de metropolização a escalas relativamente modestas.

Quadro 78 – Localização das primeiras e segundas residências segundo os tipo de concelhos definidos em função da caracterização do fenómeno das segundas residências

Tipo de concelho em função das características da segunda residência	Tipo de concelho onde está a primeira residência		Tipo de concelho onde está a segunda residência	
	Nº	%	Nº	%
Tipo 1 – Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano	42	13,46	60	19,23
Tipo 2 – Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno	0	0,00	8	2,56
Tipo 3 – Os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural	5	1,60	39	12,50
Tipo 4 – Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico	3	0,96	60	19,23
Tipo 5 – Áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno	8	2,56	26	8,33
Tipo 6-A – Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes	25	8,01	34	10,90
Tipo 6-B – Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência	225	72,12	81	25,96
NS/NR	4	1,28	4	1,28
Total	312	100,00	312	100,00

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Outro dado fundamental para compreender e analisar o fenómeno e as relações espaciais por ele induzidas, diz respeito à distância entre primeiras e segundas residências. Essa é uma das principais condicionantes do processo de decisão de ter, ou de manter, uma segunda residência e da respetiva frequência de uso.

Como se pode verificar no Quadro 79 e, até certo ponto, também na Figura 91, as distâncias abaixo dos 100 km, ou da 1 hora de viagem, são as mais frequentes, apesar de próximas das duas classes seguintes, a partir das quais, ou seja, a partir dos 300 km ou das 3 horas de viagem, é mais vincado o decréscimo da sua representação.

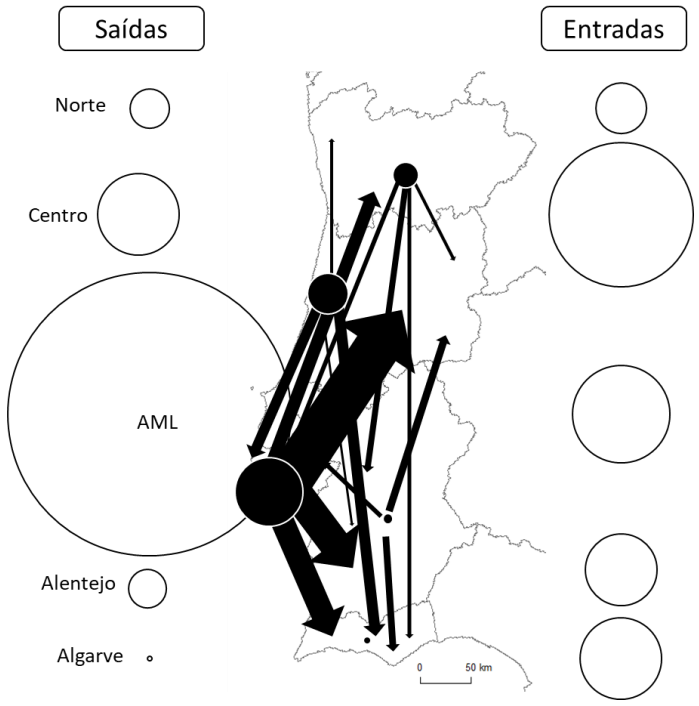
Quadro 79 – Distância absoluta e relativa entre a primeira e a segunda residência

Classes de distância em km	Distância absoluta (km)		Classes de distância em tempo	Distância relativa (horas)	
	Nº	%		Nº	%
<100 Km	100	32,05	<1 hora	89	28,53
100-200 Km	68	21,79	1-2 horas	76	24,36
200-300 Km	71	22,76	2-3 horas	83	26,60
>300 Km	48	15,38	>3 horas	39	12,50
No mesmo concelho	19	6,09	No mesmo concelho	19	6,09
NS/NR	6	1,92	NS/NR	6	1,92
Total	312	100,00	Total	312	100,00

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A distribuição das distâncias absolutas, não considerando as não respostas e os valores zero aplicáveis nos casos em que a primeira e a segunda residência se localizavam no mesmo concelho, ou seja, para um total de 288 casos válidos, resultou numa média de 183,896 km[98], a qual, em termos de distância/tempo é de 1 hora e 8 minutos. Estes valores estão em linha com uma relação entre a distância absoluta e o número de dias passados na segunda residência traduzida num coeficiente de correlação de Pearson de -0,222523351, tendo em conta um teste F de 0,000, ou seja, uma fortíssima probabilidade de as duas distribuições não serem significativamente diferentes, o que quer dizer que à medida que aumenta a distância entre a primeira e a segunda residência também diminui o número de dias por ano em que ela é usada.

[98] O cálculo das distâncias, absoluta e relativa, foi efetuado posteriormente através da consulta do sítio internet https://www.viamichelin.pt/, no qual foram introduzidas, uma a uma, as localidades de origem e de destino declaradas pelos inquiridos. Considerou-se a distância entre sedes de concelho e, nos casos em que a primeira e a segunda residência era no mesmo concelho, adotou-se um valor 0 para a distância. Apesar desta generalização, as conclusões mantêm-se válidas.



Legenda: círculos e setas proporcionais a um total de entradas e saídas de 306 =10

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Figura 91 – Localização conjugada das primeiras e segundas residências (entradas e saídas para 306 =10), 2019

Uma análise detalhada das relações entre as classes de distância da primeira à segunda residência e as variáveis do inquérito relacionadas com a frequência de utilização, conduz às seguintes grandes conclusões:

1) Para a classe de distância abaixo de 100 km (100 casos, ou 32,1% do total) – 59% dos casos são de segundas residências localizadas na região de Lisboa Litoral, englobando portanto a sub-região do Oeste, com uma frequentação superior a 5 vezes por ano e, por mês, entre as duas e três vezes ou, por semana, entre 1 e 2 vezes.

2) Na classe de 100 a 200 km (68 casos, ou 21,8% do total) – não há descriminação por via da frequência de uso, surgindo apenas as áreas onde o fenómeno está em declínio, ou seja, áreas entre o rural e o urbano, localizadas sobretudo no Alentejo Interior ou na região de Lisboa Interior.

3) Na classe de distâncias entre 200 e 300 km (71 casos, ou 22,8% do total) – também não aparecem modalidades relacionadas com a frequência de uso, apesar de serem

relevantes as não respostas ao uso semanal; destaca-se uma localização das primeiras residências que privilegia a região de Lisboa Litoral, correspondente à AML e Oeste, e as segundas residências localizadas no Centro Interior e no Algarve.

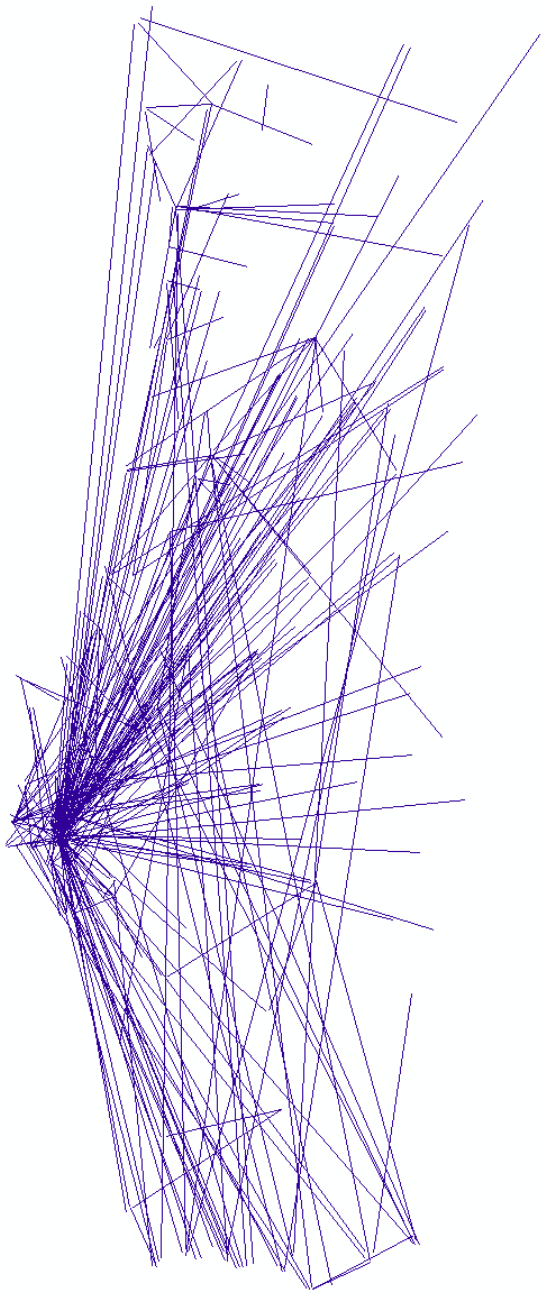
4) Acima dos 300 km (48 casos, ou 15,4% do total) – destacam-se os primeiros residentes mais qualificados do Norte Interior que usam as suas segundas residências no Algarve menos de uma vez por mês e que se queixam do turismo em excesso.

5) Por último, os casos em que as primeiras residências são no mesmo concelho das segundas (19 casos, ou 6,1% do total) – misturam várias situações, desde as que são também alugadas e emprestadas e, por isso, têm uma baixa frequência de uso por parte do proprietário, até às que são usadas muito frequentemente, até porque se trata de residências de apoio à prática de atividades que vão muito para além do recreio e lazer.

Uma representação em cartograma das localizações da primeira e segunda residência, põe em destaque tudo o que foi dito até agora relativamente ao carácter mais emissor ou mais recetor de várias áreas do País e, ao mesmo tempo, torna claras as distâncias que separam cada uma dessas realidades locativas Figura 92.

Essa representação evidencia, por um lado, centros emissores que conjugam o pequeno e o grande raio de ação e, por outro, centros recetores concentradores em muito menor número face a uma grande dispersão de outros da mesma natureza, mas sem essa capacidade de atração apesar de diversificada em termos geográficos.

Esta Figura 92, por ser demasiado rica em termos da informação que carrega, irá ser retomada nas conclusões deste trabalho, pois resume de forma exemplar, tanto a rede de aglomerados do continente, como as vocações, mais urbanas, ou mais rurais, das suas diferentes regiões e, assim, das suas diferentes capacidades de geração e de atração de segundos residentes.



Legenda: cada linha corresponde a uma ligação entre a primeira e a segunda residências

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Figura 92 – Localização conjugada das primeiras e segundas residências ao nível do concelho, 2019-2020

Nos pontos seguintes procede-se à análise das 3 dimensões analíticas do fenómeno em estudo: a casa, os utilizadores e o seu uso, mobilizando para isso os diferentes conjuntos de questões do inquérito.

14. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO PELAS COMPONENTES ANALÍTICAS DO FENÓMENO

14.1. A casa

14.1.1. Nota metodológica

Para além do apuramento das frequências, absolutas ou relativas, interessa também conhecer e analisar os principais cruzamentos entre as respostas ao inquérito. A melhor forma de sistematizar esses cruzamentos é através da utilização de uma metodologia que pode ser descrita da seguinte forma:

1) Em primeiro lugar, todas as resposta devem estar classificadas, isto é, a escala de medição das variáveis intrínsecas às perguntas do inquérito, deve ser a nominal;
2) para cada pergunta do inquérito, são apuradas por classe, ou modalidade de resposta, as frequências coincidentes com as outras modalidades das restantes variáveis, ou seja, vão-se contabilizar quais as respostas dadas às outras variáveis, tendo em conta as respetivas modalidades;
3) Esse cruzamento (quantidade de indivíduos que deu como resposta a modalidade x_i à variável X e que respondeu y_i à variável Y) é considerado significativo, ou seja, não é espúrio nem representa uma simples expressão do acaso, quando para as respostas de xi relacionadas com yi, se verifique a existência de alguma sobrerrepresentação;
4) Essa sobrerrepresentação é dada, primeiro, pela percentagem de indivíduos que responderam y_i no conjunto dos que responderam x_i (percentagem da modalidade na classe) e, em segundo lugar, pela percentagem de resposta y_i no grupo xi comparada com a resposta y_i no total dos inquéritos (percentagem da modalidade no total dos inquéritos);
5) Por último, consideram-se também as representações inversas, ou seja, a percentagem de indivíduos do grupo x_i que responderam y_i, no total dos que responderam y_i no total dos inquéritos (percentagem da classe na modalidade).

Na prática, trata-se de uma metodologia baseada na análise de covariância e de determinação de comunalidades entre variáveis, ou seja, até que ponto existem espaços matemáticos de sobreposição entre pares de distribuições, sendo uma a classe de uma

determinada variável, e as outras, cada uma das modalidades das restantes variáveis. No final, apenas são retidos os cruzamentos que apresentem um valor teste elevado e uma probabilidade quase nula de a relação ser obtida por acaso. Esses cruzamentos de elevado significado estatístico entre a classe respondida e as suas relações com as outras variáveis, passam a designar-se por modalidades características.

Como seria demasiado moroso e repetitivo efetuar esses cruzamentos para todas as variáveis, entendeu-se suficiente, pelo menos relativamente à dimensão «casa», tratar apenas as relações entre o tipo de construção e as modalidades características resultantes da aplicação da metodologia descrita, a qual foi apoiada pelo software SPAD, já antes referido.

14.1.2. Resultados para a dimensão casa

No âmbito da dimensão casa incluíram-se algumas questões do inquérito diretamente com ela relacionadas. O quadro seguinte sistematiza essas questões e as respetivas modalidades de resposta ou, em alguns casos, quando elas eram de resposta aberta, de classificação posterior. Na terceira coluna desse quadro enumeram-se alguns dos objetivos de investigação associados a essas questões e relacionados com as hipóteses abordadas e desenvolvidas nos capítulos I e II. Deve salientar-se que a sistematização adotada, tanto em termos de dimensões analíticas, como das questões a elas associadas, não inviabiliza uma análise cruzada dos resultados obtidos, tal a riqueza de relações entre a casa, os utilizadores e os seus usos.

A grande maioria das casas localiza-se dentro dos aglomerados urbanos ou rurais (82,1%), enquanto uma pequena parte, 16,4%, se localiza isolada no campo e um número ainda menor se localiza num resort. É uma realidade comum e incontornável da realidade nacional: a muito expressiva maioria das construções de segunda residência confina-se a aglomerados devidamente delimitados como rurais ou urbanos, facto que salienta a importância dos processos de planeamento municipal relativos ao ordenamento do território. Por sua vez, a relevância do alojamento em empreendimentos turísticos do tipo resort é quase inexistente, ainda que, de qualquer modo, continue a ser importante para o desenvolvimento turístico, tal como salienta Mafalda Patuleia, a qual coloca este tipo de imobiliário na base do crescimento do chamado turismo residencial, ainda que isto exija elevados investimentos no destino (Patuleia, 2011a:283).

Quadro 80 – Questões do inquérito integradas na dimensão casa

Questões do inquérito relativas à dimensão «casa»	Modalidades de resposta	Significado analítico
Algumas características de localização da segunda residência (escolha uma) (Sítio)	Está dentro de um aglomerado, seja aldeia, vila ou cidade Está fora de um aglomerado, isolada no campo, ainda que possa fazer parte de um conjunto de outras casas Está fora de um aglomerado, mas está num "resort"	A localização da casa, dentro ou fora de aglomerados, é uma problemática que, por um lado, é objeto de conclusões de senso comum que colocam as segundas residências espalhadas pelos campos e, por outro, também reflete o respeito pelas regras de ordenamento do território que, sobretudo a partir de meados dos anos de 1990, se estendem a todas as áreas do País.
Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa)	É uma moradia completamente isolada/destacada É uma moradia em banda ou colada a outras casas É uma casa de madeira ou bungalow É um apartamento num prédio	O tipo de casa, para além de diferenciar entre áreas mais urbanas ou mais rurais e de maior ou menor ocupação turística, é também importante para aferir o nível socioeconómico dos proprietários, não deixando também de ser um elemento relevante para a avaliação dos seus efeitos sobre o ambiente natural e a paisagem.
Nº de pisos da moradia ou do prédio, no caso de apartamento	1 piso 2 pisos 3 pisos 4 pisos 5 ou mais pisos	O nº de pisos está diretamente relacionado com o tipo de casa. O principal objetivo foi verificar onde é maior o desenvolvimento vertical da habitação, o qual estará também relacionado com o maior ou menor desenvolvimento turístico.
Área total da casa em metros quadrados (área aproximada com paredes exteriores)	< 70 m2 70 a 100 m2 101 a 200 m2 > 200 m2	Indicador de maior ou menor ostentação e capacidade económica e financeira dos seus proprietários. Quando maior a dimensão da casa, maiores os efeitos negativos sobre a paisagem e o ambiente, mas também maiores os efeitos positivos sobre a economia, desde que se verifiquem práticas e padrões de consumo com isso consentâneos.
Área total do terreno, em metros quadrados, onde se implanta a casa ou o prédio	< 100 m2 100 a 300 m2 301 a 500 m2 > 500 m2	Para além da relação com a área da casa, o objetivo é saber se existem condições objetivas para a prática de algumas atividades complementares, nomeadamente no âmbito da jardinagem, horticultura ou agricultura em geral.
Ano de construção (indique o ano, mesmo que aproximado)	1960 ou antes 1961-1981 1982-1991 1992-2001 2002-2011 2012 ou depois	O ano de construção, sobretudo quando cruzado com o ano e a forma de aquisição, é fundamental para se perceber a evolução temporal do fenómeno.
Quanto dinheiro (em euros) estima que se gasta, num ano, na manutenção da casa (reparações, água, luz, etc.)	<400 euros 400-700 euros 701-1000 euros 1001-1500 euros >1500 euros	Os gastos, acabam por resumir alguns dos aspetos antes referidos. No entanto, eles são também interessantes no contexto da avaliação das causas que estão na base do apego ao lugar ou, em termos mais gerais, da topofilia, já que, por exemplo, a existência de relações familiares é importante na redução dos custos de manutenção.

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A tipologia de casa está maioritariamente representada pelas moradias, sejam isoladas, sejam em banda, facto que está em linha com o já observado para os dados censitários. De qualquer modo, os apartamentos, naturalmente associados a freguesia mais urbanas e já com forte desenvolvimento turístico, representam 33,0% do total. Por sua vez, os bungalows,

tipologias normalmente reservadas para os empreendimentos de parques de campismo, são muito residuais, e apenas surgem em 1,3% dos casos. Em consonância com esta distribuição genérica, surgem mais representadas as casas com 2 pisos (32,1%), estando também muito representadas aquelas que têm um piso (27,2%). Entre os 3 pisos, eventualmente também associados a moradias, e os 5 ou mais pisos, expectavelmente mais associados a apartamentos, mantêm-se proporções conformes com os tipos genéricos antes referidos.

A área das casas aponta para duas realidades que, não sendo diretamente antagónicas em termos do seu significado social e económico, se diferenciam entre duas situações equilibradamente opostas. Por um lado, aquelas que vão até aos 100 m^2 e, por outros, aquelas que ficam acima desse valor. Enquanto no primeiro caso estão 42,6% das casas, no segundo, esse valor situa-se nos 47,4%. Esta situação é conforme com a representação das várias classes de dimensão dos terrenos onde se implantam as casas. Por um lado, as parcelas com menos de 100 m^2 têm uma representação de 12,8%, sendo que na classe de 100 a 300 m2 estão mais 27,2% dos casos. No conjunto, abaixo dos 301 m2 estão 40,0% dos casos, enquanto acima desse valor de área estão 32,1%. Esta observação cruzada com a área das casas, aponta para uma fraca incidência das situações em que a disponibilidade de terreno extra, seja como quintal, jardim ou disponível para outras práticas agrárias, é uma motivação considerada como importante para a posse de uma segunda residência.

De um modo geral, resulta claro que, nem as segundas residências tendem a ser objeto de ostentação, nem a sua implantação em parcela ou lote está de acordo com uma forte importância da complementaridade com atividades agrárias. Qualquer uma destas observações, apesar de não diminuir a importância do sentimento de busca do idílio perdido (Müller, 2011), salienta, de qualquer modo, a fruição do lugar enquanto espaço geográfico de interação ambiental, social e económica, por oposição a uma fruição do espaço fechado e delimitado da segunda residência, uma prática mais consentânea com os modos de vida nórdicos, menos favorecedores da interação, eventualmente invasiva, de vizinhança (Farstad & Rye, 2013). Isto é, a área da casa e do seu terreno de implantação, não estabelecem as fronteiras da interação social, funcionando mais como âncoras de um sistema de relações alargado que vão muito para além do espaço restrito da casa e do lote. De qualquer modo, apesar de a área do terreno de implantação da casa não ser suficiente para estabelecer essa relação, os 21,8% de casas implantadas em terrenos com mais de 500 m^2, um valor de área que não é demasiado diferenciador, indicam, pelo menos, como é importante a disponibilidade de espaço.

É de salientar que relativamente a esta questão sobre a área de terreno de implantação da casa, 27,9% dos inquiridos não responderam, facto que só pode estar relacionado com dois tipos de explicação: por um lado, alguma dificuldade de resposta acerca do conceito de área e, por outro, alguma dificuldade em objetivar a verdadeira dimensão do terreno de implantação da casa.

O ano de construção da casa, onde 46,5% é anterior a 1982, e 22,1% mesmo anterior a 1961, mostra como é antiga a relevância do fenómeno das segundas residências, mesmo que apenas apoiada em construções mais antigas de utilização mais recente para esse uso. Seja como for, os cerca de 46% de casas construídas após 1981, são reveladores da importância do crescimento do fenómeno nos últimos 40 anos.

Foram incluídos na dimensão «casa» os gastos com a sua manutenção. Apesar de estas despesas também estarem relacionadas com a intensidade e frequência de uso, não deixam de ser relevantes para a avaliação, ainda que indireta, do seu tamanho, opulência, grau de equipamento e enquadramento, para além da óbvia capacidade económica e financeira do seu proprietário.

Considerando o total de respostas e não respostas, 56,4% dos inquiridos declararam gastar anualmente mil euros ou menos com a manutenção da casa, enquanto 25,3% respondeu que essas despesas eram acima desse montante. A média das despesas antes de classificadas para efeitos de apuramentos é de 1219,24 euros, tendo em conta um total de respondentes de 255. Este valor anual representa, por mês, um gasto de 101,60 euros, um montante que é consentâneo, num contexto de baixos consumos, com a manutenção em atividade dos abastecimentos de água e eletricidade, com pequenos serviços de reparação e limpeza ou com o condomínio, quando existente, e o pagamento de impostos. No geral, pode afirmar-se que os custos de manutenção da segunda residência não são demasiado elevados, ou seja, estão ao alcance de pessoas ou famílias com rendimentos mensais que não precisam de estar nos escalões mais elevados.

Em síntese, a maior parte das casas são moradias, localizam-se no interior de aglomerados urbanos ou rurais, têm uma dimensão que em 76,3% dos casos está abaixo dos 201 m^2 e em 73,1% correspondem, ou estão localizadas em prédios com 3 ou menos pisos. Tanto as áreas dos terrenos de implantação como os montantes de despesa anual com a manutenção, mostram uma realidade em que não se destacam, nem sequer têm significado relevante, as situações de ostentação ou de imobiliário que poderia ser considerado de luxo.

14.1.3. Análise das relações entre o tipo de construção e as modalidades características das outras variáveis do inquérito

14.1.3.1. As moradias completamente isoladas ou destacada

As 117 casas correspondentes a moradias isoladas, isto é, sem paredes comuns com outras casas e, assim, destacadas numa parcela, apresentam uma variedade de modalidades características (Quadro 81) que se resolveu agregar, ou apenas designar, em conjuntos coerentes do ponto de vista descritivo e, até certo ponto, também explicativo, apenas para facilitar a apresentação dos resultados.

As **características morfológicas e funcionais** das casas, bem assim como a sua **forma de posse**, mostram que:

- mais de um terço destas moradias, onde prevalecem as áreas de 100 a 200 m^2, mas onde também é importante a sobrerrepresentação das que estão na classe acima de 200 m^2[99], estão isoladas no campo, ou seja, não se integram em nenhum aglomerado e têm, em quase metade dos casos, 2 pisos e, em mais de um terço dos casos, apenas 1 piso.
- As casas implantam-se, principalmente, em terrenos com mais de 500 m2 e, secundariamente, em terrenos com área entre 301 e 500 m2; tendo em conta a análise de frequências já efetuada, que mostrou exatamente a prevalência de terrenos de pequena dimensão, e tendo também em conta a maior dificuldade de disponibilidade de parcelas com maiores dimensões em áreas urbanizadas, esta observações é lógica e coerente.
- Cerca de 50% dos casos de casas construídas antes de 1960, estão nesta classe, tendo idêntica relevância os gastos em manutenção acima dos 1500 euros.
- Apesar de não ser maioritária, a posse da segunda residência por construção pelo próprio, representa um pouco mais de ¼ dos casos, sendo que as moradias isoladas correspondem a quase 66% dos casos em que houve essa construção.

As observações anteriores ganham um significado mais claro quando se considera o conjunto das variáveis que traduzem a **localização e a distância à primeira residência**:

[99] Repare-se que 74,4% das casas com mais de 200 m^2 são moradias isoladas ou destacadas.

- Estas casas têm no Norte Interior um peso de 73%, apesar de esta região representar cerca de 7% na classe.
- Aquela importância deste tipo de casa nos concelhos que abrangem as NUT III do Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, está em linha com outras características deste grupo, tais como o facto de se tratarem de concelhos que foram tipificados como tendo o fenómeno em declínio, e cujos utilizadores são provenientes de áreas urbanas principalmente residenciais.
- Em relação direta com as duas localizações, a da primeira e a da segunda residências, tem-se uma maior representação da modalidade de distância/tempo de 1 a 2 horas e de distância absoluta de 100 a 200 km.

Relativamente ao conjunto de questões associadas às **características dos utilizadores**, salienta-se o seguinte:

- Em primeiro lugar, uma boa parte dos respondentes enquadrados nesta classe, cerca de um terço, são pessoas entre os 35 e os 44 anos, o que se relaciona diretamente com o facto de o tipo de agregado familiar que usa a segunda residência serem casais com filhos ou netos.
- Outras observações, as quais estão em consonância com os tempos e distâncias de deslocação, referem-se ao grande número de utilizadores, sobretudo em cada estadia, onde a modalidade das 6 a 10 pessoas representam quase 24% na classe, enquanto no total esse peso é de 17,3%.
- Por último, interessa destacar que no conjunto das casas que são emprestadas, seja a amigos ou a familiares, esta classe das moradias isoladas representa 49,3%.

O conjunto das perguntas relativas aos **tempos de utilização e** às **atividades praticadas** (desde quando usam, quando usam e para que usam), redundam nas seguintes observações:

- Apesar de as construções serem principalmente anteriores a 1961, a sua utilização dominante inicia-se nas décadas de 60 e 70 do século XX.
- Em conexão com as distâncias, absolutas e relativas, mais representadas nesta classe, a frequência de utilização é relativamente baixa e, pelo menos, surge em 74,4% dos casos da classe como sendo inferior a 1 vez por semana.
- Por sua vez, há uma grande variedade de atividades praticadas, as quais vão desde as

mais passivas, como o descanso e a contemplação, às mais ativas, como os passeios e a prática desportiva.

Quadro 81 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É uma moradia completamente isolada/destacada (117 casos, 37,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Tipo	Moradia isolada	100,00	37,50	100,00	19,97	0,000	117
SR: Área total do terreno	> 500 m2	48,72	21,79	83,82	8,81	0,000	68
SR: Sítio	Isolada no campo	38,46	16,35	88,24	8,09	0,000	51
SR: Área total	> 200 m2	27,35	13,78	74,42	5,15	0,000	43
SR: Nº de pisos	2 pisos	47,86	32,05	56,00	4,48	0,000	100
SR: Área total	101 a 200 m2	48,72	33,65	54,29	4,21	0,000	105
SR: Forma de posse	Construiu	26,50	15,06	65,96	4,14	0,000	47
SR: Área total do terreno	301 a 500 m2	19,66	10,26	71,88	3,98	0,000	32
SR: Familia utilizadora	Casal, filhos, netos	34,19	22,12	57,97	3,79	0,000	69
SR: Nº de pisos	1 piso	39,32	27,24	54,12	3,54	0,000	85
Atividades que desenvolve no local da SR	Muitas atividades	24,79	16,03	58,00	3,06	0,001	50
SR: Número de utilizadores	> 5	38,46	28,21	51,14	2,96	0,002	88
Tipologia SR-SR	Declínio	28,21	19,23	55,00	2,93	0,002	60
Dinheiro gasto na manutenção por ano	>1500 euros	25,64	17,31	55,56	2,82	0,002	54
O que mais gosta	Apego ao lugar	5,13	1,92	100,00	2,80	0,003	6
Distancia/tempo	1-2 horas	32,48	24,36	50,00	2,43	0,007	76
Tipologia SR-RP	URBANOS PR	80,34	72,12	41,78	2,41	0,008	225
SR: Ano de construção	1960 ou antes	29,91	22,12	50,72	2,41	0,008	69
Nº de vezes que usa a SR por semana	Menos de 1 vez	74,36	65,71	42,44	2,39	0,008	205
SR: Desde quando usam	1961 a 1981	17,09	11,22	57,14	2,33	0,010	35
O que mais gosta	Paisagem, natureza	19,66	13,46	54,76	2,28	0,011	42
SR: Familiares no local	Sim	56,41	47,76	44,30	2,25	0,012	149
Distancia PR-SR	100-200 Km	29,06	21,79	50,00	2,25	0,012	68
Nº pessoas da família que usam a SR em cada estadia	6 a 10 pessoas	23,93	17,31	51,85	2,22	0,013	54
Quem usa a SR	Empresta	29,91	22,76	49,30	2,18	0,015	71
Região SR	Norte Interior	6,84	3,53	72,73	2,11	0,018	11
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	nr	15,38	10,26	56,25	2,09	0,018	32
Idade	35-44 anos	31,62	24,68	48,05	2,05	0,020	77

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Quando se trata das questões de mensuração dos **níveis de topofilia**, as observações sobre esta classe de casas de segunda residência é relativamente menos rica que nos conjuntos anteriores, dado surgirem como mais relevantes a existência de familiares no local em 56,4% dos casos, e a relativamente fraca representação das ligações ao lugar com isso relacionadas. Ou seja, apesar de a existência de relações familiares ser importante, isso não se traduz num outro leque diversificado de «gostos» que façam emergir uma maior concretização da expressão do apego aos lugares.

No ponto seguinte procede-se a uma idêntica análise sobre o que resultou da opção de respostas relativas às moradias em banda, as quais, estando enquadradas no conceito britânico de «town houses», acabam também por ser típicas de áreas mais urbanas. Em Portugal, essa tipologia faz parte de muitos aglomerados rurais ou urbanos em áreas rurais, com especial incidência nas regiões mais a sul do País.

14.1.3.2. Moradia em banda ou colada a outras casas

A classe das moradias em banda apresenta um sistema de relações onde são claras as associações entre casas tendencialmente mais modestas, sobretudo implantadas em terrenos entre 100 e 300 m2, ou mesmos na classe mais baixa (abaixo de 100 m2), dentro dos aglomerados e com 2 pisos, em cerca de metade das ocorrências (Quadro 82).

O envolvimento com o local é básico, isto é, apenas usam cafés, bares ou pastelarias, restaurantes e comércio tradicional, e gastam menos de 601 euros no conjunto das estadias, sem contar com os custos de manutenção da casa. No entanto, essas estadias decorrem entre 10 a 30 dias por ano, facto que, tendo em conta a existência de familiares no local, acaba por revelar alguma capacidade de impactar modestamente na economia local. Salienta-se também que a calma e o sossego são as principais características do local valorizadas pelos utilizadores.

Por fim, surge o Centro Interior como a região onde se localizam preferencialmente, pelo menos em mais de 50%, estas moradias em banda, ao mesmo tempo que os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural são também o tipo mais representado (Cf. capítulo II).

Quadro 82 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É uma moradia em banda ou colada a outras casas (85 casos, 27,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Área total do terreno	< 100 m2	28,24	12,82	60,00	4,53	0,000	40
SR: Familiares no local	Sim	64,71	47,76	36,91	3,55	0,000	149
Região SR	Centro Interior	21,18	10,58	54,55	3,34	0,000	33
SR: Nº de pisos	2 pisos	47,06	32,05	40,00	3,29	0,001	100
Nº de dias por ano que é usada a SR	10 a 30 dias	47,06	32,69	39,22	3,13	0,001	102
Tipologia SR-SR	Rural consolidado	22,35	12,50	48,72	2,91	0,002	39
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Básico	45,88	33,65	37,14	2,63	0,004	105
O que mais gosta	Sossego, calma	31,76	21,79	39,71	2,41	0,008	68
SR: Sítio	Dentro do aglomerado	90,59	82,05	30,08	2,33	0,010	256
Dinheiro gasto por ano nas estadias na SR (sem manut. casa)	<601 euros	45,88	35,26	35,45	2,25	0,012	110
Situação na profissão	Desempregado	7,06	2,88	66,67	2,19	0,014	9
SR: Área total do terreno	100 a 300 m2	36,47	27,24	36,47	2,07	0,019	85

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.1.3.3. Apartamento num prédio

A tipologia das segundas residências correspondentes a um apartamento em um prédio (Quadro 83) é, a semelhança do já verificado para a classe das moradias isoladas, de relações diversificadas e de intensidade variável com outras questões do inquérito.

Relativamente às características da casa, estão mais representadas as construídas nos últimos 30 anos até 2011 e as localizadas em prédios com 5 ou mais pisos e, logo a seguir, com 4 pisos, tendo os 3 pisos um peso menor no conjunto, mas não deixando também de serem uma modalidade característica. A localização dentro dos aglomerados é conforme com esta tipologia habitacional e, por sua vez, as áreas abaixo de 70 m^2 e de 70 a 100 m^2, está também com isso em sintonia, tornando clara a existência de uma dicotomia que pode ser explicada por outras características de localização.

Quadro 83 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É um apartamento num prédio (103 casos, 33,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Tipo	Apartamento	100,00	33,01	100,00	19,54	0,000	103
SR: Nº de pisos	5 ou mais pisos	44,66	15,38	95,83	9,97	0,000	48
SR: Forma de posse	Compra	76,70	47,12	53,74	7,35	0,000	147
SR: Nº de pisos	4 pisos	25,24	8,97	92,86	6,78	0,000	28
SR: Sítio	Dentro do aglomerado	98,06	82,05	39,45	5,67	0,000	256
SR: Familiares no local	Não	73,79	51,60	47,21	5,46	0,000	161
Tipologia SR-SR	Urbanos PR	45,63	25,96	58,02	5,32	0,000	81
SR: Área total	70 a 100 m2	51,46	31,73	53,54	5,06	0,000	99
Região SR	Algarve	33,98	17,95	62,50	4,88	0,000	56
O que mais gosta	Praia	37,86	21,47	58,21	4,69	0,000	67
Região SR	Lisboa Litoral	48,54	31,09	51,55	4,48	0,000	97
Tipologia SR-SR	Imob. turístico	33,98	19,23	58,33	4,37	0,000	60
Distância/tempo	No mesmo concelho	13,59	6,09	73,68	3,51	0,000	19
Distância PR-SR	No mesmo concelho	13,59	6,09	73,68	3,51	0,000	19
O que mais gosta	Vantagens locativas	19,42	10,26	62,50	3,43	0,000	32
SR: Ano de construção	2002-2011	20,39	11,22	60,00	3,31	0,000	35
O que menos gosta	Confusão, ruído	10,68	4,49	78,57	3,31	0,000	14
SR: Desde quando usam	2012 e depois	32,04	21,15	50,00	3,10	0,001	66
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Médio GS	20,39	12,18	55,26	2,85	0,002	38
Região RP	Lisboa Interior	13,59	7,05	63,64	2,84	0,002	22
Atividades que desenvolve no local da SR	Ativid. sem descanso	7,77	3,21	80,00	2,78	0,003	10
Nº de vezes que usa a SR por semana	5 ou mais vezes	9,71	4,49	71,43	2,74	0,003	14
Quem usa a SR	Aluga	19,42	11,86	54,05	2,65	0,004	37
Tipologia SR-RP	Declínio	21,36	13,46	52,38	2,63	0,004	42
SR: Número de utilizadores	<=2	34,95	25,96	44,44	2,38	0,009	81
SR: Área total	< 70 m2	17,48	10,90	52,94	2,37	0,009	34
SR: Ano de construção	1992-2001	27,18	19,23	46,67	2,32	0,010	60
O que menos gosta	Ambiente degradado	9,71	5,13	62,50	2,24	0,013	16
SR: Nº de pisos	3 pisos	20,39	13,78	48,84	2,16	0,015	43
Atividades que desenvolve no local da SR	Só descanso, lazer	57,28	48,40	39,07	2,09	0,019	151

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

De facto, as regiões mais representadas são o Algarve e o litoral de Lisboa e Vale do Tejo, no qual se incluíram as NUT III correspondentes à AML e ao Oeste. Os vários concelhos destas regiões foram respetivamente tipificados, em termos das suas características relativas às

segundas residências, em concelhos de forte implantação de imobiliário turístico e em concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência. Por sua vez, tendo em conta a localização das primeiras residências, surge sobrerrepresentada a subdivisão designada por Lisboa Interior, a qual inclui as NUT III da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo. Trata-se de concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano, e onde a localização próxima da primeira e segunda residência assume especial significado, já que 73,7% daquelas que se localizam no mesmo concelho, correspondem a apartamentos em prédios.

Cerca de 77% dos apartamentos foram comprados e, em 32% dos casos, passaram a ser usados em anos posteriores a 2011. Estes dados acabam por confirmar o carácter mais dinâmico do mercado imobiliário nas regiões já identificadas, já que a sua ocupação por segundas residências é mais antiga e com muito elevada expressão.

A utilização de comércio e serviços locais por parte dos respondentes foi classificado como envolvimento mediano com o nível local, mas também com a utilização das grandes superfícies, ou seja, agregaram-se nesta classe os respondentes que usam o comércio tradicional e as grandes superfícies e também nalguns casos, os restaurantes, cafés, bares e pastelarias e alguns serviços pessoais e de reparação.

As atividades praticadas são maioritariamente o descanso e o lazer, surgindo também com algum significado aquelas que não envolvem o descanso, mas sim o trabalho intelectual. De facto, há 10 apartamentos que são considerados como segunda residência que acabam por cumprir uma função de apoio ao trabalho académico, quase sempre pessoas deslocadas de outras regiões do País e que, assim, rendibilizam as despesas de permanência com o investimento em apartamentos que depois podem vender com algum retorno financeiro.

Outra característica interessante associada aos apartamentos é a sua colocação no mercado de aluguer, naturalmente de curta duração, ou seja, no contexto do chamado alojamento local. De facto, do total de 312 inquéritos, 11,9% dos casos referem que a segunda residência é usada pelo próprio e agregado familiar, mas também é alugada através de uma plataforma como o «Airbnb» ou com anúncio no jornal, podendo isso também justificar a existência de uma sobrerrepresentação, apesar de ligeira, da classe dos 2 ou menos utilizadores em cada estadia. Esta utilização com prevalência do aluguer conduz a uma frequência de utilização que é, em média, de 5 dias por semana. No entanto, no total dos 312 inquéritos, apenas surgem 14 respostas desse tipo e apenas 71,4% delas correspondem a apartamentos.

Por último, no âmbito da topofilia, regista-se a inexistência de relações familiares no local em 73,8% dos casos, sendo mais apreciadas as vantagens locativas e a existência de praias e, pelo contrário, sendo apontados como aspetos mais negativos a confusão e o ruído e o ambiente degradado, algo que está mais associado à sazonalidade das áreas de forte concentração e desenvolvimento turístico.

14.1.3.4. Casas de madeira ou bungalow

As casas de madeira e/ou bungalows, apesar de fazerem parte da tradição construtiva de algumas áreas litorais do País, com destaque para Mira e Costa Nova, entre outras de tradição piscatória, não fazem parte dos costumes nacionais, até porque a construção de madeira é associada à efemeridade e à pobreza. Deste modo, enquanto, por exemplo, nos países nórdicos, a construção de madeira é muito comum em aglomerados dedicados a segundas residências, em Portugal isso é raro e só mais recentemente, com algumas alterações culturais e dos modos de vida, se começaram a ver construções desse tipo, sobretudo em áreas rurais e de montanha, mas também em áreas litorais, onde as construções de madeira de tipo amovível podem mesmo ser constitutivas de empreendimentos de tipo ecoturístico localizados em áreas protegidas[100].

O número de respostas correspondentes a este tipo construtivo foi apenas 4, pelo que se torna muito fácil a identificação desses casos no conjunto dos 312 inquéritos. Deste modo, apesar de isso não ser um fator distintivo, constata-se que as quatro respostas são de pessoas residentes em Lisboa, Cartaxo e Loures, cujas segundas residências se repartem por quatro municípios: Almada, Peniche, Manteigas e Braga, onde os três primeiros, dois de praia e um de montanha, já têm alguma tradição em construções deste tipo.

Pelo Quadro 84, pode verificar-se que se trata de uma classe apenas com quatro modalidades características, as quais ocorrem, com exceção de uma, em 100% desses casos, ainda que a sua representatividade geral seja naturalmente baixa. Deste modo, há apenas a salientar que se trata de utilizadores com idades entre 45 e 64 anos que gastam menos de 400 euros na manutenção das casas, as quais, por sua vez, são todas de 1 piso. Por último, a utilização de 2 vezes por semana em apenas dois casos, não tem qualquer relevância no contexto de tão reduzido número de observações.

[100] Neste particular, o empreendimento denominado Z-mar, é um exemplo interessante desse tipo (Tonon, 2012).

Quadro 84 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É uma casa de madeira ou bungalow (4 casos, 1,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades caracterísiticas	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
Dinheiro gasto na manutenção por ano	<400 euros	100,00	15,38	8,33	3,29	0,001	48
SR: Nº de pisos	1 piso	100,00	27,24	4,71	2,56	0,005	85
Idade	45-64 anos	100,00	29,81	4,30	2,43	0,008	93
Nº de vezes que usa a SR por semana	2 vezes	50,00	4,49	14,29	2,30	0,011	14

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.2. Os utilizadores

A dimensão dos utilizadores, para além de ter em conta as características socioeconómicas e demográficas dos inquiridos, inclui ainda as respostas a um conjunto de questões do inquérito que permitem conhecer quem, quantos e desde quando usam a casa. Deve salientar-se que as questões e respetivas modalidades de resposta resultam da literatura e de outras experiências de condução deste tipo de inquéritos.

O Quadro 85 sistematiza essas questões e as respetivas modalidades de resposta ou, em alguns casos, quando elas eram de resposta aberta, de classificação posterior. Na terceira coluna desse quadro enumeram-se alguns dos objetivos de investigação a elas associados e relacionados com as hipóteses abordadas e desenvolvidas no capítulo I.

47,4% dos inquiridos são proprietários da segunda residência e 52,6% são familiares, mais ou menos diretos, desses proprietários, ou seja, tendo em conta o total das 312 respostas, 35,9% são filhos, 11,2% são netos, e 9,3% são outras situações, tais como irmãos, sogros ou tios. 1,3% dos inquiridos não responderam a esta questão.

No total, 44,6% são mulheres e 55,5% são homens. Por idades, os inquiridos estão mais representados nos grupos etários dos 35 a 44 e dos 45 a 64 anos (24,7% e 29,8%, respetivamente, ou seja, 55,4%, no conjunto), mas no geral os respondentes concentram-se no intervalo dos 25 aos 80 anos, com uma quota de 86,9%. O nível de instrução mais representado, com 53,5%, é o ensino médio e superior. Com grau acima da licenciatura são 19,9% dos inquiridos, seguindo-se no sentido descendente, o secundário (18,3%) e os graus abaixo do secundário, com 8,3%.

Quadro 85 – Questões do inquérito integradas na dimensão «utilizadores»

Questões do inquérito relativas à dimensão «utilizadores»	***Modalidades de resposta***	***Significado analítico***
É proprietário ou usa uma segunda residência de um familiar direto (pai, mãe, irmão(s) ou avós)?	Sim, é proprietário de uma segunda residência (salte a questão seguinte); Sim, usa a segunda residência de um familiar direto	Estratégia de alargamento da amostra de respondentes.
Qual a sua relação de parentesco com esse familiar (esse familiar é-lhe o quê)?	Avós; Pais; Outros	Supervisão da coerência da resposta anterior.
Qual a sua idade?	<18; 18-24; 25-34; 35-44; 45-64; 65-80; >80	Dados básicos demográficos dos inquiridos.
Sexo	M; H	Dados básicos demográficos dos inquiridos.
Qual o seu grau de instrução?	Abaixo do secundário; Secundário; Curso médio ou licenciatura; Acima da licenciatura	Dados básicos socioeconómicos dos inquiridos. Indicador do nível socioeconómico.
Qual a sua situação na profissão?	Trab. por conta de outrem (incluindo funcionários e agentes do Estado); Trabalhador por conta própria ou empresário; Estudante; Reformado ou pens.; Temporar. inapto para o trabalho; Desemprego	Dados básicos socioeconómicos dos inquiridos. Indicador do nível socioeconómico para ser lido em conjugação com a questão seguinte..
Qual a sua profissão (se achar necessário, especifique se na agricultura, indústria, comércio ou serviços; por exemplo: técnico qualificado / operador de máquinas na indústria) ?	Prof. das Forças Armadas; Repres. do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, direct. e gest. executivos; Especialistas das ativ. intelectuais e científicas; Técn. e prof. de nível intermédio; Trab. qualif. da indústria, construção e artífices; Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores: Pessoal administrativo; Trabalho doméstico; Estudante	Dados básicos socioeconómicos dos inquiridos. Indicador direto do estatuto e capacidade económica e financeira do inquirido-
Número de pessoas da família que utilizam a segunda residência?	2 ou menos; 3 a 5; > 5	Esta questão, para além de objetivar, do ponto de vista do inquirido, a intensidade de utilização da casa em termos do envolvimento dos membros da família, serve também para validar, em termos de supervisão de qualidade, a resposta à questão seguinte.
Como classifica os utilizadores da segunda residência?	Casal; Casal com filhos; Casal com filhos e netos; Pessoa só; Outros	Esta classificação, apresentada logo no início do inquérito, pretende apenas tipificar os grupos de utilizadores. Estes grupos são importantes para a interpretação das atividades praticadas e dos padrões de consumo, por exemplo.
Tem familiares, mesmo que muito afastados, no local?	Sim; Não	Esta informação é muito relevante para a caracterização dos utilizadores e para a compreensão dos laços com o lugar e com a medição dos níveis de topofilia.
Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência?	Comprou; Construiu; Herdou ou foi-lhe doada	O processo de posse é muito relevante para a avaliação das motivações dos utilizadores, desde as que mais traduzem uma relação mais antiga com o lugar, até às que podem estar relacionadas com objetivos de investimento.
Desde quando, você ou os seus familiares, usam a segunda residência?	Antes de 1960 inclusive; 1961 a 1981; 1982 a 1991; 1992 a 2001; 2002 a 2011; 2012 atualidade	A antiguidade da utilização, para além de estar relacionada com as questões anteriores, serve também para, em cruzamento com a data de construção ou aquisição da casa, avaliar o grau de envolvimento com o lugar, para além da simples apreciação dos aspetos evolutivos do fenómeno.
Por quem é usada?	É só usada pelo próprio e agregado familiar; É usada pelo próprio e agregado familiar e também empresta a outros familiares e/ou amigos; É usada pelo próprio e agregado familiar e aluga através de uma plataforma como o Airbnb ou com anúncio no jornal; É usada pelo próprio e agregado familiar e empresta a outros familiares e/ou amigos e aluga	Esta questão serve para identificar os casos em que o aluguer ou o empréstimo são relevantes. Hipoteticamente, o aluguer estará mais presente em áreas turísticas específicas, enquanto o empréstimo poderá corresponder a um alargamento das relações sociais, sobretudo em ligação com áreas ambientalmente mais atrativas.
Em termos aproximados, ou em média, quantas pessoas da família, usam a segunda residência em cada estadia?	1 pessoa; 2 pessoas; 3 pessoas; 4 pessoas; 5 pessoas; 6 a 10 pessoas; 11 ou mais pessoas	Esta questão, aparentemente repetitiva em relação àquela onde se perguntava sobre quantos membros da família usavam a segunda residência, pretende apenas dar a conhecer quantas pessoas a usam em cada estadia. Deste modo, o cruzamento com outras questões, tais como essa, para além do seu carácter de controle de qualidade, pretende também saber se existem relações escondidas entre família, tipo de utilizadores, número de utilizadores e regime de disponibilização que contribuam para a compreensão do fenómeno.

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

As profissões declaradas de forma aberta pelos inquiridos, foram posteriormente classificadas de acordo com a Classificação Nacional de Profissões (CNP) em vigor no INE[101]. Dessa classificação resultou a distribuição que se apresenta no Quadro 86. Aí, é possível observar que as profissões potencialmente ou efetivamente mais qualificadas, são as que estão mais representadas, ou seja, o pessoal dirigente e os especialistas correspondem a 47,1% do total, valor que sobe para 64,1% se acrescentarmos as profissões técnicas de nível intermédio. 13,1% não respondeu à questão.

Quadro 86 – Inquiridos por profissões (CNP, 2010)

Descrição do grupo profissional	Inquiridos	
	Nº	%
Profissões das Forças Armadas	2	0,64
Represen. do poder legislativo e de órgãos execut., dirigentes, direto. e gestores executivos	30	9,62
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	117	37,50
Técnicos e profissões de nível intermédio	54	17,31
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	9	2,88
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	28	8,97
Pessoal administrativo	13	4,17
Trabalho doméstico	1	0,32
Estudante	17	5,45
NS/NR	41	13,14
Total	312	100,00

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A situação na profissão é dominada pelos trabalhadores por conta de outrem (55,8%), seguidos pelos por conta própria (21,2%) e os reformados (12,2%). Mais ou menos residualmente, surgem os estudantes (5,8%), os desempregados (2,9%) e os temporariamente inaptos para o trabalho (1,3%).

A maioria dos utilizadores das segundas residências fazem-no em grupos de 3 a 5 pessoas (43,0%), facto que é coerente com aquelas que fazem parte da família (45,5%), apesar de na classe acima, isto é, dos utilizadores em grupos de 6 ou mais pessoas, esses valores serem, respetivamente, de 28,2% no total e de 21,2% no caso de membros da mesma família, mostrando estes valores que existem utilizadores que, na mesma estadia, vão para além das relações familiares. De qualquer modo, a diferença entre essas duas realidades não é

[101] V02014 - Classificação portuguesa das profissões, 2010, disponível em https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/2014, acedido em setembro de 2019, verificado em agosto de 2021.

significativa, pelo que a principal conclusão terá de ser a de que os grupos de 3 ou mais utilizadores, independentemente das suas relações familiares, é o mais frequente.

Em conexão com o que disse anteriormente, são mais frequentes os utilizadores agregados em casais com filhos (44,2%), seguidos dos casais com filhos e netos (22,1%) e, só depois, os casais sozinhos (20,8%) e as pessoas sós (9,9%). As outras situações, sobretudo referidas a pessoas com laços familiares mais afastados ou não facilmente diretamente agregáveis, apenas representam 1,3%.

Seja como for, não restam dúvidas que a maior parte dos utilizadores são apenas pessoas da família (59,9%), seguindo-se depois outras combinações que incluem o empréstimo (22,8%), o aluguer (11,9%), e as três situações conjugadas, isto é, 4,8% das segundas residências são utilizadas pela família e emprestadas e alugadas. Apenas 0,6% dos inquiridos não respondeu a esta questão.

A existência de familiares no local da segunda residência é muito significativa, dado isso representar 47,8% contra 51,6% que referiram isso não acontecer. 0,6% não responderam a esta questão. Esta realidade acaba por se refletir nos pesos das diferentes formas de posse da casa. Enquanto a compra representa 47,1% do total, a construção pelo próprio abrange 15,1% dos casos e a herança ou doação surge com 37,8%. Se se tiver em conta que a construção é muitas vezes facilitada pela existente disponibilidade de terreno, sejam herdados, sejam adquiridos, mas quase sempre enquadrados em contextos informativos onde a relação familiar é relevante, então a importância dessas relações decerto que ficará mais aproximada da resposta à pergunta anterior.

Por último, a dinâmica temporal da formação e evolução dos utilizadores da casa, mostra uma importância relativa maior, com valores entre 21 e 27%, dos usos a partir de 1992 até 2019. Por sua vez, nos anos anteriores a 1992, há um ligeiro destaque do período de 1961 a 1981, com 11,2%, seguido do de 1982 a 1991, com 8,3% e, por fim, o período de 1960 e anos anteriores, com um peso muito mais baixo (2,2%). Em geral, esta distribuição reflete duas realidades incontornáveis: 1) a difusão e expansão mais recente da posse de uma segunda residência e, 2) em anos mais recuados, o fenómeno já existia, mas estava sobretudo ligado a: i) uma burguesia urbana que frequentava as estâncias de veraneio de consolidação mais antiga; e, ii) um contingente significativo de pessoas envolvidas nos processos de êxodo rural, fossem integrados nas migrações internas, fossem-no nas migrações internacionais.

De seguida, vão-se analisar as relações entre duas manifestações do fenómeno através dos seus utilizadores, uma mais ligada à existência de ligações familiares e, outra, também entrecruzada com essas ligações, mas que traduz diretamente a forma de tomada de posse da casa. No final, por ser impraticável uma análise minuciosa do mesmo tipo para todas as classes de todas as variáveis incluídas na dimensão utilizadores, far-se-á uma análise sumária de um quadro sinóptico construído com base na exploração sintática dessas relações.

14.2.1. A existência de ligações familiares ao local e as relações com outras variáveis

A terra de origem, ou da origem dos familiares diretos, é um dos principais fatores da escolha para a localização da segunda residência, sobretudo quando a essas origens se adicionam amenidades ambientais ou fatores atrativos de qualquer sorte favorecedores da fruição para recreio e lazer. Deste modo, a existência de ligações familiares emerge como fundamental na decisão de escolha de uma segunda residência, não sendo a isso alheio a existência de outras condições que nisso ajudam, como por exemplo a disponibilidade de terrenos, de casas ou, simplesmente, de circuitos de informação que facilitam todos os processos de concretização dessa decisão.

14.2.1.1. Sim, tem familiares a residir no local da segunda residência

Os inquiridos que têm familiares no local (Quadro 87) e, logo, mais intensas relações com o lugar, para além de terem herdado, ou a eles terem sido, em mais de metade dos casos, doadas as casas, têm ainda a particularidade de serem proprietários de casas de construção mais antiga, sobretudo antes de 1960, mas também com elevado significado, nas décadas de 1961 a 1981, período em que é mais significativo o início de uso da casa. Esta antiga relação com o lugar, em conjugação com a igualmente antiga origem da casa que agora é usada como segunda residência, justifica um sentimento de pertença que leva os inquiridos a manifestar o convívio social, o sossego e a calma e o apego ao lugar, como os principais gostos pelo lugar. Do mesmo modo, perguntados sobre o que menos gostam, os inquiridos manifestaram o abandono e as fracas condições de desenvolvimento como mais relevantes. Se, por um lado, do ponto de vista dos gostos se manifestam sentimentos de autossatisfação, do ponto de vista dos gostos mais negativos, verificam-se sentimentos de preocupação social, o que acaba por complementar um duplo sentimento de topofilia, só por si, ou em direção à terrafilia, que deve ser valorizado.

A existência de familiares no local mostra relações com o tipo de casa que merecem ser destacadas. Quase prevalecem as tipologias da moradia, isolada ou em banda, com 101 a 200 m2 de área, 2 pisos e implantadas em terrenos com mais de 500 m2. Mas, as frequências de uso não são muito elevadas, sendo mais relevantes as utilizações anuais de 10 a 30 dias, muitas vezes realizadas menos de uma vez por ano, ainda que as distâncias absolutas e relativas sejam, respetivamente, da ordem os 100 a 200 km, ou da uma a duas horas de viagem em automóvel. Esta relativamente baixa frequência de uso talvez justifique a elevada representação da nula participação em eventos ou atividades locais.

Um outro traço interessante de caracterização destes proprietários ou utilizadores que mantêm relações com familiares no local, é o que se relaciona com a geografia e as tipologias de concelhos já descritas nos capítulos II e III. Por um lado, em termos da geografia, não surgem como mais representadas as regiões tradicionalmente mais afetadas por fenómenos emigratórios, já que, apesar de tudo, Lisboa, Centro e Alentejo interiores não se enquadram em conjunto nessa realidade (Cf. Figura 14, no capítulo II) mas, por outro, em termos da tipologia, destacam-se os concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano, os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural e as áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno. Em síntese, este enquadramento tipológico, cruzado com a existência de familiares no local, coloca em primeiro plano as áreas rurais com maiores taxas de crescimento do fenómeno já desde os anos 80, mas não dá o mesmo relevo às áreas de maior desenvolvimento turístico, factos que estão em sintonia com a oposição entre a tradição, a que se poderá chamar, tendo em conta os recursos populacionais, exportadora (drenagem de recursos humanos produtores) e a importadora (atração de alóctones consumidores).

Esta dicotomia simples tem-se vindo a revelar ao longo de todas as análises anteriores, como uma ferramenta útil para a sistematização de duas grandes oposições teórico-analíticas do fenómeno: 1) por um lado, a forte ligação entre as origens familiares e a manutenção ou investimento numa segunda residência; e 2) por outro, a inexistência dessas relações e a decisão de aquisição, uso e fruição de algo que está num local onde as relações familiares são inexistentes ou não são relevantes, mas são-no as amenidades ambientais, a localização e o tipo de atividades que é possível praticar.

Quadro 87 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tem familiares no local; Classe: Sim (149 casos, 47,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
SR: Forma de posse	Herança, doação	57,05	37,82	72,03	6,66	0,000
Tipologia SR-SR	Declínio	31,54	19,23	78,33	5,23	0,000
SR: Ano de construção	1960 ou antes	33,56	22,12	72,46	4,57	0,000
Região SR	Lisboa Interior	14,77	7,69	91,67	4,50	0,000
SR: Tipo	Moradia em banda	36,91	27,24	64,71	3,55	0,000
O que menos gosta	Abandono, subdesenv.	12,08	6,73	85,71	3,49	0,000
Região SR	Centro Interior	16,78	10,58	75,76	3,27	0,001
Distância/tempo	1-2 horas	32,89	24,36	64,47	3,23	0,001
Tipologia SR-SR	Rural consolidado	18,79	12,50	71,79	3,07	0,001
SR: Área total	101 a 200 m2	42,28	33,65	60,00	2,97	0,001
Região SR	Alentejo Interior	13,42	8,33	76,92	2,95	0,002
O que mais gosta	Convívio social	5,37	2,56	100,00	2,81	0,002
Nº de vezes que usa a SR por ano	Menos de 1 vez	10,74	6,41	80,00	2,80	0,003
Tipologia SR-SR	Periurbano recente	12,75	8,33	73,08	2,52	0,006
Distância PR-SR	100-200 Km	28,19	21,79	61,76	2,48	0,007
O que mais gosta	Sossego, calma	28,19	21,79	61,76	2,48	0,007
SR: Área total do terreno	> 500 m2	28,19	21,79	61,76	2,48	0,007
Participação no local da SR	Nula	55,70	48,08	55,33	2,47	0,007
SR: Desde quando usam	1961 a 1981	16,11	11,22	68,57	2,45	0,007
Nº de dias por ano que é usada a SR	10 a 30 dias	39,60	32,69	57,84	2,37	0,009
O que mais gosta	Apego ao lugar	4,03	1,92	100,00	2,28	0,011
SR: Tipo	Moradia isolada	44,30	37,50	56,41	2,25	0,012
SR: Ano de construção	1961-1981	30,20	24,36	59,21	2,17	0,015
SR: Nº de pisos	2 pisos	38,26	32,05	57,00	2,12	0,017

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.2.1.2. Não, não tem quaisquer familiares a residir no local da segunda residência

Os utilizadores sem ligações familiares ao local da segunda residência apresentam relações com modalidades características que confirmam o que já foi referido antes (Quadro 88). Por um lado, a forma de posse dominante é a compra, ou seja, 75,5% das pessoas que compraram a casa não têm relações familiares no local ou, de outra forma, 68,9% das pessoas que não têm relações familiares no local, compraram a casa. Por outro lado, estas casas são de

uso recente, a partir de 2012, e são principalmente apartamentos, com maior representação das áreas entre 70 e 100 m^2, e em prédios com 5 ou mais pisos, construídos nas últimas décadas.

Desde logo, estas observações orientam de forma clara para uma realidade mais urbana ou, pelo menos, mais afastada do rural tradicional, porventura com uma maior ocupação por prédios como é típico da áreas de maior desenvolvimento turístico.

De facto, em sintonia com as observações anteriores, verifica-se também que as regiões de localização das casas são o Algarve e o litoral da região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de a representação destas modalidades na classe ser de apenas cerca de um terço, mas a classe nas modalidades ter uma representatividade bem superior à metade. Estas regiões surgiram na tipologia apresentada no capítulo II, como contendo municípios classificados como concelhos de forte implantação de imobiliário turístico, sobretudo no Algarve, e concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência, principalmente no litoral da AML. Acresce a isto, o facto de, preferencialmente, as segundas residências desta classe estarem, em distância absoluta, a menos de 100 quilómetros da primeira residência e, em distância relativa, a menos de 1 hora.

A frequência de utilização da casa está muito relacionada com a distância, absoluta e relativa, mas também com outras variáveis. De facto, mais de metade dos utilizadores sem relações familiares com o local utiliza a segunda residência 5 ou mais vezes por ano e 73,3% daqueles que usam a segunda residência pelo menos 1 vez por semana, também não têm esse tipo de relações familiares.

Por sua vez, esta frequência de utilização, justifica o facto de ser algo relevante o grande envolvimento com o nível local, o qual inclui a utilização das grandes superfícies, ou seja, o uso do comércio tradicional e o comércio em grandes superfícies e, em muitos casos, também os restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos.

Finalmente, as tipologias da casa, das regiões e das frequência de uso e de envolvimento local, acabam por se refletir numa prática de atividades sobretudo de descanso e lazer e num gosto expressivo pela praia. Esta conclusão está bem justificada pelas observações feitas.

Quadro 88 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tem familiares no local; Classe: Sim (161 casos, 51,6% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Forma de posse	Compra	68,94	47,12	75,51	8,01	0,000	147
O que mais gosta	Praia	36,65	21,47	88,06	6,93	0,000	67
Tipologia SR-SR	Imob. turístico	32,92	19,23	88,33	6,51	0,000	60
Região SR	Algarve	31,06	17,95	89,29	6,42	0,000	56
SR: Tipo	Apartamento	47,21	33,01	73,79	5,46	0,000	103
SR: Nº de pisos	5 ou mais pisos	23,60	15,38	79,17	4,10	0,000	48
SR: Ano de construção	2002-2011	17,39	11,22	80,00	3,48	0,000	35
Distância/tempo	<1 hora	36,65	28,53	66,29	3,18	0,001	89
Região SR	Lisboa Litoral	39,13	31,09	64,95	3,06	0,001	97
SR: Área total	70 a 100 m2	39,75	31,73	64,65	3,04	0,001	99
SR: Desde quando usam	2012 e depois	27,95	21,15	68,18	2,92	0,002	66
Tipologia SR-SR	Urbanos PR	32,92	25,96	65,43	2,78	0,003	81
Nº de vezes que usa a SR por ano	5 ou mais vezes	55,90	48,40	59,60	2,63	0,004	151
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Grande GS	18,63	13,78	69,77	2,43	0,008	43
Nº de vezes que usa a SR por semana	1 vez	13,66	9,62	73,33	2,35	0,010	30
Atividades que desenvolve no local da SR	Só descanso, lazer	54,66	48,40	58,28	2,17	0,015	151
Distância PR-SR	<100 Km	37,89	32,05	61,00	2,17	0,015	100

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.2.2. A forma de posse da segunda residência e as relações com outras variáveis

A existência, ou não, de relações familiares no local da segunda residência pode não ser suficiente para a distinção de outras características dos utilizadores que vão para além daquelas relacionadas com o seu perfil social e demográfico, as quais se revelam, numa análise global, pouco diferenciadoras. Em acréscimo, como o objetivo deste trabalho não é estabelecer as diferenças económicas e sociais desses mesmos utilizadores, mas sim detetar os seus níveis de relação com a casa e o respetivo uso, onde naturalmente as suas características sociais e demográficas podem ser relevantes em termos explicativos, optou-se por considerar o

cruzamento entre as várias classes da variável «forma de posse» com as modalidades das outras variáveis, tendo em conta o objetivo geral enunciado.

Assim, a compra, a construção pelo próprio, ou a seu mando, e a herança, sendo as três formas de posse detetadas em todos os inquéritos, acabam também por ser reveladoras daquelas que se pensam serem as três dimensões mais interessantes da origem, expansão e consolidação do fenómeno, ou seja: 1) a herança e a vontade de continuação da relação com o lugar, por vezes com o desejo de aí transformar a segunda em primeira residência; 2) a construção de uma nova casa, enquanto desejo de afirmação social ou de reafirmação da relação com a comunidade local, algumas vezes facilitada por fenómenos de emigração internacional nos quais também é relevante o desejo de «voltar à terra natal»; 3) a compra de uma casa, ou em áreas de mais forte desenvolvimento turístico, onde o investimento é percebido como rendível, ou em áreas de interessantes amenidades ambientais favorecedoras do usufruto de momentos alheados do trabalho e bulício urbano.

14.2.2.1. Forma de posse: compra

A compra aplica-se, sobretudo, a apartamentos adquiridos em regiões de forte representação do imobiliário turístico, com destaque para o Algarve. Trata-se de casas com uma área de 70 a 100 m2, construídas num período alargado que vai de 1991 a 2011, situadas dentro dos aglomerados e em prédios com 4 ou 5 e mais pisos. A praia é o elemento ambiental mais preferido e as casas podem também ser emprestadas e/ou alugadas, facto que releva ainda mais o caráter turístico da sua localização (Quadro 89).

A não existência de relações familiares com o local, em sintonia com o que se verificou no ponto anterior, mas a grande relação de consumo com o lugar, ou seja, o uso do comércio tradicional, de restaurantes, cafés, bares e pastelarias e, ainda, de alguns serviços pessoais e de reparação, e também de alguns serviços e equipamentos públicos, mostra como é importante a presença deste tipo de utilizadores de segundas residências.

Quadro 89 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência? (Forma de posse); Classe: Comprou (147 casos, 47,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Familiares no local	Não	75,51	51,60	68,94	8,01	0,000	161
SR: Tipo	Apartamento	53,74	33,01	76,70	7,35	0,000	103
Região SR	Algarve	32,65	17,95	85,71	6,45	0,000	56
SR: Ano de construção	2002-2011	20,41	11,22	85,71	4,83	0,000	35
SR: Nº de pisos	5 ou mais pisos	25,85	15,38	79,17	4,77	0,000	48
SR: Nº de pisos	4 pisos	17,01	8,97	89,29	4,68	0,000	28
O que mais gosta	Praia	32,65	21,47	71,64	4,44	0,000	67
Tipologia SR-SR	Imob. turístico	29,93	19,23	73,33	4,43	0,000	60
SR: Área total	70 a 100 m2	40,14	31,73	59,60	2,89	0,002	99
Quem usa a SR	Empresta e aluga	8,16	4,81	80,00	2,39	0,009	15
SR: Ano de construção	1992-2001	25,17	19,23	61,67	2,37	0,009	60
SR: Sítio	Dentro do aglomerado	87,76	82,05	50,39	2,35	0,009	256
SR: Desde quando usam	2012 e depois	27,21	21,15	60,61	2,34	0,010	66
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Grande GS	18,37	13,78	62,79	2,06	0,020	43

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.2.2.2. Forma de posse: construiu

A construção da casa enquanto forma de posse (Quadro 90), surge representada em 3,2% no Alentejo litoral, mas assume nesta classe um peso de 14,9%. Trata-se de uma situação que sobreleva características menos representadas noutras classes, mas que, neste caso, tem uma lógica intrínseca que é de fácil interpretação. Como é sabido, e ficou demonstrado nos capítulos II e III, a costa alentejana tem vindo a valorizar-se e a transformar-se num destino de férias que, por exemplo, até deu origem, ainda nos anos 90, a um plano de ordenamento regional que, em grande parte, foi diretamente dirigido à regulação da ocupação turística, o PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral). Esta preocupação com o Alentejo Litoral, derivou da verificação de dinâmicas de ocupação turística que poderiam colocar em colisão os objetivos de proteção ambiental e de desenvolvimento económico.

Ora, esses problemas detetados nos anos 90, acabam por estar refletidos nas relações desta classe com outras modalidades características, tais como a construção das casas no

período de 1992 a 2001, e a sua utilização, sobretudo, já desde 1961 até 1991. Isto é, uma construção com maior representação de anos mais recentes, mas uma utilização relativamente mais antiga.

Quadro 90 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência? (Forma de posse); Classe: Construiu (47 casos, 15,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Tipo	Moradia isolada	65,96	37,50	26,50	4,14	0,000	117
SR: Nº de pisos	2 pisos	57,45	32,05	27,00	3,76	0,000	100
Região SR	Alentejo Litoral	14,89	3,21	70,00	3,72	0,000	10
SR: Desde quando usam	1982 a 1991	21,28	8,33	38,46	2,89	0,002	26
SR: Desde quando usam	1961 a 1981	25,53	11,22	34,29	2,87	0,002	35
Proprietário?	Não	72,34	52,56	20,73	2,83	0,002	164
O que menos gosta	Falta de comércio	19,15	7,69	37,50	2,63	0,004	24
Profissão	Trab. qualificados	10,64	2,88	55,56	2,58	0,005	9
SR: Ano de construção	1992-2001	34,04	19,23	26,67	2,48	0,007	60
SR: Sítio	Isolada no campo	29,79	16,35	27,45	2,37	0,009	51
SR: Área total do terreno	> 500 m2	36,17	21,79	25,00	2,31	0,010	68
Quando usa a SR	Uso férias	63,83	47,44	20,27	2,29	0,011	148
SR: Familia utilizadora	Casal, filhos, netos	36,17	22,12	24,64	2,25	0,012	69
Atividades que desenvolve no local da SR	Algumas atividades	42,55	27,88	22,99	2,20	0,014	87
SR: Área total	> 200 m2	25,53	13,78	27,91	2,19	0,014	43
Parentesco	Pais	51,06	35,90	21,43	2,16	0,015	112

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

As moradias isoladas no campo, com 2 pisos, com uma área de construção superior a 200 m^2 e implantadas em terrenos com mais 500 m^2, são as mais representativas nesta classe. As famílias utilizadoras são constituídas por casais com filhos e/ou netos, que frequentam as casas principalmente nas férias e que desenvolvem algumas atividades, para além do lazer e do descanso, de jardinagem ou agricultura, sobretudo num contexto não tão representado em que as estadias são mais longas. A falta de comércio é apontada como o principal ponto fraco da

localização, mas esse é naturalmente um custo associado ao facto de se tratarem de casas isoladas no campo.

14.2.2.3. Forma de posse: herança ou doação

A herança ou doação como forma de posse (Quadro 91), relaciona-se claramente com as áreas entre o rural e o urbano, onde o fenómeno da expansão de segundas residências já está em declínio, e com as áreas mais rurais onde este está consolidado e cristalizado (Cf. capítulo II). A região de Lisboa Interior, ou seja, o conjunto das NUT III, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, surge com alguma sobrerrepresentação, ou seja, 70,8% das segundas residências herdadas ou doadas têm esse peso nessa região em particular, apesar de essa região apenas representar 14,4% no total das herdadas ou doadas, valor que, apesar de tudo é superior aos 7,7% que essa região representa no total dos inquéritos.

As outras modalidades características que emergiram de forma mais significativa foram as da existência de familiares no local e de se tratar de casas com 1 piso, construídas antes de 1961 e utilizadas também já desde esse período.

Quadro 91 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência? (Forma de posse); Classe: Herdou ou foi-lhe doada (118 casos, 37,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Familiares no local	Sim	72,03	47,76	57,05	6,66	0,000	149
SR: Ano de construção	1960 ou antes	41,53	22,12	71,01	6,24	0,000	69
Região SR	Lisboa Interior	14,41	7,69	70,83	3,20	0,001	24
SR: Nº de pisos	1 piso	36,44	27,24	50,59	2,69	0,004	85
Tipologia SR-SR	Rural consolidado	18,64	12,50	56,41	2,35	0,009	39
Tipologia SR-SR	Declínio	26,27	19,23	51,67	2,29	0,011	60
SR: Desde quando usam	1960 e antes	5,08	2,24	85,71	2,23	0,013	7

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.3. O uso

A dimensão do uso completa a sequência lógica das determinantes do fenómeno, isto é, o uso de uma casa de segunda residência por parte de diferentes tipos de utilizadores, tal como

já se referiu antes, traduz a cadeia de relações intrínsecas ao fenómeno, podendo depois acrescentarem-se elementos de influência ou de inter-relação que acabam por estar incluídos nas referidas componentes. As questões do inquérito que foram incluídas na componente do uso partiram de alguns pressupostos que se passam a explicar.

A frequência de uso é uma variável fundamental. Por um lado, depende de fatores externos, ou de contexto, tais como os geográficos, sociais e económicos e, por outro, depende também de fatores internos, ou intrínsecos, tais como as características demográficas próprias dos utilizadores e dos laços que estes mantêm com o lugar. Os fatores geográficos relacionam-se, principalmente, com a distância absoluta e relativa entre os locais da primeira e da segunda residência, mas também são muito importantes os relacionados com o tipo e qualidade do ambiente natural. Os fatores sociais e económicos incluem os aspetos ligados à capacidade de poder ter uma segunda residência, nomeadamente a financeira. No âmbito dos fatores internos, variáveis como a idade e a situação no trabalho são também fundamentais no condicionamento da frequência de uso já que, por exemplo, introduzem dissimetrias relevantes no tempo arbitrário. Também os laços com o lugar, sejam os referidos apenas à manutenção de relações familiares, sejam os que se ligam a sentimentos de pertença apenas influenciados pelo domínio ambiental enquanto elemento contributivo para a topofilia[102], condicionam diretamente as frequências de uso das segundas residências.

Por sua vez, o uso de comércio e serviços locais, desde o comércio tradicional mais banal até a alguns serviços de reparação, é pertinente para uma avaliação dos efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local, cuja capacidade transformadora está muito ligada à frequência de uso. Em acréscimo, o uso de equipamentos públicos de utilização coletiva representa o esforço de investimento público numa lógica de serviço à comunidade que, em determinados momentos, obviamente condicionados pela frequência de uso, podem ter de apoiar uma população flutuante.

Por último, a finalidade do uso e o tipo de atividades praticadas respeita, maioritariamente, às motivações que estiveram na origem do querer ter uma segunda residência. Sendo certo que esta, só por si, pode ser o principal atrativo, não deixa de ser verdade que as características da envolvente e o tipo de atividades que ela permite, como a praia, por exemplo,

[102] De facto, tal como refere Yi-fu Tuan, "o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais" (Tuan, 1980:129).

são também importantes na determinação do seu uso. O Quadro 92 sintetiza estas e outras justificações para a inclusão nesta dimensão de algumas questões do inquérito.

Quadro 92 – Questões do inquérito integradas na dimensão «uso»

Questões do inquérito relativas à dimensão «uso»	Modalidades de resposta	Significado analítico
Atividades que desenvolve na casa e no local	Só descanso e lazer Descanso e lazer com muitas outras atividades Descanso e lazer com algumas outras atividades Atividades que não incluem o descanso e lazer	Fundamental para conhecer uma das principais motivações que está na origem da aquisição da casa.
Quando usa a segunda residência	Uso muito frequente Uso frequente Uso nas férias e estadias longas Uso apenas nas férias Uso menos frequente	A frequência de uso, para além de estar relacionada com a disponibilidade de tempo arbitrário, é também importante para a variação da magnitude e intensidade dos impactes. Nesta questão, a qual é apenas uma das relativas ao apuramento das frequências de uso, pretendeu-se conhecer quais os períodos da visita.
Em termos aproximados, quantos dias por ano é utilizada a segunda residência?	1 a 9 dias 10 a 30 dias 31 a 60 dias 61 a 90 dias 91 ou mais dias	A frequência, só por si, foi objeto de um tratamento qualitativo, pelo que esta questão pretende medir a dimensão quantitativa das estadias, sobretudo em relação com a questão seguinte.
Tendo em conta os últimos anos, assinale o nº de vezes que, em média durante 1 ano, por mês e por semana, se desloca à segunda residência:	Menos de uma vez Uma vez Duas vezes Três vezes Quatro vezes Cinco vezes Mais de cinco vezes	O número de vezes de deslocação é uma outra forma de medir a frequência. Para além de ser uma questão de controlo da relativa aos períodos de frequência, permite ainda, em cruzamento com a questão anterior, fazer uma aproximação à duração média das estadias.
O que mais usa no local da segunda residência (envolvimento local)	Envolvimento básico Envolvimento mediano Maior envolvimento Grande envolv. e grandes superf. Envolv. mediano e grandes superf. Muito fraco envolvimento Fraco envolvimento Envolvimento quase nulo Envolvimento nulo	O envolvimento com o local relativamente ao uso de comércio, serviços e equipamentos, é importante para a avaliação dos impactes, tanto em termos económicos, como sociais e da gestão local em termos de planeamento e ordenamento do território.
Quanto dinheiro (em euros) estima que se gaste, num ano, durante o total das estadias de todos os utilizadores (não considerando as despesas de manutenção da casa)?	< 601 601 a 1500 1501 a 3000 > 3000	Do mesmo modo que a questão anterior, esta pretende medir o volume dos impactes económicos, mas de uma forma quantitativa.

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Relativamente às atividades desenvolvidas na casa e no local, as respostas repartiram-se de forma algo desigual, com o descanso e lazer, isolado, a surgir de forma esmagadora no total das referências, com 56,5%, enquanto que associado ao trabalho intelectual, aos hobbies como

a jardinagem ou agricultura e à recreação mais ativa, ou seja, com a inclusão de algum tipo de desporto, tem, respetivamente, 14,3%, 13,9% e 13,1% do total de 510 referências apuradas para os 312 inquéritos válidos. A classe outras, a qual inclui, sobretudo, a visita a familiares e amigos, é muito residual (2,2% das 510 referências).

A resposta ao tipo de atividades que o utilizador desenvolvia na casa e no local era de resposta múltipla, isto é, era dada a possibilidade de escolha de todas as modalidades que se lhe aplicassem e que foram, o lazer/descanso, a recreação ativa/desporto, os hobbies como Jardinagem ou agricultura, o trabalho intelectual e outros, neste último caso para ser dada a oportunidade de referenciação de atividades não contempladas nas hipóteses que deram origem ao questionário. Por essa razão, as respostas ao inquérito foram também classificadas de modo a sintetizarem-se as grandes combinações de escolhas referidas pelos inquiridos. Dessa classificação, resultaram as seguintes modalidades: i) só descanso e lazer; ii) descanso e lazer e mais uma outra atividade; iii) descanso e lazer e mais, pelo menos, duas outras atividades; iv) pratica qualquer uma das outras atividades, mas sem inclusão do recreio e lazer; v) não sabe ou não responde indicando atividades inválidas. O Quadro 93e o Quadro 94 apresentam os resultados obtidos, tanto em número de referências (510), como em número de inquiridos (312).

Quadro 93 – Atividades praticadas na casa e no local, por relação ao número de referências

Atividades referidas	Nº	%
Lazer/descanso	288	56,5
Trabalho intelectual	73	14,3
Hobbies como Jardinagem ou agricultura	71	13,9
Recreação ativa/desporto	67	13,1
Outras (*)	11	2,2
Total de referências	510	100,0

(*) Inclui compras, festas tradicionais, caça, tocar piano, participação em associações de desenvolvimento local, praia, aluguer, visitas a familiares e amigos e nada, sem as não respostas.

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Quadro 94 – Atividades praticadas na casa e no local, por relação ao número de inquiridos (respostas múltiplas classificadas)

Atividades classificadas	Nº	%
Só descanso e lazer	151	48,40
Descanso e lazer e mais uma outra atividade	87	27,88
Descanso e lazer e mais, pelo menos, duas outras atividades	50	16,03
Qualquer uma das outras atividades, mas sem inclusão do recreio e lazer	10	3,21
Outras e NS/NR (*)	14	4,49
Total	312	100,00

(*) Inclui outras atividades reclassificadas e as não respostas

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Seja qual for a ótica adotada, ou o critério utilizado, a conclusão óbvia é a de que é dominante uma ocupação do tempo, ou por apenas atividades mais passivas ou, por esse tipo de atividades em associação com uma muito fraca diversidade de outras, até eventualmente mais ativas. De qualquer modo, a diferenciação entre maior ou menor passividade na utilização do tempo arbitrário, apenas poderá ser alvo de uma diferenciação mais significativa quando se considera o uso da casa para trabalhar, mesmo que apenas intelectualmente. Aliás, o trabalho intelectual surge até algumas vezes referido de forma isolada, comprovando que algumas das casas recenseadas como de segunda residência correspondem a um investimento imobiliário destinado a suprir necessidades de alojamento por parte de estudantes deslocados. De qualquer modo, os casos em que é apenas referido o trabalho intelectual são apenas 12, 2 dos quais também alugam quartos, o que significa que existem 61 casos em que esse tipo de atividade se junta a outras, mais ou menos ativas ou passivas.

À semelhança da questão anterior, também a relativa aos períodos de utilização da segunda residência foi objeto de um trabalho suplementar de classificação. Considerando apenas as escolhas múltiplas dos inquiridos (Quadro 95), ou seja, o total de referências (628), conclui-se que as férias de Verão são indubitavelmente a principal escolha dos utilizadores (34,4%), seguindo-se outros períodos de férias como a Páscoa (21,0%) e o Natal (16,9%). De seguida, com 61 referências, surgem os fins-de-semana e as estadias curtas durante a semana (9,7%) e, só depois, as estadias longas (6,9%) ou muito longas (5,1%). As situações em que a segunda residência é muito pouco utilizada, ou seja, menos de uma vez por ano, o que significa que ocorrem anos em que não há qualquer utilização, ocorrem em 4,5% das 628 referências.

Quadro 95 – Quando usa a casa, por relação ao número de referências

Quando usa:	Nº	%
Fins de semana ou estadias curtas	61	9,7
Nas férias de verão	216	34,4
Nas férias da Páscoa	132	21,0
Nas férias do Natal	106	16,9
Estadias longas (1 a 3 meses)	43	6,8
Estadias longas (mais de 3 meses)	32	5,1
Nem uma vez por ano	28	4,5
Outros, incl. NS/NR	10	1,6
Total	628	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Mas, para operacionalizar uma comparação mais sintética entre as várias situações refletidas nos inquéritos, optou-se por efetuar uma classificação conjunta das respostas

múltiplas, distinguindo entre várias classes de frequência. O Quadro 96 apresenta o resultado dessa classificação. Apesar de se manterem estruturalmente as mesmas distribuições, o uso frequente e muito frequente, ou seja, aquele que inclui os fins de semana, as estadias curtas várias vezes ao ano, as estadias longas ou muito longas e qualquer um dos períodos de férias, tem uma representação de 20,8% do total dos inquiridos. Mas, os usos apenas durante as férias, mas podendo também incluir estadias longas ou muito longas, passa a ter uma representação de 52,9%. Por fim, os usos menos frequentes, os quais correspondem apenas a alguns períodos de férias, eventualmente com estadias longas ou muito longas, são de 23,1%. Mais uma vez, conclui-se que os períodos de maior ocorrência da frequência da casa são as férias, seguindo-se as visitas em apenas algumas vezes do ano e por último, os usos que incluem os fins-de-semana várias vezes por ano.

Quadro 96 – Quando usa a casa, por relação às várias classes de frequência tendo em conta as diferentes combinações de respostas

Classificação	Descrição sumária	Nº	%
Uso muito frequente	Usa nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa), faz estadias longas ou muito longas e usa nos fins de semana ou em estadias curtas várias vezes ao ano	10	3,2
Uso frequente	Usa nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa) e em fins de semana ou em estadias curtas várias vezes ao ano	55	17,6
Uso nas férias e estadias longas	Usa nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa) e faz estadias longas ou muito longas	17	5,5
Uso apenas nas férias	Usa apenas nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa)	148	47,4
Uso menos frequente	Usa poucas vezes por ano, mas pode usar nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa) e fazer estadias longas ou muito longas	72	23,1
NS/NR	Outros e NS/NR	10	3,2
Total		312	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Quando se consideram as respostas ao número anual de dias em que a segunda residência é frequentada, as maiores representações dividem-se entre as permanências de 10 a 30 dias (32,7% dos inquiridos), as de 31 a 60 dias (23,7%) e as de 91 ou mais dias (25,6%). Por sua vez, as durações menos representadas repartem-se igualmente entre o 1 a 9 dias e os 61 a 90 dias (6,4%, em cada um dos casos). No cômputo geral dos valores declarados, a média de dias de permanência em um ano é de 81,6 dias, o que corresponde a 6,8 dias por mês, ou seja, aproximadamente uma semana ou, de outra maneira, quase todos os fins-de-semana do mês.

O número de vezes que os inquiridos usam a segunda residência em um ano, num mês ou numa semana, é outro bom indicador da frequência de uso. Mas, deve reter-se que o número de vezes não é o número de dias, nem a época do ano em que a visitação é feita. Isto é, a análise conjugada dessas variáveis é que resultará numa apreciação de síntese sobre o comportamento dos utilizadores. Mas, antes, atente-se nos apuramentos gerais.

Em termos anuais, a frequência de utilização mais comum, em 48,4% dos 312 inquéritos, é a de 5 ou mais vezes, tendo todas as outras, desde a menos de 1 vez, até à de 4 vezes, uma representação que varia entre 6,1%, no caso das 4 deslocações anuais e os 13,1%, no caso das de apenas 1 vez por ano (Quadro 97). No caso das deslocações mensais, a categoria mais representada, com 44,6%, é a de menos de uma vez, seguindo-se a de 1 vez por mês, com 17,6% e as 2 vezes, com 11,5%. No caso das deslocações semanais, a frequência de menos de uma vez é a mais representada (65,7%), apenas se seguindo, a grande distância e com 9,6%, a visitação de uma vez por semana. Os 14 casos dos inquiridos que referiram as cinco vezes por semana, relacionam-se com o uso da casa para estudar. Ainda que isso não ocorra durante todo o ano, essa foi a frequência semanal indicada pelos inquiridos.

Quadro 97 – Quantas vezes usa, por ano, por mês e por semana, a segunda residência

Nº de vezes que usa a casa …	… por ano		… por mês		… por semana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 1 vez	20	6,4	139	44,6	205	65,7
1 vez	41	13,1	55	17,6	30	9,6
2 vezes	34	10,9	36	11,5	14	4,5
3 vezes	28	9,0	11	3,5	2	0,6
4 vezes	19	6,1	11	3,5	1	0,3
5 ou mais vezes	151	48,4	23	7,4	14	4,5
NS/NR	19	6,1	37	11,9	46	14,7
Total	312	100,0	312	100,0	312	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Uma outra perspetiva sobre a frequência de utilização da casa é, como já se referiu, a que resulta do apuramento das respostas conjugadas de todos os inquiridos. A Figura 93 apresenta os perfis de resposta considerando aquelas, a grande maioria, que abrangeram 7 ou mais inquiridos. Esta opção teve apenas em conta a operacionalização deste apuramento, já que, tal como se apresenta no Quadro 98, são em grande número as combinações possíveis, mas todas as que ficaram de fora são manifestamente residuais.

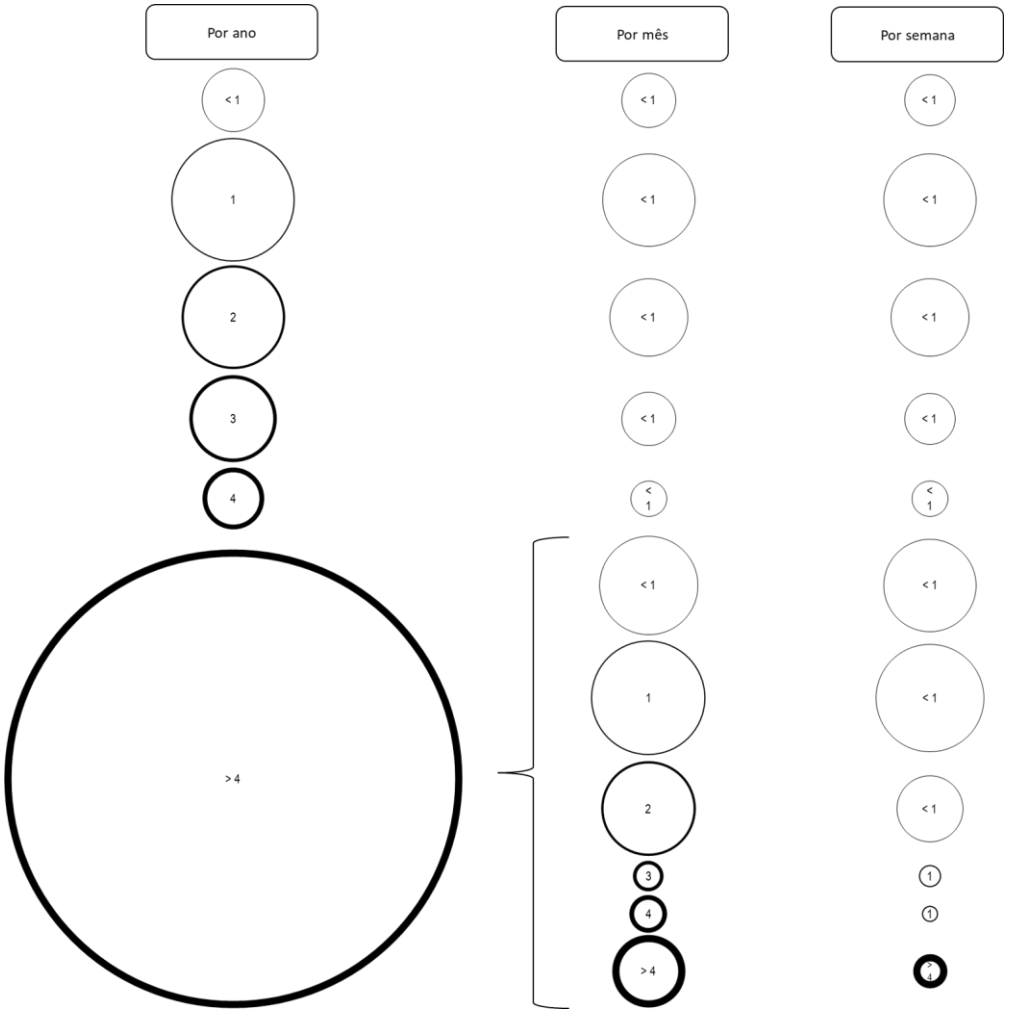
Quadro 98 – Quantas vezes usa, por ano, por mês e por semana, a segunda residência – apuramento das respostas conjugadas e coerentes

Por ano	Por mês	Por semana	Nº	%
Menos de uma vez			21	6,7
	Menos de uma vez		18	5,8
		Menos de uma vez	17	5,4
Uma vez			41	13,1
	Menos de uma vez		31	9,9
		Menos de uma vez	31	9,9
	Uma vez		3	1
		Menos de uma vez	1	0,3
Duas vezes			34	10,9
	Menos de uma vez		26	8,3
		Menos de uma vez	26	8,3
	Uma vez		2	0,6
		Menos de uma vez	1	0,3
Três vezes			28	9
	Menos de uma vez		18	5,8
		Menos de uma vez	17	5,4
	Uma vez		1	0,3
		Menos de uma vez	1	0,3
	Duas vezes		2	0,6
		Menos de uma vez	2	0,6
	Três vezes		1	0,3
	Mais de quatro vezes		1	0,3
		Mais de quatro vezes	1	0,3
Quatro vezes			19	6,1
	Menos de uma vez		12	3,8
		Menos de uma vez	12	3,8
	Uma vez		4	1,3
		Menos de uma vez	2	0,6
Mais de quatro vezes			151	48,4
	Menos de uma vez		33	10,6
		Menos de uma vez	31	9,9
	Uma vez		38	12,2
		Menos de uma vez	36	11,5
	Duas vezes		31	9,9
		Menos de uma vez	22	7,1
		Uma vez	6	1,9
	Três vezes		9	2,9
		Menos de uma vez	1	0,3
		Uma vez	7	2,2
	Quatro vezes		11	3,5
		Menos de uma vez	2	0,6
		Uma vez	5	1,6
		Duas vezes	3	1
	Mais de quatro vezes		22	7,1
		Menos de uma vez	2	0,6
		Uma vez	6	1,9
		Duas vezes	5	1,6
		Mais de quatro vezes	9	2,9
NS/NR			18	5,8
	NS/NR		49	15,7
		NS/NR	66	20,9
Total Geral			312	100

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A Figura 93 mostra claramente que as relações entre estadias anuais, mensais e semanais, se distinguem por uma frequência de utilização anual nitidamente contrastada entre as 5 ou mais vezes por ano e as restantes categorias. No entanto, quando se passa aos níveis

temporais seguintes, as diferenças são menos avassaladoras. Por um lado, fica destacada a utilização que vai para além dos períodos de veraneio ou mesmo das férias em geral, assumindo-se a segunda residência como um local desejado de permanência que também se vai refletir no número de vezes mensal e semanal declarado pelos inquiridos. De facto, os perfis de frequência de uso prevalecentes, destacam as mais de 4 vezes por ano, balançadas entre as menos de uma vez ou uma vez por mês e, em qualquer um destes casos, a preponderância do uso semanal inferior a uma vez. Um outro perfil que pode ser destacado, e que acaba por refletir, sobretudo, a utilização durante as férias de Verão, é o da utilização de apenas uma vez por ano associada à de menos de uma vez por mês ou por semana.



Nota: os círculos são proporcionais ao número de respostas e a espessura do traço é uma relação direta com a intensidade da frequentação.

Fonte: Elaboração própria com base nos Inquéritos aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Figura 93 – Conjugação, tendo em conta um mínimo de 7 respostas, da frequentação da segunda residência num ano, num mês e numa semana, considerando o número de vezes de utilização em cada um desses períodos

No conjunto dos inquéritos, em 296 respondentes, apuraram-se 24165 dias de utilização da segunda residência. Em 24 casos, essa utilização é igual ou superior a 300 dias/ano, repartidos pelos vários membros da família. Em termos anuais, como seria de esperar, o número de dias de frequentação tende a ser mais elevado quanto maior for o número de vezes de uso da casa. Mas, essa relação não é direta, como se pode ver através do número médio de dias/ano (Quadro 99), em que a classe de 3 vezes por ano dura mais dias que a de 4 vezes por ano. Por sua vez, pode também verificar-se no mesmo Quadro 99 que a média de dias da duração de cada estadia para cada classe de frequentação anual, pese embora não apresentar uma variabilidade muito contrastada, tende a ser mais baixa à medida que aumenta o número de visitas, facto que está em linha com uma atitude de rendibilização da deslocação, nos casos em que tal não é facilitado, por exemplo, pela distância ou facilidade de transporte entre a primeira e a segunda residência.

Quadro 99 – Duração, em dias, da frequentação anual

Frequência anual	Total de dias de frequentação		Média do nº de dias de frequentação anual	Média do nº de dias de frequentação anual em cada estadia
	Nº	%		
Uma vez ou menos por ano	1746	7,2	28	28
Duas vezes por ano	1514	6,3	45	22
Três vezes por ano	2155	8,9	77	26
Quatro vezes por ano	1087	4,5	57	14
Mais de quatro vezes por ano	16153	66,8	107	21
NS/NR	1510	6,2	-	-
Total de dias	24165	100,0	-	-

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

De qualquer modo, tendo em conta a extrapolação do número de dias apurados nas 296 casas do inquérito para um outro conjunto de 100 mil, chega-se a um total de dias acima de 8 milhões, o que tendo em conta um valor arbitrário de despesa de 20 euros/dia, serão mais de 160 milhões de euros movimentados nas economias locais. Este cálculo grosseiro, ainda que metodologicamente apoiado por outros autores (Velvin et al., 2013:694) não contempla, por exemplo, o facto de que cada uma dessas casas tem um número variável de utilizadores e também um grau de envolvimento diferenciado com as funções centrais de comércio e serviços locais, pelo que o impacto na economia estará algo subavaliado.

Relativamente às funções centrais de comércio e serviços, os inquiridos referiram a utilização de um número variado de ramos de atividade económica (Quadro 100), com os cafés,

bares e pastelarias e o comércio tradicional à cabeça, com respetivamente 20,9% e 20,1% do total das 980 referências, seguindo-se a restauração (18,6%). Para além da utilização de grandes superfícies comerciais em 12,6% das referências, os restantes ramos de atividade, todos de serviços e incluindo os equipamentos públicos de utilização coletiva, têm um peso mais baixo, variando entre os 6,3% das referências no caso dos serviços ou equipamentos educativos ou culturais e os 3,6% dos serviços ou equipamentos desportivos.

Quadro 100 – Funções centrais de comércio e serviços mais utilizadas

Tipo de funções centrais de comércio e serviços	Referências	
	Nº	%
Café, bar ou pastelaria	205	20,9
Comércio tradicional	197	20,1
Restaurante	182	18,6
Comércio em grandes superfícies	123	12,6
Serviços/equipamentos educativos ou culturais	62	6,3
Barbeiro/cabeleireiro	55	5,6
Serviços de reparação/manutenção	44	4,5
Serviços/equipamentos de saúde	37	3,8
Serviços/equipamentos desportivos	35	3,6
NS/NR	32	3,3
Total Geral	980	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Com o objetivo de tornar mais claro o envolvimento dos segundos residentes com o local, sobretudo em termos económicos ou das práticas de consumo, mas também em termos do relacionamento social e práticas de atividades favorecedoras dessa interação, nomeadamente através do uso dos equipamentos públicos, foi efetuada uma reclassificação do uso de comércio e serviços locais. Essa reclassificação teve em conta os seguintes critérios:

- Envolvimento básico com o nível local - Apenas cafés, bares ou pastelarias, restaurantes e comércio tradicional.
- Envolvimento mediano com o nível local - Usa o comércio tradicional, restaurantes, cafés, bares e pastelarias e, em alguns casos, serviços pessoais e de reparação.
- Maior envolvimento com o nível local - Usa o comércio tradicional, restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos.

- Grande envolvimento com o nível local, mas também com a utilização das grandes superfícies - Usa o comércio tradicional e o comércio em grandes superfícies e, em muitos casos, também os restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos.
- Envolvimento mediano com o nível local, mas também com a utilização das grandes superfícies - Usa o comércio tradicional e as grandes superfícies e também nalguns casos, os restaurantes, cafés, bares e pastelarias e alguns serviços pessoais e de reparação.
- Muito fraco envolvimento com o nível local, apenas com a utilização de grandes superfícies e de alguns serviços privados - Usa apenas as grandes superfícies e também, nalguns casos, os 7restaurantes, cafés, bares e pastelarias e, em alguns casos, também serviços pessoais ou de reparação.
- Fraco envolvimento com o nível local, apenas com a utilização de grandes superfícies e de alguns serviços privados e públicos - Usa apenas as grandes superfícies e também, nalguns casos, os restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos.
- Envolvimento com o nível local abaixo do básico, não contemplado atividades comerciais - Não usa o comércio (tradicional ou em grandes superfícies), mas apenas, em alguns casos, serviços pessoais e de reparação e também, na maior parte dos casos, serviços e equipamentos públicos diversos.
- Envolvimento nulo com o nível local - Não usa nada ou não especifica.

Os resultados apresentados no Quadro 101 mostram que o envolvimento básico, isto é, a utilização apenas de cafés, bares ou pastelarias, restaurantes e comércio tradicional, é o mais representado (33,7%). O maior envolvimento, isto é, aquele que corresponde à utilização do comércio tradicional, dos restaurantes, cafés, bares e pastelarias, de alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, de alguns serviços e equipamentos públicos, associa-se apenas a 10,9% dos inquiridos. Os outros dois envolvimentos mais fortes juntam também a utilização de grandes superfícies comerciais, mas são os casos declarados de 13,8% e 12,2% dos inquiridos, respetivamente aqueles que também usam o comércio tradicional e, em muitos casos, também os restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de

reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos, ou aqueles que usam o comércio tradicional e também nalguns casos, os restaurantes, cafés, bares e pastelarias e alguns serviços pessoais e de reparação.

Quadro 101 – O envolvimento com o local medido a partir da utilização de comércio e serviços

Níveis de envolvimento	Nº	%
Envolvimento básico	105	33,7
Envolvimento mediano	9	2,9
Maior envolvimento	32	10,3
Grande envolv. e grandes superf.	43	13,8
Envolv. mediano e grandes superf.	38	12,2
Muito fraco envolvimento	34	10,9
Fraco envolvimento	6	1,9
Envolvimento quase nulo	10	3,2
Envolvimento nulo	3	1,0
NS/NR	32	10,3
Total	312	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

No conjunto, em termos das atividades de comércio e serviços, para além de ser evidente uma forte utilização do comércio tradicional, emergem também as grandes superfícies, mas antecedidas por uma maior representação dos cafés, bares e pastelarias e dos restaurantes. Relativamente a outros tipos de serviços onde se incluem os pessoais ou de tipo público, muitas vezes providenciados através de equipamentos públicos de utilização coletiva, a sua utilização é mais residual.

Por último, dentro da dimensão do uso, entendeu-se também ser pertinente incluir o montante total anual gasto em todas as estadias, enquanto indicador, ainda que muito indireto, não só da capacidade económica dos utilizadores, mas também do seu grau de envolvimento com a economia local.

Os dados classificados do inquérito mostram, em termos mais representativos, um maior peso das despesas abaixo dos 601 euros anuais, tal como declarado por 35,3% dos inquiridos, seguidas por 26,9% que gastam entre 601 e 1500 euros (Quadro 102).

Quadro 102 – Dinheiro gasto no total das estadias anuais não incluindo as despesas com a manutenção da casa

Classes de despesa	Nº	%
<601 euros	110	35,3
601-1500 euros	84	26,9
1501-3000 euros	33	10,6
>3000 euros	16	5,1
NS/NR	69	22,1
Total	312	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Mas, essa análise geral e absoluta dos valores da despesa não é muito reveladora dos reais impactos que se pretendem medir, apesar de ser um indicador legítimo do total de dinheiro injetado nas economias locais, derivado da utilização da casa de segunda residência. Daí, ter-se efetuado uma ponderação simples entre o total da despesa e o número de dias de utilização da segunda residência, o que resultou num valor de 35,2 euros/dia enquanto média das 236 respostas válidas obtidas. Ora, este valor, aplicado à estimativa antes apresentada e onde se referiam cerca de 160 milhões de euros associados a uma utilização de 100 mil segundas residências, passa agora, substituídos os 20 euros/dia arbitrários antes adotados, para 287,4 milhões, considerando aquela despesa diária de 35,2 euros.

14.3.1. As relações entre as atividades praticadas e as restantes questões do inquérito

Para uma análise mais detalhada da dimensão do uso, selecionou-se a relação entre as várias classes da variável atividades praticadas e as modalidades das outras variáveis do inquérito (Quadro 103), tendo presente que as atividades praticadas já correspondem a uma classificação aglutinadora das combinações mais frequentes e ajustadas às hipóteses iniciais desta dissertação. Essa classificação baseou-se nos seguintes critérios, os quais se apresentam por ordem do maior para o menor envolvimento ativo:

- Grande diversidade de atividades que incluem sempre o descanso/lazer – combinações variadas de atividades, tais como, por exemplo: Lazer/descanso / Recreação ativa/desporto / Hobbies como Jardinagem ou agricultura / Trabalho intelectual / Outros, ou Lazer/descanso / Recreação ativa/desporto / Hobbies como Jardinagem ou agricultura / Trabalho intelectual.
- Alguma diversidade de atividades que incluem o descanso/lazer – combinação do

descanso e lazer com outra atividade.

- Atividades que não incluem o descanso/lazer – trata-se das situações em que apenas se consideram outras combinações com outras atividades, tais como o trabalho intelectual, a jardinagem, ou a combinação do trabalho intelectual com recreação ativa e outras atividades, onde dominam as visitas a familiares e amigos.
- Apenas descanso e lazer – os inquiridos apenas mencionaram esta ocupação.

Quadro 103 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Apenas descanso e lazer (151 casos, 48,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
Tipologia SR-SR	Imob. turístico	29,14	19,23	73,33	4,21	0,000	60
Região SR	Algarve	27,15	17,95	73,21	4,00	0,000	56
O que mais gosta	Praia	30,46	21,47	68,66	3,63	0,000	67
Quando usa a SR	Uso férias	58,28	47,44	59,46	3,61	0,000	148
Nº de dias por ano que é usada a SR	10 a 30 dias	42,38	32,69	62,75	3,42	0,000	102
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Básico	41,06	33,65	59,05	2,56	0,005	105
Nº de vezes que usa a SR por semana	Menos de 1 vez	72,85	65,71	53,66	2,46	0,007	205
Distância/tempo	2-3 horas	33,11	26,60	60,24	2,40	0,008	83
SR: Ano de construção	2002-2011	15,89	11,22	68,57	2,37	0,009	35
Nº de vezes que usa a SR por mês	Menos de 1 vez	51,66	44,55	56,12	2,33	0,010	139
SR: Sítio	Dentro do aglomerado	87,42	82,05	51,56	2,26	0,012	256
Profissão	Técnicos	22,52	17,31	62,96	2,21	0,014	54
SR: Familiares no local	Não	58,28	51,60	54,66	2,17	0,015	161
SR: Nº de pisos	1 piso	33,11	27,24	58,82	2,13	0,017	85
SR: Área total	70 a 100 m2	37,75	31,73	57,58	2,09	0,018	99
SR: Tipo	Apartamento	39,07	33,01	57,28	2,09	0,019	103

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

O uso da segunda residência apenas para recreio e lazer é, em grau assinalável, assimilável às áreas de maior desenvolvimento do imobiliário turístico, como o Algarve, envolvendo pessoas que as usam com um envolvimento básico com o local, por períodos de 10 a 30 dias, nas férias e gostam da praia. São pessoas com profissões técnicas, sem ligações familiares ao local e que utilizam casas entre 70 e 100 m^2, repartidas entre apartamentos e casa

com 1 piso. Trata-se nitidamente de utilizadores que procuram na segunda residência um lugar de descanso e lazer absoluto, com alguma minimização das relações locais e, eventualmente, gozando da fruição de alojamento turístico que conjuga as construções de 1 piso com os apartamentos, tal como é típico dos aldeamentos turísticos. Como nota final, realça-se o facto de as primeiras residências estarem a 2 a 3 horas de distância, facto que reforça a observação anterior.

A prática de algumas atividades (Quadro 104), ou seja, diferentes combinações entre o descanso e o lazer e qualquer uma, e apenas uma, das outras, corresponde a um nível de envolvimento ativo intermédio, o qual se relaciona mais significativamente com as seguintes modalidades das restantes variáveis:

- Relativamente à casa, surgem mais representadas as moradias de dois pisos, construídas pelos proprietários, com uma área superior a 200 m^2 e implantadas em parcelas acima dos 500 m^2.

Quadro 104 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Algumas atividades (87 casos, 27,9% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Nº de pisos	2 pisos	47,13	32,05	41,00	3,36	0,000	100
Instrução	Médio, Licenciatura	66,67	53,53	34,73	2,79	0,003	167
Parentesco	Outros	17,24	9,29	51,72	2,67	0,004	29
SR: Área total	> 200 m2	21,84	13,78	44,19	2,32	0,010	43
SR: Área total do terreno	> 500 m2	31,03	21,79	39,71	2,26	0,012	68
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Maior envolv.	17,24	10,26	46,88	2,25	0,012	32
Região SR	Norte Interior	8,05	3,53	63,64	2,23	0,013	11
SR: Forma de posse	Construiu	22,99	15,06	42,55	2,20	0,014	47
SR: Desde quando usam	1992 a 2001	33,33	24,36	38,16	2,12	0,017	76
Idade	65-80 anos	21,84	14,42	42,22	2,09	0,018	45
Nº pessoas da família que usam a SR em cada estadia	4 pessoas	31,03	22,44	38,57	2,08	0,019	70

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

- Os utilizadores são maioritariamente pessoas com níveis de instrução elevados, com alguma sobrerrepresentação dos mais idosos e da utilização da segunda residência, em

cada estadia, por 4 pessoas da família.

- O Norte Interior surge nesta classe, isto é, na prática de algumas atividades, com 63,6% dos casos e as segundas residências são usadas, em um terço dos casos, desde o período de 1992 a 2001.
- Por último, o maior envolvimento com a utilização de comércio e serviços locais é outra característica que também surge sobrerrepresentada.

Na classe relativa à prática de muitas atividades (Quadro 105), uma forma simples de incluir os inquiridos que declararam que usam a segunda residência para o lazer e descanso, a recreação ativa e o desporto, os hobbies como jardinagem ou agricultura, o trabalho intelectual e outros, as ocorrências não são tão claras como na classe anterior, ou seja, não é tão clara a tipificação deste tipo de uso. No entanto, revelam-se alguns traços de relação com outras modalidades de outras variáveis que salientam algumas características interessante. Por um lado, são moradias isoladas no campo, implantadas em parcelas com áreas entre 301 a 500 m^2, com relativamente elevadas frequências de utilização (5 ou mais vezes por ano) e localizadas em áreas onde o fenómeno está em declínio.

Quadro 105 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Muitas atividades (50 casos, 16,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
Nº de dias por ano que é usada a SR	91 ou mais dias	50,00	25,64	31,25	3,93	0,000	80
Quem usa a SR	Só família	80,00	59,94	21,39	3,10	0,001	187
SR: Tipo	Moradia isolada	58,00	37,50	24,79	3,06	0,001	117
SR: Desde quando usam	1961 a 1981	24,00	11,22	34,29	2,68	0,004	35
Região RP	Lisboa Litoral	82,00	65,06	20,20	2,67	0,004	203
Nº de vezes que usa a SR /ano	5 ou mais vezes	66,00	48,40	21,85	2,57	0,005	151
O que mais gosta	Sossego, calma	36,00	21,79	26,47	2,38	0,009	68
Profissão	Estudantes	14,00	5,45	41,18	2,34	0,010	17
Tipologia SR-SR	Declínio	32,00	19,23	26,67	2,22	0,013	60
SR: Sítio	Isolada no campo	28,00	16,35	27,45	2,13	0,016	51
SR: Área total do terreno	301 a 500 m2	20,00	10,26	31,25	2,10	0,018	32
Nº de vezes que usa a SR por mês	4 vezes	10,00	3,53	45,45	2,08	0,019	11

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A utilização dá-se em 91 ou mais dias do ano e são usadas, em 80% dos casos, apenas pela família, estando as residências permanentes localizadas, principalmente, na região de Lisboa Litoral, ou seja, na AML e Oeste. O sossego e a calma, valores que salientam o apetite pelo lazer, são os gostos mais referidos pelos inquiridos, ainda que em proporções relativamente modestas (Quadro 105).

Por último, a prática de atividades que não incluem o descanso e o lazer (Quadro 106), ou seja, aquelas que mais se enquadram no conceito de «multilocal living», é residual e ocorre em apenas 10 casos que correspondem a estadias muito longas e, por isso, também de baixa frequência. Trata-se de apartamentos em prédios com 5 ou mais pisos que em 70% dos casos nesta classe, se localizam na região Lisboa Litoral. Apesar de prevalecer o concelho de Lisboa, é de salientar a ocorrência de outros como Mafra, Elvas ou Ferreira do Alentejo, facto que pode não resumir o uso da casa para trabalho intelectual como exclusivo da frequência de estabelecimentos de ensino. No entanto, o uso por apenas uma pessoa da família em todos os dias da semana e com utilização anual acima de 90 dias, a par da valorização em termos do que mais gostam, das vantagens locativas, são outras características que, de qualquer modo, acabam por realçar uma função de apoio àquela frequência.

Quadro 106 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Atividades sem descanso e lazer (10 casos, 3,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
Nº pessoas da família que usam a SR em cada estadia	1 pessoa	60,00	6,09	31,58	4,46	0,000	19
Quando usa a SR	Uso menos frequente	80,00	23,08	11,11	3,58	0,000	72
Nº de dias por ano que é usada a SR	91 ou mais dias	80,00	25,64	10,00	3,35	0,000	80
SR: Nº de pisos	5 ou mais pisos	60,00	15,38	12,50	3,02	0,001	48
O que mais gosta	Vantagens locativas	50,00	10,26	15,63	2,98	0,001	32
SR: Tipo	Apartamento	80,00	33,01	7,77	2,78	0,003	103
Nº de vezes que usa a SR por semana	5 ou mais vezes	30,00	4,49	21,43	2,45	0,007	14
Região SR	Lisboa Litoral	70,00	31,09	7,22	2,26	0,012	97

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Em síntese, a principal conclusão é a de que existe uma significativa relação, retirado o caso das atividades sem descanso e lazer, entre a maior ou menor diversidade de atividades e a duração da estadia, facto que está em linha com a hipótese geral de que a segunda residência cumpre uma função de fuga ao bulício citadino, mas quando a sua frequência de utilização é maior, há também condições para a prática de um leque mais diversificado de atividades.

14.4. Topofilia e terrafilia

Tal como já se referiu logo no capítulo inicial deste trabalho, o conceito de topofilia foi definido por Yi-fuTuan como sendo o elo afetivo entre as pessoas e os lugares. Ele definiu o conceito do ponto de vista das relações com o ambiente natural e não do seu potencial transformador sobre os domínios social, económico ou cultural, já que, tal como refere:

> "A palavra «topofilia» é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida." (Tuan, 1980:107)

Mas,

> "O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais." (Tuan, 1980:129)

A visão mais transformadora referida acima foi introduzida pelo conceito de terrafilia, definido como:

> "(…) affective bond between people and territory that encourage local development intervention (…) terraphilia actually complements topophilia as its pro-developmental extension". (J. Oliveira, Roca, & Leitão, 2010:802)

Significa isto que a terrafilia corresponde à mobilização do gosto ou do amor pelos lugares no sentido da sua transformação em termos do desenvolvimento local. A terrafilia incorpora vontades e objetivos de agência em prol da melhoria das condições de vida num

determinado local, mobilizando para isso os sentimentos de pertença ou os laços afetivos com esse espaço geográfico (Oliveira et al., 2010).

Para além desta dimensão voluntarista, deve também ter-se em atenção que o conceito de topofilia incorpora as noções de apego ao lugar (do inglês «place attachment») ou de sentimento de pertença (do inglês «sense of place»), as quais valorizam o envolvimento com o lugar também no sentido da sua transformação.

Teoricamente, quanto mais fortes são os laços ou os sentimentos de pertença ao lugar, mais frequente é a visitação ao local, mais forte é a utilização de comércio e serviços locais e mais intensa e positiva é a relação com atores e agentes locais. Do mesmo modo, quanto mais forte é o sentimento de terrafilia, maior é a predisposição para conhecer e agir sobre os problemas locais, em suma, maior é a vontade de conduzir iniciativas concretas de promoção do desenvolvimento local.

De um ponto de vista empírico, a topofilia incorpora o gosto pelo lugar, pelo que a avaliação, por parte dos inquiridos, sobre a adequação deste para diferentes práticas, ou a sua simples menção ao que gostam ou não gostam, pode ser um indicador relevante. Enquanto o gostar de um determinado lugar depende da perceção sobre as suas qualidades ou defeitos, o apego, ou sentimentos de pertença, traduz-se na forma como cada indivíduo se relaciona com esse lugar, de tal modo que a intensidade da saudade induzida pela ausência ou afastamento desse lugar, pode ser um o indicador de mensuração desse apego.

Por sua vez, a terrafilia pode ser decomposta em duas componentes: i) o conhecimento sobre os problemas do lugar, sendo que este conhecimento já se enquadra numa perspetiva de agência; isto é, corresponde à primeira etapa da formulação de iniciativas concretas, pois na origem destas iniciativas ou ações encontra-se o diagnóstico dos problemas existentes; ii) a disponibilidade para a agência, já que o querer agir tem de ser completado com a possibilidade e disponibilidade para o fazer, tanto em termos do tempo, como dos recursos financeiros.

A relação entre topofilia, ou mesmo terrafilia, e o sentimento de pertença ou apego ao lugar, é muitas vezes abordada na lógica do aumento da mobilidade. Ou seja, trata-se de um fenómeno pós-moderno que induz uma multiplicidade de sentimentos topófilos em relação direta com a facilidade de deslocação e residência em vários locais, sendo a segunda residência um elemento fulcral no despoletar e consolidar desses sentimentos (Aronsson, 2004; M. N. O. Roca, 2013). Daí, a mobilidade ser uma dimensão ontológica fundamental para o entendimento do fenómeno, tal como já discutido no capítulo I.

14.4.1. Topofilia: o gosto e o apego pelo lugar

Logo à partida, o apego ao lugar começa por ser determinado pelas raízes familiares, sendo que 47,8% dos inquiridos referiram a existência de familiares no local, contra 51,6% dos que o negaram. Ora, as raízes familiares, tanto podem ser avaliadas pela questão anterior, como pela forma de posse da casa através da herança ou doação, já que este tipo de transmissão corresponde muitas vezes à atribuição de uma nova função à casa herdada, na praia ou no campo. Aliás, 72% dos inquiridos que herdaram a casa (118), têm familiares no local (85), sendo que desses, nas situações em que foi possível apurar a data de construção da casa e a do seu início de uso como segunda residência (65 casos), se regista um desfasamento médio entre as duas datas de cerca de 40 anos. A este desfasamento, muito variável, até porque afetado por um desvio padrão de 19,7, terá de ser acrescentado o tempo que mediou entre o início de uso da casa como segunda residência e o ano de resposta ao inquérito, valor que, em média, é de aproximadamente 20 anos. Ora, tudo isto, não deixa de estar em linha com um perfil biográfico que pode remontar aos avós ou pais, isto é, os respondentes que se enquadram na categoria dos que herdaram a segunda residência e têm familiares no local são, em 82,4% dos casos, pessoas com menos de 64 anos, o que significa que, no limite, há 60 anos atrás teriam 4 anos, ou seja, os seus pais teriam uma idade perfeitamente enquadrável na classe dos ativos mais facilmente afetados por fenómenos emigratórios, tanto internos, como externos.

Outras duas questões são também fundamentais para se perceber a relação com o lugar, mas agora de uma forma mais abrangente ou, eventualmente, até dissociada das simples relações familiares. Aos inquiridos foi pedido que referissem, em resposta aberta, o que mais gostavam e o que menos gostavam no lugar da segunda residência. Essas respostas foram classificadas após a sua análise de conteúdo e chegou-se às categorias apresentadas no Quadro 107, mas que ainda posteriormente foram objeto de uma agregação ainda mais genérica, de modo a facilitar a sua análise comparativa. A observação desse quadro revela, logo à partida, que foi mais fácil para os inquiridos referirem aspetos de que mais gostam, comparativamente aos que menos gostam, já que para além de, neste último caso, surgir a classe do não tem nada a apontar, é também relevante a ocorrência de não respostas nas duas situações antagónicas.

Em segundo lugar, enquanto na parte do que mais é apreciado surgem com maior relevo as amenidades ambientais, na do que é menos apreciado, esse lugar é ocupado pelas características do lugar ou da região. Obviamente que estas relações quantitativas não são de direta comparação, até porque incluem temas ou elementos de natureza diferenciada. De

qualquer modo, são um contributo prévio para a clarificação da situação existente, já que nos pontos seguintes se fará a análise detalhada das relações entre estas classes e as modalidades características de todas as outras variáveis.

Quadro 107 – Do que gosta ou não gosta no local da segunda residência

Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência:		Nº	%	% agregada
Sossego	Sossego, descanso, calma ou tranquilidade	68	21,8	21,8
Amenidades ambientais	Praia	67	21,5	37,5
	A paisagem (natureza, campo, mar…)	42	13,5	
	Qualidade ambiental	4	1,3	
	Clima e estados de tempo	4	1,3	
Características do lugar ou região	Vantagens locativas (posição, existência de utilities, desenvolvimento turístico)	32	10,3	19,9
	As características da localidade ou da região	25	8,0	
	Atividades e produtos tradicionais e cultura	5	1,6	
Afinidades	A casa	10	3,2	7,7
	Relações familiares, de amizade e sociais em geral	8	2,6	
	Apego ao lugar	6	1,9	
NS/NR		41	13,1	
Total		312	100,0	
… e outra de que menos goste:		Nº	%	% agregada
Sossego	Confusão, ruído, vida noturna, desacatos	14	4,5	13,1
	Estacionamento e tráfego e dependência do automóvel	22	7,1	
	Turismo em excesso	5	1,6	
Amenidades ambientais	Degradação do ambiente natural e urbano, incluindo infraestruturas	16	5,1	10,3
	Clima e estados de tempo	9	2,9	
	Capacidade de carga/sobrelotação, sobretudo das praias	5	1,6	
	Incêndios	2	0,6	
Características do lugar ou região	Desvantagens locativas (posição, existência de *utilities*, desenvolvimento turístico)	25	8,0	25,0
	Falta de comércio, serviços (incluindo transportes), equipamentos e atividade cultural	24	7,7	
	Abandono, despovoamento, subdesenvolvimento	21	6,7	
	As características da localidade ou da região	8	2,6	
Afinidades	Relações familiares, de amizade e sociais em geral	9	2,9	6,7
	Casa	7	2,2	
	Impostos e encargos com a casa	5	1,6	
Nada		25	8,0	8,0
NS/NR		115	36,9	
Total		312	100,0	

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

14.4.1.1. Uma referência ao que mais gosta no lugar da segunda residência

A classificação das referências ao que os inquiridos mais gostam, salientou uma concentração mais relevante em torno de algumas, por oposição a uma pulverização de outras. Daí, para além de ocorrerem classes com um número muito reduzido de efetivos, ou respondentes, também o cruzamento entre cada uma das classes de resposta e as modalidades das variáveis características resultou, em muitos casos, numa fraca, ou muito fraca, variedade de inter-relações entre elas. Por isso, decidiu-se fazer uma análise detalhada para as classes mais ricas, tanto do ponto de vista dos efetivos, como da variedade inter-relacional, e uma análise mais geral e agregada para as restantes.

O sossego, descanso, calma ou tranquilidade (Quadro 108), foram referidos, isolados ou em conjunto, por 68 inquiridos (21,8% do total de 312). Estas referências correspondem a um desejo de fuga ao bulício da cidade e do trabalho, apreciando-se assim as condições favorecedoras do máximo descanso e contemplação. No entanto, as relações identificadas não validam completamente essa hipótese. Dentro desta classe, estão sobrerrepresentados os inquiridos que têm a sua primeira residência no Centro Interior (47,1%), apesar de essa região apenas representar 11,8% na classe. 45,8% das segundas residências localizadas na região de Lisboa Interior estão nesta classe. Dada a grande abrangência geográfica desta região, a qual corresponde a uma subdivisão da região de Lisboa e Vale do Tejo, e a localização das primeiras residências, destaca-se uma relação interessante entre o interior beirão e o norte ribatejano. Acresce que apesar de os inquiridos gostarem mais do descanso, da calma e do sossego, uma das suas outras características é a prática de muitas atividades, ou seja, para além do descanso e lazer, podem também praticar outras combinações com hobbies como a jardinagem ou agricultura, a recreação ativa/desporto ou o trabalho intelectual.

O caráter mais rural destas duas regiões, pese embora a presença de alguns centros urbanos importantes, tais como Santarém ou Castelo Branco, justificam alguma importância do tipo de concelhos onde o fenómeno está em declínio, entre o rural e o urbano. Aliás, o facto de ser valorizado pelos inquiridos aquele que é apenas um efeito das características dos lugares, ou seja, a sua capacidade de favorecer o descanso, acaba por evidenciar a dificuldade em identificar outros elementos, para além de isso também ser coerente com o facto de ser apontado o abandono das terras e o subdesenvolvimento como aquilo que os inquiridos nesta classe menos gostam.

Outras características sobrerrepresentadas nesta classe são: i) um envolvimento básico com o comércio e serviços locais, isto é, apenas usam cafés, bares ou pastelarias, restaurantes e comércio tradicional; ii) famílias utilizadoras constituídas por casais com filhos e netos; iii) inquiridos com profissões administrativas; iv) casas, com forte representação das moradias em banda, com 2 pisos.

Quadro 108 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Sossego, descanso, calma ou tranquilidade (68 casos, 21,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Nº de pisos	2 pisos	48,53	32,05	33,00	3,09	0,001	100
O que menos gosta	Abandono, subdesenv.	16,18	6,73	52,38	2,99	0,001	21
Tipologia SR-SR	Declínio	32,35	19,23	36,67	2,82	0,002	60
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Básico	48,53	33,65	31,43	2,75	0,003	105
Região SR	Lisboa Interior	16,18	7,69	45,83	2,54	0,005	24
SR: Familiares no local	Sim	61,76	47,76	28,19	2,48	0,007	149
SR: Tipo	Moradia em banda	39,71	27,24	31,76	2,41	0,008	85
SR: Familia utilizadora	Casal, filhos, netos	33,82	22,12	33,33	2,40	0,008	69
Atividades que desenvolve no local da SR	Muitas atividades	26,47	16,03	36,00	2,38	0,009	50
Profissão	Administrativos	10,29	4,17	53,85	2,33	0,010	13
Região RP	Centro Interior	11,76	5,45	47,06	2,16	0,016	17
Proprietário?	Não	64,71	52,56	26,83	2,14	0,016	164

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

O outro elemento que os inquiridos referiram mais gostarem foi a praia (Quadro 109). Trata-se de um recurso sobretudo ambiental, mas também com forte contributo de outras esferas, tais como a economia, nomeadamente no respeitante à prestação de alguns serviços, e a política de ordenamento do território, sobretudo relacionada com a organização do espaço e a proteção e valorização ambiental. Para além disso, a praia é, de facto, um dos principais atrativos no âmbito das amenidades ambientais que justificam a decisão de ter uma segunda residência.

Apesar de a praia ser um recurso muito frequente no País, a região que surge sobrerrepresentada nesta classe é o Algarve que, de facto, é um destino de férias tradicional para atividades balneares e tem uma área de influência nacional. Daí, uma mais forte relação entre esta classe e a tipologia de concelhos onde as segundas residências se ligam ao imobiliário turístico. Por sua vez, em coerência com tudo isso, o turismo em excesso é um dos factos de que os inquiridos menos gostam. Também em 88% dos casos, não existem relações familiares com o local da segunda residência.

Em relação com as características anteriores, as casas são, sobretudo, apartamentos em prédios com 4 ou mais pisos, com uma área média entre 70 e 100 m^2. A compra foi o principal mecanismo de aquisição e a data de construção das casas é relativamente recente, entre 2002 e 2011.

Quadro 109 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Praia (67 casos, 21,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Familiares no local	Não	88,06	51,60	36,65	6,93	0,000	161
Tipologia SR-SR	Imobil. Turístico	50,75	19,23	56,67	6,69	0,000	60
Região SR	Algarve	46,27	17,95	55,36	6,14	0,000	56
SR: Tipo	Apartamento	58,21	33,01	37,86	4,69	0,000	103
SR: Forma de posse	Compra	71,64	47,12	32,65	4,44	0,000	147
SR: Ano de construção	2002-2011	26,87	11,22	51,43	4,02	0,000	35
Atividades que desenvolve no local da SR	Só descanso, lazer	68,66	48,40	30,46	3,63	0,000	151
SR: Família utilizadora	Casal e filhos	64,18	44,23	31,16	3,57	0,000	138
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Grande GS	26,87	13,78	41,86	3,12	0,001	43
SR: Área total	70 a 100 m2	47,76	31,73	32,32	2,98	0,001	99
SR: Nº de pisos	5 ou mais pisos	26,87	15,38	37,50	2,63	0,004	48
SR: Nº de pisos	4 pisos	17,91	8,97	42,86	2,50	0,006	28
Nº de dias por ano que é usada a SR	31 a 60 dias	35,82	23,72	32,43	2,40	0,008	74
O que menos gosta	Turismo em excesso	5,97	1,60	80,00	2,40	0,008	5
Quando usa a SR	Uso frequente	28,36	17,63	34,55	2,34	0,010	55

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A tipologia familiar utilizadora são os casais com filhos, pessoas que desenvolvem atividades relacionadas apenas com o descanso e lazer. O envolvimento com o local é grande e corresponde ao uso do comércio tradicional e do comércio em grandes superfícies e, em muitos casos, também dos restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos.

O número de dias de uso da casa durante um ano é de 31 a 60 dias, sendo que esse uso é frequente, verificando-se nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa) e em fins de semana ou em estadias curtas várias vezes ao ano.

O cruzamento entre a duração e os períodos de utilização e o grau de envolvimento com o comércio e serviços locais, refletem claramente as benfeitorias relacionadas com o turismo, mesmo quando o alojamento é a segunda residência.

A terceira característica dos lugares mais preferida pelos inquiridos corresponde à paisagem (Quadro 110), enquanto resultado da classificação dessa referência direta e de elementos, isolados ou complementares, relativos à natureza, ao campo e ao mar. Neste último caso, a referência ao mar foi incluída apenas quando não estava diretamente associada a práticas balneares.

Relativamente às características da casa, prevalece a moradia isolada, as maiores dimensões em área, ou seja, casas com mais de 200 m2 em 26,2% dos casos, com 3 pisos ou localizadas em prédios com essa dimensão e, em 47,6% dos dois casos, implantadas em terrenos com mais de 500 m^2 e construídas antes de 1961. As primeiras residências são em 88% dos casos em concelhos que, relativamente à expressão do fenómeno das segundas residências, fazem parte do tipo dos classificados como mais urbanos, principalmente de primeira residência. Em consonância com essa evidência, a região mais representada (81%) é a de Lisboa Litoral. Os utilizadores são em grande parte pessoas com idades entre 45 e 64 anos e com profissões muito qualificadas. Entre 3 e 5 pessoas usam a segunda residência em cada estadia e esse uso já se verifica, em 29% dos casos, desde o período de 1961 a 1981.

Tanto pela idade, como pelo nível socioeconómico, como pela antiguidade de frequentação, justifica-se que haja, nesta classe, o dobro dos inquiridos que, no total, responderam ter um envolvimento com o comércio e serviços locais correspondente ao uso do comércio tradicional, dos restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, de alguns serviços e equipamentos públicos. As características dos utilizadores e deste nível de envolvimento, apontam para um elevado

impacte económico sobre a economia local. Aliás, a predisposição para o consumo reflete-se no facto de gostarem menos da falta de comércio ou das desvantagens locativas, modalidade que corresponde a problemas, entre outros, relativos à disponibilização de serviços públicos, ao afastamento, absoluto e relativo, da primeira residência e à excessiva especialização turística dos lugares.

Quadro 110 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: A paisagem (natureza, campo, mar…) (42 casos, 13,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
SR: Área total do terreno	> 500 m2	47,62	21,79	29,41	3,88	0,000	68
SR: Ano de construção	1960 ou antes	47,62	22,12	28,99	3,82	0,000	69
SR: Desde quando usam	1961 a 1981	28,57	11,22	34,29	3,22	0,001	35
Profissão	Especialistas	59,52	37,50	21,37	2,95	0,002	117
O que menos gosta	Falta de comércio	21,43	7,69	37,50	2,92	0,002	24
O que menos gosta	Desvantagens. locativas	21,43	8,01	36,00	2,81	0,002	25
Tipologia SR-RP	Urbanos PR	88,10	72,12	16,44	2,43	0,008	225
SR: Tipo	Moradia isolada	54,76	37,50	19,66	2,28	0,011	117
Região RP	Lisboa Litoral	80,95	65,06	16,75	2,22	0,013	203
SR: Número de utilizadores	3 a 5	59,52	42,95	18,66	2,16	0,016	134
SR: Área total	> 200 m2	26,19	13,78	25,58	2,15	0,016	43
SR: Nº de pisos	3 pisos	26,19	13,78	25,58	2,15	0,016	43
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Maior	21,43	10,26	28,13	2,14	0,016	32
Idade	45-64 anos	45,24	29,81	20,43	2,12	0,017	93

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Quando se consideram os gostos classificados como vantagens locativas (Quadro 111), chapéu que cobre os aspetos de enquadramento e relação territorial, disponibilização de bens e serviços públicos e das benfeitorias do desenvolvimento turístico, conclui-se estar-se na presença de segundas residências com características particulares.

Os 32 casos incluídos nesta classe, são sobretudo caracterizados por relações intermodalidades que apontam para as áreas mais urbanas onde as atividades que incluem o recreio e lazer não são uma prioridade de uso. De facto, surgem mais representados face à distribuição geral, as situações de utilização por apenas 1 pessoa, as casas de tipo apartamento, a utilização mais recente e uma intensa frequência de uso. Todas estas observações, juntamente com o facto de as atividades praticadas não incluírem o descanso e lazer, consubstanciam um ambiente mais urbano e sobretudo na região de Lisboa Litoral. Do mesmo modo, o ambiente degradado e o tráfego e estacionamento surgem com destaque no leque de referências sobre o que os inquiridos desta classe menos gostam.

Quadro 111 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Vantagens locativas (posição, existência de *utilities*, desenvolvimento turístico) (32 casos, 10,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
Nº pessoas da família que usam a SR em cada estadia	1 pessoa	25,00	6,09	42,11	3,58	0,000	19
SR: Tipo	Apartamento	62,50	33,01	19,42	3,43	0,000	103
Atividades que desenvolve no local da SR	Ativid. sem descanso	15,63	3,21	50,00	2,98	0,001	10
Tipologia SR-SR	Urbanos PR	46,88	25,96	18,52	2,53	0,006	81
Nº de vezes que usa a SR por semana	5 ou mais vezes	15,63	4,49	35,71	2,39	0,009	14
Região SR	Lisboa Litoral	50,00	31,09	16,49	2,18	0,015	97
O que menos gosta	Ambiente degradado	15,63	5,13	31,25	2,15	0,016	16
O que menos gosta	Estaciona m., tráfego	18,75	7,05	27,27	2,14	0,016	22
SR: Desde quando usam	2012 e depois	37,50	21,15	18,18	2,07	0,019	66

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Ainda no contexto das classes que apresentam um número relevante de casos (25, ou 8,0% do total), surge a dos inquiridos que referiram as características da localidade ou da região como os aspetos de que mais gostam. Em primeiro lugar, convém referir que esta classe resulta da classificação de respostas demasiado vagas, abrangente e pouco explícitas sobre aspetos

relativos às características dos lugares, como por exemplo o facto de se tratar de regiões, aldeias ou cidades. Em segundo lugar, resultou claro que essa larga abrangência acabou por ser pouco discriminante face às modalidades características sobre ela incidentes. De qualquer modo, um número de utilizadores da casa, em cada estadia, inferior a 2, surgiu como a única modalidade de relação com esta classe, o que à partida reflete uma tipologia de utilizadores que também não tem forte representação no conjunto dos inquéritos válidos.

Houve também 10 inquiridos que responderam ser a casa aquilo de que mais gostavam. Tal declaração, apesar de conforme com algumas observações empíricas internacionais (Müller, 1999), não apresenta qualquer modalidade característica, pelo que dificilmente se poderão estabelecer perfis de relação válidos.

Por último, as referências ao que os inquiridos mais gostavam que incluíram a qualidade ambiental (4 casos, ou 1,3% do total), as relações familiares, de amizade e sociais em geral (8 casos, ou 2,6% do total), as atividades e produtos tradicionais e a cultura local (5 casos, ou 1,6% do total), o clima e os estados de tempo (4 casos, ou 1,3% do total) e o apego ao lugar (6 casos, ou 1,9% do total), apesar de somarem um total de 27 casos, pela sua dispersão, são de difícil descrição e explicação. No entanto, há traços que podem ajudar a distinguir cada um destes «gostos»:

- Qualidade ambiental – associa-se ao gostar menos do clima e dos estados de tempo, facto que salienta o desejo de que tudo no local, em termos das questões ambientais, fosse perfeito.
- Relações familiares, de amizade e sociais em geral – o facto de considerar que não existem aspetos de que menos gosta no local, a par da existência de familiares no local e da situação de reforma, são os grandes traços de caracterização desta classe.
- Atividades e produtos tradicionais e cultura – todos os inquiridos que referiram estes gostos, gastam entre 601 e 1500 euros nas estadias anuais, para além de a região dominante ser o Alentejo Interior.
- Clima e estados de tempo – 75% dos 4 casos desta classe usam a segunda residência uma vez por mês; Não sendo discriminante a região, este tipo de gosto não é claro sobre o que realmente atrai os respondentes.
- Apego ao lugar – apesar de incluir apenas 6 respondentes, esta classe apresenta níveis de relação com outras modalidades algo variadas. Estão representadas as moradias

isoladas no campo, implantadas em terrenos com mais de 500 m^2. Os respondentes têm graus de instrução abaixo do secundário e são trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices. O Norte Interior é a região de localização das segundas residências com um peso de 33,3% na classe. Em síntese, não existem dados suficientes para objetivar esta classe, apesar de emergirem relações que a ligam, naturalmente, a elevados níveis de topofilia, sobretudo derivados das relações familiares, já que todos os inquiridos nesta classe têm familiares no local.

Em síntese, as grandes relações entre o que os inquiridos mais gostam e as restantes questões do inquérito, acabam por salientar, por um lado, os ambientes mais rurais, sejam interiores ou litorais, onde o descanso e lazer é determinante e, por outro, as áreas de maior desenvolvimento turístico, onde as amenidades ambientais, gerais ou específicas, como a praia, são dos maiores atrativos. Estas duas grandes relações acabam por se cruzar com diferentes tradições de uso, as quais vão desde as experiências mais recentes, nas regiões de maior desenvolvimento turístico como o Algarve, às mais antigas, onde as práticas balneares foram sedimentando ao longo do tempo uma experiência particular de segunda residência, mais engajada com o local e/ou mais afastada dos espaços de lazer onde sobressaem algumas deficiências funcionais.

14.4.1.2. Uma referência ao que menos gosta no lugar da segunda residência

Uma das virtualidades da metodologia adotada para a análise dos padrões de resposta ao inquérito reside na possibilidade de deteção dos cruzamentos relevantes entre modalidades de resposta às várias questões diretamente transformáveis em variáveis. Tratando-se da aplicação de uma escala de mensuração de tipo nominal, essas relações emergem mais gerais, mas também mais focadas relativamente ao que resultaria da aplicação de uma escala de razão. Daí, apesar de se estarem a tratar distribuições de resposta contrastadas, acabam por se manter as relações básicas que, em si mesmas, explicam a natureza, o âmbito e a dimensão do fenómeno em apreço em cada exercício analítico. Deste modo, a descrição e análise das respostas sobre o que os inquiridos mais gostavam nos locais das suas segundas residências, merecem ser comparadas com aquelas que se relacionam com o que eles menos gostam, sendo de esperar que se verifique uma clara antonímia entre as duas.

Para efeitos da descrição e análise dos resultados obtidos, a exposição está organizada de forma decrescente em função do número de casos incluídos em cada uma das classes. Também é de referir que apenas se acompanha a descrição e análise com um quadro, nas situações em que o efetivo de cada classe é igual ou superior a 10.

Os 25 inquiridos que não apontaram qualquer elemento ou aspeto de que não gostassem (Quadro 112), são sobretudo, em termos de sobrerrepresentação, mulheres, pessoas que usam a casa poucos dias por ano e que referiram as relações familiares, de amizade e sociais em geral, como aquilo de que mais gostavam.

Quadro 112 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Nada (25 casos, 8,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
Sexo	Feminino	68,00	44,55	12,23	2,25	0,012	139
Nº de dias por ano que é usada a SR	1 a 9 dias	20,00	6,41	25,00	2,17	0,015	20
O que mais gosta	Convívio social	12,00	2,56	37,50	2,06	0,020	8

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

As pessoas que responderam que o que gostavam menos se ligava a desvantagens locativas (Quadro 113), tais como a grande distância à primeira residência, a inexistência de serviços públicos e algumas malfeitorias do turismo de massas, são também aquelas que referiram, em mais de 1/3, a paisagem e a natureza como aquilo de que mais gostavam e que, em quase 1/3, utilizam a segunda residência apenas uma vez por ano.

Quadro 113 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Desvantagens locativas (posição, existência de *utilities*, desenvolvimento turístico) (25 casos, 8,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade	Nº de respostas
O que mais gosta	Paisagem, natureza	36,00	13,46	21,43	2,81	0,002	42
Nº de vezes que usa a SR por ano	1 vez	32,00	13,14	19,51	2,37	0,009	41

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A menção à falta de comércio, atividade cultural e de equipamentos e serviços públicos, é feita por 24 inquiridos (Quadro 114). À semelhança da classe anterior, mais de 1/3 destes referiram a paisagem e a natureza como aquilo de que mais gostavam. Estão também mais representadas as pessoas com profissões mais qualificadas, as que construíram a casa, a qual tem entre 101 e 200 m^2 de área, que a usam desde o período de 1961 a 1981 e têm a sua primeira residência a uma distância da segunda que vai de 100 a 200 km, ou seja, está entre 1 e 2 horas de viagem.

Quadro 114 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Falta de comércio, serviços (incluindo transportes), equipamentos e atividade cultural (24 casos, 7,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
O que mais gosta	Paisagem, natureza	37,50	13,46	21,43	2,92	0,002	42
SR: Desde quando usam	1961 a 1981	33,33	11,22	22,86	2,84	0,002	35
Distancia/tempo	1-2 horas	50,00	24,36	15,79	2,64	0,004	76
SR: Forma de posse	Construiu	37,50	15,06	19,15	2,63	0,004	47
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Maior	29,17	10,26	21,88	2,51	0,006	32
SR: Área total	101 a 200 m2	58,33	33,65	13,33	2,38	0,009	105
Profissão	Especialistas	62,50	37,50	12,82	2,38	0,009	117
SR: Número de utilizadores	3 a 5	66,67	42,95	11,94	2,22	0,013	134
Distancia PR-SR	100-200 Km	41,67	21,79	14,71	2,09	0,018	68

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A classe correspondente às respostas que incluíam os problemas do estacionamento, nomeadamente junto às praias, o tráfego, sobretudo no centro das aglomerações e, com menor incidência, a utilização do automóvel privado, é constituída por um efetivo de 22 casos (Quadro 115). Acima de 70%, estão os inquiridos que têm a segunda residência em concelhos tipificados como os mais urbanos, principalmente de primeira residência, pertencentes à região de Lisboa Litoral e que utilizam a casa com uma frequência de 5 ou mais vezes por ano. Com menor importância percentual, segue-se a utilização por mais de 90 dias/ano, as casas construídas entre 1982 e 1991 e um volume de despesa anual em todas as estadias, naturalmente relacionado com a duração e frequência destas, acima de 3000 euros. Como corolário da tipologia de problemas apontados e das suas características mais urbanas, surgem as vantagens locativas como o aspeto que os inquiridos apontaram como sendo o mais apreciado.

Quadro 115 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Estacionamento e tráfego e dependência do automóvel (22 casos, 7,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
Tipologia SR-SR	Urbanos PR	72,73	25,96	19,75	4,58	0,000	81
Região SR	Lisboa Litoral	77,27	31,09	17,53	4,42	0,000	97
SR: Ano de construção	1982-1991	36,36	11,54	22,22	2,98	0,001	36
Dinheiro gasto por ano nas estadias na SR (sem manut. casa)	>3000 euros	22,73	5,13	31,25	2,76	0,003	16
Nº de dias por ano que é usada a SR	91 ou mais dias	50,00	25,64	13,75	2,34	0,010	80
Nº de vezes que usa a SR por ano	5 ou mais vezes	72,73	48,40	10,60	2,17	0,015	151
O que mais gosta	Vantagens locativas	27,27	10,26	18,75	2,14	0,016	32

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Quanto à referência ao gostarem menos de características relacionadas com o nível de desenvolvimento, tais como o abandono e o despovoamento e o subdesenvolvimento (Quadro 116), ela surge em 21 casos e liga-se de forma muito forte à presença de familiares no local e, de forma não tão forte, mas vincada, ao gosto pelo sossego e pela calma, a um envolvimento básico com o local e ao facto de as casas terem 2 pisos. Estas ligações mostram tratarem-se de utilizadores de segundas residências em áreas mais rurais e marginais, pelo que, inclusivamente,

se percebe o nível de envolvimento com o local, não só pela menor estruturação funcional dos lugares, mas também pelas ligações familiares que providenciam muitos dos produtos e serviços necessários à manutenção da casa e das pessoas.

O Centro Interior surge também sobrerrepresentado como a região de localização das segundas residências, o que, tal como já tinha sido visto no capítulo II, é também aquela onde o fenómeno é bastante antigo e ligado a processos de abandono dos campos e alimentação dos fluxos migratórios, nacionais e internacionais.

Quadro 116 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Abandono, despovoamento, subdesenvolvimento (21 casos, 6,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Familiares no local	Sim	85,71	47,76	12,08	3,49	0,000	149
O que mais gosta	Sossego, calma	52,38	21,79	16,18	2,99	0,001	68
Região SR	Centro Interior	33,33	10,58	21,21	2,74	0,003	33
SR: Nº de pisos	2 pisos	61,90	32,05	13,00	2,70	0,003	100
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Básico	61,90	33,65	12,38	2,53	0,006	105

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

No âmbito dos gostos negativos, a classe relativa à degradação do ambiente natural e urbano, incluindo infraestruturas (Quadro 117), está naturalmente mais ligado às áreas urbanas de maiores densidades populacionais e mais congestionadas. Daí, uma maior importância dos apartamentos e um muito fraco envolvimento com o comércio e serviços locais, mas com utilização de grandes superfícies.

Quadro 117 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Degradação do ambiente natural e urbano, incluindo infraestruturas (16 casos, 5,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Fraquíssimo GS	37,50	10,90	17,65	2,66	0,004	34
Distancia PR-SR	>300 Km	43,75	15,38	14,58	2,57	0,005	48
SR: Tipo	Apartamento	62,50	33,01	9,71	2,24	0,013	103
O que mais gosta	Vantagens locativas	31,25	10,26	15,63	2,15	0,016	32
Dinheiro gasto por ano nas estadias na SR (sem manut. casa)	1501-3000 euros	31,25	10,58	15,15	2,09	0,018	33

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

As vantagens locativas, mais associadas a áreas mais urbanas, bem assim como os gastos com as estadias incluídos na penúltima classe de despesa, podem ligar-se ao facto de a primeira residência estar a mais de 300 km e, assim, indicar uma utilização da segunda residência de dois tipos: i) enquanto alojamento de trabalho intelectual ou outras atividades desse tipo; ii) enquanto alojamento de férias, em áreas de forte desenvolvimento turístico e onde também se verificam, sobretudo pela sazonalidade, fortes concentrações populacionais geradoras daquele tipo de problemas.

Tal como a classe anterior, aquela que corresponde ao não gostar de aspetos ligados à confusão, ruído, vida noturna e desacatos (Quadro 118), está também claramente ligada às áreas mais urbanas, onde se localizam as segundas residências, agora inequivocamente de apoio a atividades como o trabalho ou estudo. O facto de se tratarem de apartamentos em prédios de 5 ou mais pisos, localizados no mesmo concelho da residência permanente e com uma utilização intensa durante a semana, indica claramente existir uma correspondência direta com as segundas residências em áreas urbanas, seja para investimento, seja para rendibilizar custos de estadia em relação com atividades ativas do tipo trabalho ou estudo.

Quadro 118 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Confusão, ruído, vida noturna, desacatos (16 casos, 5,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Tipo	Apartamento	78,57	33,01	10,68	3,31	0,000	103
Distancia PR-SR	No mesmo concelho	35,71	6,09	26,32	3,20	0,001	19
Distancia/tempo	No mesmo concelho	35,71	6,09	26,32	3,20	0,001	19
SR: Desde quando usam	2002 a 2011	64,29	27,24	10,59	2,71	0,003	85
Parentesco	Outros	35,71	9,29	17,24	2,55	0,005	29
Proprietário?	Não	85,71	52,56	7,32	2,35	0,009	164
SR: Nº de pisos	5 ou mais pisos	42,86	15,38	12,50	2,29	0,011	48
SR: Ano de construção	2002-2011	35,71	11,22	14,29	2,24	0,013	35
Nº de vezes que usa a SR por semana	5 ou mais vezes	21,43	4,49	21,43	2,06	0,020	14

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

As restantes classes resultantes da classificação das respostas abertas sobre o que os inquiridos menos gostavam, em número de oito, apresentam todas um número de efetivos abaixo de dez. Daí, ter-se entendido proceder-se a uma análise agregada não considerando os quadros de dados individuais. As classes de resposta nestas condições podem ainda ser agregadas em grandes temas:

- A casa e os respetivos encargos – englobando os impostos e encargos com a casa e a casa propriamente dita.
- Os fatores repulsivos de tipo social e ambiental – juntando as características da localidade ou da região, normalmente vistas do lado do imobilismo e das dificuldades de ocupação do tempo, as relações familiares, de amizade e sociais em geral, sobretudo pelos comportamentos relacionais invasivos da privacidade e, por fim, no âmbito ambiental, ou as inconstâncias dos estados de tempo, ou os incêndios, um problema cuja regularidade e impacte negativo sobre a paisagem e as condições de vida, tem vindo a assumir cada vez mais importância.
- As malfeitorias do turismo – agregando duas referências negativas, como o turismo em excesso e a sobrelotação e pressão sobre alguns recursos, sobretudo as praias.

Relativamente à casa e os seus encargos, respetivamente com 7 e 5 respondentes, a interpretação das respostas é simples. Por um lado, os custos de manutenção, incluindo os fiscais, são sempre um fator de insatisfação e, por outro, a casa em si mesma é apresentada como um aspeto negativo principalmente porque ainda não está suficientemente adaptada às necessidades modernas. Aliás, neste último caso, não será de estranhar que esta resposta tenha sido dada por pessoas que, em 86% dos casos, tinham entre 35 e 44 anos e, em 71%, usavam frequentemente a casa, ou seja, usavam-na nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa) e em fins de semana ou em estadias curtas várias vezes ao ano.

Os fatores repulsivos de tipo social e ambiental, apesar de incluírem alguma variedade de insatisfações, elas estão muito ligadas, ou a aspetos particulares da vida social, ou a problemas incontornáveis não diretamente ligados ao uso da segunda residência. Por um lado, as características da localidade ou da região (8 casos) surgem sem qualquer modalidade característica, facto que se pode explicar pela sua própria atipicidade no contexto dos utilizadores da casa. Do mesmo modo, as referências ao convívio social enquanto aspeto negativo (9 casos), associam-se à ideia de má vizinhança e coscuvilhice, características que tanto podem ocorrer em áreas mais urbanas, como mais rurais. Em termos ambientais, o clima e os estados de tempo surgem referidos em 9 casos e associam-se, sobretudo, ao facto de os respondentes gostarem da qualidade ambiental e usarem a segunda residência com grande frequência (1 vez por semana ou entre 31 e 60 dias por ano). Por sua vez, os incêndios, referidos apenas por 2 pessoas, apenas se destacam pelo facto de terem sido referidos por segundos residentes da região Centro Litoral (NUT III Leiria, Aveiro e Coimbra), uma das que, com mais extensas áreas de floresta, mais tem sofrido com este flagelo.

Por último, no grupo designado por malfeitorias do turismo, no qual se enquadram os problemas da sobrelotação de uso e do turismo em excesso, ambos com 5 referências, é de anotar duas observações e conclusões principais. Por um lado, a ideia de sobrelotação liga-se à densidade e intensidade de uso de recursos balneares, referência que surge associada a utilizadores de casas construídas entre 1992 e 2001 e que usam o comércio tradicional e as grandes superfícies e também nalguns casos, os restaurantes, cafés, bares e pastelarias e alguns serviços pessoais e de reparação. Por outro lado, o turismo excessivo é uma opinião claramente associada aos utilizadores de regiões onde esse tipo de problemas é de perceção mais comum, tal como o Algarve. Aliás, a tipologia de segundas residências, de construção relativamente mais recente (2002-2011), a maiores distâncias da primeira residência (> 300 km) e localizadas

em concelhos de mais forte representação do imobiliário turístico, onde a praia é um dos elementos mais apreciados, é completamente coerente com o desagrado manifestado.

Em síntese, apesar de ter sido menos frequente os inquiridos manifestarem as suas opiniões negativas, em comparação com o que se verificou nas positivas, é possível sintetizar os resultados em dois grandes conjuntos. Por um lado, o desagrado com aspetos intrínsecos ao ambiente, natural, económico e social, dos lugares e, por outro, a insatisfação com aspetos particulares dos lugares na sua relação com a utilização que tem e o uso que o inquirido privilegia nas suas estadias. De qualquer modo, apesar de não serem síncronas, estas opiniões acabam por estar em contradição com as declarações relativas ao apreço ou satisfação. No primeiro caso, as falhas apontadas acabam também por fazer parte dos atrativos preferidos e, no segundo, apesar da maior conflitualidade, elas foram decerto incorporadas no processo de decisão do ter uma segunda residência.

14.4.2. Terrafilia: a participação e a agência

A participação em atividades locais de tipo diverso, foi o indicador considerado como sendo de recolha mais clara e expedita e de melhor ilustração do significado e natureza do conceito de terrafilia. De facto, apesar de a terrafilia não poder estar desligada da topofilia, ela pressupõe o conhecimento dos problemas e a vontade de agência em prol do desenvolvimento local. Essa agência pode ir desde a simples participação na discussão dos problemas locais, até à concretização de iniciativas e ações promotoras desse mesmo desenvolvimento. As associações locais, sejam com tradição mais antiga, por exemplo baseadas nas comissões de melhoramentos dos anos 40 ou 50 do século XX, sejam de geração mais recente, nascidas desde os anos 70 do mesmo século, como as de defesa dos recursos naturais ou de promoção dos recursos artesanais e culturais em geral, são fundamentais para a mobilização dessas vontades e disponibilidades.

Deste modo, as questões introduzidas no inquéritos, apesar de incluírem uma opção de resposta aberta, tipificaram, desde logo, as respostas possíveis, tendo em conta o seu grau de envolvimento na transformação do local, em:

- Associações e/ou grupos formais de cidadãos (desporto, cultura, recreio, ambiente, ...), como ativista
- Associações e/ou grupos formais de cidadãos (desporto, cultura, recreio, ambiente, ...), como apoiante ou simpatizante

- Discussão pública de Planos, Programas e/ou Projetos de iniciativa local
- Discussão pública de Planos, Programas e/ou Projetos de iniciativa nacional
- Grupos informais de amigos que organizam eventos de vários tipos (almoços, passeios, jogos, etc.)
- Festas e romarias
- Não participa em nada

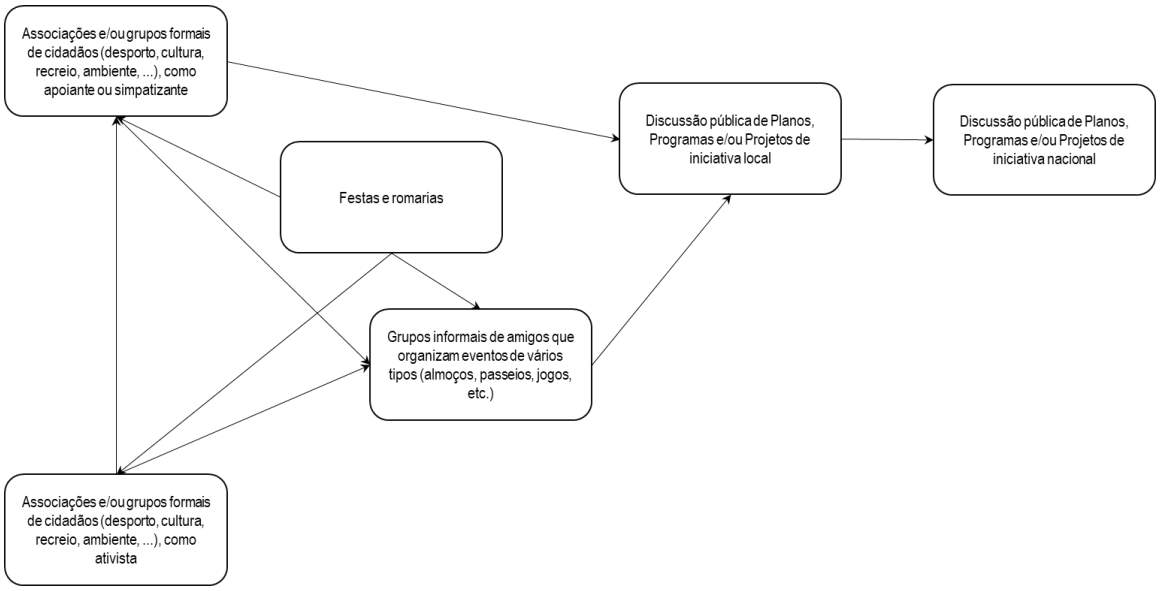
Desde logo, a participação em nada, cujo apuramento incluiu, não só essa declaração direta, mas também a ausência de resposta, corresponde a 48,1% dos 312 inquéritos, valor que destaca a prevalência da fraca participação das populações em qualquer iniciativa, ação ou projeto local.

O apuramento da sequenciação das respostas, resultou no esquema da Figura 94. Esse esquema foi elaborado seguindo os princípios da dinâmica de poliedros, ou Q-analysis[103], e a sua leitura deve ser feita em termos do número de ligações de destino, tendo por origem cada uma das modalidades de participação. É possível verificar que a participação em festas e romarias é o mais central no conjunto, seguindo-se a colaboração com grupos informais de amigos. Por sua vez, a participação em associações, seja como apoiante ou simpatizante, seja como ativista, é um pouco marginal ao conjunto, da mesma forma que a participação em discussões públicas de âmbito local ou nacional, sendo esta última mais marginal e residual a todo o conjunto.

De facto, o apuramento de todas as referências feitas pelos inquiridos, já que a pergunta era de resposta múltipla, mostra exatamente que apesar de só 32,3%, do total de 461, corresponderem à declaração de que não participam em nada, os restantes 67,7% incluem referências a tipos de participação que acabam por cumprir uma função de satisfação mais individual e, portanto, fora do espírito de agência em prol da comunidade, como está subjacente ao conceito de terrafilia. De facto, entre o ativismo associativo e a participação em processos de discussão pública de planos e programas, para além da participação em festas e romarias e

[103] O embasamento teórico desta técnica foi inicialmente desenvolvido por Ronald Harry Atkin, mas teve a primeira disseminação em Portugal, ainda nos anos 80 do século XX, através de Peter Gould (Gould, 1982). Na essência, a técnica parte de uma matriz de indivíduos por características em escala nominal, a qual é tratada em termos da sua transformação numa matriz de distâncias que dá origem a uma interpretação dos posicionamentos dos elementos constitutivos num espaço multidimensional que, de facto, acaba por ser ilustrado por um esquema bidimensional.

em grupos informais de amigos, existem diferenças substanciais em termos do envolvimento na solução dos problemas locais por parte dos inquiridos.



Fonte: elaboração própria

Figura 94 – Relações de proximidade entre as várias combinações de tipos de participação no desenvolvimento local

Quadro 119 – Referências à participação em atividades locais numa perspetiva de agência

Tipo de participação	Referências	
	Nº	%
Não participa em nada	149	32,3
Festas e romarias	135	29,3
Grupos informais de amigos que organizam eventos de vários tipos (almoços, passeios, jogos, etc.)	91	19,7
Associações e/ou grupos formais de cidadãos (desporto, cultura, recreio, ambiente, ...), como apoiante ou simpatizante	44	9,5
Discussão pública de Planos, Programas e/ou Projetos de iniciativa local	21	4,6
Associações e/ou grupos formais de cidadãos (desporto, cultura, recreio, ambiente, ...), como ativista	18	3,9
Discussão pública de Planos, Programas e/ou Projetos de iniciativa nacional	3	0,7
Total das referências	461	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Tendo em vista simplificar o apuramento das respostas múltiplas, optou-se por encontrar uma nova classificação que, de acordo com o número e tipo de referências feitas por cada inquirido, se encontrasse uma modulação ordenada dos níveis de participação do conjunto. Essa classificação resultou em:

- Muito elevado nível de participação - Participa como apoiante ou simpatizante em associações locais, mas também na discussão pública de planos, programas e projetos, principalmente de iniciativa local e, em alguns casos, também em atividades de grupos informais de amigos e nas festas e romarias.
- Elevado nível de participação - Participa em associações locais como simpatizante ou apoiante (num caso é ativista) e, em alguns casos, também participa em grupos informais de amigos e em festas e romarias.
- Mediano nível de participação - Participa na discussão pública de planos, programas e projetos de iniciativa local e, em alguns casos, também em grupos informais de amigos e em festas e romarias.
- Baixo nível de participação - Participa em grupos informais de amigos e em festas e romarias.
- Participação nula – Não participa em nada.

Como se pode observar no Quadro 120, os níveis de participação baixo ou nulo abrangem 82,4% dos inquiridos, enquanto 6,7% têm uma participação muito elevada. Apesar de serem comuns baixos níveis de participação, tanto nos processos de planeamento, como de decisão, por vezes até porque existe conflitualidade de interesses (Ortiz Noguera, García-Andreu, Juan Palmer, & Aledo Tur, 2007), aparentemente isso não está quantificado.

Quadro 120 – Classificação dos níveis de participação em atividades locais numa perspetiva de agência

Nível de participação	Respostas classificadas	
	Nº	%
Muito elevado	21	6,7
Elevado	30	9,6
Mediano	4	1,3
Baixo	107	34,3
Nulo	150	48,1
Total	312	100,0

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

De qualquer modo, é reconhecido o interesse do incremento dessa participação, tendo inclusive Janne Rinne *et al*. chegado à identificação, no caso da Finlândia, de três dimensões que condicionam a participação dos segundos residentes: i) as suas preferências ou interesses pessoais; ii) o seu estatuto formal enquanto residentes; iii) a sua inserção informal no seio da comunidade (Rinne, Paloniemi, Tuulentie, & Kietäväinen, 2015:105). Dentro da primeira dimensão, cabem situações como a discussão de planos quando estão em causa os interesses específicos dos segundos residentes, como aconteceu, por exemplo, no caso do Plano de Ordenamento da Albufeira de Montargil. Na segunda dimensão, o estatuto de residente, os condicionamentos podem ser variados. Quando a segunda residência é no mesmo concelho da primeira, espera-se um maior envolvimento participativo dos segundos residentes, mas quando isso não acontece, e dado não existir em Portugal um estatuto formal que a eles se aplique, então a participação poderá ser mais dificultada. A terceira dimensão, relacionada com os laços informais, depende muito dos níveis de integração na comunidade, sobretudo facilitada quando existem laços familiares ativos, ou quando a relação com o lugar é mais antiga, tal como acontece no caso de Pampilhosa da Serra, por exemplo.

Relativamente à agência, apenas se pode considerar a pertença ou colaboração com associações e/ou grupos de cidadãos formalmente organizados, sendo naturalmente a vontade para agir e a sua concretização, mais elevada quando se é ativista, mas também relevante quando se é apoiante. Mais uma vez, os resultados apontam para níveis de agência relativamente baixos (3,9% de ativistas) mas com um razoável potencial de expansão e mobilização (9,5% de apoiantes ou simpatizantes).

Na análise detalhada que se segue, organizada por ordem decrescente de efetivos em cada classe, verificar-se-á se existem relações, ou pelo menos sinais ou indicadores, que apontem para as dimensões antes enunciadas.

O nulo nível de participação (Quadro 121) é caracterizado por uma sobrerrepresentação muito ligeira e, por isso, pouco significativa, dos inquiridos que têm familiares no local da segunda residência e também dela fazem um uso frequente, ou seja, usa-a nas férias (Verão e/ou Natal e/ou Páscoa) e em fins de semana ou em estadias curtas várias vezes ao ano. De facto, tal como seria de esperar, a ausência de qualquer participação cidadã é um fenómeno que dificilmente se associa a grupos específicos de casas, utilizadores e usos.

Quadro 121 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Nulo nível de participação (150 casos, 48,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Familiares no local	Sim	55,33	47,76	55,70	2,47	0,007	149
Quando usa a SR	Uso frequente	22,67	17,63	61,82	2,10	0,018	55

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

O baixo nível de participação, com 107 casos (Quadro 122), surge de uma forma mais estruturada que o anterior. Os agregados familiares utilizadores são, de forma mais representativa, constituídos por casais[104]. As casas são também emprestadas e os respondentes foram, em grande número, jovens utilizadores das segundas residências dos pais. Os trabalhadores por conta de outrem e as profissões mais qualificadas, surgem também sobrerrepresentadas. Por último, o tipo de concelhos de localização da segunda residência é, em um terço dos casos, os mais urbanos, principalmente de primeira residência.

Quadro 122 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Baixo nível de participação (107 casos, 34,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Familia utilizadora	Casal	31,78	20,83	52,31	3,23	0,001	65
Quem usa a SR	Empresta	31,78	22,76	47,89	2,57	0,005	71
Idade	25-34 anos	26,17	17,95	50,00	2,54	0,006	56
Parentesco	Pais	45,79	35,90	43,75	2,50	0,006	112
Situação na profissão	Trab. conta d'outrem	65,42	55,77	40,23	2,37	0,009	174
Profissão	Especialistas	46,73	37,50	42,74	2,30	0,011	117
Tipologia SR-SR	Urbanos PR	33,64	25,96	44,44	2,08	0,019	81

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

A passagem para os níveis de participação mais elevados (Quadro 123) já correspondem a uma redução muito significativa dos efetivos nessas classes. O elevado nível de participação

[104] Repare-se que apesar de 31,8% dos inquiridos com baixa participação serem apenas casais, essa modalidade, os casais sozinhos, estão em 52,3% incluídos na classe da baixa participação.

verifica-se em 30 casos, estando sobrerrepresentadas as casas de segunda residência com área inferior a 70 m^2, as implantações em terrenos com menos de 100 m^2, os trabalhadores dos serviços, os gastos anuais nas estadias entre 601 e 1500 euros e um envolvimento com a economia local correspondente ao uso do comércio tradicional e o comércio em grandes superfícies e, em muitos casos, também os restaurantes, cafés, bares e pastelarias, alguns serviços pessoais e de reparação e, com maior ou menor diversidade, alguns serviços e equipamentos públicos. Curiosamente, todas as modalidades características indicam um estatuto socioeconómico relativamente modesto no contexto de todos os utilizadores.

Quadro 123 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Elevado nível de participação (30 casos, 9,6% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Área total	< 70 m2	33,33	10,90	29,41	3,35	0,000	34
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Grande GS	33,33	13,78	23,26	2,72	0,003	43
SR: Área total do terreno	< 100 m2	30,00	12,82	22,50	2,45	0,007	40
Profissão	Trab. serviços	23,33	8,97	25,00	2,31	0,011	28
Dinheiro gasto por ano nas estadias na SR (sem manut. casa)	601-1500 euros	46,67	26,92	16,67	2,26	0,012	84

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

O muito elevado nível de participação ocorre em 21 casos (Quadro 124). Ao contrário do que seria de esperar, as idades prevalecentes situam-se entre os 65 e os 80 anos. Os agregados familiares são, em mais de metade dos casos, casais com filhos e netos que usam a casa desde os anos 90 do século XX e têm um nível de envolvimento com a economia local muito fraco, já que usam apenas as grandes superfícies e também, nalguns casos, os restaurantes, cafés, bares e pastelarias e, em apenas alguns casos, também serviços pessoais ou de reparação. Por último, uma característica interessante é a sobrerrepresentação da região do Centro Interior, abrangendo sobretudo os distritos da Guarda e de Castelo Branco, onde o fenómeno tem uma origem antiga e com fortes ligações às raízes.

Quadro 124 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Muito elevado nível de participação (21 casos, 6,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
SR: Família utilizadora	Casal, filhos, netos	52,38	22,12	15,94	2,95	0,002	69
O que mais usa ao nível local da SR (envolvimento local)	Fraquíssimo GS	33,33	10,90	20,59	2,67	0,004	34
Idade	65-80 anos	38,10	14,42	17,78	2,59	0,005	45
Quem usa a SR	Empresta e aluga	19,05	4,81	26,67	2,23	0,013	15
SR: Desde quando usam	1992 a 2001	47,62	24,36	13,16	2,20	0,014	76
Região SR	Centro Interior	28,57	10,58	18,18	2,17	0,015	33

Fonte: Inquérito aos proprietários e familiares utilizadores de segundas residências, 2019-2020

Por último, o nível de participação mediano, apenas com 4 casos, não está ligado a nenhuma modalidade característica, pelo que o seu significado estatístico é nulo.

Em síntese, pelo menos tendo em conta as variáveis consideradas, é muito difícil estabelecer relações lógicas e coerentes entre as respostas aos níveis de participação e as restantes distribuições de caracterização. De qualquer modo, emerge uma tendência ténue que tende a associar a maior participação a segundos residentes mais modestos e de áreas mais rurais, enquanto os mais qualificados e em áreas mais urbanas tendem a ser menos participativos. Esta observação está em consonância com o referido por Janne Rinne *et al*. (Rinne et al., 2015), já que apesar de não ser possível verificar as três dimensões, há pelo menos a indicação de que o estatuto formal e informal de relacionamento com a comunidade ajuda a fomentar a efetivação da participação. Apesar de tudo, não pode esquecer-se que a não participação em iniciativas, na defesa dos recursos de toda a ordem e na promoção direta do desenvolvimento local, é muito pobre e até com maiores ligações aos inquiridos que têm relações familiares com o local. Mas, pelo que tem sido dado observar-se, sobretudo em concelhos mais rurais, muitas vezes os níveis de participação dos segundos residentes são mais frequentes que no caso dos residentes permanentes.

14.5. Síntese e conclusões

Através da utilização de técnicas estatísticas relativamente robustas, foi possível apurar os grandes cruzamentos entre as variáveis do inquérito, descendo ao nível da verificação das relações entre todas as modalidades de resposta.

14.5.1. A casa

14.5.1.1. A localização da casa

A maior parte das casas (82,1%) localiza-se dentro dos aglomerados, enquanto uma pequena parte (16,4%), se localiza isolada no campo e, um número quase irrelevante (1,3%), se localiza em resorts.

As casas localizadas dentro dos aglomerados e, assim, servidas por infraestruturas e equipamentos públicos consentâneos com a sua importância na respetiva rede, são menos problemáticas do ponto de vista da gestão urbanística, mas mais impactantes na vitalidade de algumas áreas da aglomeração, nomeadamente os centros históricos ou sítios genéticos.

As casas isoladas no campo, ou seja, sem acesso direto a algumas infraestruturas de saneamento, representam uma minoria dos casos. Apesar dessa minoria, colocam-se alguns desafios ao ordenamento do território e à gestão dos recursos públicos.

A fraca incidência dos resorts, pode ser explicada por três fatores: i) a sua expansão mais recente; ii) a sua concentração em algumas áreas mais turísticas; iii) os seus elevados preços que os orientam para segmentos de procura particulares, nomeadamente estrangeiros (Patuleia, 2011:277).

14.5.1.2. O tipo de casa

As moradias, sejam isoladas, sejam em banda, são a tipologia dominante. No entanto, os apartamentos, naturalmente associados a freguesia mais urbanas e já com algum desenvolvimento turístico, representam 33,0% do total.

Os dados censitários mostram a mesma realidade. Apesar da relevância das moradias, naturalmente mais ligadas a um conceito de segunda residência tradicional em diferentes contextos territoriais, os apartamentos começam a ter um peso crescente. Isto está de acordo com o aumento da frequentação de áreas mais densificadas do ponto de vista da utilização

turística, com particular destaque para a fruição balnear, mas também é revelador da consolidação de estratégias de investimento imobiliário mais integradas nesse mesmo mercado, ou seja, menos arriscadas em termos do seu retorno futuro.

14.5.1.3. A implantação

As parcelas de implantação das casas com áreas de 300 m^2 ou inferiores, são 40,0% dos casos, enquanto acima desse valor de área estão 32,1%. Por sua vez, a área das casas divide-se entre 42,6% que vão até aos 100 m^2 e 47,4%. que ficam acima desse valor, sendo os casos acima de 200 m^2 de apenas 13,8%.

Para além da mais fraca incidência das situações em que a disponibilidade de terreno extra é uma motivação para a posse de uma segunda residência, também resulta claro que, elas não tendem a ser, generalizadamente, objeto de ostentação.

14.5.1.4. Os períodos de construção

A distribuição das casas por períodos de construção, mostra que 46,5% é de edificação anterior a 1982, e 22,1% mesmo anterior a 1961.

A expansão do fenómeno das segundas residências, tendo em conta as datas de construção das casas, para além de ser claramente posterior à década de 70 do século XX, também parece acompanhar a libertação de imobiliário devido à emigração, já que as atuais segundas residências também se apoiam em construções mais antigas de utilização mais recente para esse uso.

14.5.1.5. Os gastos com a manutenção da casa

O valor médio mensal com a manutenção da casa é de 101,60 euros, um montante que, tendo em conta os períodos de utilização, é consistente com as contas de água e eletricidade, com pequenos serviços de reparação e limpeza ou com o condomínio, quando existente, e o pagamento de impostos.

Mais uma vez, o princípio Vebleniano associado ao consumo conspícuo que alguns autores associam à segunda residência (Paris, 2010, *apud* Gallent, 2014:187), não se verifica. De facto, os custos de manutenção da segunda residência não são demasiado elevados, estando ao alcance de agregados familiares com rendimentos mensais médios.

14.5.1.6. As relações entre o tipo de casa e as restantes variáveis: as moradias isoladas

Moradias completamente isoladas ou destacadas. São de 1 ou 2 pisos, prevalecem as áreas de 100 a 200 m^2, e estão isoladas no campo. As edificações são principalmente anteriores a 1961 e a sua utilização dominante inicia-se nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Surgem mais no Norte Interior, em concelhos que foram tipificados como tendo o fenómeno em declínio, e cujos utilizadores são provenientes de áreas urbanas principalmente residenciais. São segundas residências de utilização mais antiga e associadas a processos emigratórios que, atualmente, animam os lugares, ainda que de uma forma sazonal.

14.5.1.7. As relações entre o tipo de casa e as restantes variáveis: as moradias em banda

Moradias em banda ou coladas a outras casas. Casas mais modestas, implantadas em terrenos até 300 m^2, dentro dos aglomerados e em cerca de metade com 2 pisos. O envolvimento dos utilizadores com o local é básico.

A tipologia da casa associa-se à morfologia de muitos aglomerados rurais em contexto de povoamento concentrado. A existência de familiares no local justifica um menor envolvimento com as funções centrais locais, pelo que o impacte na economia é modesto, mais não seja até pelo facto de, anualmente, no conjunto das estadias, gastarem 600 euros ou menos.

14.5.1.8. As relações entre o tipo de casa e as restantes variáveis: os apartamentos

Apartamentos em prédios. Construções dos último 40 anos, em prédios acima de 3 pisos. Áreas das casas abaixo dos 100 m^2. As vantagens locativas e as praias ´´e o que os utilizadores mais gostam, enquanto gostam menos da confusão, do ruído e do ambiente degradado.

A inexistência de relações familiares no local, a tipologia habitacional e os elementos mais e menos apreciados, mostram claramente que se trata de áreas de mais forte concentração populacional, ainda que sazonal e mais forte representação da atividade turística.

14.5.1.9. Síntese conclusiva geral sobre a dimensão «casa»

Em síntese, as casas apresentam as seguintes características: i) a maior parte são moradias; ii) localizam-se no interior de aglomerados; iii) têm uma dimensão que em 76,3% dos casos está abaixo dos 201 m^2; iv) 73,1% localizam-se em edificações com 3 ou menos pisos. Tanto as áreas dos terrenos de implantação como os montantes de despesa anual com a manutenção, mostram uma realidade em que não se destacam, nem sequer têm significado relevante, as situações de ostentação ou de imobiliário que poderia ser considerado de luxo.

14.5.2. Os utilizadores

14.5.2.1. As idades

Os inquiridos, em 86,9%, distribuem-se pelo intervalo dos 25 aos 80 anos, mas o grupo mais representado (29,8%) foi o dos 45 aos 64 anos. Daí, serem mais frequentes, enquanto utilizadores, os agregados familiares correspondentes a casais com filhos (44,2%) e casais com filhos e netos (22,1%).

Estes resultados estão em linha com a literatura (Sievänen, Neuvonen, & Pouta, 2007:233; Colás, 2003:200; Müller, 2002:438) e traduzem a relação do uso da segunda residência com os ciclos de vida familiar. No caso particular do turismo residencial, esta realidade altera-se, sobretudo pelo aumento da parcela dos mais idosos (Huete, Mantecón, & Mazón, 2008:102).

14.5.2.2. Os níveis de instrução

O ensino médio e superior é o nível de instrução mais frequente, com 53,5%, sendo que acima da licenciatura se registam 19,9% dos inquiridos. O ensino secundário é detido por 18,3% e, abaixo desse nível, estão 8,3%. Esta distribuição reflete-se na maior representação das profissões mais qualificadas, com o conjunto do pessoal dirigente, especialistas das profissões científicas e técnicas e profissões técnicas de nível intermédio, a representarem 64,1% do total.

A posse ou utilização de uma segunda residência de um familiar direto, associa-se a estatutos socioeconómicos mais elevados, tanto em termos profissionais, como dos níveis de instrução. Esta conclusão surge, de forma implícita, em Hiltunen *et al*., quando se refere um estudo que contemplou três grupos de pessoas: os proprietários, os outros utilizadores e aqueles

que não utilizavam segundas residências; "Second home owners were wealthier and older than the users and non-users, and they were also more likely to own, as opposed to rent, their permanent dwelling. Regular users of second homes tended to be younger and with a more urban background. The non-users of second homes tended to have lower incomes and less education compared to second home owners and regular users" (Hiltunen, Pitkänen, & Halseth, 2016:1203-1204).

14.5.2.3. O número de utilizadores

43,0% dos utilizadores das segundas residências fazem-no em grupos de 3 a 5 pessoas, seguindo-se o grupo de 6 ou mais pessoas, com 28,2% dos casos.

Tal como já concluído por Dieter Müller, são comuns as situações em que os utilizadores, na mesma estadia, vão para além das relações familiares, sendo comum a presença de mais de 5 (Müller, 2002:438). De qualquer modo, a principal conclusão terá de ser a de que os grupos de 3 ou mais utilizadores, independentemente das suas relações familiares, é o mais frequente. Este facto também está de acordo com a relação que Julién López Colás estabeleceu entre a dimensão dos agregados familiares e a predisposição para a posse de uma segunda residência (J López Colás, 2003:193).

14.5.2.4. A existência de familiares no local

47,8% dos inquiridos têm familiares no local da segunda residência. As casas, de construção mais antiga foram sobretudo herdadas ou doadas.

Justifica-se um sentimento de pertença que leva os inquiridos a manifestar o convívio social, o sossego e a calma e o apego ao lugar, como as coisas de que mais gostam, enquanto as de que menos gostam são o abandono e os problemas de desenvolvimento do lugar.

14.5.2.5. A inexistência de familiares no local

51,6% dos utilizadores não têm familiares no local da segunda residência. 68,9% das pessoas que não têm relações familiares no local, compraram as casas, sendo estas principalmente apartamentos e de uso a partir de 2012. Predominam as áreas entre 70 e 100 m2 e os apartamentos localizados em prédios com 5 ou mais pisos.

A ausência de familiares no local está mais ligada às áreas mais urbanas e de maior desenvolvimento turístico. Os sentimentos de pertença são mais fluidos e, a existirem, confirmam, por via do aumento da mobilidade e do alargamento de novas formas de relacionamento social e económico, o declínio da ligação afetiva a um único lugar e a abertura do leque de sentimentos de pertença a outros lugares, independentemente das ligações de nascimento ou familiares (Aronsson, 2004; M. N. O. Roca, 2013), mas nunca no sentido do fim associado a não lugares (Urry, 2001:30).

14.5.2.6. Relações entre a forma de posse e as restantes variáveis: a compra

A compra como forma de posse, é mais frequente no caso dos apartamentos em prédios com 4 ou mais pisos. São casas com uma área de 70 a 100 m2 e construídas num período mais ou menos recente.

A maior representação das regiões de forte representação do imobiliário turístico, com destaque para o Algarve, justificam que a praia seja o elemento ambiental mais preferido. Acresce que as casas podem também ser emprestadas e/ou alugadas, facto que salienta o caráter turístico da sua localização.

14.5.2.7. Relações entre a forma de posse e as restantes variáveis: a construção pelo próprio

A construção pelo próprio como forma de posse mostra que 66,0% das casas são moradias isoladas e 57,5% têm dois pisos. Predominam as maiores áreas, tanto da casa, como do terreno.

70% das casas construídas pelo próprio localizam-se no Alentejo Litoral, o que reforça a constatação de que a costa alentejana tem vindo a valorizar-se e a transformar-se num destino de férias.

14.5.2.8. Relações entre a forma de posse e as restantes variáveis: a herança ou doação

A herança ou doação como forma de posse distingue-se pela existência de familiares no local (mais de 70% dos casos) e por terem sido. construídas e usadas já desde os anos 60.

A herança ou doação relaciona-se, relativamente à tipologia de segundas residências, com as áreas entre o rural e o urbano, onde o fenómeno da sua expansão já está em declínio, ou com as áreas mais rurais, onde ele está consolidado e cristalizado. A existência de familiares no local justifica laços mais fortes e sentimentos de pertença ao lugar.

14.5.3. O uso

14.5.3.1. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de apenas descanso e lazer

O descanso e lazer, apenas, é mais frequente nas áreas do imobiliário turístico, envolvendo pessoas que as usam, por períodos de 10 a 30 dias, nas férias, e gostam da praia. São pessoas com profissões técnicas, sem ligações familiares ao local e que utilizam casas entre 70 e 100 m^2.

A prática, apenas, de atividades de recreio e lazer, envolve utilizadores que procuram a praia nas férias, fruindo de casas que são apartamentos ou construções de 1 piso, tal como é típico de algumas formas de alojamento turístico.

14.5.3.2. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de algumas atividades

A prática de algumas atividades é um nível de envolvimento ativo intermédio, em que estão mais representadas as moradias de dois pisos, construídas pelos proprietários, com uma área superior a 200 m^2 e implantadas em parcelas acima dos 500 m^2. Os utilizadores são maioritariamente pessoas com níveis de instrução elevados e com alguma importância das idades entre 65 e 80 anos.

Este envolvimento ativo intermédio corresponde ao recreio e lazer acompanhado de uma outra atividade, desde o desporto, ao trabalho intelectual, passando pela jardinagem e agricultura. Estas diferentes combinações, são mais frequentes em casas que as permitem, como por exemplo a disponibilidade de espaço para jardim ou horta.

14.5.3.3. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de muitas atividades

A prática de muitas atividades para além do recreio e lazer, abrange 16% dos inquiridos.

Trata-se de uma grande diversidade de atividades que incluem sempre o descanso/lazer. Ocorrem mais em áreas onde o fenómeno está em declínio e se dá uma visitação de 5 ou mais vezes por ano. As parcelas na classe dos 301 a 500 m^2 são também relevantes. É difícil estabelecer uma relação entre a prática de atividades, quase todas elas incorporáveis no conceito de recreio e lazer, e as restantes variáveis.

14.5.3.4. Relações entre o tipo de atividades praticadas e as restantes variáveis: prática de atividades sem descanso e lazer

A prática de atividades que não incluem o descanso e o lazer é residual e ocorre em apenas 10 casos. Surgem mais representados os apartamentos em prédios com 5 ou mais pisos, localizados na AML.

Esta classe de atividades, onde o recreio e lazer está ausente, enquadra-se mais, até pela sua localização dominante, no conceito de «multilocal living». De facto, o trabalho intelectual surge associado a estadias muito longas e, por isso, também de baixa frequência, o que desde logo indica serem segundas residências que de forma direta apoiam o trabalho e o estudo.

14.5.4. Topofilia e terrafilia

14.5.4.1. O que os inquiridos mais gostam: sossego

O sossego, descanso, calma ou tranquilidade, foram referidos, isolados ou em conjunto, por 21,8% do total de 312 inquiridos.

O gostar mais do sossego é uma característica própria de quem tem um quotidiano agitado, já que a idade não surgiu como fator discriminante. Este atrativo é inclusive, transformado em imagem de marca de determinados municípios, devendo por isso ser considerado como um recurso fundamental para a atração turística.

14.5.4.2. O que os inquiridos mais gostam: praia

21,5% do total de 312 inquiridos mencionaram a praia como aquilo de que mais gostavam. As casas, principalmente apartamentos em prédios com 4 ou mais pisos, têm uma área média entre 70 e 100 m^2 e foram comprados. O turismo em excesso é um dos factos de que os inquiridos menos gostam. Em 88% dos casos não existem laços familiares no local da segunda residência.

A praia é um recurso relativamente abundante no País, mas é no Algarve que se constitui como o principal recurso turístico com forte capacidade de atração a nível nacional. Daí, estar mais representado o tipo de concelhos onde as segundas residências se ligam ao imobiliário turístico, locais onde também emergem os tradicionais problemas de congestão e sobreutilização.

14.5.4.3. O que os inquiridos mais gostam: natureza e paisagem

Em 13,5% dos casos é referido o ambiente natural e a paisagem como a característica local de que os inquiridos mais gostam. As segundas residências mais envolvidas nesta classe são casas com mais de 200 m2 e, em 47,6% dos casos, implantadas em terrenos com mais de 500 m2 e construídas antes de 1961. Os utilizadores, já desde o período de 1961 a 1981, são em grande parte pessoas com idades entre 45 e 64 anos e com profissões muito qualificadas.

Estas referências são feitas principalmente por pessoas residentes em áreas mais urbanas, principalmente de primeira residência, sendo a AML a mais representada. O facto de se salientarem os aspetos ambientais e paisagísticos, corresponde a uma atitude mais abrangente sobre a perceção da qualidade desses recursos, não se particularizando a tranquilidade ou a praia.

14.5.4.4. O que os inquiridos mais gostam: vantagens locativas

As vantagens locativas são a preferência de 32 inquiridos, os quais têm a segunda residência em áreas mais urbanas, tal como a AML, onde as atividades que incluem o recreio e lazer não são as mais frequentes. Neste tipo de gostos incluem-se as situações de uso por apenas 1 pessoa, os apartamentos e a utilização mais recente e frequente.

As vantagens locativas são uma classe de gostos que inclui os aspetos da acessibilidade e proximidade relativa, a disponibilização de bens e serviços públicos e os aspetos positivos do

desenvolvimento turístico. Pode concluir-se que estas referências se ligam a utilizadores de áreas mais urbanas que, em parte, não têm no descanso e lazer uma prioridade. Daí, o ambiente degradado e o tráfego e estacionamento surgirem como alguns dos aspetos de que os inquiridos menos gostam.

14.5.4.5. Síntese e conclusão geral sobre o que os inquiridos mais gostam

Em síntese, apesar de os resultados não serem lineares e, por isso, revelarem alguma complexidade interpretativa, pode afirmar-se que as relações entre o que os inquiridos mais gostam e as suas características, sejam individuais, sejam da casa ou sejam do tipo de uso, fazem emergir uma dicotomia entre os ambientes mais rurais onde a tranquilidade e o sossego são a melhor envolvente para atividades de descanso e lazer e os mais urbanos, ou de maior desenvolvimento turístico, onde as amenidades ambientais como a praia, são dos principais atrativos. Por um lado, as áreas mais rurais enquadram-se nos tipos de concelhos em que o fenómeno está em declínio ou é emergente, em faixas de transição entre o urbano e o rural. Por outro lado, no caso dos concelhos com maior tradição turística balnear, existem diferenças relacionadas com as tradições de uso, as quais vão desde as experiências mais recentes de transformação imobiliária, em regiões como o Algarve, às mais antigas, onde as práticas balneares foram sedimentando ao longo do tempo uma experiência particular de segunda residência, menos densa e mais engajada com o local, mas progressivamente mais integrada nas lógicas de crescimento do turismo de massas.

14.5.4.6. Síntese e conclusão geral sobre o que os inquiridos menos gostam

Apesar de ter sido menos frequente os inquiridos apontarem aspetos negativos comparativamente com os positivos, os resultados obtidos podem ser estruturados em dois grandes conjuntos:

i) os inquiridos que gostam menos de aspetos muito gerais relacionados com os vários tipos de ambiente, desde o natural ao económico e social, tais como o ambiente degradado, os incêndios, as relações sociais, o abandono e o subdesenvolvimento;

ii) os inquiridos para quem é mais importante a insatisfação com aspetos muito particulares dos lugares na sua relação com o uso que o inquirido privilegia nas suas estadias, tais como o turismo em excesso, a sobrelotação das praias, a falta de comércio, a confusão

e o ruído e o estacionamento e tráfego

14.5.4.7. Síntese sobre a prática participativa (terrafilia)

Terrafilia: da participação à agência. Muito dificilmente se estabelecem relações lógicas e coerentes entre as respostas aos tipos e níveis de participação dos inquiridos e as restantes modalidades características da outras variáveis.

Ainda que pouco vincada, emerge uma associação entre a maior participação no caso dos segundos residentes mais modestos e frequentadores de áreas mais rurais, por oposição aos mais qualificados e frequentadores de áreas mais urbanas, os quais tendem a ser menos participativos. No entanto, é uma constante a falta de participação dos cidadãos, em geral, em iniciativas de defesa dos recursos de toda a ordem, ou seja, no contributo para o desenvolvimento local, mas também é verdade que, sobretudo em concelhos mais rurais, muitas vezes os níveis de participação dos segundos residentes são mais frequentes que no caso dos residentes permanentes.

Como conclusão geral, pode dizer-se que apesar de alguns poucos bons exemplos, como no caso de algumas práticas ligadas às antigas comissões de melhoramentos, a terrafilia entre os segundos residentes é quase inexistente.

CAPÍTULO V - A CASA, OS UTILIZADORES E OS USOS: UMA PERSPETIVA À ESCALA DA SUB-REGIÃO DO OESTE

15. A PERCEÇÃO DOS AGENTES LOCAIS SOBRE OS EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

15.1. O porquê da escolha da NUT III Oeste

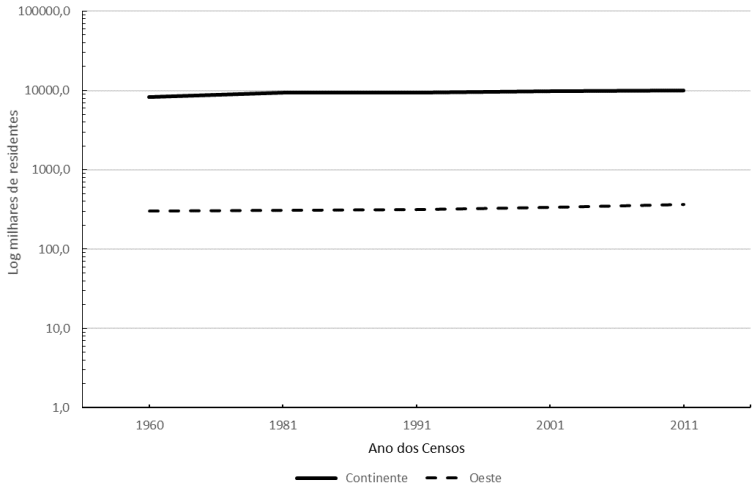
Uma parte da investigação empírica desta dissertação ancora-se na experiência adquirida na execução do projeto SEGREX [105], o qual, à semelhança do anterior projeto em que também participámos, o IDENTERRA[106], teve como área de estudo a sub-região do Oeste. Esta é uma das razões, apesar de não ser a principal, para a escolha desta área de estudo, a que se juntam outras, tais como as mais específicas relacionadas com o comportamento e a expressão geográfica do fenómeno em estudo, a par da existência de uma base de dados de informação quantiqualitativa que pode agora ser comparada com os anos mais recentes, sobretudo a partir de 2011, ano do último recenseamento da população e da habitação, a que ainda acresce o conhecimento e experiência prática de planeamento territorial em alguns municípios e sobre alguns dos principais instrumentos de ordenamento do território, com destaque para o PROT do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT).

São também razões que justificam a escolha, a proximidade à AML, bem assim como a localização de charneira entre esta e a Região Centro e o Vale do Tejo, para além da diversidade de situações pertinentes para esta investigação, tais como a existência de antigas e recentes estâncias balneares, novos desenvolvimentos turísticos baseados em "resorts" e áreas rurais, ou com uma antiga história de segundas residências, ou de caráter mais periurbano e em processo de assimilação metropolitana.

[105] Projeto de Investigação Científica financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/PTDC/GEO/68440/2006), com a designação "SEGREX - Expansão das Segundas Residências e Planeamento do Desenvolvimento Territorial em Portugal", o qual decorreu entre 2006 e 2011 e contou com a parceria entre os centros de investigação e-Geo, da Universidade Nova, e o Tercud, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

[106] O IDENTERRA foi também um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/GEO/48266/2002), que decorreu entre 2002 e 2006 e que também teve como área de estudo a sub-região do Oeste.

Acresce a tudo isso que o Oeste sempre foi uma sub-região, ou mesmo região, de acordo com o respetivo conceito geográfico, que se individualizou dos territórios envolventes[107], desempenhando um papel fundamental no abastecimento de produtos agrícolas a Lisboa, no desenvolvimento de hortofrutícolas de excelência cuja tradição produtiva remonta à investigação de Manuel Vieira Natividade (n. 1860- f. 1918)[108], na cultura da vinha e, também na pesca e respetivas indústrias associadas, principalmente em Peniche. Estas particularidades podem também explicar a relativa estabilidade demográfica da sub-região, a qual aparentemente não foi, desde os anos 50, tão afetada por processos emigratórios como foram outras áreas do País (Fonseca, 1990:68), estando o comportamento demográfico desde 1991 muito semelhante, ou mesmo ligeiramente mais positivo, face ao registado no Continente (Figura 95).



Fonte: Elaboração própria com dados do INE

Figura 95 – Evolução da população residente, no Oeste e no Continente, de 1991 a 2013

No que respeita especificamente ao fenómeno das segundas residências, toda a investigação conduzida até agora aponta para factos interessantes que também justificam a

[107] Deve notar-se que a alteração da divisão para fins estatísticos de 2013 que afetou uma grande parte das unidades territoriais do Continente, o Oeste manteve a constituição que já tinha em 2002. Daí, também estar mais facilitada a utilização de séries de dados mais longas.

[108] Nos anos 70 do século passado teve-se a oportunidade de colaborar com Eduíno Borges Garcia (n. 1922- f. 1979) no levantamento etnográfico dos Coutos de Alcobaça. Foi dessa experiência que proveio o primeiro conhecimento sobre Manuel Vieira Natividade, cujo percurso de arqueólogo e etnógrafo e, até certo ponto, espeleólogo, se ansiava continuar.

escolha desta área de estudo. Isso é visível, tanto na expressão geográfica das tipologias feitas para os vários anos censitários, nomeadamente a mais recente, como pelo que é revelado pelos vários indicadores retidos para análise, tanto à escala do município, como da freguesia e da subsecção estatística.

A sub-região do Oeste foi definida como uma região prioritária para o desenvolvimento do turismo residencial no contexto do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), aprovado em 2005, para entrar em vigor no período 2006-2015. É um documento complexo, com um diagnóstico sintético, mas relativamente aprofundado, e onde se defende um modelo turístico que balanceie o valor económico da atividade com a sua sustentabilidade também nesse domínio. São definidas três prioridades estratégicas: 1) a qualificação do sistema turístico; 2) a diferenciação turística, em linha com a diversidade das regiões e aliança entre tradição e inovação; 3) a diversificação de mercados, de produtos e de processos de operação. Do conjunto de domínios de intervenção consagrados no PENT, os quais vão desde a consolidação dos mercados emissores tradicionais (com maior representação de Espanha, Reino Unido, França e Alemanha) à promoção do turismo interno, destaca-se a concretização de 10 produtos considerados estratégicos para Portugal, cinco mais tradicionais, como o "Sol e Mar", a organização de grandes eventos (MICE - Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions), o "Touring cultural e paisagístico", o "City/Short Breaks" e o "Golfe" e outros cinco mais complementares, como o "Turismo residencial", o "Turismo de natureza", o "Turismo náutico", a "Gastronomia e Vinhos" e a "Saúde e bem-estar".

Atualmente, desde a sua aprovação em 2017, está em vigor o documento "Estratégia Turismo 2027" (ET27). Este documento expressa uma visão baseada em 10 ativos estratégicos, em que o primeiro, as Pessoas, é o mais importante e transversal aos restantes que, por sua vez, se dividem em:

- diferenciadores, tais como: a) o Clima e luz, em 2º lugar; b) a História, cultura e identidade, em 3º; c) o Mar, em 4º; d) a Natureza, em 5º lugar; e e) a Água, em 6º;
- qualificadores, englobando, f) a Gastronomia e Vinhos, em 7º lugar; g) os Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio, em 8º;
- emergentes, que incluem, h) o Bem-Estar, em 9º lugar e, por fim, i) a iniciativa Living - Viver em Portugal, em 10º lugar (Araújo *et all.*, 2017).

Estes ativos parecem configurar (afirmamos "parecem", porque em lado nenhum do documento se explica a ligação entre eles e os restantes elementos da estratégia) uma hierarquia

de objetivos estratégicos, linhas de atuação e formas de operacionalização, neste último caso através da enunciação de um conjunto variado, demasiado abrangente e pouco consolidado, de tipos de projetos considerados prioritários.

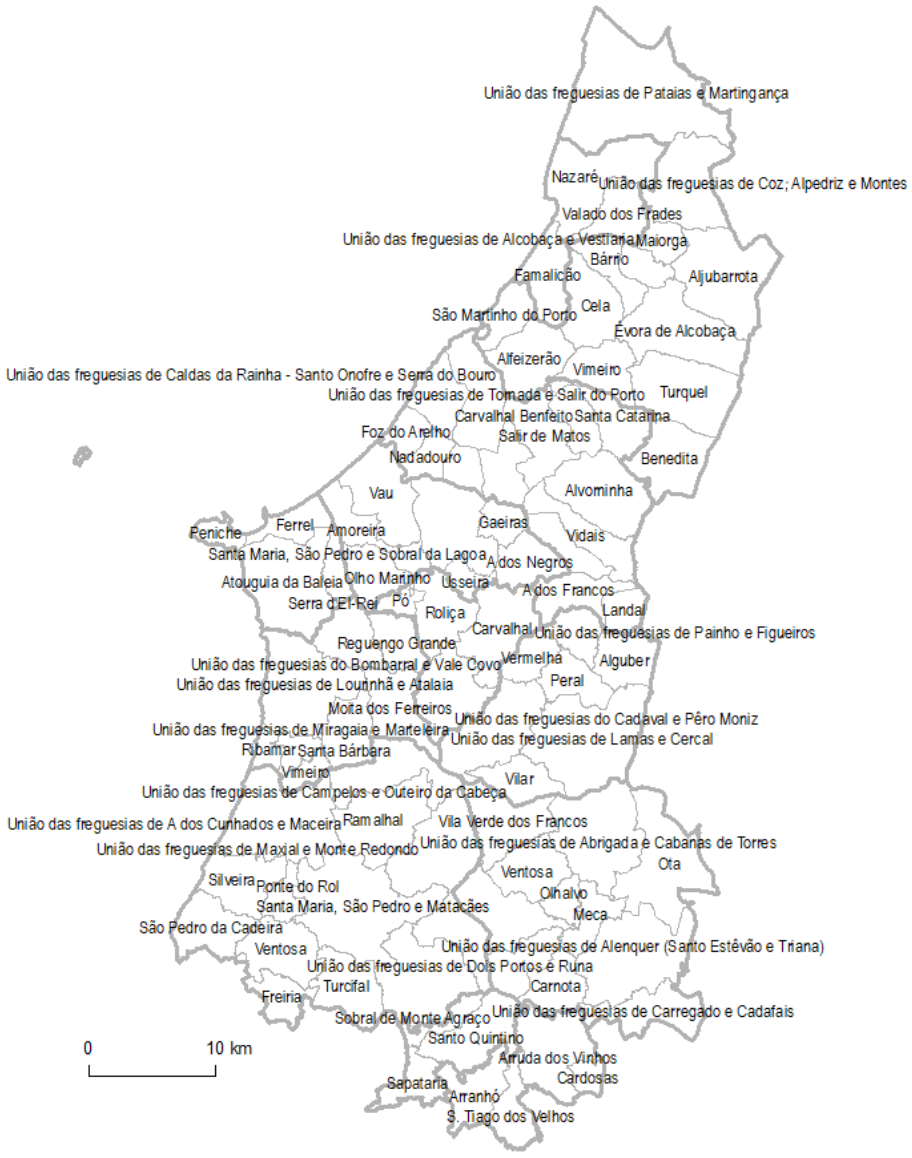
No Oeste, já em 2001, 25% dos alojamentos familiares destinavam-se ao uso sazonal ou secundário, sendo que já desde os anos noventa tinham experimentado um crescimento de 45%. Em 2011 a proporção era de 23,9% e a taxa de variação face a 2001 foi de 26,6%. A par desta representação de segundas residências, acresce uma dinâmica, iniciada ainda nos anos 70, mas reforçada na primeira década do século XXI, de crescimento dos "resorts" tendo como destino o mercado externo e onde o turismo residencial tem um lugar destacado. De facto, a compra por parte de estrangeiros de segundas residências em conjuntos turísticos nesta sub-região, advém de considerarem que ela apresenta vantagens em relação a outras áreas do País, nomeadamente o Algarve, com destaque para a presença de campos de golfe de ótima qualidade, para a proximidade de Lisboa e do seu aeroporto, bem como para uma densidade urbanística consideravelmente mais baixa e paisagens naturais e culturais aparentemente pouco descaracterizadas.

Previamente à análise da sub-região, importa mostrar a localização dos concelhos que a constituem bem como as respetivas freguesias (Cf. Figura 96 e Figura 97).



Fonte: elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP, 2019)

Figura 96 – Concelhos que constituem a sub-região do Oeste



Fonte: elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP, 2019)

Figura 97 – Freguesias (reformatação de 2013) que constituem a sub-região do Oeste

15.2. As características da sub-região

O Oeste, com cerca de 2.750 Km^2, com mais de 360 mil residentes estimados em 2020 (dos quais cerca de 48000 com menos de 15 anos) (Quadro 125), cerca de 47.000 empresas em 2019 (a quase totalidade de pequena e média dimensão) e vários estabelecimentos universitários, públicos e privados, possui dimensão, massa crítica e grande potencial de desenvolvimento. A tradição de associativismo, tanto de base empresarial ou sectorial como de base municipal, com forte participação dos munícipes, constitui-se como um elemento adicional

de vitalidade da região, onde o sentimento de terrafilia foi aproveitado para a condução do já referido processo de auscultação de opiniões.

Quadro 125 - População média anual residente, por Local de residência (NUTS - 2013), e ciclos de vida, em 2020

Unidades territoriais	Total		Grupo etário (Por ciclos de vida)							
			0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	10297081	100,0	1389807	13,5	1098000	10,7	5514238	53,6	2295036	22,3
Continente	9800494	100,0	1320077	13,5	1035778	10,6	5229891	53,4	2214749	22,6
Centro	2223308	100,0	266283	12,0	230227	10,4	1180377	53,1	546422	24,6
Oeste	360564	100,0	47780	13,3	40266	11,2	193636	53,7	78882	21,9
Alcobaça	53649	100,0	6146	11,5	5941	11,1	28914	53,9	12649	23,6
Alenquer	44384	100,0	6628	14,9	5012	11,3	24212	54,6	8533	19,2
Arruda dos Vinhos	15593	100,0	2315	14,8	1980	12,7	8274	53,1	3025	19,4
Bombarral	12621	100,0	1491	11,8	1312	10,4	6737	53,4	3082	24,4
Cadaval	13704	100,0	1619	11,8	1509	11,0	6969	50,9	3607	26,3
Caldas da Rainha	52195	100,0	6526	12,5	5712	10,9	28386	54,4	11572	22,2
Lourinhã	26019	100,0	3606	13,9	2961	11,4	14111	54,2	5342	20,5
Nazaré	14213	100,0	1948	13,7	1458	10,3	7417	52,2	3391	23,9
Óbidos	11936	100,0	1502	12,6	1386	11,6	6168	51,7	2881	24,1
Peniche	26604	100,0	3709	13,9	2861	10,8	13907	52,3	6128	23,0
Sobral de M.te Agraço	10743	100,0	1530	14,2	1292	12,0	5988	55,7	1934	18,0
Torres Vedras	78905	100,0	10763	13,6	8846	11,2	42556	53,9	16741	21,2

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente (www.ine.pt)

Uma visão estratégico-prospetiva da Região Oeste, tendo por objetivo identificar os elementos que, de um ponto de vista do ordenamento do território a nível regional, estruturam o essencial das articulações que virão a desenvolver-se nos próximos anos, pode destacar os seguintes elementos: (i) proximidade à Área Metropolitana de Lisboa; (ii) sistemas urbanos regionais mais próximos, tais como os de Marinha Grande / Leiria, de Torres Novas / Entroncamento / Tomar / Abrantes e de Santarém / Almeirim / Cartaxo, face aos quais a sub-região deverá antever opções estratégicas de complementaridade, cooperação e/ou concorrência, já que estes sistemas podem ser pontos de amarração às restantes parcelas do território nacional e ao estrangeiro; (iii) vias estruturantes de tipo transversal e longitudinal que possuem a dupla função de estruturar internamente a região e assegurar uma excelente acessibilidade aos principais pontos de amarração.

O Oeste tem uma economia diversificada, onde se inclui uma agricultura moderna e competitiva, pequenas e médias empresas industriais, com destaque para os ramos da cerâmica

e agroalimentar, bem como um sector turístico em expansão. Nos anos 90 do século passado, João Ferrão cunhou, no âmbito de um estudo publicado que se seguiu a uma avaliação dos programas operacionais regionais, uma expressão inovadora e carregada de significados: "os arquipélagos de Portugal Continental" [109] (Ferrão, 2000a, 2002), cuja imagem cartográfica correspondia à expressão territorial de alguns grupos de concelhos que se destacavam, já nos anos 90 do século XX, como "ilhas de desenvolvimento" do continente português, onde se incluía a quase totalidade da sub-região do Oeste.



Fonte: (Ferrão, 2000:s.n.)

Figura 98 – O Oeste no contexto das "ilhas do arquipélago Portugal Continental nos anos 90", de João Ferrão

A emergência da sub-região do Oeste como comunidade territorial com visibilidade própria, e assim reconhecida no contexto nacional, é historicamente recente. Foi só com a construção da linha de caminho-de-ferro do Oeste, entre 1887 e 1888, que ela se começou a diferenciar face a uma outra mais vasta e já tradicionalmente envolvente, a Estremadura. A via-férrea vai funcionar como um eixo estruturante de uma "nova" região, limitada a norte pela Alta

[109] Viríamos, com a sua concordância, a adaptar mais tarde, quando participámos na 1ª Conferência do Atlântico, organizada por um grupo de geógrafos que viria a constituir o núcleo da Associação de Geógrafos da Região Autónoma da Madeira, utilizando para isso uma formulação mais abrangente: "Portugal, um País feito de Arquipélagos".

Estremadura, a sul pela área da Grande Lisboa, a oeste pelo Oceano Atlântico e a leste pelo alinhamento correspondente essencialmente à Serra dos Candeeiros, tendo também a sudeste, como elemento limitativo, mas também aglutinador, a Serra de Montejunto.

A dissertação de licenciatura de Teresa Barata Salgueiro[110], um trabalho singelo que lança a "primeira pedra" para o estudo desta "nova região", mostra exatamente isso: a Região Oeste nasce com uma imagem de coesão conferida por um eixo estruturante (linha do Oeste) que, associada a uma forte especialização produtiva em torno da vinha, garante uma imagem económica e paisagística autónoma. Caminho-de-ferro e vinha constituem, assim, os fatores de referência, embora evidentemente não exclusivos, de um primeiro ciclo de desenvolvimento desta região. De facto, sem a infraestrutura ferroviária, o Oeste continuaria a ser um espaço geográfico marginal face ao conjunto de concelhos que, desde mais cedo, experimentaram uma integração de tipo metropolitano e, por isso, começaram por contribuir para a consolidação de um grande mercado consumidor[111].

Um outro trabalho de referência para a compreensão da organização e do processo de desenvolvimento territorial do Oeste, e que confirma a conclusão anterior, é a tese de doutoramento de Diogo de Abreu (Abreu, 1988), na qual trata, em particular, as questões das relações técnicas entre as diferentes atividades económicas e, em geral, define o modelo input/output regional que posiciona o Oeste num patamar de charneira entre a AML e outros centros urbano-industriais da região Centro.

Os "canais naturais" de entrada em Lisboa, isto é, aqueles que em termos geomorfológicos se constituem como mais facilitadores da comunicação, não são muitos, e os poucos existentes rapidamente esgotam, a relativamente curtas distâncias, a sua capacidade. Daí, a construção da linha do Oeste, a qual refez a geografia deste território e o reposicionou face às áreas vizinhas, ter sido o resultado de uma estratégia de melhoria das ligações a uma região de Lisboa em consolidação.

---

[110] Trabalho mimeografado não publicado mas que faz parte do espólio do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa que deve ter sido integrado no acervo da biblioteca central da Faculdade de Letras.

[111] Para além de Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Mafra, Amadora (criado em 1979) e Odivelas (criado em 1998), na margem norte do Tejo, juntam-se os concelhos da Península de Setúbal, num contexto territorial em que o limite Sul sempre foi definido pela área de influência da cidade de Setúbal (Faria, 1981).

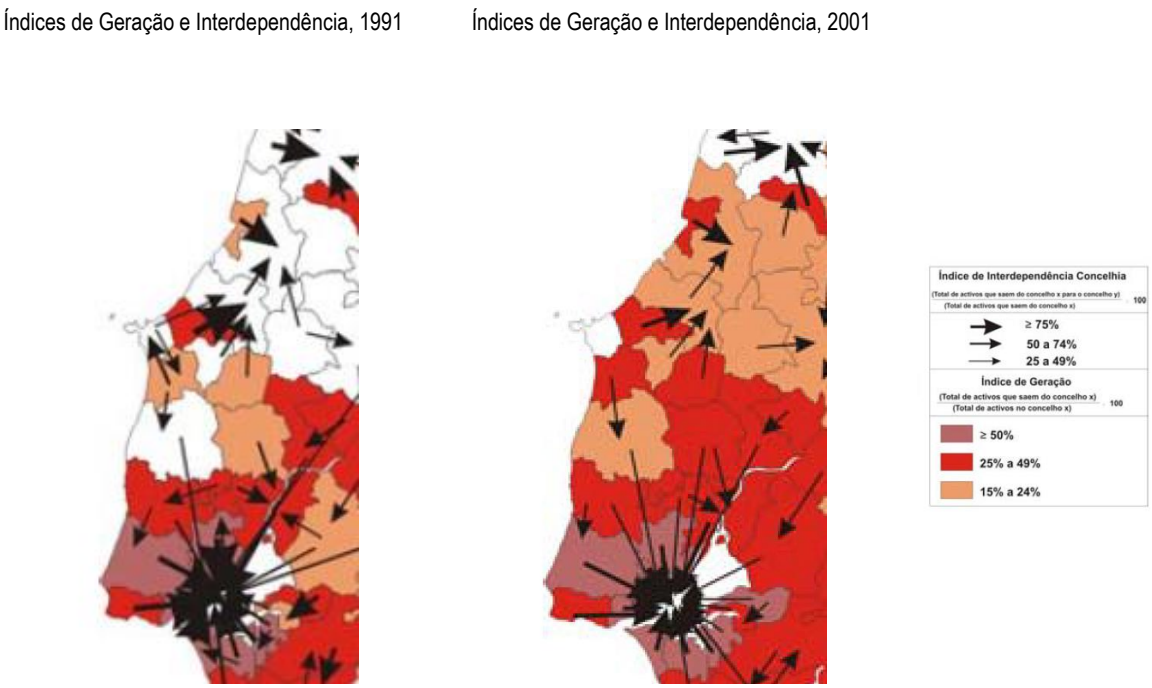
De facto, historicamente, o espaço que virá a emergir como Região Oeste caracteriza-se por uma certa marginalização quando se consideram as ligações preferenciais que se estabelecem a partir de Lisboa em direção ao norte, as quais são mais facilitadas ao longo do grande espaço canal natural constituído pelo vale do Tejo. O transporte fluvial e os principais itinerários terrestres, rodo e ferroviários, de ligação a Coimbra e ao Porto, vão consolidando um grande eixo de circulação, deixando a Oeste do alinhamento Montejunto/Candeeiros um espaço não só excêntrico face às grandes rotas, mas também insuficientemente estruturado do ponto de vista interno. Ora, a linha do Oeste veio introduzir uma situação duplamente inovadora: (i) a melhoria direta, em distância/tempo e distância/custo, das condições de acesso a Lisboa e, indiretamente, aos mercados externos; (ii) a organização "vertical" da sub-região, conferindo-lhe alguma coesão territorial, nomeadamente pela criação de uma rede urbana mais estruturada, mas ainda em processo de hierarquização.

Passados cerca de 120 anos após a construção da linha do Oeste, recoloca-se atualmente o problema da identidade desta região como ingrediente fundamental para a superação dos seus problemas estruturais. Não deixa, igualmente, de ser significativo que a sua entrada num novo ciclo de desenvolvimento – ditada não tanto pela crise do anterior ciclo, mas antes pelos desafios que hoje se colocam - implique o repensar da sua organização espacial. Identidade e território reencontram-se, assim, como preocupação prioritária.

A configuração espacial da região, a qual se expande mais em latitude do que em longitude, o declínio efetivo da ferrovia do Oeste enquanto eixo estruturante das ligações à AML e a existência de uma estrutura urbana assente em sistemas sub-regionais de tipo polinucleado (Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras) foram contribuindo para desacelerar e mesmo diminuir o processo de coesão interna iniciado há mais de 120 anos.

Acresce que a crescente polarização exercida pela AML, desencadeadora de efeitos centrífugos sobre os municípios da sub-região, e a maior atomização dos diferentes espaços sub-regionais, implicaram, também, efeitos fragmentadores para a sub-região como um todo (Figura 99). Estes efeitos resultaram também da persistência de situações deficitárias em termos de ligações transversais, privilegiando-se as longitudinais e mais ou menos externas ou tangenciais ao limite leste da sub-região (Aveiras de Cima, Santarém, Torres Novas, Leiria). De qualquer modo, de 1991 para 2001, aumentou a capacidade de geração de viagens de alguns concelhos do Oeste, mas diminuiu ligeiramente, em termos da sua diversificação, a

interdependência concelhia, sendo evidente o alargamento da capacidade atrativa da AML aos concelhos de Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e de Alenquer, mais a sul.



Fonte: Detalhe de duas imagens de Nuno Costa (Costa, 2007:318-319)

Figura 99 - Ilustração da capacidade de geração e de atração de viagens, com base na exploração dos Censos de 1991 e 2001 – o reforço da capacidade atrativa de Lisboa e a simplificação dos fluxos intermunicipais

A região é marcada por fortes especializações produtivas de base sub-regional, principalmente após o crescimento e difusão da camionagem, já desde meados dos anos 40 do século XX (Oliveira, 1988). A diversidade intrarregional, também cada vez mais marcada pelo surgimento de especializações no domínio da atividade turística, com destaque para o imobiliário turístico, já deu, e pode vir a dar origem a graves crises de forte incidência local ou sub-regional. Neste contexto de especialização, o declínio de determinados produtos ou atividades rapidamente se pode transformar em declínio para os lugares em que estes se encontram implantados.

15.2.1. A sub-região na última década do século XX

No âmbito de um artigo publicado na Land Use Policy, tendo em vista disseminar os resultados de investigação do IDENTERRA e apresentar o conceito de *Terraphilia* (Oliveira et al., 2010), ensaiámos uma tipologia de freguesias da sub-região Oeste, com base nos dados do Censo de 2001. Esse exercício foi conduzido tendo em conta os seguintes passos metodológicos:

i) exploração dos dados estatísticos disponíveis nas estatísticas oficiais para o período intercensitário de 1991 a 2001, bem como os disponíveis para 1999 a nível de todas as 121 freguesias (unidades estatísticas de menor dimensão) dos 12 municípios da Região Oeste[112];

ii) seleção dos indicadores e justificação da sua capacidade de definir e medir a hipótese do modelo IDENTERRA, ou seja, a existência de relações entre as diferentes paisagens e os modos de vida (fixos e fluxos espaciais), tanto em termos das situações existentes em 1999 ou 2001, como das dinâmicas de mudança a partir de 1991;

iii) aplicação de uma análise multivariada de "componentes principais" sobre a matriz de dados constituída pelos indicadores selecionados e as 121 unidades de análise (freguesias);

iv) aplicação de uma taxonomia numérica sobre os “scores” da primeira componente obtida na fase anterior.

Relativamente aos indicadores retidos para análise, a disponibilidade de informação estatística, em articulação com os vários domínios IDENTERRA, levaram à escolha dos que se apresentam no quadro seguinte.

[112] Ocorreram várias limitações relacionadas aos dados. Em primeiro lugar, as estatísticas disponíveis ao nível das freguesias são relativamente escassas, pelo que não foi possível uma cobertura completa dos diversos fixos e fluxos espaciais definidos pelo modelo IDENTERRA. Isso foi particularmente evidente com os indicadores referentes ao ambiente natural, cuja cobertura, especificidade e disponibilidade, dificilmente coincide com os limites administrativos. Além disso, alguns critérios estatísticos aplicados nos Censos de 1991 e de 2001 e no Recenseamento Agrícola de 1999, não coincidiam, o que ocasionou omissões de valores para algumas variáveis, principalmente aquelas mais diretamente relacionadas com a agricultura, de modo que não foi possível obter todas taxas de mudança que ilustrariam a componente dinâmica de todos fixos e fluxos espaciais incluídos no modelo.

Quadro 126 – Indicadores retidos para análise e sua estruturação e significado comentado

Dom. (*)	Indicador	Explicação e descrição
Ambiente Natural	Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total, 1999	Há uma grande diferença entre uma paisagem de floresta e outra de terras aráveis, sem matas ou florestas. Este indicador inclui a silva espontânea ou subespontânea e as florestas de produção.
População / Sociedade	Densidade populacional - 2001	Grau de urbanização / concentração da população em aglomerados urbanos em relação ao território das freguesias.
	Taxa de crescimento efetivo da população (1991/2001)	Dinâmica do crescimento populacional.
	Percentagem de população que em 2001, detinham o ensino secundário em relação ao total de residentes	Grau de instrução dos residentes; oportunidades de desenvolvimento dos recursos humanos.
	Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo (1991-2001)	Dinâmicas de qualificação literária dos residentes. Indicador que manifestamente põe em confronto as áreas rurais com as mais urbanas, diretamente contributivo para a apreciação da sustentabilidade demográfica.
	Índice de envelhecimento da população residente – 2001[113]	Alteração das estruturas etárias; sustentabilidade demográfica.
	Índice de juventude da população ativa - 2001[114]	Disponibilidade de mão-de-obra; oportunidades de desenvolvimento da economia local.
Economia	Percentagem das culturas permanentes na SAL, 1999	Inclui pomares, vinha, estufas e exclui pastagens permanentes, áreas abandonadas (não SAU)
	Percentagem de produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário no total dos produtores singulares, 1999	Mostra o grau de modernização/ integração capitalista da atividade
	Perc. de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, 1999	Pluriatividade, fenómenos de desestruturação do "mundo rural".
	% de alojamentos utilizados sazonalmente no total dos alojamentos familiares, 2001	Fenómeno da residência secundária, mas que também resulta do abandono dos campos (migrações internas e externas).
	% de população que trabalha ou estuda fora do concelho de residência, 2001	Dependência da economia local; divergência habitação/trabalho; suburbanização.
	Variação da população que trabalha ou estuda fora do concelho de residência (1991/2001)	Crescimento da integração social e económica / Dependência económica / Uma aproximação ao nível de serviço das infraestruturas e serviços de transporte.
	% de população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar, 2001	Escassez ou inoperância do sistema de transportes públicos; divergência espacial entre habitação e trabalho; níveis de rendimento.
	Variação da população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar (1991/2001)	Dinamismo ou inoperância do sistema de transportes públicos; dinâmicas de divergência espacial entre habitação e trabalho; variação dos níveis de rendimento.
Cultura	Percentagem de população de nacionalidade estrangeira no total da população residente - 2001	Capacidade de integração e de atração de população estrangeira; mercado de trabalho desajustado à mão-de-obra local; maior probabilidade de interação com efeitos na alteração das estruturas socioculturais locais.
	Percentagem de famílias monoparentais - 2001	Indicador da pós-modernidade resultante da alteração das estruturas familiares tradicionais.
	Taxa de variação dos alojamentos recenseados como segundas residências, 1991-2001	Uma dupla leitura, tanto do ponto de vista da alteração da paisagem (fixos edificados), como das características culturais dos residentes pelo aumento da interação e da consequente maior probabilidade de "adaptação" cultural.
	% de famílias com mais de 5 elementos no total de famílias clássicas - 2001	Estruturas familiares tradicionais, sobretudo em meio rural, tendo-se considerado irrelevante o efeito "rendimento das famílias".
	Percentagem de idosos em famílias de 1 pessoa - 2001	Isolamento dos idosos; alteração das estruturas familiares; abandono dos campos. Este indicador é revelador das necessidades de apoio social dirigido a idosos.

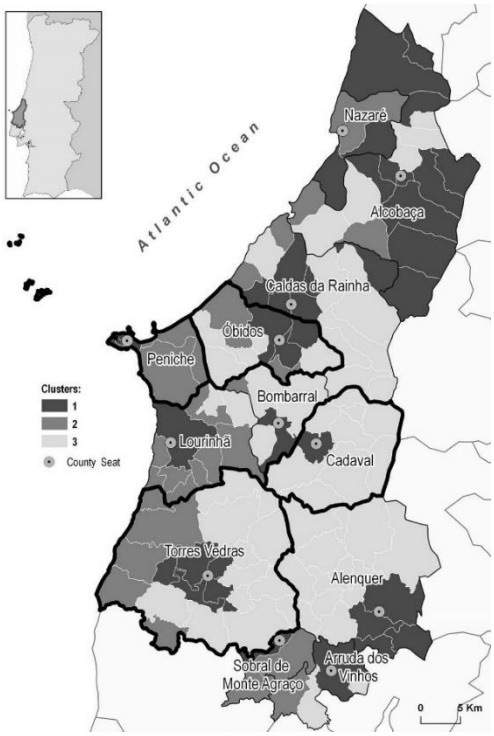
(*) Domínios IDENTERRA

Fonte: elaboração própria com exploração da Base de Dados do INE

[113] Citando o sistema de metainformação do INE (Cf. https://smi.ine.pt), trata-se da "relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos)".

[114] Citando mais uma vez o sistema de metainformação do INE (Cf. https://smi.ine.pt), trata-se da "relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa da população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 40-64 anos)".

A análise multivariada de "componentes principais", seguida da aplicação de uma taxonomia numérica resultou em três grupos que denominámos como 1) "fixos urbanos com fluxos agitados"; 2) "fixos rurbanos com fluxos em intensificação" e 3) "fixos rurais com fluxos cristalizados" (Figura 100). A descrição que se segue baseia-se na contribuição relativa dos indicadores para a homogeneidade de cada grupo[115].



Fonte: (Oliveira et al., 2010)

Figura 100 - Tipologia das freguesias dos municípios da sub-região Oeste segundo as suas características de paisagem e de modos de vida (fixos e fluxos espaciais)

Um grupo que foi designado como sendo objeto de "fixos urbanos com fluxos agitados", era composto por 37 freguesias, as quais ou estavam nas sedes de concelho, ou a estas eram adjacentes. Em comparação com a sub-região Oeste como um todo, estas freguesias eram

[115] Para a aplicação da análise multivariada de "componentes principais" à matriz final de 20 indicadores e 121 casos, foi utilizado o pacote de software SPAD - Système Portable pour l'Analyse des Donnée. Os resultados revelaram que quatro componentes poderiam explicar 51,69% da variância total. A taxonomia numérica em três classes foi definida usando (i) os *scores* da primeira componente (cujos valores sintetizam o tipo de relação entre os casos e as componentes ou fatores) como medida de distância entre os casos e (ii) o "vizinho mais próximo" (método baseado na seleção da menor distância entre pares de indivíduos isolados ou agrupados) como estratégia de agrupamento. A homogeneidade de cada cluster foi definida pela contribuição relativa dos indicadores de acordo com os seus valores de teste F (comparação de variâncias).

marcadas por níveis mais elevados de urbanização. As contribuições dos principais indicadores estatísticos retidos para análise para a definição deste cluster foram as seguintes: (i) mais elevadas taxas de variação das deslocações intermunicipais e mais altas densidades populacionais, (ii) maiores taxas de variação de segundas residências, principalmente nas freguesias onde a sua proporção, por relação ao total de alojamentos, era abaixo da média da Região Oeste em 2001, e (iii) a reduzida presença de agricultores a tempo parcial, o que indica a fraca importância da atividade agrícola em tais freguesias, mais urbanizadas e dinâmicas. Esta situação de "agitação urbana" é corroborada pela relativamente maior juventude da população e um peso maior de famílias monoparentais (um indicador da mudança do modo de vida tradicional para o moderno, relacionado com a urbanização e os valores sociais pós-industriais).

Um segundo grupo, que foi designado como o dos “fixos rurbanos com fluxos intensificados", exatamente por incluir territórios com características mais ou menos rurais mas com dinâmicas próprias de outras áreas mais urbanas, era composto por 27 freguesias, a maioria das quais se localizam nas áreas costeiras da Região Oeste, ou na vizinhança das sedes de concelho, e as suas principais características eram: (i) menor proporção de áreas de matas e florestas (sem qualquer culturas); (ii) maiores proporções de população com 15 a 39 e 40 a 64 anos; (iii) uma maior percentagem de agricultores a tempo parcial; (iv) uma presença mais fraca dos agricultores que completaram o ensino secundário; e (v) uma menor proporção de famílias constituídas por apenas uma pessoa idosa. O padrão de variação destes indicadores destaca o fortalecimento da expansão urbana e seus efeitos sobre as paisagens e estilos de vida rurais tradicionais. Além disso, em relação à sub-região Oeste como um todo, este grupo mostrava um aumento mais acentuado da taxa de motorização relacionada com deslocações casa-emprego e casa-escola, certamente relacionada com um aumento da interação intermunicipal em termos de movimentos pendulares.

Por fim, um terceiro grupo, com características predominantemente rurais e que foi designado por "fixos de ruralidade com fluxos cristalizados", incluía 57 freguesias, caracterizadas por: (i) maior proporção de terras sob matas e florestas (sem quaisquer culturas), (ii) uma menor taxa de variação de segundas residências, (iii) residentes com os níveis de instrução mais baixos; (iv) uma menor taxa de variação das deslocações pendulares intermunicipais, (v) uma menor presença de estrangeiros na população total. Estas freguesias correspondiam às áreas rurais económica e socialmente menos dinâmicas, ou mesmo deprimidas. Enquanto as culturas permanentes, tais como pomares e vinhas, com inclusão de florestas, ocupavam uma proporção importante das terras agrícolas, esta parte da sub-região

Oeste também era marcada pela permanência, por políticas de proteção, das paisagens naturais originais, como é o caso da Área de Proteção Ambiental da Serra de Montejunto, e/ou o ressurgimento de paisagens "naturalizadas" justapostas.

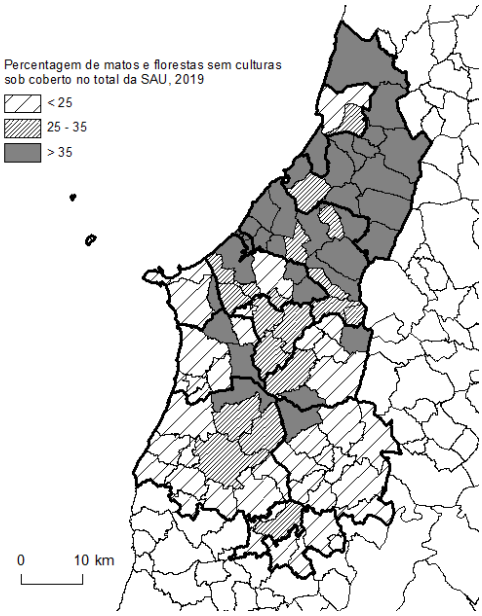
Apesar de pensarmos que a realidade não se alterou significativamente em termos da caracterização das freguesias da sub-região, a curiosidade levou-nos a repetir a mesma análise, com os mesmos indicadores e as mesmas técnicas, mas com datas o mais recentes possível, ou seja, o Censo de 2011 e o Recenseamento Agrícola de 2019.

15.2.2. A sub-região na primeira década do século XXI

A aplicação da mesma estrutura de indicadores e metodologia utilizada para os dados de 1999 (Recenseamento Agrícola) e 2001 (Recenseamento da População e da Habitação), mas agora referentes, respetivamente, a 2019 e 2011, traduziram-se numa mesma estrutura de resultados, tanto em termos da sua expressão territorial, como do seu significado diretamente revertível para a explicação do fenómeno das segundas residências. Por um lado, não seria expectável que, em 10 anos, a realidade antes detetada se alterasse e, por outro, mesmo tendo em conta a reformatação da divisão administrativa ocorrida em 2013, também não seriam de esperar modificações significativas relativamente ao comportamento das unidades territoriais consideradas nesta análise.

Os indicadores retidos para análise, os mesmos considerados na tipologia anterior, apresentam uma variação por freguesia que, naturalmente, acaba por refletir os resultados expectáveis da sua agregação em grupos. Para melhor sistematização dos padrões de expressão territorial de cada um desses indicadores, as figuras seguintes são organizadas de acordo com os domínios IDENTERRA, apesar de, tal como já se salientou antes, existirem relações de interdependência entre domínios e indicadores que podem gerar opiniões diversas sobre a sua adequação e pertinência em termos da inclusão num dado domínio.

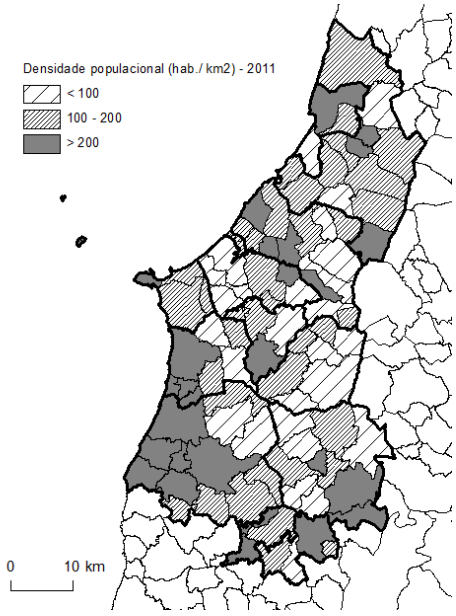
O indicador “Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total” mostra, em 2019, uma clara oposição entre as partes norte e sul da sub-região. Também fica nítida a diferenciação de uma faixa central na parte sul, a qual se opõe, por um lado, a uma faixa litoral de maior ocupação populacional e, por outro, a uma outra, mais interior, mas estruturada em função das ligações rodoferroviárias ao norte do País (Figura 101).



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento Agrícola, INE, 2019

Figura 101 - Ambiente natural – paisagens de floresta e matos, em 2019

A observação da Figura 102, com a densidade populacional em 2011, acaba exatamente por mostrar um padrão semelhante, apesar de serem mais visíveis outras áreas onde as densidades populacionais são mais baixas, do mesmo modo que a prevalência de matos e florestas. Neste caso, está-se perante áreas manifestamente agricultadas e, por isso, menos naturalizadas em termos de ocupação.

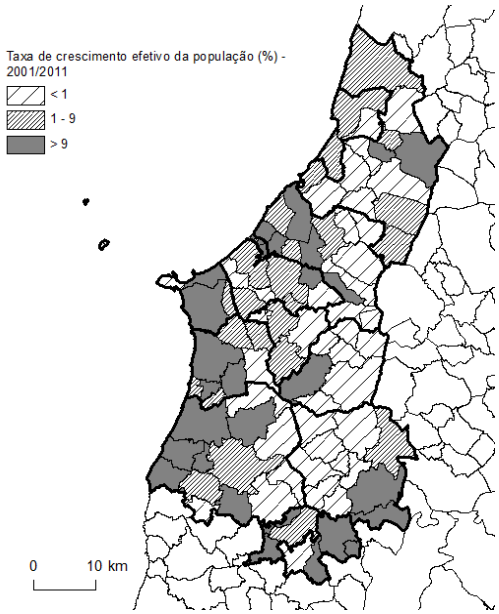


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 102 – População / sociedade – densidade populacional, em 2011

A densidade populacional é um dos melhores indicadores de diferenciação entre as características mais rurais ou mais urbanas, pelo que na mesma Figura 102, também ficam mais visíveis as áreas mais urbanas de concelhos como Alcobaça e Caldas da Rainha.

Existe uma relação direta entre a densidade populacional e o dinamismo demográfico, medido através da variação do número de residentes entre os dois últimos censos (Figura 103). Mantém-se um padrão espacial que valoriza, por um lado, as freguesias sedes de concelho e, por outro, a quase totalidade das freguesias litorais a sul de Peniche. Relativamente ao centro urbano deste último concelho, começam já a verificar-se fenómenos de intensificação da expulsão de residentes e, eventualmente, da constituição de maiores stocks de segundas residências, já que a taxa de crescimento (2001 e 2011) populacional foi de -5,4%.

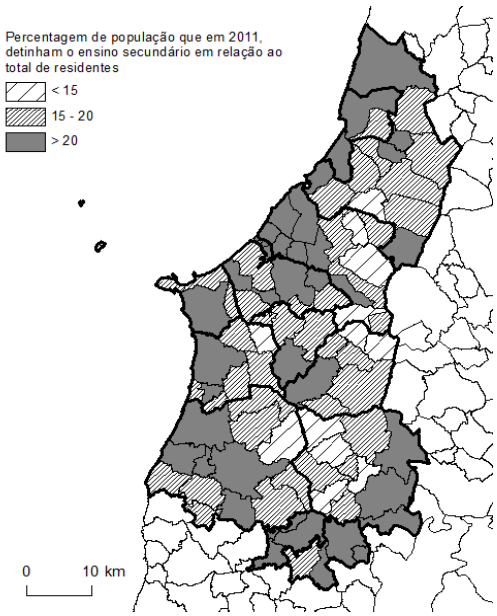


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 103 – População / sociedade – Taxa de crescimento efetivo da população, 2001-2011

A população com mais elevados níveis de instrução é um sinal e um potencial de desenvolvimento fundamental. Um sinal, porque pode ser o resultado da existência de atividades exigentes em maiores níveis de qualificação, e um potencial porque são condição necessária à instalação dessas mesmas atividades. A expressão territorial deste indicador, pese embora a extensão da escolaridade obrigatória, já em 2009, apesar de ter uma variabilidade menor que muitos outros indicadores, também revela um padrão semelhante aos anteriores,

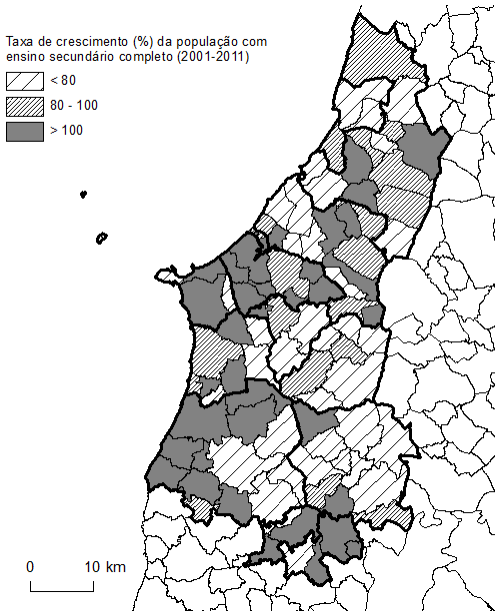
distinguindo entre áreas mais ou menos dinâmicas em termos demográficos e, assim, mais ou menos urbanas ou rurais, ou seja, também mais ou menos envelhecidas (Figura 104).



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 104 – População / sociedade – Percentagem de população que em 2011, detinha, pelo menos, o ensino secundário, em relação ao total de residentes

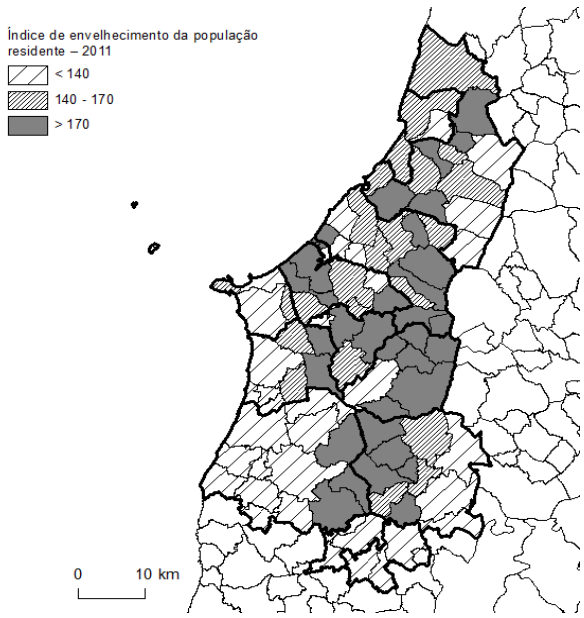
De qualquer modo, a situação existente em 2011 foi o resultado de uma evolução face a 2001, cujo grau de homogeneidade, apesar de também condicionado pela menor variabilidade espacial, é apesar de tudo menos vincado (Figura 105). Isto é, o retrato e a dinâmica das várias freguesias do Oeste são duas realidades relativamente diferentes. Tratando-se de uma taxa de variação, neste caso, os valores mais baixos não significam que já se estivesse, no ano inicial, numa situação de saturação, enquanto os valores mais elevados significam mesmo que a par da melhoria das qualificações dos residentes, também aumentou o número destes que, potencialmente, deveriam ter, pelo menos, aquele grau de ensino. Isto é, a melhoria da instrução é acompanhada por um aumento dos residentes ainda em idade de aceder a graus iguais ou superiores a esse nível.



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 105 – População / sociedade – Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo, entre 2001 e 2011

O envelhecimento dos residentes (Figura 106) acaba por estar muito correlacionado com as suas habilitações, sendo as freguesias mais envelhecidas as que apresentam os menores níveis de instrução.

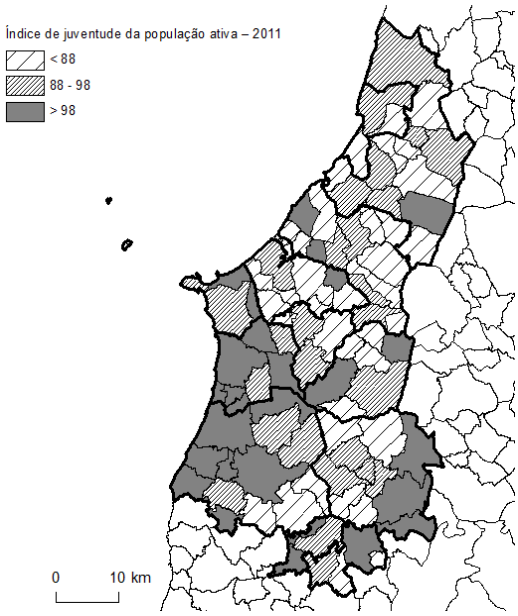


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 106 – População / sociedade – Índice de envelhecimento da população residente, 2011

Por sua vez, na mesma Figura 106, mantêm-se os mesmos padrões de distribuição espacial já detetados nos indicadores anteriores, com uma diferença nítida entre as partes norte e sul da região, e as litorais e marginais, com maior evidência nessa mesma parte sul.

À semelhança do envelhecimento, ainda que de modo inverso, também a juventude da população ativa se manifesta com um padrão semelhante (Figura 107). Também mais uma vez, este indicador representa de modo direto de que forma a disponibilidade de mão de obra é uma oportunidade para o desenvolvimento da economia local.



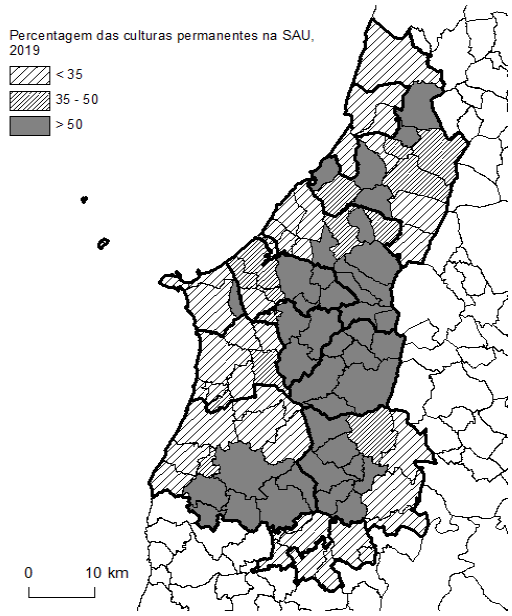
Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 107 – População / sociedade – Índice de juventude da população ativa, 2011

No âmbito dos domínios do ambiente e da população / sociedade, ficou claro que o Oeste se diferencia entre uma parte norte e uma parte sul tendo quase sempre Peniche como concelho charneira. Também foi possível verificar que existe uma diferenciação entre o litoral e a margem limitante com a NUT III da Lezíria, a qual põe em evidência uma faixa interior com características mais rurais. Relativamente ao domínio da economia, a situação das várias freguesias é a que a seguir se apresenta. Mas, convém antes esclarecer que, tal como aconteceu na tipologia elaborada com dados de 2001 e de 1999, há duas restrições importantes sobre o modelo de indicadores adotados. Por um lado, sendo os dados recolhidos por freguesia, a abundância de indicadores fica desde logo condicionada. Por outro, sendo objetivo fundamental o encontrar de relações com o fenómeno das segundas residências, privilegiaram-se indicadores

que refletissem algumas das características atrativas, as quais não incluíam, de forma direta, a indústria e os serviços e outras atividades dos setores secundário e terciário. Daí, tanto pela disponibilidade, como pela adequação aos objetivos do trabalho, se ter privilegiado, do ponto de vista das atividades, uma caracterização mais centrada no setor primário.

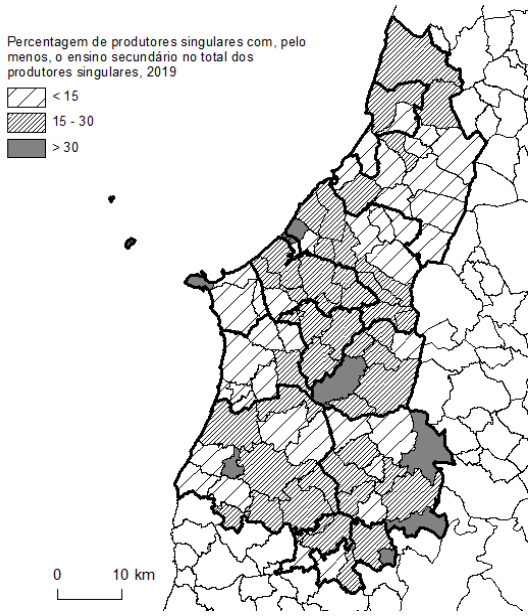
Relativamente à importância das áreas agrícolas ocupadas com culturas permanentes (Figura 108), isto é, as áreas constituídas por pomares, vinhas e estufas em proporção da superfície agrícola utilizada (SAU), excluindo por isso do cálculo as pastagens permanentes e as áreas abandonadas, as quais não se incluem na SAU, verifica-se que é na faixa central longitudinal da sub-região que estas surgem mais representadas. É um traço revelador de alguma prevalência agrícola que também encerra um significado especial no contexto do Oeste, onde a vinha e a produção frutícola assumem contornos de inovação e modernização derivados de uma mais antiga integração nos mercados internacionais.



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento Agrícola, INE, 2019

Figura 108 – Economia – Percentagem de culturas permanentes na superfície agrícola utilizada (SAU), em 2019

Por sua vez, os produtores com, pelo menos, o ensino secundário, indicador do grau de modernização/ integração capitalista da atividade, estão maioritariamente abaixo dos 30% do total (Figura 109) mas não pode esquecer-se que, no Continente, esse valor era de 10%.



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento Agrícola, INE, 2019

Figura 109 – Economia – Percentagem de produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário no total dos produtores singulares, em 2019

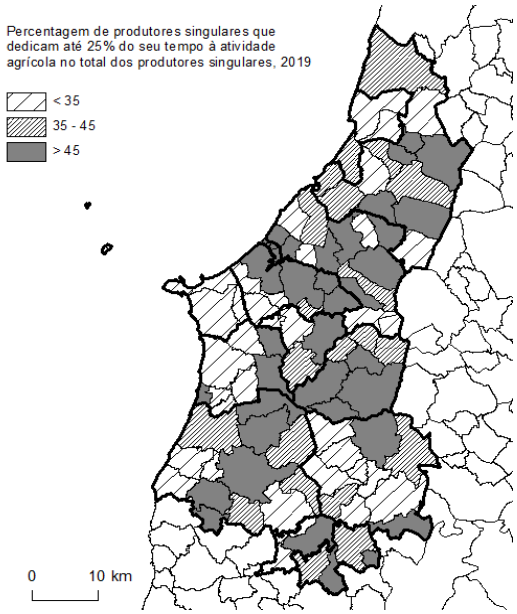
O fenómeno da pluriatividade, o qual dá sinais da desestruturação do mundo rural, mas numa relação dúbia com a urbanização e a industrialização difusas é, assim, um indicador da vitalidade do mundo rural, tanto em termos da sua especialização como, concomitantemente, da sua capacidade de geração de rendimento suficiente para a sobrevivência dos produtores.

Nesse entendimento, e ao contrário do que seria de esperar de uma agricultura moderna e direcionada para os mercados de produtos e fatores, manifesta-se uma tendência de correlação positiva entre a maior incidência da atividade agrícola e a respetiva maior representação de agricultores a tempo parcial (Figura 110), o que não significa que não haja membros do agregado familiar que se dediquem à atividade a 100%..

A consideração do fenómeno das segundas residências no domínio da economia, resulta de dois objetivos. Por um lado, elas podem ser a consequência do abandono dos campos e da interferência das migrações internas e externas, pelo que podem ser vistas como um efeito direto da desvitalização económica. Por outro, podem estar relacionadas com a intensificação do aproveitamento de amenidades ambientais específicas, como a fruição do campo e da praia, a qual poderá induzir novas dinâmicas de desenvolvimento local, ainda que baseadas numa procura descontínua no tempo, mas que a experiênci de outros países tem revelado como

promotora de outras vias de consolidação económica e social, tal como refere Gijsbert Hoogendoorn, ainda que a propósito da África do Sul,

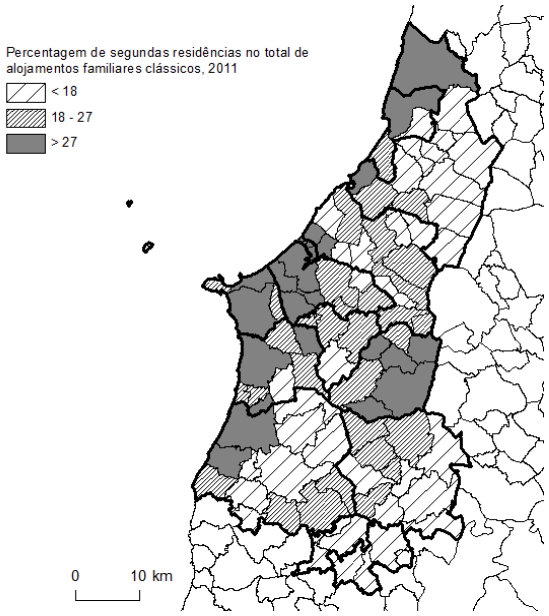
> "second homes' distance from their owners' primary residences and the frequency of second home use by owners and tenants has a significant influence on the extent of the economic impact of second homes on a particular region. The more easily accessible a destination is to large metropolitan regions and the more frequently it is visited, the greater the positive influence of second homes on the local economy is" (Hoogendoorn, 2010:160).



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento Agrícola, INE, 2019

Figura 110 – Economia – Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, em 2019

O padrão de distribuição do peso das segundas residências no total de alojamentos familiares (Figura 111), mostra a sua maior importância nas freguesias litorais e, de forma menos vincada, em algumas freguesias do interior mais rural, com destaque para o que se passa no concelho do Cadaval. Outras freguesias das Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral e Torres Vedras, ficam-se por valores médios de representação entre os 18 e os 27%.

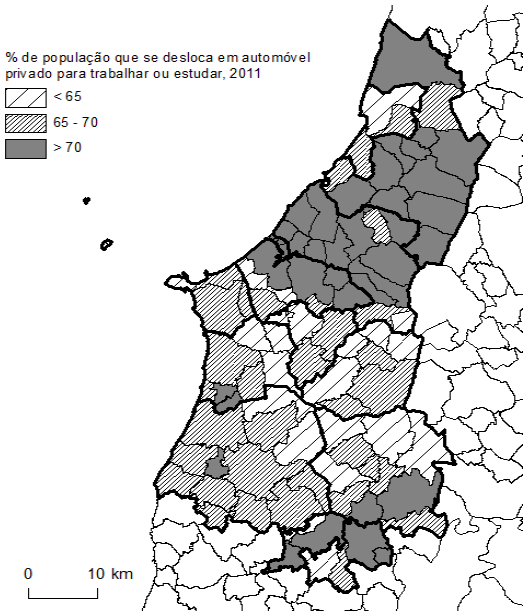


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 111 – Economia – Percentagem de segundas residências no total dos alojamentos familiares, em 2011

Ainda no âmbito do domínio da economia, foram considerados alguns indicadores de mobilidade que, por um lado, informassem sobre o grau de interação interconcelhia, algo que caracteriza a diferença entre áreas mais urbanas ou mais rurais (Oliveira, 1988) e, por outro, medissem o grau de adesão aos transportes públicos, versus a utilização de automóvel privado, algo que relativiza os quantitativos de interação envolvidos (viabilização de uma rede de transportes públicos), com a maior ou menor proximidade entre locais de residência e de emprego (diversidade de origens e destinos, também condicionadora do surgimento de uma rede de transportes públicos).

Enquanto o primeiro indicador, ou seja, a medida do grau de interação interconcelhia não contribuiu para a diferenciação das freguesias, o segundo mostrou uma variação que coloca o automóvel privado num patamar de utilização muito acima de qualquer outro tipo de serviço de transporte (Figura 112). Esta constatação é mais visível a norte de Peniche e nalgumas freguesias a sul de Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos. Trata-se de uma oposição compreensível no quadro de duas realidades antagónicas: uma, mais polarizada, seja por Óbidos, Caldas da Rainha e Alcobaça, ou a AML, e outra, mais integrada, englobando as freguesias de concelhos como Torres Vedras, Lourinhã, Peniche, Cadaval e Bombarral, isto é, concelhos onde a localização da residência e do emprego não é tão desequilibrada como noutros concelhos mais industriais.

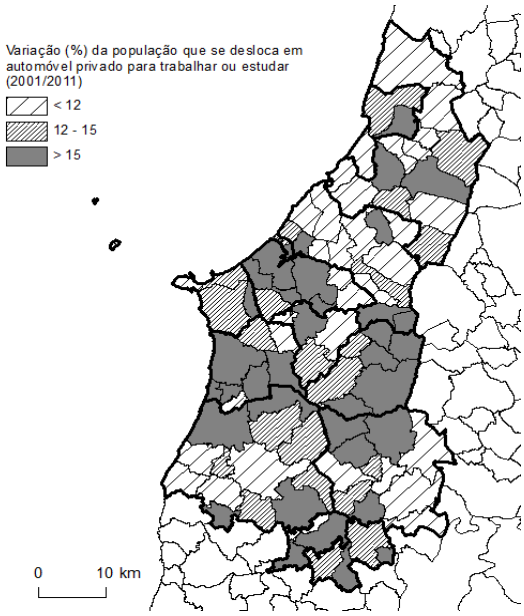


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 112 – Economia – Percentagem de população que se desloca em automóvel privado de casa para o emprego ou para estudar, em 2011

Pelo que antes se disse, entende-se que seja nos concelhos mais a sul que se tenham verificado as mais elevadas taxas de variação da utilização do automóvel privado (Figura 113), já que na parte norte, a mancha urbano-industrial é mais relevante e repartida entre a dependência das Caldas da Rainha e Leiria e Marinha Grande, já fora do âmbito geográfico do Oeste, mas com uma muito relevante capacidade polarizadora.

O tratamento do domínio da cultura a partir de indicadores estatísticos, tal como já se referiu antes, é muito difícil. Mas, o seu tratamento qualitativo também não é mais fácil. A multitude de dimensões imateriais que caracterizam e condicionam este domínio clama pela utilização de indicadores indiretos que espelhem a interferência de estados e dinâmicas de cultura, sendo esta entendida como "um sistema dinâmico, evolutivo e interativo, que se ancora no passado (memória) e é enriquecido no presente, através de atividades inovadoras e criativas, para se projetar no futuro de acordo com padrões de modernidade" (Augusto Mateus Associados / GEOIDEIA, 2005:100).

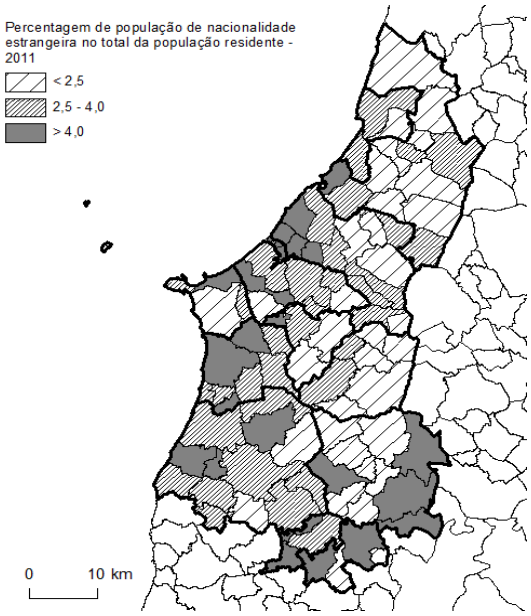


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 113 – Economia – Variação, de 2001 para 2011, da percentagem de população que se desloca em automóvel privado de casa para o emprego ou para estudar

Deste modo, tal como já foi apresentado no Quadro 126, os indicadores que foram retidos para a análise do domínio da cultura, estão mais associados a vias indiretas de materialização da expressão cultural, do que propriamente à medição direta dos valores e concretizações materiais dessas mesmas expressões. Isto é, será sempre mais fácil medir os fenómenos que podem conduzir a determinadas práticas ou efeitos culturais, do que propriamente medir os efeitos diretos dessas mesmas práticas.

Uma das formas de medir os potenciais efeitos na alteração das estruturas socioculturais locais, é através da capacidade de integração e de atração de população estrangeira, pese embora a interferência do funcionamento do mercado de trabalho, eventualmente mais ou menos desajustado à mão de obra local. Daí, a representação dos estrangeiros na população residente (Figura 114) poder ser encarada como um bom indicador da capacidade de ajustamento das práticas culturais dessas freguesias.

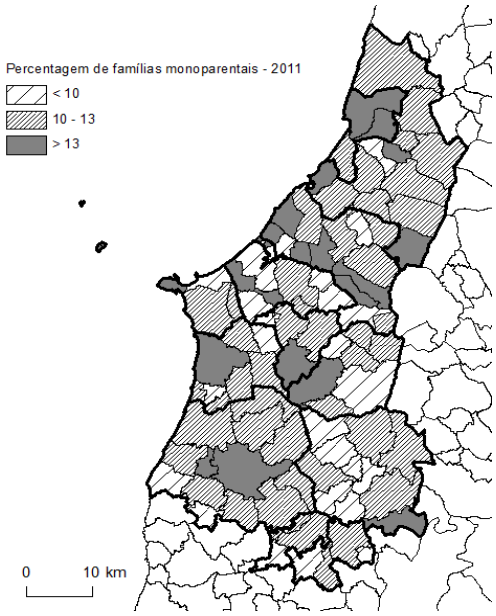


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 114 – Cultura – Percentagem de estrangeiros no total dos residentes, em 2011

A distribuição da população residente estrangeira pelas várias freguesias do Oeste não corresponde a um padrão de diferenciação que permita uma explicação baseada na ocorrência de segundas residências, mas dá sinais da interferência de características diferentes de população estrangeira, em que alguns poderão estar relacionados com empregos na dependência da AML (concelhos de Torres Vedras, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço), outros, com uma maior incidência do emprego na agricultura (toda a faixa central, de orientação sul-norte que percorre a sub-região) e, por fim, os estrangeiros que se repartem pelas freguesias litorais e que, de forma mais plausível, poderão estar ligados ao fenómeno em estudo.

A frequência de ocorrência de famílias monoparentais (Figura 115) pode ser encarada como um indicador de pós-modernidade revelador de mudanças culturais ao nível das atitudes e práticas sociais. No entanto, também é de ter em conta que, por vezes, essa ocorrência está mais ligada à interferência de fenómenos emigratórios, do que propriamente a alterações estruturais da composição familiar. De qualquer modo, o padrão espacial de distribuição da classe de valores acima de 13% do total de famílias, mostra uma maior incidência, em termos muito gerais, nas freguesias mais urbanas.



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

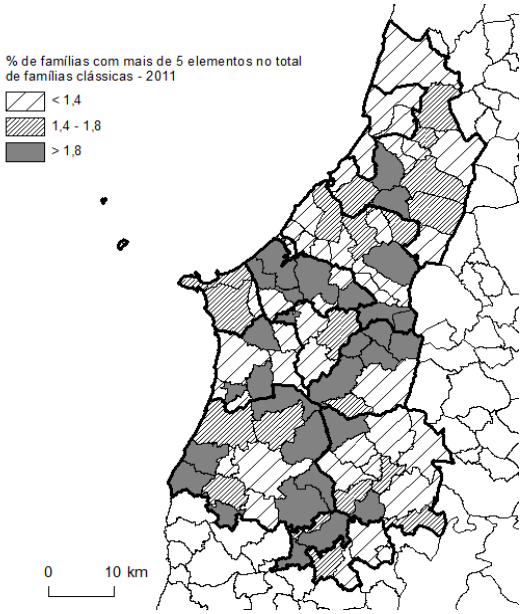
Figura 115 – Cultura – Percentagem de famílias constituídas apenas por um pai ou uma mãe com filhos, em 2011

Ao contrário das famílias monoparentais, as numerosas podem ser o espelho de duas realidades relativamente opostas. Por um lado, podem ser um indicador de ruralidade ou, pelo menos, de práticas sociais familiares que, ou não têm em conta as despesas com a criação, a educação e a formação dos filhos, ou aglomeram no mesmo núcleo familiar pessoas de diferentes gerações. Por outro, podem ser um indicador de famílias de maiores rendimentos, já que existe a capacidade de arcar com todo o tipo de despesas familiares necessárias ao sucesso económico e social.

No Oeste, a maior representação de famílias com mais de cinco elementos (Figura 116) é mais vincada nas freguesias mais marginais aos principais centros urbanos concelhios. De facto, considerando a classe acima de 1,8% de famílias numerosas em relação ao total de famílias, para além de quatro freguesias litorais dos concelhos de Torres Vedras e de Óbidos, todas as outras surgem mais para o interior da sub-região e num corredor que vai de Sapataria em Sobral de Monte Agraço, até Cela, em Alcobaça.

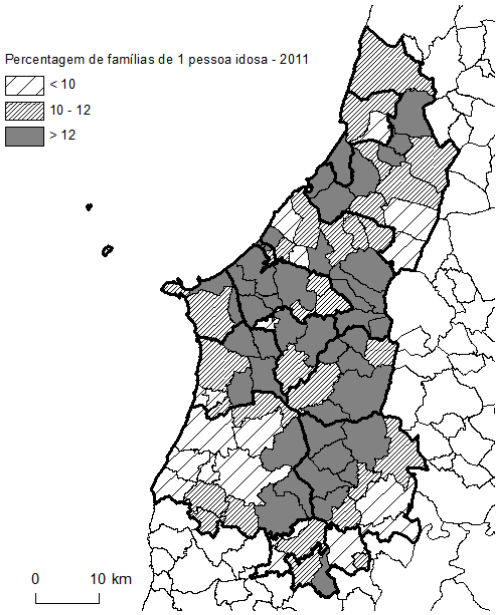
Ainda em ligação com os indicadores anteriores, mas espelhando situações socialmente mais gravosas, as famílias constituídas apenas por um idoso (Figura 117) refletem dinâmicas demográficas particularmente negativas. A representação deste tipo particular de família, acaba por não ser muito contrastada entre as várias freguesias, o que chama a atenção para a

necessidade de uma intervenção generalizada e integrada em toda a sub-região, nomeadamente ao nível do providenciar de, por exemplo, serviços de apoio domiciliário e acompanhamento securitário por parte das autoridades locais.



Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 116 – Cultura – Representação das famílias numerosas nas freguesias do Oeste, em 2011



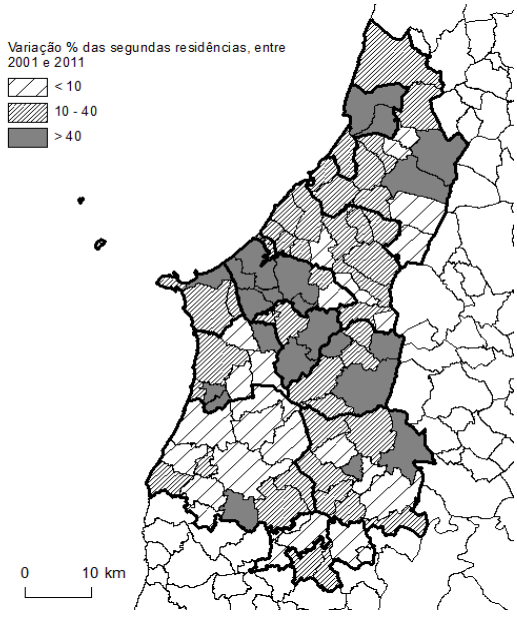
Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 117 – Cultura – Representação das famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa nas freguesias do Oeste, em 2011

Por último, incluiu-se no domínio da cultura a variação do número de segundas residências, entre 2001 e 2011 (Figura 118), como indicador de alterações na paisagem e, também, pela maior adaptabilidade destas áreas a alterações culturais advindas da interação com os segundos residentes.

Apesar de serem relevantes as variações entre 10 e 40%, as que estão acima deste último valor registam-se, sobretudo, em duas áreas distintas. Por um lado, numa faixa de orientação noroeste-sudeste, entre Ferrel, no concelho de Peniche, e a Ota, no de Alenquer. Por outro, na parte norte da sub-região, nas freguesias de Nazaré e Valado dos Frades, no concelho de Nazaré, e Aljubarrota e Évora de Alcobaça, no concelho de Alcobaça.

Uma outra nota a assinalar, e que respeita às variações mais baixas que, inclusive, são com maior frequência negativas (17 em 26 casos), estas ocorrem principalmente a sul de Peniche, tanto no litoral, como no interior. Este facto, só pode corresponder a uma alteração do uso de antigas segundas residências, agora preparadas, por via da expansão do processo de metropolização, para serem integradas no mercado imobiliário de primeira residência.

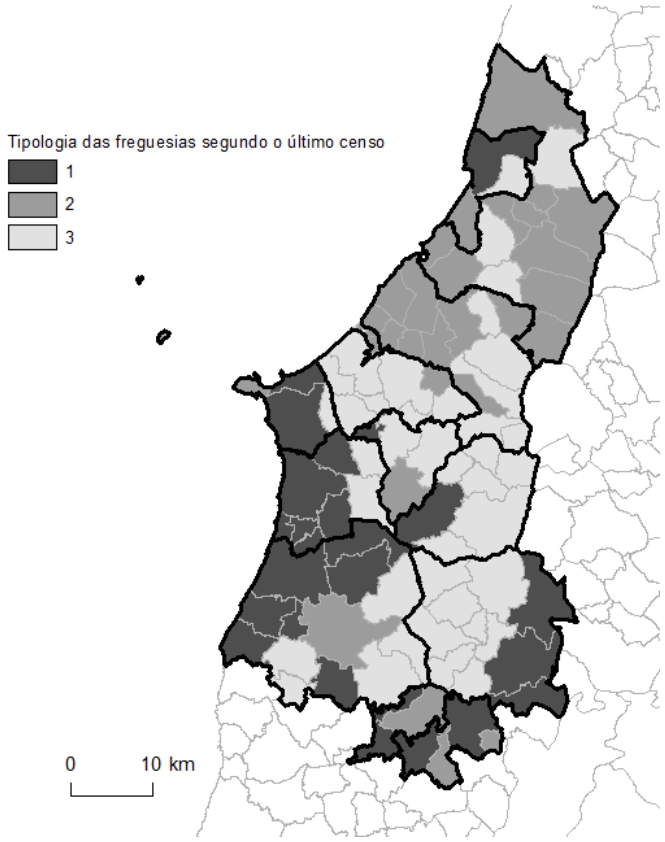


Fonte: elaboração própria com dados do Recenseamento da População, INE, 2011

Figura 118 – Cultura – Variação percentual das segundas residências entre 2001 e 2011

Após a aplicação da mesma metodologia utilizada para os dados de 2001, e tendo em conta uma segmentação em três grandes grupos, à semelhança do que foi adotado para essa década (Figura 100), chega-se à conclusão de que se mantém a mesma diferenciação, desde as

freguesias mais urbanas até às mais rurais (Figura 119). Recorde-se que, em 2001, os três tipos identificados foram designados como: i) "fixos urbanos com fluxos agitados", um grupo de 37 freguesias, marcadas por níveis mais elevados de urbanização.; ii) “fixos rurbanos com fluxos intensificados", grupo de 27 freguesias com características mais ou menos rurais mas com dinâmicas próprias de outras áreas mais urbanas; iii) "fixos de ruralidade com fluxos cristalizados", grupo de 57 freguesias com características predominantemente rurais.



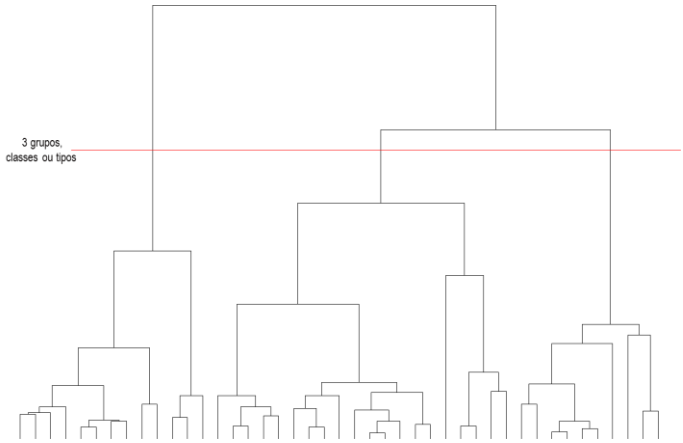
Fonte: elaboração própria

Figura 119 - Tipologia das freguesias do Oeste com os dados do último Censo (2011)

O Oeste é uma sub-região onde o urbano e o rural se distinguem mais pela morfologia, ou seja, pelas formas da ocupação do território, do que propriamente pelas características sociais e económicas dos seus habitantes. De facto, o Oeste pode ser encarado como um bom exemplo de urbanização em meio rural onde a forma e a função se dissociam por processos de modernização e integração nos mercados de fatores e produtos predominantemente orientados, do ponto de vista dos recursos, pelas especificidades e qualidades do ambiente natural e, do ponto de vista corológico, pela proximidade da AML. Relativamente ao primeiro aspeto, salientam-se as aptidões agrárias, efetivadas na existência de competitivas produções

hortofrutícolas e pecuárias, sobretudo avícolas, enquanto relativamente ao segundo aspeto, se salientam os fatores locativos e de acessibilidade que não só permitem o abastecimento à área de maior densidade urbana do País, como também facilitam o movimento inverso, da AML para o Oeste, voltando a serem aqui importantes os seus fatores ambientais atrativos, desde as praias ao campo, passando pelos fluxos de pessoas que desde sempre têm marcado as relações de interdependência entre estes dois espaços geográficos.

Os três grupos definidos (Figura 120), à semelhança do que foi feito para os dados de 1999 e 2001, correspondem a um nível de agregação muito genérico, mas que, por isso mesmo, é suficientemente simples para a ilustração dos grandes grupos, classes ou tipos de freguesias, sem que se perca informação e clareza analítica.



Fonte: elaboração própria

Figura 120 - Dendrograma resultante dos dados de 2011 e 2019, com o nível de corte em 3 grupos, classes ou tipos

O primeiro tipo, também à semelhança do obtido com os dados dos recenseamentos anteriores, caracteriza-se do seguinte modo:

- Evolução mais positiva, ou seja, com maior crescimento, da população;
- Maior juventude dos ativos;
- Menor índice de envelhecimento da população residente.
- Maior crescimento da população com um nível de instrução igual ou acima do secundário;
- Menos famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa;

- Maior representação dos residentes de nacionalidade estrangeira;
- Menor incidência das áreas de matos e florestas sem culturas sob coberto e das culturas permanentes;
- Menor representação dos agricultores a tempo parcial;

Neste grupo, estão claramente definidas características mais consentâneas com as áreas mais urbanas (Tipo 1 – freguesias mais urbanas e dinâmicas). A menor importância da paisagem agrária, a par de dinâmicas populacionais mais positivas, maiores níveis de instrução e maior efetividade e potencial de interação cultural, indicam manifestamente isso. Mas, quando se olha para o mapa das freguesias, é curioso verificar que algumas das incorporadas nas sedes de concelho e, portanto, para as quais seriam de esperar essas mesmas características, verifica-se a sua inclusão em grupos de conteúdo menos intensamente urbano. Torres Vedras é um bom exemplo desta situação. Apesar de em 2001 a sede de concelho estar incluída no grupo mais urbano, em 2011 isso altera-se. Isto mostra como são frequentes, mesmo fora das áreas metropolitanas, os fenómenos de expansão urbana com esvaziamento do centro onde, por exemplo, o fenómeno do envelhecimento e respetivas consequências, passam a ser tão relevantes como em áreas mais rurais. Para além da sede de concelho de Torres Vedras, também Óbidos, Caldas da Rainha e Alcobaça, registam situações idênticas.

Quadro 127 – Tipo 1 – comportamento dos indicadores mais significativos para a definição do tipo (25 freguesias)

Indicadores	Valor médio no grupo	Média geral	Desvio padrão no grupo	Desvio padrão geral	Valor teste
Índice de juventude da população ativa – 2011	106,888	93,003	12,713	14,358	5,67
Proporção de população de nacionalidade estrangeira no total da população residente (‰) - 2011	4,948	3,257	2,262	1,977	5,01
Taxa de crescimento efetivo da população - 2001/2011	14,372	4,889	12,194	11,279	4,93
Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo (2001-2011)	116,860	94,980	48,375	39,603	3,24
Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, 2019	30,680	39,000	14,358	15,786	-3,09
Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total, 2019	16,044	30,514	9,724	18,718	-4,53
Percentagem das culturas permanentes na SAU, 2019	20,932	43,294	19,695	25,945	-5,05
Percentagem de idosos em famílias de 1 pessoa - 2011	9,816	11,744	1,842	2,196	-5,15
Índice de envelhecimento da população residente – 2011	114,924	153,635	23,202	40,736	-5,57

Fonte: elaboração própria

O segundo tipo apresenta as seguintes características:

- Representação das matas e florestas sem culturas sob coberto acima da média geral;
- Densidade populacional acima da média;
- Mais população residente que, em 2011, detinha, pelo menos, o nível de instrução secundário;
- Maior representação das famílias monoparentais;
- Menos famílias numerosas;
- Mais população que se deslocava para trabalhar ou estudar, em 2011, em automóvel privado;
- Menor variação, de 2001 para 2011, do uso do automóvel nas deslocações casa-emprego e casa-escola;
- Maior representação dos agricultores a tempo parcial.

Este tipo também apresenta características urbanas, apesar de estas serem amenizadas pela maior importância da paisagem florestal ou naturalizada. De facto, a densidade populacional e alguns traços das estruturas familiares, bem como do nível de instrução dos residentes, apontam para áreas de mais forte urbanização, mas isso é contraditado, não só pela paisagem agrária e incidência do trabalho agrícola a tempo parcial, mas também, pela dependência funcional dessas freguesias face a outras, de outros concelhos, onde se localiza o emprego. Sobretudo esta última característica, a das deslocações em automóvel, chama a atenção para áreas periurbanas de mais elevada densidade populacional, o que, à semelhança do tipo anterior, se contrapõe à menor vitalidade dos centros das aglomerações sede de concelho.

Por tudo isto, entende-se que este tipo diz respeito às áreas periurbanas ou de maior dependência funcional face a outras, aquilo a que se pode chamar de periurbano ou rural em processo de integração urbana.

Quadro 128 – Tipo 2 – comportamento dos indicadores mais significativos para a definição do tipo (25 freguesias)

Indicadores	Valor médio no grupo	Média geral	Desvio padrão no grupo	Desvio padrão geral	Valor teste
% de população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar, 2011	73,232	68,428	6,181	5,943	4,74
Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total, 2019	45,580	30,514	17,985	18,718	4,72
Percentagem de população que em 2011, detinham o ensino secundário em relação ao total de residentes	23,612	19,615	5,252	5,164	4,54
Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, 2019	48,800	39,000	12,335	15,786	3,64
Percentagem de famílias monoparentais - 2011	12,848	11,501	2,994	2,303	3,43
Densidade populacional - 2011	343,632	201,748	594,061	335,815	2,48
Variação da população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar (2001/2011)	11,580	13,853	3,273	4,717	-2,82
% de famílias com mais de 5 elementos no total de famílias clássicas - 2011	1,272	1,588	0,321	0,600	-3,09

Fonte: elaboração própria

Por último, o terceiro tipo, é constituído pelas freguesias que tinham, em 2011 e 2019, as seguintes características:

- Maior representação da superfície agrícola utilizada constituída por culturas permanentes;
- Crescimento populacional negativo de 2001 para 2011;
- Menores densidades populacionais (cerca de metade da média geral);
- Maior envelhecimento dos residentes;
- Menor juventude dos ativos;
- Menor representação dos residentes com, pelo menos, o ensino secundário,
- Maior representação das famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa;
- Maior representação das famílias numerosas;
- Menor representação das famílias monoparentais;
- Menor representação dos residentes de nacionalidade estrangeira;
- Maior variação, de 2001 para 2011, do uso do automóvel nas deslocações casa-emprego e casa-escola.

Este último grupo, também à semelhança do que acontecia em 2001, reúne as freguesias mais rurais, ou seja, aquelas que apresentavam uma maior representação das atividades agrárias, menores dinâmicas demográficas, residentes menos qualificados e envelhecidos e estruturas familiares mais tradicionais. No entanto, é de assinalar o mais forte crescimento, em média, da utilização do automóvel privado nas deslocações de casa para o emprego ou para a escola. Este grupo, que se pode designar por rural, apresenta, no entanto, características de ruralidade relativa no contexto do Oeste comparativamente ao que se passa noutras áreas do País. Isto é, apesar dos traços predominantemente rurais, as características destas freguesias são, em termos comparativos, menos acentuadas que aquelas que traduzem o atraso e a decadência próprios das áreas mais interiores e mais afastadas dos centros de decisão nacionais.

Quadro 129 – Tipo 3 – comportamento dos indicadores mais significativos para a definição do tipo (39 freguesias)

Indicadores	Valor médio no grupo	Média geral	Desvio padrão no grupo	Desvio padrão geral	Valor teste
Índice de envelhecimento da população residente – 2011	186,608	153,635	28,797	40,736	6,71
Percentagem das culturas permanentes na SAU, 2019	62,000	43,294	17,470	25,945	5,97
Percentagem de idosos em famílias de 1 pessoa - 2011	13,200	11,744	1,672	2,196	5,49
% de famílias com mais de 5 elementos no total de famílias clássicas - 2011	1,867	1,588	0,676	0,600	3,86
Variação da população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar (2001/2011)	15,595	13,853	4,398	4,717	3,06
Densidade populacional - 2011	102,762	201,748	42,716	335,815	-2,44
Índice de juventude da população ativa – 2011	87,577	93,003	10,769	14,358	-3,13
Percentagem de famílias monoparentais - 2011	10,615	11,501	1,492	2,303	-3,19
Proporção de população de nacionalidade estrangeira no total da população residente (‰) - 2011	2,318	3,257	1,064	1,977	-3,94
Taxa de crescimento efetivo da população - 2001/2011	-2,474	4,889	4,543	11,279	-5,41
Percentagem de população que em 2011, detinham o ensino secundário em relação ao total de residentes	15,764	19,615	2,163	5,164	-6,18

Fonte: elaboração própria

O quadro seguinte compara o comportamento dos indicadores nas duas tipologias, mais antiga e mais recente, dentro de cada um dos tipos identificados nessas diferentes datas. Trata-se de um exercício que evidencia algumas das transformações do Oeste ocorridas, *grosso modo*, na primeira década do século XXI.

Quadro 130 - Tipologia com dados de 2001 e 1999 e de 2011 e 2019: o tipo 1

D.I. (*)	Indicador	Tipo 1		Análise
		2001	2011	
Ambiente Natural	Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total, 1999 // 2019		-	As matas e florestas sem culturas sob coberto têm uma expressão abaixo da média geral, indiciando uma expansão do fenómeno urbano, já que também é menos relevante a expressão territorial das culturas permanentes.
População / Sociedade	Densidade populacional – 2001 // 2011	+		De 2001 para 2011 mantêm-se, em termos gerais, as mesmas características do tipo 1, deixando a densidade populacional de ser um indicador distintivo em 2011 e sendo a taxa de crescimento da população com curso secundário, de 2001 para 2011, mais favorável que no conjunto das freguesias, enquanto no período de 1991 a 2001 esse indicador estava abaixo da média geral. Este facto poderá ser o resultado de um maior sucesso na implementação, em áreas mais urbanas, da escolaridade obrigatória de 14 anos (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto). Comparativamente ao comportamento geral de todas as freguesias, o crescimento populacional, o envelhecimento e a juventude dos ativos, é mais favorável neste tipo.
	Taxa de crescimento efetivo da população (1991-2001 // 2001-2011)	+	+	
	Percentagem de população que em 2001 // 2011, detinham o ensino secundário em relação ao total de residentes			
	Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo (1991-2001 // 2001-2011)	-	+	
	Índice de envelhecimento da população residente – 2001 // 2011	-	-	
	Índice de juventude da população ativa – 2001 // 2011	+	+	
Economia	Percentagem das culturas permanentes na SAU – 1999 // 2019		-	O peso relativo das culturas permanentes na SAU, a agricultura a tempo parcial e a percentagem de segundas residências, ou não são relevantes para a definição do tipo, seja em 2001 ou em 2011, ou em qualquer um dos anos estão abaixo da média geral. Já relativamente à percentagem de pessoas que se deslocavam para trabalhar ou estudar fora do concelho de residência, isso era relevante e acima da média em 2001, mas deixa de ser discriminante em 2011. Este último caso está relacionado com dois tipos de comportamento da mobilidade: por um lado, a consolidação das áreas mais urbanas, com a consequente concentração e diversificação funcional, reduz a interação espacial e, por outro, a integração de todos os concelhos da sub-região no processo de urbanização, favorece alguma uniformidade nessa mesma interação espacial.
	Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, 1999 // 2019	-	-	
	% de alojamentos utilizados sazonalmente no total dos alojamentos familiares, 2001 // 2011	-		
	% de população que trabalha ou estuda fora do concelho de residência, 2001 // 2011	+		
Cultura	Proporção de população de nacionalidade estrangeira no total da população residente (‰) – 2001 // 2011		+	Só as famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa, se mantêm abaixo da média geral nos dois períodos estudados. Por sua vez, indicadores como a frequência de estrangeiros e as famílias monoparentais, estão acima da média geral, em consonância com as características mais urbanas destas freguesias. A variação de segundas residências, apesar de ser, entre 1991 e 2001, relevante em termos da diferenciação deste tipo, deixa de o ser para o período de 2001 a 2011. Esta observação, independentemente do sinal, acontece também nos dois outros tipos, em consequência de esta variação ser pouco diferenciadora das freguesias do Oeste.
	Percentagem de famílias monoparentais – 2001 // 2011	+		
	Taxa de variação dos alojamentos recenseados como segundas residências, 1991-2001 // 2001-2011	+		
	Percentagem de idosos em famílias de 1 pessoa – 2001 // 2011	-	-	

(*) Domínios IDENTERRA

Fonte: elaboração própria

Quadro 131 - Tipologia com dados de 2001 e 1999 e de 2011 e 2019: o tipo 2

D.I. (*)	Indicador	Tipo 2		Análise
		2001	2011	
Ambiente Natural	Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total, 1999 // 2019	-	+	Ao contrário do que acontecia em 2001, em 2011 este indicador passa a estar mais representado neste tipo. Esta mudança deve-se ao forte crescimento das áreas florestadas na sub-região, com particular destaque para o eucaliptal. Deste modo, este indicador não pode ser interpretado como sendo de melhor qualidade ambiental, refletindo antes a menor incidência da agricultura e os menores índices de abandono dos campos.
População / Sociedade	Densidade populacional – 2001 // 2011		+	A densidade populacional e a frequência do ensino secundário, com um comportamento acima da média geral em 2011, compara com a taxa de crescimento da população detentora do nível secundário e a maior juventude dos ativos em 2001.
	Percentagem de população que em 2001 // 2011, detinham o ensino secundário em relação ao total de residentes		+	
	Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo (1991-2001 // 2001-2011)	+		
	Índice de juventude da população ativa – 2001 // 2011	+		
Economia	Percentagem das culturas permanentes na SAU, 1999 // 2019	-		Menores qualificações dos agricultores e menor representação das culturas permanentes, sobretudo dos pomares e vinha, contrastam com o trabalho agrícola a tempo parcial e a maior frequência de uso do automóvel privado nas deslocações casa-emprego e casa-escola. No entanto, a variação deste último indicador entre 2001 e 2011, contribui de forma inversa para a definição deste tipo. Esta realidade explica-se pela fortíssima disseminação do automóvel privado entre 1991 e 2001, em conjugação com uma maior integração territorial entre locais de residência e locais de trabalho ou estudo, isto é, na diminuição de efeitos polarizadores entre concelhos mais rurais e mais urbanos.
	Percentagem de produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário no total dos produtores singulares, 1999 // 2019	-		
	Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, 1999 // 2019	+	+	
	% de população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar, 2001 // 2011		+	
	Variação da população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar (1991-2001 // 2001-2011)	+	-	
Cultura	Percentagem de famílias monoparentais – 2001 // 2011		+	Enquanto em 2001 apenas era discriminante a menor percentagem de famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa, em 2011 esse indicador deixa de aparecer e surge uma maior representação de famílias monoparentais e, correlativamente, uma menor percentagem de famílias numerosas. Tratam-se de indicadores que traduzem características mais urbanas, apesar de não ser completamente nítida a sua diferenciação face às áreas mais rurais.
	% de famílias com mais de 5 elementos no total de famílias clássicas – 2001 // 2011		-	
	Percentagem de idosos em famílias de 1 pessoa – 2001 // 2011	-		

(*) Domínios IDENTERRA

Fonte: elaboração própria

Quadro 132 - Tipologia com dados de 2001 e 1999 e de 2011 e 2019: o tipo 3

D.I. (*)	Indicador	Tipo 3		Análise
		2001	2011	
Ambiente Natural	Percentagem de área de matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total, 1999 // 2019	+		As áreas de mata e floresta estavam mais representadas em 2001, mas deixam de ser relevantes para a definição do tipo em 2011. Este facto relaciona-se com o forte crescimento, quase ubíquo, entre 1999 e 2019, das áreas florestadas da sub-região. O comportamento deste indicador deve ser visto em conjugação com a representação das culturas permanentes.
População / Sociedade	Densidade populacional – 2001 // 2011		-	Enquanto em 2001, neste domínio, este tipo era definido apenas por taxas de crescimento da população com curso secundário abaixo da média geral, em 2011 agravam-se e alargam-se os âmbitos dessa definição a menores densidades e dinâmicas populacionais, tanto em termos do crescimento, como das suas características demográficas.
	Taxa de crescimento efetivo da população (1991-2001 // 2001-2011))		-	
	Percentagem de população que em 2001 // 2011, detinham o ensino secundário em relação ao total de residentes		-	
	Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo (1991-2001 // 2001-2011)	-		
	Índice de envelhecimento da população residente – 2001 // 2011		+	
	Índice de juventude da população ativa – 2001 // 2011		-	
Economia	Percentagem das culturas permanentes na SAU, 1999 // 2019		+	Em 2001 este tipo era apenas definido pela baixa interação entre concelhos e, em 2011, ele passa a ser definido pela maior representação das culturas permanentes e da maior variação da utilização do automóvel privado nas deslocações casa-escola e casa-trabalho.
	% de população que trabalha ou estuda fora do concelho de residência, 2001 // 2011	-		
	Variação da população que se desloca em automóvel privado para trabalhar ou estudar (1991-2001 // 2001-2011)		+	
Cultura	Proporção de população de nacionalidade estrangeira no total da população residente (‰) – 2001 // 2011	-	-	O indicador mais unificador da tipologia de 2001 face à de 2011 é a menor representação de estrangeiros na população residente. Em termos alternados, enquanto em 2001 era relevante a menor variação das segundas residências, em 2011 passam a estar sub-representadas as famílias monoparentais e, inversamente, as famílias numerosas e as constituídas apenas por uma pessoa idosa.
	Percentagem de famílias monoparentais – 2001 // 2011		-	
	Taxa de variação dos alojamentos recenseados como segundas residências, 1991-2001 // 2001-2011	-		
	% de famílias com mais de 5 elementos no total de famílias clássicas – 2001 // 2011		+	
	Percentagem de idosos em famílias de 1 pessoa – 2001 // 2011		+	

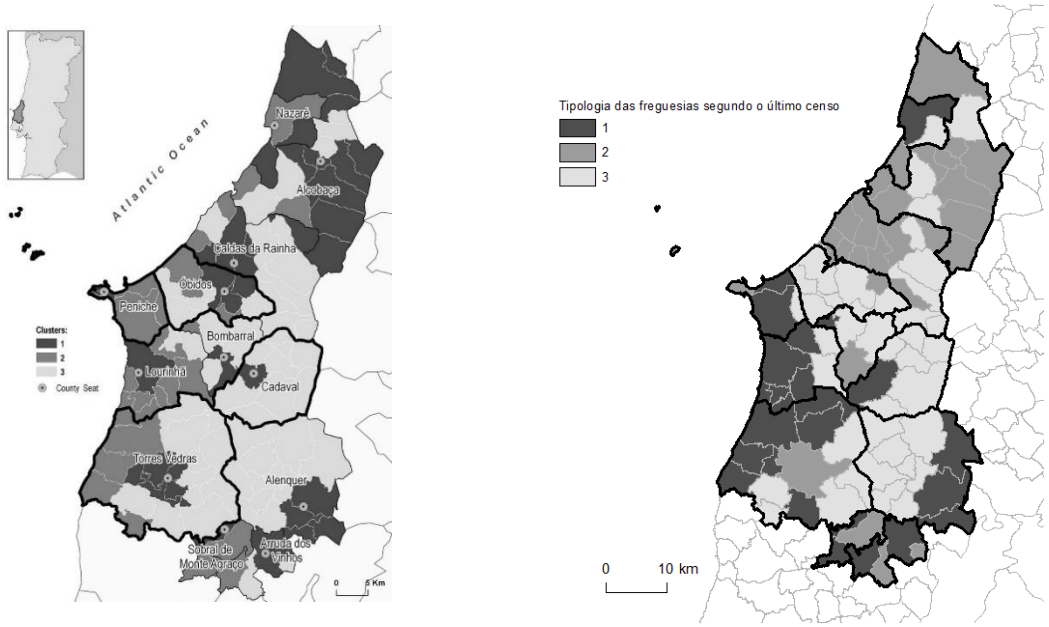
(*) Domínios IDENTERRA

Fonte: elaboração própria

Os quadros anteriores, lidos em conjunto com a Figura 100 e a Figura 119, que por razões de facilitação da comparabilidade agrupámos na Figura 121, apontam para uma evolução que comporta os seguintes traços principais:

- Consolidação e reforço, pela positiva, das freguesias mais litorais e a sul de Peniche.
- A norte desse concelho verifica-se uma diminuição do contraste entre freguesias, sendo relevante uma ligeira perda de vitalidade demográfica, apesar de se manterem elevadas densidades populacionais, emergindo a freguesia de Nazaré com características mais próximas das localizadas no litoral a sul de Peniche e, por isso, mais atípicas face às outras freguesias envolventes.
- Consolidação e reforço das freguesias dos concelhos de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Alenquer menos distantes da linha ferroviária ou da autoestrada, enquanto processo normal de expansão da influência da AML, principalmente de transferência, para locais cada vez mais distantes do centro metropolitano, da sua função habitacional.
- Diminuição da mancha de freguesias correspondentes às situações mais rurais, com exceção das do concelho de Óbidos

A situação relativamente menos contrastada em 2011, é também o resultado da reconfiguração administrativa de 2013, a qual, ao considerar a união de freguesias, acaba por amenizar as diferenças e promover uma alteração dos valores médios envolvidos em cada uma delas isoladamente.



Fonte: J. Oliveira et al., 2010 e elaboração própria

Figura 121 – Comparação das tipologias com dados dos Censos de 2001 e de 2011

15.3. Segundas residências na sub-região do Oeste: a visão dos autarcas

15.3.1. Introdução e nota metodológica

A auscultação das pessoas diretamente envolvidas na formulação, gestão e execução de políticas públicas é fundamental para que se entendam várias facetas do desenvolvimento local, desde as questões mais gerais relacionadas com o diagnóstico da situação existente, até às mais particulares, as quais incluem a definição de medidas tendentes a modificar ou ampliar os pontos negativos ou positivos, respetivamente, desse mesmo diagnóstico.

Com o propósito de viabilizar aquele processo de auscultação, desenvolveu-se com a colaboração de outros autores, uma metodologia designada por PROSCA, acrónimo de Prospective Stepwise Consensus Seeking Analysis (Oliveira, Roca, & Gandra, 2005). Foi inspirados nessa metodologia, com algumas adaptações, que procedemos a um conjunto alargado de entrevistas a responsáveis autárquicos das freguesias do Oeste. Essas entrevistas decorreram no âmbito do projeto SEGREX, entre novembro de 2010 e março de 2012, e os seus resultados serão apresentados nos pontos seguintes. A metodologia consistiu, tal como previsto no modelo, na aplicação de um formulário de inquérito através do qual se pretendiam conhecer as opiniões e perceções dos entrevistados relativamente a um conjunto de componentes que, de forma direta ou indireta, afetariam o desenvolvimento local por via da expansão das segundas residências.

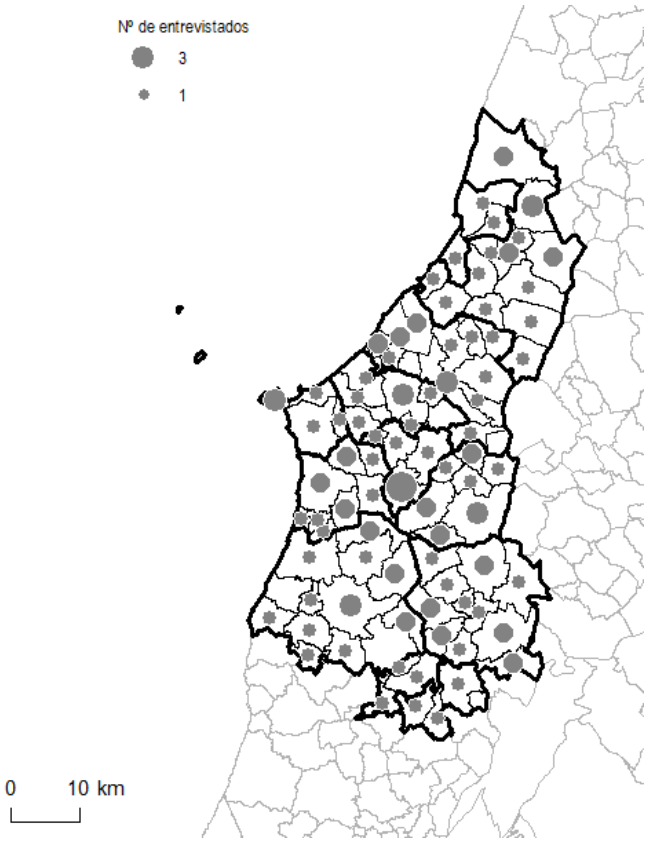
O formulário da entrevista, que se apresenta no Apêndice III, era constituído, de forma sintética, por três grandes partes:

- Uma primeira onde se recolheram dados muito gerais sobre os inquiridos;
- Um conjunto de perguntas relacionadas com a avaliação e perceção do fenómeno relativamente à sua expressão geográfica e intensidade de expansão, incluindo também questões sobre a proveniência dos proprietários, o tipo de família, a sua frequência de uso da segunda residência e as características formais desta;
- Por fim, uma avaliação sobre os efeitos, positivos e negativos das segundas residências sobre os domínios do modelo IDENTERRA.

O referido questionário foi aplicado aos representantes de quase todas as atuais Juntas de Freguesia do Oeste, ou seja, 84 em 90. No total, foram envolvidas no processo 123 pessoas, cuja média de idade era 52 anos, repartindo-se de forma muito desequilibrada por sexos, já que

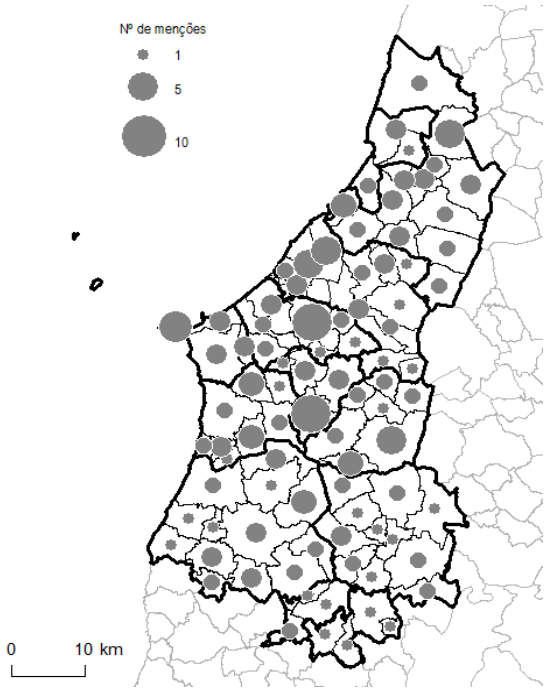
82% eram mulheres e apenas 12% eram homens. O grupo etário mais representado foi o dos 45 aos 64 anos, com 56%, seguindo-se as pessoas com 44 anos ou menos (cerca de 16%) e, por fim, as pessoas com 65 anos ou mais, com uma representação de 12%, em igual percentagem dos que nada disseram sobre a sua idade.

O mapa da Figura 122 ilustra o número de respondentes aos referidos questionários em cada uma das atuais freguesias do Oeste. A aplicação desses questionários foi efetuada em colaboração com a LEADER-Oeste, uma associação beneficiária do PIC LEADER nas suas várias gerações, tendo sido articulada com a divulgação de iniciativas próprias no âmbito das ajudas ao desenvolvimento rural. Daí, a elevada participação no processo de auscultação, o qual acabou por dar origem, dada a possibilidade de respostas múltiplas a algumas questões específicas sobre a casa, o uso e os utilizadores de segundas residências, a um total de 211 respostas válidas (Figura 123) cujos resultados a seguir se apresentam.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas

Figura 122 – Distribuição do número de entrevistados por cada uma das freguesias do Oeste



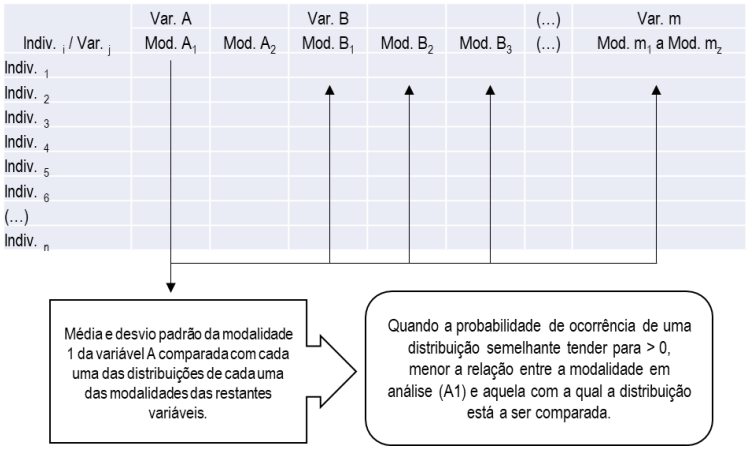
Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas

Figura 123 – Distribuição das respostas com menção a cada uma das freguesias do Oeste

Aquelas 211 respostas válidas, foram objeto de um tratamento estatístico simples e robusto que procurou as relações entre cada uma das respostas e todas as outras, tendo por referência a sua repartição pelas várias modalidades, já que estatisticamente a escala de análise foi nominal, isto é, com classificação.

O objetivo desta técnica é determinar quais as modalidades de cada uma das outras variáveis que caracterizam de forma significativa a modalidade de uma dada variável que está a ser analisada. Isto é, tendo em conta as diferentes modalidades de resposta associadas à variável a ser descrita, como por exemplo, as várias proveniências elencadas quando se pedia a resposta à questão: "qual a proveniência dos proprietários?", tais como a AML, o Oeste ou o estrangeiro, por exemplo, a técnica estatística vai procurar a maior ou menor representação de cada uma das outras modalidades das outras variáveis na caracterização daquela que está a ser descrita. Na prática, avalia-se a diferença entre a representação de cada uma das modalidades das outras variáveis sobre aquela que está a ser descrita ou analisada, por relação ao peso de cada uma dessas modalidades na população estatística em geral. Ou seja, para cada uma das modalidades, o *software* calcula a probabilidade de se observar um desvio, pelo menos tão grande quanto aquele que poderia ocorrer verificada a hipótese de que nos dois casos, modalidade em análise e população em geral, essa distribuição fosse igual. Nesta aceção, quanto

menor for a probabilidade de ocorrência de distribuições idênticas, mais característica é a diferença entre a modalidade em análise e a população estatística em geral (Figura 124).



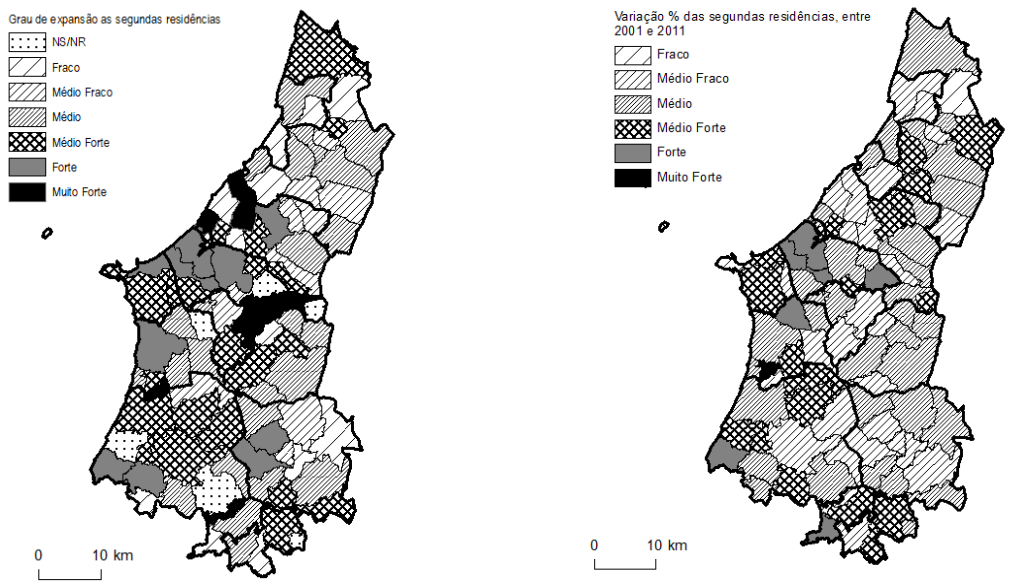
Fonte: elaboração própria

Figura 124 – Ilustração do funcionamento da técnica estatística que procura relações entre respostas

Uma das primeiras questões dizia respeito à identificação das dinâmicas de expansão do fenómeno pelos vários lugares da freguesia de residência. Em termos gerais, foi nesta questão que se verificou a maior homogeneidade de respostas, ou seja, a desagregação pelas suas várias modalidades: fraca, média fraca, média, média forte, forte e muito forte, não surgia sub ou sobrerrepresentada em qualquer uma das outras modalidades das restantes variáveis. Apesar de toda a entrevista se basear numa avaliação qualitativa por parte dos agentes tendencialmente mais informados por estarem mais diretamente envolvidos na governança local, esta avaliação da expansão do fenómeno é a única característica que permite alguma calibração com dados conhecidos. Neste caso, as taxas de variação por freguesia da proporção de segundas residências em relação ao total de alojamentos familiares clássicos, é a única variável que permite aferir a consistência e relevância de todas as respostas obtidas, tendo subjacente a ideia de que os padrões de resposta não são independentes entre si. Como exercício de calibração das respostas obtidas, efetuámos uma comparação entre as perceções sobre o grau de expansão do fenómeno, e uma interpretação quantificada de uma possível avaliação qualitativa dos valores reais. Para isso, efetuámos uma divisão em classes dos valores correspondentes às taxas de variação de 2001 para 2011 da já referida variável, baseada na dispersão em torno da média e do desvio padrão. Isto é, uma variação fraca, corresponde a uma taxa abaixo do valor médio subtraído de 1,5 desvios padrão e uma variação muito forte, à média mais 2,5 desvios padrão.

Os resultados obtidos estão na parte direita da Figura 125. À esquerda, nessa mesma figura, está a representação das respostas obtidas. Existem, naturalmente, diferenças óbvias entre as duas representações, apesar de aqui ser relevante a definição dos níveis de corte na formação de cada uma das classes permitidas pela existência de dados quantificados. De um modo muito genérico, uma visão comparativa dos dois mapas, chama a atenção para os seguintes aspetos:

- é evidente uma maior frequência das perceções de maior dinamismo do fenómeno (expansões forte e muito forte), apesar de existirem algumas semelhanças na maior incidência dessas dinâmicas em municípios como Torres Vedras, Peniche e Óbidos;
- é notória uma menor aderência entre as duas avaliações nos casos de freguesias de municípios mais interiores ou litorais, predominando nestes casos uma subavaliação da dinâmica do fenómeno.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e em dados do INE

Figura 125 – Uma comparação entre as perceções dos entrevistados e a realidade estatística sobre o grau de expansão das segundas residências

Apesar dos desvios detetados entre as duas avaliações, considera-se que se observam as condições suficientes para se ter um nível de confiança nos resultados desta auscultação ajustada aos objetivos de conhecer, em termos gerais e para toda a área geográfica do Oeste, as

principais características do fenómeno desagregadas entre casa, uso e utilizadores. Acresce que essa confiança irá ser testada a partir de um conjunto de 163 inquéritos aplicados a proprietários de segundas residências na sub-região, ao mesmo tempo que as hipóteses teóricas enunciadas no capítulo 1, também irão ser objeto de avaliação a partir desse contributo e de um inquérito conduzido a nível nacional a 312 proprietários ou utilizadores próximos ou com relações de parentesco a esses mesmos proprietários. Em síntese, é a partir dos resultados da aplicação destes instrumentos de inquirição que se irá alimentar a principal sustentação empírica das conclusões desta dissertação.

15.3.2. A visão sobre a componente da casa

Os entrevistados foram questionados sobre a localização e o tipo de construção. Sobre a localização apenas se pretendeu saber se, de forma dominante, as casas estavam dentro, ou fora, dos aglomerados urbanos. Esta questão teve por objetivo identificar eventuais problemas de ordenamento do território, tendo em vista os efeitos sobre a paisagem em termos gerais, sobre o fornecimento de infraestruturas e serviços públicos e, também, sobre potenciais conflitos com a qualidade ambiental e as atividades económicas dominantes em meio rural. Sobre o tipo de construção, pretendeu-se avaliar a qualidade das práticas mais comuns em termos dos seus aspetos formais e da sua origem, isto é, se se tratavam de casas unifamiliares ou não, e se essas casas tinham origem em construção nova, ou na recuperação de antigas, tendo subjacente a ideia de que o aproveitamento de construções já existentes teria efeitos ambientais mais reduzidos, mantendo-se também a verificação de efeitos positivos ao nível da componente económica associada à utilização de bens e serviços locais, incluindo a mão-de-obra.

De acordo com a perceção dos entrevistados, apesar de cerca de 10% não terem respondido à questão, a maior parte das casas de segunda residência localizam-se dentro dos aglomerados urbanos (62%), enquanto 27% estão fora, dispersas pelos campos e pouco mais de 1% se localizarem em conjuntos turísticos de tipo *resort*. As tipologias construtivas, mantendo-se uma percentagem de não respostas idêntica à da questão anterior, eram maioritariamente moradias (81%), seguidas dos apartamentos (5%), condomínios fechados (3%) e *resorts* (1%). A grande maioria destes tipos referiam-se a moradias recentes[116] (35%) e

[116] Construção com 10 ou menos anos, no caso das recentes, e com 10 ou mais anos, no caso das antigas, à data da entrevista.

recuperadas (40%), sendo também relevantes as moradias antigas (12%), enquanto todos os outros tipos eram residuais.

Em termos do grau de representação das diferentes modalidades de localização cruzadas com as restantes modalidades das outras questões colocadas (Quadro 133), as características mais relevantes, tal como percecionadas pelos entrevistados, foram as seguintes:

- Dentro do aglomerado predominam as moradias e os apartamentos, propriedades de emigrantes, com uma intensidade de expansão média a fraca e utilizadas só no Verão.
- Fora do aglomerado tratava-se também de moradias, mas agora com destaque para as recuperadas, propriedade de residentes na AML que as utilizavam todos os fins de semana; também se destaca o facto de esta modalidade de resposta à localização estar mais relacionada com as freguesias mais urbanas e dinâmicas enquadradas no tipo 1 da tipologia antes descrita.

Quadro 133 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual a localização predominante das segundas residências", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista

Designação das variáveis	Modalidades características	% das modalidades características incluídas na modalidade de resposta	% das modalidades características no conjunto da população estatística	% da modalidade de resposta nas modalidades características	Valor teste	Probabilidade	Nº de observações
Modalidade de resposta: dentro do aglomerado (131 casos, ou 62,09% da população estatística)							
Tipo de casa	Moradia	89,31	81,04	68,42	3,69	0,000	171
Proveniência do proprietário	Emigrantes	31,30	25,12	77,36	2,54	0,006	53
Tipo de casa	Apartamento	7,63	4,74	100,00	2,44	0,007	10
Frequência de uso	Só no Verão	30,53	24,64	76,92	2,42	0,008	52
Expansão do fenómeno	Médio a fraco	20,61	16,11	79,41	2,13	0,016	34
Modalidade de resposta: Fora do aglomerado (56 casos, ou 26,54% da população estatística)							
Tipo de casa	Moradia	96,43	81,04	31,58	3,57	0,000	171
Proveniência do proprietário	A. M. Lisboa	66,07	45,02	38,95	3,54	0,000	95
Frequência de uso	Todos os FDS	55,36	35,07	41,89	3,50	0,000	74
Tipo de freguesia em 2011	Tipo 1	41,07	26,07	41,82	2,75	0,003	55
Tipo de construção	Moradia recuperada	53,57	39,81	35,71	2,28	0,011	84

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

Relativamente ao grau de representação das diferentes modalidades do tipo de casa cruzadas com as restantes modalidades das outras questões colocadas (Quadro 134), as características mais relevantes, tal como percecionadas pelos entrevistados, foram as seguintes:

- As segundas residências em apartamentos, surgem nas áreas predominantemente urbanas (APU), são igualmente recentes ou antigas e localizam-se no interior dos aglomerados; Peniche é o concelho que melhor exemplifica esta situação.
- As moradias são principalmente recuperações de construções antigas, localizadas igualmente dentro ou fora dos aglomerados de proprietários residentes na AML e que a elas se deslocam todos os fins de semana; surgem sobretudo em freguesias mais rurais (tipo 3) e o Cadaval é o concelho mais ilustrativo desta situação.
- Por último, tanto os condomínios fechados como os resorts, até pelos quantitativos envolvidos, não apresentam modalidades características relevantes.

Quadro 134 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual o tipo predominante de segundas residências", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista

Designação das variáveis	Modalidades características	% das modalidades características incluídas na modalidade de	% das modalidades características no conjunto da população estatística	% da modalidade de resposta nas modalidades	Valor teste	Probabilidade	Nº de observações
Modalidade de resposta: Apartamento (10 casos, ou 4,74% da população estatística)							
Tipo de construção	Apartamento recente	30,00	1,42	100,00	3,78	0,000	3
Classificação em 2001	APU	80,00	25,59	14,81	3,39	0,000	54
Classificação em 2011	APU	80,00	29,86	12,70	3,04	0,001	63
Tipo de construção	Apartamento antigo	30,00	2,84	50,00	2,98	0,001	6
Município	Peniche	40,00	7,11	26,67	2,78	0,003	15
Localização	Dentro do aglomerado	100,00	62,09	7,63	2,44	0,007	131
Modalidade de resposta: Moradia (171 casos, ou 81,04% da população estatística)							
Tipo de construção	Moradia recuperada	46,20	39,81	94,05	3,95	0,000	84
Localização	Dentro do aglomerado	68,42	62,09	89,31	3,69	0,000	131
Localização	Fora do aglomerado	31,58	26,54	96,43	3,57	0,000	56
Proveniência do proprietário	A. M. Lisboa	50,88	45,02	91,58	3,46	0,000	95
Frequência de uso	Todos os FDS	39,77	35,07	91,89	2,90	0,002	74
Município	Cadaval	10,53	8,53	100,00	2,08	0,019	18
Tipo de freguesia em 2011	Tipo 3	46,78	43,13	87,91	2,07	0,019	91

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

Quando se consideram as respostas ao tipo de construção (Quadro 135), surgem dois tipos de situação. Uma, advinda do facto de esta variável, não tendo em conta as não respostas, ter um conjunto de seis modalidades, algumas das quais sobreponíveis à questão sobre o tipo de casa.

Quadro 135 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual o tipo de construção de segundas residências predominante", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista

Designação das variáveis	Modalidades características	% das modalidades características incluídas na modalidade de resposta	% das modalidades características no conjunto da população estatística	% da modalidade de resposta nas modalidades características	Valor teste	Probabilidade	Nº de observações
Modalidade de resposta: Moradia antiga (25 casos, ou 11.85 da população estatística)							
Proveniência do proprietário	Emigrantes	60,00	25,12	28,30	3,78	0,000	53
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Média Baixa	52,00	25,12	24,53	2,89	0,002	53
Município	Alcobaça	40,00	17,06	27,78	2,73	0,003	36
Países de origem dos proprietários	França	16,00	3,79	50,00	2,42	0,008	8
Expansão do fenómeno	Médio a fraco	36,00	16,11	26,47	2,41	0,008	34
Modalidade de resposta: Moradia recente (73 casos, ou 34,6% da população estatística)							
Classificação em 2001	AMU	58,90	43,60	46,74	3,11	0,001	92
Município	Óbidos	16,44	9,00	63,16	2,43	0,008	19
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Média	28,77	19,43	51,22	2,27	0,011	41
Modalidade de resposta: Moradia recuperada (84 casos, ou 39,81% da população estatística)							
Proveniência do proprietário	A. M. Lisboa	63,10	45,02	55,79	4,17	0,000	95
Tipo de casa	Moradia	94,05	81,04	46,20	3,95	0,000	171
Município	Alenquer	15,48	8,53	72,22	2,66	0,004	18
Frequência de uso	Todos os FDS	46,43	35,07	52,70	2,65	0,004	74
Tipo de família utilizadora	Casal de idosos	25,00	16,11	61,76	2,64	0,004	34
Localização	Fora do aglomerado	35,71	26,54	53,57	2,28	0,011	56
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Elevada	10,71	5,69	75,00	2,24	0,012	12

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

Daí, resultam algumas delas que, para além do muito baixo número de observações, apresentam também um menor número de relações com modalidades características. Por exemplo, os apartamentos antigos (6 observações) ligam-se naturalmente ao mesmo tipo de casa, ainda que seja relevante a sua propriedade por parte de pessoas do Oeste. Por sua vez, os apartamentos recentes (3 observações) surgem em áreas predominantemente urbanas (APU) e no concelho de Peniche, tal como já tinha sido constatado na análise das relações com o tipo de

casa. Os *resorts* (1 observação) enquanto aproximação a uma tipologia construtiva funcionalmente específica, surgem ligados a utilizadores estrangeiros provenientes do Reino Unido e a frequências de utilização de alguns dias da semana, independentemente da proveniência dos proprietários. A outra situação corresponde a modalidades com um número elevado de respostas, englobando apenas as moradias, cuja representação no contexto do fenómeno das segundas residências é manifesto e já foi abordado em capítulo anterior. As modalidades características destes últimos casos são as seguintes:

- As segundas residências correspondentes a moradias antigas, são sobretudo percecionadas como sendo propriedade de emigrantes, principalmente em França, como estando em áreas onde a expansão do fenómeno é média a fraca e onde também a tendência de passagem da segunda a primeira residência é média a baixa; Alcobaça é o concelho mais ilustrativo desta modalidade.
- Aquelas que são moradias de construção recente, estavam, em 2001, em áreas medianamente urbanas (AMU) e tinham uma probabilidade média de passagem de segunda a primeira residência; Óbidos surge como o concelho com mais forte ligação a esta modalidade.
- As moradias recuperadas representam a grande maioria desta tipologia de casa e localizam-se preferencialmente fora dos aglomerados urbanos; são principalmente propriedade de residentes na AML, os quais são sobretudo casais de idosos sem acompanhantes que as usam quase todos os fins de semana; a probabilidade da sua passagem de segunda a primeira residência é considerada elevada e as mais fortes ligações desta modalidade surgem com o concelho de Alenquer.

15.3.3. A visão sobre a componente do uso

A componente do uso está ilustrada nas entrevistas realizadas apenas pela variável frequência de utilização, já que outras variáveis como o tipo de atividades desenvolvidas ou as práticas de relação com os lugares, incluindo o consumo, por exemplo, são de inquirição mais complexa e de manifestação de opiniões também mais diversificadas.

Algumas frequências de uso, como as estadias com menos de 3 meses ou de 3 a 6 e acima de 6 meses, alguns dias da semana ou apenas fins de semana na época de Verão, são modalidades de resposta que surgem muito pouco representadas em termos do número de observações (menos de nove), pelo que apenas se consideraram as modalidades mais

representadas e, por isso, também com maiores níveis de articulação com uma maior diversidade de modalidades características (Quadro 136). Deste modo, os resultados foram os seguintes:

- Para a modalidade de maior frequência de uso, apesar de as estadias serem tendencialmente mais curtas, ou seja, todos ou quase todos os fins de semana, predominam, na perceção dos entrevistados, os proprietários provenientes da AML, cujas segundas residências se localizam fora dos aglomerados em moradias recuperadas e com média ou baixa probabilidade de transformarem a sua segunda residência em residência permanente.
- Relativamente à frequência de utilização mais baixa, mas tendencialmente de estadia mais longa, como é a utilização só na época de Verão, a qual se associa normalmente ao período de férias, predominam os proprietários emigrados no estrangeiro, sobretudo em França, mas também na Suíça, os quais detêm casas dentro dos aglomerados e em áreas medianamente urbanas (AMU).
- Os fins de semana prolongados são a frequência de utilização mais típica de provenientes do Oeste ou de outra região, correspondentes a famílias constituídas por um casal não idoso com descendentes, em freguesias onde a expansão do fenómeno é entendida como média a fraca e também onde a probabilidade de a segunda residência ser transformada em permanente é média baixa; o concelho de Alcobaça surge mais destacado nesta modalidade.

As perceções dos entrevistados acabam por estar em linha com as conclusões registadas na literatura, sendo lógica uma forte relação entre a maior proximidade à primeira residência e as maiores frequências de utilização da segunda residência, em estadias mais curtas e independentes da sazonalidade, sendo o inverso observável no caso dos emigrantes ou dos proprietários estrangeiros, onde as estadias mais longas são mais frequentes (Müller, 2002:438-439).

Outra nota interessante é a associação, por parte dos entrevistados, dos proprietários provenientes da AML que investem na recuperação de moradias, muitas vezes encaradas como casas rústicas antigas mas devidamente ajustadas às características formais tradicionais das paisagens urbanas e campestres.

Quadro 136 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual a frequência predominante de ocupação de segundas residências", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista

Designação das variáveis	Modalidades características	% das modalidades características incluídas na modalidade de resposta	% das modalidades características no conjunto da população estatística	% da modalidade de resposta nas modalidades características	Valor teste	Probabilidade	Nº de observações
Modalidade de resposta: Todos ou quase todos os fins de semana (74 casos, ou 35,07% da população estatística)							
Proveniência do proprietário	A. M. Lisboa	91,89	45,02	71,58	10,43	0,000	95
Localização	Fora do aglomerado	41,89	26,54	55,36	3,50	0,000	56
Tipo de casa	Moradia	91,89	81,04	39,77	2,90	0,002	171
Tipo de construção	Moradia recuperada	52,70	39,81	46,43	2,65	0,004	84
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Média	28,38	19,43	51,22	2,20	0,014	41
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Baixa	24,32	16,11	52,94	2,15	0,016	34
Modalidade de resposta: Só no Verão (52 casos, ou 24,64% da população estatística)							
Proveniência do proprietário	Emigrantes	73,08	25,12	71,70	8,64	0,000	53
Países de origem dos proprietários	França	19,23	8,53	55,56	2,72	0,003	18
Localização	Dentro do aglomerado	76,92	62,09	30,53	2,42	0,008	131
Classificação em 2011	AMU	53,85	39,81	33,33	2,20	0,014	84
Países de origem dos proprietários	Suíça	5,77	1,42	100,00	2,19	0,014	3
Modalidade de resposta: Fins de semana prolongados (33 casos, ou 15,64% da população estatística)							
Município	Alcobaça	45,45	17,06	41,67	4,07	0,000	36
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Média Baixa	51,52	25,12	32,08	3,40	0,000	53
Proveniência do proprietário	Outra região	15,15	4,27	55,56	2,54	0,006	9
Proveniência do proprietário	Oeste	21,21	8,06	41,18	2,43	0,008	17
Tipo de família utilizadora	Casal não idoso com desc.	60,61	40,28	23,53	2,38	0,009	85
Expansão do fenómeno	Médio a fraco	30,30	16,11	29,41	2,06	0,020	34

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

15.3.4. A visão sobre a componente dos utilizadores

A componente dos utilizadores é operacionalizada a partir da perceção dos entrevistados sobre duas variáveis: o local da sua proveniência (Quadro 137) e o tipo de estrutura familiar (Quadro 138) que os caracteriza. Outras características como o seu estatuto socioeconómico, capacidade financeira, apetências ou motivações para a prática de determinadas atividades ou

as suas atitudes mais psicocêntricas, mesocêntricas ou alocêntricas[117], seriam, à semelhança do referido para a componente anterior, de complexa, difícil e mais discutível avaliação, ou seja, trata-se de questões mais adequadas a um inquérito individual a proprietários de segundas residências.

Do apuramento das relações com as modalidades de proveniência dos proprietários retiram-se algumas conclusões que, de facto, acabam por estar em linha com as referências na literatura e com alguns estudos empíricos sobre o mesmo tema, senão veja-se:

- Os proprietários mais próximos a seguir aos do Oeste, ou seja, os residentes na AML, praticam a mais elevada frequência de uso, isto é, todos ou quase todos os fins de semana; esta frequência é de 35% no total das proveniências mas, no caso da AML, ela sobre para 71,6%; relativamente às outras modalidades características, as diferenças entre as representações num e noutro caso não são tão marcadas mas não deixam de apresentar um elevado significado; deste modo, o recurso à recuperação de moradias, principalmente localizadas fora dos aglomerados e a utilização por parte de casais não idosos com filhos, são também traços caracterizadores relevantes.
- Os proprietários que são emigrantes, principalmente da França, EUA, Alemanha e Suíça, vêm apenas no Verão e usam moradias antigas, localizadas no interior dos aglomerados.
- Já os estrangeiros, onde as estadias com mais de 6 meses estão mais representadas que no conjunto, vêm principalmente do Reino Unido, Irlanda e Holanda e são constituídos em cerca de 1/3 por casais de idosos.
- Os proprietários provenientes do Oeste, ainda que referidos apenas 17 vezes, destacam-se por usufruírem da segunda residência em fins-de-semana prolongados e usarem, comparativamente ao total de respostas, mais apartamentos antigos; refira-se também que o município onde esta modalidade (proveniência) está mais representada, é o de

[117] A classificação dos visitantes ou turistas em psico, meso e alocêntricos, relaciona-se com a apetência destes em termos da exploração de novas experiências. Os psicocêntricos preferem lugares de ascendência ou descendência familiar, onde prevaleça o lazer e o entretenimento, a par com a possibilidade de realização de atividades em ambientes conhecidos e sem riscos. Privilegiam os alojamento com um carácter familiar. Os alocêntricos aspiram a novas experiências e destinos de viagens com alto nível de atividade e aderem a "packages" que permitam liberdade e flexibilidade. Os mesocêntricos têm características intermédias entre os alocêntricos e os psicocêntricos, pelo que se inclinam para destinos maduros que têm todos os serviços recetores já implementados e testados (Beni, 1998).

Alcobaça.

- Por último, considerando as 9 situações em que os proprietários são provenientes de outras regiões que não o Oeste, a AML ou o estrangeiro, verifica-se que apenas se destacam as frequências de utilização correspondentes aos fins-de-semana prolongados e que Peniche é o principal município ilustrativo destas proveniências.

A principal conclusão retirada do cruzamento entre a proveniência dos proprietários e as restantes modalidades das outras variáveis (Quadro 137), reside na relação entre a distância dessa proveniência e as frequências de utilização das segundas residências. Mas, relativamente à variável tipo de família utilizadora da segunda residência (Quadro 138), as evidências complicam-se e não se traduzem em descriminações claras.

A constituição familiar mais frequente é a dos casais de não idosos com filhos (40,3% do total) seguidos dos casais de idosos sós (16,1% do total) e dos casais de idosos com filhos e/ou netos (13,2% do total). Esta última modalidade não apresenta qualquer relação com as outras variáveis. Esta constatação poderá ser o resultado de esta estrutura familiar, apesar de não ser a mais frequente, se encontrar dispersa por todas as outras modalidades das outras variáveis, isto é, não apresenta particularidades de relação que a diferenciem face ao conjunto. As situações de pessoas sós ou de casais de não idosos sem outros familiares são menos frequentes.

Tal como já se referiu, as relações da variável tipo de família com as restantes variáveis, não são claras e aparentam mesmo, pesem embora algumas representações significativas, serem espúrias. No entanto, há duas situações que se destacam:

- Por um lado, os casais de idosos sem mais acompanhantes são mais típicos nos casos provenientes do estrangeiro e que utilizam moradias recuperadas.
- Por outro, os casais não idosos com descendentes, também os percebidos como mais frequentes, provêm da AML, com uma ligeira maior representação das utilizações em fins-de-semana prolongados em áreas de média a forte expansão do fenómeno em estudo. A fraca probabilidade de passagem da segunda a primeira residência, bem assim como a ligeiramente maior representação deste tipo de família no município de Alcobaça, são outros traços distintivos.

Quadro 137 - Relações das respostas relevantes à questão "qual a origem predominante dos proprietários de segundas residências na freguesia onde reside", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista

Designação das variáveis	Modalidades características	% das modalidades características incluídas na modalidade de resposta	% das modalidades características no conjunto da população estatística	% da modalidade de resposta nas modalidades características	Valor teste	Probabilidade	Nº de observações
Modalidade de resposta: AML (95 casos, ou 45,02% da população estatística)							
Frequência de uso	Todos os FDS	71,58	35,07	91,89	10,43	0,000	74
Município	Alenquer	17,89	8,53	94,44	4,38	0,000	18
Tipo de construção	Moradia recuperada	55,79	39,81	63,10	4,17	0,000	84
Localização	Fora do aglomerado	38,95	26,54	66,07	3,54	0,000	56
Tipo de casa	Moradia	91,58	81,04	50,88	3,46	0,000	171
Tipo de família utilizadora	Casal não idoso mais descend.	50,53	40,28	56,47	2,61	0,005	85
Modalidade de resposta: Emigrantes (53 casos, ou 25,12% da população estatística)							
Frequência de uso	Só no Verão	71,70	24,64	73,08	8,64	0,000	52
Países de origem dos proprietários	França	28,30	8,53	83,33	5,23	0,000	18
Países de origem dos proprietários	EUA	16,98	4,74	90,00	4,12	0,000	10
Países de origem dos proprietários	Alemanha	15,09	4,27	88,89	3,79	0,000	9
Tipo de construção	Moradia antiga	28,30	11,85	60,00	3,78	0,000	25
Países de origem dos proprietários	França	11,32	3,79	75,00	2,68	0,004	8
Localização	Dentro do aglomerado	77,36	62,09	31,30	2,54	0,006	131
Países de origem dos proprietários	Suíça	5,66	1,42	100,00	2,17	0,015	3
Modalidade de resposta: Estrangeiros (28 casos, ou 13,27% da população estatística)							
Países de origem dos proprietários	Reino Unido	46,43	7,11	86,67	6,61	0,000	15
Frequência de uso	Estadias > 6 meses	17,86	3,79	62,50	3,03	0,001	8
Países de origem dos proprietários	Irlanda	10,71	1,90	75,00	2,42	0,008	4
Países de origem dos proprietários	Holanda	10,71	1,90	75,00	2,42	0,008	4
Tipo de família utilizadora	Casal de idosos	32,14	16,11	26,47	2,08	0,019	34
Modalidade de resposta: Oeste (17 casos, ou 8,06% da população estatística)							
Município	Alcobaça	52,94	17,06	25,00	3,34	0,000	36
Frequência de uso	FDS prolongados	41,18	15,64	21,21	2,43	0,008	33
Tipo de construção	Apartamento antigo	17,65	2,84	50,00	2,43	0,008	6
Modalidade de resposta: Outra região (9 casos, ou 4,27% da população estatística)							
Frequência de uso	FDS prolongados	55,56	15,64	15,15	2,54	0,006	33
Município	Peniche	33,33	7,11	20,00	2,08	0,019	15

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

Quadro 138 - Relações das respostas relevantes à questão "qual o tipo de família predominante que habita as segundas residências na freguesia onde reside", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista Na sua freguesia de residência,

Designação das variáveis	Modalidades características	% das modalidades características incluídas na modalidade de resposta	% das modalidades características no conjunto da população	% da modalidade de resposta nas modalidades	Valor teste	Probabilidade	Nº de observações
Modalidade de resposta: Casal de idosos (34 casos, ou 16,11% da população estatística)							
Tipo de construção	Moradia recuperada	61,76	39,81	25,00	2,64	0,004	84
Proveniência do proprietário	Estrangeiros	26,47	13,27	32,14	2,08	0,019	28
Modalidade de resposta: Casal de idosos mais descendentes (29 casos, ou 13,174 da população estatística)							
-	-	-	-	-	-	-	-
Modalidade de resposta: Casal de não idosos (17 casos, ou 8,06% da população estatística)							
Tipo de freguesia em 2011	Tipo 3	76,47	43,13	14,29	2,65	0,004	91
Frequência de uso	Estadias > 6 meses	17,65	3,79	37,50	2,07	0,019	8
Modalidade de resposta: Casal de não idosos mais descendentes (85 casos, ou 40,28% da população estatística)							
Proveniência do proprietário	A. M. Lisboa	56,47	45,02	50,53	2,61	0,005	95
Frequência de uso	FDS prolongados	23,53	15,64	60,61	2,38	0,009	33
Expansão do fenómeno	Médio a forte	23,53	15,64	60,61	2,38	0,009	33
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Média Baixa	34,12	25,12	54,72	2,30	0,011	53
Município	Alcobaça	24,71	17,06	58,33	2,22	0,013	36
Modalidade de resposta: Pessoa só (17 casos, ou 8,06% da população estatística)							
Freq. de passagem de 2ª a 1ª residência	Média Alta	35,29	13,74	20,69	2,13	0,017	29
Município	Caldas da Rainha	35,29	13,74	20,69	2,13	0,017	29

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

15.3.5. As perceções dos agentes autárquicos sobre os impactes das segundas residências

Na última parte da entrevista pediu-se aos agentes autárquicos uma avaliação (positiva, negativa e neutra) sobre as relações entre as segundas residências na sua freguesia e os vários domínios do modelo IDENTERRA (Ambiente Natural, Economia, População/Sociedade e Cultura). De modo a facilitar esse exercício de avaliação, foram enumerados vários exemplos de elementos ou problemáticas que poderiam ser consideradas dentro de cada um desses domínios, tais como:

1) No Ambiente Natural podiam incluir-se, entre outras, problemáticas relacionadas com:

    a) Utilização de infraestruturas de saneamento;

b) Proteção de espécies animais;

c) Proteção da flora;

d) Consumo de água;

e) Consumo de eletricidade;

f) Tratamento de águas residuais;

g) Recolha e tratamento de resíduos.

2) Na Economia podiam incluir-se, entre outras, problemáticas relacionadas com:

a) Criação de emprego;

b) Gestão urbanística;

c) Utilização de equipamentos;

d) Utilização de serviços de saúde;

e) Infraestruturas rodoviárias;

f) Comércio local;

g) Produtos do artesanato local;

h) Recuperação de habitações;

i) Qualidade de vida;

j) Procura turística;

k) Consumo de produtos locais;

l) Atividade agrícola;

m) Despesas da Câmara;

n) Receitas da Câmara.

3) Na Sociedade podiam incluir-se, entre outras, problemáticas relacionadas com:

a) Relações de vizinhança;

b) Participação dos cidadãos na vida pública;

c) Civismo;

d) Vida social;

e) Oferta de serviços públicos;

f) Oferta de serviços de diversão e entretenimento;

g) Interação com os residentes permanentes;

h) Segurança;

i) Criminalidade;

j) Rejuvenescimento da população;

k) Envelhecimento da população.

4) Na Cultura podiam incluir-se, entre outras, problemáticas relacionadas com:

a) Identidade local;

b) Vida dos centros históricos;

c) Estilo arquitetónico;

d) Recuperação do património;

e) Introdução de inovações;

f) Ambiente urbano;

g) Estilo de jardins;

h) Oferta de serviços culturais;

i) Eventos culturais e recreativos;

j) Beleza da paisagem urbana;

k) Beleza da paisagem rural.

Logo à partida, considerou-se que essa avaliação de impactes deveria ser feita para cada área com características mais urbanas ou mais rurais, às quais foi acrescentado um outro tipo correspondente aos resorts e condomínios fechados. Esta última opção derivou do entendimento de que estas tipologias de ocupação turística ocorrem tanto em áreas rurais como urbanas, dependendo da região do País onde se localizam (mais urbanas no Algarve e mais rurais no Oeste ou no Alentejo, por exemplo), mas sempre tendo sido objeto de um processo particular de desenvolvimento turístico que atualmente, no âmbito dos processos de revisão dos PDM, aderem ao conceito de núcleo de desenvolvimento turístico (NDT).

Também se entendeu que o processo de avaliação por parte dos entrevistados deveria ser simples e inequívoco. Daí, tendo por referência os quatro domínios IDENTERRA, se ter pedido apenas uma apreciação dos impactes em termos do seu contributo positivo, negativo ou neutro sobre o desenvolvimento local, ou seja, no contexto das freguesias de residência dos entrevistados.

No Quadro 139 apresentam-se os resultados desse processo de auscultação. Para melhor exploração analítica desses resultados, são apresentados os pesos percentuais em linha (visão sobre cada um dos domínios, ou segmentação) e em coluna (visão sobre cada uma das avaliações, ou estrutura de avaliação).

De um modo geral, os entrevistados consideram os impactes positivos mais importantes que os negativos ou neutros. Essa positividade é sobretudo mais relevante em áreas rurais. Aliás, a avaliação por parte dos agentes é mais frequente no caso das áreas rurais do que nas restantes, onde as taxas de não resposta são sempre superiores a 50%. Contudo, dentro de cada domínio, surge o Ambiente Natural como podendo, comparativamente aos outros domínios, ser objeto de mais impactes negativos, enquanto na Economia dominam de forma mais nítida os impactes positivos. Qualquer uma destas observações, apesar da sua gradação ascendente, surge em cada uma das áreas de análise, isto é, nas áreas rurais, nas áreas urbanas e nos *resorts* ou condomínios fechados.

Esta maior adesão, por parte dos entrevistados, à identificação de impactes nas áreas mais rurais, mostra como a maior fragilidade destas áreas é mais propensa a opiniões, porventura mais de senso comum, sobre a magnitude e a intensidade de efeitos de qualquer tipo sobre a transformação das suas estruturas básicas de composição e funcionamento. Isto é, em termos de senso comum, o mundo rural em qualquer parte do território nacional, é de tal modo percebido como gravoso, que é mais fácil para os agentes identificarem impactes, sobretudo positivos, sobre o ambiente natural, a economia, a população/sociedade e a cultura.

Uma análise estrutural da repartição das opiniões sobre os impactes, mostra, naturalmente, algumas diferenças nas conclusões antes descritas. Por um lado, nas áreas rurais, o ambiente natural continua a ser o maior alvo dos impactes negativos, enquanto nas áreas mais urbanas e nos *resorts*, os efeitos positivos sobre a economia também continuam a ser os domínios objeto de impactes mais positivos.

Nas análises sequentes, tendo por referência outros instrumentos de inquirição, será dada especial atenção à magnitude, significado e intensidade destes impactes.

Quadro 139 – Perceções dos agentes autárquicos sobre os impactes mais significativos das segundas residências sobre cada um dos domínios IDENTERRA

a) Uma visão segmentada

Domínios IDENTERRA	Total	Positivo		Negativo		Neutro		NS/NR	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em Áreas Rurais									
Ambiente Natural	126	67	53,2	9	7,1	33	26,2	17	13,5
Economia	126	92	73,0	2	1,6	11	8,7	21	16,7
População/Sociedade	126	79	62,7	2	1,6	24	19,0	21	16,7
Cultura	126	76	60,3	2	1,6	20	15,9	28	22,2
Total Áreas Rurais	504	314	62,3	15	3,0	88	17,5	87	17,3
Em Áreas Urbanas									
Ambiente Natural	126	31	24,6	8	6,3	18	14,3	69	54,8
Economia	126	55	43,7	0	0,0	6	4,8	65	51,6
População/Sociedade	126	45	35,7	0	0,0	12	9,5	69	54,8
Cultura	126	50	39,7	0	0,0	10	7,9	66	52,4
Total Áreas Urbanas	504	181	35,9	8	1,6	46	9,1	269	53,4
Em Resorts ou Condomínios									
Ambiente Natural	126	8	6,3	2	1,6	11	8,7	105	83,3
Economia	126	17	13,5	1	0,8	2	1,6	106	84,1
População/Sociedade	126	11	8,7	1	0,8	8	6,3	106	84,1
Cultura	126	13	10,3	1	0,8	7	5,6	105	83,3
Total Resorts Ou Condomínios	504	49	9,7	5	1,0	28	5,6	422	83,7

b) Uma visão estrutural

Domínios IDENTERRA	Total	Positivo		Negativo		Neutro		NS/NR	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em Áreas Rurais									
Ambiente Natural	126	67	21,3	9	60,0	33	37,5	17	19,5
Economia	126	92	29,3	2	13,3	11	12,5	21	24,1
População/Sociedade	126	79	25,2	2	13,3	24	27,3	21	24,1
Cultura	126	76	24,2	2	13,3	20	22,7	28	32,2
Total Áreas Rurais	504	314	100,0	15	100,0	88	100,0	87	100,0
Em Áreas Urbanas									
Ambiente Natural	126	31	17,1	8	100,0	18	39,1	69	25,7
Economia	126	55	30,4	0	0,0	6	13,0	65	24,2
População/Sociedade	126	45	24,9	0	0,0	12	26,1	69	25,7
Cultura	126	50	27,6	0	0,0	10	21,7	66	24,5
Total Áreas Urbanas	504	181	100,0	8	100,0	46	100,0	269	100,0
Em Resorts ou Condomínios									
Ambiente Natural	126	8	16,3	2	40,0	11	39,3	105	24,9
Economia	126	17	34,7	1	20,0	2	7,1	106	25,1
População/Sociedade	126	11	22,4	1	20,0	8	28,6	106	25,1
Cultura	126	13	26,5	1	20,0	7	25,0	105	24,9
Total Resorts Ou Condomínios	504	49	100,0	5	100,0	28	100,0	422	100,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas

15.3.6. Síntese das perceções face às três componentes analíticas do fenómeno

O exercício de fazer uma síntese da complexidade resultante das entrevistas realizadas, para além daquela que já foi antes apresentada para cada uma das variáveis analisadas, apesar de corresponder, do ponto de vista negativo, a alguma perda de informação, representa, do ponto de vista positivo, alguns ganhos em termos da formulação das grandes linhas de tendência que caracterizam a sub-região do Oeste (Quadro 140).

Quadro 140 – Matriz de síntese das relações entre modalidades respondidas e modalidades características, agrupadas em variáveis

Variáveis	Modalidades	Localização	Tipo de casa	Tipo de construção	Frequência de uso	Proveniência do proprietário	Tipo de família utilizadora
	Modalidades de resposta / modalidade características						
Localização	Dentro do aglomerado		Moradia Apartamento		Só no Verão	Emigrantes	
	Fora do aglomerado		Moradia	Moradia recuperada	Todos os FDS	A. M. Lisboa	
Tipo de casa	Apartamento	Dentro do aglomerado		Apartamento recente Apartamento antigo			
	Moradia	Dentro do aglomerado Fora do aglomerado		Moradia recuperada	Todos os FDS	A. M. Lisboa	
Tipo de construção	Moradia antiga					Emigrantes	
	Moradia recente						
	Moradia recuperada	Fora do aglomerado	Moradia		Todos os FDS	A. M. Lisboa	Casal de idosos
Frequência de uso	Todos ou quase todos os fins de semana	Fora do aglomerado	Moradia	Moradia recuperada		A. M. Lisboa	
	Só no Verão	Dentro do aglomerado				Emigrantes	
	Fins de semana prolongados					Outra região Oeste	Casal não idoso com desc.
Proveniência do proprietário	AML	Fora do aglomerado	Moradia	Moradia recuperada	Todos os FDS		Casal não idoso mais descend.
	Emigrantes	Dentro do aglomerado		Moradia antiga	Só no Verão		
	Estrangeiros				Estadias > 6 meses		Casal de idosos
	Oeste			Apartamento antigo	FDS prolongados		
	Outra região				FDS prolongados		
Tipo de família utilizadora	Casal de idosos			Moradia recuperada		Estrangeiros	
	Casal de idosos mais descendentes						
	Casal de não idosos				Estadias > 6 meses		
	Casal de não idosos mais descendentes				FDS prolongados	A. M. Lisboa	
	Pessoa só						

Nota: a cinzento mais escuro estão as células da diagonal da matriz, ou seja, de cruzamento entre as modalidades de resposta e as mesmas características; a cinzento mais claro estão as células sem representação de modalidades características.

Fonte: elaboração própria com base nos resultados das entrevistas e na aplicação da rotina SPAD

No primeiro caso, a perda de informação será compensada pela análise empírica dos resultados de inquirição aos proprietários sobre a realidade do fenómeno no Oeste. No segundo

caso, será importante a condensação das perceções dos agentes autárquicos, enquanto instrumento de calibração da comparabilidade resultante desse mesmo processo de inquirição. O sintetiza as grandes conclusões das análises anteriores.

Pelo quadro anterior, pode concluir-se que os entrevistados associam as segundas residências a moradias recuperadas enquanto tipologias construtivas, localizadas no interior dos aglomerados urbanos ou rurais, com uma frequência de uso, principalmente, em todos os fins de semana e por proprietários provenientes da AML. O tipo de família reparte-se igualmente entre os casais de idosos e os casais de não idosos acompanhados pelos seus descendentes.

A síntese de relações acima apresentada, apesar de corresponder à perceção dominante por parte dos agentes autárquicos, irá desempenhar nas análises subsequentes, um papel importante do ponto de vista de uma calibração qualitativa das conclusões derivadas de um outro processo de inquirição que teve por alvo proprietários segundos residentes na sub-região do Oeste. A necessidade desta calibração justifica-se, para além de outras razões, pela impossibilidade de obtenção de uma amostra com elevado nível de significado estatístico, cujas motivos serão a seu tempo explicados.

16. A CASA, O USO E OS UTILIZADORES EM ALGUNS CONCELHOS E FREGUESIAS DO OESTE: A VISÃO DOS PROPRIETÁRIOS

16.1. Introdução

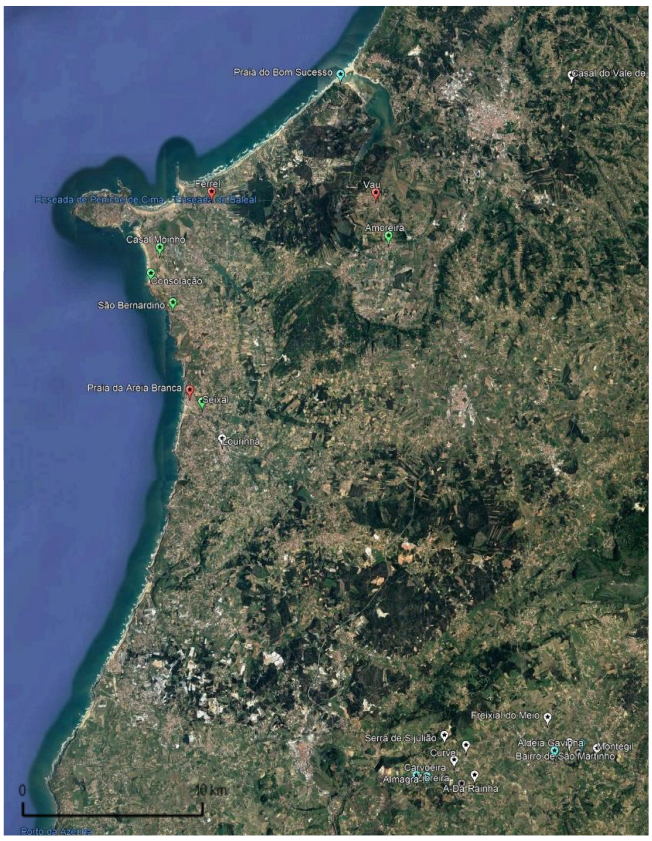
No âmbito do projeto SEGREX, em 2010, foi realizado um conjunto de inquéritos na sub-região do Oeste que posteriormente, em 2019, foram reformulados (Cf. Apêndice IV) e validados em número de 163, tendo-se procedido a uma classificação de todas as respostas, como etapa fundamental da sua transformação para escala nominal.

O Quadro 141 apresenta o número de inquéritos realizados e a Figura 126 ilustra a sua repartição geográfica, tendo-se apenas assinalado as localidades abrangidas. O processo de inquirição foi aleatório, mas tentando respeitar a cobertura das situações tipificadas no primeiro ponto deste capítulo V. Deste modo, foram abrangidas 24 localidades de 6 concelhos da sub-região, cobrindo 8 freguesias, umas mais litorais e outras mais interiores.

Quadro 141 – Repartição dos inquéritos por concelho e freguesia do Oeste

Concelho	Freguesia	Localidade	Nº de inquéritos	% do total
Alenquer	Aldeia Gavinha	Aldeia Gavinha	9	5,52
		B. S. Martinho	2	1,23
		Freixial do Meio	1	0,61
		Montegil	1	0,61
		Mossorovia	1	0,61
		Tojal	6	3,68
Caldas da Rainha	Salir de Matos	Casal do Vale do Santo	1	0,61
Lourinhã	Lourinhã	Lourinhã	1	0,61
		P. Areia Branca	20	12,27
		Seixal	10	6,13
Óbidos	Amoreira	Amoreira	10	6,13
	Vau	Vau	20	12,27
		P. Bom Sucesso	8	4,91
Peniche	Atouguia da Baleia	Casal Moinho	10	6,13
		Consolação	10	6,13
		São Bernardino	11	6,75
	Ferrel	Ferrel	20	12,27
Torres Vedras	Carvoeira	Curvel	1	0,61
		Serra S. Julião	1	0,61
		A-da-Rainha	1	0,61
		Almagra	6	3,68
		Carreiras	1	0,61
		Carvoeira	3	1,84
		Zibreira	9	5,52
Total			163	100

Fonte: elaboração própria



Fonte: elaboração própria sobre imagem do Google Earth

Figura 126 – Localização dos aglomerados onde foram aplicados os inquéritos (a branco – menos de 5 inquéritos; a azul – de 6 a 9 inquéritos; a verde – de 10 a 15 inquéritos; a vermelho – mais de 15 inquéritos)

O inquérito foi mantido com respostas abertas porque se entendeu ser melhor ter toda a riqueza de opiniões dos inquiridos que depois poderia ser objeto de trabalho suplementar na classificação. Isso foi particularmente trabalhoso em alguns casos, como o das atividades praticadas. No total, foram processadas 98 questões para as quais foram criadas 532 modalidades, ou seja, considerando o número de inquéritos válidos, foram analisadas 15974 respostas que tiveram de ser classificadas de acordo com uma potencial grelha total de 86716 modalidades. No total, usando a classificação do INE com base nos dados censitários de 2011, foram realizados 39 inquéritos em freguesias predominantemente rurais, 62 em freguesias medianamente urbanas e 62 em freguesias predominantemente urbanas.

Para cada subconjunto de cada dimensão (casa, utilizadores e uso) foram escolhidas as diversas modalidades das variáveis características que foram consideradas, por critérios qualitativos de enriquecimento analítico, mais interessantes para o exercício de análise dos resultados dos inquéritos. Deste modo, no texto que se segue isso está reduzido a apenas

algumas modalidades, não só por economia do trabalho, mas também para facilitar a compreensão das principais relações do fenómeno.

De qualquer modo, dada a técnica de análise utilizada, a qual cruza todas as modalidades de todas as variáveis entre si, destacando apenas aquelas que apresentam relações significativas, não ocorre nenhuma perda de informação derivada da opção referida, já que, mesmo no caso em que uma classe de uma qualquer variável não for objeto de análise detalhada, mas seja relevante em termos das relações com as modalidade características, ela surgirá no âmbito das relações com outras classes.

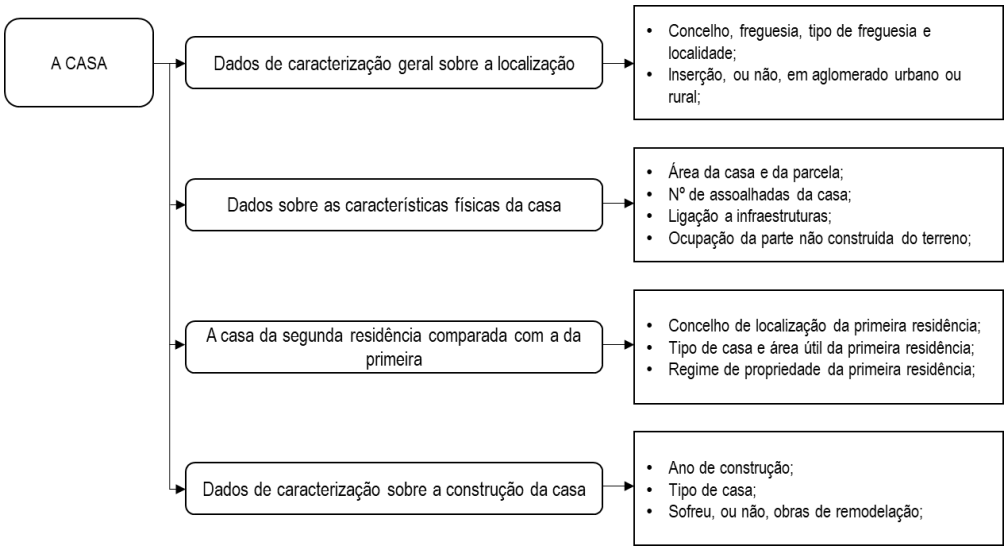
16.2. A Casa

O formulário do inquérito aos proprietários de segundas residências é constituído por um conjunto de questões relativas às características da casa ou construção, enquanto dimensão do fenómeno já explicada no ponto 5.3.2 do capítulo I. Essas questões foram organizadas em quatro subconjuntos cujos conteúdos operacionais estão ilustrados na Figura 127. Os pressupostos ou hipóteses de investigação associadas a cada um desses conjuntos foram os seguintes:

- Dados de caracterização geral sobre a localização – pretendia-se, principalmente, saber se a construção estaria, ou não integrada em aglomerado urbano ou rural. Este conhecimento, do ponto de vista dos efeitos sobre o desenvolvimento local, é fundamental para se avaliarem aspetos tão relevantes como a interferência com a paisagem e a concentração, ou dispersão, dos investimentos públicos em infraestruturas e equipamentos, ou mesmo a proximidade, ainda que relativa, a comércio e serviços privados. Relativamente ao ordenamento do território, a questão da dispersão ou da concentração do povoamento é também fundamental para a justificação da racionalidade, entre outros, desses investimentos, do mesmo modo que, em geral, da gestão de riscos e da proteção ambiental.
- Dados sobre as características físicas da casa – obtenção de algum conhecimento sobre a dimensão física da casa e da parcela onde ela se implanta, bem assim como a sua ligação, ou não, a infraestruturas de abastecimento e de drenagem de águas residuais; também o tipo de ocupação da parte não construída da parcela, poderia ser indicativa de algumas utilizações que se constituem como motivações para a propriedade de uma

segunda residência. Este subconjunto é fundamental para se perceberem as características associadas aos dois seguintes.

- A casa da segunda residência comparada com a da primeira – a localização, o tipo de casa, a área e o regime de propriedade da primeira residência, são características que podem estar relacionadas com as características físicas e construtivas da segunda residência. Por um lado, a localização da primeira poderá estar relacionada com a frequência de utilização da segunda e, por outro, poderiam ocorrer oposições lógicas entre as duas, no sentido de haver alguma compensação entre elas. Isto é, uma segunda residência de grandes dimensões poderia ser justificada por uma primeira mais exígua, do mesmo modo que o inverso também poderia ocorrer. O cruzamento entre estas comparações e outras variáveis como a aquisição, a frequência de uso e a duração da estadia poderia ser útil para os resultados desta investigação.
- Dados de caracterização sobre a construção da casa – neste subconjunto foram incluídas características como o período de construção, o tipo de casa e o recurso, ou não, a obras de remodelação. Aqui, o objetivo foi, principalmente, perceber até que ponto é que as segundas residências podem ajudar à preservação do património construído, mesmo tratando-se do vernacular sem valor objetivo de proteção.



Fonte: Elaboração própria

Figura 127 – Questões do inquérito relativas à dimensão casa

16.2.1. Caracterização geral sobre a localização

A localização está naturalmente relacionada com o processo de inquirição e o estabelecimento da amostra. Isto é, não tendo ocorrido, por impossibilidade prática, uma estratificação espacial da amostra, por exemplo através de uma malha cujas células poderiam ser escolhidas através do uso de técnicas estocásticas, os inquéritos foram aplicados nas áreas de maior probabilidade de encontro de casas de segunda residência, apesar de se terem percorrido vastas áreas dos concelhos de Alenquer (12,3% dos inquéritos), Caldas da Rainha (0,6%), Lourinhã (19,0%), Óbidos (23,3%), Peniche (31,3%) e Torres vedras (13,5%). De qualquer modo, o equilíbrio da cobertura territorial acabou por ser garantido por alguma regularidade na distribuição dos inquéritos por diferentes tipos de freguesias, tal como classificadas pelo INE como predominantemente rurais (23,9%), medianamente urbanas (38,0%) e predominantemente urbanas (38,0% do total de inquéritos).

No entanto, apesar de a dispersão do povoamento ser uma das características de muitas áreas do País, principalmente nas áreas mais a norte e de propriedade pequena e retalhada, é cada vez mais evidente a concentração do povoamento em aglomerados de tipo urbano ou rural, sobretudo pelo carácter disciplinador de instrumentos de planeamento e ordenamento do território com força regulatória, com destaque para os PDM e os antigos POOC, agora Programas de Ordenamento da Orla Costeira. Deste modo, do total de 163 casos inquiridos, 144 (88,3%) estavam dentro de aglomerados, 18 (11,0%) fora do perímetro de qualquer aglomerado, ou seja, mais ou menos isolados no campo e, por fim, apenas 1 caso (0,6%) correspondente a um aldeamento turístico, o qual pode ser considerado como fazendo parte de um aglomerado apesar de com características específicas relacionadas com a promoção do imobiliário turístico.

De um modo geral, as freguesias abrangidas, ou seja, aquelas onde mais facilmente se encontraram casos de segundas residências têm, de acordo com o INE, características mais urbanas que rurais, prevalecendo as localizações das casas no interior de aglomerados tal como definidos, ainda que de forma aproximada, nas plantas de ordenamento dos PDM em vigor dos vários concelhos[118].

[118] Dizemos de forma aproximada, porque alguns dos PDM em vigor ainda estão em formato analógico, facto que dificultou a georreferenciação dos inquéritos. De qualquer modo, esses casos podem corresponder a localizações marginais ou de fronteira, as quais serão decerto corrigidas pelos processos de revisão, programados ou em curso.

Tendo em conta apenas as relações entre as modalidades de resposta à questão sobre se a segunda residência se localiza dentro ou fora de um aglomerado urbano ou rural[119], conclui-se o seguinte:

Dentro dos aglomerados estão as segundas residências onde as relações familiares são a principal motivação de uso, nunca se fazendo estadias no outono ou no inverno, mas sendo relevante uma frequência de uso nas férias de verão. Está também representada a localização da primeira residência no estrangeiro. Nunca se utiliza o comércio em grandes superfícies, mas a proximidade com os comerciantes locais é próxima e o comércio tradicional banal é utilizado frequentemente. Trata-se de casas com 3 ou menos assoalhadas e os gastos com o seu uso e manutenção são maioritariamente inexistentes.

Os quadros seguintes apresentam os resultados obtidos com a ponderação das frequências relativas das modalidades de resposta a cada uma das classes das variáveis do inquérito. Por razões de clareza na leitura desses quadros, voltamos a exemplificar o significado de cada uma dessas ponderações.

A coluna correspondente à percentagem da modalidade na classe, tendo por referência a primeira variável do quadro seguinte, significa que do total de segundas residências localizadas no interior de aglomerados, 31,25% das pessoas gostam de passar tempo no lugar da segunda residência por razões de relações familiares. Por sua vez, a percentagem da modalidade no total dos inquéritos, significa que, nesse total, 27,61% das pessoas gostam de passar tempo no lugar da segunda residência por razões de relações familiares.

Por último, a percentagem da classe na modalidade, deve ser lida como, mais uma vez exemplificando com a primeira linha do quadro, 100% das pessoas que responderam que gostam de passar tempo no lugar da segunda residência por razões de relações familiares, correspondem a segundas residências dentro dos aglomerados.

[119] A modalidade de resposta relacionada com os aldeamentos turísticos não interessa para esta análise dado se ter identificado apenas um caso.

Quadro 142 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: localização da segunda residência; Classe: dentro do aglomerado (144 casos, 88,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Razões por que gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	31,25	27,61	100,00	2,99	0,001
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	28,47	25,15	100,00	2,77	0,003
Nº de assoalhadas	3 ou menos	36,11	32,52	98,11	2,66	0,004
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	Não gasta nada	86,81	83,44	91,91	2,62	0,004
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Só férias de verão	26,39	23,31	100,00	2,61	0,005
Utilização de comércio em grandes superfícies	Nunca	53,47	49,69	95,06	2,46	0,007
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	23,61	20,86	100,00	2,38	0,009
É o melhor lugar para: ler	Não refere	66,67	63,19	93,20	2,24	0,012
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	38,19	34,97	96,49	2,24	0,012
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Frequentemente	37,50	34,36	96,43	2,19	0,014

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Relativamente às segundas residências que se localizam fora dos aglomerados, com particular destaque para a Praia da Areia Branca no concelho da Lourinhã, elas ocorrem principalmente em freguesias predominantemente urbanas e são propriedade de residentes na AML que se encontram a pagar a crédito a sua primeira residência.

Trata-se de casas parcialmente ligadas às infraestruturas básicas e cuja posse e utilização remonta ao período de 2002 a 2011. Os agregados familiares são de maior dimensão. A frequência de utilização mais representada é durante todos os fins-de-semana, destacando-se também os períodos de outono e inverno.

As relações com pessoas como produtores agrícolas e comerciantes e políticos locais é inexistente, o mesmo se aplicando a instituições como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. As atividades mais praticadas são sobretudo passivas e, para além da leitura, destaca-se o convívio com amigos, o passeio, o ver televisão e o utilizar o computador e estar ligado à internet.

Quadro 143 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: localização da segunda residência; Classe: fora do aglomerado (18 casos, 11,04% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade
Localidade	P. Areia Branca	55,56	12,27	50,00	4,64	0,000
Concelho	Lourinhã	55,56	19,02	32,26	3,49	0,000
Freguesia	Lourinhã	55,56	19,02	32,26	3,49	0,000
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	77,78	38,04	22,58	3,39	0,000
Nº de pessoas do agregado que usam a segunda residência	5 ou mais pessoas	61,11	23,93	28,21	3,37	0,000
Atividades praticadas na área de localização da SR	TV, PC e internet, passear, amigos	88,89	52,15	18,82	3,21	0,001
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	83,33	49,08	18,75	2,91	0,002
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Nunca	72,22	38,04	20,97	2,87	0,002
Regime de propriedade da primeira residência	A pagar crédito	44,44	15,95	30,77	2,85	0,002
Ano de posse da segunda residência	2002 a 2011	55,56	23,93	25,64	2,85	0,002
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	83,33	52,76	17,44	2,58	0,005
É o melhor lugar para: ler	Refere	50,00	22,09	25,00	2,55	0,005
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação inexistente	77,78	47,24	18,18	2,53	0,006
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Todos fins de semana	72,22	42,94	18,57	2,41	0,008
Tem ligação a infraestruturas	Saneamento parcial	22,22	5,52	44,44	2,35	0,009
Ano de início de uso da segunda residência	2002 a 2011	50,00	23,93	23,08	2,33	0,010
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação inexistente	44,44	20,86	23,53	2,17	0,015
Frequência de relação - Câmara Municipal	Nunca	72,22	46,01	17,33	2,12	0,017
Utilização de serviços pessoais	Nunca	88,89	65,03	15,09	2,09	0,018
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Todos fins de semana	72,22	46,63	17,11	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

16.2.2. Características físicas da casa

As características físicas da casa, as quais acabam por pormenorizar alguns dos dados relativos à construção da casa, foram avaliadas a partir de questões relativas à área da casa e do

terreno, ao número de assoalhadas, à sua ligação a infraestruturas públicas e à tipologia de ocupação da parte do terreno não ocupada por construção.

De um modo geral, predominam as casas com áreas entre os 101 e os 200 m^2, ou seja, 67 casos correspondentes a 41,1% do total considerando também as não respostas, as quais se verificam em 33 casos, ou seja, em 20,3% do total de 163 inquéritos. Apesar de as casas entre 70 e 100 m^2 também estarem bem representadas (23,9%), as classes de área mais baixa (menos de 70 m^2) e mais alta (mais de 200 m^2) são mais raras e apenas ocorrem, respetivamente, em 6,8% e 8,0% dos casos. O número de assoalhadas entre 4 e 6 é dominante (60,7% dos casos), logo seguido da classe com 3 ou menos (32,5%).

As áreas dos terrenos onde estas casas se implantam, mostram uma situação mais extremada, com as parcelas de 100 a 300 m^2 a corresponderem a 27% do total e as com mais de 500 m^2 a 22,7%. As parcelas de dimensão média, mas desafogadas, tais como as de 301 a 500 m^2, e as mais exíguas, ou seja, com menos de 100 m^2, estão menos representadas, com valores de 6,8% e 8,0% respetivamente. De um modo geral, existe uma relação positiva entre a dimensão do terreno e a dimensão da casa.

A classificação das respostas relativas à forma de ocupação da parte do terreno não construída, levou à consideração quatro categorias, a que se somou uma quinta correspondente às não respostas. Essas categorias foram as seguintes: i) Jardim e espaços naturalizados; ii) Jardim e/ou relvado e horta; iii) Jardim e/ou relvado e horta, com outras ocupações agrárias; iv) Jardim ou relvado com outras ocupações agrárias, mas sem horta. De entre estas categorias, a mais simples, correspondente a jardim com outros espaços naturalizados é a dominante, com 35% do total, seguindo-se as ocupações com horta (17,8%). Estes factos estão em linha com a disponibilidade para a manutenção de algumas ocupações agrárias, as quais para além de muito dependentes de uma visitação frequente, também exigem algum conhecimento técnico.

Por fim, destaca-se que 76,1% das casas está ligada a sistemas de saneamento e abastecimento de energia, 18,4% está ligada a serviços de saneamento e abastecimento de energia e telecomunicações e, por último, apenas 5,5% das casas são parcialmente servidas por serviços de saneamento, mas com acesso a energia e, em alguns casos, a telecomunicações. Neste último caso, o que falta é a ligação a sistemas públicos de drenagem de águas residuais, prevalecendo as soluções associadas a fossas sépticas.

Tendo apenas em conta as relações entre as várias classes da variável área da casa com as várias modalidades das outras variáveis, os resultados obtidos foram os que a seguir se apresentam.

As casas com áreas mais pequenas (Quadro 144) estão relacionadas com uma implantação também em terrenos de menores dimensões, têm naturalmente menos assoalhadas e mostram que da parte dos seus proprietários existem relações mais fracas com alguns equipamentos e comércio e serviços locais, apesar de se destacar uma relação próxima com os residentes que são comerciantes.

Quadro 144 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: < 70 m^2 (11 casos, 6,75% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Área do terreno	< 100 m2	72,73	6,75	72,73	5,85	0,000
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Raramente	54,55	11,66	31,58	3,38	0,000
Centro cultural - Frequência de utilização	Raramente	36,36	7,36	33,33	2,63	0,004
Nº de assoalhadas	3 ou menos	72,73	32,52	15,09	2,53	0,006
Utilização de serviços pessoais	Raramente	45,45	14,11	21,74	2,35	0,009
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	72,73	34,97	14,04	2,34	0,010
Acompanha a rádio local/regional?	Ocasionalmente	45,45	14,72	20,83	2,27	0,012
Utilização de comércio tradicional menos banal	Raramente	45,45	14,72	20,83	2,27	0,012

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

As casas com áreas entre 70 e 100 m^2 (Quadro 145), as quais podem ser consideradas como de dimensão média, sobretudo tendo em conta, também, uma dimensão média geral das famílias que não chega às 3 pessoas, estão mais ligadas a freguesias predominantemente urbanas e os apartamentos em prédios com 3 ou menos pisos estão mais representados que no

conjunto dos inquéritos. Para além disso, existem outras modalidades com maior representação na classe, tais como o facto de se tratar de proprietários divorciados, sem qualquer relação com autarcas locais, que entendem não ter encargos com a casa e que nasceram noutra freguesia do País.

Quadro 145 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: 70 a 100 m^2 (39 casos, 23,93% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freguesia	92,31	71,78	30,77	3,29	0,000
Tipo de casa	Prédio =< 3 pisos	28,21	12,27	55,00	3,00	0,001
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	58,97	38,04	37,10	2,87	0,002
Estado civil	Divorciado (a)	12,82	4,29	71,43	2,36	0,009
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	66,67	49,08	32,50	2,35	0,009
Freguesia	Atouguia da Baleia	33,33	19,02	41,94	2,30	0,011
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	Não gasta nada	94,87	83,44	27,21	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Na classe de área de 101 a 200 m^2 (Quadro 146), correspondente às casas que têm uma dimensão acima da média, há, naturalmente, mais assoalhadas, estão implantadas em terrenos de média ou maior dimensão, com uma ocupação ajardinada e com a prática de alguma agricultura e são sobretudo moradias isoladas. Em geral, os proprietários destas casas têm um maior envolvimento com agentes e instituições locais comparativamente aos casos vistos anteriormente, sendo mesmo relevante o interesse em participar no desenvolvimento local. As relações de vizinhança são de amizade e os gastos anuais em todas as estadias são superiores a 5 mil euros.

Quadro 146 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: 101 a 200 m^2 (67 casos, 41,10% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Nº de assoalhadas	4 a 6	79,10	60,74	53,54	3,92	0,000
Área do terreno	> 500 m2	35,82	22,70	64,86	3,13	0,001
Ocupação da parte do terreno	Jardim, agricultura	14,93	7,36	83,33	2,79	0,003
Área do terreno	100 a 300 m2	38,81	26,99	59,09	2,65	0,004
É o melhor lugar para: ler	Refere	32,84	22,09	61,11	2,56	0,005
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação de amizade	13,43	6,75	81,82	2,53	0,006
Idade	35 - 44 anos	14,93	7,98	76,92	2,44	0,007
Atividades praticadas na área de localização da SR	TV, PC e internet, passeio e amigos	64,18	52,15	50,59	2,42	0,008
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	> 30 €/mês	34,33	23,93	58,97	2,40	0,008
É o melhor lugar para: pesca	Não refere	86,57	76,69	46,40	2,35	0,009
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Fraco zelo, conflitos	7,46	3,07	100,00	2,30	0,011
Biblioteca - Frequência de utilização	Raramente	7,46	3,07	100,00	2,30	0,011
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Melhorar comunidade	25,37	16,56	62,96	2,30	0,011
Utilização de bares noturnos	Ocasionalmente	22,39	14,11	65,22	2,29	0,011
Utilização de restauração	Ocasionalmente	52,24	41,10	52,24	2,25	0,012
Tipo de casa	Moradia isolada	52,24	41,72	51,47	2,11	0,017
Acompanha a rádio local/regional?	Raramente	26,87	18,40	60,00	2,11	0,017
Frequência de relação - Câmara Municipal	Ocasionalmente	25,37	17,18	60,71	2,09	0,018
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Melhorar comunidade	16,42	9,82	68,75	2,09	0,018
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	> 5.000 €/ano	17,91	11,04	66,67	2,07	0,019
Tipo de agregado familiar	Casal não idoso	17,91	11,04	66,67	2,07	0,019
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação de amizade	50,75	40,49	51,52	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Relativamente à última classe de área, a superior a 200 m^2 (Quadro 147), as modalidades características são em menor número, e restringem-se a casas localizadas em freguesias medianamente urbanas e implantadas em terrenos ocupados com jardim e alguma agricultura,

mas sem horta. Os proprietários inquiridos foram principalmente homens, os quais nunca acompanham a imprensa escrita local ou regional.

Quadro 147 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: > 200 m^2 (13 casos, 7,98% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Classificação da freguesia	Urbana Medianamente	76,92	38,04	16,13	2,68	0,004
Acompanha a imprensa escrita local/regional	Nunca	84,62	46,01	14,67	2,67	0,004
Ocupação da parte do terreno	Jardim, agricult., s/ horta	23,08	3,68	50,00	2,46	0,007
Género	Homem	92,31	58,90	12,50	2,40	0,008

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, tendo em conta apenas a principal variável definidora das características físicas da casa, conclui-se que as casas mais pequenas estão também implantadas em terrenos mais pequenos, tendo os seus proprietários uma relação de maior proximidade com os residentes que são comerciantes. No caso das casas com dimensão média, elas ocorrem sobretudo em prédios em áreas predominantemente urbanas. As casas acima da dimensão média, mas ainda com 200 m^2 ou menos, são sobretudo moradias isoladas, implantadas em terrenos com dimensões médias e mais desafogadas e com ocupações diversificadas. Os seus proprietários são também aqueles que mostram maiores níveis de relação e proximidade com o lugar e os seus habitantes. Por último, os casos das casas de maiores dimensões, mostram um menor número de traços diferenciadores, sendo mais relevante a localização em freguesias medianamente urbanas e a sua implantação em terrenos com ocupações ou usos variados.

16.2.3. Alguns outros aspetos da construção da casa

Apesar de ser questionável a separação com os aspetos analisados no ponto anterior, entendeu-se que a descrição e análise dos resultados do inquérito ficaria mais clara se se separassem os aspetos formais da casa, tal como abordados no ponto anterior, de outros que, sendo também eventualmente formais, se relacionassem mais com aspetos construtivos relativos à tipologia, ao período de construção e à existência, ou não, de obras de remodelação.

De um modo geral, o tipo de casa é a variável que apresenta uma maior diferenciação interna. Por um lado, dominam, de forma muito equilibrada, as moradias, sejam isoladas (41,7%), sejam em banda (41,1%). Por outro, são pouco frequentes as segundas residências localizadas em prédios, principalmente os de mais de 3 pisos (3,1%). A distribuição das casas pelos vários períodos de construção mostra alguma regularidade, apesar de se verificar uma maior frequência nos períodos de 1961 a 1981 (22,1%) e no posterior a 2002 (20,3%). O período anterior ou igual a 1960, bem como os de 1982 a 1991 e de 1992 a 2001, têm uma representação, respetivamente, de 16%, 16,6% e 18,4%. Apesar de a quantidade de informação disponível não permitir grandes extrapolações, nota-se, apesar de tudo, uma relação ténue entre essas datas e a emergência e crescimento do fenómeno turístico (pós 1961) e a forte expansão do fenómeno nos anos 90 e 2000.

Por último, deve referir-se que a grande maioria dos inquiridos respondeu à questão sobre se a casa sofreu obras de remodelação (apenas 1,2% não respondeu), sendo que 45,4% as sofreu e 53,4% não. Curiosamente, as casas que tiveram algum tipo de remodelação não são, de forma mais representativa, as de construção mais antiga. De facto, a remodelação está associada a casas construídas após 2002, de proprietários mais jovens e com crianças e que fazem mais gastos em manutenção e estadias. As casas não remodeladas são de construção mais antiga (anteriores a 1960 e até 1981), propriedade de casais idosos, os quais herdaram a casa, pelo que têm laços familiares com o local e, por isso, também têm relações próximas com os agentes locais e vizinhos.

Este primeiro conjunto de observações, levanta, desde já, a questão dos efeitos e impactes do fenómeno sobre o desenvolvimento local, parecendo que, tendo apenas em conta os investimentos na remodelação da casa, os proprietários por herança terão uma menor capacidade de geração de rendimentos no local, ao passo que os tendencialmente alóctones e mais jovens induzirão maiores dinamismos sobre as atividades locais ou regionais de construção. No entanto, esta é apenas uma pequena dimensão de toda a problemática dos efeitos e impactes, mantendo-se válida a hipótese inicial de que quanto maiores os laços com o lugar, sejam de apenas topofilia, sejam de terrafilia, maior a capacidade de geração de efeitos e impactes positivos sobre o desenvolvimento local. De qualquer modo, não pode obnubilar-se que, em última análise, é a capacidade financeira dos proprietários que, pelo menos na ótica dos efeitos e impactes sobre a economia, terá maiores capacidades transformativas.

Considerando apenas a variável tipo de casa, as relações entre as moradias isoladas e as restantes modalidades das outras variáveis reafirmam os terrenos de maior dimensão e também ocupados por jardim e agricultura, despesas em água e eletricidade acima da média e conjugando duas situações relativamente à ligação a infraestruturas básicas (Quadro 148). Por um lado, as moradias parcialmente ligadas e, por outro, aquelas que têm todos os serviços, incluindo os de telecomunicações. Outros traços interessantes referem-se ao facto de haver uma sobrerrepresentação da não utilização por crianças e serem casas que são utilizadas como segunda residência entre 1961 e 1981. Outra nota curiosa diz respeito às localidades, freguesias e municípios onde esta tipologia de casa está mais representada, como por exemplo Vau, no concelho de Óbidos, e Aldeia Gavinha, no de Alenquer, duas situações relativamente diferentes em termos dos atrativos locativos, uma mais litoral e a outra mais interior.

Quadro 148 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: moradia isolada (68 casos, 41,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade
Área do terreno	> 500 m2	44,12	22,70	81,08	5,39	0,000
Localidade	Vau	26,47	12,27	90,00	4,54	0,000
Concelho	Alenquer	25,00	12,27	85,00	4,00	0,000
Freguesia	Aldeia Gavinha	25,00	12,27	85,00	4,00	0,000
Despesa mensal em abastecimento de água	> 20 €/mês	27,94	14,72	79,17	3,82	0,000
Frequência de relação - Câmara Municipal	Ocasionalmente	30,88	17,18	75,00	3,72	0,000
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	> 30 €/mês	38,24	23,93	66,67	3,43	0,000
Ocupação da parte do terreno	Jardim, agricultura	16,18	7,36	91,67	3,42	0,000
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Refere	25,00	14,72	70,83	2,90	0,002
Freguesia	Vau	27,94	17,18	67,86	2,86	0,002
Tem ligação a infraestruturas	Saneamento parcial	11,76	5,52	88,89	2,64	0,004
Instrução	Médio, licenciatura	42,65	30,67	58,00	2,62	0,004
Tem ligação a infraestruturas	San., energia, tel.	27,94	18,40	63,33	2,44	0,007
Nº de assoalhadas	4 a 6	72,06	60,74	49,49	2,36	0,009
% de crianças do agregado que usam a segunda residência	0%	88,24	79,14	46,51	2,27	0,012
Ano de início de uso da segunda residência	1961 a 1981	25,00	16,56	62,96	2,23	0,013
Frequência de relação - Banco	Frequentemente	25,00	16,56	62,96	2,23	0,013
Área da casa	101 a 200 m2	51,47	41,10	52,24	2,11	0,017

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

As moradias em banda (Quadro 149) são uma tipologia que junta duas realidades bem diferentes, desde os alinhamentos de casas próprios de muitos aglomerados rurais e que marcam também o seu sistema vial, até aos empreendimentos urbanísticos mais recentes. Em qualquer um dos casos, o objetivo é sempre o de maximizar a ocupação da parcela, ou seja, rendibilizar o espaço útil disponível. A localidade de Ferrel, do concelho de Peniche, surge mais representada nesta classe. Ora, o lugar de Ferrel, cujo centro está a menos de 2 quilómetros da praia do Baleal, junta duas funções urbanas relativamente antagónicas. Por um lado, é um importante aglomerado habitacional de pessoas que trabalham em Peniche e, por outro, é também um importante local de concentração de segundas residências, tanto de residentes na AML como na própria sub-região do Oeste. Os terrenos com área entre 100 e 300 m2 estão mais representados, o mesmo acontecendo com a deslocação frequente à praia por parte de casais não idosos com filhos e a maior frequência de utilização do comércio tradicional e da participação em eventos.

Quadro 149 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: moradia em banda (67 casos, 41,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade
Localidade	Ferrel	26,87	12,27	90,00	4,60	0,000
Freguesia	Ferrel	26,87	12,27	90,00	4,60	0,000
Utilização de bares noturnos	Ocasionalmente	25,37	14,11	73,91	3,21	0,001
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Raramente	26,87	15,34	72,00	3,18	0,001
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	35,82	22,70	64,86	3,13	0,001
Area do terreno	100 a 300 m2	40,30	26,99	61,36	3,00	0,001
Profissão	Não qualificado	10,45	4,29	100,00	2,94	0,002
E o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Não refere	83,58	70,55	48,70	2,93	0,002
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	32,84	20,86	64,71	2,93	0,002
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Raramente	20,90	11,66	73,68	2,81	0,002
Frequência de relação - Banco	Raramente	32,84	21,47	62,86	2,74	0,003
Frequência de relação - Participação em eventos	Frequentemente	25,37	15,95	65,38	2,51	0,006
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação distante	41,79	30,67	56,00	2,39	0,008
E o melhor lugar para: ler	Não refere	74,63	63,19	48,54	2,39	0,009
Localidade	P. Bom Sucesso	10,45	4,91	87,50	2,38	0,009
Concelho	Peniche	41,79	31,29	54,90	2,24	0,013
Tipo de agregado familiar	C. não idoso, filhos	40,30	30,06	55,10	2,20	0,014
E o melhor lugar para: desporto	Não refere	88,06	79,14	45,74	2,19	0,014
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Frequentemente	44,78	34,36	53,57	2,17	0,015
Profissão	Indústria, construção	13,43	7,36	75,00	2,17	0,015
Despesa mensal em abastecimento de água	11-20 €/mês	38,81	28,83	55,32	2,16	0,015
Acompanha a rádio local/regional?	Raramente	26,87	18,40	60,00	2,11	0,017
Tem ligação a infraestruturas	Saneam., energia	85,07	76,07	45,97	2,09	0,018
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	34,33	25,15	56,10	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os prédios com 3 ou menos pisos (Quadro 150) surgem também mais representados nos lugares de Atouguia da Baleia, de Consolação e de São Bernardino, todos no concelho de Peniche. Enquanto Atouguia da Baleia é um aglomerado um pouco mais distante da praia que Ferrel (cerca de 3 km) e que também cumpre as duas funções identificadas nesta, Consolação e São Bernardino estão mesmo junto à praia e a sua malha urbana é mais densa, de construção relativamente mais recente e muito orientada, não só para a segunda residência, mas também para a habitação de pessoas que trabalham em Peniche. Deste modo, como seria de esperar, as áreas predominantemente urbanas estão mais relacionadas com esta esta tipologia, do mesmo modo que também são relevantes as casas de áreas médias baixas, a utilização muito frequente da praia e a fraca ou inexistente relação com atores e agentes locais. Como nota interessante salienta-se que em 35% dos prédios com 3 ou menos pisos, os proprietários declararam não ter qualquer sentimento de pertença ao lugar. Este facto é muito importante para se poderem entender algumas características dos lugares cuja expansão, mais que a sua génese, se baseia na existência de atrativos mono-identitários, ou seja, que não aglutinam todos os domínios associados ao IDENTERRA.

Quadro 150 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: prédio com 3 ou menos pisos (20 casos, 12,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalida de no total dos inquéritos	% da classe na modalida de	Valor teste	Probabi-lidade
Freguesia	Atouguia da Baleia	65,00	19,02	41,94	4,71	0,000
Nº de assoalhadas	3 ou menos	80,00	32,52	30,19	4,45	0,000
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	85,00	38,04	27,42	4,37	0,000
Localidade	Consolação	35,00	6,13	70,00	4,19	0,000
Concelho	Peniche	70,00	31,29	27,45	3,59	0,000
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Nunca	75,00	38,04	24,19	3,35	0,000
Área da casa	70 a 100 m2	55,00	23,93	28,21	3,00	0,001
Frequência de relação - Banco	Nunca	75,00	41,72	22,06	2,98	0,001
Acompanha a rádio local/regional?	Nunca	75,00	42,33	21,74	2,92	0,002
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	80,00	49,08	20,00	2,77	0,003
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Não sente pertença	35,00	11,66	36,84	2,76	0,003
Localidade	São Bernardino	25,00	6,75	45,45	2,59	0,005
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	=< 15 €/mês	55,00	28,22	23,91	2,47	0,007
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Sempre	40,00	19,02	25,81	2,12	0,017
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Nunca	70,00	46,01	18,67	2,06	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, os prédios com 4 ou mais pisos (Quadro 151), naturalmente próprios, mais que os anteriores, das áreas predominantemente urbanas, surgem sobretudo associados à freguesia da Lourinhã. As amenidades ambientais são deveras relevantes para os proprietários, os quais são sobretudo casais não idosos com filhos, têm uma relação próxima com os comerciantes locais e estão dispostos a aplicar recursos financeiros para melhorar o ambiente local. Apesar de não surgir no rol das modalidades características desta classe, não pode deixar de referir-se que, na Lourinhã, a Praia da Areia Branca é uma localidade com uma antiga tradição de segundas residências para famílias residentes na AML ou concelhos próximos desta. Esta antiguidade de uso, o qual se processa ao longo de sucessivas gerações, induz uma maior consciencialização das valias locais.

Quadro 151 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: prédio com 4 ou mais pisos (5 casos, 3,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Frequência longa	100,00	14,72	20,83	3,90	0,000
Tipo de agregado familiar	C. não idoso, filhos	100,00	30,06	10,20	2,86	0,002
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	100,00	34,97	8,77	2,60	0,005
Concelho	Lourinhã	80,00	19,02	12,90	2,59	0,005
Freguesia	Lourinhã	80,00	19,02	12,90	2,59	0,005
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Amenidades ambiente	80,00	20,25	12,12	2,50	0,006
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Nunca	100,00	38,04	8,06	2,45	0,007
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	100,00	38,04	8,06	2,45	0,007
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Melhorar ambiente	60,00	12,27	15,00	2,21	0,014
Frequência de relação - Câmara Municipal	Nunca	100,00	46,01	6,67	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, o domínio das moradias enquanto tipologia habitacional, reparte-se entre as isoladas, maiores, menos usadas por crianças, com alguns problemas de ligação a infraestruturas básicas, mas aparentemente de proprietários com maior capacidade

financeira[120]. As moradias em banda estão mais ligadas a aglomerações na transição entre o urbano e o rural, que já hoje têm uma função residencial adjacente a centros urbanos importantes. Os apartamentos em pequenos prédios surgem em localidades que também cumprem esse tipo de função, sobretudo no concelho de Peniche e sendo propriedade de pessoas que reclamam não ter qualquer apego ao lugar. Os apartamentos em prédios de maior dimensão concentram-se na Lourinhã, um aglomerado urbano que tem registado um crescimento assinalável e onde os proprietários apreciam mais as amenidades ambientais e estão dispostos a ter intervenções na sua melhoria.

16.2.4. A casa da segunda residência comparada com a da primeira

Uma das particularidades associada à opção por uma segunda residência, tal como referido na literatura e que já abordámos no capítulo I, é a de que elas podem ser um mecanismo de compensação das condições associadas à primeira residência. Essa hipótese tem uma lógica que pondera dois tipos de realidades. Por um lado, quando o apego aos lugares de origem é suficientemente forte para gerar uma atitude de preparação do futuro nesse local, normalmente numa situação de reforma, as exigências em termos das condições de vida no local da primeira residência relaxam no sentido de favorecer a poupança, ou seja, os menores custos de vida e manutenção nesse local. Foi essa a lógica que presidiu às atitudes e práticas da maioria dos emigrantes das décadas de 60 e 70 do século XX, contrapondo à vida na bidonville a moradia construída no local de origem, a qual, pelo menos até ao retorno definitivo, teria de ser considerada uma segunda residência. Por outro lado, independentemente das atitudes voluntariosas de crescimento e consolidação das poupanças, por vezes a vida citadina é menos favorecedora de condições de habitação que satisfaçam alguns desejos pessoais, como por exemplo uma maior disponibilidade de espaço, seja para habitar, seja para a fruição em ar livre. Neste caso, será de esperar que se verifique alguma dicotomia entre as condições da primeira residência, comparativamente às da segunda.

As localizações das primeiras residências dos entrevistados repartem-se pela AML (52,8%), o estrangeiro (20,9%), o Oeste (18,4%) e outras regiões do País (5,5%). Retirando as

[120] É interessante salientar que uma das modalidades características desta classe é a relação frequente com o banco. De facto, enquanto no total dos inquéritos 16,6% dos inquiridos tem esse tipo de relação, na classe das moradias isoladas essa percentagem é de 25%, valor que corresponde a 63% dos que responderam que sim, que tinham uma relação frequente com o banco.

primeiras residências localizadas no estrangeiro, as quais são na grande maioria de emigrantes[121], prevalecem as localizadas na AML, sendo por isso evidente a importância da distância no processo de escolha do local da segunda residência. De qualquer modo, o que interessa neste ponto é perceber se existe alguma relação entre as condições de habitabilidade de umas e de outras, tendo em vista a verificação da hipótese acima colocada.

De um modo geral, pelo menos no que respeita aos inquéritos feitos, a hipótese colocada aparenta não ser defensável. Por um lado, também na primeira residência prevalecem as moradias isoladas (31,9% do total) e, com menos representação, as moradias em banda (19%). Os prédios, sejam como 5 ou menos pisos (19,0%) ou com 6 ou mais (25,8%), representam um total inferior ao conjunto das moradias. Este facto, apesar de não confirmar a anterior hipótese, mostra, no entanto, como as condições financeiras são importantes no processo de aquisição da segunda residência, isto é, como a questão do "pode ter?", tal como formulada no capítulo I, é muito relevante nesse processo. Aliás, a comprovar esta observação, está a situação relativa ao regime de propriedade da primeira residência, sendo óbvio o predomínio (63,2%) dos casos em que a primeira residência ou já está paga ou foi herdada e, por isso, eventualmente, liberta meios suficientes para o investimento numa segunda. Assim, as primeiras residências arrendadas (18,4%) ou ainda hipotecadas (16%), são a situação minoritária.

Também quando se considera a área útil da primeira residência, verifica-se que são maioritárias as áreas mais desafogadas, ou seja, entre os 101 e os 200 m^2 (36,2%), seguidas das áreas médias entre 70 e 100 m^2 (25,2%), representando as áreas acima de 200 m^2 11,7% e as mais pequenas (abaixo de 70 m^2) cerca de 8%, um valor que, apesar de tudo, é ligeiramente superior à das segundas residências, contribuindo de forma muito ténue, mas insuficiente, para a verificação da hipótese colocada.

Considerou-se que a variável tipo de casa da primeira residência seria a mais ajustada para efeitos de análise comparativa. Os quadros seguintes mostram as principais relações das classes dessa variável com as modalidades de resposta das outras restantes.

Nos casos em que a primeira residência é uma moradia isolada (Quadro 152), verifica-se, para além de a sua área ser naturalmente superior à média, o seguinte:

[121] Dois inquiridos de apenas nacionalidade estrangeira, tendo também sido inquiridos mais 7 proprietários com dupla nacionalidade.

- o Oeste e o estrangeiro são as principais áreas de origem dos proprietários inquiridos;
- Ferrel e Consolação, no concelho de Peniche, são as localidades mais representadas em termos da localização da segunda residência;
- a maior frequência de utilização dá-se nos períodos de férias da primavera e verão;
- os níveis de instrução mais representados dos proprietários são os abaixo do secundário, mas profissionalmente são relevantes as funções de direção
- no geral, domina algum alheamento e afastamento relacional com a comunidade local.

Quadro 152 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: moradia isolada (52 casos, 31,9% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Área útil da primeira residência	> 200 m2	28,85	11,66	78,95	4,27	0,000
Instrução	< Secundário	71,15	49,69	45,68	3,62	0,000
Concelho de localização da primeira residência	Oeste	34,62	18,40	60,00	3,34	0,000
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	42,31	25,15	53,66	3,19	0,001
Tipo de serviços locais utilizados	Nada	82,69	65,03	40,57	3,15	0,001
Concelho de naturalidade	Oeste	67,31	49,08	43,75	3,04	0,001
Localidade	Ferrel	25,00	12,27	65,00	3,03	0,001
Freguesia	Ferrel	25,00	12,27	65,00	3,03	0,001
Localidade	Consolação	15,38	6,13	80,00	2,91	0,002
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Só férias de verão	38,46	23,31	52,63	2,87	0,002
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	34,62	20,86	52,94	2,69	0,004
Concelho	Peniche	46,15	31,29	47,06	2,59	0,005
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Não refere	84,62	70,55	38,26	2,59	0,005
Ano / período de construção da casa	1961 a 1981	34,62	22,09	50,00	2,39	0,008
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	44,23	30,67	46,00	2,36	0,009
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Raramente	21,15	11,66	57,89	2,26	0,012
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação distante	28,85	17,79	51,72	2,26	0,012
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	34,62	22,70	48,65	2,25	0,012
Profissão	Dirigente	17,31	9,20	60,00	2,10	0,018
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação distante	25,00	15,34	52,00	2,06	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Quando se consideram as primeiras residências que são moradias em banda (Quadro 153), apenas surgem como modalidades características o facto de o proprietário nunca acompanhar a imprensa escrita local ou regional e a segunda residência ter sido adquirida entre 1961 e 1981. Por estes resultados, pode concluir-se que esta tipologia construtiva, apesar de algo frequente no contexto das primeiras residências, não apresenta relações fortes e diversificadas com as modalidades características associadas às outras variáveis do inquérito.

Quadro 153 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: moradia em banda (31 casos, 19,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Nunca	67,74	46,01	28,00	2,50	0,006
Ano de posse da segunda residência	1961 a 1981	29,03	14,72	37,50	2,11	0,018

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os proprietários que têm a sua primeira residência em prédios com 5 ou menos pisos (Quadro 154), são principalmente da AML, com profissões técnicas, e a sua segunda residência tem entre 70 e 100 m2 gastando anualmente no seu uso e manutenção abaixo de 500 euros. Torres Vedras é o município mais representado nesta classe.

Quadro 154 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: prédio com 5 ou menos pisos (31 casos, 19,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	77,42	52,76	27,91	2,91	0,002
Área útil da primeira residência	70 - 100 m2	45,16	25,15	34,15	2,53	0,006
Freguesia	Carvoeira	29,03	13,50	40,91	2,37	0,009
Concelho	Torres vedras	29,03	13,50	40,91	2,37	0,009
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	<= 500 €	19,35	7,36	50,00	2,26	0,012
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação inexistente	19,35	7,36	50,00	2,26	0,012
Localidade	Zibreira	16,13	5,52	55,56	2,22	0,013
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Ocasionalmente	32,26	17,18	35,71	2,11	0,017
Profissão	Técnico	19,35	7,98	46,15	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, os proprietários que vivem a maior parte do tempo em prédios com 6 ou mais pisos (Quadro 155), apresentam características diversificadas, tais como:

- Residem e são naturais da AML;
- As profissões qualificadas são mais relevantes, correspondendo a 48% de todos os inquiridos que são especialistas;
- A observação anterior está naturalmente relacionada com a forte representação dos níveis de instrução superiores;
- Usam a segunda residência também no período de outono e inverno, em todos ou quase todos os fins-de-semana
- Efetuam uma despesa anual no local entre 2500 e 5000 euros;

Quadro 155 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: prédio com 6 ou mais pisos (42 casos, 25,8% do total)

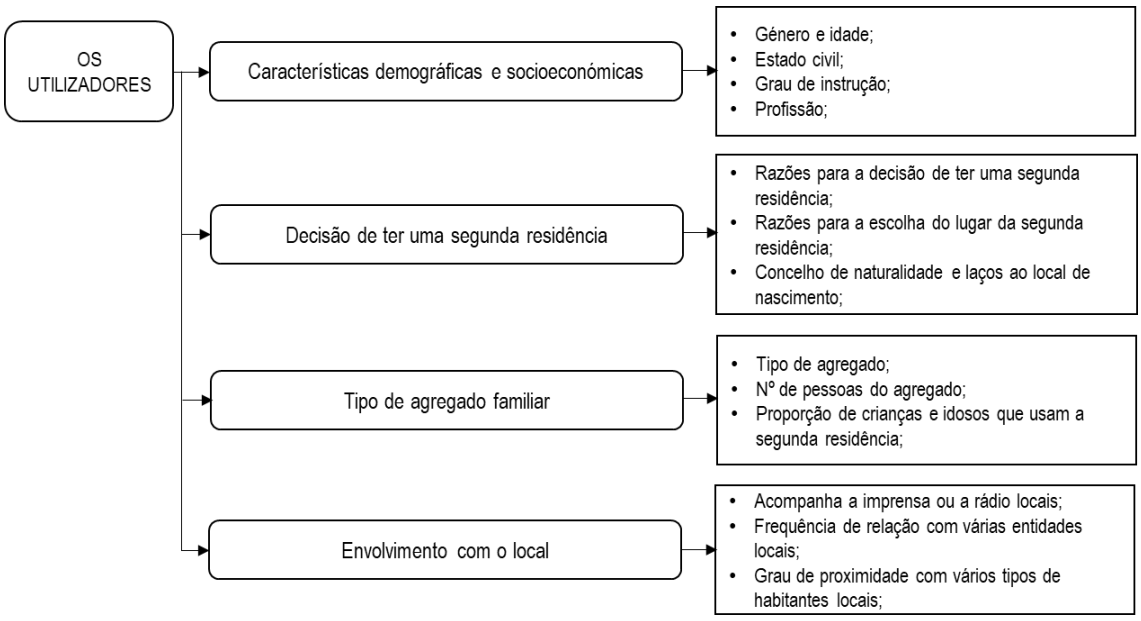
Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Tipo de serviços locais utilizados	Muitos e limpeza	26,19	8,59	78,57	4,09	0,000
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	78,57	52,76	38,37	3,79	0,000
Instrução	Médio, licenciatura	54,76	30,67	46,00	3,64	0,000
Frequência de relação - IPSS (lares de idosos e outros)	Nunca	100,00	87,73	29,37	2,94	0,002
Concelho de naturalidade	AM Lisboa	42,86	25,15	43,90	2,79	0,003
Profissão	Especialista	33,33	17,79	48,28	2,72	0,003
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	88,10	71,78	31,62	2,65	0,004
Biblioteca - Frequência de utilização	Nunca	100,00	89,57	28,77	2,60	0,005
Género	Homem	76,19	58,90	33,33	2,51	0,006
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Todos fins de semana	64,29	46,63	35,53	2,49	0,006
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação inexistente	66,67	49,69	34,57	2,39	0,009
Frequência de relação - Participação em eventos	Nunca	38,10	23,31	42,11	2,36	0,009
Frequência de relação - CTT	Ocasionalmente	35,71	21,47	42,86	2,33	0,010
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	2.500-5.000 €/ano	30,95	17,79	44,83	2,28	0,011
É o melhor lugar para: descanso	Refere	28,57	15,95	46,15	2,27	0,012
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Cooperação	11,90	4,29	71,43	2,23	0,013
Utilização de comércio tradicional menos banal	Nunca	69,05	53,37	33,33	2,20	0,014
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Poluição, uso espaço	30,95	18,40	43,33	2,14	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, a principal conclusão refere-se a esta última situação, em que a residência permanente sendo em áreas mais densamente urbanizadas, induz, em quem "quer ter" e "pode ter", o desejo de afastamento do bulício da cidade concretizado no uso frequente, mesmo nas épocas menos quentes, de uma segunda residência que induz a captação local de alguns rendimentos originados no exterior.

16.3. Os utilizadores

Apesar de os dados recolhidos pelo inquérito serem maioritariamente referidos aos proprietários, existem também algumas questões relativas ao agregado familiar que permitem definir, em traços gerais, as características dos utilizadores (Figura 128), ainda que através da realidade detetada para esses mesmos proprietários. De qualquer modo, no âmbito do ponto onde se tratam as questões do uso, haverá elementos de ligação que podem fazer a ponte entre as duas componentes, o uso e os utilizadores.



Fonte: elaboração própria

Figura 128 – Questões do inquérito relativas à dimensão utilizadores

A organização do inquérito, à semelhança do que já se fez para a componente da casa, permite que no âmbito dos utilizadores se possam fazer as seguintes agregações temáticas:

- Características demográficas e socioeconómicas dos proprietários e do agregado familiar – conjunto dos dados pessoais que permitem avaliar, sobretudo, o potencial de envolvimento em ações de terrafilia e a capacidade aquisitiva, sendo também importante para a compreensão das relações entre a origem, a comunidade local, o tipo de utilização e as tendências futuras;
- Razões para a decisão de ter uma segunda residência – síntese das principais motivações e sua relação com eventuais laços ao lugar; dada a importância das questões relativas à topofilia e terrafilia, as questões que permitem esta análise foram autonomizadas em ponto próprio que se seguirá ao tratamento das questões da componente da utilização.
- Grau de envolvimento com a comunidade local – avaliação sintética das relações com entidades, agentes e atores locais, cujo interesse para o estudo dos efeitos e impactes é manifesto; acresce que esta análise será enriquecedora no âmbito do ponto onde se tratam as questões da topofilia e da terrafilia.
- O objetivo desta análise é, assim, não só conhecer as características dos utilizadores, mas também as sua motivações e relações com o lugar, ainda que as de caráter afetivo sejam tratadas em ponto próprio.

16.3.1. Características demográficas e socioeconómicas dos inquiridos

Do total de 163 proprietários inquiridos, 96 (58,9%) são homens e 67 (41,1%) são mulheres. A distribuição por grupos etários põe em evidência uma importância equilibrada dos grupos dos 45 aos 74 anos, ou seja, 20,9% tinham entre 45 e 54 anos, 23,9% tinham entre 55 e 64 anos e 23,3% tinham entre 65 e 74 anos. Os grupos abaixo dos 45 anos tinham uma representação agregada em torno dos 13%, enquanto os inquiridos com mais de 74 anos representavam 15,3% do total. Esta repartição por idades está de acordo com a relação entre a propriedade de uma segunda residência e os ciclos de vida das pessoas, sendo óbvia a relação com a consolidação da família ou a situação de reforma. De facto, em termos do estado civil, 74,9% eram casados, 4,3% divorciados, 11% viúvos e 9,2% solteiros.

Os níveis de instrução dominantes situavam-se abaixo do secundário (49,7%), mas a representação dos níveis mais avançados, ou seja, o ensino médio ou superior era de 30,7%, restando o secundário com apenas 17,2%. Estes dados mostram alguma polarização que não apresenta nenhuma relação especial. De facto, o nível de instrução surge naturalmente

associado à profissão, mas não contém modalidades características na relação com outras variáveis.

Em geral, os reformados (30,1%) e as profissões mais qualificadas, considerando especialistas (17,8%), dirigentes (9,2%) e técnicos (8,0%), constituem a maioria dos casos, facto que está algo em linha com o estatuto social e económico necessário à satisfação do desejo de ter uma segunda residência.

As composições dos agregados familiares foram classificadas e deram origem às seguintes combinações: i) pessoa só, idosa ou não (18 casos, ou 11,0%); ii) casais de idosos com filhos e/ou netos (34 casos, ou 20,9%); iii) casais não idosos com filhos e/ou outros familiares (49 casos, ou 30,1%); iv) mãe ou pai com filho(s) (14 casos, ou 8,6%); v) só casais idosos (os dois com 65 ou mais anos) (19 casos, ou 11,7%); vi) só casais não idosos (os dois com menos de 65 anos) (18 casos, ou 11,0%); vii) outras situações, correspondentes a outras combinações com diferentes graus de parentesco (11 casos, ou 6,8%). Os resultados apontam para um predomínio dos casais com, ou sem, outros familiares diretos (73,6% do total).

Da exploração das frequências das variáveis antes apresentadas, julga-se que a variável nível de instrução será a mais relevante para detetar as relações com as modalidades características da restantes. De facto, o nível de instrução, para além de estar diretamente relacionado com a profissão e, daí com o estatuto económico e financeiro do entrevistado, também será, decerto, a variável que mais condicionará atitudes e práticas de maior envolvimento no desenvolvimento local, apesar de isso também estar dependente do grau de apego ao lugar ou, noutras palavras, do sentimento de pertença ao lugar ou, ainda, do nível de topofilia por referência ao sítio de localização da segunda residência.

A classe abaixo do secundário (Quadro 156) é a mais representada no conjunto dos inquéritos e, independentemente da idade ou das atividades profissionais dos inquiridos, mostra como o défice de instrução é, apesar de tudo, uma das principais condicionantes dos níveis e ajustamentos de competências dos ativos, mas veja-se de seguida como se estabelecem as relações entre as várias classes da variável nível de instrução e as respetivas modalidades características.

Os inquiridos com um nível de instrução abaixo do secundário são mais representados por naturais da sub-região e residem no estrangeiro numa moradia isolada. Nasceram na freguesia onde se localiza a segunda residência e são trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices. As relações familiares são a principal motivação e razão de apego ao

lugar, pelo que as relações com os vizinhos são de proximidade, mas, decerto por viverem no estrangeiro, a segunda residência é principalmente usada nas férias de verão.

Quadro 156 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: nível de instrução do proprietário inquirido; Classe: abaixo do secundário (81 casos, 49,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Concelho de naturalidade	Oeste	71,60	49,08	72,50	5,65	0,000
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	35,80	20,86	85,29	4,63	0,000
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	39,51	23,93	82,05	4,57	0,000
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	39,51	25,15	78,05	4,09	0,000
Freguesia	Ferrel	22,22	12,27	90,00	3,78	0,000
Localidade	Ferrel	22,22	12,27	90,00	3,78	0,000
Profissão	Indústria, construç.	14,81	7,36	100,00	3,62	0,000
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Só férias de verão	35,80	23,31	76,32	3,62	0,000
Tipo de casa da primeira residência	Moradia isolada	45,68	31,90	71,15	3,62	0,000
Concelho	Peniche	44,44	31,29	70,59	3,46	0,000
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	43,21	30,67	70,00	3,31	0,000
Tipo de serviços locais utilizados	Nada	77,78	65,03	59,43	3,25	0,001
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Relações familiares	37,04	25,77	71,43	3,12	0,001
Frequência de relação - Participação em eventos	Frequentemente	24,69	15,95	76,92	2,86	0,002
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	27,16	18,40	73,33	2,70	0,004
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Raramente	23,46	15,34	76,00	2,68	0,004
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação próxima	41,98	31,90	65,38	2,59	0,005
Profissão	Não qualificado	8,64	4,29	100,00	2,48	0,007
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Convívio e casa	34,57	25,77	66,67	2,39	0,009
É o melhor lugar para: ler	Não refere	72,84	63,19	57,28	2,38	0,009
Atividades praticadas na área de localização da SR	Amigos, pass., desp.	14,81	9,20	80,00	2,23	0,013
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Outros	18,52	12,27	75,00	2,20	0,014
Tem ligação a infraestruturas	Saneam., energia	83,95	76,07	54,84	2,17	0,015
Razões por que gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	35,80	27,61	64,44	2,16	0,015
É o melhor lugar para: desporto	Não refere	86,42	79,14	54,26	2,09	0,018
É o melhor lugar para: praia	Refere	39,51	31,29	62,75	2,09	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os inquiridos com o nível secundário (Quadro 157) têm profissões técnicas e administrativas mais representadas, sendo inclusive curioso ver que 62,8% das profissões administrativas e 46,2% das técnicas se referem a pessoas com o ensino secundário. Estas pessoas, apesar de terem baseado a sua decisão de ter uma segunda residência na sub-região por causa das amenidades ambientais, adquiriram-nas em áreas predominantemente urbanas, sobretudo na primeira década do século XXI. As relações com vizinhos e outros atores e agentes locais são inexistentes, sendo usado frequentemente o comércio em grandes superfícies, ainda que a restauração seja utilizada, pelo menos, ocasionalmente.

Quadro 157 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: nível de instrução do proprietário inquirido; Classe: secundário (28 casos, 17,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Utilização de restauração	Ocasionalmente	75,00	41,10	31,34	3,79	0,000
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	75,00	49,08	26,25	2,84	0,002
Ano de posse da segunda residência	2002 a 2011	46,43	23,93	33,33	2,70	0,003
Ano de início de uso da segunda residência	2002 a 2011	46,43	23,93	33,33	2,70	0,003
Profissão	Administrativo	17,86	4,91	62,50	2,64	0,004
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	60,71	38,04	27,42	2,47	0,007
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação inexistente	21,43	7,36	50,00	2,47	0,007
Despesa mensal em abastecimento de água	=< 10 €/mês	50,00	29,45	29,17	2,33	0,010
Profissão	Técnico	21,43	7,98	46,15	2,29	0,011
Freguesia	Atouguia da Baleia	35,71	19,02	32,26	2,11	0,017
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Amenidades ambiente	39,29	22,09	30,56	2,08	0,019
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação inexistente	71,43	52,15	23,53	2,06	0,020
Utilização de comércio em grandes superfícies	Frequentemente	32,14	16,56	33,33	2,05	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Há 50 casos, ou seja, cerca de 31% do total de inquiridos, que detêm um nível médio ou superior de instrução (Quadro 158). Esta representação, comparada com a média nacional, não

sendo muito mais favorável em termos da instrução[122] e, correlativamente, da qualificação dos portugueses, não deixa de corresponder a uma ligeira maior representação que deve ser lida em conjugação com as profissões e padrões de consumo destas pessoas inquiridas.

Quadro 158 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: nível de instrução do proprietário inquirido; Classe: curso médio ou superior (50 casos, 30,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Profissão	Especialista	52,00	17,79	89,66	7,22	0,000
Tipo de casa da primeira residência	Prédio =>6 pisos	46,00	25,77	54,76	3,64	0,000
Área do terreno	> 500 m2	40,00	22,70	54,05	3,22	0,001
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	72,00	52,76	41,86	3,14	0,001
Utilização de restauração	Frequentemente	24,00	11,04	66,67	3,11	0,001
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Nunca	78,00	61,35	39,00	2,79	0,003
Concelho de naturalidade	AM Lisboa	40,00	25,15	48,78	2,66	0,004
Tipo de casa	Moradia isolada	58,00	41,72	42,65	2,62	0,004
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	86,00	71,78	36,75	2,58	0,005
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Todos fins de semana	62,00	46,63	40,79	2,45	0,007
Localidade	Seixal	14,00	6,13	70,00	2,33	0,010
Frequência de relação - Participação em eventos	Nunca	36,00	23,31	47,37	2,31	0,011
Tem ligação a infraestruturas	San., energia, tel.	30,00	18,40	50,00	2,27	0,012
É o melhor lugar para: ler	Refere	34,00	22,09	47,22	2,20	0,014
Freguesia	Lourinhã	30,00	19,02	48,39	2,12	0,017
Concelho	Lourinhã	30,00	19,02	48,39	2,12	0,017

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Com uma ligeiramente maior representação desta classe na freguesia de Lourinhã, com destaque para o lugar de Seixal, destacam-se ainda as seguintes características:

- Profissões de especialistas das atividades intelectuais e científicas;
- Residentes na AML em prédios com 6 ou mais pisos;

[122] Em 2020, segundo o INE, 28,6% da população do continente, entre 25 e 64 anos, detinha o ensino superior.

- Detêm uma segunda residência do tipo moradia isolada, em parcelas com mais de 500 m^2, devidamente ligada a redes de saneamento e de abastecimento incluindo telecomunicações;
- Naturais da AML e, por isso, também sem laços ao local da segunda residência por via do nascimento;
- Utilizam a segunda residência em todos, ou quase todos os fins de semana nas épocas de outono e inverno;
- Utilizam frequentemente a restauração local.

Todas estas características, em conjunto com as do grupo anterior, apontam para utilizadores que não tendo fortes ligações com a comunidade local, e também não tendo a mesma capacidade financeira, distinguem-se, no entanto, dos utilizadores da primeira classe, sendo aqui evidente uma distinção entre a ligação aos lugares e a fruição das potencialidades destes, ainda que em diferentes condições materiais de usufruto.

Em síntese, a detenção de uma segunda residência, pelo menos no universo dos inquiridos, aparenta duas leituras diferentes quando se considera o nível de instrução: i) por um lado, a maior representação de pessoas, muitas vezes com residência no estrangeiro, com instrução abaixo do secundário, mas com ligação ao lugar, seja através das relações com atores e agentes locais, seja pela correlativa ligação derivada do nascimento e das relações familiares; ii) por outro, a representação de pessoas com níveis de instrução mais elevados e, por isso, com profissões mais qualificadas, mas cujas relações com o lugar são mais fracas comparativamente com os anteriores.

16.3.2. Porque quis ter uma segunda residência

Apesar de o inquérito incorporar uma questão especificamente dirigida à resposta sobre quais as razões que determinaram a decisão de ter uma segunda residência, juntaram-se neste subconjunto três outras questões, uma relativas às razões da escolha do lugar da sua localização e outras duas relacionadas com o local de naturalidade e a sua relação com essa mesma localização. Se as duas primeiras questões indagam de forma direta as razões para a decisão e a localização da segunda residência, as outras duas tiveram por objetivo detetar, de forma indireta, justificações relacionadas com sentimentos de pertença ao lugar derivados do local de nascimento.

De entre as razões para a decisão de ter uma segunda residência, é mais frequente as derivadas da herança (23,9%), seguida das amenidades ambientais (22,1%) e da necessidade de férias e recreio e lazer (18,4%) e, ainda do facto de gostar do local ou de já existirem ligações à terra (14,1%). As outras razões[123] (9,8%) e o investimento ou a sua oportunidade (9,2%) surgem a distância mais destacada. Só 2,5% dos inquiridos não respondeu a esta questão. A maior frequência da herança enquanto razão para a decisão de ter uma segunda residência mostra de forma evidente, por um lado, como é relevante a existência de relações familiares ou a facilidade objetiva para continuar ou iniciar o uso da casa com essa função e, por outro, como na base da expansão do fenómeno estão razões associadas ao despovoamento e, por isso, à libertação de imobiliário que pode ser reutilizado com esse uso.

No entanto, quando se perguntou aos proprietários o porquê da escolha do lugar onde está a segunda residência, ficou muito claro que a herança, em si mesma, não obrigou à tomada de decisão. De facto, esta razão apenas representa 7,4% do total, sendo sobretudo relevantes as razões ligadas à existência de amenidades ambientais (50,9%), com destaque para a praia e a paisagem, e o simples facto de gostarem do local (25,2%).

Ainda em relação com a herança, surgem respostas ao concelho de naturalidade maioritariamente incluídos na sub-região (49,1%), seguidos da AML, com 25,2%, outras regiões do País, com 20,9% e o estrangeiro, com apenas 2,5%. De qualquer modo, apesar da naturalidade em termos concelhios ser mais frequente no Oeste, quando se considera a freguesia, ou seja, a comparação entre a freguesia de nascimento e a freguesia de localização da segunda residência, apenas em 23,9% dos casos são as mesmas, sendo mais frequentes os casos de nascimento noutras freguesias, incluídas as do Oeste (71,8%).

Os inquiridos que responderam que a principal razão para a decisão de terem uma segunda residência foi gostarem do local (Quadro 159), apresentam uma relação de proximidade com alguns atores e agentes locais, nomeadamente empresários, produtores agrícolas, comerciantes e políticos locais. Aliás, quando questionados sobre qual o tipo de objetivos e valores locais com que se identificam, a resposta em 52% dos casos (19% das

[123] As perguntas do inquérito foram de resposta aberta e, por isso, teve de se proceder à sua análise de modo a chegar-se à sua classificação simplificada. Na modalidade «outros» foram incluídas respostas como: vontade, poder financeiro, privacidade, lugar alternativo e doença.

respostas na totalidade dos inquéritos) foi a de «boas relações de vizinhança e de vida em comunidade».

Quadro 159 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Gosta do local (23 casos, 14,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Boas relações	52,17	19,02	38,71	3,73	0,000
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	43,48	15,95	38,46	3,25	0,001
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Convívio e casa	56,52	25,77	30,95	3,20	0,001
É o melhor lugar para: ler	Não refere	91,30	63,19	20,39	2,98	0,001
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	47,83	20,86	32,35	2,95	0,002
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	47,83	20,86	32,35	2,95	0,002
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Não refere	95,65	70,55	19,13	2,87	0,002
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	43,48	18,40	33,33	2,84	0,002
Frequência de relação - Participação em eventos	Frequentemente	39,13	15,95	34,62	2,73	0,003
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Económicos, sociais	30,43	10,43	41,18	2,70	0,003
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	47,83	22,70	29,73	2,68	0,004
Localidade	Amoreira	21,74	6,13	50,00	2,53	0,006
Freguesia	Amoreira	21,74	6,13	50,00	2,53	0,006
Utilização de bares noturnos	Frequentemente	21,74	6,13	50,00	2,53	0,006
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	47,83	23,93	28,21	2,51	0,006
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	52,17	27,61	26,67	2,49	0,006
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Refere	47,83	24,54	27,50	2,43	0,008
Atividades praticadas na área de localização da SR	Amigos, pass., desp.	26,09	9,20	40,00	2,38	0,009
É o melhor lugar para: descanso	Não refere	91,30	69,33	18,58	2,37	0,009
Concelho de naturalidade	Oeste	73,91	49,08	21,25	2,37	0,009
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Apoiar o associativ.	30,43	12,27	35,00	2,32	0,010
Tipo de agregado familiar	C. não idoso, filhos	52,17	30,06	24,49	2,19	0,014
Profissão	Indústria, construç.	21,74	7,36	41,67	2,18	0,015
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	52,17	30,67	24,00	2,11	0,017
Área do terreno	100 a 300 m2	47,83	26,99	25,00	2,10	0,018
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	56,52	34,97	22,81	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A ligação ao lugar é evidente, e para além do que já antes se referiu, destaca-se a saudade do convívio e da casa quando dele afastados, as relações familiares como motivação para o gostar de passar tempo no local e a referência ao facto de ser o melhor lugar para conviver com amigos ou familiares. Este apego, para além de se dever ao facto de serem naturais da mesma freguesia onde se localiza a casa, traduz-se também na frequente participação em eventos e na utilização de bares noturnos. Sendo também conhecedores de problemas económicos e sociais que afetam o local, entre insegurança, envelhecimento e falta de jovens, desemprego e problemas sociais e, em geral, fraco desenvolvimento. No geral, são proprietários maioritariamente naturais do Oeste que usam a segunda residência durante as férias na primavera e/ou no verão e enquanto agregados constituídos por um casal não idoso com filhos.

Os inquiridos que basearam a sua escolha no facto de serem mais importantes as amenidades ambientais (Quadro 160), isto é, a casa estar num lugar calmo para descansar, próximo do mar, com boa paisagem e onde já fazia férias e podia usufruir da vida no campo, relacionam-se de forma lógica com o facto de gostar do local enquanto razão para a escolha do lugar para a segunda residência e a este ser o melhor lugar para atividades agrícolas e de jardinagem, a par de gostar de passar aí tempo por ser calmo e tranquilo.

Quase um terço dos inquiridos desta classe detêm o nível secundário e estão dispostos a fazer sacrifícios pessoais para proteger o lugar em termos da melhoria do ambiente.

Quadro 160 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Amenidades ambientais (36 casos, 22,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Não refere	83,33	60,74	30,30	3,06	0,001
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Gosta do local	44,44	25,15	39,02	2,72	0,003
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Refere	30,56	14,72	45,83	2,62	0,004
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Nunca	36,11	19,02	41,94	2,61	0,005
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar o ambiente	27,78	14,11	43,48	2,28	0,011
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Não foi reconhecido	19,44	8,59	50,00	2,16	0,015
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Calmo, tranquilo	52,78	36,20	32,20	2,12	0,017
Instrução	Secundário	30,56	17,18	39,29	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os inquiridos cuja razão para a decisão de terem uma segunda residência se liga à necessidade de férias e de recreio e lazer (Quadro 161) apenas se distinguem pelo facto a casa de segunda residência ter entre 4 e 6 assoalhadas e não terem qualquer relação com um clube ou associação desportiva local. Esta pobreza de relações apenas significa que esta razão para a decisão se reparte por 30 casos com muito pouca relação entre si e fraca diferenciação com os restantes, isto é, com muito fracas comunalidades entre os indivíduos.

Quadro 161 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Necessidade de férias, recreio e lazer (30 casos, 18,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Nº de assoalhadas da SR	4 a 6	83,33	60,74	25,25	2,70	0,004
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Nunca	80,00	61,35	24,00	2,17	0,015

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Uma das razões para a decisão está relacionada, à semelhança do que também é referido na literatura (Huang & Yi, 2011; Lundmark & Marjavaara, 2013; Paris, 2009; Skak & Bloze, 2017), com o objetivo de investir, ou seja, aplicar as poupanças familiares, sobretudo em contextos onde o mercado imobiliário é visto como a melhor forma de rendibilizar esse dinheiro (Oliveira, 2010).

O facto de a segunda residência ter sido adquirida como investimento imobiliário (Quadro 162), ou seja, a qual será, mais tarde ou mais cedo, colocada no mercado imobiliário, pode justificar o facto de os proprietários serem naturais de outras regiões do País, com exclusão da AML, e de não terem nenhuma relação com atores e agentes locais, a não ser com os vizinhos. A calma e a tranquilidade surgem referidos como estando associados ao lugar da segunda residência.

Quadro 162 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Investimento (15 casos, 9,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Nunca	80,00	38,04	19,35	3,20	0,001
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	86,67	49,08	16,25	2,88	0,002
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação inexistente	80,00	47,24	15,58	2,43	0,008
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Calmo, tranquilo	66,67	36,20	16,95	2,25	0,012
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação inexistente	80,00	49,69	14,81	2,23	0,013
Concelho de naturalidade	Outras regiões	46,67	20,86	20,59	2,11	0,017
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação próxima	60,00	31,90	17,31	2,10	0,018
Proximidade com os residentes locais - Ativistas	Relação inexistente	100,00	77,91	11,81	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os proprietários que adquiriram a segunda residência porque herdaram a casa, mostram uma maior variedade de relações com modalidades características associadas a outras variáveis.

Por um lado, o Oeste surge mais representado em termos da naturalidade e as relações familiares são importantes para o sentimento de pertença ao lugar, o mesmo se aplicando ao facto de gostar de passar aí tempo e se entender que é o melhor lugar para conviver com amigos ou familiares. Por outro lado, as casas têm uma origem anterior a 1961, com igual início de uso, mas não sofreram obras de remodelação, o que aponta para uma manutenção constante a par, eventualmente, do desejo de manter os seus elementos genéticos.

15% dos inquiridos que herdaram a segunda residência têm a casa em Zibreira, freguesia de Carvoeira no concelho de Torres Vedras, sendo que, nesta localidade, quase 67% dos inquiridos adquiriram a segunda residência por herança. Anota-se, ainda, que nesta classe (aquisição por herança), 20,5% dos inquiridos são solteiros, enquanto no total dos inquéritos esse estado civil é de apenas 9,2%, mas, quando se consideram os solteiros que herdaram a segunda residência, essa percentagem sobre para 53,3%.

Por último, deve referir-se que apesar da propriedade da casa resultar de herança (Quadro 163), os inquiridos também valorizam as amenidades ambientais do lugar, enquanto razões para a decisão de assumir a sua posse.

Quadro 163 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Herança (39 casos, 23,9% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Amenidades ambiente	87,18	50,92	40,96	5,22	0,000
Freguesia	Carvoeira	38,46	13,50	68,18	4,59	0,000
Concelho	Torres vedras	38,46	13,50	68,18	4,59	0,000
Classificação da freguesia	Urbana Medianamente	61,54	38,04	38,71	3,24	0,001
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Relações familiares	46,15	25,77	42,86	3,03	0,001
Ano / período de construção da casa	1960 ou antes	33,33	15,95	50,00	2,99	0,001
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Refere	43,59	24,54	42,50	2,86	0,002
Ano de início de uso da segunda residência	1960 ou antes	12,82	3,68	83,33	2,73	0,003
Concelho de naturalidade	Oeste	69,23	49,08	33,75	2,72	0,003
Localidade	Zibreira	15,38	5,52	66,67	2,49	0,006
Estado civil	Solteiro (a)	20,51	9,20	53,33	2,34	0,010
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	43,59	27,61	37,78	2,31	0,011
Obras de remodelação	Não	69,23	53,37	31,03	2,11	0,017

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, a classe de «outras razões» engloba apenas 16 casos (Quadro 164) e incorpora razões variadas e residuais resultantes da classificação simplificada das respostas abertas. Deste modo, razões de querer ter uma segunda residência tais como o ter vontade, o ter poder financeiro, o ter privacidade e o procurar um lugar alternativo à primeira residência, estão aqui incluídas. A caracterização desta classe pelas restantes questões do inquérito é pobre e pouco contributiva para a compreensão geral do fenómeno. No entanto, têm de registar-se as seguintes observações:

- O lugar e a freguesia de Ferrel, medianamente urbana, do concelho de Peniche, surgem mais representados nesta classe de «outros», isto é, enquanto 12,3% dos inquéritos foram realizados no lugar e freguesia de Ferrel, 43,8% dos inquiridos

em Ferrel responderam outras razões, enquanto no conjunto dos que responderam outras razões, 35% são de Ferrel.

- Os inquiridos não têm nada a apontar ao lugar da segunda residência em termos das coisas que deveriam deixar de existir;
- Sem relações com clubes ou associações locais desportivas e culturais e sem nunca acompanhar a imprensa escrita local ou regional.

Quadro 164 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Outras razões (16 casos, 9,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Nada	62,50	18,40	33,33	3,94	0,000
Freguesia	Ferrel	43,75	12,27	35,00	3,14	0,001
Localidade	Ferrel	43,75	12,27	35,00	3,14	0,001
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Nunca	81,25	46,01	17,33	2,76	0,003
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Raramente	43,75	15,34	28,00	2,66	0,004
Classificação da freguesia	Urbana Medianamente	68,75	38,04	17,74	2,36	0,009
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Nunca	93,75	67,48	13,64	2,24	0,012
Obras de remodelação	Não	81,25	53,37	14,94	2,14	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, pode estabelecer-se uma divisão em dois grandes grupos de razões, um deles agregando o gostar do local, a herança e as amenidades ambientais, e o outro, juntando a necessidade de férias e recreio e lazer com o investimento. No primeiro caso, salienta-se uma maior relação com o lugar, nomeadamente no contexto dos amigos e da família. No segundo casos, essas relações são mais ténues ou inexistentes, ao mesmo tempo que também se reduzem os caracteres diferenciadores destas classes.

16.3.3. O envolvimento dos utilizadores com o local

Os proprietários foram questionados sobre três grandes tipos de envolvimento com o lugar: i) o facto de acompanhar a imprensa escrita e a rádio local ou regional; ii) a frequência

de relação com algumas instituições locais, algumas que, apesar de corresponderem a serviços com fins lucrativos, são tradicionalmente meios muito relevantes de relação com a comunidade e a economia dos lugares; iii) a proximidade com diversos atores e agentes individuais locais.

No primeiro caso, a imprensa e a rádio locais são muitas vezes os elos de ligação com a realidade das terras de origem, nomeadamente no caso de pessoas emigradas e com menores frequências de interação com esses mesmos lugares. Aqui, pode salientar-se o papel das associações regionais, por vezes casas do concelho, ou da região, as quais agem nos lugares de origem e de destino também através de instrumentos escritos, para além das atividades regulares de toda a sorte que promovem. Apesar de esta prática ser um sinal claro de topofilia e terrafilia, a sua ocorrência, fora dos circuitos normais das referidas associações, não está muito disseminada, e esse facto é demonstrado pelos resultados do inquérito. Deste modo, 46,0% dos inquiridos nunca acompanham a imprensa escrita local ou regional, o mesmo se passando com 42,3% dos inquiridos relativamente à rádio. No entanto, quando se consideram as classes de maior envolvimento (frequentemente ou sempre), os valores são, nos dois casos, de 22%, apesar de tudo ainda com alguma expressão. Na classe intermédia, englobando o acompanhamento raro ou ocasional, os valores são, respetivamente, de 29% e 33%, o que não deixa de indicar alguma, apesar de reduzida, ligação ao lugar.

A frequência de relações com várias entidades e instituições (Quadro 165), para além da classe onde se agregou a participação em todo o tipo de eventos organizados localmente, põe em destaque um maior alheamento face aos clubes e associações desportivas e culturais e IPSS e um maior envolvimento com os bancos. No caso das autarquias, como seria de esperar, é mais frequente a relação com as Juntas de Freguesia comparativamente às Câmaras Municipais, já que o fator proximidade é determinante no funcionamento do poder local. Deve salientar-se que as não respostas assumem valores pouco significativos

Quadro 165 – Frequência de relação dos inquiridos com várias entidades

Entidade ou instituição	Nunca	Raramente/ ocasionalmente	Frequentemente e sempre	NS/NR
Participação em eventos	23,31	49,08	25,15	2,45
Clube/Associação local desportiva	61,35	25,77	10,43	2,45
Clube/Associação local cultural	67,48	18,41	10,43	3,68
IPSS (lares de idosos e outros)	87,73	8,59	1,22	2,45
Junta de Freguesia	38,04	48,47	10,43	3,07
Câmara Municipal	46,01	47,85	4,91	1,23
Banco	41,72	39,26	17,79	1,23
CTT	52,76	38,03	6,14	3,07

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A proximidade com diversos atores e agentes individuais locais (Quadro 166) foi avaliada como relação inexistente, relação distante, relação próxima e relação de amizade. Os atores e agentes locais sobre os quais se pediu esta avaliação foram, cada um em separado: i) os ativistas; ii) os artesão; iii) os artistas locais; iv) os comerciantes; v) os empresários; vi) os produtores agrícolas; vii) os políticos locais e viii) os vizinhos. Para efeitos de simplificação da análise e após a verificação dos perfis de resposta, foram estes atores e agentes agregados tal como se apresenta no Quadro 166, tendo as respetivas frequências relativas sido recalculadas como o valor médio dos elementos de cada agregação. O grupo dos ativistas, artesãos e artistas locais é aquele com o qual a maioria dos inquiridos declarou não ter qualquer relação (78,1%, em média), seguido, por ordem decrescente, do grupo dos empresários e produtores agrícolas (49,7%, em média) e dos políticos locais e o padre (49,4%). Os comerciantes e os vizinhos, e sobretudo estes últimos, são aqueles com quem os inquiridos têm maior proximidade, sendo as relações próximas e de amizade contabilizadas, no conjunto e respetivamente, em 47,9% e 72,4%.

Estes padrões de resposta mostram, de forma clara, por um lado, a fraca divulgação e/ou a fraca representação de ativistas, artistas e artesãos mais do que a intensidade das relações com esse grupo e, por outro lado, um maior alheamento e afastamento dos agentes assimiláveis aos níveis político e económico. As relações de vizinhança, apesar de tudo as mais relevantes para o estabelecimento de laços com a comunidade, apenas em 7,4% dos casos são inexistentes. Mas, também merece ser salientada a situação dos comerciantes. Não pode esquecer-se que os comerciantes do comércio tradicional até há bem poucos anos e antes do reforço de atribuições e competências do poder autárquico, eram os responsáveis por atestar ou certificar algumas características dos vizinhos, tal como, por exemplo a residência ou a identidade. Esse papel de confiança no comércio local, que se foi perdendo ao longo do tempo e, sobretudo, nas atuais novas formas de comércio, também resulta de relações de proximidade que vão para além da sua função económica.

Quadro 166 – Proximidade com os residentes locais em função da sua atividade ou estatuto

Relação	Ativistas, artesãos e artistas	Comerciantes	Empresários e produtores agrícolas	Políticos locais e padre	Vizinhos
Relação inexistente	78,1	20,9	49,7	49,4	7,4
Relação distante	3,3	24,5	16,3	24,2	16,6
Relação próxima	3,1	35,0	18,4	15,0	31,9
Relação de amizade	1,2	12,9	5,8	3,7	40,5
NS/NR	14,3	6,8	9,8	7,7	3,7

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Pela sua relevância na análise da interação dos segundos residentes com a comunidade local, ir-se-ão detalhar as relações entre as classes da variável «proximidade com os residentes locais – vizinhos» e as modalidades das restantes variáveis.

Como nota de caráter geral, os níveis de proximidade com os vizinhos são muito idênticos aos dos comerciantes. Apesar de pouco significativa, há também uma relação de associação entre os níveis de proximidade com os vizinhos e os declarados para os produtores agrícolas e os políticos locais. Esta correlação, pouco significativa do ponto de vista quantitativo, tem pelo menos uma lógica que apoia a ideia de que à medida que aumenta o envolvimento com as pessoas mais próximas e fora do agregado familiar, neste caso os vizinhos, também aumenta o nível de relação com outras pessoas com outros tipos de estatuto ou de responsabilidades.

Os inquiridos que declararam não ter qualquer proximidade com os vizinhos (Quadro 167), mostram apenas outras ligações lógicas de relação que julgamos relevantes. Por um lado, também a inexistência de qualquer relação de proximidade com outros atores e agentes locais e, por outro, o facto de gastarem menos de mil euros por ano com as estadias e manutenção da casa, residirem, de forma permanente, em prédios com menos de 6 pisos e terem a segunda residência em freguesias predominantemente urbanas.

Acresce a tudo isto aquele que se julga ser o principal traço caracterizador desta classe, o facto de, quando questionados sobre a pertença, ou não, ao local, terem declarado que não sentem nenhum sentimento de pertença.

Como se pode concluir, são evidentes relações de envolvimento com o lugar que estão em sintonia, principalmente, com o facto de se tratar de proprietários que não sentem qualquer apego ao lugar e têm a sua segunda residência em áreas predominantemente urbanas, facto que suporta o entendimento de senso comum de que quanto mais urbano for o ambiente residencial, maiores as probabilidades de procura do anonimato e de isolamento social local.

Quadro 167 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação inexistente (12 casos, 7,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação inexistente	75,00	20,86	26,47	3,94	0,000
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação inexistente	100,00	49,69	14,81	3,62	0,000
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	91,67	49,08	13,75	2,89	0,002
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Não sente pertença	41,67	11,66	26,32	2,52	0,006
Instrução	Secundário	50,00	17,18	21,43	2,47	0,007
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	<1.000 €/ano	66,67	30,06	16,33	2,44	0,007
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	75,00	38,04	14,52	2,40	0,008
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação inexistente	83,33	47,24	12,99	2,34	0,010
Tipo de casa da primeira residência	Prédio =<5 pisos	50,00	19,02	19,35	2,26	0,012
Freguesia	Atouguia da Baleia	50,00	19,02	19,35	2,26	0,012
Frequência de relação - Banco	Nunca	75,00	41,72	13,24	2,12	0,017
Acompanha a rádio local/regional?	Nunca	75,00	42,33	13,04	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Na classe seguinte de proximidade com os vizinhos, em que a relação é distante (Quadro 168), matem-se a inexistência de qualquer envolvimento com alguns atores e agentes locais e a rara participação em eventos, mas, apesar de tudo, alguma proximidade com os comerciantes, ainda que no âmbito de uma relação distante. Esta observação pode dever-se ao facto, entre outros que podem merecer um aprofundamento de investigação, de estes inquiridos estarem na classe dos utilizadores mais frequentes do comércio tradicional banal, incluindo cafés.

A relação próxima, a classe que antecede a de maior profundidade de relação com os vizinhos, ou seja, a relação de amizade, mostra, à semelhança das anteriores, uma associação a iguais níveis de proximidade com outros atores e agentes locais.

Quadro 168 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação distante (27 casos, 16,6% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação inexistente	77,78	49,69	25,93	3,04	0,001
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação distante	48,15	24,54	32,50	2,75	0,003
Acompanha a rádio local/regional?	Nunca	66,67	42,33	26,09	2,58	0,005
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Sempre	33,33	14,72	37,50	2,51	0,006
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação inexistente	70,37	47,24	24,68	2,44	0,007
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	70,37	49,08	23,75	2,23	0,013
Frequência de relação - Participação em eventos	Raramente	33,33	16,56	33,33	2,16	0,015

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Curiosamente, é nesta classe que estão 17,3% dos proprietários que declararam terem-se decidido por uma segunda residência por razões de investimento (9,2% das razões no total de inquéritos) ou, de outro ponto de vista, 60% dos inquiridos que adquiriram uma segunda residência por razões de investimento, estão na classe dos que mantêm uma relação próxima com os vizinhos. Ora, em acréscimo, também se verifica que 51,3% dos inquiridos que nasceram na freguesia de localização da segunda residência mantêm relações de proximidade com os vizinhos. Se no primeiro caso não seria expectável ter a aquisição para investimento sobrerrepresentada nesta classe, já no segundo é admissível ter laços com o lugar que conduziram a melhores níveis de relacionamento com os vizinhos.

O uso de alguns estabelecimentos de diversão como os bares noturnos, o acompanhamento ocasional da rádio local/regional, bem como a localização das segundas residências de proprietários incluídos nesta classe, nas localidades e freguesia de Amoreira, do concelho de Óbidos, são outros resultados que têm de ser salientados por razões que podem estar relacionadas com fatores locativos que aliam três tipos de elementos: i) a naturalidade dos inquiridos, na mesma freguesia onde possuem a segunda residência; ii) a transformação mais ou menos recente das características do lugar, impulsionadas pelo desenvolvimento turístico e que favorecem a socialização; iii) a perceção da posse de uma segunda residência como uma oportunidade de investimento resultante deste último elemento.

Quadro 169 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação próxima (52 casos, 31,9% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	57,69	34,97	52,63	3,95	0,000
Utilização de restauração	Raramente	28,85	14,11	65,22	3,34	0,000
Despesa mensal em abastecimento de água	11-20 €/mês	46,15	28,83	51,06	3,10	0,001
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação distante	48,08	30,67	50,00	3,07	0,001
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	32,69	18,40	56,67	2,92	0,002
Freguesia	Amoreira	15,38	6,13	80,00	2,91	0,002
Localidade	Amoreira	15,38	6,13	80,00	2,91	0,002
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	38,46	23,93	51,28	2,72	0,003
Instrução	< Secundário	65,38	49,69	41,98	2,59	0,005
Campo de ténis - Frequência de utilização	Nunca	100,00	92,02	34,67	2,55	0,005
Centro de Saúde - Frequência de utilização	Raramente	34,62	21,47	51,43	2,54	0,006
Proximidade com os residentes locais - Ativistas	Relação inexistente	90,38	77,91	37,01	2,53	0,006
Biblioteca - Frequência de utilização	Nunca	98,08	89,57	34,93	2,33	0,010
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	32,69	20,86	50,00	2,30	0,011
Campo de golfe - Frequência de utilização	Nunca	100,00	93,25	34,21	2,25	0,012
Acompanha a rádio local/regional?	Ocasionalmente	25,00	14,72	54,17	2,24	0,012
Utilização de bares noturnos	Frequentemente	13,46	6,13	70,00	2,24	0,013
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Investimento	17,31	9,20	60,00	2,10	0,018

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, os inquiridos que declararam ter uma relação de amizade com os vizinhos (Quadro 170), surgem distribuídos por outras características relevantes como:

- Uma maior proximidade, ou o mesmo tipo de relação, também com outras atores, agentes e instituições, tais como os comerciantes, os produtores agrícolas e os políticos locais;
- Um uso da segunda residência que se reparte durante todo o ano por um uso regular, ou seja, com fraca sazonalidade de utilização;

- Ser proprietário de uma casa de segunda residência com uma área útil média entre 101 e 200 m^2;
- Acompanhar sempre a imprensa escrita local/regional, facto que também pode estar relacionado com…
- … um conhecimento do lugar que conduziu à identificação de problemas específicos como a poluição, do mesmo modo que para o mesmos foram manifestados desejos de mudança;
- A freguesia de Vau, com os lugares de Vau e de Praia do Bom Sucesso, no concelho de Óbidos, enquanto melhores exemplos desta classe.

Quadro 170 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação de amizade (66 casos, 40,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação de amizade	16,67	6,75	100,00	4,03	0,000
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação de amizade	24,24	12,88	76,19	3,32	0,000
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação de amizade	15,15	6,75	90,91	3,26	0,001
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Alguns dias regular.	10,61	4,29	100,00	2,98	0,001
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Sempre	19,70	10,43	76,47	2,92	0,002
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Poluição	19,70	10,43	76,47	2,92	0,002
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Raramente	43,94	31,29	56,86	2,69	0,004
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Poluição, uso espaço	27,27	18,40	60,00	2,19	0,014
Freguesia	Vau	25,76	17,18	60,71	2,17	0,015
Nº de assoalhadas	4 a 6	71,21	60,74	47,47	2,11	0,017
Área da casa	101 a 200 m2	51,52	41,10	50,75	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, a relação de proximidade com os vizinhos está naturalmente ligada a outras características de relação com o lugar, desde as menos intensas, tal como a inexistência de sentimentos de pertença, até às que resultam do facto de terem nascido na mesma freguesia de localização da segunda residência.

16.4. Os usos

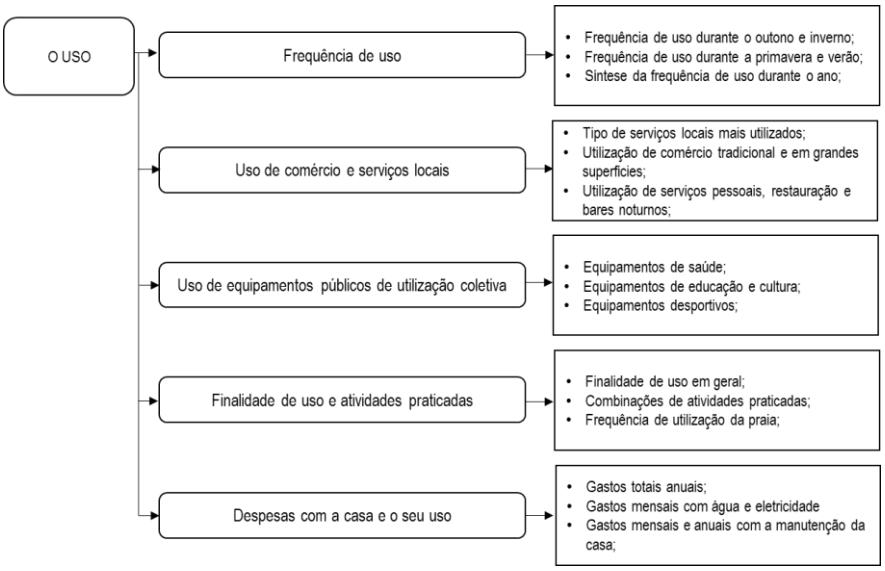
A componente do uso completa a sequência lógica de determinantes do fenómeno, isto é, o uso de uma casa de segunda residência por parte de diferentes tipos de utilizadores, tal como já se referiu antes, traduz a cadeia de relações intrínsecas ao fenómeno, podendo depois acrescentarem-se elementos de influência ou de inter-relação que acabam por estar incluídos nas referidas componentes.

A Figura 129 sistematiza a organização das questões do inquérito que foram acolhidas na componente do uso. Essa organização parte dos seguintes pressupostos:

- A frequência de uso é uma variável fundamental. Por um lado, depende de fatores externos, ou de contexto, tais como os geográficos, sociais e económicos e, por outro, depende também de fatores internos, ou intrínsecos, tais como as características demográficas próprias dos utilizadores e dos laços que estes mantêm com o lugar. Os fatores geográficos relacionam-se, principalmente, com a distância absoluta e relativa entre os locais da primeira e da segunda residência, mas também são muito importantes os relacionados com o tipo e qualidade do ambiente natural. Os fatores sociais e económicos incluem os aspetos ligados à capacidade de poder ter uma segunda residência, nomeadamente a financeira. No âmbito dos fatores internos, variáveis como a idade e a situação no trabalho são também fundamentais no condicionamento da frequência de uso já que, por exemplo, introduzem dissimetrias relevantes no tempo arbitrário. Também os laços com o lugar, sejam os referidos apenas à manutenção de relações familiares, sejam os que se ligam a sentimentos de pertença apenas influenciados pelo domínio ambiental enquanto elemento contributivo para a topofilia[124], condicionam diretamente as frequências de uso das segundas residências.
- O uso de comércio e serviços locais, desde o comércio tradicional banal, até à restauração e bares, é pertinente para uma avaliação dos efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local, cuja capacidade transformadora está muito ligada à frequência de uso.

[124] De facto, tal como refere Yi-fu Tuan, "o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais" (Tuan, 1980:129).

- O uso de equipamentos públicos de utilização coletiva representa o esforço de investimento público numa lógica de serviço à comunidade que, em determinados momentos, obviamente condicionados pela frequência de uso, podem ter de apoiar uma população flutuante.
- A finalidade do uso e o tipo de atividades praticadas respeita, maioritariamente, às motivações que estiveram na origem do querer ter uma segunda residência. Sendo certo que esta, só por si, pode ser o principal atrativo, não deixa de ser verdade que as características da envolvente e o tipo de atividades que ela permite, como a praia, por exemplo, são também importantes na determinação do seu uso.



Fonte: elaboração própria

Figura 129 – Questões do inquérito relativas à dimensão uso

- Por último, consideraram-se as despesas com a casa e o seu uso, na perspetiva de que isso e os montantes envolvidos, estão dependentes da frequência e da duração da sua utilização.

À semelhança do que já foi feito para as outras duas componentes, a casa e os utilizadores, passa-se de seguida à apresentação dos resultados para cada um dos subconjuntos de questões.

16.4.1. A frequência de uso

O apuramento da frequência de uso da segunda residência reveste-se de alguma complexidade, pois ela varia com a época do ano e, também por isso, gera algumas especificidades que também não facilitam uma generalização que viabilize alguma homogeneidade na análise. Por esse facto, tomaram-se algumas opções em termos da classificação das respostas obtidas, cruzando, por um lado, uma aproximação ao número de visitações e, por outro, à sua duração média. Deste modo, foram definidas, para cada período sazonal de outono-inverno e primavera-verão, as seguintes modalidades de resposta:

- Nunca – situação em que, num dado período estacional, não existe qualquer uso.
- Mais raro que uma vez por ano – casos em que o uso se verifica apenas uma vez em, pelo menos, dois anos, apesar de nesta classe estarem incluídas frequências de visitação ainda mais baixas, ou seja, com alguns anos de intervalo.
- Estadias longas ou muito longas (até 3 meses, de 3 a 6 ou superiores a 6 meses) – nestes casos, é mais relevante a duração do que o número de deslocações; trata-se de uma situação que poderá ocorrer de modo mais provável no caso de pessoas reformadas, mas que também podem abranger pessoas que usam a segunda residência para trabalhar.
- Durante os períodos de férias – são os casos em que a frequência de uso é menos frequente, mas que pelo menos se verifica em todos os anos e tem uma duração relativamente prolongada ainda que inferior à classe anterior.
- Fins de semana prolongados – apenas alguns fins de semana durante o ano, ou seja, períodos mais curtos que no caso anterior, mas maior número de visitas.
- Todos ou quase todos os fins-de-semana ou em dias da semana ou do mês – frequência máxima, já que nesta classe se misturam também os períodos de férias.

No sentido de se obter uma síntese ainda maior, as respostas anteriores para cada um dos 163 inquéritos foram analisadas e reclassificadas no sentido de se referirem à globalidade do ano. As modalidades definidas, as quais são apresentadas da menor para a maior frequência, foram as seguintes:

- Poucas vezes por ano – casos das menores frequências de visitação, a qual pode ocorrer em qualquer período estacional.

- Só férias de Verão – tal como a designação indica, no outono e no inverno as segundas residências nunca são utilizadas.
- Estadias longas durante todo o ano – tal como se definiu antes para cada um dos períodos do ano, estas estadias ocorrem independentemente da estação.
- Períodos de férias durante todo o ano – férias de Natal, de Páscoa e de Verão, para além de outros períodos de férias disponíveis por parte dos utilizadores;
- Fins de semana prolongados, pelo menos numa parte do ano – foram incluídas nesta modalidade as visitas que se verificando em fins de semana prolongados, poderão abranger apenas uma parte do ano.
- Regularmente em alguns dias da semana ou do mês, pelo menos numa parte do ano – estadias sem a restrição do fim de semana e sem desagregação estacional.
- Quase todos, ou todos, os fins de semana durante todo o ano – frequência máxima, agregando a que se definiu para cada uma das estações.

O outono-inverno são as estações onde 25,2% dos inquiridos diz que nunca frequenta a segunda residência, já na primavera-verão essa resposta é nula. Também na síntese das frequências nos dois períodos estacionais, essa modalidade não existe, já que pelo menos numa parte do ano a segunda residência é utilizada. A frequência de menos de uma vez por ano, ou seja, com alguns anos de intervalo, também é mais frequente no outono-inverno (3,1%) do que na primavera-verão (0,6%). Na síntese das duas estações, foi criada a modalidade «poucas vezes por ano» que, de facto acaba por juntar os dois períodos estacionais, com uma representação de 1,84%. As estadias longas também são mais frequentes na primavera-verão (14,1%) que no outono-inverno (9,8%). Na síntese anual, essa modalidade passa a ter um peso de 11,0%, o que grosso modo corresponde à média dos dois valores estacionais.

A utilização durante as férias também é muito mais frequente na primavera-verão (30,7%) do que no outono-inverno (5,5%), se bem que na síntese anual se tenha construído uma nova modalidade que permite distinguir entre combinações de quaisquer períodos de férias e apenas as férias de verão. Nesse sentido, a modalidade sintética de períodos de férias, tem um peso de 4,3%, enquanto a modalidade de só férias de verão, passa a ter um peso de 23,3%. Os fins de semana prolongados são utilizados em 4,9% dos casos, no período da primavera-verão e em 8,0% dos casos no outono-inverno. Na reclassificação de síntese, a mesma modalidade passa a ter uma representação de 7,4%.

A modalidade de todos ou quase todos os fins-de-semana, ou em dias da semana ou do mês, é a mais representada em todos os períodos estacionais (47,9% na primavera-verão e 46,6% no outono-inverno) e também na síntese anual (42,9%), se bem que aqui tenha sido aconselhável, pela grande variedade de combinações, isolar a frequência de uso correspondente a apenas alguns dias da semana regularmente em qualquer período do ano (4,3% que têm de acrescer, para efeitos comparativos com os períodos estacionais, à percentagem dos usos em todos ou quase todos os fins de semana).

Por último, as não respostas, no conjunto da reclassificação de síntese anual, têm um peso de 4,9%, valor que se considera pouco significativo. Em síntese, parecem desenhar-se, desde já, dois tipos principais de utilização da segunda residência: um, mais comum, de utilização muito frequente da casa e outro, também frequente, mas com menos ocorrências, ligado a uma utilização apenas durante as férias de Verão. A análise que se segue ajudará a detalhar melhor as características de cada um dos tipos identificados. Os inquiridos que utilizam a segunda residência poucas vezes por ano (Quadro 171), isto é, em que até pode não ocorrer, durante um ano, qualquer visita, correspondem a apenas três casos, sendo que essas poucas visitas são preferencialmente efetuadas no outono-inverno. Trata-se de situações em que a ligação ao lugar é quase inexistente, sendo que até podem ser preferidos outros lugares.

Quadro 171 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Poucas vezes por ano (3 casos, 1,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade	Nº de respostas
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Menos de 1 x ano	100,00	3,07	60,00	4,19	0,000	5
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Prefere outros lug.	66,67	5,52	22,22	2,41	0,008	9
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação inexistente	100,00	20,86	8,82	2,39	0,008	34
Localidade	Consolação	66,67	6,13	20,00	2,33	0,010	10

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A utilização apenas durante as férias de Verão (38 casos) é uma classe com um leque muito diversificado de relações com as modalidades de outras variáveis (Quadro 172). São sobretudo proprietários residentes no estrangeiro, facto que está em linha com a frequência de visitação. Também a utilização e a exaltação da qualidade da praia está em linha com a utilização da segunda residência apenas durante as férias de Verão.

Quadro 172 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Só férias de Verão (38 casos, 23,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	97,37	25,15	90,24	11,51	0,000
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	100,00	30,67	76,00	10,69	0,000
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	71,05	20,86	79,41	7,98	0,000
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	=< 15 €/mês	68,42	28,22	56,52	5,85	0,000
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	57,89	23,93	56,41	5,11	0,000
Freguesia	Ferrel	39,47	12,27	75,00	5,09	0,000
Localidade	Ferrel	39,47	12,27	75,00	5,09	0,000
Utilização de comércio em grandes superfícies	Nunca	81,58	49,69	38,27	4,42	0,000
Concelho de naturalidade	Oeste	76,32	49,08	36,25	3,71	0,000
Instrução	< Secundário	76,32	49,69	35,80	3,62	0,000
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Relações familiares	50,00	25,77	45,24	3,56	0,000
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Amenidades ambiente	76,32	50,92	34,94	3,45	0,000
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	44,74	22,70	45,95	3,34	0,000
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Boas relações	39,47	19,02	48,39	3,27	0,001
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Frequentemente	57,89	34,36	39,29	3,23	0,001
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Convívio e casa	47,37	25,77	42,86	3,16	0,001
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	1.000-2.500 €/ano	57,89	34,97	38,60	3,14	0,001
Profissão	Indústria, construção	21,05	7,36	66,67	3,06	0,001
Concelho	Peniche	52,63	31,29	39,22	2,97	0,001
É o melhor lugar para: praia	Refere	52,63	31,29	39,22	2,97	0,001
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	36,84	18,40	46,67	2,97	0,002
Utilização de bares noturnos	Frequentemente	18,42	6,13	70,00	2,95	0,002
Tipo de casa da primeira residência	Moradia isolada	52,63	31,90	38,46	2,87	0,002
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	47,37	27,61	40,00	2,83	0,002
Tipo de agregado familiar	C. não idoso, filhos	50,00	30,06	38,78	2,80	0,003
Tipo de serviços locais utilizados	Nada	84,21	65,03	30,19	2,74	0,003
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	31,58	15,95	46,15	2,62	0,004
Frequência de relação - Participação em eventos	Frequentemente	31,58	15,95	46,15	2,62	0,004

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Localização da segunda residência	No aglomerado	100,00	88,34	26,39	2,61	0,005
Finalidade de uso da segunda residência	Só lazer	100,00	88,34	26,39	2,61	0,005
É o melhor lugar para: ler	Não refere	81,58	63,19	30,10	2,57	0,005
Acompanha a rádio local/regional?	Raramente	34,21	18,40	43,33	2,53	0,006
Regime de propriedade da primeira residência	Arrendada	34,21	18,40	43,33	2,53	0,006
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Não refere	68,42	49,69	32,10	2,47	0,007
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	36,84	20,86	41,18	2,46	0,007
Profissão	Não qualificado	13,16	4,29	71,43	2,41	0,008
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Raramente	28,95	15,34	44,00	2,30	0,011
Freguesia	Amoreira	15,79	6,13	60,00	2,28	0,011
Localidade	Amoreira	15,79	6,13	60,00	2,28	0,011
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Nunca	63,16	46,01	32,00	2,24	0,013
Ano / período de construção da casa	1961 a 1981	36,84	22,09	38,89	2,22	0,013
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Raramente	47,37	31,29	35,29	2,21	0,014
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Não sente isso	60,53	44,17	31,94	2,13	0,017
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Nada	31,58	18,40	40,00	2,09	0,018
Tem ligação a infraestruturas	Saneam., energia	89,47	76,07	27,42	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A ligação ao lugar é manifesta, já que para além de naturais do Oeste, a maior parte é nascido na freguesia de localização da segunda residência. Daí, as relações familiares enquanto fundamento do sentimento de pertença, a par da valorização da qualidade ambiental enquanto razão para a escolha do lugar e o salientar do convívio e da casa enquanto elementos de que sentem mais falta quando dele estão ausentes, serem elementos de caracterização fundamentais desta classe. Ainda em sintonia com as observações anteriores, surgem as relações próximas com alguns agentes locais, tais como os autarcas, os empresários e os produtores agrícolas, a participação frequente em eventos e a utilização também frequente de bares noturnos e do comércio tradicional, em oposição à não utilização daquele que se realiza em grandes superfícies. Destaca-se ainda o facto de estes proprietários despenderem, durante um ano, entre mil e dois mil e quinhentos euros na estadia e na manutenção da casa.

A classe das estadias longas durante todo o ano (Quadro 173), ou seja, podendo ser realizadas no período de primavera-verão ou outono-inverno, isoladamente ou em conjunto,

apesar de a primavera-verão ter uma importância de cerca de mais 4 pontos percentuais, abrange apenas 18 casos.

Quadro 173 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Estadias longas durante todo o ano (18 casos, 11,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Estadias longas	88,89	9,82	100,00	9,15	0,000
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Estadias longas	100,00	14,11	78,26	9,03	0,000
Profissão	Reformado	77,78	30,06	28,57	4,21	0,000
É o melhor lugar para: pesca	Refere	33,33	8,59	42,86	3,00	0,001
% de idosos do agregado que usam a segunda residência	> 50 %	50,00	20,25	27,27	2,79	0,003
Localidade	P. Bom Sucesso	22,22	4,91	50,00	2,53	0,006
Idade	65 - 74 anos	50,00	23,31	23,68	2,40	0,008
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Não foi reconhecido	27,78	8,59	35,71	2,33	0,010
Tipo de agregado familiar	C. idoso, filhos ...	44,44	20,86	23,53	2,17	0,015
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Outros motivos	33,33	12,88	28,57	2,17	0,015
Centro de Saúde - Frequência de utilização	Raramente	44,44	21,47	22,86	2,10	0,018
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação inexistente	77,78	52,15	16,47	2,09	0,018

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

São proprietários, como seria de esperar, mais idosos, na situação de reforma e integrados em agregados familiares utilizadores da segunda residência constituídos por casais de idosos com filhos e/ou outros descendentes, ainda que mais de 50% dos utilizadores sejam idosos. Apesar da idade, 33% destes inquiridos está disposto a gastar tempo e esforço em benefício do lugar, ainda que os motivos se afastem da norma e, por isso não sejam muito claros, como é o caso de acabar com alguns serviços ou valorizar apenas a sua própria presença no lugar, por exemplo.

Apenas sete casos correspondem a uma frequência de utilização em períodos de férias, mas durante todo o ano (Quadro 174), ou seja, férias de primavera-verão e férias de outono-inverno. As modalidades características são em reduzido número e apenas se referem a uma fraca, mas existente, fruição do Centro de Saúde e dos serviços de restauração. A característica

mais destacada relaciona-se com o facto de estes utilizadores serem, com maior representação, famílias monoparentais.

Quadro 174 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Períodos de férias durante todo o ano (7 casos, 4,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Durante as férias	100,00	5,52	77,78	6,42	0,000
Centro de Saúde - Frequência de utilização	Ocasionalmente	57,14	9,20	26,67	2,98	0,001
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	85,71	30,67	12,00	2,69	0,004
Utilização de restauração	Raramente	57,14	14,11	17,39	2,40	0,008
Tipo de agregado familiar	Mãe ou pai com filho	42,86	8,59	21,43	2,18	0,015

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A utilização em apenas fins de semana prolongados (Quadro 175), pelo menos numa parte do ano, seja a primavera-verão, seja o outono-inverno, também é pouco frequente, abrangendo apenas 12 casos. São proprietários nascidos noutra freguesia que não a do local da segunda residência e com fraca relação com o lugar e identificam a sazonalidade, ou seja, a maior concentração de pessoas na época de verão, como o principal problema deste. Gastam entre 501 e 1500 euros com a aquisição de serviços locais relacionados apenas com o uso e manutenção da casa (euros/ano).

Quadro 175 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Fins de semana prolongados, pelo menos numa parte do ano (12 casos, 7,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Fins de semana	100,00	7,98	92,31	8,38	0,000
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Fins de semana	58,33	4,91	87,50	5,59	0,000
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Outros	25,00	3,68	50,00	2,55	0,005
Frequência de relação - Participação em eventos	Raramente	50,00	16,56	22,22	2,54	0,006
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	501 - 1500 €	25,00	4,91	37,50	2,20	0,014
Localidade	Carvoeira	16,67	1,84	66,67	2,19	0,014
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	100,00	71,78	10,26	2,15	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A classe de utilização correspondente a apenas alguns dias da semana ou do mês (Quadro 176), pelo menos numa parte do ano, tem sete casos, um número tão baixo quando o da classe dos períodos de férias durante todo o ano. Esta frequência de utilização pressupõe alguma disponibilidade de tempo que, fora dos fins-de-semana, permita a deslocação para fora do local de residência habitual. As relações com algumas modalidades características podem apontar, também, para situações particulares não diretamente ligadas ao ter, ou não, uma atividade. Por exemplo, o facto de se apontar o Centro de Saúde como sendo sempre utilizado, pode indiciar situações de doença. Do mesmo modo, a qualidade da primeira residência (classe mais elevada de área, superior a 200 m^2), também pode justificar um estatuto financeiro compatível com maior disponibilidade de tempo, eventualmente também associado a determinados perfis profissionais favorecedores do teletrabalho (Oliveira, 2020).

Outro traço relevante respeita às relações de amizade com vizinhos, comerciantes e políticos, facto que cruzado com a antiguidade de construção da casa (1960 ou antes), revela a existência de laços com o lugar que, apesar de tudo, não se refletem na identificação dos inquiridos com objetivos e valores da comunidades local.

Quadro 176 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Regularmente em alguns dias da semana ou do mês, pelo menos numa parte do ano (7 casos, 4,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação de amizade	100,00	40,49	10,61	2,98	0,001
Área útil da primeira residência	> 200 m2	57,14	11,66	21,05	2,67	0,004
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação de amizade	57,14	12,88	19,05	2,53	0,006
Freguesia	Carvoeira	57,14	13,50	18,18	2,47	0,007
Concelho	Torres vedras	57,14	13,50	18,18	2,47	0,007
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação de amizade	42,86	6,75	27,27	2,46	0,007
Frequência de relação - IPSS (lares de idosos e outros)	Raramente	42,86	6,75	27,27	2,46	0,007
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Não se identifica	71,43	23,93	12,82	2,36	0,009
Centro de Saúde - Frequência de utilização	Sempre	28,57	2,45	50,00	2,36	0,009
Classificação da freguesia	Urbana Medianamente	85,71	38,04	9,68	2,24	0,013
Ano / período de construção da casa	1960 ou antes	57,14	15,95	15,38	2,23	0,013

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A classe de frequentação que abrange todos ou quase todos os fins de semana durante todo o ano (Quadro 177), isto é, em qualquer parte do ano, seja qual for a estação, para além de ser aquela que corresponde à maior frequência de utilização da segunda residência, é também a que, no conjunto dos inquéritos, está mais representada (42,9% do total de inquéritos).

Esta frequência de uso liga-se de forma mais significativa a proprietários que residem na AML e também daí são naturais. A representação das profissões técnicas é mais elevada que no conjunto do total de inquéritos, sendo que para além do lazer as segundas residências também são utilizadas para trabalhar. No entanto, a praia ou o poder praticar diversas atividades de ar livre, são a principal razão apontada na resposta à questão sobre porque gosta ou não gosta de passar tempo no local. Os agregados familiares desta classe de frequência de uso são de maior dimensão (5 ou mais pessoas) e, por isso e também em ligação com a maior utilização, as contas mensais de eletricidade estão acima dos 30 euros.

Apesar de serem grandes utilizadores do comércio em grandes superfícies, também mantêm relações de amizade com produtores agrícolas locais, facto que aponta para alguma interação, eventualmente de regime informal, na aquisição de produtos agrários locais.

Apesar de as saudades do lugar se deverem apenas ao sossego, classificação onde se enquadram o som do mar, o ar puro e o contacto com a natureza, estes proprietários estão dispostos, ou já se dispuseram, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente à melhoria da comunidade e do lugar, do mesmo modo que, com o mesmo objetivo, fariam, ou já fizeram, sacrifícios pessoais para salvar ou proteger o lugar.

Em síntese, as duas frequências de utilização mais representadas são duas, a saber: i) as férias de Verão e ii) todos ou quase todos os fins de semana. Enquanto no primeiro casos se está perante pessoas com origem na sub-região, muitas vezes naturais da freguesia onde está a segunda residência, mas a residir no estrangeiro, no segundo caso prevalecem os naturais e residentes na AML. Também no primeiro caso são manifestos sentimentos de pertença e de ligação ao lugar, enquanto no segundo se destaca mais a vontade de intervir na sua melhoria.

Quadro 177 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Quase todos, ou todos, os fins de semana durante todo o ano (70 casos, 42,9% do total)

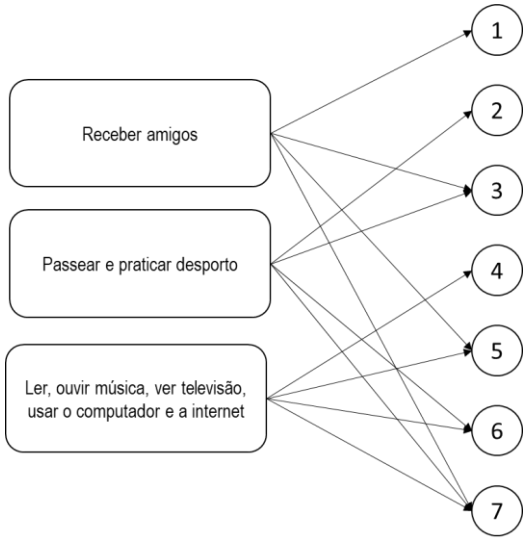
Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Todos fins de semana	91,43	46,63	84,21	10,41	0,000
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Todos fins de semana	90,00	47,85	80,77	9,70	0,000
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	71,43	52,76	58,14	4,03	0,000
Concelho	Alenquer	24,29	12,27	85,00	3,88	0,000
Freguesia	Aldeia Gavinha	24,29	12,27	85,00	3,88	0,000
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar	Melhorar comunidade	28,57	16,56	74,07	3,37	0,000
Ano de início de uso da segunda residência	2002 a 2011	37,14	23,93	66,67	3,24	0,001
Profissão	Técnico	15,71	7,98	84,62	2,91	0,002
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	> 30 €/mês	35,71	23,93	64,10	2,87	0,002
Finalidade de uso da segunda residência	Lazer e trabalho	14,29	7,36	83,33	2,66	0,004
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar comunidade	14,29	7,36	83,33	2,66	0,004
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	82,86	71,78	49,57	2,59	0,005
Localidade	Tojal	8,57	3,68	100,00	2,54	0,006
Utilização de comércio em grandes superfícies	Frequentemente	25,71	16,56	66,67	2,51	0,006
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Gosta do local	35,71	25,15	60,98	2,51	0,006
Concelho de naturalidade	AM Lisboa	35,71	25,15	60,98	2,51	0,006
Nº de pessoas do agregado que usam a SR	5 ou mais pessoas	34,29	23,93	61,54	2,50	0,006
Ano de posse da segunda residência	2002 a 2011	34,29	23,93	61,54	2,50	0,006
De que sente saudades quando está longe da SR	Sossego	45,71	34,36	57,14	2,48	0,007
Localização da segunda residência	Fora do aglomerado	18,57	11,04	72,22	2,41	0,008
Utilização de bares noturnos	Nunca	77,14	66,26	50,00	2,41	0,008
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação de amizade	12,86	6,75	81,82	2,40	0,008
Localidade	São Bernardino	12,86	6,75	81,82	2,40	0,008
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Praia, atividades	20,00	12,27	70,00	2,36	0,009
Proximidade com os residentes locais - Ativistas	Relação inexistente	87,14	77,91	48,03	2,31	0,010
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação inexistente	30,00	20,86	61,76	2,29	0,011
Campo de golfe - Frequência de utilização	Nunca	98,57	93,25	45,39	2,14	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

16.4.2. Finalidade de uso e atividades praticadas

A resposta à questão sobre qual a finalidade de uso da segunda residência, conduz à conclusão já revista na literatura de que elas cumprem, maioritariamente, funções ligadas ao recreio e lazer. De facto, 88,3% dos respondentes referiu apenas esse uso, enquanto 7,4% considerou a opção que junta o recreio e lazer ao trabalho e, ainda, apenas 2,5% referiu outras finalidades, onde se inclui o arrendamento da casa.

As respostas ao tipo de atividades praticadas foram classificadas em sete grandes grupos (Figura 130), os quais se reduziram a diferentes combinações das várias opções de resposta, a saber: ler, ouvir música, ver televisão, usar o computador e a internet, passear, praticar desporto e receber amigos. Logo à partida, é clara a prevalência de atividades mais passivas, ainda que nas suas combinações a oposição às mais ativas fique amenizada. Deste modo, de entre o conjunto de atividades, mais ativas ou mais passivas, com que os inquiridos foram confrontados, concluiu-se que 3,7% apenas recebem amigos, 6,8% passeiam e praticam desporto, 9,2% efetuam estas três atividades, 5,5% praticam atividades totalmente passivas como, no conjunto, ler, ouvir música, ver televisão e usar o computador e a internet. Os restantes grupos de atividades correspondem a agregações destas últimas com as outras já referidas, isto é, 1,8% juntam o receber amigos a ler, ouvir música, ver televisão e usar o computador e a internet, 14,1% juntam-lhe o passear e praticar desporto e, por fim, 52,2% juntam a este último grupo o receber amigos. No total, 6,8% dos inquiridos não respondeu a esta questão.



Fonte: elaboração própria

Figura 130 – Sete grupos de atividades praticadas no local da segunda residência

A praia é um elemento de atração muito importante e, no conjunto da sub-região, qualquer uma das suas localidades está dela distante, no máximo, em cerca de 30 km em linha reta, pelo menos não considerando algumas partes do concelho de Alenquer. De qualquer modo, cerca de 20% da área da sub-região está a menos de 5km do litoral, pelo que a praia é um atrativo próximo, de qualidade e relativamente abundante. De facto, do total de 163 inquiridos, apenas 11,7% não utilizam a praia, enquanto 13,5% a utiliza raramente e 27,0%, ocasionalmente. A utilização frequente ou permanente, abrange, respetivamente, 22,7% e 19,0% dos inquiridos.

Para a análise dos grandes traços de relação do conjunto das variáveis com a finalidade de uso, entendeu-se ser mais relevante a consideração das combinações de atividades praticadas, já que a finalidade de uso, em si mesma, é esmagadoramente dominada pelo recreio e lazer, o que também, em si mesmo, não é suficientemente discriminante do ponto de vista das comparações com outras dimensões analíticas.

Apenas seis inquiridos responderam que a sua atividade única no local da segunda residência era receber amigos (Quadro 178). São proprietários que participam sempre em eventos locais e com uma relação próxima com alguns atores locais, como artistas e artesãos. São pessoas naturais da sub-região, facto que pode explicar as ligações anteriores, mas também são, principalmente, mais idosas, que nunca utilizam a praia e que não gastam mais de 1000 euros em todas as suas estadias.

Quadro 178 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Receber amigos (6 casos, 3,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	<1.000 €/ano	100,00	30,06	12,24	3,24	0,001
Frequência de relação - CTT	Sempre	33,33	1,23	100,00	3,05	0,001
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Nunca	66,67	11,66	21,05	2,92	0,002
Frequência de relação - IPSS (lares de idosos e outros)	Ocasionalmente	33,33	1,84	66,67	2,71	0,003
Frequência de relação - Participação em eventos	Sempre	50,00	9,20	20,00	2,30	0,011
Proximidade com os residentes locais - Artistas	Relação próxima	33,33	3,07	40,00	2,30	0,011
Concelho de naturalidade	Oeste	100,00	49,08	7,50	2,24	0,013
% de idosos do agregado que usam a segunda residência	> 50 %	66,67	20,25	12,12	2,15	0,016
Proximidade com os residentes locais - Artesãos	Relação próxima	33,33	3,68	33,33	2,15	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os 11 inquiridos que responderam que as suas atividades no local são passear e praticar desporto (Quadro 179), isto é, apenas uma combinação das atividades mais ativas, têm poucas modalidades características com as quais de relacionam. Daí, para além de nunca utilizarem a segunda residência nas estações mais frias, também raramente utilizam os serviços de correio.

Quadro 179 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Passear e praticar desporto (11 casos, 6,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	63,64	25,15	17,07	2,51	0,006
Frequência de relação - CTT	Raramente	45,45	16,56	18,52	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Na classe que acrescenta à anterior, a atividade de receber amigos (Quadro 180), estão 15 inquiridos, os quais apresentam, comparativamente a ela, pelo menos, uma maior diversidade de relações com outras modalidades características. São proprietários que gostam do local, se identificam com objetivos e valores relativos às boas relações de vizinhança e de vida em comunidade e estão dispostos a despender algum esforço em prol do associativismo. O seu nível de instrução fica abaixo do secundário e no agregado familiar há 25% ou mais de crianças e jovens (menos de 15 anos).

Quadro 180 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Passear e praticar desporto e receber amigos (15 casos, 9,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Gosta do local	40,00	14,11	26,09	2,38	0,009
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Boas relações	46,67	19,02	22,58	2,33	0,010
Instrução	< Secundário	80,00	49,69	14,81	2,23	0,013
% de crianças do agregado que usam a segunda residência	=> 25 %	33,33	11,04	27,78	2,20	0,014
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Apoiar o associativ.	26,67	7,36	33,33	2,17	0,015
Centro cultural - Frequência de utilização	Raramente	26,67	7,36	33,33	2,17	0,015

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em nove casos as atividades praticadas são apenas e só as mais passivas, isto é, ler, ouvir música, ver televisão e usar o computador e a internet (Quadro 181). Como corolários desta passividade, note-se que a totalidade destes inquiridos não faz qualquer referência, ou manifesta qualquer concordância com a declaração de a sua segunda residência ser o melhor lugar para conviver com amigos ou familiares. No entanto, mais de metade refere que os problemas relacionados com o urbanismo, o comércio e serviços e as infraestruturas, são aqueles que mais gostariam que não existissem. Neste tipo de problemas, resultante da classificação das respostas abertas, juntaram-se a insegurança, as telecomunicações deficientes, a falta de comércio e o avanço da urbanização, com consequências ao nível da degradação ambiental, entre outros.

Quadro 181 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet (9 casos, 5,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Urbanismo, comércio	55,56	17,18	17,86	2,40	0,008
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Não refere	100,00	60,74	9,09	2,34	0,010

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Apenas três casos juntam à classe anterior, mais passiva, a atividade de receber amigos (Quadro 182). Trata-se de proprietários que utilizam frequentemente o comércio em grandes superfícies, mas estão dispostos a investir esforço em benefício do lugar para melhorar a comunidade, nomeadamente através de ajudas às pessoas. Por último, outra modalidade característica refere-se a uma relação ocasional com clubes ou associações locais de tipo cultural. Esta relação ocasional, a qual merece ser salientada, tem um peso de apenas 6,8% no total dos inquiridos, passa a ter uma representação de 66,7% nesta classe, sendo que no conjunto dos inquiridos que referiram esta relação ocasional, 18% pratica as atividades já referidas.

Quadro 182 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet e receber amigos (3 casos, 1,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Utilização de comércio em grandes superfícies	Frequentemente	100,00	16,56	11,11	2,64	0,004
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Melhorar comunidade	100,00	16,56	11,11	2,64	0,004
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Ocasionalmente	66,67	6,75	18,18	2,26	0,012

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

De seguida entra-se na análise das relações estabelecidas entre os dois leques mais diversificados de atividades, e também os mais frequentes, e as modalidades características da restantes variáveis. Na classe de ler, ouvir música, ver televisão, usar o computador e a internet e passear e praticar desporto, há 23 casos (Quadro 183). São situações atípicas de pessoas que não usam o comércio tradicional, banal ou não, e que declararam não gastar nada com o uso e manutenção da casa. O tipo de agregado familiar enquadra-se nas outras situações, as quais consideram irmãos e filhos com pais e com pessoas com outras relações de parentesco. Usam casa de construção e uso anterior a 1981 e não sentem saudades de nada quando estão ausentes do lugar.

Quadro 183 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet, passear e praticar desporto (23 casos, 14,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Tipo de agregado familiar	Outras situações	26,09	6,75	54,55	3,03	0,001
Ano de início de uso da segunda residência	1961 a 1981	39,13	16,56	33,33	2,63	0,004
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Nada e outros	21,74	6,13	50,00	2,53	0,006
Ano de posse da segunda residência	1961 a 1981	34,78	14,72	33,33	2,42	0,008
Utilização de comércio tradicional menos banal	Nunca	78,26	53,37	20,69	2,41	0,008
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	Não gasta nada	100,00	83,44	16,91	2,29	0,011
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Nunca	39,13	19,02	29,03	2,24	0,013

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por sua vez, quando à classe anterior se acrescenta o receber amigos, passa-se a ter o maior conjunto de respondentes, ou seja, 85 casos (Quadro 184), os quais consideram que a segunda residência é o melhor local para ler e para passeios a pé ou de bicicleta. Não usam nem têm relações com empresários locais e alguns equipamentos públicos e privados ou associações. A área das suas casa situa-se na classe de média e alta dimensão, com a particularidade de estarem mais representadas as que se localizam fora do aglomerado.

Quadro 184 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet, passear e praticar desporto e receber amigos (85 casos, 52,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
É o melhor lugar para: ler	Refere	34,12	22,09	80,56	3,78	0,000
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Nunca	80,00	67,48	61,82	3,41	0,000
Localização da segunda residência	Fora do aglomerado	18,82	11,04	88,89	3,21	0,001
Despesa mensal em abastecimento de água	11-20 €/mês	40,00	28,83	72,34	3,15	0,001
Área da casa	101 a 200 m2	50,59	41,10	64,18	2,42	0,008
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Refere	44,71	35,58	65,52	2,39	0,008
Frequência de relação - IPSS (lares de idosos e outros)	Nunca	94,12	87,73	55,94	2,38	0,009
Pavilhão gimnodesportivo - Frequência de utilização	Nunca	95,29	89,57	55,48	2,26	0,012
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação distante	23,53	17,18	71,43	2,06	0,020
Campo de golfe - Frequência de utilização	Nunca	97,65	93,25	54,61	2,05	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

16.4.3. Uso de comércio e serviços locais

A utilização de comércio e serviços locais, quando existentes, é um forte contributo para o desenvolvimento económico local. No entanto, isso será verdade se os rendimentos gerados nessas atividades se fixarem e reproduzirem também no local, numa ótica de multiplicador de rendimento através das cadeias de consumo. No entanto, é sabido que com a divisão do trabalho e a especialização produtiva de muitos países e regiões, estes efeitos multiplicadores acabam sempre por, em maior ou menor grau, também se dispersarem por diferentes espaços

geográficos. De qualquer modo, a fixação de algum rendimento a nível local, sobretudo em contextos de forte debilidade económica, não é de menosprezar, seja qual for a sua dimensão financeira.

Assim, neste ponto relativo ao uso de comércio e serviços locais, consideraram-se três grandes grupos de atividades: i) os serviços relacionados com a manutenção da casa e os serviços pessoais e domésticos; ii) o comércio tradicional local e em grandes superfícies; iii) a restauração e bares. No primeiro caso, o objetivo foi identificar os principais tipos de atividades locais dinamizadas pelas casas, os utilizadores e os usos, desde os serviços menos qualificados, como os de limpeza, até aos de manutenção mais especializada, como os de reparação. No segundo caso, pretendeu-se conhecer os padrões de utilização do comércio, partindo-se do pressuposto que o tradicional seria mais gerador de aumentos de rendimento no local, tanto pela via do consumo como pela do abastecimento, ao contrário das grandes superfícies, em que seria mais expetável a sua dispersão territorial. No terceiro caso, em acréscimo ao que já se referiu para o comércio, pretendia-se também avaliar os padrões de consumo dos utilizadores relativamente a alguns serviços de caráter mais turístico, enquanto indicadores de maiores capacidades de dinamização da economia local, sobretudo na ótica do rendimento disponível.

A maioria dos inquiridos (65,0%) nunca recorre a qualquer serviço prestado localmente e que se relacione com a manutenção da casa. Estes serviços foram classificados em três grupos, cada um deles com uma diferente combinação daqueles que eram mais mencionados, e que foram os seguintes:

- Limpeza da casa
- Manutenção ou pequenas obras
- Tarefas de jardinagem
- Tarefas agrícolas e cuidados com os animais
- Guarda ou vigilância da habitação
- Outro tipo de serviços,

Considerou-se um grupo onde a limpeza era dominante, mas que, eventualmente, podia incluir algumas poucas tarefas de jardinagem ou manutenção (9,8% do total dos inquiridos), um outro grupo onde a diversidade de serviços era maior, mas que também incluía a limpeza (8,6%) e, por último, um grupo onde a limpeza estava ausente, mas mantendo-se a restante

tipologia de tarefas, com maior ou menor diversidade (16,0%). De um modo geral, todos os serviços mencionados são pouco qualificados e apenas recorrem a eles 35% do total de inquiridos.

Para a utilização de serviços pessoais obteve-se um padrão idêntico de respostas. De referir que nos serviços pessoais, à semelhança do que ocorre na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE)[125], incluem-se, sobretudo, as atividades de cabeleireiro ou barbeiro e institutos de beleza, as lavandarias e as atividades de bem-estar físico, tais como os ginásios. 65,0% dos inquiridos não usam qualquer serviço pessoal, enquanto 14,1% recorre a eles raramente, 8,6% ocasionalmente e apenas 5,5% usam esse tipo de serviços frequentemente ou sempre[126].

A utilização do comércio tradicional já apresenta, naturalmente, um padrão de respostas diferente, ainda que haja uma divisão clara, também compreensível, entre as funções centrais banais, ou de uso diário, tais como as mercearias e os cafés que aqui incluímos, e as ocasionais, ou de uso mais ou menos espaçado no tempo, tais como a venda de calçado ou vestuário, por exemplo.

Assim, apenas 19,0% dos inquiridos nunca usa o comércio tradicional banal, facto que pode ser justificado ou porque adquire fora do lugar os produtos que precisa para a estadia ou, eventualmente em articulação com isso, adquire informalmente aos produtores locais alguns desses produtos. Também com esta explicação se podem justificar os 7,4% que raramente recorrem a este tipo de comércio, bem assim como os 17,8% que o fazem ocasionalmente. Os utilizadores que recorrem ao comércio tradicional banal, ou frequentemente, ou sempre, representam no conjunto 49,1%. De notar que as não respostas têm um peso de 6,8%.

Quando se considera o comércio tradicional menos banal ou ocasional, a proporção de não utilizadores sobe para 53,4%, enquanto 33,7% o utilizam raramente ou ocasionalmente e apenas 6,1% o usam de forma frequente ou sempre. Estas frequências de utilização estão em linha com dois grandes princípios básicos. Por um lado, o comércio ocasional, tal como a própria designação indica, é de utilização pouco frequente, ainda que em algumas tipologias especializadas esse uso possa ser muito mais frequente e, por outro, nem todos os lugares são

[125] Cf. Sistema de metainformação do INE, disponível em https://smi.ine.pt/Categoria.

[126] As não respostas têm uma representação de 6,8%.

de hierarquia funcional suficiente para cumprirem os critérios de limiar ou de raio de eficiência[127] viabilizadores desse mesmo comércio, o que logo à partida, naturalmente, também impede a sua utilização.

O comércio em grandes superfícies tem um grau de penetração muito forte em muitos dos centros urbanos nacionais, sejam eles de pequena, de média ou de grande dimensão. Esse grau de penetração deriva de dois fenómenos complementares. Por um lado, a grande dispersão e variedade, das cadeias de distribuição, em relação com a própria estruturação empresarial destas unidades comerciais, por vezes em franquia. Por outro, a fruição de um raio de eficiência superior ao comércio comum, até porque as grandes superfícies acabam por cumprir o papel da feira ao concentrarem, num único local, uma grande variedade de produtos. De qualquer modo, apesar da forte competitividade deste tipo de comércio em termos dos preços e da variedade de escolha, 49,7% dos inquiridos referiu nunca o utilizar, 6,8% utiliza-o raramente, 17,2% ocasionalmente, 16,6% frequentemente e, por fim, apenas 4,3% referiu que o utilizava sempre. Convém também salientar que a taxa de não resposta foi de 5,5%.

Os restaurantes não são utilizados por 26,4% dos inquiridos. 14,1% utiliza-os raramente, 41,1% ocasionalmente e 12,9% usa-os frequentemente (11,1%) ou sempre (1,8%). Esta intensidade de utilização da restauração, para além de estar articulada com o uso de segundas residências, naturalmente menos potenciador de uma elevada utilização desse tipo de serviços, também mostra que estas, apesar de tudo, contribuem para a sua existência e manutenção, a qual também depende, obviamente, de uma procura externa exigente em qualidade.

Já os bares noturnos são menos utilizados, sendo que 66,3% dos inquiridos declarou nunca os frequentar. O uso ocasional é o preponderante (14,1%). 6,8% usa-os raramente e apenas 7,3% o faz frequentemente (6,1%) ou sempre (1,2%). Este padrão de utilização está relacionado com a estrutura de idades dos respondentes.

Considerou-se que a variável mais interessante para verificar as relações entre as suas várias classes e as modalidades características das outras variáveis seria a utilização da restauração. De facto, do ponto de vista dos efeitos sobre o desenvolvimento local, a utilização do restaurante reveste-se de um significado que vai para além da utilização do comércio

[127] Os conceitos de limiar (do inglês *threshold*) e de raio de eficiência (também do inglês, *range*) fazem parte da teoria dos lugares centrais de Walter Christaller. O primeiro, refere-se à quantidade mínima de consumidores necessária à sobrevivência do negócio, enquanto o segundo diz respeito à distância máxima que os consumidores estão dispostos a percorrer para adquirir um determinado bem ou serviço (Cf. Gaspar, 1981).

tradicional banal. Isto é, tendo em conta o que seria de esperar do facto de se estar a usar uma casa que é segunda residência, onde será fácil a execução e a toma de refeições, vê-se na ida ao restaurante, para além do simples ato de consumo com consequências ao nível dos rendimentos gerados, normalmente por relocalização das despesas dos utilizadores, uma prática intimamente relacionada com os objetivos de recreação e lazer associados à utilização da segunda residência.

Os inquiridos que nunca vão ao restaurante enquanto estão a usar a segunda residência (Quadro 185), num total de 43, também, de forma significativa, não fazem compras em grandes superfícies, não utilizam bares noturnos e também não usam serviços pessoais. Do mesmo modo, também nunca usam equipamentos como os campos de futebol ou os centros culturais, mas mantêm a mais forte frequência de relação com os clubes ou associações locais. Também consideram que é o melhor lugar para fazerem o que mais gostam, tal como frequentar feiras, festas e romarias. Nesta classe estão representados 63,6% dos agregados correspondentes a outras situações, isto é, pessoas com graus de parentesco que não se enquadram nas outras classes.

Quadro 185 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Nunca (43 casos, 26,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Utilização de comércio em grandes superfícies	Nunca	72,09	49,69	38,27	3,28	0,001
Utilização de bares noturnos	Nunca	86,05	66,26	34,26	3,15	0,001
Porque sente que pertence ao local da SR	Outras razões	13,95	4,91	75,00	2,61	0,005
Utilização de serviços pessoais	Nunca	81,40	65,03	33,02	2,51	0,006
Tipo de agregado familiar	Outras situações	16,28	6,75	63,64	2,40	0,008
Centro cultural - Frequência de utilização	Nunca	93,02	80,37	30,53	2,34	0,010
Razões da escolha do lugar para a SR	Investimento	18,60	8,59	57,14	2,30	0,011
Frequência de relação - Clube/Ass. local cultural	Sempre	13,95	5,52	66,67	2,29	0,011
Campo de futebol - Frequência de utilização	Nunca	97,67	87,73	29,37	2,22	0,013
É o melhor lugar para ir a feiras, festas e romarias	Refere	6,98	1,84	100,00	2,11	0,017

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

De um modo geral, os inquiridos identificam-se ou têm sentimentos de pertença ao lugar, mas formulados de uma maneira pouco objetiva[128] que conduziram à sua classificação em «outras razões», modalidade que nesta classe concentra 75% dos inquiridos que a referiram. Apesar destas relações de proximidade e de pertença, o investimento surge sobrerrepresentado como uma das razões para a escolha do local da segunda residência.

Os inquiridos que raramente utilizam a restauração, em número de 23 (Quadro 186), destacam-se, sobretudo, por manterem uma relação próxima com os vizinhos, por não terem nenhuma relação com os clubes ou associações desportivas e por sentirem a falta, quando estão longe do local, das suas amenidades ambientais.

Quadro 186 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Raramente (23 casos, 14,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação próxima	65,22	31,90	28,85	3,34	0,000
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Amenidades ambiente	43,48	20,25	30,30	2,55	0,005
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Períodos de férias	17,39	4,29	57,14	2,40	0,008
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Nunca	82,61	61,35	19,00	2,09	0,018

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Trata-se de inquiridos cuja frequência de utilização da segunda residência é nos vários períodos de férias durante todo o ano, a qual apesar de apenas representar 17,4% dos casos desta modalidade da variável síntese da frequência de uso nesta classe, corresponde a uma concentração de 57,1% de todos os casos nessa modalidade na classe em apreço. De modo que não restem dúvidas sobre a leitura destes dados, repete-se que 17,39% dos inquiridos que responderam que raramente utilizam a restauração, ou seja, 23, têm uma frequência de uso da segunda residência em períodos de férias durante todo o ano. De outro modo, os inquiridos que raramente usam a restauração e frequentam a segunda residência nas férias durante todo o ano,

[128] Incluíram-se nestas outras razões declarações como «porque foi escolhido juntamente com o meu marido», «sim, é uma pessoa do mundo, não é holandês é europeu» ou «sim, gosto por hábitos». De qualquer modo, esta modalidade não significa a ausência de pertença ao lugar.

são 57,14% do total de inquiridos que têm essa frequência de uso da segunda residência. No total dos inquiridos, essa proporção de frequência de uso é de 4,29%.

A utilização ocasional da restauração (Quadro 187) é a classe mais frequente e as modalidades que com ela se relacionam são também diversificadas e multidimensionais. No geral, estando mais representados os casais de não idosos com filhos, onde as crianças têm uma representação de 25% ou mais, pode justificar-se o uso, ainda que ocasional, dos campos de futebol, sobretudo por parte das crianças, e dos bares noturnos, por parte dos pais.

Ocasionalmente também são efetuadas compras em grandes superfícies e no comércio tradicional menos banal. Trata-se de inquiridos com um nível de instrução igual ao secundário, que têm uma relação próxima com os comerciantes locais e fariam sacrifícios pessoais para contribuir para a melhoria da comunidade, até pela organização ou participação em eventos.

Quadro 187 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Ocasionalmente (67 casos, 41,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Instrução	Secundário	31,34	17,18	75,00	3,79	0,000
Utilização de comércio em grandes superfícies	Ocasionalmente	29,85	17,18	71,43	3,36	0,000
Tipo de agregado familiar	C. não idoso, filhos	44,78	30,06	61,22	3,24	0,001
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	49,25	34,97	57,89	3,02	0,001
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar comunidade	14,93	7,36	83,33	2,79	0,003
Utilização de bares noturnos	Ocasionalmente	23,88	14,11	69,57	2,75	0,003
Utilização de comércio tradicional menos banal	Ocasionalmente	29,85	19,02	64,52	2,72	0,003
Campo de futebol - Frequência de utilização	Ocasionalmente	7,46	3,07	100,00	2,30	0,011
Área da casa	101 a 200 m2	52,24	41,10	52,24	2,25	0,012
% de crianças do agregado que usam a segunda residência	=> 25 %	17,91	11,04	66,67	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Apesar de apenas 18 inquiridos ter declarado que utiliza a restauração frequentemente (Quadro 188), as relações desta classe com as modalidades características são também diversificadas e ricas do ponto de vista analítico.

São inquiridos que, de forma significativa, maioritariamente se caracterizam por deterem um nível de instrução correspondente ao ensino médio ou superior e em metade detêm profissões no âmbito dos especialistas das atividades intelectuais e científicas. São proprietários e utilizadores antigos da segunda residência (1960 ou antes) e, de forma esmagadora, têm a primeira residência na AML, de onde também são naturais.

Estes respondentes estão dispostos a gastar tempo, dinheiro e esforço pessoal em benefício do lugar, apesar de não terem sido objetivos na manifestação concreta dessa disposição, isto é, ficam-se maioritariamente por declarações do tipo «quero, mas não posso» ou «nunca surgiu a oportunidade», por exemplo.

Outra característica diferenciadora e que também indica a capacidade económica e financeira dos respondentes, diz respeito aos montantes gastos mensalmente para a manutenção da casa, os quais se situam acima dos 200 euros.

Por último, é interessante observar que uma das principais razões apontadas pelos inquiridos sobre quais as que os levam a gostar de passar tempo no local da segunda residência, é o facto de esta estar próxima da primeira residência. Apesar de esta resposta representar apenas 11,1% dos inquiridos que utilizam frequentemente a restauração, essas respostas são a totalidade das obtidas para essa modalidade, isto é, 100% dos inquiridos que gostam de passar tempo no local da segunda residência porque esta está próxima da primeira, utilizam a restauração frequentemente.

Estes elementos de caracterização apontam, assim, para utilizadores mais frequentes da restauração que correspondem a pessoas com origem na AML, com algum poder económico e financeiro e algum sentido de relação com o lugar, mas sobretudo orientados por uma frequentação antiga e valorização do fator distância à primeira residência, uma das principais condicionantes da frequência de uso que, apesar de tudo, em nada contribui para a definição desta classe.

A utilização da restauração, sempre em todas as estadias (Quadro 189), relaciona-se significativamente apenas com duas modalidades, a utilização, também sempre, do comércio em grandes superfícies e as férias e o lazer como principais razões para a escolha do lugar da segunda residência. Nesta motivação foram incluídas respostas como «levar a família para fora de Lisboa» e «poder sair da cidade», algo que, na literatura, normalmente se associa à decisão de ter uma segunda residência. Estas relações estão logicamente relacionadas entre si, mas

apenas abrangem três casos, o que é revelador, pelo menos no contexto dos inquéritos efetuados, da fraca incidência deste tipo de comportamento.

Quadro 188 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Frequentemente (18 casos, 11,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Outros motivos	44,44	12,88	38,10	3,36	0,000
Profissão	Especialista	50,00	17,79	31,03	3,13	0,001
Instrução	Médio , licenciatura	66,67	30,67	24,00	3,11	0,001
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / mês)	> 200 €	22,22	3,68	66,67	2,99	0,001
Ano de posse da segunda residência	1960 ou antes	16,67	2,45	75,00	2,63	0,004
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	83,33	52,76	17,44	2,58	0,005
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Próximo residência	11,11	1,23	100,00	2,27	0,012
Biblioteca - Frequência de utilização	Ocasionalmente	11,11	1,23	100,00	2,27	0,012
Concelho de naturalidade	AM Lisboa	50,00	25,15	21,95	2,19	0,014
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	94,44	71,78	14,53	2,15	0,016
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Refere	61,11	35,58	18,97	2,10	0,018
Ano de início de uso da segunda residência	1960 ou antes	16,67	3,68	50,00	2,09	0,019
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Outros motivos	27,78	9,82	31,25	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Quadro 189 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Sempre (3 casos, 1,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Utilização de comércio em grandes superfícies	Sempre	66,67	4,29	28,57	2,60	0,005
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Férias, lazer	66,67	7,98	15,38	2,12	0,017

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, ficou claro um padrão que coloca os proprietários com mais fortes ligações aos lugares nas modalidades de utilização nula até ocasional. Na classe de frequentemente estão as pessoas em que o elevado estatuto socioeconómico é relevante, mas também manifestam a disposição de agir em benefício do lugar. Por último, mas em número muito reduzido, surgem os casos em que a restauração é usada sempre, em linha com motivações de férias, período em que normalmente, havendo capacidade económica, se utiliza mais esse tipo de serviço. De qualquer modo, a utilização da restauração, apesar de estar relacionada com a capacidade económica, não deixa também de refletir, quando pouco frequente ou mesmo ausente, uma prática consolidada de frequentação e de ligação ao lugar e à casa, em que se privilegia a vida em família.

16.4.4. O uso de equipamentos de utilização coletiva de natureza pública

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, "os equipamentos de utilização coletiva são as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil".

Apesar de os equipamentos de utilização coletiva poderem ser de natureza pública ou privada, considerou-se que apenas seria pertinente verificar a sua utilização relativamente aos de natureza pública, já que é nesse âmbito que se processam os principais investimentos, bem assim como as respetivas despesas de manutenção, seja ao nível autárquico, seja, em alguns casos, ao nível da administração central. Aliás, os equipamentos de utilização coletiva correspondem ao conceito de equipamentos coletivos referido no artigo 21.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e ao conceito de equipamentos, sem mais detalhes, a que se refere o artigo 43.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro. A evolução geral deste conceito tem sido pacífica e nunca incluiu as infraestruturas urbanas e territoriais, ainda que esta formulação não seja suficientemente clara no âmbito do urbanismo e do ordenamento do território. No entanto, dada a importância na sub-região do golfe, foi também perguntada a frequência de utilização deste equipamento, naturalmente privado.

Cada vez mais a escala local é responsável por uma crescente variedade e diversidade de equipamentos, ou seja, variedade em termos setoriais e diversidade em termos de dimensão.

O objetivo subjacente à inclusão de questões relativas à frequência de uso de equipamentos coletivos de natureza pública foi o de avaliar a necessidade de investimento, a par de eventuais pressões, ainda que sazonais, sobre a sua utilização. De outra forma, pode colocar-se a seguinte questão: as segundas residências são agentes de pressão ou de viabilização sobre os investimentos públicos locais? A resposta a esta questão não é simples e, em si mesma, poderia ser objeto de uma investigação específica, ainda que os dados recolhidos e analisados no âmbito desta dissertação, sejam os primeiros a ajudar nessa resposta.

De um modo geral, a utilização dos equipamentos em apreço é na sua esmagadora maioria nula. Isto é, mais de 80% dos inquiridos nunca os utilizam, com exceção dos centros de saúde, onde esse valor desce para 60,7%. No outro extremo, o dos que os utilizam sempre ou frequentemente, a percentagem varia entre 0,6 e 2,5%, ficando pelo meio a utilização ocasional, a qual varia entre 1,2%, no caso das bibliotecas, e 3,1%, no caso dos campos de futebol, mais uma vez com exceção dos centros de saúde, onde essa percentagem sobe para 9,2%.

Mesmo quando questionados sobre a utilização de alguns equipamentos coletivos de natureza privada como os campos de golfe, aquelas percentagens passam a ser, para os que nunca usam, de 93,3% e 1,2% para os que usam ocasionalmente ou frequentemente, remanescendo 5,5% de não respostas. De um modo geral, pode concluir-se que para além dos serviços associados aos centros de saúde, também manifestamente pouco utilizados, todos os outros apresentam muito baixas taxas de uso, facto que salienta a pouca importância da existência deste tipo de equipamentos para a expansão e consolidação do fenómeno das segundas residências.

Tendo em conta o padrão de utilização dos serviços de saúde, pelo menos, até certo ponto, mais constante e menos contrastado que os prestados pelos outros tipos de equipamentos, considerou-se relevante analisar a relação entre essa utilização e as outras modalidades características das outras variáveis.

Os inquiridos que responderam que nunca usam o centro de saúde durante a estadia são a grande maioria, correspondendo a quase 61% do total (Quadro 190). São pessoas que possuem a segunda residência há menos tempo e que não frequentam outros equipamentos e serviços e que também não mantêm relações com alguns agentes locais. Trata-se de agregados familiares

constituídos apenas pelo casal de pessoas não idosas, já que 88,9% das pessoas que se incluem em agregados familiares desse tipo nunca usam o centro de saúde. A não utilização dos serviços do centro de saúde é compreensível no âmbito dos períodos de utilização da segunda residência, sobretudo nos tempos livres temporalmente dispersos ou concentrados, ainda que aqui surjam como mais representados os agregados familiares não idosos e sem filhos ou outros dependentes ou parentes a acompanhar.

Quadro 190 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Nunca (99 casos, 60,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Centro cultural - Frequência de utilização	Nunca	95,96	80,37	72,52	6,11	0,000
Biblioteca - Frequência de utilização	Nunca	98,99	89,57	67,12	4,75	0,000
Frequência de relação - CTT	Nunca	67,68	52,76	77,91	4,63	0,000
Pavilhão gimnodesportivo - Frequência de utilização	Nunca	97,98	89,57	66,44	4,14	0,000
Utilização de serviços pessoais	Nunca	77,78	65,03	72,64	4,07	0,000
Utilização de bares noturnos	Nunca	78,79	66,26	72,22	4,03	0,000
Campo de futebol - Frequência de utilização	Nunca	95,96	87,73	66,43	3,73	0,000
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Nunca	57,58	46,01	76,00	3,56	0,000
Campo de golfe - Frequência de utilização	Nunca	98,99	93,25	64,47	3,35	0,000
Utilização de comércio em grandes superfícies	Nunca	59,60	49,69	72,84	3,00	0,001
Freguesia	Ferrel	18,18	12,27	90,00	2,78	0,003
Localidade	Ferrel	18,18	12,27	90,00	2,78	0,003
Frequência de relação - Banco	Nunca	50,51	41,72	73,53	2,69	0,004
Concelho	Peniche	39,39	31,29	76,47	2,65	0,004
Tipo de agregado familiar	Casal não idoso	16,16	11,04	88,89	2,47	0,007
Classificação da freguesia	Urbana Medianamente	45,45	38,04	72,58	2,28	0,011
Proximidade com os residentes locais - Artesãos	Relação inexistente	83,84	77,30	65,87	2,27	0,012
Frequência de relação - IPSS (lares de idosos e outros)	Nunca	92,93	87,73	64,34	2,25	0,012
Ano de posse da segunda residência	2002 a 2011	30,30	23,93	76,92	2,23	0,013
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação inexistente	59,60	52,15	69,41	2,21	0,014

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Quando os inquiridos responderam que utilizavam o centro de saúde raramente (Quadro 191), agrupam-se em torno dessa resposta pessoas que já utilizam a segunda residência há mais tempo, têm uma relação próxima com os vizinhos e, em geral, com o lugar, mais não seja através

do sentimento de pertença por via da integração e amizade, isto é, gostar dos habitantes e ter amigos ou sentir-se integrado e ter sido bem recebido, ou mesmo pelo facto de ouvir e acompanhar as rádios locais sempre.

Para além do acima referido, salientam-se ainda outros traços relevantes, tais como o de se tratarem de cinco ou mais utilizadores simultâneos, em freguesias predominantemente urbanas e com uma maior representação das estadias de longa duração (até 3 meses ou mais).

Comparativamente à classe anterior, a maior diferença refere-se a um maior envolvimento dos inquiridos com o lugar e a comunidade local. De qualquer modo, uma rara utilização do centro de saúde continua a estar em sintonia com os objetivos da posse de uma segunda residência, ou seja, o gozo de períodos de férias e de recreio e lazer.

Quadro 191 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Raramente (35 casos, 21,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Ano de início de uso da segunda residência	1992 a 2001	42,86	22,70	40,54	2,87	0,002
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Nada	37,14	18,40	43,33	2,84	0,002
Frequência de relação - CTT	Ocasionalmente	40,00	21,47	40,00	2,67	0,004
Nº de pessoas do agregado que usam a segunda residência	5 ou mais pessoas	42,86	23,93	38,46	2,65	0,004
Ano de posse da segunda residência	1992 a 2001	40,00	22,09	38,89	2,56	0,005
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação próxima	51,43	31,90	34,62	2,54	0,006
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	57,14	38,04	32,26	2,40	0,008
Utilização de serviços pessoais	Raramente	28,57	14,11	43,48	2,37	0,009
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação distante	48,57	30,67	34,00	2,34	0,010
Freguesia	Lourinhã	34,29	19,02	38,71	2,27	0,012
Concelho	Lourinhã	34,29	19,02	38,71	2,27	0,012
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	16-30 €/mês	37,14	21,47	37,14	2,24	0,013
Acompanha a rádio local/regional?	Sempre	17,14	6,75	54,55	2,22	0,013
Ano de posse da segunda residência	1982 a 1991	25,71	12,88	42,86	2,16	0,015
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Estadias longas	22,86	11,04	44,44	2,10	0,018
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Integração e amigos	31,43	17,79	37,93	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A utilização ocasional dos centros de saúde (Quadro 192), de apenas 15 casos, continua, à semelhança da classe anterior, a estar relacionada com pessoas que têm uma importante

ligação ao lugar e à comunidade, seja pela utilização mais frequente de alguns serviços como os correios e o banco, seja pela proximidade com alguns tipos de agentes locais, tais como os produtores agrícolas e os representantes da igreja.

Os períodos de utilização são também reveladores do que antes se disse sobre a ligação ao lugar. Apesar da síntese anual ser a de utilização durante os períodos de férias, não pode deixar de salientar-se que, nas estações de outono e inverno, tal continuar a ser verdade.

Esta relação com o lugar fica ainda mais consolidada quando os respondentes mencionam que este se trata do melhor para conviver com familiares e amigos. Do mesmo modo, quando questionados sobre o que gostariam que deixasse de existir no local da segunda residência, surgem declarações sobre as relações sociais, isolamento e pobreza, facto que demonstra, para além de algum conhecimento sobre os problemas locais, também algumas preocupações sociais indutoras de alguma agência pessoal.

Quadro 192 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Ocasionalmente (15 casos, 9,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Refere	66,67	24,54	25,00	3,39	0,000
Utilização de serviços pessoais	Ocasionalmente	40,00	8,59	42,86	3,34	0,000
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Rel. sociais, isol.	26,67	3,68	66,67	3,22	0,001
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação de amizade	33,33	6,75	45,45	3,06	0,001
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Períodos de férias	26,67	4,29	57,14	2,98	0,001
Frequência de relação - CTT	Frequentemente	26,67	4,91	50,00	2,78	0,003
Frequência de relação - Banco	Frequentemente	46,67	16,56	25,93	2,64	0,004
Centro cultural - Frequência de utilização	Ocasionalmente	26,67	5,52	44,44	2,61	0,005
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Durante as férias	26,67	5,52	44,44	2,61	0,005
Localidade	Amoreira	26,67	6,13	40,00	2,45	0,007
Freguesia	Amoreira	26,67	6,13	40,00	2,45	0,007
Utilização de bares noturnos	Ocasionalmente	40,00	14,11	26,09	2,38	0,009
Centro cultural - Frequência de utilização	Raramente	26,67	7,36	33,33	2,17	0,015
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação próxima	33,33	11,66	26,32	2,10	0,018

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Relativamente à utilização frequente do centro de saúde (Quadro 193), o número de casos dessa resposta foi nulo. Tal está em linha com a utilização temporalmente descontinuada da própria segunda residência. No entanto, relativamente à resposta de que utiliza sempre, num total de apenas quatro casos, a interpretação fica dificultada. Trata-se de pessoas que utilizam a casa regularmente durante todo o ano e mesmo em dias da semana. A ocupação do terreno adjacente à casa, por jardim e agricultura, está em sintonia com essa frequência de utilização.

Quadro 193 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Sempre (4 casos, 2,5% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Ocupação da parte do terreno	Jardim, agric. s/ horta	50,00	3,68	33,33	2,48	0,007
Concelho	Torres vedras	75,00	13,50	13,64	2,41	0,008
Freguesia	Carvoeira	75,00	13,50	13,64	2,41	0,008
Frequência de relação - Câmara Municipal	Raramente	100,00	30,67	8,00	2,40	0,008
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Alguns dias regular.	50,00	4,29	28,57	2,36	0,009
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação distante	75,00	15,34	12,00	2,27	0,012
Utilização de serviços pessoais	Frequentemente	50,00	4,91	25,00	2,25	0,012
Ano / período de construção da casa	1960 ou antes	75,00	15,95	11,54	2,22	0,013

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Poder-se-iam adiantar várias explicações para a utilização constante do centro de saúde durante todas as estadias, apesar de isso não ter sido diretamente perguntado aos inquiridos. Aquela que se julga mais provável, até por serem apenas 4 casos em 163, poderá estar relacionada com situações de doença exigente em acompanhamento constante. Em favor desta hipótese está a utilização frequente de serviços pessoais no local. De forma mais consistente, poder-se-ia admitir que a segunda residência poderia ser o escape confortável e desejado para a superação de situações sanitárias mais dramáticas.

A síntese deste ponto sobre a utilização de equipamentos locais é relativamente simples. Por um lado, a grande maioria dos inquiridos não utiliza qualquer equipamento ou serviço e, por outro, quando essa utilização ocorre de forma mais frequente, aumenta a nebulosidade sobre esse significado, tal o emaranhado de relações pouco claras que definem esses grupos. Como

conclusão geral, pode adiantar-se que, pelo menos no caso dos equipamentos públicos de utilização coletiva, os segundos residentes não se constituem como agentes relevantes de aumento da pressão sobre o seu uso.

16.4.5. Despesas com a casa e o seu uso

A inclusão das variáveis relativas aos gastos com a casa no contexto da componente utilização, deve ser interpretada como facilitadora da medição do grau, ou intensidade, da prática de atividades relacionadas diretamente com as segundas residências. Isto é, a frequência de utilização e o tipo de atividades praticadas, são condicionantes diretas sobre as despesas de uso e manutenção da casa. Por esse motivo, estas variáveis não foram incluídas na componente de casa, apesar de continuarem a ser interessantes nessa análise.

No inquérito foram incluídas questões sobre os gastos mensais nas contas de eletricidade e água, bem assim como os gastos agregados com o uso e manutenção da casa. Noutra questão, foi perguntado aos proprietários quais os gastos anuais realizados no local em todas as estadias. A lógica subjacente a estes questões foi a de individualizar três tipo de despesa. Por um lado, as mais comuns relacionadas com a manutenção do serviço de abastecimento básico em água e eletricidade. Por outro, aquelas que, para além da manutenção da casa, também incluíssem o seu uso. Por fim, aquelas que juntassem os dois tipos de despesa anteriores, somadas dos gastos com as estadias não diretamente relacionados com a casa, em si mesma.

Os custos de manutenção da casa tendo apenas em conta as despesas mensais do abastecimento e consumo de água e de eletricidade, são os mais frequentes, até porque os montantes declarados como estando envolvidos nessas despesas, tendo em conta os valores médios, são muito baixos. Os custos com o consumo e abastecimento de energia elétrica são mais elevados que os relativos à água. De facto, apesar da energia elétrica depender do abastecimento formal empresarial, a água tem sido objeto de diferentes tratamentos, tanto através das suas fontes (rede pública, poço ou furo privados), como da sua gestão (individual, pública ou empresarial local ou regional). Enquanto a eletricidade deixou de ter um tarifário diferenciado de acordo com as regiões, o abastecimento de água continua a ter diferentes preços consoante a entidade fornecedora e gestora da distribuição. De qualquer modo, estas diferenças acabam por ter pouco impacto na análise já que se utilizaram classes de valores com alguma amplitude.

Apesar de 27% dos inquiridos não ter respondido, a maior parte, 30%, gasta 10 euros ou menos por mês em água, 29% entre 11 e 20 euros e, por fim, apenas 15% gasta mais de 20 euros mensais. Já relativamente às contas mensais de eletricidade, em que 26% não respondeu, a distribuição pelas várias classes de custo era mais uniforme. Assim, 28% gastava 15 ou menos euros mensais, 22% gastava entre 16 e 30 euros e, 24%, gastava acima de 30 euros mensais. Esta distribuição de valores aponta para uma equivalente distribuição de frequências de uso da casa, ainda que o seu diferente grau de equipamento também interfira nos consumos faturados.

Para além dos valores acima referidos, foi também perguntado qual o montante anual de gastos diversos serviços relacionados com a manutenção da casa, tais como a sua limpeza, eventuais tarefas agrícolas e de cuidados com os animais, a sua guarda ou vigilância, tarefas de jardinagem, manutenção ou pequenas obras e outros tipos de serviços, modalidade que apenas foi indicada por 5 pessoas, 1 referindo a manutenção da piscina e 4 o pagamento do condomínio. A resposta mais frequente foi esmagadoramente a de que não gastava nada (83,4%), seguida das classes de 500 euros ou menos (7,4%), de 501 a 1500 euros (4,9%) e acima de 1500 euros, com 4,3%. Mais do que nos casos dos gastos com água e eletricidade, é agora manifesta a relevância do gasto nulo com outros aspetos da manutenção da casa. Esta estrutura de custos já justifica, por si mesma, alguma independência entre a capacidade de deter uma segunda residência e o estatuto social e económico do seu proprietário.

Por último, com o objetivo de se avaliarem os efeitos económicos sobre o local, foi também pedido aos inquiridos que declarassem qual o montante gasto no lugar da segunda residência durante o último ano. Apenas 6% não respondeu. Foram mais expressivas as respostas abaixo dos 2500 euros/ano (65,0%), divididas entre 30,0% abaixo dos 1000 euros e 35,0%, entre 1000 e 2500 euros. Na classe dos 2501 a 5000 euros, situaram-se 18,0% dos inquiridos, enquanto 11,0% se incluíram na classe acima dos 5000 euros.

Para efeitos de sistematização das principais relações entre as variáveis do inquérito, tendo subjacente a relativa aos gastos, será usada esta última subdividida nas suas várias classes. Na classe com gastos abaixo dos 1000 euros/ano (Quadro 194), a qual abrange 49 casos, salientam-se algumas relações lógicas que o justificam:

- Trata-se de proprietários naturais de concelhos da própria sub-região, mas nascidos noutra freguesia que não a da localização da segunda residência.
- São pessoas com fracas relações com atores e agentes locais, incluindo os vizinhos.

- Detêm casas de construção anterior a 1961, com 3 ou menos assoalhadas e implantadas em parcelas com menos de 100 m^2.
- Não gastam nada na manutenção da casa e em 14,3% dos casos sentem que não pertencem ao local dada a sua fraca integração, sendo de relevar que do total de pessoas que respondeu isto, 63,6% estão nesta classe de gastos anuais.

Quadro 194 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: <1000 €/ano (49 casos, 30,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Nº de assoalhadas	3 ou menos	57,14	32,52	52,83	4,15	0,000
Freguesia	Carvoeira	30,61	13,50	68,18	3,78	0,000
Concelho	Torres vedras	30,61	13,50	68,18	3,78	0,000
Atividades praticadas na área de localização da SR	Receber amigos	12,24	3,68	100,00	3,24	0,001
Concelho de localização da primeira residência	Oeste	34,69	18,40	56,67	3,19	0,001
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação inexistente	36,73	20,86	52,94	2,97	0,001
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Raramente	24,49	11,66	63,16	2,96	0,002
Concelho de naturalidade	Oeste	67,35	49,08	41,25	2,90	0,002
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	85,71	71,78	35,90	2,48	0,007
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação inexistente	16,33	7,36	66,67	2,44	0,007
Tipo de serviços locais utilizados	Nada	79,59	65,03	36,79	2,43	0,008
Freguesia	Atouguia da Baleia	30,61	19,02	48,39	2,21	0,014
Ano / período de construção da casa	1960 ou antes	26,53	15,95	50,00	2,13	0,016
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Fraca integração	14,29	6,75	63,64	2,09	0,018
Área do terreno	< 100 m2	14,29	6,75	63,64	2,09	0,018
Frequência de relação - Banco	Nunca	55,10	41,72	39,71	2,09	0,018
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / mês)	Não gasta nada	95,92	87,12	33,10	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Na classe de gastos anuais entre 1000 e 2500 euros (Quadro 195) definem-se claramente alguns elementos de análise, tais como os proprietários com fortes laços com o lugar, não só porque nasceram na mesma freguesia de localização da casa, mas também porque referiram expressamente que não há nenhuma razão para não se identificarem com ele.

Quadro 195 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: 1000 -2500 €/ano (57 casos, 35,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Só férias de verão	38,60	23,31	57,89	3,14	0,001
Nº de assoalhadas	4 a 6	77,19	60,74	44,44	3,04	0,001
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	=< 15 €/mês	43,86	28,22	54,35	3,03	0,001
Utilização de serviços pessoais	Raramente	26,32	14,11	65,22	2,98	0,001
Freguesia	Ferrel	22,81	12,27	65,00	2,69	0,004
Localidade	Ferrel	22,81	12,27	65,00	2,69	0,004
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Melhorar comunidade	14,04	6,13	80,00	2,68	0,004
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	33,33	20,86	55,88	2,63	0,004
Idade	45 - 54 anos	33,33	20,86	55,88	2,63	0,004
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	43,86	30,67	50,00	2,48	0,007
Frequência de relação - Participação em eventos	Frequentemente	26,32	15,95	57,69	2,38	0,009
Ano de posse da segunda residência	1961 a 1981	24,56	14,72	58,33	2,32	0,010
Ano / período de construção da casa	1961 a 1981	33,33	22,09	52,78	2,31	0,011
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	36,84	25,15	51,22	2,30	0,011
Frequência de relação - Banco	Ocasionalmente	28,07	17,79	55,17	2,26	0,012
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	35,09	23,93	51,28	2,23	0,013
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Outros	21,05	12,27	60,00	2,21	0,014
Ano de início de uso da segunda residência	1961 a 1981	26,32	16,56	55,56	2,20	0,014
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Não sente isso	56,14	44,17	44,44	2,09	0,018

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Também se destacam os proprietários que vivem no estrangeiro, já que 55,9% dos aí residentes estão nesta classe, sendo que nela representam 33,3% dos respondentes, enquanto no total dos inquéritos a sua representação é de 20,9%. Concomitantemente, a frequência de uso apenas nas férias de Verão está mais representada nesta classe, pelo que, naturalmente, a permanência no Outono e Inverno nunca se verifica. Mais de metade dos proprietários que estão nesta classe de gastos, usam a casa desde 1961 a 1981, tratando-se em 77,2% dos casos de habitações de dimensão razoável, entre 4 e 6 assoalhadas. Por último, é ainda de referir que se trata de pessoas

ainda em idade ativa (45-54 anos) e que seguem um padrão de visitação também ancorado na participação em eventos locais, tal como é característico dos emigrantes.

Ainda que na classe de menores gastos sejam mais expressivas as condições habitacionais e a fraca ligação ao lugar, nesta classe intermédia é a frequência da estadia que condiciona esses valores de despesa.

Os 29 proprietários que responderam gastar anualmente entre 2500 e 5000 euros (Quadro 196), apenas são caracterizados por 4 modalidades das outras variáveis, das quais é possível retirar o seguinte:

- São sobretudo pessoas que têm a sua primeira residência em prédios com 6 ou mais pisos;
- Que escolheram o local da segunda residência, com a qual gastam mais de 1500 euros/ano em serviços e manutenção da casa, por necessidade de férias e recreio e lazer.

Quadro 196 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: 2500-5000 €/ano (29 casos, 17,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Tipo de casa da primeira residência	Prédio =>6 pisos	44,83	25,77	30,95	2,28	0,011
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Férias, lazer	20,69	7,98	46,15	2,22	0,013
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	31,03	15,95	34,62	2,06	0,020
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	> 1500 €	13,79	4,29	57,14	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, a classe de gastos no local acima de 5000 euros/ano (Quadro 197), apenas inclui 18 casos. Não surgem modalidades características relacionadas com a frequência das estadias, com o tipo de agregados familiares ou com os grupos socioprofissionais dos inquiridos. No entanto, a despesa com abastecimento de energia elétrica situa-se na classe dos 16 a 30 euros mensais, o que poderá indicar alguma importância das utilizações mais frequentes. De qualquer modo, destacam-se as seguintes sobrerrepresentações:

- São proprietários de casas de segunda residência com uma boa dimensão, entre 101 e 200 m^2, e em que a grande maioria fez obras de remodelação; no entanto,

39% destes proprietários ainda está a suportar o crédito relativo à primeira residência.

- Estas casas estão enquadradas em terreno ocupado por jardim e espaços naturalizados, tais como incultos ou bosques.
- Identificam a sazonalidade, entre outros aspetos, como o tipo de problemas que conhecem no local e sentem a falta do sossego quando se encontram afastados da segunda residência.
- Por último, estes inquiridos gostariam que deixassem de existir problemas do âmbito do urbanismo, comércio e serviços e infraestruturas, onde se incluem a insegurança, as telecomunicações deficientes, o avanço da urbanização e a degradação ambiental e a falta de atividades comerciais, entre outros.

Quadro 197 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: >5.000 €/ano (18 casos, 11,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Ocupação da parte do terreno	Jardim, esp. natural	72,22	34,97	22,81	3,18	0,001
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Urbanismo, comércio	44,44	17,18	28,57	2,67	0,004
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Não foi reconhecido	27,78	8,59	35,71	2,33	0,010
Regime de propriedade da primeira residência	A pagar crédito	38,89	15,95	26,92	2,29	0,011
É o melhor lugar para: desporto	Não refere	100,00	79,14	13,95	2,28	0,011
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Sossego	61,11	34,36	19,64	2,22	0,013
Obras de remodelação	Sim	72,22	45,40	17,57	2,18	0,015
Frequência de relação - Câmara Municipal	Ocasionalmente	38,89	17,18	25,00	2,11	0,017
Utilização de comércio em grandes superfícies	Ocasionalmente	38,89	17,18	25,00	2,11	0,017
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	16-30 €/mês	44,44	21,47	22,86	2,10	0,018
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Outros	16,67	3,68	50,00	2,09	0,019
Área da casa	101 a 200 m2	66,67	41,10	17,91	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em síntese, os gastos no local, tendo em conta todo o tipo de despesas com a casa e as estadias, não surgem claramente associadas ao estatuto socioprofissional dos proprietários, do

mesmo modo que apenas no caso dos emigrados se registar uma relação lógica entre esses montantes de despesa e a frequência das estadias, apenas nas férias de Verão. Como nota geral, nem sequer surgem sobrerrepresentadas nas várias classes, relações com a utilização de alguns serviços, tais como a restauração ou os bares, ou relações com o tipo e dimensão do agregado familiar. Estas observações apontam para uma realidade que transfere para o domínio da incerteza os padrões e volumes de consumo dos segundos residentes, ou seja, não será pelas suas características sociodemográficas, profissionais e económicas que se poderão avaliar os impactes diretos sobre a economia local.

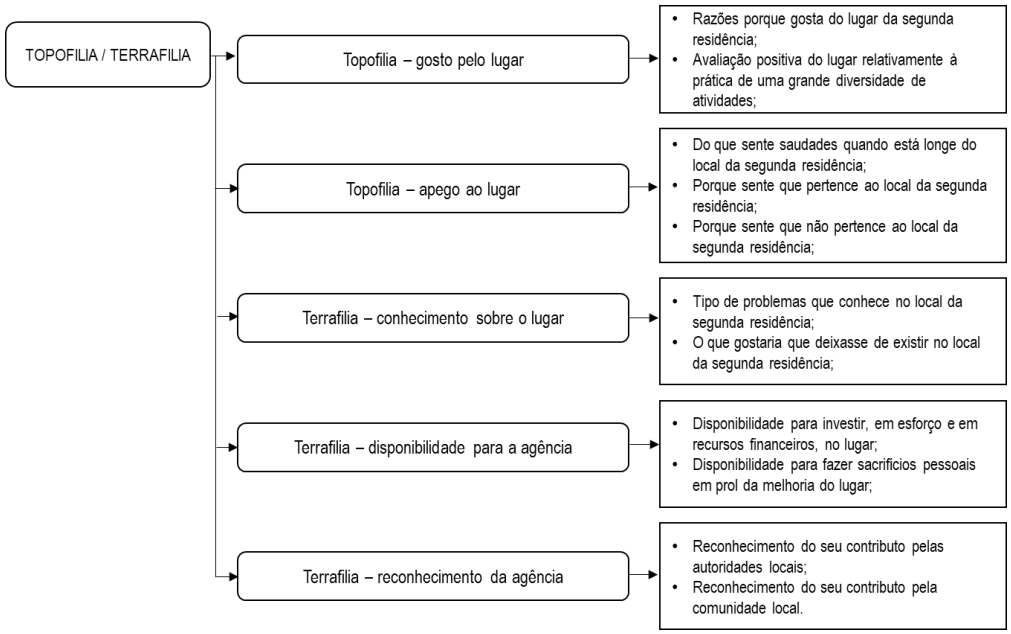
16.4.6. Topofilia e terrafilia, duas dimensões descritivas e explicativas do fenómeno

Ao longo da análise dos resultados do inquérito em cada uma das dimensões do fenómeno das segundas residências (casa, utilizadores e uso), verificou-se que a topofilia ou a terrafilia surgiam como elementos relevantes do ponto de vista da explicação das relações entre as diferentes variáveis. Teoricamente, e os resultados obtidos vieram a comprovar essas hipóteses, quanto mais fortes os laços ou os sentimentos de pertença ao lugar, mais frequente é a visitação ao local, mais forte é a utilização de comércio e serviços locais e mais intensa e positiva é a relação com atores e agentes locais. Do mesmo modo, quanto mais forte é o sentimento de topofilia, maior é a predisposição para conhecer e agir sobre os problemas locais, em suma, maior é a vontade de conduzir iniciativas concretas de promoção do desenvolvimento local.

Para simplificar a descrição e análise destas temáticas do inquérito, adotou-se, tal como consta na Figura 131, uma sistematização do seguinte tipo:

1. Topofilia – o gosto pelo lugar – incluíram-se aqui as questões relacionadas com a avaliação dos inquiridos sobre a adequação do lugar para a prática de um leque diversificado de atividades.
2. Topofilia – o apego ao lugar – enquanto o gostar de um determinado lugar depende da perceção sobre as suas qualidades ou defeitos, o apego, ou sentimentos de pertença, traduz-se na forma como cada indivíduo se relaciona com esse lugar, de tal modo que a intensidade da saudade induzida pela ausência ou afastamento desse lugar, pode ser um o indicador de mensuração desse apego.

3. Terrafilia – conhecimento sobre os problemas do lugar – este conhecimento já se enquadra numa perspetiva de agência; isto é, a primeira etapa da formulação de iniciativas concretas sobre qualquer um dos domínios constitutivos do lugar passa primeiro pelo diagnóstico dos problemas existentes.



Fonte: elaboração própria

Figura 131 – Questões do inquérito relativas à topofilia e à terrafilia

4. Terrafilia – disponibilidade para a agência – o querer agir tem de ser completado com a possibilidade e disponibilidade para o fazer, tanto em termos do tempo, como dos recursos financeiros.
5. Terrafilia – reconhecimento da agência – após a intervenção ou ação no âmbito de qualquer uma das dimensões características do lugar, segue-se uma avaliação qualitativa que se pode traduzir no reconhecimento por parte das entidades ou dos indivíduos da comunidade afetada.

16.4.7. Topofilia – o gosto pelo lugar

Com exceção de 3 casos e de outros 12 que não responderam, os restantes 148 inquiridos (90,8% do total de 163) manifestaram-se como gostando do lugar da segunda residência, até

tendo em conta o tipo de atividades que mais lhes agradam e que nele podem ser praticadas. O Quadro 198 contem os resultados obtidos depois de classificadas as 163 respostas abertas. Nele é possível verificar que a calma e a tranquilidade e a possibilidade de descanso são referidos em 36,2% dos inquéritos, seguindo-se o nascimento e as relações familiares e de amizade com 27,6% e, ainda com alguma importância, o facto de haver praia e/ou de se poderem praticar diversas atividades de ar livre. As restantes razões, entre as quais está o gostar sem qualquer especificação e a oportunidade de investimento, representam, no conjunto, 14,7%.

Quadro 198 – Razões porque gosta de passar tempo no lugar da segunda residência

Gosta, ou não gosta, porque:	Nº de respostas	% do total de inquéritos
Gosta, porque é calmo e tranquilo e pode descansar	59	36,20
Gosta porque aí nasceu ou tem fortes relações familiares ou de amizade	45	27,61
Gosta, por causa da praia ou poder praticar diversas atividades de ar livre	20	12,27
Gosta, n.e.	16	9,82
Gosta, porque foi onde investiu na sua 2ª casa	6	3,68
Não gosta, não especificado (n.e.)	3	1,84
Gosto porque fica próximo do local de residência	2	1,23
Não sabe/ Não responde	12	7,36
Total	163	100,00

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Também foi sugerido aos inquiridos que completassem a frase «este é/não é (riscar o que não interessa) o melhor lugar para fazer o que mais gosto de fazer nos meus tempos livres, tais como:». Essas respostas, também abertas e com diferentes abrangências, foram também classificadas, dando origem a 262 referências, as quais se apresentam no Quadro 199.

Trata-se agora de avaliar as qualidades mais específicas do lugar relativamente à prática das atividades preferidas pelos inquiridos, umas mais ativas, e outras mais passivas. As atividades mais referidas para as quais são melhores os lugares, pelo menos acima de 13% das referências totais, são os passeios a pé ou de bicicleta, a possibilidade de ir à praia, o facto de permitirem o convívio com amigos ou familiares e a leitura.

No conjunto, estas quatro atividades representam 70,6% do total das referências, seguindo-se o descanso em geral e prática de atividades agrícolas e de jardinagem, num valor global de 19,1% e, por fim, atividades mais residuais como a pesca, a prática desportiva e a frequência de feiras, festas e romarias, num valor global de 10,3%.

Quadro 199 – Apreciação dos inquiridos sobre a adequação do lugar para a prática de atividades de recreio e lazer

É o melhor lugar para:	Nº de referências	% do total de referências
passeios a pé ou de bicicleta	58	22,14
praia	51	19,47
conviver com amigos ou familiares	40	15,27
ler	36	13,74
descanso	26	9,92
atividades agrícolas, jardinagem	24	9,16
pesca	14	5,34
praticar desporto	10	3,82
frequentar feiras, festas e romarias	3	1,15
Total	262	100,00

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Para além de os lugares serem encarados como portadores de valores ambientais relevantes, os quais permitem a prática de atividades de ar livre com especial destaque para a praia, surgem também muito referidas as possibilidades de convívio com amigos e familiares, facto que salienta a importância das «*grassroots*» enquanto motivação de visitação e de fixação da segunda residência (A. Perri, 2013), já que,

> "It is, therefore, the attachment to the place of origin that pushes the residential roots tourist to choose it as a holiday destination" (Perri, 2018:182), "a positive affective bond between an individual and a specific place, the main characteristic of which is the tendency of the individual to maintain closeness to such a place" (Hidalgo y Hernàndez, *apud* Perri, 2018:182)

De seguida vão analisar-se as relações entre as diferentes classes da variável «este é/não é (riscar o que não interessa) o melhor lugar para fazer o que mais gosto de fazer nos meus tempos livres, tais como:». Cada uma das sete classes, já enumeradas no Quadro 198, relacionam-se com as modalidades características das outras variáveis, do modo que se apresenta de seguida.

Os 3 casos de proprietários que responderam que não gostam de passar tempo no lugar da segunda residência (Quadro 200), apenas se caracterizam pelo facto de nunca participarem em eventos locais e fazerem parte de agregados familiares classificados como outros, ou seja, irmãos ou irmãos com familiares de outro parentesco, por exemplo. Este tipo de resposta aplicada ao fenómeno em estudo pode ser explicada, por exemplo, de heranças que ainda se encontravam em processo de resolução, com a posterior colocação da casa no mercado de

habitação. O seu reduzido número não coloca em causa a conclusão de que a segunda residência pode ser a causa ou a consequência da topofilia.

Quadro 200 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Não gosta, não especificado (3 casos, 1,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Frequência de relação - Participação em eventos	Nunca	100,00	23,31	7,89	2,26	0,012
Tipo de agregado familiar	Outras situações	66,67	6,75	18,18	2,26	0,012

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A classe correspondente à declaração de que gosta, mas sem especificar nenhuma razão em especial (Quadro 201), tem também uma frequência que pode ser considerada baixa, mas que, apesar de tudo, não é a mais baixa. Estes 16 casos não apresentam grandes relações com outras modalidades características, a não ser algumas relacionadas com o envolvimento com alguns agentes locais que, no conjunto, também não têm grande importância para qualquer uma das outras classes.

Esta observação também significa que quem respondeu desta forma, não se afasta significativamente de outros tipos de resposta, isto é, não apresenta facetas de diferenciação particulares que afaste estes proprietários do conjunto dos que respondeu que gosta do local indicando os motivos intrínsecos a esse posicionamento.

Quadro 201 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, não especificado (16 casos, 9,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Acompanha a rádio local/regional?	Raramente	50,00	18,40	26,67	2,82	0,002
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Nunca	75,00	46,01	16,00	2,20	0,014
Proximidade com os residentes locais - Artistas	Relação inexistente	100,00	79,14	12,40	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Com apenas 6 casos, surge também a resposta de que gosta do local pois foi aquele onde investiu na 2ª residência (Quadro 202). Trata-se de uma resposta pouco clara, mas que se

enquadra numa visão positiva do sentimento de topofilia, apesar de declarado numa lógica mais material e mercantil. Mais uma vez, as relações com outras variáveis são diminutas, mas destaca-se que 3 destes 6 casos têm um terreno envolvente à casa com ocupação agrícola e jardim e se trata de 2 em 6 casos de casas com início de uso como segunda residência anterior a 1961.

Quadro 202 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, porque foi onde investiu na sua 2ª casa (6 casos, 3,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Ocupação da parte do terreno	Jardim, agricultura	50,00	7,36	25,00	2,55	0,005
Ano de início de uso da segunda residência	1960 ou antes	33,33	3,68	33,33	2,15	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Em apenas dois casos a resposta foi menos consequente com as características do sítio e mais com a sua posição. Trata-se de dois casos que apenas referem que gostam do lugar porque está próximo da primeira residência (Quadro 203), uma delas nas Caldas da Rainha e outra em Lisboa. São proprietários que utilizam a restauração frequentemente e todos eles têm a segunda residência no lugar de Vau, no concelho de Óbidos e a cerca de 3 km do empreendimento do Bom Sucesso, com golfe, e da Lagoa de Óbidos.

Quadro 203 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosto porque fica próximo do local de residência (2 casos, 1,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabilidade
Utilização de restauração	Frequentemente	100,00	11,04	11,11	2,27	0,012
Localidade	Vau	100,00	12,27	10,00	2,19	0,014

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A resposta de que gosta do lugar porque é calmo, tranquilo e pode descansar (Quadro 204) surge em 59 casos, sendo a mais frequente. Esta resposta sobrepõe duas dimensões importantes para os inquiridos. Por um lado, as características genéricas do lugar, já que calma e tranquilidade são comuns a muitas outras localizações e, por outro, as motivações que estão

na base do uso de uma segunda residência, em que as atividades mais passivas de recreio e lazer são as mais relevantes.

Quadro 204 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, porque é calmo e tranquilo e pode descansar (59 casos, 36,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Sossego	57,63	34,36	60,71	4,52	0,000
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	74,58	52,76	51,16	4,10	0,000
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação inexistente	72,88	52,15	50,59	3,88	0,000
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação inexistente	67,80	47,24	51,95	3,82	0,000
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Poluição, uso espaço	32,20	18,40	63,33	3,16	0,001
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	86,44	71,78	43,59	3,05	0,001
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	64,41	49,08	47,50	2,80	0,003
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	52,54	38,04	50,00	2,69	0,004
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação inexistente	64,41	49,69	46,91	2,68	0,004
Frequência de relação - Banco	Nunca	55,93	41,72	48,53	2,60	0,005
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Não refere	74,58	60,74	44,44	2,59	0,005
Localidade	Casal Moinho	13,56	6,13	80,00	2,59	0,005
Localidade	P. Areia Branca	22,03	12,27	65,00	2,56	0,005
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Refere	49,15	35,58	50,00	2,54	0,005
Acompanha a rádio local/regional?	Nunca	55,93	42,33	47,83	2,48	0,007
Nº de pessoas do agregado que usam a segunda residência	5 ou mais pessoas	35,59	23,93	53,85	2,41	0,008
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar ambiente	23,73	14,11	60,87	2,38	0,009
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Nunca	79,66	67,48	42,73	2,36	0,009
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Outros motivos	22,03	12,88	61,90	2,34	0,010
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Investimento	16,95	9,20	66,67	2,25	0,012
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Melh. ambiente	15,25	7,98	69,23	2,24	0,013
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Bom ambiente	25,42	15,95	57,69	2,23	0,013
Despesa mensal em abastecimento de água	=< 10 €/mês	40,68	29,45	50,00	2,18	0,015
Freguesia	Atouguia da Baleia	28,81	19,02	54,84	2,16	0,015
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Nunca	72,88	61,35	43,00	2,13	0,017
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Amenidades ambiente	32,20	22,09	52,78	2,12	0,017
É o melhor lugar para: ler	Refere	32,20	22,09	52,78	2,12	0,017
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Gosta do local	35,59	25,15	51,22	2,10	0,018
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Integração e amigos	27,12	17,79	55,17	2,10	0,018
Frequência de relação - CTT	Nunca	64,41	52,76	44,19	2,09	0,018
O contributo foi reconhecido pelas autoridades locais para:	Não foi reconhecido	20,34	12,27	60,00	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

A maioria dos inquiridos tem a primeira residência na AML e o número de pessoas do agregado que frequenta o lugar é de 5 ou mais. Os lugares de Casal Moinho, no concelho de Peniche, freguesia de Atouguia da Baleia, e de Praia da Areia Branca, no concelho da Lourinhã, surgem mais representados nesta classe. Estes dois lugares estão na costa e não há dúvida de que a praia é o seu principal elemento atrativo

Não mantêm relações com grande parte dos agentes nem com organizações e instituições locais. Este relativo alheamento da vida local também se deve à inexistência de laços derivados do nascimento nesses locais, já que mais de 80% nasceu noutra freguesia do País.

A avaliação da aptidão dos lugares para a prática de algumas atividades, coloca os passeios, a pé ou de bicicleta, e a leitura, em lugar destacado. Mas, já o convívio com amigos e familiares nem sequer é referido, facto que evidencia o carácter mais alóctone destes proprietários. No entanto, quando questionados sobre porque sentem que pertencem ao lugar, para além da qualidade ambiental, destacam-se também as condições de integração na comunidade e as relações de amizade com os residentes, chegando mesmo a dizer-se que se foi por eles bem recebido.

O facto de gostarem do local foi uma das principais razões para a sua escolha, surgindo as amenidades ambientais, tais como a proximidade do mar e a paisagem, e a aplicação de poupanças e a oportunidade do investimento, como as mais representadas no âmbito das razões para a decisão de aí ter uma segunda residência. O sossego, a calma e a tranquilidade são os elementos de que os inquiridos têm mais saudades quando afastados do lugar, ao mesmo tempo que pugnam pelo fim dos problemas associados à poluição ambiental e ao mau uso do espaço, tais como o ruído noturno, as lixeiras e a poluição das praias e dos rios. Deste modo, também não é de estranhar que estas pessoas estejam disposta a gastar tempo e dinheiro na melhoria ambiental, tendo alguns deles já agido nesse sentido, mas, segundo eles, sem reconhecimento por parte das autoridades locais.

Os 20 casos que responderam que gostam do lugar, por causa da praia ou poder praticar diversas atividades de ar livre (Quadro 205), apenas se caracterizam por, naturalmente, considerarem que se trata do melhor lugar para ir à praia, por sentirem saudades, quando ausentes do lugar, das amenidades ambientais e por, ocasionalmente, acompanharem a imprensa escrita local ou regional. Mas, a principal modalidade característica, a qual abrange

70% destes respondentes, é uma frequência anual média de todos ou quase todos os fins de semana, independentemente das estações.

Quadro 205 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, por causa da praia ou poder praticar diversas atividades de ar livre (20 casos, 12,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
É o melhor lugar para: praia	Refere	60,00	31,29	23,53	2,61	0,005
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Amenidades ambiente	45,00	20,25	27,27	2,48	0,007
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Ocasionalmente	40,00	17,18	28,57	2,39	0,008
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Todos fins de semana	70,00	42,94	20,00	2,36	0,009

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por fim, o segundo maior grupo de proprietários, com um efetivo de 45 casos, refere-se aos que responderam que gostam do lugar porque aí nasceram ou têm fortes relações familiares ou de amizade com os residentes (Quadro 206). Este tipo de resposta está naturalmente em linha com as modalidades características de outras variáveis. Prevalecem as raízes na freguesia ou na sub-região e, concomitantemente, são próximas as relações com os agentes locais e o convívio e as relações familiares estão subjacentes ao sentimento de pertença ao lugar.

De forma mais detalhada, a análise do Quadro 206 mostra que os inquiridos são naturais do Oeste, emigrantes, nascidos na mesma freguesia da de localização da segunda residência, com grau de instrução inferior ao secundário e com representação significativa das profissões ligadas à indústria transformadora e à construção civil.

Mantêm relações de proximidade com alguns agentes locais, tais como os empresários e os produtores agrícolas e os autarcas da freguesia, mas com uma clara divisão entre as relações próximas e as distantes com os padres.

Utilizam o comércio tradicional local e, ainda que ocasionalmente, também os serviços pessoais e, com alguma predominância (67%), nunca o fazem relativamente às grandes superfícies. As mais fracas relações com algumas instituições ou equipamentos locais seguem a tendência geral, apesar de se registarem algumas relações ocasionais com clubes ou associações locais de carácter cultural.

Quadro 206 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta porque aí nasceu ou tem fortes relações familiares ou de amizade (45 casos, 27,6% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Concelho de naturalidade	Oeste	84,44	49,08	47,50	5,57	0,000
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Relações familiares	57,78	25,77	61,90	5,38	0,000
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	48,89	20,86	64,71	4,99	0,000
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	51,11	23,93	58,97	4,64	0,000
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Refere	51,11	24,54	57,50	4,50	0,000
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Convívio e casa	51,11	25,77	54,76	4,23	0,000
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Amenidades amb.	77,78	50,92	42,17	4,14	0,000
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Apoiar o associativ.	31,11	12,27	70,00	4,02	0,000
Proximidade com os residentes locais – Polít. locais (JF)	Relação próxima	40,00	18,40	60,00	3,98	0,000
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	35,56	15,95	61,54	3,79	0,000
Utilização de comércio tradicional banal, incluindo cafés	Frequentemente	57,78	34,36	46,43	3,65	0,000
É o melhor lugar para: ler	Não refere	84,44	63,19	36,89	3,42	0,000
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	40,00	20,86	52,94	3,37	0,000
Profissão	Indústria, construç.	20,00	7,36	75,00	3,27	0,001
Centro cultural - Frequência de utilização	Raramente	20,00	7,36	75,00	3,27	0,001
Localidade	Amoreira	17,78	6,13	80,00	3,25	0,001
Freguesia	Amoreira	17,78	6,13	80,00	3,25	0,001
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Económicos, sociais	24,44	10,43	64,71	3,15	0,001
Localização da segunda residência	No aglomerado	100,00	88,34	31,25	2,99	0,001
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Ocasionalmente	17,78	6,75	72,73	2,93	0,002
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	48,89	30,67	44,00	2,87	0,002
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Não refere	68,89	49,69	38,27	2,87	0,002
Frequência de relação - CTT	Ocasionalmente	37,78	21,47	48,57	2,83	0,002
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Só férias de verão	40,00	23,31	47,37	2,83	0,002
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação próxima	24,44	11,66	57,89	2,74	0,003
Regime de propriedade da primeira residência	Arrendada	33,33	18,40	50,00	2,72	0,003
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Não refere	86,67	70,55	33,91	2,70	0,003
Está disposto a investir esforço em benef. do lugar para:	Apoiar o associativ.	17,78	7,36	66,67	2,66	0,004
Classificação da freguesia	Urbana Median.	55,56	38,04	40,32	2,64	0,004
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Raramente	28,89	15,34	52,00	2,62	0,004
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Boas relações	33,33	19,02	48,39	2,57	0,005
Utilização de comércio tradicional menos banal	Ocasionalmente	33,33	19,02	48,39	2,57	0,005
Utilização de comércio em grandes superfícies	Nunca	66,67	49,69	37,04	2,51	0,006
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Gosta do local	26,67	14,11	52,17	2,49	0,006
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	40,00	25,15	43,90	2,44	0,007
Acompanha a rádio local/regional?	Ocasionalmente	26,67	14,72	50,00	2,33	0,010
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Herança	37,78	23,93	43,59	2,31	0,011
Frequência de relação - IPSS (lares de idosos e outros)	Raramente	15,56	6,75	63,64	2,30	0,011
Obras de remodelação	Não	68,89	53,37	35,63	2,29	0,011
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Nada	31,11	18,40	46,67	2,29	0,011
Concelho	Torres vedras	24,44	13,50	50,00	2,19	0,014
Freguesia	Carvoeira	24,44	13,50	50,00	2,19	0,014
Utilização de serviços pessoais	Ocasionalmente	17,78	8,59	57,14	2,18	0,015
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	35,56	22,70	43,24	2,17	0,015
Instrução	< Secundário	64,44	49,69	35,80	2,16	0,015
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação distante	44,44	30,67	40,00	2,14	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Estes proprietários adquiriram a segunda residência por herança ou porque gostavam do local e valorizavam as suas características ambientais. Utilizam frequentemente a praia, mas só durante as férias de Verão, já que no período de Outono e Inverno nem sequer se deslocam à casa. Esta frequência de uso está claramente relacionada com a distância à primeira residência.

Na avaliação dos inquiridos, e em linha com a resposta à questão em apreço, isto é, sobre se gosta ou não gosta de passar tempo no lugar, mais do que em qualquer outro, é referido que se trata do melhor lugar para conviver com amigos ou familiares, da mesma forma que, na sua esmagadora maioria, não há nenhuma referência à leitura ou à jardinagem.

A topofilia, muito ancorada nas relações familiares, mais do que nas características do ambiente natural, apesar de estas serem também relevantes, traduz-se na saudade, quando está longe do lugar, da casa e do convívio e, também, no reconhecimento de que, na sua opinião, nada teria que deixar de existir no lugar. Ora, esta última declaração não está completamente alinhada com o conhecimento dos problemas locais por parte de quase 1/4 dos inquiridos, os quais declararam os de âmbito social e económico como relevantes. De qualquer modo, as boas relações de vizinhança e de vida em comunidade são os objetivos e valores locais com que mais se identificam, e há uma representação significativa dos proprietários que estão dispostos a investir tempo e dinheiro no apoio ao associativismo. Este tipo de envolvimento com a comunidade é frequente em ambientes de emigração, nos quais se mantêm fluxos de informação entre eles e os locais de destino, e tanto ocorrem na emigração internacional como na interna.

16.4.8. Topofilia – apego ao lugar

Como se conclui de todas as análises anteriores, na sistemática de apresentação dos temas do inquérito de acordo com a técnica estatística utilizada, existe uma imbricação natural entre as várias respostas obtidas, pelo que se verificam relações cruzadas entre cada um desses temas apesar de, em cada momento, ser cada um deles que está a ser encarado, para utilizar uma analogia matemática, como variável dependente de um conjunto de variáveis independentes, as quais têm essa independência definida a partir do grau e intensidade de relações existentes com a dependente. Apesar de não serem determinantes, estas relações de tipo quantitativo são importantes, não só para a emersão dos padrões e tendências subjacentes a um quadro de dados com 85901 registos, mas também para a clarificação de que existem relações de associação que interessa valorizar, ao contrário das relações de causa e efeito que raramente se verificam em ciências sociais.

Neste tema relativo à topofilia abordada do ponto de vista do apego ao lugar, foram incluídas três perguntas do inquérito. As respostas a estas questões foram abertas e, por isso, foi necessário, posteriormente, analisar o seu conteúdo e classificá-las em modalidades sintéticas que permitissem a sua análise numa escala nominal. O Quadro 207 dá conta de parte desses procedimentos, já que não se incluíram as classes residuais de outros e as não respostas.

Quadro 207 – Exemplos do processo de classificação e criação de modalidades de resposta para as questões de resposta livre ou aberta

Questão	Exemplos de respostas	Modalidades sintéticas
Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência	Calma / tranquilidade / sossego	Sossego
	Da boa vida / passeio / comida / Amigos e familiares / Casa / horta / Jardim	Convívio e fruição da casa
	Paisagem / praia / mar / Campo / ar puro	Amenidades ambientais
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da segunda residência	É calmo / tranquilo / sossegado / Sente-se bem / é feliz / gosta do ambiente / Clima, paisagem, ambiente natural	Bom ambiente
	Relações familiares / Nasceu no lugar ou na freguesia	Nascimento ou relações familiares
	Frequenta há muito tempo ou passa muito tempo no lugar / Tem a casa	Frequenta há muito tempo e/ou tem a casa
	Gosta dos habitantes / tem amigos / sente-se integrado / foi bem recebido	Sente-se integrado e tem amigos
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da segunda residência	-	Não sente isso
	Pertenço ou prefiro outro lugar / Por vezes, n.e.	Por vezes sente que não pertence e/ou prefere outros lugares
	Está há pouco tempo no lugar / vem poucas vezes / está longe / Fraco relacionamento com a comunidade	Fraca interação e relacionamento com a comunidade
	Autoridades locais ou pessoas não zelam pela melhoria do lugar / Razões culturais / conflitos	Fraco zelo pela melhoria do lugar e conflitos

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

O resultado desta classificação e a sua análise de frequências, conduziu a resultados que valorizam, em primeiro lugar, o sossego (34,4%), em segundo, o convívio e a fruição da casa (25,8%), seguido das amenidades ambientais (20,3%) e, por fim, em apenas 10 casos (6,1%), os inquiridos que declaram que não têm saudades de nada ou apresentam outras razões pouco claras ou de difícil interpretação.

O sentimento de pertença ao lugar, radica, em 25,8% dos casos, no nascimento ou relações familiares, seguindo-se o sentir-se integrado e ter amigos (17,8%), o bom ambiente (16,0%), o facto de estar muito tempo no lugar (14,7%) e, por fim, não considerando outras

razões, aqueles que responderam que não sentem qualquer sentimento de pertença para com o lugar (11,7%).

Em oposição à pergunta anterior, a resposta às razões porque sente que não pertence ao lugar, apesar de maioritariamente enquadradas na declaração liminar de que não sente isso (44,2%) e de as não respostas terem chegado aos 40,5% não é, apesar de tudo, completamente coerente com a resposta à questão anterior. De facto, agora há 25 casos de inquiridos que responderam, ou que têm uma fraca interação e relacionamento com a comunidade (6,8%), ou que, por vezes, sentem que não pertencem e/ou preferem outros lugares (5,5%) ou, por fim, porque há um fraco zelo pela melhoria do lugar, seja por parte das entidades, seja pelos indivíduos, e geram-se conflitos, muitas vezes por razões culturais ou de comportamento (3,1%).

Os 56 inquiridos que, quando ausentes, sentem saudades do sossego (Quadro 208), são pessoas residentes na AML, em habitações de dimensão média razoável, com profissões mais qualificadas e sem laços de nascimento com o lugar, mas onde o facto de gostarem dele esteve na origem da sua escolha para a localização da casa. Tal como a resposta indicia, gostam de passar tempo no lugar da segunda residência por ser calmo e tranquilo. Do mesmo modo, a utilização da praia é ocasional e a frequência de visitação da casa é durante todos ou quase todos os fins de semana de todo o ano, isto é, sem diferenças estacionais significativas.

As casas de segunda residência estão implantadas, com significativa representação, em terrenos com mais de 500 m^2, os quais têm uma ocupação também por jardim e alguma ocupação agrícola, mas sem horta. A estrutura de despesas destas casas é das mais elevadas do total dos inquéritos, com contas mensais de energia elétrica acima dos 30 euros e gastos mensais com o uso e manutenção da casa acima dos 200 euros, pelo que também os serviços locais utilizados no funcionamento e manutenção da casa são variados, incluindo a limpeza. Estes resultados estão obviamente relacionados com a elevada frequência de utilização, o que também justifica um gasto anual, em todas as estadias, acima de 5000 euros.

O facto de estarem integrados e/ou terem feito amigos, é a principal razão do seu sentimento de pertença ao lugar, o qual consideram o melhor para praticarem atividades agrícolas e jardinagem, para a leitura e para os passeios a pé ou de bicicleta. Em consonância com este sentimento, verifica-se a disposição para investir tempo e dinheiro na melhoria da comunidade local.

Quadro 208 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Sossego (56 casos, 34,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Calmo, tranquilo	60,71	36,20	57,63	4,52	0,000
Área útil da primeira residência	101 - 200 m2	55,36	36,20	52,54	3,49	0,000
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Todos fins de semana	66,07	46,63	48,68	3,45	0,000
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	> 30 €/mês	39,29	23,93	56,41	3,08	0,001
Concelho de localização da primeira residência	AM Lisboa	69,64	52,76	45,35	2,98	0,001
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Todos fins de semana	64,29	47,85	46,15	2,88	0,002
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Refere	26,79	14,72	62,50	2,84	0,002
É o melhor lugar para: ler	Refere	35,71	22,09	55,56	2,79	0,003
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Gosta do local	39,29	25,15	53,66	2,78	0,003
Concelho	Alenquer	23,21	12,27	65,00	2,76	0,003
Freguesia	Aldeia Gavinha	23,21	12,27	65,00	2,76	0,003
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	85,71	71,78	41,03	2,76	0,003
Está disposto a investir esforço em benef. do lugar para:	Melhorar comunidade	28,57	16,56	59,26	2,70	0,003
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Refere	50,00	35,58	48,28	2,59	0,005
Utilização de comércio em grandes superfícies	Ocasionalmente	28,57	17,18	57,14	2,52	0,006
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Todos fins de semana	57,14	42,94	45,71	2,48	0,007
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação inexistente	66,07	52,15	43,53	2,42	0,008
Proximidade com os resid. locais - Políticos locais (JF)	Relação de amizade	14,29	6,75	72,73	2,38	0,009
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Ocasionalmente	39,29	26,99	50,00	2,35	0,009
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Integração e amigos	28,57	17,79	55,17	2,34	0,010
Profissão	Especialista	28,57	17,79	55,17	2,34	0,010
Área do terreno	> 500 m2	33,93	22,70	51,35	2,25	0,012
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	>5.000 €/ano	19,64	11,04	61,11	2,22	0,013
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Melhorar comunidade	17,86	9,82	62,50	2,17	0,015
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Não foi reconhecido	16,07	8,59	64,29	2,12	0,017
Tipo de serviços locais utilizados	Muitos e limpeza	16,07	8,59	64,29	2,12	0,017
Gastos no local com o uso e manuten. da casa (€ / mês)	> 200 €	8,93	3,68	83,33	2,08	0,019
Ocupação da parte do terreno	Jardim, agr. s/ horta	8,93	3,68	83,33	2,08	0,019
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar comunidade	14,29	7,36	66,67	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os inquiridos que, quando ausentes do lugar, sentem mais saudades no âmbito do convívio e da fruição da casa de segunda residência (Quadro 209), apresentam duas características básicas que justificam, só por si, essa resposta. Por um lado, são pessoas com fortes ligações familiares ao lugar e, por outro, até pelo facto de serem emigrantes em 50% dos casos, terem uma frequência de uso dominada pelo período de férias de Verão. Nesta classe estão indivíduos com grau de instrução abaixo do secundário e profissões da indústria e construção. As residências permanentes com menos de 70 m2, apesar de corresponderem a 21,4% dos casos desta classe, estão em 69,2% aqui concentradas.

Quadro 209 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Convívio e fruição da casa (42 casos, 25,8% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	50,00	20,86	61,76	4,91	0,000
Freguesia	Amoreira	23,81	6,13	100,00	4,88	0,000
Localidade	Amoreira	23,81	6,13	100,00	4,88	0,000
Prox. com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	42,86	18,40	60,00	4,27	0,000
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	54,76	27,61	51,11	4,23	0,000
Prox. com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	42,86	20,86	52,94	3,68	0,000
Área do terreno	100 a 300 m2	50,00	26,99	47,73	3,59	0,000
Centro cultural - Frequência de utilização	Raramente	21,43	7,36	75,00	3,44	0,000
Regime de propriedade da primeira residência	Arrendada	38,10	18,40	53,33	3,42	0,000
Utilização de bares noturnos	Frequentemente	19,05	6,13	80,00	3,40	0,000
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Refere	45,24	24,54	47,50	3,30	0,000
Proximidade com os residentes locais - Comerciantes	Relação próxima	57,14	34,97	42,11	3,26	0,001
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Gosta do local	30,95	14,11	56,52	3,20	0,001
Área útil da primeira residência	<70 m2	21,43	7,98	69,23	3,17	0,001
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Raramente	52,38	31,29	43,14	3,16	0,001
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	33,33	15,95	53,85	3,16	0,001
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Só férias de verão	42,86	23,31	47,37	3,16	0,001
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	42,86	23,93	46,15	3,03	0,001
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Durante as férias	50,00	30,67	42,00	2,90	0,002
Freq. de relação - Clube/Associação local desportiva	Raramente	30,95	15,34	52,00	2,87	0,002
Concelho de naturalidade	Oeste	69,05	49,08	36,25	2,84	0,002
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Nunca	42,86	25,15	43,90	2,79	0,003
Está disposto a aplicar recursos financ. no lugar para:	Apoiar o associativ.	26,19	12,27	55,00	2,77	0,003
Acompanha a rádio local/regional?	Raramente	33,33	18,40	46,67	2,57	0,005
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	38,10	22,70	43,24	2,48	0,007
É o melhor lugar para: passeios a pé ou de bicicleta	Não refere	66,67	49,69	34,57	2,39	0,009
Instrução	< Secundário	66,67	49,69	34,57	2,39	0,009
Tipo de serviços locais utilizados	Nada	80,95	65,03	32,08	2,39	0,009
Frequência de relação - CTT	Ocasionalmente	35,71	21,47	42,86	2,33	0,010
Utilização de com. tradicional banal, incluindo cafés	Frequentemente	50,00	34,36	37,50	2,26	0,012
Profissão	Indústria, construç.	16,67	7,36	58,33	2,21	0,013
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Participação	9,52	3,07	80,00	2,15	0,016
Campo de futebol - Frequência de utilização	Ocasionalmente	9,52	3,07	80,00	2,15	0,016
Pavilhão gimnodesportivo - Frequência de utilização	Ocasionalmente	7,14	1,84	100,00	2,14	0,016
Pavilhão gimnodesportivo - Frequência de utilização	Raramente	7,14	1,84	100,00	2,14	0,016
Frequência de relação - Banco	Frequentemente	28,57	16,56	44,44	2,12	0,017
É o melhor lugar para: praia	Não refere	69,05	53,99	32,95	2,11	0,017
Acompanha a rádio local/regional?	Ocasionalmente	26,19	14,72	45,83	2,11	0,018
Localidade	Casal Moinho	14,29	6,13	60,00	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

O lugar é valorizado pelo facto de permitir o convívio com amigos e familiares, razão que também é a mais importante para o gostarem de passar tempo no local. A ligação ao lugar é, em parte, também facilitada pelo acompanhamento das rádios locais ou regionais.

Apesar de não utilizarem nenhum serviço local, o comércio tradicional e os bares noturnos são usados frequentemente. Em resultado da ligação ao lugar, a proximidade com atores e agentes locais é mais próxima que noutras classes, e as pessoas estão dispostas a investir tempo e dinheiro, principalmente, no apoio ao associativismo.

Os inquiridos que, quando longe, sentem saudades das amenidades ambientais do lugar (Quadro 210), estão sobretudo motivados pela praia. Esse é o elemento de que eles sempre usufruem e é também a partir dela que valorizam a relação com o lugar, não só por o considerarem o mais apto para essa prática, como também por ela ser a razão de gostarem de passar aí tempo. O facto de as segundas residências serem, em parte significativa, de apartamentos em prédios com 4 ou mais pisos e se localizarem preferencialmente em freguesias predominantemente urbanas, está bem ajustado a este tipo de procura e utilização.

Quadro 210 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Amenidades ambientais (33 casos, 20,3% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Sempre	45,45	19,02	48,39	3,82	0,000
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Nunca	66,67	38,04	35,48	3,55	0,000
Proximidade com os residentes locais - Ativistas	Relação inexistente	96,97	77,91	25,20	3,03	0,001
Utilização de restauração	Raramente	30,30	14,11	43,48	2,55	0,005
Tipo de casa	Prédio => 4 pisos	12,12	3,07	80,00	2,50	0,006
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Praia, atividades	27,27	12,27	45,00	2,48	0,007
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	69,70	49,08	28,75	2,48	0,007
Frequência de relação - Câmara Municipal	Nunca	66,67	46,01	29,33	2,47	0,007
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	57,58	38,04	30,65	2,36	0,009
É o melhor lugar para: praia	Refere	48,48	31,29	31,37	2,14	0,016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, a classe que contem as respostas correspondentes a que não sente saudades de nada (Quadro 211), ou seja, a ausência de qualquer apego ao lugar, é de incidência restrita (10 casos) e bastante incaracterística.

Quadro 211 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Não sente saudades e outros (10 casos, 6,1% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Nada e outros	100,00	6,13	100,00	8,07	0,000
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Raramente	60,00	13,50	27,27	3,32	0,000
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Não está disposto	50,00	12,88	23,81	2,68	0,004
Atividades praticadas na área de localização da SR	TV, WWW, passeio	50,00	14,11	21,74	2,53	0,006
Despesa mensal em abastecimento de água	> 20 €/mês	50,00	14,72	20,83	2,46	0,007
Frequência de relação - Câmara Municipal	Raramente	70,00	30,67	14,00	2,33	0,010
Acompanha a rádio local/regional?	Nunca	80,00	42,33	11,59	2,16	0,015

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

16.4.9. Terrafilia – conhecimento sobre o lugar

No âmbito do conceito de terrafilia está subjacente o princípio de que a vontade e efetividade da ação local se baseia no conhecimento da realidade social, económica, ambiental e cultural (Zoran Roca et al., 2011). Deste modo, as questões do inquérito incluídas neste ponto referem-se ao tipo de problemas conhecidos pelos inquiridos e à declaração destes sobre o que gostariam que deixasse de existir no local. Apesar de não se ter enveredado pelo cruzamento, para cada um dos indivíduos, dessas respostas, a classificação final das respostas abertas apontou para temáticas dos seguintes âmbitos:

i) urbanismo, tais como o avanço da urbanização, a falta de equipamentos e de comércio e os acessos;

ii) economia e sociedade, tais como a insegurança, o envelhecimento e o desenvolvimento económico e social em geral;

iii) poluição, entre os quais os problemas das sucatas e lixeiras e os problemas específicos de assoreamento e eutrofização da Lagoa de Óbidos;

iv) e, por fim, uma classe residual de outros, onde se incluíram respostas mais vagas sobre a qualidade dos estados de tempo e a sazonalidade da frequentação turística.

De um modo geral, pode dizer-se que a identificação de problemas é mais difícil que o apontar de coisas que os inquiridos desejassem que deixassem de existir. De facto, enquanto para o primeiro caso a taxa de não resposta foi de 67,5%, para o segundo essa taxa foi 40,5%.

Para cada um dos tipos problemas classificados e acima elencados, 10,4% dos inquiridos fizeram a associação com a economia e a sociedade, tendo o mesmo número referido a poluição; 8,0% referiram que conheciam problemas associados ao urbanismo e apenas 3,7% referiu outros casos como a sazonalidade. A taxa de não resposta a esta questão evidencia um grande alheamento sobre os problemas locais, já que isso deve ser interpretado como desconhecimento e não como dificuldade em referir problemas locais.

Relativamente ao que os inquiridos gostavam que deixasse de existir no local, 18,4% referiram que nada havia a indicar, igual percentagem para os problemas de poluição, 17,2% referiram aspetos do urbanismo e comércio, 3,7% apontaram aspetos sociais como a pobreza e o isolamento dos idosos e, por fim, apenas 1,8% mencionou, de forma direta, os estados de tempo, os quais, pelo menos no Oeste litoral e nas manhãs de Verão, não são muito favoráveis à frequentação da praia. 39,3% não respondeu.

De seguida, tendo por referência a tipologia de problemas que os inquiridos declararam conhecer, far-se-á a análise detalhada das relações de cada uma das classes de resposta com as modalidades características das restantes variáveis. Mais uma vez, salienta-se que essas modalidades apenas são retidas nos quadros seguintes porque apresentam níveis de sobrerrepresentação significativos, isto é, a sua importância na classe é maior comparativamente ao que se passa no conjunto dos inquiridos, sendo também relevante o que as respostas da classe em análise representam nessas mesmas modalidades.

Os inquiridos que são mais conhecedores dos problemas associados ao urbanismo (Quadro 212), um tipo complexo que agrega desde as acessibilidades, ao estado de conservação dos edifícios, passando pela sinalética e equipamentos públicos, são em mais de 1/3 dos casos casais idosos, nascidos noutra freguesia fora da sub-região. São sempre utilizadores da praia, com fraca relação com atores e agentes e organizações locais, mas gostariam que deixassem de ocorrer problemas relacionados com a poluição, tendo o seu contributo para a melhoria da comunidade já sido reconhecido pela própria comunidade.

Quase metade dos inquiridos nesta classe adquiriram a segunda residência na década de 80 do século XX. Mais de 80% dos indivíduos nesta classe não manifesta sentimentos de não pertença ao lugar, facto que é consonante com a sua disposição para aplicar recursos financeiros em benefício do lugar numa grande variedade de aspetos, desde as questões culturais e ambientais até outras mais sociais, mas sempre pouco concretizadas.

Quadro 212 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Urbanismo (13 casos, 8,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
% de idosos do agregado que usam a segunda residência	> 50 %	69,23	20,25	27,27	3,76	0,000
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Outros motivos	46,15	9,82	37,50	3,36	0,000
Localidade	P. Bom Sucesso	30,77	4,91	50,00	2,97	0,001
Ano de posse da segunda residência	1982 a 1991	46,15	12,88	28,57	2,86	0,002
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Não sente isso	84,62	44,17	15,28	2,81	0,002
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Melhorar comunidade	30,77	6,13	40,00	2,65	0,004
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	84,62	49,08	13,75	2,44	0,007
Tipo de agregado familiar	Casal idoso	38,46	11,66	26,32	2,37	0,009
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	100,00	71,78	11,11	2,29	0,011
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Nunca	92,31	61,35	12,00	2,23	0,013
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Poluição, uso espaço	46,15	18,40	20,00	2,15	0,016
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Sempre	46,15	19,02	19,35	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os inquiridos conhecedores dos problemas económicos e sociais locais (Quadro 213), são sobretudo os mais próximos do lugar, não só pelo nascimento e relações familiares, mas também, concomitantemente, por via do relacionamento com atores e agentes locais. As maiores representações são de pessoas nascidas na mesma freguesia da segunda residência, mas a residir no estrangeiro e que, apesar disso, em quase um terço acompanham sempre a imprensa escrita local ou regional. Para eles, de modo mais frequente, nada devia deixar de existir no

lugar, mas outra parte, em menos de 20%, entende que deviam deixar de ocorrer alguns problemas de tipo social, como o isolamento dos idosos.

Quadro 213 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Economia e sociedade (17 casos, 10,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Probabi-lidade
Localidade	Amoreira	35,29	6,13	60,00	3,76	0,000
Freguesia	Amoreira	35,29	6,13	60,00	3,76	0,000
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Participação	23,53	3,07	80,00	3,36	0,000
Concelho de naturalidade	Oeste	88,24	49,08	18,75	3,28	0,001
Regime de propriedade da primeira residência	Arrendada	52,94	18,40	30,00	3,21	0,001
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	64,71	27,61	24,44	3,15	0,001
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido na freg. SR	58,82	23,93	25,64	3,04	0,001
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Apoiar o associativ.	29,41	7,36	41,67	2,70	0,003
Profissão	Indústria, construç.	29,41	7,36	41,67	2,70	0,003
Razões para a decisão de ter uma segunda residência	Gosta do local	41,18	14,11	30,43	2,70	0,003
Frequência de utilização da praia aquando da estadia	Frequentemente	52,94	22,70	24,32	2,65	0,004
Utilização de serviços pessoais	Frequentemente	23,53	4,91	50,00	2,61	0,004
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Boas relações	47,06	19,02	25,81	2,57	0,005
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Outros	29,41	8,59	35,71	2,43	0,008
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	41,18	15,95	26,92	2,43	0,008
Campo de futebol - Frequência de utilização	Ocasionalmente	17,65	3,07	60,00	2,39	0,008
Tipo de agregado familiar	C. não idoso, filhos	58,82	30,06	20,41	2,37	0,009
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	47,06	20,86	23,53	2,34	0,010
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	47,06	20,86	23,53	2,34	0,010
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Frequentemente	29,41	9,20	33,33	2,30	0,011
Frequência de relação - Participação em eventos	Sempre	29,41	9,20	33,33	2,30	0,011
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Relações familiares	52,94	25,77	21,43	2,30	0,011
É o melhor lugar para: desporto	Refere	23,53	6,13	40,00	2,27	0,012
Utilização de bares noturnos	Frequentemente	23,53	6,13	40,00	2,27	0,012
O contributo foi reconhecido pelas autoridades locais para:	Outros motivos	23,53	6,13	40,00	2,27	0,012
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Rel. sociais, isol.	17,65	3,68	50,00	2,15	0,016
Frequência de relação - Clube/Associação local cultural	Ocasionalmente	23,53	6,75	36,36	2,12	0,017
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Nada	41,18	18,40	23,33	2,09	0,018
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	41,18	18,40	23,33	2,09	0,018
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Sempre	29,41	10,43	29,41	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os inquiridos conhecedores dos problemas ambientais mais relacionados com a poluição (Quadro 214), não se destacam significativamente dos anteriores, apesar de não serem tão evidentes os laços derivados do local de nascimento ou das relações familiares.

O concelho de Óbidos surge sobrerrepresentado nesta classe, o que se deve aos problemas ambientais que as pessoas facilmente identificam com a Lagoa de Óbidos. Os problemas conhecidos são completados com a vontade de mudança, através de sacrifícios pessoais e da disponibilidade em tempo e dinheiro, para melhorar o ambiente.

Quadro 214 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Poluição (17 casos, 10,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Localidade	Vau	47,06	12,27	40,00	3,61	0,000
Acompanha a rádio local/regional?	Sempre	35,29	6,75	54,55	3,57	0,000
Freguesia	Vau	52,94	17,18	32,14	3,38	0,000
Está disposto a investir esforço em benefício do lugar para:	Melhorar ambiente	35,29	7,98	46,15	3,25	0,001
O que gostaria que deixasse de existir no local da SR	Poluição, uso espaço	52,94	18,40	30,00	3,21	0,001
Proximidade com os residentes locais - Vizinhos	Relação de amizade	76,47	40,49	19,70	2,92	0,002
Estado civil	Viúvo (a)	35,29	11,04	33,33	2,61	0,005
Ano de posse da segunda residência	1961 a 1981	41,18	14,72	29,17	2,61	0,005
Concelho	Óbidos	52,94	23,31	23,68	2,58	0,005
Classificação da freguesia	Rural Predominante	52,94	23,93	23,08	2,51	0,006
Localidade	Zibreira	23,53	5,52	44,44	2,43	0,008
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Melhorar ambiente	35,29	12,27	30,00	2,40	0,008
Ano de início de uso da segunda residência	1961 a 1981	41,18	16,56	25,93	2,34	0,010
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação distante	41,18	17,79	24,14	2,17	0,015
Frequência de relação - Câmara Municipal	Frequentemente	17,65	3,68	50,00	2,15	0,016
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorara ambiente	35,29	14,11	26,09	2,10	0,018
Acompanha a imprensa escrita local/regional?	Sempre	29,41	10,43	29,41	2,07	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, a classe de outros (Quadro 215), apenas com 6 casos, só é de salientar o facto de se tratar de inquiridos que gastam um total de mais de 5000 euros durante 1 ano, sendo

a sua frequência de uso, em média anual, de fins de semana prolongados, mas que aumenta no período de Verão.

Esta classe de outros não é relevante para a definição das situações contrastadas que se refletem em diferentes graus de conhecimento sobre os problemas locais. De facto, as 6 respostas obtidas são pouco claras ou demasiado abrangentes e referem-se a problemáticas como haver poucos jovens, no Inverno a dinâmica do lugar ser menor, existirem problemas com animais e o lugar ser afetado pela sazonalidade.

Quadro 215 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Outros (6 casos, 3,7% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Não foi reconhecido	66,67	8,59	28,57	3,30	0,000
O contributo foi reconhecido pelas autoridades locais para:	Não foi reconhecido	66,67	12,27	20,00	2,85	0,002
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Fins semana prolong.	50,00	7,36	25,00	2,55	0,005
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Fins de semana	50,00	7,98	23,08	2,46	0,007
Proximidade com os residentes locais - Artistas	Relação distante	33,33	3,07	40,00	2,30	0,011
Gastos anuais realizados no local em todas as estadias	>5.000 €/ano	50,00	11,04	16,67	2,09	0,019
Despesa mensal em abastecimento de energia elétrica	16-30 €/mês	66,67	21,47	11,43	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

16.4.10. Terrafilia – disponibilidade para a agência e o seu reconhecimento

Um aspeto fundamental da terrafilia que a distingue da topofilia é, para além da sua efetivação, o da disponibilidade e vontade para agir em prol da melhoria da comunidade de um dado território e das suas condições de vida.

No inquérito foram incluídas questões sobre se o inquirido estaria disposto a investir o seu tempo ou o seu dinheiro ou, ou mesmo a fazer sacrifícios pessoais, em benefício do lugar. Também foi perguntado se, no casos de já ter efetivado esse contributo, isso foi reconhecido, ou pelas entidades locais, ou pela própria comunidade. De um modo geral, as não respostas aumentam à medida que se avança nas questões seguindo a ordem apresentada, isto é, 38,0% no caso do investimento de tempo, 42,9% no do dinheiro, 55,8% no caso dos sacrifícios

pessoais, 67,5% no do reconhecimento das suas ações pelas autoridades locais e, por fim, 71,8% no caso de esse reconhecimento ter sido feito pela comunidade local. Estes valores e este padrão de não respostas, apesar de poderem incluir algumas situações não declaradas como negativas, acabam por mostrar alguma dificuldade ou mesmo frequência do investimento financeiro, do sacrifício pessoal e, também, na identificação do que pode ser entendido por reconhecimento.

As questões acima referidas eram de resposta aberta, pelo que tiveram de ser classificadas num reduzido número de modalidades de modo a operacionalizar-se a sua análise com deteção de relações multivariadas. Essa classificação foi feita em 2 passos, ambos resultantes da avaliação qualitativa de cada resposta e sua tipificação. As modalidades resultantes dessa classificação têm uma formulação suficientemente clara sobre o trabalho inclusivo efetuado.

Relativamente à disponibilidade para investir esforço e tempo ou dinheiro em benefício do lugar, para além das taxas de não resposta já referida, acrescem 17,2% de pessoas que não estão dispostas a gastar tempo e 12,9% daqueles que não estão na disposição para gastar dinheiro. As restantes respostas repartiram-se da seguinte forma:

- Gastar esforço ou tempo para melhorar a comunidade e a terra, com 16,6%, valor que é de 9,8% quando perguntados sobre o investimento financeiro;
- Os outros motivos, que incluem, sobretudo, as respostas dúbias do tipo nunca fiz, mas estou disposto, foram de 12,9% e 9,8%, respetivamente;
- 8,0% estavam dispostos a gastar tempo e esforço para melhorar o ambiente em geral, onde se incluiu a higiene e limpeza, os alertas e a preservação do património, enquanto no caso do investimento financeiro essa percentagem sobe para 12,3%;
- Investir tempo para apoiar o associativismo e a organização ou participação em eventos, com 7,4%, enquanto investir dinheiro é de 12,3%;

À pergunta sobre se faria, ou já fez, sacrifícios pessoais para salvar, ou proteger, ou preservar, ou manter o lugar da segunda residência, o padrão de resposta é algo diferente das anteriores. Por um lado, os que não estão dispostos a fazer sacrifícios passa para 14,1% e passa a ser mais frequente a melhoria do ambiente (14,1%), seguida da de outros, onde se incluíram os que responderam que fizeram sacrifícios, mas nada adiantam sobre qual o seu tipo e natureza (8,6%). Por último, com uma frequência relativa muito mais baixa que nos casos do gastar

tempo ou dinheiro, surge a melhoria da comunidade, com 7,4% das respostas, sendo que na classificação destas respostas foi também incluída uma delas que se referia à organização e participação em eventos.

O padrão de respostas a esta última questão sugere que o ambiente é a principal preocupação dos inquiridos e aquela que, do seu ponto de vista exigiria maiores sacrifícios pessoais, enquanto no caso da melhoria da comunidade, apesar de isso também ser uma preocupação relevante, não se encararem as suas soluções como um sacrifício, mas sim como algo que já faz parte, de um modo natural e prazeroso, das suas práticas quotidianas, facto que é detetável em respostas que mencionam a ajuda às pessoas ou ao próximo.

As questões relativas ao reconhecimento da agência por parte das entidades e da comunidade em geral, tiveram uma taxa de não resposta elevada, ou seja, de 67,5% e 71,8%, respetivamente. Pesem embora estes valores elevados, a parcela dos que referiram expressamente que não obtiveram qualquer reconhecimento foi de 12,3% e 8,6%, respetivamente, pelo que a soma das não respostas com estas últimas resulta, em qualquer um dos casos, em valores próximos de 80% (79,8% e 80,4%, nos dois casos). Logo à partida, pode afirmar-se que a existência de reconhecimento por parte das entidades ou da comunidade é algo raro, mas que está em linha com os esforços e sacrifícios já feitos pelos inquiridos.

As autoridades locais reconheceram os contributos relacionados com a ajuda prestada às pessoas e intervenção social e trabalho comunitário, à participação e organização de eventos, a donativos, a trabalhos de higiene e limpeza, à recuperação de edificado e, também com trabalhos de urbanização ou obras para a comunidade. De acordo com a classificação efetuada, e não considerando as respostas negativas e as não respostas, os restantes 20,3% repartiam-se pelos seguintes tipos de contributos: participação e/ou organização de eventos (1,8%), melhorar o ambiente em geral (6,1%), melhorar a comunidade e a terra (6,1%), outros motivos (6,1%).

O reconhecimento pela comunidade local segue o mesmo padrão que o das autoridades locais, tendo-se apurado que 3,1% dos inquiridos teve os seus contributos reconhecidos pela comunidade local, enquanto 5,5% o foi pela melhoria do ambiente em geral e 6,1% por melhorar a comunidade e a terra, restando 6,1% que o foram por outros motivos, ou seja, os inquiridos foram reconhecidos, mas não especificaram em quê.

Para a análise das relações existentes entre a disponibilidade para a agência e as restantes variáveis, escolheram-se, pela maior diversidade e consistência das respostas, as diferentes modalidades resultantes das respostas abertas, posteriormente classificadas, da variável «Está

disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a: […]».

O apoio ao associativismo e a organização de eventos são claramente uma opção de pessoas mais próximas do lugar e da comunidade, enquanto a participação em eventos, apenas, já tem um significado menos relevante para a medição dos níveis de envolvimento local. No entanto, as respostas abrangeram estas duas situações, não tendo sido prático isolar as duas que apenas referem a participação em eventos.

O conjunto de 12 respostas classificadas como a classe de «Apoiar o associativismo e a organização ou participação em eventos» (Quadro 216), apresenta as seguintes relações com as modalidades características:

- Do mesmo modo que estão dispostos a aplicar tempo e esforço pessoal na melhoria do associativismo, estes inquiridos também estão dispostos a aplicar recursos financeiros com o mesmo objetivo.
- São conhecedores dos problemas económicos e sociais do lugar e identificam-se com os valores locais relacionados com as boas relações de vizinhança e de vida em comunidade, considerando que o seu contributo de participação e organização de eventos foi reconhecido pelas autoridades e comunidade local;
- A maior parte dos respondentes nasceu na sub-região, pelo que também se justifica o facto de terem uma relação próxima com vários atores e agentes locais, ao mesmo tempo que consideram as relações familiares como a razão de gostar de passar tempo no lugar e também considerar este como o melhor lugar para conviver com amigos ou familiares.
- A frequência de utilização de equipamentos coletivos não é muito vincada, mas já a utilização de serviços e comércio local assume níveis acima da média, o que mais uma vez reforça a ligação de proximidade com o lugar; aliás, como corolário dessa proximidade, destaca-se a importância do sentirem-se integrados e terem amigos, enquanto principal razão para o seu sentimento de pertença, bem assim como o tipo de atividades praticadas onde também os amigos e os passeios e atividades mais ativas estão incluídos.

Quadro 216 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Apoiar o associativismo e a organização ou participação em eventos (12 casos, 7,4% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Apoiar o associativ.	66,67	12,27	40,00	4,44	0,000
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Participação	33,33	3,07	80,00	3,76	0,000
É o melhor lugar para: conviver com amigos ou familiares	Refere	75,00	24,54	22,50	3,56	0,000
Pavilhão gimnodesportivo - Frequência de utilização	Ocasionalmente	25,00	1,84	100,00	3,42	0,000
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação próxima	66,67	20,86	23,53	3,32	0,000
Frequência de relação - Banco	Frequentemente	58,33	16,56	25,93	3,18	0,001
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Frequentemente	33,33	5,52	44,44	2,91	0,002
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Boas relações	58,33	19,02	22,58	2,90	0,002
Localidade	Amoreira	33,33	6,13	40,00	2,76	0,003
Freguesia	Amoreira	33,33	6,13	40,00	2,76	0,003
Utilização de bares noturnos	Frequentemente	33,33	6,13	40,00	2,76	0,003
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Económicos, sociais	41,67	10,43	29,41	2,70	0,003
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Relações familiares	66,67	27,61	17,78	2,66	0,004
Proximidade com os residentes locais - Empresários	Relação próxima	50,00	15,95	23,08	2,62	0,004
Centro cultural - Frequência de utilização	Raramente	33,33	7,36	33,33	2,50	0,006
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Integração e amigos	50,00	17,79	20,69	2,40	0,008
Frequência de relação - Câmara Municipal	Raramente	66,67	30,67	16,00	2,39	0,008
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação próxima	50,00	18,40	20,00	2,33	0,010
É o melhor lugar para: atividades agrícolas, jardinagem	Não refere	100,00	70,55	10,43	2,23	0,013
Concelho de naturalidade	Oeste	83,33	49,08	12,50	2,21	0,013
Utilização de serviços pessoais	Frequentemente	25,00	4,91	37,50	2,20	0,014
O contributo foi reconhecido pelas autoridades locais para:	Participação	16,67	1,84	66,67	2,19	0,014
Utilização de comércio tradicional menos banal	Sempre	16,67	1,84	66,67	2,19	0,014
Frequência de relação - Participação em eventos	Sempre	33,33	9,20	26,67	2,17	0,015
Atividades praticadas na área de localização da SR	Amigos, pass., desp.	33,33	9,20	26,67	2,17	0,015
Razões da escolha do lugar para a segunda residência	Amenidades ambiente	83,33	50,92	12,05	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

As relações com as modalidades características da classe de inquiridos que estão ou estariam dispostos a dar o seu tempo ou o seu esforço em prol da melhoria do ambiente em

geral (Quadro 217), são bastante coerentes com essa vontade. Dentro desta classe incluíram-se, entre outras, as respostas relacionadas com o desejo de contribuir para a higiene e limpeza do lugar e para a preservação do património edificado.

A melhoria do ambiente em geral é também objeto de disponibilidade para a aplicação de recursos financeiros e surge também como um sacrifício pessoal para o bem do lugar que o inquirido fez ou estaria disposto a fazer, tendo ainda essa intervenção sido reconhecida pelas autoridades locais. O tipo de problemas conhecidos que afetam o local referem-se, em grande parte, à poluição, facto que é coerente com a tipologia de ações para os quais os inquiridos estão disponíveis e o que talvez explique o apontar da calma e tranquilidade, ao invés das amenidades ambientais, como principal razão de gostar de passar tempo no local da segunda residência.

Por último, interessa apenas destacar que se trata de proprietários de casas construídas, adquiridas e utilizadas entre 1961 e 1981, com gastos médios anuais de manutenção entre 500 e 1500 euros e que utilizam outros serviços locais excluindo os de limpeza, isto é, a guarda ou vigilância da habitação, tarefas de jardinagem, manutenção ou pequenas obras ou tarefas agrícolas e cuidados com os animais.

Quadro 217 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Melhorar o ambiente em geral (13 casos, 8,0% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar ambiente	61,54	14,11	34,78	3,95	0,000
Tipo de problemas que conhece no local da SR	Poluição	46,15	10,43	35,29	3,25	0,001
Ano de posse da segunda residência	1961 a 1981	53,85	14,72	29,17	3,24	0,001
Ano de início de uso da segunda residência	1961 a 1981	53,85	16,56	25,93	2,99	0,001
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	501 - 1500 €	30,77	4,91	50,00	2,97	0,001
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Melhorar ambiente	46,15	12,27	30,00	2,95	0,002
O contributo foi reconhecido pelas autoridades locais para:	Melhorar ambiente	30,77	6,13	40,00	2,65	0,004
Profissão	Doméstico	30,77	6,75	36,36	2,51	0,006
Tipo de serviços locais utilizados	Outros, sem limpeza	46,15	15,95	23,08	2,44	0,007
Ano / período de construção da casa	1961 a 1981	53,85	22,09	19,44	2,36	0,009
Freguesia	Vau	46,15	17,18	21,43	2,29	0,011
Localidade	Vau	38,46	12,27	25,00	2,28	0,011
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Calmo, tranquilo	69,23	36,20	15,25	2,24	0,013

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Os inquiridos que responderam que estavam dispostos a investir tempo e esforço em benefício do lugar relativamente à melhoria da comunidade e da terra (Quadro 218), são em número muito próximo dos que responderam que não estavam dispostos a contribuir com alguma coisa (27 *vs.* 28, respetivamente).

Quadro 218 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Melhorar a comunidade e a terra (27 casos, 16,6% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Melhorar comunidade	40,74	9,82	68,75	4,78	0,000
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Todos fins de semana	74,07	42,94	28,57	3,37	0,000
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Melhorar comunidade	25,93	7,36	58,33	3,18	0,001
O contributo foi reconhecido pelas autoridades locais para:	Melhorar comunidade	22,22	6,13	60,00	2,95	0,002
O contributo foi reconhecido pela comunidade para:	Melhorar comunidade	22,22	6,13	60,00	2,95	0,002
Frequência das estadias no Outono e Inverno	Todos fins de semana	74,07	46,63	26,32	2,94	0,002
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Todos fins de semana	74,07	47,85	25,64	2,80	0,003
O que sente saudades quando está longe do local da SR	Sossego	59,26	34,36	28,57	2,70	0,003
Utilização de comércio em grandes superfícies	Frequentemente	37,04	16,56	37,04	2,66	0,004
Atividades praticadas na área de localização da SR	TV, WWW, amigos	11,11	1,84	100,00	2,64	0,004
Gastos no local com o uso e manutenção da casa (€ / ano)	<= 500 €	22,22	7,36	50,00	2,54	0,006
Freguesia	Aldeia Gavinha	29,63	12,27	40,00	2,48	0,007
Concelho	Alenquer	29,63	12,27	40,00	2,48	0,007
Porque sente, por vezes, que pertence ao local da SR	Integração e amigos	37,04	17,79	34,48	2,44	0,007
Concelho de localização da primeira residência	Oeste	37,04	18,40	33,33	2,33	0,010
Área da casa	101 a 200 m2	62,96	41,10	25,37	2,30	0,011
Tipo de serviços locais utilizados	Outros, sem limpeza	33,33	15,95	34,62	2,27	0,011
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Outros	22,22	8,59	42,86	2,20	0,014
Utilização de serviços pessoais	Ocasionalmente	22,22	8,59	42,86	2,20	0,014
Despesa mensal em abastecimento de água	11-20 €/mês	48,15	28,83	27,66	2,14	0,016
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação de amizade	18,52	6,75	45,45	2,06	0,020
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação de amizade	18,52	6,75	45,45	2,06	0,020

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Estes números mostram como são importantes as ligações à comunidade local, isto é, mais do que se valorizarem as componentes de enquadramento da segunda residência que possam satisfazer as necessidades individuais ou da família, como a fruição de amenidades ambientais de qualidade, aumentam os níveis de preocupação com os problemas que afetam a comunidade local, muitas vezes de caráter social e económico. E esta disponibilidade para a agência no âmbito da melhoria da comunidade e da terra, reflete-se, também, na disponibilidade para a aplicação de recursos financeiros e condução de sacrifícios pessoais para a proteção do lugar, tendo também essas práticas sido reconhecidas pelas autoridades e pelas comunidades locais.

Aliás, estes proprietários têm uma frequência de utilização da casa que é das mais elevadas, sobretudo pela sua repartição ao longo de todo o ano, seja qual for o período estacional, e em todos os fins de semana, para além de uma boa parte deles (37%) ter a sua primeira residência no Oeste, factos que ajudam a justificar a referida maior ligação ao lugar, a par de um sentimento de pertença baseado na sua integração na comunidade e estabelecimento de relações de amizade com os aí residentes, incluindo alguns agentes locais como os produtores agrícolas e os políticos.

Estes proprietários detêm casas de dimensão razoável, entre 100 e 200 m^2 de área, mas com as quais têm uma despesa anual em uso e manutenção igual ou abaixo de 500 euros, situando-se a despesa mensal de consumo de água entre 11 e 20 euros, facto que está em linha com a frequência de visitação. No entanto, estes valores são baixos e apontam, em conjugação com os elementos de caracterização da ligação ao lugar e à comunidade, para sistemas informais de entreajuda e de partilha de recursos que os ajudarão a explicar. Aliás, é a luz desses sistemas que deve ser encarada a utilização de alguns serviços locais, sobretudo tendo em conta o baixo valor médio de despesas anuais com a manutenção da casa.

A classe relativa a outros motivos (Quadro 219) engloba, entre outras poucas respostas de difícil interpretação e classificação, uma maioria daquelas relacionadas com uma atitude mais passiva, mas com manifestação de vontade ou disponibilidade para aplicar tempo e esforço em benefício do lugar, tais como "quero, mas não fiz" ou "estou disposto, mas não houve oportunidade".

Apesar de esta classe abranger 21 inquiridos, as modalidades características não abundam e são, até certo ponto, pouco reveladoras de situações lógicas de fácil e direta compreensão, apesar de algumas . Deste modo, apenas se pode referir que:

- As mesmas respostas coincidem com a disponibilidade para aplicar recursos financeiros em benefício do lugar.
- Perto de metade dos proprietários têm a primeira residência no estrangeiro, facto que pode apoiar alguma falta de concretização dos domínios de agência por via desse afastamento.
- Mas, são também relevantes, em termos de sobrerrepresentação as estadias mais longas, em qualquer época do ano, facto que afasta o desconhecimento sobre os problemas locais.

Quadro 219 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Outros motivos (21 casos, 12,9% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Outros motivos	42,86	9,82	56,25	4,24	0,000
Utilização de restauração	Frequentemente	38,10	11,04	44,44	3,36	0,000
Razões porque gosta de passar tempo no lugar da SR	Calmo, tranquilo	61,90	36,20	22,03	2,34	0,010
Concelho de localização da primeira residência	Estrangeiro	42,86	20,86	26,47	2,24	0,012
Frequência das estadias na Primavera e Verão	Estadias longas	33,33	14,11	30,43	2,20	0,014
Frequência de uso durante todo o ano (síntese)	Estadias longas	28,57	11,04	33,33	2,17	0,015

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

Por último, tenta-se caracterizar, dentro do conjunto das respostas válidas, a situação oposta, isto é, a dos inquiridos que manifestaram a sua falta de disposição para intervir em prol do benefício do lugar (Quadro 220). Esta classe é das mais claras em termos da sua composição e caracterização. Trata-se de pessoas com muito poucas ligações aos lugares, nomeadamente no que respeita às relações com outros atores e agentes, e que não se identificam com os valores locais, a que acresce uma sobrerrepresentação dos que preferem outros lugares. Outras características mais específicas referem-se ao facto de serem nascidos noutras freguesias fora do Oeste, serem proprietários de casas construídas, possuídas e utilizadas na década de 1991 a 2001, localizadas em freguesias predominantemente urbanas e manifestamente atrativas pela grande proximidade de praias.

Quadro 220 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Não está disposto (28 casos, 17,2% do total)

Designação das variáveis	Modalidades características	% da modalidade na classe	% da modalidade no total dos inquéritos	% da classe na modalidade	Valor teste	Proba-bilidade
Está disposto a aplicar recursos financeiros no lugar para:	Não está disposto	53,57	12,88	71,43	5,88	0,000
Faria sacrifícios pessoais para proteger o lugar para:	Não fez	53,57	14,11	65,22	5,54	0,000
Proximidade com os residentes locais - Políticos locais (JF)	Relação inexistente	82,14	49,08	28,75	3,73	0,000
Freguesia	Atouguia da Baleia	46,43	19,02	41,94	3,53	0,000
Classificação da freguesia	Urbana Predominante	67,86	38,04	30,65	3,32	0,000
Frequência de relação - Junta de Freguesia	Nunca	67,86	38,04	30,65	3,32	0,000
Tipo de objetivos e valores locais com que se identifica	Não se identifica	50,00	23,93	35,90	3,14	0,001
Frequência de relação - Clube/Associação local desportiva	Nunca	85,71	61,35	24,00	2,82	0,002
Laços tendo em conta o local de nascimento	Nascido noutra freg.	92,86	71,78	22,22	2,69	0,004
Proximidade com os residentes locais - Produtores agrícolas	Relação inexistente	71,43	47,24	25,97	2,63	0,004
Ano de início de uso da segunda residência	1992 a 2001	42,86	22,70	32,43	2,44	0,007
Utilização de serviços pessoais	Nunca	85,71	65,03	22,64	2,40	0,008
Porque sente, por vezes, que não pertence ao local da SR	Prefere outros lug.	17,86	5,52	55,56	2,40	0,008
Acompanha a rádio local/regional?	Nunca	64,29	42,33	26,09	2,36	0,009
Proximidade com os residentes locais - Padre	Relação inexistente	71,43	49,69	24,69	2,34	0,010
Ano / período de construção da casa	1992 a 2001	35,71	18,40	33,33	2,22	0,013
Localidade	Casal Moinho	17,86	6,13	50,00	2,19	0,014
Localidade	Consolação	17,86	6,13	50,00	2,19	0,014
Ano de posse da segunda residência	1992 a 2001	39,29	22,09	30,56	2,08	0,019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e na aplicação da rotina SPAD

As principais conclusões relacionadas com as questões incluídas nas temáticas da topofilia e da terrafilia foram as seguintes:

1) Os inquiridos com mais fortes ligações ao lugar por via do nascimento e das relações familiares, são os que mais nutrem sentimentos de pertença e estão mais cientes dos problemas locais, estando também mais disponíveis para intervir

com tempo e dinheiro na solução dos que se relacionam, sobretudo, com a economia e a sociedade.

2) Os inquiridos que não têm raízes nos lugares, mas são utilizadores frequentes da segunda residência, para além de terem criado fortes relações com os lugares, também têm disponibilidade para intervir na solução, principalmente, dos problemas ambientais.

3) Aqueles que não se sentem ligados ao lugar e, por isso, também não estão dispostos a intervir na solução de problemas locais, são mais raros e mais recentes e têm a sua segunda residência em freguesias predominantemente urbanas.

A conclusão geral é assim, a de que à medida que aumentam os níveis de interação com o lugar e a comunidade, seja por via de laços familiares, seja pelo conhecimento prévio, seja ainda pelas maiores frequências de uso da segunda residência, também aumentam os níveis de topofilia e de terrafilia. No entanto, em geral, enquanto as não respostas andam em torno dos 10% quando se trata de questões relativas à topofilia, esse valor sobe para cerca de 60% quando se considera a terrafilia, o que traduz algo que é comum em qualquer comunidade, isto é, a fácil identificação com sentimentos de pertença e de apego ao lugar, mas uma maior dificuldade na mobilização desses sentimentos para a intervenção concreta sobre os problemas que afetam esse mesmo lugar.

16.5. Síntese geral dos resultados e conclusões

Apresentar uma síntese dos resultados do inquérito e as principais conclusões da análise antes efetuada, é fundamental para se perceberem as grandes linhas de causa e consequência das 98 questões ou variáveis e as correspondentes 531 modalidades de resposta após classificação das de carácter aberto. Apesar da complexidade analítica, ainda que facilitada pela aplicação de técnicas de redução de informação sem perda da sua integridade estatística, foi feito um esforço, em cada um dos pontos antes analisados, de síntese e de apresentação das conclusões relevantes. Assim, o Quadro 221 acaba sistematiza essas mesmas observações e conclusões, no sentido de tornar mais simples a compreensão das grandes linhas de definição das principais relações entre o elevado número de variáveis e respetivas modalidades.

Quadro 221 – Síntese e conclusões por dimensão e subconjunto analítico do fenómeno

Dimensão	Subconjunto	Síntese e conclusões
A Casa	Caracterização geral sobre a localização	Dentro dos aglomerados, estão as casas com 3 ou menos assoalhadas e em que os gastos com o seu uso e manutenção são maioritariamente inexistentes. Nunca se fazem estadias no outono ou no inverno, mas sim nas férias de verão. As relações familiares são a principal motivação de uso, sendo relevante a localização da primeira residência no estrangeiro. Fora dos aglomerados, são propriedade de residentes na AML que se encontram a pagar a crédito a sua primeira residência. Trata-se de casas parcialmente ligadas às infraestruturas básicas e cuja posse e utilização remonta ao período de 2002 a 2011. Os agregados familiares são de maior dimensão. A frequência de utilização mais representada é durante todos os fins-de-semana.
	Características físicas da casa	As casas mais pequenas estão implantadas em terrenos mais pequenos e os seus proprietários têm uma relação de maior proximidade com os residentes que são comerciantes. No caso das casas com dimensão média, elas ocorrem sobretudo em prédios localizados em áreas predominantemente urbanas. As casas acima da dimensão média, mas ainda com 200 m^2 ou menos, são sobretudo moradias isoladas, implantadas em terrenos com ocupações diversificadas. Os seus proprietários são também aqueles que mostram maiores níveis de relação e proximidade com o lugar e os seus habitantes. As casas de maiores dimensões localizam-se em freguesias medianamente urbanas e implantam-se em terrenos com ocupações ou usos variados.
	Alguns outros aspetos da construção da casa	As moradias repartem-se entre as isoladas, maiores, menos usadas por crianças, com alguns problemas de ligação a infraestruturas básicas, mas aparentemente de proprietários com maior capacidade financeira. As moradias em banda estão mais ligadas a aglomerações na transição entre o urbano e o rural, que já hoje têm uma função residencial adjacente a centros urbanos importantes. Os apartamentos em pequenos prédios surgem em localidades que também cumprem esse tipo de função, sobretudo no concelho de Peniche e sendo propriedade de pessoas que reclamam não ter apego ao lugar. Os apartamentos em prédios de maior dimensão concentram-se na Lourinhã, onde os proprietários apreciam mais as amenidades ambientais e estão dispostos a ter intervenções na sua melhoria.
	A casa da segunda residência comparada com a da primeira	A residência permanente localizada em áreas mais densamente urbanizadas, induz, em quem "quer ter" e "pode ter", o desejo de afastamento do bulício da cidade concretizado no uso frequente, mesmo nas épocas menos quentes, de uma segunda residência que induz a captação local de alguns rendimentos originados no exterior.
Os utilizadores	Características demográficas e socioeconómicas dos proprietários e do agregado familiar	A detenção de uma segunda residência aparenta duas leituras diferentes quando se considera o nível de instrução: i) por um lado, a maior representação de pessoas, muitas vezes com residência no estrangeiro, com instrução abaixo do secundário, mas com ligação ao lugar, seja através das relações com atores e agentes locais, seja pela correlativa ligação derivada do nascimento e das relações familiares; ii) por outro, a representação de pessoas com níveis de instrução mais elevados e, por isso, com profissões mais qualificadas, mas cujas relações com o lugar são mais fracas comparativamente com os anteriores.
	Porque quis ter uma segunda residência	Pode estabelecer-se uma divisão em dois grandes grupos de razões, um deles agregando o gostar do local, a herança e as amenidades ambientais, e o outro, juntando a necessidade de férias e recreio e lazer com o investimento. No primeiro caso, salienta se uma maior relação com o lugar, nomeadamente no contexto dos amigos e da família. No segundo casos, essas relações são mais ténues ou inexistentes, ao mesmo tempo que também se reduzem os caracteres diferenciadores destas classes.
	O envolvimento dos utilizadores com o local	A relação de proximidade com os vizinhos está naturalmente ligada a outras características de relação com o lugar, desde as menos intensas, tal como a inexistência de sentimentos de pertença, até às que resultam do facto de terem nascido na mesma freguesia de localização da segunda residência.
Os usos	A frequência de uso	As duas frequências de utilização mais representadas são: i) as férias de Verão e ii) todos ou quase todos os fins de semana. Enquanto no primeiro casos se está perante pessoas com origem na sub-região, muitas vezes naturais da freguesia onde está a segunda residência, mas a residir no estrangeiro, no segundo caso prevalecem os naturais e residentes na AML.

Dimensão	Subconjunto	Síntese e conclusões
	Finalidade de uso e atividades praticadas	A resposta à questão sobre qual a finalidade de uso da segunda residência, conduz à conclusão já revista na literatura de que elas cumprem, maioritariamente, funções ligadas ao recreio e lazer. De facto, 88,3% dos respondentes referiu apenas esse uso, enquanto 7,4% considerou a opção que junta o recreio e lazer ao trabalho e, ainda, apenas 2,5% referiu outras finalidades, onde se inclui o arrendamento da casa.
	Uso de comércio e serviços locais	Ficou claro um padrão que coloca os proprietários com mais fortes ligações aos lugares nas modalidades de utilização mais rara da restauração. Na classe de frequentemente estão as pessoas em que o elevado estatuto socioeconómico é relevante. Por último, mas em número muito reduzido, surgem os casos em que a restauração é usada sempre, em linha com motivações de férias, período em que normalmente, havendo capacidade económica, se utiliza mais esse tipo de serviço.
	O uso de equipamentos de utilização coletiva de natureza pública	No caso dos equipamentos públicos de utilização coletiva, os segundos residentes não se constituem como agentes relevantes de aumento da pressão sobre o seu uso.
	Despesas com a casa e o seu uso	Os gastos no local não surgem claramente associados ao estatuto socioprofissional dos proprietários, do mesmo modo que apenas no caso dos emigrados se regista uma relação lógica entre esses montantes de despesa e a frequência das estadias, apenas nas férias de Verão. Estas observações apontam para uma realidade em que não será pelas características sociodemográficas, profissionais e económicas dos segundos residentes que se poderão avaliar os impactes diretos sobre a economia local.
Topofilia e terrafilia	Topofilia e terrafilia	As principais conclusões relacionadas com as temáticas da topofilia e da terrafilia foram as seguintes: As mais fortes ligações ao lugar por via das relações familiares, induzem uma maior consciência dos problemas locais, gerando também a vontade para intervir, com tempo e com dinheiro, na sua solução, sobretudo os relacionados com a economia e a sociedade. A inexistência de raízes familiares quando se verifica um uso frequente da segunda residência, cria fortes relações com os lugares e gera a disponibilidade para intervir, principalmente, na solução dos problemas ambientais. Aqueles que não se sentem ligados ao lugar e, por isso, também não estão dispostos a intervir na solução de problemas locais, são mais raros e de instalação mais recente, tendo a sua segunda residência em freguesias predominantemente urbanas. A conclusão geral é assim, a de que à medida que aumentam os níveis de interação com o lugar e a comunidade, seja por via de laços familiares, seja pelas maiores frequências de uso da segunda residência, também aumentam os níveis de topofilia e de terrafilia. No entanto, em geral, verifica-se a fácil identificação com sentimentos de pertença e de apego ao lugar, mas uma maior dificuldade na mobilização desses sentimentos para a intervenção concreta sobre os problemas que o afetam.

Fonte: elaboração própria

O esforço de simplificação da multidimensionalidade do fenómeno e das suas implicações no desenvolvimento local, foi conduzido no respeito por uma racionalidade que, por um lado, não pusesse em causa o entendimento dessa mesma complexidade e, por outro, facilitasse a sua compreensão, por vezes com alguma perda de informação ou com a interferência de alguma generalização estatística, apesar de estarem sempre salvaguardadas as respetivas relações de variância.

De facto, para além da sistematização entre as componentes da casa, dos utilizadores e do uso, a que depois se acrescentou, porque com elevado valor descritivo e explicativo, a da topofilia e terrafilia, considera-se ainda necessário proceder a uma simplificação sucessiva das

subcomponentes analisadas de modo a melhor clarificar as dimensões de relação mobilizáveis para o objetivo inicial desta dissertação: o fenómeno das segundas residências e o seu contributo para o desenvolvimento local.

- A casa
  - ✓ Tipo de casa e despesas com a sua manutenção

As moradias são claramente dominantes, ainda que no interior dos aglomerados elas possam ser de dimensão abaixo dos 100 m2, o que é conforme a arquitetura dominante nas localidades estudadas. As casas dentro dos aglomerados tendem a ser de menor dimensão, incluindo apartamentos em prédios. As casas fora dos aglomerados tendem a ser moradias isoladas com dimensões acima dos 200 m^2. Não é muito clara uma relação direta entre a dimensão e localização da casa e os montantes envolvidos na sua manutenção, havendo uma interferência do fator ligação ou apego ao lugar na diminuição desses custos. Isto sugere que, informalmente, existem, por exemplo, mecanismos de garantia da segurança e de tratamento dos espaços exteriores que, no caso dos proprietários com origem na sub-região e residentes, principalmente, no estrangeiro, são mais frequentes que no caso dos originários da AML.

- Os utilizadores
  - ✓ De onde vêm, onde nasceram e quem são os proprietários

As primeiras residências localizam-se na AML, no estrangeiro e na própria sub-região, sendo pouco relevantes as origens de outras áreas do País. Não se destacam relações entre as tipologias das primeiras e das segunda residências. Enquanto os originários da AML preferem as localizações mais litorais, os do Oeste ou do estrangeiro não apresentam essa preferência de forma tão nítida.

Os originários da AML são tendencialmente mais instruídos, com profissões mais qualificadas e integrados, ou em agregados familiares de casais jovens com filhos, ou em casais idosos com filhos e/ou netos. Os originários do estrangeiro, principalmente nascidos no Oeste, são pessoas com profissões menos qualificadas.

- O uso
  - ✓ Com que frequência usam, como e para que usam a segunda residência e que serviços, comércio e equipamentos usam

As frequências mais relevantes de utilização das segundas residências, variam entre todos ou quase todos os fins de semana e apenas as férias de Verão. Enquanto as maiores frequências são mais usuais nos provenientes da AML, as férias de Verão são-no para os caso dos provenientes do estrangeiro. As estadias longas são de pessoas com proveniências variadas, mas quase sempre idosas.

As atividades dominantes são as mais passivas, tais como a leitura, ainda que os passeios a pé ou de bicicleta também sejam muito frequentes.

O uso do comércio tradicional e local é mais frequente, ainda que no caso dos provenientes da AML as grandes superfícies também ocorram de forma nítida. O uso de serviços locais, nomeadamente na manutenção da segunda residência, é raro e de difícil caracterização, ainda que entre os provenientes da AML isso seja mais frequente. O uso de equipamentos coletivos é muito pouco frequente, e restringe-se, de forma mais significativa, aos equipamentos de saúde e desportivos. De qualquer modo, essa utilização não surge como condicionadora dos níveis de oferta e procura desse tipo de equipamentos.

- Topo e terrafilia
    - ✓ Qual o gosto e apego pelo lugar, com quem se relacionam, que problemas conhecem e qual a disponibilidade para a intervenção na proteção e melhoria do lugar

Enquanto o gosto pelo lugar surge como a maior motivação para nele se localizar a segunda residência, o apego ao lugar depende nitidamente, ou das origens de nascimento e familiares, ou das maiores frequências de uso. De facto, as relações familiares e as maiores frequências de uso da segunda residência são as principais condicionantes do conhecimento sobre os problemas locais e do despoletar da vontade de intervenção na solução desses problemas. No entanto, enquanto os de mais fortes ligações aos lugares se preocupam com os problemas económicos e sociais, os utilizadores mais frequentes apontam o ambiente como o principal domínio de preocupação. Tal como já referido antes, os autóctones valorizam a comunidade e os interesses coletivos, enquanto os alóctones valorizam o ambiente e as suas motivações individuais.

VI - SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCLUSÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

17. CONCLUSÕES

Apresentar uma síntese dos resultados deste trabalho e as suas principais conclusões significa, naturalmente, dar o suficiente relevo aos principais aspetos derivados dos resultados dos inquéritos aplicados, mas agora numa lógica de sistematização daqueles que se consideram mais relevantes em termos das respostas às questões de investigação colocadas inicialmente.

Apesar da aparente repetição derivada do complexo entrecruzamento analítico efetuado no âmbito da abordagem conduzida nos capítulos anteriores, é agora feita para os pontos considerados mais relacionados com as questões de investigação, a enunciação das conclusões mais relevantes, sendo dados adquiridos os conteúdos detalhadamente apresentados nos capítulos anteriores, e a natural falta de capacidade de resposta a muitas questões que, decerto, permanecem.

17.1. As respostas às questões de investigação

Tendo em conta os resultados obtidos ao longo desta dissertação e as questões de investigação inicialmente formuladas, passa-se à sistematização dos elementos de resposta a essas mesmas questões e, para isso, chama-se a atenção para a Figura 5, a qual corresponde a um esquema ilustrativo onde se colocaram as determinantes (condições) e as condicionantes que inicialmente se considerou afetarem cada uma dessas questões. Recordamos que também logo no início, foi referido que a importância das relações existentes entre perguntas, condições e condicionantes não seria, desde logo, diferenciada, pois isso seria um dos resultados deste trabalho, sendo que esses resultados iriam ajudar a melhor configurar o sistema de relações de consequências (resultados, efeitos e impactes) sobre o desenvolvimento local (o território e o seu ordenamento), derivadas da existência de segundas residências (origem e morfologia, uso e utilizadores).

i) porque surgem e se desenvolvem as segundas residências?

Apesar de as segundas residências surgirem e expandirem-se pelo facto de haver pessoas ou famílias que querem e podem ter esse tipo de alojamento, trata-se também de ver quais as

razões que estão por detrás desse querer e poder. Ou seja, enquanto o querer e o poder ter se determinam por variáveis de carácter individual na formação do processo de decisão pessoal, a resposta ao porque surgem e se expandem articula-se também com um outro nível, mais geral, dominado pelas condições de produção, de consumo e de reprodução social. Ou seja, para além da decisão de ter, porque quer e pode ter, interessa também saber quais as condicionantes que estão na origem dessa decisão, isto é, quais os fatores de contexto que justificam a própria existência e expansão desse tipo de imobiliário.

Os resultados obtidos mostram claramente que as condições que estão na base para o surgimento e desenvolvimento das segundas residências se ligam de forma direta e inequívoca às que se relacionam com os fatores individuais e familiares que conduziram à sua posse e uso. Neste sentido, pode a resposta a esta questão ser desagregada em duas outras que, logo à partida, estruturaram o modelo analítico adotado nesta dissertação.

- quem quer ter uma segunda residência, e porquê?

A resposta à primeira questão, «quem quer ter uma segunda residência, e porquê?», ficou tentativa, mas insuficientemente, respondida por algumas das questões do inquérito, sobretudo ao nível do Continente. As razões apresentadas são raramente objetivas sobre o confronto entre o quotidiano citadino e as vantagens da posse de uma segunda residência, mas surgem muitas vezes manifestadas por razões indiretas que ampliam as perceções positivas sobre as localizações destas, o conhecimento dos problemas dos lugares e a vontade de intervir na sua resolução. Também as características dos proprietários e utilizadores, a localização das suas raízes e a constituição dos seus núcleos familiares, são razões importantes para a decisão de ter uma segunda residência. Neste caso, são relevantes duas condições: i) um agregado familiar numeroso ou alargado que precisa de um espaço para descanso ou férias; ii) um agregado familiar restrito e pouco numeroso, com disponibilidade de tempo e que, potencialmente, também pode acolher a sua família alargada num espaço de descanso e lazer, também para férias.

A necessidade de férias, o gosto pelas amenidades ambientais e a herança de uma casa são as principais razões para o querer ter uma segunda residência. No conjunto, no caso do Oeste, estas razões aparecem em 115 dos 163 inquéritos válidos. No caso do Continente, estes valores são, só relativamente às heranças ou doações, de 118 em 312 nos casos.

Um olhar detalhado sobre as respostas recolhidas no inquérito aplicado no Oeste, mostra que a necessidade de descanso, as férias e sair da cidade, são razões apontadas por 40,9% dos

inquiridos, seguindo-se a herança da casa (24,5%), o gostar do lugar ou ter lá raízes familiares (20,8%) e a oportunidade de investir (11,9%). Por fim, registam-se três casos (1,9%) que referem o trabalho como a razão para ter uma segunda residência.

A herança da casa, que ao nível do Continente representa 38% do total dos 312 inquéritos, é, sem dúvida, uma das razões fundamentais para a decisão de ter uma segunda residência e que é mais facilmente detetável. Deste modo, considerar que o «empurrão» providenciado pela situação de herança ou doação de uma casa, sobretudo quando numa localização onde se podem apreciar amenidades ambientais relevantes é, para além de outras, uma forte razão para a decisão de ter uma segunda residência. Para além das situações em que essa ajuda é efetiva, salienta-se a necessidade de um espaço para férias e a vontade derivada da procura de amenidades ambientais específicas que, ao mesmo tempo que providenciam esses mesmos espaços de férias, também suportam fugas frequentes a um ambiente urbano demasiado exigente em dedicação e esforço quotidianos.

De qualquer modo, o querer ter é uma decisão individual ou familiar cuja racionalidade é de difícil aprofundamento no âmbito do urbanismo, já que existem inúmeras variáveis psicossociais, de comportamento e de atitudes e práticas individuais, cuja explicação e justificação não se confinam ao positivismo lógico das relações entre a humanidade e o meio, ou da ecologia humana. De facto, a literatura evidencia exatamente isso, fazendo também a ligação com as várias etapas do ciclo de vida familiar, pois parafraseando Linda Lundmark e Roger Marjavaara, a investigação sobre o tema mostra que essas razões são muitas vezes múltiplas e de grande complexidade que, inclusivamente, vão variando ao longo da vida (Lundmark & Marjavaara, 2013, p. 215).

Tal como se salientou no capítulo I, Reiner Jaakson (Jaakson, 1986) foi o autor, apesar da sua perspetiva fenomenologista pouco dada à quantificação, que de forma muito clara se debruçou sobre a questão das razões para a decisão de ter uma segunda residência, e de acordo com a sua experiência de cerca de 20 anos na auscultação de cerca de 300 segundos residentes, concluiu que a compensação ou recompensa, o ciclo de vida e o rendimento, eram os três grandes grupos de razões que suportavam essa decisão. Apesar de ele ter conduzido esse estudo no Canadá, os seus resultados não são muito diferentes dos obtidos nesta dissertação. Por um lado, a disponibilidade de rendimento é traduzida pelo estatuto socioprofissional dos inquiridos e, por outro, a recompensa fica espelhada na necessidade de fuga ao ambiente citadino, sendo

também certo que o ciclo de vida, refletido no parentesco dos utilizadores, ou seja, casais sós, com filhos, com netos, ou com filhos e netos, também é relevante.

A questão do rendimento surge diretamente referida em alguns estudos, tal como o desenvolvido por Xiao Di *et al.*, nos EUA, onde concluíram que:

> "Second-home owners are identified as most likely to be higher-income, middle-aged, white married couples" (Zhu Xiao Di, McArdle, & Masnick, 2001:17);

ou o conduzido por Chris Paris, no Reino Unido e Irlanda, o qual inequivocamente declara que:

> "affluence and mobility have been key drivers of the growth of second home ownership" (Paris, 2010:17).

Por sua vez, os já citados Morten Skak e Gintautas Bloze, apesar de estarem mais interessados na questão do aluguer das segundas residências, sistematizam também o significado da recompensa ou compensação, ou seja, dos motivos relacionados, por um lado, com a necessidade de descanso e, por outro, com a fuga da vida citadina, muitas vezes com habitações permanentes pequenas ou sobrelotadas e com défice de espaços verdes (Skak & Bloze, 2017:706). No entanto, no caso português, as condições de vida no local da primeira residência não são discriminantes nos resultados obtidos, ainda que se verifiquem muitas semelhanças com aqueles a que chegaram Cabrerizo e Colás

> Second homes are most common among car-owning households living in multi-family dwellings in densely-populated urban areas comprising high-rise apartment blocks, aged in the 45-65 range in a relatively high socioeconomic category, with no financial expenditure on the primary dwelling and preferably living in one of Spain's most developed regions. (Módenes Cabrerizo & López Colás, 2007:169).

A conclusão geral de que a propensão para a posse e uso de uma segunda residência está mais relacionada com o facto de as pessoas viverem em ambientes urbanos de elevada densidade é, de qualquer modo, comum a muitas realidades geográficas, incluindo também as da Europa do Norte, tal como Anna Strandell e C. Michael Hall concluíram para a Finlândia:

> The results of this study provide support for the compensation hypothesis: the denser the residential environment, the more days are spent at second homes, and residents without private gardens tend to use more second homes. Compensation is not however so closely connected to the lack of green space in residential area. Nevertheless, we still do not have a conclusive view of compensation phenomenon and their intensity, but these results demonstrate more clearly the connection between the residential

environment and the use of second homes. (Strandell & Hall, 2015:22).

Apesar de as conclusões gerais serem coincidentes, há uma que não é suficientemente destacada na literatura sobre o tema e que, no caso português, assume um especial significado. A existência de laços familiares, não só enquanto declaração explícita que esteve na base da decisão de ter uma segunda residência (20,8% dos 163 inquiridos do Oeste), mas também enquanto razões que resultam da herança da casa (38% do total dos 312 inquéritos efetuados ao nível do Continente), são um dos motivos mais salientes do estudo efetuado.

A segunda pergunta em que se pode desagregar a outra mais geral relativa ao «porque surgem e se desenvolvem as segundas residências?» continua a relacionar-se com as condições de base já referidas, ou seja, as condições individuais e familiares que conduzem à sua posse e ao seu uso.

- quem pode ter uma segunda residência, e como?

De acordo com as hipóteses inicias, a seguir ao querer ter, sobrevêm os recursos financeiros disponíveis e a capacidade de suportar múltiplas residências para se poder responder à pergunta sobre quem pode ter, e como, uma segunda residência.

Os resultados do estudo, numa visão muito redutora e mecanicista, parecem não confirmar completamente as hipóteses iniciais. Por um lado, nem o estatuto socioprofissional, nem o rendimento disponível medido a partir das despesas suportadas na manutenção da segunda residência, explicam a resposta à pergunta, mas já a origem e as raízes dos utilizadores, são variáveis que ajudam a entender as questões da posse da segunda residência. Tanto os residentes no estrangeiro, como noutras áreas do País, mas com laços familiares nos locais, ou com outras motivações de frequentação e uso e que adquiriam ou construíram as casas, mesmo sem terem quaisquer ligações aos lugares, não se diferenciam pelos seus níveis de instrução ou profissões mais qualificadas, do mesmo modo que não surge claramente definida uma associação entre essas características e a dimensão, implantação ou custos de manutenção da casa.

Mais uma vez, são as razões e as motivações ligadas, ou à procura de amenidades ambientais de quem vive na cidade e procura algo diferente a uma ou duas horas de viagem da primeira residência, ou mesmo a 2 ou 3 horas de viagem, sobretudo nos casos da procura de locais de férias, ou de quem tem raízes familiares, mesmo que de segunda geração, que suportam alojamentos herdados ou doados, preferencialmente em áreas com amenidades

ambientais específicas, mas que também se podem localizar a 2 ou 3 horas de distância, aquelas que apoiam a resposta a esta pergunta de investigação.

Em síntese, apesar de serem importantes as capacidades financeiras e de disponibilidade de tempo para a circulação entre locais de residência diferente, emergem como mais relevantes as ligações ao lugar e as concomitantes facilidades de obtenção ou estabelecimento da casa e a formatação dos seus usos e frequências de utilização. De qualquer modo, esta relação de posse, tendo por base a capacidade da sua sustentação, ficará sempre balizada por duas observações: i) o balanço entre o querer e o poder ter, sendo que aqui nunca será fácil equacionar o que mais pesa, pois quando se trata do "querer é poder", existem determinantes e condicionantes que nunca são de fácil avaliação; ii) a necessidade do ter e, por isso, a interferência entre a capacidade financeira e as relações familiares e de sustentação delas mesmas, em amplitudes que podem variar entre os descansos de fins-de-semana e as férias de todo o agregado familiar. Seja como for, para além da intermediação das facilidades de aquisição da casa ou da necessidade de usufruir de outro ambiente, permanecem válidas as razões que equilibram a vida citadina e de trabalho com a do campo, da praia e do descanso.

Em suma, neste estudo ficou demonstrado que a hipótese da compensação referida no capítulo I, apenas fica mais claramente confirmada por razões ligadas ao ambiente urbano de localização da primeira residência e não pelas características formais e tipológicas destas. Relativamente à hipótese da afluência ou do rendimento, os rendimentos também não surgem como suficientemente discriminantes das maiores ou menores facilidades de posse, sendo até mais clara uma relação, em maior número de casos, entre os baixos custos de manutenção e outras características como a existência, ou não, de familiares no local. De facto, na sequência do que foi concluído por Juan Antonio Módenes Cabrerizo & Julián López Colás para Espanha (Módenes Cabrerizo & López Colás, 2007), no caso do presente estudo, os indicadores de estatuto socioeconómico apontam para uma maior predominância dos níveis de instrução mais elevados e das profissões mais qualificadas, ainda que no caso dos emigrantes essa situação não seja tão favorável.

Em síntese, a resposta à questão sobre "quem pode ter e como", acaba por se dividir em dois conjuntos de argumentos interrelacionados. Por um lado, o conjunto das pessoas que podem ter porque herdaram uma casa, sobretudo em locais com os quais têm relações de topofilia relevantes ou onde ainda mantêm relações familiares. Por outro lado, o conjunto das pessoas que «podem ter», sobretudo pela sua capacidade financeira, e que, mais

frequentemente, compraram um apartamento em lugares de desenvolvimento turístico mais ou menos forte. No meio destas duas realidades, pode colocar-se aquela que corresponde à construção pelo próprio, misturando-se aqui os dois posicionamentos de relação com os lugares, mas sendo mais relevante aquele que se coloca do lado das relações mais próximas com os lugares, verificadas tanto no caso dos emigrantes, como no dos residentes na AML.

ii) porque surgem elas em determinados locais e como varia a sua morfologia?

Um capítulo desta dissertação foi inteiramente dedicado à investigação sobre como tem evoluído a localização das segundas residências no Continente português, desde os anos 60 do século XX. Desse estudo macro e com a contribuição dos resultados obtidos nos dois processos de inquirição conduzido a duas escalas diferenciadas, pode concluir-se o que se segue.

Durante as décadas de 60 e 70 do século XX, as segundas residências estavam sobretudo representadas no interior serrano e fronteiriço, ou seja, nas áreas que mais cedo experimentaram fenómenos de emigração, nacional e internacional. Na década seguinte, para além da continuação da expansão nas áreas do interior rural, reforça-se o crescimento e consolidação do fenómeno no Algarve. A década de 90 do mesmo século mantem as tendências dos períodos anteriores, ainda que, pela negativa, junto às áreas metropolitanas e dado o seu crescimento, se reduza, no conjunto dos alojamentos, o peso das segundas residências. A primeira década do século XXI corresponde também a uma consolidação das tendências já desenhadas desde os anos 80, ou seja, alastramento da proporção de segundas residências no interior rural, crescimento no Algarve e em outras áreas litorais, sobretudo a norte da AML, e reforço de uma faixa de transição entre o litoral urbano e turístico e o interior rural e em forte declínio demográfico.

O surgimento em geografias diferenciadas, entre o urbano e turístico e o rural e em declínio, é um dos principais traços evolutivos do fenómeno que, por sua vez, se explica pela interferência de duas forças motrizes principais. Por um lado, o processo de urbanização acompanhado pelo aumento da procura de descanso e lazer e fuga ao ambiente citadino e, por outro, a desertificação humana do mundo rural, com a consequente libertação de alojamentos que rapidamente são reconvertidos para outros usos. Qualquer uma destas duas forças se interrelaciona, dando origem a dois tipos de procura, uma conduzindo ao crescimento das estâncias balneares e turísticas e outra reforçando o uso, sobretudo sazonal, das casas rurais que antes eram primeira residência.

Mas, a resposta a «porque surgem em determinados locais», só fica definitivamente esclarecida quando se consideram as características específicas desses mesmos locais, sendo que neste particular existem alguns aspetos que ficaram bem destacados no decurso da investigação:

1) a existência de amenidades ambientais específicas, desde a praia ao campo e à serra, sendo que, em alguns casos, esses mesmos atrativos conduziram, ao desenvolvimento turístico;
2) a existência de relações familiares e/ou de topofilia com os lugares, fator de atração muito relacionado com a maior facilidade de estabelecimento e de manutenção da casa;
3) em articulação com os dois aspetos anteriores, a distância à primeira residência, amplamente demonstrado ser uma das principais restrições à maior ou menor frequência de uso.
4) por fim, apesar de isso ser um pouco marginal ao estudo do fenómeno em termos internacionais, mostrou-se algo relevante, no caso da presente investigação, a parcela de segundas residências localizadas no interior das áreas metropolitanas, ou seja, em áreas de forte urbanização, onde as casas cumprem funções de apoio ao estudo ou ao trabalho e tiveram na sua origem a herança ou a compra enquanto investimento seguro.

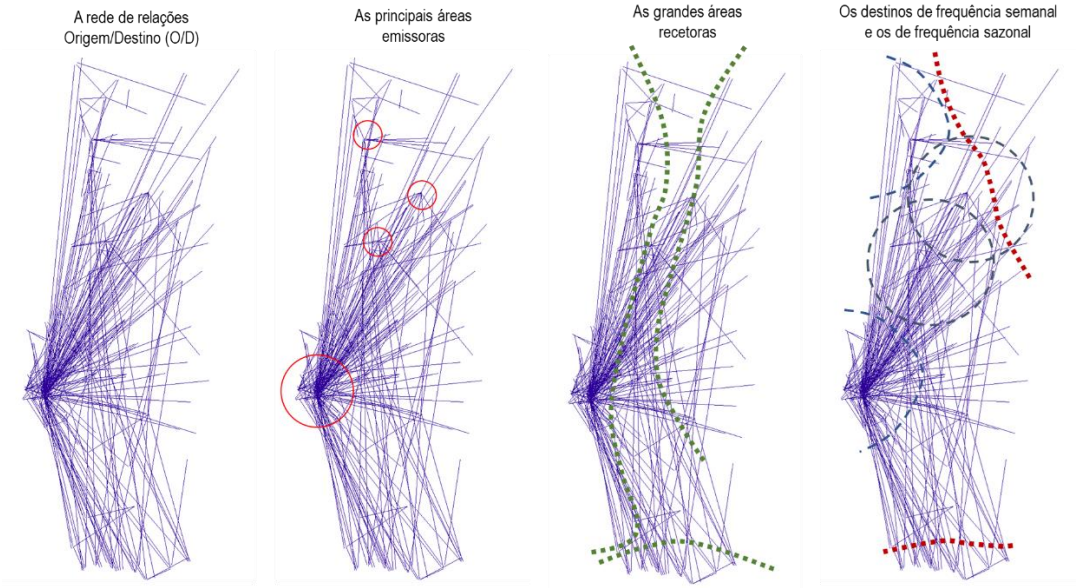
Um elemento fundamental para a resposta às razões da sua localização, diz respeito à sua distância à primeira residência. No caso do Oeste, as primeiras residências localizam-se na AML, no estrangeiro e na própria sub-região, sendo pouco relevantes as origens de outras áreas do País. Não se destacam relações significativas entre as tipologias das primeiras e das segunda residências. Enquanto os originários da AML preferem as localizações mais litorais, os do Oeste ou do estrangeiro não apresentam essa preferência de forma tão nítida.

Relativamente aos resultados dos inquéritos a nível do Continente, é nítida uma maior concentração das primeiras residências, tanto na AML como na AMP e, também, em algumas sedes de distrito mais ou menos interiores.

Este padrão de distribuição acaba por estar relacionado com um balanço entre o volume da procura potencial e a necessidade ou efetividade da posse de uma segunda residência. Isto é, quem reside em áreas do país que já são mais atrativas do ponto de vista do usufruto da praia ou do campo, por exemplo, não tem necessidade de grandes mudanças ambientais como motivo

para a posse de uma segunda residência, enquanto quem vive em áreas de maior densidade urbana procurará, cada vez mais longe, até pelo próprio processo de expansão metropolitana, esses mesmos atrativos. No entanto, não pode esquecer-se que a existência de relações familiares com o lugar são independentes da capacidade atrativa das amenidades ambientais e do efeito de atrito da distância.

A Figura 132 ilustra a interpretação das relações de distância entre primeiras e segundas residências. As relações origem/destino permitem identificar, pelos maiores quantitativos envolvidos, quatro grandes centros emissores, os quais incluem as áreas metropolitanas e as cidades de Coimbra e Viseu. Por sua vez, a observação dos principais destinos dos fluxos gerados entre as duas residências, permite a identificação de três grandes áreas recetoras, constituídas pelo litoral oeste, o Algarve e uma longa faixa interior entre Castelo de Vide e Chaves. Por fim, uma interpretação das relações entre áreas emissoras e áreas recetoras, resultou na identificação de dois grandes tipos de áreas: aquelas que podem permitir uma frequência de uso semanal, porque relativamente próximas dos centros emissores tendo em conta distâncias e tempos de deslocação não superiores a duas horas e, a maiores distâncias, as que mais se ajustam a uma frequência sazonal, com destaque para o Algarve e o interior entre Idanha e Montalegre.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados dos inquéritos aos proprietários e utilizadores de segundas residências

Figura 132 – Uma interpretação das relações de distância entre primeira e segunda residência

As localizações no Continente português ajustam-se, em grande medida, ao que John Terence Coppock já concluía em 1977, quando referia que as segundas residências se concentravam junto à costa, nas montanhas e nas cercanias das grandes cidades (Coppock, 1977:6). De facto, tanto os dados censitários, como os resultados dos inquéritos, apontam exatamente para isso, ainda que as áreas de montanha de John Coppock, no caso português, sejam os planaltos e montanhas do norte da Beira e de Trás-os-Montes.

Em termos morfológicos, apenas se pode concluir que existe uma associação entre as áreas acima enunciadas e a tipologia das casas de segunda residência, no caso das áreas de mais forte desenvolvimento turístico, onde dominam de forma clara os apartamentos em prédios. Para as moradias, isoladas ou em banda, com maiores ou menores áreas e implantadas em terrenos de maiores ou menores dimensões, os resultados foram os que a seguir se apresentam.

Como conclusão de caráter geral, é indubitável a localização das casas no interior dos aglomerados urbanos, sendo mais raras as localizações fora dos seus perímetros. Logo à partida, estes factos mostram que pelo menos no que respeita ao ordenamento do território, este tipo de alojamentos não representam um problema de especial relevo ou mais difícil solução face aos restantes (alojamentos ocupados ou vagos, tanto para venda ou aluguer, como por estarem devolutos, ou em ruína).

No caso do Oeste, as moradias são claramente dominantes, ainda que no interior dos aglomerados elas possam ser de dimensão abaixo dos 100 m2, o que é conforme a arquitetura dominante nas localidades estudadas. No caso do Continente, as moradias, sejam isoladas, sejam em banda, são a tipologia dominante. No entanto, os apartamentos, naturalmente associados a freguesia mais urbanas e já com algum desenvolvimento turístico, representam 33,0% do total. Em síntese, os dados censitários mostram a mesma realidade que a detetada pelos inquéritos. Apesar da relevância das moradias, naturalmente mais ligadas a um conceito de segunda residência tradicional em diferentes contextos territoriais, os apartamentos começam a ter um peso crescente. Isto está de acordo com o aumento da frequentação de áreas mais densificadas do ponto de vista da utilização turística, com particular destaque para a fruição balnear, mas também é revelador da consolidação de estratégias de investimento imobiliário mais integradas nesse mesmo mercado, ou seja, menos arriscadas em termos do seu retorno futuro.

Ainda no Oeste, as casas mais pequenas estão implantadas em terrenos mais pequenos e os seus proprietários têm uma relação de maior proximidade com os residentes que são

comerciantes. No caso das casas com dimensão média, elas ocorrem sobretudo em prédios localizados em áreas predominantemente urbanas. As casas acima da dimensão média, mas ainda com 200 m2 ou menos, são sobretudo moradias isoladas, implantadas em terrenos com ocupações diversificadas. Os seus proprietários são também aqueles que mostram maiores níveis de relação e proximidade com o lugar e os seus habitantes. As casas de maiores dimensões localizam-se em freguesias medianamente urbanas e implantam-se em terrenos com ocupações ou usos variados.

No Continente, as parcelas de implantação das casas com áreas de 300 m2 ou inferiores, são 40,0% dos casos, enquanto acima desse valor de área estão 32,1%. Por sua vez, a área das casas divide-se entre 42,6% que vão até aos 100 m2 e 47,4%. que ficam acima desse valor, sendo os casos acima de 200 m2 de apenas 13,8%.

Em síntese, para além da mais fraca incidência das situações em que a disponibilidade de terreno extra é uma motivação para a posse de uma segunda residência, também resulta claro que, elas não tendem a ser, generalizadamente, objeto de ostentação.

A tentativa de encontrar na literatura científica um trabalho sistemático sobre as questões da morfologia ou tipologia das construções não teve resultados. Para além de uma abordagem do ponto de vista da arquitetura de tipologias como as *summer cottages* (Wolfe, 1977:23–28), não identificámos nenhum autor que tenha tratado a questão da diferenciação construtiva e tipologia habitacional segundo diferentes áreas, tipos de utilizadores e tipos de uso, apesar de ser frequente a referência, que também ficou demonstrada nesta dissertação, ao predomínio dos apartamentos, tanto em áreas mais turísticas, como mais urbanas.

Do que se conseguiu apurar na literatura, resultam as seguintes observações:

- No Reino Unido, mais do que em áreas turísticas, também se disseminaram os apartamentos comprados nas cidades para os filhos residirem enquanto frequentam a universidade (Paris, 2013:10).
- Em França, nos departamentos de Savoie, nos Alpes, e de Hérault, na costa mediterrânea, a maior parte das segundas residências, em torno dos 75%ou em mais de metade, respetivamente, são apartamentos, tendo as moradias isoladas tido um crescimento inferior a essa tipologia (Zaninetti, 2013:150).
- No caso da Finlândia, onde se passou de uma motivação ligada às raízes familiares campestres ou de «return to childhood and family rural environments» (Hiltunen, Pitkänen, Vepsäläinen, & Hall, 2013:176) para outra mais turística ligada à prática

de atividades de ar livre, tanto nas áreas rurais mais interiores, como ao longo da linha de costa, têm surgido, para além de moradias isoladas de uso próprio, outras para aluguer, bem assim como casas de apartamentos (Hiltunen, Pitkänen, Vepsäläinen, & Hall, 2013)

- Na África do Sul, nas aglomerações estudadas por Gijsbert Hoogendoorn, muitas das casas de segunda residência não foram construídas de novo, pelo que ele até considera que os seus impactes ambientais são menores (Hoogendoorn, 2010, p. 177).
- Na Noruega, as áreas, em metros quadrados, das segundas residências tendem, em média, a ser ligeiramente superiores às de primeira residência (Kaltenborn, Andersen, & Nellemann, 2009:195) e, quando existe a reconversão de segundas em primeiras residências, tal como aconteceu em Lillehammer na fase pós-olimpíadas de inverno de 1994, podem ocorrer transformações, mas apenas ao nível dos seus interiores (Flognfeldt, 2004:240).
- Na Dinamarca, as casas que estão no mercado de arrendamento para férias, têm em torno de 96 m2 (Skak & Bloze, 2017:702).
- Na Rússia, as *dachas* remontam ao regime soviético e ainda continuam a difundir-se, sobretudo na periferia das grandes cidades como Moscovo, onde os moscovitas procuram parcelas de terreno nos arredores da cidade para construírem a sua própria casa (Nefedova & Pallot, 2013).

Formalmente, tanto na América do Norte, como na Europa do Norte e de Leste, as construções em madeira, aparentam-se entre si, desde as mais modestas, como as pequenas cabanas norueguesas, às mais sofisticadas, como algumas *dachas* russas. No entanto, não se podem identificar características construtivas e tipológicas específicas das segundas residências, pois tal como refere Wolfe, no caso do Canadá:

> "take any kind of dwelling that you are likely to find in any city, hamlet or farmstead; add mansions and estates that no city would encompass, and hovels so mean that the worst slum would not tolerate them; there is the range of the architecture of the summer cottage" (Wolfe, 1977:25–26)

Em síntese, sobre a questão das tipologias habitacionais, existem algumas diferenças entre países, mas, no essencial, não se destacam as que possam ser específicas de algumas áreas de expansão do fenómeno. Apenas é de salientar, por um lado, a preservação de algumas construções tradicionais ou mesmo a sua ressuscitação através do uso de materiais e técnicas

de construção modernas e, por outro, a introdução de novas formas arquiteturais que têm em vista responder à crescente procura. Em Portugal, apesar de isso não ter sido especificamente abordado nesta dissertação, também se pode acrescentar a introdução de novas estéticas construtivas, nomeadamente em áreas de forte emigração. No entanto, não se faz referência a isto numa perspetiva de julgamento, mas sim na do seu contributo para a alteração da identidade territorial objetiva, dentro da mesma linha de pensamento que Mário Moutinho já prosseguia em 1982 (Moutinho, 1982).

iii) como são elas utilizadas e quais as características dos seus utilizadores?

Começando pelas características dos utilizadores, as conclusões da investigação realizada são as que a seguir se apresentam.

No caso do Oeste, os originários da AML eram tendencialmente mais instruídos, com profissões mais qualificadas e integrados, ou em agregados familiares de casais jovens com filhos, ou em casais idosos com filhos e/ou netos. Os originários do estrangeiro, principalmente nascidos no Oeste, eram pessoas com profissões menos qualificadas.

Para o caso do Continente, também os originários da região de Lisboa, incluindo a AML, eram mais instruídos e com profissões mais qualificadas. Os emigrados no estrangeiro tinham mais baixos níveis de instrução e profissões menos qualificadas.

Em síntese, atendendo à proveniência geográfica e, sobretudo, ao caso das áreas metropolitanas, conclui-se que os proprietários de segundas residências são tendencialmente mais qualificados que a população em geral.

Ainda no caso do Oeste, a distribuição por grupos etários punha em evidência uma importância equilibrada dos grupos dos 45 aos 74 anos, ou seja, 20,9% tinham entre 45 e 54 anos, 23,9% tinham entre 55 e 64 anos e 23,3% tinham entre 65 e 74 anos. Os grupos abaixo dos 45 anos tinham uma representação agregada em torno dos 13%. Em termos do estado civil, 74,9% eram casados, 4,3% divorciados, 11% viúvos e 9,2% solteiros.

Já no caso do Continente, 86,9% dos inquiridos, distribuíam-se pelo intervalo dos 25 aos 80 anos, mas o grupo mais representado (29,8%) foi o dos 45 aos 64 anos. Daí, serem mais frequentes, enquanto utilizadores, os agregados familiares correspondentes a casais com filhos (44,2%) e casais com filhos e netos (22,1%).

Em síntese, quaisquer uns destes resultados estão em linha com a literatura e traduzem a relação do uso da segunda residência com os ciclos de vida familiar. No caso particular do turismo residencial, esta realidade altera-se, sobretudo pelo aumento da parcela dos mais idosos.

Os inquéritos efetuados no Oeste, mostraram que os níveis de instrução dominantes se situavam abaixo do secundário (49,7%), mas a representação dos níveis mais avançados, ou seja, o ensino médio ou superior era de 30,7%, restando o secundário com apenas 17,2%. Os inquiridos com um nível de instrução abaixo do secundário estavam mais representados por naturais da sub-região ou que residiam no estrangeiro. Em geral, os reformados (30,1%) e as profissões mais qualificadas, considerando especialistas (17,8%), dirigentes (9,2%) e técnicos (8,0%), constituem a maioria dos casos.

Os inquéritos efetuados a nível do Continente, mostraram que o ensino médio e superior era o nível de instrução mais frequente, com 53,5%, sendo que acima da licenciatura se registavam 19,9% dos inquiridos. O ensino secundário era detido por 18,3% e, abaixo desse nível, estavam 8,3%. Esta distribuição reflete-se na maior representação das profissões mais qualificadas, com o conjunto do pessoal dirigente, especialistas das profissões científicas e técnicas e profissões técnicas de nível intermédio, a representarem 64,1% do total. Os reformados eram apenas 12,2% dos inquiridos.

Em síntese, os graus de instrução são geralmente mais elevados a nível do Continente face ao Oeste, apesar de a proporção de pessoas com o secundário ser muito semelhante. Estas diferenças são pouco relevantes e são o resultado da conjugação de dois factos: i) as diferenças no processo de inquirição; ii) as diferenças regionais e de escala nesse processo. As profissões, globalmente mais qualificadas, estão em linha com o estatuto social e económico necessário à satisfação do desejo de ter uma segunda residência.

Na literatura, a questão do nível de instrução não é muito relevante no caso da China (Huang & Yi, 2011:440), mas já no caso da Dinamarca, as hipóteses de ser proprietário de uma segunda residência aumentam bastante no caso das pessoas com o ensino profissional ou superior (Skak & Bloze, 2017:703), do mesmo modo que na Finlândia, onde a probabilidade de uso ou posse de uma segunda residência é maior no caso das pessoas detentoras de mais elevados níveis de instrução comparativamente às pessoas com menor escolaridade (Strandell & Hall, 2015:16). De qualquer modo, entende-se que o nível de instrução, só por si, não é uma característica relevante, ainda que seja importante quando cruzada com a profissão, ou seja, o que mesmo interessa é a capacidade económica e financeira.

Para o Oeste, a média de pessoas do agregado familiar que usam a segunda residência era de 3,2, valor que sobe para 4,3 quando se retiram os agregados unipessoais ou apenas casais. Já no caso do Continente, foi possível apurar que 43,0% dos utilizadores das segundas residências o faziam em grupos de 3 a 5 pessoas, seguindo-se o grupo de 6 ou mais pessoas, com 28,2%.

Tal como já concluído por alguns autores, são comuns as situações em que os utilizadores, na mesma estadia, vão para além das relações familiares, podendo ocorrer a presença de mais de 5 pessoas (Müller, 2002:438) ou, como foi investigado por Dieter Müller na Suécia rural, tendo em conta proprietários alemães, predominam os agregados familiares com entre 2 e 4 pessoas (Müller, 1999:158). De qualquer modo, a principal conclusão terá de ser a de que os grupos de 3 ou mais utilizadores, independentemente das suas relações familiares, é o mais frequente. Este facto também está de acordo com a relação que outros autores estabeleceram entre a dimensão dos agregados familiares e a predisposição para a posse de uma segunda residência. Tal como refere Julién López Colás,

> Otro factor a tener en cuenta en la disposición de una residencia secundaria es el tamaño del hogar. (…) Por un lado, el tamaño medio de los hogares con [segunda residencia] es mayor que el del conjunto de los hogares españoles, 3,59 y 3,29 personas por hogar respectivamente. Y por otro, el disfrute de este tipo de vivienda es más frecuente en los hogares más numerosos, en los extensos y las parejas con hijos, 4,57 y 4,06 personas por hogar respectivamente." (Colás, 2003:193)

Tendo em conta os resultados obtidos no Oeste, a existência de relações familiares pôde ser inferida a partir do concelho de naturalidade do inquirido e, neste caso, os que faziam parte da própria sub-região representavam 49,1% do total, sendo que a coincidência entre a freguesia de nascimento e a freguesia de localização da segunda residência se verificava em 23,9% dos casos. A herança da casa foi uma das razões mais importantes para a decisão de ter uma segunda residência, para além do facto de se gostar do local ou de já existirem ligações à terra. Isto mostra como é relevante a existência de relações familiares como estando na base da expansão do fenómeno.

Relativamente ao que foi possível apurar pelo inquérito a nível do Continente, 47,8% dos inquiridos tinham familiares no local da segunda residência e, 68,9% das pessoas que não tinham essas relações, compraram as casas, sendo estas principalmente apartamentos e de uso a partir de 2012. A herança ou doação como forma de posse distinguia-se pela existência de

familiares no local (mais de 70% dos casos) e por terem sido casas construídas e usadas já desde os anos 60.

Em síntese, a ausência de familiares no local está mais ligada às áreas mais urbanas e de maior desenvolvimento turístico. Em geral, os sentimentos de pertença são mais fluidos e, a existirem, confirmam, por via do aumento da mobilidade e do alargamento de novas formas de relacionamento social e económico, o declínio da ligação afetiva a um único lugar e a abertura do leque de sentimentos de pertença a outros lugares, independentemente das ligações de nascimento ou familiares. A herança ou doação das casas relaciona-se mais com as áreas entre o rural e o urbano, onde o fenómeno da sua expansão já está em declínio, ou com as áreas mais rurais, onde ele está consolidado e cristalizado. A existência de familiares no local justifica laços mais fortes e também mais fortes sentimentos de pertença ao lugar.

Relativamente à questão da herança e da sua importância no processo de expansão do fenómeno, estas mesmas conclusões foram obtida para Espanha (Colás, 2003:231) e, em França, já em 1973 François Cribier chamava a atenção para a democratização da posse de segundas residências, nomeadamente porque

> "Le jeu des héritages et l'exode rural font de beaucoup de petites gens des villes les propriétaires de maisons rurales inhabitées" (Cribier, 1973:187)

Em Itália, ainda que mais na ótica do chamado *roots tourism*, é muito relevante o quantitativo de pessoas que buscam os seus locais de origem ou que mantêm laços familiares com eles (A. Perri, 2013; Romita, 1999), sendo que, tal como em Portugal, isto é particularmente visível no caso dos emigrantes para outros países que, mais tarde, pretendem regressar (Antonella Perri, 2018:181).

Apesar de ser bastamente referida a questão da origem de segundas residências por associação a fenómenos de reestruturação das economias rurais, com consequências na emigração e libertação de imobiliário (Müller, 2004:245–246), no caso dos países da Europa do Norte ou de Leste, não se encontraram referências destacadas a este tipo de processo de posse e de manutenção de relações familiares. No entanto, no caso da Noruega, Thor Flognfeldt, destaca que a origem de muitas segundas residências de família resultaram de processos de emigração (Flognfeldt, 2002:189) e outros autores, no caso da Suécia, referem a herança, mas com origem no facto de os seus pais ou avós já aí possuírem a sua segunda residência (Marjavaara, 2008:27). Em geral, a associação entre a herança, as relações familiares e os processos de reestruturação rural, quando se trata de comparações entre países, deve ser

contextualizada em termos históricos, já que cada um destes elementos se desenvolve em diferentes temporalidades e geografias.

Relativamente à forma como as segundas residências são usadas, interessa concluir sobre a frequência da sua utilização, o tipo de atividades praticadas, nelas e fora delas e o padrão de consumo e de utilização dos serviços, públicos e privados, locais.

No caso do Oeste, as duas frequências de utilização mais representadas são: i) as férias de Verão e ii) todos ou quase todos os fins de semana. Enquanto no primeiro casos se está perante pessoas com origem na sub-região, muitas vezes naturais da freguesia onde está a segunda residência, mas a residir no estrangeiro, no segundo caso prevalecem os naturais e residentes na AML. As estadias longas são de pessoas com proveniências variadas, mas quase sempre idosas.

Para o Continente, os usos apenas durante as férias, ainda que possam também incluir estadias longas ou muito longas, têm uma representação de 52,9%. Em geral, conclui-se que os períodos de maior ocorrência da frequência da casa são as férias, seguindo-se as visitas em apenas algumas vezes do ano e por último, os usos que incluem os fins-de-semana várias vezes por ano.

Em conclusão, apesar de a frequência de uso estar muito dependente da distância, absoluta ou relativa, da primeira à segunda residência, evidencia-se a sua utilização mais generalizada durante os períodos de férias, com natural destaque para o Verão.

Esta conclusão está em linha, tanto com a generalização efetuada na literatura, como com o verificado noutros contextos territoriais (Colás, 2003:260), sendo que já em meados dos anos 80 do século passado, Reiner Jaakson concluía que:

> "The relationship between time distance of travel, frequency of visits, and length of visits would seem to strengthen as the distance between the principal and second home increases. For example, owners of a second-home several hundred miles from their permanent residence tend to make fewer but longer visits, perhaps annually. However, with rare exceptions, those close enough for a comfortable return trip the same day are unlikely to visit their second home more frequently than on weekends, even if the required travel would enable them to do so. In fact, the weekend time capsule is so predominant, that one common term for second homes is "weekend house". Yet, this is likely to change. The nature of employment in the future, and new career and leisure lifestyles will influence not only second-homes, but residence patterns generally." (Jaakson, 1986:369-370)

A par desta constatação, também Hall & Müller (2004:8) estabeleceram uma classificação de segundas residências onde a frequência de visitação é um dos traços fundamentais. Os resultados da presente investigação confirmam, de forma inequívoca, essa classificação (Cf. Quadro 222).

Quadro 222 – Tipos de segundas residências e as suas áreas de ocorrência, segundo Hall & Muller

Função da segunda residência	**Frequência de visitação**	**Duração da estadia**	**Forma de mobilidade**	**Localização relativa à primeira residência**
Casa de fim de semana	Elevada	Curta	Circulação	Dependente da distância
Casa de férias	Baixa	Longa	Migração sazonal	Independente da distância
Futura 1ª residência	Decrescente	Crescente	Migração	Independente da distância

Fonte: adaptado de Hall & Muller (2004:8)

Outra conclusão deste estudo foi a de que o número anual de dias em que a segunda residência é frequentada é, em média, de 81,6 dias, considerando todo o tipo de frequentações, desde as mais curtas às mais longas. Este valor é mais elevado que o registado, por exemplo, na Finlândia, o qual, segundo Tuija Sievänen *et al.*, é tipicamente de 40 a 60 dias por ano (Sievänen, Neuvonen, & Pouta, 2007:224), ou de 69 dias/ano, segundo Anna Strandell e C. Michael Hall (Strandell & Hall, 2015:15). De qualquer modo, esta diferença pode muito bem ser explicada pelas condições climáticas de Portugal e da Finlândia, naturalmente mais restritivas neste último caso, mas também pelo facto de as estadias mais longas serem frequentes.

No Oeste, as atividades dominantes são as mais passivas, tais como o uso do computador ou a leitura, mas os passeios a pé ou de bicicleta são também frequentes. Atividades como receber ou conviver com amigos ou familiares foram também muito referidas, sobretudo por pessoas com mais fortes ligações aos lugares.

No Continente, o descanso e lazer, apenas e só, é mais frequente nas áreas do imobiliário turístico, envolvendo pessoas que as usam, por períodos de 10 a 30 dias, nas férias, e gostam da praia. A prática de algumas atividades é um nível de envolvimento ativo intermédio, em que os utilizadores são maioritariamente pessoas com níveis de instrução elevados e com alguma importância das idades entre 65 e 80 anos. A prática de muitas atividades para além do descanso e lazer, abrange apenas 16% dos inquiridos. A prática de atividades que não incluem o descanso e o lazer é residual.

Em conclusão, a prática, apenas, de atividades de recreio e lazer, envolve utilizadores que procuram a praia nas férias. O envolvimento ativo intermédio, o qual corresponde ao descanso e lazer acompanhado de uma outra atividade, desde o desporto, ao trabalho intelectual, passando pela jardinagem e agricultura não apresenta traços de diferenciação significativa, para além de ser mais frequente nos idosos. Por sua vez, a prática de uma grande diversidade de atividades, mas que incluem sempre o descanso/lazer, ocorrem mais em áreas onde se dá uma visitação de 5 ou mais vezes por ano. Por fim, quando o descanso e lazer não está incluído nas atividades praticadas, está-se perante uma manifestação mais evidente do conceito de *multilocal living* aplicado a novas ou velhas formas de trabalho.

Na literatura sobre as segundas residências, as atividades praticadas na casa e no local são um elemento genérico de investigação, isto é, as atividades em si mesmas não são objeto de uma segmentação tendo por referência as características dos indivíduos, das casas e dos locais, sendo sim tomadas como estando na base da origem do próprio fenómeno. De facto, quando se assume que a necessidade de recreio e lazer está na base da origem de alojamentos que até podem ser denominados como *recreational homes*, não deixa dúvidas sobre aquela aceção.

No entanto, numa perspetiva de multiresidências ou de habitar multilocal, conceito inicialmente difundido por Cédric Duchêne-Lacroix e posterior consolidação na literatura com a definição de "l'ensemble des pratiques habituelles formelles (par exemple, résidences principale et secondaire) et informelles (par exemple, chez un ami et chez ses parents) d'habitation en plusieurs lieux distincts" (Duchêne-Lacroix, Hilti, & Schad, 2013:65), emergem outras atividades que vão muito para além da utilização do tempo arbitrário.

As atividades realizadas identificadas no presente estudo não se afastam do que já foi concluído em grande parte da literatura sobre o tema, mas deve salientar-se, para o caso português, o trabalho de Maria José Caldeira (Caldeira, 1995), cujos resultados, apesar do tempo decorrido, estão completamente em linha com os que aqui foram obtidos. Do mesmo modo, em termos internacionais, as conclusões foram também as mesmas, tal como fica expresso nas seguintes citações, para os casos da Europa do Norte e do Sul:

> "Among the most frequently mentioned leisure activities pursued at a recreational home are rest, working with one's own hands, hobbies, outdoor activities, observing nature, spending time with the family, solitude, and meeting relatives." (Sievänen, Neuvonen, & Pouta, 2007:228)

> "La localización, el modelo de ocupación y la utilización temporal en los periodos de descanso hacen de la residencia secundaria un espacio en el que pueden realizarse diversas actividades de ocio: pasear, excursiones, comidas al aire libre, jardinería, bricolaje, entre otras. Tales actividades favorecen relacionarse con familiares y amigos, y en muchos casos la interrelación generacional de abuelos, hijos y nietos." (Colás, 2003:333)

No Oeste, o uso do comércio tradicional e local é mais frequente, ainda que no caso dos provenientes da AML as grandes superfícies também ocorram de forma nítida. O uso de serviços locais, nomeadamente na manutenção da segunda residência, é raro e de difícil caracterização, ainda que, também, entre os provenientes da AML isso seja mais frequente. O uso de equipamentos coletivos é muito pouco frequente, e restringe-se, de forma mais significativa, aos equipamentos de saúde e desportivos. De qualquer modo, essa utilização não surge como condicionadora dos níveis de oferta e procura desse tipo de equipamentos.

Para o Continente, relativamente ao uso de funções centrais de comércio e serviços, estão primeiro os cafés, bares e pastelarias e o comércio tradicional, seguindo-se a restauração. Os restantes ramos de atividade, todos de serviços e incluindo os equipamentos públicos de utilização coletiva como os educativos ou culturais e os desportivos têm uma utilização mais rara.

Em conclusão, o envolvimento com a economia local é frequente e diversificado incluindo, em alguns casos, o uso de serviços pessoais e domésticos e de reparação. Tal como referido por alguns autores, o maior uso destas atividades em determinados períodos do ano, podem compensar a fraca procura nos restantes períodos (Hoogendoorn & Visser, 2010; Oliveira et al., 2015). Relativamente aos equipamentos e serviços públicos, não se verificam pressões significativas sobre o seu uso por parte dos segundos residentes, apesar de serem reconhecidas as debilidades, nomeadamente dos serviços de saúde, em áreas de muito forte concentração turística.

Na literatura, a questão do envolvimento dos segundos residentes com a economia local é vista a partir de duas óticas bem diferenciadas. Por um lado, trata-se daquela que resulta da compra e melhoria da casa, sobretudo refletido nos impostos e taxas ou derramas locais e, por outro, da utilização de comércio e serviços locais, quase sempre abordados de uma forma genérica e pouco estruturada. Esta visão surge, quase sempre, de um ponto de vista de apreciação dos impactes, pois tal como refere Andreas Back "A common theme in second-

home literature is the impacts of second-home tourism on the local economy" (Back, 2020:1335).

A abordagem das relações com a economia local, vão desde as mais gerais onde apenas se reconhecem os contributos das segundas residências para a geração de algum tipo de rendimento (Flognfeldt, 2002; Hoogendoorn & Visser, 2010), até às mais detalhadas, onde se destaca o estudo de Lars Larsson e Dieter Müller (Larsson & Müller, 2019), no qual procedem mesmo à inquirição de unidades de comércio e serviços locais, no sentido de apurarem os reais efeitos da utilização de segundas residências. Apesar de na presente investigação não se ter enveredado por esse tipo de auscultação, salienta-se que os resultados obtidos nesse estudo, apesar de os autores se terem debruçado apenas sobre alguns municípios da região de Bohuslän, no sudoeste da Suécia, na costa do mar do norte, entre a Dinamarca e a Noruega, são coerentes com aqueles que aqui foram obtidos. Isto é, com exceção dos serviços públicos locais, todo o setor privado, desde o comércio às atividades de construção, beneficiam indubitavelmente da presença de segundos residentes, mesmo que apenas sazonalmente.

17.1.1. Topofilia e terrafilia como fatores explicativos do fenómeno

Por fim, uma dimensão muito relevante para responder às questões de investigação, ou seja, sobre as razões do surgimento e expansão das segundas residências, o porquê surgirem em determinados locais e como varia a sua morfologia e, por fim, como são elas utilizadas e quais as características dos seus utilizadores, é a do envolvimento das pessoas com os locais onde elas surgem, isto é, a dos níveis de topofilia que, por sua vez, podem induzir, por parte delas, ações em prol do desenvolvimento local.

As principais conclusões, detalhadas de acordo com a escala de realização dos inquéritos, são as seguintes:

17.1.1.1. Oeste

Enquanto o gosto pelo lugar surge como a maior motivação para nele se localizar a segunda residência, o apego ao lugar depende nitidamente, ou das origens de nascimento e familiares, ou das maiores frequências de uso. De facto, as relações familiares e as maiores frequências de uso da segunda residência são as principais condicionantes do conhecimento sobre os problemas locais e do despoletar da vontade de intervenção na solução desses problemas. No entanto, enquanto os de mais fortes ligações aos lugares se preocupam com os

problemas económicos e sociais, os utilizadores mais frequentes apontam o ambiente como o principal domínio de preocupação. Tal como já referido antes, os autóctones valorizam a comunidade e os interesses coletivos, enquanto os alóctones valorizam o ambiente e as suas motivações individuais.

As mais fortes ligações ao lugar por via das relações familiares, induzem uma maior consciência dos problemas locais, gerando também a vontade para intervir, com tempo e com dinheiro, na sua solução, sobretudo os relacionados com a economia e a sociedade.

A inexistência de raízes familiares quando se verifica um uso frequente da segunda residência, cria fortes relações com os lugares e gera a disponibilidade para intervir, principalmente, na solução dos problemas ambientais.

Aqueles que não se sentem ligados ao lugar e, por isso, também não estão dispostos a intervir na solução de problemas locais, são mais raros e de instalação mais recente, tendo a sua segunda residência em freguesias predominantemente urbanas.

17.1.1.2. Continente

O sossego, descanso, calma ou tranquilidade, a praia e o ambiente natural e a paisagem foram mais referidos como aquilo de que mais gostam. Apesar de ter sido menos frequente os inquiridos apontarem aspetos negativos, os resultados separam-se em dois conjuntos: i) os inquiridos que gostam menos de aspetos muito gerais relacionados com os vários tipos de ambiente, desde o natural ao económico e social; ii) aqueles para quem é mais importante a insatisfação com aspetos muito particulares dos lugares na sua relação com o uso que privilegia nas suas estadias.

Muito dificilmente se estabelecem relações lógicas e coerentes entre as respostas aos tipos e níveis de participação dos inquiridos e as restantes modalidades características da outras variáveis.

17.1.1.3. Síntese

O gostar mais do sossego é uma característica própria de quem tem um quotidiano agitado, já que a idade não surgiu como fator discriminante. Este atrativo é inclusive, transformado em imagem de marca de determinados municípios, devendo por isso ser considerado como um recurso fundamental para a atração turística. Apesar de os resultados não

serem lineares e, por isso, revelarem alguma complexidade interpretativa, pode afirmar-se que as relações entre o que os inquiridos mais gostam e as suas características, sejam individuais, sejam da casa ou sejam do tipo de uso, fazem emergir uma dicotomia entre os ambientes mais rurais onde a tranquilidade e o sossego são a melhor envolvente para atividades de descanso e lazer e os mais urbanos, ou de maior desenvolvimento turístico, onde as amenidades ambientais como a praia, são dos principais atrativos.

Por um lado, as áreas mais rurais enquadram-se nos tipos de concelhos em que o fenómeno está em declínio ou é emergente, em faixas de transição entre o urbano e o rural. Por outro lado, no caso dos concelhos com maior tradição turística balnear, existem diferenças relacionadas com as tradições de uso, as quais vão desde as experiências mais recentes de transformação imobiliária, em regiões como o Algarve, às mais antigas, onde as práticas balneares foram sedimentando ao longo do tempo uma experiência particular de segunda residência, menos densa e mais engajada com o local, mas progressivamente mais integrada nas lógicas de crescimento do turismo de massas.

Ainda que pouco vincada, emerge uma associação entre a maior participação no caso dos segundos residentes mais modestos e frequentadores de áreas mais rurais, por oposição aos mais qualificados e frequentadores de áreas mais urbanas, os quais tendem a ser menos participativos. No entanto, é uma constante a falta de participação dos cidadãos, em geral, em iniciativas de defesa dos recursos de toda a ordem, ou seja, no contributo para o desenvolvimento local, mas também é verdade que, sobretudo em concelhos mais rurais, muitas vezes os níveis de participação dos segundos residentes são mais frequentes que no caso dos residentes permanentes.

Todas as conclusões anteriores têm respaldo na bibliografia sobre o tema, ainda que ele seja abordado, com exceção do estudo de Maria da Nazaré Roca (M. N. O. Roca, 2013), apenas do ponto de vista do conceito de apego ao lugar, do inglês, *place attachment*, isto é, não seja mais explorada a dimensão de agência e de ligação afetiva com base nas características do ambiente natural, da população/sociedade, da economia e da cultura.

Lars Aronsson, na Suécia, explora mais as relações entre primeiros e segundos residentes através das atividades praticadas e do grau de interação ou socialização entre eles, não sendo claras as razões que explicam o apego ao lugar (Aronsson, 2004). Mas, já outros autores referem as ligações familiares como um fator de ligação emocional que explica a escolha da casa (Müller, 2002:428). Também Martin Nouza *et al.*, na Islândia, concluem que a

crescente deslocação das gerações mais novas para as cidades, aumentou o desejo de manter as ligações ao local de origem e aos familiares que lá permaneceram (Nouza, Ólafsdóttir, & Sæþórsdóttir, 2018). Roger Marjavaara, destaca a existência de múltiplos lugares a que os indivíduos se sentem ligados, não sendo aquele com que mais contactam, como o da primeira residência, o mais importante (Marjavaara, 2008).

De um modo geral, os estudos empíricos sobre as origens, características e segmentação dos sentimentos de pertença, ou de apego ao lugar, ou de topofilia, por parte de segundos residentes, não abundam e, para Portugal, para além do estudo de Maria da Nazaré Roca, não se conhece mais nenhum.

17.2. Efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local

A tipologia de concelhos determinada com base nos indicadores que foi possível mobilizar para a caracterização das segundas residências, foi cruzada com um modelo de indicadores relativos ao estado e à dinâmica de várias dimensões dos domínios do IDENTERRA, no sentido de se avaliarem as grandes tendências de produção de efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local. Tendo apenas em conta os efeitos, as conclusões são as seguintes:

Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano (tipo 1), ou seja, aqueles onde as taxas de variação e a proporção de segundas residências foram, de 2001 para 2011, mais baixas que o total; inclui concelhos que, em maior ou menor grau, registaram alguma consolidação do fenómeno urbano - manifestam efeitos positivos sobre o ambiente natural, efeitos negativos sobre a população/sociedade, efeitos neutros sobre a economia e indefinidos (n.d.) sobre a cultura.

Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno (tipo 2), onde as taxas de variação de segundas residências face a 2011 foram, em média, próximas de 89%; distingue-se dos outros tipos pela maior representação das casas construídas entre 2001 e 2011; inclui os concelhos com grande expressão da expansão recente do imobiliário turístico - apresentam apenas efeitos relevantes ao nível do domínio da população/sociedade, onde a fraca representação das famílias constituídas apenas por um idoso é o aspeto diferenciador, face aos restantes tipos.

Concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural (tipo 3), com elevadas proporções de segundas residências face aos restantes concelhos, mas com

uma redução da taxa de crescimento de 2001 para 2011, face ao período de 1991 para 2001; inclui concelhos do interior de norte a sul, com exceção do Algarve - manifestam efeitos positivos sobre o ambiente natural, quase neutros para a população/sociedade, negativos para a economia e também neutros para a cultura. Apesar da manutenção de características rurais baseadas na natural importância das atividades agrárias, emigração e envelhecimento, começam a surgir sinais de melhoria da capacidade de consumo e de mudanças sociais, económicas e ambientais, com destaque para o maior esforço de proteção ambiental, seja o resultante de políticas públicas nacionais, seja o de investimentos municipais.

Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico (tipo 4), com taxas de variação e proporções mais elevadas das segundas residências em prédios e em edifícios construídos entre 2001 e 2011 - efeitos neutros, ainda que tendencialmente negativos, no ambiente natural, positivos na população/sociedade e na economia e, por fim, negativos na cultura.

Concelhos com áreas periurbanas de consolidação mais recente do fenómeno (tipo 5), com uma proporção, em 2011, e taxas de variação, face a 2001, acima da média geral - o ambiente natural e a economia surgem afetadas por efeitos quase neutros, ainda que um pouco mais positivos no caso do ambiente natural, enquanto a população/sociedade e a cultura surgem com manifestações mais positivas.

Concelhos com importantes áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes (tipo 6-A), incluindo concelhos litorais e das áreas metropolitanas, onde as segundas residências estão menos representadas, mas são mais recentes e com maior frequência localizadas em prédios e uma variação face a 2001 idêntica à média – detetaram-se efeitos positivos sobre a população/sociedade, economia e cultura, enquanto o ambiente natural é objeto de uma avaliação negativa.

Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência (tipo 6-B), onde as localizadas em edifícios multifamiliares estão mais representadas, mas tendo mais baixas taxas de variação face a 2001 e uma menor proporção face ao total de alojamentos familiares - os indicadores de avaliação são mais negativos no ambiente natural e mais positivos na economia, mas qualquer um destes aspetos, apesar de relacionados com o fenómeno, não estão naturalmente dependentes dele, mas sim dos elevados níveis de urbanização.

A questão dos efeitos e impactes das segundas residências sobre o desenvolvimento local, tendo subjacente um conceito de desenvolvimento que já incorpora a noção de

sustentabilidade[129], é a questão de investigação que se sobrepõe às outras questões a que já se respondeu. Apesar de ela não surgir direta e objetivamente formulada como questão de investigação, considerou-se ser essencial para, tal como se referiu no capítulo I, configurar o sistema de relações de consequências (resultados, efeitos e impactes), derivadas da existência de segundas residências (origem e morfologia, uso e utilizadores), sobre o desenvolvimento local (o território e o seu ordenamento) (Cf. Figura 6).

Neste ponto relativo às conclusões, passaremos de uma sistemática associada aos vários domínios do modelo IDENTERRA, para uma outra que se apoia nos principais temas de produção de impactes identificados no capítulo I: i) o ambiente natural e comunitário, englobando assim, para além da natureza, as questões sociais e culturais; ii) a economia, tanto na ótica das atividades, como das receitas fiscais; iii) o urbanismo, enquanto disciplina integradora dos temas ou domínios anteriores, mas com especial saliência nas questões do ambiente edificado e das suas relações funcionais.

17.2.1. Ambiente natural e comunitário

Neste tema, os efeitos e impactes são divididos em dois grandes conjuntos:

1) um, relacionado com as questões específicas do ambiente natural, tais como a transformação das paisagens, a pressão sobre o uso de alguns recursos, a poluição e o consumo energético, por exemplo.
2) Outro, mais relacionado com as questões da cultura e da população e sociedade locais, onde se incluem as atitudes dos residentes permanentes para com a expansão das segundas residências e para com os segundos residentes e a transformação das relações comunitárias.

Tendo em conta os resultados das entrevistas aos agentes locais e dos inquéritos aos segundos residentes, tanto a nível do Continente como do Oeste, as principais conclusões relativas ao tema «ambiente natural e comunitário» foram as seguintes:

[129] O conceito de desenvolvimento, já desde os anos 60 definido por António Simões Lopes, engloba as noções de crescimento económico associado a bem-estar social, pelo que a sustentabilidade está intrínseca ao próprio conceito. Aliás, como salienta o próprio professor, "(...) mantenho ser dispensável, podendo ser mesmo redutor, adjetivar o termo "desenvolvimento". Desenvolvimento é desenvolvimento regional, é desenvolvimento local, é desenvolvimento humano. Desenvolvimento tem de ser sustentável, se não, não é desenvolvimento" (Lopes, 2002:18).

- As pessoas têm mais facilidade em identificar tipologias de efeitos e impactes em áreas rurais, ao contrário das áreas urbanas;
- Os impactes negativos em termos ambientais também resultam das deslocações regulares e de distância variável às segundas residências, tanto em termos de poluição, como de consumos energéticos.
- Os efeitos e impactes positivos são mais frequentes nos domínios da população/sociedade e da cultura, baixando essa avaliação no caso do ambiente natural; aliás, no caso dos agentes locais, os efeitos e impactes negativos são muito pouco referidos, tendo no caso do ambiente natural um peso de apenas 7% do total das referências relativas a esse domínio;
- A maior parte dos inquiridos aponta a qualidade ambiental como um dos principais atrativos dos lugares, pelo que não se identificam problemas a esse nível; também o facto de a maior parte das construções se encontrar no interior de aglomerados urbanos ou rurais e estar ligada a sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais, explicam a ausência de efeitos e impactes sobre o ambiente natural diretamente associados às segundas residências.
- Na literatura de origem britânica concluiu-se que os residentes em áreas rurais reconhecem que a falta de empregos e de oportunidades para os jovens é parte de um processo mais amplo de mudança social que também influencia a posse de uma segunda casa, do mesmo modo que também acolhem, maioritariamente sem qualquer problema, os segundos residentes (Wallace et al., 2005:55). As principais conclusões da presente investigação relativas à integração e envolvimento dos segundos residentes com a comunidade local, apontam de forma muito clara para isso, não só pelas relações familiares e de amizade existentes, mas também pela criação de sentimentos de pertença com os lugares que originam vontades objetivas de ajudar à sua melhoria em diferentes domínios. Deste modo, o envolvimento dos segundos residentes com a comunidade local, incluindo a sua disposição para investir tempo e esforço na sua melhoria, é uma questão complexa, mas que se relaciona de forma direta com as maiores ou menores ligações, incluindo as familiares, aos lugares. Tal também foi concluído por Maja Farstad, em alguns lugares da Noruega, mas não

> ficou claro que essa fosse a conclusão dominante, talvez porque o número de entrevistas por ela realizadas fosse muito reduzido[130] (Farstad, 2013).

A conclusão geral é a de que, por um lado, nas áreas rurais o ambiente natural é o maior alvo dos impactes negativos e, por outro, tendo em conta o grau de envolvimento dos segundos residentes com a comunidade local, não se detetam problemas relacionados com a integração e articulação entre primeiros e segundos residentes.

17.2.2. Economia

Neste domínio, podem agrupar-se os seguintes temas:

1) Efeitos e impactes ao nível das contas públicas locais;
2) Idem, sobre as atividades de comércio e serviços locais, incluindo a criação de emprego.

Do ponto de vista dos agentes locais, os efeitos e impactes positivos sobre a economia são dominantes, sobretudo em áreas rurais, aquelas onde qualquer pequeno aumento de rendimentos tem grandes repercussões.

Relativamente aos efeitos e impactes nas contas públicas, sobretudo no que respeita aos impostos, já se tinha concluído que "quanto maior for o volume de segundas residências, mais favorável será a relação entre receitas e despesas correntes dos municípios" (Oliveira et al., 2015:187).

Relativamente à declaração pelos inquiridos das despesas efetuadas nos locais no conjunto das estadias, e não considerando os valores relacionados com a manutenção da casa, estimaram-se valores na ordem dos 290 milhões de euros anuais injetados nas economias locais, tendo apenas por referência um universo correspondente a cerca de um décimo do número recenseado de segundas residências. Concluiu-se também que, para além de ser evidente uma estreita relação entre os montantes mais avultados de despesa e a maior frequência das deslocações e/ou a duração das estadias, também se verifica um maior recurso à utilização, no local, de comércio e serviços, nomeadamente de restauração, quando se trata de utilizadores mais frequentes, ou seja, em todos ou quase todos os fins-de-semana.

[130] Quatro entrevistas envolvendo seis residentes (Farstad, 2013:319).

Os padrões de consumo não são diretamente condicionados pela distância entre a primeira e a segunda residência, ainda que esta se revela importante na determinação da frequência e duração das estadias.

Para o caso do Reino Unido, Alison Wallace et al. (Wallace et al., 2005:60-63), após a análise de 23 estudos efetuados desde os anos 70, conclui de forma muito semelhante, ou seja: i) um contributo relevante para a coleta de impostos locais; ii) montantes de despesa em manutenção e nas estadias muito importantes para a dinâmica da economia local e, em relação com isso, iii) contributo para a criação de algum emprego na construção e em outras atividades menos qualificadas.

17.2.3. Urbanismo

No domínio do urbanismo incluíram-se as seguintes duas problemáticas:

1) Interferência sobre os mercados imobiliários locais;
2) Efeitos e impactes sobre a qualidade do ambiente construído.

Relativamente ao mercado imobiliário, não foram detetados efeitos negativos, tal como estão descritos na literatura e que se referem, principalmente, ao aumento dos preços da habitação que inibem a população local de a ela ter acesso (N. Gallent & Tewdwr-Jones, 2001; Shucksmith, 1983; Wallace et al., 2005). No caso da presente investigação conjugam-se vários aspetos que justificam essa conclusão: i) a elevada incidência da posse por herança; ii) a maior incidência da compra nas áreas de maior desenvolvimento turístico; iii) uma grande representação (30%) das casas construídas pelo próprio, mas localizadas fora dos aglomerados e, sobretudo, em áreas rurais onde o fenómeno está em declínio.

No que concerne aos efeitos e impactes sobre o ambiente construído, e tendo em conta uma reorganização dos elementos de análise já abordados, sistematizam-se as conclusões em três grandes conjuntos: i) revitalização *vs.* degradação urbana, incluindo o edificado e a utilização de comércio e serviços, enquanto agentes da vitalidade urbana; ii) pressão sobre infraestruturas e equipamentos, derivadas do uso mais ou menos intercalado, frequente ou concentrado; iii) interferência com os processos e mecanismos de planeamento e ordenamento do território, tendo em conta a mobilização de atores, a definição do uso do solo e a política habitacional local.

Muitos autores que se debruçaram sobre o tema em análise, sobretudo no Reino Unido, salientaram a importância das obras de remodelação, ou mesmo de reconstrução total das casas, para a revitalização do ambiente construído das aglomerações (N. Gallent & Tewdwr-Jones, 2001; Nick Gallent, 2014; Shucksmith, 1983; Wallace et al., 2005). Esta constatação está em linha com uma das conclusões desta investigação, onde os cerca de 45% de proprietários que no Oeste contribuíram para a renovação do edificado, são uma das evidências. Mas, para além disso, são também de destacar dois outros efeitos: uns, sobre a funcionalidade das aglomerações e, outro, sobre a manutenção ou mudança formal da própria aglomeração. Relativamente aos primeiros, concluiu-se que a vitalidade urbana ficava assegurada pela utilização de comércio e serviços locais, com muito maior representação para o comércio tradicional. Relativamente aos segundos, tendo em conta os quantitativos da construção nova, bem como a localização preferencial no interior dos perímetros urbanos, não se pode concluir por contributos significativos para a alteração da forma urbana[131].

No que respeita à pressão sobre infraestruturas e equipamentos, sendo sobretudo relevantes os de caráter público, a conclusão é de que não existem efeitos negativos diretos derivados da existência e uso de segundas residências. Esta conclusão, tendo em conta a pré-existência da oferta de infraestruturas e serviços públicos, suporta-se no facto de, por um lado, cerca de 95% das casas, no caso do Oeste, estar ligada a sistemas de saneamento e de abastecimento e, por outro, tanto a nível do Oeste, como do Continente, ser pouco frequente a utilização de equipamentos públicos por parte dos segundos residentes. No entanto, quando se trata das áreas de muito forte desenvolvimento turístico, tendo apenas em conta as opiniões dos inquiridos sobre o que menos gostavam, fica claro um impacte negativo de sobrelotação que o senso comum e a experiência associam a algumas deficiências na oferta de algumas infraestruturas e serviços públicos.

Por último, como corolário das conclusões anteriores, importa destacar os desafios que as segundas residências colocam ao nível do planeamento e ordenamento do território, não só do ponto de vista da consideração do edificado, mas também das necessidades dos seus

[131] Esta questão da forma urbana foi objeto de um estudo detalhado elaborado por Rossana Estanqueiro Silva (R. E. L. da Silva, 2011), sendo de destacar o seu estudo comparativo, entre 1990 e 2000, da alteração das formas urbanas das 123 cidades existentes em 2001. Este trabalho, para além de ser um contributo para a consolidação do próprio conceito de forma urbana, é também um valioso instrumento de apoio aos processos de planeamento e ordenamento do território na sua vertente formal. No entanto, deve ter-se em atenção que a forma é determinada pelas subformas do edificado, pelo que estão ausentes desta definição as relações funcionais que vão para além da construção.

utilizadores, sendo para isso necessária a sua integração em mecanismos de governança ajustados à sua permanência no local, ainda que em tempo parcial. Esta chamada de atenção final, deriva da conclusão de que quando existem sentimentos de pertença aos lugares, é mais comum manifestarem-se intenções de agência que devem ser mobilizadas para o desenvolvimento local. De facto, estes sentimentos de pertença, sejam os resultantes das relações familiares, sejam aqueles que apenas se foram construindo ao longo do tempo, manifestam-se, pelo menos, no reconhecimento dos problemas locais, pelo que fica aberta a porta para a intervenção na sua resolução.

18. FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

As segundas residências e a sua expansão são um fenómeno que envolve um leque diversificado de relações com vários outros fenómenos dos domínios do ambiente natural, da economia, da sociedade e população e da cultura, merecedores de abordagens multi, pluri e transdisciplinares por parte de diferentes áreas do conhecimento. Essas relações e abordagens

18.1. Continuação dos estudos sobre segundas residências em Portugal

O tema e as problemáticas das segundas residências têm sido objeto de investigação que seguiu um percurso temporal entrecortado por períodos e geografias de maior ou menor interesse. Os estudos mais antigos, abrangem a realidade dos países nórdicos, seguindo-se desde a década de 50 até meados da de 60, os estudos de Roy Wolfe (☆1917-†2014), o qual também contribuiu para a obra de referência de John Terence Coppock, "Second homes: curse or blessing?", de 1977. Um artigo de Dieter K. Müller & Gijsbert Hoogendoorn, "Second Homes: Curse or Blessing? A Review 36 Years Later" (Müller & Hoogendoorn, 2013) faz uma excelente retrospectiva da evolução dos estudos sobre o tema. Relativamente a Portugal já se referiu, logo no primeiro capítulo, a baliza temporal de início do exclusivo interesse sobre o tema, inequivocamente marcada pela proposta de projeto de investigação associado às provas de doutoramento de Fernanda Cravidão, em 1988 (Cravidão, 1989a), a que se seguiu, enquanto investigação de maior dimensão, a dissertação de mestrado de Maria José Caldeira, sob a orientação de Lucinda Fonseca, em 1995. Mas, Fernando Cravidão resume muito bem o interesse sobre o tema em Portugal quando refere que

> "Em Portugal o fenómeno da segunda residência, tal como em outros domínios, apresenta-se retardado em relação à Europa. Circunscrito durante largas dezenas de anos a algumas áreas e grupos sociais, só muito recentemente o seu crescimento e difusão se aceleraram. Tal circunstância poderá explicar a ausência de estudos neste domínio. Embora seja um tema já abordado por alguns autores, nomeadamente geógrafos, insere-se sempre em trabalhos mais vastos não constituindo, por isso, estudos aprofundados sobre este tema" (Cravidão, 2008:29)

Apesar das investigações subsequentemente realizadas, algumas no âmbito do chamado turismo residencial e abordando temáticas atuais, tais como a dos empreendimentos turísticos conexos (Nunes & Brito-Henriques, 2016; Patuleia, 2011a, 2011b), ou outras relacionadas com o acolhimento de estrangeiros (Almeida, 2009; Cobuci, 2011; Ferreira, 2006; Sampaio, 2013),

ficam ainda por aprofundar alguns aspetos do fenómeno das segundas residências, cujas pistas se pensa ter deixado ao longo desta investigação, a qual é apenas mais um contributo para o seu melhor conhecimento em Portugal.

18.2. Continuação e aprofundamento dos estudos sobre turismo residencial

Pode afirmar-se que só em 1956, após a publicação da lei nº 2082, de 4 de junho, com a designação de Lei de Bases Orgânicas de Turismo, é que ficaram consolidadas as incumbências do Estado em matéria de turismo, ficando também assim criadas as condições para uma melhor supervisão e clarificação dos conteúdos e objetivos da atividade, pelo menos em termos institucionais (Cunha, 2012:116-117). Isto, apesar de as preocupações com o turismo em Portugal já serem objeto de preocupação por parte do Estado desde os anos 20 e 30 do século XX.

Deste modo, tendo ainda em conta que só a partir de 1963, num contexto de irrelevância do turismo doméstico, é que se verificam taxas de crescimento anual do número de visitantes estrangeiros, muitas vezes acima de 20% (Cunha, 2012:195), quando os restantes países da Europa, com exceção da Turquia, já detinham números muito acima dos de Portugal pode dizer-se que a consolidação, em termos nacionais, do fenómeno turístico, é mais ou menos recente, pouco relevante no período da ditadura e, também, pouco orientada por instrumentos de planeamento próprios.

Desde 1953 que os Planos de Fomento foram os principais instrumentos de planeamento e gestão do desenvolvimento nacional. Nesses documentos previam-se os grandes investimentos estatais, muitas vezes com uma forte componente técnica propiciadora de algum alheamento dos constrangimentos político-ideológicos do regime ditatorial. Efetivamente, o turismo só começa a ser tratado no âmbito de um Plano Intercalar de Fomento, para o período de 1965 a 1967, na sequência dos anteriores I e II Planos de Fomento (para os períodos de 1953-1958 e 1959-1964, respetivamente) e antecedendo o III (1968-1973) (Moreira, 2008:188-189).

Na ótica do desenvolvimento, não se pode falar de um modelo exclusivamente português, pois "o essencial do ideário que estruturou o lançamento e o crescimento da 'indústria' turística nacional foi, nas suas grandes linhas, uma aplicação às condições concretas do País (…) dos mesmos modelos de desenvolvimento que se aplicaram noutras paragens" (Moreira, 2008:204).

Só após a queda do regime ditatorial, em 25 de Abril de 1974, se instituem regras de planeamento para o País, tanto em termos sectoriais (diferentes políticas públicas) como territoriais (diferentes níveis das administrações central e local). Neste âmbito, em 1983, é lançada a elaboração do Plano Nacional de Turismo, cujo relatório final vem a ser apresentado em Julho de 1984 (Cunha, 2012:297) mas apenas aprovado em 1986 (Milheiro & Santos, 2005:123). Em síntese, pretendia-se que o turismo fosse um contribuinte direto para o progresso económico nacional e ajudasse na melhoria da qualidade de vida das pessoas, para além da orientação dos seus efeitos na direção da diminuição dos desequilíbrios regionais e da proteção dos patrimónios natural e cultural. Trata-se do "primeiro e verdadeiro instrumento de planeamento, holístico e integrado, do turismo nacional. Desde aí, diversos outros documentos surgiram tendo como objectivo estabelecer e adaptar a política nacional de turismo e as respectivas traduções no plano das intervenções concretas." (Moreira, 2008:198). Destes, destacamos o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), aprovado em 2005, para vigorar no período 2006-2015. É um documento complexo, com um diagnóstico apurado e onde se defende um modelo turístico de equilíbrio entre a valia económica da atividade e a sua sustentabilidade. São definidas três prioridades estratégicas: 1) a qualificação do sistema turístico; 2) a diferenciação turística, em linha com a diversidade das regiões e aliança entre tradição e inovação; 3) a diversificação de mercados, de produtos e de processos de operação.

Do conjunto de domínios de intervenção consagrados no PENT, os quais vão desde a consolidação dos mercados emissores tradicionais (com maior representação de Espanha, Reino Unido, França e Alemanha) à promoção do turismo interno, destaca se a concretização de 10 produtos considerados estratégicos para Portugal, cinco mais tradicionais, como o "Sol e Mar", a organização de grandes eventos (MICE - Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions), o "Touring cultural e paisagístico", o "City/Short Breaks" e o "Golfe" e outros cinco mais complementares, como o "Turismo residencial", o "Turismo de natureza", o "Turismo náutico", a "Gastronomia e Vinhos" e a "Saúde e bem-estar".

Atualmente, e como já antes se referiu, está em vigor o documento "Estratégia Turismo 2027" (ET27), aprovado em 2017, sendo baseado em 10 ativos que parecem configurar (afirmamos "parecem", porque em lado nenhum do documento se explica a ligação entre eles e os restantes elementos da estratégia) uma hierarquia de objetivos estratégicos, linhas de atuação e formas de operacionalização, neste último caso através da enunciação de um conjunto variado, demasiado abrangente e pouco consolidado, de tipos de projetos considerados prioritários.

Ora, enquanto no caso do PENT se reforça, de forma inequívoca, a importância do "turismo residencial" e se descrevem algumas das suas virtualidades, no caso do ET27, apenas se mencionam, de forma genérica, os efeitos benéficos associados à possibilidade de os estrangeiros viverem em Portugal, adotando-se para isso a palavra "Living" como acrónimo de algo que não está expressamente orientado para um segmento de procura em particular (Living – Viver em Portugal), muitas vezes mais ligado à população reformada. De facto, o documento põe em evidência que:

> "Portugal é cada vez mais procurado para viver pela qualidade de vida que proporciona materializada no clima, na gastronomia, na segurança, na proximidade, na relação qualidade/preço. É notória a crescente procura de investidores, cidadãos de outros países, estudantes estrangeiros e investigadores que escolhem Portugal para residir, contribuindo para um ambiente multicultural e um ecossistema empreendedor, capaz de gerar movimentos de elevado valor acrescentado." (Araújo et all., 2017:49)

A expressão "turismo residencial" foi introduzida por Francisco Jurdao Arrones (Jurdao Arrones, 1979) na obra "España en Venta: compra de suelos por extranjeros y colonización de campesinos en la Costa del Sol", que fez parte da colecção "Ciudad e Sociedad", dirigida por Manuel Castells e Carmen Gavira. Esta obra, a que juntamos a de Rafael Nasarre Alastruey (Nasarre Alastruey, 1972) é de suma importância para o entendimento da origem e da facilidade de aparecimento de muitas áreas urbanizadas que atualmente surgem de forma dispersa em todo o litoral mediterrânico espanhol, por vezes de origem clandestina, mas quase sempre por via de "plan parcial", mesmo nos casos em que os municípios não tinham "plan general" aprovado (Jurdao, 1979:191).

Jurdao, junta às características elencadas por Nasarre assacáveis ao processo de urbanização, e que se referem principalmente ao facto de os novos aglomerados ou urbanizações estarem pouco articulados com os outros elementos da rede urbana, outras relacionadas com os residentes turistas estrangeiros, as quais, em síntese, se referem ao seguinte:

a) A esmagadora maioria dos residentes nessas urbanizações são estrangeiros, donos da sua casa e pertencentes a grupos sociais de mais elevado rendimento em comparação com as pessoas locais;

b) Trata-se de residentes temporários, ou seja, não permanentes, e que, por isso, não estabelecem fortes laços de vizinhança com os autóctones, nem participam na vida

comunitária, sendo frequentes as transações sucessivas de propriedade (Jurdao Arrones, 1979:190).

Tal como escrevemos antes,

> "A comparação da situação espanhola com a portuguesa é interessante. Por um lado, ainda em meados de 70 (…), as urbanizações clandestinas em Portugal destinavam-se à solução do problema habitacional dos autóctones, enquanto em Espanha, aparentemente, se abriam grandes oportunidades de negócio na venda a estrangeiros. Por outro lado, a partir de 1974 estão criadas as condições em Portugal para a consolidação de um sistema de planeamento e ordenamento do território fortemente centralizado no que respeita à definição das suas condicionantes, enquanto em Espanha se mantém um sistema descentralizado onde os municípios detêm o poder de transformação do uso do solo, nomeadamente da sua passagem de rural a urbano." (Oliveira, Roca, & Roca, 2018a:704)

Pesem embora os problemas do sistema de planeamento territorial português, originados mais por razões de articulação institucional e de insuficiente simplificação de procedimentos do que de qualidade de formatação dos respetivos instrumentos e dos seus objetivos e conteúdos formais e documentais, pode afirmar se que se nada tivesse sido feito, sobretudo em democracia, o estado do ordenamento do território atualmente seria ainda mais caótico e disfuncional.

Para além da definição do uso do solo no âmbito de cada instrumento de planeamento territorial, onde o turismo foi uma das classes nunca esquecida, sempre foi também muito importante a delimitação das servidões e restrições de utilidade pública, categorias de uso do solo que têm por objetivo limitar, ou mesmo impedir a construção, para além da proteção ou valorização de outros aspetos do objeto do condicionamento. Nestas categorias incluem-se a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN), com origens na década de 80 do século XX e sucessivamente revistas e alteradas até há poucos anos atrás (2015 e 2012, respetivamente).

No essencial, a RAN tinha, e tem, por objetivo proteger as ocupações agrícolas existentes e os solos com maior capacidade de uso, conceito que resulta do cruzamento entre a fertilidade e a acessibilidade e, daí, a sua maior ou menor facilidade de mobilização. Por sua vez a REN, a qual cruza conceitos de proteção ambiental com prevenção de riscos e sustentabilidade na utilização de recursos naturais fundamentais, como a água, é entendida como uma "estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à

utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas" (DGOTDU, 2005).

O conceito de turismo residencial gera inúmeras controvérsias em termos da sua clareza e pertinência para designar um fenómeno tão complexo como a mudança de residência, ainda que por períodos mais ou menos alargados no tempo ou também sazonalmente, tendo por objetivo a fruição de momentos de lazer ou outros que podem, ou não, estar relacionados com o fenómeno turístico (Huete and Mantecón, 2012). Para que não haja dúvidas sobre a proveniência dos turistas, pois no Sul de Espanha, os ingleses são vistos como "turistas residentes" en quanto, por exemplo, os portugueses são encarados como imigrantes (Huete & Mantecón, 2012:165), pensa-se ser mais correto usar a expressão "turismo de segunda residência", a qual pensamos ser melhor ajustada para acolher as diferentes motivações que estão na origem da deslocação.

A expressão «turismo de segunda residência» acaba também por dar relevo à componente de construção, aquela que, pelos seus efeitos diretos e indiretos, também em termos económicos, maiores impactos territoriais tem ao nível do ordenamento e da gestão urbanística (Oliveira, Roca and Roca, 2015). Para além disso, «turismo de segunda residência» é uma expressão onde também se incluem duas formas distintas de imobiliário: 1) as segundas residências contabilizadas como tal pelo INE (Oliveira, Roca and Roca, 2011), e que atualmente as define como "alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual" (http://smi.ine.pt/Conceito?clear=True); 2) o alojamento turístico, para usufruto próprio e, de acordo com a legislação (art.º 45 do D.L. 39/2008, de 7 de Março, com as alterações introduzidas pelo D. L. 80/2017, de 30 de Junho), também para rendimento, materializado na aquisição de uma segunda residência integrada, por exemplo, num aldeamento ou conjunto turístico (Oliveira, Oliveira-Roca and Roca, 2013).

Ora, estas duas formas distintas de enquadramento das segundas residências, ou seja, a sua inclusão em empreendimentos turísticos ou a sua existência independente de qualquer supervisão específica, dentro ou fora dos aglomerados urbanos, são um dos traços que melhor distinguem a situação portuguesa comparativamente com a de outros países europeus, onde o melhor exemplo de supervisão, por várias razões, vem dos países nórdicos (Hall & Müller, 2018; Roca, 2013). Também em Espanha, existem instrumentos estatísticos que já permitiram um conhecimento aprofundado das segundas residências, não só relativamente às suas

características físicas, mas também, por exemplo, às relacionadas com a sua origem e posse e tipo e frequência de utilização (Colás, 2003).

O crescimento de Portugal enquanto país recetor de turistas registou-se com maior intensidade a partir de 2013, através da interferência de vários acontecimentos que, de um modo geral, conjugaram preços baixos com perceção de segurança, algum exotismo urbano e abundância de produtos de sol e mar, *touring* cultural e *city short breaks*. Este crescimento, refletiu-se também no surgimento de novos projetos de investimento na tipologia dos resorts ou conjuntos turísticos, os quais acabaram por não registar a expansão que se esperava em 2006. De facto, nesse ano, perspetivavam-se mais cerca de 45 mil hectares de ocupação por imobiliário turístico correspondentes a cerca de 38000 unidades de alojamento.

A dimensão económica do turismo e o seu contributo para as contas públicas e para o equilíbrio da balança de pagamentos, nunca deixou de estar, mesmo durante o regime ditatorial, na primeira linha das políticas de desenvolvimento nacional. Atualmente, é a motricidade do turismo que alavanca a economia nacional, mas por vezes com efeitos nefastos ao nível dos modos de vida e da resiliência dos autóctones.

A legislação turística, cujas grandes alterações se iniciam com o decreto-lei. 39/2008, de 7 de Março e que corresponderam ao fim de algumas tipologias de empreendimentos turísticos e à criação de uma nova categoria designada por "estabelecimentos de alojamento local", não tem parado de ver aditados ou retirados preceitos e conceitos, prática que em nada ajuda à robustez e à estabilização do ambiente operativo dos vários agentes, desde os planeadores aos investidores. Mantêm-se indefinições, por exemplo, sobre a imposição de todas as unidades de alojamento se deverem encontrar permanentemente afetas à utilização turística, cuja respetiva comercialização deverá estar a cargo de uma entidade exploradora, pelo que é vedado esse direito aos proprietários individuais. De facto, a legislação em vigor é clara sobre o facto de que as "unidades de alojamento (…) não podem ser exploradas diretamente pelos seus proprietários, nem podem ser objeto de contratos que comprometam o uso turístico das mesmas, designadamente, contratos de arrendamento ou constituição de direitos de uso e habitação" (nº 6 do artigo 45º do D.L. 80/2017, de 30 de junho, o qual faz a segunda alteração ao já citado D.L. 39/2008). No entanto, a verificação da experiência desta prática é também uma questão de investigação interessante, na medida em que permite aferir a aderência entre preceitos legais e questões operacionais e, daí, entender a apetência para este tipo de investimento.

18.3. Desenvolvimento de estudos tendo por referência o conceito de multiresidência

Mas, há uma linha de investigação que merece ser prosseguida e desenvolvida no futuro, a qual se vem constituindo como uma oportunidade de integração multi-, pluri- e transdisciplinar e que já atualmente se materializa numa rede informal de cooperação europeia iniciada na universidade de Basel, na Suíça, e liderada pelo Professor Cédric Duchêne-Lacroix.

Tendo em conta a evolução das relações de trabalho (teletrabalho, teleserviços, flexibilidade, competição e precarização), da tecnologia (automação, inteligência artificial, velocidade e latência de transmissão) e da valorização da diversidade de experiências espaciotemporais (efemeridade da experiência turística, desaparecimento da proximidade dos laços familiares, alargamento e diversificação das relações de topofilia), o futuro das segundas residências vai passar por uma alteração das atuais relações de base familiar, para uma progressiva integração no mercado das transações temporárias. Aliás, tal como já atualmente acontece com os alojamentos locais de comercialização à distância em plataformas telemáticas que emulam dois aspetos estruturais das relações de produção e consumo, o que ao nível dos serviços se traduz em relações de oferta e procura tendo subjacente, não a venda de uma mercadoria perene, mas a comercialização de uma experiência que, mais tarde ou mais cedo, caduca. Perenidade e caducidade, são assim antónimos do uso proprietário de uma casa de segunda residência, de onde deriva que a noção de segunda, deixe de fazer sentido, para passar a ser múltipla.

Esta problemática da residência múltipla, ou seja, multilocal, porque mais dependente da geografia do que do tempo de utilização, é um desafio atual que resulta da interferência de diferentes dimensões, isoladas ou conjugadas, da vida económica e social, desde a flutuação das localizações dos empregos e das oportunidades de concretização de negócios ou de tarefas profissionais, até ao cumprimento de obrigações de responsabilidade familiar. As flutuação das localizações dos empregos referem-se à variabilidade das localizações, tendo em conta a especificidade das tarefas e as competências do executante, desde os parlamentares europeus aos técnicos de empresas envolvidas em consórcios internacionais. As oportunidades de concretização de negócios, podem ser exemplificadas pela comercialização em regime ambulante, pela necessidade de diálogo presencial para negociação de qualquer tipo ou execução de tarefas que exigem contacto direto, nomeadamente do domínio da medicina. Por fim, as obrigações de responsabilidade familiar, podem ir desde a manutenção das

responsabilidades parentais na sequência de divórcio, até aos cuidados informais de dependentes.

Muito recentemente, tem surgido uma linha de investigação muito interessante sobre esta problemática, cuja investigação se apoia nos contributos inicialmente difundidos por Cédric Duchêne-Lacroix (Duchêne-Lacroix et al., 2013). A noção de vida multilocal parte da ideia de que a vida numa residência, numa família, num lugar e por um largo período de tempo, tem sido dominante e, até há pouco tempo, quase inquestionável, tanto na forma de definir e aplicar as políticas públicas, onde se incluem, naturalmente, os instrumentos e processos de planeamento e ordenamento do território, como, tal como refere Lacroix, na forma de conceber os procedimentos e protocolos de recolha e apresentação de informação estatística.

Tal como salienta Claval, a passagem por diferentes residências já fazia parte dos modos de vida do mundo antigo, abrangendo desde os pastores que necessitavam de apascentar os seus rebanhos em diferentes locais, de acordo com as variações estacionais (transumância e nomadismo), até aos soberanos e suseranos medievais que precisavam de percorrer os seus domínios territoriais de modo a poderem supervisionar e avaliar as respetivas relações de poder e de dominação, passando pelos trabalhadores sazonais que, por exemplo em Portugal, alimentavam os fluxos de deslocação de mão-de-obra, tanto de trabalhadores da pesca, com deslocação desde o litoral de Vieira de Leiria em direção ao Tejo (os Avieiros), onde a pesca no Inverno continuava a ser possível, por exemplo, como de trabalhadores agrícolas que, também por exemplo, deixavam temporariamente as Beiras em direção ao Ribatejo ou Alentejo (os Ratinhos), onde no Verão o assalariamento rural era possível.

Apesar da existência de deslocações regulares e com diferentes durações temporais, sempre foi aceite pela sociedade patriarcal baseada num núcleo familiar, e sobretudo a partir da institucionalização da «Estadística», que cada pessoa pertenceria a uma casa ou um fogo (uma forma complexa de associar as noções de casa e família) e a um lugar, estando a organização política e administrativa diretamente dependente dessa rede.

Com o desenvolvimento das redes de transporte e das comunicações, principalmente das telecomunicações, a reestruturação das relações entre Estado e cidadãos e sistema económico e financeiro, bem como a reconfiguração das relações sociais ao nível dos indivíduos, da família e dos seus sistemas de normalização, vem conduzindo a novas formas de apropriação, por parte da sociedade, dos grupos sociais e dos indivíduos, de duas dimensões fundamentais da vida, individual ou em grupo, o tempo e o espaço. Nesta apropriação, têm

relevância as formas e processos de transformação dos modos de habitar, de trabalhar e de se relacionar com os outros, conduzindo a novos modelos de utilização e fruição da casa, lar ou residência.

Mas, estas formas de apropriação do espaço e do tempo, as quais se refletem, por exemplo, em diferentes relações com os lugares e em diferentes utilizações do tempo disponível e da mobilidade efetiva ou virtual, não deixa de ser uma consequência, numa perspetiva liberal, das novas relações do trabalho com o capital, ou seja, noutras palavras, do salário com as condições de reprodução, também financeira, do investimento em atividades económicas.

De facto, seja pela alteração progressiva da estrutura de atividades dos países ocidentais, Portugal incluído (do primário ao secundário e, daí, ao terciário), seja pela emergência, ainda nos anos 70 do século XX, de condições tecnológicas que vieram a alterar, de forma profunda, as condições de organização técnica (gestão e automação, por exemplo), espacial (deslocalização, especialização, centralização e desconcentração) e social (estruturas familiares e vida privada, por exemplo) do trabalho, assistiu-se, por contraponto ao que era a prática comum até finais dos anos sessenta do século XX, e tendo apenas em conta as práticas individuais, à afirmação de novos padrões de mobilidade, novas formas de afirmação social e de encarar a vida familiar, e novas formas de partilha e fruição do tempo e da reprodução social.

Enquanto no urbanismo, o qual é, em última instância, uma prática profissional para a qual contribuem variadas disciplinas científicas, as questões da mobilidade e da multilocalidade sempre foram entendidas como manifestações coerentes com a vida social e económica na aglomeração, ou seja, no "sítio genético" da urbanidade, noutras áreas do conhecimento ou práticas profissionais, ainda não está suficientemente clara a relação entre os vários modelos de organização espacial e os seus equivalente sociais e políticos.

O afastamento entre locais de residência e de emprego e o desenvolvimento das correlativas redes de infraestruturas e de serviços de comunicações, a par dos investimentos centralizados, próprios da fase de capitalismo monopolista de Estado, ainda têm uma formulação pouco holística em algumas áreas de conhecimento. No entanto, para o analista, conceptualizador e desenhador da urbe, as relações entre tempo e espaço, ou entre a organização traduzível, por esta ordem de complexidade, em pontos, linhas e polígonos, são facilmente interpretadas nos âmbitos do ambiente natural, da sociedade, da economia e da cultura, aquelas que são as múltiplas dimensões que enquadram a vida individual e coletiva.

Daí, os tratados que encaram a mobilidade, a par dos epítetos de hipermobilidade, como uma forma nova de viver em sociedade, e que aparentam esquecer que existem dois grandes princípios de organização territorial, já reconhecidos e consolidados desde o século XIX (Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e Elisée Rèclus), e que se referem: i) ao carácter focal das atividades humanas e, ii) à construção de redes de relações, materiais e imateriais, que sustentam a localização e a hierarquia dos lugares. De entre esses tratados, tem de referir-se o trabalho de John Urry (Urry, 2001), o qual no que nos interessa faz uma interpretação do entendimento de Heidegger sobre os conceitos de casa e de residência, ou de edifício e de morada (wohnen):

> "For Heidegger, dwelling (or wohnen) means to reside or to stay, to dwell at peace, to be content or at home in a place. It is the manner in which humans inhabit the earth. He talks of dwelling places, as opposed to other kinds of buildings such as railway stations and bridges. People inhabit these public buildings but they do not dwell within them. Dwelling always involves a staying with things." (Urry, 2001:131)

Para o filósofo, o desenvolvimento tecnológico e dos transportes tem levado a um afastamento cada vez maior entre a noção de construção ou de edifício e a sua utilização como habitação, residência ou morada, o que para Urry é demasiado restrito e não mostra a atual diversidade de formas de habitar, de residir ou de morar.

> "I try to develop in more detail just what we might mean by dwelling, particularly considering some contemporary forms of belonging (beyond the rather limited examples discussed by Heidegger). I will show that, as with Heidegger's bridge and the truck-driver, contemporary forms of dwelling almost always involve diverse forms of mobility." (Urry, 2001:132)

Proximidade (*propinquity*), localidade (*localness*) e comunhão (*communion*), são para Urry as três dimensões da relação entre as pessoas e o espaço que, intermediadas pela mobilidade, alteram a relação entre a casa e a residência:

> "There are therefore a variety of ways of dwelling, but that once we move beyond that of land, almost all involve complex relationships between belongingness and travelling, within and beyond the boundaries of national societies. People can indeed be said to dwell in various mobilities; (…) 'home is no longer one place. It is locations' (…). I have also noted some ways in which instantaneous time transforms contemporary modes of belonging and travelling. Current time is 'like an ever-shrinking box, in which we race on a treadmill at increasingly frenetic speeds'; this allows us only 'the very briefest experience of time' (…)." (Urry, 2001:157)

Assim, do ponto de vista do urbanismo e dos seus interesses conexos (geografia, sociologia, antropologia, economia, engenharia de infraestruturas, biologia, psicologia, etc.), uma linha de investigação tendente a identificar, entender e explorar as virtualidades da vida multilocal ou, em termos mais concretos, da residência multilocal, seria muito valiosa para a definição de novas estratégias de desenvolvimento urbano, nomeadamente do ponto de vista da habitação de uso discreto, por oposição ao contínuo, e das correlativas necessidades em infraestruturas, espaços públicos, equipamentos e outras funções urbanas que possam contribuir para a manutenção da coerência e consistência do conceito de cidade.

Mas, Urry não valoriza suficientemente as dimensões de apego ao lugar que justificam as deslocações, por vezes longas e demoradas, induzidas pelos laços familiares e de amizade que, em última instância, também justificam os elevados níveis de topofilia que, por sua vez, transformam o simples residir, em ter um lar e habitar no sentido Heidegeriano, ou seja, prosseguindo a máxima de senso comum de que "home is where heart is". Daí, a simples noção de circulação ou mobilidade, a qual muitas vezes surge associada a outras problemáticas que, no que respeita a esta investigação, não são muito relevantes. Por exemplo, as frequências de utilização de cada um dos alojamentos, ou as suas características individuais, apesar de poderem ser entendidos como elementos interessantes de investigação, têm de ser enquadrados num panorama mais geral que explique a necessidade da sua utilização nas condições que são apresentadas como efetivas.

Mas, um dos principais desafios desta nova abordagem sobre a vivência multilocal, ou vida geograficamente fragmentada, respeita à diferenciação de algumas das suas dimensões, nomeadamente em contextos de deslocação inter- e trans- nacional, entre o que é circulação e o que é mobilidade, um tema ao qual não tem sido dada atenção suficiente.

Bibliografia

Aall, C., Klepp, I. G., Engeset, A. B., Skuland, S. E., & StØa, E. (2011). Leisure and sustainable development in Norway: Part of the solution and the problem. *Leisure Studies*, *30*(4), 453–476. https://doi.org/10.1080/02614367.2011.589863

Abreu, D. (1988). *Desenvolvimento regional no Oeste: problemas e métodos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Almeida, C. M. B. R. de. (2009). *Aeroportos e turismo residencial. Do conhecimento às estratégias*. Universidade de Aveiro.

Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes.

André, I. (2019). *O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Antunes, P. (1994). Técnicas de Predição de Impactes Ambientais. In M. R. Partidário & J. de Jesus (Eds.), *Avaliação do impacte ambiental : conceitos, procedimentos e aplicações* (pp. 99–111). Lisboa: CEPGA - Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.

Araújo, L. et all. (2017). Estratégia 2027. In *Estratégia Turismo 2027*. Retrieved from http://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET2027.pdf

Araújo, L. M. S. (2008). *O Imobiliário , a qualidade urbanística e o sector financeiro* (Universidade Lusófona). Retrieved from http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/95

Arcassa, W. D. S. (2017). FRIEDRICH RATZEL : A IMPORTÂNCIA DE UM CLÁSSICO Friedrich Ratzel : the importance of a classic. *Geographia Opportuno Tempore, Universidade Estadual de Londrina*, *3*(1), 98–115.

Arnesen, T., & Ericsson, B. (2013). Policy responses to the evolution in leisure housing: From the plain cabin to the high standard second home (the Norwegian case). In Z. Roca (Ed.), *Second Home Tourism in Europe: Lifestyle Issues and Policy Responses* (pp. 285–306). Surrey: Ashgate.

Aronsson, L. (2004). Place attachment of vacation residents: between tourists and permanent residents. 19. In & D. K. M. C. M. Hall (Ed.), *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground* (pp. 75–86). Clevedon: Channel View Publications.

Augusto Mateus Associados / GEOIDEIA, em consórcio. (2005). *Actualização da avaliação intercalar do programa operacional da cultura. Relatório final*. Lisboa.

Back, A. (2020). Temporary resident evil? Managing diverse impacts of second-home tourism. *Current Issues in Tourism*, *23*(11), 1328–1342. https://doi.org/10.1080/13683500.2019.1622656

Back, A., & Marjavaara, R. (2017). Mapping an invisible population: the uneven geography of

second-home tourism. *Tourism Geographies*, *19*(4), 595–611. https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1331260

Beni, M. C. (1990). Sistema de Turismo - SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna Teoria de Sistemas. *Revista Turismo Em Análise*, *1*(1), 15. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v1i1p15-34

Beni, M. C. (1998). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Editora SENAC.

Berry, B. J. L. (1964). Approaches to regional analysis: a synthesis. *Annals of the Association of American Geographers*, *54*(1), 2–11.

Brante, T. (2001). Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. *Sociologia, Problemas e Praticas*, *36*, 37–39.

Cachinho, H. (2002). *O Comércio Retalhista Português: Pós-modernidade, Consumidores e Espaço*. Lisboa: GEPE.

Caldeira, M. J. B. (1995). *Residência Secundária na Área Metropolitana de Lisboa. Outros Espaços, Outras Vivências*. Tese de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, orientada pela Profª Doutora Mª Lucinda Fonseca.

Casado-Diaz, M. A. (2004). Second homes in Spain. In C. M. Hall & D. K. Müller (Eds.), *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground* (pp. 215–232). Clevedon: Channel View Publications.

Cavaco, C. (1981). *A costa do Estoril: esboço geográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, INIC.

Chen, N., Hall, C. M., Yu, K., & Qian, C. (2019). Environmental satisfaction, residential satisfaction, and place attachment: The cases of long-term residents in rural and urban areas in China. *Sustainability (Switzerland)*, *11*(22), 1–20. https://doi.org/10.3390/su11226439

Clark, B. (1994). (1994). O processo de AIA: conceitos básicos. In J. PARTIDÁRIO, M. R.; JESUS (Ed.), *Avaliação do Impacte Ambiental. Conceitos, Procedimentos e Aplicações* (pp. 3–24). Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.

Claval, P. (2013). Evolving Forms of Mobility and Settlement: Second Homes and Tourism in Europe. In Zoran Roca (Ed.), *Second Home Tourism in Europe. Lifestyle Issues and Policy Responses* (pp. 309–326). Farnham: Ashgate.

Cobuci, L. D. E. A. (2011). O Fenómeno do Turismo Residencial, analisado para o caso das Praias da Costa Nova e Barra. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, *2*(13,14), 525–534.

Colás, J. L. (2003). *La residencia secundaria en España: estudio territorial de su uso y tenencia*. 1–179. Retrieved from http://dialnet.unirioja.es/servlet/dctes?info=link&codigo=4912&orden=0

Coppock, J. T. (Ed.). (1977a). *Second Homes: Curse or Blessing?* Oxford: Pergamon Press.

Coppock, J. T. (1977b). Social Implications of Second Homes in Mid- and North Wales. In J. T. Coppock (Ed.), *Second homes: curse or blessing* (pp. 147–153). Oxford: Pergamon Press.

Costa, N. M. da. (2007). Mobilidade e Transporte em Areas Urbanas, O caso da Area Metropolitana de Lisboa. *Departamento de Geografia, Faculdade de Letras de Lisboa, PhD*, 585.

Cravidão, F. D. (1989a). A residência secundária da burguesia de Coimbra: projecto de investigação. *Cadernos de Geografia*, (8), 133–163. https://doi.org/10.14195/0871-1623_8_6

Cravidão, F. D. (1989b). *Residência Secundária e Espaço Rural. Duas Aldeias na Serra da Lousã, Casal Novo e Talasnal* (No. 10). Coimbra.

Cravidão, F. D. (2008). Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal. In N. P. dos Santos & A. Gama (Eds.), *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas* (pp. 29–58). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cribier, F. (1973). Les résidences secondaires des citadins dans les campagnes françaises. *Études Rurales*, *49*(1), 181–204. https://doi.org/10.3406/rural.1973.1869

Cunha, L. (2012). *Turismo em Portugal: Sucessos e Insucessos* (1st ed.). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Davoudi, S., & Pendlebury, J. (2010). Centenary paper: The evolution of planning as an academic discipline. *Town Planning Review*, *81*(6), 613–645. https://doi.org/10.3828/tpr.2010.24

Davoudi, S., & Strange, I. (2009). Space and place in twentieth-century planning: An analytical framework and an historical review. In I. Davoudi, S. and Strange (Ed.), *Conceptions of Space and Place in Strategic Spatial Planning*. https://doi.org/10.4324/9780203886502

Dick, E., & Duchêne-Lacroix, C. (2016). Multilocal living in the Global South and the Global North: Differences, Convergences and Universality of an Underestimated Phenomenon. *Trialog*, *124/125*(1–2), 116–117. https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1195.5600

Duchêne-Lacroix, C., Hilti, N., & Schad, H. (2013). L'habiter multilocal : discussion d'un concept émergent et aperçu de sa traduction empirique en Suisse. *Revue Quetelet/Quetelet Journal*, *1*(1), 95–121. https://doi.org/10.14428/rqj2013.01.01.05

Durán, R. F. (1980). *Transporte, espacio y capital*. Barcelona: Ed. Nuestra cultura.

Elmi, M., & Perlik, M. (2015). From tourism to multilocal residence? *Revue de Géographie Alpine*, (102–3), 0–17. https://doi.org/10.4000/rga.2608

Faria, C. V. de. (1981). *Novo Fenómeno Urbano. Aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Farstad, M. (2013). Local Residents' Valuation of Second Home Owners' Presence in a Sparsely Inhabited Area. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *13*(4), 317–331. https://doi.org/10.1080/15022250.2013.863062

Farstad, M., & Rye, J. F. (2013). Second home owners, locals and their perspectives on rural development. *Journal of Rural Studies*, *30*, 41–51. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2012.11.007

Fernandes, J. A. R., Carvalho, L., Chamusca, P., Gago, A., & Mendes, T. (2019). *Lisboa e a Airbnb*. Porto: Book Cover.

Fernandes, J. R. (1994). Urbanismo comercial - a experiência portuguesa. *Revista Da Faculdade de Letras, X/XI*(I), 105–125.

Ferrão, J. (2000a). As geografias do país: do passado ao presente. *Janus Online, 1999–2000*. Retrieved from http://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000.html

Ferrão, J. (2000b). Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Praticas*, *33*, 45–54. https://doi.org/10.4067/s0250-71612000007800006

Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação : espacialidades, mapas cognitivos e identidades territorais. *Lusotopie*, *9*(9), 151–158.

Ferrão, J. (2003). Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001. *Revista de Estudos Demográficos*, *34*, 17–25.

Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ferreira, C. C. (2006). *Portugal, Destino Turístico da População Idosa Europeia*. Lisboa: Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Flognfeldt, T. (2002). Second-Home Ownership: a Sustainable Semi-Migration. In C.M. Hall & A. M. Williams (Eds.), *Tourism and Migration* (pp. 187–203). https://doi.org/10.1007/978-94-017-3554-4

Flognfeldt, T. (2004). Second homes as a part of a new rural lifestyle in Norway. In *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground* (pp. 233--243).

Fonseca, M. L. (1990). *População e território: do País à Área Metropolitana*. Lisboa: CEG.

Fritz, R. G. (1982). Tourism, Vacation Home Development and Residential Tax Burden: A Case Study of the Local Finances of 240 Vermont Towns. *American Journal of Economics and Sociology*, *41*(4), 375–385. https://doi.org/10.1111/j.1536-7150.1982.tb03044.x

Gallent, N., & Tewdwr-Jones, M. (2001). Second homes and the UK planning system. *Planning Practice and Research*, *16*(1), 59–69. https://doi.org/10.1080/02697450120049579

Gallent, Nick. (2007). Second homes, community and a hierarchy of dwelling. *Area*, *39*(1), 97–106. https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2007.00721.x

Gallent, Nick. (2014). The Social Value of Second Homes in Rural Communities. *Housing, Theory and Society*, *31*(2), 174–191. https://doi.org/10.1080/14036096.2013.830986

Gallent, Nick. (2015). Bridging social capital and the resource potential of second homes: The case of Stintino, Sardinia. *Journal of Rural Studies*, *38*. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.02.001

Gallent, Nick, Hamiduddin, I., Stirling, P., & Kelsey, J. (2019). Prioritising local housing needs

through land-use planning in rural areas: Political theatre or amenity protection? *Journal of Rural Studies*, *66*, 11–20. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.01.028

Gallent, Nick, & Tewdwr-Jones, M. (2018). Rural second homes in Europe: Examining housing supply and planning control. In *Rural Second Homes in Europe: Examining Housing Supply and Planning Control*. https://doi.org/10.4324/9781315201979

García, C. O. (2018). *Una aproximación a los efectos económicos y sociales en el sector educativo de los residentes extranjeros. el caso de Alicante* (T. Mazón, Ed.). Retrieved from http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/83228

Gaspar, J. (1977). A Evolução da Morfologia Urbana na Suécia. *Finisterra*, *12*(23), 56-76 + il.

Gaspar, J. (1981). *A área de influência de Évora: sistema de lugares e funções centrais* (2ª). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Gaspar, J., Abreu, D. de, Ferrão, J., & Jensen-Butler, C. (1989). *Portugal-os próximos 20 anos. VI vol -Ocupação e Organização do Espaço - Uma prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gaspar, J., Fernandes, J., Queiróz, M., Henriques, E., Palma, P., & Vaz, T. (2008). Determinação das vulnerabilidades humanas em situação de risco sísmico e tsunamis. o caso do Algarve. *Inforgeo*, (22/23), 51–66.

Getis, A., & Ord, J. K. (1992). The Analysis of Spatial Association by Use of Distance Statistics. *Geographical Analysis*, *24*(3), 189–206. https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1992.tb00261.x

Giddens, A. (1991). As consequencias da modernidade. In *Journal of the Electrochemical Society*. Retrieved from http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:No+Title#0

Gomes, R. M. L. (2012). *Um modelo de organização regional para Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa.

Gonçalves, J., Alves, C., & Nunes da Silva, F. (2010). Do Ilegal ao Formal: percursos para a reconversão urbana das grandes áreas de génese ilegal em Lisboa. In L. Bogus et al. (Ed.), *Da IrregularidadeFundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil*, (pp. 161–192). São Paulo.

Gould, P. (1982). Dinamica de poliedros: uma introducao para cientistas sociais, geografos e planeadores. *Finisterra*, Vol. 17, pp. 5–51. https://doi.org/10.18055/finis2159

Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariadade dados* (5ª Ed.). Porto Alegre: Bookman.

Hall, C. M., & Müller, D. K. (Eds.). (2018). *The Routledge Handbook of Second Home Tourism and Mobilities*. Abingdon: Routledge.

Hall, C. Michael, & Müller, D. K. (2004). Tourism, mobility and second homes. In C. Michael Hall & D. K. Müller (Eds.), *Tourism, mobility and second homes. Between Elite Landscape and Common Ground* (p. 304). Clevedon: Channel View Publications.

Halseth, G., & Rosenberg, M. W. (1995). Cottagers in an Urban Field.pdf. *Professional*

Geographer, *47*(2), 148–159.

Hay, A., & Hay, J. (2017). Indicators of post-productivism in South Africa's "platteland": A second home case study of Rosendal, Eastern Free State. *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series*, (37), 35–49. https://doi.org/10.1515/bog-2017-0023

Heidegger, M. (1971). *Poetry, Language, Thought*. https://doi.org/10.1163/9789004377134

Hiltunen, M. J. (2007). Environmental impacts of rural second home tourism – case Lake district in Finland. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *7*(3), 244–266.

Hiltunen, M. J., Pitkänen, K., & Halseth, G. (2016). Environmental perceptions of second home tourism impacts in Finland. *Local Environment*, *21*(10), 1198–1214. https://doi.org/10.1080/13549839.2015.1079701

Hiltunen, Mervi J., Pitkänen, K., Vepsäläinen, M., & Hall, C. M. (2013). Second home tourism in Finland: Current trends and eco-social impacts. In Z. Roca (Ed.), *Second Home Tourism in Europe: Lifestyle Issues and Policy Responses* (pp. 165–198). Surrey: Ashgate.

Hoogendoorn, G. (2010). *Second homes and local economic impacts in the South African post-productivist countryside* (Faculty of Humanities, University of the Free State, Bloemfontein). Retrieved from https://scholar.ufs.ac.za/bitstream/handle/11660/1101/HoogendoornG-3.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Hoogendoorn, G., & Visser, G. (2004). Second homes and small-town (re)development: the case of Clarens. *Journal of Family Ecology and Consumer Sciences*, *32*, 105.

Hoogendoorn, G., & Visser, G. (2010). The role of second homes in local economic development in five small South African towns. *Development Southern Africa*, *27*(4), 547–562. https://doi.org/10.1080/0376835X.2010.508585

Huang, Y., & Yi, C. (2011). Second home ownership in transitional Urban China. *Housing Studies*, *26*(3), 423–447. https://doi.org/10.1080/02673037.2011.542100

Huete, R., & Mantecón, A. (2012). Residential Tourism or Lifestyle Migration: Social Problems Linked to the Non-Definition of the Situation. *Controversies in Tourism. Wallingford: CABI*, 160–173. https://doi.org/10.1079/9781845938130.0160

Huete, R., Mantecón, A., & Mazón, T. (2008a). ¿De Qué Hablamos Cuando Hablamos De Turismo Residencial? *Cuadernos de Turismo*, (22), 101–121.

Huete, R., Mantecón, A., & Mazón, T. (2008b). La percepción de los impactos del turismo residencial por parte de la sociedad receptora. *… En II Jornadas Sobre Turismo y Sociedad. IESA. …*, 1–13. Retrieved from http://scholar.google.com.pr/scholar?hl=es&q=Turismo+ideológico&btnG=&lr=#9

INE. (n.d.). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981 - Questionários (Instrumentos de notação do SEN, D.L. 428/73, de 25 de agosto, artº 86º, nº1, alínea a)*. Lisboa: INE, Serviços Centrais.

INE. (1973). *11º Recenseamento da População; 1º Recenseamento da Habitação: População e alojamentos por lugares, 1970*. Retrieved from

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66632414&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

INE. (1984a). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981 - Antecedentes, Metodologia e Conceitos*. Lisboa: INE, Serviços Centrais.

INE. (1984b). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos, 1981*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1995). *Antecedentes, metodologia e conceitos: censos 91*. Lisboa.

INE. (2003). *Antecedentes, Metodologia e Conceitos: Censos 2001: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação*. Lisboa: INE.

INE. (2019). *Documento metodológico: Estudo sobre o poder de compra concelhio. Versão 1.5* (p. 30; Instituto Nacional de Estatística, Ed.). p. 30. Retrieved from file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/DMet 335_1-2 vfinal.pdf

Instituto Nacional de Estatística. (2006). *Setenta anos, 1935-2005. O Instituto Nacional de Estatística ao serviço da sociedade portuguesa*. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143575&PUBLICACOESmodo=2

Jaakson, R. (1986). Second-home domestic tourism. *Annals of Tourism Research*, *13*(3), 367–391.

Jessop, B. (1977). Recent theories of the capitalist State. *Cambridge Journal of Economics*, (1), 353–373.

Jorgensen, B. S., & Stedman, R. C. (2001). Sense of Place as an attitude: Lakeshore owners attitudes toward their properties. *Journal of Environmental Psychology*, *21*(3), 233–248. https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0226

Jurdao, F. (1979). *España en Venta: Compra de Suelos por Extranjeros y Colonización de Campesinos en la Costa del Sol*. Madrid: Editorial Ayuso.

Kaltenborn, B. P., Andersen, O., & Nellemann, C. (2009). Amenity development in the Norwegian mountains: Effects of second home owner environmental attitudes on preferences for alternative development options. *Landscape and Urban Planning*, *91*(4), 195–201. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2009.01.001

Lacher, R. G., & Oh, C. O. (2012). Is Tourism a Low-Income Industry? Evidence from Three Coastal Regions. *Journal of Travel Research*, *51*(4), 464–472. https://doi.org/10.1177/0047287511426342

Larsson, L., & Müller, D. K. (2019). Coping with second home tourism: responses and strategies of private and public service providers in western Sweden. *Current Issues in Tourism*, *22*(16), 1958–1974. https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1411339

Lundberg, E. (2017). The importance of tourism impacts for different local resident groups: A case study of a Swedish seaside destination. *Journal of Destination Marketing and Management*, *6*(1), 46–55. https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2016.02.002

Lundmark, L., & Marjavaara, R. (2013). Second Home Ownership: A Blessing for All? *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *13*(4), 281–298. https://doi.org/10.1080/15022250.2013.862439

Malheiros, J., & Fonseca, L. (Eds.). (2011). *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIDI, IP.

Marcouiller, D. W., Gartner, W. F., & Chraca, A. (2013). *Recreational Homes and Planning in Gateway Communities: A Literature Review* (No. Working Paper 13-2). Retrieved from http://ncrcrd.msu.edu/uploads/files/Marcouiller Publication Document.pdf

Marjavaara, R. (2008). *Second Home Tourism - The Root to Displacement in Sweden?* Umeå University, Sweden.

Mayer, M. (2017). Whose city? From ray pahl's critique of the keynesian city to the contestations around neoliberal urbanism. *Sociological Review*, *65*(2), 168–183. https://doi.org/10.1111/1467-954X.12414

Mazón, T. (2018). *Turismo residencial : nuevos estilos de vida : de turistas a residentes* (T. Mazón, Ed.). Retrieved from http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/83228

McWatters, M. R. (2009). *Residential tourism: (De)constructing paradise*. Bristol: Channel View.

Meireles, L. F. T. (2015). *Direito do Urbanismo – Empreendimentos Turísticos* (Universida). Retrieved from https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28642/1/Direito do urbanismo -empreendimentos turisticos.pdf

Mendes, M. C. (1980). *As estâncias termais portuguesas. Projeto de Investigação apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para o doutoramento em Geografia Humana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Milheiro, E., & Santos, J. P. (2005). O turismo em Portugal que passado que futuro. *Aprender*, (January), 119–125.

Módenes Cabrerizo, J. A., & López Colás, J. (2007). Second homes in Spain: Socio-demographic and geographical profiles. *Population*, *62*(1), 157–172. https://doi.org/10.3917/pope.701.0157

Moreira, F. J. (2008). *O Turismo e os Museus nas Estratégias e nas Práticas de Desenvolvimento Territorial*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Tese de doutoramento.

Moreira, F. J., Oliveira, J., & Almeida, J. C. F. (2006). O projecto especial de urbanismo comercial do centro histórico de Évora: contexto , natureza e resultados. *Malha Urbana*, *2*, p.n.n. Retrieved from http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2169/50.pdf?sequence=1

Moreira, M. S. G. (2000). *A dinâmica pública local e o valor da habitação. Uma aplicação à Área Metropolitana do Porto*. Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.

Moutinho, M. (1982). Casas do Emigrante ou Arquitetura do Emigrante. *Actas Do II Congresso Nacional de Arquitectos*, 223–233. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

Müller, D. K. (1999). *German second home owners in the Swedish Countryside. On the Internationalization of the Leisure Space*. Umea Universitet.

Müller, D. K. (2002a). Reinventing the countryside: German second-home owners in Southern Sweden. *Current Issues in Tourism*, *5*(5), 426–446. https://doi.org/10.1080/13683500208667933

Müller, D. K. (2002b). Reinventing the countryside: German second-home owners in Southern Sweden. *Current Issues in Tourism*, *5*(5), 426–446. https://doi.org/10.1080/13683500208667933

Müller, D. K. (2004). Second homes in Sweeden: patterns and issues. In *Tourism, mobility and second homes. Between Elite Landscape and Common Ground* (pp. 244–258).

Müller, D. K. (2007). Second Homes in the Nordic Countries: Between Common Heritage and Exclusive Commodity. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *7*(3), 193–201. https://doi.org/10.1080/15022250701300272

Müller, D. K. (2011). Second homes in rural areas: Reflections on a troubled history. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, *65*(3), 137–143. https://doi.org/10.1080/00291951.2011.597872

Müller, D. K., Hall, C. M., & Keen, D. (2004). Second Home Tourism Impact, Planning and Management. In C. Michael Hall & D. K. Müller (Eds.), *Tourism, mobility and second homes. Between Elite Landscape and Common Ground* (pp. 15–32). Clevedon: Channel View Publications.

Müller, D. K., & Hoogendoorn, G. (2013). Second Homes: Curse or Blessing? A Review 36 Years Later. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *13*(4), 353–369. https://doi.org/10.1080/15022250.2013.860306

Müller, D. K., & Marjavaara, R. (2012). From second home to primary residence: Migration towards recreational properties in sweden 1991-2005. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, *103*(1), 53–68. https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2011.00674.x

Mustafa, H. (2014). *Council tax information letter: council tax – definitions of empty homes and second homes*.

Nazaré, M. De, Roca, O., Leitão, N., & Roca, Z. (2011). *A expansão de segundas residências em Portugal Continental : uma proposta de tipologia espacial*. 601–606.

Nefedova, T., & Pallot, J. (2013). The multiplicity of second homes development in the Russian Federation: a case of "seasonal suburbanization"? In Zoran Roca (Ed.), *Second Home Tourism in Europe* (pp. 91–119). Farnham: Ashgate.

Nouza, M., Ólafsdóttir, R., & Sæþórsdóttir, A. D. (2018). Motives and behaviour of second home owners in Iceland reflected by place attachment. *Current Issues in Tourism*, *21*(2), 225–242. https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1072139

Nunes, M., & Brito-Henriques, E. (2016). As novas ruinas do turismo residencial: uma aproximação ao caso Bom Sucesso, Óbidos, Portugal. *XV Coloquio Ibérico de Geografía. Retos y Tendencias de La Geografía Ibérica*, 701–710.

O'Connor, J. (2002). *The Fiscal Crisis of the State* (1st Editio).

https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9781315132044

OIM. (2004). Glossary on migration. *Vasa*, 338. https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004

OIM. (2009). *Glossário sobre migração* (R. Perrouchoud, Ed.). Genebra: OIM.

Oliveira-Roca, M. de N., Leitão, N., & Roca, Z. (2013). A expansão de segundas residências em Portugal Continental: uma proposta de tipologia espacial. *Actas Do IX Congresso Da Geografia Portuguesa. Geografia: Espaço Natureza, Sociedade e Ciência. Évora, 28, 29, 30 de Novembro 2013*, 601–605. Retrieved from file:///C:/Users/janto/Downloads/IX_CGP_eBook2013.pdf

Oliveira, J. (1988). *O transporte colectivo rodoviário de passageiros em Portugal: contributos para um estudo geográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Oliveira, J. (1989). O Desenvolvimento Recente das Telecomunicações em Portugal: a Rede Pública de Comunicação de Dados TELEPAC. *Actas Do V Colóquio Ibérico de Geografia*. Léon.

Oliveira, J. (2010). The housing Problem and the Evolution of Homeownership Culture: from Clandestine Neighbourhoods to Second Homes. In D. Belyaev & Z. Roca (Eds.), *Portugal in the Era of the Knowledge Society* (pp. 305–339). Lisbon: Edições Universitárias Lusófonas.

Oliveira, J. (2013). Controversies of Second Homes and Residential Tourism in Portugal. In Zoran Roca (Ed.), *Second Home Tourism in Europe. Lifestyle Issues and Policy Responses* (pp. 235–262). Farnham: Ashgate.

Oliveira, J. (2020). Algumas notas sobre segundas residências e teletrabalho: comparando Portugal e Noruega. *Finisterra*, *55*(115), 139–144. https://doi.org/10.18055/Finis20071

Oliveira, J., Oliveira-Roca, M. de N., & Roca, Z. (2013a). Segundas Residências E Turismo Residencial : Novas Formas De Habitação , Novo Mercado Imobiliário. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, *32*(1), 57–70.

Oliveira, J., Oliveira-Roca, M. de N., & Roca, Z. (2013b). Um Contributo para o Estudo dos Efeitos Económicos das Segundas Residências no Desenvolvimento Rural. In M. Carvalho, P. Henriques, & V. Narciso (Eds.), *Alimentar Mentalidades, Vencer a Crise Global. Atas do ESADR 2013* (pp. 2087–2105). https://doi.org/10.1128/AAC.03728-14

Oliveira, J., Roca, M. de N., & Roca, Z. (2018a). Reflexões Sobre o Turismo de Segunda Residência e o Ordenamento do Território em Portugal. In José Alberto Rio Fernandes, J. Olcina, Maria Lucinda Fonseca, E. M. da Costa, R. Garcia, & C. Freitas (Eds.), *"Livro de Atas, XVI Colóquio Ibérico de Geografia, Península Ibérica no Mundo: Problemas e Desafios para uma Intervenção Ativa da Geografia* (pp. 702–710). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Oliveira, J., Roca, M. N. O., & Roca, Z. (2015). Economic Effects Of Second Homes: A case study in Portugal. *Economics and Sociology*, *8*(3), 183–196. https://doi.org/10.14254/2071-789X.2015/8-3/14

Oliveira, J., Roca, Z., & Gandra, L. (2005). THE " PROSCA " MODEL. Quantiqualitative participatory research for sustainable development. In P. Claval & J. Agnew (Eds.), *Proceedings of the 14th European Colloquium on Theoretical and Quantitative Geography, Tomar, 9-13 Setembro, 2005*.

Oliveira, J., Roca, Z., & Leitão, N. (2010). Territorial identity and development: From topophilia to terraphilia. *Land Use Policy*, *27*(3), 801–814. https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.10.014

Oliveira, J., Roca, Z., & Roca, M. de N. (2018b). Residential tourism and municipal land use planning in Portugal. In T. MAZÓN (Ed.), *Turismo Residencial. Nuevos Estilos de Vida: de Turistas a Residentes.* (pp. 423–440). Sant Vicent del Raspeig: Publicacions de la Universitat d'Alacant.

Ord, J. K., & Getis, A. (1995). Local Spatial Autocorrelation Statistics: Distributional Issues and an Application. *Geographical Analysis*, *27*(4), 286–306. https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1995.tb00912.x

Ortiz Noguera, G., García-Andreu, H., Juan Palmer, M. del P., & Aledo Tur, A. (2007). Epistemological and ethical dilemmas of public participation on residential tourism planning. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, *5*(3), 323–329. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2007.05.023

Overvag, K. (2009). *Second Homes in Eastern Norway: from marginal land to commodity*. Norwegian University of Science and Technology (NTNU).

Overvåg, K. (2009). Second homes and urban growth in the Oslo area, Norway. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, *63*(3), 154–165. https://doi.org/10.1080/00291950903238974

Overvåg, K. (2010). Second homes and maximum yield in marginal land: The re-resourcing of rural land in Norway. *European Urban and Regional Studies*, *17*(1), 3–16. https://doi.org/10.1177/0969776409350690

Pahl, R. (1975). *Whose city?* Harmondsworth: Penguin.

Paris, C. (2006). Multiple 'homes', dwelling & hyper-mobility & emergent transnational second home ownership. *ENHR Conference "Housing in an Expanding Europe: Theory, Policy, Participation and Implementation" Ljubljana, Slovenia 2 - 5 July 2006, Workshop 24 - Cross-Border Second Home Ownership*, (July), 1–21. Retrieved from http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.116.657&rep=rep1&type=pdf

Paris, C. (2009). Re-positioning second homes within housing studies: Household investment, gentrification, multiple residence, mobility and hyper-consumption. *Housing, Theory and Society*, *26*(4), 292–310. https://doi.org/10.1080/14036090802300392

Paris, C. (2010). Affluence, mobility and second home ownership. In *Affluence, Mobility and Second Home Ownership*. https://doi.org/10.4324/9780203846506

Paris, C. (2013). Second home ownership since the global financial crisis in the United Kingdom and Ireland. In *Second Home Tourism in Europe. Lifestyle Issues and Policy Responses* (pp. 3–31).

Partidário, M. R. (2007). Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica. In

Agência Portuguesa do Ambiente.

Partidário, M. R., & Jesus, J. de (Eds.). (1994). *Avaliação do impacte ambiental : conceitos, procedimentos e aplicações*. Lisboa: CEPGA - Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.

Patuleia, M. (2011a). *O turismo residencial, os resorts integrados e as motivações: o caso do polo de desenvolvimento turístico do oeste*. Universidade do Algarve.

Patuleia, M. (2011b). O turismo residencial e os resorts integrados no pólo de desenvolvimento turístico do oeste: estratégias de desenvolvimento. *Dos Algarves - Revista Da ESGHT/UAlg*, (20), 4–22.

Pereira, M., & Siva, F. N. da. (2008). Modelos de ordenamento em confronto na área metropolitana de Lisboa: cidade alargada ou recentragem metropolitana? *Cadernos Metrópole*, (20), 107–123. https://doi.org/10.1590/8657

Perri, A. (2013). Residential roots tourism in Italy. In Z. Roca (Ed.), *Second home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses* (pp. 53–68). Surrey: Ashgate.

Perri, Antonella. (2018). Smart technology and residential roots tourism. In *Turismo residencial: nuevos estilos de vida : de turistas a residentes* (pp. 175–185).

Peters, G. (2020). Domínios de existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social. *Teoria e Cultura*, *14*(2), 82–106. https://doi.org/10.34019/2318-101x.2019.v14.27895

Plantalamor, J. M. (2018). De turistas a residentes. Relaciones y percepciones de los extranjeros europeos en las áreas rurales del interior de Mallorca de 1996 a 2008. In T. Mazón (Ed.), *Turismo residencial: nuevos estilos de vida : de turistas a residentes* (pp. 199–214). Alicante: Publicacions de la Universitat d'Alacant.

Ragatz, R. L. (1977). Vacation homes in rural areas: towards a model for predicting their distribution and occupancy patterns. In J. T. Coppock (Ed.), *Second homes: curse or blessing* (pp. 181–193). Oxford.

Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo geográfico*. Retrieved from https://purl.pt/421/5/hg-27320-p_PDF/hg-27320-p_PDF_24-C-R0150/hg-27320-p_0000_capa1-guardas8_t24-C-R0150.pdf

Rinne, J., Paloniemi, R., Tuulentie, S., & Kietäväinen, A. (2015). Participation of second-home users in local planning and decision-making – a study of three cottage-rich locations in Finland. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, *7*(1), 98–114. https://doi.org/10.1080/19407963.2014.909818

Roca, M. de N. (1999). Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho. *GeoInova*, (1), 33–50.

Roca, M. de N. O., Roca, Z., & Leitão, N. (2014). Sustentabilidade Demográfica e Desenvolvimento Territorial em Portugal. *"A Jangada de Pedra" – Geografias IberoAmericanas: Atas Do XIV Colóquio Ibérico Da Geografia, 11-14 November 2014, Guimarães, Portugal*, 653–658. Guimarães: Departamento de Geografia - Universidade do Minho & Associação Portuguesa de Geógrafos.

Roca, M. de N. O., Roca, Z., & Oliveira, J. (2009). Expansão das segundas residências em Portugal. *1ª Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde*, 2448–2474.

Roca, M. de N. O., Roca, Z., Oliveira, J., & Costa, L. (2014). Second Home Expansion in Portugal: Spatial Features and Impacts. In M. (Ed. . Janoschka & H. (Ed. . Haas (Eds.), *Contested Spatialities, Lifestyle Migration and Residential Tourism* (pp. 124–142). London: Routledge.

Roca, M. de N., & Pimentel, D. (2003). Causas Prováveis das Migrações Internas em Portugal na Década de Noventa. *Revista GeoINova*, (8), 91–116.

Roca, M. N. O. (2013). Place attachment among second home owners : the case of the west region, Portugal. In Z. Roca (Ed.), *Second home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses* (pp. 69–88). Surrey: Ashgate.

Roca, Z. (2004). Affirmation of regional identity between rhetoric and reality: evidence from Portugal. In E. Bonenschansker, L. G. J. Jansma, & C. H. A. Verhaar (Eds.), *Cultural Uniqueness and Regional Economy* (pp. 29–52). Assen: Koninklijke Van Gorcum.

Roca, Z., & Roca, M. N. O. (2007). Affirmation ofterritorial identity: a development policy issue. *Land Use Policy*, *24*(2), 434–442.

Roca, Zoran (Ed.). (2013). *Second home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses*. London: Ashgate.

Roca, Zoran, & Mourão, J. C. (2003). Identidade Territorial E Desenvolvimento Local E Regional - Entre a Retórica E a Pratica. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, *n. 9*, 10.

Roca, Zoran, & Oliveira, J. (2005). A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento. *Actas Do X Colóquio Ibérico de Geografia: "A Geografia Ibérica No Contexto Europeu". Évora, 22-24 Setembro, 2005*, 1–16. Retrieved from https://www.apgeo.pt/sites/default/files/actas_indice_x_cig_evora_0.pdf

Roca, Zoran, Oliveira, J., & Roca, M. de N. (2011). Claiming territorial identity and local development: from wishes to deeds. In Zoran Roca, P. Claval, & J. Agnew (Eds.), *Landscapes, Identities and Development* (pp. 319–334). Farnham: Ashgate.

Romita, T. (1999). *Il turismo che non appare*. Soveria Mannelli: Rubbettino Editore.

Salgueiro, T. B. (1977). Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. *Finisterra*, *12*(23), 28–55. https://doi.org/10.18055/finis2281

Salles, V. O. (2017). A Teoria da Complexidade de Edgar Morin e o Ensino de Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, *10*(1), 1–12.

Sampaio, D. (2013). *Retirement migration in Portugal*.

Sandell, K. (2016). Ecostrategies: Presentation and elaboration of a conceptual framework of landscape perspectives. *Tourism*, *64*(1), 63–80.

Sandford, M. (2018). *Council tax : empty properties*. (02857), 1–13.

Santos, L. M. L. dos, Pelosi, E. M., Spaulonci, B. C., & Oliveira, C. M. de. (2012). Teoria da

Complexidade e as múltiplas abordagens para compreender a realidade social. *Serviço Social Em Revista*, *14*(2), 47–72. https://doi.org/10.5433/1679-4842.2012v14n2p47

Santos, M. da G. L. da S. M. P. (1996). *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres: análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Sardinha, J. (2014). Lifestyle Migrants in Central Portugal: Strategies of Settlement and Socialisation. In M. (Ed. . Janoschka & H. (Ed. . Haas (Eds.), *Contested Spatialities, Lifestyle Migration and Residential Tourism* (pp. 174–189). Abingdon: Routledge.

Saunders, P. (1983). *Urban politics: a sociological interpretation* (3rd ed.). London: Utchinson.

Schlenker, K., Foley, C., & Getz, D. (2010). *Encore festival and event evaluation kit: review and redevelopment. Volume 1*. Gold Coast, Queensland, Australia: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd.

Shucksmith, D. M. (1983). Second homes: a framework for policy. *The Town Planning Review*, *54*(2), 174–193. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/40111966%0AJSTOR

Sievänen, T., Neuvonen, M., & Pouta, E. (2007). Recreational Home Users – Potential Clients for Countryside Tourism? *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *7*(3), 223–242. https://doi.org/10.1080/15022250701300207

Silva, C. N. (1994). *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974* (Colecção C). Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, R. E. L. da. (2011). Análise espacial da forma urbana em sistemas de informaçao geográfica. universidade Nova de Lisboa.

Simões, J. M. (1985). *Desenvolvimento e gestão das infra-estruturas na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Simões, J. M. (2007). Ordenamento municipal e desenvolvimento local: uma reflexão. *Inforgeo, 20–21*, 39–48.

Skak, M., & Bloze, G. (2017). Owning and letting of second homes: what are the drivers? insights from Denmark. *Journal of Housing and the Built Environment*, *32*(4). https://doi.org/10.1007/s10901-016-9531-4

Sousa, M. L. de C. C. de O. e. (2013). *Maria Luísa de Castro Coelho de Oliveira e Sousa A mobilidade automóvel em Portugal . A construção do sistema socio-técnico , 1920-1950 La mobilité automobile au Portugal . La construction du système socio-technique , 1920-1950*.

Strandell, A., & Hall, C. M. (2015a). Impact of the residential environment on second home use in Finland - Testing the compensation hypothesis. *Landscape and Urban Planning*, *133*. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2014.09.011

Strandell, A., & Hall, C. M. (2015b). Impact of the residential environment on second home use in Finland – Testing the compensation hypothesis. *Landscape and Urban Planning*, *133*, 12–23. https://doi.org/10.1016/J.LANDURBPLAN.2014.09.011

Suchet, A. (2017). The concept of hinterland in geography: A state of the art. *Ería, Revista*

Cuatrimestral de Geografía, *37*(2), 255.

Tonon, K. M. Q. (2012). *Ecoturismo em Portugal: práticas sutentáveis no Alentejo*. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

Tuan, Y. (2003). *Space and place : the perspective of experience* (3rd printi). Minnedapolis: University of Minnesota Press.

Urry, J. (2001). Sociology beyond societies: Mobilities for the twenty-first century. In *Sociology beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. https://doi.org/10.4324/9780203021613

Veblen, T. (1994). *The theory of the leisure class. An Economic Study Of Institutions, Conspicuous Consumption, Fashion And Traditions*. New York: Penguin Books.

Velvin, J., Kvikstad, T. M., Drag, E., & Krogh, E. (2013). The impact of second home tourism on local economic development in rural areas in Norway. *Tourism Economics*, *19*(3), 689–705. https://doi.org/10.5367/te.2013.0216

Wallace, A., Bevan, M., Croucher, K., Jackson, K., O 'malley, L., & Orton, V. (2005). *The Impact of Empty, Second and Holiday Homes on the Sustainability of Rural Communities : A Systematic Literature Review*. 35–46. Retrieved from http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.364.3813&rep=rep1&type=pdf

Williams, A. M., Lew, A., & Hall, M. (Eds.). (2004). *A companion to tourism*. Blackwell.

Winkler, R., Deller, S., & Marcouiller, D. (2015). Recreational Housing and Community Development: A Triple Bottom Line Approach. *Growth and Change*, *46*(3), 481–500. https://doi.org/10.1111/grow.12100

Wolfe, R. I. (1977). Summer cottages in Ontario: purpose-built for an inessential purpose. In *Second homes: curse or blessing* (pp. 17–33).

Zaninetti, J.-M. (2013). Vacation homes in France since 1962. In Zoran Roca (Ed.), *Second home tourism in Europe* (pp. 141–163). Ashgate.

Zhu Xiao Di, McArdle, N., & Masnick, G. S. (2001). Second Homes: What, How Many, Where and Who. In *Joint Center for Housing Studies Harvard University The New Demographics of Housing* (Vol. N01-2).

Índice de figuras

Figura 1 – Extrato do formulário do inquérito do 1º recenseamento da habitação de 1970 18

Figura 2 – Dimensões de caracterização e de transformação da residência 25

Figura 3 – Fluxograma da pergunta mais básica: quer, e porquê, ter uma segunda residência? 46

Figura 4 – O fluxograma de outra pergunta básica "Pode ter (ou usar) uma segunda residência, e como?" 50

Figura 5 – Uma proposta de modelo analítico para o estudo das componentes essenciais do fenómeno das segundas residências 52

Figura 6 – Uma proposta de modelo analítico para o estudo dos impactes das segundas residências no desenvolvimento local 53

Figura 7 - – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "casa" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA 64

Figura 8 – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "uso" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA 69

Figura 9 – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "utilizadores" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA 72

Figura 10 – Exemplos ilustrativos de fixos e fluxos espaciais relacionados com as segundas residências na dimensão "evolução da casa, do uso e dos utilizadores" desagregados por cada um dos domínios de análise do IDENTERRA 80

Figura 11 – Articulação lógica das várias categorias ou tipos de alojamento. 85

Figura 12 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 1970 91

Figura 13 – Variação da população residente (%), por concelho, de 1960 para 1970 97

Figura 14 – Número de emigrantes por mil residentes, por concelho, em 1960 98

Figura 15 – Percentagem de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1970 101

Figura 16 – Extrato do inquérito do Recenseamento da Habitação de 1981 106

Figura 17 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 1981 109

Figura 18 – Número de alojamentos de uso sazonal (A) e com ocupante ausente (B), por concelho, em 1981.. 110

Figura 19 – Percentagem de alojamentos sazonais em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981 112

Figura 20 – Percentagem de alojamentos com ocupante ausente em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981 113

Figura 21 – Número de emigrantes por mil habitantes, por concelho, em 1981 114

Figura 22 – Percentagem de alojamentos de segunda residência (conjunto dos sazonais e com ocupante ausente) em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981 114

Figura 23 – O racional da relação entre família e segundas residências, numa lógica de análise evolutiva 118

Figura 24 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 1981/ seg. resid. 1970) / (nº de famílias 81 / nº de famílias 1970)], por concelho, entre 1970 e 1981 119

Figura 25 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 1991 126

Figura 26 – Número de alojamentos de uso sazonal (A) e com ocupante ausente (B), por concelho, em 1991.. 128

Figura 27 – Percentagem de alojamentos sazonais em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991 129

Figura 28 – Percentagem de alojamentos com ocupante ausente em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991 130

Figura 29 – Percentagem de alojamentos de segunda residência (conjunto dos sazonais e com ocupante ausente) em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991 131

Figura 30 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 1991/ seg. resid. 1981) / (nº de famílias 91 / nº de famílias 1981)], por concelho, entre 1981 e 1991 133

Figura 31 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 2001 138

Figura 32 – Percentagem de alojamentos de segunda residência em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2001 139

Figura 33 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 2001/ seg. resid. 1991) / (nº de famílias 2001 / nº de famílias 1991)], por concelho, entre 1991 e 2001 141

Figura 34 – Número de alojamentos de segunda residência, por concelho, em 2011 147

Figura 35 – Percentagem de alojamentos de segunda residência em relação ao total de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2011 148

Figura 36 – Evolução da relação entre segundas residências e número de famílias [(seg. resid. 2011/ seg. resid. 2001) / (nº de famílias 2011 / nº de famílias 2001)], por concelho, entre 2001 e 2011 150

Figura 37 – Taxas de variação dos alojamentos familiares clássicos, por concelho, entre Censos da Habitação, de 1970 a 2011 155

Figura 38 – Taxas de variação das segundas residências, por concelho, entre Censos da Habitação (representação em afastamentos em número de desvios padrão à média), de 1970 a 2011 156

Figura 39 – Variação percentual das segundas residências por cada 100 famílias clássicas, por concelho, entre Censos da Habitação, de 1970 a 2011 157

Figura 40 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1970 160

Figura 41 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1970 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior) 161

Figura 42 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981 162

Figura 43 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1981 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior) 163

Figura 44 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991 164

Figura 45 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 1991 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior) 165

Figura 46 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2001 167

Figura 47 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2001 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior) 168

Figura 48 – Valores de z-score e de p da distribuição dos alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2011 170

Figura 49 – Pontos "frios" e "quentes" (Cold / Hot spots) de alojamentos de segunda residência em relação ao número de alojamentos de residência habitual, por concelho, em 2011 (os intervalos de confiança estão em relação direta com os valores de z-score e de p da figura anterior) 171

Figura 50 – Tipologia dos "concelhos com forte implantação de residência secundária", segundo Caldeira (1995)

..... 174
Figura 51 – Tipologia de municípios com segundas residências, em 2001 179
Figura 52 - Segundas residências em 2011, em percentagem do total de alojamentos familiares 181
Figura 53 - Taxa de variação de segundas residências de 2001 para 2011 182
Figura 54 - Segundas residências em prédios construídos entre 2001 e 2011, em percentagem do total de segundas residências 183
Figura 55 - Segundas residências em prédios unifamiliares, em percentagem do total de segundas residências 184
Figura 56 - Segundas residências em prédios com 10 ou mais alojamentos, em percentagem do total de segundas residências 185
Figura 57 – Método de cálculo da distância em referencial de Euclides 187
Figura 58 – Dendrograma resultante da aplicação de uma classificação mista (centros móveis e hierárquica) à matriz de indicadores de segundas residências por concelho do território continental 190
Figura 59 – Tipologia dos municípios com base nos 5 indicadores relativos às segundas residências, em 2011 191
Figura 60 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 1 (Classe 1 / 7, com um efetivo de 61 concelhos) 193
Figura 61 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 2 (Classe 2 / 6, com um efetivo de 13 concelhos) 194
Figura 62 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 3 (Classe 3 / 7, com um efetivo de 65 concelhos) 196
Figura 63 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 4 (Classe 4 / 7, com um efetivo de 35 concelhos) 197
Figura 64 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 5 (Classe 5 / 7, com um efetivo de 62 concelhos) 199
Figura 65 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 6-A (Classe 6 / 7, com um efetivo de 33 concelhos) 200
Figura 66 – Localização e listagem dos 10 municípios mais exemplificativos do tipo 6-B (Classe 7 / 7, com um efetivo de 34 concelhos) 201
Figura 67 – Os mapas das tipologias de 2001 e de 2011 203
Figura 68 – A tipologias de 2011 simplificada para quatro grupos 205
Figura 69 – Tipos de segundas residências e as suas áreas de ocorrência, segundo Muller, Hall & Keen (2004:16) 212
Figura 70 – Concelhos incluídos no tipo 1 (2011) 262
Figura 71 – Concelhos incluídos no tipo 2 (2011) 266
Figura 72 – Concelhos incluídos no tipo 3 (2011) 269
Figura 73 – Concelhos incluídos no tipo 4 (2011) 275
Figura 74 – Concelhos incluídos no tipo 5 (2011) 279
Figura 75 – Concelhos incluídos no tipo 6 (ou 6-A) (2011) 283
Figura 76 – Concelhos incluídos no tipo 7 (ou 6-B) (2011) 287
Figura 77 – Dendrograma da classificação hierárquica ascendente, tendo por referência os indicadores de caracterização das segundas residências e os indicadores ilustrativos dos efeitos e impactes sobre o desenvolvimento local (tipologias em 7 e 3 grupos) 292
Figura 78 – Tipologia de segundas residências, em 2011, simplificada em 3 tipos 294
Figura 79 - Ilustração das definições de multi-,inter- e transdisciplinar 307
Figura 80 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 25% do total

de alojamentos clássicos familiares 328

Figura 81 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 50% do total de alojamentos clássicos familiares 329

Figura 82 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 75% do total de alojamentos clássicos familiares 330

Figura 83 – Subsecções estatísticas onde as segundas residências representam, pelo menos, acima de 90% do total de alojamentos clássicos familiares 331

Figura 84 - Quatro tipos exemplificativos de ocupação por segundas residências 336

Figura 85 - Uma ilustração simples do sistema de povoamento: densidade de 4 ou mais edifícios clássicos por hectare, em 2011 338

Figura 86 - Densidade de segundas residências igual ou superior a 1 alojamento por cada mil metro quadrado, por subsecção estatística, em 2011 339

Figura 87 – Fluxos de viagens () motivadas pelo lazer, recreio e férias, 2018 347

Figura 88 - Evolução das dormidas, pelo menos de uma noite, de turistas residentes em Portugal, no meio de alojamento residência secundária por localização geográfica e para o todos os motivos de deslocação, de 2010 a 2018 348

Figura 89 – Localização das primeiras e das segundas residências dos inquiridos 350

Figura 90 – NUT III de 2013 utilizadas para a classificação por regiões NUT II de 2002, entre o litoral e o interior 351

Figura 91 – Localização conjugada das primeiras e segundas residências (entradas e saídas para 306 =10), 2019 355

Figura 92 – Localização conjugada das primeiras e segundas residências ao nível do concelho, 2019-2020 357

Figura 93 – Conjugação, tendo em conta um mínimo de 7 respostas, da frequentação da segunda residência num ano, num mês e numa semana, considerando o número de vezes de utilização em cada um desses períodos 391

Figura 94 – Relações de proximidade entre as várias combinações de tipos de participação no desenvolvimento local 422

Figura 95 – Evolução da população residente, no Oeste e no Continente, de 1991 a 2013 440

Figura 96 – Concelhos que constituem a sub-região do Oeste 442

Figura 97 – Freguesias (reformatação de 2013) que constituem a sub-região do Oeste 443

Figura 98 – O Oeste no contexto das "ilhas do arquipélago Portugal Continental nos anos 90", de João Ferrão 445

Figura 99 - Ilustração da capacidade de geração e de atração de viagens, com base na exploração dos Censos de 1991 e 2001 – o reforço da capacidade atrativa de Lisboa e a simplificação dos fluxos intermunicipais 448

Figura 100 - Tipologia das freguesias dos municípios da sub-região Oeste segundo as suas características de paisagem e de modos de vida (fixos e fluxos espaciais) 451

Figura 101 - Ambiente natural – paisagens de floresta e matos, em 2019 454

Figura 102 – População / sociedade – densidade populacional, em 2011 454

Figura 103 – População / sociedade – Taxa de crescimento efetivo da população, 2001-2011 455

Figura 104 – População / sociedade – Percentagem de população que em 2011, detinha, pelo menos, o ensino secundário, em relação ao total de residentes 456

Figura 105 – População / sociedade – Taxa de crescimento da população com ensino secundário completo, entre 2001 e 2011 457

Figura 106 – População / sociedade – Índice de envelhecimento da população residente, 2011 457

Figura 107 – População / sociedade – Índice de juventude da população ativa, 2011 458

Figura 108 – Economia – Percentagem de culturas permanentes na superfície agrícola utilizada (SAU), em 2019 459

Figura 109 – Economia – Percentagem de produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário no total dos produtores singulares, em 2019 460

Figura 110 – Economia – Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à atividade agrícola no total dos produtores singulares, em 2019 461

Figura 111 – Economia – Percentagem de segundas residências no total dos alojamentos familiares, em 2011 462

Figura 112 – Economia – Percentagem de população que se desloca em automóvel privado de casa para o emprego ou para estudar, em 2011 463

Figura 113 – Economia – Variação, de 2001 para 2011, da percentagem de população que se desloca em automóvel privado de casa para o emprego ou para estudar 464

Figura 114 – Cultura – Percentagem de estrangeiros no total dos residentes, em 2011 465

Figura 115 – Cultura – Percentagem de famílias constituídas apenas por um pai ou uma mãe com filhos, em 2011 466

Figura 116 – Cultura – Representação das famílias numerosas nas freguesias do Oeste, em 2011 467

Figura 117 – Cultura – Representação das famílias constituídas apenas por uma pessoa idosa nas freguesias do Oeste, em 2011 467

Figura 118 – Cultura – Variação percentual das segundas residências entre 2001 e 2011 468

Figura 119 - Tipologia das freguesias do Oeste com os dados do último Censo (2011) 469

Figura 120 - Dendrograma resultante dos dados de 2011 e 2019, com o nível de corte em 3 grupos, classes ou tipos 470

Figura 121 – Comparação das tipologias com dados dos Censos de 2001 e de 2011 478

Figura 122 – Distribuição do número de entrevistados por cada uma das freguesias do Oeste 480

Figura 123 – Distribuição das respostas com menção a cada uma das freguesias do Oeste 481

Figura 124 – Ilustração do funcionamento da técnica estatística que procura relações entre respostas 482

Figura 125 – Uma comparação entre as perceções dos entrevistados e a realidade estatística sobre o grau de expansão das segundas residências 483

Figura 126 – Localização dos aglomerados onde foram aplicados os inquéritos (a branco – menos de 5 inquéritos; a azul – de 6 a 9 inquéritos; a verde – de 10 a 15 inquéritos; a vermelho – mais de 15 inquéritos) 502

Figura 127 – Questões do inquérito relativas à dimensão casa 504

Figura 128 – Questões do inquérito relativas à dimensão utilizadores 524

Figura 129 – Questões do inquérito relativas à dimensão uso 546

Figura 130 – Sete grupos de atividades praticadas no local da segunda residência 557

Figura 131 – Questões do inquérito relativas à topofilia e à terrafilia 584

Figura 132 – Uma interpretação das relações de distância entre primeira e segunda residência 627

Índice de quadros

Quadro 1 - Dimensões materiais e suas subdimensões, materiais e imateriais 28

Quadro 2 - Dimensões imateriais e suas sub-dimensões, imateriais e materiais 29

Quadro 3 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 1970, no Continente 90

Quadro 4 – Principais características atrativas da localização de segundas residências nos concelhos de Portugal, em 1970 93

Quadro 5 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 1981, no Continente 107

Quadro 6 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 1991, no Continente 124

Quadro 7 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 2001, no Continente 137

Quadro 8 – Alguns indicadores sobre os edifícios, alojamentos e famílias, relativos a 2011, no Continente 146

Quadro 9 – Indicadores retidos para análise e formação da tipologia de 2001 177

Quadro 10 - Matriz de correlação (valores do coeficiente de correlação de *Pearson* e resultados do teste de significado *t-student*) 189

Quadro 11 – Tipo 1/7 (61 municípios) - Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano 192

Quadro 12 – CLASSE 2/7 (11 municípios) - Concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno 193

Quadro 13 – Tipo 3/7 (65 municípios) - Os concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural 195

Quadro 14 – CLASSE 4/7 (12 municípios) - Concelhos de forte implantação de imobiliário turístico 197

Quadro 15 – Tipo 5/7 (62 municípios) - Concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano 198

Quadro 16 – CLASSE 6-A/7 (33 municípios) - Áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes 200

Quadro 17 – CLASSE6-B/7 (34 municípios) - Concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência 201

Quadro 18 – Comparação sintética entre os resultados das tipologias obtidas para 2001 e 2011 204

Quadro 19 - Impactes do turismo de segunda residência em meio rural sobre o ambiente natural e a paisagem 218

Quadro 20 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre o ambiente natural 227

Quadro 21 - Tipos/áreas de produção de efeitos e impactes das segundas residências sobre a sociedade / população 228

Quadro 22 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a cultura 229

Quadro 23 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a economia 230

Quadro 24 – Algumas diferenças fundamentais entre AAE e AIA 234

Quadro 25 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: despesas em ambiente 238

Quadro 26 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: consumo doméstico de eletricidade 239

Quadro 27 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: áreas ardidas 240

Quadro 28 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: densidade de alojamentos 241

Quadro 29 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: resíduos urbanos 242

Quadro 30 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: áreas protegidas 242

Quadro 31 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: bombeiros 243

Quadro 32 – Indicadores retidos para análise do domínio do Ambiente Natural: novo edificado e edificado menos

volumoso 243
Quadro 33 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: emigração 245
Quadro 34 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: população estrangeira 245
Quadro 35 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: tipo e qualificação do emprego 246
Quadro 36 – Indicadores retidos para análise do domínio da População / Sociedade: pessoas e famílias 247
Quadro 37 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: poder de compra 248
Quadro 38 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: valor da habitação 248
Quadro 39 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: crédito à habitação 249
Quadro 40 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: agricultura e indústria 250
Quadro 41 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: comércio de retalho 250
Quadro 42 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: turismo 251
Quadro 43 – Indicadores retidos para análise do domínio da Economia: contas municipais 252
Quadro 44 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: abstenção eleitoral 253
Quadro 45 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: gastos em atividades culturais e criativas 253
Quadro 46 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: gastos em património cultural 254
Quadro 47 – Indicadores retidos para análise do domínio da Cultura: gastos em bibliotecas e arquivos 254
Quadro 48 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre o **ambiente natural** e respetivos indicadores 255
Quadro 49 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a **população/sociedade** e respetivos indicadores 256
Quadro 50 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a **economia** 257
Quadro 51 - Tipos/áreas de produção de impactes das segundas residências sobre a cultura 257
Quadro 52 – Lista de indicadores ou variáveis, segundo o domínio onde foram incluídos e a sua função na análise de componentes principais e principais medidas de estatística descritiva (n=278) 259
Quadro 53 – Caracterização do tipo 1 (variável nominal com 61 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores 264
Quadro 54 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 1 (concelhos com o fenómeno em declínio, entre o rural e o urbano) 265
Quadro 55 – Caracterização do tipo 2 (variável nominal com 11 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores 267
Quadro 56 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 2 (concelhos de fortíssimo crescimento do fenómeno) 268
Quadro 57 – Caracterização do tipo 3 (variável nominal com 65 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores 270
Quadro 58 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 3 (concelhos com segundas residências consolidadas e cristalizadas em meio rural) 274
Quadro 59 – Caracterização do tipo 4 (variável nominal com 12 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores 277
Quadro 60 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 4 (concelhos de forte implantação de imobiliário turístico) 278
Quadro 61 – Caracterização do tipo 5 (variável nominal com 62 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores 280
Quadro 62 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 5 (áreas periurbanas de consolidação mais recente do

fenómeno)..... 282

Quadro 63 – Caracterização do tipo 6 (ou 6-A) (variável nominal com 33 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores..... 285

Quadro 64 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 6 (áreas urbanas e periurbanas com menor representação do fenómeno, mas com consolidação e crescimento recentes)..... 286

Quadro 65 – Caracterização do tipo 7 (ou 6-B) (variável nominal com 34 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores..... 289

Quadro 66 – Síntese da avaliação dos efeitos do Tipo 7 (concelhos mais urbanos, principalmente de primeira residência)..... 291

Quadro 67 – Caracterização do tipo 1 da tipologia simplificada (variável nominal com 203 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores ilustrativos das dimensões do modelo IDENTERRA..... 296

Quadro 68 – Caracterização do tipo 2 da tipologia simplificada (variável nominal com 40 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores ilustrativos das dimensões do modelo IDENTERRA..... 299

Quadro 69 – Caracterização do tipo 3 da tipologia simplificada (variável nominal com 35 concelhos, em 2011) pelas variáveis/indicadores ilustrativos das dimensões do modelo IDENTERRA..... 301

Quadro 70 - Indicadores que não ilustram nenhum dos tipos:..... 304

Quadro 71 – Critérios de análise de conteúdos e de processos na atividade de ordenamento do território: a visão de Davoudi e Strange..... 309

Quadro 72 – Critérios de classificação do solo urbano segundo o D.R. 15/2015, de 19 de agosto e as diretrizes do PROT-Oeste e Vale do Tejo..... 326

Quadro 73 - Componentes analíticas dos efeitos e impactes sobre o urbanismo e exemplos de fixos e fluxos espaciais afetados..... 334

Quadro 74 - Milhares de viagens com origem e destino no continente, com duração de pelo menos uma noite, segundo o motivo da deslocação e a NUT II de destino, 2018..... 346

Quadro 75 - Viagens de lazer, recreio ou férias, com origem e destino em cada região, em percentagem do total de viagens, 2018..... 347

Quadro 76 - Milhares de dormidas, no País, com a duração de pelo menos uma noite, segundo o motivo da deslocação e o meio de alojamento utilizado, 2018..... 349

Quadro 77 – Localização das primeiras e segundas residências segundo grandes subdivisões das NUT II com base na interioridade ou litoralidade das respetivas NUT de nível III..... 352

Quadro 78 – Localização das primeiras e segundas residências segundo os tipo de concelhos definidos em função da caracterização do fenómeno das segundas residências..... 353

Quadro 79 – Distância absoluta e relativa entre a primeira e a segunda residência..... 354

Quadro 80 – Questões do inquérito integradas na dimensão casa..... 360

Quadro 81 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É uma moradia completamente isolada/destacada (117 casos, 37,5% do total)..... 365

Quadro 82 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É uma moradia em banda ou colada a outras casas (85 casos, 27,2% do total)..... 367

Quadro 83 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É um apartamento num prédio (103 casos, 33,0% do total)..... 368

Quadro 84 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Outras características formais da segunda residência (Tipo de casa); Classe: É uma casa de madeira ou bungalow (4 casos, 1,3% do total)..... 371

Quadro 85 – Questões do inquérito integradas na dimensão «utilizadores»..... 372

Quadro 86 – Inquiridos por profissões (CNP, 2010) 373

Quadro 87 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tem familiares no local; Classe: Sim (149 casos, 47,8% do total) 377

Quadro 88 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tem familiares no local; Classe: Sim (161 casos, 51,6% do total) 379

Quadro 89 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência? (Forma de posse); Classe: Comprou (147 casos, 47,1% do total) 381

Quadro 90 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência? (Forma de posse); Classe: Construiu (47 casos, 15,1% do total) 382

Quadro 91 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência? (Forma de posse); Classe: Herdou ou foi-lhe doada (118 casos, 37,8% do total) 383

Quadro 92 – Questões do inquérito integradas na dimensão «uso» 385

Quadro 93 – Atividades praticadas na casa e no local, por relação ao número de referências 386

Quadro 94 – Atividades praticadas na casa e no local, por relação ao número de inquiridos (respostas múltiplas classificadas) 386

Quadro 95 – Quando usa a casa, por relação ao número de referências 387

Quadro 96 – Quando usa a casa, por relação às várias classes de frequência tendo em conta as diferentes combinações de respostas 388

Quadro 97 – Quantas vezes usa, por ano, por mês e por semana, a segunda residência 389

Quadro 98 – Quantas vezes usa, por ano, por mês e por semana, a segunda residência – apuramento das respostas conjugadas e coerentes 390

Quadro 99 – Duração, em dias, da frequentação anual 392

Quadro 100 – Funções centrais de comércio e serviços mais utilizadas 393

Quadro 101 – O envolvimento com o local medido a partir da utilização de comércio e serviços 395

Quadro 102 – Dinheiro gasto no total das estadias anuais não incluindo as despesas com a manutenção da casa 396

Quadro 103 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Apenas descanso e lazer (151 casos, 48,4% do total) 397

Quadro 104 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Algumas atividades (87 casos, 27,9% do total) 398

Quadro 105 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Muitas atividades (50 casos, 16,0% do total) 399

Quadro 106 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades que desenvolve no local da segunda residência; Classe: Atividades sem descanso e lazer (10 casos, 3,2% do total) 400

Quadro 107 – Do que gosta ou não gosta no local da segunda residência 404

Quadro 108 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Sossego, descanso, calma ou tranquilidade (68 casos, 21,8% do total) 406

Quadro 109 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Praia (67 casos, 21,5% do total) 407

Quadro 110 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: A paisagem (natureza, campo, mar…) (42 casos, 13,5% do total) 409

Quadro 111 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de

que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Vantagens locativas (posição, existência de *utilities*, desenvolvimento turístico) (32 casos, 10,3% do total) 410

Quadro 112 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Nada (25 casos, 8,0% do total) 413

Quadro 113 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Desvantagens locativas (posição, existência de *utilities*, desenvolvimento turístico) (25 casos, 8,0% do total) 414

Quadro 114 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Falta de comércio, serviços (incluindo transportes), equipamentos e atividade cultural (24 casos, 7,7% do total) 414

Quadro 115 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Estacionamento e tráfego e dependência do automóvel (22 casos, 7,1% do total) 415

Quadro 116 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Abandono, despovoamento, subdesenvolvimento (21 casos, 6,7% do total) 416

Quadro 117 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Degradação do ambiente natural e urbano, incluindo infraestruturas (16 casos, 5,1% do total) 417

Quadro 118 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Refira uma coisa de que menos goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência; Classe: Confusão, ruído, vida noturna, desacatos (16 casos, 5,1% do total) 418

Quadro 119 – Referências à participação em atividades locais numa perspetiva de agência 422

Quadro 120 – Classificação dos níveis de participação em atividades locais numa perspetiva de agência 423

Quadro 121 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Nulo nível de participação (150 casos, 48,1% do total) 425

Quadro 122 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Baixo nível de participação (107 casos, 34,3% do total) 425

Quadro 123 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Elevado nível de participação (30 casos, 9,6% do total) 426

Quadro 124 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Participação em atividades locais; Classe: Muito elevado nível de participação (21 casos, 6,7% do total) 427

Quadro 125 - População média anual residente, por Local de residência (NUTS - 2013), e ciclos de vida, em 2020 444

Quadro 126 – Indicadores retidos para análise e sua estruturação e significado comentado 450

Quadro 127 – Tipo 1 – comportamento dos indicadores mais significativos para a definição do tipo (25 freguesias) 471

Quadro 128 – Tipo 2 – comportamento dos indicadores mais significativos para a definição do tipo (25 freguesias) 473

Quadro 129 – Tipo 3 – comportamento dos indicadores mais significativos para a definição do tipo (39 freguesias) 474

Quadro 130 - Tipologia com dados de 2001 e 1999 e de 2011 e 2019: o tipo 1 475

Quadro 131 - Tipologia com dados de 2001 e 1999 e de 2011 e 2019: o tipo 2 476

Quadro 132 - Tipologia com dados de 2001 e 1999 e de 2011 e 2019: o tipo 3 477

Quadro 133 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual a localização predominante das segundas residências", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista 485

Quadro 134 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual o tipo predominante de segundas residências", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista 486

Quadro 135 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual o tipo de construção de segundas residências predominante", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista 487

Quadro 136 - Relações das respostas relevantes à questão "na sua freguesia de residência, qual a frequência predominante de ocupação de segundas residências", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista 490

Quadro 137 - Relações das respostas relevantes à questão "qual a origem predominante dos proprietários de segundas residências na freguesia onde reside", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista 493

Quadro 138 - Relações das respostas relevantes à questão "qual o tipo de família predominante que habita as segundas residências na freguesia onde reside", com as restantes modalidades de resposta das outras questões lançadas na entrevista Na sua freguesia de residência, ... 494

Quadro 139 – Perceções dos agentes autárquicos sobre os impactes mais significativos das segundas residências sobre cada um dos domínios IDENTERRA 498

Quadro 140 – Matriz de síntese das relações entre modalidades respondidas e modalidades características, agrupadas em variáveis 499

Quadro 141 – Repartição dos inquéritos por concelho e freguesia do Oeste 501

Quadro 142 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: localização da segunda residência; Classe: dentro do aglomerado (144 casos, 88,3% do total) 507

Quadro 143 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: localização da segunda residência; Classe: fora do aglomerado (18 casos, 11,04% do total) 508

Quadro 144 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: < 70 m^2 (11 casos, 6,75% do total) 510

Quadro 145 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: 70 a 100 m^2 (39 casos, 23,93% do total) 511

Quadro 146 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: 101 a 200 m^2 (67 casos, 41,10% do total) 512

Quadro 147 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: área da casa; Classe: > 200 m^2 (13 casos, 7,98% do total) 513

Quadro 148 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: moradia isolada (68 casos, 41,7% do total) 515

Quadro 149 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: moradia em banda (67 casos, 41,1% do total) 516

Quadro 150 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: prédio com 3 ou menos pisos (20 casos, 12,3% do total) 517

Quadro 151 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa; Classe: prédio com 4 ou mais pisos (5 casos, 3,1% do total) 518

Quadro 152 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: moradia isolada (52 casos, 31,9% do total) 521

Quadro 153 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: moradia em banda (31 casos, 19,0% do total) 522

Quadro 154 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: prédio com 5 ou menos pisos (31 casos, 19,0% do total) 522

Quadro 155 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: tipo de casa da primeira residência; Classe: prédio com 6 ou mais pisos (42 casos, 25,8% do total) 523

Quadro 156 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: nível de instrução do proprietário inquirido; Classe: abaixo do secundário (81 casos, 49,7% do total)..... 527

Quadro 157 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: nível de instrução do proprietário inquirido; Classe: secundário (28 casos, 17,2% do total) 528

Quadro 158 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: nível de instrução do proprietário inquirido; Classe: curso médio ou superior (50 casos, 30,7% do total) 529

Quadro 159 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Gosta do local (23 casos, 14,1% do total) 532

Quadro 160 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Amenidades ambientais (36 casos, 22,1% do total)..... 533

Quadro 161 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Necessidade de férias, recreio e lazer (30 casos, 18,4% do total) 534

Quadro 162 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Investimento (15 casos, 9,2% do total) 535

Quadro 163 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Herança (39 casos, 23,9% do total)..... 536

Quadro 164 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Razões para a decisão de ter uma segunda residência; Classe: Outras razões (16 casos, 9,8% do total) 537

Quadro 165 – Frequência de relação dos inquiridos com várias entidades 538

Quadro 166 – Proximidade com os residentes locais em função da sua atividade ou estatuto..... 539

Quadro 167 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação inexistente (12 casos, 7,4% do total)..... 541

Quadro 168 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação distante (27 casos, 16,6% do total)..... 542

Quadro 169 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação próxima (52 casos, 31,9% do total)..... 543

Quadro 170 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Proximidade com os residentes locais - Vizinhos; Classe: Relação de amizade (66 casos, 40,5% do total) 544

Quadro 171 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Poucas vezes por ano (3 casos, 1,8% do total)..... 549

Quadro 172 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Só férias de Verão (38 casos, 23,3% do total) 550

Quadro 173 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Estadias longas durante todo o ano (18 casos, 11,0% do total) 552

Quadro 174 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Períodos de férias durante todo o ano (7 casos, 4,3% do total)..... 553

Quadro 175 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Fins de semana prolongados, pelo menos numa parte do ano (12 casos, 7,4% do total) 553

Quadro 176 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Regularmente em alguns dias da semana ou do mês, pelo menos numa parte do ano (7 casos, 4,3% do total)..... 554

Quadro 177 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de uso durante todo o ano (síntese); Classe: Quase todos, ou todos, os fins de semana durante todo o ano (70 casos, 42,9% do total) 556

Quadro 178 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Receber amigos (6 casos, 3,7% do total)..... 558

Quadro 179 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas

na área de localização da segunda residência; Classe: Passear e praticar desporto (11 casos, 6,8% do total) 559

Quadro 180 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Passear e praticar desporto e receber amigos (15 casos, 9,2% do total) 559

Quadro 181 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet (9 casos, 5,5% do total) 560

Quadro 182 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet e receber amigos (3 casos, 1,8% do total) 561

Quadro 183 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet, passear e praticar desporto (23 casos, 14,1% do total) 561

Quadro 184 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Atividades praticadas na área de localização da segunda residência; Classe: Ler, ouvir música, ver TV, usar o computador e a internet, passear e praticar desporto e receber amigos (85 casos, 52,2% do total) 562

Quadro 185 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Nunca (43 casos, 26,4% do total) 566

Quadro 186 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Raramente (23 casos, 14,1% do total) 567

Quadro 187 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Ocasionalmente (67 casos, 41,1% do total) 568

Quadro 188 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Frequentemente (18 casos, 11,0% do total) 570

Quadro 189 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Utilização da Restauração; Classe: Sempre (3 casos, 1,8% do total) 570

Quadro 190 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Nunca (99 casos, 60,7% do total) 573

Quadro 191 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Raramente (35 casos, 21,5% do total) 574

Quadro 192 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Ocasionalmente (15 casos, 9,2% do total) 575

Quadro 193 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Frequência de utilização do Centro de Saúde; Classe: Sempre (4 casos, 2,5% do total) 576

Quadro 194 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: <1000 €/ano (49 casos, 30,1% do total) 579

Quadro 195 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: 1000 -2500 €/ano (57 casos, 35,0% do total) 580

Quadro 196 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: 2500-5000 €/ano (29 casos, 17,8% do total) 581

Quadro 197 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gastos anuais realizados no local em todas as estadias; Classe: >5.000 €/ano (18 casos, 11,0% do total) 582

Quadro 198 – Razões porque gosta de passar tempo no lugar da segunda residência 585

Quadro 199 – Apreciação dos inquiridos sobre a adequação do lugar para a prática de atividades de recreio e lazer 586

Quadro 200 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Não gosta, não especificado (3 casos, 1,8% do total) 587

Quadro 201 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, não especificado (16 casos, 9,8% do total) 587

Quadro 202 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, porque foi onde investiu na sua 2ª casa (6 casos, 3,7% do total) 588

Quadro 203 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosto porque fica próximo do local de residência (2 casos, 1,2% do total) 588

Quadro 204 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, porque é calmo e tranquilo e pode descansar (59 casos, 36,2% do total) 589

Quadro 205 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta, por causa da praia ou poder praticar diversas atividades de ar livre (20 casos, 12,3% do total) 591

Quadro 206 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Gosto/não gosto de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque; Classe: Gosta porque aí nasceu ou tem fortes relações familiares ou de amizade (45 casos, 27,6% do total) 592

Quadro 207 – Exemplos do processo de classificação e criação de modalidades de resposta para as questões de resposta livre ou aberta 594

Quadro 208 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Sossego (56 casos, 34,4% do total) 596

Quadro 209 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Convívio e fruição da casa (42 casos, 25,8% do total) 597

Quadro 210 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Amenidades ambientais (33 casos, 20,3% do total) 598

Quadro 211 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Do que sente saudades quando está longe do local da segunda residência; Classe: Não sente saudades e outros (10 casos, 6,1% do total) 599

Quadro 212 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Urbanismo (13 casos, 8,0% do total) 601

Quadro 213 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Economia e sociedade (17 casos, 10,4% do total) 602

Quadro 214 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Poluição (17 casos, 10,4% do total) 603

Quadro 215 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Tipologia de problemas que conhece no local da segunda residência; Classe: Outros (6 casos, 3,7% do total) 604

Quadro 216 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Apoiar o associativismo e a organização ou participação em eventos (12 casos, 7,4% do total) 608

Quadro 217 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Melhorar o ambiente em geral (13 casos, 8,0% do total) 609

Quadro 218 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Melhorar a comunidade e a terra (27 casos, 16,6% do total) 610

Quadro 219 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Outros motivos (21 casos,

12,9% do total) 612

Quadro 220 - Caracterização da classe da variável pelas modalidades de resposta. Variável: Está disposto, ou já se dispôs, a investir tempo e esforço em benefício do lugar, relativamente a …; Classe: Não está disposto (28 casos, 17,2% do total) 613

Quadro 221 – Síntese e conclusões por dimensão e subconjunto analítico do fenómeno 615

Quadro 222 – Tipos de segundas residências e as suas áreas de ocorrência, segundo Hall & Muller 636

APÊNDICES

APÊNDICE I - Explicação da técnica estatística Getis-Ord Gi*

Esta técnica funciona de modo relativamente simples, mas com um encadeado de operações que tornam a solução manual demasiado trabalhosa.

1) A soma dos valores da variável numa determinada UT com aqueles que se verificam nas UT que a rodeiam (Ei) é comparada, em termos proporcionais, com a soma dos valores da variável registados em todas as UT do vetor de dados (ETi);
2) quando Ei é muito diferente, em termos proporcionais, de ETi (que pode também ser encarada como a Ei esperada) e quando essa diferença é demasiado grande para poder resultar de fatores aleatórios, obtém-se um z-score estatisticamente significativo.
3) Como o quadro de dados de entrada é normalmente de grandes dimensões, as quais são multiplicadas pela enorme quantidade de combinações possíveis, é necessário proceder a métodos de ajustamento da significância estatística, dada a grande probabilidade de ocorrerem falsos positivos, ou como se diz na terminologia inglesa, FDR (False Discovery Rate).

A formulação seguinte traduz o algoritmo usado para a determinação dos "pontos frios" e "quentes", sendo que os "pontos frios" correspondem a valores negativos de Gi*, ou seja, unidades territoriais com z-score negativamente elevados, isto é, com mais desvios padrão de afastamento abaixo da média, e os "pontos quentes" a valores positivos, isto é, com mais desvios padrão de afastamento acima da média.

$$G_i^* = \frac{\sum_{j=1}^{n} w_{i,j}\, x_j - \frac{\sum_{j=1}^{n} x_j}{n} \sum_{j=1}^{n} w_{i,j}}{\sqrt{\left[\frac{\sum_{j=1}^{n} x_j^2}{n} - \left(\frac{\sum_{j=1}^{n} x_j}{n}\right)^2\right]} \cdot \sqrt{\frac{\left[n \sum_{j=1}^{n} w_{i,j}^2 - \left(\sum_{j=1}^{n} w_{i,j}\right)^2\right]}{n-1}}}$$

Considerando que "x" é a variável em estudo nas unidades territoriais (UT) "j" (num total de "n") e que "w" é a variável correspondente ao ponderador ou peso espacial definido entre pares de UT "i" e "j" (também num total de "n"), o valor da estatística "Getis-Ord" para

a UT "i" (G_i^*), acaba por corresponder ao *z-score* resultante da relação entre a média de "x" nessa UT ponderada pela sua relação com as UT vizinhas (significando isso que, em função do valor de distância limite adotado, "$w_{i,j}$" tenderá para 0 a partir desse valor) e o produto dos desvios padrão de "x" e de "w". Ora, como se usou neste ensaio uma medida de w equivalente a um limiar fixo e aplicável a todas as UT, então a fórmula acima apresentada passa de forma mais simples a traduzir a relação entre os desvios da variável com a sua média e o seu desvio padrão, apesar destas relações serem sucessivamente recalculadas para cada UT e os seus vizinhos cuja proximidade depende do limiar de distância adotado.

APÊNDICE II - Formulário do inquérito aplicado a proprietários e utilizadores de segundas residências, à escala do Continente

SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

É proprietário ou usa uma segunda residência de um familiar directo (pai, mãe, irmão(s) ou avós)?

- ◯ Sim, é proprietário de uma segunda residência (salte a questão seguinte)
- ◯ Sim, usa a segunda residência de um familiar direto
- ◯ Não, nenhuma das situações (o inquérito, para si, acaba aqui)

Qual a sua relação de parentesco com esse familiar (esse familiar é-lhe o quê)?

- ◯ Pai ou mãe
- ◯ Irmã(o)
- ◯ Avós
- ◯ Other...

Qual o seu sexo e a sua idade?

	<18 anos	18-24	25-34	35-44	45-64	65-80	>80 anos
Homem	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Mulher	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Qual o seu grau de instrução?

- ◯ Abaixo do secundário
- ◯ Secundário
- ◯ Curso médio ou licenciatura
- ◯ Other...

Qual a sua situação na profissão (escolha a opção que melhor se adequa) ?

- ○ Trabalhador por conta de outrem (incluindo funcionários e agentes do Estado)
- ○ Trabalhador por conta própria ou empresário
- ○ Reformado ou pensionista
- ○ Temporariamente inapto para o trabalho
- ○ Other...

Qual a sua profissão (se achar necessário, especifique se na agricultura, indústria, comércio ou serviços; por exemplo: técnico qualificado / operador de máquinas na indústria) ?

Long answer text

Número de pessoas da família que utilizam a segunda residência?

Short answer text

Como classifica os utilizadores da segunda residência?

- ☐ Pessoa só
- ☐ Casal
- ☐ Casal com filhos
- ☐ Casal com filhos e netos
- ☐ Other...

Em que concelho se localiza a sua residência permanente?

Long answer text

Em que concelho se localiza a segunda residência?

Long answer text

Em que localidade (aldeia, vila ou cidade) se localiza a segunda residência?

Long answer text

Tem familiares, mesmo que muito afastados, no local?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Como ficou, ou ficaram os seus familiares, com a segunda residência?

- ◯ Herdou ou foi-lhe doada
- ◯ Comprou
- ◯ Construiu

Desde quando, você ou os seus familiares, usam a segunda residência? Se não se lembra do ano exato indique um aproximado.

Short answer text

Algumas características de localização da segunda residência (escolha uma):

- ◯ Está dentro de um aglomerado, seja aldeia, vila ou cidade
- ◯ Está fora de um aglomerado, isolada no campo, ainda que possa fazer parte de um conjunto de outras cas...
- ◯ Está fora de um aglomerado, mas está num "resort"
- ◯ Other...

Outras características formais da segunda residência:

- ○ É uma moradia completamente isolada/destacada
- ○ É uma moradia em banda ou colada a outras casas
- ○ É uma casa de madeira ou bungalow
- ○ É um apartamento num prédio
- ○ Other...

Nº de pisos da moradia ou do prédio, no caso de apartamento ?

Short answer text

Área total da casa em metros quadrados (área aproximada com paredes exteriores):

Short answer text

Área total do terreno, em metros quadrados, onde se implanta a casa ou o prédio:

Short answer text

Ano de construção (indique o ano, mesmo que aproximado)?

Short answer text

Por quem é usada (assinale todas as situações que se aplicam)?

- ☐ É usada pelo próprio e agregado familiar
- ☐ Empresta a outros familiares e/ou amigos
- ☐ Põe a alugar com anúncio no jornal
- ☐ Põe a alugar numa plataforma como o Airbnb
- ☐ Other...

Em termos aproximados, ou em média, quantas pessoas da família, usam a segunda residência em cada estadia?

Short answer text

Atividades que desenvolve na casa e no local (por favor, assinale todas as situações que se aplicam):

- [ ] Lazer/descanso
- [ ] Recreação ativa/desporto
- [ ] Hobbies como Jardinagem ou agricultura
- [ ] Trabalho intelectual
- [ ] Other...

Quando usa a segunda residência ? (por favor, assinale todas as opções que se apliquem)

- [ ] Nem chega a uma vez por ano
- [ ] Usa nas férias de Verão
- [ ] Usa nas férias da Páscoa
- [ ] Usa nas férias do Natal
- [ ] Faz estadias longas (de 1 até 3 meses seguidos)
- [ ] Faz estadias muito longas (mais de 3 meses seguidos)
- [ ] Other...

Em termos aproximados, quantos dias por ano é utilizada a segunda residência?

Short answer text

Tendo em conta os últimos anos, assinale o nº de vezes que, em média durante 1 ano, por mês e por semana, se desloca à segunda residência:

Por ano, significa em média para um período alargado e indeterminado de vários anos; por exemplo, se nos últimos 2 anos só foi uma vez, então a resposta será de "menos de uma vez" por ano. Por mês, significa em média durante um ano quantas vezes se desloca à SR num mês; por exemplo, se vai duas vezes por ano, então vai menos de uma vez por mês. E, por semana, significa quantas vezes se desloca à SR, em média, durante cada um dos meses de um ano; por exemplo, se vai todos os meses do ano pelo menos 1 vez por mês, isso significa menos de 1 vez por semana.

	Menos de u...	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Quatro vezes	Mais de quat...
Por ano	○	○	○	○	○	○
Por mês	○	○	○	○	○	○
Por semana	○	○	○	○	○	○

O que mais usa no local da segunda residência?

Por favor assinale todas as opções que se apliquem ao seu caso

- ☐ Serviços/equipamentos de saúde
- ☐ Serviços/equipamentos educativos ou culturais
- ☐ Serviços/equipamentos desportivos
- ☐ Comércio tradicional
- ☐ Comércio em grandes superfícies
- ☐ Restaurante
- ☐ Café, bar ou pastelaria
- ☐ Barbeiro/cabeleireiro
- ☐ Serviços de reparação/manutenção
- ☐ Other...

Quanto dinheiro (em euros) estima que se gasta, num ano, na manutenção da casa (reparações, água, luz, etc.)?

Short answer text

Quanto dinheiro (em euros) estima que se gaste, num ano, durante o total das estadias de todos os utilizadores (não considerando as despesas de manutenção da casa)?

Short answer text

Refira uma coisa de que mais goste relativamente ao local onde se localiza a segunda residência:

Long answer text

E outra de que menos goste:

Long answer text

Participa em atividades locais?

Por favor assinale todas as opções que se apliquem ao seu caso

- [ ] Festas e romarias
- [ ] Associações e/ou grupos formais de cidadãos (desporto, cultura, recreio, ambiente, ...), como ativista
- [ ] Associações e/ou grupos formais de cidadãos (desporto, cultura, recreio, ambiente, ...), como apoiante ou...
- [ ] Grupos informais de amigos que organizam eventos de vários tipos (almoços, passeios, jogos, etc.)
- [ ] Discussão pública de Planos, Programas e/ou Projetos de iniciativa local
- [ ] Discussão pública de Planos, Programas e/ou Projetos de iniciativa nacional
- [ ] Não participa em nada
- [ ] Other...

Tem ou usa mais que uma segunda residência? (note que o uso de uma casa que é residência permanente de alguém, não cabe no conceito de segunda residência)

Se não, deixe a resposta em branco; se sim, indique quantas segundas residências tem ou usa e preencha, por favor, outros formulários

Short answer text

Muito obrigado pela sua colaboração. Se quiser deixar algum comentário, por favor utilize este espaço:

Long answer text

APÊNDICE III - Formulário da entrevista aplicada aos agentes locais

1. Dados pessoais
Concelho de Residência: _____ Freguesia de residência: _____

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐ Idade _____

2. Na **freguesia onde reside,** quais são, **por ordem de importância**, as três localidades onde se têm expandido mais as segundas residências:

Localidade 1 _____

Localidade 2 _____

Localidade 3 _____

3. Qual a **origem predominante dos proprietários** de segundas residências em cada uma dessas **localidades da freguesia onde reside? (assinale com um X)**

4. Se respondeu "estrangeiro" ou "emigrante", pode escrever o país de proveniência da maioria dos proprietários de segundas residências, **por ordem de importância**?

5. Na sua freguesia de residência, a partir de 2001, como poderia **caracterizar a expansão** de segundas residências, de acordo com a proveniência dos seus proprietários? **(assinale com um X)**

6. Na sua freguesia de residência, qual a **frequência predominante de ocupação** de segundas residências, de acordo com a proveniência dos seus proprietários? **(assinale com um X)**

7. Com que frequência, na sua freguesia, os proprietários de segundas residências **passaram a ser residentes permanentes,** de acordo com a sua proveniência? **(assinale com um X)**

8. Na sua freguesia de residência, qual a **localização predominante e o tipo** de segundas residências, de acordo com a proveniência dos proprietários? **(assinale com um X)**

9. Na sua freguesia de residência, qual o **tipo de construção da habitação predominante,** de acordo com a proveniência dos proprietários de segundas residências? (assinale com um X)

10. Na sua freguesia de residência, qual o **tipo de família predominante** que habita as segundas residências? **(assinale com um X)**

11. Quantas segundas residências estima haver em sua freguesia de residência **(assinale com um X)**

12. Tendo em conta cada um dos quatro conjuntos de elementos identitários do território a seguir apresentados, com exemplos do que pode ser incluído em cada um deles, **dê-nos a sua opinião sobre o carácter dos impactes mais significativos** das segundas residências na sua freguesia de residência **(assinale com um X).**

Elementos identitários:

No **AMBIENTE NATURAL** incluímos, entre outras, problemáticas relacionadas com: a) Utilização de infraestruturas de saneamento; b) Proteção de espécies animais; c) Proteção da flora; d) Consumo de água; e) Consumo de eletricidade; f) Tratamento de águas residuais; g) Recolha e tratamento de resíduos.

Na **ECONOMIA** incluímos, entre outras, problemáticas relacionadas com: a) Criação de emprego; d) Gestão urbanística; e) Utilização de equipamentos; f) Utilização de serviços de saúde; g) Infraestruturas rodoviárias; h) Comércio local; i) Produtos do artesanato local; j) Recuperação de habitações; k) Qualidade de vida; l) Procura turística; m) Consumo de produtos locais; n) Atividade agrícola; o) Despesas da Câmara; p) Receitas da Câmara.

Na **SOCIEDADE** incluímos, entre outras, problemáticas relacionadas com: a) Relações de vizinhança; b) Participação dos cidadãos na vida pública; c) Civismo; d) Vida social; e) Oferta de serviços públicos; f) Oferta de serviços de diversão e entretenimento; g) Interação com os residentes permanentes, h) Segurança; i) Criminalidade; j) Rejuvenescimento da população, k) Envelhecimento da população.

Na **CULTURA** incluímos, entre outras, problemáticas relacionadas com: a) Identidade local; b) Vida dos centros históricos; c) Estilo arquitetónico; d) Recuperação do património; e) Introdução de inovações; f) Manutenção da paisagem rural; g) Manutenção da paisagem urbana; h) Ambiente urbano; i) Estilo de jardins; j) Oferta de serviços culturais; k) Eventos culturais e recreativos; l) Beleza da paisagem urbana; m) Beleza da paisagem rural.

APÊNDICE IV - Formulário do inquérito aplicado aos proprietários de segundas residências na sub-região do Oeste

INQUÉRITO AOS PROPRIETÁRIOS DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA SUB-REGIÃO DO OESTE

GENERALIDADES
QUESTIONÁRIO Nº: _____ Data da realização: ___/___/_____

Localização da segunda residência:
Localidade _____
Freguesia _____
Município _____

DADOS RELATIVOS À CASA

A segunda residência encontra-se:
Dentro do aglomerado
Fora do aglomerado
Num *resort* ou aldeamento turístico, qual?

Ano de construção da segunda residência: _____
Fez obras de restauro ou remodelação? Sim _____ Não _____
Área da casa (m^2): _____
N.º de assoalhadas: _____
Área do terreno (m^2): _____

Tipo de habitação (apenas uma resposta)
Moradia isolada _____
Moradia em banda ou geminada _____
Em prédio. Se sim, qual o nº de pisos: _____

Uso do terreno (resposta múltipla, se for o caso)
Sem terreno _____
Sem uso _____
Jardim _____
Relva _____
Horta _____
Pomar _____
Vinha _____
Bosque _____
Inculto _____
Piscina _____
Campo de ténis _____

A casa está ligada a estas redes?
Esgotos _____
Abastecimento de água _____
Abastecimento de energia elétrica _____
Abastecimento de gás natural _____
Internet _____

Estando ligada, qual o valor aproximado da conta mensal em:
Abastecimento de água _____
Abastecimento de energia elétrica _____

DADOS PESSOAIS RELATIVOS AO PROPRIETÁRIO

Género (M/F): _____ Idade: _____

Estado civil:
Solteiro _____
Casado/União de facto _____
Separado/Divorciado _____
Viúvo(a) _____

Nível de instrução (maior grau/nível atingido) _____
Profissão (descreva com o maior detalhe possível) _____

PROPRIETÁRIO - AVALIAÇÃO DOS LAÇOS COM O LUGAR DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

Concelho e freguesia de naturalidade: _____
Concelho de localização da primeira residência: _____

DADOS RELATIVOS À PRIMEIRA RESIDÊNCIA

Tipo de habitação de primeira residência (apenas uma resposta)
Moradia isolada _____
Moradia em banda ou geminada _____
Em prédio. Se sim, qual o nº de pisos: _____

Qual o espaço útil aproximado da habitação de primeira residência? (m^2) _____

Regime de propriedade da habitação de primeira residência?
Propriedade já adquirida/herdada _____
A pagar crédito de habitação _____

Arrendada _____

DECISÃO E EXPERIÊNCIA DE TER UMA SEGUNDA RESIDÊNCIA

É proprietário de mais do que uma segunda residência? (S/N) _____

O que o levou a decidir ter uma segunda residência?

Porque escolheu este lugar para ter a sua segunda residência?

Ano de posse/aquisição da segunda residência: _____

Ano de início de uso da segunda residência: _____

USO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA - AS PESSOAS QUE USAM

	Indiv. 1	Indiv. 2	Indiv. 3	Indiv. 4	Indiv. 5	Indiv. 6	Indiv. 7
Género (1) Feminino; 2) Masculino):							
Idade (n.º de anos):							
Grau de parentesco com o proprietário: (1) Cônjuge/companheiro; (2) Filho/a ou enteado/a; (3) Pai ou mãe ou sogro ou sogra; (4) Nora ou genro; (5) Neto/a ou bisneto/a; (6) Avô ou avó (7) Irmão/a; (8) Sobrinho/a; (9) Outro grau de parentesco – referir qual							

USO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA - FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

		Na Primavera/Verão	No Outono/Inverno
Frequência de uso regular da segunda residência (assinalar todas as opções que se aplicam)	Todos os fins-de-semana		
	Quase todos os fins de semana		
	Fins-de-semana prolongados		
	Regularmente, em alguns dias da semana ou do mês		
	Férias de Verão		
	Outras férias (Páscoa/Natal)		
	Estadia até 3 meses (com e sem interrupções)		
	Estadia entre 3 e 6 meses (com e sem interrupções)		
	Estadia superior a 6 meses (com e sem interrupções)		
	Mais raro do que uma vez por ano		

USO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA - FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS LOCAIS

Frequência de utilização aquando da estadia (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Ocasionalmente; 4 – Frequentemente; 5 – Sempre)

- Restaurante _____
- Bar noturno _____
- Grande superfície comercial _____
- Estabelecimento de comércio tradicional (exemplo: mercearia ou café) _____
- Estabelec. de comércio tradicional ocasional (exemplo: pronto a vestir, sapataria) _____
- Serviços pessoais (p. e. cabeleireiro/barbeiro) _____

USO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA - FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Frequência de utilização aquando da estadia (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Ocasionalmente; 4 – Frequentemente; 5 – Sempre)

- Centro de Saúde _____
- Biblioteca _____
- Centro cultural (com espetáculos e/ou exposições) _____
- Pavilhão gimnodesportivo _____
- Campo de futebol _____
- Campo de ténis _____
- Campo de golfe _____

USO SA SEGUNDA RESIDÊNCIA - ATIVIDADES PRATICADAS

Finalidade de uso da segunda residência atualmente (apenas uma resposta)

- Só para lazer _____
- Só para trabalho _____
- Lazer e trabalho _____
- Outros _____

Que actividades de lazer pratica aquando da sua estadia nesta segunda residência? (resposta múltipla, se for o caso)

- Ler _____
- Ouvir música _____
- Passear _____
- Praticar desporto _____
- Receber amigos _____

Ver TV/DVD _____
Computador/internet _____
Outras, quais? _____

Frequência de utilização da praia aquando da estadia (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Ocasionalmente; 4 – Frequentemente; 5 – Sempre) _____

USO SA SEGUNDA RESIDÊNCIA - GASTOS NO LOCAL

No último ano, quanto dinheiro acha que gastou no lugar da segunda residência? (apenas uma resposta)

< 1.000 € por ano _____
> 1.000€ – 2.500€ por ano _____
> 2.500€ – 5000 € por ano _____
> 5.000€ por ano _____

Contrata alguém da localidade para desempenhar alguma das seguintes tarefas e, se sim, quanto gasta por ano?	Limpeza da casa (incluindo roupa de cama e cortinados)?		€/ano
	Tarefas agrícolas e cuidados com os animais?		€/ano
	Guarda/vigilância da habitação?		€/ano
	Tarefas de jardinagem?		€/ano
	Manutenção ou pequenas obras?		€/ano
	Outro tipo de serviços? Quais?		€/ano

RELAÇÕES COM AS PESSOAS E O LOCAL DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

Acompanha a comunicação social local/regional? (S/N)
Imprensa escrita _____
Rádio _____

Frequência de relação com (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Ocasionalmente; 4 – Frequentemente; 5 – Sempre):
Clube/Associação local desportiva _____
Clube/Associação local cultural _____
Junta de Freguesia _____
Câmara Municipal _____
Banco _____
CTT _____
IPSS (lares de idosos e outros) _____
Participação em eventos (festas, feiras, romarias, etc.) _____

Como avalia a sua relação de proximidade com os seguintes residentes locais? (1 - Não há qualquer relação; 2 - Relação formal ou formal e distante; 3 - Relação cordial ou de proximidade; 4 - Relação de amizade)
Ativistas _____
Artesãos _____
Artistas _____
Comerciantes _____
Empresários _____
Padre _____
Políticos locais (JF) _____
Produtores agrícolas _____
Vizinhos _____

TOPOFILIA - GOSTAR DO LOCAL DA SEGUNDA RESIDÊNCIA, EM GERAL E PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES

Gosto/não gosto (riscar o que não interessa) de passar tempo neste lugar mais do que em qualquer outro, porque:

Este é / não é (riscar o que não interessa) o melhor lugar para fazer o que mais gosto de fazer nos meus tempos livres, tais como:

TOPOFILIA E TERRAFILIA - SENTIMENTO DE PERTENÇA E GRAU DE CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS

Conheço suficientemente os problemas que este lugar enfrenta, tais como (em caso de não conhecer, escrever "NS/NR"):

Identifico-me com os objetivos e valores da comunidade local, tais como: (em caso de não se identificar, escrever "não me identifico"):

Coisas que gostaria que deixassem de existir neste lugar:

Coisas de que sinto saudade quando estou longe deste lugar:

Às vezes sinto-me como se realmente pertencesse a este lugar, porque:

Às vezes sinto-me como se realmente não pertencesse a este lugar, porque:

POTENCIALIDADES LOCAIS TERRAFILIA - VONTADE OU EFETIVIDADE DE AGÊNCIA E RECONHECIMENTO

Estou disposto, ou já me dispus, a investir o meu tempo e esforço em benefício deste lugar, a fim de que:

Estou disposto a aplicar, ou já apliquei, recursos financeiros em benefício deste lugar, a fim de que:

Faria, ou já fiz, sacrifícios pessoais para Salvar/proteger/preservar/manter este lugar, quanto a:

O meu contributo para melhorar este lugar foi, ou não, reconhecido pelas autoridades locais, em relação a:

O meu contributo para melhorar este lugar foi, ou não, reconhecido pela comunidade local, em relação a: